PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Quinta-Feira, 12 de Dezembro de 2019 - Edição nº 10638

ASSINADO DIGITALMENTE TJMT DJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

SUUM CUIQUE TRIBUERE

ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRIBUNAL PLENO

Reunir-se-á mediante convocação do Presidente do Tribunal

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldelli
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL
Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Judiciária - Plenário 01
Sessões: 4ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Administrativa - Plenário 01
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. João Ferreira Filho
Des. Rondon Bassil Dower Filho

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Sessões: 4ª- Segunda-Feira do mês - 9:00
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 01 - 14:00
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Dirceu dos Santos
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 1º Quintas-feiras do mês
Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 02 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Marilsen Andrade Addário

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. Dirceu dos Santos - Presidente.
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des.Luiz Carlos da Costa - Presidente.
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. Mario Roberto Kono de Oliveira

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Pedro Sakamoto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00
Plenário 02
Des. Márcio Vidal - Presidente.
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00
Plenário 01
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

Índice

COMARCAS **3**
Entrância Especial **3**
Comarca de Cuiabá **3**
Diretoria do Fórum **4**
Gerência de Recursos Humanos 4
Central de Arrecadação 7

Varas Cíveis **14**
1ª Vara Cível 14
2ª Vara Cível 24
3ª Vara Cível 25
4ª Vara Cível 29
5ª Vara Cível 56
6ª Vara Cível 86
7ª Vara Cível 104
8ª Vara Cível 149
9ª Vara Cível 162
10ª Vara Cível 177
11ª Vara Civel 184
1ª Vara Especializada em Direito Bancário 244
2ª Vara Especializada em Direito Bancário 247
3ª Vara Especializada em Direito Bancário 258
4ª Vara Especializada em Direito Bancário 260
Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular 266

Varas Especializadas de Família e Sucessões **268**
1ª Vara Especializada de Família e Sucessões 268
2ª Vara Especializada de Família e Sucessões 270
4ª Vara Especializada de Família e Sucessões 271
5ª Vara Especializada de Família e Sucessões 279
6ª Vara Especializada de Família e Sucessões 286

Varas Especializadas da Fazenda Pública **288**
1ª Vara Especializada da Fazenda Pública 288
2ª Vara Especializada da Fazenda Pública 306
3ª Vara Especializada da Fazenda Pública 309
4ª Vara Especializada da Fazenda Pública 313
5ª Vara Especializada da Fazenda Pública 319
Vara Especializada de Execução Fiscal 323

Vara Especializada do Meio Ambiente **538**
Varas Criminais **545**
1ª Vara Criminal 545
3ª Vara Criminal 545
4ª Vara Criminal 546
5ª Vara Criminal 548
8ª Vara Criminal 549
9ª Vara Criminal 551
10ª Vara Criminal 551
11ª Vara Criminal - J. Militar 553
12ª Vara Criminal 554
13ª Vara Criminal 556
14ª Vara Criminal 556
Vara Especializada Contra o Crime Organizado, os Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica e os Crimes Contra a Administração Pública 556

Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher **558**
1ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher 558
2ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher 564

Varas Especializadas da Infância e Juventude **572**
1ª Vara Especializada da Infância e Juventude 572

Juizados Especiais Cíveis **573**
Primeiro Juizado Especial Cível de Cuiabá **573**
Segundo Juizado Especial Cível de Cuiabá **625**
Terceiro Juizado Especial Cível de Cuiabá **649**
Quarto Juizado Especial Cível de Cuiabá 676

Quinto Juizado Especial Cível de Cuiabá **692**
Sexto Juizado Especial Cível de Cuiabá **699**
Oitavo Juizado Especial Cível de Cuiabá **718**
JUVAM - Juizado Especial Volante Ambiental de Cuiabá 729
Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá 730

Juizado Especial Criminal Unificado **762**

COMARCAS

Entrância Especial

Comarca de Cuiabá

Decisão

Decisão Classe: CNJ-22 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA
Processo Número: 1059154-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SUELENE BOM DESPACHO RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Oliveira da Silva OAB - MT9395-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIAO CUIABANA DE ASSOC DE MORADORES DE BAIRROS UCAMB (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PLANTÃO CÍVEL DA COMARCA DE CUIABÁ DECISÃO Recebi durante plantão judiciário. Trata-se de ação de exibição de documentos proposta por Suelene Bom Despacho Rodrigues, em face de União Cuiabana de Associação de Moradores de Bairros - UCAMB, objetivando a concessão de liminar para que a ré seja compelida a fornecer, de forma imediata, o boletim de urna, as cédulas faltantes, os votos, a lista de votantes, e atas, se acaso houverem, concernentes às eleições ocorridas na Faculdade IPDH, para eleger o presidente do Bairro Jardim Campus Elíseos. Narra a autora que em 23/10/2019 a ré emitiu o edital de convocação de nº 27618 para eleições nos bairros associados. Assim, candidatou-se para participar da eleições para presidente do bairro Jardim Campus Elíseos Afirma que o processo eleitoral transcorreu de forma conturbada e que em 24/11/2019, no momento da apuração dos votos, a delegada da seção designada pela ré realizou a contagem de votos sem participação dos mesários e fiscais e, em ato suspeito, informou às chapas concorrentes que a capitaneada pelo Senhor Lupércio havia vencido as eleições com a diferença de um voto apenas. Aduz que ato contínuo, a delegada evadiu-se do ambiente, mesmo instada a realizar a contagem dos votos. Contudo, saiu sem proclamar o vencedor, confeccionar a ata, atender o pedido de recontagem, registrar a impugnação ou sequer os seus votos de protesto. Alega que na data da votação, logo após a saída da delegada da seção de apuração, fez-se presente na sede da ré em busca de documentos, tais como lista de votantes, da urna, das cédulas, ou seja de todo material relativo às eleições. Contudo, nenhum membro da diretoria lá apareceu e a sede não abriu. Salienta que registrou boletim de ocorrência e, no outro dia, dirigiu-se novamente à sede da ré na tentativa de visualizar os documentos requeridos, não foi atendida. Assim, protocolou requerimento solicitando todo o material relativo às eleições ocorridas no bairro jardim Campus Elíseos. Por oportunidade do requerimento, pleiteou recontagem dos votos boletim de urna e atas. O requerimento aportou à sede da ré em 26/11/2019, mas não obteve resposta, razão pela qual formulou novo pedido com os mesmos argumentos e reafirmando seus pedidos encartados no primeiro pleito. Afirma que já transcorreram 16 (dezesseis) dias sem que fossem atendidos os dois requerimentos por ela apresentados, bem como que, regimentalmente, a posse dos presidentes eleitos ocorrerá após 20 (vinte) dias transcorridos da eleição, prazo que se encerrará em 14/12/2019, após o que não será possível recorrer administrativamente, caso comprovadas as irregularidades. Requer a concessão da tutela de urgência para que a ré seja compelida a fornecer, de forma imediata, o boletim de urna, as cédulas faltantes, os votos, a lista de votantes, e atas se acaso houverem concernentes às eleições ocorridas na Faculdade IPDH, para eleger o presidente do Bairro Jardim Campus Elíseos. É o relatório. Decido Em que pese o ajuizamento desta ação neste momento, não há justificativa para a sua apreciação durante o plantão judiciário, haja vista que não se trata de medida que não possa aguardar o expediente normal do judiciário. Afinal, o pedido versa sobre exibição de documentos referente à eleição de presidente de bairro, ocorrida em 24/11/2019. A Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso – CNGC disciplina as medidas que podem e devem ser apreciadas durante o plantão judiciário, verbis: "Art. 242. O Serviço de Plantão Judiciário destina-se exclusivamente ao recebimento, conhecimento ou decisão de: I – pedidos de habeas-corpus e mandados de segurança em que figurar como coator autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista; II – medida liminar em dissídio de greve; III – comunicações de prisão em flagrante e apreciação dos pedidos de concessão de liberdade provisória; IV – decretação de prisão preventiva ou temporária em caso de justificada urgência de representação da autoridade policial ou do Ministério Público; V – pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência; VI – medida cautelar, de natureza civil ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou no caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação; VII – medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos Juizados Especiais a que se referem as Leis 9.099, de 26 de setembro de 1995 e 10.259, de 12 de julho de 2001, limitadas as hipótese acima enumeradas. O magistrado deve demonstrar em sua decisão os fundamentos da urgência para sua análise durante o plantão, o que não é o caso, conforme art. 246 da CNGC/TJMT: "Art. 246. Nas decisões proferidas em circunstâncias excepcionais, especialmente no plantão judiciário e antes da regular distribuição, o Juiz deverá, considerando a oportunidade do pedido, demonstrar com clareza e objetividade em que se funda a urgência." Assim, não há nenhuma justificativa para que esta ação de exibição de documentos tenha sido protocolada em plantão, eis que não há qualquer urgência de análise. Os fatos não são novos e a matéria poderia ter sido apresentada para apreciação durante o expediente forense regular, inexistindo prova do iminente prejuízo durante esse período de plantão. Aliás, como informado na inicial, a posse dos presidentes eleitos apenas ocorrerá em 14/12/2019, de forma que não se justifica a análise do pleito em regime de plantão. Como ressaltado, o plantão se destina a medida urgente, que não possa aguardar horário normal do expediente, o que não é o caso em apreço. Posto isto, findo o plantão, promova-se a distribuição. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, às 10:45. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1059168-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISNETE KATIA PINTO DE FIGUEIREDO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSUE GRACINDO ALVES OAB - MT12522-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEMOB - SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICIPIO DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PLANTÃO CÍVEL DA COMARCA DE CUIABÁ DECISÃO Recebi hoje, durante Plantão Judiciário. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Francisnete Kátia Pinto de Figueiredo em face do Secretário de Mobilidade Urbana do Município de Cuiabá/MT, aduzindo, em síntese, que no dia 06/12/2019, por volta das 17:00 horas teve seu veículo apreendido de forma ilegal pelos agentes da SEMOB, em razão de estar com o licenciamento vencido. Afirma que foi obrigada a desbloquear o sistema de roubo do automóvel, não sendo lavrado Auto de Apreensão, tampouco fornecido recibo de que o veículo foi apreendido. Informa, que no dia 10/12/2019 se dirigiu à Secretaria de Mobilidade Urbana para solicitar via do Auto de Apreensão, sendo orientada a se dirigir ao pátio onde o veículo está, contudo, ao se deslocar ao local, não conseguiu o documento solicitado, mas somente uma Guia de Recolhimento de Veículos. Requer a concessão da liminar para determinar à autoridade coatora que libere o veículo apreendido injustamente. É o relatório. Decido O objeto do mandado de segurança será sempre a correção de ato ou omissão da autoridade, desde que ilegal e ofensivo ao direito individual ou coletivo, líquido e certo do impetrante; nos termos do artigo 1º da Lei n. 12.016/2009: "Art. 1o Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça." Extrai-se dos autos que a autora pretende a liberação de seu veículo que foi apreendido no dia 06/12/2019, através de blitz realizada pela SEMOB, em razão do licenciamento do automóvel estar vencido. Declara a impetrante que a apreensão se deu de

forma ilegal. Muito embora o presente remédio constitucional tenha sido impetrado nesta data, não há justificativa para a sua apreciação durante o plantão judiciário, haja visto que não se trata de medida que não possa aguardar o expediente normal do judiciário.. A Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso – CNGC disciplina as medidas que podem e devem ser apreciadas durante o plantão judiciário, verbis: "Art. 242. O Serviço de Plantão Judiciário destina-se exclusivamente ao recebimento, conhecimento ou decisão de: I – pedidos de habeas-corpus e mandados de segurança em que figurar como coator autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista; II – medida liminar em dissídio de greve; III – comunicações de prisão em flagrante e apreciação dos pedidos de concessão de liberdade provisória; IV – decretação de prisão preventiva ou temporária em caso de justificada urgência de representação da autoridade policial ou do Ministério Público; V – pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência; VI – medida cautelar, de natureza civil ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou no caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação; VII – medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos Juizados Especiais a que se referem as Leis 9.099, de 26 de setembro de 1995 e 10.259, de 12 de julho de 2001, limitadas as hipótese acima enumeradas. Assim, não há nenhuma justificativa para que este manado de segurança seja protocolizada agora, eis que não há qualquer urgência de análise durante o plantão. Deveria a impetrante ter distribuído o Writ perante o juízo competente, durante o expediente normal a fim de que a questão seja apreciada. Afinal, repito, não há urgência a autorizar a apreciação no plantão. Como ressaltado acima, o plantão se destina a medida urgente, que não possa aguardar horário normal do expediente, o que não é o caso em apreço. Posto isto, findo o plantão, promova-se a regular distribuição. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019, em 11:20 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059114-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE SOARES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NIVANDO CRUZ DE CAMPOS OAB - MT23830/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PLANTÃO CÍVEL DA COMARCA DE CUIABÁ DECISÃO Recebi durante plantão judiciário. Trata-se ação declaratória de inexistência de débito c/c danos morais e pedido de tutela antecipada proposta por Jose Soares dos Santos em face de Telefônica Brasil S.A, ambos qualificados nos autos. Narra o autor que foi surpreendido com a informação de que seu nome foi inscrito no SERASA pela ré, por dívida gerada na cidade de São Paulo capita, Bairro Vila Gomes Cardim, Rua Itapura S/N – SP, com valor de R$ 196,81 (cento e noventa e seis reais e oitenta e um centavos) com vencimento em 21/08/2017, que desconhece. Afirma que autor utiliza o telefone móvel no plane pré-pago. Contudo, sem sua anuência, a ré mudou o seu plano para pós pago. Aduz que ligou por várias vezes para a ré solicitando o cancelamento do referido número, bem como que a ré lhe informou que fazendo o pagamento no valor de R$ 64,99 (sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos), seria feito o cancelamento. Assim, efetuou o pagamento da aludida quantia, mas ainda assim teve seu nome inscrito nos cadastros de proteção ao crédito, razão pela qual requer a concessão da tutela antecipada de urgência para o fim de que seu nome seja excluído dos cadastros de inadimplentes, sob pena de multa diária. É o relatório. Decido. O plantão judiciário se destina a apreciação de pedidos que não puderam ser aduzidos durante o expediente normal, ou quando os fatos questionados ocorreram após o seu encerramento, o que não se infere do caso dos autos. A Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso – CNGC disciplina as medidas que podem ser apreciadas durante o plantão judiciário, verbis: "Art. 242. O Serviço de Plantão Judiciário destina-se exclusivamente ao recebimento, conhecimento ou decisão de: I – pedidos de habeas-corpus e mandados de segurança em que figurar como coator autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista; II – medida liminar em dissídio de greve; III – comunicações de prisão em flagrante e apreciação dos pedidos de concessão de liberdade provisória; IV – decretação de prisão preventiva ou temporária em caso de justificada urgência de representação da autoridade policial ou do Ministério Público; V – pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência; VI – medida cautelar, de natureza civil ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou no caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação; VII – medidas urgentes, cíveis ou criminais, da competência dos Juizados Especiais a que se referem as Leis 9.099, de 26 de setembro de 1995 e 10.259, de 12 de julho de 2001, limitadas as hipótese acima enumeradas." (destaquei). O magistrado deve demonstrar em sua decisão os fundamentos da urgência para sua análise durante o plantão, o que não é o caso, conforme art. 246 da CNGC/TJMT: "Art. 246. Nas decisões proferidas em circunstâncias excepcionais, especialmente no plantão judiciário e antes da regular distribuição, o Juiz deverá, considerando a oportunidade do pedido, demonstrar com clareza e objetividade em que se funda a urgência." In casu, não se verifica nenhuma urgência no pedido, e/ou possibilidade de perecimento de direito que justifique a análise no período de plantão judicial. Deveria o autor ter distribuído o feito perante o juízo competente, durante o expediente normal, a fim de que a questão fosse apreciada. Afinal, repito, não há urgência a autorizar a apreciação durante o plantão. Como ressaltado, o plantão se destina a medida urgente, que não possa aguardar horário normal do expediente, o que não é o caso em apreço. Além disso, em 10/12/2019, foi protocolada causa idêntica, também durante plantão judiciário, distribuída à 3ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, sob o nº 1058938-98.2019.811.0041, de forma que se afigura desnecessária a análise do pleito durante esse período de plantão. Com estas considerações e não sendo matéria de plantão, INDEFIRO O PEDIDO. Findo o plantão, promova-se a regular distribuição. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, às 10:50 horas. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Diretoria do Fórum

Gerência de Recursos Humanos

Portaria

PORTARIA N.º 614/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que consta do expediente CIA nº. 0749623-45.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
RETIFICAR em parte a Portaria n.º 605/2019-GRHFC, de 05/12/2019, que designou o (a) servidor (a) FERNANDA RAMOS DUARTE, matrícula n.º 24581, para o cargo de Gestor Judiciário, na Secretaria do Sexto Juizado Especial Cível de Cuiabá - SDCR:
Onde se lê: de 07/01/2020 a 16/01/2019 (férias).
Leia-se: 07/01/2020 a 16/01/2020 (férias).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 615/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 10 (dez) dias de usufruto de férias referente ao exercício 2019, pelo Gestor Administrativo II Francisco José Carvalho Marcílio, matrícula nº. 3879, do(a) Oitavo Juizado Especial Cível - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0749938-73.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) ROSEVELT DE OLIVEIRA, matrícula nº. 8603, Auxiliar Judiciário, lotado(a) na Central de Administração - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Administrativo II do Oitavo Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá, no período de 09/12/2019 a 18/12/2019 (férias).

Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 616/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 22 (vinte e dois) dias de usufruto de licença médica, pelo Gestor Judiciário Substituto Lygia Marinho Fontes Xavier, matrícula nº. 24402, do(a) Secretaria - 5ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0749991-54.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS, matrícula nº. 37475, Técnico Judiciário, lotado(a) na Secretaria - 5ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário Substituto, no período de 01/11/2019 a 22/11/2019 (licença médica).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 617/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 40 (quarenta) dias de usufruto de licença prêmio, pelo Gestor Judiciário Edernice Miranda Serafim da Costa, matrícula nº. 296, do(a) Secretaria - 8ª Vara Criminal - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0750028-81.2019.8.11.0001,
RESOLVE: DESIGNAR o(a) servidor(a) GUILHERME PAES MAIOLINO, matrícula nº. 33936, Analista Judiciário, lotado(a) na Secretaria - 8ª Vara Criminal - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário, no período de 07/01/2020 a 15/02/2020 (licença prêmio).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 618/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,
RESOLVE:
Artigo 1º - REVOGAR a Portaria nº. 423/2018-GRHFC de 21/08/2019, que designou o (a) servidor (a) MILENA FERNANDES MACHADO, matrícula nº. 36121, Analista Judiciário, para exercer, em comissão o cargo de Assessor de Gabinete I - PDA-CNE-VII, no Gabinete do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Artigo 2º - DESIGNAR o (a) servidor (a) MILENA FERNANDES MACHADO, matrícula nº. 36121, Analista Judiciário, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário, na secretaria de Cartas Precatórias do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias - 1ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 619/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,
RESOLVE:
Artigo 1º - EXONERAR o(a)servidor(a) SUZANE SIANO DA SILVA ANDRADE , matrícula nº. 25786, nomeado (a) pela Portaria n.º 273/2018-GRHFC, de 21/05/2018, para exercer em comissão, o cargo de Assessor de Gabinete II - PDA-CNE-VIII, no Gabinete do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital - Dr. Claúdio Roberto Zeni Guimarães, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Artigo 2º - NOMEAR o(a) servidor(a) SUZANE SIANO DA SILVA ANDRADE , matrícula nº. 25786, portador(a) do RG nº. 11682280 SSP/MT e CPF nº. 014.538.001-74, para exercer em comissão, o cargo de Assessor de Gabinete II - PDA-CNE-VIII, no Gabinete do Juiz de Direito do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias- 1ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá - Dr. Cláudio Roberto Zeni Guimarães, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 620/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 15 (quinze) dias de usufruto de férias referente ao exercício 2019, pelo Gestor Administrativo III Fernanda de Siqueira Arruda Campião, matrícula nº. 14387, do(a) Central de Administração - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0750179-47.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) CAROLINA ZAMPARONI, matrícula nº. 14935, Técnico Judiciário, lotado(a) na Central de Administração - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Administrativo III, no período de 07/01/2020 a 21/01/2020 (férias).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 621/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 10 (dez) dias de usufruto de férias referente ao exercício 2019, pelo Gestor Judiciário Substituto Thays Machado, matrícula nº. 10654, do(a) Secretaria - 7ª Vara Criminal - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0750182-02.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) LUCIANA CRISTINA PISTORE, matrícula nº. 7988, Técnico Judiciário, lotado(a) na Secretaria - 7ª Vara Criminal - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário Substituto, no período de 07/01/2020 a 16/01/2020 (férias).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 622/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,

RESOLVE:
Artigo 1º - EXONERAR o(a) servidor(a) LORENA LARRANHAGAS MAMEDES, matrícula nº. 32509, nomeado (a) pela Portaria n.º 123/2018-GRHFC, de 09/03/2018, para exercer em comissão, o cargo de Assessor Técnico Jurídico - PDA-CNE-II, no Gabinete do Juiz de Direito - 1ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Artigo 2º - NOMEAR o(a) servidor(a) LORENA LARRANHAGAS MAMEDES, matrícula nº. 32509, portador(a) do RG nº. 14127822 SSP/MT e CPF nº. 019.638.011-13, para exercer em comissão, o cargo de Assessor Técnico Jurídico - PDA-CNE-II, no Gabinete do Juiz de Direito do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias- 1ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá - Dr. Cláudio Roberto Zeni Guimarães, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 623/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 10 (dez) dias de usufruto de férias referente ao exercício 2019, pelo Gestor Judiciário Darlene Miranda, matrícula nº. 3228, do(a) Secretaria - 3ª Vara Especializada em Direito Bancário - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0750219-29.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) MARCELO PARADA MACHADO FILHO, matrícula nº. 37083, Técnico Judiciário, lotado(a) na Secretaria - 3ª Vara Especializada em Direito Bancário - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário Substituto, no período de 10/12/2019 a 19/12/2019 (férias).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 624/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o período de 03 (três) dias de compensatória, pelo Gestor Administrativo II Júlio Callejas, matrícula nº. 34672, do(a) Central de Administração - Comarca da Capital - SDCR, conforme consta do expediente CIA nº. 0750222-81.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
DESIGNAR o(a) servidor(a) ANGELICA VILALVA GUIMARAES , matrícula nº. 23569, Analista Judiciário, lotado(a) na Central de Distribuição - Comarca da Capital - SDCR, para exercer, a função de confiança de Gestor Administrativo II, no período de 17/12/2019 a 19/12/2019 (compensatória).
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 625/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,
RESOLVE:
Artigo 1º - REVOGAR a Portaria nº. 080/2018-GRHFC de 08/02/2018, que designou o (a) servidor (a) CESAR ADRIANE LEONCIO, matrícula nº. 24386, Analista Judiciário, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário, na secretaria da 1ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Artigo 2º - DESIGNAR o (a) servidor (a) CESAR ADRIANE LEONCIO, matrícula nº. 24386, Analista Judiciário, para exercer, a função de confiança de Gestor Judiciário, na secretaria de Recuperação Judicial do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias - 1ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 626/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,
RESOLVE:
Artigo 1º - EXONERAR o(a) servidor(a) ROBERTA ARANHA MANNARELLI , matrícula nº. 12450, nomeado (a) pela Portaria n.º 204/2019-GRHFC, de 08/05/2019, para exercer em comissão, o cargo de Assessor de Gabinete I - PDA-CNE-VII, no Gabinete do Juiz - 1ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Artigo 2º - NOMEAR o(a) servidor(a) ROBERTA ARANHA MANNARELLI , matrícula nº. 12450, portador(a) do RG nº. 078977048 SSP/MT e CPF nº. 021.632.167-05, para exercer em comissão, o cargo de Assessor de Gabinete I - PDA-CNE-VII, no Gabinete do Juiz do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias - 1ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá - Drª. Anglizey Solivan de Oliveira, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 627/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,
RESOLVE:
Artigo 1º - EXONERAR o(a) servidor(a) THAMIRES MARTINS ANTUNES FERREIRA , matrícula nº. 26529, nomeado (a) pela Portaria n.º 205/2019-GRHFC, de 08/05/2019, para exercer em comissão, o cargo de Assessor de Gabinete II - PDA-CNE-VIII, no Gabinete do Juiz - 1ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, com efeitos retroativos a 06/12/2019.
Artigo 2º - NOMEAR o(a) servidor(a) THAMIRES MARTINS ANTUNES FERREIRA , matrícula nº. 26529, portador(a) do RG nº. 18861059 SSP/MT e CPF nº. 026.218.621-79, para exercer em comissão, o cargo de Assessor de Gabinete II - PDA-CNE-VIII, no Gabinete do Juiz do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias - 1ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá - Drª. Anglizey Solivan de Oliveira, com efeitos retroativos a 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 628/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,
RESOLVE:
Artigo 1º - REVOGAR a Portaria n.º 239/2019-GRHFC, de 24/05/2019, que designou o(a) servidor(a) GABRIELLA CRISTINA COSTA AMORIM, Analista Judiciário, matrícula nº. 8290, para exercer em comissão, o cargo

de Assessor Técnico Jurídico - PDA-CNE-II, no Gabinete do Juiz - 1ª Vara Cível - Comarca da Capital - SDCR, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Artigo 2º - DESIGNAR o(a) servidor(a) GABRIELLA CRISTINA COSTA AMORIM, Analista Judiciário, matrícula nº. 8290, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Técnico Jurídico - PDA-CNE-II, no Gabinete do Juiz do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias - 1ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá - Drª. Anglizey Solivan de Oliveira, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 629/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,
RESOLVE:
LOTAR o(a) servidor(a) ELISANGELA DE SOUZA BARROS, matrícula nº. 23556, Analista Judiciário, na secretaria de Recuperação Judicial do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias - 1ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 630/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,
RESOLVE:
LOTAR o(a) servidor(a) DANILO OLIVEIRA CARILLI, matrícula nº. 32693, Analista Judiciário, na secretaria de Recuperação Judicial do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias - 1ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 631/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,
RESOLVE:
LOTAR o(a) servidor(a) FELIPE COELHO DE AQUINO, matrícula nº. 37986, Analista Judiciário, na secretaria de Recuperação Judicial do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias - 1ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, com efeitos retroativos a partir de 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 632/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que consta do expediente CIA nº. 0743804-30.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
LOTAR o(a) servidor(a) JOSE REINALDO MENDES DOS SANTOS, matrícula nº. 3171, Oficial de Justiça, na Central de Mandados do Fórum da Comarca de Cuiabá, com efeitos a partir de 11/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 633/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que consta do expediente CIA nº. 0743804-30.2019.8.11.0001,
RESOLVE:
LOTAR o(a) servidor(a) MARTHA RIBEIRO ENS FERNANDES, matrícula nº. 33157, Oficial de Justiça, no Juizado Volante Ambiental da Comarca de Cuiabá, com efeitos a partir de 22/01/2020.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

PORTARIA Nº. 634/2019-GRHFC
O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos da Lei n. 11.044, de 05 de dezembro de 2019 - D.O. 06/12/2019,
RESOLVE:
LOTAR o(a) servidor(a) MARTA DE LIMA ALVES, matrícula nº. 8286, Auxiliar Judiciário, na secretaria de Cartas Precatórias do Núcleo de Recuperação Judicial e Cartas Precatórias - 1ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, com efeitos a retroativos partir de 06/12/2019.
Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

A Portaria n. 610/2019-GRHFC completa encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Caderno de Anexo

Central de Arrecadação

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 829948 Nr: 35692-03.2013.811.0041
AÇÃO: Exibição->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DENILSON TRAJANO DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SERASA-CENTRALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE BANCOS SOCIEDADE ANÔNIMA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NILSON ELY TRAJANO DE OLIVEIRA - OAB:11610-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:14.992-A/MT, LUCIMARA CORDEIRO RODRIGUES TAVARES - OAB:3961
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41 (cento e

quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 983106 Nr: 15425-39.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSIMEIRE FERREIRA TENORIO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERGES JUNIOR DE LIMA - OAB:12.918/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:OAB/MT 22992-A, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:OAB/MT 26417A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41 (cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1121430 Nr: 19428-03.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MVADES, ANDREIA CRISTINA DE ARRUDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JULIANO DIAS CORREA - OAB:11583/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE - OAB:7413, LUCIANA GOULART PENTEADO - OAB:167884/SP
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41 (cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1162616 Nr: 37000-69.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: THIAGO APARECIDO PEREIRA GIMENEZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA - OAB:9.457/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - OAB:8.506-A/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41 (cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 317501 Nr: 20671-94.2007.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLADIMIR CESAR TESCHKE
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRASIL TELECOM S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALDEYR LIMA DE MELO - OAB:10.0174/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE MIRANDA LIMA - OAB:13241-A/MT, ELADIO MIRANDA LIMA - OAB:13242-A/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 444,46 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 206,05(duzentos e seis reais e cinco centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 222,23 (duzentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 16,18 (dezesseis reais e dezoito centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para

emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 61117 Nr: 3052-30.2002.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EXECUTIVA TUR LTDA EPP
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGER - AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA NASCIMENTO - OAB:5.475/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON MAIA TIMO - OAB:5.077
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 108,46 (cento e oito reais e quarenta e seis centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 101,34(cento e um reais e trinta e quatro centavos), para recolhimento da guia de custas. E, ao Cartório não oficializado o valor correspondente a R$ 7,12(sete reais e doze centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros, Banco do Brasil, Agência 4696-5, conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 72099 Nr: 1346-22.1996.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTÔNIO TROMBIM, CLEUSA PACHECO TROMBIM (ESPOSA)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - OAB:3150-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAMÃO RICALDES DE LIMA - OAB:3.872/MS
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 332,44(trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 28129 Nr: 1286-54.1993.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA LUCIA FERREIRA NOGUEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO S/A - CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS ROBERTO DE SOUZA CARMONA - OAB:3863
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 218,33 (duzentos e dezoito reais e trinta e três centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 762055 Nr: 14561-06.2012.811.0041
AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa->Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TOYOTA DO BRASIL LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): HOSANA BATISTA CANDIDA DO AMARAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIANARU DA SILVA PAIXAO - OAB:10105/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CELSO CORRÊA DE OLIVEIRA - OAB:7.344/MT, MICHELLE CRISTINA COSTA RANGEL - OAB:6983/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 762058 Nr: 14564-58.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: DISVECO LTDA - DISTRIBUIDOR DE VENDA DE VEÍCULO TOYOTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): HOSANA BATISTA CANDIDA DO AMARAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA - OAB:4705/MT, JOÃO HENRIQUE TELES DE SOUZA - OAB:11.409/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CELSO CORRÊA DE OLIVEIRA - OAB:7.344/MT, MICHELLE CRISTINA COSTA RANGEL - OAB:6983/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 731423 Nr: 27552-48.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELOIZA NAIR DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): CREDICARD MASTERCARD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDÉSIO MARTINS DA SILVA - OAB:9.254/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:14.992-A/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41 (cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 927857 Nr: 48136-34.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FRANCISCA QUEIROZ DE ALMEIDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAB - CONCESSIONARIA DE SERVIÇOS PUBLICO DE AGUA E ESGOTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA ANGÉLICA SILVA DA COSTA ZANATA - OAB:13.335/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDA ALVES CARDOSO - OAB:9.494 OAB/MT, GISELA ALVES CARDOSO - OAB: 7.725 OAB/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 913,66(novecentos e treze reais e sessenta e seis centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 456,83(quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 456,83(quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 10707 Nr: 11973-80.1999.811.0041
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): RODRIGUES & BISSOLI LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SÉRVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 122,73(cento e vinte e dois reais e setenta e três centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 19674 Nr: 10135-68.2000.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONSTRUTORA TRIUNFO S/A.
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO - OAB:3.213/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DORGIVAL VERAS DE CARVALHO - PROC. DO ESTADO - OAB:PROCUR.EST.
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 150,15(cento e cinquenta reais e quinze centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU

REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 31084 Nr: 14494-61.2000.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMÍDIO REVELLES PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DENISE COSTA SANTOS BORRALHO - OAB:3.607/MT, MÁRCIA ADELHEID NANI - OAB:6657/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DILMAR - OAB:3677/MS
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 333,95(trezentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 54274 Nr: 699-85.2000.811.0041
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MEGER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, MARCO ANTONIO ALMENDRA MEGER, ANGELA FABIANE ALMENDRA MEGER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDMILSON DA COSTA PEREIRA - OAB:PROMOTOR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI - OAB:25430, VIRGÍNIA CÔRTES VOLPATO - OAB:36.447/PR, WILSON SAENS SURITA JUNIOR - OAB:7302-A, WILSON SAENZ SURITA JUNIOR - OAB:7302-A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 556,56 (quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 479,87 (quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 72,21 (setenta e dois reais e vinte e um centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 4,46 (quatro reais e quarenta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 59684 Nr: 11194-28.1999.811.0041
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LAURA CECÍLIA ROCHA SILVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO LUIZ SPOLADOR - OAB:5453/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DORGIVAL VERAS DE CARVALHO - PROC. DO ESTADO - OAB:PROCUR.EST.
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 152,67(cento e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 758774 Nr: 11034-46.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MELQUIADES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO FINASA BMC S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANIE MARTINS MATTOS - OAB:8.920-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41 (cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa

judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 959240 Nr: 4490-37.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESDS, EMILIO DIVINO DE SANTANA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - OAB:8.506-A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41 (cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 454666 Nr: 26124-65.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE DOMINGOS DA CRUZ NETO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERMERCADO MODELO LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANETH GLÁUCIA DE OLIVEIRA NAZÁRIO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:NÚCLEO CÍVEL
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROSELY AMARAL DE SOUZA - OAB:11.864/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 381,04 (trezentos e oitenta e um reais e quatro centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS, e R$ 144,41 (cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado, o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 649860 Nr: 11973-22.1995.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DIVINO JOSE ESTEVAM
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ ARIMATEIA F. SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANA BORGES MOURA CABRAL - OAB:6.755/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RICARDO DA SILVA PEREIRA - OAB:10446/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 95,86 (noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1276486 Nr: 634-60.2018.811.0041
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GLOBAL TRANSPORTADORA E AGROPECUÁRIA LTDA, LAEL FIDELIS DE SOUSA, IVONE FERMINO DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS SUDOESTE DE MT SICRED SUDOESTE/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DE CUIABÁ - OAB:NUCLEO CIVEL
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BÍSNEA CRISTINA SILVA - OAB:16.208/MT, DIEGO DE ALMEIDA VARGAS NUNES - OAB:10220, EDUARDO THEODORO FABRINI - OAB:10018/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 3.581,07(três mil, quinhentos e oitenta e um reais e sete centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 80661 Nr: 3650-91.1996.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Jerolino Lopes de Aquino
PARTE(S) REQUERIDA(S): WALTER TAPIAS TETTILA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA LÚCIA DE AQUINO AMARAL - OAB:3461
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA - OAB:9779/MT, ELARMIN MIRANDA - OAB:1895/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.087,54(um mil, oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 1.024,46(um mil, vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos), para recolhimento da guia de custas. E, ao Cartório não oficializado o valor correspondente a R$ 63,08(sessenta e três reais e oito centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros, Banco do Brasil, Agência 4696-5, conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 42041 Nr: 12511-90.2001.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO CESÁRIO DE OLIVEIRA NETTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIRETOR DO DETRAN/MT, MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROSELI PAULINA DE ÁVILA - OAB:6655
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARTI MATOS CARRIJO FRAGA - OAB:4574/MT, USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - PROC. MUNICIPAL - OAB:3150 A/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 270,69(duzentos e setenta reais e sessenta e nove centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 260,75(duzentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos), para recolhimento da guia de custas. E, ao Cartório não oficializado o valor correspondente a R$ 9,94(nove reais e noventa e quatro centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros, Banco do Brasil, Agência 4696-5, conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 21023 Nr: 14646-75.2001.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MÁRCIO JOSÉ BATISTA NOBREGA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIRETOR DO DETRAN/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO SÉRGIO A. LIMA REZENDE - OAB:23639/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARTI MATOS CARRIJO FRAGA - OAB:4574/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 173,90(cento e setenta e três reais e noventa centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 163,94(cento e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos), para recolhimento da guia de custas. E, ao Cartório não oficializado o valor correspondente a R$ 9,96(nove reais e noventa e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros, Banco do Brasil, Agência 4696-5, conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 7391 Nr: 11664-59.1999.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LEOVERAL FRANCISCO LOPES, MARCEL ALEXANDRE LOPES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO VOLKSWAGEN S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEOVERAL FRANCISCO LOPES - OAB:3549-B/MT, MARCEL ALEXANDRE LOPES - OAB:6454
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA - OAB:OAB/RJ-160.435, MILENA RODRIGUES DA SILVA - OAB:15.446/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 628,62(seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 54718 Nr: 932-14.2002.811.0041
AÇÃO: Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALBA DE SOUZA MONTEIRO DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA

NASCIMENTO - OAB:5.475/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ADELAR DAL PISSOL (PROCURADOR MUNICIPAL) - OAB:2.838/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 159,27(cento e cinquenta e nove reais e vinte e sete centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 799380 Nr: 5802-19.2013.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ANGELA MARIA FERNANDES TELES

PARTE(S) REQUERIDA(S): GEAP - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DOUGLAS DE MELO SANTIAGO - OAB:14359

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:128.341/SP, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:11.065-A/MT

Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 721,41(setecentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos), a que foi condenada, nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 308,01(trezentos e oito reais e um centavo), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que, para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e, após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Varas Cíveis

1ª Vara Cível

Expediente

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 1111036 Nr: 15097-75.2016.811.0041

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: TUT TRANSPORTES LTDA, LEDA ANTUNES GONÇALVES, ZAPAZ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ELIAS BISPO, JOSE SALVADOR QUARESMA DOS SANTOS, NELSON RODRIGUES DE MATTOS, JURANDIR PEREIRA DA SILVA, ADRIEL ANTONIO BORGES DE SOUZA, CLOVIS SMITH JUNIOR, CARLOS DE SOUZA, MOISES SILVA DE TAS, MIGUEL SEVERINO ALVES, FRANCISCO LAZARO DA SILVA, AGNALDO ANTONIO BORGES DE SOUZA, MAXUEL DA SILVA, MARCELO MARIANA FERNANDES, SILMAR DE SOUZA SILVA, JOAQUIM GERALDO ROSA, CLEITON LUIZ INACIO, VALDIVINO RODRIGUES DE SOUZA, VALDEMAR GOMES, ARNALDO ALVES DOS SANTOS, DEMICIANO DE MATOS, VANDERLEI FILIPE DA SILVA, PAULO VIEIRA DOS SANTOS, DEMAIS POSSEIROS, Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Novo Horizonte

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANE GONÇALVES ANTUNES - OAB:6.095/MT, CECILIANA MARIA FANTINATO VIEIRA E JENEZERLAU - OAB:8464/MT, JOÂO JENEZERLAU DOS SANTOS - OAB:3.613-B/MT, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC, NADSON JENEZERLAU SILVA SANTOS - OAB:11623-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANO JOSÉ DA SILVA - OAB:15.745/MT, RANMAR SANTYAGO A. AMORIM SANTOS - OAB:21910

Visto.

Cuida-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR ajuizada pela TUT TRANSPORTES LTDA em face de ELIAS BISPO E OUTROS, que foi remetida a este Juízo pelo MM. Juiz da Vara Especializada de Direito Agrário da Capital pela decisão proferida às fls. 109/111. O magistrado que me antecedeu na condução do feito, suscitou CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA (fls. 225/227), tendo o TJ/MT, julgado improcedente o conflito (fl. 246).

Em consonância com o parecer ministerial de fls. 293/296, DETERMINO:

I – INTIME-SE a parte autora para impugnar a habilitação da ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES como assistente processual, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (CPC/2015 – art. 120).

II – INTIMEM-SE os sócios da requerente para regularização da representação processual, conforme apontado pelo Ministério Público no item “b” de seu parecer.

III – INTIME-SE o administrador judicial para, em 10 (dez) dias úteis, esclarecer a situação do bem objeto da presente demanda possessória.

IV – INTIME-SE o INCRA e o MDA (Ouvidora Agrária) para prestarem os esclarecimentos determinados no item “3” da decisão de fl. 73, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Expeça-se o necessário.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira

Cod. Proc.: 1005116 Nr: 25584-41.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: NUFARM INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S /A, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): SIGMA AGROPECUARIA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GUILHERME FONTES BECHARA - OAB:282824/SP, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC, SIMONE MAIA NATAL - OAB:346.800 OAB/SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO FRANGE JÚNIOR - OAB:6218/MT

Visto.

INTIME-SE A RECUPERANDA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, indicar os bens a serem restituídos à NUFARM.

Com a manifestação da recuperanda, INTIME-SE A REQUERENTE para manifestação em 05 (cinco) dias úteis.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1440884 Nr: 18020-69.2019.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ADRIANO DE QUEIROZ, ZAPAZ CONSULTING AUDITORIA LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): COTTON KING LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC, REGIANE ALVES DA CUNHA - OAB:OAB/MT 7712

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALINE BARINE NÉSPOLI -

OAB:9229/MT

Impulsionando os autos, promovo a republicação da decisão de fls. 25, haja vista que não houve a escorreita intimação das partes: Visto. I - Concedo a parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se. II - Trata-se de habilitação retardatária interposta por ADRIANO DE QUEIROZ, por dependência aos autos da falência de COTTON KING LTDA, que, conforme autoriza o §5º, do art. 10, da Lei 11.101/05, deve ser recebida como IMPUGNAÇÃO À RELAÇÃO DE CREDORES, e processada na forma do artigo 13, da LRF. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se."

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 75135 Nr: 2030-83.1992.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO S/A, ROSEMEIRE BARROS MONTEIRO DE LAMÔNICA FREIRE, ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): MUFFATO WICHOSKI & CIA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:6.565/MT, MARIO CARDI FILHO - OAB:3.584-B/MT, ROSEMEIRE BARROS MONTEIRO DE LAMÔNICA FREIRE - OAB:4.497/MT, USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - OAB:3150-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO BATISTA BENETI - OAB:3065

Visto.

O Administrador Judicial manifesta pela improcedência da ação, " uma vez que em face do decurso do tempo e de inúmeros furtos e arrombamentos ocorridos nos locais em que os bens permaneceram guardados, torna-se impossível a localização e consequente restituição das câmaras frigoríficas. " (fls. 151/152).

Considerando o disposto no artigo 10, do Novo Código de Processo Civil, segundo o qual "O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício" intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 05 dias corridos.

Decorrido o prazo com ou sem manifestação, conclusos para deliberações.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 154665 Nr: 2370-27.1992.811.0041

AÇÃO: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCES

PARTE AUTORA: VALISERE INDUSTRIA COMERCIO LTDA, EDILIO MIRANDA, MARCOS JOSE MARTINS FERNANDES

PARTE(S) REQUERIDA(S): COMERCIO DE TECIDOS J C LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Jose Martins Fernandes - OAB:, NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ - OAB:4606/GO

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAMON R. DE LIMA - OAB:3872

Visto.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer.

Após, conclusos.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 158913 Nr: 12972-62.2001.811.0041

AÇÃO: Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: TRESE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, RONIMARCIO NAVES

PARTE(S) REQUERIDA(S):

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALESSANDRO JACARANDÁ JOVÊ - OAB:4.247/MT, RONIMARCIO NAVES - OAB:6.228/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Visto.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para parecer.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 251330 Nr: 17906-87.2006.811.0041

AÇÃO: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCES

PARTE AUTORA: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA, GILBERTO RODRIGUES BAENA

PARTE(S) REQUERIDA(S): RR PAVIMENTAÇÃO RODOVIÁRIA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RICARDO HILDEBRAND SEYBOTH - OAB:35.111/PR

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO BATISTA DA SILVA - OAB:5237, PRISCILA BASTOS TOMAZ - OAB:8659, WILSON ROBERTO DE SOUZA MORAES - OAB:4834

Visto.

Em consonância com o parecer ministerial de fls. 335/336 e 340/343, determino a intimação do Administrador Judicial para manifestação, no prazo de 15 dias úteis.

Após, conclusos.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 1439961 Nr: 17800-71.2019.811.0041

AÇÃO: Prestação de Contas - Oferecidas->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: O ADMINISTRADOR JUDICIAL GEOTERRA TERRAPLANAGEM LTDA EPP, FLAVIO ALEXANDRE MARTINS BERTIN, BRUNO CARVALHO DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S):

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO CARVALHO DE SOUZA - OAB:MT 19.198

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Visto.

Cuida-se de PRESTAÇÃO DE CONTAS apresentada pelo administrador judicial nomeado nos autos da falência da GEOTERRA TERRAPLANAGEM LTDA, em razão do pedido de encerramento da falência de reabilitação do falido.

Assim, DETERMINO:

1 – EXPEÇA-SE EDITAL DE AVISO de que as contas foram entregues e se encontram à disposição dos interessados, que poderão impugná-las no prazo de 10 (dez) dias corridos (art. 154, § 2º).

1.1 - Expedido o edital, intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, promover sua retirada para publicação em órgão oficial, e em outro jornal de grande circulação, se a massa comportar, devendo, em seguida, comprovar nos autos a publicação.

2 – Decorrido o prazo do edital, consigno que os autos não deverão ser remetidos ao MINISTÉRIO PÚBLICO para parecer, como determina o artigo 154, § 3º, da Lei de Regência, haja vista que o mesmo já manifestou acerca do encerramento (fl. 1099/1100).

3 – Visando conferir a máxima publicidade ao presente feito, determino que A PRESENTE DECISÃO SEJA PUBLICADA NO DJE, devendo constar da publicação o nome do advogado da falida, do administrador judicial, bem como de quaisquer outros advogados que tenham se habilitado no processo.

Expeça-se o necessário.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 1441127 Nr: 18084-79.2019.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RICARDO FERNANDO BERLOFFA
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDO EMILIO GARCIA DE MORAES CHAGAS - OAB:16605
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto.
I - Concedo a parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se.
II - Trata-se de habilitação retardatária interposta por RICARDO FERNANDO BERLOFFA, por dependência aos autos da recuperação judicial de TRÊS IRMÃOS ENGENHARIA LTDA, que, conforme autoriza o §5º, do art. 10, da Lei 11.101/05, deve ser recebida como IMPUGNAÇÃO À RELAÇÃO DE CREDORES, e processada na forma do artigo 13, da LRF.
Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias.
Com a contestação, intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005.
Expeça-se o necessário.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 1442373 Nr: 18411-24.2019.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRIMUS INCORPORAÇÃO E CONTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NEWTON EMERSON BELLUCO - OAB:30.662/GO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto.
Determino venha à parte autora, no prazo de 15 dias, proceder à regularização da representação processual, mediante a juntada de mandato que outorgue poderes ao advogado para atuar junto ao presente feito, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321, parágrafo único, CPC).
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 1245005 Nr: 19583-69.2017.811.0041
AÇÃO: Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ERS ADVOCACIA, EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS, ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BOM DIA COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPOTAÇÃO LTDA, ABS DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA, TRANSPORTADORA MODELO LTDA, MASSA FALIDA DE SUPERMERCADO MODELO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:6565/O, EUCLIDES RIBEIRO S. JUNIOR - OAB:5.222/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARNO JUNG - OAB:, ARNO JUNG - OAB:19.585-PR
Visto.
Defiro o pedido de fls. 329/330, e concedo o prazo de 15 dias úteis para manifestação.
Decorrido o prazo acima assinalado, conclusos.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 1338274 Nr: 17427-74.2018.811.0041
AÇÃO: Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, AJ1 ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS ANTONIO MARCOS PASCOAL, ANTONIO CARLOS NOGUEIRA, ENPA - ENGENHARIA E PARCERIA LTDA EIRELI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RICARDO FERREIRA DE ANDRADE - OAB:MT 9.764-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO EMANUEL PAIM - OAB:14606/MT, HAIANA KATHERINE MENEZES FOLLMANN - OAB:18024/O, LUIZ CARLOS EHRET GARCIA - OAB:16.394
Visto.
Cuida-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COM PEDIDO DE LIMINAR ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em face da CARLOS ANTÔNIO MARCOS PASCOAL, ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA, LÁZARO QUEIROZ BORGES e ENPA – ENGENHARIA E PARCERIA LTDA, na qual o Colendo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do CONFLITO DE COMPETÊNCIA n.º 158472/MT, suscitado pela recuperanda, sobrestou a prática de qualquer ato expropriatório direcionado à recuperanda, designando o Juízo recuperacional para resolver, em caráter provisório as medidas urgentes, bem como deliberar sobre os bens e valores bloqueados.
Sobre os documentos juntados pelo Ministério Público Federal às fls. 1402/1404, diga a RECUPERANDA e o ADMINISTRADOR JUDICIAL, no prazo comum de 05 (cinco) dias úteis.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 1344395 Nr: 18654-02.2018.811.0041
AÇÃO: Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSANGELA MARIA FERREIRA, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MOINHO RÉGIO ALIMENTOS S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDER ROBERTO PIRES DE FREITAS - OAB:3889/MT, ERIKA RODRIGUES ROMANI - OAB:5.822/MT, FERNANDO WAHLBRINK - OAB:8.830, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - OAB:7348/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO MACEDO LOBO - OAB:14615/GO, REGINALDO ARÉDIO FERREIRA FILHO - OAB:11.295/GO
Visto.
Intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias úteis, juntar o comprovante de recolhimento das custas processuais, ou demonstrar documentalmente a sua hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Anglizey Solivan de Oliveira
Cod. Proc.: 1349553 Nr: 19606-78.2018.811.0041
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ALINE BARINI NÉSPOLI
PARTE(S) REQUERIDA(S): SANEPAVI CONSTRUÇOES E CONCESSOES LTDA, ERASMO ROMANO LEITE PINTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALINE BARINI NÉSPOLI - OAB:9.229/MT, DOUGLAS LINGIARDI STRACHICINI - PROMOTOR DE JUSTIÇA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto.
Intime-se a FALIDA para manifestação, no prazo de 05 dias úteis.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1129404 Nr: 22771-07.2016.811.0041
AÇÃO: Recuperação Judicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COMERCIAL OURINHOS LTDA, COMERCIAL OURINHOS LTDA (FILIAL), PAPELARIA PANTANAL LTDA EPP, BRUNO OLIVEIRA CASTRO, COMERCIAL PRIME DE MOVEIS EIRELI ME
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO OLIVEIRA CASTRO - OAB:9.237/MT, CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES - OAB:14485/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsionando os presentes autos, intimo o credor/interessado HAYAMAX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS, por intermédio de seu causídico(a)Fernanda Itimura Hayama, OAB/PR 68.383, para, no prazo de 05 dias, regularizar a representação processual, juntando aos autos procuração outorgada e atos constitutivos.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1204749 Nr: 6382-10.2017.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MOINHO RÉGIO ALIMENTOS S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - OAB:7348/MT, FRANCISCA DE ARAUJO MARQUES - OAB:2661/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO MACEDO LOBO - OAB:14615/GO, REGINALDO ARÉDIO FERREIRA FILHO - OAB:11.295/GO, VICTOR RODRIGO DE ELIAS - OAB:38767
Certifico que, na presente data, intimei, via telefone, a Dra. Francisca De Araujo Marques, OAB 2661/MT, advogada que se encontra com os presentes autos em carga, a fim de que proceda à sua devolução até o fim do expediente.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1441271 Nr: 18114-17.2019.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CRISTIANO AMARAL DOS SANTOS, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): QUARTZONORTH INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARGAMASSA LTDA -ME, EXECUTIVA NORTH TRANSPORTES LTDA - ME, BETO TRANSPORTES E TURISMO LTDA., VALDIR RUELIS, FASHION TUR VIAGENS E TURISMO LTDA -ME, ADRIANE TRANSPORTES E TURISMO LTDA -ME, EXECUTIVA TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, TRANSRUELIS TRANSPORTE LTDA, TRANSCAPITAL TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME, EXPRESSO NORTE TRANSPORTES LTDA ME, AVM VIAGENS E TURISMO LTDA ME, BOA VIAGEM TRANSPORTES E TURISMO LTDA -ME, MAV INDUSTRIA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA -ME, ROSARIO TUR VIAGENS E TURISMO LTDA -ME, EXPRESSO JUARA LTDA, A E- Participações Societárias LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALESSANDRO JAMBERS HIDALGO GIMENEZ - OAB:7379, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA - OAB:10280/MT, MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15.401/MT, MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15401
Impulsionando os autos, promovo a republicação da decisão de fls. 15, haja vista que não houve a escorreita intimação da parte requerida: "Visto. I - Concedo a parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se. II - Trata-se de habilitação retardatária interposta por CRISTALDO AMARAL DOS SANTOS, por dependência aos autos da recuperação judicial de FASHION TUR VIAGENS E TURISMO LTDA -ME, que, conforme autoriza o §5º, do art. 10, da Lei 11.101/05, deve ser recebida como IMPUGNAÇÃO À RELAÇÃO DE CREDORES, e processada na forma do artigo 13, da LRF. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se."

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1441547 Nr: 18212-02.2019.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, ZAPAZ CONSULTING AUDITORIA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): COTTON KING LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC, PROCURADOR DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALINE BARINE NÉSPOLI - OAB:9229/MT
Impulsionando os autos, promovo a republicação da decisão de fls. 09, haja vista que não houve a escorreita intimação da parte requerida: " Visto. Trata-se de habilitação retardatária interposta pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por dependência aos autos da falência de COTTON KING LTDA, que, conforme autoriza o §5º, do art. 10, da Lei 11.101/05, deve ser recebida como IMPUGNAÇÃO À RELAÇÃO DE CREDORES, e processada na forma do artigo 13, da LRF. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o ADMINISTRADOR JUDICIAL para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se."

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 847809 Nr: 51265-81.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDI MAGNANTI, JOÃO GUTEMBERG DA SILVA, MAYKOM FEITOSA MILAS, MARTA GOMES DO NASCIMENTO MOREIRA, EDMILSON PEREIRA LEAL, DAVISSON ALVES VIANA, ANTÔNIO LUIZ FERREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MASSA FALIDA CONSTRUTORA ALIANÇA, SERGIO BAPTISTA DA SILVA, RIO AZUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:6.565/MT, PLINIO JOSE DE SIQUEIRA NETO - OAB:10405 MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Edgar Biolchi - OAB:3.536/MT
Tendo em vista a volta dos autos à secretaria, intimo as partes para, se quiserem, no prazo de 05 dias, manifestarem no feito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 888948 Nr: 23078-29.2014.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos

Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A, WILBER NORIO OHARA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ERICO WERNER FINGER, SILVANA COMPAGNONI FINGER, AUTO PEÇAS E FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GUSTAVO AMATO PISSINI - OAB:13.842-A/MT, WILBER NORIO OHARA - OAB:8261/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KARLOS LOCK - OAB:16828/MT, MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15.401/MT, MARCO AURÉLIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15401/MT
Torno sem efeito a certidão de fls. 287, e intimo o Habilitante para, em 15 dias úteis, acostar aos autos mandato, que lhe outorgue poderes para atuar neste feito e, assim, regularizar sua representação processual, pois como se observa, às fls. 13-13v, está-se diante de subtabelecimento.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1336677 Nr: 17101-17.2018.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LORENY BRANDÃO PACHECO, CARLA HELENA GRINGS
PARTE(S) REQUERIDA(S): DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLA HELENA GRINGS SABO MENDES - OAB:8361/MT, EMANUEL GOMES DE SOUSA - OAB:18.303
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SEBASTIAO MONTEIRO DA COSTA JUNIOR - OAB:7.187/MT
Procedo à intimação da parte autora para, no prazo de 15 dias, acostar aos autos mandato, que lhe outorgue poderes para atuar neste feito e regularizar sua representação processual, pois consta nas procurações de fls. 25 e 52 poderes expressos para propor reclamação trabalhista.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1270417 Nr: 27797-49.2017.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RODOTECNICA INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, VALERI ANTONIO PERTILE, FERNANDO COSTA FERNANDES
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADONAI TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDO COSTA FERNANDES - OAB:, RODRIGO TERRA DE SOUZA - OAB:68.399
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VAGNER SOARES SULAS - OAB:4332-E
Procedo à intimação do Habilitante para, em 5 dias, manifestar-se sobre os termos do parecer do Administrador Judicial.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1353594 Nr: 20185-26.2018.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESMAIL FERREIRA DA CRUZ, ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BIMETAL INDUSTRIA METALURGIA LTDA - BIMETAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:6.565/MT, LEANDRO RIPOLI BIANCHI - OAB:12856
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATA SCOZZIERO DE ARRUDA SILVA - OAB:11990/OAB-MT, THAIS SVERSUT ACOSTA - OAB:9634/MT
Publicada decisão de fls. 41 no DJE n. 10555 em 08/8/2019, com vistas a manifestar-se o devedor, em 5 dias úteis, esse deixou transcorrer o prazo e manteve-se silente. Ato contínuo, intimo o Administrador Judicial para em, 5 dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1380763 Nr: 4434-62.2019.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CRISTIANO MARTINS DOS SANTOS, ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAVI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ÂNGELA MARIA DIAS RONDON GIL - OAB:155-B/RO, ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:6.565/MT, REBECCA DIAS SANTOS SILVEIRA FURLANETTO - OAB:5167
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATA SCOZZIERO DE ARRUDA SILVA - OAB:11990/OAB-MT, THAIS SVERSUT ACOSTA - OAB:9634/MT
Publicada decisão de fls. 19, DJE n. 10573 em 10/9/2019, com vistas a manifestar-se o devedor, em 5 dias úteis, esse deixou transcorrer o prazo e manteve-se silente. Ato contínuo, nos termos daquela determinação, intimo o Administrador Judicial para em, 5 dias úteis, emitir parecer, em que há de juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o parágrafo único, do artigo 12, da Lei n. 11.101/2005.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1380763 Nr: 4434-62.2019.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CRISTIANO MARTINS DOS SANTOS, ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAVI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ÂNGELA MARIA DIAS RONDON GIL - OAB:155-B/RO, ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:6.565/MT, REBECCA DIAS SANTOS SILVEIRA FURLANETTO - OAB:5167
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATA SCOZZIERO DE ARRUDA SILVA - OAB:11990/OAB-MT, THAIS SVERSUT ACOSTA - OAB:9634/MT
Ante ausência de cadastro do administrador do Juízo, procedi à concecução desse ato. Destarte, remeto à nova publicação: "Publicada decisão de fls. 19, DJE n. 10573 em 10/9/2019, com vistas a manifestar-se o devedor, em 5 dias úteis, esse deixou transcorrer o prazo e manteve-se silente. Ato contínuo, nos termos daquela determinação, intimo o Administrador Judicial para em, 5 dias úteis, emitir parecer, em que há de juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o parágrafo único, do artigo 12, da Lei n. 11.101/2005."

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1380762 Nr: 4433-77.2019.811.0041
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSEMIR BUKER SANTANA, ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAVI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:6.565/MT, REBECCA DIAS SANTOS SILVEIRA

FURLANETTO - OAB:5167

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATA SCOZZIERO DE ARRUDA SILVA - OAB:11990/OAB-MT, THAÍS SVERSUT ACOSTA - OAB:9634/OAB-MT

Publicada decisão de fls. 20, DJE n. 10579 em 18/9/2019, com vistas a manifestar-se o devedor, em 5 dias úteis, esse deixou transcorrer o prazo e manteve-se silente. Ato contínuo, nos termos daquela determinação, intimo o Administrador Judicial para em, 5 dias úteis, emitir parecer, em que há de juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o parágrafo único, do artigo 12, da Lei n. 11.101/2005.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1397281 Nr: 8367-43.2019.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: TIAGO CRISTIANO SOARES DE OLIVEIRA, ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BIMETAL INDÚSTRIA E METALÚRGICA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:6565, EDILENE SANDRA DE SOUSA LUZ SILVA - OAB:7568 - PA

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATA SCOZZIERO DE ARRUDA SILVA - OAB:11990/OAB-MT, THAIS SVERSUT ACOSTA - OAB:9634/MT

Publicada decisão de fls. 77, DJE n. 10591 em 04/10/2019, com vistas a manifestar-se o devedor, em 5 dias úteis, esse deixou transcorrer o prazo e manteve-se silente. Ato contínuo, nos termos daquela determinação, intimo o Administrador Judicial para em, 5 dias úteis, emitir parecer, em que há de juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o parágrafo único, do artigo 12, da Lei n. 11.101/2005.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1405793 Nr: 10284-97.2019.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JULIANO JOSÉ DA COSTA, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ENGEGLOBAL CONSTRUÇÕES LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JANE RODRIGUES BARROS - OAB:13.028, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ CARLOS EHRET GARCIA - OAB:OAB/MT 16.394, MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15.401/MT, OSWALDO PEREIRA CARDOSO FILHO - OAB:5.705/MT

Procedo à intimação da parte autora para, no prazo de 15 dias, acostar aos autos mandato, que lhe outorgue poderes para atuar neste feito e regularizar sua representação processual, pois conforme consta na procuração de fl. 13, há poderes expressos tão somente para propor reclamação trabalhista.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1315884 Nr: 12167-16.2018.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DAIHANE DALPRA DE OLIVEIRA MATSUSHITA, BRUNO CARVALHO DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S): FASSA FALIDA CHICK PRIME DROGARIA LTDA EPP

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO CARVALHO DE SOUZA - OAB:MT 19.198, HEBER AZIZ SABER - OAB:9825/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA - OAB:13731/MT

Procedo à intimação da parte autora para, no prazo de 15 dias, acostar aos autos mandato, que lhe outorgue poderes para atuar neste feito e regularizar sua representação processual, pois conforme consta na procuração de fl. 7, há poderes expressos tão somente para propor reclamação trabalhista.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1161087 Nr: 36414-32.2016.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: AILTON NATALINO DA SILVA, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): AURORA CONSTRUÇÕES INCORPORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GEORGIA CHRISTINA LIBORIO BARROSO - OAB:5092/MT, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FILIPE LUIS DE PAULA E SOUZA - OAB:OAB/SP 326.004, RODRIGO LEITE BARROS ZANIN - OAB:12129-A

Procedo à intimação do Requerente para, em 5 dias, manifestar-se sobre os termos do pleiteado pelo Requerido bem como sobre o que consta nos pareceres elaborados pelo Administrador Judicial e pelo Ministério Público.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1394822 Nr: 7812-26.2019.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ELTON ROSA DE ALMEIDA CAETANO, ZAPAZ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): PRIMUS INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC, MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:13164-B/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANO CARRELO SILVA - OAB:6.602/MT, ISABEL CRISTINA GUARIM DA SILVA - OAB:6.347/MT, MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15.401/MT, OSWALDO PEREIRA CARDOSO FILHO - OAB:5.705/MT

Procedo à intimação do Requerente para, em 5 dias, manifestar-se sobre os termos do pleiteado pelo Requerido bem como sobre o que consta nos pareceres elaborados pelo Administrador Judicial e pelo Ministério Público.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1298586 Nr: 8084-54.2018.811.0041

AÇÃO: Impugnação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MAV COMERCIO E TRANSPORTES LTDA, A. M. V. TRANSPORTES LTDA, RONIMARCIO NAVES, M. R. TRANSPORTADORA LTDA - ME, AJ1 ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO J.SAFRA S/A, BANCO SAFRA LEASING S/A - ARREDAMENTO MERCANTIL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EUCLIDES RIBEIRO S. JUNIOR - OAB:5.222/MT, RICARDO FERREIRA DE ANDRADE - OAB:9764-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCOS ANDRE HONDA FLORES - OAB:9708-A

Procedo à intimação dos Impugnantes, ora Embargados, para, querendo, em 5 dias, apresentar aos contrarrazões aos Embagos de Declaração opostos.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1338595 Nr: 17464-04.2018.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros

Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LUIS EDUARDO MOREIRA DA SILVA, ZAPAZ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): COTTON KING LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOZANE TONIOLO - OAB:7063/MT, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALINE BARINI NESPOLI - OAB:9229

Procedo à intimação do Requerente para, em 5 dias, manifestar-se sobre os termos do requerido pela massa falida, bem como sobre o parecer elaborado pela administradora Judicial.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1341726 Nr: 18172-54.2018.811.0041

AÇÃO: Impugnação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SIEMENS LTDA, LORGA & MILEJEVS ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): ENGEGLOBAL CONSTRUÇÕES LTDA, CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTO GUAICURUS LTDA EPP, HOTÉIS GLOBAL S/A, GLOBAL EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA., ADVANCED INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCO ANTONIO LORGA - OAB:13536, MARCUS VINICIUS SIQUEIRA DOS SANTOS RONDINELLI - OAB:178861

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANO CARRELO SILVA - OAB:6.602/MT, ISABEL CRISTINA GUARIM DA SILVA - OAB:6.347/MT, LUIZ CARLOS EHRET GARCIA - OAB:OAB/MT 16.394, MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15.401/MT, OSWALDO PEREIRA CARDOSO FILHO - OAB:5.705/MT

Em cumprimento à determinação de fls. 3.561, procedo à intimação do auxiliar do Juízo para, em 5 dias, emitir parecer, que deverá juntar à sua manifestação laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o parágrafo único, do artigo 12, da Lei n. 11.101/2005.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1412946 Nr: 11803-10.2019.811.0041

AÇÃO: Impugnação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ENPA ENGENHARIA E PARCERIA EIRELI

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HAIANA KATHERINE MENEZES FOLLMANN - OAB:18024/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT

Procedo à intimação do Requerido, ora Embargado, para, querendo, apresentar, em 5 dias, contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1077390 Nr: 58877-02.2015.811.0041

AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DARCY EBERHARD, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MASSA FALIDA DE LEVERGER TRANSPORTADORA DE DIESEL LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC, NICIA DA ROSA HAAS - OAB:5947

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MIGUEL MANDETTA ATALLA - OAB:1447 - MS

Procedo à intimação da parte autora para, em 15 dias, acostar aos autos mandato, que lhe outorgue poderes para atuar neste feito e regularizar sua representação processual.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1365580 Nr: 998-95.2019.811.0041

AÇÃO: Impugnação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CHIAROTTINO E NICOLETTI SOCIEDADE DE ADVOGADOS, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): GRUPAL AGROINDUSTRIAL S/A, GRUPAL CORRETORA DE MERCADORIAS LTDA, ITAHUM COMÉRCIO TRANSPORTE E EXPORTAÇÃO LTDA, EMPRESA MATOGROSSENSE DE AGRONEGÓCIOS LTDA, BANCO BRADESCO S/A, PADRÃO AGROINDUSTRIAL LTDA, JOSÉ MÁRCIO MARQUIORETO, BANCO SAFRA, OLI BALTAZAR LERMEN, BANCO PANAMERICANO S/A, ITAÚ UNIBANCO S.A, RADIO FM MORENA LTDA, BANCO CITIBANK S.A., COMERCIO DE COMBUSTIVEIS KALSING LTDA, FORQUIMICA AGROCIÊNCIA LTDA, PAULO ROBERTO PALHANO, SPERAFICO DA AMAZONIA S/A, PAULO ALVES PALHANO, ALGODOEIRA FIBRA COTTON LTDA, AGEMED SAÚDE S/A, UNIMED CUIABA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores LTDA, KASSIANA CAPELEZZO PALHANO, DB COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS LTDA - ME, ROOT BRASIL AGRO NEGÓCIOS LTDA-ME, MASSA FALIDA GRUPAL AGROINDUSTRIAL LTDA, TIAGO ALVES PLAHANO, FORMAX AGROCIENCIA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNA QUEIROZ RISCALA - OAB:391.237/SP, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - OAB:7348/MT, LEANDRO AUGUSTO RAMOZZI CHIAROTTINO - OAB:OAB/SP 174.894, THIAGO VINICIUS CAPELLA GIANNATTASSIO - OAB:313.000/SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: COUTINHO E POLISEL ADVOGADOS ASSOCIADOS - OAB:355/MT, FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - OAB:7348/MT, JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9172-B, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12009, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:OAB/MT 12.009, SANDRO TICIANEL - OAB:6877/MT, VAGNER SOARES SULAS - OAB:8455/MT

Procedido o cadastro do advogado do Sr. Paulo Roberto Palhano, Sr.ª Nilza Spessotto Marangoni Palhano, as falidas Grupal Agroindustrial S/A, Itanhum e Ema, remeto à publicação de fls. 219, 'in verbis': "Vistos. Cuida-se de impugnação de crédito proposta por Chiarottino e Nicoletti Sociedade de Advogados, objetivando a inclusão seu crédito na lista de credores da Massa Falida de Grupal Agroindustrial S/A e outras. Recebo a inicial, uma vez que devidamente instruída com os documentos indispensáveis a propositura da ação. Intimem-se as falidas para, querendo, manifestarem-se em 05 (cinco) dias. Na sequência, intime-se o Administrador Judicial, representante da massa falida, para se pronunciar em igual prazo, nos termos e para os fins do art. 12, parágrafo único da LRF. Decorridos os prazos assinalados, certifique-se e conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.".

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1174796 Nr: 42030-85.2016.811.0041

AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ADILSON CARDOSO ALVES, ZAPAZ CONSULTING AUDITORIA LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): COTTON KING LTDA, ESPÓLIO DE JOSÉ OSMAR BORGES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DONIZETI LAMIM - OAB:4449/MT, LINDOLFO ALVES DA COSTA - OAB:MT 4.366, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:684-COREC

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALINE BARINE NÉSPOLI - OAB:9229/MT, ELIZETE BAGATELLI GONÇALVES - OAB:5.932/MT

Procedo à intimação da parte autora para, no prazo de 15 dias, acostar aos autos mandato, que lhe outorgue poderes para atuar neste feito e regularizar sua representação processual, pois conforme consta na

procuração de fl. 10, há poderes expressos tão somente para propor reclamação trabalhista.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1027392-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA G. DE OLIVEIRA - EPP (AUTOR(A))
NUTRANA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CREDORES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
WIDSON VILELA CAVALCANTE OAB - MT25565/O (ADVOGADO(A))
DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA OAB - MT14690-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
WILLIAM JOSE DE ARAUJO OAB - MT3928-O (ADVOGADO(A))
AMARILDO MARIANO VERONEZ DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES OAB - MT22056-O (ADVOGADO(A))
FRUTIVINI COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
WIDSON VILELA CAVALCANTE OAB - MT25565/O (ADVOGADO(A))
NUBIA DE SOUZA FERREIRA OAB - MT25510/O (ADVOGADO(A))
ITAU UNIBANCO S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
LUANA DE ALMEIDA E ALMEIDA BARROS OAB - MT7381-O (ADVOGADO(A))
LUIZ CARLOS CACERES OAB - PR26822-O (ADVOGADO(A))
FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA OAB - MT13884/O (ADVOGADO(A))
FERNANDO MARSARO OAB - MT12832/O (ADVOGADO(A))
LORGA & MIKEJEVS ADVOGADOS ASSOCIADOS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
NELSON FEITOSA JUNIOR OAB - MT8656-O (ADVOGADO(A))
MAURICIO FERREIRA DE CAMPOS GONCALVES DE PAULA OAB - MT9456-O (ADVOGADO(A))
MARCO ANTONIO LORGA OAB - MT13536-O (ADVOGADO(A))
RICHARDSON JUVENTINO GONCALVES CAMPOS OAB - MT23975/B (ADVOGADO(A))
RODRIGO LUIZ DA SILVA ROSA OAB - MT18099-O (ADVOGADO(A))
FABIO LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS DA MOTA OAB - BA19615 (ADVOGADO(A))
MARA CLAUDIA DIB DE LIMA OAB - PR29584 (ADVOGADO(A))
HILVETE MARIA DOS SANTOS OAB - DF23829 (ADVOGADO(A))
PAULO SERGIO BANDEIRA OAB - PR41468 (ADVOGADO(A))
DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA OAB - MT14690-O (ADVOGADO(A))
CLEUNICE ALVES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
EUDES PERES ARANTES (TERCEIRO INTERESSADO)
MARLI BERTOLLA MURTINHO (TERCEIRO INTERESSADO)
ANA ANGELICA WENDERROSCHS GOMES PINTO (TERCEIRO INTERESSADO)
FABIANA SEVERINO DA SILVA OAB - MT12747-O (ADVOGADO(A))
LUIZ ROBERTO RECH OAB - PR14393 (ADVOGADO(A))
RICARDO LOPES GODOY OAB - MG77167 (ADVOGADO(A))
CIRLEI MORAES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
BRUNO RAMOS DOMBROSKI OAB - RJ173725-O (ADVOGADO(A))
CINARA CAMPOS CARNEIRO OAB - MT8521-O (ADVOGADO(A))
BANCO DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)
AMANDA CARINA UEHARA PAULA OAB - MT21387-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA

Visto. Havendo objeções ao plano apresentado Convoco Assembleia Geral De Credores, para deliberação sobre o plano de recuperação judicial. 1.1 - A Assembleia Geral de Credores será realizada no Hotel Delmond, situado à Avenida André Maggi, nº 1980, Bairro Alvorada, CEP: 78.049-080, Cuiabá/MT, em 1ª (primeira) convocação para o dia 05 de Fevereiro de 2020, às 09:00 horas e, em 2ª (segunda) convocação para o dia 12 de Fevereiro de 2020, às 09:00 horas, possuindo como Ordem Do Dia a aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação apresentado pelas devedoras. 1.2 – Publique-se Edital De Convocação, com observância do artigo 36, da Lei N.º 11.101/2005, ressaltando que as despesas correm por conta da empresa em recuperação judicial (art. 36, § 3º, da Lei N.º 11.101/2005). Com o intuito de conferir maior publicidade, o aludido EDITAL deverá ser publicado no Diário da Justiça, Diário Oficial do Estado, e em jornais de grande circulação da sede e filial da requerente. 1.3 - Também deverá constar no referido Edital que os credores poderão obter cópia do plano de recuperação judicial a ser submetido à deliberação na assembleia diretamente com o Administrador Judicial, Lorga & Mikejevs Advogados Associados, pessoa jurídica devidamente registrada no CNPJ sob o nº 16.825.284/0001-95, representado por Marco Antonio Lorga, com escritório na Rua Presidente Wenceslau Braz, nº 202, Bairro Morada do Sol, Cuiabá (MT), CEP: 78.043-508, tel: (65) 3622-3899 / 3054-5040, e-mail: citacao@lorgamikejevs.com.br (artigo 36, III, da Lei n.º 11.101/2005). 1.4 – Deverá constar, ainda, que o credor poderá ser representado na Assembleia Geral por mandatário ou representante legal, desde que entregue ao Administrador Judicial, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista no aviso de convocação, documento hábil que comprove seus poderes ou a indicação das folhas dos autos em que se encontre o documento (artigo 37, § 4º, da Lei N.º 11.101/2005). 1.5 – Considerando a exiguidade do tempo, determino que a Administradora Judicial, providencie a retirada do edital e proceda a publicação no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, bem como proceda à afixação da convocação da assembleia, de forma ostensiva, na sede e filiais das devedoras (artigo 36, § 1º, da Lei N.º 11.101/2005). 2 – Providencie o Sr. Gestor Judiciário Com Urgência a imediata publicação desta decisão, também no Diário da Justiça Eletrônico, juntamente com a publicação do edital, contendo o nome dos advogados que juntaram procuração nos autos, visando dar o mais amplo conhecimento da realização da referida AGC e do conteúdo desta decisão. Expeça-se o necessário, dando-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1006850-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ACL COMERCIO DE MOVEIS E DECORACOES LTDAB - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO FALCAO FERREIRA OAB - MT11242-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CREDORES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ GUSTAVO DERZE VILLALBA CARNEIRO OAB - MT17563-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
LIGIA HORN (TERCEIRO INTERESSADO)
KEYLLA PEREIRA OKADA OAB - MT16798/O (ADVOGADO(A))
CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR OAB - SP0247319A (ADVOGADO(A))
CRISTIANO KRINDGES SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
FABIO QUEIROZ DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
DIEGO OSMAR PIZZATTO OAB - MT11094-O (ADVOGADO(A))
CAMILE DE BACCO PASQUALI OAB - RS69482 (ADVOGADO(A))
EVVIBER - INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
MICHELE BARBOSA DOS SANTOS FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
LUCELIA CRISTINA OLIVEIRA RONDON OAB - MT8932-O (ADVOGADO(A))
DARLA EBERT VARGAS OAB - MT20010/A (ADVOGADO(A))
ARIANE FERREIRA MARTINS CAMARGO OAB - MT12586-O (ADVOGADO(A))
JOSEFA GOMES VIRGULINO (TERCEIRO INTERESSADO)
DARLÃ EBERT VARGAS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA

Visto. ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, ingressou com pedido de Recuperação Judicial, em 15/02/2019, sendo deferido o processamento do pedido em 20/02/2019, conforme decisão exarada no id 18183247. Na referida decisão também foi autorizado o parcelamento das custas processuais em 06 parcelas, ficando consignado que o não recolhimento da primeira parcela, implicaria na revogação do processamento da

presente recuperação judicial. Manifestação do credor Ubaldo Antônio Fedatto pelo cancelamento da distribuição, ante o descumprimento da ordem judicial quanto ao recolhimento das custas processuais (id 22747384). A fim de dar regular prosseguimento ao feito, pela decisão de id 24988666, foi determinada a intimação da recuperanda para comprovar o recolhimento das custas processuais referente às 03 (três) últimas parcelas, no prazo de 05 dias úteis, sob pena de cancelamento da distribuição. Conforme certidão do Gestor Judiciário de id 26524719, apesar de devidamente intimada em 16/10/2019, na pessoa do seu atual patrono (Marcelo Falcão Ferreira), a recuperanda deixou de cumprir a determinação exarada por este Juízo. É a síntese do necessário. Decido. Trata-se de pedido de Recuperação Judicial ajuizada por ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 02.961.567/0001-50, que iniciou suas atividades juntamente com a marca Todeschini, no ramo de móveis e decorações para ambientes de cozinha, dormitórios, salas, escritórios e espaços corporativos. Pela decisão de id 24988666, foi determinada a intimação da recuperanda para comprovar o recolhimento das custas processuais das três ultimas parcelas, no prazo de 05 dias úteis, sob pena de cancelamento da distribuição. Verifica-se pelo teor da certidão retro, que apesar de regularmente intimada na pessoa do seu atual patrono (Marcelo Falção Ferreira) para comprovar o recolhimento das custas processuais, a recuperanda ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, não o fez no prazo assinalado, conforme se infere pela certidão do Gestor Judiciário de id 26524719. Oportuno destacar que para cumprimento de tal providência não se faz necessária à intimação pessoal da parte, valendo a intimação realizada em nome do advogado da devedora, pela imprensa oficial, consoante se infere pelos recentes julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, senão vejamos: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA – DETERMINAÇÃO PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS – INÉRCIA – INDEFERIMENTO DA INICIAL COM A EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – INTIMAÇÃO PESSOAL – DESNECESSIDADE – CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO – INVIABILIDADE – RELAÇÃO PROCESSUAL JÁ FORMADA –ÔNUS SUCUMBENCIAIS – DEVIDOS – PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Não havendo o pagamento das custas iniciais no prazo concedido pelo juízo, é cabível o indeferimento da petição inicial, e consequente extinção da ação, sendo desnecessária a intimação pessoal da parte, como condição para determinar a medida. 2. Todavia, não cabe o cancelamento da distribuição, porquanto, já formada a triangularização processual. 3. Ante o princípio da causalidade, perfeitamente cabível a condenação do embargante/apelante ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mormente porque houve a triangularização da relação processual. (TJ/MT, RAC n.º 24027/2018, Relª Desª. Serly Marcodnes Alves, 4ª Câmara de Direito Privado, Julgado em 25/04/2018, Publicado no DJE 02/05/2018) (destaquei) RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUCIAL – NÃO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS – INTIMAÇÃO VIA ADVOGADO – INÉRCIA – INTIMAÇÃO PESSOAL – DESNECESSIDADE - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO E EXTINÇÃO DO FEITO – SENTENÇA MANTIDA E RECURSO DESPROVIDO. Basta a intimação do advogado para comprovar o pagamento das custas iniciais, nos termos do artigo 290, do NCPC. Compete ao advogado da parte cumprir a determinação para comprovar o pagamento das custas processuais em razão de ser ato processual de natureza técnica, sem necessidade de intimação pessoal do demandante. (TJ/MT, RAC 122441/2017, Rel. Des. Sebastião Barbosa Farias, 1ª Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/02/2018, Publicado no DJE 05/03/2018) (destaquei) No mesmo sentido é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça: PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. O cancelamento da distribuição, por falta de pagamento das custas iniciais, não depende de prévia intimação da parte. Precedentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 956.522/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, 2ª Turma, julgado em 21/02/2017, DJe 02/03/2017) (destaquei) PROCESSUAL CIVIL. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. PRAZO DE 30 DIAS. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. 1. O cancelamento da distribuição, por falta de pagamento das custas iniciais, não depende de prévia intimação da parte. Precedentes. 2. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." 3. Agravo Regimental não provido. (STJ, AgRg no AREsp 829.823/ES, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2ª Turma, julgado em 19/04/2016, DJe 27/05/2016) (destaquei) Assim, considerando que apesar de intimada, a recuperanda não promoveu o recolhimento das custas processuais referente as três últimas parcelas, e nem justificou sua impossibilidade de fazê-lo, descumprindo assim, a decisão judicial proferida por este juízo no id 24988666, o cancelamento da distribuição é medida que se impõe. Parte Dispositiva: I – Determino o cancelamento da distribuição, com fundamento no artigo 290, do Código de Processo Civil/2015, ante o descumprimento da ordem judicial que determinou o recolhimento das custas processuais (id 24988666). II – Revogo a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial de ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda (id 18183247), oficiando aos Juízos competentes para as providências que entenderem cabíveis. III – Oficie-se, à Junta Comercial do Estado de Mato Grosso para que proceda a retirada das anotações nos atos constitutivos da empresa ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, a denominação “Em Recuperação Judicial”. IV – Dê Ciência ao Ministério Público e, comunique-se, por cartas, à Fazenda Pública Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento. V – Revogo a concessão da Tutela de Urgência concedida à recuperanda no id 18882597, devendo a Energisa Mato Grosso – Distribuidora De Energia S/A, ser devidamente intimada desta decisão. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1006850-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ACL COMERCIO DE MOVEIS E DECORACOES LTDAB - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO FALCAO FERREIRA OAB - MT11242-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CREDORES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ GUSTAVO DERZE VILLALBA CARNEIRO OAB - MT17563-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
LIGIA HORN (TERCEIRO INTERESSADO)
KEYLLA PEREIRA OKADA OAB - MT16798/O (ADVOGADO(A))
CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR OAB - SP0247319A (ADVOGADO(A))
CRISTIANO KRINDGES SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
FABIO QUEIROZ DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
DIEGO OSMAR PIZZATTO OAB - MT11094-O (ADVOGADO(A))
CAMILE DE BACCO PASQUALI OAB - RS69482 (ADVOGADO(A))
EVVIBER - INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
MICHELE BARBOSA DOS SANTOS FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
LUCELIA CRISTINA OLIVEIRA RONDON OAB - MT8932-O (ADVOGADO(A))
DARLA EBERT VARGAS OAB - MT20010/A (ADVOGADO(A))
ARIANE FERREIRA MARTINS CAMARGO OAB - MT12586-O (ADVOGADO(A))
JOSEFA GOMES VIRGULINO (TERCEIRO INTERESSADO)
DARLÃ EBERT VARGAS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA

Visto. ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, ingressou com pedido de Recuperação Judicial, em 15/02/2019, sendo deferido o processamento do pedido em 20/02/2019, conforme decisão exarada no id 18183247. Na referida decisão também foi autorizado o parcelamento das custas processuais em 06 parcelas, ficando consignado que o não recolhimento da primeira parcela, implicaria na revogação do processamento da presente recuperação judicial. Manifestação do credor Ubaldo Antônio Fedatto pelo cancelamento da distribuição, ante o descumprimento da ordem judicial quanto ao recolhimento das custas processuais (id 22747384). A fim de dar regular prosseguimento ao feito, pela decisão de id 24988666, foi determinada a intimação da recuperanda para comprovar o recolhimento das custas processuais referente às 03 (três) últimas parcelas, no prazo de 05 dias úteis, sob pena de cancelamento da

distribuição. Conforme certidão do Gestor Judiciário de id 26524719, apesar de devidamente intimada em 16/10/2019, na pessoa do seu atual patrono (Marcelo Falcão Ferreira), a recuperanda deixou de cumprir a determinação exarada por este Juízo. É a síntese do necessário. Decido. Trata-se de pedido de Recuperação Judicial ajuizada por ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 02.961.567/0001-50, que iniciou suas atividades juntamente com a marca Todeschini, no ramo de móveis e decorações para ambientes de cozinha, dormitórios, salas, escritórios e espaços corporativos. Pela decisão de id 24988666, foi determinada a intimação da recuperanda para comprovar o recolhimento das custas processuais das três ultimas parcelas, no prazo de 05 dias úteis, sob pena de cancelamento da distribuição. Verifica-se pelo teor da certidão retro, que apesar de regularmente intimada na pessoa do seu atual patrono (Marcelo Falção Ferreira) para comprovar o recolhimento das custas processuais, a recuperanda ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, não o fez no prazo assinalado, conforme se infere pela certidão do Gestor Judiciário de id 26524719. Oportuno destacar que para cumprimento de tal providência não se faz necessária à intimação pessoal da parte, valendo a intimação realizada em nome do advogado da devedora, pela imprensa oficial, consoante se infere pelos recentes julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, senão vejamos: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA – DETERMINAÇÃO PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS – INÉRCIA – INDEFERIMENTO DA INICIAL COM A EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – INTIMAÇÃO PESSOAL – DESNECESSIDADE – CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO – INVIABILIDADE – RELAÇÃO PROCESSUAL JÁ FORMADA –ÔNUS SUCUMBENCIAIS – DEVIDOS – PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Não havendo o pagamento das custas iniciais no prazo concedido pelo juízo, é cabível o indeferimento da petição inicial, e consequente extinção da ação, sendo desnecessária a intimação pessoal da parte, como condição para determinar a medida. 2. Todavia, não cabe o cancelamento da distribuição, porquanto, já formada a triangularização processual. 3. Ante o princípio da causalidade, perfeitamente cabível a condenação do embargante/apelante ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, mormente porque houve a triangularização da relação processual. (TJ/MT, RAC n.º 24027/2018, Relª Desª. Serly Marcodnes Alves, 4ª Câmara de Direito Privado, Julgado em 25/04/2018, Publicado no DJE 02/05/2018) (destaquei) RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUCIAL – NÃO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS – INTIMAÇÃO VIA ADVOGADO – INÉRCIA – INTIMAÇÃO PESSOAL – DESNECESSIDADE - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO E EXTINÇÃO DO FEITO – SENTENÇA MANTIDA E RECURSO DESPROVIDO. Basta a intimação do advogado para comprovar o pagamento das custas iniciais, nos termos do artigo 290, do NCPC. Compete ao advogado da parte cumprir a determinação para comprovar o pagamento das custas processuais em razão de ser ato processual de natureza técnica, sem necessidade de intimação pessoal do demandante. (TJ/MT, RAC 122441/2017, Rel. Des. Sebastião Barbosa Farias, 1ª Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/02/2018, Publicado no DJE 05/03/2018) (destaquei) No mesmo sentido é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça: PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. O cancelamento da distribuição, por falta de pagamento das custas iniciais, não depende de prévia intimação da parte. Precedentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 956.522/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, 2ª Turma, julgado em 21/02/2017, DJe 02/03/2017) (destaquei) PROCESSUAL CIVIL. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. PRAZO DE 30 DIAS. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. 1. O cancelamento da distribuição, por falta de pagamento das custas iniciais, não depende de prévia intimação da parte. Precedentes. 2. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." 3. Agravo Regimental não provido. (STJ, AgRg no AREsp 829.823/ES, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2ª Turma, julgado em 19/04/2016, DJe 27/05/2016) (destaquei) Assim, considerando que apesar de intimada, a recuperanda não promoveu o recolhimento das custas processuais referente as três últimas parcelas, e nem justificou sua impossibilidade de fazê-lo, descumprindo assim, a decisão judicial proferida por este juízo no id 24988666, o cancelamento da distribuição é medida que se impõe. Parte Dispositiva: I – Determino o cancelamento da distribuição, com fundamento no artigo 290, do Código de Processo Civil/2015, ante o descumprimento da ordem judicial que determinou o recolhimento das custas processuais (id 24988666). II – Revogo a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial de ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda (id 18183247), oficiando aos Juízos competentes para as providências que entenderem cabíveis. III – Oficie-se, à Junta Comercial do Estado de Mato Grosso para que proceda a retirada das anotações nos atos constitutivos da empresa ACL Comércio De Moveis E Decorações Ltda, a denominação “Em Recuperação Judicial”. IV – Dê Ciência ao Ministério Público e, comunique-se, por cartas, à Fazenda Pública Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento. V – Revogo a concessão da Tutela de Urgência concedida à recuperanda no id 18882597, devendo a Energisa Mato Grosso – Distribuidora De Energia S/A, ser devidamente intimada desta decisão. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1034796-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OPUS - SISTEMAS ELETRONICOS LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HOMERO LIMA NETO OAB - MT23064-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PLURALIDADE DE CREDORES (RÉU)
Outros Interessados:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
BANCO DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
RAPHAEL MONTEIRO DO PRADO OAB - MT16776/O-O (ADVOGADO(A))
RAPHAEL MONTEIRO DO PRADO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA

Visto. A recuperanda alega, em síntese, que, após o deferimento do processamento da recuperação judicial, o Banco do Brasil S/A bloqueou valores nas contas de titularidade da devedora, para fins de quitação forçada de créditos já inseridos na recuperacao judicial. Assim, pugna para que o Banco do Brasil S/A, proceda à devolução dos valores retidos indevidamente, disponibilizando-o para sua livre movimentação (id 24535816). Em que pese à recuperanda tenha juntado extratos de sua conta corrente (id 24535820 e seguintes), não há como ter certeza se os valores neles lançados referem-se, de fato, aos bloqueios efetivados pela instituição financeira em questao para fins de amortização de contratos bancários sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, já que o referido banco também possui créditos que não se sujeitam. Desse modo, determino a intimação da recuperanda para que junte aos autos novos extratos a fim de demonstrar com exatidão quais os lançados indevidos em sua conta, no prazo de 05 dias úteis. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1034641-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGENCIA DE VIAGENS UNIVERSAL LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CREDORES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEANDRO CESAR DE JORGE OAB - SP200651-O (ADVOGADO(A))
GAIA DE SOUZA ARAUJO MENEZES OAB - MT20237-O (ADVOGADO(A))
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO(A))
EDUARDO ALVES MARCAL OAB - MT13311-O (ADVOGADO(A))
RICARDO LOPES GODOY OAB - MG77167 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
ITAU UNIBANCO S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

RODRIGO PORTO LAUAND OAB - SP126258 (ADVOGADO(A))
EDUARDO ALVES MARCAL OAB - MT13311-O (ADVOGADO(A))
AZUL LINHAS AEREAS (TERCEIRO INTERESSADO)
RICARDO LOPES GODOY OAB - MG77167 (ADVOGADO(A))
MARIA ISABEL DE ALMEIDA ALVARENGA OAB - SP130609 (ADVOGADO(A))
JAQUELINE PROENCA LARREA MEES OAB - MT13356-O (ADVOGADO(A))
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SUDOESTE (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO(A))
LEANDRO CESAR DE JORGE OAB - SP200651-O (ADVOGADO(A))
GAIA DE SOUZA ARAUJO MENEZES OAB - MT20237-O (ADVOGADO(A))
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (TERCEIRO INTERESSADO)
Confiança Agência de Passagens e Turismo Ltda. (TERCEIRO INTERESSADO)
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (TERCEIRO INTERESSADO)
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO(A))
TS AUDITORIA E ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
WILLIAM CARMONA MAYA OAB - SP257198 (ADVOGADO(A))
BANCO DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
BANCO BRADESCO (TERCEIRO INTERESSADO)
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA

Visto. A recuperanda requer a extensão da decisão proferida no id 25686518, para que seja suspenso o procedimento de consolidação da propriedade dos imóveis que fazem parte dos ativos constantes no plano de recuperação judicial, uma vez que a devedora "está em pleno período de blindagem" (id 26636192). Pois bem, conforme mencionado pela recuperanda, de fato, este Juízo recentemente autorizou a suspensão dos procedimentos de consolidação da propriedade do imóvel alienado fiduciariamente, durante o prazo de blindagem. Desse modo, ante as razões já expostas na decisão exarada no id 25686518, não vislumbro qualquer empecilho quanto à suspensão dos novos procedimentos de consolidação da propriedade, haja vista que a devedora persiste na mesma condição quando do deferimento do pedido anterior. Parte Dispositiva: 1) Determino a expedição de ofício aos Cartórios competentes, para que sejam suspensos os procedimentos de consolidação da propriedade do imóvel alienado fiduciariamente ao Banco Sicoob e Banco Bradesco, conforme consta no pedido de id 26636192, durante o período de blindagem. 1.1) Determino que o referido ofício seja instruído com cópia desta decisão e do pedido formulado pela recuperanda e documentos (id 26636192), devendo ser entregue aos advogados da recuperanda para o efetivo protocolo, com posterior juntada da comprovação nos autos. Intimem-se. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1059053-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EUDES RIBEIRO DA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUDMILLA DE MOURA BOURET OAB - MT8476-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
O S INSTITUTO ODONTOLOGICO LTDA - ME (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA

Visto. I - Concedo a parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se. II - Trata-se de habilitação retardatária interposta por dependência aos autos da recuperação judicial de O S Instituto Odontológico Ltda Me, que, conforme autoriza o §5º, do art. 10, da Lei 11.101/05, deve ser recebida como Impugnação À Relação De Credores, e processada na forma do artigo 13, da LRF. Assim, intime-se o devedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar-se sobre a presente impugnação (art. 12, da Lei N.º 11.101/2005), juntando os documentos que tiver e indicando outras provas que reputem necessárias. Com a contestação, intime-se o Administrador Judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, emitir parecer, consignando-se que, deverá juntar à sua manifestação, o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação, conforme determina o § único, do artigo 12, da Lei N.º 11.101/2005. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público, voltando-me, em seguida conclusos. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se.

2ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-61 INTERDITO PROIBITÓRIO
Processo Número: 1030892-36.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IMOBILIARIA E CONSTRUTORA GEORGIA MIRELA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO MAYOLINO DE SANTA ROSA OAB - MT17277-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO PEDRO DA SILVA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
TIAGO MATHEUS SILVA BILHAR OAB - RS71649 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADRIANA SANT ANNA CONINGHAN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL - VARA ESP. DIREITO AGRÁRIO DE CUIABÁ Pela MMª. Juíza foi proferida a seguinte decisão: Vistos. 1. Designo nova data para o dia 12/11/2018 às 18h00min. 2. Os presentes saem intimados. 3. Cite-se e intime-se o réu por AR, conforme requerido.

Despacho Classe: CNJ-61 INTERDITO PROIBITÓRIO
Processo Número: 1030892-36.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IMOBILIARIA E CONSTRUTORA GEORGIA MIRELA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO MAYOLINO DE SANTA ROSA OAB - MT17277-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO PEDRO DA SILVA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
TIAGO MATHEUS SILVA BILHAR OAB - RS71649 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADRIANA SANT ANNA CONINGHAN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL - VARA ESP. DIREITO AGRÁRIO DE CUIABÁ Pela MMª. Juíza foi proferida a seguinte decisão: Vistos. 1. Designo nova data para o dia 12/11/2018 às 18h00min. 2. Os presentes saem intimados. 3. Cite-se e intime-se o réu por AR, conforme requerido.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1055535-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADROALDO MESQUITA DA COSTA NETO (AUTOR(A))
LOCAL LOCADORA DE ONIBUS CANOAS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ALEXANDRE CARVALHO DA SILVA OAB - MT26141/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cedival (RÉU)
CLARICE OLIVEIRA DOS SANTOS ZAINA (RÉU)

Certifico que, nos termos do Provimento 56/2007-CGJ, item 6.1, e com fundamento nas Resoluções 4/2007-DGTJ e 2/2007-OE e nos termos da Lei Estadual 11.419/06, Intimo a Parte Autora para, no prazo de Cinco Dias,

para depositar a diligência do Oficial de Justiça, Divididas Por Zona De Cumprimento, ou declarar que providenciará os meios necessários a sua condução ao local da intimação. Nesse último caso, desde já as partes ficam cientes que deverão entrar em contato com o Oficial de Justiça para o fornecimento de meios. Nada mais

Ato Ordinatório Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1035043-79.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL MATOS ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO JOSE LOPES DE OLIVEIRA OAB - MT21515-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLIETE MIRANDA DIAS (RÉU)

Impulsiono os autos para intimação da parte autora no prazo de 2(dois) dias, para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça, conforme id:27162829.

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 757604 Nr: 9792-52.2012.811.0041
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA ROSA PEREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BENEDITO BATISTA RAMOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEF. PÚBLICA - NÚCLEO FUNDIÁRIO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NOILVIS KLEM RAMOS - OAB:MT 13100
IMPULSIONO os autos para intimar a parte Requerente para manifestra acerca dacertidão do Sr. Oficial de Justiça à fls. 252, no prazo de 05 (cinco) dias.

3ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1029203-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN ROGER COIMBRA DIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027884-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LINIKER DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038195-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MARIA DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028789-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL MESSIAS DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037618-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS TALISSON OLIVEIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016496-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO AUGUSTO RODRIGUES DE ARRUDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027748-20.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
CLEVERSON GOMES ROMERO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028136-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DENILSON PERES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028566-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HERWERTON CARVALHO DE BARROS JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028708-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEYTON HENRIQUE DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028828-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOELSON DOMINGOS DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037779-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO SOARES DE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1028206-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. R. D. S. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecerem IMPUGNAÇÃO a Contestação e documentos juntados aos autos TEMPESTIVAMENTE. Nada Mais.

Despacho Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1055677-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE PHILIPE REZENDE (EMBARGANTE)
AIGLA - DISTRIBUIDORA DE ADITIVOS E LUBRIFICANTES EIRELI - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO CARRIJO FREITAS OAB - MT11395-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1055677-28.2019.8.11.0041. EMBARGANTE: AIGLA - DISTRIBUIDORA DE ADITIVOS E LUBRIFICANTES EIRELI - ME, ANDRE PHILIPE REZENDE EMBARGADO: BANCO DO BRASIL SA Apense-se aos autos sob o nº. 1036918-16.2019.8.11.0041. Após, proceda-se com a redistribuição do feito perante uma das Varas Especializadas de Direito Bancário. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1107402 Nr: 13577-80.2016.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MULTIBAR COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA HOTÉIS E RESTAURANTES LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): MMCC LTDA ME, GUILHERME AUGUSTO FACCENDA GUIMARÃES SANTOS, ALEX RANGEL JORGE, JOSÉ DE ALENCAR BRITO DE OLIVEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE PERES DO PINHO - OAB:8.065/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da parte Requerente para recolher os valores referentes à(s) diligência(s) do Oficial de Justiça para cumprimento do(s) Mandado(s) de citação a ser(em) expedido(s), no prazo de 05 (cinco) dias, devendo ser emitida a guia de recolhimento de diligência pelo site do TJMT, juntando-a aos autos com o seu respectivo comprovante de pagamento, sendo vedado o recolhimento por transferência on line ou por depósito em envelope. Nada mais.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 949370 Nr: 59955-65.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ELDOR WEIMER

PARTE(S) REQUERIDA(S): HELLO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, JUSTINA AMÉLIA DOS SANTOS CARVALHO, JULIENE DE MATOS MORAIS SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOAO PAULO VINHA BITTAR - OAB:14370

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos para intimar o(s) advogado(s) da parte autora para, querendo, IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. Nada mais.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango

Cod. Proc.: 1099803 Nr: 10482-42.2016.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JUNIO CEZAR DE ARAUJO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCIO ROGERIO BERTONI, CARLOS CEZAR BERTONI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALMIR MARCELO GIMENEZ - OAB:10.083

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Cuida-se de Execução de Título Extrajudicial movida por Junio Cezar de Araújo contra Marcio Rogerio Bertoni e Carlos Cezar Bertoni.

À fl. 772 foi deferido o arresto da cota-parte pertencente aos réus nos imóveis matriculados sob os números 55.876 e 42.718 do CRI da Comarca de Rondonópolis/MT.

A decisão foi levada a efeito, e fora averbada a constrição à margem das referidas matrículas.

Ocorre que, às fls. 912/913, o credor veio aos autos informando que parte da área da matrícula nº 55.876 foi desmembrada, dando origem a duas novas matrículas, sendo elas nº 118.290 e nº 118.291.

Ainda, informa que a matrícula nº 118.291 foi encerrada e deu origem a outras duas matrículas, nº 124.881 e nº 124.882, todas do mesmo CRI.

Relata tais acontecimentos para comunicar que as áreas relativas às matrículas nº 118.290 e nº 124.881 foram vendidas pelos executados, e por terem se originado da matrícula nº 55.876 continuam com a averbação da penhora em suas margens.

Por fim, requer seja efetuada a baixa das constrições averbadas às margens das matrículas acima referidas.

Entendo ser o caso de deferir o pedido da parte exequente, mormente por ainda haver patrimônio suficiente dos executados a fim de garantir o crédito exequendo.

Assim, defiro o pedido de levantamento da penhora que recaiu sobre os imóveis matriculados no CRI da Comarca de Rondonópolis/MT sob os números 118.290 (Av. 62) e 124.881 (Av. 41).

Oficie-se ao CRI para que se proceda à baixa das referidas averbações, ficando os emolumentos sob responsabilidade da parte exequente.

No mais, por ter a parte exequente interesse no prosseguimento do feito com relação aos demais imóveis penhorados, comunique-se ao juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis que a avaliação deprecada àquele juízo deverá ser realizada tão somente sobre os imóveis de matrícula 55.876, 118.291 e 124.882 do CRI daquela comarca.

Intime-se.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Emerson Luis Pereira Cajango

Cod. Proc.: 715299 Nr: 9526-02.2011.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SOLANGE MARIA DA SILVA OLIVEIRA MENDES

PARTE(S) REQUERIDA(S): MANAÍRA LEMES ROSA, GIL LEMES ROSA, CIBELE REGINA SIQUEIRA LEMES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA CARLA MOLINA PARADA PEDROSA - OAB:12593/MT, Natasha de O. Mendes Coutinho - OAB:16.445, SILBENE MARIA OLIVEIRA E OLIVEIRA - OAB:10852

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1

Versam os autos sobre Ação de Cobrança ajuizada por Solange Maria da Silva Oliveira contra Cibele Regina Siqueira Lemes e outros.

À fl. 139 a autora foi intimada para se manifestar acerca do prosseguimento do feito, deixando transcorrer o prazo in albis, conforme se vê na certidão de fl. 140.

Posteriormente, foi realizada a intimação pessoal da parte autora via correspondência para que tomasse as providências necessárias ao prosseguimento do feito, conforme AR juntado à fl. 146 contendo a informação “desconhecido”.

Sabe-se que é dever das partes manterem atualizados os seus dados pessoais, entre eles o endereço, sob pena de se reputarem válidas as intimações pessoais encaminhadas para o endereço cadastrado inicialmente no processo.

No caso, vislumbro que a parte autora não manteve seu endereço atualizado, motivo pelo qual considero válida a intimação enviada por carta (fl. 146), e apesar de intimada para manifestar acerca do prosseguimento, deixou transcorrer o prazo sem manifestação, bem como não apresentou justificativa.

Assim, denota-se que a autora não promoveu os atos de diligências que lhe competia, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias.

Desta forma, não resta outra alternativa senão extinguir o feito, em face de não ter a parte interessada promovido o regular andamento do feito.

Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso III c/c § § 1.º e 2º, do Código de Processo Civil, julgo EXTINTO o presente feito sem resolução de mérito.

Dispenso o autor do pagamento das custas processuais remanescentes.

Transitada em julgado, arquive-se com as devidas baixas.

Publique-se

Intime-se.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1096171 Nr: 8916-58.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ALEX ALESSANDRO DOS SANTOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GONÇALO DE SOUZA SILVA - OAB:19.148, MARLI DANTAS DO NASCIMENTO - OAB:OAB/MT 20.781

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO C. ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13431-B

Nos termos da legislação vigente, bem como no que dispõe o Provimento 56/2007 - CGJ/MT, impulsiono o feito, devendo ser ambas as partes intimadas nas pessoas de seus advogados e via DJE, para no prazo COMUM de 05 (cinco) dias, manifestarem sobre a proposta de honorários periciais (R$4.000,00). Nada mais.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003955-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAQUELINY JAC MIRANDA DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
AVIMAR MACIEL MACHADO FILHO OAB - MT20168-O (ADVOGADO(A))
THAIANY MIRANDA JAC DE JESUS OAB - MT22556/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO CARLOS HARGER JUNIOR OAB - SC29753 (ADVOGADO(A))
ANTONIO CIRO SANDES DE OLIVEIRA OAB - MT28329-O (ADVOGADO(A))
JANINE GIRARDI OAB - SC39458-O (ADVOGADO(A))
AMANDA ROCHA NEDEL OAB - SC32349-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1003955-52.2019.8.11.0041. AUTOR(A): JAQUELINY JAC MIRANDA DE JESUS RÉU: AGEMED SAUDE S/A Cuida-se de pedido de extensão dos efeitos da liminar formulado por Jaqueliny Jac Miranda de Jesus, que afirma estar em fase de manutenção do tratamento objeto da presente lide, sendo necessárias novas infusões a cada oito semanas. Sustenta que o protocolo para a realização do procedimento foi realizado como nas infusões anteriores, contudo o plano de saúde, ora réu, informou que não seria possível realizar o pagamento pelo procedimento em tempo hábil, de forma que a infusão agendada restou prejudicada, estando o tratamento da autora suspenso. Requer, dessa forma, a extensão dos efeitos da liminar para que dê continuidade ao seu tratamento. É o relatório. Decido. Tenho que razão assiste a parte autora. Isso porque o tratamento objeto da lide não se findou única e exclusivamente com o procedimento abarcado pela liminar já deferida no ID 17686171, sendo necessária a continuidade das infusões durante o período recomendado pelo médico assistente, garantindo o restabelecimento da saúde da parte autora. Assim, defiro o pedido contido no ID 26832394 para estender os efeitos da liminar deferida no ID 17686171, devendo a parte ré, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das infusões a serem realizadas na fase de manutenção do tratamento, sob pena de multa no valor já fixado na decisão liminar. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1032391-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. A. V. D. C. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSNEI JOSE CLARO DE CASTRO OAB - 325.081.909-34 (REPRESENTANTE)
JOAO PAULO BARRETO TAVARES OAB - MT15363-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1032391-21.2019.8.11.0041. REQUERENTE: CAIO AUGUSTUS VAZ DE CASTRO REPRESENTANTE: OSNEI JOSE CLARO DE CASTRO REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada por Caio Augustus Vaz de Castro representado por seu ascendente Osnei José Claro de Castro em face de Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A. No caso, vislumbro que as partes se compuseram amigavelmente nos autos. Assim, diante do termo de acordo apresentado em id. 26280279, outro caminho não há senão a homologação do acordo pactuado. HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes e DECLARO EXTINTO o presente feito, nos termos dos artigos 487, III, b, e 924, III, do Código de Processo Civil. Por disposição do art. 90, § 3º, do CPC, ficam as partes dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver. Honorários advocatícios são abrangidos no acordo. Ante o total cumprimento do acordo noticiado nos autos, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se na distribuição e as cautelas de praxe. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1032142-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
I. C. D. C. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO BARRETO TAVARES OAB - MT15363-O (ADVOGADO(A))
OSNEI JOSE CLARO DE CASTRO OAB - 325.081.909-34 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1032142-70.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ISABELE CHUPEL DE CASTRO REPRESENTANTE: OSNEI JOSE CLARO DE CASTRO REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada por Isabele Chupel de Castro representada por seu ascendente Osnei José Claro de Castro em face de Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A. No caso, vislumbro que as partes se compuseram amigavelmente nos autos. Assim, diante do termo de acordo apresentado em id. 26279636, outro caminho não há senão a homologação do acordo pactuado. HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes e DECLARO EXTINTO o presente feito, nos termos dos artigos 487, III, b, e 924, III, do Código de Processo Civil. Por disposição do art. 90, § 3º, do CPC, ficam as partes dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver. Honorários advocatícios são abrangidos no acordo. Ante o total cumprimento do acordo noticiado nos autos, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se na distribuição e as cautelas de praxe. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024939-28.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EUCLIDES JACINTO DE MORAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO FERREIRA DE ANDRADE OAB - MT9764-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIO MANOEL SILVA BEGA OAB - PR0038266A (ADVOGADO(A))
LUCAS THADEU PIERSON RAMOS OAB - PR0048203A (ADVOGADO(A))
ANA VARELA REGGES OAB - SC47359 (ADVOGADO(A))
ANDRE PERUZZOLO OAB - SP143567 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1024939-28.2017.8.11.0041. AUTOR(A): EUCLIDES JACINTO DE MORAES RÉU: CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica C/C Indenização por Danos Morais com Pedido de Tutela de Urgência ajuizada por Euclides Jacinto de Moraes em face de Calcard Administradora de Cartões de Crédito. No caso, vislumbro que as partes se compuseram amigavelmente nos autos. Assim, diante do termo de acordo apresentado em id. 26498518, outro caminho não há senão a homologação do acordo pactuado. HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes e DECLARO EXTINTO o presente feito, nos termos dos artigos 487, III, b, e 924, III, do Código de Processo Civil. Por disposição do art. 90, § 3º, do CPC, ficam as partes dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver. Honorários advocatícios são abrangidos no acordo. Ante o total cumprimento do acordo noticiado nos autos, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se na distribuição e as cautelas de praxe. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054849-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA AKEMY DE ARAUJO NONAKA HOFFMANN (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO DIAS DOS SANTOS OAB - MT17132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMIVAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS VARZEA GRANDE LTDA - ME (RÉU)
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS ANTONIO TOLENTINO DE BARROS OAB - MT7600-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1054849-32.2019.8.11.0041. AUTOR(A): LUCIANA AKEMY DE ARAUJO NONAKA HOFFMANN RÉU: EMIVAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS VARZEA GRANDE LTDA - ME, LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais c/c Danos Materiais movida por LUCIANA AKEMY DE ARAUJO NONAKA em face de EMIVAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS VÁRZEA GRANDE, LUMEM CONSULTORIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. No caso, vislumbro que as partes se compuseram amigavelmente nos autos. Assim, diante do termo de acordo juntado no ID 26664021, outro caminho não há senão a homologação do acordo pactuado. HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes e, diante do seu integral cumprimento, DECLARO EXTINTO o presente feito, nos termos dos artigos 487, III, b, do Código de Processo Civil. Por disposição do art. 90, § 3º, do CPC, ficam as partes dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver. Honorários advocatícios são abrangidos no acordo. Por fim, ante a desistência do prazo recursal, remetam-se os autos ao arquivo com as baixas de estilo. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

4ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020547-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALAERCON JOSE DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos e manifestar sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1036602-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA FERREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO FERREIRA SILVA OAB - MT13280-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1032763-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANO FRATTA PEREIRA PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUDA TAYSA PIMENTA MAIA OAB - MT18984-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SINDICATO DOS SERVIDORES PENITENCIARIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015407-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DENIZE LOPES BRITO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a autora, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestar o interesse em executar a sentença, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007026-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEVINO JOSE DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a autora, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestar o interesse em executar a sentença, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1039393-76.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA SONIA CASTRO BRANCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA SONIA CASTRO BRANCO OAB - MT21231-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOACIR PIRES DE MIRANDA FILHO (REQUERIDO)
ZELIA LOPES MARAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MICHEL MARAN FILGUEIRA OAB - MT10585/O (ADVOGADO(A))
FERNANDA CRISTINA BRANDAO SILVA CAMARGO MALVEZZI OAB - MT16013-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte REQUERIDA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO DA RECONVENÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000369-41.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRASILIA GOMES FERREIRA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a autora, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestar o interesse em executar a sentença, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017019-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALBERTO JUNIOR DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058942-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. E. R. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO CALVO OAB - MT12342-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. AVIANCA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1058942-38.2019.8.11.0041. AUTOR(A): MARIA EDUARDA RIBEIRO SILVA RÉU: AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. AVIANCA Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial nos seguintes termos: i) Comprovar o recolhimento da taxa judiciária e das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1032581-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANTINA ZILDA ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ELEANDRO MACHADO DA VEIGA OAB - MT20928/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1032581-81.2019.8.11.0041. AUTOR(A): SANTINA ZILDA ALMEIDA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1023061-34.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO JOSE MELATTI OAB - MT11096-O (ADVOGADO(A))
SEBASTIAO AUGUSTO CORREA DE MORAES OAB - MT10416-O (ADVOGADO(A))
MONICKE SANT ANNA PINTO DE ARRUDA OAB - MT23880/O (ADVOGADO(A))
JURACY PERSIANI OAB - MT24536/O (ADVOGADO(A))
FERNANDA PAREJA OLIVEIRA OAB - MT9020-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KAROLINE CARMO LEONCIO DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1023061-34.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA EXECUTADO: KAROLINE CARMO LEONCIO DOS SANTOS Defiro o pedido do Id. 27089621. Assim, suspendo o presente feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo, intime-se a autora para manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1029503-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MONNYK GLASCIELLY CASTRO FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON DANTAS HERNANDES OAB - MT21297-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE BENEFICIENTE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA (REQUERIDO)
RODRIGO OLIVEIRA BERNARDINO SILVA (REQUERIDO)
SOCIEDADE CUIABANA DE ANESTESIOLOGIA LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TIAGO MACIEL BORGES OAB - MT20640/O (ADVOGADO(A))
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1029503-79.2019.8.11.0041. REQUERENTE: MONNYK GLASCIELLY CASTRO FRANCA REQUERIDO: SOCIEDADE BENEFICIENTE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA, RODRIGO OLIVEIRA BERNARDINO SILVA, SOCIEDADE CUIABANA DE ANESTESIOLOGIA LTDA - EPP Analisando os autos verifico que o requerido RODRIGO OLIVEIRA BERNARDINO SILVA ainda não foi citado, conforme certidão de Id. 24279140. Expeça-se carta de citação ao requerido no endereço declinado na Av. Tancredo Neves, 688, Ed. Jardim da América, Jardim Tropical, Cuiabá/MT, CEP 78.070-122 (Id. 26221855) Intime-se a autora para apresentar impugnação à contestação (Id. 27175425), no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055730-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AMANDA CRISTINA DOS SANTOS SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1055730-09.2019.8.11.0041 AMANDA

CRISTINA DOS SANTOS SILVA BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 20/02/2020, às 13:00h - sala Conciliação 2, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000122-60.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELEONORA DE ARRUDA NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRISCIANY ALINE VAZ GUIMARAES AQUINO VILELA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
REINALDO AMERICO ORTIGARA OAB - MT9552-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo Número: 1000122-60.2018.811.0041 Parte Autora: Eleonora de Arruda Nascimento Parte Requerida: Crisciany Aline Vaz Guimaraes Data E Horário: Quinta-Feira, 05 de Dezembro de 2019, 14h00. PRESENTES Juiz(a) : Dr.(a) Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Parte Autora: Eleonora de Arruda Nascimento Advogado Da Parte Autora: Dr. Cláudio Cardoso Felix Parte Requerida: Crisciany Aline Vaz Guimaraes Advogado Da Parte Requerida: Dr. Reinaldo Americo Ortigara Acadêmico De Direito: Kaline Fernanda Silva Lopes Moreira OCORRÊNCIAS Aberta a audiência foram constatadas as presenças conforme consta acima. Foi tomado o depoimento pessoal da parte autora Eleonora de Arruda Nascimento. Foi tomado o depoimento pessoal da parte requerida Crisciany Aline Vaz Guimaraes. O douto advogado da parte autora pugna pela desistência da oitiva da testemunha Joana Arantes da Silva. O douto advogado da parte requerida punga pela desistência da oitiva da testemunha Débora Monique Gonzalez de Lima. DELIBERAÇÃO Defiro o pedido das partes e homologo a desistência da oitiva das testemunhas Joana Arantes da Silva e Débora Monique Gonzalez de Lima. Dou por encerrada a instrução, e concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis e comum para todas as partes apresentarem memoriais. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz o encerramento. Eu, Ana Paula Jesus Queiroz, que digitei. VANDYMARA G. R. PAIVA ZONOLO Juíza de Direito Eleonora de Arruda Nascimento Parte autora Dr. Cláudio Cardoso Felix Advogado da parte autora Crisciany Aline Vaz Guimaraes Parte Requerida Dr. Reinaldo Americo Ortigara Advogado da parte requerida

Despacho Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1044289-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PEDRO MENDES SOARES (AUTOR(A))
HELENINA SANTOS FRANCA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NEMUEL ANDRE ALMEIDA DA SILVA OAB - MT24719/O (ADVOGADO(A))
ROSIMEYRE DE ALMEIDA OAB - MT24232/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUISA ANDRE DA SILVA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1044289-31.2019.8.11.0041. AUTOR(A): JOAO PEDRO MENDES SOARES, HELENINA SANTOS FRANCA RÉU: LUISA ANDRE DA SILVA Tendo em vista que a inicial relata a existência de um pré acordo de compra e venda de imóvel, tenho para mim que não se trata de uma invasão pura e simples, devendo os autores serem intimados para emendarem a inicial, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 321 do CPC, sob pena de indeferimento da inicial. Consigno ainda que audiência de justificação prévia marcada para essa data fica prejudicada. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 04 de dezembro de 2019. Vandymara Galvão R. P. Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1013203-76.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FATORIAL EMPRESA DE FOMENTO MERCANTIL LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS RIBEIRO NEGRAO OAB - MT4632-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL BOSQUE DOS IPES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
VITHOR CESAR MOREIRA DA SILVA ALMEIDA OAB - MT22966-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013203-76.2018.8.11.0041. AUTOR(A): FATORIAL EMPRESA DE FOMENTO MERCANTIL LTDA RÉU: CONDOMINIO RESIDENCIAL BOSQUE DOS IPES Redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 26/03/2020, às 14h00, ante a impossibilidade de realização naquela data. Cumpra-se a decisão de Id. 17379038, expedindo o necessário. Intime-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1059014-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NICELMA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRA SANTOS SILVA OAB - MT26205/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059014-25.2019.8.11.0041. REQUERENTE: NICELMA FERREIRA Intime-se a requerente para regularizar o polo passivo, indicando os herdeiros do de cujus para serem citados, no prazo de 15 dias. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018490-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KAWANNY ROCHA TODERO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018490-83.2019.8.11.0041. AUTOR(A): KAWANNY ROCHA TODERO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Intime-se o Perito Judicial para complementar o laudo pericial, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033561-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO DOS SANTOS ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1033561-28.2019.8.11.0041. AUTOR(A): SEBASTIAO DOS SANTOS ALVES RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Intime-se o Perito Judicial para complementar o laudo pericial, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1033717-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALCINDO AIARDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTH AIARDES OAB - MT15463-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1033717-16.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ALCINDO AIARDES REQUERIDO: JOAO BATISTA DE OLIVEIRA Considerando as certidões do Senhor Oficial de Justiça, defiro o pedido de Id. 25007270. Redesigno a audiência de conciliação para o dia 31/03/2020, às 10h30 - Conciliação 05, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC). Expeça-se novo manado de citação para o endereço declinado no Id. 25007270, observando-se que o autor (Senhor Alcindo - (65) 99929-8481) irá acompanhar o Oficial de Justiça no cumprimento do mandado. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024091-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CASSANDRA OLIVEIRA DE MELO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO FERNANDO PECORA DE AMORIM OAB - MT17695-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1024091-70.2019.8.11.0041. AUTOR(A): CASSANDRA OLIVEIRA DE MELO RÉU: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. O acordo entre as partes foi homologado no Id. 25623888. No Id. 26028229, o requerido BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. informa o cumprimento do acordo com os depósitos dos valores, conforme comprovantes acostados nos Id. 26028230 e 26028231. Assim sendo, expeça-se alvará judicial em favor do advogado da parte autora, observando-se os dados bancários no Id. 27205670. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Após, arquive-se com as cautelas de estilo. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056448-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OSMAR SOUZA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1056448-06.2019.8.11.0041 OSMAR SOUZA DA SILVA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 20/02/2020, às 13:15h - sala Conciliação 10, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000930-02.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSLENE DE J.D. DA CRUZ - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODOLFO RUIZ PEIXOTO OAB - MT15869-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AR FRIO COM. E SERV. DE AR CONDICIONADOS LTDA. - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SIMONE APARECIDA MENDES PEREIRA OAB - MT5019-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo Número: 1000930-02.2017.811.0041 Parte Autora: Joslene De J. D. Da Cruz – ME Parte Requerida: Ar Frio Com. E Serv. De Ar Condicionados Ltda Me Data e horário: Quinta-Feira, 28 de novembro de 2019, 14h00. PRESENTES Juiz(a) : Dr.(a) Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Preposto/Parte Autora: Agnaldo Ykyany Rocha Porofo Advogada da Parte

Autora: Dr. Rodolfo Ruiz Peixoto Representante/Parte Requerida: Cleuton Felix da Cruz Advogada da Parte Requerida: Dra. Simone Aparecida Mendes Pereira Acadêmicos de Direito: Rodrigo da Silva Defanti, Daniele da Silva Bezerra e Salomão Sacal de Queiroz OCORRÊNCIAS Aberta a audiência foram constatadas as presenças conforme consta acima. Foi tomado o depoimento pessoal da representante da parte autora Agnaldo Ykyany Rocha Porofo. Foi tomado o depoimento pessoal do representante da parte requerida Cleuton Felix da Cruz. O douto advogado da parte autora pugna pela desistência da oitiva da testemunha Cezar Manoel Guilhermino. Após, inquirida a testemunha da parte autora, Sr. Ricardo de Lara Pinto. Por fim, inquirida a testemunha da requerida, Sr. Ricardo de Castro Medeiros. DELIBERAÇÃO Defiro o pedido da parte autora e homologo a desistência da oitiva da testemunha Cezar Manoel Guilhermino. Dou por encerrada a instrução, Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis e comum para todas as partes apresentarem memoriais. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz o encerramento. Eu, Ana Paula Jesus Queiroz, que digitei. VANDYMARA G. R. PAIVA ZONOLO Juíza de Direito Agnaldo Ykyany Rocha Porofo Preposto/Parte autora Dr. Rodolfo Ruiz Peixoto Advogada da parte autora Cleuton Felix da Cruz Representante/Parte Requerida Dra. Simone Aparecida Mendes Pereira Advogada da parte requerida

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053705-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOVELINO DAMASIO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1053705-23.2019.8.11.0041 JOVELINO DAMASIO DA SILVA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 30/01/2020, às 13:30h - sala Conciliação 6, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018130-22.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DA CONCEICAO SILVA RAMOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
anderson rosa ferreira OAB - MT14156-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
PAULO ROBERTO SANTORO SALOMAO OAB - SP199085-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo Número: 1018130-22.2017.811.0041 Parte Autora: Maria Da Conceicao Silva Ramos Parte Requerida: Aguas Cuiabá S/A Data e horário: Terça-Feira, 03 de dezembro de 2019, 14h00. PRESENTES Juiz(a) : Dr.(a) Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Parte Autora: Maria da Conceição Silva Ramos Advogado Da Parte Autora: Dr. Anderson Rosa Ferreira Zelaski Preposto/Parte Requerida: Felipe Cavalcanti Mello Abreu Advogado Da Parte Requerida: Dr. Vagner Spiguel Junior Acadêmicos de Direito: Rodrigo da Silva Defanti e Salomão Sacal de Queiroz OCORRÊNCIAS Aberta a audiência foram constatadas as presenças conforme consta acima. O douto advogado da parte requerida pugna por prazo para juntada de substabelecimento e pela juntada de carta de preposição apresentado em audiência. Foi tomado o depoimento pessoal da parte autora Maria Da Conceicao Silva Ramos. Foi tomado o depoimento pessoal do representante da parte requerida Felipe Cavalcanti Mello Abreu. Após, inquirida a testemunha da parte autora, Sra. Militina Atanásia de França. Ante a ausência das testemunhas da parte requerida, o douto advogado pugna pela desistência da oitiva do Sr. Orlando Tonietti, Sr. Maxsuel Da Costa Leite e Sra. Anna Karolyna Miranda Monteiro. Por fim, inquirida a testemunha da requerida, Sra. Lorrayne Campos Machado. DELIBERAÇÃO Procedo com a juntada dos documentos apresentados em audiência. Defiro o pedido da parte requerida e concedo o prazo de 15 (quinze) dias para juntada de substabelecimento. Defiro o pedido da parte requerida e homologo a desistência da oitiva das testemunhas Sr. Orlando Tonietti, Sr. Maxsuel Da Costa Leite e Sra. Anna Karolyna Miranda Monteiro. Dou por encerrada a instrução, Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis e comum para todas as partes apresentarem memoriais. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz o encerramento. Eu, Ana Paula Jesus Queiroz, que digitei. VANDYMARA G. R. PAIVA ZONOLO Juíza de Direito Maria Da Conceicao Silva Ramos Parte autora Dr. Anderson Rosa Ferreira Zelaski Advogado da parte autora Felipe Cavalcanti Mello Abreu Preposto/Parte Requerida Dr. Vagner Spiguel Junior Advogado da parte requerida

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057506-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WEDISON FERREIRA DA SILVA SANTANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCILENE DE SOUZA OAB - MT24025/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) Processo n°: 1057506-44.2019.8.11.0041 Autor: WEDISON FERREIRA DA SILVA SANTANA Réu: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 06/04/2020, às 11h30 - Conciliação 06, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art.

334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Em caso de citação por mandado, deverá a parte ré informar ao Sr. Oficial de Justiça eventual proposta de acordo, que deverá ser certificado no mandado, devendo posteriormente a parte autora ser intimada para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do andamento regular do processo, entendendo-se o silêncio como recusa (art. 154, VI, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada em sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025459-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIEL ALVES FIGUEIREDO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos e manifestar sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020404-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LETICIA ESTEVES MOREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028376-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANO RODRIGUES CARDOSO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO GABILAN SANCHES OAB - MT17255/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028413-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ERNANDES DE AQUINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028177-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IRA MONTEIRO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045214-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IDETE GERALDA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos e manifestar sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1029293-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FRANCISCO FELIX OAB - MT11158-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CX CONSTRUCOES LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO FERNANDES DA SILVA PERES OAB - MT6668-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1044472-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL FERREIRA DA SILVA FIGUEIREDO CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045139-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUSCICLEI MAILSON BASILIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos e manifestar sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028615-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WANTIER FIRMINO DO NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028277-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WESLLEY RICARDO DE SANTANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045828-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANGELA MARTINS PEREIRA (AUTOR(A))
B. M. K. (AUTOR(A))
D. L. K. (AUTOR(A))
GLEICIANE LIMA ANDRADE (AUTOR(A))
D. J. K. (AUTOR(A))
D. L. K. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte AUTORA, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045352-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDINALDO PINTO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos e manifestar sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1051273-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVANDRO COSTA FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1051273-31.2019.8.11.0041 EVANDRO COSTA FERREIRA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 31/02/2020, às 14:15h - sala Conciliação 3, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de

Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1031104-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE JULIO DA CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZONILDES PIO DA SILVA OAB - MT6486-B (ADVOGADO(A))
AERLISON ALONSO DE SOUZA SILVA OAB - MT23786-O (ADVOGADO(A))
ELISSON APARECIDO DE SOUZA ALMEIDA OAB - MT12937-O (ADVOGADO(A))
RICARDO HENRIQUE COUTINHO DOS SANTOS OAB - MT12882-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSENIL MARQUES DA CONCEICAO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELSO FERNANDES DOS SANTOS OAB - MT3342-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes AUTORA E REQUERIDA, na pessoa de seu(s) advogado(s), para que especifiquem as provas que pretendem produzir, indicando com objetividade, os fatos que com elas desejam demonstrar, no prazo de 10 (dez) dias. Somente após as partes especificarem as provas que pretendem produzir, o feito será saneado, com a apreciação das preliminares e o deferimento das provas a serem produzidas em audiência de instrução e julgamento, se for o caso.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037098-66.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE NUNES DINIZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1037098-66.2018.8.11.0041. AUTOR(A): JOSE NUNES DINIZ RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 19/02/2019, às 08h, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá - MT, 26 de Outubro de 2018. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000930-02.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSLENE DE J.D. DA CRUZ - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODOLFO RUIZ PEIXOTO OAB - MT15869-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AR FRIO COM. E SERV. DE AR CONDICIONADOS LTDA. - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SIMONE APARECIDA MENDES PEREIRA OAB - MT5019-O (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes AUTORA E REQUERIDA, na pessoa de seu(s) advogado(s), para que especifiquem as provas que pretendem produzir, indicando com objetividade, os fatos que com elas desejam demonstrar, no prazo de 10 (dez) dias. Somente após as partes especificarem as provas que pretendem produzir, o feito será saneado, com a apreciação das preliminares e o deferimento das provas a serem produzidas em audiência de instrução e julgamento, se for o caso.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018130-22.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DA CONCEICAO SILVA RAMOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
anderson rosa ferreira OAB - MT14156-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
PAULO ROBERTO SANTORO SALOMAO OAB - SP199085-O (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as partes AUTORA E REQUERIDA, na pessoa de seu(s) advogado(s), para que especifiquem as provas que pretendem produzir, indicando com objetividade, os fatos que com elas desejam demonstrar, no prazo de 10 (dez) dias. Somente após as partes especificarem as provas que pretendem produzir, o feito será saneado, com a apreciação das preliminares e o deferimento das provas a serem produzidas em audiência de instrução e julgamento, se for o caso.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036380-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MIRACELMA PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028429-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA MARTA OLIVEIRA DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:

FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028180-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS HENRIQUE CAZARIN (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1028551-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GILVANETE TIGRE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO FERREIRA SILVA OAB - MT13280-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027913-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
E. P. C. D. L. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIAS DE LIMA OAB - 550.794.581-00 (REPRESENTANTE)
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036370-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SOLANGE MIRANDA MELO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1028123-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDIANE MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027259-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA FELIZ TORRES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037108-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EXPEDITO FRANCA LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028841-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

IVAN PINHEIRO DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WELLEN CANDIDO LOPES OAB - MT11608/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028531-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE ALVES DE SOUZA (AUTOR(A))
R. S. I. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028799-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO LUIS DA CONCEICAO SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028450-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO GOMES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028703-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GRACIELY DA MATTA DIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO GABILAN SANCHES OAB - MT17255/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTOR, na pessoa de seu (s) advogado(s), para IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimo as partes autora e requerida, na pessoa de seu(s) advogado(s), para manifestarem sobre o laudo/avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056976-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAMELA GALVAO LOCATI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1056976-40.2019.8.11.0041 PAMELA GALVAO LOCATI PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23/04/2020, às 09:15h - sala 6, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057004-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RUBENS FERREIRA DIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1057004-08.2019.8.11.0041 RUBENS FERREIRA DIAS PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23/04/2020, às 10:00h - sala Conciliação 6, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057230-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OSMAR FERREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1057230-13.2019.8.11.0041 OSMAR FERREIRA DA SILVA SEGURADORA LÍDER Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23/04/2020, às 10:30h - sala Conciliação 6, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057264-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INES PATRICIA DE CASTRO MELO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1057264-85.2019.8.11.0041 INES PATRICIA DE CASTRO MELO PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23/04/2020, às 10:45h - sala Conciliação 6, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057267-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JARDEL ALVES GONCALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1057267-40.2019.8.11.0041 JARDEL ALVES GONCALVES PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20

(vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23/04/2020, às 11:15h - sala Conciliação 6, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057308-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMILTON PEREIRA DE FREITAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1057308-07.2019.8.11.0041 ADEMILTON PEREIRA DE FREITAS PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23/04/2020, às 11:30h - sala Conciliação 6, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052356-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALLIANZ SEGUROS S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA NIGRO FRANCISCATTO OAB - MT15249-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONCESSIONARIA ROTA DO OESTE S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) Processo n°: 1052356-82.2019.8.11.0041 Autor: ALLIANZ SEGUROS S/A Réu: CONCESSIONARIA ROTA DO OESTE S.A. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 06/04/2020, às 12h00 - Conciliação 06, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Em caso de citação por mandado, deverá a parte ré informar ao Sr. Oficial de Justiça eventual proposta de acordo, que deverá ser certificado no mandado, devendo posteriormente a parte autora ser intimada para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do andamento regular do processo, entendendo-se o silêncio como recusa (art. 154, VI, CPC). Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada em sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057320-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO DE OLIVEIRA ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1057320-21.2019.8.11.0041 LUCIANO DE OLIVEIRA ALMEIDA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23/04/2020, às 12:00h - sala 6, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do

valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025828-79.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAIKO DOUGLAS BUENO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER LUIZ RIBEIRO OAB - MT0019091A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO BIRAL DE FREITAS OAB - MT12678-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo Número: 1025828-79.2017.811.0041 Parte Autora: Maiko Douglas Bueno Parte Requerida: Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda Data e horário: Terça-Feira, 10 de dezembro de 2019, 14h00. PRESENTES Juiz(a) : Dr.(a) Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Parte Autora: Maiko Douglas Bueno Advogado da Parte Autora: Dr. Adriano Bianchini Ferreira Fernandes Preposto/Parte Requerida: José Rodolfo Mura Advogada da Parte Requerida: Dr. Fernando Biral De Freitas Acadêmico de Direito: Matheus Praconi Bordin OCORRÊNCIAS Aberta a audiência foram constatadas as presenças conforme consta acima. Foi tomado o depoimento pessoal da parte autora Maiko Douglas Bueno. Foi tomado o depoimento pessoal do representante da parte requerida José Rodolfo Mura. Após, inquirida a testemunha da parte autora Fabiano Ferreira da Silva. O douto advogado da parte requerida pugna pela desistência da oitiva da testemunha Fernando Alberto Barbosa Muller. Por fim, inquiridas as testemunhas da parte requerida Edgar Antonio da Cunha, Jordan Ribeiro Guimarães e Acib Nacer Neto. DELIBERAÇÃO Defiro o pedido da parte requerida e homologo a desistência da testemunha Fernando Alberto Barbosa Muller. Dou por encerrada a instrução, Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis e comum para todas as partes apresentarem memoriais. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz o encerramento. Eu, Ana Paula Jesus Queiroz, que digitei. VANDYMARA G. R. PAIVA ZONOLO Juíza de Direito Maiko Douglas Bueno Parte autora Dr. Adriano Bianchini Ferreira Fernandes Advogado da parte autora José Rodolfo Mura Preposto/Parte Requerida Dr. Fernando Biral De Freitas Advogado da parte requerida

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1046380-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) 1046380-94.2019.8.11.0041 CLEITON DO NASCIMENTO PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 22/11/2019, às 13:45h, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro à parte autora os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019121-32.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VERO EMPREENDIMENTOS LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA OAB - MT20683-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019121-32.2016.8.11.0041. AUTOR(A): JOSE CARLOS DA CRUZ RÉU: VERO EMPREENDIMENTOS LTDA Considerando a manifestação das partes nos Id. 24998842 e 24998992, designo a audiência de conciliação para o dia 31/03/2020, às 12h00 (Sala 05), a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1050164-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NERY PERES MACHADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOANA ALESSANDRA GONCALVES DE QUEIROZ OAB - MT14843-O (ADVOGADO(A))
ROZINALVA GONCALINA DA COSTA OAB - MT8859/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (RÉU)
RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (RÉU)
THALES ALEXANDRE MIDON DE MELO (RÉU)
PROMOTORS VEICULOS LTDA - ME (RÉU)
Magistrado(s):

VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ AV. AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( ) Processo n°: 1050164-79.2019.8.11.0041 Autor: NERY PERES MACHADO Réu: PROMOTORS VEICULOS LTDA - ME e outros (3) Reputo conveniente apreciar o pedido de tutela de urgência após o contraditório dos requeridos, a fim de obter elementos mais seguros acerca da validade do contrato de alienação fiduciária que ampara o gravame inserido na documentação do veículo pela requerida RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 13/04/2020, às 9h30, Sala - Conciliação 6, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Em caso de citação por mandado, deverá a parte ré informar ao Sr. Oficial de Justiça eventual proposta de acordo, que deverá ser certificado no mandado, devendo posteriormente a parte autora ser intimada para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do andamento regular do processo, entendendo-se o silêncio como recusa (art. 154, VI, CPC). Defiro os benefícios da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada em sistema. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1026372-67.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DIRLENE RAMALHO COSTA (REQUERENTE)
ANDRE FRANCISCO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VILMAR DO CARMO ADORNO OAB - MT16247-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (REQUERIDO)
JOSE ORTEGA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO GONCALVES ORTEGA OAB - MT15126-O (ADVOGADO(A))
CAMILA PEREIRA FERNANDES OAB - MT18786-O (ADVOGADO(A))
LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES OAB - MT22233-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo Número: 1026372-67.2017.811.0041 Parte Autora: Andre Francisco Da Silva Parte Autora: Dirlene Ramalho da Silva Parte Requerida: Tokio Marine Brasil Seguradora S.A. Parte Autora: Jose Ortega Data E Horário: Quarta-Feira, 11 de Dezembro de 2019, 14h00. PRESENTES Juiz(a) : Dr.(a) Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Parte Autora: Andre Francisco da Silva Parte Autora: Dirlene Ramalho da Silva Advogado da Parte Autora: Dr. Daniel Novaes Fortes Preposto/Parte Requerida Tokio: Katianne Kyula Alves Oliveira Advogado da Parte Requerida Tokio: Dr. Andre Henrique Costa Sampaio Parte Requerida: Jose Ortega Advogada da Parte Requerida: Dr. Fabio Gonçalves Ortega OCORRÊNCIAS Aberta a audiência foram constatadas as presenças conforme consta acima. Foi tomado o depoimento pessoal da parte autora Andre Francisco Da Silva. Foi tomado o depoimento pessoal da parte requerida José Ortega. DELIBERAÇÃO Dou por encerrada a instrução e concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis e comum para todas as partes apresentarem memoriais. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz o encerramento. Eu, Ana Paula Jesus Queiroz, que digitei. VANDYMARA G. R. PAIVA ZONOLO Juíza de Direito Andre Francisco Da Silva Parte autora Dirlene Ramalho da Silva Parte Autora Dr. Daniel Novaes Fortes Advogado da parte autora Katianne Kyula Alves Oliveira Preposto/Parte Requerida Tokio Dr. Andre Henrique Costa Sampaio Advogado da parte requerida Tokio José Ortega Parte Requerida Dr. Fabio Gonçalves Ortega Advogado da Parte Requerida José

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo
Cod. Proc.: 764835 Nr: 17496-19.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESPÓLIO DE JOÃO DE SOUZA PINTO NETO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JAIRO DA SILVA DUTRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIO SOUZA PONCE - OAB:9.202/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDSON KUNZE - OAB:3539/MT
I - Defiro o pedido de buscas pelo sistema INFOJUD.
II - Intime-se o exequente para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.
III - Decorrido o prazo e permanecendo o exequente inerte, intime-a para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção nos termos do artigo 485, III do CPC.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo
Cod. Proc.: 320371 Nr: 19674-77.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROBERTO DE ARAÚJO GONÇALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO ÂNGELO DE MACEDO - OAB:6811-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LAÉRCIO FAEDA - OAB:3589-B/MT, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:OAB/MT 11.065-A, RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:211.648 / SP, RODRIGO MISCHIATTI - OAB:7.568-B/MT
Por meio da petição de fl. 281, a credora informa a satisfação integral do débito, requerendo o arquivamento dos autos.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do artigo 924, II, do CPC/15.
Expeça-se Alvará em benefício do exequente, observando-se os dados bancários indicados à fl. 281.
Em seguida, nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas de estilo.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Cuiabá/MT, 11 de novembro de 2019.
Vandymara G. R. Paiva Zanolo
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 831628 Nr: 37278-75.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADINALDO FLÁVIO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAOA DO BRASIL MONTADORA DE VEÍCULOS S/A, HYUNDAI CAOA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDO BIRAL DE FREITAS - OAB:12678-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIEGO SABATELLO COZZE - OAB:252.802-B/SP, MARCELO DE OLIVEIRA ELIAS - OAB:188.868-B/SP, MATHEUS LOURENÇO RODRIGUES DA CUNHA - OAB:14170/MT, TATYANA BOTELHO ANDRÉ - OAB:170.219/OAB

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo as PARTES AUTORA E REQUERIDA, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 449196 Nr: 22311-30.2010.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: L. M. S., MARLENE MIRANDA DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S): FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANE BERTUOL DUARTE - OAB:13.747/MT, ELIANE BERTUOL DUARTE - OAB:13747, MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES - OAB:9.995/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE RYUZO SUGIZAKI - OAB:171646/SP, ANDERSON LANNA ALVES BITTENCOURT - OAB:153.112, jose frederico fleury curado brom - OAB:15.245-GO, MILTON MARTINS MELLO - OAB:3811/MT, RITA DE CASSIA LEVENTI ALEIXES - OAB:4683/MT

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a PARTE AUTORA E REQUERIDA, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para manifestarem sobre o calculo de fls. 552/553, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 762003 Nr: 14505-70.2012.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARIA LUZIA RODRIGUES CAMARGO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANA ROSA RODRIGUES, THIAGO RODRIGUES DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO CARLOS REZENDE - OAB:12.432/MT, JACKSON PELLIZZARI - OAB:13831/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDIVAN FREITAS VIEIRA - OAB:11.192/MT, NAIME MÁRCIO MARTINS MORAES - UNIJURIS - OAB:3847

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a REQUERENTE, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (DEZ) dias.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 34183 Nr: 18751-95.2001.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: COOPERTEL - COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS TELEFÔNICOS DO EST. MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): PATRÍCIA MARCIA SENFF, LUCAS ATAÍDE DE OLIVEIRA RODRIGUES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OTACÍLIO PERON - OAB:3.684-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intime-se o exequente para manifestar sobre a petição do executado de fls.54/83, no prazo de 5 (cinco) dias.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1030507 Nr: 37007-95.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JORGE FERNANDEZ ASENCIO

PARTE(S) REQUERIDA(S): RAFAEL AZEVEDO BARBOSA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO LOPES DA COSTA - OAB:8864/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO CEZAR DA SILVA COSTA - OAB:19.190-O

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 – CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a REQUERENTE, na pessoa de seu(s) advogado(s), e via Diário Eletrônico, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (DEZ) dias.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 1035680 Nr: 39436-35.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: GILBERTO APARECIDO MOREIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSEVAN CALISTO DE ARRUDA, PRELAZIA DE PARANATINGA, BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ BATISTA FILHO - OAB:13.696-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABRÍCIO MIOTTO - OAB:6862/MT, RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT

Remetam-se os autos à Contadoria, para que seja realizado o cálculo judicial atualizado do débito executado.

Após, intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias.

Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos os autos.

Cumpra-se.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

Vandymara Galvão R. P. Zanolo

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1127908 Nr: 22112-95.2016.811.0041

AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOSE EDUARDO SIQUEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): CORIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BIANCA NOGUEIRA SILVA - OAB:21879/O, DÂMARIS ALVES CHAVES NEGRÃO - OAB:22691/B, RICARDO MORAES DE OLIVEIRA - OAB:12913

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO GOMES SILVA FILHO - OAB:12.036/MT, JEAN JOSÉ CLINI - OAB:7942/MT, LEONARDO DA SILVA CRUZ - OAB:OAB/MT 6.660

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, para republicar a decisão de fls. 104, tendo em vista que não foi feito o devido cadastro da nova advogada da parte:

"Despacho de fls": 104 A decisão de fl.93 acolheu a impugnação ao valor da causa, fixando em R$35.586,16, bem como determinou que o embargante comprovasse sua hipossuficiência no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade da justiça.

O embargante foi intimado e deixou transcorrer o prazo sem comprovar a sua hipossuficiência.

Diante disto, indefiro o benefício da gratuidade da justiça e determino que o embargante recolha as custas processuais e taxa judiciária no prazo de dez dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

No mesmo prazo, deverá o embargante juntar aos autos a sua via do contrato de locação, objeto da ação executiva.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 266076 Nr: 23836-86.2006.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VIDRAÇARIA GUAPORÉ LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): CONSTRUTORA FERRER LTDA, JOSÉ BATISTA CORRÊA FERRER, AULICA MARQUES FERRER

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANA AMALIA ALVES - OAB: 9534

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARDEN ELVIS FERNANDES

TORTORELLI - OAB:4313/MT

Consoante se verifica dos argumentos expendidos pelo exequente, sua pretensão ao redirecionamento da execução funda-se, exclusivamente, na ausência de bens da pessoa jurídica executada, suficientes para a satisfação do débito exequendo.Todavia, nosso ordenamento jurídico adotou a teoria maior da desconsideração, de modo que, para atingir o patrimônio dos sócios da empresa executada, deve-se comprovar, além da insolvência, o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial.Neste sentido:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR E INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA. 1. "A mera inexistência de bens penhoráveis ou eventual encerramento irregular das atividades não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica" (AgInt no AREsp 120.965/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/5/2017, DJe 1º/6/2017). 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1528021/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 04/06/2019)Desta feita, ausente os requisitos legais, indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica.No mais, intime-se a parte exequente para dar andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.Cuiabá - MT, 10 de dezembro de 2019.Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 266168 Nr: 23935-56.2006.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DANIEL FERREIRA DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A, NIPROCRED

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RUSSIVELT PAES DA CUNHA - OAB:12487-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:OAB/MT 11.065-A, PAULO FERNANDO SCHNEIDER - OAB:8117/MT, RAIMUNDO LOPES DE LIMA - OAB:3503-B

Defiro o pedido de fl. 405.

Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

No mais, intime-se a parte exequente para dar andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

Cumpra-se.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

Vandymara G. R. Paiva Zanolo

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 327909 Nr: 841-11.2008.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: GALEÃO DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): RUBENS ZULLI, BRUNO MEDEIROS PACHECO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GIOVANI BIANCHI - OAB:6641/MT, JAIRO JOÃO PASQUALOTTO - OAB:3569-B, LUCIANO CARVALHO DO NASCIMENTO - OAB:13.547

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADEMIR JOEL CARDOSO - OAB:MT 3473-A, ALFREDO RIBEIRO DA CUNHA LOBO - OAB:39.684 DF, CARLOS ALBERTO SOARES JUNIOR - OAB:MT 25883, CARLOS EDUARDO MALUF PEREIRA - OAB:10407/MT, CHRISTIANE KRUEGER DO NASCIMENTO - OAB:OAB/MT 12.216, CHRISTIANE KRUGER DO NASCIMENTO - OAB:12216/MT

Considerando que tramita na 4ª Vara Cível da Comarca de Várzea Grande/MT, os autos nº 75-11.2009.811.0002 (Código 219814), onde se processa a falência da empresa executada, reconheço a incompetência deste Juízo, e determino a remessa dos presentes autos para o citado Juízo universal.

Outrossim, compete ao Juízo falimentar decidir acerca da digitalização ou não dos presentes autos, pelo que indefiro o pedido de portabilidade deste processo para o PJE (fl.317).

Intime-se.

Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

Vandymara G. R. Paiva Zanolo

Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 30880 Nr: 12030-30.2001.811.0041

AÇÃO: Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ADÉLIO BATISTA QUEIROZ, JOSIANE SOARES HUGUENEY QUEIROZ - ME

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO ITAU S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Roberley Rodrigues Ribeiro - OAB:3022/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:

Considerando que a publicação da decisão de fl. 663 foi direcionada aos antigos patronos do banco requerido, defiro o pedido de fl. 671, a fim de reabrir o prazo para manifestação.

Intime-se.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

Vandymara G. R. Paiva Zanolo

Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 803283 Nr: 9743-74.2013.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MAXICASE MAQUINAS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE DOMINGAS ASSUNTA DE JORGI, ANTONIO MAÉRCIO DE JORGI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ITALO JORGE SILVEIRA LEITE - OAB:10074

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Defiro todos os pedidos formulados na petição de fls. 146/146v.

Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intime-se.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

Vandymara G. R. Paiva Zanolo

Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 702475 Nr: 37096-94.2010.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ROBERTO CARLONI DE ASSIS

PARTE(S) REQUERIDA(S): VIVIANE REGINA CLAUDINO, ESPÓLIO DE LUCINDA LUZIA DE AMORIM, DURVAL DE ASSIS, ELZA DE ASSIS MELHORANÇA, PÉREZ DE ASSIS, ESPÓLIO DE ROMÃO ESTOCLEO DE ASSIS, SÔNIA RENÉ DE ASSIS CALMON CERISARA, REGINA CÉLIA DE ASSIS, ROGERIO FREDERICO DE ASSIS, ROSÂNGELA MARIA DE ASSIS, ROSÂNGELA MARIA DE ASSIS, RUI RONER DE ASSIS, RUDIMAR PAULO DE ASSIS, SAMIRA TABATA XAVIER DE ASSIS, LIDIO DE ASSIS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERTO CARLONI DE ASSIS - OAB:11291/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO NAHSAN - OAB:3484-TO, HITLER PULLIG FILHO - OAB:11529, JORGE DE MORAES FILHO - OAB:3964, ROBERTO CARLONI DE ASSIS - OAB:, SAVIO DANILO LOPES LEITE - OAB:13507/MT

A executada apresentou embargos à execução em apenso (código 1433974), que foram julgados extintos.

Assim, intime-se a parte exequente, para dar andamento ao feito, no prazo de 15 (cinco) dias, sob pena de extinção.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 742337 Nr: 39222-83.2011.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT

PARTE(S) REQUERIDA(S): BRUNO OLIVEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3127-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO AUGUSTO CALDERARO DIAS - OAB:3.549

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo o AUTORA, na pessoa de seu(s) advogado(s) e via Diário Eletrônico, para que indique bens desimpedidos sob pena de aplicação de multa processual, no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 833929 Nr: 39298-39.2013.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VIDRAÇARIA GUAPORÉ LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): FLÁVIA MARQUES FERREIRA DUARTE ZANDONADI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIS EDUARDO DE CASTRO NASSIF - OAB:11.866/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO VITOR RUSSO FERREIRA ROCHA - OAB:18.219/MT

I – Proceda-se à alteração do cadastro da executada, a fim de incluir o endereço informado à fl. 122.

Outrossim, ante as informações prestadas pela devedora na petição de fls. 122/125, deixo de aplicar multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

II – Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 dias, informar os dados exigidos pelo SPC para a inclusão da executada no cadastro de proteção ao crédito, quais sejam: filiação, RG e data de nascimento.

No mesmo prazo, deverá a credora indicar bens passíveis de penhora, sob pena de extinção.

Cumpra-se.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

VANDYMARA G. R. PAIVA ZANOLO

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 406534 Nr: 38539-17.2009.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BRASIL TELECOM S/A, BRASIL TELECON S.A E TELEMAT CELULAR

PARTE(S) REQUERIDA(S): ACL COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, ACL COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA - FILIAL 01

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA TEREZA PALHARES BASILIO - OAB:74802/RJ, ELADIO MIRANDA LIMA - OAB:86.235-RJ

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLONILSE IZABEL BONATTO - OAB:15380, POLIANA MIKEJEVS CALÇA LORGA - OAB:12899

Remetam-se os autos à Contadoria, para que seja realizado o cálculo judicial atualizado do débito executado.

Após, intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias.

Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos os autos.

Cumpra-se.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

Vandymara Galvão R. P. Zanolo

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo

Cod. Proc.: 840757 Nr: 45107-10.2013.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BARCELOS CARLOS E GOMES ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIUS DELBONI DE ANDRADE - OAB:12.573/MT, MAURA BENEDITA DA COSTA MARQUES DE ANDRADE - OAB:12596

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA - OAB:21.387/B, NELSON FEITOSA JUNIOR - OAB:8.656/MT, ROMEU DE AQUINO NUNES - OAB:3.770/MT

Os comprovantes de depósito juntados às fls. 395/396, demonstram que a executada recebeu e está na iminência de receber, em outros processos, valores incompatíveis com a permanência de sua hipossuficiência, razão pela qual defiro o pedido de fls. 393/394.

Oficie-se ao Juízo da 6º Vara Cível da Comarca da Capital, solicitando informações a respeito de eventuais créditos em favor do executado, nos autos nº 28332-12.2016.811.0041 (Cód. 1142036), bem como, em caso positivo, a penhora no rosto dos autos.

Intime-se.

Cumpra-se.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

Vandymara G. R. Paiva Zanolo

Juíza de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-22 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA

Processo Número: 1052758-66.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

VITOR BENEDITO DE SOUSA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

SALATIEL DE LIRA MATTOS OAB - MT12893-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

BANCO BMG S.A (RÉU)

Magistrado(s):

VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1052758-66.2019.8.11.0041. AUTOR(A): VITOR BENEDITO DE SOUSA RÉU: BANCO BMG S.A I – Consoante se verifica do extrato bancário anexado no Id. 26126382, o autor aufere renda compatível com a alegada hipossuficiência, razão pela qual defiro os benefícios da justiça gratuita. II – Nos termos do artigo 396 do CPC/15, intime-se o requerido para que, em 5 (cinco) dias, efetue a exibição de todos os contratos celebrados entre o autor e o réu. Caso assim não proceda, o requerido poderá apresentar impugnação nos termos do art. 398 do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. VANDYMARA G. R. PAIVA ZANOLO Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Processo Número: 1024677-10.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

MUTUA DE ASSISTENCIA DOS PROFISSIO DA ENG ARQ AGRONOMIA (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

JULIANA ZAFINO ISIDORO FERREIRA MENDES OAB - MT12794-O (ADVOGADO(A))

MAX MAGNO FERREIRA MENDES OAB - MT8093-O (ADVOGADO(A))

IVO SERGIO FERREIRA MENDES OAB - MT8909-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ROSENIL MARIA DE ARAUJO (EXECUTADO)

ELIAS BATISTA BRANDAO (EXECUTADO)

Magistrado(s):

VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1024677-10.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: MUTUA DE ASSISTENCIA DOS PROFISSIO DA ENG ARQ AGRONOMIA EXECUTADO: ELIAS BATISTA BRANDAO, ROSENIL MARIA DE ARAUJO Trata-se de Ação de Execução interposta por MÚTUA – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA em face de ELIAS BATISTA BRANDÃO e ROSENIL MARIA DE ARAÚJO. Verifica-se que as partes se compuseram amigavelmente nos autos, consoante acordo noticiado no Id. 26860202. Diante disso, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Ante o requerimento das partes, mantenham-se os autos suspensos até que seja comunicado o adimplemento total do acordo, nos termos do artigo 922, do Código de Processo Civil. Custas processuais e honorários conforme o acordado entre as partes. Quanto aos valores bloqueados no Id. 23344800, intime-se pessoalmente os requeridos para informarem dados

bancários para expedição do alvará judicial, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057862-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA MARQUES FERNANDES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANTONIO JOBIM OAB - MT6412-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1057862-39.2019.8.11.0041. AUTOR(A): PATRICIA MARQUES FERNANDES RÉU: AGEMED SAUDE S/A Cuida-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por PATRÍCIA MARQUES FERNANDES em face de AGEMED SAÚDE S/A, na qual a autora pleiteia, liminarmente, a concessão de tutela de urgência para determinar o bloqueio, via BACENJUD, nas contas da requerida, da quantia de R$21.820,00 (vinte e um mil, oitocentos e vinte reais), necessária para custear o procedimento cirúrgico de que a autora necessita. Alega a autora que, após submeter-se a exames clínicos e laboratoriais, recebeu o resultado de uma biópsia apontando a presente de "Carcinoma Papilífero da Tireóide suspeito para Malignidade", tendo sido recomendado pelo seu médico a imediata retirada total da glândula. Afirma que a realização do procedimento está condicionada ao pagamento antecipado do médico responsável pelo seu tratamento e do hospital, os quais não mais atendem pelo convênio da requerida. Aduz que, embora tenha solicitado a liberação do procedimento junto à requerida, esta vem retardando, injustificadamente, o cumprimento de sua obrigação contratual, ao argumento de que precisou reprogramar alguns pagamentos, por conta da demanda de muitos protocolos. É o breve relato. Fundamento e decido. Nos termos do art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Todavia, tratando-se de antecipação de tutela específica, prevista no artigo 497 do CPC/15; e no artigo 84, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, para sua concessão, se faz necessária a análise da relevância do fundamento da demanda e do justificado receio de ineficácia do provimento final, vejamos: "Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente. (...) Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. § 3º, Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)". In casu, identifico a relevância do fundamento, notadamente pelas informações que constam no receituário médico anexado no Id. 26929327, e nos exames juntados no Id. 26929327, de cujo é possível extrair, prima facie, que a autora necessita com urgência se submeter ao procedimento indicado pelo médico que a acompanha, o qual não foi autorizado pela requerida, ao argumento de que esta precisou reprogramar alguns pagamentos, por conta da demanda de muitos protocolos. O receio de ineficácia do provimento final decorre do risco de o estado de saúde da autora se agravar, caso não se submeta ao tratamento indicado pelo médico responsável. Assim, faz jus a autora à ordem liminar de bloqueio de valores nas contas da requerida, necessários ao custeio do hospital, dos honorários médicos e dos honorários do anestesista, orçados no Id. 26929791. Diante do exposto, com amparo no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro o pedido liminar, para determinar o bloqueio, via BACENJUD, nas contas da requerida, da quantia de R$21.820,00 (vinte e um mil, oitocentos e vinte reais), necessária ao custeio do hospital, dos honorários médicos e dos honorários do anestesista, conforme orçamento anexado no Id. 26929791. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência designada para o dia 06/04/2020, às 12h30min – Sala: Conciliação 7, com vistas à conciliação a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro os benefícios da justiça gratuita. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057180-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO FERREIRA MATOS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
Francisco de Almeida OAB - MT22446/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1057180-84.2019.8.11.0041. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: FRANCISCO FERREIRA MATOS ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais ajuizada por FRANCISCO FERREIRA MATOS em face de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, na qual o autor pleiteia, liminarmente, a concessão de tutela de urgência para determinar que a requerida se abstenha de realizar o corte de energia elétrica em sua unidade consumidora. Em suma, alega o autor que, embora suas faturas estejam quitadas, vem enfrentando quedas e interrupção prolongada no fornecimento de energia em sua unidade consumidora, desde o dia 27/11/2019. É o breve relato. Fundamento e decido. Nos termos do art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso, identifico a probabilidade do direito deduzido, notadamente por meio do histórico de contas anexado no Id. 26744886, de cujo teor é possível extrair, prima facie, que o autor se mantém adimplente com suas faturas de consumo, desde dezembro de 2018, não havendo, a princípio, justificativa para a interrupção no fornecimento de energia para a unidade consumidora do requerente. O perigo de dano exsurge dos evidentes prejuízos causados pela eventual suspensão no fornecimento de energia na unidade consumidora do autor. Por fim, não vislumbro na antecipação do provimento jurisdicional almejado, o perigo de irreversibilidade, tanto sob o aspecto jurídico quanto sob o aspecto fático, eis que nos termos do art. 296, do CPC, a tutela provisória pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo, surgindo novos fatos que assim autorizem. Diante do exposto, com amparo no artigo 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido liminar, para determinar que a requerida se abstenha de realizar o corte de energia elétrica para a unidade consumidora do autor. Esta decisão não tem efeitos para o caso de existência de outras faturas vencidas e pendentes de pagamento e nem para outras hipóteses em que é permitida a suspensão do fornecimento de energia. Para o caso de não

cumprimento da determinação por parte da parte Requerida, imponho a multa diária de R$300,00 (trezentos reais) até o limite de R$30.000,00 (trinta mil reais), nos termos do art. 297, Parágrafo único, c/c artigo 537, do CPC/2015. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 13/04/2020, às 9h30, Sala 4, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro os benefícios da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-94 DESPEJO
Processo Número: 1057584-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA BENEDITA PROENCA LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA LEAL DA SILVA OAB - MT0016793A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIEGO SOUZA DA SILVA (RÉU)
JANAINA LUIZA ROSA DA SILVA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1057584-38.2019.8.11.0041. AUTOR(A): MARIA BENEDITA PROENCA LIMA RÉU: DIEGO SOUZA DA SILVA, JANAINA LUIZA ROSA DA SILVA Cuida-se de AÇÃO DE DESPEJO POR ABANDONO C/C COBRANÇA DE ALUGUÉIS E ENCARGOS ajuizada por MARIA BENEDITA PROENÇA LIMA em desfavor de DIEGO SOUZA DA SILVA e JANAÍNA LUIZA SOUZA DA SILVA, na qual a autora pleiteia, liminarmente, a concessão de tutela de urgência para determinar a expedição de mandado de constatação por abandono, bem como a imissão na posse da autora, com autorização para arrombamento e requisição de força policial. Alega a autora que, em 20/02/2019, firmou com os requeridos um contrato de locação residencial do imóvel localizado na Rua 36, Quadra 94, Casa 551, Bairro Santa Cruz II, em Cuiabá -MT, com prazo de 12 (doze) meses, pelo valor mensal de R$1.200,00 (um mil e duzentos reais). Afirma que a requerida deixou de pagar os alugueres referentes aos meses de maio e seguintes, o que resultou no débito de R$ 19.046,52 (dezenove mil e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). Aduz, por fim, que obteve informações de que, em 15/11/2019, os requeridos teriam abandonado o imóvel em questão. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Por meio dos documentos trazidos com a petição inicial, extrai-se, prima facie, que as partes firmaram, em 20/02/2019, um contrato de locação residencial, pelo prazo de 12 (doze) meses, tendo por objeto o imóvel objeto da demanda; e que os requeridos, aparentemente, teriam abandonado o imóvel em questão, em 15/11/2019. Desta feita, faz jus a autora à ordem liminar para constatação do abandono, por meio de Oficial de Justiça, e posterior imissão na posse do bem. Ante o exposto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar a expedição de mandado de constatação por abandono do imóvel objeto da presente demanda, bem como a imissão na posse da autora, com autorização para arrombamento e requisição de força policial. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 13/04/2020, às 11h00min – Sala: Conciliação 5, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro os benefícios da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se pelo Oficial de Justiça plantonista. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057277-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARLY MADUREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO HONDA S/A. (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1057277-84.2019.8.11.0041. AUTOR(A): MARLY MADUREIRA RÉU: BANCO HONDA S/A. Cuida-se de Ação de Reparação de Danos Morais ajuizada por MARLY MADUREIRA em face de BANCO HONDA S/A, na qual a autora pleiteia, liminarmente, a concessão de tutela de urgência, para determinar que a requerida (i) suspenda qualquer tipo de cobrança em face da autora; e (ii) se abstenha de inserir o nome da requerente nos órgãos de proteção ao crédito. Para tanto, a autora alega que firmou com a requerida um contrato de financiamento do veículo Marca HONDA BIZ 125 ES, Placa QBE 4825, cor vermelha; e que, em virtude de inadimplemento, o bem foi objeto de busca e apreensão pela requerida, em 02/06/2016. Afirma que, ao buscar regularizar suas pendências financeiras, constatou que a ré mantém uma negativação em seu nome, no valor de R$7.961,23 (sete mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos), incluída em 28/11/2017, isto é, após a apreensão do veículo. Aduz que o citado débito é inexistente, já que nunca foi notificado acerca da sua existência, nem mesmo do que foi feito com o veículo apreendido, quais valores foram arrecadados, e o que foi abatido no saldo devedor. É o breve relato. Fundamento e decido. Nos termos do art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. In casu, conquanto a autora defenda a inexistência do débito negativado, não soube informar na petição inicial o que foi feito com o veículo apreendido, bem assim se a entrega do bem foi suficiente para quitar a dívida financiada. Desta feita, ao menos prima facie, não é possível identificar a probabilidade do direito deduzido, posto que a ausência de prestação de contas pela ré, acerca do que foi feito com o veículo apreendido, não retiraria a exigibilidade de eventual saldo devedor existente. Ademais, considerando que a negativação foi inserida em 28/11/2017 – há mais de 02 (dois) anos –, não identifico situação de risco que não possa aguardar o contraditório e a instrução processual, a fim de se aferir, com

segurança, a eventual inexistência do débito negativado. Diante do exposto, com amparo no artigo 300 do Código de Processo Civil, INDEFIRO o pedido liminar. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 06/04/2020, às 10h00, Sala 4, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057832-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OZENIRA PEREIRA HORA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
AUXILIADORA MARIA GOMES OAB - MT18865/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1057832-04.2019.8.11.0041. AUTOR(A): OZENIRA PEREIRA HORA RÉU: AGUAS CUIABÁ S/A Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada por OZENIRA PEREIRA HORA em face de ÁGUAS CUIABÁ S/A, na qual a autora pleiteia, liminarmente, a concessão de tutela de urgência, a fim de determinar que a requerida (i) restabeleça o calçamento de seu imóvel ao estado anterior; e (ii) emita faturas do serviço mensal, e do parcelamento do débito, de forma separada. Alega a autora que, em 19/08/2019, realizou o parcelamento dos débitos junto à requerida, visando ao fornecimento do serviço, tendo realizado o pagamento da primeira parcela. Todavia, os prepostos da requerida compareceram até a residência da autora e acabaram prestando um serviço irregular, pois a tubulação instalada, ao invés de encher o reservatório de água na residência, se transformou em vazamento; além de não reporem o calçamento em frente da residência da requerente, o qual ficou danificado. Afirma que solicitou junto à requerida as providências para que dessem fim ao transtorno causado, e de fato fornecessem o serviço solicitado, mas nada foi feito. É o breve relato. Fundamento e decido. Nos termos do art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso, patente o perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela provisória pleiteada (art. 300, §3º, do CPC/15), em relação ao pedido para que a ré restabeleça o calçamento do imóvel da autora ao estado anterior, já que a sua concessão resultaria no completo esvaziamento do mérito da demanda, cuja solução depende de instrução processual, a fim de se aferir, com segurança, a eventual responsabilidade da requerida pelos danos no calçamento do imóvel da autora. Da mesma forma, ausente a probabilidade do direito à emissão de faturas do serviço mensal, e do parcelamento do débito, de forma separada, eis que, a princípio, a cobrança de débitos de um mesmo devedor, em uma mesma fatura, não viola nenhuma das normas do Código de Defesa do Consumidor. Aliás, do conteúdo da fatura anexada no Id. 26922206, extrai-se, prima facie, a descrição dos itens faturados, o que demonstraria o cumprimento do dever de informação da concessionária requerida. Diante do exposto, com amparo no artigo 300 do Código de Processo Civil, indefiro o pedido de tutela de urgência. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 06/04/2020, às 9h00, Sala 7, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data do registro no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-95 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO
Processo Número: 1052687-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROYAL BRASIL ADMINST EMPRENDIMENTOS E PART LTDA (AUTOR(A))
CUIABA PLAZA SHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (AUTOR(A))
CONSORCIO EMPREENDEDOR DO CUIABA PLAZA SHOPPING (AUTOR(A))
BR MALLS ADMINISTRACAO E COMERCIALIZACAO 01 (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO HERTZ BRUZZONE LEAL OAB - RJ159485 (ADVOGADO(A))
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
chiquetosa comercio de confecções e acessorios ltda (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1052687-64.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ROYAL BRASIL ADMINST EMPRENDIMENTOS E PART LTDA, CUIABA PLAZA SHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, CONSORCIO EMPREENDEDOR DO CUIABA PLAZA SHOPPING, BR MALLS ADMINISTRACAO E COMERCIALIZACAO 01 RÉU: CHIQUETOSA COMERCIO DE CONFECÇÕES E ACESSORIOS LTDA Recebo a emenda à inicial e defiro a juntada do comprovante de pagamento das custas judiciais (Id. 26597694). Cuida-se de AÇÃO DE DESPEJO POR INADIMPLÊNCIA ajuizada por ROYAL BRASIL ADMINISTRAÇÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e OUTROS em desfavor de CHIQUETOSAS CONFECÇÕES E ECESSÓRIOS LTDA – LTDA, na qual os autores pleiteiam, liminarmente, a concessão da tutela de urgência para determinar a desocupação da requerida, com a consequente reintegração da autora na posse do imóvel. Alegam os autores que, em 21/12/2016, firmaram com a requerida um “Instrumento Particular de Cessão de Direito e Obrigações de Contrato de Locação do Shopping Estação Cuiabá”, com início previsto para outubro de 2018, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, tendo por objeto o Espaço Comercial de nº 2030, localizado no piso L2 do Shopping Estação Cuiabá, esse situado na Rua General Rabelo, nº 383, Duque de Caxias, Cuiabá - MT – CEP 78.043-259. Ato seguinte, em 25/07/2019, celebrou o Segundo Aditamento ao contrato, ocasião em que passou a constar como fiador do contrato de Locação o Sr. Aluisio Tenorio da Silva. Afirmam, ainda, que a requerida infringiu as disposições contratuais firmadas, em decorrência da inadimplência no pagamento dos

alugueres e condomínio (despesas comuns, IPTU, FPP, ar condicionado, energia), no valor total de R$58.925,23 (cinquenta e oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos). É o breve relato. Fundamento e decido. Em que pese os argumentos expendidos na petição inicial, não estão presentes os requisitos necessários à concessão de liminar de despejo. Com efeito, observa-se do segundo aditamento ao contrato de locação (Id. 26104205), que o ajuste passou a dispor da garantia de fiança – no caso, o fiador ALUISIO TENORIO DA SILVA –, na forma prevista no art. 37 da Lei 8245/91, verbis: Art. 37. No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário as seguintes modalidades de garantia: [...]. II - fiança;" Desta forma, ante a existência no contrato firmado entre as partes, de uma das garantias previstas na Lei de Locações, não há falar-se em concessão de liminar de despejo na forma prevista no inciso IX do § 1º do art. 59, da Lei n. 8.245/1991. A propósito: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO – LIMINAR DEFERIDA - CONTRATO PROVIDO DE GARANTIA – FIANÇA – ART. 37, II, DA LEI N. 8.245/91 - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES – ART. 59, § 1º, INCISO IX, DA LEI N. 8.245/91 – DECISÃO REFORMADA – LIMINAR REVOGADA – RECURSO PROVIDO. Demonstrado que o contrato de locação havido entre as partes está garantido por fiança (art. 37, II, da Lei n. 8.245/91), não pode subsistir a medida deferida nos termos do art. 59, § 1º, inciso IX, da Lei n. 8.245/91. (TJMT, Recurso de Agravo de Instrumento nº 1010777-20.2018.811.0000, Relator Des. GUIOMAR TEODORO BORGES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 31/10/2018, Publicado no DJE 06/11/2018) Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar de despejo. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 07/04/2020, às 12h00min – Sala: Conciliação 1, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058350-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REINALDO I. CORREA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRA FORTUNATO UEMA OAB - MT22917/O (ADVOGADO(A))
FRANCIANE CARDOSO COSTA LEITE OAB - MT19689-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1058350-91.2019.8.11.0041. AUTOR(A): REINALDO I. CORREA - EPP RÉU: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Cuida-se de Ação Revisional de Consumo de Energia Elétrica c/c Danos Morais ajuizada por CHURRASCARIA NATIVAS GRILL CUIABA LTDA em face de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, na qual a autora pleiteia, liminarmente, a concessão de tutela de urgência para determinar que a requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica para a sua unidade consumidora, e de incluir o nome da requerente nos órgãos de restrição ao crédito. Em suma, alega a autora que recebeu três faturas abusivas de energia elétrica, nos meses de setembro, outubro e novembro – respectivamente, nos valores de R$ 45.225,82 (quarenta e cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos), R$ 47.524,61 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e um centavos), e R$ 52.009,01 (cinquenta e dois mil e nove reais e um centavo) –, as quais superam em muito a sua média de consumo mensal. É o breve relato. Fundamento e decido. Nos termos do art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso, identifico a probabilidade do direito deduzido, notadamente por meio do cotejo entre as faturas impugnadas (Ids. 27090146 a 27090148), e as faturas anteriores (Ids. 27090141 a 27090145), de cujo teor é possível extrair, prima facie, que a quantia cobrada nos meses de setembro, outubro e novembro, superaria em muito a média de consumo mensal de energia elétrica da requerente. O perigo de dano exsurge dos evidentes prejuízos causados pela eventual suspensão no fornecimento de energia na unidade consumidora da autora; e inscrição nos cadastros de restrição ao crédito, o que poderia impedir a requerente de concluir transações comerciais. Ademais, não vislumbro na antecipação do provimento jurisdicional almejado, o perigo de irreversibilidade, tanto sob o aspecto jurídico quanto sob o aspecto fático, eis que nos termos do art. 296, do CPC, a tutela provisória pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo, surgindo novos fatos que assim autorizem. Diante do exposto, com amparo no artigo 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido liminar para determinar que a requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica para a unidade consumidora da autora, e de incluir o nome da requerente nos órgãos de restrição ao crédito, em virtude do não pagamento das faturas objeto da presente demanda. Esta decisão não tem efeitos para o caso de existência de outras faturas vencidas e pendentes de pagamento e nem para outras hipóteses em que é permitida a suspensão do fornecimento de energia. Para o caso de não cumprimento da determinação por parte da parte Requerida, imponho a multa diária de R$300,00 (trezentos reais) até o limite de R$30.000,00 (trinta mil reais), nos termos do art. 297, Parágrafo único, c/c artigo 537, do CPC/2015. Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 13/04/2020, às 8h30, Sala 5, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Intime-se a parte requerente por meio do respectivo o patrono constituído nos autos, da data da audiência acima designada (art. 334, §3º, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência, acompanhadas de advogados, é obrigatório. Cientifique-se a parte ré de que poderá apresentar petição afirmando o desinteresse na autocomposição, desde que formulada com 10 (dez) dias úteis de antecedência da audiência, caso em que será dispensada a realização do ato, sendo que em caso de litisconsórcio, o desinteresse deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §4º, I c.c §6º, CPC). Consigne-se que, não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, a serem computados a partir da audiência de conciliação (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, quando ocorrer às hipóteses do art. 334, §4º, inc. I, do CPC, fazendo constar ainda que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Intime-se. Cumpra-se com urgência, pelo Oficial de Justiça plantonista. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G. R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1016762-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WELBER VALEJO CEBALHO (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016762-07.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: WELBER VALEJO CEBALHO EXECUTADO: SEGURADORA LÍDER Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT em sede de cumprimento de sentença movida por WELBER VALEJO CEBALHO em face da SEGURADORA LÍDER. Analisando os autos verifica-se que o executado cumpriu voluntariamente com o pagamento da condenação que consiste no R$ 3.757,46 (três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e seis reais), no Id. 26861583 e 26861589. O exequente concordou com o valor depositado, pugnou o levantamento dos valores e a extinção do feito (Id. 27098168). Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Diante do exposto, JULGO E DECLARO EXTINTO, o presente feito, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará em favor da exequente observando-se os dados bancários a serem informados, no prazo de 15 (quinze) dias. Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1011895-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDVALDO MACHADO DE OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011895-68.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: EDVALDO MACHADO DE OLIVEIRA EXECUTADO: SEGURADORA LÍDER Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT em sede de cumprimento de sentença movida por EDVALDO MACHADO DE OLIVEIRA em face da SEGURADORA LÍDER. Analisando os autos verifica-se que o executado cumpriu voluntariamente com o pagamento da condenação que consiste no R$ 3.862,82 (três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos), no Id. 26795916. O exequente concordou com o valor depositado, pugnou o levantamento dos valores e a extinção do feito (Id. 27094275). Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Dessa forma, a extinção do cumprimento de sentença é medida que se impõe. Diante do exposto, JULGO E DECLARO EXTINTO, o presente feito, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará em favor do exequente observando-se os dados bancários informados no Id. 27094275. Transitado em julgado arquivem-se os autos com as devidas baixas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045877-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS FELIPE SOUSA CARDOSO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1045877-73.2019.8.11.0041. AUTOR(A): LUIS FELIPE SOUSA CARDOSO RÉU: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Luis Felipe de Souza Cardoso em face de Bradesco Auto/re Companhia de Seguros, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 19/05/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão prolatada, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da falta de interesse de agir em face do pagamento realizado na seara administrativa. O pagamento realizado em sede administrativa não caracteriza falta de interesse de agir, uma vez que a pretensão também insurge sobre a avaliação feita pela seguradora que acarretou o pagamento parcial. Posto isso, rejeito a preliminar suscitada. III – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 24885101), bem como laudo pericial (Id. 26392309). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera “indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”. Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 19/05/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do “membro inferior direito”, o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do membro

inferior direito de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), encontra-se o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), e a quantia já recebida administrativamente encontra-se no valor de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), totalizando o valor remanescente em R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Bradesco Auto/re Companhia de Seguros ao pagamento do importe de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (19/05/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1048805-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CID IMOVEIS EIRELI - EPP (EXEQUENTE)
MARCOS ANTONIO GARCIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULLYEMERSON RODRIGUES ROSA DE MORAES AGUIAR OAB - MT15894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRO ANDREY NOGUEIRA FRANCO (EXECUTADO)
LEANDRO PEREIRA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1048805-94.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: MARCOS ANTONIO GARCIA, CID IMOVEIS EIRELI - EPP EXECUTADO: LEANDRO PEREIRA DA SILVA, SANDRO ANDREY NOGUEIRA FRANCO Trata-se de Ação de Execução interposta por MARCOS ANTONIO GARCIA e CID IMOVEIS EIRELI - EPP em face de LEANDRO PEREIRA DA SILVA e SANDRO ANDREY NOGUEIRA FRANCO. Os autores pugnam pela desistência da presente ação em razão da composição amigável entre as partes (Id. 27073116). Considerando que a parte requerida ainda não foi citada dos termos da ação, HOMOLOGO a desistência da ação e declaro EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito, nos termos dos arts. 200 e 485, inciso VIII, ambos do Código de Processo Civil. Transitada em Julgado, arquive-se com as anotações e baixas necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025361-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ODR ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DEISE KELI MADUREIRA LAVARDA OAB - MT24911/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIDA CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAM KHALIL OAB - MT6487-O (ADVOGADO(A))
ROBSON WESLEY NASCIMENTO DE OLIVEIRA OAB - MT21518-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1025361-32.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ODR ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA RÉU: AVIDA CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A No caso, verifica-se que as partes se compuseram amigavelmente nos autos (Id. 26754190). Assim, a sua homologação é medida que se impõe. Ante o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes, DECLARANDO EXTINTO o presente feito, nos termos do artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil. Custas processuais e honorários advocatícios na forma acordada. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas e anotações necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1042364-34.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO DUNHILL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA BARBATO DA SILVA OAB - MT9633-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FELIPE MIGUEL CRIVELATTI (EXECUTADO)
EDSON CRIVELATTI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1042364-34.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: CONDOMINIO EDIFICIO DUNHILL EXECUTADO: EDSON CRIVELATTI, FELIPE MIGUEL CRIVELATTI No caso, verifica-se que as partes se compuseram amigavelmente nos autos (Id. 26665060). Assim, a sua homologação é medida que se impõe. Ante o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes, DECLARANDO EXTINTO o presente feito, nos termos do artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil. Custas processuais e honorários advocatícios na forma acordada. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas e anotações necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1037226-86.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RENTALIS - LOCADORA DE MAQUINAS EIRELI - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO SERGIO DAUFENBACH OAB - MT5325-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
URBENER URBANIZACAO E ENERGIA S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NADIR PEREIRA DA SILVA OAB - SP104801 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1037226-86.2018.8.11.0041. EXEQUENTE: RENTALIS - LOCADORA DE MAQUINAS EIRELI - EPP EXECUTADO: URBENER URBANIZACAO E ENERGIA S.A. No caso, verifica-se que as partes se compuseram amigavelmente nos autos (Id. 26985200). Assim, a sua homologação é medida que se impõe. Ante o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo entabulado entre as partes, DECLARANDO EXTINTO o presente feito, nos termos do artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil. Custas processuais e honorários advocatícios na forma acordada. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas e anotações necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1026129-89.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ABRAAO DOS SANTOS CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE SOUZA OLIVEIRA OAB - MT18250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
YMPACTUS COMERCIAL S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1026129-89.2018.8.11.0041. REQUERENTE: ABRAAO DOS SANTOS CARVALHO REQUERIDO: YMPACTUS COMERCIAL S/A Trata-se de Ação de Liquidação de sentença interposta por ABRAAO DOS SANTOS CARVALHO em desfavor de

YMPACTUS COMERCIAL S/A. O autor intimado para manifestar sobre a certidão, quedou-se inerte. Intimado, pessoalmente, no endereço declinado na inicial, para dar prosseguimento ao feito sob pena de extinção, quedou-se inerte mais uma vez (Id. 24996191). Assim, denota-se que o autor não promoveu os atos de diligências que lhe competiam, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias. Desta forma, não resta alternativa senão extinguir o feito, em face de não ter a parte interessada promovido o regular andamento do processo. Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso III c/c § § 1.º e 2º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente feito Sem Resolução de Mérito. Sem custas e honorários em face da ausência de resistência da parte ré. Transitada em julgado, arquive-se com as devidas baixas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017037-58.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMI-KA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP (REQUERIDO)
INDIVIDUALIZE SERVICOS DE MEDICOES DE AGUA E GAS LTDA - ME (REQUERIDO)
CONDOMINIO MORADA DO PARQUE (REQUERIDO)
ARFUX & CIA LTDA - ME - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
ANA PAULA PEREIRA SEBA OAB - MT8722-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1017037-58.2016.8.11.0041. REQUERENTE: CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA REQUERIDO: INDIVIDUALIZE SERVICOS DE MEDICOES DE AGUA E GAS LTDA - ME, CONDOMINIO MORADA DO PARQUE, EMI-KA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP, ARFUX & CIA LTDA - ME - ME Trata-se de Ação Declaratória interposta por CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA em face de INDIVIDUALIZE SERVICOS DE MEDICOES DE AGUA E GAS LTDA - ME, CONDOMINIO MORADA DO PARQUE, EMI-KA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA – EPP e ARFUX & CIA LTDA - ME - ME As partes em comum acordo pugnam pela desistência da presente ação em razão da perda do objeto, consoante manifestações no Id. 26397381 e 26397384. Considerando que a perda do objeto, HOMOLOGO a desistência da ação e declaro EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito, nos termos dos arts. 200 e 485, inciso VIII, ambos do Código de Processo Civil. Transitada em Julgado, arquive-se com as anotações e baixas necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038180-35.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NEUZABETH ALVES DE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1038180-35.2018.8.11.0041. AUTOR(A): NEUZABETH ALVES DE LIMA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Neuzabeth Alves de Lima em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 16/09/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando as partes. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Litispendência Em sede de preliminar, a requerida suscitou a preliminar de litispendência de ações idênticas informando um processo de n. 1038201-11.2018.811.0041 que está tramitando na 3ª Vara Cível, relacionada com o mesmo fato e mesmo pedido desta. No entanto, analisando as duas ações, verifica-se que as partes são distintas, apesar de ambas terem a mesma causa de pedir e o pedido. Sendo assim, não há que se falar em litispendência. Desta forma, afasto a preliminar arguida. III – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. IV – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 16285363), bem como laudo pericial (Id. 22903391). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera “indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”. Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 16/09/2017, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do “membro superior direito”, o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do membro superior direito de residual repercussão avaliada em 10% (dez por cento), cujo percentual deverá ser

calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (16/09/2017). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1022687-86.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA VIEIRA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CREIDE MARIA DA SILVA OAB - MT15915-O (ADVOGADO(A))
MARCIANO NOGUEIRA DA SILVA OAB - MT25898/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ALTAMIRO DA SILVA (RÉU)
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1022687-86.2016.8.11.0041. AUTOR(A): ANTONIA VIEIRA SILVA RÉU: JOSE ALTAMIRO DA SILVA Trata-se de Ação Monitória interposta por ANTONIA VIEIRA SILVA em desfavor de JOSE ALTAMIRO DA SILVA. A autora intimada para manifestar sobre a certidão, quedou-se inerte. Intimada, pessoalmente, no endereço declinado na inicial, para dar prosseguimento ao feito sob pena de extinção, quedou-se inerte mais uma vez (Id. 27000767). Assim, denota-se que o autor não promoveu os atos de diligências que lhe competiam, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias. Desta forma, não resta alternativa senão extinguir o feito, em face de não ter a parte interessada promovido o regular andamento do processo. Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso III c/c § § 1.º e 2º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente feito Sem Resolução de Mérito. Sem custas e honorários em face da ausência de resistência da parte ré. Transitada em julgado, arquive-se com as devidas baixas. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Vandymara G.R. Paiva Zanolo Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1037098-66.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE NUNES DINIZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1037098-66.2018.8.11.0041. AUTOR(A): JOSE NUNES DINIZ RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por José Nunes Diniz em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 11/09/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando o requerente. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 16191613), bem como laudo pericial (Id. 24730156). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 11/09/2017, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade da "coluna cervical", o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Ao passo que a perda completa da mobilidade da "coluna lombar" equivale o percentual é de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor teto de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), importe-se no montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta da coluna cervical de leve repercussão avaliada em 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontra-se o valor de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Bem como apresenta invalidez permanente parcial incompleta da coluna lombar de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), encontrando-se no valor de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Desta forma, totalizando ambas as lesões (coluna cervical e coluna lombar), chega-se ao montante de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte

e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (11/09/2017). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018787-90.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUSCILENE ROSA DOS SANTOS SOUSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1018787-90.2019.8.11.0041. AUTOR(A): JUSCILENE ROSA DOS SANTOS SOUSA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Juscilene Rosa dos Santos em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 22/01/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando a requerente. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. I - Dos danos Morais Aduz a parte requerente que a requerida teria se negado expressamente a receber o requerimento administrativo relativo ao pedido de indenização do seguro DPVAT em razão de uma suposta invalidez permanente. Contudo, alega a requerida que não há nos autos nenhum documento capaz de demonstrar que o requerente ficou impossibilitado de formular administrativamente o seu pedido de indenização, bem como não existe prova de que houve a negativa ao próprio direito a receber eventual cobertura securitária, capaz de ensejar indenização por danos morais. Desta forma, para a caracterização do dano é imprescindível à existência dos pressupostos básicos estampados no artigo 186 do Código Civil, quais sejam, a) o impulso do requerido, consistente em ação ou omissão qualificável como ilícito, atuando com dolo (vontade de produzir o resultado) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia); b) resultado lesivo; e c) o nexo causal entre ambos. Pois bem, o fato da requerida, excepcionalmente, negar o recebimento do pedido administrativo, não pode ser confundida como ato ilícito. E menos ainda pode ser confundida como negativa, seja em relação ao pedido administrativo, seja ainda no tocante a própria regulação administrativa, vez que o requerimento administrativo apenas não teve continuidade, devido ao fato de que a requerida não estar operacionalizando o recebimento dos pedidos administrativos, o que não leva a concluir que o mesmo foi impedido de ter o seu seguimento. Vejamos o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS POR NEGATIVA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. A exigência de documentação para dar continuidade à solicitação administrativa de cobertura securitária DPVAT, por si só, não se revela uma conduta abusiva da empresa seguradora e, por isso mesmo, não enseja os danos morais. 2. Ademais, ainda que restasse claramente demonstrada a recalcitrância abusiva da seguradora, apenas nos casos em que a sua atuação tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que não é o caso. 3. Recurso rejeitado. (TJ-PE - APL: 4650462 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 30/03/2017, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 20/04/2017) Portanto, verifico que não há possibilidade de indenização por danos morais. II – Requisitos à indenização DPVAT Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 19819561), bem como laudo pericial (Id. 25485023). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 22/01/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do "joelho esquerdo", o percentual incidente é de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do joelho esquerdo de leve repercussão avaliada em 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), totalizando o valor de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e

três reais e setenta e cinco centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (22/01/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018132-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COSMO JUNIOR LEITE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1018132-21.2019.8.11.0041. AUTOR(A): COSMO JUNIOR LEITE LIMA RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Cosmo Júnior Leite Lima em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 07/12/2017, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando o requerente. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. I - Dos danos Morais Aduz a parte requerente que a requerida teria se negado expressamente a receber o requerimento administrativo relativo ao pedido de indenização do seguro DPVAT em razão de uma suposta invalidez permanente. Contudo, alega a requerida que não há nos autos nenhum documento capaz de demonstrar que o requerente ficou impossibilitado de formular administrativamente o seu pedido de indenização, bem como não existe prova de que houve a negativa ao próprio direito a receber eventual cobertura securitária, capaz de ensejar indenização por danos morais. Desta forma, para a caracterização do dano é imprescindível à existência dos pressupostos básicos estampados no artigo 186 do Código Civil, quais sejam, a) o impulso do requerido, consistente em ação ou omissão qualificável como ilícito, atuando com dolo (vontade de produzir o resultado) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia); b) resultado lesivo; e c) o nexo causal entre ambos. Pois bem, o fato da requerida, excepcionalmente, negar o recebimento do pedido administrativo, não pode ser confundida como ato ilícito. E menos ainda pode ser confundida como negativa, seja em relação ao pedido administrativo, seja ainda no tocante a própria regulação administrativa, vez que o requerimento administrativo apenas não teve continuidade, devido ao fato de que a requerida não estar operacionalizando o recebimento dos pedidos administrativos, o que não leva a concluir que o mesmo foi impedido de ter o seu seguimento. Vejamos o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS POR NEGATIVA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. A exigência de documentação para dar continuidade à solicitação administrativa de cobertura securitária DPVAT, por si só, não se revela uma conduta abusiva da empresa seguradora e, por isso mesmo, não enseja os danos morais. 2. Ademais, ainda que restasse claramente demonstrada a recalcitrância abusiva da seguradora, apenas nos casos em que a sua atuação tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que não é o caso. 3. Recurso rejeitado. (TJ-PE - APL: 4650462 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 30/03/2017, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 20/04/2017) Portanto, verifico que não há possibilidade de indenização por danos morais. II – Requisitos à indenização DPVAT Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 19704783), bem como laudo pericial (Id. 25593656). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera “indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”. Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 07/12/2017, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade do “membro inferior esquerdo”, o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta do membro inferior esquerdo de média repercussão avaliada em 50% (cinquenta por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (07/12/2017). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos

termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024647-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL MIRANDA GONCALVES DIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VANDYMARA GALVAO RAMOS PAIVA ZANOLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1024647-72.2019.8.11.0041. AUTOR(A): DANIEL MIRANDA GONCALVES DIAS RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por Daniel Miranda Gonçalves Dias em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, em que pretende a condenação da requerida ao pagamento da importância do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Para tanto, aduz a parte requerente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 17/05/2019, ocasionando invalidez permanente, portanto, fazendo jus ao pleito indenizatório. Junto à inicial vieram os documentos. A parte requerida apresentou contestação arguindo as preliminares que serão analisadas a seguir. No mérito, pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais por ausência de provas constitutivas do direito pretendido. Por decisão, foi determinada a realização de perícia, sendo apresentado o laudo pericial, manifestando o requerente. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e decido. Passo a análise das preliminares suscitadas. I - Inclusão da Seguradora Líder no polo Passivo Cumpre salientar que a inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A no polo passivo da demanda é desnecessária, haja vista que qualquer seguradora que opere no sistema de consórcio responsável pelas indenizações, decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito é parte legítima para saldar a indenização do Seguro DPVAT. Todas são responsáveis pelo recebimento das solicitações de indenização e pelo respectivo pagamento do seguro. A requerida não nega que seja integrante do grupo das seguradoras, as quais recebem os valores oriundos do seguro obrigatório. Por isto, a seguradora requerida deve responder por tais indenizações e permanecer no polo passivo da presente demanda. Assim, não sendo o caso de litisconsórcio necessário, e tendo o autor optado por acionar somente a requerida, rejeito a preliminar arguida. II – Da Falta de Interesse Processual Em sede preliminar, a requerida suscitou falta de interesse de agir em face do não esgotamento das vias administrativas, o que não merece prosperar. Diante do princípio constitucional de livre acesso ao Poder Judiciário, art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal, e frente a doutrina aplicada à espécie, não há que se cogitar falta de interesse de agir. Ademais, não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Por tais argumentos, afasto a preliminar suscitada. III – Mérito. Da documentação que acompanha a inicial, verifico que a parte requerente enquadra-se nas hipóteses legais relativas ao seguro obrigatório, fazendo jus ao recebimento de reparação indenizatória. Indiscutivelmente, estão aportadas no feito o boletim de ocorrência evidenciando o evento danoso (Id. 20765081), bem como laudo pericial (Id. 25297989). Certo o direito a indenização, passo a análise de sua fixação. Registro que, com o trânsito em julgado da decisão proferida pela Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti em 08/10/2012 julgando procedente a reclamação nº 5368/MT, restou pacificada a concessão de indenização de seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez. Tal entendimento se coaduna com a Súmula nº 474 editada pelo Superior Tribunal de Justiça em 13/06/2012, que assevera "indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Assim, considerando que o sinistro ocorreu em 17/05/2019, o montante a ser pago a título de indenização por seguro DPVAT deve observar o grau de invalidez previsto na tabela de acidentes pessoais adotada pela legislação vigente. Conforme se infere, a perícia foi realizada de acordo com a Lei nº. 6.194/74 com redação dada pela Medida Provisória nº. 451/2008, convertida em Lei nº. 11.945/2009, que disponibiliza tabela em anexo para auxílio a cálculo de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito para fins de seguro obrigatório. Nesta seara, tem-se que o valor estipulado em lei no caso de Seguro DPVAT, com a ocorrência de invalidez permanente, é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Da análise da tabela de percentuais, constata-se que para o caso de perda completa da mobilidade da "mão direita", o percentual incidente é de 70% (setenta por cento) do valor máximo da indenização – R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que resulta a quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Denota-se que o laudo médico foi conclusivo em afirmar que a parte requerente apresenta invalidez permanente parcial incompleta da mão direita de leve repercussão avaliada em 25% (vinte e cinco por cento), cujo percentual deverá ser calculado sobre o montante de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Nesse passo, o montante indenizatório a ser pago deve ser atualizado, com incidência dos juros de mora a partir da data da citação (art. 405 do CC) e correção monetária contada a partir do evento danoso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, para condenar a requerida Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ao pagamento do importe de R$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de seguro obrigatório, acrescido de juros legais de 1% (um por cento) a partir da citação inicial e correção monetária pelo índice do INPC a partir da data do sinistro (17/05/2019). Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 85, §8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Vandymara Galvão Ramos Paiva Zanolo Juiz(a) de Direito

5ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034481-36.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HELIA MARIA ANDRADE MARINHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GEANY OLIVEIRA FITTIPALDI OAB - MT0016299A (ADVOGADO(A))
RENATA KARLA BATISTA E SILVA OAB - MT8753/O (ADVOGADO(A))
ELISANDRO NUNES BUENO OAB - MT10833-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-A (ADVOGADO(A))
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Vistos. O TJMT negou provimento ao recurso de Agravo de Instrumento interposto pela ré (ID. 19371442). Assim, visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, bem como em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da Não-surpresa e da Colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes a: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Intimem-se todos. Cuiabá, 10 de dezembro

de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005713-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PRIME ASSISTENCIA VEICULAR EIRELI - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELISANGELA RIBEIRO DE JESUS (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1005713-66.2019.8.11.0041 CERTIDÃO Certifico que, compulsando os autos, denoto que a parte autora não cumpriu com a juntada da diligência e, por isso, a parte ré não fora citada a tempo para a audiência de conciliação designada. Desta forma, faço concluso os autos para redesignação de audiência. Cuiabá,14 de novembro de 2019 RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor de Secretaria

Certidão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1033569-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE CESAR DELBEN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALLES DRUMMOND SAMPAIO SANTOS OAB - MT25116-O (ADVOGADO(A))
BRUNO REICHE OAB - MT18868-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1033569-05.2019.8.11.0041 CERTIDÃO Certifico que o agravante cumpriu o disposto no artigo 1.018, § 2º, do CPC, tempestivamente. Cuiabá, 03/09/2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor de Secretaria

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036747-93.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANDIRA MOREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1036747-93.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que recurso de apelação, juntado aos autos no ID 26639929, foi interposto tempestivamente. Assim sendo, nos termos do art. 482, VI, CNGC, impulsiono os presentes autos encaminhando intimação à parte Autora, para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1024811-08.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO HELENO DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Vistos e etc. Mantenho a decisão recorrida e objeto do RAI 1018049-31.2019.811.0000, pelos seus próprios fundamentos. Deixo de prestar informações, por ausência de solicitação nesse sentido. O Agravo de Instrumento interposto pela autora teve o seu efeito ativo negado. Assim, cumpra-se integralmente a decisão de ID. 25731070. Intimem-se. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004337-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANKLIN ROOSEVELT VIEIRA VIDAURRE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO LOPES VIEIRA VIDAURRE OAB - MT12750-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA CARINA UEHARA PAULA OAB - MT21387-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1004337-79.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012799-25.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZABETH BORGES DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARLON HUDSON MACHADO OAB - MT15642-O (ADVOGADO(A))
GISELA ALVES CARDOSO OAB - MT7725-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1012799-25.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana

Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003891-76.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANKLIN ROOSEVELT VIEIRA VIDAURRE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO LOPES VIEIRA VIDAURRE OAB - MT12750-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA CARINA UEHARA PAULA OAB - MT21387-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1003891-76.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018407-04.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALMIRA LEONEL NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
FABIAN FEGURI OAB - MT16739-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1018407-04.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000295-84.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INGRID APARECIDA DE LARA PINTO DOURADO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JANAINA FERNANDES CAMARGO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1000295-84.2018.8.11.0041 DESPACHO Defiro o pedido de justiça gratuita. Cite-se o executado para pagar a dívida, no prazo de três dias, sob pena de lhe serem penhorados bens coercitivamente. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa. No caso de integral pagamento da obrigação no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). O Sr. Oficial de Justiça deverá, uma vez constatado o não pagamento da obrigação, penhorar e avaliar bens lavrando-se auto, com a intimação do executado (art. 829, § 1º do CPC) Consigne no mandado que, no prazo para o oferecimento dos embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, mais custas e honorários advocatícios, poderá o executado requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) parcelas (art. 916 do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1016627-29.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAMUZA INDUSTRIA E COMERCIO DE BALANCAS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TANIA TRAJANO DA CRUZ OAB - SP341930 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELSON RIBEIRO - ME (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1016627-29.2018.8.11.0041 Vistos e etc Verifico que a pretensão inicial vem acompanhada de prova escrita sem eficácia de título executivo. Posto isto, nos termos do art. 701 do CPC, expeça-se mandado citatório e pagamento, com o prazo de quinze dias, nos termos do pedido inicial, e honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor da causa, consignando que, caso o réu cumpra, ficará isento de custas. Conste, ainda, que nesse prazo o réu poderá oferecer embargos e, caso não haja cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, haverá a conversão do mandado monitório em executivo. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021941-53.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FUNDACAO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTERIO DA FAZENDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEBORA GONCALVES MARTINS (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1021941-53.2018.8.11.0041 DESPACHO Designo audiência de conciliação para o dia: 13/04/2020 Sala: Conciliação 2 Horário: 12:00, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze)

dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007952-77.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMAR PEREIRA BERNARDES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ISAQUE LEVI BATISTA DOS SANTOS OAB - MT18523-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1007952-77.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009021-47.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DHARA PARREIRA LAZAROTTI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSSON RENATO QUINTANA OAB - MT11545/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
KAMILA MICHIKO TEISCHMANN OAB - MT16962-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1009021-47.2018.8.11.0041 DESPACHO Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1031198-39.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
QUITERIA DE FATIMA ARRUDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO PERES BANDEIRA OAB - MT17523-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAYTON ALVES ANDRADE (RÉU)
JOSILAINE QUELI OLIVEIRA PIRES (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1031198-39.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Indefiro a citação dos réus por edital, eis que a autora não esgotou os meios para localização de seu endereço, conforme determina o art. 256, §3° do NCPC. Intime-se a autora para requerer o que entende por direito. Após, concluso. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003543-58.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA ORTEGA LOPES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANA NASCIMENTO DE SOUZA OAB - MT17829-O (ADVOGADO(A))
QUEREN HAPUQUE ALBERNAZ MARQUES OAB - MT19614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIEBRANTZ ESTRUTURAS METALICAS EIRELI - ME (RÉU)
CONDOMINIO RESIDENCIAL IMOLA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1003543-58.2018.8.11.0041 Vistos e etc. Diante o teor da petição de ID 17371560, a autora desistiu do recurso. Assim, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se com baixa na distribuição, conforme a sentença de ID 14229241. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1039475-10.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVELIN LORRAINE DESORDI NUNES (AUTOR(A))
ROSANE KATIA DESORDI NUNES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1039475-10.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que, nos termos do art. 482,VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de proceder a intimação da parte autora para manifestar sobre a petição de pagamento da condenação, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007883-45.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO EDUARDO PEREIRA DE SA CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:

FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1007883-45.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que, nos termos do art. 482,VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de proceder a intimação da parte autora para manifestar sobre a petição de pagamento da condenação, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006083-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEBERSON DA SILVA OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
SEGURADORA LÍDER (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1006083-79.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que, nos termos do art. 482,VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de proceder a intimação da parte autora para manifestar sobre a petição de ID 26794515, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1048871-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OSVALDO RODRIGUES FERREIRA JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1048871-74.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia 23/04/2020 às 10:30 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1024169-69.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANA ALVES RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1024169-69.2016.8.11.0041 Vistos e etc. Intimem-se as partes para que se manifestem quanto à possibilidade de utilização da pericia realizada perante a Central de Conciliação da Capital no julgamento antecipado do feito. Em seguida, concluso. Cuiabá, 4 de julho de 2017 EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036040-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KAROLINE AUGUSTA RAMOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS JOSE DE CAMPOS OAB - MT14526-O (ADVOGADO(A))
Thiago Ribeiro OAB - MT13293-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REGIANE PEREIRA GONCALVES (RÉU)
RODRIGO RIBAS SILES (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1036040-91.2019.8.11.0041 DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia 14/04/2020 às 11:30 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, 4 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1039783-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUVENAL NOGUEIRA DE QUEIROGA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Venancio Correa dos Santos Junior OAB - MT20399/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSORCIO GUARDA BEM (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1039783-12.2019.8.11.0041 DESPACHO Designo audiência

de conciliação para o dia 14/04/2020 às 12:00 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, 5 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057836-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PEDRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1057836-41.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia 23/04/2020 às 09:30 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015300-20.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1015300-20.2016.8.11.0041 Vistos e etc. Intimem-se as partes para informar se concordam com a utilização do laudo pericial elaborado pela Central de Conciliação. Cuiabá, 2 de junho de 2017 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057854-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO SERGIO DE OLIVEIRA BRITO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1057854-62.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia 23/04/2020 às 09:15 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1022558-47.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO BENEDITO DE FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE

CUIABÁ Processo n° 1022558-47.2017.8.11.0041 Vistos. Intime-se a parte autora para emendar sua inicial, no prazo de 15 dias, apresentando copia do prévio requerimento administrativo sob pena de indeferimento da inicial, conforme entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (AI 172064/2015, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 04/12/2015), (AI 169999/2015, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 01/12/2015). Após o decurso de prazo, certifique-se e concluso para análise. Cuiabá, 04 de agosto de 2017 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012326-73.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA GONCALVES ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia 29/09/2017 às 09:30 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a ré para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá, 2 de junho de 2017. Documento assinado digitalmente, conforme permite o art. 209,§1° do CPC Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018357-12.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TADATSUGU TANAKA (AUTOR(A))
LUIZA BENEDITA BARROS TANAKA (AUTOR(A))
JOSE PEREIRA DE MOURA (AUTOR(A))
JOAO FREDERICO FILHO (AUTOR(A))
ELIANA DOS ANJOS BRAGA (AUTOR(A))
MARIA CELIA KLEMP (AUTOR(A))
MARIA CELIA RODRIGUES FREDERICO (AUTOR(A))
AIR CENA DE PROENCA (AUTOR(A))
DULCE DE CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - MT19340-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)
CAIXA SEGURADORA S/A (RÉU)
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (RÉU)
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (RÉU)
ITAU SEGUROS S/A (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1018357-12.2017.8.11.0041 DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia 13/04/2020 às 10:00 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, 9 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057808-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEFERSON SOBRINHO FERNANDES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1057808-73.2019.8.11.0041 DESPACHO Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora informa que a seguradora ré está impondo obstáculos ao protocolo do prévio requerimento administrativo. Assim, verifico o interesse da prestação jurisdicional. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia 23/04/2020 às 09:45 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Na sequência, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a avaliação médica realizada pela Central de Conciliação e seu aproveitamento no julgamento deste processo. Intimem-se todos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003111-39.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CAMERINO DE AZEVEDO (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1003111-39.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que os embargos de declaração, juntados aos autos no ID 27070035, foram opostos tempestivamente. Assim sendo, nos termos do art. 482, VI, CNGC, impulsiono os presentes autos encaminhando intimação à parte ré, para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023277-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANO POHL MOREIRA DE CASTILHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO INACIO HELENE LESSA OAB - MT6571-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGUA-VIVA ADMINISTRACAO DE BENS S/A (RÉU)
MONICA DENTI MASSON RESEGUE (RÉU)
ROSA INES RESEGUE (RÉU)
M. G. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA (RÉU)
ALBERTO VICENTE RESEGUE (RÉU)
GARON RIBEIRO E MORAES (RÉU)
WILLIAN ALVES FERREIRA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA FERREIRA DE SOUZA OAB - MT4410-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1023277-58.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que, nos termos do art. 482,VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de proceder a intimação da parte autora para impugnar à contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. ANA MARIA ROSA LOCATELLI Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007475-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO DE OLIVEIRA ROCHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1007475-20.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que, nos termos do art. 482,VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de proceder a intimação da parte autora para manifestar sobre a petição de ID 26491544, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. ANA MARIA ROSA LOCATELLI Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030734-15.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO VILARINHO COUTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1030734-15.2017.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que recurso de apelação, juntado aos autos no ID 26334898, foi interposto tempestivamente. Assim sendo, nos termos do art. 482, VI, CNGC, impulsiono os presentes autos encaminhando intimação à parte Autora, para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033048-31.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELA RAMALHO CUBILHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1033048-31.2017.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que recurso de apelação, juntado aos autos no ID26257193, foi interposto tempestivamente. Assim sendo, nos termos do art. 482, VI, CNGC, impulsiono os presentes autos encaminhando intimação à parte Autora, para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010819-43.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO JOSE DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1010819-43.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que recurso de apelação, juntado aos autos no ID 26257239, foi interposto tempestivamente. Assim sendo, nos termos do art. 482, VI, CNGC, impulsiono os presentes autos encaminhando intimação à parte Autora, para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018353-38.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OSMAR LOPES DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1018353-38.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que, nos termos do art. 482,VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de proceder a intimação da parte Autora para manifestar sobre a petição de ID 26800159, referente ao pagamento da condenação, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. JOAO MARCIO CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1023462-67.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MRV ENGENHARIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Carlos Alberto Miro da Silva OAB - MT16160-A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO RODRIGUES BRANDAO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1023462-67.2017.8.11.0041 DESPACHO Cite-se o devedor executado para, no prazo de três dias, pagar a dívida, sob pena de lhe serem penhorados bens coercitivamente. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa. No caso de integral pagamento da obrigação no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do CPC). O Sr. Oficial de Justiça deverá, uma vez constatado o não pagamento da obrigação, penhorar e avaliar bens lavrando-se auto, com a intimação dos executados (art. 829, § 1º do CPC) Consigne no mandado que, no prazo para o oferecimento dos embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, mais custas e honorários advocatícios, poderá requerer o parcelamento do restante do débito em até 06 (seis) parcelas (art. 916 do CPC). Cumpra-se. Cuiabá-MT, 4 de agosto de 2017 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011028-46.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AILSON NASCIMENTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1011028-46.2017.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que recurso de apelação, juntado aos autos no ID 26669079, foi interposto tempestivamente. Assim sendo, nos termos do art. 482, VI, CNGC, impulsiono os presentes autos encaminhando intimação à parte Autora, para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. RUBIA GRACIELA DE MORAIS CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1016193-74.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA AUXILIADORA FREITAS DE SOUZA PAUST (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROSSI DA SILVA OAB - MT19530-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
representantes do espólio (Francis; Dirce; Anézia;Ieda;Neto; Eliza;Virginia) (RÉU)
espolio de Andre Corsino de Freitas representado por seus herdeiros (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
KARYME PARADA PEDROSA OAB - MT22946-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
Joaquim Francisco de Freitas (CONFINANTES)
Antonio Caetano de Freitas (CONFINANTES)
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO (TERCEIRO INTERESSADO)
Virgilio Alves Correia (CONFINANTES)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
Cuiaba Prefeitura Municipal (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1016193-74.2017.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Certifico que, nos termos do art. 482,VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de proceder a intimação da parte Autora para manifestar sobre a petição de ID 26334314, no prazo de 15 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. JOAO MARCIO CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a)

Despacho Classe: CNJ-117 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA
Processo Número: 1025836-56.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO LUIZ DA COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSÉ CARLOS FORMIGA JUNIOR OAB - MT5645-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
YMPACTUS COMERCIAL S/A (EXECUTADO)
CARLOS ROBERTO COSTA (EXECUTADO)
JAMES MATTHEW MERRILL (EXECUTADO)
CARLOS NATANIEL WANZELER (EXECUTADO)
LYVIA MARA CAMPISTA WANZELER (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1025836-56.2017.8.11.0041 DESPACHO A parte exequente requer a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, deixando, contudo, de demonstrar que necessita do referido benefício. Portanto, nos termos do art. 99, § 2º do NCPC, intime-a para emendar sua inicial, no prazo de 15 dias, comprovando a alegada hipossuficiência, devendo trazer aos autos documentação comprobatória de que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, em especial, cópia dos três últimos holerites e/ou declaração de imposto de renda, sob pena de indeferimento (STJ, 3ª Turma. AgRg no Aresp 602.943/SP, rel. Min. Moura Ribeiro, DJe 04.02.2015). Cumpra-se. Cuiabá-MT, 29 de agosto de 2017. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019797-77.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA SEBOLD (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AURIVAL DIAS PEDROSO OAB - MT13254-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA ALVES CARDOSO CAVALARI OAB - MT9494-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019797-77.2016.8.11.0041 REQUERENTE: SANDRA SEBOLD REQUERIDO: CAB CUIABA S/A - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE AGUA E ESGOTO Vistos em correição. Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC de 2015, ao Princípio da Não surpresa e da Colaboração instruídos pela nova lei adjetiva, intimem-se as partes a: a) Especificarem que provas pretendem produzir, estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cuiabá, 22 de fevereiro de 2017. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1057659-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WALSI BENEDITO DE ABREU (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EZIO AUGUSTO TIERRE NUNES DE ALMEIDA OAB - MT24399/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1057659-77.2019.8.11.0041 Vistos e etc Defiro o pedido de justiça gratuita. Verifico que a pretensão inicial vem acompanhada de prova escrita sem eficácia de título executivo. Posto isto, nos termos do art. 701 do CPC, expeça-se mandado citatório e pagamento, com o prazo de quinze dias, nos termos do pedido inicial, e honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor da causa, consignando que, caso o réu cumpra, ficará isento de custas. Conste, ainda, que nesse prazo o réu poderá oferecer embargos e, caso não haja cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, haverá a conversão do mandado monitório em executivo. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003774-22.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAMONIE CRISTINA TRIBURTINI DE LIRI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1003774-22.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Compulsando os autos, verifico que a perícia já foi reagendada mais de uma vez. Contudo, não pôde ser realizada devido à ausência da parte autora, apesar dessa ter sido devidamente intimada por intermédio do seu patrono. Tendo em vista que, ante a natureza personalíssima do ato, é imprescindível a intimação pessoal da parte autora para comparecer à perícia, assim como que não restou tentada a intimação da parte autora no endereço fornecido na exordial, INTIME-SE a parte autora por carta com AR e por meio de seu advogado constituído nos autos, para que compareça na Secretaria da Vara no prazo de 15 (quinze) dias, com o fito de ser encaminhada para a imediata realização da prova pericial ou de tomar ciência do seu reagendamento, sob pena de preclusão da faculdade de produzir a prova e, por conseguinte, julgamento do feito no estado em que se encontra. Resultando infrutífera a tentativa de intimação por correio, determino que seja a parte autora intimada por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para que compareça na Secretaria da Vara, no mesmo prazo e para a mesma finalidade descrita no parágrafo anterior. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1148987 Nr: 31220-51.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WG
PARTE(S) REQUERIDA(S): UC-CDTM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ BATISTA FILHO - OAB:13.696-A/MT, JOSE BATISTA FILHO - OAB:19793/PR, ROSEMEIRE DADONA - OAB:OAB/MT 17.863
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: COUTINHO POLISEL ADVOGADOS ASSOCIADOS - OAB:355, JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9172-B/MT, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12009
Em que pese a manifestação da ré à p. 1.164/1.165, compulsando os autos verifiquei que o valor de R$ 9.540,00 depositado à p. 1.058/1.059. se refere aos honorários periciais, devendo ser liberado em favor do perito o equivalente a 50% deste valor, como já determinado.
Com relação a manifestação de p. 1.168, embora haja requerimento de concessão de prazo de 10 (dez) dias para pagamento da quantia de R$ 8.400,00 para pagamento das sessões magnéticas transcraniana, em consulta ao sistema constatei que o depósito da referida quantia foi efetuado pela ré em 29/11/2019. Assim, deve o montante ser liberado em favor do IPEC - Instituto de Psiquiatria e Estimulação Cerebral Ltda MVM Psiquiatria.
Expeça-se os competentes alvarás.
Em seguida, intime-se o perito para início dos trabalhos.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 997983 Nr: 22600-84.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KELLY CRISTINA ARTIAGA DO AMARAL, GENIELTON RODOLFO DE A ARAUJO FERREIRA, ROSIMEIRE DOMINGAS DE ARAÚJO ALCE, ADAA, WELLINGTON DE ARAUJO ANTELLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANA SUMIYOSHI KAMATAKE - OAB:10234, MICHELLE FERNANDA FORTES - OAB:10159
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A/MT
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença em que as partes apresentaram os termos de acordo para homologação (p.608/609).
Intimada a exequente Andressa de Araújo Alce para regularizar sua representação processual, apresentou procuração às p.611/612.
É o relatório. Decido.
Tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão, nos termos do art. 487, III, “b” do CPC.
Custas e honorários na forma pactuada.
Transitado em julgado, certifique-se e arquive-se com as cautelas legais.
P.I. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 432372 Nr: 12223-30.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RITA DE CASSIA GOMES BEZERRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIÃO ADMINISTRATIVA DE CONSÓRCIO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NAURA NÉDIA LEITE DE OLIVEIRA - OAB:10.180/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JEFFERSON DO CARMO ASSIS - OAB:4680/PR, THAYSA LALLI RIBEIRETE - OAB:611.459
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (p.343/344).
É o relatório. Decido.
Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC.
Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado.
A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC.
Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido.
Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais.
P. R. I. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 429224 Nr: 10523-19.2010.811.0041
AÇÃO: Imissão na Posse->Procedimentos Regidos por Outros Códigos,

Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RUY NOGUEIRA BARBOSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCOS MAYCO DE FIGUEIREDO MARTINS E OUTRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HUMBERTO MARQUES DA SILVA - OAB:9725-B, RUY NOGUEIRA BARBOSA - OAB:4.678/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADEMIR ROSA GOMES - OAB:11.390/MT, HELIO CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:13.555
Vistos e etc. Trata-se de cumprimento de sentença requerido por Ruy Nogueira Barbosa em face de Marcos Mayco de Figueiredo Martins e Outros. Assim, promovam-se as devidas anotações na capa autos e sistema Apolo. Às p. 272/275 os réus formularam pedido de tutela provisória de urgência em caráter incidental, ao argumento de que propuseram ação de usucapião urbano, distribuída sob o nº 1040788-06.2018.811.0041, em trâmite perante a 7ª Vara Cível de Cuiabá. Assim, requereram a concessão de tutela de urgência para o fim de que seja autorizada a sua permanência no imóvel objeto do feito, até o julgamento final da ação de usucapião. Pois bem. Denota-se dos autos que o recurso de apelação interposto pelo autor foi provido, e julgado procedente o pedido inicial de imissão na posse do imóvel objeto dos autos. Assim, em que pesem as razões indicadas pelos réus às p. 272/275, é incabível o pleito de permanência no imóvel, fundado em ação de usucapião, com a finalidade de suspensão do cumprimento de sentença. Isso porque a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso transitou em julgado, de forma que não subsiste a justificativa apresentada pelos réus, já que a propositura de ação de usucapião não tem o condão de suspender o cumprimento de sentença transitada em julgado. (...) Com essas considerações e fundamentos, indefiro o pedido de p. 272/275. Expeça-se o competente mandado de imissão de posse em favor do autor. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 840447 Nr: 44822-17.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELTON MENDES FLOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): GOLDFARB PDG 3 INCORPORAÇÕES LTDA, GINCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLAZIANE TEIXEIRA DA SILVA - OAB:8.575/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMARO DE OLIVEIRA FALCAO - OAB:14522/MT, FABIO RIVELLI - OAB:19023-A OAB/MT, HÉLIO NISHIYAMA - OAB:12.919
Certifico que, nos termos do art. 482, VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de intimar as partes para manifestarem sobre o retorno dos autos à Primeira Instância, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1037926 Nr: 40557-98.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IRACILDA DO ESPIRITO SANTO RODRIGUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BV FINANCEIRA S/A CFI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PEDRO JORGE ZAMAR TAQUES - OAB:17.467
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ RODRIGUES WAMBIER - OAB:14.469-A/MT, MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR - OAB:PR/42.277, SOCIEDADE WAMBIER, YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO ADVOGADOS - OAB:2.049
Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para apresentar manifestação sobre o pagamento do saldo remanescente, no prazo de 5 (cinco) dias.
Marcos Aurélio Fernandes Filho
Estagiário - 41254

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 910918 Nr: 37435-14.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AMPER CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LORENA LARRANHAGAS MAMEDES - OAB:OAB/MT 16.174, RODRIGO LEITE DE BARROS ZANIN - OAB:12.129-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VIVIAN TOPAL - OAB:183263
Certifico que, nos termos do art. 482, VI da CNGC, impulsiono os presentes autos com a finalidade de intimar as partes para manifestarem sobre a proposta de trabalhos e honorários periciais apresentada pelo perito Engenheiro Eletricista IVAN CORREA GONÇALVES – CONFEA/CREA 120169050-1 – IBAPE/MT 364, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1024277 Nr: 33977-52.2015.811.0041
AÇÃO: Cautelar Inominada->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO - ME, MICHEL FERRAZ DO NASCIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAB - CONCESSIONARIA DE SERVIÇOS PUBLICO DE AGUA E ESGOTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROMULO DE ARAUJO FILHO - OAB:19704/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDA ALVES CARDOSO - OAB:9.494 OAB/MT, GISELA ALVES CARDOSO - OAB: 7.725 OAB/MT
Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, passo a impulsionar o presente feito com a finalidade de proceder, a intimação das partes para efetuar o pagamento dos honorários da perícia, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 333793 Nr: 20644-77.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BENEDITA MARIA DE SOUZA PINTO, MANUEL MARCELINO PINTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PALMIRO DE FRANÇA, CARLOS DE ALMEIDA, AFONSO DE TAL, LIDIO DE TAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LARAH BEATRISSIA QUEIROZ OLIVEIRA - OAB:8.126/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE BORGES SANTOS - OAB:12558/O, HÉLIO PASSADORE - OAB:3.008-A/MT, HELIO PASSADORE - OAB:3008-A
impulsiono os presentes autos com a finalidade de proceder à intimação da parte autora para requerer o que de direito, no prazo de 5(cinco) dias.
Marcos Aurélio Fernandes Filho
Estagiário - 41254

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1069072 Nr: 55004-91.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ FERREIRA DORILEO, LEONORA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): EBS SUPERMERCADOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADOLFO ARINI - OAB:6.727/MT, ADOLFO ARINI - OAB:6727/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO - OAB:4.937/MT
Posto isto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente os pedidos formulados nesta ação de reparação por danos morais e materiais proposta por JOSÉ FERREIRA DORILEO e LEONORA DA SILVA contra EBS SUPERMERCADOS LTDA., a fim de CONDENAR a ré a reparar os autores a título de danos materiais no valor de R$ 15.030,77 (quinze mil e trinta reais e setenta e sete centavos),

que deverá ser acrescido de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC a partir da citação (405, CC), bem como ao pagamento de indenização por danos morais na quantia de R$ 05.000,00 (cinco mil reais) para cada autor, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso e correção monetária pelo INPC a partir da data desta sentença (Súmulas 54 e 362-STJ). Custas e despesas processuais pela ré, assim como honorários advocatícios de sucumbência, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos dos artigos 82, §2º e 85, §2º, ambos do CPC.Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se com baixa na distribuição.P.I. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1015449 Nr: 29913-96.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DEOCLÉCIO BOEIRA BRAGA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO LOPES VIEIRA VIDAURRE - OAB:12750/MT, RAPHAELA BEATRIZ RISPOLI NUNES - OAB:OAB/MT 19.705
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO VISEU - OAB:117.417
Vistos
Trata-se de cumprimento de sentença requerido por Deoclécio Boeira Braga, em face de CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens s/a. Assim, promovam-se as devidas anotações, na capa autos e sistema Apolo.
Intimem-se os devedores, através de seus patronos, para cumprimento da obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, § 2º do NCPC), efetuando o pagamento do valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
Não ocorrendo o pagamento no mesmo prazo, o débito será acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10%, de acordo com o § 1º do art. 523 do NCPC.
Em caso de pagamento parcial a multa e honorários recairá somente sobre o saldo remanescente (art. 523, § 2º o do NCPC).
Por fim, se os devedores não efetuarem tempestivamente o pagamento voluntário, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, como impõe o § 3º do art. 523 do NCPC.
Deverá constar no mandado de intimação que, decorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os executados, independente de penhora ou nova intimação, apresentem querendo, sua impugnação nos próprios autos, na forma prevista no art. 525 do NCPC.
Decorrido o prazo sem comprovação do pagamento voluntário do débito, e caso haja pedido de bloqueio de valores por meio do sistema Bacenjud, apresente o exequente planilha atualizada, devendo incluir multa e os honorários acima arbitrados, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1045593 Nr: 44168-59.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LAERTE CORREIA DE ALMEIDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDNÉIA LUFT - OAB:14.512-MT, GIOVANNI FERREIRA DE VASCONCELOS - OAB:12.701-B/MT, LUDMILLA DE MOURA BOURET - OAB:8.476
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:OAB/MT 11.065-A
Intime-se o executado para manifestar sobre o pedido de levantamento do valor incotroverso (p. 260/263), em 05 (cinco) dias.
Após, havendo divergência quanto ao valor devido, encaminhem-se os autos ao contador judicial.
Com a apresentação dos cálculos, intimem-se as partes para se manifestar.
Em seguida, concluso para apreciação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1070520 Nr: 55613-74.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JAIR ROBERTO DE AMORIM
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: COUTINHO E POLISEL ADVOGADOS ASSOCIADOS - OAB:355/MT, JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9172-B, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:OAB/MT 12.009
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5.736-O/MT
Vistos.
Compulsando os autos verifico que o titular da conta bancaria apresentada a p. 178 não possui poderes para receber e dar quitação/levantar alvarás.
Desta forma, intime-se a parte exequente para regularizar sua representação processual, em 5(cinco) dias.
Após, concluso para deliberações.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1078261 Nr: 388-35.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELEN CRISTINA DE CASTRO PAULA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BROOKFIELD MB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDREA P. BIANCARDINI - OAB:OAB/MT Nº 5009, OTACÍLIO PERON - OAB:3.684-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI - OAB:214.918/SP
Considerando que os REsp n. 1635428/SC e n. 1498484/DF (Tema 970) e/ou REsp n. 1614721/DF e n. 1631485/DF (Tema 971), já foram julgados tendo, inclusive, transitado em julgado em 08/11/2019, INDEFIRO o pedido de suspensão formulado à p. 163.
Compulsando os autos verifico que à p. 157-verso/158 a ré suscita a ocorrência de prescrição com relação ao pagamento de taxa de corretagem. Assim, ante ao princípio do contraditória e da não surpresa, intime-se a autora para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias.
Em seguida, concluso para decisão saneadora.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1095963 Nr: 8816-06.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARIEL FABIANO DE LIMA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9172-B/MT, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12.009/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FAGNER DA SILVA BOTOF - OAB:12.903/MT, RENATO CHAGAS CORRÊA - OAB:8184-A
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (p.168).
É o relatório. Decido.
Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC.
Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado.

A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC.
Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido.
Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais.
P. R. I. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 1105709 Nr: 12839-92.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA BERENICE RODRIGUES DE ARRUDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIESER DA SILVA LEITE - OAB:6384-B/MT, JOÃO BATISTA DE MENEZES - OAB:6943/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FAGNER DA SILVA BOTOF - OAB:12.903/MT, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA. - OAB:8.184-A
Vistos.
Trata-se de processo em que já declarei a minha suspeição (p.81).
Encaminhem-se os autos ao meu substituto legal.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1158522 Nr: 35300-58.2016.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SISANE VANZELLA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIUS DELBONI DE ANDRADE - OAB:12.573
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA - OAB:21.387/B
Nos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte requerida para apresentar manifestação sobre a petição de fl. 375, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 783081 Nr: 36768-96.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SOMPO SEGUROS S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDRÉ ELOI SPIES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JÁCO CARLOS SILVA COELHO - OAB:15.013-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DJALMA RIBEIRO ROMEIRO - OAB:7162/MT, KLEYTON ALVES DE OLIVEIRA - OAB:16240
Considerando que o réu opôs embargos de declaração contra a decisão saneadora de p.223 que fixou os pontos controvertidos, deferiu as provas a serem produzidas e designou audiência de instrução e julgamento (p.230/233), verifico a necessidade de suspensão do ato a ser realizado no dia 11/12/2019, devendo ser postergado para após o julgamento dos embargos declaratórios.
Assim, aguarde-se o decurso de prazo para que a parte contrária apresente suas contrarrazões.
Decorrido o prazo, certifique-se e concluso para apreciação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 750697 Nr: 2426-59.2012.811.0041
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CINTIA COMERCIO DE CAMINHÕES E REVESTIMENTOS LTDA - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARA RUBIA MEDEIROS, CARLOS ALBERTO PEREIRA LIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CESAR LIMA DO NASCIMENTO - OAB:4651/MT, JANE RODRIGUES BARROS - OAB:13028/MT, Vanessa Cristina Mendes Ferreira - OAB:17173
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALBINO RAMOS - OAB:3559-B/MT
Vistos.
Trata-se de cumprimento de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (p.140).
É o relatório. Decido.
Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC.
Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado.
A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC.
Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido.
Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais.
P. R. I. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 855280 Nr: 57748-30.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALVINO DE SOUZA SILVA, ERICELIA MARIA DA SILVA RUIZ, ERNANE DE OLIVEIRA MONTEIRO, GENOVEVA BECHER FELLDHAUS, ESPOLIO DE FREDOLINO BERNARDO FELDHAUS, ESPOLIO DE FREDOLINO BERNARDO FELDHAUS, SONIA MARIA SOUZA DOS SANTOS, JOSÉ PIRES MIRANDA DE ASSIS, JOANI MARIA DE ASSIS ASCKAR, JOSÉ ALBERTO BASTASINE MORENO, LUIS CASARIN, NEIVO BECHI, NELSON CHISI, OSVALDO MARQUES, GILBERTO MARQUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO FRANÇA ARAÚJO - OAB:12.621 / MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença em que as partes apresentaram os termos de acordo para homologação (p.473/477).
É o relatório. Decido.
Tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão, nos termos do art. 487, III, “b” do CPC.
Custas e honorários na forma pactuada.
Transitado em julgado, certifique-se e arquive-se com as cautelas legais.
P.I. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Ana Paula da Veiga Carlota Miranda
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 870098 Nr: 9642-03.2014.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AÇOFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PEDRO EDNO DA PENHA SOUZA, HUGO HENRIQUE DE MOURA, OCIDE JEORGE DE ALCANTARA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4.032/MT, MAIARA FERNANDA CARNEIRO - OAB:15.169-E
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do art. 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para apresentar manifestação sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça às fls. , no

prazo de 15 (quinze) dias.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038435-27.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARIDA NUNES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MONTEIRO ARAUJO OAB - MT8510-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1038435-27.2017.8.11.0041 DESPACHO Indefiro o pedido de concessão de tutela provisória de urgência formulado pela autora na impugnação à contestação, eis que o referido pedido já foi objeto de análise, conforme decisão de id. 12158574, não tendo a autora apresentado qualquer fato novo que justificasse a sua reiteração. Visando ao saneamento e ao encaminhamento da instrução do feito, em atendimento ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, ao Princípio da não-surpresa e da colaboração instruídos pela lei adjetiva, intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias: a) Especificarem que provas pretendem produzir, em 15 (quinze), estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e que com a prova pretende atestar, de sorte a justificar sua adequação e pertinência (art. 357, II, CPC); b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela mesma ser produzida, articularem coerente e juridicamente o motivo da impossibilidade, bem assim a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo pela necessidade de inversão do ônus (art. 357, III, do CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e elementos documentais porventura já acostados ao feito, verificando se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, IV, do CPC). Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1045217-16.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANGLEIBE MIGUEL DE SA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARMELICE SANTANA OAB - MT22940/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMAZON CONSTRUTORA LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1045217-16.2018.8.11.0041 Vistos e etc. Há nos autos pedido de justiça gratuita. O artigo 98 do Código de Processo Civil dispõe: "Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." O Código de Processo Civil continua em seu art. 99, §3°: "Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 3o Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." Contudo, tal presunção é juris tantum cabendo ao Magistrado avaliar o caso concreto, podendo, em caso de dúvida, requerer a juntada de documentos que comprovem a condição de beneficiário da justiça gratuita - art. 5° LXXIV da CF/88 e o §3° do art. 99 do CPC. Em que pese se tratar de um direito público subjetivo consagrado a todo aquele que comprovar que sua situação econômica não lhe permite pagar os honorários advocatícios, custas processuais, sem prejuízo para o seu próprio sustento e de sua família, indiscriminado se tornou o pedido de justiça gratuita pelos litigantes do judiciário brasileiro, prejudicando, assim, o deferimento àqueles que realmente necessitam. Diante disso, a doutrina e a jurisprudência, a fim de evitar esse abuso, autorizam a analise caso a caso. Nesse sentido, Dinamarco em sua obra Instruções de Direito Processual Civil: "O processo custa dinheiro. Não passaria de ingênua utopia a aspiração a um sistema processual inteiramente solidário e coexistencial, realizado de modo altruísta por membros da comunidade e sem custos para quem quer fosse. A realidade é a necessidade de despender recursos financeiros, quer para o exercício da jurisdição pelo Estado, quer para a defesa dos interesses das partes. As pessoas que atuam como juízes, auxiliares ou defensores fazem dessas atividades profissão e devem ser remuneradas. Os prédios, instalações, equipamento e material consumível, indispensáveis ao exercício da jurisdição, têm também o seu custo." "Seria igualmente discrepante da realidade a instituição de um sistema judiciário inteiramente gratuito para os litigantes, com o Estado exercendo a jurisdição à própria custa, sem repassar sequer parte desse custo aos consumidores do serviço que presta. Em tempos passados já se pensou nessa total gratuidade, mas prepondera universalmente a onerosidade do processo para as partes, porque a gratuidade generalizada seria incentivo à litigância irresponsável, a dano desse serviço público que é a jurisdição." (grifo nosso) Esse é o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - INDEFERIMENTO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PARA ARCAR COM AS CUSTAS PROCESSUAIS – EXIGÊNCIA DE PROVA DA SUA CONDIÇÃO - DECISÃO MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO A concessão do benefício da justiça gratuita está condicionada a comprovação do inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal, a dizer, "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".AI, 73526/2013, DES.SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 04/02/2014, Data da publicação no DJE 12/02/2014" (destaquei) IMPUGNAÇÃO AO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. Ausência de demonstração da necessidade da benesse. Circunstâncias não condizentes com a alegada necessidade. Benesse revogada, com concessão de prazo para recolhimento das custas. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.(TJ-SP - APL: 00078117720158260004 SP 0007811-77.2015.8.26.0004, Relator: Fernando Sastre Redondo, Data de Julgamento: 18/05/2016, 38ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/05/2016). (destaquei). JUSTIÇA GRATUITA. Decisão que indefere os benefícios da justiça gratuita, ante o valor dos vencimentos do autor. Manutenção da decisão. Vencimentos mensais que não são inexpressivos. (...) Inexistência, por outro lado, de documentos que comprovem situação financeira adversa. Precedentes. Decisão mantida. Recurso improvido. (TJ-SP - AI: 20627703920168260000 SP 2062770-39.2016.8.26.0000, Relator: Claudio Augusto Pedrassi, Data de Julgamento: 24/05/2016, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 25/05/2016) (destaquei). No presente caso, o (a) autor(a) não colacionou nenhum documento que comprove que o valor por ele percebido é insuficiente para custear o presente feito. Posto isto, considerando que o(a) autor(a) não colacionou aos autos prova convincente de sua hipossuficiência, INDEFIRO O PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. Entretanto, oportunizo ao(à) autor(a) o parcelamento das custas judiciais, conforme previsto no art. 98, §8° do CPC/15. Assim, poderá o(à) autor(a), no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas e taxas iniciais, em 03 parcelas iguais e sucessivas. Remeta-se o e-mail a Central de Arrecadação para averbação da presente decisão e liberação das guias a serem recolhidas. Decorrido o prazo de 15 dias, e não tendo o(a) autor(a) adimplido com a integralidade das custas e taxas judiciais e/ou informado o pagamento da 1° parcela, certifique-se e façam os autos conclusos. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056443-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KARINA VUOLO OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
YANA CHRISTINA EUBANK GOMES OAB - MT5495-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (RÉU)
UMTE - UNIAO MATO-GROSSENSE DOS ESTUDANTES (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Vistos etc. A citação é ato processual cuja prática é reservada ao Poder Judiciário, cabendo à parte interessada tão somente providenciar os meios para o seu cumprimento, conforme dispõe o artigo 240, §2º do CPC. Promova-se com urgência a citação da ré. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058406-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SAMARA STEFANNY CARDOSO ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JUNIO CESAR DE NORONHA OAB - MT15391-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1058406-27.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Samara Stefanny Cardoso Araújo propôs ação de indenização por danos morais em desfavor da OI S.A. Em síntese, narra a inicial que a autora possui relação jurídica com a ré e deixou de efetuar o pagamento do débito vencido no dia 03/12/2018, no valor de R$ 452,37. No entanto, firmou acordo com a ré e no dia 14/11/2019 quitou a dívida que, diante do pacto, passou a ser no montante de R$ 380,41. Informa que foi contemplada com carta de crédito referente a consórcio, contudo, o recebimento do crédito foi negado ante a negativação existente em seu nome lançada pela ré pela dívida já paga. Diante do exposto, requer a concessão de tutela de urgência para determinar a suspensão de seu nome do banco de dados dos órgãos de proteção ao crédito (SPC/Serasa), sob pena de multa pecuniária. É o relatório. Decido. Estando demonstrada a alegada hipossuficiência da autora, concedo-lhe os benefícios da assistência judiciária gratuita. A pretensão almejada pela autora diz respeito à concessão liminar da tutela provisória de urgência em caráter antecedente, eis que busca uma atuação pronta e eficaz do judiciário. Nesta análise de cognição sumária, verifica-se a possibilidade da concessão da tutela provisória de urgência requerida, eis que presentes elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano, nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, que diz: "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." In casu, a autora afirma que o débito no valor de R$ 452,37 foi devidamente quitado, através de acordo firmado com a ré e, contudo, não foi promovida a baixa da restrição lançada em seu nome em razão da dívida. A probabilidade do direito está demonstrada através da apresentação do comprovante de pagamento do débito (id. 27110003). Assim, merece acolhimento a pretensão para determinar a suspensão da negativação de seu nome em razão da dívida discutida. Nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO – PROTESTO – EXCLUSÃO DE NOME DO BANCO DE DADOS SERASA/SPC – POSSIBILIDADE – RECURSO PROVIDO. Estando em discussão a existência do débito em sua integralidade não se pode exigir da parte autora, ora agravante, a produção de prova negativa, merecendo amparo a sua pretensão, de ter seu nome excluído dos bancos de dados." (AI 131450/2016, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 13/12/2016, Publicado no DJE 16/12/2016) Importante registrar que a medida é reversível a qualquer tempo. Posto isto, nos termos do art. 294 c/c art. 300, § 2º, do Código de Processo Civil, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA requerida para determinar que a ré promova a suspensão da negativação do nome da autora em razão do débito discutido nos autos. Nos termos do art. 334 e §§ do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 13/04/2020 às 09:00 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado. Cite-se e intime-se a parte ré para a audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038774-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA AUXILIADORA MOURA DO NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO RODRIGUES DANTAS OAB - MT8085-O (ADVOGADO(A))
MAURICIO BENEDITO PETRAGLIA JUNIOR OAB - MT7215-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1038774-15.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Maria Auxiliadora Moura do Nascimento propôs ação de indenização por danos morais em desfavor da Banco PAN S.A. Em síntese, narra a inicial que a autora, embora tenha contrato de empréstimos com o réu, dos quais são descontados mensalmente as parcelas diretamente em sua folha de pagamento, tem sido cobrada por empréstimos não contratados nos valores de R$ 8.272,00 e R$ 16.471,55, sendo que seu nome negativado em decorrência do inadimplemento dos contratos que desconhece. Afirma que notificou o réu extrajudicialmente, sendo a notificação recebida em 08/2018, contudo, não recebeu qualquer esclarecimento a respeito das cobranças, motivo pelo qual efetuou reclamação perante o PROCON. Relata que ajuizou demanda perante o Juizado Especial Cível, no entanto, o processo foi extinto sem resolução de mérito em decorrência da necessidade de produção de prova pericial grafotécnica no presente caso. Defende que mesmo tendo o réu apresentado na ação que tramitou perante o Juizado Especial Cível os contratos que seguem anexos à inicial, os documentos se referem a contratações diversas aos que ensejaram a negativação de seu nome, sendo que desconhece a origem dos débitos nos valores de R$ 8.272,00 e R$ 16.471,55. Diante do exposto, requer a concessão de tutela de urgência para determinar a suspensão de seu nome do banco de dados dos órgãos de proteção ao crédito (SPC/Serasa), sob pena de multa pecuniária. Intimada, a autora promoveu a emenda da inicial (id. 26198594). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Estando demonstrada a alegada hipossuficiência da autora, concedo-lhe os benefícios da assistência judiciária gratuita. A pretensão almejada pela autora diz respeito à concessão liminar da tutela provisória de urgência em caráter antecedente, eis que busca uma atuação pronta e eficaz do judiciário. Nesta análise de cognição sumária, verifica-se a possibilidade da concessão da tutela provisória de urgência requerida, eis que presentes elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano, nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, que diz: "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." In casu, a autora afirma que os débitos nos valores de R$ 8.272,00 e R$ 16.471,55 não são devidos, eis que não possui contrato com o réu nas referidas quantias, desconhecendo a origem das dívidas. Assim, estando o débito judicialmente discutido em sua integralidade, merece acolhimento a pretensão para determinar a suspensão da negativação de seu nome em razão da dívida discutida. Nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO – PROTESTO – EXCLUSÃO DE NOME DO BANCO DE DADOS SERASA/SPC – POSSIBILIDADE – RECURSO PROVIDO. Estando em discussão a existência do débito em sua integralidade não se pode exigir da parte autora, ora agravante, a produção de prova negativa, merecendo amparo a sua

pretensão, de ter seu nome excluído dos bancos de dados." (AI 131450/2016, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 13/12/2016, Publicado no DJE 16/12/2016) Importante registrar que a medida é reversível a qualquer tempo. Posto isto, nos termos do art. 294 c/c art. 300, § 2º, do Código de Processo Civil, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA requerida para determinar que a ré promova a suspensão da negativação do nome da autora em razão dos débitos discutidos nos autos. Nos termos do art. 334 e §§ do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 13/04/2020 às 09:00 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado. Cite-se e intime-se a parte ré para a audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013883-95.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO DA SILVA SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIANE ALVES DA CUNHA OAB - MT7712-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1013883-95.2017.8.11.0041 REQUERENTE: MARCELO DA SILVA SOUSA REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A Vistos etc... Do exame dos autos, observo que o autor ajuizou esta ação objetivando a determinação para que o requerido proceda a exclusão de seu nome dos órgãos de restrição ao crédito, haja vista que as partes firmaram contrato de financiamento que posteriormente foi extinto, mediante a entrega amigável do bem, ficando acordado que a instituição financeira procederia a retirada do nome do autor dos órgãos restritivos no que tange ao contrato em comento, o que não ocorreu até a presente data, bem como o recebimento de indenização por danos morais. Em que pese ser o requerido instituição financeiras, tem-se que, consoante fixado no § 2º do art. 1º do Provimento nº 004/2008/CM, excluem-se da competência das Varas Especializadas em Direito Bancário as ações de natureza eminentemente civil, notadamente as de "dano moral puro", sem discussão atinente à matéria afetada às Varas Especializadas em Direito Bancário. Nesse sentido o posicionamento do E. TJMT: "CONFLITO DE COMPETÊNCIA – MATÉRIA ALHEIA AO DIREITO BANCÁRIO - AÇÃO DE NATUREZA INDENIZATÓRIA – APLICAÇÃO DA EXCEÇÃO DO §2º, I DO ART.1º DO PROVIMENTO 004/2008 CM - COMPETÊNCIA DA VARA CÍVEL - CONFLITO PROCEDENTE. Se a matéria em discussão não é própria de Direito Bancário, mas trata de indenização por repetição de indébito, a competência para o processamento é da Vara Cível". (CC 59318/2015, DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 25/06/2015, Publicado no DJE 30/06/2015). "CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – VARA DE DIREITO BANCÁRIO – ESPECIALIZAÇÃO PELA MATÉRIA E NÃO PELAS PARTES – CONFLITO PROCEDENTE. As varas especializadas em direito bancário, criadas pelo Provimento nº 004/2008/CM, definem sua competência jurisdicional pela natureza da demanda (se de conteúdo financeiro) e não pelo simples fato de estar presente uma instituição financeira em algum dos pólos da contenda." (TJMT - Conflito Negativo de Competência nº 133719/2009; Relator Desembargador Orlando de Almeida Perri, Julg. 06-5-2010). Deste modo, ao se ter em vista que o feito em tela não possui natureza tipicamente bancária, não havendo qualquer pedido neste sentido, relativo a revisão ou discussão acerca de cláusulas contratuais, declino a minha competência para processar e julgar este feito e determino a remessa dos autos ao Cartório Distribuidor, para a REDISTRIBUIÇÃO dos autos a umas das Varas de Feitos Gerais Cíveis desta Capital, com as anotações e baixas devidas. Cumpra-se. Paulo de Toledo Ribeiro Junior Juiz de Direito em substituição legal

Sentença

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036181-47.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC CARDOSO DOS SANTOS FILHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1036181-47.2018.8.11.0041 SENTENÇA MELQUISEDEC CARDOSO DOS SANTOS FILHO propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório c/c indenização por danos morais em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 22 de junho de 2018, o que resultou na incapacidade parcial permanente. A parte autora foi submetida a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva e falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo. No mérito, sustenta a improcedência do pedido de danos morais, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. A parte autora apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por MELQUISEDEC CARDOSO DOS SANTOS FILHO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Preliminares Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito, não havendo que se falar em responsabilidade exclusiva da Seguradora Líder (TJMT, APL 93075/2013). A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. O acidente automobilístico está comprovado por meio de boletim de ocorrência e

prontuário médico. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no tornozelo esquerdo computada em 50% (ID 17587055). Neste caso, para a perda de mobilidade do tornozelo o percentual é de 25%, dessa forma 50% de 25%, corresponde a 12,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 12,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. A parte autora pugna, também, pela condenação da ré a indenização por dano moral sustentando ter sofrido prejuízos. É certo que o dano moral em alguns casos pode ser presumido. Neste, é evidente que não. Para a condenação de alguém ao pagamento de dano moral são necessários os pressupostos da responsabilidade civil: o dano – especialmente, a ocorrência a ofensa de algum direito de personalidade do sujeito, eis que inerente à pessoa humana, intransmissíveis irrenunciáveis -, a culpa do agente e o nexo de causalidade. É indispensável para a caraterização do dano moral que o ato apontado como ofensivo seja suficiente a causar prejuízo. No caso em tela, tenho que não restaram caracterizados os danos morais, já que a parte autora não comprovou que teve abalo em algum dos atributos da sua personalidade em função do ocorrido. Nesse sentido o entendimento do E. TJMT no julgamento do recurso de apelação n. 1037055-32.2018.8.11.0041. Diante do exposto, o pedido de indenização por dano moral não merece ser acolhido. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por MELQUISEDEC CARDOSO DOS SANTOS FILHO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1008970-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELLY NEVES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1008970-02.2019.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 26555177). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038304-18.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO DA SILVA SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1038304-18.2018.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 26694457). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1031118-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO RESIDENCIAL VALENCIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA MONICA CAMPOS MESQUITA OAB - MT8671-O (ADVOGADO(A))
LEONARDO CAMPOS MESQUITA OAB - MT19640-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCUS OGEDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1031118-07.2019.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de execução de título extrajudicial de cotas condominiais movida por CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VALÊNCIA, em desfavor de MARCOS OGEDA. O feito teve regular tramitação. As partes se compuseram e apresentaram os termos do acordo para homologação (ID 26364913). Os autos vieram conclusos É o relatório. Decido. As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. Apesar de a parte executada não estar representada por um advogado nos autos, não verifico no acordo entabulado nenhum vício que impeça a homologação. Em atenção ao princípio da cooperação constante no artigo 6º do CPC/15, a homologação do acordo é a medida que se impõe, independentemente da existência de procuração do patrono nos autos. Isso porque, o artigo 104 do CC, dispõe ser necessário para a validação do negócio jurídico "agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, forma prescrita ou não defesa em lei", nada mencionando acerca da imprescindibilidade da representação do causídico. Nos termos da recente jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. ACORDO. HOMOLOGAÇÃO. PARTE SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS. Nos termos do artigo 104 do Código Civil, a homologação de acordo, que versa sobre direito patrimonial disponível, firmado entre agentes capazes, não depende da representação das partes por advogado, impondo-se ao Juízo de origem proceder ao exame do pedido de homologação. Precedentes desta Corte. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento Nº 70074890385, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 28/09/2017- grifei) APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE CONDOMÍNIO - TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO - PRESCINDIBILIDADE DA

PARTICIPAÇÃO DE ADVOGADO. O acordo extrajudicial envolvendo apenas direitos patrimoniais, celebrado entre pessoas capazes, uma vez que atenda a todos os requisitos de validade e não esteja inquinado de vício de vontade, enquadra-se na esfera de disponibilidade das partes, prescindindo da presença de advogado para que seja considerado eficaz e válido, não existindo óbice legal à sua homologação judicial. (TJ-MG - AC: 10024112761143001 MG, Relator: João Cancio, Data de Julgamento: 28/05/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 05/06/2013 - grifei) Assim, tratando-se de direito disponível, HOMOLOGO O ACORDO PARA QUE SURTA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão, nos termos do artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Custas, despesas processuais e honorários advocatícios na forma pactuada. Transitado em julgado, arquive-se com baixa na distribuição e cautelas de praxe. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015300-20.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1015300-20.2016.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 25005259). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1029813-22.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON CARLOS ALVES PINHEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
DINEY LEITE DA COSTA OAB - MT21352-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1029813-22.2018.8.11.0041 SENTENÇA ANDERSON CARLOS ALVES PINHEIRO propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 20 de maio de 2018, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da seguradora Líder no polo passivo da demanda e arguindo as preliminares de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo, regulação pendente, ausência de laudo do IML e carência da ação por boletim de ocorrência sem validade. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por ANDERSON CARLOS ALVES PINHEIRO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Diante da revogação de ID 20053786 e da nova procuração outorgada ao ID 20053788, exclua-se o advogado DINEY LEITE DA COSTA, mantendo somente o patrono ALBERTO PELISSARI CATANANTE. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Da mesma forma, não merece guarida a preliminar de ausência de laudo do IML, vez que o referido laudo não se mostra indispensável, podendo ser possível comprovar o fato narrado por outros meios, sendo, dessa forma, dispensável o laudo do IML (TJMT, Ap 53318/2017). Rejeito a preliminar de requerimento administrativo com regulação pendente, vez que a seguradora deve examinar os requerimentos apresentados pelos cidadãos em prazo razoável. Ante a inércia da seguradora em analisar os casos dos segurados, o judiciário não pode furtar-se à apreciação da questão. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Outrossim, rejeito a preliminar de carência da ação por boletim de ocorrência sem validade, uma vez que o autor trouxe aos autos outros documentos capazes de comprovar o nexo de causalidade, a saber, o Boletim de Atendimento do Hospital Municipal de Cuiabá (TJMT, Ap. 0037309-95.2013.8.11.0041). Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no cotovelo esquerdo computada em 50% (ID 17055726). Neste caso, para a perda de mobilidade do cotovelo o percentual é de 25%, dessa forma 50% de 25%, corresponde a 12,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 12,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do

seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por ANDERSON CARLOS ALVES PINHEIRO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1041228-02.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NAZINEZIA LEME PEDRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1041228-02.2018.8.11.0041 SENTENÇA NAZINEZIA LEME PEDRO propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 16 de junho de 2018, o que resultou na incapacidade parcial permanente. A autora foi submetida a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da Seguradora Líder como representante processual e arguindo as preliminares de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo, boletim de ocorrência sem validade. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. A autora apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por NAZINEZIA LEME PEDRO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Outrossim, rejeito a preliminar de carência da ação por boletim de ocorrência sem validade, uma vez que o autor trouxe aos autos outros documentos capazes de comprovar o nexo de causalidade, a saber, o Boletim de Atendimento do Hospital Municipal de Tangará da Serra (TJMT, Ap. 0037309-95.2013.8.11.0041). Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de trânsito - atropelamento, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no quadril esquerdo computada em 50% (ID 18986913). Neste caso, para a perda da mobilidade do quadril o percentual é de 25%. Dessa forma 50% de 25%, corresponde a 12,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade da lesão. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 12,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por NAZINEZIA LEME PEDRO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038365-73.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WALDINEI MARQUES RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1038365-73.2018.8.11.0041 SENTENÇA WALDINEI MARQUES RODRIGUES propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 16 de julho de

2018, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da seguradora Líder no polo passivo da demanda e arguindo a preliminar de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por WALDINEI MARQUES RODRIGUES em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). O equívoco quanto as datas trata-se de mero erro material, na medida que todos os documentos médicos trazidos pela parte autora comprovam que o acidente ocorreu em 16/07/2018. No mais, o autor retificou a data e apresentou novo boletim de ocorrência com o data correta. Quanto ao pedido de expedição de ofício para o Hospital de Várzea Grande/MT sob o argumento de fraude, não vislumbro necessidade, eis que os documentos juntados pela ré se referem a outros processos e não especificamente aos documentos médicos do autor. Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no pé esquerdo computada em 25% (ID 18948768). Neste caso, para lesão em um dos pés o percentual é de 50%, dessa forma 25% de 50%, corresponde a 12,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 12,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por WALDINEI MARQUES RODRIGUES em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1018995-45.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MISSALINO DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1018995-45.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento de sentença em que houve o pagamento da obrigação. O exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID25677709). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1022558-47.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO BENEDITO DE FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1022558-47.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 27011009). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO

Processo Número: 1033850-29.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO RAMOS SALES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1033850-29.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID26700765). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014381-94.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ MIGUEL LEAO FLAUZINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1014381-94.2017.8.11.0041 SENTENÇA LUIZ MIGUEL LEAO FLAUZINO propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 21 de setembro de 2016, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da seguradora Líder no polo passivo da demanda e arguindo as preliminares de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo, pendência documental, comprovante de residência em nome de terceiro e ausência de documentos essenciais à regulação do sinistro. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por LUIZ MIGUEL LEAO FLAUZINO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Rejeito a preliminar de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo por ausência de comprovante de residência do autor para fixação do foro, eis que, conforme previsto no art. 46 c/c 53, III, “a” do CPC, este tem a discricionariedade de escolher o foro para a propositura da ação, seja em seu domicilio, ou no domicilio do réu. Igualmente, rejeito a preliminar de ausência de documentos essenciais a regulação do sinistro ao argumento de que estão ilegíveis, uma vez que da análise acurada dos autos constata-se que os documentos acostados não se encontram totalmente ilegível, ou seja, de maneira que impossibilita a capacidade de leitura por completo. Ademais, os números da cédula de identidade e do cadastro de pessoas físicas do demandante foram informados na exordial. Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no membro superior esquerdo computada em 50% (ID 10500903). Neste caso, para lesão em membros superiores o percentual é de 70%, dessa forma 50% de 70%, corresponde a 35%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 35% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.” Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por LUIZ MIGUEL LEAO FLAUZINO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, ora arbitrados em 20% do valor da condenação (art. 85, § 2º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1016046-48.2017.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
ROSALVO DE CAMPOS GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1016046-48.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 27089577). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012326-73.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA GONCALVES ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1012326-73.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 26916070). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044973-87.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HUMBERTO LUCIANO DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WELLEN CANDIDO LOPES OAB - MT11608/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1044973-87.2018.8.11.0041 SENTENÇA HUMBERTO LUCIANO DE SOUZA propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório c/c pedido de indenização por danos morais em face de SEGURADORA LÍDER, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 06 de julho de 2018, o que resultou na incapacidade parcial permanente. A parte autora foi submetida a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação arguindo a preliminar de falta de interesse de agir pelo pagamento na esfera administrativa. No mérito, defende a improcedência do pedido de complementação ante a pretensão já satisfeita administrativamente, sustenta a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. A parte autora apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por HUMBERTO LUCIANO DE SOUZA em face de SEGURADORA LÍDER. Preliminares Rejeito a preliminar de carência da ação pela falta de interesse de agir, sob argumento de que já realizou o pagamento da indenização ao autor administrativamente, uma vez que o adimplemento parcial do seguro não obsta o pleito judicial do complemento do valor. Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. O acidente automobilístico está comprovado por meio de boletim de ocorrência e prontuário médico. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no membro inferior esquerdo computada em 50% (ID 19610343). Neste caso, para lesão em membros inferiores o percentual é de 70%, dessa forma 50% de 70%, corresponde a 35%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 35% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. No caso, como a parte autora recebeu administrativamente a quantia de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), tendo a seguradora observado a graduação da lesão sofrida, nada mais é devido a título de indenização do seguro DPVAT pelo acidente ocorrido em 06 de julho de 2018. Portanto, indevida a indenização aqui pleiteada. A parte autora pugna, também, pela condenação da ré a indenização por dano moral sustentando ter sofrido prejuízos. É certo que o dano moral em alguns casos pode ser presumido. Neste, é evidente que não. Para a condenação de alguém ao pagamento de dano moral são necessários os pressupostos da responsabilidade civil: o dano – especialmente, a ocorrência a ofensa de algum direito de personalidade do sujeito, eis que inerente à pessoa humana, intransmissíveis irrenunciáveis -, a culpa do agente e o nexo de causalidade. É indispensável para a caraterização do dano moral que o ato apontado como ofensivo seja suficiente a causar prejuízo. No caso em tela, tenho que não restaram caracterizados os danos morais, já que a parte autora não comprovou que teve abalo em algum dos atributos da sua personalidade em função do ocorrido. Nesse sentido o entendimento do E. TJMT no julgamento do recurso de apelação n. 1037055-32.2018.8.11.0041. Diante do exposto, o pedido de indenização por dano moral não merece ser acolhido. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo improcedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por HUMBERTO LUCIANO DE SOUZA em face de SEGURADORA LÍDER. Pela sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00. No entanto, diante da gratuidade dos benefícios da Justiça gratuita a exigibilidade do crédito ficará suspensa até a fluência do prazo de cinco anos, contados da sentença final, se até lá não houver alteração na situação de

necessidade. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009055-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REGINALDO BOM DESPACHO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA CRISTINA NOITE IZABEL OAB - MT17566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1009055-85.2019.8.11.0041 SENTENÇA REGINALDO BOM DESPACHO DE OLIVEIRA propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de SEGURADORA LÍDER, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 09 de julho de 2018, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação arguindo as preliminares de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo, boletim de ocorrência sem validade. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por REGINALDO BOM DESPACHO DE OLIVEIRA em face de SEGURADORA LÍDER. Preliminares Rejeito a preliminar de ausência do interesse de agir, tendo em vista que a simples apresentação de contestação arguindo matérias de mérito é documento hábil de comprovar a resistência da parte ré em analisar o caso dos segurados (TJMT, Ap 88175/2016). Ademais, não há necessidade da parte esgotar a via administrativa para possibilitar seu ingresso em Juízo, sob pena de violação do direito constitucional de acesso ao Judiciário. Igualmente, rejeito a preliminar de carência da ação por boletim de ocorrência sem validade, uma vez que o autor trouxe aos autos outros documentos capazes de comprovar o nexo de causalidade, a saber, o Boletim de Atendimento do Hospital Municipal de Cuiabá/MT (TJMT, Ap. 0037309-95.2013.8.11.0041). Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no pé direito computada em 50% (ID 22098207). Neste caso, para lesão em um dos pés o percentual é de 50%, dessa forma 50% de 50%, corresponde a 25%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 25% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por REGINALDO BOM DESPACHO DE OLIVEIRA em face de SEGURADORA LÍDER, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013922-58.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WEBERTH ANTONIO DE JESUS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
SEGURADORA LÍDER (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1013922-58.2018.811.0041 SENTENÇA Trata-se de ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório e reembolso de despesas medicas e suplementares ajuizada por WEBERTH ANTÔNIO DE JESUS PEREIRA em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, ambos devidamente qualificados na exordial, objetivando a indenização no montante de R$ 16.300,00 (dezesseis mil e trezentos reais), com base na alegação de ter sido vítima de um acidente automobilístico ocorrido em 21 de setembro de 2017, do qual resultou sua incapacidade parcial permanente. Na contestação (Id 15592572), a ré alegou, preliminarmente, a necessidade de alteração do polo passivo, devendo ser incluída a Seguradora Líder. No mérito, alegou a não cobertura do evento comunicado à autoridade policial, a inexistência de prova de invalidez e do nexo causal. No mais, requer a improcedência das despesas médicas e suplementares pela ausência de comprovação dos gastos. As alegações da ré foram devidamente impugnadas (Id 15709845). A ré não se opôs aos termos do laudo pericial confeccionado pela Central de Conciliação (Id 16116303). De igual modo, a autora (Id 15709876). É o relatório. Decido. Não havendo a necessidade de produção de novas provas, nos termos do art. 355, inc. I, e art. 12§ 2º, inc. II e VII, ambos do Código de Processo Civil, promovo o julgamento antecipado do feito. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Weberth Antônio de Jesus Pereira em face de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Preliminares Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do

seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito, não havendo que se falar em responsabilidade exclusiva ou representatividade da Seguradora Líder (TJMT, APL 93075/2013). Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior, devendo ser aplicadas as alterações realizadas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus à indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Por outro lado, a indenização do seguro obrigatório será concedida a "Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não" (Art. 2º da Lei 6.194/74). In casu, dos documentos acostados aos autos se extrai que o acidente foi causado pela queda de uma árvore sobre o veículo em que trafegava o autor, logo, o veículo não foi determinante para o evento, não se caracterizando acidente de trânsito, conforme entendimento da jurisprudência pátria. Nesse sentido a jurisprudência: APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT – QUEDA DE ÁRVORE SOBRE VEÍCULO ESTACIONADO - INOCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - INDENIZAÇÃO INDEVIDA - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Se o veículo automotor não foi a causa determinante do dano sofrido, incabível a indenização securitária do DPVAT , porquanto o acidente não fora provocado pelo seu movimento ou qualquer ação, direta ou indireta, derivada do seu funcionamento. (N.U 0009354-31.2009.8.11.0041, , GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 28/05/2014, Publicado no DJE 02/06/2014) RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. QUEDA DE ÁRVORE SOBRE VEÍCULO AUTOMOTOR. ÓBITO DO MOTORISTA. ACIDENTE DE TRÂNSITO NÃO CARACTERIZADO. VEÍCULO AUTOMOTOR NÃO DETERMINANTE PARA EVENTO DANOSO. COBERTURA INDEVIDA. SENTENÇA REFORMADA. Recurso provido. (TJPR - 2ª Turma Recursal 0001171-19.2015.8.16.0107 - Mamborê - Rel.: Juiz Marcelo de Resende Castanho - J. 13.03.2017) APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. INEXISTE VINCULAÇÃO DO FUNDAMENTO DA SENTENÇA ÀS TESES DA CONTESTAÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. QUEDA DE ÁRVORE SOBRE VEÍCULO AUTOMOTOR. ÓBITO DE PASSAGEIRO. VEÍCULO NÃO DETERMINANTE PARA O EVENTO DANOSO. FATOR EXTERNO. COBERTURA INDEVIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Para que o julgamento de improcedência dos pedidos, não está o magistrado vinculado aos fundamentos da contestação, inexistindo julgamento ultra petita no caso. 2. Em regra, para que o sinistro seja considerado protegido pelo seguro DPVAT, é imprescindível que ele tenha sido ocasionado pelo uso de veículo automotor, que deve ser causa determinante do dano. (TJRR – AC 0800536-59.2016.8.23.0047, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 05/09/2018, public.: 13/09/2018). Independente da movimentação ou não, do veículo, este não deu causa as lesões da parte autora, uma vez que oriundas de força maior, ou seja, evento natural imprevisível, portanto, não indenizável. Diante dessas considerações, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO os pedidos contidos nesta ação proposta por WEBERTH ANTÔNIO DE JESUS PEREIRA em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS. Custas e despesas processuais pela parte autora. Condeno-a, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa (art. 85, § 2º do CPC), todavia, diante da gratuidade dos benefícios da Justiça gratuita, a exigibilidade do crédito ficará suspensa até a fluência do prazo de cinco anos, contados da sentença final, se até lá não houver alteração na situação de necessidade. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021726-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LYSANDER LIMA DE FRANCA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1021726-43.2019.8.11.0041. SENTENÇA Trata-se de ação declaratória de inexistência de débitos c/c indenização por danos morais, movida por Lysander Lima de Franca em desfavor de Itau Unibanco s/a. O feito teve regular tramitação. As partes apresentaram os termos do acordo para homologação (ID 25257065). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Custas e honorários na forma pactuada. Transitado em julgado, certifique-se e arquive-se com as cautelas legais. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1011680-29.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRAZ LUCIANO MONTEIRO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA GUIA MONTEIRO OAB - MT9134-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HANATEC ELETRONICOS - EIRELI - ME (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1011680-29.2018.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais em decorrência de ato ilícito em procedimento sumário, movida por BRAZ LUCIANO MONTEIRO DA SILVA em desfavor de HANATEC ELETRONICOS - EIRELI - ME, já qualificados nos autos. O feito teve regular tramitação. As partes se compuseram e apresentaram os termos do acordo para homologação (ID 23542339). Os autos vieram conclusos É o relatório. Decido. As partes estão devidamente representadas e seus advogados têm poderes para transigir. Tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. Isento de custas remanescentes, conforme art. 90, §3, CPC. Diante da desistência do prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1041103-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA LUCIA LOPES CASSEMIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1041103-97.2019.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de ACIDENTE DE TRÂNSITO, CITAÇÃO proposta por ANA LUCIA LOPES CASSEMIRO contra PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, ambos qualificados na inicial. A inicial veio instruída com diversos documentos. O pedido de justiça gratuita foi indeferido (ID25577469). Intimada para recolhimento das custas iniciais, sob pena de indeferimento da inicial, a parte autora não atendeu ao chamado judicial. (ID 27258060) Os autos me vieram conclusos para decisão. É o relatório. Decido. O autor devidamente intimado, deixou de recolher as custas judiciais. Diante da ausência de recolhimento das custas e da não comprovação da alegada hipossuficiência, extingo o processo sem resolução de mérito, nos termos

do artigo 290 c/c artigo 485, IV do CPC/15. Honorários indevidos, eis que a presente ação sequer chegou a ser recebida. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. P.I. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1041253-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1041253-78.2019.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de ACIDENTE DE TRÂNSITO, CITAÇÃO proposta por ADRIANO DA SILVA contra PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, ambos qualificados na inicial. A inicial veio instruída com diversos documentos. O pedido de justiça gratuita foi indeferido (ID 25577482). Intimada para recolhimento das custas iniciais, sob pena de indeferimento da inicial, a parte autora não atendeu ao chamado judicial. (ID 27258062) Os autos me vieram conclusos para decisão. É o relatório. Decido. O autor devidamente intimado, deixou de recolher as custas judiciais. Diante da ausência de recolhimento das custas e da não comprovação da alegada hipossuficiência, extingo o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 290 c/c artigo 485, IV do CPC/15. Sem custas. Honorários indevidos, eis que a presente ação sequer chegou a ser recebida. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. P.I. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021633-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ORLANDO ALVES DE SOUZA JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA BRANDAO OAB - MT13815-O (ADVOGADO(A))
DANIELLY BATISTA VENANCIO OAB - MT19126-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1021633-80.2019.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL proposta por ORLANDO ALVES DE SOUZA JUNIOR contra ITAU UNIBANCO S/A, ambos qualificados na inicial. A inicial veio instruída com diversos documentos. O pedido de justiça gratuita foi indeferido (ID23221743). Intimada para recolhimento das custas iniciais, sob pena de indeferimento da inicial, a parte autora não atendeu ao chamado judicial. (ID 27258064) Os autos me vieram conclusos para decisão. É o relatório. Decido. O autor devidamente intimado, deixou de recolher as custas judiciais. Diante da ausência de recolhimento das custas e da não comprovação da alegada hipossuficiência, extingo o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 290 c/c artigo 485, IV do CPC/15. Sem custas. Honorários indevidos, eis que a presente ação sequer chegou a ser recebida. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. P.I. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1033316-85.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SIGMA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA SCARACATI OAB - MT11166-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. VENTURA SOARES & CIA LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1033316-85.2017.8.11.0041. SENTENÇA Trata-se de execução de titulo extrajudicial, movida por Sigma Produtos Alimentícios LTDA, em desfavor de L Ventura Soares & Cia LTDA- ME. O feito teve regular tramitação. As partes se compuseram e apresentaram os termos do acordo para homologação (ID 16462596). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. Apesar de a parte executada não estar representada por um advogado nos autos, não verifico no acordo entabulado nenhum vício que impeça a homologação. Em atenção ao princípio da cooperação constante no artigo 6º do CPC/15, a homologação do acordo é a medida que se impõe, independentemente da existência de procuração do patrono nos autos. Isso porque, o artigo 104 do CC, dispõe ser necessário para a validação do negócio jurídico "agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, forma prescrita ou não defesa em lei", nada mencionando acerca da imprescindibilidade da representação do causídico. Nos termos da recente jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. ACORDO. HOMOLOGAÇÃO. PARTE SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS. Nos termos do artigo 104 do Código Civil, a homologação de acordo, que versa sobre direito patrimonial disponível, firmado entre agentes capazes, não depende da representação das partes por advogado, impondo-se ao Juízo de origem proceder ao exame do pedido de homologação. Precedentes desta Corte. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento Nº 70074890385, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 28/09/2017- grifei) APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE CONDOMÍNIO - TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO - PRESCINDIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE ADVOGADO. O acordo extrajudicial envolvendo apenas direitos patrimoniais, celebrado entre pessoas capazes, uma vez que atenda a todos os requisitos de validade e não esteja inquinado de vício de vontade, enquadra-se na esfera de disponibilidade das partes, prescindindo da presença de advogado para que seja considerado eficaz e válido, não existindo óbice legal à sua homologação judicial. (TJ-MG - AC: 10024112761143001 MG, Relator: João Cancio, Data de Julgamento: 28/05/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 05/06/2013 - grifei) Assim, tratando-se de direito disponível, HOMOLOGO O ACORDO PARA QUE SURTA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão e julgo extinto o processo nos termos do artigo 924, II do Código de Processo Civil. Custas pela executada. Honorários na forma pactuada. Diante da desistência do prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se com as cautelas legais. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001064-29.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DOMINGAS PEREIRA COSTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1001064-29.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 27163986). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema.

Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012159-56.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSE NERIS DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1012159-56.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 27233425). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003753-46.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALVANEI DE SOUZA SANTANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1003753-46.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento de sentença em que houve o pagamento da obrigação. O exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID24998528). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010172-82.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GEOVANI GONCALVES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SINTHIA BERETTA OAB - MT12732/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1010172-82.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 26841905). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003884-21.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS NASCIMENTO DA SILVA (AUTOR(A))
R. K. N. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1003884-21.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento de sentença em que houve o pagamento da obrigação. O exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID22825738). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010109-23.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WEBERTON CARLOS DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1010109-23.2018.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID24891106). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035861-31.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOZIANO NAZARETH DA GUIA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1035861-31.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 23958932). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011008-21.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN MARCOS DA SILVA NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PRISCILLA MESQUITA BUZZETTI DIAS OAB - MT0009392A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1011008-21.2018.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 27095294). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006497-14.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA PEREIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELY RODRIGUES MACHADO OAB - MT22410-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1006497-14.2017.8.11.0041 SENTENÇA Trata-se de cumprimento voluntário de sentença em que o exequente requer o levantamento do valor pago pela executada, não apresentando nenhuma objeção (ID 25488424). É o relatório. Decido. Passo a analisar este cumprimento de sentença, como me permite o art. 4º c/c 12 VII do CPC. Verifica-se nos autos que houve a satisfação da obrigação, nada mais havendo a ser reclamado. A par disso, julgo extinto o cumprimento de sentença nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará em favor do exequente como requerido. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014133-65.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOVANE LUIZ DE ASSUNCAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1014133-65.2016.8.11.0041 SENTENÇA JOVANE LUIZ DE ASSUNCAO propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 22 de junho de 2016, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da seguradora Líder no polo passivo da demanda e arguindo as preliminares de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo, ausência de documentos essenciais à regulação do sinistro e comprovante de residência em nome de terceiro. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por JOVANE LUIZ DE ASSUNCAO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso.a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Rejeito a preliminar de ausência de documentos essenciais a regulação do sinistro ao argumento de que estão ilegíveis, uma vez que da análise acurada dos autos constata-se que os documentos acostados não se encontram totalmente ilegível, ou seja, de maneira que impossibilita a capacidade de leitura por completo. Ademais, os números da cédula de identidade e do cadastro de pessoas físicas do demandante foram informados na exordial. Igualmente, rejeito a preliminar de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo por ausência de comprovante de residência do autor para fixação do foro, eis que, conforme previsto no art. 46 c/c 53, III, “a” do CPC, este tem a discricionariedade de escolher o foro para a propositura da ação, seja em seu domicilio, ou no domicilio do réu. Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A ré sustenta ser indevida a indenização securitária ao argumento de que a vítima, proprietária do veículo causador do acidente, não pagou o prêmio do seguro obrigatório, surgindo a confusão entre credor-devedor. Todavia, já está sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça que: “A falta de pagamento do prêmio de seguro obrigatório não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. Lei 8.441, de 13.7.92” (Súmula 257). De igual modo, não verifico a possibilidade, nesta fase, de compensação, eis que de acordo com o art. 369, Código Civil: “Art. 369. A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.” Dessa forma, indefiro o pedido compensação formulado pela defesa. A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação

retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. O acidente automobilístico está comprovado por meio de boletim de ocorrência e prontuário médico. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no tornozelo esquerdo computada em 75% (ID 23081320). Neste caso, para a perda de mobilidade do tornozelo o percentual é de 25%, dessa forma 75% de 25%, corresponde a 18,75%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 18,75% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por JOVANE LUIZ DE ASSUNCAO em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015744-53.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOHN KENNEDY BOMBAZAR DE ANDRADE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1015744-53.2016.8.11.0041 SENTENÇA JOHN KENNEDY BOMBAZAR DE ANDRADE propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 22 de maio de 2016, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva, falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por JOHN KENNEDY BOMBAZAR DE ANDRADE em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Preliminares Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito, não havendo que se falar em responsabilidade exclusiva da Seguradora Líder (TJMT, APL 93075/2013). A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no pé direito computada em 25% (ID 23023064). Neste caso, para lesão em um dos pés o percentual é de 50%, dessa forma 25% de 50%, corresponde a 12,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 12,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por JOHN KENNEDY BOMBAZAR DE ANDRADE em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015993-04.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
E. D. A. C. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCIO SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT16751-O (ADVOGADO(A))
DINIL DE ALMEIDA CONCEICAO OAB - 045.957.651-85 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1015993-04.2016.8.11.0041 SENTENÇA E. D. A. C., representado por sua genitora DINIL DE ALMEIDA CONCEICAO propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 15 de dezembro de 2015, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da seguradora Líder no polo passivo da demanda e arguindo a preliminar de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. Parecer Ministerial opinando pela procedência da ação. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por E. D. A. C. em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares Rejeito a preliminar de ausência do interesse de agir, tendo em vista que a simples apresentação de contestação arguindo matérias de mérito é documento hábil de comprovar a resistência da parte ré em analisar o caso dos segurados (TJMT, Ap 88175/2016). Ademais, não há necessidade da parte esgotar a via administrativa para possibilitar seu ingresso em Juízo, sob pena de violação do direito constitucional de acesso ao Judiciário. Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. A certidão de ocorrência apresentada pela parte autora é suficiente para comprovar a ocorrência do sinistro, uma vez que fora lavrado pela equipe que se locomoveu ao local do fato, havendo, inclusive, descrição das circunstâncias da vítima. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no joelho direito computada em 50% (ID 4767877). Neste caso, para a perda de mobilidade do joelho o percentual é de 25%, dessa forma 50% de 25%, corresponde a 12,5%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 12,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.” Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por E. D. A. C. em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016204-06.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HAMILTON DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1016204-06.2017.8.11.0041 SENTENÇA HAMILTON DA SILVA propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 08 de dezembro de 2016, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação arguindo as preliminares de ilegitimidade passiva e falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por HAMILTON DA SILVA em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Preliminares Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito, não havendo que se falar em responsabilidade exclusiva da Seguradora Líder (TJMT, APL 93075/2013). A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via

administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de motocicleta, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão no joelho esquerdo computada em 25% (ID 25379753). Neste caso, para a perda de mobilidade do joelho o percentual é de 25%, dessa forma 25% de 25%, corresponde a 6,25%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 6,25% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por HAMILTON DA SILVA em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014648-66.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. D. N. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
NATALINA FIGUEIREDO NUNES OAB - 003.905.431-44 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ QUINTA VARA CÍVEL Processo n. 1014648-66.2017.8.11.0041 SENTENÇA L. P. D. F. N., representado por sua genitora NATALINA FIGUEIREDO NUNES propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, ambos devidamente qualificados, objetivando a indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente, ao argumento que foi vítima de acidente automobilístico em 11 de março de 2017, o que resultou na incapacidade parcial permanente. O autor foi submetido a exame pericial na Central de Conciliação. A parte ré contestou a ação requerendo, preliminarmente, a inclusão da seguradora Líder no polo passivo da demanda e arguindo as preliminares de falta de interesse de agir pela ausência de requerimento administrativo e ausência de laudo do IML. No mérito, defende a inexistência de prova da suposta invalidez, o qual se verifica a lesão sofrida, quantificação e irreversibilidade, sustentando a necessidade da realização da prova pericial. Postula, que caso seja condenada ao pagamento do seguro, que seja de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. O autor apresentou impugnação à contestação. Parecer Ministerial opinando pela procedência dos pedidos. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por L. P. D. F. N. em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Indefiro o pedido de inclusão da Seguradora Líder como representante processual, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito (TJMT, APL 93075/2013). Preliminares A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Ademais, a ausência de entrega da documentação necessária à regulação do sinistro não impede a resolução do feito, em razão da resistência administrativa caracterizada em Juízo com a contestação de mérito (TJMT, Ap 35425/2017). Da mesma forma, não merece guarida a preliminar de ausência de laudo do IML, vez que o referido laudo não se mostra indispensável, podendo ser possível comprovar o fato narrado por outros meios, sendo, dessa forma, dispensável o laudo do IML (TJMT, Ap 53318/2017). Superadas as preliminares arguidas e sendo despicienda a produção de outras provas, eis que a avaliação médica acostada aos autos foi realizada com a anuência das partes e é prova técnica conclusiva, passo ao julgamento antecipado da lide. Mérito A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. De acordo com o artigo 3º, da Lei 6.194/1974, a vítima de acidente automobilístico faz jus a indenização securitária, em caso de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sendo suficiente como prova, a demonstração do sinistro e dano dele decorrente. Não obstante a unilateralidade do boletim de ocorrência, os demais documentos apresentados pela parte autora e anexados à exordial validam expressamente as informações nele contidas, uma vez que seguem o mesmo sentido, ou seja, lesões oriundas de acidente de trânsito, o que foi devidamente confirmado pelo laudo pericial. Portanto, não há indícios da inocorrência do acidente registrado, pelo contrário. Superada a necessidade de comprovação da ocorrência do fato, resta a demonstração do dano dele decorrente. À medida que o laudo pericial foi conclusivo ao indicar o fato narrado como causa exclusiva da lesão identificada, não há que se falar em ausência de nexo causal. A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. A perícia, realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluiu que a parte autora possui lesão neurológica computada em 25% (ID 11129252). Neste caso, para lesões neurológicas o percentual é de 100%, dessa forma 25% de

100%, corresponde a 25%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. A indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei n. 6.194/1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. Deste modo, a indenização deve corresponder a 25% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por L. P. D. F. N. em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, para condenar a ré a pagar à parte autora a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Pela sucumbência, condeno a seguradora ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (art. 85, § 8º do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos remetendo-os à Central de Arrecadação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

6ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1012539-45.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERLEY JOSE VALENTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Intime-se a parte exequente para se manifestar acerca da petição e documentos de Id. 26719596, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1057725-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO DEL CIEL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IEDA APARECIDA LEITE DE ALMEIDA CALDEIRA OAB - MT3979-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JACKELINE MORETTI BARRETO (RÉU)
LUIZ GONZAGA RODRIGUES JUNIOR (RÉU)
ANTONIO PINTO DE QUEIROZ FILHO (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos... Não tendo a parte autora formulado pedido de liminar, determino a citação dos requeridos, bem como do fiador, Sr. Luiz Gonzaga Rodrigues Junior, para, querendo, responder à ação de despejo, no prazo legal. Decorrido o prazo e depois de ouvida a parte autora, conclusos para decisão. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1021813-67.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS RODRIGUES LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDO UMBELINO NETO OAB - MT10209-O (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE PACHER OAB - MT14421-O (ADVOGADO(A))
RHAICA DORILEO PEREIRA LEITE OAB - MT0018985A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J DE JESUS PILOCELLI & CIA LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GHYSLEN ROBSON LEHNEN OAB - MT0015312A (ADVOGADO(A))
RODRIGO CARLOS BERGO OAB - MT0008435A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro o pedido de Id. 20039442. Após, arquive-se.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1004284-35.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AURIVALDO MELIM (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO SARTORI DOS SANTOS OAB - MT0017714A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO VIANA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TARCIZIO CARLOS SIQUEIRA DE CAMARGO OAB - MT11980-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Cumpra-se o ordenado na decisão de Id. 25891216.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058421-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. E. S. D. (AUTOR(A))
P. H. M. D. F. (AUTOR(A))
M. C. C. D. F. (AUTOR(A))
L. G. C. D. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS RAMOS BARBOSA OAB - MT13913-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Segundo prevê o art. 98 do Código de Processo Civil, a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei, que só será indeferida se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos (§ 2º, art. 98). No caso em apreço, os representantes dos autores menores, apenas requereram o deferimento do benefício, mas não juntaram qualquer documento que demonstrem a alegada hipossuficiência financeira. Assim, determino sejam intimados os representantes da parte requerente para demonstrarem o preenchimento dos pressupostos necessários ao deferimento do benefício ou, então, recolher as despesas de ingresso da ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013041-52.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NADIANA MACHADO LEMES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Expeça-se o mandado de citação, conforme ordenado na decisão de Id. 14802004.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1058972-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALYSSON TOSIN OAB - MG0086925A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JORDANIO RODRIGUES DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Aguarde-se o vencimento e/ou pagamento da guia referente às despesas de ingresso, vindo-me, após, conclusos.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015067-86.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO ARTHE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FILIPE GIMENES DE FREITAS OAB - MT6709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE CHARBEL MALOUF (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Determino imediatamente a remessa dos autos ao substituto legal para o prosseguimento do feito. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059070-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OLAVO APARECIDO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Intime-se a parte autora para juntar aos autos a peça inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial (parágrafo único, do art. 321, CPC). Decorrido o prazo, conclusos. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1016165-72.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR MELQUIADES PEIXOTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos. Intime-se a parte executada para, em 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a petição Id. 25907600. Decorrido o prazo, conclusos. Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento do valor incontroverso. Intimem-se. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1006983-62.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANUARIA LIMA DE BRITO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANUELA KRUEGER OAB - MT17902-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos. Intime-se a parte executada acerca da petição Id. 25327622, com prazo de 15 (quinze) dias para manifestação. Decorrido o prazo, conclusos. Expeça-se alvará para levantamento do valor incontroverso, conforme conta informada em petição Id. 25327622. Intimem-se. Cumpra-se.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022291-41.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELZA PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE para informar a conta bancária a serem depositados os valores da condenação, no prazo de 05 dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente, Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024271-23.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NEY ROBERTO DE CAMPOS SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE para informar a conta bancária a serem depositados os valores da condenação, no prazo de 05 dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente, Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009185-46.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE PEREIRA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE para informar os dados bancários para confecção do alvará, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente, Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1007672-09.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARILENE AMBROSIA VIEIRA MOURA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))

FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Autos n. 1007672-09.2018.8.11.0041 - PJE Exequente: Marilene Ambrosia Vieira Moura Executada: Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia Vistos, Tão logo transitada em julgado a sentença, a executada Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia comparece voluntariamente nos autos através da peça de Id. 25743193, noticia o depósito do débito no valor de R$ 2.931,26 (dois mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos) e requer a extinção do processo, com o que concordou a parte exequente (Id. 26706086). Assim, determino sejam os valores transferidos para a conta bancária informada na petição de Id. 26706086. Após, intime-se a executada para o pagamento das custas processuais. Efetivado o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, arquive-se o processo, com baixas e anotações de costume. Intimem-se e cumpra-se.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045246-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TARCISIO DE MORAES JARDIM FILHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO BENEDITO PETRAGLIA JUNIOR OAB - MT7215-O (ADVOGADO(A))
LUCIANO RODRIGUES DANTAS OAB - MT8085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE para comparecer à audiência de conciliação no dia Tipo: CONCILIAÇÃO - CEJUSC Sala: Central de conciliação* Data: 20/02/2020 Hora: 10:15 , a ser realizada na central de conciliação (CEJUSC) do fórum de Cuiabá. Cuiabá, 10 de outubro de 2019, Assinado Digitalmente, Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005814-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GOIABEIRAS EMPRESA DE SHOPPING CENTER LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GOES LOBATO OAB - SP307482-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FD COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (EXECUTADO)
LEONI BERNARDO (EXECUTADO)

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE para efetuar o depósito da diligência do oficial de justiça, no de prazo 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente, Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Intimação Classe: CNJ-27 OPOSIÇÃO
Processo Número: 1047415-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELI DE JESUS SILVA (OPOENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILBENE DE SANTANA SILVA OAB - MT15927-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (OPOSTO)
CARLOS SOARES PROFESSOR (OPOSTO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Vistos... Defiro a gratuidade da justiça nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Associe-se este processo ao de n. 1045100252018110041. Citem-se os opostos, na pessoa de seus respectivos advogados, para, querendo, contestar o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo, conclusos. Cumpra-se.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1055853-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OMAR LINS CANAVARROS JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPPE CANAVARROS CALDART OAB - MT23252-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRED MARQUES DA CUNHA JUNIOR (RÉU)

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE para efetuar o depósito da diligência do oficial de justiça, no de prazo 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente, Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1052142-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PLUGMAIS DISTRIBUIDORA - INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO VISINTIN JUNIOR 88935175153 - ME (EXECUTADO)

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE para efetuar o depósito da diligência do oficial de justiça, no de prazo 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente, Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Intimação Classe: CNJ-94 DESPEJO
Processo Número: 1028812-02.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON DE ARAUJO REIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THOMPSON JOSE DE OLIVEIRA OAB - MT11752-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRO VIEIRA 91909490130 (RÉU)
ANTONIO ORTUGNO RUSSO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))

Visto. Diante do resultado do recurso de agravo de instrumento, que, ao ser desprovido, manteve os efeitos da decisão que ordenou a imissão na posse em favor do autor, defiro, em parte, o pedido formulado no ID 22392360, a fim de determinar a expedição e o cumprimento imediato da imissão na posse do imóvel matriculado sob n. 19.587, cabendo ao Oficial de Justiça encarregado da diligência solicitar, conforme o caso, o reforço policial, mediante certidão de tentativa infrutífera de cumprimento da ordem judicial sem a força.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1017594-74.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HELENA MARIA BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSIANE COELHO DUARTE OAB - MT13703-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE JOÃO VICENTE PICORELLI (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 6ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ - PJe CERTIDÃO CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. Referência: Processo nº 1017594-74.2018.8.11.0041 Espécie: [CITAÇÃO]->CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) REQUERENTE: HELENA MARIA BORGES REQUERIDO: ESPÓLIO DE JOÃO VICENTE PICORELLI Certifico que, na presente data coloquei o ofício no setor responsável para ser remetido pelo correio. Assinado Digitalmente Analista Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020489-08.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AIRTON JOSE DE CAMPOS CUNHA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte autora, via DJE para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente,Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022022-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PLAENGE EMPREENDIMENTOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO BORGES STABILE RIBEIRO OAB - MT24535/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ROBERTO SILVESTRE (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO RODRIGUES CARDOSO OAB - MT11393-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO o presente feito, intimando a parte Requerida, via DJE para manifestar sobre o acordo informado nos autos, no prazo de 05 dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019, Assinado Digitalmente, Gestor(a) de Secretaria, Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036898-59.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERENICE DE SIQUEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Vistos. ERENICE DE SIQUEIRA, qualificada nos autos, propôs "Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT c/c Danos Morais" em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, igualmente qualificada, porque, segundo alega, no dia 3 de setembro de 2014 sofreu um acidente de trânsito, que resultou em sua incapacidade parcial e permanente, segundo atestam os documentos anexados aos autos. Ressalta, inicialmente, que a requerida se nega a fornecer a negativa ao requerimento, sendo flagrante o interesse de agir, inclusive os danos morais sofridos em decorrência disso. Diz ter sofrido politrauma, polifratura e fratura do tornozelo, fazendo, assim, jus ao pagamento de indenização em grau maior, ou seja, em 100%. Sustenta a legitimidade passiva da seguradora, conforme lista SUSEP, pugnando pela procedência do pleito, bem como que a comunicação entre as partes só ocorra mediante o processo. Pede, ainda, sejam os honorários fixados em 20% sobre o valor da causa, caso o direito reconhecido não ultrapasse a metade do máximo indenizável ou, na forma do § 8º, do art. 85, do CPC. Ao final, para fins de prequestionamento em caso de indeferimento da justiça gratuita, seja consignada violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, LV e LXXIV, da CF), bem como ao art. 4º,§ 1º, da Lei Federal nº 1.060/50. Foram anexados documentos. Em despacho inaugural foi determinada a citação da demandada. Em contestação, a requerida pede, preliminarmente, a inclusão da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A no polo passivo da lide, conforme Resolução n. 154/2006, sustentando, ainda, a ausência de documentação necessária ao processamento administrativo, pugnando, por isso, pela extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Quanto ao mérito, assevera que a autora não comprova o seu direito indenizatório, vez que sequer foi juntado registro de ocorrência do sinistro lavrado por autoridade policial de trânsito, não havendo prova de que as lesões decorreram de acidente veicular, tampouco da invalidez, pois há divergência entre a narrativa do boletim de ocorrência e a ficha médica. Sustenta a necessidade de produção de prova pericial e, em caso de procedência do pleito, diz que a condenação deverá ocorrer após essa comprovação da invalidez, observando-se, obrigatoriamente, a Tabela de Danos de Pessoas anexa à referida lei, e que os juros deverão incidir da citação válida e a correção monetária a partir do evento danoso (Súmulas n. 580 e 426/STJ). Requer, por fim, o acolhimento das preliminares arguidas e extinção do processo sem resolução do mérito e, quanto ao mérito, pugna pela improcedência do pedido. Pede, ainda, a fixação dos juros a partir da citação válida, correção monetária conforme a data do ajuizamento da ação e honorários em patamar mínimo, nos termos do art. 85, do CPC. A audiência de conciliação restou inexitosa, saindo as partes intimadas para se manifestarem sobre o laudo pericial apresentado no referido ato processual, apontando lesão parcial incompleta, quantificada em 25%. Em impugnação à contestação, a autora reitera os termos da inicial e pugna pela condenação da ré em litigância de má-fé, bem como a fixação dos honorários em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do § 8º, do art. 85, do CPC. As partes não se opuseram ao laudo. É o relatório. Decido. Conheço diretamente do pedido, proferindo sentença, por não haver necessidade de produção de outras provas, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil. Antes, ainda, de adentrar o mérito, impõe-se a análise das preliminares arguidas pela requerida, consistentes na inclusão da Seguradora Líder no polo passivo da lide e na ausência de requerimento administrativo/não exaurimento da via administrativa. No que tange ao pedido de inclusão da Seguradora Líder no polo passivo da lide, assinale-se não ser possível o acolhimento da pretensão, haja vista que qualquer seguradora que faça parte do consórcio é parte legítima para pagar a indenização do seguro DPVAT, dada a solidariedade existente entre as seguradoras, nos termos do art. 7º, da Lei n. 6.194/74, podendo, assim, a parte autora, demandar em face de quem melhor lhe aprouver, tendo sido esse o entendimento da jurisprudência, in verbis: "APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT. ILEGITIMIDADE PASSIVA- INEXISTÊNCIA- CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR/INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – CONTESTAÇÃO – DELINEADO – PRESCRIÇÃO – INEXISTÊNCIA - INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE – COMPROVAÇÃO - INDENIZAÇÃO-DEVIDA - CRITÉRIO DE FIXAÇÃO - LEI ANTIGA- PROPORCIONAL À REDUÇÃO DA CAPACIDADE FÍSICA -Para fins de pagamento de seguro obrigatório DPVAT, pode o beneficiário da indenização pleiteá-la de qualquer das seguradoras participantes do consórcio constituído para cobertura de tais sinistros, não havendo falar em ilegitimidade passiva quando o requerente pleiteia a cobertura de uma dessas seguradoras. (...)." (TJMG - Apelação Cível 1.0686.09.233831-4/003, Rel. Des. Luciano Pinto, 17ª Câmara Cível, j. 25.7.2019 – DJe 6.8.2019 – destaquei). "AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. INDEFERIMENTO DA INICIAL. DEMANDA AJUIZADA CONTRA SEGURADORA MAFRE SEGUROS S.A. POSSIBILIDADE. RÉ QUE INTEGRA CONSÓRCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA NÃO CONFIGURADA, SOLIDARIEDADE ENTRE SEGURADORAS. IMPOSIÇÃO DE INGRESSO CONTRA SEGURADORA LÍDER INJUSTIFICADO. SENTENÇA CASSADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Se a parte ré é seguradora integrante do consórcio do seguro DPVAT, tem legitimidade para responder ação movida para complementação ou pagamento do referido benefício, sendo desnecessário que figure obrigatoriamente no polo passivo a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., uma vez que existe solidariedade entre as seguradoras, de acordo com o que dispõe o artigo 7º, da Lei n. 6.194/1974." (TJSC – Apelação Cível 03098601420178240033 – DJe 13.3.2018 – destaquei e sublinhei). Desse modo, se qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização de seguro DPVAT, não há se falar em alteração e/ou inclusão de outra seguradora no polo passivo da lide. Quanto à ausência de requerimento administrativo, cumpre assinalar que o Supremo Tribunal Federal, quando dos julgamentos dos Recursos Extraordinários n. 839.314 e n. 824.704, entendeu que, para a existência da pretensão resistida e para a configuração da necessidade de intervenção jurisdicional na ação de cobrança do seguro DPVAT, é imprescindível o prévio requerimento administrativo, assim se inferindo dos seguintes arestos: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631-240-RG. 1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5º, XXXV, da

Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. 2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas. (...)" (STF, RE 839.314, Rel. Min. LUIZ FUX, j. 10.10.2014 – DJe 16.10.2014 - destaquei). "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO CIVIL. CONTRATO DE SEGURO. DPVAT. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO ATACA TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SUM. 283/STF. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 5º XXXV. INOCORRÊNCIA. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. (...) Ausente o pedido administrativo prévio perante a seguradora, não há que se falar em pretensão resistida a justificar a propositura da presente demanda, inexistindo, assim, interesse de se ingressar com a demanda em juízo. 2. É diferente o direito inafastável do acesso ao judiciário e o direito de petição. 3. Para que exista o direito processual de ação, devem estar presentes as condições da ação, sem os quais não se justifica o integral desenvolvimento da atividade jurisdicional. 4. Não existe a necessidade do esgotamento das vias administrativas, mas a necessidade do prévio requerimento administrativo, o indício de que deve existir a tentativa de fazê-lo, a ponte de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, de intervenção do Poder Judiciário. (...)"(STF, RE 824.704, Rel. Min. LUIZ FUX, julgado em 29/09/2014, publicado em 02/10/2014 - destaquei). Na hipótese vertente, contrário ao alegado, consta nos autos o pedido/protocolo administrativo e, ainda, que não fosse assim, isso não enseja a extinção da demanda, como pretendido, pois o próprio STF entendeu, por bem, aplicar analogicamente às demandas de seguro obrigatório DPVAT a modulação de efeitos realizada nas ações previdenciárias, reconhecendo o interesse de agir nos casos em que, mesmo inexistindo requerimento administrativo, foi contestada a ação, assim se conferindo no seguinte aresto: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. (...). 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. [...].." (STF – RE nº 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, j. 3.9.2014 – Acórdão Eletrônico Repercussão Geral – j. 7.11.2014 – DJe 10.11.2014 – destaquei). Desse modo, considerando que houve contestação de mérito, não há se falar em extinção do processo sem resolução do mérito por ausência de interesse de agir. Rejeito, portanto, as preliminares. Respeitante ao mérito, cumpre salientar que o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados Por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, está previsto na Lei n. 6.194/74, alterada pela Lei n. 8.441/92, dispondo sobre o amparo econômico da vítima de acidente automobilístico. Registre-se, de início, quanto à inversão do ônus da prova prevista no Código de Defesa do Consumidor – CDC, que não se aplica aqui as normas consumeristas porque ausente a opção de contratação e a escolha do fornecedor e/ou do produto pelo segurado, inexistindo, assim, relação de consumo, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). OBRIGAÇÃO IMPOSTA POR LEI. AUSÊNCIA DE QUALQUER MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE NO TOCANTE AO OFERECIMENTO E ÀS REGRAS DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PELAS RESPECTIVAS SEGURADORAS, NÃO HAVENDO SEQUER A OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO, TAMPOUCO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E/OU DO PRODUTO PELO SEGURADO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DESPROVIDO. 1. Diversamente do que se dá no âmbito da contratação de seguro facultativo, as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam ao seguro obrigatório (DPVAT). 1.1. Com efeito, em se tratando de obrigação imposta por lei, na qual não há acordo de vontade entre as partes, tampouco qualquer ingerência das seguradoras componentes do consórcio do seguro DPVAT nas regras atinentes à indenização securitária (extensão do seguro; hipóteses de cobertura; valores correspondentes; dentre outras), além de inexistir sequer a opção de contratação ou escolha do produto ou fornecedor pelo segurado, revela-se ausente relação consumerista na espécie, ainda que se valha das figuras equiparadas de consumidor dispostas na Lei n. 8.078/90. 2. Recurso especial desprovido." (STJ – REsp 1635398/PR, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, j. 17.10.2017 – Dje 23.10.2017 - destaquei). Por outro lado, de acordo com a nova sistemática processual, foi recepcionada a teoria dinâmica da distribuição do ônus da prova, segundo a qual, nas palavras do jurista Luiz Guilherme Marinoni e outros: "O ônus da prova pode ser atribuído de maneira dinâmica, a partir do caso concreto pelo juiz da causa, a fim de atender à paridade de armas entre os litigantes e às especificidades do direito material afirmado em juízo ..."[1] Melhor dizendo, a distribuição dinâmica do ônus da prova possibilita que o juiz flexibilize as regras do ônus probatório, conforme as peculiaridades do caso concreto, e atribua tal ônus àquela parte que possui maior facilidade na produção da prova, quando presentes as hipóteses previstas no § 1º, do art. 373, do CPC/2015, in verbis: "§ 1o Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído." (destaquei). Tal entendimento já vinha sendo mantido pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso antes mesmo da promulgação do novo CPC, assim se inferindo dos seguintes arestos: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO. INVALIDEZ. DESCOLAMENTO DE RETINA. PROVÁVEL ORIGEM TRAUMÁTICA. CARGA DINÂMICA DA PROVA. 1. Atribuição do ônus probatório à seguradora, expert na apreciação de riscos, redatora do contrato de adesão, possuidora de estrutura técnica e financeira para mais bem evidenciar a correção da tese que sustenta. (...)" (AgRg no REsp 1331618/SE, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, j. 24.2.2015, DJe 02/03/2015 – destaquei). "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – PERÍCIA MÉDICA REQUERIDA POR AMBAS AS PARTES – BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA – ÔNUS PERICIAIS – TEORIA DA CARGA DINÂMICA DAS PROVAS - RECURSO DESPROVIDO. Mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado ou requerida por ambas as partes, é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória, como no caso em que a parte autora é hipossuficiente técnica e economicamente frente à Seguradora." (TJMT – AI 155522/2014, Des. João Ferreira Filho, Primeira Câmara Cível, j. 5.5.2015, DJe 8.5.2015 – destaquei). Vê-se do exposto, que com a relativização da distribuição estática dos ônus da prova, promovida pelo art. 373, § 1º, do CPC, surge a chamada carga dinâmica da prova, em que, ao prudente juízo do julgador, a produção de prova necessária à composição de dado conflito de interesses caberá à parte que se encontre em melhores condições para tanto, não necessariamente a mais interessada, inclusive antecipar as despesas de perícia requerida pela parte hipossuficiente, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça a seguir transcrito: "A inversão do ônus da prova significa também transferir ao réu o ônus de antecipar as despesas de perícia tida como imprescindível ao julgamento da causa" (STJ-4ª T., REsp 383.276, Min., Ruy Rosado, j. 18.6.02, DJu 12.8.02). No mesmo sentido: RT 784/285, Bol. AASP 2.235/2009, RF 348/318, RJ 309/109, JTJ 233/223, 260/354. Na hipótese vertente, observa-se que a requerida é a que possui melhores condições na produção de prova em detrimento da requerente, justamente

por possuir melhor estrutura técnica e econômica capazes de demonstrar o grau da lesão sofrido pela demandante. Melhor explicando, as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, existindo óbice a sua realização em face da hipossuficiência da parte requerente, o que importaria em delonga desnecessária na solução do litígio, o que atende aos princípios da economia e da celeridade processual. Restando, pois, evidenciada nos autos, a hipossuficiência técnica da parte requerente, mostra-se imperiosa a inversão do ônus probatório, inclusive quanto à antecipação das despesas referentes à perícia médica, o que ora faço, com fulcro no § 1º, do art. 373, do Código de Processo Civil. Nessa toada, observa-se que os documentos anexados aos autos, consistentes em boletim de ocorrência policial e em laudo médico, ao contrário do afirmado pela requerida, demonstram a ocorrência dos danos sofridos pela requerente decorrente do acidente de veículo, bem como o nexo de causalidade, tendo sido diagnosticada com sequelas em tornozelo esquerdo e no 5º dedo do pé esquerdo, o que foi confirmado na "Avaliação Médica para Fins de Conciliação" anexada aos autos, que concluiu tratar-se de lesões parciais incompletas, quantificada em 50% cada uma delas. Outrossim, restando comprovada, extreme de dúvida, através dos documentos carreados ao processo, sobretudo os documentos médicos, que a invalidez parcial da requerente decorre de acidente de trânsito, afastando, assim, a alegação de ausência de nexo causal, impõe-se aquilatar sobre o quantum a ser indenizado, impondo-se assinalar que a lei estabelece a indenização em até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais – 3º, da Lei n. 6.194/74). No caso em apreço, a requerente teve afetadas de forma parcial e definitiva as funções do tornozelo e 5º dedo do pé direito, quantificadas em 50% cada lesão, assim se inferindo do laudo médico já mencionado. De acordo com a Tabela Anexa à Lei n. 11.945/2009, a perda anatômica e/ou funcional parcial corresponde a 25% e 10%, logo, considerando que as lesões no caso em tela são parciais e, por isso, quantificadas em 50%, revela-se justa e adequada a fixação de 50% de 25% e 50% de 10% do valor total da cobertura, que resulta em R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). No tocante à condenação da requerida ao pagamento de danos morais, cumpre salientar que a negativa ao pagamento da indenização, por si só, não caracteriza o abalo moral sustentado pelo demandante, uma vez que não restou seguramente demonstrada a existência de circunstância especial capaz de atingir os direitos de personalidade, tendo sido esse o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, in vebis: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT C/C PEDIDO DE DANOS MORAIS - ACIDENTE DE TRÂNSITO – INVALIDEZ PERMANENTE - DANO MORAL – NÃO CARACTERIZADO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - VALOR IRRISÓRIO - ADEQUAÇÃO AO §8º DO ART. 85 DO CPC/2015 - MAJORAÇÃO NECESSÁRIA – SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Embora a negativa de pagamento do seguro pela seguradora possa acarretar desconforto ao segurado, tal situação não ultrapassa o mero aborrecimento cotidiano, que não resulta em lesão à honra ou em violação à dignidade humana. Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a majoração dos honorários advocatícios, a serem fixados por apreciação equitativa, com fundamento no artigo 85, §8º, do CPC. (N.U 1037055-32.2018.8.11.0041 – Câmaras Isoladas Cíveis de Direito Privado - Quarta Câmara de Direito Privado, Rel. Guiomar Teodoro Borges, j. 31.7.2019, p. no DJE 1.8.2019) No mesmo sentido: N.U 1004211-41.2018.8.11.0037 - Câmaras Isoladas Cíveis de Direito Privado - Quarta Câmara de Direito Privado, Rel. Rubens de Oliveira Santos Filho, j. 24.7.2019 – DJe 24.7.2019. Vê-se, do exposto, que a negativa de pagamento da indenização não gera abalo moral, vexame, humilhação, dor ou sofrimento, mas, no máximo, compreensíveis aborrecimentos aos quais todos aqueles que vivem em sociedade estão sujeitos (TJMG - Apelação Cível 1.0620.15.001412-9/001, rel. Des. Adriano de Mesquita Carneiro, 11ª Câmara Cível, j. 4.9.2019 – DJe 11.9.2019). Logo, não há que se falar em responsabilização da requerida por danos morais. Referente à proibição da requerida de comunicar-se com a autora extra processo, que, conforme sustentado na peça primeira, uma vez ajuizada a ação, a parte requerida não deverá procurar a parte autora em sua residência para tratar de assunto relacionado ao processo, sobretudo para persuadi-la ou convencê-la a desistir da ação, cumprindo salientar que, a partir da distribuição da ação, toda e qualquer questão deverá ser discutida ou solucionada nos autos. Logo, merece guarida a pretensão, especialmente porque a proibição de abordagem na residência da parte autora não trará nenhum prejuízo à parte ré. No que tange ao argumento de que a requerida deverá ser condenada como litigante de má-fé por ter falseado a verdade ao afirmar que inexistiu processo administrativo, mesmo diante da robusta prova carreada aos autos do exaurimento da via administrativa, cumpre anotar que, realmente, a inicial veio instruída com documento que demonstra a protocolização de requerimento administrativo. Contudo, a seguradora, em sua peça de defesa, apesar de reconhecer a protocolização do requerimento administrativo, diz que tal pedido não consta no site da empresa por não ter cumprido as exigências da seguradora para a juntada dos documentos necessários. Vê-se, do exposto, que a empresa requerida não negou a protocolização do pedido administrativo, apenas esclareceu que tal pedido não chegou a ser processado por ausência dos documentos necessários exigidos para a regulação administrativa do sinistro, não caracterizando, assim, nenhuma das hipóteses elencadas no art. 80 do Código de Processo Civil, até porque a configuração da litigância de má-fé, na hipótese descrita no art. 80, II, do CPC, requer a presença de elementos que denotem a real intenção do litigante em faltar com a verdade, a fim de confundir a parte adversa ou de iludir o julgador, para a obtenção de vantagem no processo, situação não verificada, uma vez que a empresa requerida reconheceu a existência do pedido administrativo e afirmou que o pleito só não se consolidou por conta da ausência de documentos essenciais. Ademais, cumpre ressaltar que, de acordo com a jurisprudência, a condenação em litigância de má-fé exige o preenchimento de três requisitos, quais sejam, que a conduta esteja inserida dentre as hipóteses previstas no art. 80, que à parte tenha sido dada oportunidade de se defender e, por último, que a conduta tenha trazido prejuízo à parte adversa, consoante se observa dos seguintes julgados: "Para a condenação em litigância de má-fé, faz-se necessário o preenchimento de três requisitos, quais sejam: que a conduta da parte se subsuma a uma das hipóteses taxativamente elencadas no art. 17 do CPC; que a parte tenha sido oferecida oportunidade de defesa (CF, art. 5º, LV); e que da sua conduta resulte prejuízo processual à parte adversa." (RSTJ 135/187, 146/136 – destaquei). "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO REVISIONAL DE FINANCIAMENTO – CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – NÃO CABIMENTO – Ausência dos requisitos – Para que a parte seja condenada em litigância de má-fé é necessário o preenchimento de três requisitos, quais sejam, que a conduta da parte se enquadre em uma das hipóteses taxativas elencadas no artigo 80 do novo Código de Processo Civil, que tenha sido oferecido a parte oportunidade de defesa e que a sua conduta resulte algum prejuízo processual à parte adversa – Ausente a má-fé processual e o prejuízo, também processual, para a parte ré, não é cabível a condenação da parte autora na penalidade prevista no citado art. 80 do CPC." (TJMG – Apelação Cível 1000018120165801 – DJe 2.4.2019 – destaquei). Como se vê, inexistindo a má-fé processual e o prejuízo à parte adversa durante a instrução, tanto que a ação foi julgada procedente, não há que se falar em litigância de má-fé. Por fim, quanto ao prequestionamento, com a manifestação específica sobre as matérias constitucionais, com vistas a eventual interposição de recurso, pleiteado pela autora, cabe assinalar que tal exigência para a interposição de recurso especial ou extraordinário deve ser cumprida pela parte e não pelo julgador, que não precisa apontar expressamente se restaram ou não violados dispositivos legais ou constitucionais apresentados. Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido formulado por Erenice de Siqueira na Ação de Cobrança de Seguro DPVAT proposta em face da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, para condená-la ao pagamento do valor de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) - (Anexo da Lei n. 11.945/2009), que deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC, a contar do sinistro (Súmula n. 580/STJ), e acrescido de juros legais moratórios de 1% ao mês a contar da data da citação (STJ, Súmula 426), deixo de condená-la em danos morais. Quanto aos honorários advocatícios, pelo princípio da causalidade, cumpre assinalar que a parte que deu causa à propositura da ação deve responder pelas despesas processuais. O não atendimento do requerimento administrativo configura resistência injustificada a impor a condenação do réu ao pagamento dos honorários de sucumbência, tendo sido esse o entendimento da jurisprudência mato-grossense, "in verbis": "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – INDENIZAÇÃO FIXADA DE ACORDO COM O GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE DA VÍTIMA – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NÃO CONFIGURADA – SEGURADORA QUE DEVERÁ ARCAR INTEGRALMENTE

COM AS CUSTAS E OS HONORÁRIOS – SENTENÇA MODIFICADA NO PONTO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Ainda que o valor arbitrado para o seguro obrigatório por invalidez permanente seja inferior ao pretendido na inicial, a seguradora deve arcar integralmente com as custas processuais e os honorários advocatícios em virtude do princípio da causalidade." (TJMT – N.U 1003287-18.2018.8.11.0041, Câmaras Isoladas Cíveis de Direito Privado, Dirceu dos Santos, Terceira Câmara de Direito Privado, j. 31.7/2019, DJE 01/08/2019 – destaquei). Assim, condeno, ainda, a requerida, ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, estes fixados em R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), nos termos do § 8º, do art. 85 do CPC, dado o baixo valor da condenação, levando-se em conta a natureza da demanda, que não é tida de maior complexidade, o bom trabalho desempenhado pelo advogado e o razoável tempo exigido para o seu serviço. Decorrido o prazo para eventual recurso e assim certificado pela Secretaria do Juízo, dê-se vista dos autos à parte autora para, querendo, executar a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso de apelação e apresentadas ou não as contrarrazões no prazo legal, à instância superior para os devidos fins. P.I.C. [1] MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz e MITIDIERO, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado. 1ª Edição. Revista dos Tribunais Ltda. p. 395.

Intimação Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1056757-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA JOSE SANTOS (EMBARGADO)
APARECIDA MICHELY SOUZA PEREIRA (EMBARGADO)
SOLANGE PEREIRA SANTOS (EMBARGADO)
LUZIANE RUBIA PEREIRA SANTOS SILVA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MÁRIO LÚCIO FRANCO PEDROSA OAB - MT5746-O (ADVOGADO(A))

Vistos... Associem-se estes embargos aos autos da Execução de Título Extrajudicial registrada sob o n. 1019980-43.2019.8.11.0041. Tendo o executado/embargante garantido o juízo com o depósito do valor executado efetivado nos autos da execução correspondente, com suporte no art. 919, § 1º, do CPC, atribuo efeito suspensivo aos embargos, determinando seja intimada a parte embargada para, querendo, no prazo legal, impugná-los. Apresentada a impugnação e depois de ouvido o embargante, em 15 dias, conclusos. Cumpra-se.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1165512 Nr: 38152-55.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SANDRA MARA MARTINS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JANE RODRIGUES BARROS - OAB:13028/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3127-A
Nos termos do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos com a finalidade de intimar as partes para que, dentro do prazo de 05 (cinco)dias, manifestem acerca da petição do Sr Perito de fls. 160-161.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 457731 Nr: 27963-28.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WALDERCY MARIA DE AZEVEDO GUANDALINI
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MICHELLE FASCINI XAVIER - OAB:11413/MT, WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - OAB:8506-A/MT
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) WILSON MOLINA PORTO, para devolução dos autos nº 27963-28.2010.811.0041, Protocolo 457731, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 724646 Nr: 20321-67.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESPOLIO DE AIRTON ANTONIO ALTHEMEYER, JANETE KURZ PETRY ALTHEMEYER, ALMIR RIBANE, ALANA ALTHEMEYER, THAIS ALTHEMEYER, ALTAIR AFONSO MEZZOMO, JAIR DAINEZ GENTILIN, MARCOS GENTILIN, CARLOS ALBERTO DE BORTOLI LIBRELOTTO, ESPOLIO DE IZIDORO LUIZ GENTILI, HELENA DAINEZ GENTILIN, LOURDES GENTILIN VALDEVIEZO, LEVY GENTILI, MARIA APARECIDA GENTILIM, IRENE ELIAS DA SILVA, JOÃO BOSCO FERREIRA, JOSÉ ELIAS TABOSA, MANOEL ELIAS TABOSA, GERSON GENTILIN, NADI TEREZINHA FRANCIOSI, ESPOLIO DE PEDRO ELIAS TABOSA, IVAN QUINTINO TABOSA, MARIA TABOSA PAIXÃO, IVONE TABOSA LOPES, RICARDO CESAR VIZONI, ESPOLIO DE RIZIERI LUPINETTI, LEONOR EVANGELISTA DA SILVA LUPINETTI, EDIS DOBIS, RITA DOBINS LUPINETTI, ROSA ANUNZIADA LUPINETT
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO FRANÇA ARAÚJO - OAB:12.621 / MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB:8.123/PR
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) RAFAELA GALESKI, para devolução dos autos nº 20321-67.2011.811.0041, Protocolo 724646, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jones Gattass Dias
Cod. Proc.: 254740 Nr: 19289-03.2006.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ITAMAR JESUS PIMENTA JUNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): HÉLIO SILVA PARENTE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FILIPE GIMENES DE FREITAS - OAB:6709
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ VICTOR PARENTE SENA - OAB:11789/MT
Vistos...
Diante do silêncio das partes quanto à proposta de honorários periciais apresentada a fl. 388, homologo-a, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, fixando como devida a referida verba em R$ 30.000,00 (trinta mil reais), determinando seja intimada a parte executada para, no prazo de 5 (cinco) dias, depositar o valor integral, cumprindo-se, no mais, na forma como ordenada a partir do quarto parágrafo da decisão de fl. 367 verso.
Cumpra-se e intimem-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058319-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL LIMA JUREMEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23.4.2020, às 12h, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 9 (art. 334, CPC), na forma recomendada no

Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057913-50.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON ARRUDA DE AQUINO FILHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23.4.2020, às 10h15min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 9 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058163-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSIVALDO PEREIRA DE FREITAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 23.4.2020, às 11h30min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 9 (art. 334, CPC), na forma recomendada no

Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057028-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VETOR ASSESSORIA E PESQUISA DE MERCADO E DE OPINIAO PUBLICA LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos... Trata-se de "Ação Anulatória de Débito c/c Indenização por Danos Morais e Tutela Antecipada" proposta por VETOR ASSESSORIA E PESQUISA DE MERCADO E DE OPINIÃO PÚBLICA LTDA, empresa jurídica de direito privado, qualificada nos autos, em face de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, igualmente qualificada, por meio da qual alega a requerente ser usuária dos serviços de fornecimento de energia elétrica sob a unidade consumidora n. 6/353787-5 e, que, para sua surpresa, recebeu contas de energia com vencimento em 30.8.2019 no valor de R$ 112.669,72 (cento e doze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos), em 30.8.2019, de R$ 20.951,10 (vinte mil, novecentos e cinquenta e um reais e dez centavos) e, por fim, 30.10.2019, na quantia de R$ 7.047,32 (sete mil, quarenta e sete reais e trinta e dois centavos). Argumenta que entrou em contado com a requerida, mas não obteve êxito, recebendo, em seguida, uma "Carta Cliente", sob o Termo de Ocorrência n. 713666, referentes aos valores mencionados acima, constando no referido documento que havia tido um desvio de energia no ramal de ligação e, que, por isso, haveriam meses a recuperar, de 11.7.2017 a 5.2019, totalizando 19 meses. Afirma que, posteriormente, recebeu outra carta, desta vez, referente à fatura de 30.10.2019, no valor de R$ 7.047,32, também por suposto desvio de energia, apurado no Termo de Ocorrência n. 728533, o que a levou a fazer uma reclamação perante o PROCON em 20.8.2019, requerendo a não interrupção do fornecimento de energia. Sustenta que a inspeção foi realizada unilateralmente pela requerida e não acompanhou o ato. Requer, a título de tutela de urgência, ordem judicial que assegure a manutenção do fornecimento de energia elétrica na referida unidade consumidora até o julgamento do mérito da ação. Foram anexados documentos. É o relatório. Decido. Para a concessão da medida prevista no art. 300 do novo Código de Processo Civil, que fala da tutela provisória de urgência, seja de natureza cautelar ou antecipada, faz-se necessária a análise de verificação da presença da probabilidade do direito e do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. A documentação trazida com a petição inicial demonstra que os valores cobrados decorrentes dos alegados desvios de energia na unidade consumidora e constantes dos termos de ocorrência refere-se a uma recuperação de energia tida como desviada pelo consumidor dos períodos compreendidos entre 11.7.2017 a 6.2019. Nota-se que a suposta apuração de irregularidade, promovida pela concessionária, é unilateral, e não pode ela

pretender atribuir a seus atos uma presunção de legitimidade, típica dos atos administrativos estatais. Além do mais, cumpre salientar não ser cabível a suspensão do fornecimento do serviço de energia elétrica, ou negativação do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito, sem que antes seja dada a oportunidade ao consumidor de se manifestar acerca da alegada fraude, em procedimento administrativo. A jurisprudência pátria encontra-se consolidada no sentido de que o Termo de Ocorrência de Inspeção (TOI) é um instrumento interno de registro de ocorrência elaborado unilateralmente pela própria concessionária, não tendo força probatória suficiente e inquestionável de fraude, mostrando-se, assim, ilegal o corte do serviço de fornecimento de energia elétrica se a suposta fraude decorre de apuração unilateral no medidor de consumo. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. CONSUMO IRREGULAR DECORRENTE DE SUPOSTA FRAUDE NO MEDIDOR APURADA UNILATERALMENTE PELA CONCESSIONÁRIA. ILEGALIDADE. (...) 3. Nos autos, verifica-se que houve a constatação, por prova técnica produzida unilateralmente, TOI - Termo de Ocorrência de Irregularidades -, de que o medidor encontrava-se fraudado. As instâncias ordinárias, por sua vez, deram validade a esse título, contrariando a lógica processual, no sentido de que, negado o fato pela parte, afasta-se o ônus probatório - negativa non sunt probanda -, ou seja, a negativa do fato não exige prova. (...) 6. Finalmente, a insurgente argumenta que o TOI, Termo de Ocorrência de Irregularidade, é prova unilateral e insuficiente para embasar a condenação. Sendo assim, extrai-se do acórdão objurgado que o entendimento do Sodalício a quo não está em consonância com a orientação do STJ de que é insuficiente para a caracterização de suposta fraude no medidor de consumo de energia a prova apurada unilateralmente pela concessionária. Nesse sentido: AgInt no AREsp 857.257/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13.6.2016; AgRg no AREsp 370.812/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5.12.2013; AgRg no AREsp 188.620/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 28.8.2012; AgRg no AREsp 330.121/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 22.8.2013. 7. Recurso Especial provido."(STJ – REsp 1605703/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2ª Turma, j. 8.11.2016 – Dje 17.11.2016 – destaquei e sublinhei). Como se observa, é ilegítimo o procedimento adotado pela concessionária que procede ao corte no fornecimento do serviço em decorrência de suposto desvio de energia no ramal de entrada, constatado unilateralmente e, ainda, assim, sem prévia notificação do consumidor. Tem-se, assim, como evidente a probabilidade do direito arguido e a manifesta potencialidade de dano decorrente da eventual ou suspensão do serviço essencial de fornecimento de energia elétrica. Também resta demonstrado que não há perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, tendo em vista que, caso reste demonstrada a licitude da cobrança, nenhum óbice existe quanto ao recebimento dos valores pela requerida. Diante do exposto, defiro o pedido de tutela de urgência, para o fim de determinar à requerida que se abstenha de interromper os serviços de energia elétrica na unidade consumidora da requerente por conta dos débitos constantes das faturas mencionadas acima e referentes ao suposto desvio de energia elétrica, até o julgamento do mérito desta ação, sob pena de multa diária, que ora fixo em R$ 200,00 (duzentos reais). Cumprida a liminar, cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência com vistas à conciliação designada para o dia 7.4.2020, às 9h30min, na Sala 4, a ser realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital (art. 334, CPC), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Em caso de citação por mandado, deverá a parte ré informar ao Sr. Oficial de Justiça eventual proposta de acordo, o que será certificado no mandado e intimada posteriormente a parte autora para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do andamento regular do processo, entendendo-se o silêncio como recusa (art. 154, VI, CPC). Defiro a gratuidade da justiça nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cumpra-se e intimem-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058324-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE SANTANA NUNES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RWLY GWLYT AFONSO ALVES DA SILVA OAB - MT24299/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos. Cuida-se de "Ação de Indenização por Cobrança Indevida c/c Reparação por Danos Morais e Materiais" ajuizada por ANDRE SANTANA NUNES DE SOUZA, pessoa física devidamente qualificada nos autos, em face do BANCO BMG S.A, pessoa jurídica de direito privado, pelas razões fáticas e jurídicas expostas na inicial. O requerente relata ter percebido descontos em sua folha de pagamento denominado "banco bmg-cartão", sendo que realizou dois saques pelo aludido banco em 18 de dezembro de 2017 no valor de R$ 648,21 e no dia 18 de fevereiro de 2019 no valor de R$ 221,65, que já foram descontados, tendo a requerida lhe informado que os descontos atuais se referem a um empréstimo realizado por meio de cartão, conforme contrato n. 7526325. Diz ter buscado informações junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, sem, contudo, obter êxito na resolução do problema, enfatizando que os descontos tiveram início em 30.9.2017, por meio de parcela no valor de R$ 815,53, que evoluíram para R$ 902,35 em dezembro deste ano, conforme holerites anexos, perfazendo um total já descontado de R$ 22.019,31. Por tais motivos, pede, em sede de tutela de urgência, sejam cessados os descontos indevidos em seu holerite e, no mérito, a restituição em dobro dos valores já descontados, mais os danos morais suportados no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Junta documentos. É o relatório. Decido. De acordo com o artigo 300 e seguintes do Código de Processo Civil, para a concessão da tutela de urgência devem existir elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, podendo a medida ser concedida liminarmente (art. 300, § 2º, CPC). A documentação trazida com a petição inicial retrata os fatos narrados pelo autor no que se refere aos descontos ocorridos em seu holerite. Contudo, não consta dos autos prova concreta acerca da contração dos empréstimos tidos como já pagos pelo autor, ainda que conste nos autos cópia de um dos contratos, que ele alega já ter liquidado (Id n. 27080868), cujo número não é o mesmo daquele descrito na inicial. Essa contratação ou a autorização dos descontos dependem da comprovação por parte do banco requerido, na medida em que não é possível ou se mostra muito difícil ao requerente a produção de prova de algo que ele diz não ter ocorrido ou estar irregular e cujas informações estão em posse do demandado, o que torna descabido o deferimento da tutela de urgência e imperioso o estabelecimento do contraditório e a oferta de oportunidade ao banco requerido de provar que os descontos mensais decorrentes de empréstimo de cartão de crédito estão em conformidade com a legislação e que só ocorreram na forma como descrita na inicial, mediante autorização do contratante, não se visualizando, nesse momento, a probabilidade do direito. Outrossim, em razão da peculiaridade do caso, à luz do disposto no art. 373, § 1º, do CPC, por causa da impossibilidade ou excessiva dificuldade de comprovação do fato negativo alegado na petição inicial, e com apoio no art. 6º, VIII, do CDC, que prevê a facilitação da defesa de seus direitos como um dos direitos básicos do consumidor, condição que o requerente ostenta na demanda, inegavelmente, determino, desde já, a inversão do ônus da prova, de modo a incumbir o requerido a fazer prova de que obedeceu às exigências legais para os descontos mensais em folha de pagamento do requerente. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência antecipada. Defiro, por outro lado, o pedido de gratuidade da justiça, em face da declaração de hipossuficiência, determinando seja citada a parte requerida com antecedência mínima de

20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 7 de abril de 2020, às 12h30min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 4 (art. 334, CPC), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Ficam as partes advertidas de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogado ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, § 4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Em caso de citação por mandado, deverá a parte ré informar ao Sr. Oficial de Justiça eventual proposta de acordo, o que será certificado no mandado e intimada posteriormente a parte autora para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do andamento regular do processo, entendendo-se o silêncio como recusa (art. 154, VI, CPC). Cumpra-se e intimem-se.

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1002356-15.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MARTINS DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1002356-15.2018.8.11.0041 - PJE Exequente: José Martins dos Santos Executada: Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia Vistos, Tão logo transitada em julgado a sentença, a executada Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia comparece voluntariamente nos autos através da peça de Id. 25584506, noticia o depósito do débito no valor de R$ 6.440,13 (seis mil, quatrocentos e quarenta reais e treze centavos) e requer a extinção do processo, com o que concordou a parte exequente (Id. 14251064). Assim, determino sejam os valores transferidos para a conta bancária informada na petição de Id. 14251064. Após, intime-se a executada para o pagamento das custas processuais. Efetivado o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, arquive-se o processo. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1006835-51.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALTAMIRO GONCALVES DE LIMA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1006835-51.2018.8.11.0041 - PJE Exequente: Altamiro Gonçalves de Lima Executada: Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia Vistos, Tão logo transitada em julgado a sentença, a executada Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia comparece voluntariamente nos autos através da peça de Id. 25779783, noticia o depósito do débito no valor de R$ 4.359,15 (quatro mi, trezentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos) e requer a extinção do processo, com o que concordou a parte exequente (Id. 25936767). Assim, determino sejam os valores transferidos para a conta bancária informada na petição de Id. 25936767. Após, intime-se a executada para o pagamento das custas processuais. Efetivado o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, arquive-se o processo. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1005802-26.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AILTON BENTO DE SOUZA SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1005802-26.2018.8.11.0041 - PJE Exequente: Ailton Bento de Souza Executada: Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia Vistos, Tão logo transitada em julgado a sentença, a executada Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia comparece voluntariamente nos autos através da peça de Id. 25604461, noticia o depósito do débito no valor de R$ 4.375,32 (quatro mi, trezentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos) e requer a extinção do processo, com o que concordou a parte exequente (Id. 25621062). Assim, determino sejam os valores transferidos para a conta bancária informada na petição de Id. 25621062. Após, intime-se a executada para o pagamento das custas processuais. Efetivado o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, arquive-se o processo. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1005132-22.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDER CARLOS DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1005132-22.2017.8.11.0041 - PJE Exequente: Eder Carlos dos Santos Executada: Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia Vistos, Tão logo transitada em julgado a sentença, a executada Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia comparece voluntariamente nos autos através da peça de Id. 25604461, noticia o depósito do débito no valor de R$ 714,20 (setecentos e quatorze reais e vinte centavos) e requer a extinção do processo, com o que concordou a parte exequente (Id. 26475647). Assim, determino sejam os valores transferidos para a conta bancária informada na petição de Id. 26475647. Após, intime-se a executada para o pagamento das custas processuais. Efetivado o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, arquive-se o processo. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1014052-48.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELY CAROLINE DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):

JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1014052-48.2018.8.11.0041 - PJE Exequente: Ely Caroline da Silva Executada: Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia Vistos, Tão logo transitada em julgado a sentença, a executada Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia comparece voluntariamente nos autos através da peça de Id. 25894816, noticia o depósito do débito no valor de R$ 2.891,57 (dois mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos) e requer a extinção do processo, com o que concordou a parte exequente (Id. 26703169). Assim, determino sejam os valores transferidos para a conta bancária informada na petição de Id. 26703169. Após, intime-se a executada para o pagamento das custas processuais. Efetivado o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, arquive-se o processo. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1056757-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA JOSE SANTOS (EMBARGADO)
APARECIDA MICHELY SOUZA PEREIRA (EMBARGADO)
SOLANGE PEREIRA SANTOS (EMBARGADO)
LUZIANE RUBIA PEREIRA SANTOS SILVA (EMBARGADO)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos... Associem-se estes embargos aos autos da Execução de Título Extrajudicial registrada sob o n. 1019980-43.2019.8.11.0041. Tendo o executado/embargante garantido o juízo com o depósito do valor executado efetivado nos autos da execução correspondente, com suporte no art. 919, § 1º, do CPC, atribuo efeito suspensivo aos embargos, determinando seja intimada a parte embargada para, querendo, no prazo legal, impugná-los. Apresentada a impugnação e depois de ouvido o embargante, em 15 dias, conclusos. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058377-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS NAVARRO NELO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 11h45min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 9 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058391-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSILENE PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 12h, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 9 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Por fim, defiro a prioridade na tramitação do processo, ante o disposto no Provimento nº 26/2008 – CGJ, in verbis: "Seção 22 – Da Prioridade na Tramitação de Processos Art. 538 - Terão prioridade na tramitação em primeira instância os procedimentos judiciais, inclusive cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, em que figure como parte ou interessado: (...) III - pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional, decorrentes de acidente de trabalho ou de trânsito, em quaisquer de suas modalidades; (...)". Proceda-se à identificação do feito referente à prioridade acima citada, conforme preceitua as normas da CNGC. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058374-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EZEQUIAS CARRIAS DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 8h, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência

(art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Por fim, defiro a prioridade na tramitação do processo, ante o disposto no Provimento nº 26/2008 – CGJ, in verbis: "Seção 22 – Da Prioridade na Tramitação de Processos Art. 538 - Terão prioridade na tramitação em primeira instância os procedimentos judiciais, inclusive cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, em que figure como parte ou interessado: (...) III - pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional, decorrentes de acidente de trabalho ou de trânsito, em quaisquer de suas modalidades; (...)". Proceda-se à identificação do feito referente à prioridade acima citada, conforme preceitua as normas da CNGC. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058670-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR DE SOUZA MACEDO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 8h15min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Por fim, defiro a prioridade na tramitação do processo, ante o disposto no Provimento nº 26/2008 – CGJ, in verbis: "Seção 22 – Da Prioridade na Tramitação de Processos Art. 538 - Terão prioridade na tramitação em primeira instância os procedimentos judiciais, inclusive cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, em que figure como parte ou interessado: (...) III - pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional, decorrentes de acidente de trabalho ou de trânsito, em quaisquer de suas modalidades; (...)". Proceda-se à identificação do feito referente à prioridade acima citada, conforme preceitua as normas da CNGC. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058738-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAMAO RIBEIRO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 8h30min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Por fim, defiro a prioridade na tramitação do processo, ante o disposto no Provimento nº 26/2008 – CGJ, in verbis: "Seção 22 – Da Prioridade na Tramitação de Processos Art. 538 - Terão prioridade na tramitação em primeira instância os procedimentos judiciais, inclusive cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, em que figure como parte ou interessado: (...) III - pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional, decorrentes de acidente de trabalho ou de trânsito, em quaisquer de suas modalidades; (...)". Proceda-se à identificação do feito referente à prioridade acima citada, conforme preceitua as normas da CNGC. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058866-14.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO DOS SANTOS GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 8h45min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Por fim, defiro a prioridade na tramitação do processo, ante o disposto no Provimento nº 26/2008 – CGJ, in verbis: "Seção 22 – Da Prioridade na Tramitação de Processos Art. 538 - Terão prioridade na tramitação em primeira instância os procedimentos judiciais, inclusive cartas precatórias,

rogatórias ou de ordem, em que figure como parte ou interessado: (...) III - pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional, decorrentes de acidente de trabalho ou de trânsito, em quaisquer de suas modalidades; (...)". Proceda-se à identificação do feito referente à prioridade acima citada, conforme preceitua as normas da CNGC. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058868-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELPIDIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 9h, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Por fim, defiro a prioridade na tramitação do processo, ante o disposto no Provimento nº 26/2008 – CGJ, in verbis: "Seção 22 – Da Prioridade na Tramitação de Processos Art. 538 - Terão prioridade na tramitação em primeira instância os procedimentos judiciais, inclusive cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, em que figure como parte ou interessado: (...) III - pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional, decorrentes de acidente de trabalho ou de trânsito, em quaisquer de suas modalidades; (...)". Proceda-se à identificação do feito referente à prioridade acima citada, conforme preceitua as normas da CNGC. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011019-84.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO ROCHA CAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos. Diante da concordância da parte autora com os valores pagos pela ré referentes à condenação, expeça-se alvará, arquivando-se, após, o processo com as cautelas necessárias. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1024100-37.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS DA SILVA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos. Diante da concordância da parte autora com o valor voluntariamente depositado pela ré a título de condenação, expeça-se o correspondente alvará, arquivando-se, após, o processo com as cautelas necessárias. Intimem-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1058932-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO RODRIGUES DE FRANCA BENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NEISISLAINE KEROLLAINE GUILHEN OAB - MT24571-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDACAO BOM JESUS DE CUIABA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Com fulcro no art. 700, do CPC, determino que se expeça mandado de pagamento, podendo a parte ré, no prazo de 15 dias, oferecer embargos (art. 702, CPC). Não sendo opostos embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, lembrando que o pagamento voluntário eximirá o réu de custas e de honorários advocatícios, segundo prevê o § 1º do referido dispositivo. Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058857-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON MACHADO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA GONCALVES DA SILVA OLIVEIRA OAB - MT12954-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO LUCIO SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT16751-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 10h, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte

autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058881-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SHIRLEI DA SILVA PORTO LIMA (REQUERENTE)
A. M. L. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 9h15min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Por fim, defiro a prioridade na tramitação do processo, ante o disposto no Provimento nº 26/2008 – CGJ, in verbis: "Seção 22 – Da Prioridade na Tramitação de Processos Art. 538 - Terão prioridade na tramitação em primeira instância os procedimentos judiciais, inclusive cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, em que figure como parte ou interessado: (...) III - pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional, decorrentes de acidente de trabalho ou de trânsito, em quaisquer de suas modalidades; (...)". Proceda-se à identificação do feito referente à prioridade acima citada, conforme preceitua as normas da CNGC. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059015-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO DE DEUS DA SILVA PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 9h30min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Por fim, defiro a prioridade na tramitação do processo, ante o disposto no Provimento nº 26/2008 – CGJ, in verbis: "Seção 22 – Da Prioridade na Tramitação de Processos Art. 538 - Terão prioridade na tramitação em primeira instância os procedimentos judiciais, inclusive cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, em que figure como parte ou interessado: (...) III - pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional, decorrentes de acidente de trabalho ou de trânsito, em quaisquer de suas modalidades; (...)". Proceda-se à identificação do feito referente à prioridade acima citada, conforme preceitua as normas da CNGC. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1030716-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. C. D. A. (REQUERENTE)
RAQUEL PEREIRA DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CREA MARCIA FERREIRA DE SOUZA OAB - MT19291-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO CARLOS HARGER JUNIOR OAB - SC29753 (ADVOGADO(A))
JANINE GIRARDI OAB - SC39458-O (ADVOGADO(A))
AMANDA ROCHA NEDEL OAB - SC32349-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

. Vistos... I - Infere-se dos autos que, em decisão liminar, posteriormente confirmada pela instância superior em decorrência do agravo de instrumento proposto pela requerida, foi determinada à requerida Agemed Planos de Saúde que prestasse o tratamento domiciliar home care à parte autora, sob pena de fixação de multa diária, o que vem sendo feito pela referida empresa desde que intimada da decisão judicial em 11.7.2019. Contudo, segundo noticia a peça do Id 27182556, foi determinada a suspensão dos atendimentos médicos e hospitalares do plano de saúde fornecido pela empresa ré, o que ensejará a suspensão do atendimento domiciliar, assim informado pela empresa que atende a home care da parte autora. Requer, por isso, o bloqueio de valores necessários ao custeio do tratamento de home care e de consultas e exames necessários domiciliar como vinham sendo realizados. Defiro parcialmente o pedido retro, ordenando seja intimada a empresa requerida para que, independentemente da suspensão dos atendimentos médicos e hospitalares do plano de saúde, dê continuidade ao tratamento da parte autora nos moldes determinados na decisão inaugural, no prazo de 5 (cinco dias), sob pena de multa diária, que ora fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, sem prejuízo de outras providências necessárias ao cumprimento da ordem judicial. Intime-se a empresa Help Vida para que apresente, em juízo, os valores necessários para a manutenção de todo ao atendimento à menor/autora que já vem sendo realizado, no prazo de 5 (cinco) dias. II - Constata-se tratar aqui de processo sem questões processuais a serem enfrentadas nesta fase e que comporta o julgamento antecipado do mérito por não haver a necessidade de outras provas para o desate da lide, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil, impondo-se sua inclusão na ordem cronológica de julgamentos. Todavia, tendo em vista que as partes pugnam pela produção de outras provas, determino sejam intimadas para assim se pronunciarem, no prazo comum de 5 (cinco) dias, justificando, fundamentadamente, a necessidade da dilação probatória. Decorridos os prazos assinalados acima, conclusos. III – Cumpra-se e intimem-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052847-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA DO HOSPITAL DE CANCER LTDA. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LIDIANE GALHARDO FERREIRA ABURAD OAB - MT21581/O (ADVOGADO(A))
THIAGO OLIVEIRA AMADO OAB - MT11506-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DE COMBATE AO CANCER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAIS DE OLIVEIRA SILVA CAMPOS OAB - MT12585-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos... Com suporte no art. 98, § 6º, do CPC, c/c o s parágrafos 6º e 7º do art. 468 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça (CNGC), defiro o pedido de parcelamento das custas processuais de ingresso em 6 (seis) parcelas iguais e sucessivas nos moldes requeridos na peça do Id 27170489, devendo a primeira ser recolhida no prazo de 72h a contar da intimação desta decisão. Cumpra-se como requerido no Id 27177837, intimando-se a parte requerida para que cumpra a determinação judicial, informando à Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá-MT a sua anuência, a data e o horário para realização da vistoria necessária para análise da aptidão do laboratório requerente ao programa Qualicito 2019, bem como oficiando à referida secretaria municipal na forma requerida. Cumpra-se e intimem-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059025-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GENILDA DE MELO SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 9h45min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Por fim, defiro a prioridade na tramitação do processo, ante o disposto no Provimento nº 26/2008 – CGJ, in verbis: "Seção 22 – Da Prioridade na Tramitação de Processos Art. 538 - Terão prioridade na tramitação em primeira instância os procedimentos judiciais, inclusive cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, em que figure como parte ou interessado: (...) III - pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional, decorrentes de acidente de trabalho ou de trânsito, em quaisquer de suas modalidades; (...)". Proceda-se à identificação do feito referente à prioridade acima citada, conforme preceitua as normas da CNGC. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007541-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO MORAES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO MORAES DE OLIVEIRA OAB - MT0012913A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA LOPES S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

. Vistos... Discordando a parte autora com o pedido de substituição do depósito dos valores pagos, pelo apartamento n. 104, localizado no edifício Studio Houve, indefiro o pedido (Id 23321070) e determino seja renovado o ato de penhora "on line" no valor de R$ 69.547,83 em nome da empresa requerida Construtora Lopes S/A (CNPJ n. 09.177.659/0001-92). Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059159-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON CARLOS DE PAULA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 12h, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Por fim, defiro a prioridade na tramitação do processo, ante o disposto no Provimento nº 26/2008 – CGJ, in verbis: "Seção 22 – Da Prioridade na Tramitação de Processos Art. 538 - Terão prioridade na tramitação em primeira instância os procedimentos judiciais, inclusive cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, em que figure como parte ou interessado: (...) III - pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional, decorrentes de acidente de trabalho ou de trânsito, em quaisquer de suas modalidades; (...)". Proceda-se à identificação do feito referente à prioridade acima citada, conforme preceitua as normas da CNGC. Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058382-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE LOURENCO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98,

CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 10h15min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058388-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS FERREIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 10h30min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058416-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JESSIKA CHRISTINA ARRUDA NETO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 10h45min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058587-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAUDEMILA MARQUES DA SILVA (AUTOR(A))
SANTANA MARQUES DA SILVA (AUTOR(A))
ELIETE MARQUES DA SILVA MORAES (AUTOR(A))
ILARIO BENTO MARQUES DA SILVA (AUTOR(A))
GONCALO BISPO MARQUES DA SILVA (AUTOR(A))
BENEDITO MARQUES DA SILVA (AUTOR(A))
CALMERINDO MARQUES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCAS DI PIETRO MAIDANA OAB - MT23541/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 11h, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058668-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO JOSE SILVA BARROS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 11h15min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058758-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA BEZERRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 11h30min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059048-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GREGORIO ANTONIO PINTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos, Defiro a gratuidade da justiça, nos moldes pleiteados (art. 98, CPC). Cite-se e intime-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24.4.2020, às 11h45min, que será realizada pela Central de Conciliação e Mediação da Capital - Sala 10 (art. 334, CPC), na forma recomendada no Ofício Circular n. 52/2019 – CEJUSC (endereço eletrônico: citação.intimação@seguradoralider.com.br), advertindo-se as partes de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, CPC). Cientifiquem-se as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogados ou Defensor Público e que a parte ré poderá manifestar seu desinteresse na autocomposição no prazo de 10 (dez) dias úteis de antecedência e, no caso, de litisconsórcio, a manifestação deverá ser feita por todos (art. 334, §4º, I c/c § 6º, CPC). Não havendo autocomposição, a parte requerida poderá contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, computados a partir da audiência (art. 335, I, CPC), ou, do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, § 4º, I, do CPC), e que a ausência de contestação importará em aplicação de revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Alegando-se na peça de defesa qualquer das matérias previstas no art. 337 do CPC, ouça-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC). Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJe (§ 3º, art. 334). Intimem-se e cumpra-se.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1003646-65.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA FLAVIA GONCALVES FRAGA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO GABILAN SANCHES OAB - MT17255/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1003646-65.2018.8.11.0041 - PJE Cumprimento de Sentença Exequente: Ana Flávia Gonçalves Fraga Executada: Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia Vistos, Em cumprimento à sentença, a exequente Ana Flávia Gonçalves Fraga requereu a intimação do executado para pagar o débito exequendo de R$ 4.334,69 (quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e nove centavos). Antes de ser intimado, o executado depositou em juízo a quantia de R$ 4.424,40 (quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos), adimplindo, assim, a obrigação, e requerendo a extinção da execução, com o que concordou a parte exequente. É o relatório. Decido. Diante do pagamento do débito exequendo, assim se inferindo dos documentos carreados para o processo, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil, declaro extinta a execução, ordenando sejam os valores transferidos para a conta bancária declinada no Id. 26361390. Sem custas, nem honorários. Transitada em julgado, arquive-se. P. I. C.

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1003655-27.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENEDINA LEITE DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO GABILAN SANCHES OAB - MT17255/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1003655-27.2018.8.11.0041 - PJE Cumprimento de Sentença Exequente: Enedina Leite de Souza Executada: Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia Vistos, Em cumprimento à sentença, a exequente Enedina Leite de Souza requereu a intimação do executado para pagar o débito exequendo de R$ 5.776,18 (cinco mil, setecentos e setenta e seis reais e dezoito centavos). Antes de ser intimado, o executado depositou em juízo a quantia de R$ 5.748,21 (cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos), adimplindo, assim, a obrigação, e requerendo a extinção da execução, com o que concordou a parte exequente. É o relatório. Decido. Diante do pagamento do débito exequendo, assim se inferindo dos documentos carreados para o processo, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil, declaro extinta a execução, ordenando sejam os valores transferidos para a conta bancária declinada no Id. 25815155. Sem custas, nem honorários. Transitada em julgado, arquive-se. P. I. C.

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1012862-50.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL JUNIOR SILVA SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1012862-50.2018.8.11.0041 - PJE Cumprimento de Sentença Exequente: Rafael Júnior Silva Santos Executada: Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia Vistos, Em cumprimento à sentença, o exequente Rafael Júnior Silva Santos requereu a intimação do executado para pagar o débito exequendo de R$ 7.038,44 (sete mil e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos). Antes de ser intimado, o executado depositou em juízo a quantia de R$ 7.037,05 (sete mil e trinta e sete reais e cinco centavos), adimplindo, assim, a obrigação, e requerendo a extinção da execução, com o que concordou a parte exequente. É o relatório. Decido. Diante do pagamento do débito exequendo, assim se inferindo dos documentos carreados para o processo, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil, declaro extinta a execução, ordenando sejam os valores transferidos para a conta bancária declinada no Id. 26337877. Sem custas, nem honorários. Transitada em julgado, arquive-se. P. I. C.

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1012660-73.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VINICIUS FARIA MARTINS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1012660-73.2018.8.11.0041 - PJE Cumprimento de Sentença Exequente: Vinicius Faria Martins Executada: Porto Seguro Companhia de Seguro e Cia Vistos, Em cumprimento à sentença, o exequente Vinicius Faria Martins requereu a intimação do executado para pagar o débito exequendo de R$ 11.968,71 (onze mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e um centavos). Antes de ser intimado, o executado depositou em juízo a quantia de R$ 11.999,84 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), adimplindo, assim, a obrigação, e requerendo a extinção da execução, com o que concordou a parte exequente. É o relatório. Decido. Diante do pagamento do débito exequendo, assim se inferindo dos documentos carreados para o processo, com fulcro no art. 924, II, do Código de Processo Civil, declaro extinta a execução, ordenando sejam os valores transferidos para a conta bancária declinada no Id. 26691699. Sem custas, nem honorários. Transitada em julgado, arquive-se. P. I. C.

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1007106-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO TERUO KAWANO JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA SARAIVA DA SILVA OAB - MT17956/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Antônio (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1007106-26.2019.8.11.0041 - PJE Requerente: Sergio Teruo Kawano Júnior Requerido: Terceiros possuidores Vistos, O requerente Sergio Teruo Kawano Júnior propôs a presente Ação de Busca e Apreensão c/c Obrigação de Fazer e Tutela Provisória de Urgência em face de terceiros possuidores, pelos fatos e fundamentos expostos na inicial. Intimado para emendar a inicial, nos termos do art. 321, do CPC, sob pena de indeferimento, decorreu em branco o prazo. Decido. Diante da inércia da parte autora, mesmo devidamente intimada para emendar a inicial, com fulcro no art. 321, do CPC, indefiro a petição inicial, declarando extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, arquive-se. P. I. Cumpra-se.

Sentença Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1012484-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARISTELA ALVES DE BARROS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON DANTAS HERNANDES OAB - MT21297-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDO AUGUSTO DE FIGUEIREDO PONCE (RÉU)
PAULO CESAR DE FIGUEIREDO PONCE (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1012484-60.2019.8.11.0041 - PJE Requerente: Maristela Alves de Barros Requerido: Paulo César Figueiredo Ponce Fernando Augusto de Figueiredo Ponce Vistos, Maristela Alves de Barros, qualificada nos autos, propôs “Ação de Usucapião”, em face de Paulo César Figueiredo Ponce e Fernando Augusto de Figueiredo Ponce, pessoas físicas, igualmente qualificados, pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos na peça primeira. Depois de intimada para emendar a inicial, inclusive sob pena de indeferimento da inicial, a autora não cumpriu a providência, segundo se infere da certidão Id. 20885258. É o relatório. Decido. Não tendo a parte autora se manifestado nos autos, mesmo devidamente intimada, com fulcro no art. 485, I, do Código de Processo Civil, indefiro a inicial e declaro extinto este feito sem resolução do mérito. Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquive-se. P. I. C.

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1027652-39.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOILSON DE OLIVEIRA LOURENCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO FRANCISCO LEITE OAB - MT22853/O (ADVOGADO(A))
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1027652-39.2018.8.11.0041 - PJE Requerente: Joilson de Oliveira Lourenço Requerido: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais Vistos, Joilson de Oliveira Lourenço, qualificado nos autos, propôs “Ação De Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT”, em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, pessoa jurídica de direito privado, igualmente qualificado, pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos na peça primeira. Depois de intimado para emendar a inicial, inclusive sob pena de indeferimento da inicial, o autor não cumpriu a providência, segundo se infere da certidão Id.

21355609. É o relatório. Decido. Não tendo a parte autora se manifestado nos autos, mesmo devidamente intimado, com fulcro no art. 485, I, do Código de Processo Civil, indefiro a inicial e declaro extinto este feito sem resolução do mérito. Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquive-se. P. I. C.

Sentença Classe: CNJ-47 SEQÜESTRO
Processo Número: 1038709-54.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IDALINA COLMAN DE MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO D AMICO MADI OAB - MT14322-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO ALEXANDRE MERCADO DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1038709-54.2018.8.11.0041 - PJE Requerente: Idalina Colman de Moura Requerido: Sérgio Alexandre Mercado da Silva Vistos, Idalina Colman de Moura, qualificada nos autos, propôs "Ação Cautelar de Sequestro de Veículo", em face de Sérgio Alexandre Mercado da Silva, pessoa física, igualmente qualificado, pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos na peça primeira. Depois de intimada para emendar a inicial, inclusive sob pena de indeferimento da inicial, a autora não cumpriu a providência, segundo se infere da certidão Id. 21410839. É o relatório. Decido. Não tendo a parte autora se manifestado nos autos, mesmo devidamente intimada, com fulcro no art. 485, I, do Código de Processo Civil, indefiro a inicial e declaro extinto este feito sem resolução do mérito. Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquive-se. P. I. C.

Sentença Classe: CNJ-95 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO
Processo Número: 1041090-35.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONSORCIO EMPREENDEDOR DO CUIABA PLAZA SHOPPING (AUTOR(A))
BR MALLS PARTICIPACOES S.A. (AUTOR(A))
ROYAL BRASIL ADMINST EMPRENDIMENTOS E PART LTDA (AUTOR(A))
CUIABA PLAZA SHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO(A))
PABLO HERTZ BRUZZONE LEAL OAB - RJ159485 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MTRES ESPORTES LTDA - ME (RÉU)
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Autos n. 1041090-35.2018.8.11.0041 - PJE Requerente: Royal Brasil Administração Empreendimentos e Participações Ltda e outras Requerido: Mtrês Esportes Ltda Vistos, Royal Brasil Administração Empreendimentos e Participações Ltda, Cuiabá Plaza Shopping Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda, Consórcio Empreendedor do Cuiabá Plaza Shopping e Br Malls Administração e Comercialização Ltda, pessoas jurídicas, qualificadas nos autos, propôs "Ação de Despejo por Inadimplência", em face de Mtrês Esportes Ltda, pessoa jurídica, igualmente qualificada, pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos na peça primeira. O pedido veio instruído com diversos documentos. Depois de intimadas para emendarem a inicial, inclusive sob pena de indeferimento da inicial, as partes requerentes desistem do feito. É o relatório. Decido. No caso em comento, diante da desistência expressada na petição (Id. 19021634) pela parte autora, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, homologo o pedido, declarando extinto o feito, sem resolução do mérito. Deixo de condenar a parte autora em honorários advocatícios, tendo em vista a não concretização da triangulação processual. Por outro lado, condeno-a ao pagamento das custas processuais. Transitada em julgado, arquive-se. P. I. Cumpra-se.

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1010690-38.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE ROBERTO MATTOS DA CRUZ (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JONES GATTASS DIAS

Vistos. ANDRÉ ROBERTO MATTOS DA CRUZ, qualificado nos autos, propôs "execução de sentença" proferida em face da PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS S/A, objetivando o recebimento da quantia de R$ 3.763,29 (três mil, setecentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos) referente à condenação. Em impugnação, a parte executada diz ter efetuado o pagamento da quantia de R$ 3.085,96 (três mil, oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos), corrigido até a data do depósito, em 17.9.2019, que entende ser devido. Intimada para se pronunciar a respeito, a parte exequente concorda como o valor depositado. É o relatório. Decido. Concordando a exequente com o valor apontado pela parte executada, desnecessária se torna maior perquirição acerca do assunto, impondo-se, assim, a expedição do alvará para levantamento, conforme conta informada nos autos (Id. 26830505). Declaro extinta a execução por pagamento, nos termos do art. 924, II, do CPC. Transitada em julgado, arquive-se o processo com as cautelas necessárias. Intimem-se. Cumpra-se.

7ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035587-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN LONGUINHO BUENO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1023223-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AUDINICK PIERRE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMERICAN AIRLINES INC (REQUERIDO)

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26192945.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1049599-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUECY RODRIGUES RESENDE (AUTOR(A))
ODILSON RODRIGUES BOAVENTURA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA PATRICIA SALGADO OAB - MT13260-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CIC - CENTRAL DE IMOVEIS CUIABA LTDA (RÉU)
GOLDEN NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (RÉU)

Certifico que, designo o dia 14/04/2020, às 10:30 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007429-65.2018.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
CLIDE AUGUSTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO MEYER DA FONSECA OAB - MT7057-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FLORISVALDO RIBEIRO DA SILVA (RÉU)

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035546-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NEIDE MIRALHA TERUEL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA AQUINO DE OLIVEIRA OAB - MT7230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
STENIO RODRIGO RICCI (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27258355.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009204-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAIME OSMAR RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BELMIRO GONCALVES DE CASTRO OAB - RO2193-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte Autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27273104.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000311-72.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NEUZA NETO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016642-95.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RUBENS MARCELO SABINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NORMELIA OLIVEIRA DA SILVA OAB - MT11967-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L.E.D COMERCIO DE COLCHOES EIRELI - ME (RÉU)

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014155-26.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HERLON DA SILVA REZENDE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RUBIA JULIANA PEREIRA DUARTE (REQUERIDO)

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para dar andamento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033668-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA GOMES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26573437.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1016018-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULINO JOSE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
VINICIUS YULE PARDI OAB - MT23293/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004274-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KARLLOS EDUARDO BARROS SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044790-19.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR ALMEIDA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018652-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO DOS SANTOS SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018708-14.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HENRIQUE GABRIEL SOUZA SAMPAIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID.22513418.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019435-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA NUNES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018916-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO DE AGUIAR COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035952-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA FARIA PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Certifico que, designo o dia 23/04/2020, às 09:15 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019924-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILSON PEREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
VINICIUS YULE PARDI OAB - MT23293/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027884-51.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO REALINO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Certifico que, designo o dia 23/04/2020, às 09:30 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004883-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25576126.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1022149-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KAUANNA ABDON ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA DA SILVA REZENDE OAB - MT25724/O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 21229068.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010449-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
V. M. A. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24213243.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011593-39.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
VITOR FERREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24276933.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031482-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIA DA SILVA RONDON (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25153083.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010310-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RENILTON OLIVEIRA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24366677.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1026483-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LINDOMAR MENINO DE SOUSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
HEITOR JERONIMO ALMEIDA SILVA OAB - MT15188-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26962800.

Intimação Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1011486-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JERONIMO JUNIOR AFONSO BARBOZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSUE FERREIRA DE SOUZA OAB - MT25548-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA (REQUERIDO)

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27192730.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038405-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR MENDES DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL ANDERSON DA SILVA SANTOS OAB - MT0019525A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CITAVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA. (RÉU)

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para, providenciar o recolhimento da guia pública de diligencia do oficial de justiça.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1032658-90.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GENTIL & ALVES LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THATIANE ELISABETH ZAITUM CARDOSO DO NASCIMENTO OAB - MT12332-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR (REQUERIDO)
ELAINE CRISTINA GUIMARAES - ME (REQUERIDO)

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente para, providenciar o recolhimento da guia pública de diligencia do oficial de justiça.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034825-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOVANE NASCIMENTO DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ EDUARDO DE FIGUEIREDO ROCHA E SILVA OAB - MT8534-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRDU SPE SAO MATEUS LTDA (RÉU)

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27076534.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019022-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON MIURA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER LUIZ RIBEIRO OAB - MT0019091A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ERIDISON VASNI FONTOURA VIEIRA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUMBERTO JOSE PEIXOTO VELLOZO OAB - RJ109231 (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27258051.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1031619-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEOGENES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARENE REGINA DA SILVA OAB - MT26140/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26696252.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036963-54.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DE LARA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS AUGUSTO DELAMONICA CORREA OAB - MT10744-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS RIBEIRO DE OLIVEIRA (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO FERREIRA DA SILVA OAB - MT18755/O (ADVOGADO(A))
JOÃO PAULO CARVALHO FEITOSA OAB - MT10236/O-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26143903.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035351-47.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARMEN DE FATIMA DUTRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT10609-O (ADVOGADO(A))
RAPHAEL ALVES RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT18330/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIDWAY S.A.- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (RÉU)
LOJAS RIACHUELO SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26154126.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018923-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN ALEXANDRE DE ARAUJO JORGE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE BATISTA FILHO OAB - MT13696-A (ADVOGADO(A))
GABRIELA CRISTINA CASTILHO FIUZA OAB - MT23039/O (ADVOGADO(A))
LUCAS VERISSIMO CASTILHO FIUZA OAB - MT23283/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ROBERTO DE CUNTO MONTENEGRO OAB - MT11903-A (ADVOGADO(A))
JULIO FLAVIO CAMPOS DE MIRANDA OAB - 655.653.631-87 (REPRESENTANTE)
FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB - MT6848-B (ADVOGADO(A))
MARIA JOSE LEAO OAB - MT5031-O (ADVOGADO(A))
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO(A))
JOSE JOAO VITALIANO COELHO OAB - MT18440-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27103873.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035433-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO DE MACEDO CABRAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA DONIZETE RODRIGUES DE SOUZA OAB - MT8655-O (ADVOGADO(A))
JOANA ALESSANDRA GONCALVES DE QUEIROZ OAB - MT14843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005745-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELLE CRISTHYE MOREIRA MAGALHAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LIVIA LEIA DA SILVA OAB - MT12164/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação do Requerido para, manifestar-se acerca do ID. 26320524, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1043675-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA PACHECO DE SIQUEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO CARRIJO FREITAS OAB - MT11395-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA (RÉU)
SAGA SEUL COMERCIO DE VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA (RÉU)

Certifico que, designo o dia 13/04/2020, às 10:00 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1037627-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA KARLA DUARTE DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAN COLETA DUARTE OAB - MT25266-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HOLANDO DE SOUZA CAMPOS JUNIOR (REQUERIDO)

Certifico que, designo o dia 13/04/2020, às 11:30 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046924-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IVAN SABO DE OLIVEIRA JUNIOR (AUTOR(A))
DAIANA VANZAN SABO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DAIANA VANZAN SABO DE OLIVEIRA OAB - MT16187-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HESA 115 - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (RÉU)

Certifico que, designo o dia 13/04/2020, às 12:30 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057731-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MADERSON EVILASIO DO VALE MORAIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLEY AMARAL DE ANDRADE OAB - MT24017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAYCON RODRIGO BOOZ (RÉU)
ALFREDO LEMOS FILHO (RÉU)

Certifico que, designo o dia 13/04/2020, às 08:00 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017511-58.2018.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL JARDIM DAS VIVENDAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SONIA CASTRO DE ARRUDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JESSE JAMES MONTEIRO DA SILVA OAB - MT13690/O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID.27150527.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1042128-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS MEDICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
jonathas borges hosaka OAB - MT15136-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DARCY NETO DE MORAES BICUDO IBRAIM (RÉU)

Certifico que, designo o dia 13/04/2020, às 08:30 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005865-51.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSMINO - TRANSPORTES LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA CRISTINA MORESCHI OAB - MT6800-O (ADVOGADO(A))
AMARO CESAR CASTILHO OAB - MT4384-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
USINA ELETRICA DO NHANDU S.A. (RÉU)

Certifico que, designo o dia 13/04/2020, às 09:00 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018636-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AMPER - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO LEITE DE BARROS ZANIN OAB - MT12129-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL FERREIRA DE OLIVEIRA (RÉU)

Certifico que, designo o dia 19/02/2020, às 14:00 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033796-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LIDERGAS TRANSPORTES, COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUREMBERGUE ALVES JUNIOR OAB - MT10203-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID.27244827.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019730-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON JORGE BASILIO DE OLIVEIRA OAB - MT0014849A (ADVOGADO(A))
EVANDRO CORBELINO BIANCARDINI OAB - MT7341-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27302147.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024516-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HELDER MASSAAKI KANAMARU OAB - SP111887 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 23712142.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024497-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HELDER MASSAAKI KANAMARU OAB - SP111887 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID.23666363.

Intimação Classe: CNJ-22 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA
Processo Número: 1040653-91.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIVAL CANDIDO AMARAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DJALMA JOSE ALVES NETO OAB - MT0019141A (ADVOGADO(A))
RAUL JOSE ALVES AMARAL OAB - MT25114/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27248048.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025987-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANDERSON DE JESUS CARNAIBA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
STEPHANY QUINTANILHA DA SILVA OAB - MT22989/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME PARQUE CHRONOS INCORPORACOES SPE LTDA (RÉU)

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26961612.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1023895-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TAMINI AUTO CENTER LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

PAULO SERGIO DANIEL OAB - MT9173-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLUBE DE BENEFICIOS, PRODUTOS, SERVICOS E VANTAGENS DOS PROPRIETARIOS DE VEICULOS AUTOMOTORES DO BRASIL - SEGTRUCK (REQUERIDO)
ASSIS TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI (REQUERIDO)

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 27235480.

Intimação Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1023903-48.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GENIVAL DE ALMEIDA OROIDES (AUTOR(A))
CID IMOVEIS EIRELI - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VAGNER BOSCATO DE ALMEIDA (RÉU)
JUCIELE CARLOS RODRIGUES (RÉU)

Certifico que, designo o dia 14/04/2020, às 09:30 horas, para realização da audiência de conciliação, que será realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital – Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes – Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016977-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DENILSON SANTA HELENA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24633202.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016471-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SOLANGE ROSA PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010613-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIAH DAPHINE DE SOUZA LINO RAMOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 23036892.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013693-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GLEICE DE ANDRADE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016470-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAQUELINE STOCKER (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1032375-04.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DAIANA DE OLIVEIRA CORREA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25193832.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019789-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019893-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSALIA DE ASSIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AILSON PAULINO RAMOS OAB - MT7452-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017310-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARYLEIA MOTA DOS SANTOS (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016972-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEMIR DA SILVA CARMEZINI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26454585.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008319-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIELSON DE OLIVEIRA PASSOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 22812433.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020508-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CINTIA LORENTZ BALLEJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016998-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIVANE ROSA DA SILVA LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26830266.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018188-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DIONES CARLOS GRAEFF (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018480-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RONISLEI FERREIRA GOMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26776227.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020089-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO NUNES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26767252.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020285-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MATEUS VAZ PORFIRIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25208893.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018128-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO MARQUES PERES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25290530.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020259-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LARYNNE QUIRINO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID.24632532 .

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1049741-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SELMA APARECIDA DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANE SANTOS DOS ANJOS OAB - MT18378-O (ADVOGADO(A))
FERNANDA SIMAO DE ALMEIDA OAB - MT18368/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Intimação da parte autora para, no prazo legal, impugnar a contestação ofertada.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058939-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
B. N. B. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA CARVALHO BAUNGART OAB - MT15370-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais, onde a requerente menor representado por sua genitora, formula nos autos, pedido de gratuidade da Justiça, alegando falta de condições financeiras para arcar com as despesas processuais. O entendimento jurisprudencial em relação a gratuidade é que, sendo o requerente dependente de seus genitores, o beneficio da gratuidade deve ser analisada de acordo com a renda de seus provedores. No caso, o pedido do requerente encontra-se desacompanhado do comprovante de renda de seus provedores. Ante ao exposto, intime-se a parte requerente via DJE, por seu patrono, para no prazo de 15 dias, emendar o pedido inicial, a fim de demonstrar que faz jus ao benefício da gratuidade, anexando no feito o comprovante de renda de sua genitora (CTPS, Holerite ou cópia da declaração de imposto de renda), sob pena de indeferimento do benefício, ou para no mesmo prazo recolher as custas processuais. Consigne-se que o não atendimento de tal providência acarretará no indeferimento da inicial - artigos 321 e 290, parágrafo único do CPC. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058893-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO OAB - SP309115 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Regressiva de Ressarcimento de Danos, distribuída sem o recolhimento das custas processuais. Não havendo pedido de gratuidade formulado nos autos, intime a parte requerente, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar o pedido inicial, anexando no feito a Guia de recolhimento das custas processuais com o comprovante de pagamento, sob pena de indeferimento da petição inicial e cancelamento do feito (art. 290 do CPC). Consigne-se que as custas dos processos que tramitam no PJE-MT, encontra-se regulamentada no Provimento 22/2016-CGJ, de 1º de julho de 2016, e a emissão da Guia de Distribuição disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (www.tjmt.jus.br), no link emissão de guia eletrônica. Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058925-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INDUSTRIA E COMERCIO HIDROMAR LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELLIPE PRETO OAB - PR51793 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE DOS SANTOS SILVA 91811821120 (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA, distribuída sem o recolhimento das custas processuais. Inexistindo pedido de gratuidade nos autos, intime-se a parte requerente, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar o pedido inicial, anexando no feito a Guia de recolhimento das custas processuais, sob pena de indeferimento da petição inicial e cancelamento do feito (art. 290 do CPC). Consigne-se que as custas dos feitos que tramitam no PJE, encontra-se regulamentada no Provimento 22/2016-CGJ, de 1º de julho de 2016, e a emissão da Guia de Distribuição disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (www.tjmt.jus.br), no link emissão de guia eletrônica. Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018126-14.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CIRO VIEIRA DA COSTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24634666.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1058927-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA BARCARO OAB - MT19819-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELDORADO AGROINDUSTRIAL LTDA - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Neste pedido estão inseridos dois procedimentos distintos (COBRANÇA E EXECUÇÃO), ritos totalmente diferentes que impedem a regular tramitação do feito, devendo a parte requerente optar por apenas um rito. Posto isso, e diante da impossibilidade de cumulação de ritos, fundamentado no que dispõe o artigo 321, intime a parte requerente para no prazo de 15 (dez) dias emendar a petição inicial, retificando o pedido com relação ao procedimento pretendido, sob pena de extinção – 330, inciso IV do CPC, bem como para recolher as custas de distribuição. Consigne-se que o não atendimento de tal providência acarretará no indeferimento da inicial - artigos 290 e 321, parágrafo único do CPC. Cumpra-se. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058658-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GILBERTO CARLOS OLIVEIRA SOBRAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

FERNANDO HENRIQUE LUCHETTI RODRIGUES OAB - MT12409-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte autora requer a gratuidade da Justiça, alegando falta de condições financeiras para arcar com o ônus processual. O pedido no caso, vem instruído com os documentos indispensáveis preenchendo os requisitos básicos. Dessa forma, recebo o pedido inicial, e presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, defiro a parte requerente o benefício da Gratuidade da Justiça - § 3º do artigo 99, do CPC. Anote-se. Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 334 do CPC, determino a secretaria o agendamento de data para realização de audiência conciliatória a ser realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br. Estando a conciliatória agendada, cite-se e intime-se a parte requerida, consignando as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). As partes deverão ser advertidas de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório, e que a ausência injustificada, caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado - artigo 334, § 8º, do CPC. Consigne-se ainda, que poderão constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Resalte-se que não havendo composição, o prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando a partir da audiência conciliatória, conforme disposto no art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024759-75.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE PAULA DOS SANTOS NEVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINY DE SOUZA RIBEIRO OAB - MT22779/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 7ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1024759-75.2018.8.11.0041(LP) VISTOS, AGUARDE-SE em cartório o prazo para apresentação de contestação e impugnação e as demais deliberações contidas no termo de conciliação de id. 27147741. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058623-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA SOARES REZENDE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte autora requer a gratuidade da Justiça, alegando falta de condições financeiras para arcar com o ônus processual. O pedido no caso, vem instruído com os documentos indispensáveis preenchendo os requisitos básicos. Dessa forma, recebo o pedido inicial, e presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, defiro a parte requerente o benefício da Gratuidade da Justiça - § 3º do artigo 99, do CPC. Anote-se. Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 334 do CPC, determino a secretaria o agendamento de data para realização de audiência conciliatória a ser realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br. Estando a conciliatória agendada, cite-se e intime-se a parte requerida, consignando as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). As partes deverão ser advertidas de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório, e que a ausência injustificada, caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado - artigo 334, § 8º, do CPC. Consigne-se ainda, que poderão constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Resalte-se que não havendo composição, o prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando a partir da audiência conciliatória, conforme disposto no art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058905-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIELE NASCIMENTO DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte requerente anexa nos autos o protocolo de requerimento administrativo datado de 10 de Dezembro de 2019, visando receber a indenização do seguro DPVAT, conforme documento anexado nos autos. Segundo a disposição contida no § 2° do Art. 5° da Lei do Seguro 6.194/74, depois de apresentado os documentos necessários, as Seguradoras devem realizar a liquidação das indenizações e reembolsos em no máximo 30 dias, por intermédio de depósito bancário na conta bancária do beneficiário/vítima do acidente, ou meio de cheque nominal - § 1°, do Art. 5° da Lei 6.194/74. Dessa forma, não havendo decorrido o prazo da seguradora/requerida para pagamento da indenização, determino a suspensão do presente feito até que ocorra o prazo acima referido. Anote-se. Decorrido o prazo de suspensão, intime-se a parte requerente para no prazo de cinco dias, informar se houve ou não o pagamento da indenização pela seguradora, para posterior prosseguimento ou extinção do feito. Presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, fundamentado na disposição contida no § 3º do artigo 99, do CPC, defiro a parte requerente o benefício da Gratuidade da Justiça. Intime-se a parte requerente. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059045-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON OLIVEIRA VILELA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte requerente anexa nos autos o protocolo de requerimento administrativo datado de 04 de Dezembro de 2019, visando receber a indenização do seguro DPVAT, conforme documento anexado nos autos. Segundo a disposição contida no § 2° do Art. 5° da Lei do Seguro 6.194/74, depois de apresentado os documentos necessários, as Seguradoras devem realizar a liquidação das indenizações e reembolsos em no máximo 30 dias, por intermédio de depósito bancário na conta bancária do beneficiário/vítima do acidente, ou meio de cheque nominal - § 1°, do Art. 5° da Lei 6.194/74. Dessa forma, não havendo decorrido o prazo da seguradora/requerida para pagamento da indenização, determino a suspensão do presente feito até que ocorra o prazo acima referido. Anote-se. Decorrido o prazo de suspensão, intime-se a parte requerente para no prazo de cinco dias, informar se houve ou não o pagamento da indenização pela seguradora, para posterior prosseguimento ou extinção do feito. Presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, fundamentado na disposição contida no § 3º do artigo 99, do CPC, defiro a parte requerente o benefício da Gratuidade da Justiça. Intime-se a parte requerente. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056373-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MEIRE ANGELICA DE OLIVEIRA RAMOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
AGLAIR FRANZONI SUZUKI OAB - MT16114-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HOSPITAL E MATERNIDADE SAO MATEUS LTDA (RÉU)
ROGERIO CANTADORI (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 7ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1056373-64.2019.8.11.0041. (C) AUTOR(A): MEIRE ANGELICA DE OLIVEIRA RAMOS RÉU: ROGERIO CANTADORI, HOSPITAL E MATERNIDADE SAO MATEUS LTDA Vistos, Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais, onde a parte autora requer a gratuidade da Justiça, alegando não ter condições financeiras para arcar com as despesas processuais, deixando, contudo, de anexar ao pedido o documento probatório necessário. Posto isso, fundamentado no que dispõe o artigo 99, § 2º do CPC, intime a parte requerente, por seu patrono, via DJE, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar o pedido inicial, demonstrando que faz jus ao benefício requerido, anexando ao feito (cópia da CTPS, holerite ou última declaração de imposto de renda), ou ainda, para no mesmo prazo recolher as custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial, com base no que dispõe os artigos 290, do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo acima fixado com ou sem manifestação, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058900-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSEFA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte requerente pretende o reconhecimento da validade do pedido administrativo, alegando que a parte Requerida recusou o recebimento do requerimento e o fornecimento do protocolo para acompanhar o aviso de sinistro e sua regulação, bem como, que a Seguradora Requerida também se nega a listar os documentos que foram apresentados no momento da tentativa do protocolo do pedido, restringindo-se apenas em “recusar” o pedido administrativo. Requer ainda, a gratuidade da justiça, alegando não possuir condições financeiras para suportar os encargos processuais. Em que pese ser do conhecimento deste Magistrado, que na grande maioria dos casos envolvendo a cobrança do Seguro DPVAT, as partes estão juntando nos autos, os mesmos documentos a fim de amparar a alegação de recusa do protocolo administrativo pela Seguradora ora Requerida, dentre eles: reclamação feita junto à SUSEP, áudios e vídeos da tentativa de protocolo, ata notarial de constatação de fato, notificação extrajudicial e termo de audiência de conciliação ocorridos nos meses de maio e agosto/2018, sem ao menos demonstrar a tentativa de protocolamento do pedido administrativo do requerente, como no presente caso. Todavia, o E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso já firmou posicionamento de que, em casos tais, os referidos documentos são suficientes para afastar a exigibilidade do requerimento prévio administrativo para o regular exercício do direito de Ação, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n.631.240. Desta forma, seguindo o posicionamento majoritário do E. Tribunal de Justiça do Estado, recebo o pedido inicial, e determino a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO da parte Requerida para os termos da ação e comparecimento a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do CPC, cuja data, deverá ser agendada pela Secretaria Judicial, e realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando-se no mandado as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do CPC. Tendo em vista que na audiência a parte Autora deverá ser submetida à perícia médica judicial, por se tratar de ato personalíssimo, determino a sua intimação pessoal (REsp 1.309.276-SP, Terceira Turma, DJe 29/4/2016. REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), consignando no mandado que o não comparecimento injustificado implicará na preclusão da prova da comprovação da invalidez permanente. Por fim, presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, até que se prove o contrário, defiro à parte Requerente os benefícios da gratuidade da justiça – art. 99,§3º do CPC. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058802-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WERIKE MACARIO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS YULE PARDI OAB - MT23293/O (ADVOGADO(A))
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte requerente pretende o reconhecimento da validade do pedido administrativo, alegando que a parte Requerida recusou o recebimento do requerimento e o fornecimento do protocolo para acompanhar o aviso de sinistro e sua regulação, bem como, que a Seguradora Requerida também se nega a listar os documentos que foram apresentados no momento da tentativa do protocolo do pedido, restringindo-se apenas em “recusar” o pedido administrativo. Requer ainda, a gratuidade da justiça, alegando não possuir condições financeiras para suportar os encargos processuais. Em que pese ser do conhecimento deste Magistrado, que na grande maioria dos casos envolvendo a cobrança do Seguro DPVAT, as partes estão juntando nos autos, os mesmos documentos a fim de amparar a alegação de recusa do protocolo administrativo pela Seguradora ora Requerida, dentre eles: reclamação feita junto à SUSEP, áudios e vídeos da tentativa de protocolo, ata notarial de constatação de fato, notificação extrajudicial e termo de audiência de conciliação ocorridos nos meses de maio e agosto/2018, sem ao menos demonstrar a tentativa de protocolamento do pedido administrativo do requerente, como no presente caso. Todavia, o E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso já firmou posicionamento de que, em casos tais, os referidos documentos são suficientes para afastar a exigibilidade do requerimento prévio administrativo para o regular exercício do direito de Ação, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n.631.240. Desta forma, seguindo o posicionamento majoritário do E. Tribunal de Justiça do Estado,

recebo o pedido inicial, e determino a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO da parte Requerida para os termos da ação e comparecimento a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do CPC, cuja data, deverá ser agendada pela Secretaria Judicial, e realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando-se no mandado as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do CPC. Tendo em vista que na audiência a parte Autora deverá ser submetida à perícia médica judicial, por se tratar de ato personalíssimo, determino a sua intimação pessoal (REsp 1.309.276-SP, Terceira Turma, DJe 29/4/2016. REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), consignando no mandado que o não comparecimento injustificado implicará na preclusão da prova da comprovação da invalidez permanente. Por fim, presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, até que se prove o contrário, defiro à parte Requerente os benefícios da gratuidade da justiça – art. 99,§3º do CPC. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059038-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALEXANDRE SANTANA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Vistos, Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização do Benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde a parte autora requer a gratuidade da Justiça, alegando falta de condições financeiras para arcar com o ônus processual. O pedido no caso, vem instruído com os documentos indispensáveis preenchendo os requisitos básicos. Dessa forma, recebo o pedido inicial, e presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, defiro a parte requerente o benefício da Gratuidade da Justiça - § 3º do artigo 99, do CPC. Anote-se. Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 334 do CPC, determino a secretaria o agendamento de data para realização de audiência conciliatória a ser realizada no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, E-mail: central.capital@tjmt.jus.br. Estando a conciliatória agendada, cite-se e intime-se a parte requerida, consignando as advertências dispostas nos artigos 334, e 335 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerente na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). As partes deverão ser advertidas de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório, e que a ausência injustificada, caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado - artigo 334, § 8º, do CPC. Consigne-se ainda, que poderão constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Resalte-se que não havendo composição, o prazo para apresentação da contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando a partir da audiência conciliatória, conforme disposto no art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019. Yale Sabo Mendes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052277-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GAIA DE SOUZA ARAUJO MENEZES OAB - MT20237-O (ADVOGADO(A))
JAQUELINE PROENCA LARREA MEES OAB - MT13356-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA ISHIZUKA BARROS (RÉU)
TALK CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1052277-06.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, RECEBO a emenda a inicial do Id.2675719, em que a parte Autora comprovou o recolhimento das custas processuais de distribuição da ação. Todavia, observo que as provas que instruem a causa de pedir, não foram carreadas conforme exigido pelo artigo 384 do CPC, inviabilizando o seu conhecimento antes do exercício do direito de defesa. INTIME-SE a parte Requerente para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, RATIFICAR na forma da lei, as provas produzidas unilateralmente, sob pena de indeferimento da tutela provisória. Comprovado o recolhimento, voltem os autos conclusos para análise de pedido com urgência. Intime-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038403-85.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIMEIRE BARBOSA MACIEL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 7ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1038403-85.2018.8.11.0041(LP) AUTOR(A): LUCIMEIRE BARBOSA MACIEL RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA VISTOS, ACOLHO o parecer Ministerial no id. 25724225 e determino a INTIMAÇÃO da parte Requerida para manifestar com relação ao pedido de desistência da ação formulado pela parte Requerente no id. 17759881 (artigo 485,§4º do CPC) no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de anuência tácita. CUMPRA-SE. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1022050-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IVO OLIVEIRA DE MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISAIAS ALVES DE SOUZA OAB - MT15768-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1022050-33.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, CIENTE do acórdão do Id.25630778, que suspendeu os efeitos da tutela de urgência concedida no Id.20619417. Conseguinte, apresentada a contestação (Id.24135637) e silente a parte Autora quanto a impugnação (Id.27242214), devem as partes especificar eventual prova que presentem produzir. Assim, com fulcro nos artigos 9º e 10 c/c artigo 603, §2º e artigo 357, §2º, todos do CPC, bem como aos princípios da não-surpresa e da colaboração, instituídos pela nova lei adjetiva, INTIMEM-SE as partes para no prazo de 10(dez) dias, querendo: a) Especificarem quais provas ainda pretendem produzir, estabelecendo relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato exposta na lide e o que pretendem atestar com a prova, de modo a justificar sua adequação, pertinência e necessidade (artigo 357, II, CPC); b) Indicarem que questões de direito entendem ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (artigo 357, IV, do CPC). Após, conclusos, certificando-se eventual decurso do prazo concedido acima. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004135-68.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAM EDUARDO DO NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 23734154.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015260-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYANNE KELLY DOMINGUES OAB - MT23048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016764-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON BATISTA ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24428367.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020042-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JONATHAN CONSUELO RAMOS DE PAULA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24479502.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014834-26.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CREDITO S.A. (EXEQUENTE)
ARCELORMITTAL BRASIL S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO GALVAO SEVERI OAB - SP0207754A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. DE PAULO OLIVEIRA - ME (EXECUTADO)

Certifico que, encaminho intimação da parte requerente, para proceder à distribuição da carta precatória expedida nos autos, bem como comprovar sua distribuição.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020367-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVANILSON DENIZ DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001801-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROGENIO JOSE PEREIRA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24847478.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019059-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALBENIZA SALDANHA SARAIVA OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017549-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO LAURO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25299112.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019977-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVANIL SARAIVA ROCHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 26838496.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016502-27.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
B. R. B. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA OAB - 043.593.751-07 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25872806.

Intimação Classe: CNJ-530 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL
Processo Número: 1034144-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SARA SANTOS CASTEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAMINNE DA SILVA CASTRO OAB - MT24748/O (ADVOGADO(A))
NATHALIA DE ABREU CAVALCANTI OAB - MT23250/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação da parte autora para, no prazo legal, manifestar-se acerca da cota ministerial.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016976-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUNIOR ANDRADE FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 25293236.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017385-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEYNA MARIA ESPINOSA PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020270-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCIMARA SILVA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 24946607.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009141-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO SCHWINDEN NETO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação das partes para, no prazo legal, especificarem as provas que pretendam produzir.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004035-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JERSON RODRIGUES NUNES FILHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico que encaminho intimação da parte autora para, apresentar impugnação à contestação de ID. 22512498.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 865993 Nr: 6363-09.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO ILÁRIO CABRAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): SHUWAISER YORK ARIYOSHI, PAULO YOSHIHIKO YAMAMOTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO ANIS FAIAD - OAB:3.520/MT
Processo Código n.865993
VISTOS,
Tendo em vista o pedido da parte Requerida às fls. 152/153 de extinção do processo por abandono do feito pela parte Autora e as inúmeras tentativas frustradas de intimação pessoal, determino a sua INTIMAÇÃO POR EDITAL para que no prazo de 05 (cinco) dias promova o regular andamento do feito (SUMULA 216 STF), consignando a advertência que o silêncio implicará no abandono da causa e o processo será extinto.
Decorrido o prazo sem manifestação, voltem os autos conclusos para extinção.
Intimem-se. CUMPRA-SE.
Cuiabá-MT, 09 de dezembro de 2.019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1033005 Nr: 38129-46.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALEXANDRE CAMPOS GIACOMETI, CHRISTIANE TEODORO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONSTRUTORA LOPES LTDA, VERO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, MGARZON EUGENIO INTELIGENCIA IMOBILIARIA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GUSTAVO FERNANDES DA SILVA PERES - OAB:6668/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO ANTUNES SEGATO - OAB:13.546, GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONÇA - OAB:20683, UBALDO JUVENIZ JUNIOR - OAB:160493/SP

Certifico que encaminho intimação do Apelado (autor) para, no prazo legal, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação fls. 277/296.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1015162 Nr: 29759-78.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SPE PARQUE RESIDENCIAL BEIRA RIO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ODIL MANOEL GOMES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILA CORREA SILVA MENDES HARTMANN - OAB:29.620/GO, KLEYTON ALVES DE OLIVEIRA - OAB:16.240, MIGUELINA DE FATIMA ALMEIDA DA SILVA BORGES - OAB:7765, NARA RUBIA TOMAS DA SILVA - OAB:36428/GO, RAUL ANTONIO SANTOS BORGES - OAB:29620/GO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código do Processo nº 1015162
Vistos,
A parte autora vem aos autos requerer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença.
Não havendo nos autos comprovação do pagamento do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado às folhas 70/74.

Intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC.

Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito executado - § 1º do artigo 523, do CPC.
Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.

Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.
Defiro a expedição de ofício para inserção do nome da parte executada nos órgãos de restrição ao crédito, conforme estabelece os §§ 3º e 5º do artigo 782 do CPC, devendo ser observado o estabelecido o § 4º daquele artigo.
Intimem-se as partes.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 421159 Nr: 6714-21.2010.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLÉBIO GERALDO GUIMARÃES GAIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): LINUX EQUIPAMENTOS LTDA - ME., MF MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA - ME

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MANOELLA LEANDRO C. DA CUNHA - OAB:OAB/MT 13.801, MÁRCIA FERREIRA DE SOUZA - OAB:4.410/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADEMAR SANTANA FRANCO - OAB:4255/MT, DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Processo Código nº 421159
Vistos,
Trata-se de processo em fase de cumprimento de sentença em relação a executada Linux Equipamentos Ltda ME.
Conforme informações prestadas pela parte exequente, o despacho de folhas 270 deixou de ser cumprido em razão da parte EXECUTADA não ter sido localizada no endereço indicado nos autos.
A EXEQUENTE em manifestação, alega desconhecer o paradeiro da parte executada, postula entre outras diligências a busca de endereço da parte executada.
Pois bem, tratando-se a executada de pessoa jurídica, oficie à Junta Comercial do Estado, requisitando informações quanto os últimos atos Constitutivos da empresa executada Linux Equipamentos Ltda ME, no prazo de dez dias, sob pena de desobediência.

Juntadas as informações solicitadas, diga a parte exequente em cinco dias, após, voltem-me os autos conclusos para novas deliberações.
Intime-se a parte exequente.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1055250 Nr: 48881-77.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MANOEL ALVES NUNES
PARTE(S) REQUERIDA(S): TELEFONICA BRASIL S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDISON RODRIGUES - OAB:9901/MT, MILTON JONES AMORIM VIEIRA - OAB:OAB/MT 16.216, WESLEY FERNANDO OZÓRIO DOS SANTOS - OAB:26434
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMANDA BÁRBARA DE OLIVEIRA SODRÉ - OAB:13.333/MT

ANTE O EXPOSTO, nos termos do art.525, V do CPC, JULGO PROCEDENTE a IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA interposta por TELEFONICA BRASIL S/A (VIVO S/A) para reconhecer o excesso de execução no importe de R$ 9.235,08 (nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e oito centavos) no cálculo da parte Exequente de fls. 98/101. Pelo princípio da causalidade CONDENO a parte Exequente/Impugnada ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor excedente ora reconhecido, nos termos do art. 85, §2º, do CPC, ficando suspensa a execução por ser beneficiaria da justiça gratuita (fl.24). Tendo em vista que a parte Executada sequer efetuou o depósito do valor que entende devido, razão pela qual, deverá incidir sobre o montante do cálculo a multa e honorários previstos no artigo 523 do CPC.Faculto à parte Executada o prazo de 05 (cinco) dias para comprovar o pagamento do valor da condenação devidamente atualizado até a data do depósito, devendo acrescer no cálculo o percentual correspondente à multa e honorários previstos no artigo 523 do CPC, sob pena de expropriação forçada. Decorrido o prazo sem manifestação a parte Exequente deverá juntar planilha atualizada do débito, observando os parâmetros estabelecidos na sentença e ao cálculo apresentado pelo Executado as fls. 104, do qual concordou.Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 796637 Nr: 2992-71.2013.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS, MARIA APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA ARAÚJO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ SALVADOR JORDE DA CUNHA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS - OAB:12.921/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA CAROLINA RONDON P. DOS SANTOS - OAB:8.700/MT
Processo nº 796637
Vistos,
A parte exequente pretende a constrição de ativos financeiros de propriedade da parte executada, conforme pedido formulado as folhas 182/185, a fim de assegurar o cumprimento da obrigação objeto da lide (remanescente da condenação).

Todavia, considerando o disposto no art. 10 do CPC, que impõe a observância ao contraditório, segundo a qual "O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda eu se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício", antes da análise do pedido para efetivação da constrição financeira, a fim de que a ordem de

indisponibilidade não enseje margem para discussão quanto a seus limites e forma de execução, determino:

A INTIMAÇÃO da parte Exequente para no prazo de 15 (quinze) dias:

1) Apresentar memória de cálculo atualizada, com discriminação pormenorizada da composição do crédito;

2) Indicar a conta bancária sobre a qual pretende que incida o bloqueio de ativos financeiros via Sistema BACENJUD ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.

Com a juntada, INTIME-SE a parte Executada para no mesmo prazo manifestar sobre o cálculo apresentado, oportunidade em que deverá declarar se concorda com o valor indicado ou apresentar planilha de cálculo indicando qual o valor incontroverso do crédito, bem como quanto a constrição de ativos financeiros em sua conta bancária indicada ou não pela parte exequente.

Fica desde já consignado à parte Executada que deverá na mesma oportunidade indicar a conta bancária de sua preferência ou efetuar o depósito judicial do valor a ser bloqueado ou, pelo menos, do valor incontroverso, sob pena de anuência com as informações prestadas pela parte Exequente, bem como, com a utilização do Sistema BACENJUD.

Na hipótese de alegação de existência de valor excessivo no cálculo da parte Exequente, remetam-se os autos ao contador judicial para apuração do valor correto da execução, e em seguida, manifestem-se as partes no prazo comum de 10 (dez) dias.

Após, voltem os autos conclusos para apreciação.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 909668 Nr: 36595-04.2014.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MANOEL LEÃO DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO PANAMERICANO S/A, DOELER DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AGENOR JACOMO CLIVATI JUNIOR - OAB:9245 - MT, SERVIO TULIO MIGUEIS JACOB - OAB:6.204/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: REINALDO AMÉRICO ORTIGARA - OAB:9552/MT, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8.184-A

Código do Processo nº 909668

Vistos,

Trata-se de processo em fase de cumprimento de sentença, com acordo homologado nos autos entre a parte autora e a requerida Banco Pan S/A, passando o feito a ter prosseguimento somente em reação a requerida Doeler Distribuidora de Veículos Ltda.

No caso, a parte autora vem aos autos requerer a intimação da requerida Doeler Distribuidora de Veículos Ltda para cumprimento da sentença.

Posto isso, e não havendo comprovação nos autos do pagamento do pagamento da condenação em relação a requerida supra citada, defiro o pedido de execução formulado às folhas 432/438.

Intime-se a parte requerida Doeler Distribuidora de Veículos Ltda para no prazo de 15 (quinze) dias comprovar nos autos que excluiu todos os débitos gerados ilegalmente em nome da parte requerente, bem como, comprovar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC.

Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito executado - § 1º do artigo 523, do CPC.

Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.

Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.

Defiro a expedição de ofício para inserção do nome da parte executada nos órgãos de restrição ao crédito, conforme estabelece os §§ 3º e 5º do artigo 782 do CPC, devendo ser observado o estabelecido o § 4º daquele artigo.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 432944 Nr: 12576-70.2010.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: PEDRO PEREIRA DOS SANTOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): TRANSPORTADORA NORTE SUL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUISA SOUZA XAVIER - OAB:4362/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jakson Mário de Souza - OAB:4635 MT, ROSELY AMARAL DE SOUZA - OAB:11.864

Código do Processo nº 432944

Vistos,

Trata-se de processo em fase de Cumprimento de Sentença, com depósitos comprovados nos autos pela parte executada para pagamento da condenação.

A parte exequente em manifestação vem discordar dos valores depositados pela parte executada, alegando que os honorários sucumbenciais não foram incluídos no cálculo nem depositados nos autos. Ao final requer o levantamento dos valores já depositados nos autos, e o prosseguimento do feito pelo saldo remanescente.

Posto isso, sendo incontroverso os valores depositados nos autos, defiro parcialmente o pedido formulado pela parte exequente, expeça-se em seu favor alvará para levantamento dos valores depositados pela requerida, com os rendimentos do período, na conta indicada nos autos.

A seguir, encaminhem-se os autos a Contadoria Judicial, para apuração do remanescente.

Elaborado o cálculo, digam as partes em cinco dias e voltem-me os autos conclusos.

Intimem-se as partes.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 740311 Nr: 37017-81.2011.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ALDINO KISSEL, ANILDO NUNES DE MORAIS, ANTONIO FERREIRA DE ALMEIDA, CELSO JOSE MINOZZO, HERMINIA PAGLIARI LATREILLE, JAIR KISSEL, LEONICIO DOS REIS SALES, JESUS DE MORAIS LEAL, JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, JOSE CARLOS DOS SANTOS, JOSE GONÇALVES MORAES, JOSE PEREIRA MARQUES ROSA, JOSE VICENTE FILHO, MARINO FLAVIO ZORTEA, OLGA AYRES MARANHÃO ANTUNES, RITO BORTOLINI, SELVINO XAVARIZ CARRARO, SIMIÃO PREUSS, VILSON DOMINGOS BORTOLINI

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO FRANÇA ARAÚJO - OAB:12.621 / MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PLANOS ECONÔMICOS

Processo Código n.740311

VISTOS,

Tendo em vista a juntada da decisão que negou provimento ao Recurso Especial n.1.624.060-MT interposto pela parte Executada (fls. 780/782) e estando o valor do débito homologado pela decisão de fl.674/676, depositado nos autos consoante se infere do comprovante juntado às fl.727, DECLARO EXTINTO o presente feito, nos termos do artigo 924, II c/c artigo 925 do CPC.

EXPEÇA-SE ALVARÁ em favor da parte Exequente do depósito de fl.727, observando os dados bancários indicados as fls. 754.
Após, arquivem-se observando as formalidades legais.
Intimem-se. Cumpra-se
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 344652 Nr: 15104-48.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDMILSON RIBEIRO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): WORKER PLANEJAMENTO NEGÓCIOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO COSTA ALVARES SILVA - OAB:15.127/MT, FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM - OAB:12066/MT, JOAO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA - OAB:14490/O, Leandro Amorim da Costa - OAB:23486, VITOR LIMA DE ARRUDA - OAB:16.198/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WILMARA APARECIDA SANTOS - OAB:4710/MT
Certifico que encaminho intimação do executado para manifestar acerca da decisão/intimação fls. 318. Dito Isto, segue a referida decisão:(...) Com a juntada, INTIME-SE a parte Executada para no mesmo prazo manifestar sobre o cálculo apresentado, oportunidade em que deverá declarar se concorda com o valor indicado ou apresentar planilha de cálculo indicando qual o valor incontroverso do crédito, bem como quanto a constrição de ativos financeiros em sua conta bancária indicada ou não pela parte exequente.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 392109 Nr: 27399-83.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DA AMAZONIA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRO AMÉRICA S/A IND. E COMÉRCIO DE CEREAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELISANGELA HASSE - OAB:8.689/MT, Marcelo Augusto Borges - OAB:6.189 OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCAS DIAS DE CAMPOS - OAB:16929, TOMÁS ROBERTO NOGUEIRA - OAB:4464-A/MT
Certifico que encaminho intimação do requerente para manifestar acerca das fls. 767/844 e 845/847.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1015418 Nr: 29885-31.2015.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADEL BAKER TAMINI NETO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE SABINO DA SILVA - EPP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEANDRO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:6.949/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - OAB:7.680/MT, EUCLIDES RIBEIRO S. JUNIOR - OAB:5.222/MT
Código do Processo nº 1015418
Vistos,
A parte autora vem informar que a parte requerida deixou de cumprir o acordo homologado nos autos, ao final requer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença.
Não havendo comprovação nos autos do pagamento do acordo na forma entabulada e repactuada entre as partes, defiro o pedido de execução requerido as folhas 151/154.
Proceda-se no sistema Apolo a conversão desta ação fazendo constar a fase de Cumprimento de Sentença.
A seguir, intime-se a(s) parte(s) Requerida(s), para no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento do valor exequendo, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC.
Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito exequendo - § 1º do artigo 523, do CPC.
Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.
Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.
Intimem-se as partes.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1058073 Nr: 50088-14.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESPOLIO DE JOSE RICARDO PEREIRA BUENO, IZABEL FERREIRA BUENO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT, RODRIGO BRANDAO CORREA - OAB:16113
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8184-A
Código do Processo nº 1058073
Vistos,
A Empresa Mediape nomeada (fls. 171), para realizar a perícia técnica nestes caso, vem aos autos informar a impossibilidade de assumir o encargo que lhe foi confiado, conforme justificativa apresentada no feito.
Posto isso, fundamentado no que dispõe o parágrafo único do artigo 467 do CPC, acolho o pedido de recusa formulado pelo expert as folhas 172/173, e destituo do encargo de perito A Empresa Mediape, que, deverá ser cientificada desta decisão.
Nomeio como Perito Judicial nestes autos, a Empresa Forense Lab Pericias - especialista em perícias técnicas judiciais, podendo ser encontrada na Rua Leonides de Carvalho, nº 111 - Coxipó da Ponte, Cuiabá - MT, 78048-350 - Telefone: (65) 98112-2338, E-mail: contato@forenselab.com, para realizar perícia descrita na decisão de folhas 171, independente de compromisso, sob a fé de seu grau.
Intime-se a Empresa Forense Lab, encaminhando cópia da inicial, contestação e dos quesitos formulados pelas partes, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse na realização da pericia na forma determinada na decisão de folhas 171.
Aceitando o encargo, dê-se cumprimento integral aquela decisão. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.
Intimem-se as partes.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1369367 Nr: 1850-22.2019.811.0041
AÇÃO: Liquidação por Arbitramento->Procedimento de Liquidação->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SORNA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CANOEIRO ALIMENTOS LTDA, CUIABOM ALIMENTOS LTDA - ME, JURACY APARECIDA HERANE DANHONI, ANTENOR DANHONI JUNIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO MARTINS SORNA - OAB:19693/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código do Processo nº 1369367
Vistos,
Trata-se de procedimento de liquidação de sentença, transitada em julgado, que determina a apuração do valor a ser executado por

arbitramento, e da análise dos autos, constata-se que para a concretização da sentença os cálculos a serem realizados nos autos, depende de juntada de documentos.

Custas recolhidas (fls. 26/27).

Posto isso, fundamentado no que dispõe o artigo 509, I, CPC, instauro a fase pré-executiva de Liquidação de sentença por Arbitramento, para fins de se estabelecer o quantum devido, de acordo com os parâmetros fixados na sentença e acórdão anexados nos autos.

Assim, conforme estabelece o artigo 510 do CPC, intimem-se as partes para no prazo de 10(dez) dias, apresentarem nos autos os documentos do período em questão na lide, documentos estes, necessários e elucidativos ao deslinde da liquidação. Se decorrido o prazo, sem cumprimento, certifique e voltem-me os autos conclusos.

Nomeio como perito judicial neste caso, independentemente de compromisso, sob a fé de seu grau, o Sr. GERSON FANAIA PEREIRA – Contador, CRC/MT 008440-007 – CRA-MT 2494, Av. Fernando Correa da Costa nº 1.610, Bairro Jardim Kennedy, Cuiabá - MT - CEP. 78.065-000, Tel. nº (65) 3023-5412 e 3023-5415, (65) 99981-0779. E-mail: fanaia@terra.com.br.

Intime-se o Perito da presente nomeação, para no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se aceita o encargo, e apresentar proposta de honorários, seguindo a disposição contida na Resolução do CNJ, nº 232/2016. Consigne-se que o laudo pericial deverá ser entregue em 30 (trinta) dias, contados a partir da realização da pericia (art. 465, caput, do CPC).

Intimem-se as partes para no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, arguirem impedimento ou suspeição do profissional nomeado (artigo 465, § 1º do CPC), bem como, para querendo indicar assistente técnico e apresentar os quesitos que desejam ver respondidos pelo expert, conforme dispõe os incisos II e III, do § 2º, do art.465, do CPC.

Na fase autônoma de liquidação de sentença por arbitramento ou por artigos, incumbe ao devedor sucumbente à antecipação dos honorários periciais, conforme entendimento consolidado no STJ.

Aceitando o perito o encargo, intime-se a parte devedora para em igual prazo, comprovar nos autos o depósito judicial no valor dos honorários Periciais.

Depositados os honorários periciais, intime-se o perito para informar nos autos o dia, hora e local para o início dos trabalhos, com antecedência mínima de 30 dias, a fim de possibilitar a intimação das partes. A seguir, intimem-se as partes da data agendada, certificando-se a ocorrência nos autos.

Deixo autorizado o levantamento de 50% (cinquenta) por cento do valor dos honorários, em favor do perito, para o início dos trabalhos, ficando o restante a ser liberado, depois de prestadas os esclarecimentos, caso sejam necessários (art. 465, § 4º, do CPC).

A presentando o laudo e decorrido o prazo dos Assistentes Técnicos e das partes (art. 477 do CPC), voltem-me os autos conclusos.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 1154921 Nr: 33891-47.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CARMEM RODRIGUES DA CONCEIÇAO PINHEIRO, JOSE AUGUSTO RODRIGUES, ERODINA RODRIGUES DA SILVA, ALICE CONCEIÇÃO DE ALMEIDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO LUIS DE DEUS JÚNIOR, ANTONIO LUIS DE DEUS, MODEPLAN CONSTRUTORA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELOISA MARIA BARBOSA MEDEIROS - OAB:14811/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ODAIA A BUSÍQUIA - OAB:11.564-A MT, ODAIR APARECIDO BUSIQUIA - OAB:11564-A, ODAIR A BUSIQUIA - OAB:11564-A

Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais e CONSTITUO, em favor dos autores CARMEM RODRIGUES DA CONCEIÇAO PINHEIRO, JOSE AUGUSTO RODRIGUES, ERODINA RODRIGUES DA SILVA e ALICE CONCEIÇÃO DE ALMEIDA, o Domínio, por Usucapião Extraordinário, sob a fração de 3.119,12m² que deverá ser desmembrado do imóvel matriculado sob o nº 34.822, Livro 02, fls. 01 do Cartório do 5º Ofício de Cuiabá/MT, conforme dimensões devidamente transcritas no Memorial Descritivo e Levantamento Planimétrico de fls. 62/66, devendo esta sentença servir de título para o registro no 5º Serviço Notarial e Registral de Cuiabá/MT, onde se localiza o imóvel, e em consequência resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.Decorrido o prazo recursal, determino sejam expedidos Mandados de Averbação e encaminhados ao 5º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE CUIABÁ/MT, a fim de proceder à necessária averbação e desmembramento da matricula em questão.Em razão da sucumbência recíproca, CONDENO ambas as partes ao pagamento das custas, na proporção de 50% a cada uma, e honorários advocatícios da parte adversa ora fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, §2º do CPC, vedada a compensação, ficando suspensa a exigibilidade da parte Autora por ser beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, §3º do CPC. Transitado em julgado e decorridos 15 (quinze) dias sem a manifestação da parte vencedora expressando o desejo de executar a sentença, arquive-se. (Art. 1.284 da CNGC/TJMT)Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 1162253 Nr: 36851-73.2016.811.0041

AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: COLEGIO PRUDENTE CAMPOS EIRELI

PARTE(S) REQUERIDA(S): CRISTIANE FACCHIANO ROCHA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVERTON ANDREY LESSA - OAB:17.184/MT, VITOR HUGO FORNAGIERI - OAB:15661

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:

ANTE O EXPOSTO, nos termos dos artigos 487, I c/c art.. 701, §2º do CPC, REJEITO os EMBARGOS MONITÓRIOS e por consequência JULGO PROCEDENTE a AÇÃO MONITÓRIA para o fim de declarar constituído de pleno direito, em titulo executivo, o crédito do Autor no valor total de R$ 2.835,00 (dois mil oitocentos e trinta e cinco reais) acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária (INPC) a partir do vencimento de cada mensalidade (artigo 52, II da Lei 7.357/85).CONVERTO O MANDADO INICIAL EM MANDADO EXECUTIVO, prosseguindo-se o presente feito em conformidade com o art. 523,§1º e seguintes do CPC. CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, atento aos vetores previstos no artigo 85 do CPC.Transitado em julgado, INTIME-SE a parte Exequente para requerer o que entender de direito, apresentando o demonstrativo atualizado do débito, conforme determinado nesta sentença, e, após, INTIME-SE o devedor (art. 513, §2º IV do CPC) para pagamento do débito, sob pena de multa e honorários advocatícios relativo à fase de cumprimento de sentença previsto no artigo 523 do CPC. Proceda a retificação no registro e autuação deste feito, para fazer constar o nome da AÇÃO COMO EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, efetive-se as demais alterações na distribuição e no Sistema Apolo, de modo, que passe a figurar o Requerente como Exequente e a parte Requerida como Executada.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 1168978 Nr: 39691-56.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: GETULIO SOARES DE OLIVEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVALDO CORSI JUNIOR - OAB:17.676/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FAGNER DA SILVA BOTOF - OAB:12.903/MT, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8184-A

Processo - Código nº 1168978

Vistos,

A perícia designada neste feito, não chegou a ser realizada, sendo os

autos exinto pela sentença de folhas 106/107, ficando nos autos depositados o valor dos honorários periciais.
A parte requerida em manifestação vem requerer a devolução dos honorários periciais.
Posto isso, defiro o pedido formulado as folhas 115/116, expeça-se em favor da parte requerida alvará, para levantamento do valor correspondente aos honorários periciais depositado nos autos as folhas 92/93, na conta indicada nos autos.
Após, retornem os autos ao arquivo com as baixas necessárias.
Intime-se a parte requerida
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1241553 Nr: 18573-87.2017.811.0041
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADEVAIR BATISTA CABRAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): AÇOFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JESSIKA NAIARA VAZ DA SILVA - OAB:21.354/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4.032/MT
Processo Código nº1241553
VISTOS,
Nos termos do artigo 437, §1º do CPC, INTIME-SE a parte Requerida/Embargada para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar quanto aos documentos juntados pela parte Requerente/Embargante às fls. 75/77.
Após, voltem os autos conclusos para sentença.
Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 227538 Nr: 34761-78.2005.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDITE MACIEL RIBEIRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLEBER JOSÉ DE OLIVEIRA, DARIO CESAR SCHERNER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLÁUDIA AQUINO DE OLIVEIRA - OAB:7230/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA LUCIA MACHADO PEREIRA - OAB: 13.014/MT, DIOGO REINERS GONÇALVES - OAB:13013/MT, GEORGE MILLER FILHO - OAB:10.240 MT, RODOLFO CORRÊA DA COSTA JÚNIOR - OAB:7.554/MT
Código do Processo nº 227538
Vistos,
Trata-se de processo extinto por sentença homologatória, onde a parte autora vem aos autos informar o não cumprimento do acordo pela requerida, requerendo providencias, deixando, contudo, de formular nos autos o pedido de cumprimento de sentença e de anexar ao pedido os documentos probatórios necessários.
Pois, bem, a prestação jurisdicional neste feito encontra-se exaurida, pela sentença homologatória de folhas 196/197.
Quando as partes fazem um acordo no curso do processo, nasce o título executivo judicial, com previsão no Art. 515 e incisos do CPC. Portanto, a decisão homologatória de auto composição judicial é um título executivo judicial a execução se dá pelo cumprimento de sentença.
Dessa forma, havendo descumprimento do acordo, conforme noticiado nos autos, cabe à parte interessada promover o devido cumprimento de sentença - Art. 515 do CPC, com as informações estipuladas pelo artigo 524, do CPC, para posterior prosseguimento do feito.
Posto isso, intime a parte requerente para no prazo de cinco dias, formular nos autos o pedido de cumprimento de sentença, sob pena de indeferimento do prosseguimento.
Decorrido o prazo com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 10069 Nr: 2549-19.1996.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MSCL
PARTE(S) REQUERIDA(S): BBS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTINNY NUNES RONDON SANTANA - OAB:22.716/O, OTACÍLIO PERON - OAB:3.684-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Código - 10069
VISTOS,
A parte Exequente às fls. 311 manifestou concordância com o cálculo realizado pela contadoria judicial as fls. 308/309, que o valor remanescente depositado (fls. 294) seja liberado em favor da parte Executada, pugnando pela extinção do feito.
Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO.
Expeça-se ALVARÁ do valor depositado às fls. 294 em favor da parte Executada, a ser creditado na conta indicada as fls. 291 item b.
Custas remanescentes ao encargo da parte Executada, nos termos do art. 90 do CPC.
Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 09 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 11168 Nr: 10915-42.1999.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AÇOFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CERÂMICA SÃO GONÇALO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4.032/MT, NILTON LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB:4.811/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ ALGEMIRO MARQUES DE ARAÚJO - OAB:12247, ROSALVO PINTO BRANDÃO - OAB:2255-B/MT
Processo Código nº11168
VISTOS,
Certifique-se o cumprimento do mandado de fl.293, e intime-se a parte Exequente para no prazo de 05 (cinco) dias requerer o que entender de direito para prosseguimento da execução.
Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
YALE SABO MENDES
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 772833 Nr: 25951-70.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FERNANDO DA SILVA LUTIKOSKI
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO YUJI YASHIRO - OAB:16.250
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO HAUEISEN DA MATA - OAB:26419/A, JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:123.907/MG, LUIZ HENRIQUE VIEIRA - OAB:26.417 A, YURI DE LIMA SANTOS - OAB:188937-MG
Certifico que encaminho intimação na pessoa do advogado do requerente

para, no prazo legal, dar andamento ao feito sob pena de extinção.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 775527 Nr: 28786-31.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ERI MOREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO YUJI YASHIRO - OAB:16.250
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5.736/O/MT, LUIZ EDUARDO BILIBIO PIVA - OAB:12918-E
Certifico que, encaminho intimação na pessoa do advogado do requerente para, no prazo legal, dar andamento ao feito sob pena de extinção.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 810261 Nr: 16763-19.2013.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRIAZE CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANA ZAMPRONI BRANCO - OAB:2062/RO, RICARDO DAMASCENO COSTA - OAB:192306/SP, VANESSA ROMANI PRADO - OAB:209585/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código do Processo nº 810261
Vistos,
Neste feito, a parte executada citada por edital, deixou transcorrer o prazo sem qualquer manifestação nos autos, conforme relata a certidão lavrada às folhas 80, sendo os autos suspensos, sem que fosse nomeado curador ao executado, para apresentação dos embargos.
Quanto à possibilidade de nomeação de curador especial ao réu citado por edital, ainda que em sede de Execução, o STJ consolidou em seu Enunciado de Súmula nº 196, o entendimento que ao executado citado por edital ou por hora certa que permanecer revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos.
Posto isso, antes da apreciação do pedido de suspensão formulado as folhas 85, chamo o feito á ordem, e fundamentado na disposição contida no artigo 72, inciso II, do CPC, nomeio como Curador Especial a parte executada Briazze Construtora Ltda - EPP, citada por edital, um dos Defensores Públicos militante no Foro local, a quem determino que seja dado vista dos autos, pelo prazo legal, para apresentação de embargos.
Intime-se pessoalmente a Defensoria Pública, na forma preconizada pelo - art.186, § 1º, e 183, § 1º, ambos do CPC.
Intime-se a parte exequente.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 828639 Nr: 34493-43.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PATRICIA REGINA BRITO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GOLDFARB PDG 3 INCORPORAÇÕES LTDA, AVANCE NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO RIVELLI - OAB:MT/19.023-A, JOSÉ EDUARDO FONTES MAYA FERREIRA - OAB:100.618, MARIA ESTTELA SILVA GUIMARÃES - OAB:139.141/RJ
ANTE O EXPOSTO, e com base no artigo 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial por PATRICIA REGINA BRITO, em desfavor de GOLDFARB PDG 3 INCORPORAÇÕES LTDA e AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIARIOS, tão somente para CONDENAR a 1ª Requerida restituir a parte Autora o montante equivalente a 90% (noventa por cento) do valor pago (R$ 918,66 – fl.189), devendo sobre o valor a ser restituído, incidir juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação e correção monetária (INPC) a partir do desembolso.Pelo princípio da sucumbência, CONDENO a parte Autora ao pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono de cada Requerida, que fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, ficando, entretanto, suspensa a exigibilidade por ser beneficiária da justiça gratuita (art. 98,§3º do CPC).Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 745826 Nr: 42997-09.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANE COMÉRCIO DE CALÇADOS E BOLSAS LTDA - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): BEACH SHOES COMÉRCIO IMP. EXP. E FRANQUIA DE CALÇADOS E BOLSAS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ FÁBIO MARQUES DIAS JÚNIOR - OAB:6.398/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDA TOMAZ MENDES - OAB:13783/MT
Código do Processo nº 745826
Vistos,
A parte autora vem aos autos requerer a intimação da parte requerida para cumprimento da sentença.
A sentença proferida nestes autos, foi mantida na corte superior e já transitou em julgado (fls. 1626).
Assim, não havendo comprovação nos autos do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado pela parte exequente as folhas 1628/1637.
Proceda-se a conversão desta ação fazendo constar a fase de Cumprimento de Sentença.
A seguir, intime-se a parte requerida para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo 513, do CPC.
Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito exequendo - § 1º do artigo 523, do CPC.
Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.
Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.
Intimem-se as partes.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.
Yale Sabo Mendes
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 927373 Nr: 47872-17.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLAIR ANTONIO BARONIO & CIA LTDA - EPP
PARTE(S) REQUERIDA(S): TRANSPORTADORA BORTOLANZA LTDA-ME, COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RONIZE ANTONIO BARBOSA - OAB:13764-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO SILVA NAVEGA - OAB:118948, JOEVERTON SILVA DE JESUS - OAB:9946
Código do Processo nº 927373
Vistos,
A parte autora vem aos autos requerer a intimação da primeira requerida para cumprimento da sentença.
Não havendo nos autos comprovação do pagamento da condenação, defiro o pedido de execução formulado às folhas 207/213.
Intime-se a primeira requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação, na forma estabelecida no artigo

513, do CPC.

Consigne-se que não havendo pagamento no prazo acima estipulado no artigo, incidirá a multa de 10% e, ainda, os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito executado - § 1º do artigo 523, do CPC.

Ocorrendo o pagamento, diga a parte exequente em cinco dias, quanto ao valor depositado, sob pena de preclusão.

Não havendo pagamento, intime-se a parte exequente para em cinco dias, apresentar nos autos o cálculo atualizado do débito exequendo, incluído da multa e os honorários fixados nesta fase de execução, bem como, para no mesmo prazo indicar bens à penhora, para posterior prosseguimento.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 956024 Nr: 3066-57.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: OSVALDO ALVES & CIA LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): LINCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CYNTIA KATHEUCIA DA CRUZ E SILVA CARVALHO - OAB:8649

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE SLHESSARENKO - OAB:3921

Certifico que encaminho intimação da executada para manifestar acerca da decisão/intimação fls. 98. Dito Isto, segue a referida decisão:(...) Com a juntada, INTIME-SE a parte Executada para no mesmo prazo manifestar sobre o cálculo apresentado, oportunidade em que deverá declarar se concorda com o valor indicado ou apresentar planilha de cálculo indicando qual o valor incontroverso do crédito, bem como quanto a constrição de ativos financeiros em sua conta bancária indicada ou não pela parte exequente.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 146734 Nr: 2050-54.2004.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: GIUSEPE CATALANI, CARMEN DÉBORAH DE ARAÚJO CATALANI, EMI-KA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

PARTE(S) REQUERIDA(S): CRISTINA DE VASCONCELOS LOPES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANO ROSTIROLLA - OAB:6940, MARCELO DOS SANTOS BARBOSA - OAB:4886/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Processo nº 146734

Vistos,

A parte exequente pretende em primeiro lugar a constrição de ativos financeiros de propriedade da parte executada conforme pedido formulado as folhas 204/207, a fim de assegurar o cumprimento da obrigação objeto da lide.

Todavia, considerando o disposto no art. 10 do CPC, que impõe a observância ao contraditório, segundo a qual "O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda eu se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício", antes da análise do pedido para efetivação da constrição financeira, a fim de que a ordem de indisponibilidade não enseje margem para discussão quanto a seus limites e forma de execução, determino:

A INTIMAÇÃO da parte Exequente para no prazo de 15 (quinze) dias:

1) Apresentar memória de cálculo atualizada, com discriminação pormenorizada da composição do crédito;

2) Indicar a conta bancária sobre a qual pretende que incida o bloqueio de ativos financeiros via Sistema BACENJUD ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.

Com a juntada, INTIME-SE a parte Executada para no mesmo prazo manifestar sobre o cálculo apresentado, oportunidade em que deverá declarar se concorda com o valor indicado ou apresentar planilha de cálculo indicando qual o valor incontroverso do crédito, bem como quanto a constrição de ativos financeiros em sua conta bancária indicada ou não pela parte exequente.

Fica desde já consignado à parte Executada que deverá na mesma oportunidade indicar a conta bancária de sua preferência ou efetuar o depósito judicial do valor a ser bloqueado ou, pelo menos, do valor incontroverso, sob pena de anuência com as informações prestadas pela parte Exequente, bem como, com a utilização do Sistema BACENJUD.

Na hipótese de alegação de existência de valor excessivo no cálculo da parte Exequente, remetam-se os autos ao contador judicial para apuração do valor correto da execução, e em seguida, manifestem-se as partes no prazo comum de 10 (dez) dias.

Após, voltem os autos conclusos para apreciação.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 10 de Dezembro de 2019.

Yale Sabo Mendes

Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 857111 Nr: 59356-63.2013.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: WILMA YAMADA TORRES

PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GABRIELA ELOISA KARASAIAKI FORTES - OAB:173987 /RJ, HAMILTON FERREIRA SILVA JUNIOR - OAB:11.322/MT, JODELISMAR JOSÉ ALVES JÚNIOR - OAB:23223, LUCIMAR A KARASIAKI - OAB:6448/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA PAULA SIGARINI GARCIA - OAB:10.133, FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO - OAB:OAB/MT 7627-A

Processo Código nº857111

VISTOS,

Da análise dos argumentos tecidos pelas partes quanto à condenação fixada na sentença para o ressarcimento dos danos materiais, verifico que ambos litigantes deixaram de carrear aos autos a respectiva "Tabela da Associação Médica Brasileira para serviços médicos e exames complementares e a Tabela da Brasindice para o cálculo dos gastos com medicamentos", tal como definido na sentença, a fim de viabilizar a liquidação do valor dos danos materiais.

Desta feita, concedo às partes o prazo de 15 (quinze) dias para adequarem o demonstrativo do débito com relação aos danos materiais, ou manifestar interesse na designação de perito contábil.

Após, voltem conclusos para ulteriores deliberações.

Intimem-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

YALE SABO MENDES

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Yale Sabo Mendes

Cod. Proc.: 780307 Nr: 33844-15.2012.811.0041

AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: IRMÃOS DOMINGOS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): PLANMETAS CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Cezar Rosada - OAB:5868

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

ANTE O EXPOSTO, nos termos dos artigos 487, I c/c art.. 701, §2º do CPC, REJEITO os EMBARGOS MONITÓRIOS e por consequência JULGO PROCEDENTE a AÇÃO MONITÓRIA para o fim de declarar constituído de pleno direito, em titulo executivo, o crédito do Autor no valor total de R$ 4.326,10 (quatro mil trezentos e vinte e seis reais e dez centavos) acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária (INPC) a partir do vencimento de cada mensalidade (artigo 52, II

da Lei 7.357/85).CONVERTO O MANDADO INICIAL EM MANDADO EXECUTIVO, prosseguindo-se o presente feito em conformidade com o art. 523,§1º e seguintes do CPC. CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, atento aos vetores previstos no artigo 85 do CPC.Transitado em julgado, INTIME-SE a parte Exequente para requerer o que entender de direito, apresentando o demonstrativo atualizado do débito, e, após, INTIME-SE o devedor (art. 513, §2º IV do CPC) para pagamento do débito, sob pena de multa e honorários advocatícios relativo à fase de cumprimento de sentença previsto no artigo 523 do CPC. Proceda a retificação no registro e autuação deste feito, para fazer constar o nome da AÇÃO COMO EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, efetive-se as demais alterações na distribuição e no Sistema Apolo, de modo, que passe a figurar o Requerente como Exequente e a parte Requerida como Executada.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Yale Sabo Mendes
Cod. Proc.: 1096575 Nr: 9111-43.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SHIRLEY CRISTINA DE OLIVEIRA GOMES
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLEDNEI LIBÓRIO FELICIANO - OAB:7527/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO C. ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13431-B
ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais formulados por SHIRLEY CRISTINA DE OLIVEIRA GOMES em face de CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO ENERGISA para DECLARAR inexigível a recuperação de consumo no valor de R$ 2.312,09 (dois mil trezentos e doze reais e nove centavos) da Unidade Consumidora nº 15009560.Em razão da sucumbência recíproca, CONDENO ambas ao pagamento das custas, na proporção de 50% a cada uma, e honorários advocatícios da parte adversa ora fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do CPC, vedada a compensação, ficando suspensa a exigibilidade da parte Autora por ser beneficiária da justiça gratuita (fl. 55/56), nos termos do artigo 98, §3º do CPC. Transitado em julgado e decorridos 15 (quinze) dias sem a manifestação da parte vencedora expressando o desejo de executar a sentença, arquive-se. (Art. 1.284 da CNGC/TJMT)Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019.YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 813989 Nr: 20462-18.2013.811.0041
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PARECIS ENERGIA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): SOLOTRAT ENGENHARIA GEOTÉCNICA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO ALVES PUGA - OAB:5058/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MANOEL GREGÓRIO CASTELLAR PINHEIRO FILHO - OAB:OAB/SP 121.758
Certifico que encaminho intimação das partes para, manifestarem-se acerca do retorno dos autos a 1° instância.

Citação

Citação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1035952-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA FARIA PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Certifico que, nesta data procedi à citação da requerida, via E-mail, nos termos do Ofício Circular Nº 034/2017-DF, Art. 246, V e 334 do CPC. Nos termos que seguem: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL Sétima Vara Cível Processo: 1035952-53.2019.8.11.0041 Prezado(a) Senhor(a) representante legal: Nos termos dos artigos 246, V e 334 do CPC, O presente E-mail, referente aos autos em epígrafe, tem por finalidade a C i t a ç ã o de Vossa Senhoria, na qualidade de , por todo o conteúdo do despacho e da petição inicial, cuja(s) cópia(s) segue(m) anexa(s) como parte integrante deste e-mail, para responder, querendo, a ação. ADVERTÊNCIAS: O comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). A parte, no entanto, poderá constituir representante por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10). Não havendo auto composição o prazo para contestação é de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), iniciando a partir da audiência, não apresentando contestação, será considerada revel e presumindo-se verdadeiras as alegações formuladas pela parte autora (CPC, art. 344). Cuiabá, 11 de Dezembro de 2019 Endereço do Fórum: Rua Des. Milton Figueiredo Ferreira Mendes, Sn -. D., Bairro: Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905, Telefone(s): (65) 3648-6001/ 6002, (65) 3648-6006

Citação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027884-51.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO REALINO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Certifico que, nesta data procedi à citação da requerida, via E-mail, nos termos do Ofício Circular Nº 034/2017-DF, Art. 246, V e 334 do CPC. Nos termos que seguem: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ - DESEMBARGADOR JOSÉ VIDAL Sétima Vara Cível Processo: 1027884-51.2018.8.11.0041 Prezado(a) Senhor(a) representante legal: Nos termos dos artigos 246, V e 334 do CPC, O presente E-mail, referente aos autos em epígrafe, tem por finalidade a C i t a ç ã o de Vossa Senhoria, na qualidade de , por todo o conteúdo do despacho e da petição inicial, cuja(s) cópia(s) segue(m) anexa(s) como parte integrante deste e-mail, para responder, querendo, a ação. ADVERTÊNCIAS: O comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). A parte, no entanto, poderá constituir representante por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10). Não havendo auto composição o prazo para contestação é de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), iniciando a partir da audiência, não apresentando contestação, será considerada revel e presumindo-se verdadeiras as alegações formuladas pela parte autora (CPC, art. 344). Cuiabá, 11 de Dezembro de 2019 Endereço do Fórum: Rua Des. Milton Figueiredo Ferreira Mendes, Sn -. D., Bairro: Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá-MT, CEP: 78.049-905, Telefone(s): (65) 3648-6001/ 6002, (65) 3648-6006

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005741-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZETE BENEDITA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFFERSON APARECIDO POZZA FAVARO OAB - MT10200/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATRIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA - EPP (RÉU)
CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))
WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO OAB - RS0069412S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):

YALE SABO MENDES

PJE n.1005741-34.2019.8.11.0041(p) VISTOS, INTIME-SE a parte Autora para no prazo de 24h(vinte e quatro horas), comparecer à locadora de veículos indicada pela Requerida CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA no petitório juntado no id.27272733, a fim de retirar o automóvel que lhe foi disponibilizado, sob pena de revogação da tutela de urgência. Cumpre registrar que o fato da parte Autora estar ausente da Comarca não impede o cumprimento da ordem judicial, na medida em que somente após a efetiva comprovação da disponibilização do automóvel reserva é que as Requeridas estariam eximidas do pagamento da multa cominatória arbitrada nas decisões proferidas nos id´s 26655249 e 1892590, o que somente veio anunciado nos autos com a ultima petição juntada pela parte Requerida no id. 27272733. Isto porque, não obstante a exigência de caução por parte da locadora de veículo seja praxe no ramo de locação, tal incumbência não por ser transferida ao Consumidor, devendo as próprias Requeridas diligenciar no sentido de solucionar as pendências relativas às exigências para a locação, sem que ele tenha que arcar com qualquer garantia a ser exigida pela empresa locadora, pois, a princípio, não deu causa para os defeitos no seu veículo que o impediram de utilizá-lo. Além disso, relevante salientar em complemento ao que foi decidido no id. 26655249, que ao contrário do defendido pela parte Requerida nas razões do Recurso de Agravo de Instrumento n.1018705-85.2019.8.11.0000, a parte Autora no petitório juntado no id. 22712549 apontou o fato de a Requerida estar condicionando a entrega do veículo novo ofertado no id. 21327207 em substituição ao defeituoso, mediante a entrega da documentação deste livre e desembaraçado, o que ao meu sentir, é de todo descabido uma vez que o automóvel adquirido pela parte Autora encontra-se alienado fiduciariamente, e, por consequência, implicaria na prática de outros trâmites administrativos junto a instituição financeira para substituição da garantia e da alienação. A par disso, entendo que a multa cominatória arbitrada nas decisões proferidas nos id´s. 26655249 e 1892590 devem prevalecer até a data da juntada da petição id. 27272733 (11/12/2019), ocasião em que a Requerida informou de forma completa o local e veículo a ser disponibilizado à parte Autora em cumprimento as referidas ordens judiciais. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1048614-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AMAGGI & LD COMMODITIES S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINA CAMPOS SOARES SANTOS FERNANDES OAB - MG147678 (ADVOGADO(A))
CASSIA CAROLINA VOLLET CUNHA OAB - MT0009233A (ADVOGADO(A))
ARTHUR PRUDENTE CAMPOS SOUZA VERAS OAB - MT16335-O (ADVOGADO(A))
MARCELO TADEU FRAGA OAB - MT0007967A (ADVOGADO(A))
JOSE ANTONIO TADEU GUILHEN OAB - MT3103/A (ADVOGADO(A))
CARLOS EDUARDO GOMES OAB - PR70642 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALNEIDE ARAUJO ZALTRON (EXECUTADO)
VIVIANA MAGALE MULLICH ZALTRON (EXECUTADO)
ADRIANE KREITLOW ZALTRON (EXECUTADO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1048614-49.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, RECEBO a emenda a inicial anexada ao Id.25538065 e Id.25732813, em que a parte Autora comprovou, respectivamente o recolhimento das custas processuais de distribuição da ação e substabeleceu o patrono subscritor. Procedam-se as devidas anotações. Tratando-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA, fundada em contrato de compra e venda de grãos, cujos requisitos mínimos de admissibilidade do feito encontram-se suficientemente juntado aos autos, RECEBO a presente ação nos termos do artigo 824 e seguintes do CPC. I. CITEM-SE os Executados para, no prazo de 03 (três) dias, pagar o equivalente ao valor da dívida (R$1.244.007,30), devidamente atualizado nos termos estabelecidos no contrato firmado entre as partes (a partir da citação válida até a data do efetivo pagamento), acrescidos dos honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor principal do débito (R$1.244.007,30). Consigno que, o pagamento no prazo assinalado, remirá metade do valor fixado para os honorários advocatícios. (artigo 827, §1º e artigo 829, caput, do CPC) Não sendo efetuado o pagamento no prazo assinalado (03 dias), o Oficial de Justiça procederá a imediata PENHORA E AVALIAÇÃO de bens dos Executados, na proporção que bastar para o pagamento do valor principal do débito, atualizado com juros, custas e honorários advocatícios (artigo 829, §1º e artigo 831, ambos do CPC), observando-se com rigor as limitações previstas no artigo 833 da Lei Processual, lavrando-se o respectivo auto e intimando a parte Executada. II. Na hipótese de os Executados não serem encontrados no endereço indicado para a citação, no mesmo ato, havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá PROCEDER AO ARRESTO de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do artigo 830 do CPC e, ato continuo, as diligencias relativos a citação por hora certa estabelecido no §1º do dispositivo, devendo certificar pormenorizadamente os atos. III. Com a citação, CIENTIFIQUE-SE a parte Executada que, independente do prazo fixado para o pagamento, poderá ser exercício do direito de defesa com oferecimento de embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de penhora (artigo 914 e artigo 915, ambos do CPC). IV. DEFIRO a expedição de certidão de admissão da presente execução, para os fins estabelecidos no artigo 828 do CPC, devendo a parte Exequente comunicar o juízo no prazo de 10 (dez) dias a concretização das averbações e anotações efetivadas. V. DEFIRO a inclusão do nome dos Executados no cadastro de inadimplentes, devendo a parte Executada retirar junto a secretaria do juízo o expediente para os devidos fins, comunicando-se no prazo de 10 (dez) dias as anotações efetivadas. Cumpridas as determinações acima, INTIME-SE a parte Exequente para no prazo de 10 (dez) dias REQUERER o que é de direito. Após conclusos. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003331-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA SALEM GONCALVES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ ALFREDO DA CUNHA BERNARDO OAB - PR14352 (ADVOGADO(A))
VIVIANE RIBEIRO OAB - PR65665 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JPK INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S/A (EXECUTADO)
PATRICE ROTHER CREPALDI (herdeiro) (EXECUTADO)
ESPÓLIO DE ALVIAR ROTHER (EXECUTADO)
KELLY ROTHER BERTAGNOLI (herdeiro) (EXECUTADO)
JHONNY ROTHER (herdeiro) (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROGERIO PINHEIRO CREPALDI OAB - MT6616/O (ADVOGADO(A))
BRUNO CALIXTO DE SOUZA OAB - SP229633 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Processo nº 1003331-03.2019.8.11.0041 (p) VISTOS, O ESPÓLIO DE ALVIAR ROTHER interpôs no id. 20278653 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO à decisão prolatada no id.20149105, alegando em síntese a existência de omissão quanto ao descumprimento do benefício do parcelamento das custas judiciais concedido à parte Exequente, pugnando pela intimação daquela ao recolhimento integral da diferença restante(R$ 32.033,55), com as devidas correções, inclusive da segunda parcela, em 15(quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC. Aventou ainda a respeito da ilegitimidade passiva dos herdeiros, devendo ser substituído pelo Espólio, representando pela inventariante, a fim de fazer valer o princípio geral da responsabilidade patrimonial. Suscitou também a existência de omissão no que concerne a conversão do arresto em penhora, e por consequência a necessidade de intimar o Executado para manifestação nos termos do artigo 841 do CPC, bem ainda da homologação da avaliação dos imóveis, pugnando pela nova avaliação em decorrência da ausência de condições técnicas do Sr. Meirinho que efetivou o ato e por estar em dissonância ao disposto no artigo 872 do CPC. Postulou ainda pela concessão de efeito suspensivo nos Embargos à Execução n.1010600-93.2019.8.11.0041, por estar a execução garantida pelo arresto de 22 imóveis e o fato de estar sendo discutido a nulidade do título que envolve a execução, prescrição e a inexequibilidade bilateral, o

que torna temeroso qualificá-lo como apto a sustentar a execução. Instado a manifestar, a parte Exequente requereu a improcedência dos Embargos (id.20607757). É O NECESSARIO. DECIDO. Primeiramente, com relação ao recolhimento das custas processuais, verifico que a parte Exequente juntou aos autos os respectivos comprovantes das 06 (seis) parcelas, estando, portanto, superada essa questão. No tocante a legitimidade para figurar no polo passivo da lide, cumpre registrar que foram os próprios herdeiros quem postularam pela substituição processual do executado (id.17582487-pag.3), peticionado, inclusive em nome próprio. Além disso, não obstante os herdeiros do Executado terem juntado a Escritura Pública de nomeação de inventariante, não informaram quanto à propositura da ação de inventário ou a partilha dos bens do espólio extrajudicialmente, sendo certo ainda que nos Embargos à Execução (n.1003345-84.2019.8.11.0041), já foi determinada a substituição do polo passivo da execução em definitivo, para constar como executado apenas o próprio espólio de ALVIAR ROTHER, ao invés da pessoa física de seus herdeiros. Desta feita, acolho o pedido para reforçar a necessidade de retificação no sistema quanto à substituição do polo passivo da presente execução fazendo constar como executado apenas o próprio ESPÓLIO DE ALVIAR ROTHER, ao invés da pessoa física de seus herdeiros Quanto à alegada omissão na conversão do arresto em penhora, relevante lembrar que o arresto de bens foi cumprido em decorrência do Executado não ter sido encontrado para citação pessoal (id.17582100-pag.23; id.17582101-pag.03) (CPC, art.830), sendo certo ainda que quando da formalização do arresto e a avaliação dos imóveis em 17/05/2018 (id.17582545/17582549), o Executado já havia constituído advogado e comparecido espontaneamente nos autos a fim de opor Embargos à Execução (id.17585791 – 23/03/2018), circunstância essa que supriu a necessidade do Oficial de Justiça promover a sua citação e a intimação prevista no §1º do artigo 830 do CPC. Cumpre ressaltar que a citação na execução se presta a oportunizar ao réu tanto o cumprimento voluntário da obrigação antes que se iniciem os atos constritivos, quanto a oposição de embargos do devedor, razão pela qual, não há se falar em declaração de nulidade processual ou reabertura do prazo para o Executado exercer o direito a ampla defesa, porquanto assim já o fez com a interposição dos embargos a execução. Destarte, como o Executado exerceu tempestivamente seu direito de defesa ao opor embargos à execução, o simples fato dele não ter indicado bens a penhora tampouco efetuado o pagamento do débito, o arresto formalizado nos autos converteu-se automaticamente em penhora, em observância ao disposto no §3º do artigo 830 do CPC, sendo portanto, desnecessária a manifestação expressa deste juízo no tocante a conversão do arresto em penhora, assim como não há se falar em nova intimação do executado sobre a essa conversão automática. Demais disso, infere-se dos autos que o Embargante/Executado na primeira oportunidade em que manifestou nos presentes autos (id.7705369) não teceu uma linha sequer a respeito da ausência de intimação da conversão automática do arresto em penhora ou impugnou a avaliação dos imóveis, restando ao meu sentir preclusa a discussão, a rigor do disposto no artigo 223 do CPC. Saliento também, que ao contrário do alegado pela parte Embargante/Executado, o auto de arresto e avaliação dos imóveis está elaborado de forma minuciosa quanto às características de cada um deles, além de conter informação sobre o levantamento de preços em imobiliárias locais de modo a amparar sua estimativa. Assim, incumbia a parte Executada, no mínimo, ter corroborado aos autos indícios de prova no sentido de que a avaliação do Sr. Oficial de Justiça está eivada de erro ou dolo, ou que a avaliação estaria aquém do valor de mercado, ônus do qual não se desincumbiu, razão pela qual, não há se falar em nova avaliação, pois não preenchidos os requisitos do artigo 873 do CPC. Ressalto também que inexiste previsão legal quanto a imprescindibilidade de ser expressamente homologado o laudo de avaliação, já que segundo a disposição do artigo 875 do CPC, realizada a penhora e a avaliação, o juiz dará início aos atos de expropriação. Portanto, restando preclusa a oportunidade de insurgir sobre a avaliação, impõe-se o prosseguimento do feito, tal como determinado na decisão embargada (id.20149105), ainda mais considerando que os Embargos a Execução (n.1003345-84.2019.8.11.0041), foi recebido sem efeito suspensivo e não houve interposição de recurso. ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 1.022 do CPC, ACOLHO PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO tão somente para excluir da decisão proferida no id.20149105 a determinação de retificação do polo passivo da presente execução pelos herdeiros do ESPÓLIO DE ALVIAR ROTHER, os quais devem ser excluídos da lide. Por conseguinte, determino à parte Exequente o cumprimento das demais deliberações contidas nos últimos parágrafos da decisão embargada para posterior prosseguimento do feito. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1010600-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JPK INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO PINHEIRO CREPALDI OAB - MT6616/O (ADVOGADO(A))
BRUNO CALIXTO DE SOUZA OAB - SP229633 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FLAVIA SALEM GONCALVES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ ALFREDO DA CUNHA BERNARDO OAB - PR14352 (ADVOGADO(A))
VIVIANE RIBEIRO OAB - PR65665 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EMBARGOS A EXECUÇÃO Processo nº 1010600-93.2019.8.11.0041 (p) VISTOS, A parte Executada/Embargante JPK INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES interpôs no id. 23985703 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO à sentença prolatada no id.23456411, alegando em síntese a existência de omissão quanto ao termo inicial para incidência da correção monetária, se da data de vencimento da obrigação ou da data do segundo instrumento. Alegou a ocorrência de omissão sobre o reconhecimento do pagamento da obrigação espelhado no primeiro instrumento particular e o marco interruptivo da prescrição. Ponderou a existência de omissão quanto ao pedido de produção de provas, o pedido de chamamento ao processo da empresa Extra Equipamentos e Exportação Ltda (id.17585791), o pronunciamento sobre a falta de título executivo extrajudicial, violação ao artigo 167 do código Civil e a ausência de fundamentação para fixação dos honorários de sucumbência no patamar máximo. Instado a manifestar, a parte Exequente requereu a improcedência dos Embargos (id.24376008). É O NECESSARIO. DECIDO. Na forma do art. 1.022 do CPC, cabem embargos de declaração para "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento". Portanto, concessa venia, os vícios apontados pela parte Embargante não autorizam o manejo do recurso de integração. Ora, Se foi incorretamente decidida à hipótese, mal avaliado o conjunto probatório ou se os fundamentos consignados na decisão não encontram suporte nos autos, na legislação, doutrina ou jurisprudência aplicáveis à matéria, não são os Embargos de Declaração a via processual adequada à reforma do julgado. Demais disso, impende salientar que o Magistrado como destinatário final das provas a serem produzidas tem a disponibilidade de decidir acerca da viabilidade e necessidade de sua realização, de tal sorte, no caso em apreço, conforme restou decidido, entendo que o julgamento antecipado da lide, aliás, não se mostra como uma faculdade ao juiz, mas como uma imposição, na medida em que prestigia a celeridade processual e a razoável duração do processo. Cumpre reforçar que ao contrário do defendido pela parte Embargante, não há que se falar em omissão ou contradição quando suscitados os elementos de convicção para julgamento da causa, em perfeita adequação ao princípio inserto no artigo 371 do Código de Processo Civil. Assim, vislumbro que as alegações do Embargante não se enquadram em nenhum dos permissivos do artigo 1022 do CPC, demonstrando o nítido intento de que sejam revistas as razões do julgamento, providência descabida por essa via. Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE – CARÁTER PROTELATÓRIO - MULTA DO ART. 1026, § 2º, DO CPC/15 – POSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO. O recurso de embargos de declaração, cuja missão é completar o acórdão embargado por meio de sua função integrativa, tem por objeto sanar eventual omissão, obscuridade ou contradição, caso ocorra, e não a modificação do julgado. Ainda que para fins de prequestionamento, os embargos devem, necessariamente, apontar a obscuridade, contradição ou omissão presente no acórdão recorrido. Se os embargos declaratórios prequestionam a mesma matéria discutida no recurso anterior, hão que ser considerados manifestamente protelatórios e, consequentemente, será aplicável a multa de 2% sobre o valor da causa, nos termos do art. 1026, § 2º do CPC/15. (ED 69414/2018, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO,

Julgado em 05/09/2018, Publicado no DJE 10/09/2018). EMBARGOS DECLARATÓRIOS - INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO - FINS EXCLUSIVOS DE PREQUESTIONAMENTO - RECURSO DESPROVIDO. Os Embargos Declaratórios manejados com o intuito de prequestionar não podem se desviar dos limites insertos na lei processual civil, pois o prequestionamento que autoriza o acesso às instâncias extraordinárias requer apenas a discussão e deliberação da matéria versada, exatamente como se deu no caso concreto. (TJ-MT - ED: 00492811520188110000492812018 MT, Relator: DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA, Data de Julgamento: 15/08/2018, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Data de Publicação: 22/08/2018). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte Executada/Embargante JPK INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1003345-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE ALVIAR ROTHER (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO CALIXTO DE SOUZA OAB - SP229633 (ADVOGADO(A))
ROGERIO PINHEIRO CREPALDI OAB - MT6616/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FLAVIA SALEM GONCALVES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ ALFREDO DA CUNHA BERNARDO OAB - PR14352 (ADVOGADO(A))
VIVIANE RIBEIRO OAB - PR65665 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 7ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EMBARGOS A EXECUÇÃO Processo nº 1003345-84.2019.8.11.0041 (p) VISTOS, A parte Executada/Embargante ESPÓLIO DE ALVIAR ROTHER interpôs no id. 23985112 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO à sentença prolatada no id.21231925, alegando em síntese a existência de omissão quanto ao termo inicial para incidência da correção monetária, se da data de vencimento da obrigação ou da data do segundo instrumento. Alegou a ocorrência de omissão sobre o reconhecimento do pagamento da obrigação espelhado no primeiro instrumento particular e o marco interruptivo da prescrição. Ponderou a existência de omissão quanto ao pedido de produção de provas, o pedido de chamamento ao processo da empresa Extra Equipamentos e Exportação Ltda (id.17585791), o pronunciamento sobre a falta de título executivo extrajudicial, violação ao artigo 167 do código Civil e a ausência de fundamentação para fixação dos honorários de sucumbência no patamar máximo. Instado a manifestar, a parte Exequente requereu a improcedência dos Embargos (id.24375041). É O NECESSARIO. DECIDO. Na forma do art. 1.022 do CPC, cabem embargos de declaração para "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento". Portanto, concessa venia, os vícios apontados pela parte Embargante não autorizam o manejo do recurso de integração. Ora, Se foi incorretamente decidida à hipótese, mal avaliado o conjunto probatório ou se os fundamentos consignados na decisão não encontram suporte nos autos, na legislação, doutrina ou jurisprudência aplicáveis à matéria, não são os Embargos de Declaração a via processual adequada à reforma do julgado. Demais disso, impende salientar que o Magistrado como destinatário final das provas a serem produzidas tem a disponibilidade de decidir acerca da viabilidade e necessidade de sua realização, de tal sorte, no caso em apreço, conforme restou decidido, entendo que o julgamento antecipado da lide, aliás, não se mostra como uma faculdade ao juiz, mas como uma imposição, na medida em que prestigia a celeridade processual e a razoável duração do processo. Cumpre reforçar que ao contrário do defendido pela parte Embargante, não há que se falar em omissão ou contradição quando suscitados os elementos de convicção para julgamento da causa, em perfeita adequação ao princípio inserto no artigo 371 do Código de Processo Civil. Assim, vislumbro que as alegações do Embargante não se enquadram em nenhum dos permissivos do artigo 1022 do CPC, demonstrando o nítido intento de que sejam revistas as razões do julgamento, providência descabida por essa via. Nesse sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE – CARÁTER PROTELATÓRIO - MULTA DO ART. 1026, § 2º, DO CPC/15 – POSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO. O recurso de embargos de declaração, cuja missão é completar o acórdão embargado por meio de sua função integrativa, tem por objeto sanar eventual omissão, obscuridade ou contradição, caso ocorra, e não a modificação do julgado. Ainda que para fins de prequestionamento, os embargos devem, necessariamente, apontar a obscuridade, contradição ou omissão presente no acórdão recorrido. Se os embargos declaratórios prequestionam a mesma matéria discutida no recurso anterior, hão que ser considerados manifestamente protelatórios e, consequentemente, será aplicável a multa de 2% sobre o valor da causa, nos termos do art. 1026, § 2º do CPC/15. (ED 69414/2018, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/09/2018, Publicado no DJE 10/09/2018). EMBARGOS DECLARATÓRIOS - INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO - FINS EXCLUSIVOS DE PREQUESTIONAMENTO - RECURSO DESPROVIDO. Os Embargos Declaratórios manejados com o intuito de prequestionar não podem se desviar dos limites insertos na lei processual civil, pois o prequestionamento que autoriza o acesso às instâncias extraordinárias requer apenas a discussão e deliberação da matéria versada, exatamente como se deu no caso concreto. (TJ-MT - ED: 00492811520188110000492812018 MT, Relator: DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA, Data de Julgamento: 15/08/2018, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Data de Publicação: 22/08/2018). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela parte Executada/Embargante ESPÓLIO DE ALVIAR ROTHER. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044136-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCARA MARIA DOMINGUES LOTUFO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JUCARA MARIA DOMINGUES LOTUFO OAB - MT4044-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SABEMI SEGURADORA S.A (RÉU)
NATHALYA EVELLYN SIQUEIRA DOS SANTOS 04338114045 (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1044136-95.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO DANO MORAL E TUTELA DE URGÊNCIA aventada por JUÇARA MARIA DOMINGUES LOTUFO em desfavor de SIQUEIRA ASSESSORIA DE COBRANÇA (1ª Ré) e SABEME CORRETORA DE SEGUROS E EMPRÉSTIMOS (2ª Ré), na qual pretende a Autora em sede de tutela de urgência a suspensão dos descontos realizados em sua folha de pagamento oriundos de empréstimos consignados contratados com o Requerido sem o consentimento da Autora. Concedida a gratuidade da justiça na decisão do Id.25049417, com o cumprimento da emenda ali oportunizada, nos termos do Id.25545826, e documentos complementares anexados ao Id.25562034 e Id.26714941, vieram-me conclusos. É o necessário. DECIDO. Para o deferimento da tutela provisória de urgência exige a presença dos requisitos enumerados no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: (a) a probabilidade do direito alegado pela parte autora e (b) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. A tutela de urgência de natureza antecipada, ainda, deve ser passível de reversão, nos termos do art. 300, §3º, do Código de Processo Civil. A par disso, tenho que os documentos que alicerçam a exordial dão conta, nesse momento processual de cognição sumária, da probabilidade do direito do direito da Autora, consubstanciados no artigo 6º do CDC, especialmente o direito à segurança, informação clara e conhecimento prévio das condições assumidas em qualquer relação de consumo, principalmente aquelas onerosas. Analisando detidamente os autos, sob a ratificação oficial da Ata Notarial anexada à emenda do Id.25545826, é possível evidenciar que a Requerente firmou com a parte Ré, contrato financeiro que previa a quitação de empréstimo consignado existente com o Banco Daycoval, o que não ocorreu na forma ofertada. Aliado a isso, é possível verificar que o valor recebido na conta bancária da Requerente, creditado pela 2ª Ré, foi integralmente transferido para a conta bancária da 1ª Requerida no mesmo dia (28/06/2019 – Id.24568712 pág.2), amparando a verossimilhança fática narrada na exordial. Portanto,

considerando, no mínimo, o vício de informação, segurança e comunicação, para a contratação do empréstimo com cobrança consignada em favor da 2ª Ré, somado aos princípios da probidade e boa-fé (esta presumida), entendo parcialmente plausível o direito perseguido pela Requerente, para tão somente determinar a suspensão dos descontos reputados indevidos e consignação em juízo do valor recebido pela 1ª Ré, postergando ao momento oportuno o pleito relativo a devolução das parcelas já descontadas em favor do 2º Réu. No âmbito do perigo do dano, está amparado no elevado valor mensal descontado da fonte de renda da Autora e, ainda, no fato de qualquer desconto com indícios de fraude, independente do valor, se torna indevido e a sua manutenção representa efetivamente dano financeiro e patrimonial ao consumidor. Desta feita, reputo presente o perigo de dano para fim de subsidiar o deferimento da medida. Por derradeiro, importa evidenciar que inexiste a possibilidade de irreversibilidade do §3º do artigo 300 do CPC, uma vez que a presente medida é revestida de provisoriedade, a qual poderá ser revogada com o desaparecimento da sua causa ensejadora. ANTE O EXPOSTO, recebo as emendas a inicial e, nos termos do artigo 300 do CPC, DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA DE URGÊNCIA vindicada pela parte Requerente JUÇARA MARIA DOMINGUES LOTUFO, para: 1) DETERMINAR que a Requerida SIQUEIRA ASSESSORIA DE COBRANÇA, representada por NATHALYA EVELLYN SIQUEIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ nº32.826.124/0001-17, no prazo de 05 (cinco) dias, DEPOSITE EM JUÍZO o valor integral recebido da Autora JUÇARA MARIA DOMINGUES LOTUFO em 26/06/2019, através da transferência bancária solicitada na carta anexada no Id.24568710, consistente em R$57.578,75 (cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais com setenta e cinco centavos) conforme comprovante de TED do Id.24568711, sob pena de expropriação forçada e multa de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento desta ordem, sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis. 2) DETERMINO que a Requerida SABEME CORRETORA DE SEGUROS E EMPRÉSTIMOS promova os atos necessários à SUSPENSÃO dos descontos consignados à folha de pagamento da Autora JUÇARA MARIA DOMINGUES LOTUFO no prazo de 05 (cinco) dias, comprovando nos autos o cumprimento da ordem, bem como de qualquer cobrança judicial ou extrajudicial relativa ao contrato consignado sub judice, sob pena de multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento desta ordem, sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis. CITE-SE e INTIME-SE a parte Requerida para conhecimento da ação e no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, contestar a demanda, consignando as advertências dos artigo 334 e artigo 335, do Código de Processo Civil. Por derradeiro, DETERMINO que a Secretaria, através do acesso virtual do Núcleo de Solução de Conflitos, DESIGNE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO prevista no artigo 334 do CPC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do ato, devendo a parte Ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da audiência, que realizar-se-á no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, e-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando no mandado as advertências legais, inclusive a existência de emendas a inicial. INTIMEM-SE as partes acerca da audiência de conciliação a ser designada, devendo a parte Requerente ser intimada na de seu advogado (art. 334, § 3º, CPC). DETERMINO o cumprimento desta ordem, inclusive em regime de plantão pelo Oficial de Justiça Plantonista e/ou do Plantão Judiciário do Recesso Forense. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-45 PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
Processo Número: 1019018-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HUDSON SOUZA ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
STEPHANY QUINTANILHA DA SILVA OAB - MT22989/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME PARQUE CHRONOS INCORPORACOES SPE LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº.1019018-20.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Cuida-se de "TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL" ajuizada por HUDSON SOUZA ARAÚJO em desfavor de MRV PRIME PARQUE CHRONOS INCORPORAÇÕES SPE LTDA, objetivando a produção de prova pericial de engenharia civil e elétrico em unidade condominial, a fim de subsidiar futura ação ordinária. Concedida a gratuidade da justiça em grau de recurso de Agravo de Instrumento (Id.2477806), foi oportunizado ao Requerente emendar a petição inicial, adequando a sua pretensão ao rito processual eleito (Id.24896386), sendo ratificada a exordial nos termos da petição do Id.25817032. Vieram-me conclusos. É o necessário. DECIDO. Inicialmente, reputo imprescindível aplicar o Princípio da Fungibilidade disposto no artigo 305, parágrafo único do CPC, porquanto a tutela provisória pretendida se reveste de natureza "antecipada" e não "cautelar", dado o caráter satisfativo e, via de regra, estável da produção da prova; incompatível com o rito cautelar eleito pelo Autor. Na sequência, foi eleito a modalidade de tutela provisória antecipada pleiteada em caráter antecedente e acordo com o artigo 303 do Código de Processo Civil: Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. Assim, o preceptivo em comento, autoriza o ajuizamento de uma petição inicial em que o requerente pretende antecipar os efeitos da tutela antes mesmo de dar início à propositura de uma ação, cujo deslinde pode ser variado, ou seja, de acordo com os fatos processuais posteriores ao provimento que concede ou rejeita o pedido de da aludida tutela. Trata-se, portanto, de "um requerimento inicial voltado exclusivamente à tutela de urgência pretendida" (in, Daniel Amorim Assumpção Neves, Novo Código de Processo Civil Comentado, p. 485) (grifei). Assim, para o deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada exige a presença dos requisitos enumerados no artigo 303 do Código de Processo Civil, os quais evidencio nos autos. O contrato do Id.19856142 comprova com a realização do negócio jurídico noticiado entre as partes, bem como o interesse de agir para a concessão da presente medida. Ao passo que os demais elementos constantes nos autos, revelam os vícios estruturais apontados na exordial, constituindo suficientemente a probabilidade do direito vindicado, até a elucidação concisa da verdade real. Com efeito, no tocante ao perigo da demora e o resultado útil do processo, diante dos elementos de prova corroborados, bem ainda dos argumentos despendidos pela parte Autora, os quais tenho como verossímeis, entendo que há motivos reais para que o Requerente se preocupe com salubridade, integridade física e patrimonial ameaçados pelas condições estruturais, hidráulica e elétrica apresentadas, que se confirmada no final da instrução principal, poderá implicar, no mínimo, em responsabilização civil indenizatória, garantida ao consumidor. Verifico outrossim, que a Requerente também cumpriu com a exigência legal contida no artigo 303, "caput", do CPC, no que tange a indicação da lide principal e seu fundamento (Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais - Id.19856088 pág.1). Assim, presentes os requisitos autorizadores da medida, o deferimento da tutela provisória antecipada é medida que se impõe. ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 303 do CPC, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE pelo Autor HUDSON SOUZA ARAÚJO, para PRODUÇÃO DE PROVA PERÍCIAL TÉCNICA EM ENGENHARIA CIVIL, HIDRÁULICA E ELETRICA, a fim de apurar supostos sinistros/vícios/defeitos estruturais que possam colocar em risco a habitação e a saúde dos ocupantes e usuários das unidades autônomas (especialmente a unidade 102 bloco 25) e da área comum do Condomínio Parque Chapada do Mirante, localizado na Avenida Governador Dante Martins de Oliveira, nº4300, bairro Carumbé, nesta Capital. 1) NOMEIO a Empresa FORENSE LAB PERICIAS E CONSULTORIA LTDA, especialista em perícias técnicas judiciais, com endereço na Avenida Doutor Helio Ribeiro, nº525, sala 1405, Edifício Helbor Dual Business, bairro Residencial Paiaguas, nesta Capital, CEP 78.048-250, endereço eletrônico tmachado@forenselab.com e contato@forenselab.com , telefone (65) 98112.2338, devendo ser INTIMADA da presente nomeação, bem ainda para indicar o(s) profissional(is) técnico(s) que atuara(ão) no trabalho pericial e ofertar sua proposta de honorários no prazo de 05 (cinco) dias (art. 465, §2º, CPC), que deverão ser estabelecidos de acordo com o que dispõe a Resolução do CNJ nº 232, de 13/17/2016. Consigno desde já que o laudo pericial deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, após o inicio dos trabalhos, e que a empresa deverá apresentar o cronograma dos trabalhos com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, para que as partes sejam notificadas a acompanhar a produção da prova. (artigo 473

do CPC). Com a apresentação da proposta e indicação do ESPECIALISTA, INTIMEM-SE as partes para manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, e, HAVENDO CONCORDÂNCIA de ambos sobre o profissional e o do valor dos honorários pelo AUTOR, deverá este imediatamente DEPOSITAR o VALOR INTEGRAL DA PERÍCIA em juízo (CPC, art. 95), bem ainda apresentarem os quesitos (CPC, art.465), sob pena de preclusão. Comprovado o depósito dos honorários periciais, agende-se com os experts a data de início dos trabalhos, ficando autorizada a liberação em favor dele de 50% (cinquenta por cento) do valor, a título de adiantamento. Apresentado o laudo, EXPEÇA-SE ALVARÁ dos honorários periciais remanescente em favor do r. Perito e INTIMEM-SE as partes para que no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestem sobre o resultado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos (art. 477,§1º do CPC). 2) Com juntada do laudo pericial, INTIME-SE a parte Autora para ADITAR A PETIÇÃO INICIAL, com a complementação de sua argumentação, juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final no prazo de 30 (trinta) dias (§1º do artigo 303), sob pena de o processo ser extinto sem resolução de mérito (§2º). 3) Aditada a inicial, nos termos do artigo 303, §1º inciso II e III do CPC, CITE-SE a parte Requerida para conhecimento da ação e no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, responda a ação, consignando as advertências dos artigo 334 e artigo 335, do Código de Processo Civil, inclusive a existência de emenda a inicial. 4) Em caso de aditamento da inicial, DETERMINO que a Secretaria, através do acesso virtual do Núcleo de Solução de Conflitos, DESIGNE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO prevista no artigo 334 do CPC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do ato, devendo a parte Ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da audiência, que realizar-se-á no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, e-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando no mandado as advertências legais. INTIMEM-SE as partes acerca da audiência de conciliação a ser designada, devendo a parte Requerente ser intimada na de seu advogado (art. 334, § 3º, CPC). DETERMINO o cumprimento desta ordem, inclusive em regime de plantão pelo Oficial de Justiça Plantonista e/ou do Plantão Judiciário do Recesso Forense. Decorrido o prazo para o aditamento da ação in albis, certifique-se e conclusos. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1047070-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ILLIANI DE MELLO FLORENCIO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULLIANA LETICIA DO CARMO OAB - MT12261-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCO ANTONIO BATISTA RAMOS (EMBARGADO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 7ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1047070-26.2019.8.11.0041. (k) EMBARGANTE: ILLIANI DE MELLO FLORENCIO EMBARGADO: MARCO ANTONIO BATISTA RAMOS VISTOS. Nos termos do artigo 915 do CPC, CERTIFIQUE a tempestividade dos presentes EMBARGOS A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL nº1002824-76.2018.8.11.0041. Determino ainda, a associação do presente feito ao autos da execução supra epigrafada, certificando a ocorrência, devendo ainda ser habilitado no sistema os r. causídicos da parte Exequente no polo passivo da lide. Se tempestivo, concedo à parte Embargante, prazo de 15 (quinze) dias, para, querendo, EMENDAR A INICIAL, a fim de ESCLARECER acerca do "pedido de efeito suspensivo" indicado no título da exordial, sem que houvesse a exposição da causa de pedir e a formulação do pedido no momento oportuno, sob pena de recebimento padrão da defesa. ADVIRTO a Embargante que, em caso de complementação da petição inicial, considerando ainda que, a atual sistemática concebida no PJE reforça a necessidade de atuação conjunta dos usuários internos (juízes e servidores) e externos (partes, advogados, etc...), bem ainda, diante dos inúmeros percalços enfrentados na análise dos autos eletrônicos nos casos de emenda da petição inicial, a fim de evitar trabalho desnecessário para todos os usuários (analisar as duas petições - a inicial e a emenda) e otimizar o fluxo normal do processo, DETERMINO à parte Autora que apresente NOVA PETIÇÃO inicial, nomeando o arquivo como "EMENDA SUBSTITUTIVA DA PETIÇÃO INICIAL". Ressalvo que com a apresentação da NOVA petição inicial, o ID correspondente a juntada da peça a ser substituída SERÁ riscado e seu conteúdo não estará mais disponível para visualização/consulta, DEVENDO a parte Autora indicar com clareza quais os números dos Ids que permanecerão nos autos. Nos termos da Resolução TJ-MT/TP Nº 03/2018, que dispõe sobre a implantação e a Regulamentação do Processo Judicial Eletrônico – PJE no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso, de acordo com a Resolução nº185/2013 do Conselho Nacional de Justiça, determinando especialmente que: Art. 32. Será de responsabilidade do peticionante a classificação e organização dos documentos digitais ou digitalizados e anexados às petições eletrônicas, de forma a facilitar o exame dos autos digitais. § 1º Os arquivos a serem juntados aos autos eletrônicos deverão utilizar descrição que identifique, resumidamente, os documentos neles contidos e, se for o caso, os períodos a que se referem e, individualmente considerados, devem trazer os documentos da mesma espécie, ordenados cronologicamente e apresentados na posição correta para leitura. § 2º O preenchimento dos campos "Descrição" e "Tipo de Documento", exigido pelo Sistema PJe para anexar arquivos à respectiva petição, deve guardar correspondência com a descrição conferida aos arquivos. § 3º Na hipótese de classificação equivocada dos documentos que possa dificultar o julgamento do mérito ou comprometer a célere tramitação, o magistrado determinará a emenda da petição, na forma do artigo 321, caput, do CPC. § 4º Não sanada a anomalia, o magistrado determinará a retirada da visibilidade do documento ou, em se tratando de petição inicial, procederá na forma do parágrafo único do artigo 321, caput, do CPC. § 5º Quando a forma de apresentação dos documentos puder ensejar prejuízo à prestação jurisdicional e ao exercício do contraditório e da ampla defesa, poderá o magistrado determinar nova apresentação, bem como a exclusão dos anteriormente juntados. Derradeiro, com fulcro no art. 98 CPC, presumo como verdadeira a condição de hipossuficiência da Requerente, e por consequência, CONCEDO-LHE os benefícios da Justiça Gratuita, até que se prove o contrário das informações exaradas. Sendo tempestivo, decorrido o prazo para a emenda, CERTIFIQUE-SE e voltem os autos conclusos para juízo de admissibilidade e apreciação urgente. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1035156-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SELMA OLIVEIRA NOGUEIRA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSMERI VALDUGA OAB - MT11550-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIDNEZA LOPES COSTA (REQUERIDO)
GIDERSON GOMES DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1035156-62.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Cuida-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE DESCONSTITUIÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO CC MEDIDA ANTECIPATÓRIA DE URGÊNCIA, RESCISÃO CONTRATUAL E PERDAS E DANOS aviada por SELMA OLIVEIRA NOGUEIRA GOMES move em desfavor de VIDNEZA LOPES COSTA (1ª Ré) e GIDERSON GOMES DOS SANTOS (2º Réu), objetivando a desconstituição a averbação R-14-66.575 Protocolo nº179.346 de 28/11/2017 registrada na matricula nº66.575 fls.35 do Livro nº2-GP do Segundo Serviço Notarial e Registral da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá-MT, pleiteando em sede de tutela de urgência: [...] c) Seja deferida a TUTELA ANTECIPADA a fim de conceder a expedição de mandado de termo de averbação de ordem judicial na matrícula, para proibir qualquer transferência até julgamento definitivo da lide, [...]. (sic Id.26127628 pág.9) Com emenda a inicial substitutiva (Id.26127622), gratuidade e prioridade da tramitação deferidas no Id.24845204, vieram-me conclusos. É o necessário DECIDO. De acordo com o art. 300 do Código de Processo Civil, para o deferimento da tutela provisória de urgência é exigida a presença da probabilidade do direito alegado pela parte autora e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Além disso, a tutela de urgência de natureza antecipada deve ser passível de reversão, nos termos do art. 300, §3º, do referido Códex. Infere-se da inicial que, por força de decisão supostamente proferida na Ação de Divórcio nº1022982-89.2017.0041 (a qual a Requerente não trouxe aos autos nas duas oportunidades concedidas

para corrigir a ação – Id.22626478 e Id.24845204), a Autora teria adquirido direitos sobre o adimplemento da obrigação de pagar assumida pela 1ª Ré perante o 2º Réu, no contrato de compra e venda imobiliário que pretende a Requerente desconstituir. Contudo, a ciência do negócio jurídico de gaveta realizado pelos Réus em 01/03/2017 (Id.22495373), tendo expressamente declarado que anuência, e mesmo assim, firmado com o 1º Requerido o contrato de compra e venda sobre o mesmo imóvel em 06/11/2017 (Id.22495375), sem qualquer comprovação do desfazimento do negócio jurídico realizado pelos Réus, ou da constituição de qualquer deles em mora, macula a probabilidade do direito vindicado pela parte Autora liminarmente. Ademais, impõe-se assinalar que a Requerente não participou do negócio realizado entre os Réus, sendo temerário afastar a boa-fé da 1ª Ré na condição de terceira interessada, deferindo em favor da Autora contrição imobiliária do patrimônio da 1ª Ré, que sequer assumiu no contrato do Id.22495373, qualquer tipo de obrigação frente a Requerente. Prudente, aguardar a triangulação processual, a fim de esclarecer as peculiaridades instaladas sobre os fatos. Assim, considerando que os pressupostos supramencionados para a concessão da tutela de urgência são concorrentes, é evidente que a ausência de qualquer deles inviabiliza a pretensão antecipatória e dispensa a análise da presença dos demais requisitos. Como visto, não restou configurado a probabilidade do direito, tampouco a urgência para a concessão da medida, sendo não concessão da tutela provisória providencia que se impõe neste momento. Ademais, a presente decisão não possui caráter irrevogável e/ou irreversível, de sorte que, demonstrado a presença dos requisitos através de pedido adequadamente fundamentado e comprovado, é possível que este provimento jurisdicional seja revisto a qualquer tempo. ANTE O EXPOSTO, recebo a emenda a inicial substitutiva e, por não estarem presentes os requisitos insculpidos no artigo 300 do CPC, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA postulado pela parte Autora SELMA OLIVEIRA NOGUEIRA GOMES. CITE-SE e INTIME-SE a parte Requerida para conhecimento da ação e no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, contestar a demanda, consignando as advertências dos artigo 334 e artigo 335, do Código de Processo Civil. Por derradeiro, DETERMINO que a Secretaria, através do acesso virtual do Núcleo de Solução de Conflitos, DESIGNE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO prevista no artigo 334 do CPC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do ato, devendo a parte Ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da audiência, que realizar-se-á no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, e-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando no mandado as advertências legais, inclusive a existência de emendas a inicial. INTIMEM-SE as partes acerca da audiência de conciliação a ser designada, devendo a parte Requerente ser intimada na de seu advogado (art. 334, § 3º, CPC). DETERMINO a retirada a visibilidade do documento anexado ao Id.22495361, na forma do artigo 32, §4º da Resolução nº03/2018-TP, CERTIFICANDO-SE que foi substituído pela petição inicial anexada ao Id.26127622, permanecendo incólume as demais juntadas. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059243-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ REIS DE FRANCA CORREA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1059243-82.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Verifico que a parte Autora distribuiu esta ação por dependência ao processo Pje nº1028255-78.2019.811.0041, que tramita perante a 4ª Vara Cível, o que implica na remessa destes autos ao juízo destinatário da exordial. Desse modo, DETERMINO a remessa do processo ao juízo prevento da 4ª Vara Cível desta Capital, com as baixas necessárias. Cumpra-se COM URGÊNCIA em atenção ao pedido de tutela de urgência. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-45 PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
Processo Número: 1032435-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALVIMAR GOMES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA CRISTINA NOITE IZABEL OAB - MT17566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ARIEL AUTOMOVEIS VARZEA GRANDE LTDA (REQUERIDO)
TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1032435-40.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Cuida-se de AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA C/C PEDIDO LIMINAR proposta por ALVIMAR GOMES DA SILVA em desfavor do ARIEL AUTOMÓVEIS VÁRZEA GRANDE LTDA (1ª Ré) e TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE AUTOS LTDA (2ª Ré), pleiteando em sede de pedido de tutela de urgência que: [...] 1) Seja a presente ação recebida e processada, e, com fundamento nos artigos 381 e seguintes do CPC, sejam citadas as rés para fornecerem a segunda via de todos os documentos relativos ao caso em tela a respeito da compra e transferência do veículo objeto da presente demanda, sendo que em caso de negativo o autor irá propor demanda principal cabível ao caso em tela, ou seja, Ação de Obrigação de Fazer c/c com Repetição de Indébito e Danos Morais, se for o caso, sendo que em caso de recusa das rés na exibição dos documentos que sejam as mesmas condenadas ao pagamento de multa diária a ser arbitrado por Vossa Excelência a ser revertida em favor do autor; [...] (emendado no Id.24042423). Concedida a gratuidade da justiça na decisão do Id.22022116, e oportunizado à parte Autora emendar a inicial a fim de adequar os pedidos incompatíveis com o rito especial eleito, foi ofertada a emenda do Id.24042423, vindo-me conclusos. É o necessário. DECIDO. De proêmio, conforme consignado na decisão do Id.24830546, o Código de Processo Civil consagra nos dispositivos pertinentes à produção antecipada de provas (art. 381 e seguintes), o direito autônomo da parte de requerer tal antecipação, sem se falar em tutela provisória, porquanto o próprio recebimento da ação é amparado por rito especial, cujo provimento jurisdicional decorre dessa modalidade "antecipada/preparatória" da constituição do direito da parte interessada. Além disso, o resultado do procedimento não vislumbra sentença de mérito, tendo em vista que a conclusão do feito resultará em sentença homologatória da produção da prova, sem tocar nos termos/conteúdo/legalidade da prova produzida. É assente na doutrina majoritária: "Sentença homologatória: Por meio dela o juiz não profere condenação, mas simplesmente homologa transação ou conciliação. [...]" (NERY JUNIOR, Nelson e OUTROS. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. pág.1271) Nas palavras desse doutrinador, trata-se de um procedimento especial que visa garantir à parte interessada, "a formação documental que possa ser utilizado em ação posterior", portanto, o provimento jurisdicional final, será tão somente a justificação de algum fato ou relação jurídica, consistente na homologação do procedimento/produção da prova. Dito isso, observo que a parte Autora, por intermédio da emenda a inicial anexada ao Id.24042423, reiterou pedido de produção antecipada de prova liminar, com condenação das Requeridas ao pagamento de multa em caso de recusa ao cumprimento da ordem, completamente incompatível com o rito especial afeto a produção antecipada de prova. Isto porque: a) além de o instituto ser célere e urgente por sua própria natureza, portanto não há que se falar em "liminar" ou "tutela provisória"; b) a sentença não visa condenação, nem mesmo cominatória; e, c) a fixação de multa em caso de exibição de documento é objeto de afetação na Corte Superior de Justiça (Tema Repetitivo nº1000), in verbis: PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. MULTA COMINATÓRIA. TEMA 705/STJ. SUPERVENIÊNCIA NOVA DISCIPLINA DA MATÉRIA. ART. 400 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE NOVA TESE. 1. Existência de tese firma da no julgamento do Tema 705/STJ, na vigência do CPC/1973, no sentido do "descabimento de multa cominatória na exibição, incidental ou autônoma, de documento relativo a direito disponível". 2. Superveniência de nova disciplina legal da matéria no art. 400, p. u., do CPC/2015, que assim estatuiu: "sendo necessário, o juiz pode adotar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias para que o documento seja exibido". 3. Necessidade de novo enfrentamento da controvérsia com base no CPC/2015. 4. Delimitação da nova controvérsia: "cabimento ou não de multa cominatória na exibição, incidental ou autônoma, de documento relativo a direito disponível, na vigência do CPC/2015". 5. RECURSO ESPECIAL AFETADO AO RITO DO ART. 1.036 CPC/2015. (ProAfR no REsp 1763462/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em

30/10/2018, DJe 06/11/2018) Nada obstante, em homenagem ao Princípio da Instrumentalidade das Formas, no que atine ao pedido de exibição dos documentos que comprovam a transferência da titularidade do veículo dado em pagamento às Requeridas pelo Autor, reputo viável sua veiculação na roupagem da produção antecipada de prova, já que o procedimento poderá ser admitido quando evidenciadas as hipóteses do art. 381 do CPC, in verbis: Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: I - haja fundado receio de que venha a tornar - se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação; II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação. Segundo Pontes de Miranda, em sua obra Comentários ao Código de Processo Civil, cit., p. 224: Como em qualquer procedimento de jurisdição voluntaria, os interessados devem ser citados; neste caso, na produção da prova devem ser citados para acompanhá-la (art. 382, §1 °, CPC). A citação exerce papel importantíssimo, pois é a condição de eficácia da prova e perante aqueles contra quem se presente que a prova seja utilizada. (grifei) Destarte, a parte final do artigo 382 do CPC, permite a dispensa da citação do interessado, quando a parte Requerente não tem pretensão contenciosa, o que não é o caso dos autos. In casu, os documentos juntados à exordial demonstram a relação jurídica entabulada entre as partes, bem como a tentativa de conhecimento dos documentos pela via administrativa, tendo em vista as duas notificações extrajudiciais enviadas para a parte Ré. Ao passo que no ordenamento pátrio subsidia o direito de o Requerente, na medida em que se evidenciam os indícios de inadimplemento da obrigação assumida pela parte Ré. Sobressai que o direito à informação, instituto legal do Código de Defesa do Consumidor, constitui direito inarredável do consumidor, somado à segurança jurídica e boa-fé que se espera na relação comercial e de consumo, estando evidenciada a hipossuficiência do consumidor para a produção da prova. Assim, reputo inequívoco que o prévio conhecimento dos fatos pode justificar ou evitar o ajuizamento de futura ações, estando evidenciada a necessidade da produção da prova. ANTE AO EXPOSTO, recebo as emendas a inicial, e nos termos do artigo 381, I e III do CPC, DEFIRO PARCIALMENTE os pedidos formulados na exordial, para fim de ACOLHER o pedido de PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA e DETERMINAR que a parte Requerida ARIEL AUTOMÓVEIS VÁRZEA GRANDE LTDA e TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE AUTOS LTDA, tragam aos autos no prazo de 15 (quinze) dias os documentos que comprovam a transferência da titularidade do veículo marca e modelo Fiat/Palio EDX, ano e modelo 1997/1997, placa JZM1998, CHASSI 9BD178226V0240299, cor VERMELHA, dado em pagamento pelo Autor ALVIMAR GOMES DA SILVA, CPF 338.195.216-15, em novembro/2013, para aquisição outro veículo junto às empresas Requeridas, durante o "Feirão de Veículos", ocorrido no estacionamento do Pantanal Shopping nesta Capital, tendo a venda sido intermediada pelo vendedor José Inaldo Júnior. CIENTIFIQUEM-SE os Réus de não é admitida apresentação de defesa ou recurso nessa modalidade de ação (art. 382, §4º). Consigno à parte Autora que a teor do que dispõe o artigo 382, § 4º, do CPC, nesse procedimento não se admitirá defesa ou recurso, cabendo à parte ré apenas apresentar o documento solicitado e, por tal motivo, não há que se falar em ônus de sucumbência. Outrossim, registro ainda que não haverá pronunciamento sobre a ocorrência ou inocorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas (art. 382, § 2º, CPC), razão pela qual também não há se falar em inversão do ônus probatório. Com a exibição dos documentos, com observância das formalidades legais, será prolatada sentença meramente homologatória para o fim de apenas reconhecer a regularidade formal do processo, sem ingresso no mérito. Os autos permanecerão em cartório durante 01 (um) mês para os devidos fins, inclusive requerimento de certidões pelos interessados, e, findo o prazo, serão arquivados definitivamente (art. 383 do CPC). Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056410-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INFORTOUCH - AGENCIA DE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO HENRIQUE TEODORO LAMPIER OAB - MT16786/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco Safra S-A (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

Pje nº1056410-91.2019.8.11.0041 (k) VISTOS, Cuida-se de AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO LIMINAR ACAUTELATÓRIO aviada por INFORTOUCH – AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, EVENTOS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS em desfavor de BANCO SAFRA S.A na qual a parte Autora objetiva, em sede de tutela de urgência: [...] a) determinar por meio de liminar com caráter acautelatório que os Requeridos retirem o nome do Requerente dos ORGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, sob pena de multa, fixa ou diária, a ser arbitrada por Vossa Excelência e que se abstenham de inseri-lo novamente no SERASA ou qualquer outro órgão de proteção ao crédito; [...] (sic Id.26611433 pág.12) Declinada a competência nos termos da decisão do Id.26651659 e custas recolhidas no Id.26714619, vieram-me conclusos. É o necessário. DECIDO. Para o deferimento da tutela provisória de urgência exige a presença dos requisitos enumerados no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: (a) a probabilidade do direito alegado pela parte autora e (b) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. A tutela de urgência de natureza antecipada, ainda, deve ser passível de reversão, nos termos do art. 300, §3º, do Código de Processo Civil. In casu, não vislumbro a presença da probabilidade do direito da Autora, que justifique o deferimento da medida de urgência vindicada, ao menos nesta prematura fase processual. Isto porque, observo que a Requerente confessa que de fato encontra-se em débito com a instituição financeira Requerida, inexistindo qualquer tipo de prova capaz de desconstituir o direito do Réu em executar os meios extrajudiciais legais para satisfazer seu crédito. Aliado a isso, consigo que, a suposta negociação alegada na exordial demanda maior dilação probatória, ao passo que as conversas colacionadas no corpo da inicial não são suficientes para dar verossimilhança às narrativas fáticas da Requerente. Desta forma, nesta prematura fase processual, diante das provas unilaterais produzidas, sobretudo a confissão da dívida constituída pela utilização do limite de cheque especial disponibilizado no valor de R$100.000,00 (cem mil reais) por 03 meses, entendo prudente oportunizar ao demandado o exercício do contraditório e da ampla defesa, a fim de apurar a legalidade ou ilegalidade dos registros negativos que recaem sobre os dados da Requerente. Oportuno pontuar que os pressupostos supramencionados para a concessão da tutela de urgência são concorrentes, de forma que a ausência de um deles inviabiliza a pretensão antecipatória e dispensa a análise da presença dos demais requisitos, quais sendo, os da urgência à concessão da medida, impondo-se a triangulação do feito e a devida instrução processual, com o exercício do contraditório e ampla defesa a fim de que o juízo forme seu livre convencimento. Ademais, a presente decisão não possui caráter irrevogável e/ou irreversível, de sorte que, demonstrado a presença dos requisitos através de pedido adequadamente fundamentado e comprovado, é possível que este provimento jurisdicional seja revisto a qualquer tempo. ANTE O EXPOSTO, recebo a emenda a inicial do Id.26714619, por não estarem presentes os pressupostos previstos no art. 300 do CPC, INDEFIRO o pedido de TUTELA DE URGÊNCIA formulado na inicial. CITE-SE e INTIME-SE a parte Requerida para conhecimento da ação e no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, contestem a demanda, consignando as advertências dos artigo 334 e artigo 335, do Código de Processo Civil, bem como a existência de emenda a inicial. Por derradeiro, DETERMINO que a Secretaria, através do acesso virtual do Núcleo de Solução de Conflitos, DESIGNE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO prevista no artigo 334 do CPC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do ato, devendo a parte Ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da audiência, que realizar-se-á no Núcleo de Mediação e Conciliação Fórum da Capital - Des. José Vidal Av. Des. Milton F. Ferreira Mendes - Centro Político Administrativo Tel: (65) 3648-6065 e 3648-6575, e-mail: central.capital@tjmt.jus.br, consignando no mandado as advertências legais. INTIMEM-SE as partes acerca da audiência de conciliação a ser designada, devendo a parte Requerente ser intimada na de seu advogado (art. 334, § 3º, CPC). Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1027794-77.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCILENE APARECIDA DA SILVA E COELHO SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

JUCILENE APARECIDA DA SILVA E COELHO SOUSA OAB - MT3686-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS OMNI SERVICOS EIRELI - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJe nº1027794-77.2017.8.11.0041 (k) VISTOS, RECEBO as EMENDA DA INICIAL (Ids.10085890 e Id.10085903) em que a Autora juntou documentos complementares (Declaração IR) para o fim de provar de fazer jus ao benefício da assistência judiciária gratuita. Pois bem. O artigo 98 e seguintes do CPC condiciona a prestação da assistência judiciária gratuita, mediante comprovação de insuficiência de recursos, o que não ocorreu neste feito, levando a conclusão de que a parte não atravessa situação apta a legitimar o benefício. Isto porque, extraio da análise dos documentos anexadas à emenda demonstram rendimento incompatível com a condição de hipossuficiência exigida por lei no intuito de exonerar totalmente a Requerente do custeio das despesas processuais para o ajuizamento da presente ação. Importa grafar que pedidos de gratuidade constituem proporção considerável dos feitos ajuizados, pelo menos aos que vem sendo distribuídos a este juízo. Daí a necessidade de critério desse benefício, como exigência de uma justiça administrável, que possa se autosustentar materialmente, atingir os seus elevados objetivos e a todos, indistintamente, principalmente àqueles que efetivamente não possam despender nenhuma quantia para fazer nascer e movimentar um processo com tudo o que isso implica. Ante o exposto, com fundamento no que dispõe o artigo 99 §2º do CPC INDEFIRO por ora o pedido de gratuidade formulado na inicial. Intime-se a parte Requerente para comprovar o recolhimento das custas e despesas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, de acordo com o que dispõe o art. 290 do NCPC, observando as disposições do Provimento n. 22/2016 – CGJ/MT e a Resolução n. 185 de 18/12/2013 – CNJ e Lei n. 11.419/2006, sob pena cancelamento da distribuição do feito. Intime-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1025798-44.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SAMIRA LOTFI ROCHA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURA VICUNA MOURA DE ALMEIDA OAB - MT8770/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALTUIR F SILVA - ME (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT10609-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE n.1025798-44.2017.8.11.0041 (p) VISTOS, Tendo em vista o descumprimento do acordo juntado no id.13300843, e estando consignado a possibilidade da parte Requerente solicitar a imediata desocupacao do imovel locado pelo Requerido em caso de atraso no pagamento das parcelas ajustadas, DEFIRO o pedido formulado no id. 22805742. Expeça-se o competente MANDADO DE DESPEJO em desfavor da parte Requerida VALTUIR F SILVA – ME e ou eventuais sublocatários e/ou ocupantes (art.59,§2º) para no prazo de 15 (quinze) dias, desocupar voluntariamente o imóvel sob pena de despejo coercitivo advertindo que, no primeiro caso, o despejo liminar poderá ser elidido tão somente se no prazo da desocupação voluntária efetuar o depósito judicial que contemple a totalidade do valor reivindicado pelo locador (art. 59, §3º); No ato do cumprimento, deverá o Oficial de Justiça confeccionar o auto de verificação circunstanciado do estado em que se encontra o imóvel, devendo ainda intimar eventuais sublocatários e/ou ocupantes (art.59,§2º). Findo o prazo para desocupação, contado da data da intimação, o mesmo Oficial de Justiça, deverá retornar ao imóvel para constatar se houve cumprimento da ordem, e imitir o locador na posse do imovel (art.66), ou caso contrário, proceder a desocupação compulsória da parte Requerida/sublocatários e/ou ocupantes, lavrando o competente auto de desocupação e constatação do real estado do imóvel no momento da desocupação, posteriormente entregando o bem em mãos do Requerente (art.65). Fica desde já deferido o reforço policial e arrombamento, caso seja necessário, bem como o cumprimento do mandado sob regime de plantão. Caso efetuado a purga da mora ou a desocupação voluntária, autorizo o levantamento dos valores depositados mediante alvará, de acordo com inciso IV, do art. 62, da Lei n. 8.245/91 em favor da parte Autora, independente de nova decisão. Após o cumprimento do referido mandado, se for o caso, a parte Requerente deverá juntar aos autos cálculo do valor atualizado do débito para posterior prosseguimento da execução. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013989-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO CLEMENTE DA SILVA ALVARENGA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1013989-86.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, ANTONIO CLEMENTE DA SILVA ALVARENGA, devidamente qualificado na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA da diferença de benefício do seguro obrigatório em face de BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 08/08/2018, foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à “membro superior (fratura no braço)”. Discorre que o valor recebido administrativamente seria inferior à indenização prevista na lei de regência, requerendo ao final a condenação da Requerida ao pagamento da diferença do seguro obrigatório, sobre o montante de R$ 11.812,50, (onze mil cento e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), acrescidos de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária de acordo com o índice do INPC, a partir da data do evento danoso, 26/03/2018, com fulcro nas súmulas 43 e 54 do STJ e art. 398 do CC, as quais deverão incidir até o dia em que a Seguradora efetuar o pagamento integral do referido seguro. Requereu ao final, a condenação do Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa. Despacho inicial no id. 19179269. Petição de habilitação nos autos no id. 19678886. A Requerida apresentou contestação id. 23005794 arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, a ausência do comprovante de residência requisito para fixação do foro e a necessidade de adequação do valor da causa. No mérito, defendeu pela improcedência do pedido inicial sobre a regularidade do valor pago administrativamente e a ausência de especificação do motivo pelo qual a parte Autora entende fazer jus à complementação. Sustentou também que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão e requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Juntou o processo administrativo no id. 23005796/23005795. O autor foi submetido à pericia médica, por ocasião da conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 23078867. Impugnação à contestação corroborada id. 23772164. A parte Requerente manifesta concordância ao exposto laudo pericial no id. 23772166. Certidão de intimação para as partes especificarem as provas que pretendem produzir no id. 24806169. Os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR – ILEGITIMIDADE PASSIVA - NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se

a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR inépcia da inicial – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO. Afasto a preliminar de inépcia da inicial, pois no que tange a exigência de comprovante residencial como documento obrigatório a ser apresentado pela parte Autora, não é considerado indispensável para propositura da ação, bastando à comprovação da ocorrência do acidente a existência de lesão e o nexo de causalidade entre eles. Outrossim, não é necessário o comprovante de residência para se auferir a competência do juízo, pois as ações de indenização para recebimento de seguro obrigatório podem ser ajuizadas tanto no domicílio do autor como no local do sinistro, conforme determina o art. 53, V, do CPC, ou ainda o domicílio do réu, art. 46 do mesmo Diploma Legal, cabendo a opção pela parte Autora. Portanto, rejeito a preliminar de inépcia da petição inicial PRELIMINAR – IMPUGNAÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA No que tange a preliminar arguida pela parte Requerida, não vejo razão pois, a parte Requerente corroborou em sua exordial que declara em que não encontra em condições financeiras de suportar o ônus processual, anexando ao pedido à declaração de hipossuficiência (id. 19166433), assinada de próprio punho se responsabilizando por suas informações, e que este pedido fora deferido no despacho de id. 19179269. Desta feita, não há que se acolher a preliminar suscitada. Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência (id. 19166438) e Ficha de Atendimento (id. 19166841), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 23078867, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Nesse quadro, comprovado o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, até mesmo porque, a própria seguradora reconheceu que efetuou em sede administrativa o pagamento, em favor do Autor, a importância de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), de acordo com o comprovante de pagamento de id. 23005796/23005795. De outro lado, quanto ao valor da indenização, a orientação jurisprudencial do E. Superior Tribunal de Justiça cristalizada no enunciado da Súmula n.º474, editada em 19/06/2012: "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". A par disso, não há se acolher a pretensão Autoral visando o recebimento integral do valor da indenização, restando somente analisar se o montante pago administrativamente corresponde às lesões decorrentes do acidente sofrido pela parte Requerente. Desta feita, infere-se do laudo pericial judicial juntado no id. 23078867 que foi constatado tão somente a lesão no membro superior direito, com repercussão moderada, de 50% (cinquenta por cento) da capacidade laborativa do membro. Pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores, o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 70% (setenta por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Assim, o valor da indenização deveria corresponder R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte reais),Todavia, diante do pagamento administrativo efetuado pela Requerida no valor de R$ 1.687,50 (mil seicentos e oitenta e sete reaus e cinquenta centavos), subsiste, portanto, uma diferença de R$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Com relação ao ônus da sucumbência, imperioso grafar que foi atribuído à causa o valor de R$ 11.812,50, e a parte Requerente logrou êxito em obter indenização de R$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Entrementes, não há se falar em fixação da verba honorária em percentual sobre o valor da causa, posto que houve condenação em valor certo, sendo certo ainda que a fixação de referida verba em percentual sobre o valor da condenação, mesmo que considerados os parâmetros dispostos no §2º do artigo 85 do CPC, não alcançaria sequer o valor de 01 salario mínimo. Nesse encalço, ao tempo em que a fixação da verba honorária deve observar o princípio da razoabilidade, consoante dispõe o §8º do artigo 85 do CPC, deve também resignar-se a montantes proporcionais à relevância e vantagem econômica da causa, os quais são um dos aspectos de equidade de que trata o artigo 85,§8º do CPC, levando ainda em consideração o fato da matéria posta em debate não ser de alta indagação, razoável a fixação dos honorários advocatícios em R$ 1.000,00 (hum mil reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, pagar ao Requerente ANTONIO CLEMENTE DA SILVA ALVARENGA, a quantia de R$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos),referente à complementação da indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 08/08/2018 (Súmula 580 STJ). CONDENO ainda, a parte Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do §8º do artigo 85 do CPC. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011625-78.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDYEN VALENTE CALEPIS OAB - MS8767-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DA PENHA IMPERIAL MAYOLINO (RÉU)
DUILIO MAYOLINO FILHO (RÉU)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE nº - 1011625-78.2018.8.11.0041 (HG) VISTOS, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes juntado no id. 22708149 para que produzam seus jurídicos e legais efeitos. Diante do total cumprimento do acordo (id. 26108857/ 26108858), DECLARO EXTINTO o presente feito COM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, "b" do CPC. DEFIRO o pedido formulado e DETERMINO a Expedição de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis do 6º Serviço Notarial de Cuiabá/MT, para averbação da servidão administrativa conforme estabelecido na avença (id. 22708149). As partes ficam dispensadas do pagamento de eventuais custas remanescentes, nos termos do art. 90, § 3º do CPC. Arquivem-se os autos, observando as providências de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010476-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GRACIELE CANDIDA DE FRACA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1010476-73.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, GRACIELE CÂNDIDA DE FRAÇA, devidamente qualificada na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em

17/11/2018 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à "membro inferior direito". Discorre a Autora em sua inicial requerendo a concessão da gratuidade da justiça, a realização de prova pericial para apuração do grau de incapacidade, ainda a procedência da ação reconhecendo o direito a indenização e que a seguradora pague tal indenização referente ao seguro, acrescidos com juros a partir citação e a correção monetária com o índice INPC, a partir da data da entrada em vigor da medida provisória n.340/2006, ou que a correção monetária seja aplicada a partir da data do acidente. Requereu ao final, a condenação do Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios de acordo com o art. 85, §2° do CPC, seja no importe de 20% (vinte por cento) ou alternativamente o § 8° do art. 85 do mesmo códex. Despacho inicial no id. 18692634. Juntada de documento médicos no id. 19821515/19821518. Juntada de correspondência devolvida no id. 21402316. Petição de habilitação nos autos no id. 22830219. A Requerida apresentou contestação id. 22941515, arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, a falta de interesse de agir por entender necessária a realização do pedido administrativo anteriormente à propositura da ação e a necessidade de adequação do valor da causa. No mérito, defendeu pela improcedência do pedido inicial, ante a ausência de provas da invalidez permanente e definitiva, a ausência de nexo causal pelo fato do boletim de ocorrência ter sido lavrado em data posterior ao fato; a falta de nexo causal entre a lesão e o acidente e a inexistência de prova da invalidez. Discorreu, ainda, pela necessidade de produção de prova pericial que quantifique a lesão alegada à invalidez. Sustentou também que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão. requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Requereu ainda que sejam os Honorários Advocatícios, arbitrados em no máximo 20%, (vinte por cento) sobre o valor da condenação. O Autor foi submetido a pericia médica, por ocasião da audiência de conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 23072196. A parte Requerente, manifestou sobre o laudo pericial (id. 23691785) requerendo o julgamento da lide. Impugnação à contestação corroborada id. 23692847. Certidão de intimação (id. 24811832) às partes para especificarem as provas que pretendem produzir. A parte Requerente no id. 25197292, pugnou pela improcedência do pedido inicial, ante a falta de documentos médicos para comprovar a lesão atestada se decorreu do acidente de trânsito. Os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR - ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR – DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PEDIDO ADMINISTRATIVO – DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL – NECESSIDADE/ADEQUACAO DAS FALÁCIAS CONSTANTES NA INICIAL – MANOBRAS PARA EVITAR A ANÁLISE ADMINISTRATIVA Alega a parte Requerida que jamais deixou de receber os pedidos administrativos de quaisquer recursais no País e que não tem obrigação de assim proceder sem a apresentação dos documentos mínimos exigidos na Lei 6.194/74, notadamente no que se refere à comprovação da alegada invalidez permanente. Todavia, a escusa apresentada pela parte Requerida não merece guarida, porquanto é trivial sabença que o IML da Capital não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT, como também, mesmo que o Requerente apresentasse no âmbito administrativo qualquer outro laudo médico atestando o grau de invalidez, seria submetido à perícia por médico designado pela própria Seguradora, a fim de constatar e avaliar a existência e aferição do grau da lesão ou lesões, para os fins do §1º do art.3º da Lei de regência. Portanto, de uma forma ou de outra, persiste a obrigação da Seguradora independente da apresentação do laudo receber e analisar a documentação apresentada pelo requerente administrativamente, e, se for o caso, rejeitar ou solicitar complementação de forma fundamentada. Demais disso, cumpre grafar que a decisão do Pretório Excelso quando do julgamento do Recurso Extraordinário 839314, não deixa dúvida: o que se exige é a existência do requerimento administrativo prévio ao ajuizamento da ação judicial, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, leia-se, 'interesse-necessidade' de intervenção do Poder Judiciário, não o exaurimento da via administrativa. Assim, restando comprovado na hipótese vertente que a parte Requerente formulou administrativamente o pagamento da indenização correspondente ao seguro DPVAT juntamente com toda documentação exigida pela Lei 6.194/74, perfaz evidenciado o interesse processual do Autor. Portanto, REJEITO A PRELIMINAR. PRELIMINAR – DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO VALOR DA CAUSA. No que tange a preliminar registro que em ações de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, a parte somente saberá o valor exato a que faz jus após se submeter à perícia, motivo pelo qual, a quantia postulada na exordial é meramente estimativa. Nesse encalço, a pretensão do Requerido para que seja atribuído valor da causa na forma específica determinada no art. 292 do CPC é impertinente, na medida em que a indenização securitária almejada pelo Autor, caso tenha êxito na lide, deverá obedecer ao grau da alegada invalidez, que pretende provar por meio de perícia técnica, restando correta a atribuição de valor estimativo à causa. Desta feita, rejeito a preliminar. Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência (id. 18630365) e Ficha de Atendimento (id. 18630369), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 23072196, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Outrossim, eventual ausência da juntada do Boletim de Ocorrência ou o fato de ter sido lavrado em data posterior ao fato, não é motivo para recusa do pagamento, porquanto a Lei nº 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada de tal documento, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Assim, se nos autos existem elementos hábeis a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico, tais como a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito ou prontuário médico que indica que o atendimento hospitalar decorreu de acidente de trânsito, por si só, já são suficientes a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Portanto, comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, devendo o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada, nos termos da Súmula 544 do STJ, a qual tratou de atestar a validade da utilização da tabela do CNSP-SUSEP, o que garante a quantificação da indenização de acordo com o grau de invalidez, mesmo nos casos não contemplados pela MP 451/2008, senão vejamos: Súmula 544/STJ: É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008. (grifei) Desta feita, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos joelhos o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que no presente caso, o laudo pericial judicial acostado aos autos (id. 23072196), dá conta de que a parte Autora apresenta debilidade parcial e permanente, caracterizada como de repercussão moderada com perda de 50% (cinquenta por cento) de comprometimento do seu patrimônio físico, a indenização deve corresponder, portanto a quantia de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em

consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Com relação ao ônus da sucumbência, passo a adotar o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Nosso Estado, no sentido que a procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca, mas mera adequação do quantum debeatur (pedido secundário), segundo os critérios legais, devendo a seguradora arcar, na totalidade, com os ônus sucumbenciais, aplicando-se a espécie o parágrafo único do art. 86 do CPC. Nesse sentido: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – BAIXO VALOR DA CAUSA E DA CONDENAÇÃO – CASO CONCRETO QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ART. 85, §8º, DO CPC – RAZOABILIDADE – PARTE VENCEDORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA – LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, DA LEI nº 1.060/50 – INAPLICABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Se a r. sentença acolheu pedido para condenação da seguradora ao pagamento da indenização por invalidez permanente, objeto da ação, não há falar em sucumbência recíproca.Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC.Não há falar em limitação dos honorários advocatícios de que trata o artigo 11, §1º, da Lei 1.060/50, porquanto tal dispositivo fora revogado pelo Código de Processo Civil/1973, que passou a disciplinar as regras de sucumbência, atualmente regidas pelo novo Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ". (RAC 0039578-05.2016.8.11.0041 – DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 01/02/2019) "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINORAÇÃO – VALOR JUSTO E RAZOÁVEL - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO DESPROVIDO.O valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve estar de acordo com o trabalho desempenhado pelo patrono. O fato de a parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca". (RAC 1001713-91.2017.8.11.0041 – DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/12/2018, Publicado no DJE 13/12/2018) Por sua vez, no que diz respeito ao valor da verba honorária, importante frisar que o Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85, a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação, for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, como são maioria dos casos envolvendo a cobrança de seguro DPVAT. A par disso, delineada a especificidade das demandas envolvendo tais pretensões indenizatórias, entendo que no caso, a fixação de honorários em percentual da condenação implicaria em montante irrisório, da mesma forma que a adoção do valor do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em importância incompatível com o trabalho realizado pelos nobres causídicos, e não se mostra o mais equânime. Dentro desse contexto, levando em conta a natureza da demanda ser de baixa complexidade jurídica, o tempo exigido para desenvolvimento dos trabalhos, sem falar na existência de inúmeros processos sobre a mesma matéria, é que concluo como justo e razoável o arbitramento da verba sucumbencial em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pagar ao Requerente GRACIELE CÂNDIDA DE FRAÇA, a quantia de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta reais e cinquenta centavos), referente à indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 17/11/2018 (Súmula 580 STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência que fixo no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), nos termos do §8º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044795-41.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO PAULINO CASTRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1044795-41.2018.8.11.0041(LP) VISTOS, MARCIO PAULINO CASTRO, devidamente qualificado na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório c/c PEDIDO DE DANOS MORAIS em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 30/08/2018, foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à "membro inferior direito". Discorre o autor em sua inicial requerendo a concessão do benefício da justiça gratuita, que a Requerida seja citada a comparecer à audiência de conciliação, e a condenação ao pagamento do seguro obrigatório no montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), com juros a partir da data que tomou conhecimento do acidente, aplicando a súmula 426 do STJ e correção monetária com o índice INPC, a partir da data do acidente. Requereu ainda a condenação Requerida a pagamento no montante de R$15.000,00 (quinze mil reais) a título de danos morais pela prática de ato ilícito, desleal e abusivo. Ao final, requereu a condenação ao pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como os honorários advocatícios no importe de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) de acordo com o art. 85, § 8° do CPC, ou alternativamente o § 2º do mesmo códex. Despacho determinando a emenda da petição inicial no id. 17262421. Requerimento de emenda no id. 17990777/17990778. Despacho de id. 19609611, determinando o prosseguimento do feito com a realização de audiência. Aviso de recebimento no id. 21848410. A Requerida apresentou contestação id. 22322111, arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, a incorreção do valor da causa, a falta de interesse de agir por entender necessária a realização do pedido administrativo anteriormente à propositura da ação e o defeito de representação ante a falta de desenvolvimento válido e regular do processo. No mérito, pela improcedência do pedido inicial ante a impossibilidade jurídica do pedido, por se tratar de acidente envolvendo uma queda de caminhão, a inexistência de prova da invalidez, quanto ao boletim de ocorrência ter sido lavrado em data posterior ao fato; a não apresentação de laudo pericial, a falta de nexo causal, e a improcedência do pedido de indenização por danos morais. Discorreu, ainda, pela necessidade de produção de prova pericial que quantifique a lesão alegada à invalidez permanente. Sustentou também que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão. requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Manifestação da parte Autora no id. 23909328/23909330. O Autor foi submetido a pericia médica, por ocasião da audiência de conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 25344825. Impugnação à contestação corroborada id. 26512197. A parte Autora no id. 26512235, pugna pelo julgamento da lide de acordo com a avaliação médica realizada. Os autos vieram conclusos para prolação da sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR - ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples

interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR – INCORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA Registro que em ações de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, a parte somente saberá o valor exato a que faz jus após se submeter à perícia, motivo pelo qual, assim como ocorre nas demandas em que se busca indenização por dano moral, a quantia postulada na exordial é meramente estimativa. Nesse encalço, a pretensão do Requerido para que seja atribuído valor da causa na forma específica determinada no art. 292 do CPC é impertinente, na medida em que a indenização securitária almejada pelo Autor, caso tenha êxito na lide, deverá obedecer ao grau da alegada invalidez, que pretende provar por meio de perícia técnica, restando correta a atribuição de valor estimativo à causa. De outra sorte, verifico que assiste razão ao Requerido no que tange a necessidade de adequação do valor em consonância ao patamar máximo do valor da indenização estabelecido pela legislação vigente, porquanto, em casos que o acidente tenha ocorrido após o advento da Medida Provisória nº 340/06 (DOU 29/12/2006), depois convertida na Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, a tarifação das indenizações do seguro obrigatório passou a ser estabelecida em valores determinados e não mais em salários mínimos. Desta feita, acolho a preliminar, para retificar o valor da causa no importe de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). PRELIMINAR – DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PEDIDO ADMINISTRATIVO – DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL – NECESSIDADE/ADEQUAÇÃO DAS FALÁCIAS CONSTANTES NA INICIAL – MANOBRAS PARA EVITAR A ANÁLISE ADMINISTRATIVA Alega a parte Requerida que jamais deixou de receber os pedidos administrativos de quaisquer recursais no País e que não tem obrigação de assim proceder sem a apresentação dos documentos mínimos exigidos na Lei 6.194/74, notadamente no que se refere à comprovação da alegada invalidez permanente. Todavia, a escusa apresentada pela parte Requerida não merece guarida, porquanto é trivial sabença que o IML da Capital não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT, como também, mesmo que o Requerente apresentasse no âmbito administrativo qualquer outro laudo médico atestando o grau de invalidez, seria submetido à perícia por médico designado pela própria Seguradora, a fim de constatar e avaliar a existência e aferição do grau da lesão ou lesões, para os fins do §1º do art.3º da Lei de regência. Portanto, de uma forma ou de outra, persiste a obrigação da Seguradora independente da apresentação do laudo receber e analisar a documentação apresentada pelo requerente administrativamente, e, se for o caso, rejeitar ou solicitar complementação de forma fundamentada. Demais disso, cumpre grafar que a decisão do Pretório Excelso quando do julgamento do Recurso Extraordinário 839314, não deixa dúvida: o que se exige é a existência do requerimento administrativo prévio ao ajuizamento da ação judicial, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, leia-se, 'interesse-necessidade' de intervenção do Poder Judiciário, não o exaurimento da via administrativa. Assim, restando comprovado na hipótese vertente que a parte Requerente formulou administrativamente o pagamento da indenização correspondente ao seguro DPVAT juntamente com toda documentação exigida pela Lei 6.194/74, perfaz evidenciado o interesse processual do Autor. Portanto, REJEITO A PRELIMINAR. PRELIMINAR – DO DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO – FALTA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. No que concerne à necessidade de regularização da representação, não vislumbro razões para exigir a juntada de outro documento, pois tal circunstância isoladamente em nada influencia a análise do mérito. Cumpre ressaltar que a procuração "ad judicia" não tem prazo de validade, ou seja, não se expira pelo decurso do tempo, não restando alternativa se não desacolher tal preliminar. Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. Consigno ainda, que a parte Requerida em sua contestação alegou a impossibilidade jurídica do pedido, arguido pela parte Requerente, defendendo que os fatos não se tratam de acidente de trânsito, mas de mera fatalidade, uma vez que decorreu de uma queda de caminhão. Entretanto, esta alegação não cabe discussão, dado que o seguro DPVAT é responsável pelos danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, bastando para o pagamento da indenização a ocorrência do sinistro, e a comprovação das lesões dele decorrentes. Nesse sentido o STJ julgou: EMENTA: Terceira Turma - DPVAT. QUEDA DURANTE VERIFICAÇÃO DE CARGA. INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO CAUSAL AUSENTE. A Turma entendeu que, para o sinistro ser protegido pelo seguro DPVAT, é necessário que ele tenha sido ocasionado pelo uso de veículo automotor. E, considerando que o uso comum que se dá ao veículo é a circulação em área pública, em regra, os sinistros somente serão cobertos quando o acidente ocorrer com pelo menos um veículo em movimento. Entretanto, é possível imaginar hipóteses excepcionais em que o veículo parado cause prejuízos indenizáveis. Para isso, seria necessário que o próprio veículo ou a sua carga causassem prejuízos a seu condutor ou a um terceiro. Na hipótese, tratou-se de uma queda do caminhão enquanto o recorrente descarregava mercadorias do seu interior, sem que o veículo estivesse em movimento ou mesmo em funcionamento. Resp. 1.182.871-MS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 3/5/2012, publicado em 10/05/2012. (grifo nosso). O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência (id. 17196264) e prontuário médico (id. 17196267), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 25344825, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Outrossim, eventual ausência da juntada do Boletim de Ocorrência ou o fato de ter sido lavrado em data posterior ao fato, não é motivo para recusa do pagamento, porquanto a Lei nº 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada de tal documento, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Assim, se nos autos existem elementos hábeis a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico, tais como a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito ou prontuário médico que indica que o atendimento hospitalar decorreu de acidente de trânsito, por si só, já são suficientes a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Portanto, comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, devendo o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada, nos termos da Súmula 544 do STJ, a qual tratou de atestar a validade da utilização da tabela do CNSP-SUSEP, o que garante a quantificação da indenização de acordo com o grau de invalidez, mesmo nos casos não contemplados pela MP 451/2008, senão vejamos: Súmula 544/STJ: É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008. (grifei) Desta feita, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 70% (setenta por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que no presente caso, o laudo pericial judicial acostado aos autos (id. 25344825), dá conta de que a parte Autora apresenta debilidade parcial e permanente, caracterizada como de repercussão moderada, com perda de 50% (cinquenta por cento) de comprometimento do seu patrimônio físico, a indenização deve corresponder, portanto a quantia de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. No que concerne ao pedido de condenação da Seguradora Requerida ao pagamento de indenização por danos morais, melhor sorte não socorre à parte Requerente, na medida em que o mero inadimplemento contratual por si, não é capaz de ensejar o reparação. O dano moral pode assim ser definido: "É a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a

tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante etc.) e dano moral puro (dor, tristeza etc) (DANO MORAL, 2, editora RT, 1998). É certo que o dano moral implica, substancialmente, a uma relação de dano à personalidade, em relação ao mundo externo, em que a imagem é arduamente atingida, todavia, não restou caracterizado, nestes autos, o dano à personalidade ou transtorno que ultrapasse o normal. Neste sentido consolidou a jurisprudência do STJ: CIVIL E PROCESSUAL. DPVAT. ACIDENTE COM VÍTIMA FATAL. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA COM A SEGURADORA. QUITAÇÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA . POSSIBILIDADE. DEVER LEGAL. VALOR ESTABELECIDO EX VI LEGIS. NORMA COGENTE . DANO MORAL. DESCABIMENTO . (...) II. Dano moral indevido. III. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 619.324/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2010, DJe 24/05/2010) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CARACTERIZAÇÃO. REPARTIÇÃO DO CUSTO FINANCEIRO DO PROCESSO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, normalmente, não admite a ocorrência de dano moral nos casos de não pagamento do seguro DPVAT. Precedente. 2. Proposta demanda em que há pedidos cumulados, a rejeição de um gera, em regra, a sucumbência recíproca. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 721.443/RJ, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2007, DJ 10/12/2007, p. 372) DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR DA INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO . DPVAT . DANOS MORAIS. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. INVIABILIDADE DO PLEITO.- O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais. Precedentes.- Deve, contudo, ser condenada a seguradora a complementar o valor da indenização concernente ao seguro obrigatório, nos termos em que dispõe o art. 3º, alínea a, da Lei n.º 6.194/74, como estabeleceu o Juízo de origem. Recurso especial conhecido e provido.(REsp 723.729/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2006, DJ 30/10/2006, p. 297) Com relação ao ônus da sucumbência, passo a adotar o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Nosso Estado, no sentido que a procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca, mas mera adequação do quantum debeatur (pedido secundário), segundo os critérios legais, devendo a seguradora arcar, na totalidade, com os ônus sucumbenciais, aplicando-se a espécie o parágrafo único do art. 86 do CPC. Nesse sentido: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – BAIXO VALOR DA CAUSA E DA CONDENAÇÃO – CASO CONCRETO QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ART. 85, §8º, DO CPC – RAZOABILIDADE – PARTE VENCEDORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA – LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, DA LEI nº 1.060/50 – INAPLICABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Se a r. sentença acolheu pedido para condenação da seguradora ao pagamento da indenização por invalidez permanente, objeto da ação, não há falar em sucumbência recíproca.Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC.Não há falar em limitação dos honorários advocatícios de que trata o artigo 11, §1º, da Lei 1.060/50, porquanto tal dispositivo fora revogado pelo Código de Processo Civil/1973, que passou a disciplinar as regras de sucumbência, atualmente regidas pelo novo Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ". (RAC 0039578-05.2016.8.11.0041 – DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 01/02/2019) "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINORAÇÃO – VALOR JUSTO E RAZOÁVEL - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO DESPROVIDO.O valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve estar de acordo com o trabalho desempenhado pelo patrono. O fato de a parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca". (RAC 1001713-91.2017.8.11.0041 – DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/12/2018, Publicado no DJE 13/12/2018) Por sua vez, no que diz respeito ao valor da verba honorária, importante frisar que o Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85, a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação, for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, como são maioria dos casos envolvendo a cobrança de seguro DPVAT. A par disso, delineada a especificidade das demandas envolvendo tais pretensões indenizatórias, entendo que no caso, a fixação de honorários em percentual da condenação implicaria em montante irrisório, da mesma forma que a adoção do valor do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em importância incompatível com o trabalho realizado pelos nobres causídicos, e não se mostra o mais equânime. Dentro desse contexto, levando em conta a natureza da demanda ser de baixa complexidade jurídica, o tempo exigido para desenvolvimento dos trabalhos, sem falar na existência de inúmeros processos sobre a mesma matéria, é que concluo como justo e razoável o arbitramento da verba sucumbencial em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pagar a Requerente MARCIO PAULINO CASTRO, a quantia de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), referente à indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 30/08/2018 (Súmula 580 STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência que fixo no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), nos termos do §8º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1033573-13.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AMERICO MELLIM (EXEQUENTE)
CID IMOVEIS EIRELI - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NOGUEIRA VAZ & SOUSA MONTEIRO LTDA - ME (EXECUTADO)
EDSON DA SILVA VAZ (EXECUTADO)
IVANILDE NOGUEIRA RAMOS VAZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 7ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1033573-13.2017.8.11.0041(LP) VISTOS, A parte Exequente no id. 23822796 informou nos autos que houve pagamento do débito, propugnando pela extinção do feito, desta feita, JULGO e DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do artigo 924, II c/c 925 do CPC. As partes ficam dispensadas do pagamento de eventuais custas remanescentes, nos termos do art. 90, § 3º do CPC. Preclusa a via recursal, arquive-se os autos, com as providências de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003410-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO ERINEU DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1003410-79.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, PEDRO ERINEU DE OLIVEIRA, devidamente qualificado na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório c/c PEDIDO DE DANOS MORAIS em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 29/04/2015, foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à "membro inferior direito, membro superior direito e demais lesões a serem apuradas em perícia judicial". Discorre o autor em sua inicial requerendo a concessão do benefício da justiça gratuita, que a Requerida seja citada a comparecer à audiência de conciliação, e a condenação ao pagamento do seguro obrigatório no montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou em valor a ser apurado em perícia médica. Requereu ainda a condenação Requerida a pagamento no montante de R$15.000,00 (quinze mil reais) a título de danos morais pela prática de ato ilícito, desleal e abusivo. Ao final, requereu a condenação ao pagamento das custas e demais despesas processiuais, bem como os honorários advocatícios no importe de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) de acordo com o art. 85, § 8° do CPC, ou alternativamente o § 2ºdo mesmo códex. Despacho inicial no id. 17603827. Juntada de petição no id. 21375772. Petição de habilitação nos autos no id. 21919378. O Autor foi submetido a pericia médica, por ocasião da audiência de conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 22097652. A Requerida apresentou contestação id. 22576240, arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, a incorreção do valor da causa, a falta de interesse de agir por entender necessária a realização do pedido administrativo anteriormente à propositura da ação. No mérito, pela improcedência do pedido inicial ante a ausência de provas quanto à invalidez, do boletim de ocorrência ter sido lavrado em data posterior ao fato; a não apresentação de laudo pericial, a falta de nexo causal, e a improcedência do pedido de indenização por danos morais. Discorreu, ainda, pela necessidade de produção de prova pericial que quantifique a lesão alegada à invalidez permanente. Sustentou também que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão. requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Impugnação à contestação corroborada id. 26590554. A parte Autora no id. 26590565, pugna pelo julgamento da lide de acordo com a avaliação médica realizada. Os autos vieram conclusos para prolação da sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR - ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR – INCORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA Registro que em ações de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, a parte somente saberá o valor exato a que faz jus após se submeter à perícia, motivo pelo qual, assim como ocorre nas demandas em que se busca indenização por dano moral, a quantia postulada na exordial é meramente estimativa. Nesse encalço, a pretensão do Requerido para que seja atribuído valor da causa na forma específica determinada no art. 292 do CPC é impertinente, na medida em que a indenização securitária almejada pelo Autor, caso tenha êxito na lide, deverá obedecer ao grau da alegada invalidez, que pretende provar por meio de perícia técnica, restando correta a atribuição de valor estimativo à causa. De outra sorte, verifico que assiste razão ao Requerido no que tange a necessidade de adequação do valor em consonância ao patamar máximo do valor da indenização estabelecido pela legislação vigente, porquanto, em casos que o acidente tenha ocorrido após o advento da Medida Provisória nº 340/06 (DOU 29/12/2006), depois convertida na Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, a tarifação das indenizações do seguro obrigatório passou a ser estabelecida em valores determinados e não mais em salários mínimos. Desta feita, acolho a preliminar, para retificar o valor da causa no importe de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). PRELIMINAR – DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PEDIDO ADMINISTRATIVO – DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL – NECESSIDADE/ADEQUACÃO DAS FALÁCIAS CONSTANTES NA INICIAL – MANOBRAS PARA EVITAR A ANÁLISE ADMINISTRATIVA Alega a parte Requerida que jamais deixou de receber os pedidos administrativos de quaisquer recursais no País e que não tem obrigação de assim proceder sem a apresentação dos documentos mínimos exigidos na Lei 6.194/74, notadamente no que se refere à comprovação da alegada invalidez permanente. Todavia, a escusa apresentada pela parte Requerida não merece guarida, porquanto é trivial sabença que o IML da Capital não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT, como também, mesmo que o Requerente apresentasse no âmbito administrativo qualquer outro laudo médico atestando o grau de invalidez, seria submetido à perícia por médico designado pela própria Seguradora, a fim de constatar e avaliar a existência e aferição do grau da lesão ou lesões, para os fins do §1º do art.3º da Lei de regência. Portanto, de uma forma ou de outra, persiste a obrigação da Seguradora independente da apresentação do laudo receber e analisar a documentação apresentada pelo requerente administrativamente, e, se for o caso, rejeitar ou solicitar complementação de forma fundamentada. Demais disso, cumpre grafar que a decisão do Pretório Excelso quando do julgamento do Recurso Extraordinário 839314, não deixa dúvida: o que se exige é a existência do requerimento administrativo prévio ao ajuizamento da ação judicial, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, leia-se, 'interesse-necessidade' de intervenção do Poder Judiciário, não o exaurimento da via administrativa. Assim, restando comprovado na hipótese vertente que a parte Requerente formulou administrativamente o pagamento da indenização correspondente ao seguro DPVAT juntamente com toda documentação exigida pela Lei 6.194/74, perfaz evidenciado o interesse processual do Autor. Portanto, REJEITO A PRELIMINAR. Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados a Certidão de Ocorrência e prontuário médico (id. 17599584), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 22097652, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Outrossim, eventual ausência da juntada do Boletim de Ocorrência ou o fato de ter sido lavrado em data posterior ao fato, não é motivo para recusa do pagamento, porquanto a Lei nº 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada de tal documento, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Assim, se nos autos existem elementos hábeis a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico, tais como a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito ou prontuário médico que indica que o atendimento hospitalar decorreu de acidente de trânsito, por si só, já são suficientes a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Portanto, comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, devendo o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada, nos termos da Súmula 544 do STJ, a qual tratou de atestar a validade da utilização da tabela do CNSP-SUSEP, o que garante a quantificação da indenização de acordo com o grau de invalidez, mesmo nos casos não contemplados pela MP 451/2008, senão vejamos: Súmula 544/STJ: É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008. (grifei) Desta feita, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores o valor da indenização deve corresponder ao percentual de

70% (setenta por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que no presente caso, o laudo pericial judicial acostado aos autos (id. 22097652), dá conta de que a parte Autora apresenta debilidade parcial e permanente, caracterizada como de repercussão leve, com perda de 25% (vinte e cinco por cento) de comprometimento do seu patrimônio físico, a indenização deve corresponder, portanto a quantia de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. No que concerne ao pedido de condenação da Seguradora Requerida ao pagamento de indenização por danos morais, melhor sorte não socorre à parte Requerente, na medida em que o mero inadimplemento contratual por si, não é capaz de ensejar o reparação. O dano moral pode assim ser definido: "É a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante etc.) e dano moral puro (dor, tristeza etc) (DANO MORAL, 2, editora RT, 1998). É certo que o dano moral implica, substancialmente, a uma relação de dano à personalidade, em relação ao mundo externo, em que a imagem é arduamente atingida, todavia, não restou caracterizado, nestes autos, o dano à personalidade ou transtorno que ultrapasse o normal. Neste sentido consolidou a jurisprudência do STJ: CIVIL E PROCESSUAL. DPVAT. ACIDENTE COM VÍTIMA FATAL. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA COM A SEGURADORA. QUITAÇÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA . POSSIBILIDADE. DEVER LEGAL. VALOR ESTABELECIDO EX VI LEGIS. NORMA COGENTE . DANO MORAL. DESCABIMENTO . (...) II. Dano moral indevido. III. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 619.324/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2010, DJe 24/05/2010) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CARACTERIZAÇÃO. REPARTIÇÃO DO CUSTO FINANCEIRO DO PROCESSO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, normalmente, não admite a ocorrência de dano moral nos casos de não pagamento do seguro DPVAT. Precedente. 2. Proposta demanda em que há pedidos cumulados, a rejeição de um gera, em regra, a sucumbência recíproca. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 721.443/RJ, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2007, DJ 10/12/2007, p. 372) DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR DA INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO . DPVAT . DANOS MORAIS. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. INVIABILIDADE DO PLEITO.- O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais. Precedentes.- Deve, contudo, ser condenada a seguradora a complementar o valor da indenização concernente ao seguro obrigatório, nos termos em que dispõe o art. 3º, alínea a, da Lei n.º 6.194/74, como estabeleceu o Juízo de origem. Recurso especial conhecido e provido.(REsp 723.729/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2006, DJ 30/10/2006, p. 297) Com relação ao ônus da sucumbência, passo a adotar o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Nosso Estado, no sentido que a procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca, mas mera adequação do quantum debeatur (pedido secundário), segundo os critérios legais, devendo a seguradora arcar, na totalidade, com os ônus sucumbenciais, aplicando-se a espécie o parágrafo único do art. 86 do CPC. Nesse sentido: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – BAIXO VALOR DA CAUSA E DA CONDENAÇÃO – CASO CONCRETO QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ART. 85, §8º, DO CPC – RAZOABILIDADE – PARTE VENCEDORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA – LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, DA LEI nº 1.060/50 – INAPLICABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Se a r. sentença acolheu pedido para condenação da seguradora ao pagamento da indenização por invalidez permanente, objeto da ação, não há falar em sucumbência recíproca.Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC.Não há falar em limitação dos honorários advocatícios de que trata o artigo 11, §1º, da Lei 1.060/50, porquanto tal dispositivo fora revogado pelo Código de Processo Civil/1973, que passou a disciplinar as regras de sucumbência, atualmente regidas pelo novo Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ". (RAC 0039578-05.2016.8.11.0041 – DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 01/02/2019) "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINORAÇÃO – VALOR JUSTO E RAZOÁVEL - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO DESPROVIDO.O valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve estar de acordo com o trabalho desempenhado pelo patrono. O fato de a parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca". (RAC 1001713-91.2017.8.11.0041 – DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/12/2018, Publicado no DJE 13/12/2018) Por sua vez, no que diz respeito ao valor da verba honorária, importante frisar que o Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85, a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação, for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, como são maioria dos casos envolvendo a cobrança de seguro DPVAT. A par disso, delineada a especificidade das demandas envolvendo tais pretensões indenizatórias, entendo que no caso, a fixação de honorários em percentual da condenação implicaria em montante irrisório, da mesma forma que a adoção do valor do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em importância incompatível com o trabalho realizado pelos nobres causídicos, e não se mostra o mais equânime. Dentro desse contexto, levando em conta a natureza da demanda ser de baixa complexidade jurídica, o tempo exigido para desenvolvimento dos trabalhos, sem falar na existência de inúmeros processos sobre a mesma matéria, é que concluo como justo e razoável o arbitramento da verba sucumbencial em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pagar a Requerente PEDRO ERINEU DE OLIVEIRA, a quantia de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), referente à indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 29/04/2015 (Súmula 580 STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência que fixo no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), nos termos do §8º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009272-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº

1009272-31.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, ADILSON DE ALMEIDA, devidamente qualificado na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 17/10/2018 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à "fratura de membro superior direito". Discorre o Autor em sua inicial requerendo a condenação ao pagamento do seguro obrigatório no montante de 40 (quarenta vezes) o valor do maior salário-minimo vigente no país, na data do efetivo pagamento, em razão de sua invalidez permanente, acrescidos com juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária de acordo com o índice INPC, a partir da data do sinistro, com fulcro nas súmulas n°. 43 e 54 do STJ., os quais deverão incidir até o dia em que a seguradora efetuar o pagamento integral do referido seguro. Requereu ao final, a condenação do Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa. Despacho inicial no id. 18499180. Petição de habilitação nos autos no id. 19884050. A Requerida apresentou contestação id. 24139185, arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, a falta de interesse de agir por entender necessária a realização do pedido administrativo anteriormente à propositura da ação e a ausência de documentos essenciais a propositura da ação, a ausência do comprovante de residência requisito para fixação do foro e a incorreção do valor da causa. No mérito, defendeu pela improcedência do pedido inicial, ante a ausência de provas da invalidez permanente e definitiva, a ausência de nexo causal pelo fato do boletim de ocorrência ter sido lavrado em data posterior ao fato; a falta de nexo causal entre a lesão e o acidente e a inexistência de prova da invalidez. Discorreu, ainda, pela necessidade de produção de prova pericial que quantifique a lesão alegada à invalidez. Sustentou também que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão. requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Requereu ainda que sejam os Honorários Advocatícios, arbitrados em no máximo 10%, (dez por cento) sobre o valor da condenação. Juntada de dossiê administrativo no id. 24139186. O Autor foi submetido a pericia médica, por ocasião da audiência de conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 24294117. A parte Requerente, manifestou sobre o laudo pericial id. 24620101, requerendo o julgamento da lide. Certidão de intimação (id. 25603168) às partes para especificarem as provas que pretendem produzir. Impugnação à contestação corroborada id. 25763990. Os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR - ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR - DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR – AUSÊNCIA DE RESPOSTA ADMINISTRATIVA – REGULAÇÃO PENDENTE Alega a parte Requerida que o pedido administrativo formulado pela parte Autora estaria em finalização regulatória do sinistro, e que por isso, inexiste interesse de agir na propositura da lide. Todavia, a escusa apresentada pela parte Requerida não merece guarida, porquanto infere-se dos documentos juntados relativo ao processo administrativo da parte Autora, que a Seguradora Requerida não especificou de forma clara e pontual o motivo da documentação não ter sido aceita, cingindo-se apontar que a situação de "não conclusivo" ou "não conforme". Demais disso, cumpre grafar que a decisão do Pretório Excelso quando do julgamento do Recurso Extraordinário 839314, não deixa dúvida: o que se exige é a existência do requerimento administrativo prévio ao ajuizamento da ação judicial, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, leia-se, 'interesse-necessidade' de intervenção do Poder Judiciário, não o exaurimento da via administrativa. Assim, restando comprovado na hipótese vertente que a parte Requerente formulou administrativamente o pagamento da indenização correspondente ao seguro DPVAT juntamente com toda documentação exigida pela Lei 6.194/74, perfaz evidenciado o interesse processual do Autor. Portanto, REJEITO A PRELIMINAR. PRELIMINAR inépcia da inicial – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO. Afasto a preliminar de inépcia da inicial, pois no que tange a exigência de comprovante residencial como documento obrigatório a ser apresentado pela parte Autora, não é considerado indispensável para propositura da ação, bastando à comprovação da ocorrência do acidente a existência de lesão e o nexo de causalidade entre eles. Outrossim, não é necessário o comprovante de residência para se auferir a competência do juízo, pois as ações de indenização para recebimento de seguro obrigatório podem ser ajuizadas tanto no domicílio do autor como no local do sinistro, conforme determina o art. 53, V, do CPC, ou ainda o domicílio do réu, art. 46 do mesmo Diploma Legal, cabendo a opção pela parte Autora. Portanto, rejeito a preliminar de inépcia da petição inicial PRELIMINAR – INCORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA Registro que em ações de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, a parte somente saberá o valor exato a que faz jus após se submeter à perícia, motivo pelo qual, assim como ocorre nas demandas em que se busca indenização por dano moral, a quantia postulada na exordial é meramente estimativa. Nesse encalço, a pretensão do Requerido para que seja atribuído valor da causa na forma específica determinada no art. 292 do CPC é impertinente, na medida em que a indenização securitária almejada pelo Autor, caso tenha êxito na lide, deverá obedecer ao grau da alegada invalidez, que pretende provar por meio de perícia técnica, restando correta a atribuição de valor estimativo à causa. De outra sorte, verifico que assiste razão ao Requerido no que tange a necessidade de adequação do valor em consonância ao patamar máximo do valor da indenização estabelecido pela legislação vigente, porquanto, em casos que o acidente tenha ocorrido após o advento da Medida Provisória nº 340/06 (DOU 29/12/2006), depois convertida na Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, a tarifação das indenizações do seguro obrigatório passou a ser estabelecida em valores determinados e não mais em salários mínimos. Desta feita, acolho a preliminar, para retificar o valor da causa no importe de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência e Ficha de Atendimento (id. 18467215), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 24294117, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Outrossim, eventual ausência da juntada do Boletim de Ocorrência ou o fato de ter sido lavrado em data posterior ao fato, não é motivo para recusa do pagamento, porquanto a Lei nº 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada de tal documento, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Assim, se nos autos existem elementos hábeis a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico, tais como a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito ou prontuário médico que indica que o atendimento hospitalar decorreu de acidente de trânsito, por si só, já são suficientes a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Portanto, comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, devendo o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada, nos termos da Súmula 544 do STJ, a qual tratou de atestar a validade da utilização da tabela do CNSP-SUSEP, o que garante a quantificação da indenização de acordo com o grau de invalidez, mesmo nos casos não contemplados pela MP 451/2008, senão vejamos: Súmula 544/STJ: É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.

(grifei) Desta feita, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 70% (setenta por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que no presente caso, o laudo pericial judicial acostado aos autos (id. 24294117), dá conta de que o Autor apresenta debilidade parcial e permanente, caracterizada como de repercussão moderada com perda de 50% (cinquenta por cento) de comprometimento do seu patrimônio físico, a indenização deve corresponder, portanto a quantia de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Com relação ao ônus da sucumbência, passo a adotar o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Nosso Estado, no sentido que a procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca, mas mera adequação do quantum debeatur (pedido secundário), segundo os critérios legais, devendo a seguradora arcar, na totalidade, com os ônus sucumbenciais, aplicando-se a espécie o parágrafo único do art. 86 do CPC. Nesse sentido: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – BAIXO VALOR DA CAUSA E DA CONDENAÇÃO – CASO CONCRETO QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ART. 85, §8º, DO CPC – RAZOABILIDADE – PARTE VENCEDORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA – LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, DA LEI nº 1.060/50 – INAPLICABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Se a r. sentença acolheu pedido para condenação da seguradora ao pagamento da indenização por invalidez permanente, objeto da ação, não há falar em sucumbência recíproca.Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC.Não há falar em limitação dos honorários advocatícios de que trata o artigo 11, §1º, da Lei 1.060/50, porquanto tal dispositivo fora revogado pelo Código de Processo Civil/1973, que passou a disciplinar as regras de sucumbência, atualmente regidas pelo novo Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ". (RAC 0039578-05.2016.8.11.0041 – DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 01/02/2019) "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINORAÇÃO – VALOR JUSTO E RAZOÁVEL - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO DESPROVIDO.O valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve estar de acordo com o trabalho desempenhado pelo patrono. O fato de a parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca". (RAC 1001713-91.2017.8.11.0041 – DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/12/2018, Publicado no DJE 13/12/2018) Por sua vez, no que diz respeito ao valor da verba honorária, importante frisar que o Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85, a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação, for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, como são maioria dos casos envolvendo a cobrança de seguro DPVAT. A par disso, delineada a especificidade das demandas envolvendo tais pretensões indenizatórias, entendo que no caso, a fixação de honorários em percentual da condenação implicaria em montante irrisório, da mesma forma que a adoção do valor do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em importância incompatível com o trabalho realizado pelos nobres causídicos, e não se mostra o mais equânime. Dentro desse contexto, levando em conta a natureza da demanda ser de baixa complexidade jurídica, o tempo exigido para desenvolvimento dos trabalhos, sem falar na existência de inúmeros processos sobre a mesma matéria, é que concluo como justo e razoável o arbitramento da verba sucumbencial em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pagar ao Requerente ADILSON DE ALMEIDA, a quantia de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), referente à indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 17/10/2018 (Súmula 580 STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência que fixo no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), nos termos do §8º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019601-73.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA ALVES DE AMORIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARTA SEBASTIANA DE OLIVEIRA OAB - MT19174-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE n°- 1019601-73.2017.8.11.0041(HG) VISTOS, A parte Requerente no id. 26257708 manifestou concordância ao valor depositado pela parte Requerida no id. 25516003/25516006 para pagamento do valor da condenação. Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO. Expeça-se ALVARÁ do valor depositado no id. 25516005 em favor da parte Requerente, a ser creditado na conta indicada no id. 26257708. Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC. Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005788-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAYNARA NYCOLLE RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1005788-08.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, LAYNARA NYCOLLE RODRIGUES, devidamente qualificada na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 21/05/2018, foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à "politrauma, polifratura e fratura da face". Discorre a Autora em sua inicial requerendo a concessão do benefício da justiça gratuita, que a Requerida seja citada a comparecer à audiência de conciliação, que se abstenha das condutas ilegais sob pena de responsabilização civil, e ainda a condenação ao pagamento do seguro obrigatório no montante ainda a ser definido, acrescidos com juros a partir da data que tomou conhecimento do acidente, qual seja o protocolo do processo administrativo e correção monetária de acordo com o índice INPC, a partir da data da entrada em vigor da medida provisória n.340/2006. Requereu ao final, a condenação do Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios de acordo com o art. 85, §2° do CPC, ou alternativamente o § 8° do art. 85 do mesmo códex. Despacho inicial no id. 17943502. Juntada de substabelecimento no id. 21000313. Petição de habilitação nos autos id. 21135534. A autora foi

submetida à pericia médica, por ocasião da conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 21159711. A Requerida apresentou contestação id. 19889841 arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda e o não pagamento em sede administrativa. No mérito, discorreu acerca do laudo pericial confeccionado em Audiência de Conciliação, sustentou que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão. requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Requereu ainda que sejam os Honorários Advocatícios, arbitrados em no máximo 15%, (quinze por cento) sobre o valor da condenação. A parte Autora no id. 21787350, manifesta acerca do laudo pericial, requerendo a complementação, juntando laudo particular. Impugnação à contestação corroborada id. 22784883. Despacho de id. 24393745, determinando ao perito expert a complementar o laudo pericial. Laudo complementar no id. 25477318. Manifestação da parte autora no id. 26010961/26010964. Os autos vieram conclusos para prolação da sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR - ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR – PEDIDO ADMINISTRATIVO PENDENTE DE FINALIZAÇÃO – INÉRCIA DA PARTE EM APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA POR LEI. Alega a parte Requerida que o pedido administrativo formulado pela parte Autora estaria com status “pendente” de documentação, de modo a permitir aferir a subsunção da postulação à Lei 6.194/74, mais especificamente se existia ou não cobertura securitária ao evento noticiado. Todavia, a escusa apresentada pela parte Requerida não merece guarida, porquanto se infere dos documentos juntados relativo ao processo administrativo da parte Autora, que a Seguradora Requerida não especificou de forma clara e pontual o motivo da documentação não ter sido aceita, cingindo-se apontar que a situação de “não conclusivo” ou “não conforme”. Demais disso, cumpre grafar que a decisão do Pretório Excelso quando do julgamento do Recurso Extraordinário 839314, não deixa dúvida: o que se exige é a existência do requerimento administrativo prévio ao ajuizamento da ação judicial, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, leia-se, ‘interesse-necessidade’ de intervenção do Poder Judiciário, não o exaurimento da via administrativa. Assim, restando comprovado na hipótese vertente que a parte Requerente formulou administrativamente o pagamento da indenização correspondente ao seguro DPVAT juntamente com toda documentação exigida pela Lei 6.194/74, perfaz evidenciado o interesse processual do Autor. Portanto, rejeito a preliminar. Inexistindo outra preliminar, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência (id. 17922870) e Ficha de Atendimento (id. 17922868), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 21159711 a complementação no id. 25477318, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Outrossim, eventual ausência da juntada do Boletim de Ocorrência ou o fato de ter sido lavrado em data posterior ao fato, não é motivo para recusa do pagamento, porquanto a Lei nº 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada de tal documento, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Assim, se nos autos existem elementos hábeis a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico, tais como a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito ou prontuário médico que indica que o atendimento hospitalar decorreu de acidente de trânsito, por si só, já são suficientes a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Portanto, comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, devendo o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada, nos termos da Súmula 544 do STJ, a qual tratou de atestar a validade da utilização da tabela do CNSP-SUSEP, o que garante a quantificação da indenização de acordo com o grau de invalidez, mesmo nos casos não contemplados pela MP 451/2008, senão vejamos: Súmula 544/STJ: É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008. (grifei). Desta feita, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda completa da mobilidade de um joelho e lesões e órgãos e estruturas crânio-faciais o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) e 100% (cem por cento), do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que no presente caso, o laudo pericial judicial acostado aos autos (id. 21159711) e a complementação no id. 25477318, dá conta de que a parte Autora apresenta debilidade parcial e permanente, caracterizada como de repercussão leve, com perda de 25% (vinte e cinco por cento) e repercussão residual, com perda de 10% (dez por cento) de comprometimento do seu patrimônio físico, a indenização deve corresponder, portanto a quantia de R$ 2.193,75 (dois mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Quanto ao suposto “assédio” da parte Requerida nas residências das vítimas com processos protocolizados na justiça, entendo despiciendo maiores digressões a respeito, notadamente à mingua de provas concretas de tal ocorrência no caso específico dos autos, valendo grafar que o documento juntado como forma de comprovação dessa prática é o mesmo que está sendo juntado em todos os processos patrocinados pelo r. causídico e sequer está preenchido nome do seu cliente. Ademais, não vislumbro qualquer óbice legal na simples “entrevista” que por ventura venha ser realizada pela Seguradora Líder, podendo inclusive servir de base para minimizar as propaladas fraudes que envolvem esse tipo de seguro e acabam lesando o erário público. Com relação ao ônus da sucumbência, passo a adotar o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Nosso Estado, no sentido que a procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca, mas mera adequação do quantum debeatur (pedido secundário), segundo os critérios legais, devendo a seguradora arcar, na totalidade, com os ônus sucumbenciais, aplicando-se a espécie o parágrafo único do art. 86 do CPC. Nesse sentido: “APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – BAIXO VALOR DA CAUSA E DA CONDENAÇÃO – CASO CONCRETO QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ART. 85, §8º, DO CPC – RAZOABILIDADE – PARTE VENCEDORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA – LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, DA LEI nº 1.060/50 – INAPLICABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Se a r. sentença acolheu pedido para condenação da seguradora ao pagamento da indenização por invalidez permanente, objeto da ação, não há falar em sucumbência recíproca.Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC.Não há

falar em limitação dos honorários advocatícios de que trata o artigo 11, §1º, da Lei 1.060/50, porquanto tal dispositivo fora revogado pelo Código de Processo Civil/1973, que passou a disciplinar as regras de sucumbência, atualmente regidas pelo novo Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ". (RAC 0039578-05.2016.8.11.0041 – DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 01/02/2019) "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINORAÇÃO – VALOR JUSTO E RAZOÁVEL - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO DESPROVIDO.O valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve estar de acordo com o trabalho desempenhado pelo patrono. O fato de a parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca". (RAC 1001713-91.2017.8.11.0041 – DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/12/2018, Publicado no DJE 13/12/2018) Por sua vez, no que diz respeito ao valor da verba honorária, importante frisar que o Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85, a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação, for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, como são maioria dos casos envolvendo a cobrança de seguro DPVAT. A par disso, delineada a especificidade das demandas envolvendo tais pretensões indenizatórias, entendo que no caso, a fixação de honorários em percentual da condenação implicaria em montante irrisório, da mesma forma que a adoção do valor do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em importância incompatível com o trabalho realizado pelos nobres causídicos, e não se mostra o mais equânime. Dentro desse contexto, levando em conta a natureza da demanda ser de baixa complexidade jurídica, o tempo exigido para desenvolvimento dos trabalhos, sem falar na existência de inúmeros processos sobre a mesma matéria, é que concluo como justo e razoável o arbitramento da verba sucumbencial em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pagar ao Requerente LAYNARA NYCOLLE RODRIGUES a quantia de R$ 2.193,75 (dois mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), referente à indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 21/05/2018 (Súmula 580 STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência que fixo no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), nos termos do §8º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031838-42.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JESSIMA FREITAS DEMETRIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1031838-42.2017.8.11.0041(LP) VISTOS, JESSIMA FREITAS DEMETRIO devidamente qualificada na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 14/01/2017 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à "fratura de calcâneo direito e trauma/luxação em tornozelo direito". Discorre a Autora em sua inicial requerendo a concessão do benefício da justiça gratuita, que a Requerida seja citada a comparecer à audiência de conciliação, e a condenação ao pagamento do seguro obrigatório proporcional à lesão permanente, com juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da data da citação e a correção monetária de acordo com o índice INPC, a partir da data da entrada em vigor da medida provisória n.340/2006. Requereu ao final, a condenação do Requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Despacho inicial no id. 10331238. Juntada de procuração e substabelecimento nos ids. 10759603/10759620. A Requerida apresentou contestação id. 11009298 arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, a falta de interesse de agir por entender necessária a realização do pedido administrativo anteriormente à propositura da ação e a ausência dos documentos essenciais à regulação do sinistro. No mérito, defendeu pela improcedência do pedido inicial ante a imprescindibilidade da prova pericial e a inexistência de prova quanto à invalidez permanente. Sustentou também que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão. requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Requereu ainda que sejam os Honorários Advocatícios, arbitrados em no máximo 15%, (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Termo de audiência de conciliação no id. 11879054, onde foi constatada a ausência da parte Requerente. Impugnação a contestação no id. 12163909. Despacho de id. 16040157 determinando nova realização de audiência de conciliação. Juntada de carta de preposição no id. 17470632. A autora foi submetida à pericia médica, por ocasião da conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 17520553. Certidão de intimação (id. 18317802) para as partes especificarem as provas que pretendem produzir. A parte Requerida (id. 18414446), requereu pela produção de prova pericial e a parte Requerente (id. 18817567) não se opôs ao pedido formulado. Decisão saneadora de id. 19110634, a qual afastou as preliminares arguidas em contestação e determinou a realização de prova pericial. Depósito de honorários periciais no id. 20075703/2075706. Correspondência devolvida no id. 22375468. Certidão de intimação para a parte Autora para promover o regular andamento no feito (id. 26260633). A parte Autora no id. 26463490, manifesta pugnando pelo julgamento antecipado tendo em vista que foi constatada a lesão em audiência de conciliação. Os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. O processo foi saneado pela decisão de id. 19110634, tendo sido rejeitada as preliminares apresentadas em contestação, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência (id. 10277816) e Ficha de Atendimento (id. 10277821), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 17520553, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Outrossim, eventual ausência da juntada do Boletim de Ocorrência ou o fato de ter sido lavrado em data posterior ao fato, não é motivo para recusa do pagamento, porquanto a Lei nº 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada de tal documento, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Assim, se nos autos existem elementos hábeis a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico, tais como a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito ou prontuário médico que indica que o atendimento hospitalar decorreu de acidente de trânsito, por si só, já são suficientes a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Portanto, comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, devendo o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada, nos termos da Súmula 544 do STJ, a qual tratou de atestar a validade da utilização da tabela do CNSP-SUSEP, o que garante a quantificação da indenização de acordo com o grau de invalidez, mesmo nos casos não contemplados pela MP

451/2008, senão vejamos: Súmula 544/STJ: É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008. (grifei) Desta feita, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que no presente caso, o laudo pericial judicial acostado aos autos (id. 17520553), dá conta de que a parte Autora apresenta debilidade parcial e permanente, caracterizada como de repercussão leve com perda de 25% (vinte e cinco por cento) de comprometimento do seu patrimônio físico, a indenização deve corresponder, portanto a quantia de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Com relação ao ônus da sucumbência, passo a adotar o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Nosso Estado, no sentido que a procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca, mas mera adequação do quantum debeatur (pedido secundário), segundo os critérios legais, devendo a seguradora arcar, na totalidade, com os ônus sucumbenciais, aplicando-se a espécie o parágrafo único do art. 86 do CPC. Nesse sentido: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – BAIXO VALOR DA CAUSA E DA CONDENAÇÃO – CASO CONCRETO QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ART. 85, §8º, DO CPC – RAZOABILIDADE – PARTE VENCEDORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA – LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, DA LEI nº 1.060/50 – INAPLICABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Se a r. sentença acolheu pedido para condenação da seguradora ao pagamento da indenização por invalidez permanente, objeto da ação, não há falar em sucumbência recíproca.Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC.Não há falar em limitação dos honorários advocatícios de que trata o artigo 11, §1º, da Lei 1.060/50, porquanto tal dispositivo fora revogado pelo Código de Processo Civil/1973, que passou a disciplinar as regras de sucumbência, atualmente regidas pelo novo Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ". (RAC 0039578-05.2016.8.11.0041 – DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 01/02/2019) "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINORAÇÃO – VALOR JUSTO E RAZOÁVEL - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO DESPROVIDO.O valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve estar de acordo com o trabalho desempenhado pelo patrono. O fato de a parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca". (RAC 1001713-91.2017.8.11.0041 – DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/12/2018, Publicado no DJE 13/12/2018) Por sua vez, no que diz respeito ao valor da verba honorária, importante frisar que o Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85, a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação, for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, como são maioria dos casos envolvendo a cobrança de seguro DPVAT. A par disso, delineada a especificidade das demandas envolvendo tais pretensões indenizatórias, entendo que no caso, a fixação de honorários em percentual da condenação implicaria em montante irrisório, da mesma forma que a adoção do valor do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em importância incompatível com o trabalho realizado pelos nobres causídicos, e não se mostra o mais equânime. Dentro desse contexto, levando em conta a natureza da demanda ser de baixa complexidade jurídica, o tempo exigido para desenvolvimento dos trabalhos, sem falar na existência de inúmeros processos sobre a mesma matéria, é que concluo como justo e razoável o arbitramento da verba sucumbencial em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pagar ao Requerente JESSIMA FREITAS DEMETRIO, a quantia de R$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente à indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 14/01/2017 (Súmula 580 STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência que fixo no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), nos termos do §8º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012766-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREISSON ANJOS DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1012766-98.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, ANDREISSON ANJOS DE JESUS, devidamente qualificado na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 19/02/2018 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à "membro inferior (fratura da perna)". Discorre o Autor em sua inicial requerendo a concessão da gratuidade da justiça, a realização de prova pericial para apuração do grau de incapacidade, ainda a procedência da ação ao pagamento da indenização do seguro obrigatório no montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em razão de sua invalidez, acrescidos com juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária de acordo com o índice INPC, a partir da data do acidente, 19/02/2018, com fulcro nas súmulas nº 43 e 54 do STJ e art. 398 do Código Civil. Requereu ao final, a condenação do Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios no importe de 20% (vinte por cento) sob o valor atualizado da causa. Despacho inicial no id. 19050511. Juntada de correspondência devolvida no id. 22348650. Petição de habilitação nos autos no id. 22821115. A Requerida apresentou contestação id. 22851112, arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, a falta de interesse de agir por entender necessária a realização do pedido administrativo anteriormente à propositura da ação e a necessidade de adequação do valor da causa. No mérito, defendeu pela improcedência do pedido inicial, ante a ausência de provas da invalidez permanente e definitiva, a ausência de nexo causal pelo fato do boletim de ocorrência ter sido lavrado em data posterior ao fato; a falta de nexo causal entre a lesão e o acidente e a inexistência de prova da invalidez. Discorreu, ainda, pela necessidade de produção de prova pericial que quantifique a lesão alegada à invalidez. Sustentou também que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão. requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Requereu ainda que sejam

os Honorários Advocatícios, arbitrados em no máximo 20%, (vinte por cento) sobre o valor da condenação. O Autor foi submetido a pericia médica, por ocasião da audiência de conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 23087997. Impugnação à contestação corroborada id. 24951291. A parte Requerente, manifestou sobre o laudo pericial (id. 24951308) requerendo o julgamento da lide. Certidão de intimação (id. 24989664) às partes para especificarem as provas que pretendem produzir. A parte Requerida no id. 25239724, pugnou pelo julgamento antecipado da lide. Os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR - ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR – DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PEDIDO ADMINISTRATIVO – DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL – NECESSIDADE/ADEQUACAO DAS FALÁCIAS CONSTANTES NA INICIAL – MANOBRAS PARA EVITAR A ANÁLISE ADMINISTRATIVA Alega a parte Requerida que jamais deixou de receber os pedidos administrativos de quaisquer recursais no País e que não tem obrigação de assim proceder sem a apresentação dos documentos mínimos exigidos na Lei 6.194/74, notadamente no que se refere à comprovação da alegada invalidez permanente. Todavia, a escusa apresentada pela parte Requerida não merece guarida, porquanto é trivial sabença que o IML da Capital não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT, como também, mesmo que o Requerente apresentasse no âmbito administrativo qualquer outro laudo médico atestando o grau de invalidez, seria submetido à perícia por médico designado pela própria Seguradora, a fim de constatar e avaliar a existência e aferição do grau da lesão ou lesões, para os fins do §1º do art.3º da Lei de regência. Portanto, de uma forma ou de outra, persiste a obrigação da Seguradora independente da apresentação do laudo receber e analisar a documentação apresentada pelo requerente administrativamente, e, se for o caso, rejeitar ou solicitar complementação de forma fundamentada. Demais disso, cumpre grafar que a decisão do Pretório Excelso quando do julgamento do Recurso Extraordinário 839314, não deixa dúvida: o que se exige é a existência do requerimento administrativo prévio ao ajuizamento da ação judicial, o indício de que existiu a tentativa de fazê-lo, a ponto de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, leia-se, 'interesse-necessidade' de intervenção do Poder Judiciário, não o exaurimento da via administrativa. Assim, restando comprovado na hipótese vertente que a parte Requerente formulou administrativamente o pagamento da indenização correspondente ao seguro DPVAT juntamente com toda documentação exigida pela Lei 6.194/74, perfaz evidenciado o interesse processual do Autor. Portanto, REJEITO A PRELIMINAR. PRELIMINAR – DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO VALOR DA CAUSA. No que tange a preliminar registro que em ações de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, a parte somente saberá o valor exato a que faz jus após se submeter à perícia, motivo pelo qual, a quantia postulada na exordial é meramente estimativa. Nesse encalço, a pretensão do Requerido para que seja atribuído valor da causa na forma específica determinada no art. 292 do CPC é impertinente, na medida em que a indenização securitária almejada pelo Autor, caso tenha êxito na lide, deverá obedecer ao grau da alegada invalidez, que pretende provar por meio de perícia técnica, restando correta a atribuição de valor estimativo à causa. Desta feita, rejeito a preliminar. Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência (id. 18985412) e Ficha de Atendimento (id. 18985422), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 23087997, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Outrossim, eventual ausência da juntada do Boletim de Ocorrência ou o fato de ter sido lavrado em data posterior ao fato, não é motivo para recusa do pagamento, porquanto a Lei nº 6.194/74 não estabelece a obrigatoriedade de juntada de tal documento, prescrevendo apenas que a indenização será paga mediante a exibição de prova do acidente e do dano decorrente. Assim, se nos autos existem elementos hábeis a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico, tais como a ficha de atendimento médico que relata ter sido determinada pessoa vítima de acidente de trânsito ou prontuário médico que indica que o atendimento hospitalar decorreu de acidente de trânsito, por si só, já são suficientes a comprovar o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão. Portanto, comprovado nos autos o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, devendo o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada, nos termos da Súmula 544 do STJ, a qual tratou de atestar a validade da utilização da tabela do CNSP-SUSEP, o que garante a quantificação da indenização de acordo com o grau de invalidez, mesmo nos casos não contemplados pela MP 451/2008, senão vejamos: Súmula 544/STJ: É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008. (grifei) Desta feita, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 70% (setenta por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Considerando que no presente caso, o laudo pericial judicial acostado aos autos (id. 23087997), dá conta de que a parte Autora apresenta debilidade parcial e permanente, caracterizada como de repercussão intensa com perda de 75% (setenta e cinco por cento) de comprometimento do seu patrimônio físico, a indenização deve corresponder, portanto a quantia de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Com relação ao ônus da sucumbência, passo a adotar o entendimento que vem sendo aplicado pelo Tribunal de Justiça do Nosso Estado, no sentido que a procedência parcial do pedido quanto ao valor da indenização do seguro DPVAT, não configura sucumbência recíproca, mas mera adequação do quantum debeatur (pedido secundário), segundo os critérios legais, devendo a seguradora arcar, na totalidade, com os ônus sucumbenciais, aplicando-se a espécie o parágrafo único do art. 86 do CPC. Nesse sentido: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – BAIXO VALOR DA CAUSA E DA CONDENAÇÃO – CASO CONCRETO QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ART. 85, §8º, DO CPC – RAZOABILIDADE – PARTE VENCEDORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA – LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, DA LEI nº 1.060/50 – INAPLICABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Se a r. sentença acolheu pedido para condenação da seguradora ao pagamento da indenização por invalidez permanente, objeto da ação, não há falar em sucumbência recíproca.Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC.Não há falar em limitação dos honorários advocatícios de que trata o artigo 11, §1º, da Lei 1.060/50, porquanto tal dispositivo fora revogado pelo Código de Processo Civil/1973, que passou a disciplinar as regras de sucumbência, atualmente regidas pelo novo Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ". (RAC 0039578-05.2016.8.11.0041 – DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 01/02/2019) "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.945/09 – INDENIZAÇÃO –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINORAÇÃO – VALOR JUSTO E

RAZOÁVEL - AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO DESPROVIDO.O valor arbitrado a título de honorários advocatícios deve estar de acordo com o trabalho desempenhado pelo patrono. O fato de a parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca". (RAC 1001713-91.2017.8.11.0041 – DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/12/2018, Publicado no DJE 13/12/2018) Por sua vez, no que diz respeito ao valor da verba honorária, importante frisar que o Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85, a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação, for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, como são maioria dos casos envolvendo a cobrança de seguro DPVAT. A par disso, delineada a especificidade das demandas envolvendo tais pretensões indenizatórias, entendo que no caso, a fixação de honorários em percentual da condenação implicaria em montante irrisório, da mesma forma que a adoção do valor do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em importância incompatível com o trabalho realizado pelos nobres causídicos, e não se mostra o mais equânime. Dentro desse contexto, levando em conta a natureza da demanda ser de baixa complexidade jurídica, o tempo exigido para desenvolvimento dos trabalhos, sem falar na existência de inúmeros processos sobre a mesma matéria, é que concluo como justo e razoável o arbitramento da verba sucumbencial em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pagar ao Requerente ANDREISSON ANJOS DE JESUS, a quantia de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente à indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 19/02/2018 (Súmula 580 STJ). CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência que fixo no valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), nos termos do §8º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008956-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TERESA FERREIRA ROCHA FILHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Proc. nº 1008956-18.2019.8.11.0041(LP) VISTOS, TERESA FERREIRA ROCHA FILHA, devidamente qualificada na inicial, propôs AÇÃO DE COBRANÇA de benefício do seguro obrigatório em face de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando, em síntese, que em 21/09/2016, foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou em sua invalidez permanente, devido à "politrauma, polifratura e fratura da perna". Discorre a Autora em sua inicial pugnando pela concessão do benefício da gratuidade da justiça, a realização de prova pericial para apuração do grau de incapacidade da invalidez, que se abstenha das condutas ilegais, e que julgue procedente a ação para condenar a Requerida a efetuar o pagamento do Seguro Obrigatório no montante a ser definido, tendo como base os elementos de prova, perícia judicial e tabela em vigor, em razão da invalidez da parte Autora, acrescidos de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da data que tomou conhecimento do acidente, qual seja o protocolo do processo administrativo em 16.03.2018, mais correção monetária com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006. Ao final, requereu a condenação do Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios de acordo com o art. 85, §2° do CPC, ou alternativamente o § 8° do art. 85 do mesmo códex. Despacho inicial no id. 18436556. A Requerida apresentou contestação id. 22722270 arguindo em preliminar pela necessidade de alteração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no polo passivo da demanda, a necessidade de adequação do valor da causa, a carência da ação por falta de interesse processual, alegando que já houve o efetivo pagamento da cobertura devida no valor de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), administrativamente em 19/09/2018. No mérito, defendeu pela improcedência do pedido inicial sobre a regularidade do valor pago administrativamente e a ausência de especificação do motivo pelo qual a parte Autora entende fazer jus à complementação, a ausência de nexo causal pelo fato do boletim de ocorrência ter sido lavrado em data posterior ao fato; a falta de nexo causal entre a lesão e o acidente e a inexistência de prova da invalidez. Sustentou também que o quantum indenizatório, deve se ater aos termos da Lei. 6.164/74, alterada pela Lei 11.482/07, a qual fixa o teto para pagamento do valor da indenização DPVAT. E ainda que em caso de eventual condenação, seja observado o que dispõe a Súmula 474 do STJ, a qual define que o valor indenizatório seja proporcional ao grau da lesão e requereu que em caso de eventual condenação, a correção monetária incida a partir da data do ajuizamento da ação, e ainda que os juros moratórios incidam a partir da citação, em observância a Súmula 426 do STJ. Juntou o processo administrativo no id. 22722273/22722279. Juntada de substabelecimento no id. 23991732. Juntada de carta de preposição e substabelecimento no id. 23997910. O autor foi submetido à pericia médica, por ocasião da conciliação, estando o laudo pericial juntado no id. 24297682. A parte Requerente manifesta concordância ao exposto laudo pericial no id. 24849001. Impugnação à contestação corroborada id. 25617836. Os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. DA PRELIMINAR – NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO e DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS. Quanto ao pedido de alteração e inclusão da Seguradora Líder S/A no polo passivo da lide, INDEFIRO, porquanto da simples interpretação do que preconiza o artigo 7º, da Lei nº 6.194/74, denota-se a solidariedade de qualquer seguradora em responder pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório. Ademais, segundo o artigo 283 do Código Civil de 2002, no que é acompanhado pelos artigos 7º § 1º e 8º da Lei 6.194/74, o devedor que satisfez a dívida pode exigir, em ação regressiva, de cada um dos codevedores a sua quota, portanto, desnecessária qualquer modificação no polo passivo desta ação. PRELIMINAR – DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO VALOR DA CAUSA. No que tange a preliminar registro que em ações de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT, a parte somente saberá o valor exato a que faz jus após se submeter à perícia, motivo pelo qual, a quantia postulada na exordial é meramente estimativa. Nesse encalço, a pretensão do Requerido para que seja atribuído valor da causa na forma específica determinada no art. 292 do CPC é impertinente, na medida em que a indenização securitária almejada pelo Autor, caso tenha êxito na lide, deverá obedecer ao grau da alegada invalidez, que pretende provar por meio de perícia técnica, restando correta a atribuição de valor estimativo à causa. Desta feita, rejeito a preliminar. PRELIMINAR- CARÊNCIA DA AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR DIANTE DO PAGAMENTO EFETUADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. O Superior Tribunal de Justiça já assentou que a quitação dada pelo beneficiário do seguro DPVAT não o impede de pleitear o recebimento da quantia restante, sendo absolutamente dispensável a desconstituição do termo de quitação ou a prova de existência de eventual vício de consentimento. A propósito, confira-se: "DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO SUMÁRIO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. - O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei n. 6194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. Precedentes." (STJ - Resp. 363604/SP Relatora Min. NANCY ANDRIGHI, J. em 02/04/2002, DJ 17.06.2002 p. 258). "CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. (...) O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial

conhecido e provido." (STJ, Resp. nº 296.675/SP, Relator Min. Aldir Passarinho Júnior, j. em 20.8.2002, DJ 23.9.2002, p. 367). Portanto, a afirmativa de que a parte Autora lançou plena, geral e irrevogável quitação à seguradora, para nada mais reclamar a título de indenização pelo seguro DPVAT, não tem força de impedir que se requeira em Juízo a complementação do valor devido. Desta feita, não há que se acolher a preliminar suscitada. Inexistindo outras preliminares, passo a análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art.5º, da Lei nº 6.194/74). Com a petição inicial foram juntados o Boletim de Ocorrência (id. 18415972) e Ficha de Atendimento (id. 18415977), sobrevindo no decorrer da instrução Laudo Pericial Judicial id. 24297682, concluindo de maneira inequívoca pela existência do nexo de causalidade entre acidente de trânsito e a debilidade permanente que acometeu a Requerente. Nesse quadro, comprovado o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, até mesmo porque, a própria seguradora reconheceu que efetuou em sede administrativa o pagamento, em favor do Autor, a importância de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), de acordo com o comprovante de pagamento de id. 22722273/22722279, e que este valor não foi impugnado pela parte Requerente. De outro lado, quanto ao valor da indenização, a orientação jurisprudencial do E. Superior Tribunal de Justiça cristalizada no enunciado da Súmula n.º474, editada em 19/06/2012: "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". A par disso, não há se acolher a pretensão Autoral visando o recebimento integral do valor da indenização, restando somente analisar se o montante pago administrativamente corresponde às lesões decorrentes do acidente sofrido pela parte Requerente. Desta feita, infere-se do laudo pericial judicial juntado no id. 24297682 que foi constatado tão somente a lesão no membro inferior direito, com repercussão moderada, de 50% (cinquenta por cento) da capacidade laborativa do membro. Pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação alterada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 70% (setenta por cento) do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Assim, o valor da indenização deveria corresponder R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte reais),Todavia, diante do pagamento administrativo efetuado pela Requerida no valor de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), subsiste, portanto, uma diferença de R$ 3.881,25 (três mil e oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, deverão incidir a partir da citação, em consonância com a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça. Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, firmado através da Súmula 580, de que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Quanto ao suposto "assédio" da parte Requerida nas residências das vítimas com processos protocolizados na justiça, entendo despiciendo maiores digressões a respeito, notadamente à mingua de provas concretas de tal ocorrência no caso específico dos autos, valendo grafar que o documento juntado como forma de comprovação dessa prática é o mesmo que está sendo juntado em todos os processos patrocinados pelo r. causídico e sequer está preenchido nome do seu cliente. Ademais, não vislumbro qualquer óbice legal na simples "entrevista" que por ventura venha ser realizada pela Seguradora Líder, podendo inclusive servir de base para minimizar as propaladas fraudes que envolvem esse tipo de seguro e acabam lesando o erário público Com relação ao ônus da sucumbência, imperioso grafar que foi atribuído à causa o valor de R$ 13.500,00 e a parte Requerente logrou êxito em obter indenização de R$ 3.881,25 (três mil e oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos). Entrementes, não há se falar em fixação da verba honorária em percentual sobre o valor da causa, posto que houve condenação em valor certo, sendo certo ainda que a fixação de referida verba em percentual sobre o valor da condenação, mesmo que considerados os parâmetros dispostos no §2º do artigo 85 do CPC, não alcançaria sequer o valor de 01 salario mínimo. Nesse encalço, ao tempo em que a fixação da verba honorária deve observar o princípio da razoabilidade, consoante dispõe o §8º do artigo 85 do CPC, deve também resignar-se a montantes proporcionais à relevância e vantagem econômica da causa, os quais são um dos aspectos de equidade de que trata o artigo 85,§8º do CPC, levando ainda em consideração o fato da matéria posta em debate não ser de alta indagação, razoável a fixação dos honorários advocatícios em R$ 1.000,00 (hum mil reais). ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a parte Requerida PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA, pagar ao Requerente TERESA FERREIRA ROCHA FILHA, a quantia de R$ 3.881,25 (três mil e oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos),referente à complementação da indenização do seguro DPVAT prevista no artigo 3º, inciso II, da Lei n 6.194/74, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 21/09/2016 (Súmula 580 STJ). CONDENO ainda, a parte Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do §8º do artigo 85 do CPC. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025397-45.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FAGNER ARAUJO MACHADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE n°- 1025397-45.2017.8.11.0041(HG) VISTOS, A parte Requerente no id. 25051264 manifestou concordância ao valor depositado pela parte Requerida no id. 24720107/24720110 para pagamento do valor da condenação. Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO. Expeça-se ALVARÁ do valor depositado no id. 24720109 em favor da parte Requerente, a ser creditado na conta indicada no id. 25051264. Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC. Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027415-39.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARMELINDA LUCIA DE CAMARGO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE n°- 1027415-39.2017.8.11.0041(HG) VISTOS, A parte Requerente no id. 25051265 manifestou concordância aos valores depositados pela parte Requerida nos id. 16051418 e 24728399 para pagamento do valor da condenação. Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO. Expeça-se ALVARÁ dos valores depositados nos id. 16051418 e 24728399 em favor da parte Requerente, a serem creditados na conta indicada no id. 25051265. Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC. Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1036296-68.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO DE SOUZA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
YALE SABO MENDES

PJE n°- 1036296-68.2018.8.11.0041(HG) VISTOS, A parte Requerente no id. 26380039 manifestou concordância ao valor depositado pela parte Requerida no id. 26307267 para pagamento do valor da condenação. Desta feita, nos termos do artigo 924, II e 925, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente feito, COM JULGAMENTO DE MÉRITO. Expeça-se ALVARÁ do valor depositado no id. 26307267 em favor da parte Requerente, a ser creditado na conta indicada no id. 26380039. Custas remanescentes ao encargo da parte Requerida, nos termos do art. 90 do CPC. Inexistindo ulteriores deliberações, arquive-se, observando as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. YALE SABO MENDES Juiz de Direito

8ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1018502-34.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE TELAREDO PAGLIARINI - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA TENUTA PORTELA OAB - MT10228-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALINE ARAUJO BARCELOS (RÉU)
THOR BARCELOS PALOMARES (RÉU)
DIOGO PALOMARES RUFINO (RÉU)

Impulsiono o presente feito para fins de INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA referente a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO redesignada para o dia 13/04/2020 10:00 - 8ª VARA CÍVEL - CENTRAL DE CONCILIAÇÃO.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044880-27.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VILLE DE FRANCE VEICULOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA APARECIDA SANCHES VICENTE OAB - MT6485-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA (RÉU)
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA (RÉU)
CITAVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Júlio César de Oliveira OAB - MT8312-A (ADVOGADO(A))
REINALDO AMERICO ORTIGARA OAB - MT9552-O (ADVOGADO(A))
CELSO DE FARIA MONTEIRO OAB - MT17298-A (ADVOGADO(A))

DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA Certifico e dou fé que, nesta data, cumprindo decisão judicial, designo Audiência de Conciliação/Instrução para o 11/06/2019 Hora: 11:00, a ser realizada na Central de Conciliação do Fórum da Capital-CEJUSC.

Intimação Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1011587-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SARA DANIELLE SOUZA MILHOMEM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON PEREIRA PRADO OAB - MT14521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

Intimo a parte Autora para que tome ciência da decisão que deferiu a tutela de urgência bem como da audiência de conciliação agendada para 22/07/2019 as 10 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação, Sala 02 do Fórum de Cuiab.: Ante o exposto, concedo a tutela de urgência para o fim de determinar que a requerida suspenda qualquer tipo de cobrança referente aos débitos referentes às mensalidades, no prazo de 05 (cinco) dias, procedendo a baixa da restrição realizada nos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de aplicação de multa que fixo no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais) – não se trata de multa diária -.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054825-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO VITOR REZENDE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1054825-04.2019.8.11.0041 Vistos. Observa-se que o autor não organizou os documentos na ordem necessária para exame dos autos digitais, como impõe o art. 32 da Resolução TJ-MT/TP nº 03/2018: Art. 32. Será de responsabilidade do peticionante a classificação e organização dos documentos digitalizados e anexados às petições eletrônicas, de forma a facilitar o exame dos autos digitais. § 1º Os arquivos a serem juntados aos autos eletrônicos deverão utilizar descrição que identifique, resumidamente, os documentos neles contidos e, se for o caso, os períodos a que se referem; e, individualmente considerados, devem trazer os documentos da mesma espécie, ordenados cronologicamente e apresentados na posição correta para leitura. § 2º O preenchimento dos campos "Descrição" e "Tipo de Documento", exigido pelo Sistema PJe para anexar arquivos à respectiva petição, deve guardar correspondência com a descrição conferida aos arquivos. § 3º Na hipótese de classificação equivocada dos documentos que possa dificultar o julgamento de mérito ou comprometer a célere tramitação, o magistrado determinará a emenda da petição, na forma do artigo 321, caput, do CPC. Desse modo, intime-se o autor para emendar, em intime 15 (quinze) dias, procedendo nova juntada dos documentos que acompanham a inicial, identificando cada um deles conforme a norma acima e na ordem cronológica, sendo que a petição inicial deverá ser a primeira peça a ser apresentada, sob pena de indeferimento da exordial. No mesmo prazo, deverá comprovar a alegada hipossuficiência, devendo trazer aos autos documentação comprobatória de que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, em especial, cópia dos três últimos holerites e/ou declaração de imposto de renda, sob pena de indeferimento (STJ, 3ª Turma. AgRg no Aresp 602.943/SP, rel. Min. Moura Ribeiro, DJe 04.02.2015). Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1052323-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MHM COMERCIO DE REVESTIMENTOS E ASSESSORIA DE CONDOMINIOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NALIAN BORGES CINTRA MACHADO OAB - MT14100-O (ADVOGADO(A))
HENRIQUE ELY GOUVEA OAB - 632.185.851-04 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL SANTA MONICA PARK (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1052323-92.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Defiro a emenda da inicial. Todavia, não houve alteração fática, razão pela qual mantenho a decisão de id. 26345016 pelos seus próprios fundamentos. Aguarde-se a realização da audiência designada. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1038848-40.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WELINGTON NOVAIS RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))

SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1038848-40.2017.8.11.0041 Vistos etc. Conforme a certidão de ID. 18889109, a parte autora foi intimada para manifestar acerca dos valores da condenação e deixou transcorrer in albis o prazo. Renove-se a intimação dos causídicos da parte autora para, em 05 (cinco) dias, manifestar sobre o pagamento da condenação, bem como indicar conta corrente para depósito. Decorrido prazo sem manifestação, intime-se pessoalmente. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042049-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JONAS PINHEIRO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1042049-06.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024202-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. C. D. S. (AUTOR(A))
SANDRA CORREA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1024202-54.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025157-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELEANDRO MIGUEL MISSIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1025157-85.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1054637-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARINALVA GONCALVES COMBY (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ PJE n° 1054637-11.2019.8.11.0041 DESPACHO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Designo audiência de conciliação para o dia 24/04/2020 às 08:45 horas, que será realizada na Central de 1º Grau de Conciliação e Mediação da Comarca de Cuiabá, localizada no Fórum Desembargador José Vidal, sito na rua Desembargador Milton Figueiredo Mendes, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo. Intime-se a parte autora para audiência de conciliação, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 334, § 3º do CPC. Cite-se e intime-se a(o) ré(u) para audiência de conciliação, respeitando a antecedência legal mínima de 20 (vinte) dias, prevista no art. 334 caput do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento acompanhado de advogado é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa prevista no art. 334, § 8º do CPC. As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração especifica, com poderes para negociar e transigir, conforme dispõe o art. 334, § 10 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, iniciando-se a partir da audiência de conciliação, nos termos do art. 335, I do CPC. A ausência de apresentação da peça contestatória acarretará na revelia da parte ré, presumindo-se, neste caso, verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Decorrido o prazo para apresentação da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, impugnar a contestação. Intimem-se todos. Cuiabá-MT, 9 de dezembro de 2019 Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024100-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAREZ ANTUNES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1024100-32.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025469-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEVINO FRAZAO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1025469-61.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027154-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDINEIA MACIEL NOGUEIRA (AUTOR(A))
M. G. N. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1027154-06.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030226-35.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IRENE BENEDITA ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1030226-35.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1025500-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO VICTOR BERNADO FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO PEDROSO DE JESUS OAB - MT13382-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1025500-81.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036463-85.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KESSY JONY FERREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1036463-85.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027880-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICK FERNANDES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1027880-77.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027671-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IDYVAN FONSECA ASSUNCAO MARIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1027671-11.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034718-70.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADENILSON BATISTA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1034718-70.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036425-73.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSIO BERNADO DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1036425-73.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1044001-20.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EBERTON JORGE PEREIRA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1044001-20.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042195-47.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANDIRLEI FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1042195-47.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1041868-05.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARILUCE MARIA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1041868-05.2018.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1027635-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WALTER LUIZ MARTINS DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SILVANA DA SILVA REZENDE OAB - MT25724/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1027635-66.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027559-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL GOMES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1027559-42.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1027255-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PETRONILIA PEDROSA DE MAGALHAES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO FERREIRA SILVA OAB - MT13280-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1027255-43.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1022780-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GASPAR SATURNINO ROCHA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1022780-44.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este

feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1036451-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BIANCA DA SILVA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1036451-37.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024221-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS MOTA DOS SANTOS NETO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1024221-60.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024789-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DERCIO DE SENA E SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1024789-76.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028808-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JACKELLINE ALVES CAVALCANTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1028808-28.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024984-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCO ANTONIO CORREIA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARTA SEBASTIANA DE OLIVEIRA OAB - MT19174-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n. 1024984-61.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do artigo 482, VI da CNGC, impulsiono este feito e encaminho intimação à parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013261-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA APARECIDA ROCHA REQUENA OAB - SP299398 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE DE LIMA ALMEIDA (REQUERIDO)

Impulsiono o presente feito para fins de INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, referente a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA PARA 13/04/2020 11:00 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ - CENTRAL DE CONCILIAÇÃO.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008922-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BEATRIZ QUINTANA NOVAES OAB - SP192051-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Impulsiono o presente feito para fins de INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA referente a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA PARA 13/04/2020 11:30 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ - CENTRAL DE CONCILIAÇÃO.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001854-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KATIANE CASTRO MOREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA MARCIA SOARES MODESTO OAB - MT13343-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
HOSPITAL E MATERNIDADE SAO MATEUS LTDA (RÉU)
MARCELO HENRIQUES MAIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO SYLVIO SANO LITVAY OAB - MT7042-O (ADVOGADO(A))
ALESSANDRO TARCISIO ALMEIDA DA SILVA OAB - MT4677-O (ADVOGADO(A))
MAURICIO AUDE OAB - MT4667-O (ADVOGADO(A))
MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI OAB - MT9247-O (ADVOGADO(A))
GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA ANTONELLI OAB - MT10042/O-O (ADVOGADO(A))
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que por um ERRO DO SISTEMA não constou na movimentação do processo - MENU - AUTOS - AUDIÊNCIA REDESIGNADA PARA O DIA 13/04/2020 12:00 - 8ª VARA CÍVEL - CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, SOMENTE no MENU - AUDIÊNCIA. Em ato contínuo, impulsiono o presente feito para fins de INTIMAÇÃO DAS PARTES - AUTOR E RÉUS (UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, HOSPITAL E MATERNIDADE SAO MATEUS LTDA, MARCELO HENRIQUES MAIA) referente AUDIÊNCIA REDESIGNADA PARA O DIA 13/04/2020 12:00 - 8ª VARA CÍVEL - CENTRAL DE CONCILIAÇÃO.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1019065-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA REGINA CORREA LAGE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO THIAGO BRAGA GOUVEIA OAB - MT24764/O (ADVOGADO(A))
EDILEIA DE OLIVEIRA ALVARENGA OAB - MT0011297A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNDIAL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - ME (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANAI LIMA SALES OAB - MT18362/O (ADVOGADO(A))

Impulsiono o presente feito para fins de INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, referente a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA PARA 13/04/2020 12:30 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ - CENTRAL DE CONCILIAÇÃO.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1010248-09.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANNA MARIA FARIAS DE ABREU (EXEQUENTE)
SILVIO PERUSSOLO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBIA VIEGAS APOLINARIO OAB - MT5255-O (ADVOGADO(A))
RONDON BRASIL VIEGAS OAB - 868.559.131-72 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
VERONICA FATIMA OLAVARRIA DE PINHO MALOUF (EXECUTADO)
JOSE CHARBEL MALOUF (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELIO MACHADO DA COSTA JUNIOR OAB - MT5682-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1010248-09.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Intime-se a parte exequente para se manifestar sobre a impugnação de ID 24480899. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017411-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LESLIE CATIANE ANTONELLI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NAGELA MARIA FERREIRA DE CASTRO OAB - MT25897/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTIANN FERNANDO DA SILVA ARAUJO (RÉU)

Impulsiono o presente feito para fins de INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, referente AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO REDESIGNADA PARA 13/04/2020 10:00 - 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ - CENTRAL DE CONCILIAÇÃO.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 935495 Nr: 52328-10.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VANDOIR EUGENIO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ITAU SEGURO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SIMONE CAFURE BEZERRA - OAB:6.083
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Posto isto, JULGO EXTINTA sem resolução do mérito esta ação cobrança ajuizada por VANDOIR EUGENIO DA SILVA em desfavor de ITAÚ S/A, nos termos do art. 485, inciso II e III do Código de Processo Civil. Custas e despesas processuais pela autora. Condeno-a, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor atualizado da causa (art. 85, § 2º do CPC), todavia, diante dos benefícios da Justiça Gratuita a exigibilidade do crédito ficará suspensa até a fluência do prazo de cinco anos, contados da sentença final, se até lá não houver alteração na situação de necessidade. No mais, intime-se a parte requerida para apresentar seus dados bancários, para o ressarcimento dos valores depositados em p.124. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição.P.I. Cumpra-se.Ana Paula da Veiga Carlota MirandaJuíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 933459 Nr: 51154-63.2014.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VOLPATO & CIA LTDA ME, HENRIQUE SOTTOMAIOR VOLPATO, PEDRO EUGENIO GOMES PROCOPIO DA SILVA, TREVO COMERCIO DE RESIDUOS E SUCATAS LTDA - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRASIL MINERIO MINERAÇÃO SULTAN AYTHEE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE CESAR LUCAS - OAB:15.026/MT, ALEXANDRE CESAR LUCAS - OAB:15026/MT, ARTUR BARROS FREITAS OSTI - OAB:18.335/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLEBER JR. STIEGEMEIER - OAB:12.198-B/MT, FABIOLA CASSIA DE NORONHA SAMPAIO - OAB:7.167/MT
Intimo a parte Executada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique a exata localização do bem móvel penhorado ou deposite em juízo o valor do débito atualizado.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ana Paula da V. Carlota Miranda
Cod. Proc.: 826070 Nr: 32022-54.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELIZABETH DA SILVA PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROBSON DOS SANTOS CARDOSO, JOSÉ GOMES FERREIRA, VALDELICE DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA DE LOURDES RIBEIRO - OAB:11646/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
...DecidoTrata-se de cumprimento de sentença movida por Elizabeth da Silva Pereira em desfavor Robson dos Santos Cardoso, José Gomes Ferreira e Valdelice da Silva Ferreira, já qualificados nos autos.O feito encontra-se paralisado desde o ano de 2018, aguardando provimento da parte.Intimada através de seu patrono via DJE, a exequente permaneceu inerte.A última manifestação da exequente se deu em março de 2017 (p. 70).A CNGC determina que as execuções de títulos judiciais ou extrajudiciais que permanecerem paralisadas pro inercia das partes deverão ser extintas."Art. 580. Paralisada a execução de titulo judicial ou extrajudicial por mais de 01 (um) ano em razão de inercia do credor ou em face da não localização de bens passiveis de constrição, o credor será intimado para promover o andamento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.§1º A intimação será feita pelo gestor judiciário por certidão de impulsionamento dos autos, na pessoa do advogado do exequente, via DJE, salvo se patrocinado pela Defensoria Pública, caso em que poderá ser realizada por intermédio mandado único em virtude de número elevado de autos na mesma situação.§2º Da intimação constara a advertência de que, no prazo estabelecido no caput, deverá ser indicada providencia efetiva e apta ao prosseguimento regular da execução, não sendo suficiente para esse fim mero pedido de vista dos autos ou novo requerimento de suspensão."Posto isso e, como os autos não podem permanecer paralisados aguardando providencia da parte que, in casu, abandonou o feito, sua extinção se impõe.Com estas considerações e fundamentos, JULGO EXTINO este cumprimento de

sentença sem resolução do mérito.Custas e despesas processuais pelo exequente.Após o transito em julgado, arquiva-se com baixa na distribuição.P.I. Cumpra-se.Ana Paula da Veiga Carlota MirandaJuíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 457014 Nr: 27506-93.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IVO SIQUEIRA DA ROCHA
PARTE(S) REQUERIDA(S): VANILDA SILVA DAS NEVES NOVAES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE PACHER - OAB:14421/MT, GERALDO UMBELINO NETO - OAB:10209, RHAIÇA DORILEO P LEITE - OAB:OAB/MT 18.985
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANATALICIO VILAMAIOR - OAB:5172, CAIO FELLIPE BATISTA VILAMAIOR - OAB:20699, JOSÉ KROMINSKI - OAB:10896, KARLA F. FREITAS CAMPOS - OAB:2218/RO
Intimo o Exequente para efetuar o depósito do valor das diligências do oficial de justiça ou oferecer os meios para cumprimento do Mandado de Reintegração.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1112280 Nr: 15628-64.2016.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MULTIPLIC FOMENTO MERCANTIL E COMERCIAL LTDA, IVAN CARLOS DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MÁRCIO PEREIRA DE SÁ, EDUARDO DE BARROS WEBER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANNA CAROLINA VIEIRA DE OLIVEIRA - OAB:15.433/MT, ANNA CAROLINA VIEIRA DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 15433
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nesta data, intimo a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informe se houve o integral cumprimento da avença.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1142563 Nr: 28543-48.2016.811.0041
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VIEIRA DE CAMARGO COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA-ME E OLIVEIRA LTDA, ALEX FRANCO VIEIRA DE CAMARGO
PARTE(S) REQUERIDA(S): W J G BUMLAI ME - ACADEMIA ARENA FITNESS, WAGNER JULIANO GONÇALVES BUMLAI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIEL ALVES DE SOUSA - OAB:7.397/MT, RUBENS PINTO FIUZA JUNIOR - OAB:15138
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nesta data, intimo a parte autora para , no prazo de 5 (cinco) dia, informar se houve o integral cumprimento da avença.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 815658 Nr: 22105-11.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RITMO LOGISTICA S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MEGA AGRICOLA COMERCIAL LTDA ME, MARIA APARECIDA DIEGUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA PAULA DORILÊO CARDOSO - OAB:OAB/MT 15.652, ARNALDO CONCEIÇÃO JUNIOR - OAB:15471/PR, DANIELLE IZAURA DA SILVA CAVALLARI REZENDE - OAB:6.057/MT, JACKSON NICOLA MAIOLINO - OAB:17.047, MARCELO MARQUES MUNHOZ - OAB:33086
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AURÉLIO ARAÚJO TOMAZ - OAB:15.701/GO
Nesta data, intimo a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 891480 Nr: 24196-40.2014.811.0041
AÇÃO: Renovatória de Locação->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TELEFONICA BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONDOMINIO CIVIL DO PANTANAL SHOPPING
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS ALEXANDRE GUIMARÃES PESSOA - OAB:80.572/RJ
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARIO CARDI FILHO - OAB:3584-A/MT, USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - OAB:3150-A/MT
Nesta data, intima-se as partes para informar o iteresse na realização da pericia, dentro do prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 93264 Nr: 5067-59.2008.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IMOBILIARIA E CONSTRUTORA GEORGIA MIRELA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): REGINALDO BENACCHIO REGINO, VIVIANE BENACCHIO REGINO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GABRIEL AUGUSTO SOUZA MELLO - OAB:21393/O, HOMERO HUMBERTO MARCHEZAN AUZANI - OAB:6.624/MT, JOSÉ ANDRÉ TRECHAUD E CURVO - OAB:6605/MT, LUCAS HENRIQUE MULLER PIROVANI - OAB:19460/MT, MARCOS SOUZA DE BARROS - OAB:3.947/MT, OMAR KHALIL - OAB:11.682/MT, PEDRO DE ALMEIDA PINHEIRO - OAB:25509/O, ROBSON WESLEY NASCIMENTO DE OLIVEIRA - OAB:21.518/MT, TIAGO MAYOLINO DE SANTA ROSA - OAB:17.277, VALÉRIA BAGGIO - OAB:4.676, WILLIAM KHALIL - OAB:6.487/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nesta data, intimo a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 375076 Nr: 11452-86.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HASPA HABITAÇÃO SÃO PAULO S. A.
PARTE(S) REQUERIDA(S): ODEMAR PELOSI, LAURINDA JOSÉ DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SILVANA A. PEREIRA DA SILVA - OAB:7.108-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELIANETH GLÁUCIA DE OLIVEIRA NAZÁRIO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:NÚCLEO CÍVEL, ROGÉRIO BORGES FREITAS - DEFENSOR PÚBLICO - OAB:
Nesta data, intima-se o a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 836660 Nr: 41603-93.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SANDRA CAMPOS DOS SANTOS, EDIMAR SOUZA DE PAULA
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, UNIMED BELÉM - COOPERATIVA DE TRABALHOS MÉDICOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALDINETE RODRIGUES DE ARAUJO - OAB:11.074/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOAQUIM FELIPE SPADONI - OAB:6.197/MT, JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY - OAB:6.735/MT
Nesta data, intimo a parte requerente na pessoa de seu advogado para apresentar as contrarrazões da apelação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 444808 Nr: 19718-28.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADEUMA FÁTIMA DE FRANÇA MACEDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARÍTIMA SEGUROS S/A, MARCOS FERNANDO ABADE LUSVARCHI, DIBENS LEASING S/A, ESPÓLIO DE ANTONIO AUGUSTO LUSVARGHI, ELIDE PACHELI LUSVARGHI, ANTONIO PAULO PACHELI LUSVARGHI, CELSO FERNANDO PACHELI LUSVARGHI, SERGIO AUGUSTO PACHELI LUSVARGHI, CARLOS ROBERTO PACHELI LUSVARGHI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PHILLIPE AUGUSTO MARQUES DUARTE - OAB:12566/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE VELASQUES AMARAL - OAB:13598/MT, ILANA CRISTINA DA SILVA - OAB:16636, JULIANA DOS SANTOS CAETANO - OAB:96171, LUIZ GONÇALO DA SILVA - OAB:4265/MT, MARCIO ALEXANDRE MALFATTI - OAB:16.943-A, MARIO FERNANDO DA SILVA CASTILHO - OAB:, MARIO FERNANDO DA SILVA CASTILHO - OAB:10.393/MT, PAULO MEDEIROS MAGALHÃES GOMES - OAB:84344, RAFAEL SIFFERT GIRUNDI DO NASCIMENTO - OAB:29708, SERGIO AUGUSTO DO SANTOS LUSVARGHI - OAB:157.929, VANESSA CASTRO CAVALCANTI - OAB:84496
Nesta data, intimo a parte autora para manifestar sobrea petição com documentos e p. 633/638 no prazo de 5cinco)dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 786766 Nr: 40674-94.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO CARLOS GARCIA DE MATTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUDAR SPE2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, ROSA IMÓVEIS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERTO CARLOS RIBEIRO MOURÃO - OAB:13.258
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AUGUSTO CESAR DE CARVALHO BARCELOS - OAB:11.652/MT, CAROLINE MARIA CAMPOS MUZZI - OAB:OAB/MT 13.160, DANIEL PEREIRA DA COSTA - OAB:120745, FÁBIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA - OAB:6.848/MT, RAFAEL CANDIDO FARIA - OAB:261.519/SP, RAFAEL COSTA BERNARDELI - OAB:13.411-A/MT, RAFAEL MILEN MITCHELL - OAB:116691
Nesta data, intimo a parte autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-94 DESPEJO
Processo Número: 1044368-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CUIABA PLAZA SHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA (AUTOR(A))
ROYAL BRASIL ADMINST EMPRENDIMENTOS E PART LTDA (AUTOR(A))
BR MALLS ADMINISTRACAO E COMERCIALIZACAO 01 (AUTOR(A))
CONSORCIO EMPREENDEDOR DO CUIABA PLAZA SHOPPING (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO HERTZ BRUZZONE LEAL OAB - RJ159485 (ADVOGADO(A))
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P.R.DE SOUZA SOARES (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1044368-10.2019.8.11.0041 Vistos. Trata-se de ação de despejo por inadimplência c/c pedido de antecipação da tutela proposta por Royal Brasil Administração Empreendimentos e Participações e Outros em desfavor de P.R. De Souza Soares – ME, objetivando a desocupação do imóvel locado, Espaço Comercial de n. 1174 (FARE JOIAS), localizado no Setor 01 do Shopping Estação Cuiabá, situado na Av. Miguel Sutil, n. 9300, Santa Rosa, Cuiabá/MT. Os autores relatam que a ré infringiu as disposições contratuais em decorrência do abandono e inadimplência no pagamento dos alugueres e condomínio (despesas comuns, IPTU, FPP), ensejando o desfazimento da locação, bem como a retomada do imóvel. É o relatório. Decido. Os doutrinadores Brunno Pandori Giancoli e Fábio Vieira Figueiredo esclarecem sobre a possibilidade da concessão de liminar em ações de despejo: "O despejo liminar é, sem dúvida, uma das maiores inovações processuais que repercutiu diretamente na Lei nº 8.245/91, ao lado da denúncia vazia. Trata-se de medida que se baseia no direito português, em que o legislador tinha a preocupação de atribuir maior interesse do locador em hipóteses excepcionais. "A expressão 'conceder-se-á a liminar' atribui uma força cogente à lei, não podendo o juiz atuar de forma discricionária, mas, se preenchidos os requisitos, deve conceder a medida liminar". (Giancoli. Brunno Pandori e Fábio Vieira Figueiredo in Nova lei do inquilinato : análise crítica das alterações introduzidas pela lei n. 12.112/2009. Editora Saraiva, São Paulo, 2010, p. 52). As possibilidades de despejo liminar estão previstas no artigo 59, § 1º, da Lei nº 8.245/91, onde o inciso VIII contempla a hipótese do término do prazo da locação não residencial, desde que a ação tenha sido proposta até 30 dias do termo ou do cumprimento da notificação. Já o Código de Processo Civil dispõe que, para a concessão da tutela provisória de urgência faz-se indispensável o preenchimento dos requisitos constantes no art. 300 e parágrafos, quais sejam: a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, não diferindo muito dos conhecidos requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora. Nesta fase de cognição sumária, reputo suficientes os documentos acostados com a inicial, os quais certamente evidenciam a probabilidade do alegado direito dos locadores em reaver seu imóvel, sendo certo que a locatária foi devidamente constituída em mora a partir do vencimento dos alugueres, conforme prevê a cláusula 11.2 do instrumento contratual (Id 24614761). Ademais, o contrato está desprovido das garantias do art. 37, razão pela qual o deferimento da tutela é medida que se impõe: "87567743 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS. QUIOSQUE EM SHOPPING CENTER. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. Desprovido o contrato das garantias previstas no art. 37 da Lei nº 8.245/91, deve ser concedido o despejo liminar, condicionado ao depósito de caução, e com a observação de que a inquilina pode elidir a liminar com o pagamento da dívida vencida, conforme disposto no art. 59, §1º, IX, e §3º, do diploma referido. Recurso provido." (TJSP; AI 2151240-12.2017.8.26.0000; Ac. 10756435; Limeira; Trigésima Quarta Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Gomes Varjão; Julg. 30/08/2017; DJESP 05/09/2017; Pág. 2327). Registro que o despejo liminar não esgota o objeto da ação e não é um ato irreversível, levando-se em consideração que este Juízo ficará garantido por meio de caução, que tem previsão legal e é destinada ao acautelamento de eventual prejuízo suportado pela parte ré. Posto isto, e nos termos do art. 59, § 1º, inc. VIII, da Lei 8.245/91 alterada pela Lei 12.112/09 defiro a liminar pleiteada e determino que a ré desocupe o Espaço Comercial de n. 1174 (FARE JOIAS), localizado no Setor 01 do Shopping Estação Cuiabá, nesta Capital, no prazo de 15 (quinze) dias. Condiciono o cumprimento da liminar à caução, que deve ser prestada pelos autores em valor equivalente a três meses de aluguel. Após a prestação de caução, expeça-se o mandado de despejo. Quanto à audiência de conciliação, os autores informam na inicial que "não possui interesse na realização de audiência de conciliação, requerendo, ainda, que seja o réu intimado para purgar a mora, no prazo de 15 (quinze) dias de sua citação, como dispõe o art. 62, II da Lei de Locações" Portanto, de acordo com o artigo 62, I e II da Lei 8.245/1991, a parte ré deve ser citada para contestar ou purgar a mora, no prazo de 15 (quinze) dias. Nesse sentido colaciono os seguintes julgados: "87603157 - AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADA COM COBRANÇA. LOCAÇÃO RESIDENCIAL. PRETENSÃO DO RÉU-LOCATÁRIO À DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA DE CONCILIAÇÃO E INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO DA CONTESTAÇÃO SOMENTE APÓS SUA REALIZAÇÃO, NOS MOLDES DOS ARTIGOS 334 E 335 DO NCPC. Impossibilidade. Situação incompatível com o rito especial previsto no artigo 62, II, da Lei nº 8.245/91. Revelia bem decretada. Débito confessado. Depósito de caução no início da locação correspondente a três aluguéis. Necessidade de abatimento do montante da condenação sob pena de enriquecimento ilícito do locador. Imposição de sanção prevista no art. 940 do Código Civil. Impossibilidade. Ausência de má-fé do locador. Apelação provida em parte. (TJSP; APL

1034091-77.2015.8.26.0001; Ac. 10791486; São Paulo; Trigésima Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Andrade Neto; Julg. 30/08/2017; DJESP 20/09/2017; Pág. 2526) Nota: Repositório autorizado do STF nº 41/2009, do STJ nº 67/2008 e do TST nº 35/2009. (Negritei) 87966464 - AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADA COM COBRANÇA. LOCAÇÃO RESIDENCIAL. DÉBITO INCONTROVERSO. Pretensão da corré locatária à designação de audiência de conciliação, nos moldes do art. 334 do CPC. Impossibilidade. Situação incompatível com o rito especial previsto no artigo 62, II, da Lei nº 8.245/91. Parcelamento do débito. Impossibilidade. Inexistência de fundamentos jurídicos ou elementos que autorizem a medida. Artigo 916 do CPC que só tem aplicação aos processos de execução de título extrajudicial. Exclusão da condenação do valor relativo aos honorários advocatícios estipulados em contrato. Necessidade. Verba honorária de sucumbência, cuja competência para fixação é exclusiva do juízo. Imposição de pagamento integral pelos réus. Admissibilidade. Exegese do art. 86, § único do CPC. Apelação provida em parte. (TJSP; APL 1034152-98.2016.8.26.0001; Ac. 11292832; São Paulo; Trigésima Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Andrade Neto; Julg. 07/03/2018; DJESP 28/03/2018; Pág. 2408) Nota: Repositório autorizado do STF nº 41/2009, do STJ nº 67/2008 e do TST nº 35/2009. (Negritei) 44033473 - CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. REVELIA. NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DEDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO DE RITO ESPECIAL. APLICAÇÃO SUPLEMENTAR DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 1) Não há que se falar em nulidade do processo por cerceamento do direito de defesa quando a parte teve oportunidade de tomar conhecimento do processo contra si movido e protocola extemporaneamente sua peça de defesa, atraindo o julgamento antecipado da lide. 2) Nas ações que possuem rito especial, a aplicação do CPC se dá apenas de forma suplementar, não se aplicando a obrigatoriedade da audiência de conciliação. 3) Apelo não provido. (TJAP; APL 0036530-49.2017.8.03.0001; Câmara Única; Rel. Des. Gilberto Pinheiro; DJEAP 06/09/2018; Pág. 28) Nota: Repositório autorizado do STF nº 41/2009, do STJ nº 67/2008 e do TST nº 35/2009. (Negritei) Cito também comentários a respeito do tema feitos por Arnon Velmovitsky em seu artigo jurídico publicado na revista online Consultor Jurídico: "(...) Deste modo, verifica-se, com clareza, a natureza processual em relação à dinâmica dos atos a serem praticados pelo autor e pelo réu, com a fixação expressa de prazo para a emenda da mora, sob pena de concretizar ao rescisão contratual. Ou seja, foi arquitetada pela lei uma solução breve e eficiente, que, assemelhada mais a um procedimento executório do que propriamente a uma ação de conhecimento, priorizou, sobretudo, o cumprimento da obrigação contratual. Não por outro motivo, até o presente momento tais disposições recebem elogios de significativa parte da doutrina. (...) conclui-se, com razoável certeza, que nas ações de despejo por falta de pagamento é prescindível a realização da audiência de conciliação ou mediação, devendo o feito ser norteado pelo disposto na Lei 8.245/91, sem que seja necessária a aplicação de qualquer regra do Novo CPC referente ao novo rito comum, sendo impositiva sua aplicação tão somente no que tange às suas disposições gerais, mesmo assim, sempre de forma supletiva." (Velmovitsky, Arnon. Audiência de Conciliação é dispensável em ação de despejo por falta de pagamento. Disponível em http://www.conjur.com.br/2016-abr-17/arnon-velmovitsky-audiencia-conciliacao-dispensavel-acao-despejo acesso em 15 de março de 2019) Pelo exposto, determino a citação da ré para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias da sua citação oferecer defesa ou purgar a mora, conforme previsão do inciso II do artigo 62 da Lei 8.245/1991. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030406-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZINATTO & SOUZA LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS ALBERNAZ HORTENSI CUSTODIO SANCHES BERGAMASCO OAB - MT25027/O (ADVOGADO(A))
WILLIAN CARDOSO DE ANDRADE OAB - MT13008-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO ROBERTO ITO (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1030406-17.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação de reparação de danos morais em que Zinatto & Souza Ltda requereu os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. O art. 98 do Novo Código de Processo Civil dispõe que "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei". Já o art. 99, §3º, do mesmo diploma dispõe que "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." Ou seja, o pedido de gratuidade relativo a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, deve, necessariamente vir instruído de comprovação da condição de hipossuficiência." Nesse exato sentido, a posição sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça: "Súmula 481/STJ - Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." Em que pese à alegada situação financeira difícil, a empresa encontra-se regularmente constituída e não foi cabalmente demonstrada a total ausência de receitas e patrimônio, suficiente para inviabilizar a assunção dos ônus decorrentes desta demanda, mesmo quando intimada da decisão de id nº 23353950, permanecendo inerte (certidão de id nº 2559552.). Portanto, considerando que a Assistência Judiciária deve ser deferida em casos de comprovada ausência de condições financeiras, INDEFIRO a concessão do benefício à parte autora. Intime-se para recolher as custas judiciais iniciais em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento e extinção nos termos do artigo 290 do Novo Código de Processo Civil. Após, concluso. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1022645-66.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MULLER ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIA CRISTINA DE AVILA LEITE OAB - MT17671-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRO OESTE AUTOPECAS LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCILINO CEZARIO DOS SANTOS OAB - 482.335.871-68 (REPRESENTANTE)
MAURICIO DE OLIVEIRA BATISTA OAB - 970.587.778-53 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1022645-66.2018.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de execução de título executivo extrajudicial em que Muller Assessoria Empresarial Ltda – ME, requereu os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. O art. 98 do Novo Código de Processo Civil dispõe que "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei". Já o art. 99, §3º, do mesmo diploma dispõe que "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." Ou seja, o pedido de gratuidade relativo a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, deve, necessariamente vir instruído de comprovação da condição de hipossuficiência." Nesse exato sentido, a posição sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça: "Súmula 481/STJ - Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." Entretanto, cabe ao magistrado analisar o estado de carência do requerente, a fim de garantir a destinação do benefício da gratuidade àqueles que realmente não tem condições de arcar com as custas judiciais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. Desse modo, foi determinada a intimação do exequente para apresentar o inteiro teor de sua declaração de Imposto de Renda, uma vez que somente o extrato de processamento não se presta ao fim de comprovar a alegada hipossuficiência. A parte juntou aos autos o documento solicitado (id nº14949024), através do qual constata-se a capacidade financeira e patrimonial do mesmo, de maneira que o indeferimento do pedido de

concessão dos benefícios da Justiça Gratuita é medida que se impõe. Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, conforme ementas a seguir: PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1006950-64.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: COOALESTE - COOPERATIVA AGRICOLA DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIAO SUL DO MATO GROSSO AGRAVADO: WILMAR LUFT DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA - JUSTIÇA GRATUITA – PESSOA JURÍDICA - COOPERATIVA – CONCESSÃO DE PAGAMENTO DAS CUSTAS AO FINAL DO PROCESSO – REVOGAÇÃO POSTERIOR – POSSIBILIDADE - HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA DE FORMA INEQUÍVOCA – SÚMULA 481 DO STJ - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. A pessoa jurídica pode beneficiar-se das isenções de que trata a gratuidade da justiça em casos excepcionais (art. 99, § 3º, CPC/2015), desde que comprove de forma inequívoca que não pode fazer frente às despesas do processo em prejuízo de seu funcionamento. Deve ser mantida a decisão que revoga a gratuidade quando existem nos autos elementos que afastam a precariedade econômica alegada. (N.U 1006950-64.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 31/07/2019, Publicado no DJE 02/08/2019) “AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA DE REAJUSTE DE VENCIMENTOS - BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA - INDEFERIMENTO - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA E DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE - COMPROVAÇÃO EM CONTRÁRIO - CARGO DE ODONTÓLOGA - SALÁRIO SUPERIOR A OITO MIL REAIS - PROVEITO ECONÔMICO DA CAUSA SUPERIOR A TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS - RENDIMENTO ANUAIS DECLARADOS DE QUASE CEM MIL REAIS - INDEFERIMENTO MANTIDO - AGRAVO DESPROVIDO.1. O benefício da Justiça Gratuita apresenta efeitos processuais que ultrapassam o simples interesse pessoal das partes. Isso porque a concessão da benesse promove, ab initio, a isenção das custas e da taxa judiciária, ou seja, a isenção de tributo. 2. "[...] 2. Não é pobre na forma da lei aquele que percebe remuneração de R$ 7.143,53, eis que superior a cinco salários mínimos, devendo, portanto, ser mantido o indeferimento da justiça gratuita" [...] (TRF5. Segunda Turma. AC/RN 08003608320134058401. Re. Des. Fed. Paulo Roberto de Oliveira Lima. Jul. 07/04/2015) 3. "[...] 2. Declaração de hipossuficiência que se reveste de presunção relativa de veracidade, podendo ser afastada se houver nos autos prova inequívoca a convencer o juiz de que a parte requerente possui condições de arcar com as despesas processuais, o que se afigura na espécie. 3. Não trouxe o agravante documentos comprobatórios de que o pagamento das custas ameaçaria o seu sustento. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (TRF1- AGA 0005062-65.2014.4.01.0000/DF, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 de 19/12/2016)4. Agravo desprovido.” (AI 171596/2015, DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 24/04/2017, Publicado no DJE 10/05/2017). Registra-se que o pagamento das custas e despesas processuais não se destina apenas àqueles que têm dinheiro sobrando, mas também àqueles que em razão do seu patrimônio e da sua condição socioeconômica, mesmo com algum tipo de momentânea privação pessoal e de aperto do orçamento familiar, possam arcar com tais despesas. Afinal, temos visto muitas situações em que mesmo podendo, com algum tipo de esforço, pagar as custas dos processos, as partes vem em Juízo e alegam a hipossuficiência, fraudando, desta forma, os cofres do Poder Judiciário e a própria Lei. Portanto, considerando que a Assistência Gratuita deve ser deferida em casos de comprovada ausência de condições financeiras, INDEFIRO a concessão do benefício à parte autora. Acerca do pedido de pagamento das custas judiciais ao final do processo, de acordo com o artigo 290 do Código de Processo Civil, as custas judiciais e taxa judiciária devem ser recolhidas no início do processo, sob pena de ser cancelada a distribuição do feito. No mesmo sentido, é a determinação prevista no artigo 456 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso. Inexistindo previsão legal que autorize o deferimento do pedido de recolhimento de custas ao final do processo, INDEFIRO o pedido subsidiariamente formulado na petição de ID 14949024. Portanto, intime-se a exequente para recolher as custas judiciais iniciais em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Comprovado o recolhimento, venham os autos imediatamente conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-45 PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
Processo Número: 1048442-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RONIMARCIO NAVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA FABRICIA ROSA BARROS OAB - MT21037-O (ADVOGADO(A))
JOMAS FULGENCIO DE LIMA JUNIOR OAB - MT11785-O (ADVOGADO(A))
Israel Asser Eugenio OAB - MT16562-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1048442-10.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação de produção de provas antecipada ajuizada por Ronimárcio Naves contra SKY Brasil Serviços Ltda., objetivando a concessão de tutela de urgência para determinar que a ré: a) Entregue todos os registros de ligações que efetuou para os números de celular (65) 98112-4184 e telefone fixo (65) 3624-7647, de titularidade do autor, por meios próprios ou por call centers, entre as datas 08/03/2019 e 24/10/2019. b) Entregue todos os registros de mensagens que enviou por meios próprios ou por call centers, entre as datas 08/03/2019 e 24/10/2019, para o número de celular (65) 98112-4184, de titularidade do autor, fornecendo ainda a data e horário, tempo de duração, conteúdo e origem das mensagens enviadas. O pedido de concessão da tutela provisória de urgência, de natureza cautelar antecedente foi deferido em razão da necessidade de produção de provas antecipada para um possível ajuizamento de ação judicial, nos termos do art. 381, do CPC. A decisão atentou, apenas, ao pedido formulado o item “a”, sendo omisso quanto ao pedido do item “b”. Por esta razão, o autor requer a reconsideração do pedido inicial para que seja analisado os pedidos contidos no item “b”, para que seja determinado que a ré entregue todos os registros de mensagens enviadas pelo SMS para o celular (65) 98112-4184, de titularidade do auto, com a data e horário, tempo de duração, conteúdo e origem das mensagens enviadas. Considerando os próprios fundamentos da decisão de id nº 27148287, DEFIRO o pedido para determinar que a ré , no prazo de 15 (quinze) dias, apresente todos registros de mensagens que enviou por meios próprios ou por call centers, entre as datas 08/03/2019 e 24/10/2019, para o número de celular (65) 98112-4184, de titularidade do autor, fornecendo ainda a data e horário, tempo de duração, conteúdo e origem das mensagens enviadas. Efetivada a tutela de urgência de natureza cautelar, o autor terá o prazo de 30 (trinta) dias para formular o pedido principal, que deverá ser apresentado nos mesmos autos, independente do adiantamento de novas custas processuais, sob pena de cessar a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente (artigos 308 e 309, NCPC). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1011587-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SARA DANIELLE SOUZA MILHOMEM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON PEREIRA PRADO OAB - MT14521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1011587-32.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação declaratória de indébito c/c reparação de danos, movida por SARA DANIELLE SOUZA MILHOMEM em desfavor da EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, já qualificadas nos autos. O feito teve regular tramitação. As partes resolveram transacionar entre si (ID 22164556). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. Assim, tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições

passam a fazer parte integrante desta decisão e julgo extinto o processo nos termos do artigo 487, III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Isento de custas remanescentes, nos termos do artigo 90, §3º do CPC. Honorários na forma pactuada. As partes desistem do prazo recursal. Assim certifique-se o trânsito em julgado, e arquive-se com as cautelas legais. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013715-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INSUELA PEREIRA E CONTI INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S/A (AUTOR(A))
REFRIGERANTES MARAJA S.A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL LACERDA LIMA OAB - MT0014160S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO CORREA DA COSTA KONIG (RÉU)
LEONARDO CORREA DA COSTA KONIG (RÉU)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1013715-25.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de obrigação de entrega de coisa certa, movida por REFRIGERANTES MARAJÁ S.A., e INSUELA PEREIRA E CONTI INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A em desfavor de BRUNO CORREA DA COSTA KONIG e LEONARDO CORREA DA COSTA KONIG, já qualificados nos autos. O feito teve regular tramitação. As partes resolveram transacionar entre si (ID 26272209). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. Assim, tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão e julgo extinto o processo nos termos do artigo 487, III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Custas e honorários na forma pactuada. As partes desistem do prazo recursal. Assim certifique-se o trânsito em julgado, e arquive-se com as cautelas legais. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1027020-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL VILA DA SERRA I (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON JUVENAL DA SILVA FILHO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1027020-76.2019.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação de cobrança, movida pelo CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VILA DA SERRA I em desfavor de NELSON JUVENAL DA SILVA FILHO, já qualificados nos autos. O feito teve regular tramitação. As partes resolveram transacionar entre si (ID 26273708). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. Assim, tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão e julgo extinto o processo nos termos do artigo 487, III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Custas e honorários na forma pactuada. As partes desistem do prazo recursal. Assim certifique-se o trânsito em julgado, e arquive-se com as cautelas legais. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-45 PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
Processo Número: 1033368-81.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS RODRIGUES (REQUERENTE)
MARIA ANTONIETA CRIVELLI RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIR SERRATEL NOGUEIRA (REQUERIDO)
EDUARDO BORGES DE SOUZA (REQUERIDO)
MALAI MANSO HOTEL RESORT S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO ALVES SILVA OAB - MT11800-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1033368-81.2017.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de produção antecipada de prova, movida por LUIZ CARLOS RODRIGUES e MARIA ANTONIETA CRIVELLI RODRIGUES em desfavor de MALAI MANSO HOTEL RESORT S.A., EDUARDO BORGES DE SOUZA e JAIR SERRATEL NOGUEIRA, já qualificados nos autos. O feito teve regular tramitação. As partes resolveram transacionar entre si (ID 21428955). Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido As partes informaram que entabularam acordo extrajudicial, colacionando nos autos para homologação. As partes estão devidamente representadas e seus advogados têm poderes para transigir, conforme procurações de ID 10491411/10491429 e ID 17438971 . Assim, tratando-se de direito disponível e estando as partes devidamente representadas, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, cujas cláusulas e condições passam a fazer parte integrante desta decisão e julgo extinto o processo nos termos do artigo 487, III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Custas e honorários na forma pactuada. As partes desistem do prazo recursal. Assim certifique-se o trânsito em julgado, e arquive-se com as cautelas legais. P.I. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1042654-49.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BONIFACIO PEREIRA & ASSUMPCAO LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIA MARANHA CUPINI ASSUMPCAO OAB - MT9080-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MILTON PAULINO DA SILVA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDGLEYTON BARBOSA DA SILVA OAB - MT15580-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo n° 1042654-49.2018.8.11.0041 Vistos e etc. Trata-se de ação monitória proposta por Bonifácio Pereira & Assumpção Ltda em desfavor de Milton Paulino da Silva, ambos devidamente qualificados e representados nos autos. A empresa autora relata portadora dos seguinte cheques emitidos pelo réu: a) 900058 e 900061 no valor de R$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais) e; b) cheques 900081, 900082 e 900083, na importância de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), que corrigidos perfazem um total de R$ 9.911,99 (nove mil, novecentos e onze reis e noventa e nove centavos. Aduz que os cheques foram devolvidos por insuficiência de fundos (alíneas 11 e 12). Diante disso, requereu a citação do réu para pagamento da dívida no prazo de 15 dias, ou caso queira, apresente embargos, nos termos dos artigos 1.102-A, 1.102-C, todos do CPC/73. Ao final, pugna pela procedência da demanda, com a condenação da ré ao pagamento do valor de R$ 9.911,99 (nove mil, novecentos e onze reis e noventa e nove centavos), devidamente corrigidos. A inicial foi instruída com os documentos de id nº 16907275; 16907277; 16907280; 16907283; 16907286; 16907544; 16907551; 16907554; 16907560; 16907562; 16907567; 16907569; 16907571 e 16907573. Citada, a ré ofertou embargos monitórios de id nº 21284516. Reconhece parcialmente o valor devido, representados nos cheques nº 900058 e 900061, na importância de R$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais) cada. Pugnou pela concessão de medida liminar para retirada do nome do seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, especificamente

SERASA e CCF (Cadastro de Emitente Cheques sem Fundos). Requereu a procedência dos embargos monitórios, para declarar válida somente as cártulas de º 900058 e 900061, e consequentemente, nulas e indevidas as cobranças dos cheques nº 900081, 900082 e 900083. Impugnação aos embargos monitórios no id nº 22248801. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando os autos, verifica-se que os documentos apresentado nos ids nº 16907567, 16907569; 16907571 e 16907573 constituem títulos que não possuem eficácia executiva, aptos, portanto, a instruir essa ação monitória. Os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade devem constar do título que embasa a execução e não da ação monitória. Esse fato é incontroverso, bem como o inadimplemento da obrigação por parte do réu. Compulsando os autos, verifica-se que o réu reconhece a inadimplência parcial da dívida, porém nada comprova quanto as alegações trazidas em seus embargos monitórios. O artigo 700, caput, do Código de Processo Civil, estabelece como requisito para propositura da ação monitória, a apresentação de qualquer documento escrito que comprove a relação negocial e que forneça ao juiz certo grau de probabilidade acerca do direito alegado em juízo. É o caso dos autos. Desta feita, o conjunto probatório dos autos demonstra de forma clara a existência da obrigação, não adimplida pela ré. O pedido de exclusão do seu nome dos cadastros dos órgãos de negativação, SERASA e e CCF (Cadastro de Emitente Cheques sem Fundos, em razão da inadimplência, não deve prosperar, diante do comprovado inadimplemento. Ademais, o embargante sequer juntou nos autos documentos que comprovem a referida negativação. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS MONITÓRIOS E DECLARO A OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DA RÉ MILTON PAULINO DA SILVA À BONIFÁCIO PEREIRA & ASSUMPÇÃO LTDA. Em consequência, CONSTITUO DE PLENO DIREITO EM TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL A DÍVIDA NO VALOR DE R$ 9.911,99 (nove mil, novecentos e onze reis e noventa e nove centavos), cuja importância deverá ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir da data da distribuição da ação e acrescido de juros de 1% a partir da citação. Determino o prosseguimento do feito na forma prevista na Parte Especial do CPC, Livro I, Título II, Capítulo III (cumprimento de sentença). Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, que fixo em 15% (quinze por cento) do valor da condenação, nos termos dos artigos 82, §2º e 85, §2º, ambos do CPC. Expeça-se o necessário. P. I. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019 ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015313-19.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANA TERESA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 8ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1015313-19.2016.8.11.0041. AUTOR(A): SILVANA TERESA DA SILVA RÉU: ITAU SEGUROS S/A SENTENÇA SILVANA TERESA DA SILVA propôs ação de cobrança de benefício do seguro obrigatório em face de ITAÚ SEGUROS S.A., ambos devidamente qualificados. A autora alega que em 03 de março de 2015 foi vítima de acidente automobilístico, o que resultou na incapacidade parcial permanente, conforme atesta boletim de ocorrência, laudo médico, e histórico clínico. Requer a procedência da ação para que a ré seja condenada ao pagamento de R$ 13.500,00, referente ao seguro obrigatório por invalidez permanente. A ré contestou a ação (Id 4873935), requerendo, preliminarmente, a alteração do polo passivo, a fim de que seja procedida a sua exclusão e inclusão da Seguradora Líder. Arguiu ainda, a ausência de laudo do IML e ausência de pedido administrativo. No mérito, alega a ausência de nexo causal, assim como não há a prova da suposta invalidez. Aduz que caso seja condenado ao pagamento do seguro, que seja nos termos do artigo 3º, II da Lei n. 6.194/74, de acordo com a proporção da invalidez. Impugna os juros, correção monetária e os honorários advocatícios. Os autos foram encaminhados à Central de Conciliação, oportunidade em que foi realizado o exame pericial (Id 17531646). Impugnação à contestação (Id 7340870). Intimadas, as partes deixaram de se manifestaram concordância com o laudo pericial produzido na central de conciliação (Id 22987696 e 17531648). É o relatório. Decido. Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Silvana Teresa Da Silva em face de Itaú Seguros S.A. Preliminar de ilegitimidade passiva Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva, uma vez que todas as seguradoras conveniadas ao consórcio das sociedades seguradoras são corresponsáveis pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório à vítima de acidente de trânsito, não havendo que se falar em responsabilidade exclusiva da Seguradora Líder (TJMT, APL 93075/2013). Da preliminar de ausência de laudo do IML Da mesma forma não merece guarida a preliminar de ausência de laudo do IML, vez que o referido laudo não se mostra indispensável. O boletim de ocorrência é meio de comprovar o fato narrado, sendo, dessa forma, dispensável o laudo do IML. Nesse sentido, a jurisprudência: “50182178- APELAÇÃO CÍVEL. ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO DO IML. DESNECESSIDADE. 1) - A prolação de decisão monocrática pelo relator é possível, conforme prescreve o art. 557, caput, do CPC, estando o recurso em confronto com posicionamentos jurisprudenciais dominantes nesta Corte de Justiça. 2) - O processo administrativo não pode ser exigido como pressuposto necessário para o ajuizamento da ação judicial, tendo em vista que não há em nossa legislação, qualquer dispositivo que exija o exaurimento da via administrativa para, somente após, buscar judicialmente a obtenção do benefício do seguro DPVAT. 3) Comprovada a invalidez por documento efetuado por médico, desnecessária a juntada de laudo do IML. 4) - O Boletim de Ocorrência, atestados médicos e questionário para avaliação de invalidez permanente em se tratando de seguro DPVAT, constituem documentos suficientes a comprovação do dano decorrente de acidente de trânsito a ensejar o pagamento da indenização. 5) Mesmo sendo parcial, o seguro obrigatório de danos pessoais por invalidez permanente, deve corresponder ao valor de 40 (quarenta) salarios minimos, nos termos do artigo 3º,"b",da Lei nº 6.194/74. 6) - Não há que se falar na violação do artigo 7º da Constituição Federal, quando a indenização é fixada com base no salario mínimo, uma vez que se trata de critério de cálculo que serve para a quantificação do montante ressarcitório. - Apelação Cível que se nega seguimento. (TJGO; AC 469901-30.2008.8.09.0051; Goiânia; Rel. Des. Norival Santome; DJGO 01/02/2011; Pág. 454)”. Assim, rejeito a preliminar ventilada. Preliminar de ausência de interesse de agir A preliminar de falta de interesse de agir sob o argumento de que o autor não realizou o requerimento de indenização do seguro obrigatório via administrativa não merece prosperar, tendo em vista que a parte juntou aos autos cópia do requerimento administrativo carimbado pela sucursal da seguradora em Mato Grosso. Mérito A autora foi vítima de acidente automobilístico em 03 de março de 2015, conforme boletim de ocorrência. A lei de regência da matéria tratada nos autos será aquela em vigor na data da ocorrência do sinistro, sendo vedada a aplicação retroativa de lei posterior. Diante desta constatação, verifico que são aplicadas as alterações trazidas pela MP n° 340 e a Lei n° 11.482, com vigência 31/05/2007 e 451/2008 – Lei n. 11.945/2009, de 04/06/2009, ou seja, antes à ocorrência do acidente objeto da lide. Portanto, aplicável a Lei especial com suas respectivas alterações. O artigo 3º, da citada lei, prevê que a vítima de acidente automobilístico faz jus à indenização securitária, em caso de incapacidade permanente: “Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: [...] II – até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;” A indenização do Seguro/DPVAT deve se basear no grau de invalidez da vítima, bastando o reconhecimento pelo expert da invalidez permanente para assegurar à vítima o pagamento do valor indenizatório. No caso, em relação a quantificação da invalidez o inciso II do § 1º do referido artigo dispõe: “quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional da forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinqüenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais.” No que tange à indenização securitária, o artigo 5º da Lei 6.194, de 1974,

prevê que para o pagamento do seguro DPVAT é suficiente a prova do acidente automobilístico e do dano dele decorrente. O acidente automobilístico está comprovado por meio de boletim de ocorrência. Resta apurar se a autora está incapaz permanentemente, com avaliação da graduação da invalidez se total ou parcial, bem como a sua quantificação, a qual deve ser comprovada mediante perícia, para pagamento proporcional ao percentual da sua incapacidade. A prova documental acostada aos autos é suficiente para comprovar o desenrolar dos fatos e consequências, especialmente, o laudo pericial elaborado por profissional habilitado como perito judicial. A perícia foi realizada por médico perito da Central de Conciliação e Mediação desta Capital, com a anuência das partes, concluindo que a autora possui lesão parcial incompleta incapacitante de 75% em membro inferior esquerdo e de 10% em estrutura crânio facial. Considerando que a perícia foi realizada pelo médico que atua na Central de Conciliação e Mediação, sendo a mesma elaborada de forma sucinta, portanto, necessário esclarecer que as lesões incapacitante supramencionadas, devem ser calculadas de acordo com a tabela de acidentes pessoais. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - PROCEDÊNCIA - PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR - REJEIÇÃO - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PAGA ADMINISTRATIVAMENTE E PROPORCIONALMENTE À COBERTURA PREVISTA AO CASO - PROPOSITURA DA DEMANDA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO - INVALIDEZ PERMANENTE DEMONSTRADA - LAUDO SATISFATÓRIO À AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STJ NA SÚMULA Nº 474 - SEQUELA PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA - ENQUADRAMENTO NA TABELA DA SUSEP ANEXA À LEI Nº 6.194/74, COM ALTERAÇÕES DA LEI Nº 11.945/09, E APLICAÇÃO DA REDUÇÃO PREVISTA NO INCISO II DO §1º DO ART. 3º DA LEI Nº 6.194/74, CONFORME PERDA APURADA PELA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL - BENEFÍCIO QUITADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - IMPROCEDÊNCIA DO FEITO QUE SE IMPÕE - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO PROVIDO. O recebimento da indenização na esfera administrativa não impede que o beneficiário do seguro reivindique, em juízo, eventual diferença entre o valor pago e aquele que entende fazer jus, não havendo, portanto, cogitar-se ausência de interesse de agir. Existindo nos autos laudo pericial comprovando a lesão suportada pela vítima de acidente de trânsito, necessária a observância da graduação da invalidez para fixação do valor indenizatório a ser pago a título do seguro obrigatório (DPVAT). Precedentes do STJ, consolidados na Súmula n° 474. Em se tratando de lesão permanente parcial incompleta, após enquadramento na tabela da SUSEP (anexa à Lei nº 6.194/74, com alterações introduzidas pela MP 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/09), deve ser aplicada a redução prevista no inciso II do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74, conforme a perda apurada pela perícia. Se a indenização securitária encontra-se quitada pelo pagamento na esfera administrativa do valor relativo à proporcionalidade da lesão, há que ser julgada improcedente a demanda que visa complementação. (TJMT, Ap 103003/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 25/02/2015, Publicado no DJE 03/03/2015). Neste caso, para perda completa da mobilidade de um dos membros inferiores o percentual é de 70%, dessa forma 75% de 70% é igual a 52,5%; e para lesão em estrutura crânio facial o percentual é de 100%, dessa forma 10% de 100% é igual a 10%, devendo o pagamento da indenização respeitar a proporcionalidade das lesões. Provada a incapacidade e o acidente automobilístico surge o dever de indenizar. Com efeito, a fixação do valor da indenização do seguro DPVAT deve obedecer ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso II da Lei n. 6.194/1974. Sobre o assunto a nossa Corte decidiu: "APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ACÓRDÃO ANTERIOR MANTEVE SENTENÇA DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - RECURSO PARADIGMA - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 543-C, § 7º, II, CPC - SEQUELA PERMANENTE - PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE CARACTERIZADA - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - GRAU DE INVALIDEZ - NECESSIDADE - LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO - JUÍZO DE RETRATAÇÃO POSITIVO. Em conformidade com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, proferida no recurso paradigma REsp 1246432/RS, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, 'A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula nº 474/STJ)'. Na ação em que se pretende o recebimento de indenização securitária é necessária a prova pericial médica, para fins de quantificar a extensão da lesão, proporcional ao grau de invalidez, cujo valor será aferido em liquidação de sentença por arbitramento. (TJMT, Ap, 46770/2011, DES.GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 26/03/2014, Data da publicação no DJE 31/03/2014)". "SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEI N. 11.482/07 – INDENIZAÇÃO – PRELIMINAR - CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – GRAU DA INVALIDEZ –ARBITRAMENTO PROPORCIONAL – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não ocorre cerceamento de defesa quando as provas trazidas aos autos são perfeitamente capazes de comprovar a ocorrência do sinistro e o dano causado à apelada, não havendo a necessidade da produção de outras provas para a comprovação da debilidade da vítima. Quando a lesão sofrida pela vítima é parcial, deve ser utilizada a tabela da SUSEP para a quantificação e o devido arbitramento da indenização. (TJMT, Ap, 128657/2013, DES.CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 19/03/2014, Data da publicação no DJE 24/03/2014)". Com as alterações da Lei n. 6.194/1994, como acima mencionado, não é mais permitido a vinculação do valor indenizatório ao salário mínimo. Inclusive, o assunto já foi sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.". Assim, a indenização deve ser paga na forma do inciso II, do artigo 3º, da Lei Federal n. 6.194, de 1974, acrescida da redação da Lei n. 11.482/2007, estabelece que, para as hipóteses de invalidez permanente, como é o caso dos autos, de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) do valor indenizatório. A indenização deve corresponder a 62,5% do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, R$ 8.437,50 (oito mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. Quanto ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação." Relativo à correção monetária, deverá incidir a partir do momento em que o pagamento do benefício passou a ser devido, aplicando-se os índices do INPC, que melhor reflete a desvalorização da moeda. Posto isto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente com resolução de mérito os pedidos da ação proposta por Silvana Teresa Da Silva em face de Itaú Seguros S.A., para condenar esta ao pagamento de R$ 8.437,50 (oito mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, e correção monetária da data do evento danoso. Custas e despesas processuais pela ré. Condeno-a, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do CPC. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Central de Arrecadação. P.I.Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-103 IMISSÃO NA POSSE
Processo Número: 1039701-15.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LIDERA CONSTRUTORA LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VAGNER SOARES SULAS OAB - MT8455-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SARA ALVES MARTINS JACARANDA (RÉU)
LUIZ JACARANDA FILHO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONALDO DE CASTRO FARIAS SANTOS OAB - MT15626-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANA PAULA DA VEIGA CARLOTA MIRANDA

Vistos e etc. Trata-se de embargos de declaração opostos por Luiz Jacaranda Filho e Sara Alves Martins Jacaranda em face da decisão de ID. 26263174. Os embargantes alegam a existência de omissão na decisão embargada, ao fundamento de que não foram apreciados os pedidos de liberação dos móveis constantes nas petições de ID. 25563491 e ID. 23490969. Contrarrazões aos embargos acostadas ao ID. 27213469. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Os embargantes sustentam a existência de omissão na decisão embargada, ao argumento de que não foram analisados os pedidos de ID. 25563491 e ID. 23490969, em que

requerida a liberação de seus móveis, eis que por oportunidade do cumprimento da medida liminar, com a imissão da embargada na posse do imóvel objeto do feito, os móveis se encontravam do imóvel. Em detida análise dos autos, verifico que razão assiste aos embargantes, eis que o aludido pedido não foi apreciado, razão pela qual passo a sua análise. De início, destaco que por oportunidade do cumprimento de decisão que deferiu a liminar, a autora foi reintegrada na posse o imóvel objeto do feito e, com relação aos bens móveis dos réus, restou consignado na certidão do Oficial de Justiça que "o autor forneceu meios ao requerido para promoção da mudança, mediante avença entre ambos" (ID. 19785704). Assim, ainda que sem determinação deste juízo, as partes avençaram acerca da manutenção dos bens móveis pertencentes aos réus. A autora informou nos autos que, diante da inércia dos réus em proceder à retirada de seus bens do imóvel em questão, se viu obrigada a contratar uma empresa de mudança e pagou pelo serviço e pelo armazenamento dos bens (ID. 19933493). Os réus procederam ao depósito judicial no valor correspondente ao indicado pela autora, e requereram a liberação dos bens (ID. 23490969). Intimada, a autora requereu a liberação dos valores depositados em juízo, e defendeu a possibilidade de retenção dos bens como garantia de satisfação da dívida (ID. 19933527). Com efeito, por meio da presente demanda o autor pretende a declaração de rescisão do contrato de compra e venda do imóvel, bem como a reintegração na posse do bem, tendo sido cumprida a medida liminar. Em vista disso, não há que se falar em retenção como forma de garantia do adimplemento da dívida, eis que os réus procederam ao depósito judicial de todo o valor indicado relativo às despesas de armazenamento dos bens. Não obstante, os valores elencados na petição de ID. 19933527 relativos a despesas condominiais, IPTU, energia elétrica, água e honorários contratuais não são objeto destes autos, cujos pedidos se limitam à declaração de rescisão contratual com a consequente reintegração de posse do imóvel. Logo, quanto aos aludidos valores, deve a parte autora buscar a medida cabível a fim de pleitear o recebimento de seu crédito. Com essas considerações e fundamentos, plenamente cabível a devolução dos bens dos réus, bem como a liberação dos valores gastos pela autora com a armazenagem dos mesmos. Posto isto, recebo os presentes embargos e lhes dou provimento, atribuindo efeitos modificativos, para sanar a obscuridade existente na decisão de ID. 23707316 e determinar que a autora disponibilize os bens dos réus, no prazo de 05 (cinco) dias. Autorizo a liberação dos valores depositados em juízo em favor da autora. Expeça-se alvará em favor da autora. Cumpridas as determinações, façam os autos conclusos para a sentença. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Ana Paula da Veiga Carlota Miranda Juíza de Direito

9ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1041866-35.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NEY CAMINHA AZEVEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZABETH GONCALVES ARAUJO OAB - RJ110811 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILSON CAMINHA AZEVEDO (REQUERIDO)

Impulsionamento por certidão Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte autora para comprovar o pagamentos das custas judiciais de distribuição da Carta Precatória, bem como para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 05 dias. Cuiabá - MT, 11/12/2019. Juliene Alini Rocha Silva Bezerra Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020805-55.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON JUNIOR DE MORAES ARRUDA CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ELEANDRO MACHADO DA VEIGA OAB - MT20928/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020805-55.2017.8.11.0041 AUTOR: EDSON JUNIOR DE MORAES ARRUDA CARVALHO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Vistos etc. Inicialmente, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita a parte autora, por atender os requisitos legais (artigo 98, CPC). Preenchidos os requisitos, designo audiência de conciliação para o dia 23/11/2017 às 11h45min, nos termos do artigo 334 do CPC, que será realizada perante a CENTRAL DE CONCILIAÇÃO. Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). CITE-SE e INTIME-SE a parte requerida, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias. Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10). Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se for caso, da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I). Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344). Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT. Gilberto Lopes Bussiki Juiz de Direito

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006888-32.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REGIANE ALVES DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009865-94.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CREIDIANE LIMA DE MORAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MANUELA KRUEGER OAB - MT17902-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1008644-76.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOELBERTON EDUARDO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MANUELA KRUEGER OAB - MT17902-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1043786-44.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO CARISSIMI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1041190-87.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON RODRIGUES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1038589-11.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARISTIDES DIAS DO ROSARIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1030814-42.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO LUCCA DE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001123-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOYCE CALDAS TEIXEIRA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036452-56.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE SANTANA DE ARRUDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002878-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA AMELIA BRANDAO BARROS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYANNE KELLY DOMINGUES OAB - MT23048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000379-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEVERSON PEREIRA SILVA SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCAS DI PIETRO MAIDANA OAB - MT23541/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016852-49.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON BLASIUS DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1039042-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS VINICIUS BARBOSA PINHEIRO FRANCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015971-43.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JHONNY DA COSTA CONCEICAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque

no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007915-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DINEI ANTONIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010038-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELINA MACEDO SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010056-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELITA RIEDEL BEHLING (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011513-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARTUR SOUZA PAULINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011007-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AFONSO NASCIMENTO DE MORAIS NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011557-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO GOERGEN VANIN PIRES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde

intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 14:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014722-86.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WESLEW MARQUES DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO(A))
VINICIUS YULE PARDI OAB - MT23293/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009588-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS WELLINGTON ALVES DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Certidão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010670-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA DA SILVA FRANCA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, que na presente data compareceu perante esta secretaria o Perito Dr. Marcos Benedito Correa Gabriel, CRM 2949, onde intimado, indicou para perícia o dia 20/03/2020 a partir das 12:00 horas, onde serão atendidos por ordem de chegada. Ademais indicou o endereço do consultório como sendo Rua Dom Aquino, nº 355, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT, Hospital Sotrauma, telefone para contato: 3624-9211/99981-8057. Posto isso, intimo as partes para comparecerem a perícia designada ficando o advogado da parte autora responsável em apresentar seu cliente. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos intimando a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais de R$ 1.000,00, no prazo de 10 dias.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 746264 Nr: 43469-10.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HERCILIO MUNIZ DE CARVALHO, ALICE DE BARROS SILVA MUNIZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIO DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GIULIANO ARAKEN SILVA - OAB:5216/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO FERNANDO PAZ ALARCON - OAB:37.007/PR
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: GIULIANO ARAKEN SILVA
Data da Carga: 05/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 822014 Nr: 28199-72.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MÁRCIA CRISTINA COELHO BARBOSA STELATO, DIANA CORRÊA BARBOSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL MARUANÃ, PAIAGUAS PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO GOMES BRESSANE - OAB:8.616/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALE ARFUX JUNIOR - OAB:6.843/MT, PEDRO CORREA FRANCO - OAB:22926/O, TENARESSA APARECIDA DE ARAÚJO DELLA LÍBERA - OAB:7031
Certifico e dou fé que, nesta data, via telefone entrei em contato com o perito JORGE CARDUS BARROS FIGUEIREDO e o mesmo informou que até amanhã estará efetuando a devolução dos autos.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1093452 Nr: 7704-02.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LILIAN FABIANA PEREIRA LEITE
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO LTDA- ME, CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS JURIDICOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALTER CAMELO XAVIER FILHO - OAB:18.971/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DARLA MARTINS VARGAS -

OAB:5300/B, JOÃO MANOEL ANTONIO LONDON DA SILVA - OAB:19544, MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE - OAB:8.942/MT

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: VITOR SCHMIDT FERREIRA

Data da Carga: 10/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1096453 Nr: 9033-49.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ISDCR, TATIANE CRISTINA SABINO DA CRUZ

PARTE(S) REQUERIDA(S): NILO BALBINO DOS REIS, DELCIA DOS SANTOS REIS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BEATRIZ F. NASCIMENTO MARTINS - OAB:20.080-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:

Certifico e dou fé que, nesta data, desentranhei as folhas de nºs 125 à 131, sendo estranhas ao processo

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1173585 Nr: 41548-40.2016.811.0041

AÇÃO: Dissolução Parcial de Sociedade->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FLAVIA RENATA BEPPU

PARTE(S) REQUERIDA(S): KELLEN ARTHUR PREZA NOGUEIRA, WESTON ROBERTO PENHA ROCHA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO HARGESHEIMER CUBITZA - OAB:10742/MT, THIAGO SILVEIRA - OAB:12963/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO BIRAL DE FREITAS - OAB:12.678-A/MT

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: THIAGO SILVEIRA

Data da Carga: 05/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1128999 Nr: 22592-73.2016.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MANOEL BORGES SOBRINHO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JAIME DA CRUZ BORGES ASSUMPÇÃO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO PIERAZZO APARECIDO DA SILVA - OAB:159771

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JAIME DA CRUZ BORGES ASSUMPÇÃO - OAB:11793

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: JAIME DA CRUZ BORGES ASSUMPÇÃO

Data da Carga: 28/08/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1008447 Nr: 26891-30.2015.811.0041

AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: RITA DE CASSIA DA SILVA CAMPOS AYOUB, MICHEL DAUD AYUD SOBRINHO, NEILI BUMLAI AYOUB GRUNWALD, GERALDO XAVIER GRUNWALD

PARTE(S) REQUERIDA(S): PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, MIDAS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, JOSIMAR VITOR PEREIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GABRIELA DE SOUZA CORREIA - OAB:OAB/MT 10.031, GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4.032/MT, NAIARA FABIANA XAVIER DA SILVA MELO - OAB:19.677

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LASTHENIA DE FREITAS VARÃO - OAB:4.695/MT, MARCELO ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA - OAB:14039/MT, USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - OAB:OAB/MT 3.150-A

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: GABRIELA DE SOUZA CORREIA

Data da Carga: 05/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 827126 Nr: 33014-15.2013.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CONDOMINIO BREEZE HOUSING

PARTE(S) REQUERIDA(S): CONSTRUTORA IMPAR LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDIO HEDNEY DA ROCHA - OAB:6066, GISELDA NATÁLIA DE SOUZA WINCK - OAB:6069/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA - OAB:9.779/MT, ELARMIN MIRANDA - OAB:1895/MT, HENRIQUE REZENDE IUNES DE SOUSA - OAB:12.867/MT

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: CLAUDIO HEDNEY DA ROCHA

Data da Carga: 04/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 815205 Nr: 21659-08.2013.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MUNDIAL CONSTRUTORA LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): FIAT AUTOMOVEIS S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ODAIR A. BUSÍQUIA - OAB:11.564-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADELMO DA SILVA

EMERENCIANO - OAB:91916/SP, ROBER CESAR DA SILVA - OAB:4.784-B/MT

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: CRISTIANY GUIRRA CORTE

Data da Carga: 26/11/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1088978 Nr: 5691-30.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ÉRICA SANTANA SOUZA NASCIMENTO DIAS, MCND

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO CUIABANO DE EDUCAÇÃO - ICE

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DALILA COELHO DA SILVA - OAB:6.106/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA CARLA BRIZOLA - OAB:23419/O, DANIELE IZAURA S. CAVALLARI REZENDE - OAB:OAB/MT 6.057, JACKSON NICOLA MAIOLINO - OAB:OAB/MT 17.147

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: DALILA COELHO DA SILVA

Data da Carga: 03/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1035765 Nr: 39482-24.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FERNANDO PARDI, VERA MARILZA SANT' ANA PARDI

PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVALDO CORSI JUNIOR - OAB:17.676/MT, JOELI MARIANE CASTELLI - OAB:16746/O, VINICIUS YULE PARDI - OAB:23293/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA PAULA SIGARINI GARCIA - OAB:5883-E, FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO - OAB:7.627-A MT

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: JOELI MARIANE CASTELLI

Data da Carga: 03/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1249175 Nr: 20875-89.2017.811.0041

AÇÃO: Cumprimento Provisório de Sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOSÉ CORBELINO BOJIKIAN

PARTE(S) REQUERIDA(S): MULTICABO TELEVISÃO LTDA, DAVIVO TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE LUIZ DE AGUIAR BOJIKIAN - OAB:4605/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado:

Data da Carga: 04/09/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1259573 Nr: 24248-31.2017.811.0041

AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CATARINA BIANCARDINI JORGE

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANEL AUTOMOVEIS NENA LTDA, ALBERTO DE ARRUDA DUARTE, PEDRO MÁRIO FAVA BIANCARDINI, MOACYR VANNI CALMON

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIEL TORRES TABORDA - OAB:23.214/MT, MARCELO BERTOLDO BARCHET - OAB:5665/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GILBERTO RONDON BORGES - OAB:16.606

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: GILBERTO RONDON BORGES

Data da Carga: 02/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 786688 Nr: 40596-03.2012.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BIGOLIN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): SANTANDER FINANCEIRA AYMORÉ FINANCIAMENTOS S.A, OCIDENTE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ ARLINDO DO CARMO - OAB:3.722/MT, LUCIANA REZEGUE DO CARMO - OAB:9.609/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRE AZAMBUJA DA ROCHA - OAB:24137, DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A, EDUARDO AUGUSTO VIEIRA FERRACINI - OAB:33777

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: LUCIANA REZEGUE DO CARMO

Data da Carga: 02/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 727888 Nr: 23787-69.2011.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de

Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FABIANE PACHECO DE MELLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA SÃO BENEDITO LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBSON RONDON OURIVES - OAB:4.998/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DJALMA RIBEIRO ROMEIRO - OAB:7.162/MT
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: PEDRO PAULO NOGUEIRA NICOLINO
Data da Carga: 11/11/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1018279 Nr: 31061-45.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO LTDA- ME, MARCUS VINICIUS CREPALDI
PARTE(S) REQUERIDA(S): LILIAN FABIANA PEREIRA LEITE, JULIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA KOLLING
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DARLA EBERT VARGAS - OAB:OAB/MT20.,010-A, JOÃO MANOEL ANTONIO LONDON DA SILVA - OAB:19544
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GAIA DE SOUZA ARAÚJO MENEZES - OAB:20237/MT, JAQUELINE PROENÇA LARRÉA MEES - OAB:13.356/MT
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: VITOR SCHMIDT FERREIRA
Data da Carga: 10/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 963773 Nr: 6445-06.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RENATO FERREIRA OTANO PEIXOTO, SILENE ALVES GOMES
PARTE(S) REQUERIDA(S): TAILAN AMARAL COSTA, APARECIDA DE JESUS AMARAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELISANDRO NUNES BUENO - OAB:10833/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: ELISANDRO NUNES BUENO
Data da Carga: 25/04/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1046013 Nr: 44363-44.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RV EMPRESA DE COBRANÇA LTDA - ME, LUIZA RIOS RICCI VOLPATO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEXANDRE NESTOR COENGA RONDON
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANANDA SOUZA DUARTE - OAB:19.620, MELISSA FRANÇA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAIS - OAB:13.582/MT, WAGNER V. DE MORAES - OAB:15.244
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VIVIANA KARINE DELBEN FERREIRA DE LIMA - OAB:11247
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: MELISSA FRANÇA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAES
Data da Carga: 03/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1081240 Nr: 2146-49.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DRAYTON COSTA DO NASCIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO PREVIDÊNCIA E SEGUROS S/A, MAPFRE VIDA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FRANCIELLI SANCHES - OAB:15.140 OAB/MS, GUILHERME F. BRITO - OAB:OAB/MS 9982
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACÓ CARLOS DA SILVA COELHO - OAB:OAB/MT 15.013-A, RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: DANIELA CRISTINA VAZ PATINI
Data da Carga: 02/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1265732 Nr: 26275-84.2017.811.0041
AÇÃO: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica->Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PREFORMAX INDÚSTRIA PLÁSTICO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGROBAND INDUSTRIA E COMERCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, GERALDA ASSIS PEREIRA DE PAULA, INES SBIZERA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GABRIEL AUGUSTO SOUZA MELLO - OAB:21393/O, LUCAS HENRIQUE MULLER PIROVANI - OAB:19460/MT, WILLIAM KHALIL - OAB:OAB/MT 6.487
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde

09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: ROBSON WESLEY NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Data da Carga: 01/11/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1233950 Nr: 16218-07.2017.811.0041
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONEL CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CLAUDECIR DA COSTA QUEIROZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): S M GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JUSSIANNEY VIEIRA VASCONCELOS - OAB:11.287/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO ANIS FAIAD - OAB:70210, TANIA REGINA IGNOTTI FAIAD - OAB:7175, ULISSES RABANEDA DOS SANTOS - OAB:24936
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: JUSSIANNEY VIEIRA VASCONCELOS
Data da Carga: 04/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 340633 Nr: 32910-96.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MORISVALDO SANTOS ALMEIDA, JACINTA DA CONCEIÇÃO DA SILVA E SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FABIO LEMOS MARTINS, JAIME OSVAIR COATI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDVALDO JOSÉ DOS SANTOS - OAB:12.175
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRO TARCÍSIO ALMEIDA DA SILVA - OAB:4677/MT, CARLOS ROBERTO DE CUNTO MONTENEGRO - OAB:11.903-A/MT, FÁBIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA - OAB:6.848/MT
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: JOÃO ALVARO FURTADO MENDONÇA DALTRO DE MELO
Data da Carga: 06/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 373400 Nr: 9871-36.2009.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TELEVISÃO CENTRO AMÉRICA LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPER REAL COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA, ALMIR ALCÂNTRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO FERNANDO MANCINI - OAB:1.581-MT, ELAINE FERREIRA SANTOS MANCINI - OAB:2915/MT, JULLIANNY KELLY SOUSA SANTOS - OAB:25955/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: JULLIANNY KELLY SOUSA SANTOS
Data da Carga: 25/11/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 381231 Nr: 16762-73.2009.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE IEMAT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MICHELLE SCOPEL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO AMBROSIO CINTRA - OAB:8934/MT, PEDRO PAULO PEIXOTO S. JUNIOR - OAB:MT/12007
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: PEDRO PAULO PEIXOTO DA SILVA JUNIOR
Data da Carga: 10/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 205296 Nr: 18745-49.2005.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANGELO MAZZORANA, PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - BR
PARTE(S) REQUERIDA(S): REGINALDO FERREIRA DA SILVA, CLÓVIS ZEVE COIMBRA, EDGAR CARLOS GIROTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARTI MATOS CARRIJO FRAGA - OAB:4574/MT, JULIAN DAVIS DE SANTA ROSA - OAB:6998/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOE ORTIZ ARANTES - OAB:, JOE ORTIZ ARANTES - OAB:1166-A, MARCELO BARBOSA TEIXEIRA DE MAGALHÃES - OAB:6.882/MT
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: MARCELA ASSIS PAIVA SERRA
Data da Carga: 02/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 231859 Nr: 1353-62.2006.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RÚBIA APARECIDA DA COSTA, MAURO LOPES DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANA BEATRIZ DE FIGUEIREDO, CLÍNICA FEMINA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, REAL SEGUROS S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO PRADO FALEIROS - OAB:9.253/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANO MAIKEL SANTOS

PEREIRA - OAB:19.706/MT, ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA - OAB:OAB/MT-6.551-A, ENY BITTENCOURT - OAB:29.442/BA, FERNANDA GUSMÃO PINHEIRO - OAB:13394-MT, LÍVIA COMAR DA SILVA - OAB:7.650-B/MT, PEDRO OVELAR - OAB:6.270/MT

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: MAURICIO FERREIRA DE CAMPOS GONÇALVES DE PAULA

Data da Carga: 06/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 247687 Nr: 15205-56.2006.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): MIDAS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, JOSIMAR VITOR PEREIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JANAINA ACÁCIA RODRIGUES MORAES - OAB:8.910/MT, JULIAN DAVIS DE SANTA ROSA - OAB:6998, OSMAR DA SILVA MONTEIRO JUNIOR - OAB:7.670/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: GABRIELA DE SOUZA CORREIA

Data da Carga: 05/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 56775 Nr: 1758-40.2002.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, ALENCAR FARINA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ATAIR LEITE DE CAMPOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DARLAN ADIB FARES - OAB:9265/MT, JOAQUIM FELIPE SPADONI - OAB:6.197/MT, MARGARETE BLANCK MIGUEL SPADONI - OAB:8.058/MT, RONI MURCELLI SILVA - OAB:8647/MT, Vinícius Rodrigues Travain - OAB:8.750/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: VITOR SCHMIDT FERREIRA

Data da Carga: 25/11/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 776967 Nr: 30302-86.2012.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FELIPE MORIM DIAS

PARTE(S) REQUERIDA(S): SEBASTIÃO DE SIQUEIRA PINTO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILA DADONA BATISTA - OAB:23272, JOSE BATISTA FILHO - OAB:13.696-A, VINICIUS MAURÍCIO ALMEIDA - OAB:10.445/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO FALCÃO FERREIRA - OAB:11.242

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: UBIRAJARA DE SIQUEIRA FILHO

Data da Carga: 05/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 791465 Nr: 45542-18.2012.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CONDOMINIO EDIFICIO TORRES DO PARQUE

PARTE(S) REQUERIDA(S): ELEVADORES OTIS LTDA.

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCUS ANTONIO DE SOUZA BRITO - OAB:14941/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HERMANO DE VILLEMOR AMARAL - OAB:109.098-A/SP, JACKELINE FRANCO MORAES - OAB:19816/MT, JUAN MIGUEL CASTILLO JUNIOR - OAB:234.670-SP

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: RICARDO RODRIGO CORREA DA SILVA

Data da Carga: 29/11/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 806244 Nr: 12718-69.2013.811.0041

AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ABADIA APARECIDA DA CRUZ

PARTE(S) REQUERIDA(S): SILVESTRE PINTO, BENTA DE OLIVEIRA PINTO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CYBTIA KATHEUSCIA DA CRUZ E SILVA - OAB:8649, CYNTIA KATHEUCIA DA CRUZ E SILVA CARVALHO - OAB:8649

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: CYNTIA KATHEUSCIA DA CRUZ E SILVA

Data da Carga: 05/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 710276 Nr: 3222-84.2011.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: PREFORMAX INDÚSTRIA PLÁSTICA S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): AGROBAND INDUSTRIA E COMERCIO

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BENEDITO XAVIER DE SOUZA CORBELINO JUNIOR - OAB:13.591/MT, WILLIAM KHALIL - OAB:6.487/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: ROBSON WESLEY NASCIMENTO DE OLIVEIRA

Data da Carga: 01/11/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 717711 Nr: 11613-28.2011.811.0041

AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BALBINO & MAMPRIM LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELLE IZAURA DA SILVA CAVALLARI REZENDE - OAB:6.057/MT, JACKSON NICOLA MAIOLINO - OAB:OAB/MT 17.147

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: JACKSON NICOLA MAIOLINO

Data da Carga: 26/11/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 734272 Nr: 30558-63.2011.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MACHADO & VIEIRA ADVOGADOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BMG S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLÁVIO GILL FERREIRA MACHADO - OAB:10725, JOSE VIEIRA JUNIOR - OAB:3696

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - OAB:56.526/MG, MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - OAB:56526/MG, RICARDO LOPES GODOY - OAB:14422-A/MS

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: JOSÉ VIEIRA JUNIOR

Data da Carga: 06/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 740785 Nr: 37533-04.2011.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EDUARDO RABELO DE MIRANDA, PODIM RENT A CAR

PARTE(S) REQUERIDA(S): LOCABEM LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ STUMPF JACOB GONÇALVES - OAB:5.362/MT, GLEICE HELLEN COSTA LEITE DE BRITO - OAB:9.475/MT, NILSON PORTELA FERREIRA - OAB:12925/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRÉ STUMPF JACOB GONÇALVES - OAB:5.362/MT

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: NILSON PORTELA FERREIRA

Data da Carga: 25/11/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 741579 Nr: 38397-42.2011.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: S M GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA - ME

PARTE(S) REQUERIDA(S): CONEL CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLA MITIKO HONDA DA FONSECA - OAB:7.111/MT, FRANCISCO ANIS FAIAD - OAB:3.520/MT, MURILO MATEUS MORAES LOPES - OAB:12.636/MT, TANIA REGINA IGNOTTI FAIAD - OAB:5.931/MT, ULISSES RABANEDA DOS SANTOS - OAB:8.948/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE DA COSTA QUEIROZ - OAB:15.402/MT

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: JUSSIANNEY VIEIRA VASCONCELOS

Data da Carga: 04/12/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 743946 Nr: 40957-54.2011.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LIBER ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): JORGE MARTINS DA SILVA, ADRIANA DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIANA PATRÍCIA OLIVEIRA FERREIRA - OAB:26.258, MARIANA R. SERAFIM S. V. BARROS - OAB:9.383/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DE COMODORO-MT - OAB:, NIVALDO OLIVEIRA DA CRUZ - OAB:10.572/MT

Intimação para Devolução de Autos:

Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.

Carga ao advogado: MARIANA PATRÍCIA OLIVEIRA

Data da Carga: 27/11/2019

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 746095 Nr: 43278-62.2011.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EVELINI MARY ARRUDA JAUDY DE ARAUJO CARDOSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GOLD BLACK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARILEI CARDOSO - OAB:12.904, ROSELI CARDOSO - OAB:25045
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMARO DE OLIVEIRA FALCAO - OAB:14522/MT, CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO - OAB:15.103-A
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: ROSELI CARDOSO
Data da Carga: 26/11/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 890393 Nr: 23493-12.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTO DO SOL, NAIR RIBEIRO DA SILVA BRAGA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRIMUS INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANABELL CORBELINO SIQUEIRA - OAB:13.544/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GILBERTO RONDON BORGES - OAB:16.606
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: GILBERTO RONDON BORGES
Data da Carga: 02/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 890394 Nr: 23494-94.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTO DO SOL, NAIR RIBEIRO DA SILVA BRAGA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRIMUS INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANABELL CORBELINO SIQUEIRA - OAB:13.544/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULIANA RIBEIRO TELES XAVIER - OAB:238.120/SP, OSWALDO PEREIRA CARDOSO FILHO - OAB:5.705/MT
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: GILBERTO RONDON BORGES
Data da Carga: 02/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 890395 Nr: 23495-79.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTO DO SOL, NAIR RIBEIRO DA SILVA BRAGA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRIMUS INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANABELL CORBELINO SIQUEIRA - OAB:13.544/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GILBERTO RONDON BORGES - OAB:16.606
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: GILBERTO RONDON BORGES
Data da Carga: 02/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 909347 Nr: 36389-87.2014.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NEUSA APARECIDA MAZIERO PINHEIRO, CID IMOVEIS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROSANGELA DE ANDRADE KELM, MAURO ROALDO DE ANDRADE KELM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDREA PINTO BIANCARDINI - OAB:5.009/MT, OTACÍLIO PERON - OAB:3.684-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: OTACILIO PERON
Data da Carga: 05/12/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 921810 Nr: 44460-78.2014.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARROSSENSAL AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): SERGIO ALVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARILTON PROCÓPIO CASAL BATISTA - OAB:5.604/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: MARILTON PROCÓPIO CASAL BATISTA
Data da Carga: 04/11/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 942189 Nr: 55875-58.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SARA CRISTINA DE MAGALHÃES
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARILENE FERREIRA TELLES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MADALENA TEIXEIRA - OAB:13018
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROBSON SANTOS DA SILVA - OAB:14.863/MT
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: MADALENA TEIXEIRA
Data da Carga: 31/10/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 130369 Nr: 16722-04.2003.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ERGO MOBILI INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESCOLA DO FARINA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JONATHAN ZAGO APPI - OAB:69868, KATHLEEN ZAGO APPI - OAB:28396/SC
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KADMO MARTINS FERREIRA LIMA - OAB:7.039-B
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: FELIPE VELASQUEZ AMARAL
Data da Carga: 22/11/2019

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 400429 Nr: 33144-44.2009.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TELEVISÃO CENTRO AMÉRICA LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): REI DOS MÓVEIS COLCHÕES E ELETRODOMÉSTICOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA BISPO BODNAR - OAB:9.214, ANTONIO FERNANDO MANCINI - OAB:1.581-MT, ELAINE FERREIRA SANTOS MANCINI - OAB:2915/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELA OLIVEIRA CAVALCANTE DE ÁVILA - OAB:13.099/MT, RODRIGO GERALDO RIBEIRO DE ARAUJO - OAB:9098/MT
Intimação para Devolução de Autos:
Considerando a portaria conjunta n.º 1511 Pres-CGJ, do dia 03/12/2019, que determinou a virtualização dos processos físicos, impulsiono os autos intimando para que o advogado nominado devolva os autos abaixo elencados a esta Secretaria, no prazo de 03 (três) dias para possibilitar a digitalização dos autos. Noticio que os prazos estão suspensos desde 09/12/2019 em decorrência desta digitalização. Caso o prazo de devolução dos autos esteja extrapolado, o advogado estará sujeito as penalidades legais cabíveis se não devolver.
Carga ao advogado: JULLIANNY KELLY SOUSA SANTOS
Data da Carga: 25/11/2019

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 743280 Nr: 40234-35.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GISANE SOUZA MOREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AVON INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDISON RODRIGUES - OAB:9901/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO GUILHERME MONTEIRO PETRONI - OAB:139854, LEONARDO SULZER PARADA - OAB:11846-B/MT, RODRIGO NUNES - OAB:144.766/OAB-SP, TIAGO AUED - OAB:9873-B/MT
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) EMILIA APARECIDA DE ASSUNÇAO SILVA, para devolução dos autos nº 40234-35.2011.811.0041, Protocolo 743280, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058608-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LURDES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE GONCALVES MELADO OAB - MT8075-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEUSA DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1058608-04.2019.8.11.0041. REQUERENTE: LURDES DOS SANTOS REQUERIDO: CLEUSA DOS SANTOS Vistos etc. Trata-se de Ação de Interdição com Pedido de Curatela Provisória em Tutela de Urgência, ajuizado por LURDES DOS SANTOS em face de CLEUSA DOS SANTOS, visando a interdição de sua genitora que é portadora de deficiência mental e intelectual. Sem mais delongas, no caso em tela o pedido envolve relação patrimonial e existencial relacionada à família, de modo que a competência para seu processamento é exclusiva de uma das Varas de Família desta Comarca. Nesses casos, a competência para processar e julgar é inerente as Vara Especializada de Família. Feitas essas considerações, conheço a incompetência deste juízo e DECLINO, ex officio, a competência jurisdicional para conhecer, processar e julgar a presente ação, em favor de uma das Varas Especializada em Direito de Família desta Comarca, para onde determino a remessa deste feito. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058853-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO GUILHERME CERQUEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA GONCALVES DA SILVA OLIVEIRA OAB - MT12954-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO LUCIO SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT16751-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1058853-15.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ANTONIO GUILHERME CERQUEIRA RÉU: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto. Inicialmente, DEFIRO os benefícios de assistência judiciaria gratuita a parte autora, por atender os requisitos legais (artigo 98, CPC). Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais em Razão de Ato Ilícito c/c Pedido de Tutela de Urgência proposta

por ANTONIO GUILHERME CERQUEIRA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, afirmando que é usuário dos serviços prestados pela ré no imóvel onde consta instalado a UC 6/2646922-1, alega ainda que as faturas dos meses de agosto/2019 (205 KWH), setembro/2019 (217 KWH), outubro/2019 (115 KWH) e novembro/2019 (125 KWH) estão destoando do seu consumo médio. Narra ainda, que não é a primeira vez que recebe faturas com valores abusivos, e que procurou o PROCON anteriormente para revisão das faturas dos meses de abril/2019 e junho/2019, que foram revisadas e o valor reduzido, contudo, acerca das faturas dos meses de agosto/2019 e setembro/2019, mesmo sendo contestadas não impediram a requerida de efetuar a suspensão do fornecimento de energia elétrica que pendurou do dia 18/10/2019 a 23/10/2019. Diante do exposto, requer a concessão da tutela de urgência para que seja determinado a ré que se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica no imóvel (UC 6/2646922-1), bem como, não inclua o nome do requerente nos cadastros de proteção ao crédito ou se assim já tiver inserido proceda com a exclusão imediatamente, sob pena de multa. Imprescindível destacar que a concessão da tutela de urgência, seja cautelar ou antecipada, exige os seguintes pressupostos: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do artigo 300, do Novo Código de Processo Civil. Ressalte-se que esses pressupostos são cumulativos, sendo que a ausência de um deles inviabiliza a pretensão da parte autora. A Probabilidade do Direito refere-se ao juízo de aparência quanto à questão fática narrada e a sua adequação ao direito pretendido. Sobre esse requisito, Thereza Arruda Alvim leciona que: "Diante das provas já produzidas, o magistrado, no mais das vezes baseado em um juízo de cognição meramente sumário, posiciona-se entre a dúvida e a certeza, mas se sente mais próximo desta. De se ressaltar que a análise não é só dos fatos, pois é também essencial que estes possam conduzir às consequências jurídicas que o autor almeja".[1] Na hipótese, percebe-se a em sede de cognição sumária a probabilidade do direito, como se verifica nos documentos juntados pelo autor, sendo estes o extrato de histórico de consumo do ano de 2019 (ID: 27202342), as faturas contestadas (ID: 27202347, 27202348, 2720349, 27202350) e os históricos de solicitações (ID: 27202351). Além do mais, verifico que se sustenta em alegação da requerente, de que a aferição do seu consumo constante nas referidas faturas, estão destoando de sua média mensal. Bem como, está evidente a relação jurídica de consumo, o que recomenda flexibilização da exigência probatória, estabelecido que não teria a reclamante como provar fato negativo. Por outro lado, é notória a urgência do pedido, vez que o corte no fornecimento de energia elétrica acarreta excessivos prejuízos, já que se trata de serviço essencial. Deste modo, o perigo da demora está evidenciado. Para maior clareza, recorro, mais uma vez, a precisa lição da jurista acima mencionada, confira-se: "O fundado receio de dano, por sua vez, é requisito que se relaciona com o elemento tempo. O receio de dano nasce quando exista a possibilidade de deterioração ou perdimento do direito, que poderá ser prejudicado em decorrência do retardamento da prestação jurisdicional. Em uma definição mais precisa, seria a potencialidade de lesão (ou perigo de lesão) ao direito (material ou processual) frente à demora. Tal situação justifica a necessidade de pronta intervenção jurisdicional, seja adiantando o próprio provimento, seja protegendo o futuro resultado útil da demanda".[2] Confira-se: "RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c/c DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA – DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA QUE A RÉ SE ABSTENHA DE EFETUAR A SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS E DE NEGATIVAR O NOME DA AUTORA – COBRANÇA DE FATURAS EXTRAS E PRETÉRITAS – DISCUSSÃO JUDICIAL - REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC DEMONSTRADOS – DECISÃO REFORMADA - AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. O pedido de tutela de urgência será deferido quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. A pretensão autoral consiste em declarar a nulidade da cobrança extras de valores referentes a supostas diferenças de consumo que não são devidas e por débitos pretéritos (outubro de 2017 a março de 2018). Com efeito, em que pese a possibilidade de suspensão dos serviços de energia elétrica nos casos de inadimplemento, predomina o entendimento de que a concessionária não pode interromper a prestação do serviço por dívida relativa a consumo controvertido, objeto de discussão em juízo, e nem manter o nome da agravante nos cadastros de proteção ao crédito". (TJMT – AI 1007798-85.2018.8.11.0000, Segunda Câmara de Direito Privado, Julgado em 03/10/2018, Publicado no DJE 15/10/2018). Negritei. Registre-se ainda que o deferimento da liminar não acarretará prejuízos à ré, tendo em vista que inexiste o perigo de irreversibilidade da medida (art. 300, § 3º, NCPC), aliado ao fato de que a concessão da antecipação de tutela não desonera a parte autora do pagamento das contas futuras, nem impede a revogação da liminar à luz de novos elementos. Diante do exposto, com amparo no art. 300, do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO a medida pleiteada, para determinar a ré que SE ABSTENHA de suspender o fornecimento dos serviços no imóvel da parte autora (UC 6/2646922-1), bem como, NÃO INCLUA o nome da requerente nos órgãos de proteção de crédito SPC/SERASA, em razão das faturas referentes aos meses de agosto/2019, setembro/2019, outubro/2019 e novembro/2019, sob pena de multa. Ademais fica condicionada a medida ao depósito judicial dos valores das faturas referente ao mês de novembro/2019, no valor que reputa ser devido. Designo o dia 14/04/2020 às 12h30min, para audiência de conciliação, que será realizada na Central da Conciliação desta Capital, na sala 04. Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Cite-se e intime-se a parte ré para comparecer, alertando-a de que se não houver autocomposição ou qualquer parte não comparecer, o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias (art. 335, CPC), e terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (art. 335, I, CPC). Se não ofertar contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, CPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (art. 334, § 8º, CPC). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10, CPC). Cumpra-se. Cuiabá. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058278-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALICE FERNANDA DA SILVA (AUTOR(A))
WILLIAN DA SILVA MACHADO (AUTOR(A))
J. V. D. S. M. (AUTOR(A))
ALIF FERNANDO DA SILVA BOTELHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE CRISTINA BARBATO DA SILVA OAB - MT9504-O (ADVOGADO(A))
DINARTE SILVEIRA NEGRAO JUNIOR OAB - MT14750-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1058278-07.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ALICE FERNANDA DA SILVA, JOAO VICTOR DA SILVA MACHADO, WILLIAN DA SILVA MACHADO, ALIF FERNANDO DA SILVA BOTELHO RÉU: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Trata-se da Ação de Reparação de Danos Materiais e Morais com Pedido de Tutela de Urgência para Fixação de Alimentos, proposta por ALICE FERNANDA DA SILVA, J. V. DA S. M. (menor impúbere), WILLIAN DA SILVA MACHADO e ALIF FERNANDO DA SILVA BOTELHO, em virtude de um acidente elétrico do qual resultou a morte do Sr. Renato Feliciano Machado, esposo e pai dos autores. Narra a parte autora que em razão da falta de energia elétrica no sítio da família, foi solicitado a religação junto a requerida, a qual encaminhou no dia 27/10/2019 dois prepostos, munidos de equipamento de proteção de segurança. Segue relatando que, em dado momento, um dos funcionários da demandada pediu ao Sr. Renato Feliciano Machado que "desenganchasse" o fio, o qual questionou na frente de todos os presentes - se não haveria risco de ele atender a solicitação, tendo em vista que não estava munido de nenhum equipamento de proteção, tendo obtido como resposta que não teria nenhum perigo, porque não estava havendo transporte de energia no local. Aduz que o Sr. Renato Feliciano Machado tocou no cabo e imediatamente sofreu uma descarga elétrica que culminou com sua morte, pelo que pugnam em sede de antecipação de tutela, seja fixada pensão mensal para fins de auxilio e manutenção no sustento da família durante a tramitação da ação. Imprescindível destacar que a concessão da tutela de

urgência, seja cautelar ou antecipada, exige os seguintes pressupostos: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do artigo 300, do Novo Código de Processo Civil. Ressalte-se que esses pressupostos são cumulativos, sendo que a ausência de um deles inviabiliza a pretensão da parte autora. A Probabilidade do Direito refere-se ao juízo de aparência quanto à questão fática narrada e a sua adequação ao direito pretendido. Sobre esse requisito, Thereza Arruda Alvim leciona que: "Diante das provas já produzidas, o magistrado, no mais das vezes baseado em um juízo de cognição meramente sumário, posiciona-se entre a dúvida e a certeza, mas se sente mais próximo desta. De se ressaltar que a análise não é só dos fatos, pois é também essencial que estes possam conduzir às consequências jurídicas que o autor almeja".[1] A despeito da plausibilidade das alegações tecidas pela parte autora, não se pode verificar, num juízo de cognição sumária, a probabilidade do direito, vez que, apesar de não restar dúvidas acerca que o óbito do Sr. Renato Feliciano Machado se deu por asfixia mecânica em decorrência de eletroplessão (id. 27056261), a culpa da ré depende de dilação probatória, pelo que ausente os requisitos do art. 300, do Novo Código de Processo Civil, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência formulada pelos autores. Designo o dia 14/04/2020, às 11h00min para audiência de conciliação, a ser realizada na Central da Conciliação desta Capital. Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). Cite-se e intime-se a parte ré para comparecer, alertando-a de que se não houver autocomposição ou qualquer parte não comparecer, o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias (art. 335, NCPC), e terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (art. 335, I, NCPC). Se não ofertar contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, NCPC). Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (art. 334, § 8º, NCPC). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10, NCPC). Concedo os benefícios da Justiça Gratuita à parte autora, nos termos da Lei n. 1.060/50, bem como nos dos artigos 98 e 99, §3º, ambos do CPC, e para maior agilidade processual, consigne que a parte poderá fornecer ao Oficial de Justiça os meios necessários para o cumprimento das diligências. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito em Substituição Legal [1] Arruda Alvim, Thereza. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro – Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos / coordenação Thereza Arruda Alvim [et. al.]. – Rio de Janeiro: Forense, 2015. Pag.131.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052352-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO ALEXANDRINO DE LACERDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TABAJARA AGUILAR PRAEIRO ALVES OAB - MT0018960A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1052352-45.2019.8.11.0041. AUTOR(A): PEDRO ALEXANDRINO DE LACERDA RÉU: AGEMED SAUDE S/A Vistos etc. Inicialmente, insta salientar que a parte autora juntou aos autos o comprovante de pagamento das custas processuais conforme petição ID: 26462026, assim, RECEBO o presente feito pelo procedimento comum. Trata-se de Ação Cominatória de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela de Urgência proposta por PEDRO ALEXANDRINO DE LACERDA em face de AGEMED SAUDE S/A, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando que é beneficiário do plano de saúde mediante contrato de prestação de serviço de assistência médica hospitalar de n° 6103510060989373 FREE TOTAL 600 STAN (C.A.) e que foi acometido a redução de amplitude dos meatos nasais inferiores por hipertrofia dos cornetos (GRAU III). Narra ainda, mesmo adimplente com o pagamento de suas mensalidades, encontrou dificuldades para realização dos exames médicos pré cirúrgicos, pelo que pugna, em sede de antecipação, seja determinado à requerida a imediata cobertura dos procedimentos realizados no requerente, bem como dê continuidade no tratamento cirúrgico imprescindível para a melhora da sua saúde. Sobre o instituto da tutela antecipada, o art. 300 do CPC prescreve os requisitos para obtenção da tutela antecipada, vejamos: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Acerca do tema, Fredie Didier Jr., Paula S. Braga e Rafael A. de Oliveira, leciona em Curso de Direito Processual Civil - Vol. 2, in verbis: "A tutela provisória de urgência pode ser cautelar ou satisfativa (antecipada). Em ambos os caso, a sua concessão pressupõe, genericamente, a demonstração da probabilidade do direito (tradicionalmente conhecida como "fumus boni iuris") e, junto a isso, a demonstração do perigo de dano ou de ilícito, ou ainda do comprometimento da utilidade do resultado final que a demora do processo representa (tradicionalmente conhecido como "periculum in mora") (art.300, CPC)". Antes, porém, de analisar a presença dos requisitos autorizadores da concessão da medida antecipatória, forçoso reconhecer que há entre as partes litigantes relação de consumo proveniente de um contrato válido - ainda que firmado tacitamente, que estabelece as regras regentes da relação. Neste ponto, vale destacar o art. 4º do CDC que trata das diretrizes das relações de consumo, onde: "Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo". Destaquei. Assim, cabe ao magistrado sopesar a relação jurídica que se apresenta a fim de adequadamente proteger o bem jurídico de maior vulnerabilidade e perigo de irreversibilidade ao status quo ante. Além disso, a clareza de informações quanto ao bem ou serviço fornecido é uma das máximas atinentes à boa relação entre as partes Nesse contexto, para deferimento da antecipação de tutela é necessária à existência da probabilidade do direito, bem como a demonstração de fundado receio de dano ou risco ao resultado do processo. No caso, o autor está acometido de redução da amplitude dos meatos nasais inferiores por hipertrofia dos cornetos (grau III) e o mesmo postula pela concessão de tutela de urgência de natureza antecipada, a fim de que seja determinado à requerida, a imediata COBERTURA dos procedimentos realizados pela Requerente no Hospital OTORRINO que se encontra examinado, bem como todos os demais procedimento que forem prescritos para o tratamento da enfermidade. Com efeito, em que pese se verifique no caso concreto a probabilidade do direito vindicado, não se evidencia o perigo de dano imediato, isso é, com brusca alteração do estado de saúde do autor, caso a cirurgia/procedimento seja realizado após o contraditório e a devida instrução processual - e, portanto, não se vislumbra a premência necessária para justificar a antecipação de tutela do procedimento de forma liminar. Como se denota, não ficou demonstrado nos autos os eventuais riscos a que o paciente estaria sujeito na hipótese da não realização do procedimento de imediato, não referindo qualquer urgência em sua execução. Neste sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. TUTELA DE URGÊNCIA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 300 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. 1. Em que pese haja prescrição de cirurgia reparadora de prótese-dispositivo metálico colo diafisário, o atestado médico acostado aos autos não demonstra a urgência na realização do procedimento. 2. Considerando que se está em sede de antecipação de tutela a exigir o fumus boni iuri e a verossimilhança da pretensão - inexistentes no caso -, a manutenção da decisão denegatória do pedido liminar é medida que se impõe. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70071291041, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Uhlein, Julgado em 01/02/2017) AGRAVO DE INSTRUMENTO. IPERGS. DECISÃO QUE INDEFERIU, EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA SOB COBERTURA DO IPE-SAÚDE. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE DEMONSTREM A URGÊNCIA NO PROCEDIMENTO. Não obstante a indicação médica para a realização da cirurgia, o que demonstra o fumus boni iuris necessário ao eventual deferimento da pretensão esposada no presente agravo, fato é que as circunstâncias fáticas verificadas, em especial a ampla dilação probatória já realizada nos autos que atesta a ausência de urgência no procedimento, afastam as alegações de periculum in mora, não havendo, ao menos em estreita análise permitida no caso concreto, os requisitos que ensejariam o deferimento da medida

liminar conforme pretendido. RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Agravo de Instrumento Nº 71006192892, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Deborah Coleto Assumpção de Moraes, Julgado em 25/11/2016) Ao revés, o deferimento do pedido nessa etapa processual acarreta no próprio esgotamento do mérito da ação, encontrando óbice, ainda, no §3º do art. 300 do CPC/15 - qual seja, o perigo de irreversibilidade do provimento antecipado. Reitero que não se desconhece a necessidade do tratamento, e tampouco situação de que padece o autor; menos ainda, não se trata de se afastar a validade do laudo do médico. Quanto ao pedido de inversão ao ônus da prova, tem-se que a relação de consumo, tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, cuja sistemática prevê que o juiz pode inverter o ônus da prova quando "for verossímil a alegação" ou quando o consumidor for "hipossuficiente", sempre de acordo com "as regras ordinárias de experiência", a teor do disposto no artigo 6.º, inciso VIII do CDC, que prevê: "Art. 6º. São direitos básicos do consumidor: VIII – a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência; (...)." Destaquei. Sobre o assunto, valho-me, novamente, da precisa lição dos já citados jurisconsultos Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery, que assim lecionam: "14. Inversão do ônus da prova. O processo civil tradicional permite a convenção sobre o ônus da prova, de sorte que as partes podem estipular a inversão em relação ao critério da lei (CPC 333 par. un., a contrario sensu). O CDC permite a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, sempre que for ou hipossuficiente ou verossímil sua alegação. Trata-se de aplicação do princípio constitucional da isonomia, pois o consumidor, como parte reconhecidamente mais fraca e vulnerável na relação de consumo (CDC 4.º I), tem de ser tratado de forma diferente, a fim de que seja alcançada a igualdade real entre os partícipes da relação de consumo. O inciso comentado amolda-se perfeitamente ao princípio constitucional da isonomia, na medida em que trata desigualmente os desiguais, desigualdade essa reconhecida pela própria lei (Nery, Princ., n.9, p.44) (Ob. cit., pág. 914)" Destaquei. Necessário ressaltar que, presente uma das alternativas previstas no dispositivo legal acima transcrito, está o magistrado obrigado a determinar a inversão do ônus da prova. O significado de hipossuficiência não é econômico, mas técnico, no sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e eventual dano, das características do vício e etc. Assim, cumpre ao fornecedor a prova dos fatos constitutivos do seu direito e/ou desconstitutivos do direito do consumidor. Com essas considerações, INDEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela. Nos termos do atual Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020 às 12h30min, nos termos do artigo 334 do CPC, que será realizada perante a CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, Sala 03. Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º). CITE-SE e INTIME-SE a parte requerida, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias. Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10). Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se for caso, da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I). Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344). Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059077-50.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE BENEDITO DA SILVA (AUTOR(A))
EDIR APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILENA VIEIRA DA SILVA OAB - SP82185-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1059077-50.2019.8.11.0041. AUTOR(A): JOSE BENEDITO DA SILVA, EDIR APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA RÉU: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débitos c/c Indenização por Danos Materiais e Morais com Pedido de Tutela de Urgência, proposta por JOSE BENEDITO DA SILVA e EDIR APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., devidamente qualificados nos autos. Verifica-se que não foi juntado aos autos a Procuração Judicial, assim DETERMINO a intimação do requerente, na pessoa de seu procurador para que no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a Procuração Ad Judicia, sob pena de indeferimento do pleito. Após, volvam os autos conclusos para análise e decisão. Intime-se Cumpra-se. Cuiabá-MT. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1030855-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA DE SOUZA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS AUGUSTO MOREIRA DA SILVA JUNIOR OAB - MT19794-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1030855-72.2019.8.11.0041. REQUERENTE: CLAUDIA DE SOUZA SILVA REQUERIDO: ENERGISA S/A Vistos etc. A requerente através do petitório ID. nº 27303230, denúncia que a requerida, apesar de devidamente intimada para cumprimento da decisão de ID. 21642726, não vem cumprindo com a tutela deferida, uma vez que, na data de hoje (11/12/2019) a demandada suspendeu o fornecimento de energia elétrica. Diante da informação do descumprimento da ordem judicial, DETERMINO a intimação do requerido para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, restabeleça o fornecimento de energia elétrica da requerente. Para o caso de permanência do descumprimento da ordem judicial, majoro a multa fixada para o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) por dia de descumprimento, nos termos do art. 537, §4º do CPC, com incidência a partir da intimação desta decisão. Consigne-se ainda que, caso permaneça o descumprimento, os responsáveis serão processados criminalmente por desobediência à ordem judicial (Artigo 330 do Código Penal). DETERMINO ainda que o cumprimento da presente decisão seja procedido em regime de PLANTÃO JUDICIÁRIO, a ser cumprido pelo Oficial de Justiça Plantonista. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito em Substituição Legal

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0000258-16.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAURA DANIELLY BRAGA MOREIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITORINO PEREIRA DA COSTA OAB - MT4671-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. M. H. - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. (EXECUTADO)
EDEL - EMPREENDIMENTOS S/C LTDA. (EXECUTADO)
C. P. CIDADE PLANEJADA S/C LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000258-16.2014.8.11.0041 – Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 9ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ.

10ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042992-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLI ZUCHINI D ANUNCIACAO (AUTOR(A))
ELIEGE CRISTIANE WEIRICH (AUTOR(A))
ANUNCIACAO & ANUNCIACAO LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIEGE CRISTIANE WEIRICH OAB - 622.017.941-20 (REPRESENTANTE)
IZONILDES PIO DA SILVA OAB - MT6486-B (ADVOGADO(A))
VANDERLI ZUCHINI D ANUNCIACAO OAB - 070.782.898-89 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MACKSON RONNY DE OLIVEIRA D ANUNCIACAO (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1042992-86.2019 Intime-se a parte Autora para manifestar sobre contestação de id. 26446587, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, volte-me o processo concluso para a analise do pedido liminar contraposto na contestação. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1054323-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO MEDEIROS LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO LEONCIO GAIVA NETO OAB - MT13537-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PLANTÃO CÍVEL DA COMARCA DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1054323-65.2019.8.11.0041. REQUERENTE: LUIS FERNANDO MEDEIROS LIMA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Nos termos do art. 242 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça e da Resolução n.º 71/2009, do conselho Nacional de Justiça, há determinação para apreciação, em plantão judiciário, tão somente de medidas que não possam aguardar a retomada do expediente. Vê-se do petitório inicial, que a medida requerida, já foi objeto do pleito n. 1054138-27.2019.8.11.0041, a qual fora distribuída ao Juízo da 11ª Vara Cível desta Comarca na data de 19/11/2019, às 13h23m e, portanto, não encontra guarida para a sua apreciação/cumprimento no regime de plantão judicial, precipuamente em razão da prevenção a luz do disposto no art. 43 do CPC/2015. No caso em apreço, resta evidente a ocorrência do fenômeno da litispendência, que é fato impeditivo da relação processual, e se verifica com a existência de ação em curso com o mesmo objeto, mesma causa de pedir e as mesmas partes. Uma vez caracterizada a litispendência, deve prosseguir os autos do primeiro processo. Destarte, com fundamento no § 3º do art. 485 do CPC/2015, reconheço de ofício a litispendência entre este feito e o feito suso mencionado, eis que está se repetindo a ação já em curso. Ex Positis, com escoro no art. 485, V, do CPC/2015, JULGO e DECLARO EXTINTA a presente demanda sem julgamento do mérito. Custas pela autora. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Após a preclusão temporal deste decisum, certifique-se e remeta-se ao arquivo, com as baixas, anotações e demais formalidades. (assinado digitalmente) CARLOS ROBERTO BARROS DE CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1032975-25.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RONIVALDO ROSA DOS ANJOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC, bem como do Provimento 56/2007 - CGJ/MT impulsiono o feito, e intimo a parte autora para, no prazo de 5 dias, se manifestar sobre o pagamento voluntário. Deverá a parte interessada, sendo o caso, fornecer os dados bancários e pessoais/jurídicos necessários à expedição do alvará eletrônico.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059163-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANI LEITE PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
KEMILA BARBOSA TEIXEIRA DIAS OAB - MT27132/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1059163-21.2019 Vistos. Intime-se a parte autora para, nos termos do art. 99, § 2º, do NCPC, apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como holerite, declaração de imposto de renda, etc., ou recolher as custas de distribuição, no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056892-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. A. (AUTOR(A))
INEZ SOARES CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1056892-39.2019.8.11.0041. AUTOR(A): ERIKA CARVALHO ALVES, INEZ SOARES CARVALHO RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Visto. O artigo 4º do Código Civil estabelece: “Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; I - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; IV - os pródigos. Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.” (negritei) Verifica-se que o autor do feito é menor púbere, ou seja, relativamente incapaz, conforme se infere do RG juntado ID 26381914 – Pág. 3, devendo portanto ser assistido e não representado. Nesse sentido: “APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO DE ALIMENTOS – MENOR PÚBERE – IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL – INTIMAÇÃO PARA SUPRIMENTO – JUNTADA DE INSTRUMENTO ASSINADO APENAS PELA GENITORA DA MENOR – VÍCIO NÃO SUPRIDO – EXTINÇÃO DO PROCESSO (...). Deve ser mantida a sentença que extingue o processo, sem resolução do mérito (...), se a parte autora regularmente intimada a regularizar sua representação processual, traz instrumento que não contém assinatura da menor púbere, mas tão-somente de sua genitora que, na condição de assistente, não pode firmar o mandato com exclusividade. (...)” (TJ-MG – AC: 10686130127166001 MG, Relator: Afrânio Vilela, Data de Julgamento: 25/03/2014, Câmaras Cíveis / 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 11/04/2014). (negritei) Ante o exposto, intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de proceder a regularização processual referente à assinatura do menor assistido na procuração, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059202-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BEATRIZ FULADOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFFERSON APARECIDO POZZA FAVARO OAB - MT10200/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

IUNI EDUCACIONAL S/A. (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1059202-18.2019 Vistos. Verifica-se a parte autora postula em sede de antecipação de tutela que a requerida a rematrícula da parte autora no 2º semestre de 2018 e demais semestres, bem como seja promovido o aditamento do contrato do FIES 2018/2 e demais aditamentos, entretanto estamos no finalizando o 2º semestre do ano de 2019, assim intime-a para esclarecer se está ou não matriculada na Universidade e qual o período que realmente abrange o pedido liminar, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059246-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DURVAL DE ASSIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELA ASSIS PAIVA SERRA BRAGAGLIA OAB - MT13256-O (ADVOGADO(A))
JEFFERSON APARECIDO POZZA FAVARO OAB - MT10200/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1059246-37.2019 Vistos. Verifica-se que apesar da parte autora ter distribuído a ação como se fosse justiça gratuita, não formalizou tal pedido na inicial, assim intime-o para esclarecer se pretende a concessão dos benefícios da justiça gratuita, em caso positivo, deverá nos termos do art. 99, § 2º, do NCPC, apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como CTPS, holerite, declaração do imposto de renda, etc., ou recolher as custas de distribuição, no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007997-81.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IRENE LEANDRO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOELLA LEANDRO CURTY DA CUNHA OAB - MT13801-O (ADVOGADO(A))
MARCIA FERREIRA DE SOUZA OAB - MT4410-O (ADVOGADO(A))
MARIA SESSILIA SILVA TEIXEIRA OAB - MT0017640A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BR CONSORCIOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEFFERSON DO CARMO ASSIS OAB - PR4680-O (ADVOGADO(A))
THAYSA LALLI RIBEIRETE FRANCO OAB - PR61459-O (ADVOGADO(A))

PJE 1007997-81.2018.8.11.0041 Visto. Irene Leandro da Silva, qualificada nos autos, ajuizou Ação Indenizatória Por Reparação de Danos Morais em desfavor de BR Consórcios Administradora de Consórcios Ltda., igualmente qualificada, alegando que ingressou no grupo de consórcio S1134, sob a administração da requerida, tornando-se titular da cota n. 014200, para aquisição de um automóvel. Que até a parcela 79 os boletos e respectivos valores foram emitidos corretamente, no entanto, até a parcela n. 80, com vencimento em 23.3.2017, foi surpreendida com um valor maior que os exibidos ao longo do contrato e muito embora tenha solicitado esclarecimento, nenhuma informação lhe foi dada. Afirma que ajuizou uma Ação de Consignação em Pagamento, efetuando o pagamento do valor correto da parcela, ou seja, R$ 341,59, porém, para sua surpresa recebeu uma correspondência do SPC, informando que existia um débito em seu nome, originário do consórcio S 1134, no valor de R$ 843,17, sendo credora BR Consórcios ADM de Consórcios Ltda., pelo que requer a antecipação da tutela para suspensão dos efeitos da negativação ou a retirada do seu nome do cadastro negativo do SPC e Serasa. No mérito, pugna pela confirmação da antecipação da tutela e a condenação da parte ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 40.227,00, além das custas processuais e honorários advocatícios. Com a inicial vieram os documentos que a parte autora entendeu serem necessários. Foram concedidos os benefícios da justiça gratuita à parte autora, invertido o ônus probatório e determinada a citação da parte ré (id. 13574630). A contestação e documentos foram apresentados (id. 14823534), tendo a parte ré aduzido que ao aderir ao plano a autora se obrigou a amortizar 100% do preço do bem, 16% de taxa de administração e 3% de fundo de reserva, de modo que até o final do plano deveria integralizar 119% do preço do bem, porém, a autora integralizou somente 117,1273% do bem, faltando para quitação total a amortização de 1,8727%, que acrescida dos encargos de mora, perfaz R$ 1.009,80. Que a Ação de Consignação em Pagamento ainda não foi julgada, onde foi demonstrado ser correto o valor cobrado, no entanto, por cautela e mera liberalidade, procedeu a baixa da negativação do nome da autora, requerendo a improcedência dos pedidos e o arquivamento do feito. A impugnação à contestação veio aos autos (id. 15818137). As partes foram intimadas a especificarem as provas a produzir (id. 20189263), tendo as partes pugnado pelo julgamento antecipado da lide (ids. 21173051 e 21198062). É o relatório. Decido. Trata-se de Ação Indenizatória Por Reparação de Danos Morais promovida por Irene Leandro da Silva em desfavor de BR Consórcios Administradora de Consórcios e, não tendo as partes interesse na produção de outras provas, consoante os princípios da economia e celeridade processual, impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. A autora Irene Leandro da Silva pretende ser indenizada por danos morais supostamente ocasionados pela requerida BR Consórcios Administradora de Consórcios Ltda, alegando que o seu nome foi indevidamente inserido no cadastro de inadimplentes. Verifica-se a existência de relação consumerista, decorrendo daí a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, incidindo, portanto, o artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, o qual constitui exceção à regra prevista no artigo 373, do Novo Código de Processo Civil, com o propósito de facilitar ao consumidor a defesa dos seus direitos em juízo. Assim prevalece a favor do consumidor a presunção de veracidade e, incumbe ao fornecedor desfazê-la por meio de produção de prova. É de se ressaltar, que a Ação de Consignação em Pagamento n. 1008957-71.2017.8.11.0041, em trâmite perante a 4ª Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá (id. 19075290), foi sentenciada e o pedido de Irene Leandro da Silva julgado procedente, declarando extinta a obrigação da requerente relativamente à parcela consignada em juízo (parcela de n. 80/80, com vencimento em 23.3.2017). Muito embora se constate nos autos apenas carta de aviso de débito do SCPC (id. 12463797), é incontroverso que o nome da autora foi inserido no cadastro de inadimplentes, já que a requerida afirma que, por cautela e mera liberalidade, procedeu a baixa da negativação do nome da autora. Desse modo, não há dúvida que a inserção do nome da autora nos órgãos de restrição ao crédito foi efetivada após a consignação em juízo da parcela cobrada, já que o depósito judicial na Ação de Consignação em Pagamento foi efetivado em 27.3.2017 e a carta de aviso de débito emitida somente em 20.6.2017, demonstrando ser ela indevida. Em se tratando de indenização decorrente de irregular inscrição no cadastro de inadimplentes, a jurisprudência dominante em nossos tribunais é no sentido de que “a exigência de prova do dano moral (extrapatrimonial) se satisfaz com a demonstração da existência da inscrição irregular”. O dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima das pessoas violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente. No caso concreto, a situação vivenciada pela autora, a toda evidência, ultrapassa os meros transtornos ou dissabores diários, eis que o seu nome foi inserido nos órgãos de proteção ao crédito, mesmo após a consignação em pagamento da prestação n. 80, sendo razoável a fixação da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) como indenização ao dano moral sofrido pela parte autora. Posto isso, com fundamento no artigo 487, I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na Ação Indenizatória Por Reparação de Danos Morais promovida por Irene Leandro da Silva em desfavor de BR Consórcios Administradora de Consórcios, para condenar esta ao pagamento de danos causados à autora, que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a serem corrigidos pelo INPC desde o arbitramento (data da sentença) (Súmula 362 – STJ), mais juros legais de 1% ao mês, a partir do evento danoso. Condeno a parte ré ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, com fundamento no artigo 85, § 2º do Novo Código Processo Civil. Transitada em julgado, arquivem-se os

autos, após as baixas e anotações pertinentes. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 31 de outubro de 2019. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1047936-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO DE SOUSA REBOUÇAS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO DE SOUSA REBOUÇAS OAB - MT15088-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

PJE 1047936-34.2019 Vistos. Mantenho a decisão de id. 2563166, por todos seus fundamentos, intime-se a parte autora para efetuar/comprovar o pagamento das custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial (art. 290 c/c 321, parágrafo único, do NCPC). Decorrido o prazo supracitado, certifique-se e volte-me os autos conclusos para deliberações. Cumpra-se. Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1056970-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILMAR DA SILVA BARBOSA ATANASIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1056970-33.2019.8.11.0041. REQUERENTE: NILMAR DA SILVA BARBOSA ATANASIO REQUERIDO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Visto. Verifica-se na petição inicial que o autor é um profissional autônomo, assim intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como declaração de imposto de renda etc., ou recolher as custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056881-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEICE BELIZIO CABRAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 10ª VARA CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1056881-10.2019.8.11.0041. AUTOR(A): CLEICE BELIZIO CABRAL RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA Visto. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de apresentar documentos que comprovem fazer jus ao benefício da justiça gratuita, como CTPS, holerite, declaração de imposto de renda etc., ou recolher as custas iniciais de distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro
Cod. Proc.: 649860 Nr: 11973-22.1995.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DIVINO JOSE ESTEVAM
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ ARIMATEIA F. SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANA BORGES MOURA CABRAL - OAB:6.755/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RICARDO DA SILVA PEREIRA - OAB:10446/MT
Código n. 649860
Visto.
Trata-se de Ação de Execução Contra Devedor Solvente promovida por Divino José Estevam em desfavor de José Arimateia F. Silva
As partes noticiaram que se compuseram amigavelmente, requerendo a homologação do acordo e a expedição de alvará (fls. 24/25).
Posto isso, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, por consequência, JULGO EXTINTA esta ação, com fulcro no artigo 487, III c/c artigo 924, II, ambos do Código de Processo Civil.
Custas processuais e honorários advocatícios, na forma pactuada.
Expeça-se alvará conforme solicitado.
Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, após as baixas e anotações pertinentes.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Cuiabá-MT., 20 de setembro de 2019.
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO
Juíza de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1022229-35.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON HENRIQUE CAVALARI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WANDERSON HENRIQUE CAVALARI OAB - MT21032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS NATANIEL WANZELER (EXECUTADO)
CARLOS ROBERTO COSTA (EXECUTADO)
YMPACTUS COMERCIAL S/A (EXECUTADO)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Em que pese o indeferimento do pedido de auto falência da requerida pelo juízo de Vitória/ES, o juízo da 2ª Vara Cível de Rio Branco, determinou a liquidação judicial da empresa, nomeando expert, que terá por missão levantar ativo e passivo da empresa. Caso verificada a existência do ativo, efetuar-se-á o pagamento dos credores, mas caso haja insuficiência de recursos deverá efetuar a falência do devedor. Posto isso, determino a suspensão do feito, conforme sugerido pelo juízo liquidante, até que na liquidação judicial haja definição da situação da empresa, conforme comunicação da Corregedoria-Geral de Justiça no expediente n. 0103339-65.2018.8.11.0000. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1003089-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VINICIUS OLIVEIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TELDO HENRIQUE PALMA FERNANDES DA SILVA OAB - MT21603/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. As partes noticiaram que se compuseram amigavelmente, requerendo a homologação do acordo (Id. 25378265). HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, por consequência, JULGO EXTINTA esta ação, com fulcro

nos artigos 487, III, "b", do Novo Código de Processo Civil. Honorários advocatícios e custas na forma pactuada. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo após as baixas e anotações pertinentes. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-22 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA
Processo Número: 1036086-51.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO KINCHESKI JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GIRALDI FARIA OAB - MT0007245A (ADVOGADO(A))
EDUARDO GONCALVES AMORIM OAB - MT23317/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ROBERTO COSTA (RÉU)
CARLOS NATANIEL WANZELER (RÉU)
YMPACTUS COMERCIAL S/A (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. José Antônio Kincheski Júnior ajuizou Tutela Cautelar de Exibição de Documentos em Caráter Antecedente em desfavor de Ympactus Comercial Ltda., Carlos Nataliel Wanzeller e Carlos Roberto Costa, todos devidamente qualificados, alegando que manteve vínculo com a ré, mas os divulgadores não conseguem acessar qualquer informação para levantamento do valor ao qual tem direito ao ressarcimento e requer futura liquidação de sentença. Pleiteia a tutela de urgência de natureza cautelar para que a requerida apresente os resumos de movimentação do autor em seu back office. No mérito, a procedência do pedido, com a condenação do réu nas verbas de sucumbência. O pedido urgente foi indeferido (Id. 10923522). A parte ré, devidamente citada, deixou de apresentar defesa (Id. 15151803). É o relatório. Decido. Cuida-se de Tutela Cautelar em Caráter Antecedente de Exibição de Documento proposta por José Antônio Kincheski Júnior em desfavor de Ympactus Comercial Ltda., Carlos Nataliel Wanzeller e Carlos Roberto Costa e, por se tratar de processo de menor complexidade, passo a julgá-lo, nos termos do art. 355, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. A parte requerida, devidamente citada, não se manifestou, pelo que lhe decreto a revelia, sendo que a espécie não se enquadra em quaisquer das hipóteses do artigo 345 do Novo Código de Processo Civil, que afastam os seus efeitos, de modo que, deixado de oferecer defesa, vem à tona a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor na petição inicial (NCPC – artigos 307 c/c 344). Não obstante a revelia possibilitar o julgamento conforme o estado do processo e gerar presunção de veracidade dos fatos afirmados pela parte autora, a presunção tem natureza relativa, sendo que de acordo com o artigo 371 do NCPC, o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação do convencimento. A exibição de documentos foi disciplinada no artigo 396 do Novo Código de Processo Civil ao estabelecer que O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa que se encontre em seu poder. É prudente que a parte autora requeira a exibição de documentos necessários para que tenha conhecimento dos limites do direito que pretende ver satisfeito em ação judicial, evitando, com isso, demandas mal propostas e pedidos genéricos e mal formulados, em razão do desconhecimento da extensão do direito que se busca. Pode ocorrer, inclusive, que com a exibição de documentos a parte autora conclua que não há direito a ser buscado em outra ação, ou por já ter sido adimplido pela parte demandada ou por ausência de direito pura e simples. No caso, a exibição de documentos encontra amparo na legislação processual, vez que evidenciada a existência de relação jurídica entre as partes, mostra-se perfeitamente viável e diante do legítimo interesse que qualquer delas tem em ver e examinar documentos que se achem em poder da outra. Ocorre que na hipótese, o autor não apresentou qualquer documento que, que, no mínimo, demonstre a existência de relação jurídica entre as partes, a ensejar tal determinação. Consta no arquivo de Id. 10908780 apenas um print da tela de computador, onde o autor teria encaminhado um e-mail para parte requerida, cobrando a devolução de valor, o qual não serve para o fim que se destina, já que o correio eletrônico pode ser enviado/utilizado por qualquer pessoa, sem necessidade de vínculo negocial/contratual. Nesse sentido: "RECURSO DE APELAÇÃO – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COM PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS – TELEXFREE – INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – DESCABIMENTO – AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA DO DIREITO ALEGADO – NÃO DEMONSTRAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS PELAS QUAIS A AUTORA AFIRMA A EXISTÊNCIA DOS DOCUMENTOS – RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA MANTIDA. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, para o deferimento da inversão do ônus probatório, é indispensável a comprovação mínima, pelo autor, dos fatos que constituem o direito alegado em juízo (AgInt no REsp 1717781/RO). O art. 397, III, do CPC condiciona o deferimento do pedido de exibição documental à prévia demonstração, pela parte interessada, dos motivos pelos quais afirma a existência do documento e a sua posse pelo litigante adverso". (TJMT, N.U 0001413-02.2018.8.11.0013, Câmaras Isoladas Cíveis De Direito Privado, Gilberto Lopes Bussiki, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 08/05/2019, Publicado no DJE 14/05/2019). Negritei. "PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1031129-07.2017.8.11.0041 APELANTE: IVANE INEZ PIAIA APELADO: YMPACTUS COMERCIAL S/A DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – AUSÊNCIA DE AO MENOS INÍCIO DE PROVA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES - DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROBATÓRIO – INAPLICABILIDADE – JUSTIÇA GRATUITA – HIPOSSUFICIÊNCIA COMPROVADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 'Tem o autor o ônus de comprovar que travou o vínculo contratual com a ré, cabendo-lhe produzir, ao menos, início de prova da existência dos pactos embasadores da pretensão deduzida na inicial' (AgRg no REsp 1374953/RJ). Inviável a inversão do ônus da probatório quando não há sequer um início de prova da relação jurídica entre as partes. Faz jus ao benefício da justiça gratuita aquele que demonstra não ter condições de custear as despesas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento. (TJMT, N.U 1031129-07.2017.8.11.0041, Câmaras Isoladas Cíveis De Direito Privado, Rubens De Oliveira Santos Filho, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 19/06/2019, Publicado no DJE 25/06/2019). Negritei. Posto isso, com fundamento no artigo 487, I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na Ação de Exibição proposta por José Antônio Kincheski Júnior em desfavor de Ympactus Comercial Ltda., Carlos Nataliel Wanzeller e Carlos Roberto Costa. Condeno a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em R$ 1.000,00, com fundamento no artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, todavia, fica a exigibilidade suspensa por ser beneficiário da gratuidade da justiça. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo após as baixas e anotações pertinentes. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0051821-15.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ORMINDO WASHINGTON DE OLIVEIRA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENISE COSTA SANTOS BORRALHO OAB - MT3607-O (ADVOGADO(A))
LAURA TIBIRIÇA ALMEIDA DE OLIVEIRA OAB - MT18516-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MB ENGENHARIA SPE 039 S/A (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
BROOKFIELD CENTRO-OESTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL BATTIPAGLIA SGAI OAB - SP214918-O (ADVOGADO(A))
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. As partes noticiaram que se compuseram amigavelmente, requerendo a homologação do acordo (Id. 27194751). HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, por consequência, JULGO EXTINTA esta ação, com fulcro nos artigos 487, III, "b", do Novo Código de Processo Civil. Honorários advocatícios na forma pactuada. Sem custas, conforme disposto no art. 90, § 3º, do CPC. Expeça-se alvará em favor da perita, vez que já realizou o trabalho. Diante da renúncia ao prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado, após arquive-se o processo com as baixas e anotações pertinentes. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1028824-50.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EZIO FILHO DE ALMEIDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELLEN ALMEIDA FREITAS DE MORAIS OAB - MT20281-O (ADVOGADO(A))
MARA YANE BARROS SAMANIEGO OAB - MT17883-O (ADVOGADO(A))
DANIEL POLETTO CHU OAB - MT22518/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
YMPACTUS COMERCIAL S/A (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Cuida-se de Liquidação de Sentença proposta por Ezio Filho de Almeida, em desfavor de Ympactus Comercial S/A. Foi determinada a intimação da parte autora para comprovar que efetuou algum investimento/pagamento para ter direito à reparação pleiteada. Em resposta, a parte autora requer a conversão da ação para procedimento comum, para instruir melhor o processo e comprovar o suposto investimento efetuado. É o relatório. Decido. Convém registrar que inicialmente foi proposta liquidação por arbitramento, e em seguida a parte autora requereu sua conversão para liquidação para procedimento comum (Id. 10321280), o qual foi deferido (Id. 15566085). A autora também foi intimada para emendar a inicial para comprovar a efetivação do pagamento efetuado para a ré ou terceiro a ela vinculada, todavia, também se desincumbiu, e não apresentou qualquer prova de vinculo com a ré. Na hipótese não se aplica a inversão do ônus da prova, prevista no art. 6º, III, do CDC, vez que restou decidido no âmbito da Ação Civil Pública nº. 0800224-44.2013.8.01.0001 que as relações jurídicas entre a empresa Ympactus Comercial e seus "divulgadores" não se constituem relação de consumo. Também não há falar em redistribuição do ônus da prova prevista no art. 373, § 1º, do Código de Processo Civil, eis que a prova documental necessária à comprovação da legitimidade ativa do liquidante, é perfeitamente produzível. Ademais, inverter o ônus relativamente a este ponto específico da demanda implicaria obrigar que o réu prove que o liquidante não é divulgador, negativa genérica que invalida a redistribuição do ônus da prova (NCPC, art. 373, § 2º). A parte autora, mesmo intimada para efetuar tais comprovações, não se desincumbiu do ônus que lhe competia, e descabe nova conversão da ação como requerido, já que nesta demanda também poderia ter apresentado tais documentos. Posto isso, INDEFIRO a petição inicial e, consequentemente JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. Condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, por outro lado, sem honorários advocatícios, já que a relação processual não foi formada. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo, mediante as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1006455-28.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANIMAR NERY DA SILVA JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR SCHMIDT FERREIRA OAB - MT21325-O (ADVOGADO(A))
JAQUELINE PROENCA LARREA MEES OAB - MT13356-O (ADVOGADO(A))
GAIA DE SOUZA ARAUJO MENEZES OAB - MT20237-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MILTON MINORU TSUZUKI (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIO MARQUES FERNANDES OAB - PE41108 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Vanimar Nery da Silva Júnior ajuizou Ação de Ação de Despejo c/c Cobrança de Aluguéis e Acessórios em desfavor de Milton Minoru Tsuzuki, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando que firmou contrato particular de locação residencial com a parte ré, com prazo de 20/01/2012 a 20/01/2014, estando a partir daí por prazo indeterminado, do imóvel localizado na Rua Mandiopé, nº 51, Bairro Pedregal, nesta Capital, no valor mensal de R$ 600,00, mais acessórios da locação, como IPTU. Narra que a parte requerida deixou de cumprir com sua obrigação de cunho pecuniário, estando inadimplente com aluguéis dede julho/2016 e que mesmo notificado para devolver o imóvel, se mantem inerte. Assim, requer a concessão da liminar para que seja determinada a desocupação do imóvel. No mérito, pugna pela confirmação da liminar e que a parte ré seja condenada ao pagamento dos aluguéis e acessórios vencidos, além das verbas sucumbenciais. O pedido de liminar foi apreciado e deferido (Id. 12452378). A parte autora peticionou informando que teve despesas no valor de R$ 8.012,60 para reparação do imóvel, requerendo a condenação do réu em tal ressarcimento (Id. 15149529). Mesmo citada, a ré deixou transcorrer o prazo sem apresentar contestação, e lhe foi decretada a revelia (Id. 21361973), e a parte autora se manifestou pugnando pelo julgamento antecipado da lide (Id. 22254730). É o relatório. Decido. Não obstante a revelia possibilitar o julgamento conforme o estado do processo e gerar presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, a presunção tem natureza relativa, sendo que de acordo com o artigo 371 do NCPC, o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação do convencimento. Verifica-se que as partes firmaram contrato de locação do apartamento residencial situado na Rua Mandiopé, nº 51, Bairro Pedregal, nesta Capital, com prazo de 20/01/2012 a 20/01/2014, no valor mensal de R$ 600,00 (cláusula terceira, Id. 12224187), assumindo ainda a ré o pagamento de água, luz, imposto predial, etc. (cláusula quinta), estando o contrato em vigor por prazo indeterminado. A parte autora afirma que a parte ré deixou de cumprir a obrigação contratual desde julho/2016, requerendo a condenação da mesma aos aluguéis e acessórios vencidos. Como se sabe, o aluguel é a retribuição devida pelo locatário e a falta de seu pagamento constitui infração de obrigação contratual e legal, prevista no artigo 23, I, da Lei n.º 8.245/91, bem como, relevante causa de desfazimento da locação, nos termos do artigo 9.º, III, do mesmo Diploma Legal. Na hipótese dos autos o próprio título basta como prova do fato constitutivo do direito do autor, o que está demonstrado com a juntada do contrato de locação no arquivo de Id. 12224187, por ter a presente lide fundamento na ausência de pagamento de aluguel, o tratamento jurídico é encontrado no art. 62, da Lei n. 8.245, de 18 de outubro de 1991. Observa-se que a parte autora foi imitida na posse do imóvel, contudo, não houve o pagamento dos valores dos alugueres, devendo, portanto, ser reconhecido o atraso e, como consequência disso, ser declarada e rescisão do Contrato de Locação considerando a inadimplência dos aluguéis. Com relação ao débito, o autor faz jus ao recebimento do aluguel no valor mensal de R$ 600,00 vencidos e os que vencerem até a efetiva desocupação do imóvel, já que se tratam de prestações sucessivas (art. 323, NCPC). A propósito: “APELAÇÃO CIVEL. LOCAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUÉIS. PRELIMINAR. JULGAMENTO ULTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. PRESTAÇÕES PERIÓDICAS. PARCELAS VINCENDAS. ART. 290, DO CPC. Preliminar de nulidade da sentença, por julgamento ultra petita, rejeitada, pois as parcelas vincendas foram incluídas na sentença com amparo no disposto no artigo 290 do CPC, o qual, modo expresso, permite a inclusão de parcelas vincendas sem que haja pedido do autor. APELAÇÃO DESPROVIDA”. (TJ-RS - AC: 70061091666 RS , Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 27/08/2014, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/09/2014). “AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA DE ALÚGUEIS E DE ENCARGOS DA LOCAÇÃO EM ATRASO INEXISTÊNCIA DE ÓBICE À INCLUSÃO DE ALUGUÉIS VINCENDOS NA CONDENAÇÃO - A PRETENSÃO, EM AÇÃO DE COBRANÇA DE PRESTAÇÕES SUCESSIVAS OU PERIÓDICAS, ESTÁ IMPLÍCITA NO PLEITO CONDENATÓRIO - EXPRESSÃO DO ART. 290, DO CPC - AUSÊNCIA DE PROVA DE FATO MODIFICATIVO, IMPEDITIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO LOCADOR, NOS TERMOS DO ART. 333, II, DO CPC SENTENÇA QUE SE CONFIRMA - RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, NA FORMA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC”. (TJ-RJ - APL: 00030354320128190001 RJ 0003035-43.2012.8.19.0001, Relator: DES. RICARDO COUTO DE CASTRO, Data de Julgamento: 27/03/2014, SÉTIMA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 31/03/2014). Por outro lado, apesar de requerer a condenação da parte ré ao pagamento dos acessórios, não apresentou qualquer documento para comprovar o débito, além disso, sequer consta cobrança nesse sentido na planilha/memória de cálculo apresentada (Id. 12224200). Descabe também o pedido da parte autora de dano material (ressarcimento das despesas de reparação do imóvel), eis que além de não fazer parte do pedido inicial, não apresentou qualquer

prova do suposto prejuízo, ou seja, sequer requereu a vistoria do imóvel após a entrega pela ré (art. 373, I, NCPC), ademais, pelo lapso temporal de desocupação do bem (03/09/2018, Id. 15149529), resta prejudicada qualquer análise futura, vez que não se sabe se nesse período ele já foi alugado para outras pessoas. Convém registrar também que mesmo não estando no campo dos pedidos a condenação da ré ao pagamento da multa compensatória, vê-se que tal requerimento está no corpo da petição inicial, assim, o conjunto da postulação deve ser considerado, conforme art. 322, §2º, do CPC, razão pela qual passo a apreciá-lo. A cumulação do pedido do autor de aplicação da multa moratória de 2% com a compensatória, esta prevista na cláusula décima segunda, no valor de 01 mês de aluguel, não é possível, já que possuem o mesmo fato gerador, qual seja a falta de pagamento dos aluguéis e encargos. A propósito: "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE DESPEJO C/C COBRANÇA DE ALUGUEIS – OMISSÃO DA SENTENÇA QUANTO AO PEDIDO DE CONDENAÇÃO AOS ALUGUEIS VINCENDOS – ALUGUEIS DEVIDOS ATÉ A DATA DA EFETIVA DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL – CUMULAÇÃO DA MULTA MORATÓRIA E MULTA COMPENSATÓRIA CONTRATUAL – MESMO FATO GERADOR – IMPOSSIBILIDADE – JUROS DE MORA – INCIDÊNCIA A PARTIR DO VENCIMENTO DE CADA ALUGUEL – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Os alugueis são devidos até a data de efetiva desocupação do imóvel. 2. Havendo pedido expresso nesse sentido, deve ser reformada a sentença que, a despeito de reconhecer que a desocupação do imóvel só ocorreu após o ajuizamento da demanda, deixa de condenar a parte ré ao pagamento dos alugueis vencidos entre esses dois marcos temporais. 3. Descabe a cumulação da multa moratória e da multa compensatória decorrente do próprio inadimplemento contratual, posto que ambas as penalidades possuem o mesmo fato gerador. 4. "Os juros de mora incidem a partir do momento em que, segundo previsto no contrato, o pagamento (dos alugueis) deveria ter ocorrido" (STJ – 1ª Turma – REsp 419.266/SP – Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS – j. 19/08/2003, DJ 08/09/2003, p. 222). (TJMT, Ap 487/2016, DES. JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 07/06/2016, Publicado no DJE 10/06/2016). Negritei. "LOCAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA DE ENCARGOS CONTRATUAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. DEPÓSITO JUDICIAL DE VALORES INCONTROVERSOS. MATÉRIA ATINENTE À FASE EXECUTIVA. CUMULAÇÃO DA MULTA COMPENSATÓRIA COM A MORATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. Ao Magistrado é dado apreciar livremente a prova dos autos. Em se tratando de matéria exclusivamente de direito, não há falar em cerceamento de defesa decorrente da não abertura de prazo para produção probatória. Outrossim, não restou demonstrado qualquer prejuízo concreto à parte apelante. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a cumulação da multa moratória com a multa compensatória pressupõe a existência de fatos geradores diversos. Ocorre que, para o descumprimento do termo contratual, em que a locatária não desocupa o imóvel, a consequência específica é o pagamento de aluguéis pelo prazo de fruição, os quais já estão compensando o locador pela infringência da avença. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO E AO RECURSO ADESIVO. UNÂNIME". (TJRS, Apelação Cível Nº 70066647926, Décima Sexta Câmara Cível, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 26/11/2015). Negritei. Assim, os valores em atraso dos aluguéis devem ser atualizados com base no INPC e incidirá desde o vencimento de cada aluguel. Quanto aos juros moratórios, correta a incidência nas datas dos respectivos vencimentos, eis que se trata de mora de natureza ex re, cuja constituição se dá de pleno direito em decorrência do inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, a teor do disposto no artigo 397 do Código Civil. Posto isso, com fundamento no artigo 487, I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por Vanimar Nery da Silva Júnior na Ação de Despejo c/c Cobrança de Aluguéis e Acessórios em desfavor de Milton Minoru Tsuzuki, para declarar rescindido o contrato de locação entre as partes. Confirmo a tutela de urgência deferida. Condeno a parte requerida ao pagamento dos aluguéis vencidos a partir de julho/2016, no valor mensal de R$ 600,00, até a efetiva desocupação do imóvel, a ser corrigido pelo INPC e acrescido de juros de mora de 1% ao mês simples, ambos a partir de cada vencimento e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do débito. Considerando que a parte autora decaiu em parte mínima do pedido, condeno a parte ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, este que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor do débito atualizado, com fundamento no artigo 85, § 2º, do Novo Código de Processo Civil. Transitada em julgado, arquivem-se os autos após as baixas e anotações pertinentes. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1043195-82.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO PINHEIRO MAXIMO DE SOUZA OAB - RJ135753 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA (RÉU)
Magistrado(s):
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO

Visto. Sulamerica Companhia Nacional de Seguros S.A., ajuizou Ação Regressiva de Ressarcimento em desfavor de Pantanal Transporte, ambos qualificados nos, alegando que firmou com a Sra. Maria das Graças Rocha Santos contrato de seguro de eventuais riscos sobre o veículo Toyota Etios XLS SED 1.5, FLEX, 16V 2013, Chassi: 9BRB29BT7D2019677, Placa OBR-0154, e que no dia 27/03/2017, o bem segurado transitava pela Avenida Presidente Marques, momento em que foi surpreendido por veículo de propriedade do réu, conduzido pelo seu preposto Cristiano de Alencar Tirapeli, o qual invadiu a pista do meio, causando abalroamento entre automóvel da empresa e o da segurada. Narra que indenizou a segurada, e procedeu a inúmeras tentativas junto à ré acerca do ressarcimento, mas sem sucesso, assim, requer a procedência da demanda para que a requerida seja condenada ao pagamento de R$ 2.421,36 (dois mil quatrocentos e vinte um reais e trinta e seis centavos), além das verbas de sucumbência. A audiência de conciliação foi realizada, restando infrutífera a tentativa de composição (Id. 20403874). A ré deixou transcorrer o prazo sem apresentar contestação (Id. 23713824), e a parte autora se manifestou pugnando pelo julgamento antecipado da lide (Id. 21079475). É o relatório. Decido. Considerando que a ré não apresentou defesa, lhe decreto a revelia. Não obstante a revelia possibilitar o julgamento conforme o estado do processo e gerar presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, a presunção tem natureza relativa, sendo que de acordo com o artigo 371 do NCPC, o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação do convencimento. Sulamerica Companhia Nacional de Seguros S.A pretende ser ressarcida do valor que desembolsou para pagar o seguro referente ao contrato instrumentalizado pela apólice n. 254549-0, firmado com a Sra. Maria das Graças Rocha Santos, para cobertura do veículo Toyota Etios XLS SED 1.5, FLEX, 16V 2013, Chassi: 9BRB29BT7D2019677, Placa OBR-0154. Consta do histórico do boletim de ocorrência (Id. 16990104) que a comunicante noticiou que trafegava na Av. Presidente Marques com o veículo segurado, quando o ônibus de placa NPK 4023, conduzido por Cristiano de Alencar Tirapeli, invadiu a sua pista e colidiu com o veículo, causando danos; que o condutor do ônibus reconheceu o erro e acionou o responsável pela empresa, o qual compareceu no local e solicitou ao comunicante que registrasse boletim de ocorrência e posteriormente entregasse na sede da empresa, junto ao setor de sinistro e aos cuidados de Josiane. Estabelece a Súmula 188 do Supremo Tribunal Federal que o segurador tem ação regressiva contra o causador do dano, pelo que efetivamente pagou, até o limite previsto no contrato de seguro. Assim, é lícito à seguradora, na condição de sub-rogada nos direitos do segurado, litigar contra o causador do dano, para ser ressarcida da quantia despendida. No caso dos autos, a seguradora se sub-rogou nos direitos da segurada, uma vez que indenizou os prejuízos decorrentes do acidente, fazendo jus, desde que configurada a responsabilidade do réu, ao ressarcimento das despesas suportadas. Na hipótese dos autos, o boletim de ocorrência, o qual goza de presunção relativa de veracidade, deixa evidenciada a responsabilidade do condutor do ônibus, Cristiano de Alencar Tirapeli, preposto da ré, já que o sinistro aconteceu por ter invadido a pista, colidindo com o veículo segurado pela parte autora. Resta comprovado que a parte autora pagou R$ 2.421,36 (dois mil quatrocentos e vinte um reais e trinta e seis centavos – R$ 2.347,00 + R$ 74,36, Ids. 16990107 e 16990108) para conserto do veículo segurado, cumprindo o disposto no artigo 373, I, do Código de Processo Civil. Posto isso, com fundamento no artigo 487, I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o

pedido deduzido na Ação Regressiva de Ressarcimento promovida por Sulamerica Companhia Nacional de Seguros S.A. em desfavor de Pantanal Transporte, para condenar esta ao pagamento de 2.421,36 (dois mil quatrocentos e vinte um reais e trinta e seis centavos), com correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos a contar do efetivo pagamento. Condeno também a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais, bem como honorários advocatícios, este que arbitro em R$ 1.000,00, com fundamento no artigo 85, §§ 2º e 8º, do Novo Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, após as baixas e anotações pertinentes. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO Juíza de Direito

11ª Vara Civel

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044407-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX SANDRO RICARDO DA ROCHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

PJE 1044407-07 Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045927-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA APARECIDA SOARES BARBOSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

PJE Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045008-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL DESIDERIO CAVALCANTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

PJE Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045131-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEUSA DOS SANTOS LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

PJE Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045131-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEUSA DOS SANTOS LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

PJE Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1029042-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO GONCALVES JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOUGLAS DE ALMEIDA GONCALVES OAB - MT17574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1029042-10.2019.811.0041 Vistos, etc. Considerando a manifestação da parte autora no Id nº 25492104 e 25815149, intime-se a parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir integralmente a decisão de ID nº 22935689, em todos os seus termos, comprovando nos autos o conserto dos vazamentos, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), até o limite de 30 (trinta) dias. Após, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045885-50.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EROTILDE GONCALINA DAMACENA DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

PJE Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045013-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS BEZERRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

PJE [] Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046234-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

PJE [] Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1045011-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAQUELINE NARDES FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

PJE [] Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1044171-55.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMILY ALVES VERON (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

PJE [] Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042783-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERNESTO EMMEL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

PJE [] Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042783-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERNESTO EMMEL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

PJE [] Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1043870-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCIANE GRACIELE NEVES SANTANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

PJE [] Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1042499-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL CASTRO MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

PJE [] Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1043558-35.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO FELICIANO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:

FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

PJE [] Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte REQUERIDA para, no prazo legal, manifestar sobre o laudo técnico pericial juntado aos autos, bem como seus assistentes técnicos, se indicados

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1051149-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RUBIA REGINA AIRES RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO PEIXOTO BOTELHO OAB - MT15172/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (RÉU)

Certifico, em cumprimento à determinação judicial, que a audiência de conciliação foi designada para a data de 14/04/2020, às 08h, a ser realizada no Cejusc do Fórum da Comarca de Cuiabá - MT, motivo pelo qual impulsiono o feito para proceder a intimação das partes para tomarem ciência do evento designado. Era o que me competia.

Intimação Classe: CNJ-70 ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS
Processo Número: 1020002-38.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VITOR MACHADO (REQUERENTE)
MARIANA ZERBINATO MACHADO (REQUERENTE)
JOELSON MACHADO (REQUERENTE)
JOSE AMILTON MACHADO (REQUERENTE)
WILLIAM MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO MARCELO CAMARA OAB - SP201783 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMADOR ATAIDE GONCALVES TUT (INTERESSADO)
LEDA ANTUNES GONCALVES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA PAULA DALMAS RODRIGUES OAB - MT0018891A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FAZENDA NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA (INTERESSADO)
THIAGO DE ABREU FERREIRA OAB - MT5928-O (ADVOGADO(A))
AIRTON JOSE DE MENDONCA (INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1020002-38.2018.811.0041 Vistos, etc. Em atenção ao pedido formulado pelo arrematante, conforme id 27271660 verifica-se a pertinência do requerimento, tendo em vista a desnecessidade de ajuizamento de nova demanda pelo arrematante de imóvel em hasta pública para a sua imissão na posse. Em consonância com o acima exposto se encontra o entendimento jurisprudencial: AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. COMPETÊNCIA. VARA DE FALÊNCIAS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMÓVEL. HASTA PÚBLICA. ARREMATAÇÃO. IMISSÃO IMEDIATA. MANDADO JUDICIAL. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. DESNECESSIDADE. I - Os artigos 527, I, e 557, do Código de Processo Civil autorizam o Relator a negar seguimento liminar quando o recurso for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em contradição com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior. II - A Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, no cumprimento das próprias sentenças, é competente para decidir sobre posse decorrente de arrematação de imóvel em hasta pública. III - Em cumprimento de sentença, o arrematante de imóvel leiloado em hasta pública pode imitir-se na posse do bem por simples mandado judicial, independentemente da propositura de nova ação. IV - Registrada a carta de arrematação, pode o arrematante ser imitido na posse do imóvel, ainda que pendente julgamento de embargos à arrematação. V - Negou-se provimento ao recurso. (Acórdão 884132, 20150020177166AGI, Relator: JOSÉ DIVINO, 6ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 22/7/2015, publicado no DJE: 4/8/2015. Pág.: 274) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA. ARREMATAÇÃO. IMÓVEL. IMISSÃO NA POSSE. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO DEMARCATÓRIA. DECISÃO MODIFICADA. Conforme revela a prova dos autos, a carta de arrematação foi regist rada no ofício imobiliário pelo arrematante do imóvel. Assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo serventuário ou leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável (art. 694 do CPC). Ao adquirente de imóvel arrematado em execução, não se exige a propositura de nova ação para imitir-se na posse do bem, podendo fazê-lo nos autos do processo executivo. Precedente do STJ. Ademais, o laudo elaborado pelo perito avaliador delimitou a área a ser imitida na posse, a qual, inclusive, consta do edital de leilão, praça e intimação. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento, Nº 70061606224, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em: 30-09-2014) Desse modo, verifica-se que o peticionante possui o direito de imissão na posse do imóvel arrematado, mediante simples mandado, sem a necessidade de propositura de nova ação. Diante do exposto e dos argumentos apresentados, conforme id 27271660, defiro o pedido e determino a expedição da carta de arrematação em favor do arrematante e, após, com a comprovação do registro da carta de arrematação, expeça-se mandado para a imissão do arrematante na posse do imóvel. No mais, cumpra-se os demais termos da decisão de id 27168571. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-70 ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS
Processo Número: 1020002-38.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VITOR MACHADO (REQUERENTE)
MARIANA ZERBINATO MACHADO (REQUERENTE)
JOELSON MACHADO (REQUERENTE)
JOSE AMILTON MACHADO (REQUERENTE)
WILLIAM MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO MARCELO CAMARA OAB - SP201783 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMADOR ATAIDE GONCALVES TUT (INTERESSADO)
LEDA ANTUNES GONCALVES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA PAULA DALMAS RODRIGUES OAB - MT0018891A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FAZENDA NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA (INTERESSADO)
THIAGO DE ABREU FERREIRA OAB - MT5928-O (ADVOGADO(A))
AIRTON JOSE DE MENDONCA (INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1020002-38.2018.811.0041 Vistos, etc. Em atenção ao pedido formulado pelo arrematante, conforme id 27271660 verifica-se a pertinência do requerimento, tendo em vista a desnecessidade de ajuizamento de nova demanda pelo arrematante de imóvel em hasta pública para a sua imissão na posse. Em consonância com o acima exposto se encontra o entendimento jurisprudencial: AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. COMPETÊNCIA. VARA DE FALÊNCIAS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMÓVEL. HASTA PÚBLICA. ARREMATAÇÃO. IMISSÃO IMEDIATA. MANDADO JUDICIAL. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. DESNECESSIDADE. I - Os artigos 527, I, e 557, do Código de Processo Civil autorizam o Relator a negar seguimento liminar quando o recurso for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em contradição com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior. II - A Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, no cumprimento das próprias sentenças, é competente para decidir sobre posse decorrente de arrematação de imóvel em hasta pública. III - Em cumprimento de sentença, o arrematante de imóvel leiloado em hasta pública pode imitir-se na posse do bem por simples mandado judicial, independentemente da propositura de nova ação. IV - Registrada a carta de arrematação, pode o arrematante ser imitido na posse do imóvel, ainda que pendente julgamento de embargos à arrematação. V - Negou-se provimento ao recurso. (Acórdão 884132, 20150020177166AGI, Relator: JOSÉ DIVINO, 6ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 22/7/2015, publicado no DJE: 4/8/2015. Pág.: 274) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE

COISA INCERTA. ARREMATAÇÃO. IMÓVEL. IMISSÃO NA POSSE. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO DEMARCATÓRIA. DECISÃO MODIFICADA. Conforme revela a prova dos autos, a carta de arrematação foi regist rada no ofício imobiliário pelo arrematante do imóvel. Assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo serventuário ou leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável (art. 694 do CPC). Ao adquirente de imóvel arrematado em execução, não se exige a propositura de nova ação para imitir-se na posse do bem, podendo fazê-lo nos autos do processo executivo. Precedente do STJ. Ademais, o laudo elaborado pelo perito avaliador delimitou a área a ser imitida na posse, a qual, inclusive, consta do edital de leilão, praça e intimação. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento, Nº 70061606224, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em: 30-09-2014) Desse modo, verifica-se que o peticionante possui o direito de imissão na posse do imóvel arrematado, mediante simples mandado, sem a necessidade de propositura de nova ação. Diante do exposto e dos argumentos apresentados, conforme id 27271660, defiro o pedido e determino a expedição da carta de arrematação em favor do arrematante e, após, com a comprovação do registro da carta de arrematação, expeça-se mandado para a imissão do arrematante na posse do imóvel. No mais, cumpra-se os demais termos da decisão de id 27168571. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Expediente

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 1006634 Nr: 26223-59.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SANDRA PEREIRA DOS SANTOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE ENIAS MARTINS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JAIRO DA LUZ SILVA - OAB:6.777/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEANDRO PEREIRA MACHADO DA SILVEIRA - OAB:14919-A

Isto posto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado na de Ação de Reparação de Danos Morais e Materiais ajuizada por Sandra Pereira dos Santos em face de José Enias Martins para CONDENAR a parte Requerida: 1)A indenizar a parte autora pelos prejuízos de ordem material, no importe de R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), acrescidos de juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, a partir da data do evento danoso (04/03/2015). 2)Ante a sucumbência recíproca, as partes restam condenadas solidariamente ao pagamento das custas do processo e cada qual arcará com os honorários advocatícios de seu patrono.Transitado em julgado, manifeste-se o credor quanto ao interesse na execução da sentença. Nada requerido, arquivem-se os autos com as baixas e necessárias anotações.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 1000230 Nr: 23564-77.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SEBASTIANA CARDOSO DE LIMA HANEMANN

PARTE(S) REQUERIDA(S): EXPRESSO SÃO LUIZ LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANE PEREIRA DE LIMA - OAB:29761/GO, BELKISS BRANDÃO - OAB:7649, FLORENTINO LUIZ FERREIRA - OAB:11932/GO, JOÃO NEGRÃO DE ANDRADE FILHO - OAB:17947/GO

Com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado na Ação Indenizatória por Dano Moral ajuizada por Sebastiana Cardoso de Lima Hanemann em desfavor de Expresso São Luiz Ltda para CONDENAR a parte Requerida: 1)Ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), acrescido de juros legais de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária (INPC) a partir deste decisum (Súmula 362 STJ); a título de danos morais;2)Condeno a requerida ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios no montante de 15% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85 § 2º do Código de Processo Civil.Transitado em julgado, manifeste-se o credor quanto ao interesse na execução da sentença. Nada requerido, arquivem-se os autos com as baixas e necessárias anotações.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 1000370 Nr: 23639-19.2015.811.0041

AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CONDOMINIO RESIDENCIAL COLINA VERDE, ELOINA OKAZAKY RODIGHERI

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO JOSÉ NARDEZ, HELDA ELISA MANFRINATO NARDEZ

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANNA RUTE PAES DE BARROS MULLER - OAB:14.127/OAB/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANA TENUTA PORTELA - OAB:10.228/MT

Posto isso, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo IMPROCEDENTE o pedido contraposto e JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na presente Ação Monitória, ajuizada por Condomínio Residencial Colina Verde e Eloina Okazaky Rodigheri em face de Antonio José Nardez e Helda Elisa Manfrinato Nardez., bem como converto o mandado inicial em mandado executivo nos termos do artigo 701 do aludido diploma processual civil.Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.Após o trânsito em julgado, intime-se o autor a dizer se tem interesse no cumprimento sentença na forma prevista na Lei. Nada requerido, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 957137 Nr: 3625-14.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FRANCISCO CARLOS SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736

...Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT movida por Francisco Carlos Silva em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais para condenar a requerida:a) ao pagamento do valor de R$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais) conforme tabela de percentuais, para o caso de invalidez permanente média no pé direito, corrigido monetariamente data do sinistro (10/01/2015) até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação; b) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 85 § 8º do Código de Processo Civil.Transitado em julgado, intime o vencedor a manifestar seu interesse na execução da sentença, apresentando a planilha de cálculo. Havendo pagamento voluntário da sentença e concordância da parte vencedora, expeça-se o competente alvará.Ainda, expeça-se Alvará para o perito atentando-se aos dados fornecidos às fls. 105.Nada requerido arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de

cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 990096 Nr: 18550-15.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DEUSDETI PEDROSO NEVES FILHO, MARIA DOS SANTOS LEITE
PARTE(S) REQUERIDA(S): JACSON LEITE LUCAS PEREIRA, OESTEMIX CONCRETO LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KILZA GIUSTI GALESKI - OAB:8660
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENISE DE OLIVEIRA - OAB:21304/O, YANÁ GOMES CERQUEIRA - OAB:5.495
Vistos, etc.
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais causados por acidente de trânsito proposta por Deusdete Pedroso Neves Filho e Maria dos Santos Leite em face de Jackson Leite Lucas Pereira e OESTEMIX Concreto LTDA.
Citado, o requerido de Jackson Leite Lucas Pereira apresentou contestação às fls. 228/240, alegando em sede preliminar, a culpa exclusiva da vítima.
Impugnação às fls. 384/391.
Pois bem, a preliminar suscitada pelo requerido em sede de contestação, se confunde com o próprio mérito da questão, e serão analisadas oportunamente, após a instrução processual, ocasião em que poderão ser analisadas as provas produzidas a fim de constatar ou não as responsabilidades dos envolvidos no acidente.
No mais, as partes são legítimas e estão devidamente representadas por seus ilustres advogados, bem assim, verifico não haver irregularidades ou preliminares a serem analisadas, razão pela qual, DECLARO saneado o presente feito, e fixo como ponto controvertido a comprovação da responsabilidade da vítima e do requerido, a existência de irregularidade na condução por qualquer das partes, a dinâmica do acidente, a existência de dano passível de indenização, o nexo causal e sua extensão.
Considerando o que dispõe o art. 370 do CPC, DESIGNO a audiência de Instrução para o dia ____/____/____ às _____:____ horas, para o depoimento pessoal da parte autora e da requerida, além da oitiva de testemunhas, observando o limite de três testemunhas, independente de prévia apresentação de rol.
Nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 993558 Nr: 20205-22.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento ordinário->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: ROBERTINO VITOR DA SILVA FILHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODOLFO LUIZ DE ALVARENGA - OAB:9.079/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736
...Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Ação Sumária de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT movida por Robertino Vitor da Silva Filho em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais para condenar a requerida:a) ao pagamento do valor de R$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais) conforme tabela de percentuais, para o caso de invalidez permanente parcial incompleta no membro superior esquerdo, corrigido monetariamente data do sinistro (22/10/2014) até a data do efetivo pagamento (Súmula 43/STJ), devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação; b) ao pagamento do valor de R$ 102,10 (cento e dois reais e dez centavos) por restituição com despesas médicas e suplementares (DAMS), corrigido monetariamente desde o efetivo desembolso, até a data do efetivo pagamento, devendo ser utilizado o índice do INPC e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento), a partir da citação.c) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 85 § 8º do Código de Processo Civil.Transitado em julgado, intime o vencedor a manifestar seu interesse na execução da sentença, apresentando a planilha de cálculo. Havendo pagamento voluntário da sentença e concordância da parte vencedora, expeça-se o competente alvará.Ainda, expeça-se Alvará para o perito atentando-se aos dados fornecidos às fls. 75.Nada requerido arquivem-se os autos observadas as formalidades legais.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 999049 Nr: 23036-43.2015.811.0041
AÇÃO: Despejo->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDEMILDO FRANCISCO DE CAMPOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): EVERALDO LARANJEIRA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSO ALVES PINHO - OAB:12709/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENEU ALCEU ROSLER - OAB:32.801
Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a Ação de Despejo por Falta de Pagamento c/c Cobrança de Aluguéis ajuizada por Edemildo Francisco Campos em desfavor de Everaldo Laranjeira Silva, e condeno a parte autora por litigância de má fé correspondente a 2% sobre o valor da causa.Condeno, ainda, a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do Código de Processo Civil, cuja execução torno suspensa devido a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita. Transitado em julgado, não havendo outros requerimentos, arquivem-se os autos com as baixas e comunicações de estilo. Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1040031 Nr: 41641-37.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMINIO EDIFICIO AVENIDA HOME & OFFICE CENTER, CONSULTESE CONTABILIDADE ASSESSORIA E AUDITORIA LTDA, IZAEL LEMOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): LEIVA COLETA SANTIAGO MATIAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JESSIANE MARQUES PARACATU - OAB:12.177
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARIA AUGUSTA DE CAMARGO - OAB:10024
Com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado na Ação de Ressarcimento de Danos Materiais ajuizada por Condomínio Edificio Avenida Home & Office Center, representado pela síndica Consultese Contabilidade Assessoria e Auditoria Ltda, representada por seu sócio proprietário, Izael Lemos em face de Leiva Coleta Santiago Matias para CONDENAR a parte Requerida: a)Ao pagamento de R$ 7.000,00 (sete mil reais), a titulo de danos materiais a ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir da data desta sentença, acrescido de juros de 1% ao mês a partir do desembolso. b)Condeno a requerida ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios no montante de 15% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85 § 2º do Código de Processo Civil.Transitado em julgado, manifeste-se o credor quanto ao interesse na execução da sentença. Nada requerido, arquivem-se os autos com as baixas e necessárias anotações.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1062621 Nr: 52184-02.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMILIO DANELICHEN, DIONE PINTO DA SILVA DANELICHEN
PARTE(S) REQUERIDA(S): RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A, SISTEMA FÁCIL INCORPORADORA IMOBILIÁRIA CUIABÁ II SPE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR - OAB:11.785/MT, RONIMÁRCIO NAVES - OAB:OAB/MT 6228
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Dr. José Walter Ferreira Júnior - OAB/MT 18.002 - OAB:
Isto posto, com fulcro no art. 487, inciso I, JULGO PROCEDENTE a presente Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada por Emilio Danelichen e Dione Pinto da Silva Danelichen em face de Rodobens Negócios Imobiliários S/A e Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária Cuiabá II – SPE Ltda para:a)Condenar o requerido ao pagamento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a titulo de danos morais a ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir da sentença e de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ). b) Condeno, ainda, a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios pelos réus, que fixo em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do CPC.Transitado em julgado, não havendo o cumprimento voluntário da condenação, manifeste o autor o interesse na execução da sentença.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 761259 Nr: 13706-27.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO SALVADOR BITENCOURT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MT FOMENTO - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, BANCO BRADESCO S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA - OAB:12.056/MT, DANYLO FERREIRA DE ALCÂNTARA - OAB:13.724/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HILDCA COSTA GODOY - OAB:13.877/MT, MARCELA REGINA DE ALMEIDA FREITAS - OAB:9.454/MT, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Posto isto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente Ação de Indenização por Danos Morais proposta por Antônio Salvador Bitencourt em face de MT Fomento – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso e Banco Bradesco S/A, tão somente para que as requeridas procedam o cancelamento da cobrança de R$ 281,36 (duzentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos).Confirmo a liminar concedida às fls. 31/31-verso, porém, deixo de aplicar a multa pelo descumprimento da liminar, uma vez que o requerido Banco Bradesco S/A somente foi citado em 100/101 e não constou naquele ato a determinação supracitada. Condeno os requeridos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.500,00, nos termos do art. 85, § 8º do CPC. Transitado em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas e comunicações de estilo. Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 908272 Nr: 35696-06.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUCIANA CARNEIRO DE JESUS COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPAÇO MODULADO LTDA EPP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUDOVICO ANTONIO MERIGHI - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUERIQUE BARALDI - OAB:25.758/O, JOSINEIA SANABRIA ORTIZ PRADO - OAB:9.822
Posto isto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica c/c Resolução Contratual e Restituição de Quantia Paga e Indenização por Danos Materiais e Morais com Pedido Acautelatório Inaudita Altera Pars ajuizada por Luciana Carneiro de Jesus Costa em face de Espaço Modulado Ltda – EPP para :a)declarar rescindido o contrato de compra e venda para entrega futura firmado entre as partes; b)condenar ao pagamento de indenização a titulo de danos morais no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser corrigido monetariamente a partir desta sentença, acrescido de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ) c)condenar ao pagamento de indenização a titulo de danos materiais no valor total de R$ 22.771,60 (vinte e dois mil reais e setecentos e setenta e um reais e sessenta centavos), a ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir da data do efetivo prejuízo, acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação. Condeno a requerida, com a totalidade do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 § 2º do CPC. Transitado em julgado, não havendo o cumprimento voluntário da condenação, manifeste o autor o interesse na execução da sentença. P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1122892 Nr: 20016-10.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DANNE JOARA MARINHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GOIABEIRAS EMPRESA DE SHOPPING CENTER LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOAO PAULO CALVO - OAB:12342
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIEL VICTOR FARIAS CASTRO - OAB:OAB/M 17.609, FLAVIA LINHARES DA SILVA - OAB:23777/0, HUMBERTO ROSSETTI PORTELA - OAB:91.263/MG, IGOR GOES LOBATO - OAB:34726-A, JULIO DE CARVALHO PAULA LIMA - OAB:90.461/MG, MILTON EDUARDO COLEN - OAB:63.240
Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a Ação de Resilição de Contrato por Descumprimento Contratual e Propaganda Enganosa C/C Indenização por Danos Morais e Materiais e Pedido Liminar ajuizada Danne Joara Marinho em face de Goiabeiras Empresa de Shopping Center Ltda. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, cuja execução torno suspensa em razão da gratuidade da justiça concedida.Transitado em julgado, e nada requerido, arquivem-se os autos com as baixas e comunicações de estilo.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1103599 Nr: 11983-31.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OLEGÁRIO MIGUEL ALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIOGO CESAR FERNANDES - OAB:11801
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3.127-A/MT, OZANA BAPTISTA GUSMÃO - OAB:4.062 OAB/MT
Vistos, etc.(..).Com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMETE PROCEDENTE o pedido inicial formulado na Ação de Obrigação de Fazer C/C Inexistência de Débito C/C Indenização por Danos Morais C/C Pedido de Liminar ajuizada por Olegário Miguel Alves em face de Energisa Mato Grosso- Distribuidora de Energia SA, tão somente para desconstituir a dívida existente na UC nº 4208137, referente a fatura de recuperação, no valor de R$ 3.430,14 (três mil quatrocentos e trinta reais e quatorze centavos).Condeno a requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que arbitro

em 20% da condenação nos termos do artigo 85 § 2º do Código de Processo Civil.Transitado em julgado e nada requerido, arquivem-se os autos com as baixas e necessárias anotações.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1050490 Nr: 46652-47.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MAYARA ISABELE REZER
PARTE(S) REQUERIDA(S): RODOBENS - SISTEMA FÁCIL, INCORPORADORA IMOBILIÁRIA CUIABÁ VI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LÉLIA FELIPE DOS SANTOS - OAB:10.473
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ WALTER FERREIRA JUNIOR - OAB:18.002-A OAB/MT
Isto posto, com fulcro no art. 487, inciso I, JULGO PROCEDENTE a presente Ação de Indenização por Danos Morais C/C Pedido de Liminar ajuizada por Mayara Isabele Rezer em face de Rodobens Administradora de Consorcio Ltda – Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária Cuiabá VI – SPE Ltda para:a)Condenar o requerido ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a titulo de danos morais a ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir da sentença e de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ). b) Condeno, ainda, a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios pelos réus, que fixo em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º do CPC.Transitado em julgado, não havendo o cumprimento voluntário da condenação, manifeste o autor o interesse na execução da sentença.Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1047218 Nr: 45020-83.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HELIO CAMELOZI JUNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): VIVO - TELEFONICA BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HELUI CALONGAS ALI DAHROUGE - OAB:4300-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Carolina Garcia Paskevicius - OAB:25133/O, FILINTO CORRÊA DA COSTA JUNIOR - OAB:11.264/MT, JOAO CELESTINO CORREA DA COSTA NETO - OAB:4611-B/MT, MIRIAN GONÇALVES BARBOSA - OAB:11795, PAULO RENATO PASCOTTO - OAB:17320, RENATO VALÉRIO FARIA DE OLIVEIRA - OAB:15.629/MT
Posto isto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na presente Ação de Obrigação de Fazer c/c Ressarcimento de Danos ajuizada por Helio Camelozi Junior em desfavor de Vivo – Telefônica Brasil S/A. para:a)Condenar a requerida a restabelecer os serviços telefônicos da linha nº (65) 9959 2731;b)condenar o réu ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 6.500,00 (seis mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir da data desta sentença, acrescido de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ);c)Condenar o réu, com a totalidade do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da condenação. Transitado em julgado, não havendo o cumprimento voluntário da condenação, manifeste o autor o interesse na execução da sentença. Deixo de atender a ordem cronológica de processos conclusos, considerando que o rol do art. 12, § 2º do CPC/2015 é exemplificativo e a necessidade de cumprimento da Meta estabelecida pelo CNJ.P. R. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 996366 Nr: 21799-71.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LAURA TEIXEIRA PAIM
PARTE(S) REQUERIDA(S): DOELER DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, RENAULT DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALBADILO SILVA CARVALHO - OAB:24051/A, Dr. Reinaldo Américo Ortigara - OAB/MT 9.552 - OAB:
...NOMEIO a empresa MEDIAPE, localizada na Avenida Isaac Póvoas, nº 586, sala 1-B, bairro Centro Norte, Cuiabá - MT, 78.005-340, telefone (65) 3322-9858, para realizar a perícia técnica necessária, o qual deverá cumprir o encargo independente de termo de compromisso (artigo 466 do CPC).Em 15 (quinze) dias indiquem as partes assistentes técnicos, apresentem quesitos e arguir impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso (CPC, art. 465, parágrafo 1º, I, II e III), salvo se estes já foram apresentados oportunamente. Intime-se o Perito da nomeação, para apresentar sua proposta de honorários no prazo de 05 (cinco) dias. Apresentada a proposta, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se a respeito do valor e, aceita a proposta, realizarem o depósito dos valores correspondentes aos honorários periciais, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada parte, bem como autorizo desde já o levantamento de 50% (cinquenta por cento) do valor dos honorários, esclarecendo que o autor é beneficiário da justiça gratuita e a perícia deverá ser feita sem ônus para o mesmo nesse momento, cuja despesa será paga pela parte vencida ao final do processo, observado que se for o autor o vencido, como ele é beneficiário da justiça gratuita, o pagamento será feito pelo Estado de Mato Grosso.Designada a data e o local, intimem-se as partes.O laudo deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias.Apresentado o laudo, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias.Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, após a intimação das partes da apresentação do laudo. Após a conclusão dos trabalhos periciais e decorrido o prazo para manifestação das partes, certifique-se e aguarde-se a realização da audiência designada.Expeça-se o necessário.Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1101654 Nr: 11185-70.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SANDRO ENRICO DE ARAUJO, ELIANE LAVOYER DE ARAÚJO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GLAM EMPREENDIMENTOS LTDA, CONSTRUTORA LOPES S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA - OAB:6.551-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONÇA - OAB:20683/O
Vistos, etc.
Considerando o pedido efetuado pela parte requerida, designo audiência de conciliação para o dia 20/05/2020, às16:00 horas.
Intimem-se as partes para que compareçam devidamente acompanhadas de seus advogados.
Aguarde-se a realização da audiência.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1093459 Nr: 7706-69.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JONIEMERSON CASEMIRO DE LIMA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONCREMAX CONCRETO ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA, EVANDRO LOUREIRO BORBA, EMILIA GLORIA REINERS LOUREIRO BORBA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELISANGELA CANTARELA CAZELI - OAB:20.403/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9.172-B, JOSÉ EDUARDO GONÇALVES POLISEL - OAB:12.009, LUCAS DIAS DE CAMPOS - OAB:16929,

ROBERTO DIAS DE CAMPOS FILHO - OAB:15556/MT

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Obrigação de Entregar c/c Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Materiais e Morais proposta por Joniemerson Casemiro de Lima em face de CONCREMAX – Concreto, Engenharia e Saneamento Ltda..

Ciente da decisão às fls. 513/514.

Considerando o que dispõe o art. 370 do CPC, DESIGNO a audiência de Instrução para o dia 19/05/2020 às 15:00 horas, para, se pleiteado, o depoimento pessoal da parte autora, da parte requerida, além da oitiva de testemunhas, observando o limite de três testemunhas, independente de prévia apresentação de rol.

Nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 1096757 Nr: 9195-44.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARIA AUXILIADORA GOMES

PARTE(S) REQUERIDA(S): SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR - OAB:16.625-O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A

Vistos, etc.

Defiro o pedido e determino a expedição de alvará para liberação dos valores vinculados à conta judicial, devendo o valor de R$ 12.600,11 (doze mil seiscentos reais e onze centavos) ser levantado por Licinio Vieira de Almeida Júnior (CPF nº 016.320.261-39, Banco do Brasil, agência 4043-6, conta corrente 108660-x).

Com o levantamento dos valores, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 998981 Nr: 23024-29.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LOTUFO ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA, ÉDIO LOTUFO FILHO

PARTE(S) REQUERIDA(S): CAB - CONCESSIONARIA DE SERVIÇOS PUBLICO DE AGUA E ESGOTO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MEIRE CORREIA DE SANTANA DA C. MARQUES - OAB:9995/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CANDIDO NISVALDO FRANÇA COELHO - OAB:25057-MT, EDUARDO JORGE BERNARDINI - OAB:242.289

Vistos, etc.

Defiro o pedido e determino a expedição de alvará para liberação dos valores vinculados à conta judicial, devendo o valor de R$ 12.179,95 (doze mil cento e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos) ser levantado por Meire da Costa Marques Advogados Associados (CNPJ nº 08.587.185/0001-94, Banco do Brasil, agência 3325-1, conta corrente 24583-6).

Com o levantamento dos valores, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 994699 Nr: 20883-37.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SELMA MARIA OSVALDO TELES DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALBANO DENICOLÓ - OAB:13.156-B, ARTUR DENICOLÓ - OAB:18.395/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT

Vistos, etc.

Defiro o pedido e determino a expedição de alvará para liberação dos valores vinculados à conta judicial, devendo o valor de R$ 20.027,82 (vinte mil vinte e sete reais e oitenta e dois centavos) ser levantado por Arthur Denicoló (CPF nº 038.785.641-20, Banco SICOOB, agência 3325, conta corrente 29225-7).

Com o levantamento dos valores, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 1066462 Nr: 53868-59.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARIANY GAIVA TAQUES VIEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LARISSA GAÍVA TAQUES - OAB:18.058/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON F. COLETA COUTINHO - OAB:9172-B, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12009

Vistos, etc.

Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se a respeito do interesse na produção de outras provas, requerendo o que entender de direito.

Expeça-se o alvará para o levantamento do valor remanescente dos honorários periciais.

Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.

Cumpra-se com urgência a decisão, uma vez que o presente processo está na relação da Meta 2 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, tendo prioridade em sua tramitação.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 998381 Nr: 22769-71.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EURICO VIEIRA DE CAMPOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARTUR DENICOLÓ - OAB:18.395/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A/MT

Vistos, etc.

Defiro o pedido e determino a expedição de alvará para liberação dos valores vinculados à conta judicial, devendo o valor de R$ 18.128,07 (dezoito mil cento e vinte e oito reais e sete centavos) ser levantado por Arthur Denicoló (CPF nº 038.785.641-20, Banco SICOOB, agência 3325, conta corrente 29225-7).

Com o levantamento dos valores, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 1128675 Nr: 22481-89.2016.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BEATRIZ QUINTANA NOVAES - OAB:192051, RICARDO HASSON SAYEG - OAB:SP/108.332

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:OAB/MT 3.127-A

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por MAPFRE Vera Cruz Seguradora S/A em desfavor de Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A.

As partes formularam acordo conforme fls. 276/285, requerendo a sua homologação e a consequente extinção do processo.

Os requeridos acostaram as fls. 286/287, o comprovante do cumprimento dos termos do acordo.

Os autos vieram conclusos.

É o relatório.

Fundamento.

DECIDO.

HOMOLOGO, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o acordo celebrado entre as partes conforme fls. 276/285, via do qual compuseram para colocar fim ao litígio.

JULGO EXTINTO o presente processo COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos artigos 487, III, b do Código de Processo Civil.

Deixo de condenar as partes em custas, despesas processuais e honorários advocatícios uma vez que o acordo homologado já dispôs sobre o tema.

Uma vez que as partes renunciaram o prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e comunicações de estilo.

P. R. I. C.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 1353499 Nr: 20166-20.2018.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOÃO PAULO BARROS DE OLIVEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): CONCREMAX CONCRETO ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EMINE ANGÉLICA DE SOUZA BARBOSA - OAB:22.036/MT, MARCYLENE ANDRADE DAVILA SOUSA ALVES - OAB:22.036/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: COUTINHO E POLISEL ADVOGADOS ASSOCIADOS - OAB:355/MT, JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - OAB:9.172-B/MT, JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:OAB/MT 12.009

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Indenização e Reparação de Danos Materiais e Morais proposta por João Paulo Barros de Oliveira em face de CONCREMAX – Concreto, Engenharia e Saneamento Ltda..

Considerando o que dispõe o art. 370 do CPC, DESIGNO a audiência de Instrução para o dia 13/05/2020 às 16:00 horas, para, se pleiteado, o depoimento pessoal da parte autora, da parte requerida, além da oitiva de testemunhas, observando o limite de três testemunhas, independente de prévia apresentação de rol.

Nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 994505 Nr: 20817-57.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CONJUNTO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MIGUEL SUTIL, ADRIANO OLIVEIRA MARTINS

PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ CARLOS FERREIRA, ERMELITA MARIA FERREIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANABELL CORBELINO SIQUEIRA - OAB:13.544/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO A. FREIRE FILHO - OAB:3477 MT

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança proposta por Conjunto Condomínio Residencial Miguel Sutil em face de Luiz Carlos Ferreira e Ermelita Maria Ferreira.

Considerando o que dispõe o art. 370 do CPC, DESIGNO a audiência de Instrução para o dia 20/05/2020 às 14:00 horas, para, se pleiteado, o depoimento pessoal da parte autora, da parte requerida, além da oitiva de testemunhas, observando o limite de três testemunhas, independente de prévia apresentação de rol.

Nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 1005999 Nr: 25935-14.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRE HENRIQUE COSTA SAMPAIO - OAB:15.144/MT, JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - OAB:OAB/SP 273843, RENATA CRISTINA PASTORINO GUIMARÃES RIBEIRO - OAB:197.485/SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAYARA BENDÔ LECHUGA GOULART - OAB:20191/A

Vistos, etc.

Defiro o desarquivamento dos autos.

Defiro o pedido e determino a expedição de alvará para liberação dos valores vinculados à conta judicial, devendo o valor de R$ 5.293,05 (cinco mil duzentos e noventa e três reais e cinco centavos) ser levantado por Almeida Santos Sociedade de Advogados (CNPJ nº 10.513.791/0001-07, Banco do Brasil, agência 4135-1, conta corrente 0011879-6).

Com o levantamento dos valores, determino o imediato retorno dos autos ao arquivo.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1124192 Nr: 20539-22.2016.811.0041

AÇÃO: Cautelar Inominada->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MÁRCIO JOSÉ NEGRÃO MARCELO

PARTE(S) REQUERIDA(S): RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A, SISTEMA FACIL INCORPORADORA IMOBILIÁRIA CUIABA III SPE LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELLY CARVALHO JÚNIOR - OAB:6.132-B/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ WALTER FERREIRA JUNIOR - OAB:18.002-A OAB/MT

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o requerente/apelado, bem como o requerido/apelado para, querendo, no prazo comum de 15 dias, apresentarem as contrarrazões aos recursos de apelação interpostos por ambos.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon

Cod. Proc.: 1004374 Nr: 25276-05.2015.811.0041

AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CONDOMÍNIO PARQUE RESIDENCIAL BEIRA RIO, GERALDO BRAZ

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANA CHRISTINA BATISTA TEIXEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JULIANA DE SOUSA ANDRADE - OAB:16875

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FLAVIO FONTOURA SAMPAIO FARIA - OAB:6.469/MT

Vistos, etc.

Indefiro o pedido de reunião de processos e remessa dos autos para a 4ª Vara Cível de Cuiabá/MT, tendo em vista que o feito se encontra com sentença transitada em julgado, em fase de cumprimento de sentença, restando pendente tão somente o pagamento dos valores.
Considerando o pedido efetuado pela executada, designo audiência de conciliação para o dia 11/02/2020, às 16:30 horas.
Intimem-se as partes para que compareçam devidamente acompanhadas de seus advogados.
Aguarde-se a realização da audiência.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1004374 Nr: 25276-05.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONDOMÍNIO PARQUE RESIDENCIAL BEIRA RIO, GERALDO BRAZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANA CHRISTINA BATISTA TEIXEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JULIANA DE SOUSA ANDRADE - OAB:16875
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FLAVIO FONTOURA SAMPAIO FARIA - OAB:6.469/MT
Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, procedo a republicação da decisão de fls.118, uma vez que a decisão não foi publicada para os patronos da requerida, assim faço o cadastro do mesmo e encaminho a republicação nos termos da decisão abaixo transcrita:
Vistos, etc.
Indefiro o pedido de reunião de processos e remessa dos autos para a 4ª Vara Cível de Cuiabá/MT, tendo em vista que o feito se encontra com sentença transitada em julgado, em fase de cumprimento de sentença, restando pendente tão somente o pagamento dos valores.
Considerando o pedido efetuado pela executada, designo audiência de conciliação para o dia 11/02/2020, às 16:30 horas.
Intimem-se as partes para que compareçam devidamente acompanhadas de seus advogados.
Aguarde-se a realização da audiência.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 972112 Nr: 10300-90.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALLAN SILVA DE MELO
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIVERSIDADE DE CUIABA - UNIC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KAMILA MICHIKO TEISCHMANN - OAB:16.962/MT
Certidão
Certifico que houve interposição do recurso de apelação pelo requerido, ora apelante, de fls. 121/154, desta forma, procedo à intimação do apelado, para, querendo, apresentar as contrarrazões ao referido recurso.
Patricia de Oliveira Nunes - Técnica Judiciária

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 1385634 Nr: 5441-89.2019.811.0041
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JULIANE SANTANA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): JEANDERSON EZEQUIEL DE FIGUEIREDO SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADI PEDROSA DE ALMEIDA - OAB:7951/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DILMA DE FATIMA RODRIGUES DE MORAIS - OAB:2826/O
Vistos, etc.
Tendo em vista que se trata de título executivo judicial, recebo como cumprimento de sentença e determino a retificação da capa dos autos.
Intime-se o executado, na forma do art. 513, § 2º do Código de Processo Civil para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado, acrescido de custas, se houver.
Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do acima determinado, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários advocatícios de 10% (dez por cento).
Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, ini¬cia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
Não efetuado o pagamento no prazo legal, certifique-se e voltem-me os autos conclusos.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Olinda de Quadros Altomare Castrillon
Cod. Proc.: 990096 Nr: 18550-15.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DEUSDETI PEDROSO NEVES FILHO, MARIA DOS SANTOS LEITE
PARTE(S) REQUERIDA(S): JACSON LEITE LUCAS PEREIRA, OESTEMIX CONCRETO LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KILZA GIUSTI GALESKI - OAB:8660
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENISE DE OLIVEIRA - OAB:21304/O, YANÁ GOMES CERQUEIRA - OAB:5.495
Vistos, etc.
Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais causados por acidente de trânsito proposta por Deusdete Pedroso Neves Filho e Maria dos Santos Leite em face de Jackson Leite Lucas Pereira e OESTEMIX Concreto LTDA.
Citado, o requerido de Jackson Leite Lucas Pereira apresentou contestação às fls. 228/240, alegando em sede preliminar, a culpa exclusiva da vítima.
Impugnação às fls. 384/391.
Pois bem, a preliminar suscitada pelo requerido em sede de contestação, se confunde com o próprio mérito da questão, e serão analisadas oportunamente, após a instrução processual, ocasião em que poderão ser analisadas as provas produzidas a fim de constatar ou não as responsabilidades dos envolvidos no acidente.
No mais, as partes são legítimas e estão devidamente representadas por seus ilustres advogados, bem assim, verifico não haver irregularidades ou preliminares a serem analisadas, razão pela qual, DECLARO saneado o presente feito, e fixo como ponto controvertido a comprovação da responsabilidade da vítima e do requerido, a existência de irregularidade na condução por qualquer das partes, a dinâmica do acidente, a existência de dano passível de indenização, o nexo causal e sua extensão.
Considerando o que dispõe o art. 370 do CPC, DESIGNO a audiência de Instrução para o dia 26/03/2020 às 14:00 horas, para o depoimento pessoal da parte autora e da requerida, além da oitiva de testemunhas, observando o limite de três testemunhas, independente de prévia apresentação de rol.
Nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1025931-86.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KATYELLE PEREIRA PIMENTEL (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GOLDEM GESTAO DE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TELMA REGINA RIBEIRO DONATONI OAB - MT0018966A

(ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1025931-86.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Diante da denunciação à lide formulada pela requerida, cite-se o denunciado para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 128 e seguintes do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058650-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DELCARO HOTEIS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEBER CALIXTO DA SILVA OAB - MT7972-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MINERVA S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058650-53.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por DELCARO Hotéis Ltda. em desfavor de Minerva S/A. Diante da análise dos documentos anexados ao processo, verifica-se que não houve a comprovação do recolhimento das custas/taxas judiciais. Desse modo, intime-se a parte autora para recolher e/ou apresentar a guia de custas/taxas judicias devidamente paga, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020719-21.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANAIDE MALACO VIOLADA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS MANOEL OAB - MT19532-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1020719-21.2016.8.11.0041 Vistos, etc. Considerando os efeitos modificativos atribuídos aos Embargos de Declaração opostos, manifeste-se a parte embargada no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos para decisão. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021242-33.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO MAISON GABRIELA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA CRISTINA BRANDAO SILVA CAMARGO MALVEZZI OAB - MT16013-O (ADVOGADO(A))
RUBIA APARECIDA FRANTZ OAB - MT7929-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
STM - CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA - EPP (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO VALERIO FARIA DE OLIVEIRA OAB - MT15629-O (ADVOGADO(A))
JOAO CELESTINO CORREA DA COSTA NETO OAB - MT4611-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1021242-33.2016.811.0041 Vistos, etc. Considerando a manifestação de id nº 25994274, intime-se o perito para, prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito dos quesitos complementares apresentados. Com a resposta, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se a respeito, requerendo o que entender de direito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1021242-33.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO MAISON GABRIELA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA CRISTINA BRANDAO SILVA CAMARGO MALVEZZI OAB - MT16013-O (ADVOGADO(A))
RUBIA APARECIDA FRANTZ OAB - MT7929-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
STM - CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA - EPP (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO VALERIO FARIA DE OLIVEIRA OAB - MT15629-O (ADVOGADO(A))
JOAO CELESTINO CORREA DA COSTA NETO OAB - MT4611-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1021242-33.2016.811.0041 Vistos, etc. Considerando a manifestação de id nº 25994274, intime-se o perito para, prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito dos quesitos complementares apresentados. Com a resposta, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se a respeito, requerendo o que entender de direito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058793-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. K. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE SAMUEL DE SOUZA SAMPAIO OAB - MT24487/O-O (ADVOGADO(A))
EDNEIA MITIE KASHIWAGI OAB - 622.058.031-15 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
POSTAL SAUDE - CAIXA DE ASSISTENCIA E SAUDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058793-42.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Declaratória de Obrigação de Fazer c/c Reparação de Danos Materiais e Morais ajuizada por Davi Kshiwagi Saunders representado por Edneia Mitie Kashiwagi em desfavor de Postal Saúde – Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios. Dispõe o art. 4º da Lei nº 1.060/50: "Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família." A respeito do assunto a Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, editou normas específicas no âmbito estadual sobre a concessão do benefício da justiça gratuita, estabelecendo que: "2.14.8.1.2 - Para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, prevista na Lei n.º1.060/50, deverá o magistrado fazer uma averiguação superficial sobre as condições financeiras da parte requerente, inclusive, se necessário, com consulta ao Sistema INFOJUD (Secretaria da Receita Federal), Detran, Brasil Telecom e Junta Comercial, ferramentas essas disponibilizadas no Portal dos Magistrados." Portanto, ao magistrado cabe analisar o estado de carência do requerente, a fim de garantir a destinação do benefício da gratuidade àqueles que realmente não tem

condições de arcar com as custas judiciais, sem prejuízo do sustento próprio, sendo essa, a orientação recebida da Corregedoria da Justiça de Mato Grosso. Neste caso, o estado de pobreza da parte autora não se enquadra no conceito expresso na lei, haja vista que por meio da analise dos autos, não restou demonstrada a precariedade da sua situação financeira a ponto de lhe ser impossibilitada o acesso à justiça em caso de indeferimento. O STJ manteve decisão do juízo a quo em caso análogo, negando os benefícios da justiça gratuita, por falta de comprovação de hipossuficiência pelo requerente, vejamos: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. REVISÃO QUE ESBARRA NO ÓBICE DA SÚMULA 7 DO STJ. AFASTADA A APONTADA VIOLAÇÃO AO ART. 131 DO CPC. DECISÃO MANTIDA. 1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário. 2. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado." (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008). 3. O suporte jurídico que lastreou o acórdão ora hostilizado emergiu da análise de fatos e provas produzidas nas instâncias ordinárias. Rever os fundamentos que ensejaram esse entendimento exigiria reapreciação do situação fática, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. 4. Por outro lado, o acórdão tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide. Apenas não foi ao encontro da pretensão do recorrente, o que está longe de significar negativa de prestação jurisdicional. 5. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 387107 MT 2013/0282828-4, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 17/10/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/10/2013). Grifo nosso. Cabe assinalar ainda que a declaração de pobreza goza de presunção relativa de veracidade, podendo o pedido de justiça gratuita ser indeferido se houver elementos em sentido contrário. Sobre o assunto, já decidiu a corte mato-grossense: “ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - INDEFERIMENTO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE POBREZA E MISERABILIDADE - DECISÃO MANTIDA. O artigo 4º da Lei n. 1060/50 ao dizer que “A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial”, não deve ser aplicado de forma absoluta e irrestrita, merecendo ser alvo de interpretação sistemática e teleológica, para que em situações excepcionais seja relativizado, como forma de impedir o abuso do direito. Portanto, não pode a parte pretender que o Estado assuma ônus que é seu, quando não evidenciada a necessidade real, justificando a concessão do benefício.” (TJMT - QUINTA CÂMARA CÍVEL, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 97915/2010 - CLASSE CNJ - 202 - COMARCA DE POCONÉ, Data de Julgamento: 24-11-2010). (destaquei). Dessa forma, INDEFIRO o pedido de Justiça Gratuita postulado pelo requerente, pois não vislumbro a falta de condições financeiras para arcar com as custas do processo, sem o comprometimento de seu próprio sustento e de sua família. Nos termos do art. 98, § 6º, do Código de Processo Civil, faculto o recolhimento das custas judiciais em até 06 (seis) parcelas fixas, recolhidas mediante a emissão de guia com a comprovação nos autos até o dia 10 (dez) de cada mês, sob pena de indeferimento da petição inicial em razão do inadimplemento. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento da primeira parcela das custas judiciais, bem como acostar aos autos a negativa do plano de saúde no fornecimento do tratamento solicitado, sob pena de indeferimento da petição inicial. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-38 EXIBIÇÃO
Processo Número: 1020769-13.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LILIANA APARECIDA CORA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RANULFO BURITI DE MACEDO FILHO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERGIO BAPTISTA DA SILVA OAB - GO5477 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1020769-13.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Considerando os efeitos modificativos atribuídos aos Embargos de Declaração opostos, manifeste-se a parte embargada no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos para decisão. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1046965-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA JOSE DOS SANTOS SOUSA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (EXECUTADO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1046965-49.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Execução de Seguro por Morte proposta por Francisca José dos Santos Sousa em face do Banco Bradesco Vida e Previdência S/A. Este juízo proferiu decisão declinando a competência do presente feito a uma das Varas Especializadas em Direito Bancário, tendo em vista a matéria abordada, conforme id 25147324. O feito fora redistribuído para a 2ª Vara Especializada em Direito Bancário da Comarca de Cuiabá/MT, momento em que o juízo especializado reenviou a demanda para este Juízo, alegando que não possuía pedido de natureza bancária. Pois bem, embora o juízo da 2ª Vara Especializada em Direito Bancário desta Capital tenha remetido o processo novamente para esta Vara Cível de Feitos Gerais, é o entendimento que, diante da declinação de competência deste juízo (11ª Vara Cível de Cuiabá/MT) conforme decisão de id 25147324, qualquer decisão proferida seria nula prejudicando a tramitação processual e, via de consequência, a própria atividade jurisdicional estatal, razão pela qual não procede à devolução dos autos para que ocorra suscitação de conflito negativo de competência por este Juízo. Assim, uma vez que competem às varas bancarias processar e julgar os feitos relativos a causas decorrentes de operações realizadas por instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central, devolvam-se os autos à 2ª Vara Especializada de Direito Bancário, para, se for o caso, suscitar conflito de competência à luz do que dispõe o art. 953, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo desnecessária a devolução dos autos à este Juízo para a reapreciação do mesmo. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1058818-55.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILSON ROBERTO PERRI BRUNETTA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALINE BARINI NESPOLI OAB - MT9229-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO FERNANDES DA SILVA PERES (EMBARGADO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058818-55.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Embargos à Execução opostos por Wilson Roberto Perri Brunetta em desfavor de Gustavo Fernandes da Silva Peres. O autor pugnou pelo recolhimento das custas ao final da demanda. De acordo com a Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça – CNGC – item 2.14.2, as taxas e custas judiciais deverão ser recolhidas no ato da distribuição da inicial, sendo vedado do seu recolhimento ao final da demanda. O entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça desta Capital dispõe que, ainda que as custas devam ser recolhidas no ato da distribuição, sendo vedado o recolhimento ao final do processo. Senão vejamos: AÇÃO DE COBRANÇA – PEDIDO DE PRAZO PARA

RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS INDEFERIDO – VERDADEIRO PLEITO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – POSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE POBREZA E MISERABILIDADE – RECOLHIMENTO DAS CUSTAS AO FINAL – IMPOSSIBILIDADE – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. In casu, o pleito do agravante nada mais é que um pedido de justiça gratuita mascarado, porque o prazo de 05 (cinco) anos requerido para o pagamento das custas processuais está claramente descrito no art. 12, da Lei n. 1.060/50. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recurso. Inteligência do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal. Cabe ao julgador examinar a razoabilidade da concessão da gratuidade da justiça, considerando para tanto os elementos que evidenciam a condição de necessidade do beneficiário, o que não ocorreu no caso dos autos. O recolhimentos de custas em momento posterior ou ao final da demanda encontra-se inviabilizado, nos termos do item 2.14.2 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça – CNGC. (AI 46701/2014, DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 23/07/2014, Publicado no DJE 28/07/2014) APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CAUTELAR DE ARRESTO – EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA SEGUIDO DA INÉRCIA NO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS – SUSPENSÃO DO PROCESSO PRINCIPAL – PEDIDO DE PAGAMENTO DE CUSTAS AO FINAL – EXPRESSA VEDAÇÃO NA CNGCGJ/MT - AUSÊNCIA DE SUBSTRATO FÁTICO QUE DEMONSTRASSE A INVIABILIDADE DO PAGAMENTO IMEDIATO DAS CUSTAS PROCESSUAIS – ALEGAÇÃO DE RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO PELA PARTE RÉ – NÃO COMPROVAÇÃO – REVOGAÇÃO DA TUTELA LIMINAR – RESSARCIMENTO DOS PREJUÍZOS CAUSADOS À PARTE CONTRÁRIA – ACOLHIMENTO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS SEM A PRÉVIA OITIVA DA PARTE ADVERSA – SUPRESSÃO DE OMISSÃO SEM EFEITOS INFRINGENTES – DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. A suspensão do trâmite processual não produz efeitos noutra demanda, mesmo em ação cautelar em apenso, salvo quando existente previsão expressa nesse sentido. 2. Decorrido o prazo de suspensão sem qualquer consequência conciliatória, a prática de ato processual no período vedado somente seria vedado caso disso decorre prejuízo concreto às partes. 3. O pagamento das custas somente ao final do processo não encontra respaldo na legislação estadual que regulamenta a taxa judiciária e é vedado expressamente pelo item 2.14.2 da CNGCGJ/MT, ainda mais quando não demonstrado e comprovado qualquer fato que o impedisse o autor de arcar com aquelas imediatamente. 4. O reconhecimento da procedência do pedido autoral pelo advogado depende da outorga de poder especial e expressa menção nesse sentido. 5. A revogação da tutela liminar e a condenação do autor da ação cautelar, no mesmo processo, em decorrência da extinção do processo sem resolução do mérito, é consequência lógica prevista expressamente na legislação processual. 6. Não há nulidade no acolhimento de embargos declaratórios, sem prévia intimação da parte contrária, quando a modificação introduzida decorre, diretamente, de omissão patente e o recorrente não demonstra, fundamentadamente, que referida a intimação prévia poderia surtir efeitos concretos. (Ap 129703/2016, DESA. SERLY MARCONDES ALVES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 09/11/2016, Publicado no DJE 11/11/2016) Isto posto, indefiro o pedido de pagamento das custas ao final da demanda. Nos termos do art. 98, § 6º, do Código de Processo Civil, faculto ao autor o recolhimento das custas judiciais em até 06 (seis) parcelas fixas, recolhidas mediante a emissão de guia com a comprovação nos autos até o dia 10 (dez) de cada mês, sob pena de indeferimento da petição inicial em razão do inadimplemento. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos o comprovante de recolhimento das despesas processuais. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009826-34.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NET INFO TECNOLOGIA LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Alan Vagner Schmidel OAB - MT7504-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1009826-34.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Contrato Tácito com Indenização por Rescisão Antecipada Moral proposta por NET INFO TECNOLOGIA LTDA em desfavor de NOVO MUNDO AMAZÔNIA MÓVEIS E UTILIDADES LTDA. Citada, a requerida apresentou contestação no ID. 16337020, alegando, em sede de preliminar, a carência da ação. Impugnação ID. 17077118, ocasião que a parte autora alega a ilegitimidade passiva da requerida e requer a decretação da revelia daquela. Passo a sanear o feito. REJEITO a alegação de carência da ação suscitada pela requerida haja vista que esta confunde-se com o próprio mérito da questão. Da mesma forma, a aferição efetiva e real das chamadas condições da ação implica forçosamente o exame de pontos que se encontram no âmbito da relação de direito material posta à apreciação do juiz e, por via de consequência, julgamento do mérito. No que tange a alegação de ilegitimidade passiva da requerida é notório que, dadas as características dos grandes conglomerados econômicos, integrando formalmente ou não grupo de sociedades, apresentam-se eles ao público e a clientela como empresa única, frequentemente sob denominação similar ou abreviada. Em tais condições, a diferenciação entre as pessoas jurídicas, conquanto inegável do ponto de vista técnico-jurídico, tem de ser desconsiderada nas relações com pessoas às quais tal diversidade não se dá a conhecer. Assim, é aplicável a teoria da aparência para reconhecer-se a legitimidade passiva de empresa, diversa da que contratou, mas do mesmo grupo econômico, sendo que no mérito será delimitada a responsabilização do ente. Além disso, a requerida juntou aos autos cópia da 32ª alteração do contrato social (ID. 16337021), onde a NOVO MUNDO AMAZÔNIA MÓVEIS E UTILIDADES LTDA, CNPJ nº 13.530.973/0001-84, aprovou a incorporação de parcela cindida do patrimônio líquido contábil da sociedade NOVO MUNDO MÓVEIS E UTILIDADES LTDA, CNPJ nº 01.534.0820/0001-28. Portanto, não há de se falar em ilegitimidade passiva. Isto posto, REJEITO a preliminar. Com relação à decretação de revelia, verifica-se que não assiste razão a parte autora, pois, de acordo com certidão ID. 16532444, a requerida apresentou contestação tempestivamente. No mais, verifico que as partes são legítimas e estão devidamente representadas por seus ilustres advogados, bem assim, verifico não haver irregularidades ou preliminares a serem analisadas, razão pela qual, DECLARO saneado o presente feito e fixo como ponto controvertido a comprovação da ilegalidade na conduta da parte requerida, a comprovação da existência de ato passível de indenização, a existência de contratação, a rescisão contratual antecipada e a exigibilidade da multa rescisória. Diante disso, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que ainda pretendam produzir, justificando-as. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos para designação de audiência ou julgamento antecipado da lide, conforme o caso em concreto. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1031409-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON DE JESUS - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLEY FERNANDO OZORIO DOS SANTOS OAB - MT26434/O (ADVOGADO(A))
NILZA MENDES OZORIO OAB - MT26016/O (ADVOGADO(A))
FABIO RODRIGO DE MENDONCA OAB - MG174844 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA GUEDES BRUM (REQUERIDO)
CENTRO PEDAGOGICO DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL CORUJINHA SAPECA LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO LERIAS ALCANTARA OAB - RS50172 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1031409-07.2019.811.0041 Vistos, etc. Acolho a emenda e defiro os benefícios da justiça gratuita a parte autora. Tendo em vista que a parte requerida foi intimada da decisão (ID nº 22241054) e não compareceu na audiência de conciliação e, em que pese à justificativa de id 26162797, arbitro multa de 2% do valor da causa, em razão do descumprimento de ordem judicial, (art. 334, § 8º do CPC). Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação à contestação e documentos. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1027679-56.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEDA CRISTINA DE MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MARCILIO DONEGA OAB - MT3079-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TABITA ABE ASSUNCAO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PALOMA DE PAULA ORRIGO RIBEIRO LEITE OAB - MT25941/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1027679-56.2017.811.0041 Vistos, etc. A parte autora se manifestou, conforme id 24523968, pugnando pelo cumprimento da tutela de urgência, para que a requerida cumpra o determinado, restabelecendo os poderes outorgados à autora junto ao Cartório, sob pena de arbitramento de multa. Em que pese à manifestação da autora, a mesma não merece acolhimento. Observa-se da decisão proferida no id 11877831, que a tutela de urgência foi concedida, sendo determinada tão somente a averbação da existência da ação na matrícula do imóvel em discussão no feito. Assim, verifica-se que não há determinação para o restabelecimento de poderes, razão pela qual indefiro o pedido formulado pela autora, conforme id 24523968. Intime-se a parte acerca do indeferimento dos pedidos e, após, certifique-se e voltem-me os autos conclusos para designação de audiência, saneamento ou julgamento antecipado da lide, conforme o caso. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1055070-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JHONATAN RABELO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos n.º1055070-15.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança – Seguro Obrigatório DPVAT Com Pedido de Exibição de Documentos ajuizada por JHONATAN RABELO SILVA em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a argumentação e os documentos apresentados, DEFIRO o pedido da autora e determino que a requerida exiba nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, o processo administrativo em nome da parte autora. Outrossim, designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 08:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1056218-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO LIMA BEZERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARENE REGINA DA SILVA OAB - MT26140/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056218-61.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por FRANCISCO LIMA BEZERRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 08:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056852-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GABRYELL VENTURA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056852-57.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por GABRYELL VENTURA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando

a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 09:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056341-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALISSON DA SILVA ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056341-59.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por THAYLLA DA SILVA ALVES, representada pelo seu genitor ALISSON DA SILVA ALVES, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 08:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do Boletim de Ocorrência (B.O). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056610-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NATALIA MATEUS KYUTOKU (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056610-98.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por NATALIA MATEUS KYUTOKU, em desfavor de BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 09:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1059088-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EXPRESSO NOVA CUIABA LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ITALO FURTADO LUSTOSA DA SILVA OAB - MT13786-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIZETH LUCIA DE ARRUDA LEITE (INVENTARIANTE)
ALUÍZIO FELIX DE ARRUDA LEITE (ESPÓLIO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1059088-79.2019.811.0041 Vistos, etc. Determino a redistribuição do feito, tendo em vista que o mesmo foi distribuído por dependência ao processo 19803-53.2006.8.11.0041, em trâmite perante 7ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá/MT. Remetam-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-40 INTERPELAÇÃO
Processo Número: 1055857-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LUCIA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANIA DOS SANTOS OAB - MT11332-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROBERTO TEIXEIRA SANTOS (REQUERIDO)
6 SERVICO NOTARIAL REGISTRO DE IMOVEIS DA 3 CIRCUNSC (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055857-44.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Interpelação Judicial c/c Notificação Judicial ajuizada por Maria Lucia de Arruda Neponuceno em desfavor de Sexto Serviço Notarial, Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição de Cuiabá e Roberto Teixeira Santos. Verifica-se que a parte autora atribuiu o polo passivo ao Sexto Serviço Notarial, Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição de Cuiabá, entretanto, é pacífica a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o tabelionato não é dotado de personalidade jurídica ou judiciária para atuar em demandas. Senão vejamos: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECONHECIMENTO DE FIRMA MEDIANTE ASSINATURA FALSIFICADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. OFÍCIO DE NOTAS. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA E JUDICIÁRIA 1. Consoante as regras do art. 22 da Lei 8.935/94 e do art. 38 da Lei n.º 9.492/97, a responsabilidade civil por dano decorrente da má prestação de serviço cartorário é pessoal do titular da serventia à época do fato, em razão da delegação do serviço que lhe é conferida pelo Poder Público em seu nome. 2. Os cartórios ou serventias não possuem legitimidade para figurar no pólo passivo de demanda indenizatória, pois são desprovidos de personalidade jurídica e judiciária, representando, apenas, o espaço físico onde é exercida a função pública delegada consistente na atividade notarial ou registral. 3. legitimidade passiva do atual titular do serviço notarial ou registral pelo pagamento de débitos atrasados do antigo titular. 4. Doutrina e jurisprudência acerca do tema, especialmente precedentes específicos desta Corte. 5. Recurso especial provido. (REsp 1177372/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/02/2012) Em assim sendo, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, retificar o polo passivo da demanda, uma vez que o tabelionato não possui personalidade jurídica ou judiciária para atuar na demanda, sob pena de indeferimento da petição inicial. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1056791-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RONI ALMEIDA DE PINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056791-02.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por RONI ALMEIDA DE PINHO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 09:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011626-97.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON BARBOSA AZUAGA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
DIOGO DE ALMEIDA DIANA (PERITO / INTÉRPRETE)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1019131-08.2018.811.0041 Vistos, etc. Ciente da decisão de id nº 26607417. Cumpra-se conforme determinado e aguarde-se o julgamento do mérito do agravo. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1057344-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANE MARQUES CUNHA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057344-49.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Inexigibilidade de Débito c/c Dano Moral ajuizada por Tatiane Marques Cunha Santos em desfavor de ENERGISA Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A, com pedido de tutela de urgência. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, acostando aos autos a cópia do contrato de compra e venda do imóvel, bem como o histórico de consumo do imóvel, sob pena de indeferimento dos pedidos. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058946-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HITALO FRANCISCO CAPOROSSI MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO CAPOROSSI E SILVA OAB - MT6183-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SP SERVICOS VETERINARIOS LTDA (RÉU)
CAMILO PASQUINI (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058946-75.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Dissolução Parcial de Sociedade com Apuração de Haveres ajuizada por Hitalo Francisco Caporossi Martins em face de Camilo Pasquini e SP Serviços Veterinários Ltda.. Dispõe a cláusula décima quarta do contrato social em discussão nos autos (id 27215916): CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ELEIÇÃO DE FORO As partes elegem a Câmara Regional de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresariam de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou divergências

decorrentes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, seguindo-se as normas do regulamento interno da referida Câmara e, subsidiariamente, da lei de arbitragem, para a solução de eventuais conflitos e questionamentos. Com a edição da Resolução nº 02/2019, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu competência à 4ª e 5ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá para processar e julgar privativamente os conflitos decorrentes da Lei de Arbitragem, a fim de possibilitar de solução mais ágil e célere do litígio. A orientação é para que todos os processos relativos à arbitragem que tramitam nas 3ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Varas Cíveis sejam direcionados, de maneira igualitária, para a 4ª e 5ª Vara, razão pela qual declino da competência para processar e julgar o presente feito e determino a remessa dos autos para a Central de Distribuição, para que realize a remessa dos autos ao juízo competente para o prosseguimento, com as baixas e anotações necessárias. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1006221-46.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS HENRIQUE DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE 1006221-46.2018.8.11.0041 Vistos, etc. Ciente do acórdão . ID. 26726894. Considerando o cumprimento da obrigação, e ante as informações contidas no ID. 26726903, expeça-se o competente alvará da quantia depositada em favor do autor, atentando-se aos dados fornecidos. Após, remeta-se os presentes autos ao arquivo, observando as formalidades legais. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1057055-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WELETON CARLOS MOREIRA DOS REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057055-19.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por WELETON CARLOS MOREIRA DOS REIS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 09:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1057065-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO GOMES PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057065-63.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança da Diferença do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por PEDRO GOMES PEREIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/042020, às 10:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057989-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALYSSON LAION GONCALO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057989-74.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ALYSSON LAION GONCALO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 11:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e

Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057967-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON APARECIDO DE PAULA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057967-16.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ADILSON APARECIDO DE PAULA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 11:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056665-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NERVAN CASTRO DA CONCEICAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE PETAN TOLEDO PIZZA OAB - TO2553-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056665-49.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Reparação por Danos Materiais ajuizada por Nervan Castro da Conceição em desfavor de Banco do Brasil S/A. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 11:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Com fundamento no artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, INVERTO o ônus da prova e determino que a empresa ré apresente os documentos comprobatórios necessários e úteis em relação aos fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058104-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NOELMA MAGALHAES SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSIO FELIPE MIOTTO OAB - MT7252-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAIXA SEGURADORA S/A (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058104-95.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Ordinária ajuizada por Noelma Magalhães Souza em desfavor de Caixa Seguradora S/A. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 10:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, acostar aos autos as cópias

de seus holerites dos últimos 03 (três) meses ou outro documento que comprove sua renda mensal, para comprovar o estado de necessidade, sob pena de indeferimento dos pedidos e da concessão dos benefícios da justiça gratuita. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057880-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NELZA GONCALVES FERREIRA (AUTOR(A))
NELMA BENEDITA DE QUEIROZ BARROS (AUTOR(A))
BENEDITO MARCUS GONCALVES QUEIROZ (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADELINO MESSIAS DE MATOS PRAEIRO (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057880-60.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Rescisão de Contrato c/c Imissão na Posse com Pedido de Indenização por Danos Morais ajuizada por Benedito Marcus Gonçalves de Queiroz, Nelza Gonçalves de Queiroz e Nelma Benedita de Queiroz Barros em desfavor de Adelino Messias de Matos Praeiro. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 11:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058409-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDINEIA BISPO PINTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058409-79.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por EDINEIA BISPO PINTO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1055311-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA HELENA PECORA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANA HERNANDES MERIGHI PREZA OAB - MT9139-O (ADVOGADO(A))
MARCELO JOSE PECORA VIDAL OAB - 001.055.534-09 (REPRESENTANTE)
GIAN CARLO LEAO PREZA OAB - MT8431-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RETA MINERACAO - COMERCIO,TRANSPORTE E SERVICOS LTDA - ME (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055311-86.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Despejo de Imóvel Rural Arrendado cumulada com Rescisão do Contrato e Cobrança proposta por Maria Helena Pecora representada por Marcelo José Pecora Vidal em desfavor de Reta Mineração Ltda. – ME. Cumpre ressaltar que o pedido de tutela de urgência para o despejo da parte requerida será analisado depois de decorrido o prazo para a purgação da mora. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 08:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Poderá a parte requerida, no mesmo prazo da contestação, requerer a purgação da mora, conforme art. 32, parágrafo único, do Decreto 59.566/66, depositando judicialmente o valor descrito na inicial. Em caso de purgação da mora, fixo os honorários advocatícios em 20% (dez por cento) sobre o montante devido. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Após, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1051111-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUSSINEIA MARIA RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1051111-36.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JUSSINEIA MARIA RODRIGUES, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 11:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se a autora para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias o comprovante do requerimento realizado administrativamente, junto à seguradora. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1051255-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEONTINO RODRIGUES CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1051255-10.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por LEONTINO RODRIGUES CHAVES, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 11:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1051346-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIGRAZIELEM DE ARRUDA ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1051346-03.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por JULIGRAZIELEM DE ARRUDA ARAUJO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 11:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1051474-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS HENRIQUE ALMEIDA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1051474-23.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por MATHEUS HENRIQUE ALMEIDA SANTOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão

administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 11:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019854-61.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO RIBEIRO GUIMARAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE 1019854-61.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Ciente do acórdão . ID. 24776383. Considerando o cumprimento da obrigação, e ante as informações contidas no ID. 25621846, expeça-se o competente alvará da quantia depositada em favor do autor, atentando-se aos dados fornecidos. Após, remeta-se os presentes autos ao arquivo, observando as formalidades legais. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-70 ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS
Processo Número: 1020002-38.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VITOR MACHADO (REQUERENTE)
MARIANA ZERBINATO MACHADO (REQUERENTE)
JOELSON MACHADO (REQUERENTE)
JOSE AMILTON MACHADO (REQUERENTE)
WILLIAM MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO MARCELO CAMARA OAB - SP201783 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMADOR ATAIDE GONCALVES TUT (INTERESSADO)
LEDA ANTUNES GONCALVES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA PAULA DALMAS RODRIGUES OAB - MT0018891A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
THIAGO DE ABREU FERREIRA OAB - MT5928-O (ADVOGADO(A))
AIRTON JOSE DE MENDONCA (INTERESSADO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1020002-38.2018.811.0041 Vistos, etc. Em atenção ao pedido formulado pelo arrematante, conforme id 27271660 verifica-se a pertinência do requerimento, tendo em vista a desnecessidade de ajuizamento de nova demanda pelo arrematante de imóvel em hasta pública para a sua imissão na posse. Em consonância com o acima exposto se encontra o entendimento jurisprudencial: AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. COMPETÊNCIA. VARA DE FALÊNCIAS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMÓVEL. HASTA PÚBLICA. ARREMATAÇÃO. IMISSÃO IMEDIATA. MANDADO JUDICIAL. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. DESNECESSIDADE. I - Os artigos 527, I, e 557, do Código de Processo Civil autorizam o Relator a negar seguimento liminar quando o recurso for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em contradição com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior. II - A Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, no cumprimento das próprias sentenças, é competente para decidir sobre posse decorrente de arrematação de imóvel em hasta pública. III - Em cumprimento de sentença, o arrematante de imóvel leiloado em hasta pública pode imitir-se na posse do bem por simples mandado judicial, independentemente da propositura de nova ação. IV - Registrada a carta de arrematação, pode o arrematante ser imitido na posse do imóvel, ainda que pendente julgamento de embargos à arrematação. V - Negou-se provimento ao recurso. (Acórdão 884132, 20150020177166AGI, Relator: JOSÉ DIVINO, 6ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 22/7/2015, publicado no DJE: 4/8/2015. Pág.: 274) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA. ARREMATAÇÃO. IMÓVEL. IMISSÃO NA POSSE. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO DEMARCATÓRIA. DECISÃO MODIFICADA. Conforme revela a prova dos autos, a carta de arrematação foi regist rada no ofício imobiliário pelo arrematante do imóvel. Assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo serventuário ou leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável (art. 694 do CPC). Ao adquirente de imóvel arrematado em execução, não se exige a propositura de nova ação para imitir-se na posse do bem, podendo fazê-lo nos autos do processo executivo. Precedente do STJ. Ademais, o laudo elaborado pelo perito avaliador delimitou a área a ser imitida na posse, a qual, inclusive, consta do edital de leilão, praça e intimação. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento, Nº 70061606224, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em: 30-09-2014) Desse modo, verifica-se que o peticionante possui o direito de imissão na posse do imóvel arrematado, mediante simples mandado, sem a necessidade de propositura de nova ação. Diante do exposto e dos argumentos apresentados, conforme id 27271660, defiro o pedido e determino a expedição da carta de arrematação em favor do arrematante e, após, com a comprovação do registro da carta de arrematação, expeça-se mandado para a imissão do arrematante na posse do imóvel. No mais, cumpra-se os demais termos da decisão de id 27168571. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033884-04.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUVENIL SILVA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE 1033884-04.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Ciente do acórdão . ID. 21136813. Considerando o cumprimento da obrigação, e ante as informações contidas no ID. 24830117, expeça-se o competente alvará da quantia depositada em favor do autor, atentando-se aos dados fornecidos. Após, remeta-se os presentes autos ao arquivo, observando as formalidades legais. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024387-63.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLAYSSON ASSIS DA COSTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE 1024387-63.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Ciente da decisão . ID. 22659343. Considerando o cumprimento da obrigação, e ante as informações contidas no ID. 24428916, expeça-se o competente alvará da quantia depositada em favor do autor, atentando-se aos dados fornecidos. Após, remeta-se os presentes autos ao arquivo, observando as formalidades legais. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1051652-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARILSON RIZALDE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DO CARMO COSTA MARQUES OAB - MT18047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1051652-69.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ARILSON RIZALDE DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1050968-47.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAMIL EVANGELISTA QUEIROZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1050968-47.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JAMIL EVANGELISTA QUEIROZ, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 08:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1050785-76.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN CARLOS DA SILVA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1050785-76.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por JEAN CARLOS DA SILVA SANTOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 10:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento

antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052156-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052156-75.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JOSE FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 08:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052422-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE PEREIRA FELIX (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SORAIA LETICIA CONDE DA CRUZ OAB - MT25108/O (ADVOGADO(A))
DANILO GREGORY SOARES DA SILVA OAB - MT18989-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052422-62.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ANDRE PEREIRA FELIX, em desfavor de Seguradora Lider. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 08:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1050914-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEFERSON FERREIRA DE ANDRADE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1050914-81.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por JEFERSON FERREIRA DE ANDRADE, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 10:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052420-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SIDINEY ROBERTINO REGIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052420-92.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por SIDINEY ROBERTINO REGIS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de

Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 08:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052426-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEVERSON GABRIEL ALBUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052426-02.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por CLEVERSON GABRIEL ALBUES, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 11:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1052770-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NATHALIA SILVA PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052770-80.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por NATHALIA SILVA PINTO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 08:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1051110-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA FRANCISCA NUNES FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1051110-51.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por VANIA FRANCISCA NUNES FERREIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 10:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá

se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052544-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS GARCIA CEBALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052544-75.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por CARLOS GARCIA CEBALHO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 11:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052652-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOELITON GREGORIO DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052652-07.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JOELITON GREGORIO DE OLIVEIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 11:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052677-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN APARECIDO GUIMARAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052677-20.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por WILLIAN APARECIDO GUIMARAES, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052690-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JACONIAS ANTONIO DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052690-19.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JACONIAS ANTONIO DE JESUS, em desfavor de PORTO SEGURO

COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 08:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052784-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JANETE DOS SANTOS LOBATO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICK SHARON DOS SANTOS OAB - MT0014712A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052784-64.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JANETE DOS SANTOS LOBATO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 30/01/2020, às 13:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052938-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
YANKA KAROLINE RODRIGUES (AUTOR(A))
G. K. R. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052938-82.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por GABRIELLY KAROLLYNE RODRIGUES SANTOS representada por sua genitora YANKA KAROLINE RODRIGUES, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 08:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052940-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JENNIFFER DAYNARA DE CAMPOS ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052940-52.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por JENNIFFER DAYNARA DE CAMPOS ALVES, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 09:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis

apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052951-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO VIEIRA SABINO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052951-81.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por MARCELO VIEIRA SABINO DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 09:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052953-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JACKSON MACIEL DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1052953-51.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JACKSON MACIEL DA SILVA, em desfavor de Seguradora Lider. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 09:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053389-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDIVALDO GOMES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1053389-10.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por EDIVALDO GOMES DA SILVA, em desfavor de Seguradora Lider. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 09:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053817-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO FERREIRA MARIANO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1053817-89.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por ROGERIO FERREIRA MARIANO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de

gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1053768-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA MOREIRA ROSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO FERREIRA SILVA OAB - MT13280-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1053768-48.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT ajuizada por VANESSA MOREIRA ROSA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 11:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053402-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GESIELE APARECIDA DOS SANTOS SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1053402-09.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por GESIELE APARECIDA DOS SANTOS SOUZA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 10:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053617-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KELVIN KLAIN CORREIA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1053617-82.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por KELVIN KLAIN CORREIA SILVA, em desfavor de Seguradora Lider. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 23/04/2020, às 10:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se a autora para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias o comprovante

do requerimento realizado administrativamente, junto à seguradora. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053820-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO VITOR SANTOS DE ANDRADE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1053820-44.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por JOAO VITOR SANTOS DE ANDRADE, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu RG e CPF legível. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053835-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LILITA GARCIA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1053835-13.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por LILITA GARCIA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1053897-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN CARLOS MODZINSKI NOGUEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1053897-53.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por JEAN CARLOS MODZINSKI NOGUEIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054141-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAROLINE DA SILVA CANUTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca

da Capital GABINETE Autos nº 1054141-79.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por CAROLINE DA SILVA CANUTO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058311-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAIO CESAR SILVA BORTOLOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA DA SILVA PEREIRA OAB - MT25769/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE BENEFICIENTE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058311-94.2018.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por Caio César Silva Bortoloso em desfavor de Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 08:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054376-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SARA REGINA SOARES DO NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054376-46.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por SARA REGINA SOARES DO NASCIMENTO, em desfavor de SEGURADORA LÍDER. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Importante ressaltar que, considerando que a parte autora manifestou que não possui o interesse pela audiência de conciliação, a mesma tão somente não será realizada caso o requerido apresente petição, com antecedência de 10 (dez) dias, contados da data de audiência, informando o seu desinteresse. Ainda, intime-se a autora para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias o comprovante do requerimento realizado administrativamente, junto à seguradora. Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu RG e CPF legível. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054358-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ROZENDO DOS SANTOS FILHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054358-25.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por CARLOS ROZENDO DOS SANTOS FILHO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na

petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054372-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WEMERSON CANDIDO CUNHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054372-09.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por WEMERSON CANDIDO CUNHA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1027143-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZENILDE IZABEL NORBERTO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT12358-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DAYCOVAL S/A (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1027143-74.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica c/c Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais ajuizada por Zenilde Izabel Norberto da Silva em desfavor de Banco DAYCOVAL S/A, com pedido de tutela de urgência, para que o requerido se abstenha de efetuar descontos na folha de pagamento do autor, bem como que, autorizada a inversão do ônus da prova, a parte requerida exiba os contratos de empréstimo consignado e a autorização para desconto em folha. Consta na inicial que a parte autora é servidora pública estadual e, após não concordar com os valores líquidos que estaria recebendo, retirou os holerites para verificar seus recebimentos. Informa que foi surpreendida com a existência de descontos mensais efetuados em sua conta, referentes a empréstimos consignados, desde o ano de 2011. Aduz que jamais realizou qualquer negócio jurídico com a instituição financeira requerida, sendo fraudulento o contrato que originou o débito. Relata que contatou a parte requerida para a solução do impasse, todavia, não obteve êxito. Vieram os autos conclusos. Fundamento: Sobre a tutela provisória de urgência, sabe-se que a mesma poderá ser concedida quando houver a comprovação dos elementos que demonstrarem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como quando não possuir risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Prescreve o art. 300, do Código de Processo Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Sobre o tema, leciona José Miguel Garcia Medina, em comentários à nova legislação, sob o título "Código de Processo Civil Comentado, 1ª Ed.". "A medida de urgência deverá ser determinada em atenção a uma série de elementos, habitualmente sintetizados na fórmula fumus + periculum, mas que são bastante abrangentes. A medida a ser concedida será adequada à proteção e realização do direito frente ao perito. Para se deliberar entre uma medida conservativa "leve" ou "menos agressiva" à esfera jurídica do réu e uma medida antecipatória (ou, no extremo, antecipatória e irreversível) deve-se levar em consideração a importância do bem jurídico a ser protegido (em favor do autor) frente ao bem defendido pelo réu.". Nesse contexto, e de acordo com o art. 300, do Código de Processo Civil, tem-se que para deferimento da tutela de urgência antecipada, se faz necessária a existência de prova capaz de conduzir o convencimento do juízo pela probabilidade do direito, se demonstre o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como que a medida possa ser reversível. No caso em tela, informa a parte autora que se surpreendeu com a diminuição de sua renda líquida, verificando a existência de diversos descontos referentes a empréstimos consignados não contratados, razão pela qual pugna pela concessão da tutela de urgência, para que o requerido se abstenha de efetuar descontos na folha de pagamento do autor, bem como que, autorizada a inversão do ônus da prova, a parte requerida exiba os contratos de empréstimo consignado e a autorização para desconto em folha. Em que pese os fatos narrados e os documentos acostados aos autos, verifica-se que os pedidos não merecem acolhimento. Não restou evidenciada a probabilidade do direito, tendo em vista os diversos empréstimos consignados contraídos em instituições financeiras diversas, inexistindo elementos suficientes acerca da conduta irregular da requerida. Do mesmo modo, ausente e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, haja vista que os descontos se iniciaram no ano de 2011, sendo necessária a oitiva da parte contrária para a averiguação da plausibilidade das alegações. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 11:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação,

intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Com fundamento no artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, INVERTO o ônus da prova e determino que a empresa ré apresente os documentos comprobatórios necessários e úteis em relação aos fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1054640-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUSEMAR MARIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILENO REZENDE TAVARES OAB - MT5652-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054640-63.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança da Diferença do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JUSEMAR MARIANO DA SILVA, em desfavor de SEGURADORA LÍDER. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Importante ressaltar que, considerando que a parte autora manifestou que não possui o interesse pela audiência de conciliação, a mesma tão somente não será realizada caso o requerido apresente petição, com antecedência de 10 (dez) dias, contados da data de audiência, informando o seu desinteresse. Ainda, intime-se a autora para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias o comprovante do requerimento realizado administrativamente, junto à seguradora. Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu RG e CPF legível. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054530-64.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIEL HENRIQUE GONCALVES DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054530-64.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por GABRIEL HENRIQUE GONCALVES DOS SANTOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054625-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOELTON ASSIS DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054625-94.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por JOELTON ASSIS DE JESUS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054786-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

LUIS CARLOS DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054786-07.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por LUIS CARLOS DE OLIVEIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:30horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054829-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO TAVARES DE FREITAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054829-41.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por ANTONIO TAVARES DE FREITAS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057299-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANECAP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOANA CAMILA DE PAULA OAB - MT14504/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO DO EDIFICIO PABLO PICASSO (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057299-45.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por SANECAP – Companhia de Saneamento da Capital em desfavor de Condomínio Edifício Pablo Picassso. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 09:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057570-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SABINO DA SILVA BARROS (AUTOR(A))
SABINO DA SILVA BARROS - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
joeli mariane castelli OAB - MT0016746A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057570-54.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Sabino da Silva Barros e Sabino da Silva Barros – ME em desfavor de ENERGISA Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 08:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A

ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Com fundamento no artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, INVERTO o ônus da prova e determino que a empresa ré apresente os documentos comprobatórios necessários e úteis em relação aos fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054636-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MEIRE OLIVEIRA DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICK SHARON DOS SANTOS OAB - MT0014712A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054636-26.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por MEIRE OLIVEIRA DA CRUZ, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu Boletim de Ocorrência B.O e declaração de hipossuficiência. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1056968-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAIRA MARCONDES MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANE BORDIGNON DA SILVA OAB - MT13282-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME PARQUE CHAPADA DIAMANTINA INCORPORACOES SPE LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056968-63.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada por Maira Marcondes Marques em desfavor de MRV Prime Parque Chapada Diamantina Incorporações SPE Ltda.. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 09:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Com fundamento no artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, INVERTO o ônus da prova e determino que a empresa ré apresente os documentos comprobatórios necessários e úteis em relação aos fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054772-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE SANTOS ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054772-23.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por MARIA JOSE SANTOS ARAUJO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia,

deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054816-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GILSON DE JESUS SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054816-42.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por Gilson de Jesus Silva em desfavor de Empresa Gontijo de Transportes Limitada. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2020, às 10:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Com fundamento no artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, INVERTO o ônus da prova e determino que a empresa ré apresente os documentos comprobatórios necessários e úteis em relação aos fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1054980-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE MORAES DE ARRUDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1054980-07.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JORGE MORAES DE ARRUDA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055001-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA MORAIS DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055001-80.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por LUCIANA MORAIS DOS SANTOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055021-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO CESAR DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055021-71.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por PAULO CESAR DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055059-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXIA SOUZA ROSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055059-83.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ALEXIA SOUZA ROSA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055164-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE BORGES DE CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055164-60.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por JOSE BORGES DE CARVALHO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055183-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMERSON MICHEL GARCIA ALFONSO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055183-66.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por EMERSON MICHEL GARCIA ALFONSO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se

a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055418-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADONELE DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055418-33.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por ADONELE DOS SANTOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O(Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055274-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARMINDO PEDROSO DE JESUS NETO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055274-59.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por ARMINDO PEDROSO DE JESUS NETO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu RG e CPF legível. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055421-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANO APARECIDO DA TRINDADE AMORIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055421-85.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JULIANO APARECIDO DA TRINDADE AMORIM, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá

se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055537-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME HENRIQUE SOUZA DO NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055537-91.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por GUILHERME HENRIQUE SOUZA DO NASCIMENTO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055551-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA SERRATES ANGELO MAIA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055551-75.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por MARIA SERRATES ANGELO MAIA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056288-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA DOS SANTOS ROCHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

11 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056288-78.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ANA MARIA DOS SANTOS ROCHA, em desfavor de SEGURADORA LÍDER. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055608-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NIVALDO CYRIACO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055608-93.2019.8.11.0041 Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por NIVALDO CYRIACO DOS SANTOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056325-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS MAGALHAES DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056325-08.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por MARCOS MAGALHAES DE JESUS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056328-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO ANTONIO BERNARDES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056328-60.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT - morte, ajuizada por FERNANDO ANTONIO BERNARDES, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Importante ressaltar que, considerando que a parte autora manifestou que não possui o interesse pela audiência de conciliação, a mesma tão somente não será realizada caso o requerido apresente petição, com antecedência de 10 (dez) dias, contados da data de audiência, informando o seu desinteresse. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055615-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINETE AUXILIADORA SOUZA DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICK SHARON DOS SANTOS OAB - MT0014712A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055615-85.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por LUCINETE AUXILIADORA SOUZA DE ALMEIDA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar

acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056356-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WERMERSON SOUZA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056356-28.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por WERMERSON SOUZA DE OLIVEIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056370-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AMARO JOSE DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

0 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056370-12.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por AMARO JOSE DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055642-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GILSON RIZALDE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055642-68.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por GILSON RIZALDE, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056419-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGUES PAES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056419-53.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por RODRIGUES PAES DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055842-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO CONCEICAO DE PINHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055842-75.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por ALESSANDRO CONCEICAO DE PINHO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056403-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMERSON DO ESPIRITO SANTO PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056403-02.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por EMERSON DO ESPIRITO SANTO PEREIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056456-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RONNYCLEYTON BENEDITO RODRIGUES RIBEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056456-80.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por RONNYCLEYTON BENEDITO RODRIGUES RIBEIRO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de

tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055950-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA FLAVIA MORETTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
YANN DIEGGO SOUZA TIMOTHEO DE ALMEIDA OAB - MT12025-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055950-07.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Declaração de Inexistência de Débito c/c Anulação de Auto de Infração c/c Indenização por Danos Morais ajuizada por Juliana Flavia Moretto em desfavor de ENERGISA Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A, com pedido de tutela de urgência, para que a requerida retire o nome da autora do cadastro de proteção ao crédito. Consta na inicial que a autora foi surpreendida com a inscrição de seu nome no cadastro de proteção ao crédito, no valo de R$ 12.723,30 (doze mil setecentos e vinte e três reais e trinta centavos), realizada pela requerida. Aduz que ao verificar junto à requerida a origem do valor, constatou que se tratava de uma recuperação de consumo na unidade consumidora nº 313012-7, referente a um imóvel situado na Avenida Carmindo de Campos. Informa que apesar da requerida informar que a unidade consumidora estar registrada em seu nome, a autora alega não ser proprietária, bem como que a unidade consumidora está registrada como inexistente. Vieram os autos conclusos. Fundamento: Defiro os benefícios da justiça gratuita. Sobre a tutela provisória de urgência, sabe-se que a mesma poderá ser concedida quando houver a comprovação dos elementos que demonstrarem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como quando não possuir risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Prescreve o art. 300, do Código de Processo Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Sobre o tema, leciona José Miguel Garcia Medina, em comentários à nova legislação, sob o título "Código de Processo Civil Comentado, 1ª Ed.". "A medida de urgência deverá ser determinada em atenção a uma série de elementos, habitualmente sintetizados na fórmula fumus + periculum, mas que são bastante abrangentes. A medida a ser concedida será adequada à proteção e realização do direito frente ao perito. Para se deliberar entre uma medida conservativa "leve" ou "menos agressiva" à esfera jurídica do réu e uma medida antecipatória (ou, no extremo, antecipatória e irreversível) deve-se levar em consideração a importância do bem jurídico a ser protegido (em favor do autor) frente ao bem defendido pelo réu.". Nesse contexto, e de acordo com o art. 300, do Código de Processo Civil, tem-se que para deferimento da tutela de urgência antecipada, se faz necessária a existência de prova capaz de conduzir o convencimento do juízo pela probabilidade do direito, se demonstre o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como que a medida possa ser reversível. No caso em tela, informa a parte autora que se surpreendeu com a inscrição de seu nome no cadastro de proteção ao crédito, referente a uma unidade consumidora da qual a autora não é titular, razão pela qual pugna pela concessão da tutela de urgência, para que a requerida retire o nome da autora do cadastro de proteção ao crédito. Analisando detidamente os autos, verifica-se presente a probabilidade do direito, tendo em vista o extrato do SERASA, conforme documento de id 26560029, onde consta a inscrição pelo valor de R$ 12.723,30 (doze mil setecentos e vinte e três reais e trinta centavos), bem como a alegação de inexistência da unidade consumidora. Do mesmo modo, presente o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, uma vez que a autora alega não ser proprietária do imóvel descrito pela requerida e a inscrição de seu nome no cadastro de inadimplente restringir o seu crédito. Diante do exposto, DEFIRO a antecipação da tutela de urgência e determino a expedição de ofício para que o banco de dados do SERASA e congêneres, no prazo de 05 (cinco) dias, exclua o nome da autora de seu banco de dados, sob pena de aplicação das medidas necessárias para a efetivação da tutela, conforme art. art. 297, do Código de Processo Civil. Designo audiência de conciliação para o dia 06/04/2020, às 09:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Importante ressaltar que, considerando que a parte autora manifestou que não possui o interesse pela audiência de conciliação, a mesma tão somente não será realizada caso o requerido apresente petição, com antecedência de 10 (dez) dias, contados da data de audiência, informando o seu desinteresse. Com fundamento no artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, INVERTO o ônus da prova e determino que a empresa ré apresente os documentos comprobatórios necessários e úteis em relação aos fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056465-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA MAZETTO PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

1 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca

da Capital GABINETE Autos nº 1056465-42.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por PATRICIA MAZETTO PEREIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055942-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO FERREIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1055942-30.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por FERNANDO FERREIRA DE SOUZA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056574-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
V. S. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
RITA BIBIANA DE SOUZA NOGUEIRA OAB - 022.279.021-08 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056574-56.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por Vanessa Souza Silva, representada pela sua genitora Rita Bibiana de Souza, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056618-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCILEI MARIA CURVO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056618-75.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por MARCILEI MARIA CURVO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a

partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056833-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EGILDA TOLEDO RIBEIRO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056833-51.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por EGILDA TOLEDO RIBEIRO DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056866-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL MESSIAS SANTOS DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

8 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056866-41.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por RAFAEL MESSIAS SANTOS DE SOUZA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu Boletim de Ocorrência. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056868-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON DE DEUS DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056868-11.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ADILSON DE DEUS DE CAMPOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu Boletim de Ocorrência. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se

o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056884-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO SAMPAIO CAETANO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056884-62.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por FRANCISCO SAMPAIO CAETANO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056894-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PABRINE SEFERINO DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056894-09.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por PABRINE SEFERINO DA CRUZ, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056904-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MATEUS DA SILVA FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056904-53.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por MATEUS DA SILVA FERREIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056947-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR DE DEUS COSTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056947-87.2019.8.11.0041 Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por IGOR DE DEUS COSTA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056950-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO DA SILVA ARRUDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056950-42.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por RODRIGO DA SILVA ARRUDA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056966-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFHAEL PEREIRA DE MORAIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056966-93.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por RAFHAEL PEREIRA DE MORAIS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056996-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAQUIM GONCALVES DO CARMO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1056996-31.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por JOAQUIM GONCALVES DO CARMO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com

a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057053-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEZIANA MOREIRA RIBEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057053-49.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por JEZIANA MOREIRA RIBEIRO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057142-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR MARCOS NUNES FRANCA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057142-72.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JAIR MARCOS NUNES FRANCA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057221-51.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAYS FERNANDA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057221-51.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por LAYS FERNANDA DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057260-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIDIANE ARAUJO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca

da Capital GABINETE Autos nº 1057260-48.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por CLEIDIANE ARAUJO DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057325-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OENIO RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057325-43.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por OENIO RODRIGUES, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057236-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRENO MAURICIO MOREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057236-20.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por BRENO MAURICIO MOREIRA DA SILVA, em desfavor de SEGURADORA LÍDER. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057351-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AMELIA DOS SANTOS NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057351-41.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por AMELIA DOS SANTOS NASCIMENTO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO.

Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057241-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELPIDIO NUNES DE SIQUEIRA FILHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057241-42.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ELPIDIO NUNES DE SIQUEIRA FILHO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057350-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIOMAR ANTONIO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057350-56.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por CLAUDIOMAR ANTONIO DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057245-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZA DE PAULA FARIA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057245-79.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por LUIZA DE PAULA FARIA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057355-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ODIVALDO MESSIAS COSTA NUNES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057355-78.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ODIVALDO MESSIAS COSTA NUNES, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados,

recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057357-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EWERSON HIAGO DA SILVA BARBOSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057357-48.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por EWERSON HIAGO DA SILVA BARBOSA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:00horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057271-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVA MARIA DE PAULA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057271-77.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por EVA MARIA DE PAULA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057427-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGUINALDO FERREIRA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057427-65.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por AGUINALDO FERREIRA DE OLIVEIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica,

inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057300-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SIDINEI BARBOSA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057300-30.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por SIDINEI BARBOSA DE OLIVEIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057517-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA CRISTINA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057517-73.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por APARECIDA CRISTINA SILVA, em desfavor de SEGURADORA LÍDER. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057301-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRENO MARQUES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057301-15.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por BRENO MARQUES DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057632-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CHRYSTIAN RAFAEL DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057632-94.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por CHRYSTIAN RAFAEL DE CAMPOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se

a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057612-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEY FERREIRA DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057612-06.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por VANDERLEY FERREIRA DA CRUZ, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1057682-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCO ANTONIO GOMES RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057682-23.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por MARCO ANTONIO GOMES RIBEIRO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057322-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057322-88.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por YASMIN VITÓRIA DE OLIVEIRA MATOS, representada por sua genitora BRUNA ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar

resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057924-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HELENA SANTANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057924-79.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por HELENA SANTANA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057712-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ERISMAR GOMES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057712-58.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por ERISMAR GOMES DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057715-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GRAZIELY GOMES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MANUELA KRUEGER OAB - MT17902-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057715-13.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por GRAZIELY GOMES DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057729-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO DA SILVA AMORIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057729-94.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ADRIANO DA SILVA AMORIM, em desfavor de PORTO SEGURO

COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1057812-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARMINDA RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057812-13.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por ARMINDA RODRIGUES DOS SANTOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057858-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS LEANDRO DO NASCIMENTO PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057858-02.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por MARCOS LEANDRO DO NASCIMENTO PEREIRA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 10:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057531-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JONATHAN DE ARRUDA LEITE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057531-57.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JONATHAN DE ARRUDA LEITE, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo

formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057681-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RONILDO DOS SANTOS ASSUNCAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057681-38.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por RONILDO DOS SANTOS ASSUNCAO, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu RG e CPF legível. A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058373-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEVANIRA APARECIDA COSTA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058373-37.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por DEVANIRA APARECIDA COSTA DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 12:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058117-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSUE COUTINHO ELIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058117-94.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por JOSUE COUTINHO ELIAS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Ainda, intime-se o autor para juntar aos autos no prazo de 15 (quinze) dias a cópia do seu B.O (Boletim de Ocorrência), documentos médicos, RG e CPF legível, . A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058121-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ PAULO NAZARETH DIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)

Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058121-34.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por LUIZ PAULO NAZARETH DIAS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058606-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HELIO VIEIRA DOS ANJOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058606-34.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por HELIO VIEIRA DOS ANJOS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 08:00 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058305-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCIA FERREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
G. M. D. S. P. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058305-87.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por Guylhermmy Mikelles da Silva, representado por sua genitora Glaucia Ferreira da Silva, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:30 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058312-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUZENIL DIAS DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Rodrigo Brandão Correa OAB - MT16113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058312-79.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT c/c Danos Morais, ajuizada por LUZENIL DIAS DA SILVA, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Considerando a recusa injustificada do requerimento administrativo pela parte requerida, caracteriza-se o interesse de agir da parte autora ante a resistência à pretensão administrativa, devidamente comprovado, conforme ata notarial e demais documentos acostados, recebo a presente inicial. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 11:45 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na

petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1040428-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISNEI DE ALMEIDA MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1040428-37.2019.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, ajuizada por PIETRO FALCÃO MARTINS representado por seu genitor, FRANCISNEI DE ALMEIDA MARTINS, em desfavor de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA. Recebo a emenda a inicial. Defiro o pedido de gratuidade de Justiça. Designo a audiência de tentativa de conciliação, para o dia 24/04/2020, às 09:15 horas a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Cite e intime-se a requerida via e-mail com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer a audiência e sob a advertência prevista no § 8o do artigo 334 do Código de Processo Civil. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). A presente decisão SERVIRÁ como MANDADO. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034540-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON NUNES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMAR ISRAEL DA SILVA OAB - MT15163-O (ADVOGADO(A))
JUCIMARA ISRAEL DA SILVA OAB - MT26206/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO CIVIL PANTANAL SHOPPING (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1034540-87.2019.811.0041 Vistos, etc. Cumpre ressaltar que cabe a esta Magistrada a apreciação dos critérios e requisitos para a abertura de procedimento disciplinar administrativo e que, em razão do elevado número de processos em trâmite perante a 11ª Vara Cível de Cuiabá/MT, que atualmente soma aproximadamente sete mil processos e em atenção ao reduzido número de servidores atuantes, INDEFIRO o pedido formulado pelo autor. Cumpra-se integralmente a decisão de id 22381235. Designo a audiência de conciliação para o dia 13/04/2020, às 09:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intimem-se as partes para que compareçam devidamente acompanhadas de seus advogados, mediante as observâncias e advertências legais. Aguarde-se a realização da audiência. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1022030-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PLAENGE EMPREENDIMENTOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO BORGES STABILE RIBEIRO OAB - MT24535/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO AVALONE (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1034540-87.2019.811.0041 Vistos, etc. Defiro o pedido e determino a citação da parte requerida, via Oficial de Justiça, mediante as observâncias e advertências legais, com os benefícios do art. 212, §2º do CPC, ressaltando que se o Sr. Oficial de Justiça verificar os requisitos do art. 252 do CPC, deverá proceder a citação por hora certa, sendo considerada válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, conforme art. 248, § 4º c/c 252, § 1º, ambos do Código de Processo Civil. Designo a audiência de conciliação para o dia 13/04/2020, às 09:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intimem-se as partes para que compareçam devidamente acompanhadas de seus advogados, mediante as observâncias e advertências legais. Aguarde-se a realização da audiência. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1059218-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA GABRIELLY RONDON LOPES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME BARROS DE OLIVEIRA OAB - MT23664-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1059218-69.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Contratual e Débito c/c Indenização por Danos Morais ajuizada por Camila Gabrielly Rondon Lopes em desfavor de Editora e Distribuidora Educacional S/A – Faculdade Pitágoras, com pedido de tutela de urgência, para que seja determinada a exclusão da restrição existente em nome do autor. Aduz a parte autora que foi constatada uma restrição creditícia lançada em seu nome/CPF, todavia informa desconhece a origem da dívida, sendo ilícita a sua inclusão no cadastro de inadimplentes. Informa que não realizou qualquer tipo de relação jurídica com a requerida para originar a restrição de seu crédito, de modo que o ato é indevido. Requer o julgamento procedente a fim de que o requerido seja condenado ao pagamento de indenização por danos morais. Vieram os autos conclusos. Fundamento: Sobre a tutela provisória de urgência, sabe-se que a mesma poderá ser concedida quando houver a comprovação dos elementos que demonstrarem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como quando não possuir risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Prescreve o art. 300, do Código de Processo Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser

concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Sobre o tema, leciona José Miguel Garcia Medina, em comentários à nova legislação, sob o título "Código de Processo Civil Comentado, 1ª Ed.". "A medida de urgência deverá ser determinada em atenção a uma série de elementos, habitualmente sintetizados na fórmula fumus + periculum, mas que são bastante abrangentes. A medida a ser concedida será adequada à proteção e realização do direito frente ao perito. Para se deliberar entre uma medida conservativa "leve" ou "menos agressiva" à esfera jurídica do réu e uma medida antecipatória (ou, no extremo, antecipatória e irreversível) deve-se levar em consideração a importância do bem jurídico a ser protegido (em favor do autor) frente ao bem defendido pelo réu.". Nesse contexto, e de acordo com o art. 300, do Código de Processo Civil, tem-se que para deferimento da tutela de urgência antecipada, se faz necessária a existência de prova capaz de conduzir o convencimento do juízo pela probabilidade do direito, se demonstre o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como que a medida possa ser reversível. No caso em tela, informa a parte autora que foi surpreendida com a negativação de seu nome pela parte requerida, em razão de negócio jurídico não realizado, de modo que a restrição é indevida. Em juízo de cognição sumária, os documentos acostados aos autos indicam a probabilidade do direito do autor, tendo em vista a negativação do nome do autor (ID nº 27273931), bem como a alegação de não contratação dos serviços. Do mesmo modo, há urgência no pedido, uma vez que o perigo de dano consiste no fato de a permanência da negativação implicar em restrição do crédito do autor. Não restando evidenciado o perigo de irreversibilidade da medida. Diante do exposto, DEFIRO a antecipação da tutela de urgência e determino a expedição de ofício para que o banco de dados do SERASA e congêneres, no prazo de 05 (cinco) dias, exclua o nome da autora de seu banco de dados, sob pena de aplicação das medidas necessárias para a efetivação da tutela, conforme art. art. 297, do Código de Processo Civil. Designo audiência de conciliação para o dia 13/04/2020, às 10:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Com fundamento no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor DEFIRO a inversão do ônus da prova e determino que a requerida apresente os documentos comprobatórios necessários e úteis em relação ao fato narrado na inicial. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, acostando as cópias de seus holerites dos últimos 03 (três) meses ou outro documento que comprove sua renda mensal, para comprovar o estado de necessidade, sob pena de indeferimento dos pedidos e da concessão dos benefícios da justiça gratuita. Após, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058276-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA LUCIA DA SILVA MOREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SIMONY MARIA DA SILVA BARRADAS OAB - MT154470-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON DA COSTA BARBOSA (RÉU)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1058276-37.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Ordinária de Desfazimento de Relação Contratual c/c Declaratória de Nulidade e Cláusulas, Reembolso de Parcelas Adimplidas e Reparação por Danos Morais, ajuizada por Ana Lucia da Silva Moreira em desfavor de Edson da Costa Barbosa, com pedido de tutela de urgência, para que a requerida suspensa a cobrança de qualquer valor referente ao contrato em discussão. Consta na inicial que a autora adquiriu junto ao requerido, no mês de outubro do ano de 2018, um ponto comercial situado na Avenida Rubens de Mendonça, Cuiabá/MT, estando, ainda, incluído um trailer móvel e todos os pertences existentes no mesmo, pelo valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Aduz que convencionaram como forma de pagamento o valor R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de entrada, que foram pagos mediante a entrega do valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) e um bem móvel, que totalizaria a quantia. Aduz que entregue a quantia a título de entrada, a autora cobrou o requerido pela entrega do contrato de compra e venda, contudo, não obteve êxito. Informa que, na data de 25 de outubro de 2018, o requerido encaminhou mensagem à autora, cobrando a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo que a mesma informou que somente repassaria a quantia após a assinatura do contrato. Acrescenta que após muita insistência na assinatura do contrato, o requerido alegou que no valor acordado estaria incluído somente o trailer, não repassando o ponto comercial. Vieram os autos conclusos. Fundamento: Defiro os benefícios da justiça gratuita. Sobre a tutela provisória de urgência, sabe-se que a mesma poderá ser concedida quando houver a comprovação dos elementos que demonstrarem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como quando não possuir risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Prescreve o art. 300, do Código de Processo Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Sobre o tema, leciona José Miguel Garcia Medina, em comentários à nova legislação, sob o título "Código de Processo Civil Comentado, 1ª Ed.". "A medida de urgência deverá ser determinada em atenção a uma série de elementos, habitualmente sintetizados na fórmula fumus + periculum, mas que são bastante abrangentes. A medida a ser concedida será adequada à proteção e realização do direito frente ao perito. Para se deliberar entre uma medida conservativa "leve" ou "menos agressiva" à esfera jurídica do réu e uma medida antecipatória (ou, no extremo, antecipatória e irreversível) deve-se levar em consideração a importância do bem jurídico a ser protegido (em favor do autor) frente ao bem defendido pelo réu.". Nesse contexto, e de acordo com o art. 300, do Código de Processo Civil, tem-se que para deferimento da tutela de urgência antecipada, se faz necessária a existência de prova capaz de conduzir o convencimento do juízo pela probabilidade do direito, se demonstre o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como que a medida possa ser reversível. No caso em tela, informa a parte autora que realizou negócio jurídico com o requerido para a aquisição de um ponto comercial e um trailer, todavia, após muita insistência na realização do contrato, o requerido alegou que o ponto comercial não estaria incluído na transação, o que a autora não concorda, razão pela qual pugna pela concessão da tutela de urgência, para que a requerida suspensa a cobrança de qualquer valor referente ao contrato em discussão. Em que pese os fatos narrados e os documentos acostados aos autos, não restou evidenciada a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Não há nos autos, nesse momento processual, elementos suficientes acerca da conduta irregular da requerida, haja vista a ausência de comprovação da efetivação do negócio jurídico, inexistindo contrato ou informação acerca objeto da relação jurídica, sendo necessária a oitiva da parte contrária

para a averiguação da plausibilidade das alegações. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Designo audiência de conciliação para o dia 13/04/2020, às 09:30 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1057371-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IVANI MARTINS FINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Nadir Blemer de Carvalho OAB - MT11595-O (ADVOGADO(A))
SONIA MARIA HOFMAN OAB - MT25551/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1057371-32.2019.811.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação Revisional de Consumo de Energia Elétrica cumulada com Pedido de Reparação a Título de Danos Morais ajuizada por Ivani Martins Fini em desfavor de ENERGISA Mato Grosso – Distribuidora de Energia Elétrica S/A, com pedido de tutela de urgência, para que a requerida se abstenha de suspender o fornecimento dos serviços ao imóvel, se abstenha de incluir o nome da autora no cadastro de proteção ao crédito, substitua o medidor na unidade consumidora, bem como promova o recadastramento da carga elétrica previamente cadastrada para a unidade. Consta na inicial que a autora é usuária dos serviços prestados pela requerida, por meio da unidade consumidora nº 6/958169-5. Informa que foi surpreendida com o recebimento da fatura referente ao mês de outubro/2019, uma vez que foi faturada com um aumento injustificado na cobrança, de aproximadamente 50% (cinquenta por cento). Relata que a rotina na residência não foi alterada, de modo que a cobrança é exorbitante. Vieram os autos conclusos. Fundamento: Defiro os benefícios da justiça gratuita. Sobre a tutela provisória de urgência, sabe-se que a mesma poderá ser concedida quando houver a comprovação dos elementos que demonstrarem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como quando não possuir risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Prescreve o art. 300, do Código de Processo Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Sobre o tema, leciona José Miguel Garcia Medina, em comentários à nova legislação, sob o título "Código de Processo Civil Comentado, 1ª Ed.". "A medida de urgência deverá ser determinada em atenção a uma série de elementos, habitualmente sintetizados na fórmula fumus + periculum, mas que são bastante abrangentes. A medida a ser concedida será adequada à proteção e realização do direito frente ao perito. Para se deliberar entre uma medida conservativa "leve" ou "menos agressiva" à esfera jurídica do réu e uma medida antecipatória (ou, no extremo, antecipatória e irreversível) deve-se levar em consideração a importância do bem jurídico a ser protegido (em favor do autor) frente ao bem defendido pelo réu.". Nesse contexto, e de acordo com o art. 300, do Código de Processo Civil, tem-se que para deferimento da tutela de urgência antecipada, se faz necessária a existência de prova capaz de conduzir o convencimento do juízo pela probabilidade do direito, se demonstre o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, bem como que a medida possa ser reversível. No caso em tela, informa a parte autora que a requerida passou a faturar suas cobranças de consumo em valores exorbitantes, o que entende ser indevido, razão pela qual pugna pela concessão da tutela de urgência, para que a requerida se abstenha de suspender o fornecimento dos serviços ao imóvel, se abstenha de incluir o nome da autora no cadastro de proteção ao crédito, substitua o medidor na unidade consumidora, bem como promova o recadastramento da carga elétrica previamente cadastrada para a unidade. Em que pese os fatos narrados e os documentos acostados aos autos, não restou evidenciada a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Não há nos autos, nesse momento processual, elementos suficientes acerca da probabilidade do direito, uma vez que apesar da autora alegar a abusividade na cobrança, observa-se dos documentos acostados no id nº 26782647, especificamente as faturas contestadas (ids 26782641 e 26782645), que não restou demonstrada a abusividade ou discrepância nos meses faturados, sendo necessária a oitiva da parte contrária para a averiguação da plausibilidade das alegações. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Designo audiência de conciliação para o dia 13/04/2020, às 10:00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação e Mediação da Capital. Intime-se e cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a audiência, sob pena de imposição da sanção prevista no § 8º, do art. 334, do Código de Processo Civil, em caso de ausência injustificada. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias úteis e será contado a partir da realização da audiência ou da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), devendo estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresente impugnação à contestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Com fundamento no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor DEFIRO a inversão do ônus da prova e determino que a requerida apresente os documentos comprobatórios necessários e úteis em relação ao fato narrado na inicial. Importante ressaltar que, considerando que a parte autora manifestou que não possui o interesse pela audiência de conciliação, a mesma tão somente não será realizada caso o requerido apresente petição, com antecedência de 10 (dez) dias, contados da data de audiência, informando o seu desinteresse. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos a cópia de sues documentos pessoais. Cumprida as determinações e decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005020-53.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

BOLIVAR SIMON TONDO OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos 1005020-53.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA face da sentença de ID. 17400822, alegando a existência de omissão, requerendo, a modificação da sentença para readequar as verbas honorárias sucumbenciais. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Fundamento. DECIDO. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão judicial, obscuridade ou contradição, quando for necessário suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou para corrigir erro material, nos termos do art. 1022 do CPC. No caso dos autos, não prosperam os argumentos trazidos pelos embargantes, na medida em que a decisão lançada nos autos não está eivada de qualquer omissão, contradição, obscuridade ou ambiguidade que ampare a presente inconformidade, já que os fundamentos da decisão – sejam eles de fato ou de direito – estão expostos de maneira clara e precisa; tampouco a sua conclusão implica em erro de julgamento. Ademais, parte dos pedidos formulados pelo autor foram deferidos em sede de tutela antecipada, que foi confirmada no dispositivo da sentença e outros foram julgados procedentes no mérito processual, assim não há de falar em sucumbência recíproca ao ponto de rever os honorários arbitrados na sentença. Dessa forma, não há que se falar em omissão ou contradição, uma vez que os embargantes pretendem tão somente a rediscussão da matéria não sendo cabível, nesse caso, os Embargos de Declaração. Nesse sentido tem decidido o Tribunal de Justiça de Mato Grosso: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NO RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – ALEGADA CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E OBSCURIDADE – INCOMPROVAÇÃO – ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO – PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS – VEDAÇÃO – IMPRESTABILIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA A MERA REDISCUSSÃO DA CAUSA – EMBARGOS DESPROVIDOS. Para o acolhimento dos embargos de declaração, até mesmo pa a fins de prequestionamento de dispositivos infraconstitucionais, impõe-se a presença de algum dos vícios elencados no artigo 620 do Código de Processo Penal, o que não se evidencia na presente hipótese, por que o acórdão decidiu a lide em todos os pontos controvertidos, de forma clara e fundamentada como exige o artigo 93, inciso IX, da Constituição da República. Considerando que a finalidade dos embargos é apenas de esclarecer o acórdão proferido, sem modificar a substância, não se admite o seu manejo visando rediscutir a questão decidida. Embargos conhecidos e desprovidos. (TJMT, ED 21532/2016, DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 13/04/2016, Publicado no DJE 18/04/2016) Ademais, é importante ressaltar que os Embargos não são substitutos do recurso de Apelação ou de Agravo de Instrumento, onde a matéria de eventual irresignação dos embargantes deverão ser levada para nova apreciação, sendo os embargos somente cabíveis nos casos expressos do Código de Processo Civil. Isto posto, ante a inexistência de erro material, obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada REJEITO os embargos, e mantenho integralmente a sentença de ID. 17400822. P. R. I. C. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017835-82.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEOCIR RINALDI (AUTOR(A))
ANALICE DOS SANTOS RINALDI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSEMAR HONORIO BARRETO JUNIOR OAB - MT8578-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1017835-82.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Analice dos Santos Rinaldi e Leocir Rinaldi opuseram Embargos de Declaração requerendo a revisão da decisão de ID. 22128893, que determinou a remessa dos presentes autos à Justiça Federal de Mato Grosso. Intimado, o Embargado se manifestou no ID. 2672568, aduzindo, em síntese, não persistirem as razões elencadas pelo embargante, devendo a decisão ser mantida em sua integralidade. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Fundamento. DECIDO. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão judicial, obscuridade ou contradição, quando for necessário suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou para corrigir erro material, nos termos do art. 1022 do CPC. No caso dos autos, ACOLHO os Embargos, uma vez que a Justiça Federal já declarou a ilegitimidade passiva da Caixa Econômica Federal, no processo nº 0014309-66.2016.4.01.3600 que tramitou pelo Juizado Especial Federal - 6ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso, motivo pelo qual revogo a decisão de ID. 22128893 e passo a sanear o feito. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais ajuizados por Analice dos Santos Rinaldi e Leocir Rinaldi em face de Concremax – Concreto, Engenharia e Saneamento Ltda. Citada, a requerida Concremax – Concreto, Engenharia e Saneamento Ltda. apresentou contestação, suscitando, em sede de preliminar, a suspensão do feito diante da afetação do tema nº 971 pelo Superior Tribunal de Justiça, a qual discute a possibilidade de inversão em desfavor da construtora, de cláusula penal nos casos de atraso na entrega de imóvel em construção. Impugnação ID. 11808847. É o relatório. Fundamento. Decido. Rejeito a preliminar suscitada pelo requerido uma vez que após consulta ao site do STJ, constata-se que o tema nº 971 já foi julgado pela Segunda Seção e fixou a tese que: "No contrato de adesão firmado entre o comprador e a construtora/incorporadora, havendo previsão de cláusula penal apenas para o inadimplemento do adquirente, deverá ela ser considerada para a fixação da indenização pelo inadimplemento do vendedor. As obrigações heterogêneas (obrigações de fazer e de dar) serão convertidas em dinheiro, por arbitramento judicial." Pelo exposto, rejeito a preliminar de suspensão processual. O processo se encontra regular, não havendo nulidades ou irregularidades a serem sanadas nesta oportunidade razão pela qual dou o feito por saneado. Fixo como ponto controvertido a ilicitude na conduta do requerido, os contornos da responsabilidade do requerido, a quebra contratual, a existência de danos, a extensão do dano e o nexo causal. Diante disso, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que ainda pretendam produzir, justificando-as. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos para designação de audiência ou julgamento antecipado da lide, conforme o caso. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007572-54.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCINETE CARDOSO GARCIA DE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA PATRICIA DA SILVA BARROS OAB - MT14354-O (ADVOGADO(A))
Lilian Vanessa Mendonça Pagliarini OAB - MT8400-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NEUZA FERNANDES DA SILVA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEUZA FERNANDES DA SILVA OAB - MT14111/O (ADVOGADO(A))
THIAGO FELLIPE DE OLIVEIRA PEREIRA OAB - MT0013676A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1007572-54.2018.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Cobrança c/c Indenização por Danos Materiais e

Morais com tutela antecipada proposta por Francinete Cardoso Garcia de Lima em desfavor de Neuza Fernandes da Silva. As partes formularam acordo conforme ID. 24973203/24973207, requerendo a homologação do mesmo e a extinção do processo. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Fundamento. DECIDO. HOMOLOGO, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o acordo celebrado entre as partes conforme ID. 24973203/24973207, via do qual compuseram para colocar fim ao litígio. JULGO EXTINTO o presente processo COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos artigos 487, III, b do Código de Processo Civil. Deixo de condenar as partes em custas, despesas processuais e honorários advocatícios uma vez que o acordo homologado já dispôs sobre o tema. Transitado em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Expeça-se o alvará para liberação dos valores vinculados à conta judicial, de acordo com comprovante ID. 12907466 a serem depositadas nas contas bancárias indicadas na manifestação de ID. 24973207. P. R. I. C. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1024675-74.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL PAIAGUAS QDA 3-A BLOCO (01 A 09) (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELZIANA ARRUDA DO NASCIMENTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1024675-74.2018.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Execução de Título Executivo Extrajudicial Cotas Condominiais ajuizada por Condomínio Residencial Paiaguás Quadra 3-A em desfavor de Helziana Arruda do Nascimento. As partes formularam acordo conforme documento ID. 26001108, requerendo a homologação do mesmo e a extinção do processo. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Fundamento. DECIDO. HOMOLOGO, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o acordo celebrado entre as partes conforme ID. 26001108, via do qual compuseram para colocar fim ao litígio. Os autos ficarão suspensos até janeiro de 2021, ocasião em que as partes deverão ser intimadas para comprovar o seu cumprimento. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me os autos conclusos para decisão. P. R. I. C. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1029204-73.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO ALPHAVILLE CUIABA 2 (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RELINDES GOMES DE ARRUDA SILVA MERMEJO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLENE BARBOSA FERREIRA OAB - MT23117/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
OLINDA DE QUADROS ALTOMARE CASTRILLON

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 11ª Vara Cível Comarca da Capital GABINETE Autos nº 1029204-73.2017.8.11.0041 Vistos, etc. Associação Alphaville Cuiabá 2 opôs Embargos de Declaração da decisão de ID. 18445211, alegando a existência de obscuridade quanto a não homologação de acordo por ausência de capacidade postulatória da Embargada e falta de representação. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Fundamento. DECIDO. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver na decisão judicial, obscuridade ou contradição, quando for necessário suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou para corrigir erro material, nos termos do art. 1022 do CPC. No caso dos autos, não prosperam os argumentos trazidos pelo embargante, na medida em que a decisão lançada nos autos não está eivada de qualquer omissão, contradição, obscuridade ou ambiguidade que ampare a presente inconformidade, já que os fundamentos da decisão – sejam eles de fato ou de direito – estão expostos de maneira clara e precisa; tampouco a sua conclusão implica em erro de julgamento. Isto posto, ante a inexistência de obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada REJEITO os embargos e mantenho integralmente a decisão de ID. 18445211. Intimada para regularizar a representação processual, a requerida se manifestou no ID. 24752450, ratificando os termos do acordo de ID. 13427370, bem como, sanou a irregularidade, constituindo advogado para representa-la judicialmente, conforme documento ID. 24752478. HOMOLOGO, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o acordo celebrado entre as partes conforme ID. 13427370, via do qual compuseram para colocar fim ao litígio. JULGO EXTINTO o presente processo COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos artigos 487, III, b do Código de Processo Civil. Deixo de condenar as partes em custas, despesas processuais e honorários advocatícios uma vez que o acordo homologado já dispôs sobre o tema. Transitado em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. P. R. I. C. Olinda de Quadros Altomare Castrillon Juíza de Direito

1ª Vara Especializada em Direito Bancário

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1068330 Nr: 54658-43.2015.811.0041
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GAZINCRED S/A. SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): NAYARA DA CRUZ BARRETO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIRCEU FERREIRA DE RESENDE FILHO - OAB:68204, MATEUS VARGAS FOGAÇA - OAB:OAB/PR 57837
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça de fls. 121, salientando que o presente caderno processual se arrasta desde 2015 sem apreensão do veículo e sem localização do Requerido, bem como, nos termos do Decreto Lei 911/69, a conversão da Ação em Execução é uma possibilidade.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 952554 Nr: 1239-11.2015.811.0041
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): RAFAEL DIAS ARRUDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTINA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:13.994-A, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:8184-A, ROSANGELA DA ROSA CORREA - OAB:OAB/MT 18.308-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intima-se a parte Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça de fls. 210, salientando que o presente caderno processual se arrasta desde 2015 sem apreensão do veículo e sem localização do Requerido, bem como, nos termos do Decreto Lei 911/69, a conversão da Ação em Execução é uma possibilidade.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1113418 Nr: 16074-67.2016.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AIRTON RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB:4.482/MT, MARCELO BRASIL SALIBA - OAB:OAB/MT 11546-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que decorreu o prazo para a parte autora se manifestar quanto a certidão do Oficial de Justiça de fls. 129.

Sendo assim, nos termos da Portaria n. 01/17/GAB que dispõe: "(...) 2 – não recolhida a diligência e, caracterizado o abandono da ação, deverá o senhor Gestor, intimar o autor para cumprir no prazo de 05 dias, sob pena de extinção, via DJE e AR, sob pena de extinção. 3 – o mesmo procedimento do item 2, deverá ser adotado em todos os processos, cuja parte, não atendeu a determinação judicial, visando dar maior celeridade aos cadernos processuais(...)", procedo o impulsionamento do feito para expedição de carta de intimação do autor, com a finalidade de dar o regular prosseguimento ao processo.

Ato contínuo, intimo a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da referida Portaria n. 01/17/GAB , dar o regular prosseguimento ao feito e se manifestar quanto a certidão do Oficial (a) de Justiça de fls. 129, dando regular andamento ao feito, sob pena de extinção como disposto no artigo 485, §1 º do CPC/2015.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 916542 Nr: 41129-88.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MAURICIO SANTOS SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO FIAT S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO COSTA NICOLINO - OAB:12900
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - OAB:20028-OAB/PR, WASHINGTON FARIA DE SIQUEIRA - OAB:18071/A
Procedo à intimação da parte requerente, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contrarrazoar o Recurso de Apelação de fls. 88/91..

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1044652 Nr: 43746-84.2015.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CREDIJUD - COOPERATIVA DE ECONOMIA DE CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROSANA MARIA FERREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILA CARAM LAURINDO - OAB:21.522/O, ELIDA SYLBENE LAURINDO DA SILVA - OAB:6.009/MT, FERNANDO ROBERTO LAURINDO DA SILVA - OAB:4.338-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ISAIAS ALVES DE SOUZA - OAB:15.768
Intimação da parte Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça de fls. 104, dando o devido prosseguimento ao feito, nos termos da decisão de fls. 97, visando sempre a satisfação do seu crédito, salientando que sua desídia pode levar a extinção do feito nos termos do artigo 485 do CPC.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1075780 Nr: 57834-30.2015.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): TORRES COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS, OSVALDO ALVES FEITOSA, EVA GONÇALINA GONÇALVES FEITOSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB:16.691-A/MT, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14.258-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça de fls. 192, dando o devido prosseguimento ao feito, nos termos da decisão de fls. 147/147-verso.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1129767 Nr: 22914-93.2016.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO VOLKSWAGEN S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDERSON PABLO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB:4.482/MT, MARCELO BRASIL SALIBA - OAB:OAB/MT 11546-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte Autora para, no prazo de 15 (quinze)dias, manifestar-se acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça de fls 113, dando o devido prosseguimento ao feito, nos termos da decisão de fls. 96, visando sempre a satisfação do seu crédito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1328901 Nr: 15367-31.2018.811.0041
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IN NOVA COMERCIO DE GRAOS LTDA, RAFAEL RODRIGO DE SIQUEIRA, EDSON RIGONI DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS SUDOESTE DE MT SICRED SUDOESTE/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DE CUIABÁ - OAB:NUCLEO CIVEL
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRE DE ASSIS ROSA - OAB:19.077-A/MT
Procedo à intimação da parte embargante, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contrarrazoar o Recurso de Apelação de fls. 24/29.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 72127 Nr: 3439-21.1997.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MOTORTÉCNICA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MOTORES LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONIR GALERA MARI - OAB:3.007-MT, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT, SAIONARA MARI - OAB:5.225/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: THAÍS MARIA CHERUBINI PEREIRA COSTA - OAB:8177/MT, VALDIZ PEREIRA COSTA - OAB:1743-A
Intimação da Instituição Financeira para, no prazo de 15 (quinze) dias: a) Efetuar o depósito em juízo do valor de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) conforme proposta de honorários de fls. 421/422, sob pena de reconhecer a ineficácia dos bens penhorados e baixa nas averbações; b) Comprovar o pagamento de emolumentos cartorários pelo 1° Serviço de Registro de Imóveis e Títulos de Várzea Grande às fls. 414-verso, a fim de que o referido Cartório proceda a averbação determinada pelo ofício 575/2019 - 1ªV.E.D.B., fls. 413; c) Esclareça a petição de fls. 415, uma vez que o bojo do documento o Banco requer "a juntada das matrículas atualizadas que seguem em anexo", todavia, o documento veio apartado de qualquer comprovação.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 806253 Nr: 12726-46.2013.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO J. SAFRA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES TELEBORBA LTDA, ENIO PEREIRA LEITE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLAVIO NEVES COSTA - OAB:12.406-A OAB/MT, MARCIA MARIA DA SILVA - OAB:8922-A/MT, RAPHAEL NEVES COSTA - OAB:12.411-A/MT, RICARDO NEVES COSTA - OAB:12.410-A OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intima-se o Autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, trazer a diligência correta, pois o endereço de fls. 125 é Jardim Guanabara e a diligência de fls. 129 é para o Centro.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 738550 Nr: 35129-77.2011.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FUNDO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS- FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO

PARTE(S) REQUERIDA(S): POSTO CONQUISTA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JACKSON WILLIAM DE LIMA - OAB:60295, VINICIUS CABRAL BISPO FERREIRA - OAB:67981

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos etc.

Segue cópia da sentença prolatada nesta oportunidade nos Embargos à Execução código 1349128 em apenso e, no qual foi dado parcial procedência os pleito.

Compulsando os autos, tenho que constam como devedores o Posto Conquista e Laudemio da Silva, no entanto, este último não se encontra anotado no APOLO, além do que o edital somente foi em nome do posto.

Considerando que o bloqueio se deu em nome da pessoa física, intimo o Fundo para manifestar em 15 dias, se pretende a desistência quanto ao referido devedor, já que na emenda de fls.68, não fez incluir este.

Mentendo-o, tem-se que não foi regularmente citado via edital que se deu somente quanto a pessoa jurídica, desta feita, expeça-se novo edital, para citação e intimação editalícia nos termos do art. 257, inciso II do CPC/2015 (intimação quanto ao bloqueio via Bacenjud).

Desta feita, expeça-se o regular edital de citação/intimação do executado Laudemio com prazo de 20 dias, salientando-se que, nos moldes do artigo 257, inciso II do CPC/2015, o edital deverá ser publicado uma vez no sítio do e. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, através do DJE, o que deverá ser certificado pelo Sr. Gestor.

Decorrido o prazo sem manifestação, nos termos do artigo 72, inciso I, do CPC/2015, nomeio como curador especial o Defensor Público em atividade no juízo, que deve ser intimado pessoalmente para os devidos fins.

Empós, intime-se o credor para manifestar em 15 dias.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 748653 Nr: 320-27.2012.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCIANO BASILIO VIEIRA, JULIO CESAR VIEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:

Intima-se a parte Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do pleito da Defensoria de fls. 132/136, que dentre outras, refuta por negativa geral.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 93195 Nr: 1032-08.1998.811.0041

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): IVETE FERREIRA DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARNALDO BORGES - OAB:1.056/MT, FABIULA MÜLLER KOENIR - OAB:22819/PR, GUSTAVO AMATO PISSINI - OAB:13.842-A/MT, GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI - OAB:17.980/A MT, MARCELO AUGUSTO BORGES - OAB:6.189/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO - OAB:

Intimação da parte autora para tomar ciência acerca do envio da Carta Precatória encaminhada conforme comprovante de fls. 143, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nestes autos a devida distribuição da carta precatória, por meio do registro de andamento processual do respectivo site do Poder Judiciário do Estado da Comarca Deprecada ou qualquer outro documento hábil para tal finalidade. Deverá, ainda, verificar quaisquer possíveis custas ou eventuais diligências cobradas naquela comarca.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO

Processo Número: 1054596-44.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

MARIA LUCILIA GOMES OAB - SP84206-A (ADVOGADO(A))

AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ELIZA AMANDA SIQUEIRA DE MORAES (REQUERIDO)

Magistrado(s):

PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1054596-44.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA REQUERIDO: ELIZA AMANDA SIQUEIRA DE MORAES Vistos, etc. Recebo à emenda de ID. 27213404 e 27213424. Verifica-se que o contrato acostado preenche os requisitos inseridos no artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65 e que, nos moldes do artigo 3º do Decreto-Lei 911/69, para a concessão de liminar basta, tão-somente, a comprovação da mora da parte contrária, senão vejamos: “Art. 3º. O proprietário fiduciário ou credor poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada à mora ou o inadimplemento do devedor.” Deste modo, diante de os documentos que seguem a inicial e o desinteresse demonstrado pela parte ré na quitação do débito, referente ao veículo RENAULT SANDERO, placa: PVY-0556 (demais características na inicial), posto que regularmente constituída em mora, de rigor a concessão da liminar de busca e apreensão pleiteada. Nessa vertente: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - DECRETO-LEI Nº 911/69 - TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL - NÃO APLICAÇÃO - NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENTREGUE NO ENDEREÇO DO DEVEDOR - CONSTITUIÇÃO EM MORA - EFETIVADA - DEFERIMENTO DA LIMINAR - MEDIDA QUE SE IMPÕE. Se o devedor não cumpre as obrigações e o credor comprova a mora, mesmo se quitada a maior parte do débito, não deve ser aplicada a teoria do adimplemento substancial, pois de acordo com o Decreto Lei nº 911/69, com as alterações da Lei nº 10.931/2004, na Ação de Busca e Apreensão, somente com a quitação integral do débito, o devedor pode reaver o bem, livre de qualquer ônus. Nos termos do art. 3º, do Decreto-Lei 911/69, a concessão da liminar em ação de busca e apreensão está condicionada apenas à comprovação da mora ou inadimplemento do devedor, sendo suficiente à comprovação da mora o envio de notificação extrajudicial ao domicílio do devedor, ainda que recebida por pessoa diversa, conforme pacífico entendimento do STJ. Assim, se o credor trouxe com sua inicial documento hábil a demonstrar a mora, impõe-se o deferimento da medida liminar de busca e apreensão. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.19.057910-2/001, Relator(a): Des.(a) Luciano Pinto , 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 08/08/0019, publicação da súmula em 09/08/2019) Faço desde já constar que, conforme o disposto no § 2º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, há necessidade de pagamento da integralidade da dívida pendente para reaver o bem, ou seja, para a purgação da mora, mister se faz o pagamento de TODAS as parcelas vencidas e vincendas, conforme a atual orientação do STJ no Recurso Representativo de Controvérsia – Resp. 1.418.593 – MS, para efeitos do art. 1.036 do CPC/2015 (art. 534-C do CPC/1973): “ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária". 2. Recurso especial provido.” (STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.593 - MS (2013/0381036-4) - RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE

SALOMÃO). Consigno, ainda, que a redação disposta no § 1º do art. 3º do DL 911/69, no que tange à consolidação na posse e propriedade do bem, deve ser interpretada em conjunto ao inteiro teor deste dispositivo, ante a expressa possibilidade de purgação da mora na sua integralidade. Porquanto, imperioso se faz a proibição da instituição financeira, quando do cumprimento da liminar, de proceder a retirada do bem desta Comarca, ATÉ O PRAZO DE CINCO DIAS CONTADOS DA LIMINAR COM CITAÇÃO, salvo autorização judicial expressa, como medida do juízo de salvaguardar a efetividade da prestação jurisdicional. Trata-se de medida necessária ao se ter em vista que, ocorrendo a purgação da mora, cabe à instituição financeira a restituição do bem. Até porque, em reiterados processos verifica-se a sua venda judicial sem que os Bancos se atentem à CITAÇÃO e/ou purgação da mora, efetuada de forma tempestiva, pela parte adversa, causando inequívoco prejuízo. A propósito: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI 911/69. PURGAÇÃO DA MORA. MANUTENÇÃO DO BEM NA COMARCA. ALIENAÇÃO. CONSOLIDAÇÃO POSSE E PROPRIEDADE. Nas ações de busca e apreensão, a purga da mora se resume ao pagamento da integralidade da dívida pendente no prazo de 5 (cinco) dias, contados da execução da medida liminar, conforme dispõe o artigo 3.º, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei n.º 911/69. - Diante da possibilidade de o devedor purgar a mora e recuperar a posse do veículo, mostra-se plausível que, durante este período, o bem permaneça na comarca onde tramita a ação. Na ação de busca e apreensão, uma vez apreendido liminarmente o bem, tem o credor fiduciário o direito de vender a terceiros a coisa, desde que ultrapassado o prazo para a purga da mora sem que o devedor tenha exercido tal faculdade. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.17.044526-6/001, Relator(a): Des.(a) Luiz Artur Hilário , 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/03/2018, publicação da súmula em 16/03/2018) Posto isso, DEFIRO A LIMINAR requerida na inicial e determino a imediata expedição de mandado de busca e apreensão, depositando-se o veículo em mãos do requerente, mediante termo de compromisso, sendo vedada a sua retirada desta Comarca, NO PRAZO DE CINCO DIAS, CONTADO DO CUMPRIMENTO DA LIMINAR E CITAÇÃO DA REQUERIDA, salvo em caso de ordem judicial expressa, sob pena de desobediência, lavrando-se auto circunstanciado sobre o seu estado de conservação. Após, cite-se a parte Requerida para a purgação da mora no prazo de 05 dias, quanto às parcelas vencidas e vincendas, atualizadas em conformidade com os encargos moratórios contratuais, ou apresentar defesa no prazo de 15 dias da execução da liminar, tudo nos moldes dos §§ 2º e 3º do art. 3º do DL 911/69, dada pela Lei 13.043/14. Nos termos do art. 212, § 2º, do CPC, "Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5o, inciso XI, da Constituição Federal". Por fim, saliento que a Instituição Financeira efetuou o recolhimento da diligência, conforme comprovante de ID. 26648482. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Paulo de Toledo Ribeiro Júnior Juiz de Direito em Substituição

2ª Vara Especializada em Direito Bancário

Intimação

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1052175-81.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RUBENS ELIAS DE MELO (REQUERIDO)

Deverá a Parte Autora providenciar a citação da parte requerida, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014328-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA OAB - MT5134-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON SOARES DE MOURA (EXECUTADO)
ALTERNATIVA COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME (EXECUTADO)

Deverá o autor dar prosseguimento ao feito, no prazo legal.

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1045366-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO OAB - MT11054-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALIPIO SEBASTIAO DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1052059-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA RITA CHRISTOFOLO DE MELLO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LIGIA IRACEMA CHRISTOFOLO DE MELLO OAB - PR0081719A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (RÉU)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1043668-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO OAB - MT11054-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMIL JOSE DE SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para cumprir determinação dos autos no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1037096-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTOSEG S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIA APARECIDA VERRESCHI COSTA MOTA SANTOS OAB - SP157721 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THALES ROGERIO DA CONCEICAO SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para cumprir determinação dos autos no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO

Processo Número: 1048133-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO OAB - MT11054-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANO LESSA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para cumprir determinação dos autos no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1032738-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMAZONIA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, SERVICOS DE ESCRITORIOS E APOIO ADMINISTRATIVO AS EMPRESAS LTDA - ME (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para cumprir determinação dos autos no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1017444-30.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO VITHOR BORGES DANTAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para postular pela conversão da ação em execução nos termos do Decreto Lei n. 911/69, em face não localização do bem, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1046492-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DA SILVA MAIA (EXECUTADO)
IDELMA COSTA SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão dos autos, remeta-se o feito ao arquivo até decorrer o prazo prescricional, diante da inércia do autor em dar prosseguimento ao feito. Manifestando o autor, somente venham conclusos após certificar o prazo prescricional. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1023860-48.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUCILIA GOMES OAB - SP84206-A (ADVOGADO(A))
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RONDINELLI SOUZA DE JESUS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão dos autos, remeta-se o feito ao arquivo até decorrer o prazo prescricional, diante da inércia do autor em dar prosseguimento ao feito. Manifestando o autor, somente venham conclusos após certificar o prazo prescricional. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1050761-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO DUNICE PEREIRA BRITO OAB - DF21822 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EFRAIM AGRONEGOCIOS LTDA (EXECUTADO)
FLAVIA DE MARTIN TELES BIRTCHE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão dos autos, remeta-se o feito ao arquivo até decorrer o prazo prescricional, diante da inércia do autor em dar prosseguimento ao feito. Manifestando o autor, somente venham conclusos após certificar o prazo prescricional. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0003054-39.1998.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ACOMERQUES ANTONIO DA SILVA (EXECUTADO)
ROSILENE AFONSO DA COSTA E SILVA (EXECUTADO)
CENTRO EDUCACIONAL DOM ORLANDO CHAVES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO ALVES PUGA OAB - MT5058-O (ADVOGADO(A))
ROBER CESAR DA SILVA OAB - MT4784-O (ADVOGADO(A))
ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO OAB - MT5026-N (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão dos autos, remeta-se o feito ao arquivo até decorrer o prazo prescricional, diante da inércia do autor em dar prosseguimento ao feito. Manifestando o autor, somente venham conclusos após certificar o prazo prescricional. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016504-31.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO FERREIRA DE CAMPOS GONCALVES DE PAULA OAB - MT9456-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

H PRINT REPROGRAFIA E AUTOMACAO DE ESCRITORIO LTDA (EXECUTADO)
EDSON LUIZ RIBEIRO DA SILVA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO(A))
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão dos autos, remeta-se o feito ao arquivo até decorrer o prazo prescricional, diante da inércia do autor em dar prosseguimento ao feito. Manifestando o autor, somente venham conclusos após certificar o prazo prescricional. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0001843-36.1996.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (EXEQUENTE)
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMERCIAL DE ALIMENTOS DO CENTRO OESTE LTDA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO HUMBERTO BUDOIA OAB - MT3339-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
LUIS GUSTAVO FIGUEIREDO NASCIMENTO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão dos autos, remeta-se o feito ao arquivo até decorrer o prazo prescricional, diante da inércia do autor em dar prosseguimento ao feito. Manifestando o autor, somente venham conclusos após certificar o prazo prescricional. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1032396-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA DA ROSA CORREA OAB - MT16308-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIEL BOTELHO DA FONSECA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão dos autos, remeta-se o feito ao arquivo até decorrer o prazo prescricional, diante da inércia do autor em dar prosseguimento ao feito. Manifestando o autor, somente venham conclusos após certificar o prazo prescricional. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1046863-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROOSEVELT BISPO FERREIRA (EXECUTADO)
WILSON ALVES DINIZ JUNIOR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Atualize-se o débito ditado na inicial, com custas, despesas processuais e honorários fixados nos autos. Após, conclusos para efetivar penhora on line. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1021702-49.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DOUGLAS MAXWEL SIQUEIRA SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc, O processo de execução possui rito próprio, não cabendo aplicar a regra geral. Assim, expeça-se mandado e/ou carta precatória para citar e demais atos executórios nos endereço apontado pelo autor. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1014013-51.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB - PE21678-D (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO CARLOS DA COSTA NETO (EXECUTADO)

Em face do ofício de ID 26738657, fica a parte autora intimada para providenciar RG, Filiação e Data de Nascimento do Executado JOÃO CARLOS DA COSTA NETO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1020697-89.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB - PE21678-D (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ODETE DE OLIVEIRA CARINHENA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HIGARA HUIANE CARINHENA VANDONI DE MOURA OAB - MT0010488A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Antes de analisar o cumprimento de sentença, remeta-se o feito ao contador para apurar o valor da condenação e aós, digam as aprets e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1046541-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
APARECIDA CASTANHO ROSA BARBIERI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Diante da certidão decreto a revelia da parte executada. Intime-se o autor para indicar bens passíveis de penhora no prazo legal. Após, conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1046541-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

APARECIDA CASTANHO ROSA BARBIERI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Diante da certidão decreto a revelia da parte executada. Intime-se o autor para indicar bens passíveis de penhora no prazo legal. Após, conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1041195-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELARMIN MIRANDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Diante da certidão decreto a revelia da parte executada. Intime-se o autor para indicar bens passíveis de penhora no prazo legal. Após, conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1041195-75.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELARMIN MIRANDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Diante da certidão decreto a revelia da parte executada. Intime-se o autor para indicar bens passíveis de penhora no prazo legal. Após, conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1022342-23.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE LURDES GUILHERME (EXECUTADO)

Em face do ofício de ID 26739174, fica a parte autora intimada para providenciar RG, Filiação e Data de Nascimento da Executada MARIA DE LURDES GUILHERME, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1055412-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA DA ROSA CORREA OAB - MT16308-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO DA SILVA BARROS (REQUERIDO)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, bem como apresentar a guia de recolhimento de custas judiciais, no prazo de 05 dias.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1040068-39.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO LUIZ DA SILVA ROSA OAB - MT18099-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO ALUIZIO GUIMARAES (EXECUTADO)
SUELY DOLORES MACIEL DE ARRUDA E SA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VITOR MARTINELLI DE MENDONCA OAB - MT13082-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Como ressalta dos autos, os executados foram citados como pessoa física e não como representante de empresa. Assim, intime-se o interveniente garante, na pessoa dos executados que são representantes da empresa, que o imóvel de sua propriedade foi penhorado e caso queira, remir o bem ou acompanhar o processo. No caso não há como aplicar o princípio de presunção de intimação como pretendido pelo autor. Avalie-se o bem e após, digam-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1052517-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-O (ADVOGADO(A))
GIANOTTI AMADOR MORAES GOMES OAB - MT0018216A-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCAS MORENO ALVES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Intime-se o autor para no prazo legal, postular pela conversão da ação em execução nos termos do Decreto Lei n. 911/69, em face não localização do bem. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1022134-68.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-O (ADVOGADO(A))
WILLIAN HIDEKI YAMAMURA OAB - MT17564/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JONAIR FERREIRA DOS SANTOS ANDRADE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Oficie-se como postulado e após, diga-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1035654-95.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOURDES LIMPIA CONCEPCION PEREZ GUSMAO DE ANUNCIACAO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELBERT DE PAULA RODRIGUES OAB - MG124343 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Oficie-se como postulado e após, diga-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0045123-32.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MURA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

Marcelo Silva Moura OAB - MT12307-O (ADVOGADO(A))
JOSE ANTONIO DUARTE ALVARES OAB - MT3432-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
EDSON FRANCISCO PERUSSELI (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Intime-se o perito para manifestar sobre impugnação do laudo. Após, diga o autor, em seguida, o impugnante. Após, conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-59 EMBARGOS DE TERCEIRO
Processo Número: 0013977-22.2001.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMEU DE AQUINO NUNES OAB - MT3770-O (ADVOGADO(A))
ELIESER DA SILVA LEITE OAB - MT6384-O (ADVOGADO(A))
JUCARA MARIA DOMINGUES LOTUFO OAB - MT4044-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDELBERTO ROEDER (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADEMAR FRANCISCO DE CARVALHO OAB - MT2292-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Extraiam-se cópias dos julgados e da certidão de trânsito em julgado, juntando-as no processo principal, certificando-se. Intimem-se as partes da chegada dos autos neste Juízo, nada sendo requerido, arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 0010214-66.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO BOABAID BERTAZZO OAB - MT8794-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LARA REJANE BARROS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Intime-se o autor para no prazo legal, postular pela conversão da ação em execução nos termos do Decreto Lei n. 911/69, em face não localização do bem. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-58 DEPÓSITO
Processo Número: 0037207-54.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO PAN (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS CESAR APOITIA OAB - MT7976-O (ADVOGADO(A))
NELSON PASCHOALOTTO OAB - MT8530-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HEUTON PAULO DE OLIVEIRA (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Intime-se o autor para providenciar a citação da parte requerida no prazo legal e após, conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1036114-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAURO DIAVAN NETO (RÉU)

Deverá a parte autora manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça, e dar prosseguimento ao feito, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0028454-25.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TEODORO VILLAFANE MORENO (EXECUTADO)
JUNCAO INCORPORADORA LTDA (EXECUTADO)
DANIEL ERNESTO MORENO GARCIA (EXECUTADO)
CECILIA INES VILLAFANE ALMONACID DE MORENO GARCIA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Deverá a parte autora se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça, e dar prosseguimento ao feito, no prazo legal SEDE DO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 - TELEFONE: ( )

Despacho Classe: CNJ-58 DEPÓSITO
Processo Número: 0021996-75.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUCILIA GOMES OAB - SP84206-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CORRENGE CONSTRUTORA LTDA (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Intime-se o autor para providenciar a citação da parte requerida no prazo legal. Após, conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0035993-81.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KIRTON BANK S/A BANCO MULTIPLO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIANA PORTO MOUSSALEM (EXECUTADO)
UPPIG CONFECCOES E ACESSORIOS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Conforme decisão já posta nos autos, intime-se o autor para providenciar a citação de todos os executados, no prazo legal e após, analisarei seu pedido. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1059177-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
Ludovico Antonio Merighi OAB - MT905-A (ADVOGADO(A))
CARINA PEREIRA DE ARAUJO OAB - MT26587/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO SANTANA DE ARRUDA (RÉU)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059177-05.2019.8.11.0041. AUTOR(A): CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. RÉU: BENEDITO SANTANA DE ARRUDA Vistos, etc. Certifique-se sobre a regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação e sua vinculação ao número único do

processo. Em caso negativo, intime-se o autor para efetivar o ato em quinze dias, sob pena de indeferimento da inicial. Decorrido o prazo, certifique-se, não havendo manifestação, conclusos. Ao contrário, cumpra-se determinação abaixo: Cite-se para pagar ou embargar, em quinze dias, constando todas às advertências previstas no artigo 700 e seguintes do CPC. Fixo os honorários advocatícios em 5%(cinco por cento) da causa. Consigne-se no mandado que caso haja pronto pagamento, estará isento de custas. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1059162-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LORIVAL FELIX DE MELO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059162-36.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: BANCO FINASA BMC S.A. EXECUTADO: LORIVAL FELIX DE MELO Vistos, etc. Certifique-se sobre a regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação e sua vinculação ao número único do processo. Em caso negativo, intime-se o autor para efetivar o ato em quinze dias, sob pena de indeferimento da inicial. Decorrido o prazo, certifique-se, não havendo manifestação, conclusos. Ao contrário, cumpra-se determinação abaixo: 1. Cite-se para pagar em três dias. (art. 829) 2. Não havendo pagamento, deverá o senhor Oficial de Justiça efetuar a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessório, bem como proceder a avaliação do bem penhorado e efetuando a intimação da penhora. (§ 1º, art. 829) 3. Fixo desde já, honorários em 10% (dez por cento) do débito e se houver o pagamento integral no prazo de três dias, os honorários devidos, serão reduzidos à metade. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1054732-41.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ORLEI DA SILVA MOREIRA (REQUERIDO)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento da diligência correta ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1029145-51.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C.F.C.REGIONAL LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
anderson rosa ferreira OAB - MT14156-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
CIELO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALFREDO ZUCCA NETO OAB - SP154694-O (ADVOGADO(A))
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face do v. Acórdão e antes de nova análise do feito, intime-se o requerido Banco Bradesco para apresentar os extratos da conta Agência 03146, conta corrente 001400 -1, do Banco Bradesco, agência em Ouro Branco, número 3146 - Banco Bradesco S/A na R. Santo Antonio -412 - Centro - Ouro Branco - Minas Gerais Telefone: (31) 3741 -8155, do período de 07/05/2013 até 30/12/2017. Após, diga o autor e conclusos para decisão. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0027653-51.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO DOS SANTOS MENDONCA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA OAB - MT20683-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco Safra S-A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO MICHEL DE ASSIS MAGALHAES OAB - MG91045-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0027653-51.2012.8.11.0041. EXEQUENTE: JOAO DOS SANTOS MENDONCA EXECUTADO: BANCO SAFRA S-A Vistos, etc. Antes de analisar a impugnação, remeta-se os autos ao Contador para apurar o valor da condenação, abatendo o valor depositado pela parte executada. Após, digam as partes e conclusos para análise. De outra banda, diante da certidão dos autos, denota-se que o valor penhorado, não foi transferido para conta única, reputando-se sem efeito a penhora on line, nos termos do v. Acórdão. Cumpra-se. CUIABÁ, 6 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1022134-68.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-O (ADVOGADO(A))
WILLIAN HIDEKI YAMAMURA OAB - MT17564/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JONAIR FERREIRA DOS SANTOS ANDRADE (REQUERIDO)

Deverá a Parte Autora tomar ciência da certidão de id. 27288653 e dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0003980-97.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANILTON JOSE GAZOLA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
REMI CRUZ BORGES OAB - MT11148-A (ADVOGADO(A))

Deverá a Parte Autora manifestar sobre resposta de pesquisa online, no prazo legal de 05 (cinco) dias

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0007849-63.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANUBIA MANOLLY DE ARRUDA COSTA (EXECUTADO)
SOLARES TURISMO LTDA - ME (EXECUTADO)
ZANANDREA LORENA DE AZEVEDO (EXECUTADO)

Deverá o credor apresentar demonstrativo de débito atualizado, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0005590-57.1997.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ FERNANDO PEIXOTO (EXECUTADO)
NADIR DOS SANTOS NADAF (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MILTON COSTA FARIAS OAB - MT2931-A (ADVOGADO(A))

Deverá a Parte Autora efetivar o recolhimento da guia de diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do Mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1035654-95.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOURDES LIMPIA CONCEPCION PEREZ GUSMAO DE ANUNCIACAO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELBERT DE PAULA RODRIGUES OAB - MG124343 (ADVOGADO(A))

Deverá a Parte Autora manifestar sobre a certidão de id. 27288653 e dar prosseguimento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1017444-30.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO VITHOR BORGES DANTAS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1017444-30.2017.8.11.0041. REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. REQUERIDO: JOAO VITHOR BORGES DANTAS Vistos, etc. INTIME-SE O AUTOR, POR CARTA E SEU ADVOGADO, para postular pela conversão da ação em execução nos termos do Decreto Lei n. 911/69, em face não localização do bem, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, advertindo que não serão considerados pedidos repetidos já analisados, transcorrendo o prazo da mesma forma. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. CUIABÁ, 1 de novembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1012855-92.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME (EXECUTADO)
EDISNEI DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
ELIANE SOUSA LEITE DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1052908-47.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BB.LEASING S.A.ARRENDAMENTO MERCANTIL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-O (ADVOGADO(A))
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RONDON & NASCIMENTO LTDA ME - ME (RÉU)
ANTONIO JOSE CATARINO RONDON (RÉU)
JANAINA DA SILVA NASCIMENTO (RÉU)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1044851-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BIZCAPITAL COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIRGILIO CESAR DE MELO OAB - PR0014114A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROGER GONCALVES DONHA (EXECUTADO)

Deverá a parte autora apresentar guia de diligência de oficial de justiça para expedição do mandado, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1034661-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONVENIENCIA E CHOPERIA TO NA PRACA LTDA (RÉU)

Deverá a Parte Autora efetivar o recolhimento da guia de diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do Mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1007343-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO MARTINS AMORIM OAB - SP216762 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO CESAR DE ALMEIDA BRAZ (REQUERIDO)
RIO FORTE INCORPORADORA LTDA (REQUERIDO)
RIO DOCE INCORPORADORA LTDA - ME (REQUERIDO)
GINCO URBANISMO LTDA (REQUERIDO)
SUPREMO ITALIA INCORPORACOES LTDA (REQUERIDO)
OSVALDO TETSUO TAMURA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
Meiri Nakazora Tamura (TERCEIRO INTERESSADO)

Deverá a parte autora se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça, e dar prosseguimento ao feito, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1017003-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCIELLE FILIPIN LOPES DA SILVA (RÉU)
L. P. DOS SANTOS & FILIPIN LTDA ME (RÉU)
HERNANDO PEREIRA DA SILVA (RÉU)

Deverá a Parte Autora providenciar os requisitos necessários para pesquisa no SIEL como nome da mãe do executado e data de nascimento,

no prazo legal

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0019821-79.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARILENE MARIA LOPES (EXECUTADO)

Deverá a parte autora manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça e dar prosseguimento ao feito, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1052702-33.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVANIO DE JESUS RIBEIRO (EXECUTADO)
S DE JESUS RIBEIRO EIRELI - ME (EXECUTADO)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1055600-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRO SEABRA 48228745168 (RÉU)
SANDRO SEABRA (RÉU)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1056951-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO DUNICE PEREIRA BRITO OAB - DF21822 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO MANOEL DA SILVA (EXECUTADO)
MERCANTIL UNIAO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - EPP (EXECUTADO)
RODOLFO LOZICH (EXECUTADO)

Deverá a Parte Autora apresentar a guia de recolhimento e comprovante de pagamento da diligência ou oferecer meios para a condução do oficial de justiça, para o cumprimento do mandado necessário, no prazo de 05 dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1023965-88.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VOLJAX BATERIAS LTDA - ME (RÉU)
VIVIANE CARINE REZEPOKA CALGARO (RÉU)
LAERCIO CALGARO (RÉU)

Deverá a parte autora manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça, e dar prosseguimento ao feito, no prazo legal de 05 (cinco) dias úteis

Decisão

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001412-47.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OMNI FINANCEIRA S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULIO ALVARENGA REALE OAB - MT15484-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JESUINO DE FARIAS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face ao anúncio de morte do executado, suspendo o processo por vinte dias, para o autor proceder habilitação nos termos de Lei. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0028415-67.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KIRTON BANK S/A BANCO MULTIPLO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISVAL L DA CUNHA - ME (EXECUTADO)
FRANCISVAL LOURENCO DA CUNHA (ESPÓLIO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARILCE MORAIS RAMOS OAB - 327.423.041-34 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Em face da certidão dos autos, decreto a revelia da parte Requerida citada por edital, nomeando-lhe Curadora Especial, na pessoa da Defensoria Pública que atua nesta Vara Especializada. Proceda-se a anotação necessária na autuação e etiqueta do processo. Após, intime-a para apresentar defesa. Intime-se o autor para indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1058289-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA FERREIRA TIBURTINO OAB - MT23683-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WELLITON ALEXANDRE DE SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Certifique-se sobre a regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação e sua vinculação ao número único do processo. Em caso negativo, intime-se o autor para efetivar o ato em quinze dias, sob pena de indeferimento da inicial. Decorrido o prazo, certifique-se, não havendo manifestação, conclusos. Ao contrário, cumpra-se determinação abaixo: Compulsando os autos verifica-se estar demonstrado o débito do requerido e sua inadimplência, pois apesar de notificado, não o liquidou. Assim, Defiro a Liminar pleiteada na inicial, autorizando a busca e apreensão, em caráter provisório, não podendo o bem ser remetido a outro Estado da Federação, até decorrer o prazo de purgação de mora, sob pena de bloqueio on line do valor do bem. Expeça-se o necessário, depositando em mãos do autor o bem apreendido. Faculto ao meirinho o arrombamento e reforço policial, se necessário e as faculdades do artigo 212 e seus parágrafos do CPC. NÃO HAVENDO APREENSÃO, DEVERÁ O

MEIRINHO INFORMAR SE O REQUERIDO FOI LOCALIZADO. Dê-se ciência ao Requerido, que no prazo de cinco dias, depois de efetivada a liminar, poderá purgar a mora pela integralidade da dívida atualizada, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus. (artigo 3º § 2º da Lei n. 10.931/04). Caso não ocorra a purgação de mora, no prazo acima consolidar-se-ão a propriedade e a pose plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária. Cite-se também o Requerido, para apresentar resposta, no prazo de quinze dias da execução da liminar. Consigne-se no mandado que a resposta deve ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do § 2º da referida Lei, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1059184-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
QUEFRON PAULO DE SANTANA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1059184-94.2019.8.11.0041. REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S.A. REQUERIDO: QUEFRON PAULO DE SANTANA Vistos, etc. Certifique-se sobre a regularidade do recolhimento da guia de distribuição da ação e sua vinculação ao número único do processo. Em caso negativo, intime-se o autor para efetivar o ato em quinze dias, sob pena de indeferimento da inicial. Decorrido o prazo, certifique-se, não havendo manifestação, conclusos. Ao contrário, cumpra-se determinação abaixo: Compulsando os autos verifica-se estar demonstrado o débito do requerido e sua inadimplência, pois apesar de notificado, não o liquidou. Assim, Defiro a Liminar pleiteada na inicial, autorizando a busca e apreensão, em caráter provisório, não podendo o bem ser remetido a outro Estado da Federação, até decorrer o prazo de purgação de mora, sob pena de bloqueio on line do valor do bem. Expeça-se o necessário, depositando em mãos do autor o bem apreendido. Faculto ao meirinho o arrombamento e reforço policial, se necessário e as faculdades do artigo 212 e seus parágrafos do CPC. NÃO HAVENDO APREENSÃO, DEVERÁ O MEIRINHO INFORMAR SE O REQUERIDO FOI LOCALIZADO. Dê-se ciência ao Requerido, que no prazo de cinco dias, depois de efetivada a liminar, poderá purgar a mora pela integralidade da dívida atualizada, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus. (artigo 3º § 2º da Lei n. 10.931/04). Caso não ocorra a purgação de mora, no prazo acima consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária. Cite-se também o Requerido, para apresentar resposta, no prazo de quinze dias da execução da liminar. Consigne-se no mandado que a resposta deve ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do § 2º da referida Lei, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-59 EMBARGOS DE TERCEIRO
Processo Número: 1051487-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON ESPIRITO SANTO DA CRUZ (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERIC PINHEIRO DE AMORIM OAB - MT24732/O (ADVOGADO(A))
EDILAUSON MONTEIRO DOS SANTOS OAB - MT25544/O-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (EMBARGADO)
JOAO BATISTA ATAIDE DE MATOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NATHALIA KOWALSKI FONTANA OAB - PR44056 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1051487-22.2019.8.11.0041. EMBARGANTE: JEFFERSON ESPIRITO SANTO DA CRUZ EMBARGADO: CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, JOAO BATISTA ATAIDE DE MATOS Vistos, etc. Jefferson Espirito Santo da Cruz, devidamente qualificado nos autos ingressou com Ação Embargos de Terceiro contra Conseg Administradora de Consórcios, distribuído por dependência da Ação de Cumprimento de Sentença nº 0031200-94.2015.8.11.0041 (em associação). Em síntese sustenta a parte embargante que adquiriu o veículo Fiat Uno Mille Economy – Ano 2011/2011, Placa: ATO-6359/PR, do Sr. Emerson Miranda Ramos, ora executado nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença (Processo n. 0031200-94.2015.8.11.0041), em associação. Asseverou que o executado acima entregou todos os documentos e transferiu a posse (tradição) do veículo. Elucidou que a autorização para transferência do veículo (Recibo) foi adquirido desde 04/12/2014, data em que, o Sr. Emerson Miranda Ramos comprou o veículo do Sr. João Batista Ataíde de Matos, e firmou contrato de compra do veículo com o Banco Itau, recaindo sobre o referido executado a responsabilidade em proceder com a transferência junto ao Detran/MT. Destacou que não foi possível proceder com a transferência de registo junto ao Detran/MT, devido a condições financeiras. Afirmou que, em data posterior à aquisição do veículo, foi determinado nos autos da Ação de Execução (Processo n. 0031200-94.2015.8.11.0041), em associação, a restrição de circulação junto ao Detran, e que, inclusive teve o veículo rebocado pela SEMOB, e que, diante disso não consegue ter a liberação do veículo em decorrência da restrição pendente sobre o bem. Enfatizou que adquiriu o veículo licitamente e que, não pode ser penalizado pela simples omissão na transferência do registro do veículo. Elucidou que, quando da aquisição do veículo não existia gravame sobre o mesmo. Requer em caráter liminar o reconhecimento do domínio ou a posse sobre o bem, em questão, bem como, a manutenção ou a reintegração provisória da posse. Pois bem. Compulsando os autos verifica-se a possibilidade de concessão de liminar diante da existência dos requisitos legais, em especial o "Fumus Boni juris", pois trata de direito instantâneo que quando agredido necessita de imediata recomposição, como dano emergencial a ser amparado. Ainda mais, quando se verifica nos autos que houve a venda bem, muito antes da realização da restrição judicial, via Renajud (id. 25898382-Pág.1). A restrição ocorreu em 21/09/2018, enquanto a comunicação de venda se efetivou em 04/12/2014, ou seja, muito tempo antes da restrição judicial. Não se tinha conhecimento sobre a existência de restrição sobre o bem. Desta forma, patente está a ameaça de posse do autor, pois com a restrição que poderá resultar em penhora ou apreensão do bem, como no caso, a posse lhe é retirada. Portanto, em tese e para início de processo, entendo que deva ser concedida a liminar. Diante do exposto, defiro a liminar. Proceda-se com a respectiva baixa no gravame do veículo, via Renajud, para que possa a parte embargante, proceder com a respectiva retomada do bem, visto que, encontra-se apreendida junto a SEMOB, conforme informado nos autos e comprovado através do documento juntado ao id. 25898379-Pág.1, até julgamento do feito. Considerando que desde a entrada em vigor no NCPC, nenhum acordo foi homologado nesta Vara Especializada, tornando dispensável o ato de mediação, tendo em vista a falta de composição nesta espécie de avença aqui discutida, razão pela qual, dispenso o ato referido, nada impossibilitando no decorrer do processo sua designação. Citem-se para responderem, constando às advertências legais, devendo os requeridos no prazo de resposta acostarem toda documentação realizada pelas partes, inclusive os contratos. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1054526-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O

(ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCAS AUGUSTO DOMINGUES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Homologo, por sentença, a desistência da ação, para surtir seus efeitos legais e Julgo EXTINTO o processo, com fulcro no artigo 485-VIII do CPC. Revogo a liminar concedida nos autos. Recolha-se mandado sem cumprimento e caso tenha sido cumprido proceder à restituição do bem a parte requerida. Custas pelo desistente. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1012962-05.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZN FOMENTO MERCANTIL LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE MAZZER CARDOSO OAB - MT9749-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAGA LONDON COMERCIO DE VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NALVA MACHADO DE OLIVEIRA OAB - GO44454 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Considerando que a parte executada satisfez a obrigação, pela penhora, Julgo EXTINTO o processo com fulcro no que determina o artigo 924-II do CPC. Expeça-se alvará em favor do credor. Custas pelo executado. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1020477-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDIO MANOEL DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO OLIVEIRA JESUS OAB - MT23440/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Considerando que a parte executada satisfez a obrigação, pelo depósito nos autos, Julgo EXTINTO o processo com fulcro no que determina o artigo 924-II do CPC. Expeça-se alvará em favor do credor. Custas pelo executado. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1020477-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDIO MANOEL DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO OLIVEIRA JESUS OAB - MT23440/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Considerando que a parte executada satisfez a obrigação, pelo depósito nos autos, Julgo EXTINTO o processo com fulcro no que determina o artigo 924-II do CPC. Expeça-se alvará em favor do credor. Custas pelo executado. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1053911-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
Ludovico Antonio Merighi OAB - MT905-A (ADVOGADO(A))
CARINA PEREIRA DE ARAUJO OAB - MT26587/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NAYARA PRISCILLA FEITOZA NASCIMENTO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Homologo, por sentença, a desistência da ação, para surtir seus efeitos legais e Julgo EXTINTO o processo, com fulcro no artigo 485-VIII do CPC. Revogo a liminar concedida nos autos. Recolha-se mandado sem cumprimento e caso tenha sido cumprido proceder à restituição do bem a parte requerida. Custas pelo desistente. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1047400-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUANA KAROLINE ROMERO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. A parte autora, devidamente qualificada nos autos, ingressou com a presente Ação de Busca e Apreensão, objetivando a concessão de liminar, para apreensão do bem relacionado na inicial, tornando em definitivo a medida no final. Instruiu seu pedido com documentos acostado na inicial. A liminar foi concedida e efetivada a citação. Regularmente citada a parte requerida deixou transcorrer o prazo assinalado sem apresentar resposta ou purgar mora na forma determinada nos autos. Vieram-me conclusos os autos, para decisão. É o Relatório. Fundamento. DECIDO. Trata-se a presente Ação de Busca e Apreensão, objetivando a concessão de liminar, para apreensão do bem relacionado na inicial, tornando em definitivo a medida no final. O processo encontra-se maduro para receber decisão, dispensando produção de outras provas, cabendo julgamento antecipado na lide, nos termos do artigo 355-II do Código de Processo Civil. A parte requerida foi citada nos autos e deixou transcorrer o prazo assinalado sem apresentar resposta ou purgar a mora, conforme certificado no processo, razão pela qual, decreto-lhe a revelia. A ausência de contestação e purgação de mora como determinado nos autos, caracteriza a inércia da parte requerida não demonstrando ter qualquer interesse no desfecho da demanda, pois apesar de citada, deixou escoar o prazo sem apresentar resposta ou purgar a mora. Reputam-se como verdadeiros os fatos elencados na inicial, tendo aplicabilidade o que dispõe o artigo 344 do Diploma Legal e estes acarretam as conseqüências jurídicas ali apontadas. Até porque, não questionou o débito anunciado na inicial. Diante do exposto e considerando o que mais dos autos consta Julgo Por Resolução de Mérito a ação de Busca e Apreensão e ACOLHO o pedido inicial, com fundamento no que dispõe o artigo 487–I e artigo 344 do Código de Processo Civil c.c. Decreto Lei n. 911/69, consolidando nas mãos do autor o domínio e posse do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva, facultando-lhe a venda, devendo aplicar a parte final do artigo 2º do Decreto-Lei acima citado. Oficie-se ao Detran comunicando que o autor está autorizado à transferência a terceiros que indicar, bem como liberar a restrição do veículo e permaneçam nos autos os títulos a eles trazidos. Condeno a parte requerida nas custas e despesas processuais, bem como, nos honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) da causa, devidamente atualizada a partir do ajuizamento da ação. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo, ficando a parte requerida intimada a pagar a condenação em quinze dias, do trânsito em julgado, sob pena de aplicação de multa de dez por cento, com expedição de mandado de penhora e avaliação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1047400-23.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUANA KAROLINE ROMERO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. A parte autora, devidamente qualificada nos autos, ingressou com a presente Ação de Busca e Apreensão, objetivando a concessão de liminar, para apreensão do bem relacionado na inicial, tornando em definitivo a medida no final. Instruiu seu pedido com documentos acostado na inicial. A liminar foi concedida e efetivada a citação. Regularmente citada a parte requerida deixou transcorrer o prazo assinalado sem apresentar resposta ou purgar mora na forma determinada nos autos. Vieram-me conclusos os autos, para decisão. É o Relatório. Fundamento. DECIDO. Trata-se a presente Ação de Busca e Apreensão, objetivando a concessão de liminar, para apreensão do bem relacionado na inicial, tornando em definitivo a medida no final. O processo encontra-se maduro para receber decisão, dispensando produção de outras provas, cabendo julgamento antecipado na lide, nos termos do artigo 355-II do Código de Processo Civil. A parte requerida foi citada nos autos e deixou transcorrer o prazo assinalado sem apresentar resposta ou purgar a mora, conforme certificado no processo, razão pela qual, decreto-lhe a revelia. A ausência de contestação e purgação de mora como determinado nos autos, caracteriza a inércia da parte requerida não demonstrando ter qualquer interesse no desfecho da demanda, pois apesar de citada, deixou escoar o prazo sem apresentar resposta ou purgar a mora. Reputam-se como verdadeiros os fatos elencados na inicial, tendo aplicabilidade o que dispõe o artigo 344 do Diploma Legal e estes acarretam as conseqüências jurídicas ali apontadas. Até porque, não questionou o débito anunciado na inicial. Diante do exposto e considerando o que mais dos autos consta Julgo Por Resolução de Mérito a ação de Busca e Apreensão e ACOLHO o pedido inicial, com fundamento no que dispõe o artigo 487–I e artigo 344 do Código de Processo Civil c.c. Decreto Lei n. 911/69, consolidando nas mãos do autor o domínio e posse do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva, facultando-lhe a venda, devendo aplicar a parte final do artigo 2º do Decreto-Lei acima citado. Oficie-se ao Detran comunicando que o autor está autorizado à transferência a terceiros que indicar, bem como liberar a restrição do veículo e permaneçam nos autos os títulos a eles trazidos. Condeno a parte requerida nas custas e despesas processuais, bem como, nos honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) da causa, devidamente atualizada a partir do ajuizamento da ação. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo, ficando a parte requerida intimada a pagar a condenação em quinze dias, do trânsito em julgado, sob pena de aplicação de multa de dez por cento, com expedição de mandado de penhora e avaliação. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1027874-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO ALVES DO CARMO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BENEDITO FERREIRA PAES SOBRINHO OAB - MT21892/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. A parte autora, devidamente qualificada nos autos, ingressou com a presente Ação de Busca e Apreensão, objetivando a concessão de liminar, para apreensão do bem relacionado na inicial, tornando em definitivo a medida no final. Instruiu seu pedido com documentos acostado na inicial. A liminar foi concedida e efetivada a citação. Regularmente citada a parte requerida deixou transcorrer o prazo assinalado sem apresentar resposta ou purgar mora na forma determinada nos autos, fazendo parcial, já dirimido nos autos. Vieram-me conclusos os autos, para decisão. É o Relatório. Fundamento. DECIDO. Trata-se a presente Ação de Busca e Apreensão, objetivando a concessão de liminar, para apreensão do bem relacionado na inicial, tornando em definitivo a medida no final. O processo encontra-se maduro para receber decisão, dispensando produção de outras provas, cabendo julgamento antecipado na lide, nos termos do artigo 355-II do Código de Processo Civil. A parte requerida foi citada nos autos e deixou transcorrer o prazo assinalado sem apresentar resposta ou purgar a mora na forma determinada, mas o fazendo parcial, o que não foi acolhido, conforme certificado no processo, razão pela qual, decreto-lhe a revelia. A ausência de contestação e purgação de mora como determinado nos autos, caracteriza a inércia da parte requerida não demonstrando ter qualquer interesse no desfecho da demanda, pois apesar de citada, deixou escoar o prazo sem apresentar resposta ou purgar a mora. Reputam-se como verdadeiros os fatos elencados na inicial, tendo aplicabilidade o que dispõe o artigo 344 do Diploma Legal e estes acarretam as conseqüências jurídicas ali apontadas. Até porque, não questionou o débito anunciado na inicial. Diante do exposto e considerando o que mais dos autos consta Julgo Por Resolução de Mérito a ação de Busca e Apreensão e ACOLHO o pedido inicial, com fundamento no que dispõe o artigo 487–I e artigo 344 do Código de Processo Civil c.c. Decreto Lei n. 911/69, consolidando nas mãos do autor o domínio e posse do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva, facultando-lhe a venda, devendo aplicar a parte final do artigo 2º do Decreto-Lei acima citado. Oficie-se ao Detran comunicando que o autor está autorizado à transferência a terceiros que indicar, bem como liberar a restrição do veículo e permaneçam nos autos os títulos a eles trazidos. Condeno a parte requerida nas custas e despesas processuais, bem como, nos honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) da causa, devidamente atualizada a partir do ajuizamento da ação. Paga sucumbência, faculto ao depositante levantar valores dos autos. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo, ficando a parte requerida intimada a pagar a condenação em quinze dias, do trânsito em julgado, sob pena de aplicação de multa de dez por cento, com expedição de mandado de penhora e avaliação. P. R. I. Cumpra-se.

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 0041636-54.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BMW FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO MARCON OAB - ES10990-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO NEVES RENNO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANA PEREIRA BUENO OAB - MT12707-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Homologo o acordo apresentado pelas partes para surtir seus efeitos legais. Considerando que a parte executada satisfez a obrigação, conforme anunciado pelo credor, Julgo EXTINTO o processo com fulcro no que determina o artigo 924-II do CPC. Proceda-se levantamento de penhora, se existente. Custas pelo executado. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, arquive-se. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0011076-56.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. Q. MASCARENHAS - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO GOMES SILVA FILHO OAB - MT12036-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAFRA LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RITA SORAYA TOLENTINO DE BARROS

Vistos, etc. Safra Leasing S/A – Arrendamento Mercantil, devidamente qualificado nos autos, ingressou com a presente Ação de Reintegração de Posse com Pedido Liminar, contra S Q Mascarenhas ME, na qual foi acolhido o pedido inicial, com fundamento no que dispõe o artigo 487-I do Novo Código de Processo Civil, consolidando a liminar em reintegração definitiva do autor quanto ao bem especificado na inicial, declarando em mãos do autor a posse e propriedade plena do veículo, facultando-lhe a venda, transitada em julgado em 26/07/2016 (id. 21870943). Após os tramites legais, foi determinado a remessa dos autos a ao Contador para apurar o valor de VRG a ser restituído conforme decisão de id. 21870984, no qual foi encontrado o montante de R$ 37.742,46 (trinta e sete mil setecentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos) de acordo com o cálculo de id. 21870985 e homologado conforme decisão de id. 21870986. A requerida afirmou que não houve determinação nos julgados para a restituição do valor referente ao VRG. Mantida a decisão, foi realizada a penhora online (id. 21870988) e a executada apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, na qual foi rejeitada conforme decisão de id. 21871143. Inconformado, o requerido interpôs Agravo de Instrumento no qual foi deferida a liminar para suspender o andamento do feito - id. 21871144. Ato contínuo, foi negado provimento ao recurso (id. 21871149). Insurge, novamente a executada, agora por meio de Exceção de Pré-Executividade, contra ao deferimento da constrição realizada em face da devolução dos valores a Título de VRG, alegando que não houve referida determinação da sentença proferida. Intimado a se manifestar, o exequente permaneceu inerte. A exceção de pré-executivadade somente poderá ser oposta sobre questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, os pressupostos processuais e as condições da ação executiva, com o fim de obstar o prosseguimento da execução, sem dilação probatória. A ampliação do seu alcance é inadmissível, devendo ser discutidas via embargos do devedor. Nesses termos "A exceção de pré-executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada." (REsp 1110925/SP, Rel. Ministro sem necessidade de dilação probatória TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/04/2009, DJe 04/05/2009) O questionamento do Excipiente já foi alcançado por coisa julgada material, considerando que já veio debater a mesma matéria em impugnação e Agravo de Instrumento do id n.985734, onde foi desprovido, reconhecendo o dever da restituição do VRG: "Diante desse quadro, ou seja, da possibilidade de restituição ao agravado, da verba referente ao VRG (Valor Residual Garantido), aliada a insurgência extemporânea do agravante, no tocante à decisão que já havia homologado o cálculo apresentado pelo contador, outra medida não há, senão a manutenção da decisão recorrida Ante exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso" Portanto, matéria já alcançada pela coisa julgada material. Pertinente ressaltar que o Arrendamento Mercantil apresenta características de contrato de aluguel e também de compra e venda. Ao final, estando adimplente o arrendatário, tem a opção de optar pela compra e durante o período contratual, estando adimplente, utiliza o bem e retribui o valor a título de aluguel, tendo o arrendante o domínio em seu favor. O Superior Tribunal de Justiça, mediante a súmula 293, já sedimentou o entendimento de que o pagamento antecipado do Valor Residual Garantido – VRG, não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, de modo a transformá-lo em contrato de compra e venda. Diante do exposto e considerando o que mais consta dos autos NÃO ACOLHO a Exceção de Pré-Executividade, por entender que os argumentos da exceção não tem prevalência para nulificar a execução. Considerando que a parte executada satisfez a obrigação, conforme apenhora realizada nos autos, Julgo EXTINTO o processo com fulcro no que determina o artigo 924-II do CPC. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e após, expeça-se alvará ao credor e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se. Cuiabá, 11.12.19

3ª Vara Especializada em Direito Bancário

Intimação

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1039366-93.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ASSIS ROSA OAB - MT19077-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JANILDO PEREIRA QUINTINO FILHO - ME (EXECUTADO)
JANILDO PEREIRA QUINTINO FILHO (EXECUTADO)

Certifico que, nesta data, faço a intimação da parte autora/credora no prazo de cinco dias, para manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1027920-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ISABELLA SANTOS RIBEIRO (RÉU)
MARIA DO CARMO SANTOS RIBEIRO (RÉU)

Certifico que, nesta data, faço a intimação da parte autora/credora no prazo de cinco dias, para manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-22 EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA
Processo Número: 1023545-49.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DOS SANTOS NETO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE DOS SANTOS NETO OAB - MT3677-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Procedo a intimação das partes para manifestarem do retorno dos autor do Egrégio TJ/MT, no prazo de 15 dias.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1022142-79.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSEANY BARROS DE LIMA OAB - MT0007959A (ADVOGADO(A))
GILBERTO RODRIGO RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT0010028A (ADVOGADO(A))
MARCELA REGINA DE ALMEIDA FREITAS OAB - MT9454-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDUARDO LAGE DE SOUZA 00396022731 (EXECUTADO)
EDUARDO LAGE DE SOUZA (EXECUTADO)
ELECI ANDRADE DE FREITAS SOUZA (EXECUTADO)

Certifico que, nesta data, faço a intimação da parte autora/credora no prazo de cinco dias, para manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033974-75.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELOISE BRITO DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO OLIVEIRA JESUS OAB - MT23440/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))

Procedo a intimação das partes para manifestarem do retorno dos autor do Egrégio TJ/MT, no prazo de 15 dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000744-42.2018.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
ROSELI ALVES PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERIO RODRIGUES DE CASTRO OAB - SP348669 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))

Procedo a intimação das partes para manifestarem do retorno dos autos do Egrégio TJ/MT, no prazo de 15 dias.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017925-27.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO MARCOS DE ANDRADE - ME (EXECUTADO)
ANTONIO MARCOS DE ANDRADE (EXECUTADO)

Certifico que, nesta data, faço a intimação da parte autora/credora no prazo de cinco dias, para manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1008404-24.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DO CARMO SANTOS RIBEIRO (EXECUTADO)
ISABELLA SANTOS RIBEIRO (EXECUTADO)

Certifico que, nesta data, faço a intimação da parte autora/credora no prazo de cinco dias, para manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1047105-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIOLA BORGES DE MESQUITA OAB - MT23926-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESMERALDO RIBEIRO FILHO (REQUERIDO)

PROCEDO A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA, NO PRAZO DE 5 DIAS.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1020764-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ERIVALDO GOMES DE CARVALHO (REQUERIDO)

PROCEDO A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, NO PRAZO DE 5 DIAS.

Despacho Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1045624-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO BARBOSA (EMBARGANTE)
ZILDA DE JESUS BARBOSA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSIANO LOURENCO SANCHES OAB - MT11333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SICREDI CENTRO NORTE (EMBARGADO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo: 1045624-85.2019.8.11.0041. EMBARGANTE: JOAO PAULO BARBOSA, ZILDA DE JESUS BARBOSA EMBARGADO: SICREDI CENTRO NORTE Vistos etc. Ciente da decisão que determinou a suspensão do feito até o julgamento definitivo do AI interposto. Diante disso, antes de qualquer deliberação, aguarde-se o julgamento do alusivo agravo de instrumento. Oportunamente, tornem conclusos para as devidas deliberações. Intime-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Sem Juiz
Cod. Proc.: 385998 Nr: 21751-25.2009.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ZENIR MINOSSO, EDNA COLOMBARI MINOSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AYRTON CAMPOS MOREIRA - OAB:17136, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDA FAVETTI CAMPOS - OAB:13.331/MT, LUIZ FELIPPE CANAVARROS CALDART - OAB:23252/O
Vistos, etc.
Adota-se a medida excepcional de citação por edital depois de esgotadas todas as possibilidades de localização da parte, por isso, antes de acolher tal procedimento determino que realizem consultas on line no sistema bacenjud, a fim de obter informações acerca dos atuais endereços dos executados.
Obtendo endereços diversos daqueles constantes dos autos, renove-se a tentativa de citação, caso contrário, intime-se o exequente para manifestar-se em dez (10) dias.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1058819-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LIANA DE LARA LEITE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo: 1058819-40.2019.8.11.0041. AUTOR(A): LIANA DE LARA LEITE RÉU: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DE MATO GROSSO Vistos etc. A nova Lei Processual n. 13.105/2015, dirime que “A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei (art. 98)” e que “presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural (art. 99, § 3º).” Entretanto, a Constituição Federal reza que a gratuidade será conferida “...aos que comprovarem insuficiência de recursos” (art. 5º, LXXIV). Elementar esclarecer que o benefício da Justiça Gratuita é o amparo que pessoas necessitadas auferem para acesso imediato à Justiça, assim, pobre no conceito legal é o trabalhador que percebe salário irrisório que mal dá para sustentar a si próprio e ou sua família, é o andarilho que não tem onde morar ou desempregados com minguados recursos financeiros. Para estes, o Legislador reservou a isenção das custas do processo, enquanto perdurar o estado de pobreza. Ademais, verificando-se que nos autos há elementos que evidenciem a falta de pressupostos legais para concessão da gratuidade, ou seja, a comprovação da alegada pobreza, entendo que o Autor não é

insuficientemente capaz de arcar com as despesas processuais. Isto porque, verifico que aufere renda mensal líquida de R$16.907,14 (dezesseis mil e novecentos e sete reais e quatorze centavos) que demonstram na verdade o inverso da hipossuficiência alegada, evidenciando uma realidade totalmente diversa da maioria efetivamente pobre deste país. Diante das circunstancias não há como considerar a Autora dentro da clientela da Assistência Judiciária gratuita, vez que a própria demanda já aponta uma condição sócio-econômica bem diversa do que podemos denominar de pessoa próxima da linha de miséria alegada. Dessa forma, INDEFIRO o pedido de Justiça Gratuita postulado pela parte autora. Diante disso, intime-se a parte autora para que, em 15 (quinze) dias, promova o recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição nos termos do art. 290, do CPC. Após, tornem conclusos para a pasta de decisão urgente. Intime-se. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009661-50.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GINCO URBANISMO LTDA (AUTOR(A))
OSVALDO TETSUO TAMURA (AUTOR(A))
MEIRI NAKAZORA TAMURA (AUTOR(A))
JULIO CESAR DE ALMEIDA BRAZ (AUTOR(A))
BRDU SPE VARZEA GRANDE LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO DURIC CALHEIROS OAB - SP181721 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE AUGUSTO DE REZENDE JUNIOR OAB - MT0019339S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1009661-50.2018.8.11.0041. AUTOR(A): GINCO URBANISMO LTDA, OSVALDO TETSUO TAMURA, MEIRI NAKAZORA TAMURA, JULIO CESAR DE ALMEIDA BRAZ, BRDU SPE VARZEA GRANDE LTDA RÉU: BANCO BRADESCO Vistos, etc. Considerando a petição constante do Id. 18974039 o Banco do Bradesco requereu a cassação dos efeitos da Tutela de Urgência, em razão do descumprimento da determinação judicial. Entretanto, a Ginco Urbanismo Ltda está cumprindo regularmente a tutela urgência, tanto que já efetuou o deposito das parcelas décima quarta e décima quinta. Portanto, mantenho os efeitos da liminar ora deferida. Considerando a petição constante do Id. 27203572, que a parte Requerida, Banco do Bradesco, solicita o levantamento dos valores depositados judicialmente e ainda considerando a decisão proferida anteriormente constante do Id. 21848554 e a decisão de tutela de urgência deferia (id. 14202277). Dessa feita, EXPEÇA-SE alvará, para levantamento da quantia depositada em juízo, no valor de: a) R$ 184.456,40 (cento e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), com os acréscimos e correções, em favor da parte Requerida, nos dados bancários informados no Id. 27203572. Comunique-se ao beneficiário, nos termos do art. 450, § 3º, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça do Foro Judicial - CNGC. Determino que seja remetida cópia da decisão constante do Id. 14202277 bem como da presente, juntamente com o Alvará Judicial ao Presidente do Tribunal de Justiça para assinatura. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017734-79.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU UNIBANCO S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO BAIAO OAB - MT21453-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HIDRO E ELETRICA MOURA LTDA - EPP (EXECUTADO)
WENDER MOURA GOMES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO SCHMIDT OAB - MT19571-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1017734-79.2016.8.11.0041. EXEQUENTE: ITAU UNIBANCO S/A EXECUTADO: HIDRO E ELETRICA MOURA LTDA - EPP, WENDER MOURA GOMES Vistos, etc. Ante o julgamento e a rejeição da Exceção de Pré-Executividade e o Agravo de Instrumento desprovido, dou continuidade a execução de titulo extrajudicial. Sendo assim, defiro o pedido do exequente e realizo o bloqueio online de valores existentes em nome dos Executados (pessoa jurídica e física) via Sistema BACENJUD, para satisfação do débito remanescente no valor de R$ 424.745,30 (quatrocentos e vinte e quatro mil e setecentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos), conforme de demonstrativo de cálculo ID. 18373297. Se positivo o bloqueio, ordeno que a quantia constritada seja imediatamente transferida para a Conta Única e vinculada ao presente processo executivo, em cumprimento ao art. 7º, § 1º da Resolução nº 015/2012/TP. Havendo sucesso na penhora de valor intimem-se os Executados, na pessoa do Advogado constituído nos autos ou pessoalmente, de preferencia via postal (art. 841, §1º e 2º, do CPC), para tomar ciência da penhora online e querendo, oferecer impugnação no prazo de cinco (5) dias (art. 854, § 3º, do CPC). Segue o demonstrativo da medida de penhora online. Intime-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

4ª Vara Especializada em Direito Bancário

Intimação

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1059155-44.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADILSON POLEGATO DE FREITAS (RÉU)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059155-44.2019.8.11.0041. Vistos etc. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas e taxas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1059216-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES HABILITAR LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059216-02.2019.8.11.0041. Vistos etc. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas e taxas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1059204-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REGINALDO RIBEIRO BOAVENTURA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059204-85.2019.8.11.0041. Vistos etc. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas e taxas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1059220-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONECTEL - COMERCIO E SERVICOS DE TELEFONIA E INFORMATICA LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1059220-39.2019.8.11.0041. Vistos etc. Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas e taxas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1039383-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FAGNER RAIONE SILVA ARRUDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL COSTA ROCHA OAB - MT25880/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CSF S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR OAB - SP0247319A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo n. 1039383-95.2019.8.11.0041 Despacho Vistos etc. Em virtude da certidão de ID 25754031 acerca da tempestividade da contestação apresentada, intime-se o requerente para que se manifeste sobre a referida contestação e documentos de ID's 25494350 a 25494362, no prazo legal. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. A/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancario

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1036533-39.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MULTSEG PRODUTOS E SERVICOS EIRELI - ME (EXECUTADO)
ANTONIO LUIZ PEREIRA BALCACAR (EXECUTADO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora, via imprensa por meio de seu patrono, para manifestar - se sobre as correspondências devolvidas , no prazo de 05 (cinco) dias..

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1019134-31.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA CONSORCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE FRANCISCO DA SILVA OAB - SP88492 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDERSON SIEBEN (RÉU)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora, via imprensa por meio de seu patrono, para manifestar - se sobre a correspondência devolvida.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005649-90.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RENATA CAMPOS FERREIRA BIGNELLI (EXECUTADO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora, via imprensa por meio de seu patrono, para manifestar - se sobre as correspondência devolvidas.(motivo falecimento)

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015828-20.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL CAMILO DE ALMEIDA FERREIRA (EXECUTADO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora, via imprensa por meio de seu patrono, para manifestar se sobre a correspondência devolvida.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1031705-97.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO MARCON OAB - ES10990-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO DA SILVA NETO (EXECUTADO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora, via imprensa por meio de seu patrono, para manifestar - se sobre a correspondência devolvida

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1020695-22.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO GALDINO DE CAMPOS (RÉU)
ALBUES COMERCIO LTDA - ME (RÉU)
MARCOS VALERIO ALBUES (RÉU)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora, via imprensa por meio de seu patrono, para manifestar - se sobre a correspondência devolvida.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1020661-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-O (ADVOGADO(A))
GIANOTTI AMADOR MORAES GOMES OAB - MT0018216A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEIVISON ANDRE SILVA FIGUEIREDO (REQUERIDO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora, via imprensa por meio de seu patrono, para manifestar - se sobre a correspondência devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias..

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1049855-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WEVERTY DE ALMEIDA COSTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HELBERT DE PAULA RODRIGUES OAB - MG124343 (ADVOGADO(A))
JENNIFER COSTA DE ANDRADE OAB - MT23494/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora para depositar a diligência para condução do Oficial de Justiça comprovando nos autos do depósito da referida diligencia _ em conformidade com o art. 1º, 2º e 3º da Portaria 002/2017, sendo que o pagamento deverá ser realizado via "EMISSÃO DE GUIAS ON LINE" no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso "www.tjmt.jus.br" no qual consta o ícone "Emissão de Guias on line; no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do art.485, III §1º NCPC

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1025283-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO RCI BRASIL S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO CARLOS DE CARVALHO RESENDE (REQUERIDO)

CERTIDÃO Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte autora para se manifestar sobre a certidão NEGATIVA do Oficial de Justiça para CITAÇÃO, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de revogar a liminar anteriormente concedida_

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1021268-26.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO SCHULZE OAB - MT16807-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAQUINA APARECIDA PACHECO GOUVEIA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1021268-26.2019.8.11.0041. Vistos etc. I – Ante os argumentos expendidos, defiro o pedido do Senhor Oficial de Justiça, contido na informação de Id 27151042, relativamente à ordem de arrombamento, com base, por analogia, no artigo 846, §§1º e 2º do Código de Processo Civil. II – Autorizo, também, a utilização de reforço policial para cumprimento da ordem judicial, se necessário. III – Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Servindo a publicação desta decisão como intimação. M/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 781565 Nr: 35168-40.2012.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROVAS TERCERIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME, RONALDO CAMARGO DE VASCONCELOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:MT 13.994-A, LAZARO JOSE GOMES JUNIOR - OAB:31.757-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do Provimento n. 56/2007 da CGJ, tendo em vista que a parte autora não encartou a Guia de pagamento do Sr Oficial de Justiça na qual a Central de mandados afere pelo seu número, impulsiono os autos para intimar a parte autora para encartar aos autos a GUIA DE PAGAMENTO das diligências do Sr. Oficial de Justiça, haja vista que o pagamento é realizado contendo O NÚMERO DA GUIA, SEM A QUAL SE FAZ IMPOSSÍVEL ENCAMINHAR O MANDADO Á CENTRAL DE MANDADOS no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de desistência da realização do feito e extinção e arquivamento, nos termos do art.485, III §1º do NCPC

Decisão

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1041768-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIR MENDES NOGUEIRA - ME (EMBARGANTE)
VALDIR MENDES NOGUEIRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO CARRIJO FREITAS OAB - MT11395-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-A (ADVOGADO(A))
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA OAB - PR27109-O (ADVOGADO(A))
CAROLINA PEREIRA TOME WICHOSKI OAB - MT18603-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo n. 1041768-16.2019.8.11.0041 Decisão Interlocutória Vistos etc. Pugnam os embargantes pela gratuidade da justiça, sob o argumento de falta de condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais e nem com os honorários advocatícios. É certo que a Lei nº 1.060/50, e o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, não faz distinção entre pessoa física ou jurídica para a concessão da assistência judiciária gratuita, porém, as pessoas físicas devem comprovar sua condição de miserabilidade, e em relação à pessoa jurídica deve-se analisar com cautela, sempre condicionado à comprovação inequívoca da incapacidade financeira da parte, o que não ocorreu no presente caso. Assim, intimem-se os embargantes para que comprovem a sua incapacidade financeira ou recolher as custas e taxa judiciárias, para o qual concedo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. A/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada em Direito Bancario

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1041798-51.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
MIZAEL FERNANDO SCHIMIT DE ALENCAR (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS GATTASS PESSOA JUNIOR OAB - MT12264-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo n. 1041798-51.2019.8.11.0041 Decisão Interlocutória Vistos etc. I – Em relação ao pedido de gratuidade da justiça, perfilho do entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça e do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso, de que é suficiente a mera afirmação do estado de hipossuficiência. Assim, defiro o pedido de gratuidade da justiça. II – Recebo os presentes embargos SEM o efeito suspensivo, tendo em vista a ausência dos requisitos autorizadores previstos no §1º do art. 919 do CPC. III – Intime-se o Banco embargado, na pessoa de seus Patronos, para impugnação, no prazo legal. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. A/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada em Direito Bancario

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1042703-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENE PROMOCOES, EVENTOS, BAR E RESTAURANTE LTDA - ME (EMBARGANTE)
FELIPE GUILHERME QUINHONES BONATTI (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SICREDI CENTRO NORTE (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-O (ADVOGADO(A))
WILLIAN HIDEKI YAMAMURA OAB - MT17564/O (ADVOGADO(A))
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo n. 1042703-56.2019.8.11.0041 Decisão Interlocutória Vistos etc. Pugnam os embargantes pela gratuidade da justiça, sob o argumento de falta de condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais e nem com os honorários advocatícios. É certo que a Lei nº 1.060/50, e o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, não faz distinção entre pessoa física ou jurídica para a concessão da assistência judiciária gratuita, porém, as pessoas físicas devem comprovar sua condição de miserabilidade, e em relação à pessoa jurídica deve-se analisar com cautela, sempre condicionado à comprovação inequívoca da incapacidade financeira da parte, o que não ocorreu no presente caso. Assim, intimem-se os embargantes para que comprovem a sua incapacidade financeira ou recolher as custas e taxa judiciárias, para o qual concedo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. A/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada em Direito Bancario

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1017023-89.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAVID SOMBRA PEIXOTO OAB - CE0016477A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO DE ASSIS CHERMONT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1017023-89.2019.8.11.0002. Vistos etc. I - Defiro a emenda a inicial com o pagamento das custas iniciais de distribuição de Id 26235931. II - Compulsando os autos verifico que a notificação de Id 25948766, não indica quais parcelas estavam vencidas quando da efetivação da mesma. Ademais, o endereço mencionado na notificação de Id 25948766, não corresponde ao endereço indicado no contrato de Id 25948764 - pág. 2. Assim, não é válida a referida notificação, não restando comprovada a mora do requerido. A notificação (via postal, com aviso de recebimento) é requisito indispensável para a concessão da liminar na ação de busca e apreensão. Diante disso, intime-se o requerente para trazer aos autos a competente notificação extrajudicial do requerido ou instrumento de protesto no endereço indicado no contrato de Id 25948764 - pág. 2, comprovando sua mora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial, extinção e arquivamento do feito. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1046432-90.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISLENE CRISTINA OLIVEIRA DA CONCEICAO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1046432-90.2019.8.11.0041. Vistos etc. I - Indefiro o pedido de Id 27033885, tendo em vista que a decisão de Id 25013908 restou irrecorrida. II - Assim, concedo o prazo de 30 (trinta) dias, para o requerente cumprir com o determinado no item II da decisão de Id 25013908, sob pena de extinção da ação e arquivamento do feito, por se tratar de requisito para a propositura da presente demanda. Decorrido o prazo acima assinalado, certifique-se e retornem os autos conclusos. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1045793-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA OAB - SP150793 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIEL JUNIOR APARECIDO SANTOS BARRETO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1045793-72.2019.8.11.0041. Vistos e etc. 1. Defiro a emenda a inicial de Id 26825874, retifique-se a secretaria o valor da causa junto ao Sistema PJE, devendo constar R$ 38.644,49 (trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos). 2. Intime-se o requerente para comprovar o recolhimento de eventuais custas complementares de distribuição, no prazo de 05 (cinco) dias. 3. Defiro liminarmente o pedido, por entender suficientemente demonstrado o periculum in mora e o fumus boni iuris, consubstanciados, respectivamente, nos documentos acostados à inicial e no desinteresse demonstrado pela parte ré na quitação do débito. Expeça-se mandado de busca e apreensão do caminhão MARCA VOLKSWAGEN, MODELO 19.320 E CL 4X2(CONSTELLATION) 2P (DD) BASICO, CHASSI 9BW9J82496R614803, PLACA JVL1082, COR PRATA, ANO 06/06, MOVIDO À DIESEL, depositando-o em mãos do requerente, mediante termo

de compromisso, sendo vedada a sua retirada desta Comarca durante o prazo de purgação de mora, sob pena de desobediência, lavrando-se auto circunstanciado sobre o seu estado de conservação. Ressalte-se que se o caminhão, objeto da ação, estiver apreendido no pátio do Detran-MT, em razão de débitos tributários ou não, estes deverão ser quitados para a sua retirada. Após, cite-se a parte requerida para a purgação da mora no prazo de 05 (cinco) dias contados do cumprimento da liminar de busca e apreensão, conforme a nova redação dos §§ 1º e 2º do art. 3º do DL 911/69, dada pela Lei 10.931/04, ou apresentar defesa em 15 dias. 4. Defiro somente o "caput" do artigo 212 do Código de Processo Civil. 5. Indefiro por ora o pedido de arrombamento. 6. Intime-se o requerente para que efetue o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça, comprovando nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, para cumprimento do mandado. 7. Fica autorizado o senhor oficial de justiça requisitar força policial. 8. Cumpra-se a presente decisão, servindo a cópia como mandado, nos termos da sugestão constante do item 2.9.1 do processo de Inspeção n. 0007510-45.2010.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça. 9. DETERMINO QUE O SR. OFICIAL DE JUSTIÇA QUE NÃO PERMITA QUE QUALQUER PESSOA ALHEIA, OU QUE NÃO PERTENÇA AO PODER JUDICIÁRIO, O ACOMPANHE NO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO, PRINCIPALMENTE A FIGURA DO LOCALIZADOR, COM EXCEÇÃO DO REFORÇO POLICIAL, SE REQUERIDA E DEFERIDA. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1048627-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDVALDO PAIXAO CARDOSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1048627-48.2019.8.11.0041. Vistos etc. 1. Defiro a emenda à inicial com o devido pagamento das custas judiciais e taxa judiciária, Id 26864684. 2. Cite-se o executado para pagar a dívida em 03 (três) dias, consoante se depreende o comando do artigo 829 do Código de Processo Civil, fazendo constar no mandado o disposto no art. 916 do mesmo Códex. 3. Não havendo pagamento, munido da segunda via do mandado, deve o senhor Oficial de Justiça efetuar a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessório, bem como proceder à avaliação do bem penhorado, efetuando a intimação da penhora, nos moldes do parágrafo primeiro do artigo 829 do Código de Processo Civil. 4. Na hipótese de o Oficial de Justiça não encontrar o executado, deve dar cumprimento ao artigo 830 caput e parágrafo primeiro do Código de Processo Civil. 5. Fixo desde já, honorários em 10% (dez por cento) do valor do débito, conforme artigo 827 do Código de Processo Civil. Bem ainda, se houver o pagamento integral no prazo de três dias, os honorários devidos, serão reduzidos à metade, consoante os termos do parágrafo único do artigo 827, do Código de Processo Civil. 6. Defiro somente o "caput" do artigo 212 do Código de Processo Civil. 7. Comprovante do pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça junto ao Id 26864992 - pág. 1, para o devido cumprimento de mandado. Cumpra-se a presente decisão, servindo a cópia como mandado, nos termos da sugestão constante do item 2.9.1 do processo de Inspeção n. 0007510-45.2010.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada em Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1055957-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUCIO ROBERTO BRANDAO ALBERNAZ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1055957-96.2019.8.11.0041. Vistos e etc. 1. Defiro liminarmente o pedido, por entender suficientemente demonstrado o periculum in mora e o fumus boni iuris, consubstanciados, respectivamente, nos documentos acostados à inicial e no desinteresse demonstrado pela parte ré na quitação do débito. Expeça-se mandado de busca e apreensão do veículo MARCA FIAT, MODELO PUNTO ATTRACTIVE, CHASSI 9BD118181B1136467, PLACA NPH5516, RENAVAM 00257885587, COR PRETA, ANO 10/11, MOVIDO À ALCOOL/GASOLINA, depositando-o em mãos do requerente, mediante termo de compromisso, sendo vedada a sua retirada desta Comarca durante o prazo de purgação de mora, sob pena de desobediência, lavrando-se auto circunstanciado sobre o seu estado de conservação. Ressalte-se que se o veículo, objeto da ação, estiver apreendido no pátio do Detran-MT, em razão de débitos tributários ou não, estes deverão ser quitados para a sua retirada. Após, cite-se a parte requerida para a purgação da mora no prazo de 05 (cinco) dias contados do cumprimento da liminar de busca e apreensão, conforme a nova redação dos §§ 1º e 2º do art. 3º do DL 911/69, dada pela Lei 10.931/04, ou apresentar defesa em 15 dias. 2. Defiro somente o "caput" do artigo 212 do Código de Processo Civil. 3. Indefiro por ora o pedido de arrombamento. 4. Comprovante do pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça junto ao Id 26752568 - pág. 2, para o devido cumprimento de mandado. 5. Fica autorizado o senhor oficial de justiça requisitar força policial. 6. Cumpra-se a presente decisão, servindo a cópia como mandado, nos termos da sugestão constante do item 2.9.1 do processo de Inspeção n. 0007510-45.2010.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça. 7. DETERMINO QUE O SR. OFICIAL DE JUSTIÇA QUE NÃO PERMITA QUE QUALQUER PESSOA ALHEIA, OU QUE NÃO PERTENÇA AO PODER JUDICIÁRIO, O ACOMPANHE NO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO, PRINCIPALMENTE A FIGURA DO LOCALIZADOR, COM EXCEÇÃO DO REFORÇO POLICIAL, SE REQUERIDA E DEFERIDA. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1050072-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHELIPPE AYSLAN FONSECA MENEGATTI OAB - MT17726-O (ADVOGADO(A))
GELSON MENEGATTI FILHO OAB - MT8594-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIS AUGUSTO MARTINS OAB - MT18059-O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS MENEGATTI OAB - MT12029-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WANDERLEY SILVA SOUZA (EXECUTADO)
CATIA CRISTINA LIMA CAVALCANTE (EXECUTADO)
WANDERLEY SILVA SOUZA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1050072-04.2019.8.11.0041. Vistos etc. 1. Defiro a emenda à inicial com o devido pagamento das custas judiciais e taxa judiciária, Id 26864665. 2. Citem-se os executados para pagarem a dívida em 03 (três) dias, consoante se depreende o comando do artigo 829 do Código de Processo Civil, fazendo constar no mandado o disposto no art. 916 do mesmo Códex. 3. Não havendo pagamento, munido da segunda via do mandado, deve o senhor Oficial de Justiça efetuar a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessório, bem como proceder à avaliação do bem penhorado, efetuando a intimação da penhora, nos moldes do

parágrafo primeiro do artigo 829 do Código de Processo Civil. 4. Na hipótese de o Oficial de Justiça não encontrar os executados, deve dar cumprimento ao artigo 830 caput e parágrafo primeiro do Código de Processo Civil. 5. Fixo desde já, honorários em 10% (dez por cento) do valor do débito, conforme artigo 827 do Código de Processo Civil. Bem ainda, se houver o pagamento integral no prazo de três dias, os honorários devidos, serão reduzidos à metade, consoante os termos do parágrafo único do artigo 827, do Código de Processo Civil. 6. Defiro somente o "caput" do artigo 212 do Código de Processo Civil. 7. Comprovante do pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça junto ao Id 26864669 - pág. 1, para o devido cumprimento de mandado. Cumpra-se a presente decisão, servindo a cópia como mandado, nos termos da sugestão constante do item 2.9.1 do processo de Inspeção n. 0007510-45.2010.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada em Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1034664-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA CRISTINA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT7614-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONVENIENCIA E CHOPERIA TO NA PRACA LTDA (EXECUTADO)
ANTONIO CEZAR DA SILVA COSTA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1034664-70.2019.8.11.0041. Vistos etc. 1. Defiro a emenda à inicial no que tange ao extrato referente ao contrato de nº 5966, Id 26623484. 2. Citem-se os executados para pagarem a dívida em 03 (três) dias, consoante se depreende o comando do artigo 829 do Código de Processo Civil, fazendo constar no mandado o disposto no art. 916 do mesmo Códex. 3. Não havendo pagamento, munido da segunda via do mandado, deve o senhor Oficial de Justiça efetuar a penhora em tantos bens quantos bastem e sejam necessários ao pagamento do principal e acessório, bem como proceder à avaliação do bem penhorado, efetuando a intimação da penhora, nos moldes do parágrafo primeiro do artigo 829 do Código de Processo Civil. 4. Na hipótese de o Oficial de Justiça não encontrar os executados, deve dar cumprimento ao artigo 830 caput e parágrafo primeiro do Código de Processo Civil. 5. Fixo desde já, honorários em 10% (dez por cento) do valor do débito, conforme artigo 827 do Código de Processo Civil. Bem ainda, se houver o pagamento integral no prazo de três dias, os honorários devidos, serão reduzidos à metade, consoante os termos do parágrafo único do artigo 827, do Código de Processo Civil. 6. Defiro somente o "caput" do artigo 212 do Código de Processo Civil. 7. Comprovante do pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça junto aos Id's 22942590 e 22942841, para o devido cumprimento de mandado. Cumpra-se a presente decisão, servindo a cópia como mandado, nos termos da sugestão constante do item 2.9.1 do processo de Inspeção n. 0007510-45.2010.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada em Direito Bancário

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1045341-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILENO REZENDE TAVARES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo: 1045341-62.2019.8.11.0041. Vistos etc. I - Indefiro o pedido de Id 26850217, tendo em vista que a decisão de Id 24785831 restou irrecorrida. II - Assim, concedo o prazo de 40 (quarenta) dias, para o requerente cumprir com o determinado no item II e III da decisão de Id 24785831, sob pena de extinção da ação e arquivamento do feito, por se tratar de requisito para a propositura da presente demanda. Decorrido o prazo acima assinalado, certifique-se e retornem os autos conclusos. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Le/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Sentença

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1026818-36.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADELCINO RODRIGUES DE SALES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIME DA CRUZ BORGES ASSUMPCAO OAB - MT11793-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1026818-36.2018.8.11.0041. Vistos etc. Trata-se de ação revisional devidamente sentenciada, Id 21048616, com trânsito em julgado, certidão de Id 22249455. Devidamente intimado, compareceu espontaneamente o banco executado aos autos na petição de Id 26521277 comprovando o pagamento do débito, depósito de Id 26521279. Diante da concordância da exequente com o pagamento efetuado, conforme petição de Id 26643725, tenho que o executado cumpriu sua obrigação. Em consequência, julgo e declaro extinto o processo, nos termos do artigo 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Custas remanescentes por conta do banco executado. Decorrido o prazo recursal, certifique-se. Após, expeça-se o competente alvará em favor do exequente, do valor depositado na Conta Única, na forma indicada na petição de Id 26643725, com os rendimentos creditados, até zerar a conta judicial. Em seguida, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. M/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancário

Sentença Classe: CNJ-123 LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA POR ARTIGOS
Processo Número: 1028707-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO METELO GOMES DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO JOAO DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT6232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIO STABILE RIBEIRO OAB - MT3213-O (ADVOGADO(A))
JEFERSON ALEX SALVIATO OAB - SP236655-O (ADVOGADO(A))
GILSON SANTONI FILHO OAB - SP217967 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo n. 1028707-88.2019.8.11.0041 Sentença Vistos etc. Homologo por sentença o acordo celebrado pelas partes e instrumentalizado junto aos ID's 27252924 a 7252936, pondo fim ao litígio, com a quitação do contrato. Em consequência, julgo e declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do CPC. Honorários conforme pactuado, ficando as partes dispensadas do pagamento de custas processuais remanescentes, se houver, conforme artigo 90, §3º do CPC. Ante a renúncia do prazo recursal, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os presentes, com as cautelas de praxe. P. R. I.

Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. A/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancario

Sentença Classe: CNJ-47 SEQÜESTRO
Processo Número: 1029877-32.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO METELO GOMES DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO JOAO DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT6232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEFERSON ALEX SALVIATO OAB - SP236655-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo n. 1029877-32.2018.8.11.0041 Sentença Vistos etc. Diante do termo de acordo de ID 27239309, devidamente assinado pelas partes, homologo o mesmo, para que surtam os devidos e legais efeitos, declarando as partes satisfeitas. Julgo e declaro extinto o processo, na forma da previsão contida no art. 924, II do CPC. Honorários advocatícios, conforme entabulado no acordo, e eventuais custas remanescentes serão arcadas pelo requerente Fernando. Expeça-se o competente alvará judicial do valor depositado nestes autos, e suas devidas correções, ao requerido Portobens, por se tratar de pagamento do quantum acordado conforme dados bancários constantes do termo de acordo – Pág. 6. Ante à renúncia do prazo recursal, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os presentes autos com as cautelas devidas. P.R.I.C. Servindo a publicação desta decisão como intimação. A/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancario

Sentença Classe: CNJ-47 SEQÜESTRO
Processo Número: 1029634-88.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO METELO GOMES DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADERSON ROCHA REINALDO OAB - MT24389-O (ADVOGADO(A))
ANTONIO JOAO DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT6232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEFERSON ALEX SALVIATO OAB - SP236655-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
PAULO DE TOLEDO RIBEIRO JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE CUIABÁ Processo n. 1029634-88.2018.8.11.0041 Sentença Vistos etc. Diante do termo de acordo de ID 27238827, devidamente assinado pelas partes, homologo o mesmo, para que surtam os devidos e legais efeitos, declarando as partes satisfeitas. Julgo e declaro extinto o processo, na forma da previsão contida no art. 924, II do CPC. Honorários advocatícios, conforme entabulado no acordo, e eventuais custas remanescentes serão arcadas pelo requerente Fernando. Expeça-se o competente alvará judicial do valor depositado nestes autos, e suas devidas correções, ao requerido Portobens, por se tratar de pagamento do quantum acordado conforme dados bancários constantes do termo de acordo – Pág. 6. Ante à renúncia do prazo recursal, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os presentes autos com as cautelas devidas. P.R.I.C. Servindo a publicação desta decisão como intimação. A/Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Juiz Paulo de Toledo Ribeiro Junior Titular da Quarta Vara Especializada de Direito Bancario

Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular

Intimação

Despacho Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1048555-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS EMPREGADOS DO DEPTO EST DE TRANS EST MT (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MÁRIO LÚCIO FRANCO PEDROSA OAB - MT5746-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CELIA REGINA VIDOTTI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR Processo: 1048555-61.2019.8.11.0041. Vistos etc. O requerido Departamento de Transito de Mato Grosso – DETRAN/MT, ao manifestar sobre a liminar pretendida, alegou a existência de conexão com os autos nº. 1029910-22.2018.8.11.0041, que em tese tramitam perante a 5ª. Vara Especializada da Fazenda Pública e com a ação nº00273-09.2016.4.01.3600, que tramitou perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região. No caso, a conexão com a ação que tramitou perante a Justiça Federal não deve ser considerada, pois o processo já foi julgado, conforme se verifica do documento juntado no id. 26045317. Deve ser aplicado, ao caso, a Súmula nº. 235 do STJ, que assim dispõe: " a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado." Por outro lado, verifica-se que vários pedidos que foram feitos nesta ação, foram decididos, no mérito, pelo Juízo Federal, sendo assim necessário analisar a ocorrência da coisa julgada. Também é pertinente verificar, a fim de evitar decisões conflitantes, qual o objeto da mencionada ação que tramita perante o Juízo da 5ª. Vara Especializada da Fazenda Pública. Assim, intime-se o requerido DETRAN/MT, por meio de seu patrono, para que, no prazo de dez (10) dias, informe se houve trânsito em julgado da sentença proferida na ação nº00273-09.2016.4.01.3600, 3ª Vara Federal-MT, juntando, em caso positivo, a respectiva certidão, bem como junte copia da inicial e decisões ou sentença proferida na ação que tramita perante a 5ª Vara da Fazenda Pública desta Capital, uma vez que não foi possível consultar os autos no sistema PJE por meio do número da ação informado. Atendidas as providências ou decorrido o prazo, certifique-se e conclusos. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Celia Regina Vidotti Juíza de Direito

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Celia Regina Vidotti
Cod. Proc.: 783775 Nr: 37530-15.2012.811.0041
AÇÃO: Ação Civil de Improbidade Administrativa->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO PEREIRA DA COSTA, HORÁCIO CARDOSO DA SILVA, ROSSANA PATRÍCIA TAVARES GOMES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AISSA KARIN GEHRING (PROCURADORA DO ESTADO MT) - OAB:5.741/MT, RONALDO PEDRO SZEZUPIOR DOS SANTOS (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:6.479/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRÉ PENNA SOUZA - OAB:21092, ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA - OAB:5441, ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA JÚNIOR - OAB:14483, BIANCA PUTY PANTOJA - OAB:, CLAUDINEI FORTUNATO DO PRADO - OAB:16.020/MT, IONI FERREIRA CASTRO - OAB:4298-B, JOSÉ CARLOS FORMIGA JUNIOR - OAB:5645/MT, LUIZ EDUARDO BILIBIO PIVA - OAB:16.290, SIGRID LOBO DE SÁ - OAB:17328
Pela MMª Juíza foi deliberado: Vistos etc. Homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a desistência da oitiva da testemunha Edilene Barbosa Dupim Laurindo, conforme manifestado pelo Ministério Público. Diante da falta de requisição da testemunha Luiz Gonzaga de Souza, que é servidor público e, diante da insistência do advogado do requerido Antônio Pereira da Costa, para a oitiva da referida testemunha, redesigno

a presente audiência para o dia 05 de março de 2020 às 14h30. Expeça-se oficio requisitando a referida testemunha. O oficio deverá ser encaminhado a SEFAZ Gerente da Conta Corrente Fiscal. Os presentes saem cientes e intimados da nova data para realização da audiência. Publique-se para ciência dos ausentes.
Nada mais havendo a consignar, por mim, (Lidiane Cavalcante de Souza Gomes)....., foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelos presentes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Celia Regina Vidotti
Cod. Proc.: 755499 Nr: 7532-02.2012.811.0041
AÇÃO: Ação Civil de Improbidade Administrativa->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDRÉ LUIZ PRIETO, EMANOEL ROSA DE OLIVEIRA, HIDER JARA DUTRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMAZON SUBTIL R. JUNIOR - OAB:9827 MT, ANDRÉ LUIZ PIETRO - OAB:7360-B, DEFENSORIA PÚBLICA DE CUIABÁ - OAB:NUCLEO CIVEL, INGRID DE SOUZA EICKHOFF - OAB:10.216/MT, RAFAEL CATISTE TENÓRIO - OAB:16.331/MT
Diante do exposto, considerando que os requeridos André Luiz Prieto, Emanoel Rosa de Oliveira e Hider Jara Dutra incorreram nas condutas descritas nos art. 10, caput e incisos IX e XII e, art. 11, caput, I, julgo parcialmente parcialmente procedentes os pedidos, para condená-los às sanções previstas nos incisos II e III, do art. 12, da Lei nº 8.429/1992, da seguinte forma:- ressarcimento integral do dano ao erário, de forma solidária, no valor de R$482.195,52 (quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos), devidamente acrescidos de juros moratórios de um (01) por cento ao mês e correção monetária pelo INPC/IBGE, que incidirão a partir da data em que os valores, efetivamente, saíram dos cofres da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 398, do Código Civil e da Súmula nº 54/STJ;- suspensão de direitos políticos pelo período de cinco (05) anos; - Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de cinco (05) anos;- pagamento de multa civil, de forma individual, aos requeridos Emanoel Rosa de Oliveira e Hider Jara Dutra, no valor correspondente a 5% (cinco) do valor do dano ao erário, que deverá ser acrescido de juros moratórios de um (1%) por cento ao mês e correção monetária pelo INPC/IBGE, ambos incidindo a partir da data da sentença.Condeno o requerido André Luiz Prieto, ao pagamento de multa civil, no valor correspondente a 10% (dez por cento), do valor do dano ao erário, que deverá ser acrescido de juros moratórios de um (1%) por cento ao mês e correção monetária pelo INPC/IBGE, ambos incidindo a partir da data da sentença.Ainda, condeno o mesmo, a perda da função pública, abrangendo igualmente a perda do direito de ocupar qualquer cargo público, que estiver exercendo ao tempo da condenação transitada em julgado. (...)

Decisão

Decisão Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1011962-67.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRO VICENTE FERREIRA DOS SANTOS (RÉU)
FABIO LEITE DA SILVA (RÉU)
GLAUCO ALVES DE FRANCA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDERSON NUNES DE FIGUEIREDO OAB - MT5324-O (ADVOGADO(A))
ANILTON GOMES RODRIGUES OAB - MT0014443A-O (ADVOGADO(A))
NEYMAN AUGUSTO MONTEIRO OAB - AC3878 (ADVOGADO(A))
MARCELO FELICIO GARCIA OAB - MT7297-O (ADVOGADO(A))
RICARDO DA SILVA MONTEIRO OAB - MT3301-O (ADVOGADO(A))
ANIBAL FELICIO GARCIA NETO OAB - MT11443-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (LITISCONSORTES)
Magistrado(s):
CELIA REGINA VIDOTTI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR Processo: 1011962-67.2018.8.11.0041. Vistos etc. No id. 21444624 foi proferida decisão saneadora, determinando que as partes indicassem as provas que pretendem produzir. O representante do Ministerio Público manifestou no id. 21763181, requerendo o depoimento dos requeridos e a produção de prova testemunhal, arrolando sete (07) testemunhas. Requereu também, a produção de prova documental, pericial e demais provas admitidas em direito. A defesa do requerido Glauco de França manifestou no id. 24130601, informando que elencou, na contestação, suas testemunhas. Embora regularmente intimados, não houve manifestação das defesas dos requeridos Fábio Leite e Alessandro dos Santos, conforme registrado pelo sistema eletrônico. Decido. Indefiro o requerimento ministerial em relação ao protesto genérico pela produção de prova pericial e demais provas admitidas em direito, pois, na decisão saneadora, foi determinada a especificação de provas, com a devida justificativa de pertinência e utilidade, o que não foi demonstrado, tampouco o que seria objeto de pericia ou de outras provas. Em relação aos documentos, nada impede a sua juntada aos autos por qualquer das partes, na forma do art. 435, do CPC. Designo a audiência de instrução para o dia 17/03/2020, às 14h30min. Intimem-se pessoalmente os requeridos, para prestar depoimento pessoal sob pena de confissão (art. 385, §1º, do CPC). Intimem-se as testemunhas arroladas pelo representante do Ministério Público e pela defesa do requerido Glauco, observando o disposto no art. 455, §4º, III, do CPC. Procedam–se as retificações necessárias em relação ao substabelecimento juntado no id. 26412017. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Celia Regina Vidotti Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-59 EMBARGOS DE TERCEIRO
Processo Número: 1057471-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO INTERMEDIUM SA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO DA COSTA E SILVA LOTT OAB - MG0101330A (ADVOGADO(A))
JULIANA NOGUEIRA OAB - MT25578-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
NILSON DA COSTA E FARIA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
CELIA REGINA VIDOTTI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR Processo: 1057471-84.2019.8.11.0041. Vistos etc. Trata-se de Ação de Embargos de Terceiro ajuizada por Banco Inter S/A em desfavor do Ministerio Público do Estado de Mato Grosso e de Nilson da Costa e Faria. O embargante mencionou, na inicial, a distribuição por dependência aos autos n.º 2310-14.2016.8.11.0041, onde foi determinada a constrição que pretende seja declarada nula. Ocorre que a ação principal tramita de forma virtual, entretanto, no sistema Apolo Eletrônico, que não se interliga ao Pje. A Resolução n.º 03/2018-TP/TJMT estabelece em seu art. 13, que “as ações propostas até a data da implantação do Sistema PJe continuarão tramitando em meio físico, inclusive os respectivos incidentes processuais e as ações conexas, ainda que distribuídos por dependência posteriormente àquela data(...)”. O mesmo se aplica ao caso dos processos que tramitam em meio eletrônico, seja no Projudi ou no Apolo Eletronico. Desta forma, estes embargos devem ser redistribuídos no Sistema Apolo Eletrônico, por dependência a ação civil de improbidade administrativa n.º 2310-14.2016.8.11.0041, código 1081596. É importante consignar, também, a impossibilidade de determinar apenas a redistribuição dos autos, pois, conforme já consignado, ambos os sistemas – Pje e Apolo Eletrônico – não são compatíveis entre si, tampouco interligados. Diante do exposto e com fundamento no art. 13, §2º, da Resolução n.º 03/2018-TP/TJMT, extingo o processo e determino o seu arquivamento, devendo o embargante providenciar a distribuição da ação por meio do sistema Apolo Eletrônico. As custas recolhidas deverão ser utilizadas na ação a ser distribuída.

Intime-se e não havendo pendencias, arquive-se, com as baixas e anotações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Celia Regina Vidotti Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1059106-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HEITOR DIVINO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARENE REGINA DA SILVA OAB - MT26140/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE MATO GROSSO -DETRAN (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CELIA REGINA VIDOTTI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR Processo: 1059106-03.2019.8.11.0041. Vistos etc. Trata-se de Ação Anulatoria de Auto de Infração de Transito c/c Obrigação de Fazer, Indenização por Danos Morais e Pedido Liminar, ajuizada por Heitor Divino de Oliveira em desfavor do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN/MT. Analisando os autos, verifico que a presente ação foi distribuída equivocadamente para este Juízo, inclusive, a própria petição inicial está endereçada para a Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá. A Resolução TJ-MT/TP n.º 03/2018, que regulamenta o Processo Judicial Eletrônico, estabelece, em seus arts. 26 e 40, que a distribuição da petição inicial e o correto cadastramento do feito são de responsabilidade daquele que tem capacidade postulatória. Veja-se: "Art. 26. Na propositura da ação é obrigatória a identificação da classe processual, o preenchimento dos dados estruturados exigidos pelo Sistema PJe, bem como o registro dos assuntos respectivos aos pedidos com observância das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, conforme Resolução n. 46, de 18.12.2007, do Conselho Nacional de Justiça. § 1º Previamente ao cadastro dos polos ativo e passivo, o advogado deverá se certificar da inexistência de cadastro da parte no sistema, de modo a evitar a multiplicidade de cadastros." (...) "Art. 40. A distribuição da petição inicial no Sistema PJe será feita diretamente por aquele que tenha capacidade postulatória, sem necessidade da intervenção do distribuidor de feitos ou da secretaria, situação em que a autuação ocorrerá de forma automática, mediante recibo eletrônico de protocolo, disponível permanentemente para guarda do peticionante." Invariavelmente, quando qualquer item do cadastro do processo é preenchido de forma equivocada, os autos são encaminhados pelo sistema a Juízo incompetente, diverso daquele que foi indicado no endereçamento da petição inicial. Esta hipótese, entretanto, não caracteriza a incompetência funcional, material, territorial ou de valor, pois decorre de uma falha no cadastro do processo e não da intenção do requerente que, inclusive, dirigiu a petição inicial ao Juízo competente. Não se pode olvidar que a competência é pressuposto processual subjetivo positivo e, assim, o desenvolvimento regular do processo está diretamente relacionado à competência do juiz para exercitar a jurisdição no caso concreto. É importante consignar, também, que a redistribuição do processo ao outro Juízo é medida que pode ser mais demorada e prejudicial à parte do que um novo ajuizamento – desta vez com o preenchimento correto do cadastro. Não raras vezes deparamos com situações no sistema eletrônico que não permitem a redistribuição. Outra questão relevante a ser considerada é que a correção do cadastro e a redistribuição do processo não acarretam a sua baixa no estoque deste Juízo, pois não se trata de andamento que registra a prolação de sentença. Esta situação traz impacto negativo no cumprimento da Meta 01 do Conselho Nacional de Justiça: "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente excluídos os suspensos e sobrestados". Em suma, este Juízo não é competente para conhecer, processar e julgar o feito e, considerando os fundamentos acima expostos, notadamente a ausência de pressuposto válido e regular de desenvolvimento do processo, a sua extinção sem julgamento do mérito, é medida que se impõe. Diante do exposto, com fundamento no art. 485, IV, do CPC, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, ressalvado ao requerente a possibilidade de postular seu direito perante o Juízo competente. Sem condenação em custas e honorários. Transitada em julgado, arquive-se, com as baixas e anotações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Celia Regina Vidotti Juíza de Direito

Varas Especializadas de Família e Sucessões

1ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Despacho Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1036378-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUCINEIA GONCALVES DE QUEIROZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANE SANTOS DOS ANJOS OAB - MT18378-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEICIANE SOUZA FONTOURA DA SILVA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Numero do Processo: 1036378-65.2019.8.11.0041 REQUERENTE: JUCINEIA GONCALVES DE QUEIROZ REQUERIDO: LEICIANE SOUZA FONTOURA DA SILVA Vistos etc. Remetam-se os autos ao setor psicossocial, para realização de estudo, no prazo de 60 (sessenta) dias. Intime-se a parte autora, para que acompanhe a data designada, para realização dos trabalhos. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1041383-68.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA WANDERLEI BARBOSA (REQUERENTE)
ROSINELY WANDERLEI BARBOSA (REQUERENTE)
ROSELIA WANDERLEI BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAIMUNDA WANDERLEI DA SILVA (ESPÓLIO)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Numero do Processo: 1041383-68.2019.8.11.0041 REQUERENTE: ROSANA WANDERLEI BARBOSA, ROSINELY WANDERLEI BARBOSA, ROSELIA WANDERLEI BARBOSA ESPÓLIO: RAIMUNDA WANDERLEI DA SILVA Vistos etc. Intime-se a parte autora, para apresentar plano de partilha, bem como, os documentos atualizado do imóvel, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1029665-45.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANTINA FRACARO NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DILMA GOMES OAB - MT22771/O (ADVOGADO(A))
DAVI MARQUES OAB - MT14678-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WALDIR FERREIRA NUNES (INVENTARIADO)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Numero do Processo: 1029665-45.2017.8.11.0041 REQUERENTE: SANTINA FRACARO NUNES INVENTARIADO: WALDIR FERREIRA NUNES Vistos etc. Cumpra-se a sentença de id 20668827. Após, cumprimento das determinações, expeça-se formal de partilha e alvarás determinado. Certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0002297-41.2019.8.11.0063
Parte(s) Polo Ativo:
P. A. M. G. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Parte(s) Polo Passivo:
R. H. C. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRASIL DO PINHAL PEREIRA SALOMAO OAB - SP21348 (ADVOGADO(A))
JOSE LUIZ MATTHES OAB - SP76544 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO Nos termos da legislação vigente e Provimento 56/2007, impulsiono estes autos, a fim de proceder à intimação da parte requerida, por meio de seu advogado, via DJE, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 10 de fevereiro de 2020, às 14h30min, que se realizará na Sala de Audiências deste Juízo, BLOCO B - SALA 08. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031182-51.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS MICAEL RODRIGUES DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
JACQUELINE MARQUES DOS SANTOS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6499-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSELITO REINALDO DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Numero do Processo: 1031182-51.2018.8.11.0041 ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: JACQUELINE MARQUES DOS SANTOS, MATHEUS MICAEL RODRIGUES DA SILVA ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: JOSELITO REINALDO DA SILVA Vistos etc. Intime-se a parte autora, para manifestar-se, sobre o parecer ministerial de id 27136870, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, colha-se a manifestação do douto Parquet e, conclusos. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1020876-23.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAIS RIBEIRO DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO HENRIQUE PEREIRA CORREA OAB - MT24227/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AILTON JOSÉ DE SOUZA (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Numero do Processo: 1020876-23.2018.8.11.0041 EXEQUENTE: LAIS RIBEIRO DE SOUZA EXECUTADO: AILTON JOSÉ DE SOUZA Vistos etc. Remetam-se os autos ao arquivo provisório, com baixa no relatório desta Vara Judicial e, sem baixa na Distribuição. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1009543-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZAMA DE ALMEIDA CRUZ (AUTOR(A))
M. A. V. (AUTOR(A))
H. A. V. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIAN KELLEY TOYOTOMY SANTANA OAB - MT19555-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO VENTURA DA SILVA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE TADEU JORGE FERNANDES OAB - MT8441-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1009543-40.2019.8.11.0041. AUTOR(A): MARCELLA ALMEIDA VENTURA, HENRIQUE ALMEIDA VENTURA, ELIZAMA DE ALMEIDA CRUZ RÉU: MARCELO VENTURA DA SILVA Vistos etc. Trata-se de Ação de Alimentos, proposta por Marcella Almeida Ventura (14 anos) e Henrique Almeida Ventura (8 anos), representados por sua mãe, Elizama de Almeida Cruz, em face de Marcelo Ventura da Silva, todos devidamente qualificados. Buscam os autores, a fixação de alimentos em seu favor, no importe de 40% (quarenta por cento) dos rendimentos do demandado. A ação fora recebida nos moldes do id.18524649, fixando os alimentos provisórios em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente que, hoje equivalem a R$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais). Em audiência de conciliação-id.19582921, realizada no dia 23.04.2019, não foi possível a composição entre as partes, visto que, divergem com relação ao valor dos alimentos. Na oportunidade, o requerido ofertou a quantia de R$ 400,00 (quatrocentos reais). A requerente recusou a proposta. O requerido fora devidamente citado, apresentando contestação no id.20105053, argumentando que, não possui condições de contribuir com o valor fixado e, requerendo a fixação em 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente. Houve impugnação no id.20609972. A sessão de mediação designada restou inexitosa – id.25716770. Parecer Ministerial no id.21957749. Às partes são legítimas, bem como, legítimos os seus interesses. A ação vem se desenvolvendo em marcha regular e não vislumbrando qualquer irregularidade a ser corrigida até o momento, dou o feito por saneado. Defiro o requerimento de produção de provas a ser efetivada em audiência de conciliação, instrução e julgamento que, ora designo para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 14:40 horas, para depoimento pessoal de ambas as partes e oitiva de testemunhas, cujo rol deverá aportar aos autos, em 10 (dez) dias. Para a intimação das testemunhas, deve ser observado o art. 455 do CPC e seus parágrafos. De qualquer modo, importante destacar, desde logo que, nos moldes do art. 359 do CPC, a conciliação pode ser obtida em qualquer fase processual, mormente no primeiro momento da audiência de instrução. Fixo os pontos controvertidos como sendo: a) aferição do binômio necessidade-possibilidade para análise do valor dos alimentos, a serem pagos pela requerida; b) aferição da capacidade econômico-financeira das partes; Notifique-se o nobre Ministério Público. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 27 de novembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1057853-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PRISCILLA LUKACHEWSKI SOFIA PEIXOTO (REQUERENTE)
VERA LUCIA LUKACHEWSKI SOFIA (REQUERENTE)
HEITOR SOFIA FILHO (REQUERENTE)
HEITOR SOPHIA NETTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Pedro Paulo Peixoto da Silva Junior OAB - MT12007-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HEITOR SOFIA FILHO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANGELA REGINA GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES GIMENEZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1057853-77.2019.8.11.0041. REQUERENTE: PRISCILLA LUKACHEWSKI SOFIA PEIXOTO, VERA LUCIA LUKACHEWSKI SOFIA, HEITOR SOPHIA NETTO, HEITOR SOFIA FILHO REQUERIDO: HEITOR SOFIA FILHO Vistos etc. Trata-se de Ação de Inventário, proposta por Vera Lucia Lukachewski Sofia, Priscilla Lukachewski Sofia Peixoto e Heitor Sophia Netto, requerendo a partilha dos bens deixados por Heitor Sofia Filho. Frentes às informações constantes dos autos, observa-se que o de cujus faleceu no Hospital das Clínicas, em Tangará da Serra/MT, cidade em que também residia (id. 26928370). Sendo assim, de acordo com o que dispõe o art. 48 do CPC, as ações de inventário processam-se no foro do último domicilio do autor da herança. Além disso, verifica-se que os herdeiros desconhecem a totalidade dos bens deixados pelo falecido. Diante do exposto, declino da competência para processar e julgar o presente pedido, determinando a imediata remessa dos autos à Comarca de Tangará da Serra/MT, e distribuição para a vara competente. Procedam-se as baixas e anotações legais. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Angela Regina Gama da Silveira Gutierres Gimenez Juíza de Direito

2ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1023021-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. C. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO DOS SANTOS COSTA OAB - DF49743 (ADVOGADO(A))
KEVYN KENNEDY DOS SANTOS MORAIS OAB - MT24015/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
F. H. A. D. A. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Despacho proferido em audiência. Termo anexo.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1029758-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. M. O. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO PIERAZZO APARECIDO DA SILVA OAB - MT159771-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S. B. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Despacho proferido em audiência. Termo anexo.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0044962-22.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA CARDOSO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMIR SAUL AMIDEN OAB - MT20927-O (ADVOGADO(A))
ANDREA ROSAN DIAS FIGUEREDO ZAMAR TAQUES OAB - MT8233-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVIO GOMES BORJA DE BRITO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
KERGINALD FRANKYE GOMES BORJA DE BRITO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
MARINETE GOMES DE BRITO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
JONATHA CRISTIAN SANTOS SILVA OAB - MT15641-O (ADVOGADO(A))
JESSICA FRANCISQUINI OAB - MT18351-O (ADVOGADO(A))
BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA OAB - MT9779-O (ADVOGADO(A))
ELARMIN MIRANDA OAB - MT1895-O (ADVOGADO(A))

CERTIFICO que nesta data foi realizada a intimação via DJE dos advogados da parte requerida, objetivando o cumprimento do despacho retro.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1044601-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. A. S. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALANA CAROLINA OLIVEIRA CARNEIRO OAB - MT26393/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. L. D. A. V. (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1044601-07.2019.8.11.0041. AUTOR(A): AURELIO ABDIAS SAMPAIO FERREIRA RÉU: JAKELINE LIRA DE ARAUJO VASQUES Vistos. Comprovante do pagamento de custas processuais – id. 24798078. Trata-se de Ação Revisional de Alimentos, proposta por Aurélio Abdias Sampaio Ferreira em face de Lisa Vasques Ferreira e Luiz Aurélio Vasques Ferreira representados por sua genitora Jakeline Lira de Araujo Vasques. O autor pretende, em sede de tutela de urgência, de natureza antecipada, a redução do valor da pensão alimentícia devida aos filhos, fixada em 12 (doze) salários mínimos para o valor de R$ 7.050,55 (sete mil, cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos). Argumenta o autor, em síntese, para a pretensão da redução que, os gastos apresentados pela genitora dos filhos, não são todas despesas fixas destinadas aos infantes, englobando gastos extraordinários e gastos com a própria genitora. Ainda, o imóvel deixado em usufruto para os filhos, foi alugado, contudo, o requerente não possui informações sobre qual a quantia mensal recebida. Pois bem, para a concessão da tutela de urgência, nos termos do art. 300, do CPC, deve restar demonstrada a probabilidade do direito (eventual modificação das possibilidades do autor ou das necessidades do réu - fundamento para a revisão da pensão alimentícia), e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pelos documentos juntados aos autos, verifico que, a priori, estão presentes os requisitos autorizadores, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo do dano, cabível a redução dos alimentos, no entanto, não nos termos requeridos pelo autor, já que tal pretensão poderia causar dano aos réus, o que não pode ser admitido. Portanto, concedo parcialmente a tutela de urgência requerida, para reduzir, por ora, o valor dos alimentos devido aos filhos Lisa Vasques Ferreira e Luiz Aurélio Vasques Ferreira, para o patamar de 9 (nove) salários mínimos. Designo audiência de tentativa de conciliação, para o dia 22 de janeiro, às 15h00min. Cite-se o requerido, por meio de sua representante legal, e intimem-se as partes, a fim de que compareçam na audiência designada, acompanhados de seus advogados. Cumpra-se. Intime-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Cuiabá, 05 de novembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1044033-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLAINILTON AGUIAR LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO ARTHUR DA ROCHA CAPILE OAB - MT6187-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RANDALL KLAI CAVALCANTE LEITE (REQUERIDO)
WINDALL KLAY CAVALCANTE LEITE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1044033-88.2019.8.11.0041. REQUERENTE: CLAINILTON AGUIAR LEITE REQUERIDO: WINDALL KLAY CAVALCANTE LEITE, RANDALL KLAI CAVALCANTE LEITE Vistos. Recolhimento de custas – id. 24584202. Clainilton Aguiar Leite, Randall Klai Cavalcante Leite e Windall Klay Cavalcante Leite ingressaram com a presente Ação de Exoneração de Alimentos, visando extinguir, de forma consensual, a pensão alimentícia, nos termos da inicial. É o breve relatório. D E C I D O. Verifico que os requerentes são maiores e capazes e, consensualmente, pretendem a homologação do acordo por eles entabulado, extinguindo a obrigação alimentícia. Sendo assim, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado constante da petição inicial (id. 24548983), que passa a fazer parte integrante e indissociável desta sentença. Expeça ofício para que cessem, de imediato, os descontos em

folha de pagamento do primeiro requerente Clainilton Aguiar Leite. Por fim, declaro resolvido o mérito desta ação, nos termos do art. 487, inciso III, letra "b", do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, certifique-se e arquive-se, com as baixas pertinentes. Sirva a presente cópia como mandado. P. I. C. Cuiabá, 19 de outubro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1000330-44.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARGEMIRA RAMOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO SERGIO GUERRISE OAB - MT10124-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MILTON DE CARVALHO (INVENTARIADO)
Magistrado(s):
SERGIO VALERIO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 1000330-44.2018.8.11.0041. REQUERENTE: ARGEMIRA RAMOS PEREIRA INVENTARIADO: MILTON DE CARVALHO Vistos. Defiro o requerimento constante do Id. 23354648, pelo que determino: 1. EXPEÇA-SE Autorização Judicial (alvará), requerido, em nome da inventariante, visando a realização de transações financeiras, exceto a contratação de empréstimos, perante ao Banco do Brasil, faça constar também a autorização do pagamento do débito quanto ao SISBB – Crédito Rural e Comercial – Contrato Pesa – Dependência: 3037 Campo Verde – Linha de Crédito 0086 – Mutuário Milton de Carvalho – Operação 492.100-16, com relação as parcelas vencidas e vincendas dos meses de janeiro/2018, julho/2018, janeiro/2019, julho/2019 e janeiro/2020. 2. Faça constar também no alvará, que deverá o Banco do Brasil fornecer os valores de cada parcela do contrato PESA, incluindo a descrição dos valores da bonificação e a data de lançamento de quitação das mesmas, bem como a emissão dos comprovantes de pagamento de cada uma das parcelas. 3. Caso não haja valor suficiente para a quitação das parcelas em aberto, desde já, defiro o requerimento constante do item "4" da petição acostada ao id. 23354648. 4. Após, o pagamento da última parcela vincenda em 01/01/2020, que seja emitido o recibo de quitação do contrato Rural PESA (Operação 492.100.016), e que todas as contas bancárias em nome do falecido sejam encerradas. Portanto, caso reste algum crédito, que seja transferido para a conta judicial vinculada a este processo. 5. Ademais, verifica-se que a decisão constante do Id. 12268227, não foi cumprida integralmente, desta forma, intime-se a inventariante, para o seu devido cumprimento, sob pena de remoção. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0009106-89.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARENIL SILVA DO ESPIRITO SANTO (REQUERENTE)
TANIA REGINA DE SOUZA JABRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Luciano André Frizão OAB - MT8340-B (ADVOGADO(A))
HAMILLER KOGISO FEITOSA OAB - MT17968-O (ADVOGADO(A))
JORGE JABRA VALDEZ OAB - MS21648-O (ADVOGADO(A))
RENATA NUNES DA CUNHA E SILVA ROSSIGNOLO OAB - MT16881-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE JANIO MELO FERREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
SERGIO VALERIO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo: 0009106-89.2014.8.11.0041. REQUERENTE: TANIA REGINA DE SOUZA JABRA, ARENIL SILVA DO ESPIRITO SANTO REQUERIDO: ESPOLIO DE JANIO MELO FERREIRA Vistos. Tânia Regina de Souza Jabra Ferreira ajuizou Ação de Inventário em razão do falecimento de Janio Melo Ferreira, declarando, em suma, que ele faleceu em 21.03.2010, era divorciado, deixou um filho e um crédito objeto de verbas trabalhistas a inventariar, razão pela qual requereu a abertura do inventário e partilha do crédito. A ação foi recebida nos moldes da decisão constante do id. 25000015, que nomeou a requerente como inventariante, bem como determinou a emenda da inicial. Termo de compromisso – id. 25000019. Primeiras declarações – id. 25000020. As certidões negativas de débitos fiscais (Municipal, Estadual e Federal) constam dos ids. 25000020/25000098/25000106. Consta do id. 25000023 o deposito judicial do valor de R$ 74.958,12 (setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e oito reais e doze centavos), referente as verbas trabalhistas do falecido. Certidão de inexistência de testamento – id. 25000098. Em id. 25000099, foi acostado o comprovante de isenção do ITCD. Expedido ofício junto ao id. 25000105, para o departamento de Conta Única, solicitando a vinculação dos valores depositados nos autos. Instado a se manifestar, o digno Ministério Público exarou seu parecer em id. 25000108, requerendo a intimação do herdeiro Adejorge do Espírito Santo Ferreira. Id. 25000128, consta a manifestação do herdeiro. Em id. 25000136, foi juntado o acordo firmado entre as partes, solicitando a sua homologação. É o relatório. D E C I D O. Cuida-se de Ação de Inventário que em seu bojo teve encartado o acordo de partilha junto ao id. 25000136. A homologação de partilha amigável é possível mediante a conversão do inventário para o rito do arrolamento, nos termos do art. 659 do Código de Processo Civil. "Art. 659. A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos da lei, será homologada de plano pelo juiz, com observância dos arts. 660 a 663." Para tanto, observo que os interessados são maiores e capazes, bem como, estão devidamente representados por advogado sendo, por isso, possível a homologação da partilha amigável, encartada aos autos. Diante disso, converto o rito da Ação de Inventário para o rito da Ação de Arrolamento Sumário. No mérito, verifico que o acervo hereditário é composto meramente de crédito objeto de verbas trabalhistas, já depositado na Conta de Depósitos Judiciais do TJMT. Ademais, foi comprovada a inexistência de débitos fiscais com a juntada das certidões negativas. Assim como, da isenção do imposto de transmissão por morte (ITCD). Em face do exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE pedido de inventário do Espólio de Janio Melo Ferreira. HOMOLOGO, nos termos do art. 659 e art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil, o acordo de partilha do id. 25000128, para atribuir aos herdeiros nele contemplados os seus respectivos quinhões, resguardados erros, omissões e direitos de terceiros. Promova-se o necessário para que os valores depositados em conta judicial, sejam vinculados aos autos. Sem custas, eis que foi deferida ao Espólio a gratuidade processual. Transitada em julgado, certifique-se e, enfim, expeça-se alvará para transferência do valor depositado em juízo nas contas bancárias informadas no id. 25000128. Após, arquivem-se os autos. P. I. C. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Sergio Valério Juiz de Direito

4ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1019352-25.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA GISELE TOZI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIMONE FENGLER SPIERING OAB - MT11920/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALERIO FRANCISCO PERES DE GOUVEIA (INVENTARIADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MILTON VIZINI CORRÊA JÚNIOR OAB - MT3076-A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1019352-25.2017.8.11.0041 Ação: Arrolamento Vistos, etc... Procedeu-se a abertura deste inventário processado pelo rito de arrolamento simplificado, em face do óbito do de cujus Valério Francisco Peres de Gouveia, Id 8224342, tendo como inventariante nomeada a Requerente Marcia Giseli Tozi, Id 8766790, objetivando a homologação do plano de partilha e prestação de contas apresentada nos autos, Id 19122895. A inicial foi instruída com documentos, e, posterior comprovação de inexistência de registro de testamento em nome do de cujus, Id 9328630. Parecer favorável do Ministério Público no Id 22939394. É a síntese. Decido. Conforme relatado,

trata-se de inventário pelo rito de arrolamento simplificado, com a manifestação do Ministério Público, pela homologação da prestação de contas e do plano de partilha, Id 22939394. Assim sendo, diante do caso em pauta, verifica-se, ainda, o único bem imóvel inventariado, em observância do interesse-concordância de todos os herdeiros foi vendido, Id 23506106, conforme autorizado por este Juízo, Id 23506104-Pág. 2, para fins de facilitar/viabilizar a partilha, tendo havido o depósito judicial, com a prestação de contas, Id 23506110 - Pág. 3. Dito isso, consigno, também, em se tratando de duas herdeiras a partilha do valor depositado em conta judicial, deverá ser realizada na proporção de 50% (cinquenta) para cada uma, Id 23506096 - Pág. 4 e Id 23506110 - Pág. 3. Observo, entretanto, diante do noticiado e postulado pela inventariante/herdeira no Id 23674462, valor referente a honorários de advogada constituída, Id 23506172-Pág. 4, deverá ser debitado exclusivamente de sua quota-parte, tendo em vista que este processo, iniciou-se, sem possibilidade de composição amigável entre as duas herdeiras, tendo havido intensa divergência, inclusive com pedido de remoção de inventariante, até que finalmente as partes interessadas, chegaram a um consenso, no tocante à venda do imóvel, para viabilizar a partilha. Portanto, houve a necessidade da outra herdeira, constituir advogados, para defesa de seus interesses. Desta forma, como visto, cada parte deverá arcar com o pagamento dos honorários de seus respectivos advogados, ainda mais porque já houve inclusive manifestação anterior neste sentido, Id 23506172 - Págs. 3/4. Além do que, de qualquer forma, me reporto com fundamento, aos seguintes entendimentos jurisprudenciais, aos quais me filio: "...Cada herdeiro responde pelo pagamento dos honorários do advogado que contratou, para defesa dos seus interesses no inventário, ante a beligerância instaurada em ter eles..." (Apelação Cível, Nº 70073670762, TJRS, Julgado em 05.10.2017) Ainda: "...Em regra, é do espólio a obrigação de arcar com os honorários do procurador contratado pelo inventariante, quando a atuação deste causídico se dá em benefício de todos. Entretanto, havendo acirrado litígio, como no caso dos autos, em que o dissenso impôs a constituição de advogado distinto por outros herdeiros, para defesa de seus interesses, não há que se atribuir tal ônus ao espólio, cabendo a cada parte arcar com os custos da contratação do procurador que lhe patrocina no inventário..." NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME." (Agravo de Instrumento, Nº 70080052848, TJRS, Julgado em 30.05.2019) Resolvida esta questão, ressalto, por pertinente, a importância remanescente da quota-parte da herdeira menor de idade, F.S.M., deverá permanecer depositada em conta judicial até que complete a maioridade, ressalvada somente ulterior deliberação judicial, em caso de eventual premente e comprovada necessidade. Portanto, assim decidido, é possível a imediata conclusão do processo, com a prolação de sentença e efetiva prestação jurisdicional, mesmo porque, nos termos do art. 662 do CPC: "No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio." Menciono, ainda, como respaldo, a jurisprudência do e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso: "...ARROLAMENTO DE BENS...No caso, apenas após o trânsito em julgado da sentença de homologação da partilha e da lavratura do formal de partilha é que será intimado o fisco para proceder o lançamento do tributo devido, porém, condicionado o registro-transferência dos bens a comprovação do pagamento dos tributos, ou seja, não obstante a sentença homologatória da partilha, a parte não poderá alienar os bens sem antes de comprovar o recolhimento dos tributos devidos à Fazenda Pública, inexistindo prejuízo ao erário e nem qualquer ofensa ao art. 192, do CTN." (TJMT - Ap 155418/2017, DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 11/07/2018) E mais: "PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INVENTÁRIO – ÚNICO HERDEIRO – RITO SIMPLIFICADO DO ARROLAMENTO – PRÉVIA QUITAÇÃO DOS TRIBUTOS – DESNECESSIDADE – QUESTIONAMENTO RESERVADO PARA VIA PRÓPRIA – RECURSO DESPROVIDO. A inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 659, § 2º, com foco na celeridade processual, permite que a partilha amigável seja homologada anteriormente ao recolhimento do imposto de transmissão causa mortis, e, somente após a expedição do formal de partilha ou da carta de adjudicação, é que a Fazenda Pública será intimada para providenciar o lançamento administrativo do imposto, supostamente devido." (TJMT - Ap 89949/2017, DES. MÁRCIO VIDAL, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 18/06/2018) Se não bastasse, como bem explica o douto José Miguel Garcia Medina: "No regime do Código de Processo Civil de 2015, a prova de quitação dos tributos não é condição para a homologação. De acordo com o § 2.º do art. 659 da nova lei processual, basta que se intime a Fazenda Pública para lançamento do tributo cabível." (...) "No caso previsto no art. 664 do CPC/2015, o rito simplificado terá cabimento em função do valor dos bens apresentados para partilha. Onde o § 4.º do art. 664 se refere ao art. 672, parece ter havido erro de redação, pois o tema é versado pelo art. 662 do CPC/2015." (...) (in NCPC Comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973, José Miguel Garcia Medina, 3ª ed. RT - Pág. 611) Pelo exposto e mais que dos autos consta homologo por sentença a prestação de contas e o plano de partilha, Id 19122895, salvo erro, omissão e eventual interesse de terceiro, e, com a observância, ainda, de que os valores destinados ao herdeiro menor de idade deverão ser depositados/mantidos em conta única do TJMT, vinculada a este processo, em observância da manifestação ministerial, Id 22939394-Pág. 3, mediante prestação de contas no prazo de vinte dias. Outrossim, diante do que consta no Id 19122895 - Pág. 4, retifico o valor da causa para uma importância mais adequada, R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), e, consequentemente, deverá haver o pagamento das custas/taxas, eis que, não é o caso de justiça gratuita, revogada, Id 8766790 - Pág. 1. Neste sentido, aliás: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUCESSÕES. INVENTÁRIO. ALTERAÇÃO DO VALOR DA CAUSA DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. São de ordem pública as regras que dispõem sobre o valor da causa (...) portanto, o valor da causa pode ser alterado ex officio pelo juiz. (...) (TJRS – RAI n. 70034557082, julgado em 05.03.2010). E mais: "...A composição patrimonial do espólio se sobrepõe à alegação de hipossuficiência das Recorrentes, não havendo justificativa para a concessão da gratuidade de justiça." (TJMT - AI, 51637/2013, DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA, Julgamento 31/07/2013). Decorrido o trânsito em julgado, e, desde que comprovado o pagamento integral das custas/taxas, expeça-se o necessário, formal de partilha, certidão de pagamento, carta de adjudicação e/ou alvará(s), com a observância de que é requisito para eventual registro a comprovação de pagamento ou isenção de tributos e inexistência de débito junto à Fazenda Pública (Municipal, Estadual e Federal), pela via administrativa, nos termos da Lei Estadual 7.850/2002, do CPC, art. 662, bem como da Lei 6015/73, art. 143. Procedam-se as retificações e anotações necessárias, quanto ao valor retificado da causa e revogação da justiça gratuita. Atendidas as determinações supra, cientifique a Fazenda Pública "para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes", (art. 659 § 2º CPC). Após, prestadas as constas acima determinada, dê-se vista ao Ministério Público e voltem conclusos. Custas nos termos da lei. Cumpra-se, com a observância das formas e prazos legais. P.I.C.

Intimação Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1031683-05.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO CHAVES DE AGUIAR (REQUERENTE)
ERICK VINICIUS DE AGUIAR (REQUERENTE)
MARIA ABADIA PEREIRA DE SOUZA AGUIAR (INVENTARIANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA ABADIA PEREIRA DE SOUZA AGUIAR OAB - MT2906-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ROBERTO DE AGUIAR (DE CUJUS)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1031683-05.2018.8.11.0041 Ação: Arrolamento Vistos, etc... Compulsando os autos verifica-se, depois de prolatada a sentença hologatória, Id 25549874, a inventariante manifestou no Id 25784076, juntando os documentos de Id 257844079 ao Id 25785097 - Pág. 1, requerendo o parcelamento das custas, em seis vezes, sob o argumento de que o pagamento integral diante da não liquidez do patrimônio inventariado. Dito isso, atento à situação noticiada nos autos, para fins de viabilizar o cumprimento da sentença, defiro o pedido de parcelamento das custas processuais, conforme postulado pela inventariante, com respaldo inclusive no art. 98 § 6º do CPC, ou seja, em 06 (sei) parcelas mensais, sujeitas à correção monetária, (art. 468, §7º da CNGC), considerando, para tanto, inclusive os documentos juntados pela inventariante e o valor da causa, Id 25549874-Pág. 2. Ressalto, ainda, somente depois do pagamento da última parcela, comprovando nos autos

a quitação das custas/despesas processuais, é que deverá ser cumprido o determinado na sentença, com a expedição do que mais necessário, Id 25549874, a fim de arquivar o processo, oportunamente. Intimem-se e cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003543-92.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO OTAVIANO OLIVEIRA FONTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER LUIZ RIBEIRO OAB - MT0019091A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELIA APARECIDA VEXEL FONTES (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO TOMAZETI CARRARA OAB - MT5967-O (ADVOGADO(A))
CARLOS ALBERTO TAKASE OAB - MT0011640A (ADVOGADO(A))
VANESSA TOMAZETI CARRARA DE FIGUEIREDO OAB - MT4653/O (ADVOGADO(A))
ELIAS VANIN OAB - MT10026-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT
_____
_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1003543-92.2017.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: FRANCISCO OTAVIANO OLIVEIRA FONTES Endereço: Avenida Brasil, 1688, Mãe de Deus, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 REQUERIDO: Nome: HELIA APARECIDA VEXEL FONTES Endereço: AVENIDA MÁRIO PALMA, 268, apto 1504, JARDIM MARIANA, CUIABÁ - MT - CEP: 78040-640 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para ciência na expedição do alvará, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária
_____
_____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1049551-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. C. (REQUERENTE)
A. R. D. S. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1049551-59.2019.8.11.0041 Ação: Divórcio Direto Consensual Vistos, etc... Trata-se de Ação de Divórcio Direto Consensual ajuizada por Ariana Regina de Siqueira e Eberson Corsino Costa, ambos qualificados nos autos, sob o argumento, em síntese, de que contraíram matrimônio sob o regime de comunhão parcial de bens e que estão separados de fato desde setembro/2019. Informam que do enlace adveio o nascimento de dois filhos e que foram adquiridos bens durante o matrimônio, tendo sido ajustado acerca da partilha destes, nos termos dispostos na petição inicial. Pedem, ao final, a procedência do pedido. A inicial foi instruída com os documentos necessários a propositura da ação. Intimados, os Requerentes complementaram a inicial, descrevendo os termos avençados em relação a partilha, alimentos, guarda e ao direito de visitas, Id n. 26531235. Relatei. Fundamento e decido. A presente ação está pronta para julgamento, uma vez que se trata de requerimento conjunto, o qual está em conformidade com a nova redação do art. 226, 6º, da Constituição Federal (Emenda Constitucional n. 66/2010). Ressalto, ainda, por oportuno, que cabe ao magistrado, analisando o conjunto fático existente nos autos e em atenção ao art. 371, do CPC, formar livremente sua convicção. Deste modo, sem maiores delongas, é incontestável a possibilidade de decretação do divórcio, pelas razões acima delineadas, mesmo porque não se pode, em prejuízo do direito substancial dos Requerentes, deixar de acolher o pedido de divórcio, visto que seria extremamente injusto proclamar a improcedência do pedido quando eles, certamente procurando reorganizar suas vidas, tentam obter do Poder Judiciário um provimento que facilite tal objetivo. Pelo exposto e o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na ação, acolhendo a pretensão dos Requerentes e o faço para DECRETAR O DIVÓRCIO do casal, uma vez que estão satisfeitos os requisitos previstos na Lei 6.515/77 e no §6º do art. 226 da Constituição Federal, extinguindo o vínculo matrimonial com fulcro no art. 1.571, IV, do Código Civil, HOMOLOGANDO, com base no disposto no art. 487, III, "b", do CPC, os termos e cláusulas do acordo entabulado no Id n. 25653570 e Id n. 26531235, onde ficou convencionado que a guarda dos filhos será compartilhada, sendo fixada a residência no lar materno. O pai exercerá seu direito de convivência/visitação em finais de semana alternados. As férias escolares serão metade com cada genitor e o dias das mães os menores passarão com a mãe e dia dos pais com o pai. Aniversário da mãe com a mãe e aniversário do pai com o pai. As festas de final do ano serão de forma alternada, natal com um e ano novo com o outro, alternando no ano subsequente. Em se tratando de viagem com os menores deve o genitor ou a genitora informar um ao outro com antecedência, bem como o lugar onde irão se acomodar (lotação), e, ainda, os meios de comunicação necessários. O pai pagará alimentos aos filhos no valor de R$ 38,07% (trinta e oito vírgula zero sete por cento) do salário mínimo, mediante desconto em folha de pagamento e depositado na conta bancária indicada de titularidade da Requerente/genitora. Acordaram que as demais despesas referentes a remédios, uniforme escolar, material escolar e van escolar serão divididos em 50% (cinquenta por cento) para cada genitor, mediante apresentação de recibo. A Requerente continuará a usar o nome de solteira. Ante a declaração da existência de bens adquiridos na constância do casamento, homologo os termos da partilha celebrada entre as partes. Por se tratar de divórcio consensual, expeça-se, imediatamente, o necessário à averbação da sentença, no Cartório de Registro competente. Oficie-se ao empregador do pai/Requerente para que proceda o desconto e crédito dos alimentos na forma acordada. Sem custas nos termos dos artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil. Ciência ao Ministério Público. Após, arquive-se o processo, observando-se as formalidades legais, e, procedendo-se as anotações e baixas de estilo. P.I.C.

Intimação Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1014051-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
F. N. F. C. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Marcos Antonio dos santos Valle OAB - MT9774/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P. E. V. F. D. M. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n.º 1014051-29.2019.8.11.0041 Ação: Divórcio Consensual c/c Guarda Unilateral e Partilha de Bens Vistos, etc... Observa-se no Id n. 19748050, que o determinado no Id. 19418215 foi parcialmente cumprido, uma vez que a procuração outorgada pelos avós paternos do menor Reinaldo Magalhães de Moraes e Nádia Maria Villanova Ferreira de Moraes dá poderes aos d. patronos, apenas, para os fins específicos de representa-los em "Ação de Danos Morais", que não é o caso. Sendo assim, intime-se novamente os Requerentes, para, no prazo de 15 (quinze) dias, substituir a procuração para os fins relacionados nesta ação. Ademais, verifica-se que os Requerentes em sua inicial, pleitearam os benefícios da assistência judiciária gratuita, contudo, considerando o valor dado a causa, bem como não existir nos autos documentos hábeis/comprovante de rendimento, tendo inclusive os Requerentes se declarado como podólogos, entendo que a declaração pura e simples dos interessados, conquanto seja o único entrave burocrático que se exige para liberar o magistrado para decidir em favor dos peticionários, uma vez que não é prova inequívoca daquilo que se afirma, nem obriga o juiz a se curvar aos seus dizeres se de outras provas e circunstâncias ficar evidenciado que o conceito de pobreza que as partes invocam não é aquele que justifica a concessão do privilégio, cabendo ao magistrado, livremente fazer juízo de valor acerca do conceito

do termo pobreza, deferindo ou não o benefício. No caso em tela, por considerar que o recolhimento das custas/despesas processuais não irá alterar a condição de sustento dos Requerentes e da família, por ora, indefiro o pedido de assistência judiciária, facultando aos Requerentes no prazo de 15 (quinze) dias, fazerem prova no sentido de que não podem prover os custos deste processo sem comprometer seu sustento e de sua família ou que neste mesmo prazo efetuem o recolhimento das custas/despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, do CPC). Neste sentido, vejamos: "Ainda que seja possível a concessão do benefício da justiça gratuita mediante simples afirmação do requerente de que não tem condições de arcar com o pagamento das custas judiciais, o magistrado pode indeferi-lo quando não encontrar elementos nos autos que confirmem a precariedade econômica alegada". (TJMT - AI, 151536/2013, Julgamento 09/04/2014). Sem prejuízo do acima decidido, em razão da observância contida no parecer Ministerial de Id n. 20527683, no tocante a modalidade da guarda, manifeste-se os Requerentes a respeito, no mesmo prazo concedido acima, inclusive, se permanece o interesse na forma pactuada na inicial, Id n. 19173598, podendo requerer o que entender de direito, nesse particular. Após, ouça o Ministério Público, conforme requerido e conclusos para sentença/deliberação. Intimem-se e cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1015956-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. A. M. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KATIA DE CARVALHO DIAS OAB - SP303512 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
D. M. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ODAIR APARECIDO BUSÍQUIA OAB - MT11564-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1015956-06.2018.811.0041 Ação: Execução Vistos, etc... Cuida-se de Embargos de Declaração interpostos pelo executado, ora embargante, Id 21249151, sob o argumento, em resumo, de que haveria contradição na decisão de Id 18814143, tendo em vista que "não atacou a citação inválida e daí devolver o prazo para o Embargante promover os Embargos à Execução, data vênia, contraditória a decisão recorrida com o posto no petitório do id:17855788." Assim, requer ao final a reforma da decisão embargada para que o embargante possa promover sua defesa, com a nulidade do ato de citação. A exequente, embargada, manifestou no Id 22976584, requerendo o não provimento dos embargos de declaração, por falta de amparo legal. É a síntese. Decido. De início, oportuno consignar, não obstante os argumentos do embargante, Id 21249151, adianto, razão não lhe assiste, uma vez que, não vislumbro omissão e/ou contradição, capaz de alterar o resultado da decisão proferida por este Juízo, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que, muito embora não satisfaça os interesses do ora embargante, o certo é que houve decisão, devidamente fundamentada, nos seguintes termos: "...Antes de tudo, para fins de viabilizar o prosseguimento do processo, necessário, nesta oportunidade, analisar, primeiramente, a preliminar de "nulidade de citação por hora certa", levantada pelo Executado. Nesse ponto, sem mais delongas, é o entendimento jurisprudencial: ""(...) Mesmo que prematura a citação por hora certa, como alega a impetrante, o comparecimento do paciente apresentando justificativa supre eventual nulidade do ato citatório, pois, conforme dispõe o art. 214, § 1º, do CPC, o comparecimento espontâneo supre até mesmo a falta de citação (...) – (HC 70070739818, oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 13/10/2016)". Logo, considerando que o Executado manifestou-se nos autos no Id. 17855788, rejeito a preliminar de "nulidade de citação por hora certa", por considerar suprida pelo seu comparecimento não cabendo qualquer questionamento nesse sentido." (...) (cf. Id 18814143) Desta forma, considerando a referida decisão não há como se acolher pedido de reabertura de prazo para defesa, muito menos pela via judicial escolhida, embargos de declaração. Portanto, na verdade, pretende o executado/embargante alterar o resultado da decisão, visando a modificação a seu favor, insatisfeito, portanto, com a análise por este Juízo, e, neste caso, querendo, deverá se utilizar da via judicial/recursal adequada. Neste sentido, aliás, sem mais delongas, menciono como fundamento, os seguintes precedentes jurisprudenciais: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. (..) OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DO MATERIAL PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. (...) Não se admite, no âmbito dos embargos declaratórios, a rediscussão da matéria julgada, pois recurso inábil a substituir a decisão prolatada..."(ED nº 70068094457, TJRS, Julgado em 16/03/2016). Ainda: "...Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver no julgado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1022 do NCPC). Os aclaratórios, em regra, não permitem rejulgamento da causa, de maneira que a atribuição de efeito modificativos somente é possível em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a ocorrência dos mencionados vícios no julgado, que não se encontram presentes na hipótese." (N.U 0011901-51.2015.8.11.0003, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL, GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019) Pelo exposto, com estas considerações, rejeito os embargos de declaração interpostos no Id 22038583, devendo, portanto, ser cumprido o determinado na sentença, Id 18506296. No mais, objetivando dar prosseguimento a este processo, observa-se que o executado manifestou no sentido de que não concorda com o bem requerido em penhora, quando este tem valor comercial/imobiliário de R$ 1.550.00,00 e a execução de R$ 37.817,33, e, mesmo porque "já ofereceu para penhora um imóvel da matrícula 18043 acostada na ação via do id: 17856046, a qual está registrada no 16º Cartório de São Paulo." A exequente, por sua vez, manifestou no Id 22990299, atualizando o valor inadimplido pelo executado, insistindo na penhora do referido imóvel, bem como requerendo ainda a penhora de alugueis de imóvel que teria sido locado pelo executado, e, além disso, menciona que o "imóvel ofertado pelo executado em penhora, possui usufruto", razão pela qual não aceita este imóvel. Assim sendo, em atenção do princípio da menor onerosidade da execução, e, considerando ainda os documentos juntados no Id 22990314 ao Id 22990319, intime-se o executado para que manifeste no prazo de dez dias, principalmente no que concerne à comprovação da imediata disponibilidade do imóvel ofertado/indicado à penhora. Observo, entretanto, desde já, se não houver a demonstração de outro(s) bem(ns), patrimônio, para fins de viabilizar o pagamento do valor devido à exequente, neste caso, então, não será motivo de impedimento à realização da penhora, a mencionada grande diferença entre valor do bem penhorado e o débito em execução. Neste sentido, aliás: "RECURSO INOMINADO. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS À PENHORA. ALEGAÇÕES DE EXCESSO DE PENHORA E DE IMPENHORABILIDADE DO BEM IMÓVEL SOBRE O QUAL RECAIU A CONSTRIÇÃO NÃO ACOLHIDAS...embora o valor do bem penhorado exceda em muito ao valor da dívida, o fato é que a devedora não pagou o débito e se limitou a indicar à penhora apenas crédito seu em ação judicial, cujo pagamento pelo devedor não é uma certeza, não tendo a ora recorrente indicado outro bem passível de constrição com valor compatível com o débito, o que inviabiliza eventual substituição da penhora. Se por um lado a execução deve se dar de forma menos gravosa para o devedor, tal regra não significa impor ao credor aceitação de penhora no rosto dos autos de processo no qual não se tem certeza do recebimento do crédito. Assim, considerando que a execução visa satisfazer o crédito da parte exeqüente, bem como que as pesquisas no BACENJUD e RENAJUD restaram infrutíferas, deve ser mantida a constrição sobre o imóvel que não se caracteriza como impenhorável. RECURSO DESPROVIDO." (Recurso Cível, Nº 71008816019, TJRS, j. 25.09.2019) Assim decidido, intime-se o executado conforme acima determinado, e, em seguida, pelo mesmo prazo a exequente, e, após, voltem os autos imediatamente conclusos para análise. Intimem-se e cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1044933-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANTE PETRONI NETO (REQUERENTE)
WILSON CARLOS GALERA (REQUERENTE)
INES PETRONI GALERA (REQUERENTE)
ZULMIRA JORGE PETRONI (REQUERENTE)
IVO LIBERALI (REQUERENTE)
MARIA MATHILDE PETRONI LIBERALI (REQUERENTE)
ROSANGELA CATARINA VITORIO PETRONI (REQUERENTE)
ANA CASSIA PETRONI RANGEL (REQUERENTE)
SILVIO CEZAR PEREIRA RANGEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

FERNANDO OLIVEIRA MACHADO OAB - MT9012-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO NICOLAU PETRONI (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1044933-71.2019.8.11.0041 Ação: Alvará. Vistos, etc... Compulsando os autos, observa-se, os Requerentes manifestaram no Id 26670226, reiterando pedido de "expedição de alvará genérico", ou, alternativamente, por ora, que seja autorizada, imediatamente, ao menos a venda/comercialização dos semoventes pertencentes ao espólio, "especialmente quanto aos bovinos, possibilitando ao inventariante comercializar (compra e venda) de bovinos em quantidades que se tornarem necessárias conforme a formação dos lotes de reses na fazenda, mediante compromisso de prestação de contas." Dito isso, e, considerando, portanto, o pretendido/reiterado pelos Requerentes, herdeiros do espólio de João Nicolau Petroni, Id 24705993 - Pág. 2, necessário ressaltar, primeiramente, quanto à impossibilidade de "alvará genérico", englobando todos os bens do espólio indicados na inicial, fica mantida a decisão de Id 25700551, deste Juízo, principalmente em razão dos seguintes fundamentos: (...) "Desta feita, diante do pretendido, a priori, pelos Requerentes, na inicial, s.m.j., a expedição de alvará, neste caso, poderia inclusive esgotar a utilidade/necessidade de abertura (conclusão) do inventário extrajudicial, devendo, portanto ser esclarecida melhor e/ou delimitada a pretensão relacionada à expedição do alvará, nestes autos, mormente por haver pedido de autorização judicial para venda de "bens móveis, imóveis e semoventes em nome do Inventariado", mesmo porque assim já se decidiu, a título de exemplo:" "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – ALVARÁ JUDICIAL PARA LEVANTAMENTO DE SALDO DE CONTAS BANCÁRIAS E ALIENAÇÃO DE SEMOVENTE – IMPOSSIBILIDADE – INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL PENDENTE DE CONCLUSÃO – SITUAÇÃO EXCEPCIONAL – NÃO EVIDENCIADA – NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DO FORMAL DE PARTILHA E/OU EVENTUAL CARTA DE ADJUDICAÇÃO – TÍTULOS HÁBEIS PARA O REGISTRO DA TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO...O formal de partilha e eventual carta de adjudicação do bem consistem em títulos típicos para alienação de bens deixados pelo de cujos." (TJMT - N.U 0001272-73.2012.8.11.0051, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/03/2015)" (...) Ademais, é sabido que do encargo de inventariante advém todos os poderes e obrigações previstas nos incisos do art. 618 do CPC. Sendo que, na hipótese de necessidade de autorização judicial específica, com maior razão, deverá ser formulado pedido certo/especificado com a indicação dos documentos pertinentes/correspondentes ao pretendido, principalmente em relação àqueles previstos no art. 619 do Código de Processo Civil. Por outro lado, entretanto, inclusive reportando-me ao decidido anteriormente, nos autos, por este Juízo, Id 25700551, é possível acolher, desde já, somente o pedido alternativo formulado pelos Requerentes no Id 26670226-Pág. 4, ou seja, no que diz respeito à autorização judicial para venda/comercialização de semoventes, diante da urgência/necessidade noticiada, e, para não ocasionar maiores prejuízos ao espólio, mediante, ainda, prestação de contas, conforme, aliás, comprometido no Id 26670226-Pág. 4. Pelo exposto, defiro em parte o pedido de Id 26670226, tão somente para fins de autorizar a expedição de alvará, autorizando à Requerente-inventariante, na condição de administradora do espólio, a vender/comercializar semoventes, especialmente bovinos, conforme postulado alternativamente no Id 26670226 - Pág. 4, item II. Prestação de contas, no prazo de trinta dias, sob as penas da lei, ressalvada manifestação/justificativa em outro sentido, mormente quanto ao prazo estabelecido. No mais, mantida a decisão de Id 25700551, intimem-se os Requerentes para que manifestem no prazo de quinze dias, se ainda tem interesse no prosseguimento deste processo, cumprindo, em caso afirmativo, a seguinte determinação: "necessário, primeiramente, que se proceda a emenda e/ou adequação da inicial, esclarecendo/delimitando melhor o pretendido com a expedição do alvará, para não inviabilizar o julgamento." Às providências, expedindo-se o necessário. Após, voltem os autos conclusos, oportunamente para análise definitiva ou ulterior deliberação. Intimem-se e cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 1054516-80.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
I. L. P. B. (EXEQUENTE)
Z. M. L. B. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS CARVALHO DA SILVA OAB - MT21326-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. O. P. B. (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1054516-80.2019.8.11.0041 Ação: Cumprimento de Sentença Vistos, etc... Defiro os benefícios de gratuidade da justiça, artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil, sem prejuízo de eventual necessidade de revogação, nos termos da lei. Atento ao noticiado e pretendido na petição inicial, intime-se a Exequente, através de sua d. patrona, para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a emenda a inicial, adequando o pedido, uma vez que esta requer que o Executado efetue o pagamento da dívida referente aos meses de maio/2019 a novembro/2019, Id n. 26259827, pág. 13, e tal cobrança não poderá ser pelo rito coercitivo, como requer a Exequente, mas sim expropriatório, uma vez que não se observa mais presente o caráter de urgência/subsistência que possui os alimentos. Todavia, para a Exequente prosseguir com a presente ação sob o rito coercitivo, deve a mesma apresentar demonstrativo de débito atualizado referente às 03 (três) prestações anteriores ao ajuizamento/distribuição deste cumprimento de sentença, nos termos do artigo 528, § 7º, do CPC e, ainda, proceder a retificação do valor da causa. No entanto, se pretender prosseguir pelo rito expropriatório, deve, no mesmo prazo, adequar o pedido. Quanto a pretensão de recebimento dos valores referentes a 50% (cinquenta por cento) dos gastos com compras/despesas com roupas, com o curso preparatório do Enem e inscrição para a prova, Id n. 26259827, pág. 14, observa-se do acordo entabulado entre as partes juntado no Id n. 26260556, 3/4, que não há qualquer avença neste sentido, não podendo, a Exequente, nesta oportunidade executar o que não está no título apresentado. Intime-se e cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020376-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DORIZE ALVES MOREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NATASHA DE OLIVEIRA MENDES COUTINHO OAB - MT16445-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO CESAR RAMOS FREIRE (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELAINE CARDINALI AERE OAB - MT243870-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1020376-20.2019.8.11.0041. Ação: Declaratória de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c partilha de bens, guarda e alimentos com pedido de tutela provisória de urgência. Vistos, etc... Diante do alegado e pretendido na impugnação a contestação apresentada pela Requerente, Id n. 22754553, em observância do contraditório, artigos 7º, 9º e 10 do CPC., oportunize-se a manifestação do Requerido, através de seus d. patronos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, considerando existir interesse de menor/incapaz, conforme determina o artigo 178, II, do CPC, ouça o Ministério Público. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1027403-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. E. P. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HERNANDES TEIXEIRA DE SOUZA OAB - MT0015203A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S. P. D. R. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALLIRSON OLIVEIRA FORTES PEREIRA OAB - MT25275/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 1027403-54.2019.8.11.0041 Ação: Alimentos. Vistos, etc... Diante do informado e postulado pelo Requerido

na petição apresentada no Id n. 26146063, inclusive, dos documentos que a acompanham, oportunize-se a manifestação do Requerente, através de seu d. patrono, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0036751-65.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
G. M. D. N. (AUTOR(A))
M. J. D. N. (AUTOR(A))
J. E. D. N. (INVENTARIANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO NORBERTO ALMEIDA BRITO OAB - MT3688-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
E. D. S. O. D. N. (ESPÓLIO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO BARBOSA TEIXEIRA DE MAGALHÃES OAB - MT6882-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n. 0036751-65.2009.8.11.0041 Ação: Inventário Vistos, etc... Considerando o lapso temporal transcorrido, e, tendo em vista a inércia do herdeiro Mario Julio do Nascimento, certificada no Id 25684262 - Pág. 1, para que não restem dúvidas, quanto aos termos da partilha, intime-se o inventariante para manifestar no prazo de dez dias, ratificando, retificando ou requerendo o que mais de direito, e, em seguida, voltem os autos imediatamente conclusos para julgamento ou ulterior deliberação, se for o caso. Intimem-se.

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1042612-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. M. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO CARVALHO DO NASCIMENTO OAB - MT13547-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. O. D. S. (DE CUJUS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo n 1042612-63.2019.8.11.0041 Ação: Arrolamento Vistos, etc. Considerando que já transcorreu o prazo de suspensão requerido no Id 25551916 - Pág. 1, intime-se o inventariante para que cumpra na íntegra o determinado por este Juízo no Id 24346085, no prazo de quinze dias. Se decorrido o prazo sem manifestação, certifique-se, e, em seguida, intime-se pessoalmente o inventariante, e, por edital, se necessário, desta feita, para manifestar interesse no processo em cinco dias, em observância do determinado nos autos por este Juízo, sob pena de remoção ou extinção e arquivamento, arts. 485, § 1º e 622 do CPC. Ressalto que o(s) mandado(s) a ser(em) expedido(s) neste(s) autos, seja de intimação ou de citação, deverão ser cumpridos por Oficial de Justiça nos termos dos artigos 247, inciso I, e artigo 249, do Código de Processo Civil, levando em conta que as ações de competência desta Vara Especializada de Família e Sucessões, são sempre de casos especiais que em sua maioria envolve interesse de menores e incapazes, e, ações de Estado de conformidade com o ordenamento jurídico, devendo as intimações pessoais e citações serem feitas sempre na pessoa das partes (autor e réu) e testemunhas, quando o for o caso, arroladas pela Defensoria Pública. Após, voltem os autos conclusos para análise. Intimem-se e cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1056344-14.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. V. D. S. R. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO MARTINES GONCALVES DE AMORIM OAB - MT0021353A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
T. D. S. P. (RÉU)
H. S. R. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT

_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1056344-14.2019.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: JULIANO VICTOR DOS SANTOS ROCHA Endereço: RUA DOS ESPORTE, 03, BURITI, DIAMANTINO - MT - CEP: 78400-000 REQUERIDO: Nome: HELOISA SOUZA ROCHA Endereço: RUA SESSENTA E OITO, 07, CASA 07 - QUADRA 10, PEDRA 90, CUIABÁ - MT - CEP: 78099-340 Nome: THAIS DE SOUZA PENHA Endereço: RUA SESSENTA E OITO, 07, CASA 07 - QUADRA 10, PEDRA 90, CUIABÁ - MT - CEP: 78099-340 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para manifestar sobre a certidão negativa , no prazo de 05 (cinco) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária

_____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1034154-91.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JENISLAINE SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
GLEICE KELLY SANTOS DA SILVA RAMOS (REQUERENTE)
LEIA SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIA CRISTINA PAIM BIASI OAB - MT9262-O (ADVOGADO(A))
JOAO REUS BIASI OAB - MT3478-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIR SANTOS DA SILVA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT

_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1034154-91.2018.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: LEIA SANTOS DA SILVA Endereço: RUA CAETANO JOSÉ FERREIRA, 387, 403, KOBRASOL, SÃO JOSÉ - SC - CEP: 88102-280 Nome: JENISLAINE SANTOS DA SILVA Endereço: RUA CAETANO JOSÉ FERREIRA, 387, 403, KOBRASOL, SÃO JOSÉ - SC - CEP: 88102-280 Nome: GLEICE KELLY SANTOS DA SILVA RAMOS Endereço: RUA CAETANO JOSÉ FERREIRA, 387, 403, KOBRASOL, SÃO JOSÉ - SC - CEP: 88102-280 REQUERIDO: Nome: JAIR SANTOS DA SILVA Endereço: desconhecido FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor da expedição e protocolo dos oficios conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária

_____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 1038492-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIENE MARIA DE ARAUJO BARBOSA (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
AILTON LUIZ AMARO JUNIOR OAB - SP200129-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO STRAUSS BARBOSA (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT

_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1038492-74.2019.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: LUCIENE MARIA DE ARAUJO BARBOSA Endereço: RUA DOUTOR EURÍCLES MOTA, 555, apto. 72, JARDIM GUANABARA, CUIABÁ - MT - CEP: 78010-715 REQUERIDO: Nome: RICARDO STRAUSS BARBOSA Endereço: RUA BENEDITO DE MELO, residencial ouro preto, 230, LIXEIRA, CUIABÁ - MT - CEP: 78008-425 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor para manifestar sobre a juntada prazo de 05 (cinco) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária

_____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-267 ARROLAMENTO COMUM
Processo Número: 0013030-40.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA (REQUERENTE)
EDSON WANDER DOS SANTOS (REQUERENTE)
ALTEMIR ALVES DOS SANTOS (INVENTARIANTE)
SERGIO MAGNO DOS SANTOS (REQUERENTE)
EDMILSON ALVES DOS SANTOS (REQUERENTE)
EURLY DELGADO DOS SANTOS GALHARDO (REQUERENTE)
ELMO BATISTA DOS SANTOS (REQUERENTE)
PEDRO ENIO DOS SANTOS (REQUERENTE)
BENELISA DOS SANTOS CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS GATTASS PESSOA JUNIOR OAB - MT12264-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO ALVES DOS SANTOS (ESPÓLIO)
MARIA DE LURDES DOS SANTOS (ESPÓLIO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

IMPULSIONAMENTO FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO DO INVENTARIANTE E DOS HERDEIROS POR INTERMÉDIO DE SEU D. PATRONO para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar nesta Secretaria o Formal de Partilha devidamente instruído com a documentação necessária, entregues em data retro ao d. Advogado, para as providências necessárias desta Vara ao devido cumprimento da Decisão Judicial Id n. 25172093. Cuiabá - MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1028770-50.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. D. P. C. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINE APARECIDA BRINQUEDO BENITES OAB - MT23227/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
W. D. C. M. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA DE PAULA GIACOMINI OAB - MT17627-O (ADVOGADO(A))
RENATO FERREIRA COUTINHO OAB - MT16360-B (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT

_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1028770-50.2018.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: DANIELLE DE PADUA CAMPOS Endereço: RUA DOUTOR LEÔNIDAS DE MATOS, 490, Ap 02, JARDIM CUIABÁ, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-182 REQUERIDO: Nome: WILLIAM DE CAMPOS MARTINS Endereço: RUA TENENTE EULÁLIO GUERRA, 522, - ATÉ 793/794, ARAÉS, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-510 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor da expedição de oficio parcelamento conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária

_____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010969-24.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILCE QUINTINO DA SILVA (AUTOR(A))
CLAUDIONOR QUINTINO DA SILVA (AUTOR(A))
ENIR OLIVEIRA DA SILVA (AUTOR(A))
M. Q. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS AURÉLIO DA COSTA OAB - MT14958-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO QUINTINO DA SILVA (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT

_____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1010969-24.2018.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: ENIR OLIVEIRA DA SILVA Endereço: RUA DAS ACÁCIAS, 99, SÃO FRANCISCO, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-760 Nome: CLAUDIONOR QUINTINO DA SILVA Endereço: RUA DAS ACÁCIAS, 99, SÃO FRANCISCO, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-760 Nome: NILCE QUINTINO DA SILVA Endereço: RUA DAS ACÁCIAS, 99, SÃO FRANCISCO, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-760 Nome: MAYRLON QUINTINO DA SILVA Endereço: RUA DAS ACÁCIAS, 99, SÃO FRANCISCO, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-760 REQUERIDO: Nome: JOAO QUINTINO DA SILVA Endereço: RUA DAS ACÁCIAS, 99, SÃO FRANCISCO, CUIABÁ - MT - CEP: 78088-760 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor da suspensão do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária

_____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira

Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1008549-46.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GENE DE FATIMA ROCHA ROMERO (REQUERENTE)
PEDRO XAVIER ROMEIRO ROCHA (REQUERENTE)
JOSE NERIS ROCHA ROMERO (REQUERENTE)
MARI TEREZA ROMEIRO SANT ANA (REQUERENTE)
CELINO ROCHA ROMERO (REQUERENTE)
CELSA ROMERO ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO REUS BIASI OAB - MT3478-O (ADVOGADO(A))
SILVIA CRISTINA PAIM BIASI OAB - MT9262-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO ROCHA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ - MT _____ _____ _____ _____ IMPULSIONAMENTO Processo: 1008549-46.2018.8.11.0041 REQUERENTE: Nome: GENE DE FATIMA ROCHA ROMERO Endereço: RUA PROJETADA D, 2410, ESTRELA PORÃ, DOURADOS - MS - CEP: 79822-518 Nome: MARI TEREZA ROMEIRO SANT ANA Endereço: RUA PROJETADA D, 2410, ESTRELA PORÃ, DOURADOS - MS - CEP: 79822-518 Nome: JOSE NERIS ROCHA ROMERO Endereço: RUA PROJETADA D, 2410, ESTRELA PORÃ, DOURADOS - MS - CEP: 79822-518 Nome: PEDRO XAVIER ROMEIRO ROCHA Endereço: RUA PROJETADA D, 2410, ESTRELA PORÃ, DOURADOS - MS - CEP: 79822-518 Nome: CELSA ROMERO ROCHA Endereço: RUA PROJETADA D, 2410, ESTRELA PORÃ, DOURADOS - MS - CEP: 79822-518 Nome: CELINO ROCHA ROMERO Endereço: RUA PROJETADA D, 2410, ESTRELA PORÃ, DOURADOS - MS - CEP: 79822-518 REQUERIDO: Nome: MARIO ROCHA Endereço: RUA PROJETADA D, 2410, ESTRELA PORÃ, DOURADOS - MS - CEP: 79822-518 FINALIDADE: Nos termos do artigo 1.205 da CNGC, impulsiono o feito para INTIMAÇÃO do representante do autor da expedição do oficio conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. Cuiabá - MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Marya Santana de Souza Gestora Judiciária _____ _____ _____ _____ SEDE DO JUÍZO DA 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: Rua Des. Milton Ferreira Mendes, S/Nº, Centro Político Administrativo, Cidade: Cuiabá - MT - CEP: 78.049-905.

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1013610-82.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. A. M. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
S. A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SALOMAO ABE OAB - MS18930 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1013610-82.2018.8.11.0041 Ação: Modificação de Guarda de menor c/c pedido de tutela provisória de urgência c/c exoneração, fixação de alimentos e regulamentação de visita. Vistos, etc... Trata-se de Ação de Modificação de Guarda de menor c/c pedido de tutela provisória de urgência c/c exoneração, fixação de alimentos e regulamentação de visita proposta por Sandra Alves Martins em face de Salomão Abe, ambos qualificados nos autos, sob o argumento, em síntese, de que foi casada com o Requerido por 10 (dez) anos e que desta relação adveio o nascimento do adolescente Rickson Martins Abe, em 16/01/2004, e de Leila Karoliny Martins Abe, esta maior e capaz. Informa que após o fim do casamento, o Requerido ingressou com ação de guarda c/c alimentos, na qual ficou determinada a guarda compartilhada do menor, com residência fixa na residência do genitor, e a Requerente teria o direito de visitas, conforme sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Porã/MS. Esclarece que desde dezembro de 2017 o adolescente veio a esta Capital para passar as férias com a genitora e se recusa a voltar para a casa do genitor, alegando que a convivência com o pai e com a madrasta não é boa. Além disso, a Requerente com o intuito de não prejudicar seu filho na vida escolar, matriculou o mesmo na escola Evangélica Missionário Gunnar Vingren, nesta Capital. Salienta que a Requerente é vendedora autônoma, sendo assim seus horários são flexíveis, de forma que terá a oportunidade de cuidar do filho, podendo lhe oferecer melhores condições e dispondo o carinho e atenção necessários. Assim, pede a procedência do pedido, bem como seja o Requerido condenado no pagamento das custas processuais e nos honorários advocatícios de sucumbência, conforme o artigo 85, parágrafo 2º, do CPC., em nome da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. Instruiu o pedido com os documentos necessários a propositura da ação. Por decisão, foi deferida parcialmente a tutela requerida, mantendo-se a guarda compartilhada, modificando-se, provisoriamente, a fixação da residência do adolescente, que passou a ser com a Requerente/mãe, bem como foi determinada outras providências, Id n. 13836439. Realizada audiência, Id n. 15275941, restou prejudicada a tentativa de conciliação, em razão do não comparecimento do Requerido, o qual não se tinha notícia se foi citado e intimado, uma vez que não havia sido devolvida a carta precatória. O d. patrono da Requerente requereu fosse oficiado o Juízo deprecado solicitando a devolução da carta precatória com as informações pertinentes quanto ao seu cumprimento. Requereu, ainda, fosse apreciada, em caráter de urgência, a petição de Id n. 14201175 (fixação provisória da obrigação alimentar), uma vez que o adolescente já reside com sua genitora desde o mês de janeiro/2018 e o Requerido não presta qualquer auxílio ao mesmo, restando à Requerente todas as despesas do seu filho. Em seguida, foi fixado, provisoriamente, alimentos no valor de 80% (oitenta por cento) do salário mínimo, ressaltando que o mesmo seria devido a partir da citação e deveria ser depositado até o dia 10 (dez) de cada mês na Conta bancária indicada, de titularidade da Requerente. Quanto ao pedido referente à carta precatória, foi determinada a expedição de ofício solicitando a devolução da mesma, independentemente do cumprimento. O Requerido foi citado e intimado, Id n. 15380566, pág. 6. Certidão de decurso de prazo acostada sob o Id n. 19446575. A Requerente manifestou no Id n. 20955196 requerendo a procedência dos pedidos postos na inicial. Parecer ministerial acostado sob o Id n. 21964119. Relatei. Fundamento e decido. Primeiramente, verifica-se que o Requerido citado e intimado, nada manifestou nos autos, Id n. 19446575. Dessa forma, decreto sua revelia. No mais, cumpre observar, ainda, que sob o prisma processual, vale ressaltar que o artigo 344 do CPC estabelece que: “Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor”. No caso presente, não sendo contestada a ação, presume-se que o Requerido, concordou com o pedido, incidindo assim, os efeitos da revelia. Diante dos fatos, constato que deve ser promovido o julgamento antecipado da lide. A doutrina e jurisprudência pátria, a despeito de julgados e opiniões em sentido contrário, admitem o julgamento antecipado, quando o Requerido não contesta a ação. Veja-se: “Constantes dos autos elementos de prova documental suficientes para formar o convencimento do julgador, inocorre cerceamento de defesa se julgada antecipadamente a controvérsia” (STJ 4ª Turma, Ag. 14.952-DF-AgRg, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 4.12.91)”. Com relação a modificação da guarda, verifica-se do documento de Id n. 13278676 que a guarda do filho foi deferida, por sentença, em favor do pai/Requerido, vindo, as partes, posteriormente, a entabular acordo sobre os alimentos e direito de visitas, Id n. 13278676. Todavia, conforme noticiado nos autos, o adolescente após vir passar as férias com a genitora/Requerente, não quis mais retornar ao lar paterno, o qual reside na Comarca de Ponta Porã/MS. Da análise dos autos, diante dos documentos acostados com a inicial, principalmente dos comprovantes de mensalidade escolar e o contrato da escola do adolescente, Id n. 13278676, pág. 07/14, aliada à revelia do Requerido, constato que dão conta que o menor está sob os cuidados da Requerente, de modo que,

presentes os requisitos autorizadores para o acolhimento do pedido de modificação da guarda na forma pretendida pela Requerente. Além do mais, convém ressaltar que o estabelecimento da guarda compartilhada é a forma preferencial em todas as situações em que for possível e não se mostre prejudicial para a criança, isso porque, a essência desta modalidade de guarda é o compartilhamento de responsabilidades entre os pais, devendo, para, tanto, ser fixada/definida a residência do filho. Dessa forma, considerando que o Requerido nada manifestou nos autos, leva a entender que o mesmo não possui interesse na guarda do filho e tampouco que o mesmo resida em sua companhia. Assim, para fins de se atender aos interesses do adolescente, fixo a guarda compartilha, determinando a residência do filho/adolescente com a mãe/Requerente. Aliás, no trato da questão ora enfocada, tem sido esta a orientação da jurisprudência: "Em relação à guarda dos filhos, o que prepondera é o interesse destes e não a pretensão do pai ou da mãe". (TJMT – AI 11.583 – Classe II – 15 – Capital – 2ª C.Cív. – Rel. Des. Odiles Freitas Souza – J. 23.05.2000) Em relação as visitas paternas, considerando que as partes residem em estados/comarcas diversas fixo o direito de convivência/visitação paterna, de forma livre, quando o pai/Requerido se deslocar para esta Comarca de Cuiabá/MT, devendo o mesmo avisar com antecedência. Fixo, ainda, o período de convivência/visitação na metade das férias escolares de julho e janeiro, devendo o pai/Requerido arcar com as custas de deslocamento do adolescente/filho. Diante do acima decidido, considerando que a Requerente assumiu obrigação alimentar enquanto o filho residia com o Requerido, Id n. 13278676, exonero-a do pagamento ao filho de qualquer valor a título de alimentos. No que tange aos alimentos devidos pelo Requerido, o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros, conforme estabelece o nosso Código Civil, no seu artigo 1.696. A certidão de nascimento acostada aos autos faz prova insofismável da relação de parentesco existente entre as partes, nascendo daí o impostergável direito aos alimentos pretendidos. Quanto ao valor dos alimentos, cumpre esclarecer que o Código Civil, nos arts. 1.694, §1º, e 1.695, somente delineia um norte para a fixação do quantum alimentar, fornecendo ao juiz algumas ferramentas que direcionam acerca da aplicação do trinômio: proporcionalidade/ necessidade/possiblidade. Aliás, sobre o tema, discorre Maria Berenice Dias: A regra para a fixação (CC 1694 §1º e 1695) é vaga e representa apenas um standard jurídico. Dessa forma, abre-se ao juiz um extenso campo de ação, capaz de possibilitar o enquadramento dos mais variados casos individuais. Para definir valores, há que se atentar ao dogma que norteia a obrigação alimentar: o principio da proporcionalidade. Esse é o vetor para a fixação dos alimentos. (...) Tradicionalmente, invoca-se o binômio necessidade- possibilidade, ou seja, perquirem-se as necessidades do alimentando e as possibilidades do alimentante para estabelecer o valor da pensão. No entanto, essa mensuração é feita para que se respeite a diretriz da proporcionalidade. Por isso se começa a falar, com mais propriedade, em trinômio:proporcionalidade-possibilidade-necessidade. (In Manual de Direito das Famílias. Maria Berenice Dias. 8 e. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, páginas 552/553). No caso, a obrigação de alimentar deve ser baseada nas condições sociais da pessoa que tem direito a alimentos, devendo-se considerar, também, a capacidade financeira do alimentante, para que não ocorra o desfalque do seu próprio sustento, a fim de reduzir eventuais excessos. Dito isto, considerando a idade do adolescente, (15 anos, Id n. 13278670, pág. 7) e, ainda, o fato de não haver nos autos elementos de prova sobre os rendimentos do Requerido ou vínculo empregatício, entendo que o valor dos alimentos fixados provisoriamente, 80% (oitenta por cento) do salário mínimo, Id n. 15275941, deverá ser convertido em definitivo por ser adequado para a situação dos autos, possibilitando a satisfação das necessidades mínimas do adolescente e o adimplemento por parte do Requerido. Além disso, qualquer das partes pode buscar a revisão do valor fixado oportunamente, na forma da lei, mediante regular instrução processual para a prova da eventual mudança da condição socioeconômica dos litigantes. Pelo exposto e mais que dos autos consta, julgo o processo com resolução de mérito e o faço para acolher, em parte, o pedido formulado na ação pela Requerente, com fundamento no artigo. 487, I, do Código de Processo Civil, nos termos acima decidido, em relação a guarda, fixação de residência, direito de convivência/visitação, exoneração do pagamento de alimentos e fixação de alimentos. Registro que se o Requerido possuir vínculo empregatício e for informado nos autos, o valor dos alimentos de 80% (oitenta por cento) do salário mínimo passará a ser pago mediante desconto em folha de pagamento, inclusive sobre o 13º salário e verbas rescisórias, quando houver, e depositado na conta bancária indicada nos autos, Id n. 15275941, ficando, desde já, autorizada a expedição de ofício para desconto e crédito dos alimentos. Condeno o Requerido nas custas e despesas processuais, bem como nos honorários advocatícios no valor de R$ 2.000,00, (um mil e quinhentos reais), art. 85, § 2º do Código de Processo Civil, uma vez que não houve pretensão resistida. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, arquivem-se, com as cautelas de estilo, anotações e baixas necessárias. P.I.C.

Despacho Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1007424-43.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUZINETH CONCEICAO SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER DE LIMA SANTOS OAB - MT10669/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FELICIANA COELHO E CONCEICAO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA ALMEIDA GIRALDELLI OAB - MT22761-O (ADVOGADO(A))
BRUNO CARVALHO DE SOUZA OAB - MT19198-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GILPERES FERNANDES DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Processo nº. 1007424-43.2018.8.11.0041 Ação: Interdição com pedido de curatela provisória em tutela de urgência. Vistos, etc... Diante do solicitado no parecer ministerial de Id n. 27037950, atente-se a Secretaria Judicial para providenciar a intimação do Ministério Público somente após a intimação e manifestação das partes. Sendo assim, diante da juntada de Id n. 24755388 (Laudo Técnico Psiquiátrico), manifestem-se as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, e, após, ouça o d. representante do Ministério Público. Em seguida, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

5ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1010067-71.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIA MARIA DE ARRUDA SILVA (REQUERENTE)
CELIA SERGINA ARRUDA DA SILVA (REQUERENTE)
JORGE LUIS ARRUDA SILVA (REQUERENTE)
ALBERTO JUNIOR DE ARRUDA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESDRAS SIRIO VILA REAL OAB - MT8364-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDVAL NUNES DA SILVA (INVENTARIADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação da parte autora para em 2 dias retirar documento. Após esse prazo os autos serão arquivados. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1002313-78.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. O. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VANIA MARIA CARVALHO OAB - MT7931-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. H. O. S. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Vistos, etc. Certifique-se quanto a publicação da intimação via edital (ID n.º 17551957). Em seguida, intimem-se as partes. Por fim, conclusos para Sentença. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 23 de outubro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0008710-88.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA EVANGELISTA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA A M FANAIA OAB - MT10439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOACI JUNIOR ALVES DA SILVA FERREIRA (REQUERIDO)
ESPOLIO DE JOACI ALVES FERREIRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO BATIGA DE MENEZES OAB - MT6943-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0008710-88.2009.8.11.0041. REQUERENTE: MARIA EVANGELISTA FERREIRA REQUERIDO: ESPOLIO DE JOACI ALVES FERREIRA, JOACI JUNIOR ALVES DA SILVA FERREIRA Vistos, etc. Tendo em vista requerimento de Id. 25132285, intime - se o herdeiro Joaci Junior para se manifestar nos presentes autos, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, volte os autos conclusos. Intime - se. Cumpra - se. CUIABÁ, 01 de novembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1013378-70.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. F. D. A. P. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HELIO TEIXEIRA LACERDA OAB - MT15283-O (ADVOGADO(A))
SYRHAM MARIA DE ARRUDA REINDEL FONSECA OAB - MT20809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. G. G. T. P. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ILDEVAN PIETRO GOMES LUZARDO PIZZA OAB - MT19679/O (ADVOGADO(A))
JOSE PETAN TOLEDO PIZZA OAB - TO2553-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013378-70.2018.8.11.0041. AUTOR(A): LETTICIA FABIOLA DE ARRUDA PINTO RÉU: AQUILES GUSTAVO GOMES TOLEDO PIZZA Vistos, etc. Intime-se a parte Exequente, para apresentar planilha atualizada do débito no prazo de 05 (cinco) dias. Ressalto que o Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento do mandado deverá observar o disposto no art. 212, § 2º do CPC. Desde já autorizo a citação por hora certa, desde que presentes seus requisitos. Com os cálculos nos autos, nos termos do artigo 528 do Novo Código de Processo Civil, intime-se o devedor para, em 03 (três) dias, efetuar o pagamento das prestações alimentícias vencidas constantes na planilha apresentada pela parte Exequente, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Se não pagar, não provar que efetuou, ou em caso de não restar comprovada a impossibilidade absoluta do adimplemento por meio da justificativa (art. 528, § 2º, NCPC), além de ser protestado o pronunciamento judicial (art. 528, § 1º, NCPC) ser-lhe-á decretada a prisão pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses (art. 528, § 3º, NCPC), salientando ao devedor que o cumprimento da pena não o exime do pagamento das prestações vencidas e vincendas (art. 528, § 7º, NCPC). Caso o devedor pague as prestações, fica suspensa a ordem de prisão, ou se expedirá alvará de soltura, conforme a hipótese. Advirta o devedor que o cumprimento da pena de prisão civil não elide o débito, podendo, eventualmente, o Ministério Público ser cientificado dos indícios da prática do crime de abandono material (art. 532 do NCPC). Tendo sido juntada a certidão do Senhor Oficial de Justiça nos autos, intime-se a parte exequente, para requerer o que entender de direito no prazo 05 (cinco) dias. Com os cálculos nos autos, cumpra-se Cientifique-se a parte Exequente que seu silêncio será presumido como quitação integral do débito. Por fim, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 05 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1013378-70.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L. F. D. A. P. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HELIO TEIXEIRA LACERDA OAB - MT15283-O (ADVOGADO(A))
SYRHAM MARIA DE ARRUDA REINDEL FONSECA OAB - MT20809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. G. G. T. P. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ILDEVAN PIETRO GOMES LUZARDO PIZZA OAB - MT19679/O (ADVOGADO(A))
JOSE PETAN TOLEDO PIZZA OAB - TO2553-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013378-70.2018.8.11.0041. AUTOR(A): LETTICIA FABIOLA DE ARRUDA PINTO RÉU: AQUILES GUSTAVO GOMES TOLEDO PIZZA Vistos, etc. Intime-se a parte Exequente, para apresentar planilha atualizada do débito no prazo de 05 (cinco) dias. Ressalto que o Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento do mandado deverá observar o disposto no art. 212, § 2º do CPC. Desde já autorizo a citação por hora certa, desde que presentes seus requisitos. Com os cálculos nos autos, nos termos do artigo 528 do Novo Código de Processo Civil, intime-se o devedor para, em 03 (três) dias, efetuar o pagamento das prestações alimentícias vencidas constantes na planilha apresentada pela parte Exequente, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Se não pagar, não provar que efetuou, ou em caso de não restar comprovada a impossibilidade absoluta do adimplemento por meio da justificativa (art. 528, § 2º, NCPC), além de ser protestado o pronunciamento judicial (art. 528, § 1º, NCPC) ser-lhe-á decretada a prisão pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses (art. 528, § 3º, NCPC), salientando ao devedor que o cumprimento da pena não o exime do pagamento das prestações vencidas e vincendas (art. 528, § 7º, NCPC). Caso o devedor pague as prestações, fica suspensa a ordem de prisão, ou se expedirá alvará de soltura, conforme a hipótese. Advirta o devedor que o cumprimento da pena de prisão civil não elide o débito, podendo, eventualmente, o Ministério Público ser cientificado dos indícios da prática do crime de abandono material (art. 532 do NCPC). Tendo sido juntada a certidão do Senhor Oficial de Justiça nos autos, intime-se a parte exequente, para requerer o que entender de direito no prazo 05 (cinco) dias. Com os cálculos nos autos, cumpra-se Cientifique-se a parte Exequente que seu silêncio será presumido como quitação integral do débito. Por fim, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 05 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1001970-19.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. D. R. J. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALYNNSON CORREA FERNANDES OAB - MT0019481A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
E. Z. R. (REQUERIDO)
N. G. Z. (REQUERIDO)
D. Z. R. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALINE PINHEIRO BASILIO SILVA OAB - MT18882-O (ADVOGADO(A))
LUIZE CALVI MENEGASSI CASTRO OAB - MT13700-O (ADVOGADO(A))
EMILIA CARLOTA GONCALVES VILELA OAB - MT13206-O (ADVOGADO(A))
BRUNO OLIVEIRA CASTRO OAB - MT9237-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1001970-19.2017.8.11.0041. REQUERENTE: JOSE DERLI ROSA JUNIOR REQUERIDO: NAYLA GERONIMO ZIMMER, ENZO ZIMMER ROSA, DAVI ZIMMER ROSA Vistos, etc. Observando se tratar de cumprimento de liminar de alimentos. Conforme descreve artigo 531 do Código de Processo Civil, in verbis: Art. 531. O disposto neste Capítulo aplica-se aos alimentos

definitivos ou provisórios. § 1o A execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados. § 2o O cumprimento definitivo da obrigação de prestar alimentos será processado nos mesmos autos em que tenha sido proferida a sentença. Determino que a parte autora distribua a ação de execução associada a esses autos. Com relação a petição de Id. 18482718, determino que a mesma seja riscada. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá-MT, 05 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0005960-45.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA EDERLI COUTINHO (REQUERENTE)
JOAO EDUARDO COUTINHO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMANTHA RONDON GAHYVA MARTINS OAB - MT9047-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE CARLOS ROBERTO CORREIA PINHEIRO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0005960-45.2011.8.11.0041. REQUERENTE: JOAO EDUARDO COUTINHO PEREIRA, EDNA EDERLI COUTINHO REQUERIDO: ESPOLIO DE CARLOS ROBERTO CORREIA PINHEIRO Vistos, etc. Acolho cota do representante do Ministério Público de Id. 24949959, intime – se a inventariante para juntar aos autos certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais, devidamente emitida pelas respectivas Procuradorias. Intime – se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar—se nos autos; Após, dê – se nova vistas ao representante do Ministério Público e por fim, volte os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 06 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0041589-07.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
O. A. P. D. O. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZETE BAGATELLI GONCALVES OAB - MT5932-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. P. D. O. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
A. B. S. D. O. E. F. (ESPÓLIO)
R. P. D. O. F. (ESPÓLIO)
S. C. S. D. O. A. (ESPÓLIO)
Rodrigo Pouso Miranda OAB - MT12333-O (ADVOGADO(A))
C. P. D. O. (ESPÓLIO)
E. M. D. O. C. D. C. (ESPÓLIO)
B. P. D. (HERDEIRO)
FABRICIO TORBAY GORAYEB OAB - MT6351-O (ADVOGADO(A))
M. E. D. O. F. (ESPÓLIO)
YOLANDA OLIVEIRA DE AMORIM OAB - MT8947-O (ADVOGADO(A))
E. D. D. O. V. (ESPÓLIO)
Y. O. D. A. (ESPÓLIO)
ELIZETE BAGATELLI GONCALVES OAB - MT5932-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0041589-07.2016.8.11.0041. REQUERENTE: OLINTO AURINO PEREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO: RAIMUNDO PEREIRA DE OLIVEIRA Vistos, etc. Determino a intimação dos herdeiros para manifestar em relação ao pedido do Id nº 25197723, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra – se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0041589-07.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
O. A. P. D. O. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZETE BAGATELLI GONCALVES OAB - MT5932-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. P. D. O. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
A. B. S. D. O. E. F. (ESPÓLIO)
R. P. D. O. F. (ESPÓLIO)
S. C. S. D. O. A. (ESPÓLIO)
Rodrigo Pouso Miranda OAB - MT12333-O (ADVOGADO(A))
C. P. D. O. (ESPÓLIO)
E. M. D. O. C. D. C. (ESPÓLIO)
B. P. D. (HERDEIRO)
FABRICIO TORBAY GORAYEB OAB - MT6351-O (ADVOGADO(A))
M. E. D. O. F. (ESPÓLIO)
YOLANDA OLIVEIRA DE AMORIM OAB - MT8947-O (ADVOGADO(A))
E. D. D. O. V. (ESPÓLIO)
Y. O. D. A. (ESPÓLIO)
ELIZETE BAGATELLI GONCALVES OAB - MT5932-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0041589-07.2016.8.11.0041. REQUERENTE: OLINTO AURINO PEREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO: RAIMUNDO PEREIRA DE OLIVEIRA Vistos, etc. Determino a intimação dos herdeiros para manifestar em relação ao pedido do Id nº 25197723, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra – se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0041589-07.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
O. A. P. D. O. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZETE BAGATELLI GONCALVES OAB - MT5932-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. P. D. O. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
A. B. S. D. O. E. F. (ESPÓLIO)
R. P. D. O. F. (ESPÓLIO)
S. C. S. D. O. A. (ESPÓLIO)
Rodrigo Pouso Miranda OAB - MT12333-O (ADVOGADO(A))
C. P. D. O. (ESPÓLIO)
E. M. D. O. C. D. C. (ESPÓLIO)
B. P. D. (HERDEIRO)
FABRICIO TORBAY GORAYEB OAB - MT6351-O (ADVOGADO(A))
M. E. D. O. F. (ESPÓLIO)
YOLANDA OLIVEIRA DE AMORIM OAB - MT8947-O (ADVOGADO(A))
E. D. D. O. V. (ESPÓLIO)
Y. O. D. A. (ESPÓLIO)

ELIZETE BAGATELLI GONCALVES OAB - MT5932-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0041589-07.2016.8.11.0041. REQUERENTE: OLINTO AURINO PEREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO: RAIMUNDO PEREIRA DE OLIVEIRA Vistos, etc. Determino a intimação dos herdeiros para manifestar em relação ao pedido do Id nº 25197723, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra – se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1021624-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. F. M. R. (REQUERENTE)
J. A. P. R. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE AVILA ALMEIDA GAMA MARTINS OAB - MT14442-B (ADVOGADO(A))
MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE OAB - MT8942-O (ADVOGADO(A))
MAURICIO AUDE OAB - MT4667-O (ADVOGADO(A))
CAIME SHIMAZAKI FOSS OAB - MT26399/O (ADVOGADO(A))
LIONAY LOPES FIGUEIREDO OAB - MT21323-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente Impulsiono o feito com intimação do Patrono da Parte autora para que no prazo de 05 (cinco) dias, recolha a Diligência do Senhor Oficial de Justiça. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 .

Ato Ordinatório Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1037927-47.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. D. A. C. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALES SALES OAB - MT20768/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
V. B. S. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO CESAR FADUL OAB - MT4541-B (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO C/C PARTILHA DE BENS, ALIMENTOS E ALTERAÇÃO DE NOME ajuizada por CLEUZA DE ANDRADE CÂMARA SIQUEIRA em face de VALDECIR BATISTA SIQUEIRA. Analisando o termo de audiência juntado no ID n.º 16986746 verifico que a presente demanda foi remetida a esse Juízo por existir a Ação de Divórcio Litigioso, Processo n.º 1020627-09.2017.8.11.0041, ajuizada por Valdecir Batista Siqueira em face de Cleuza de Andrade Câmara Siqueira. Os autos em análise devem ser extintos por litispendência, por reproduzir o objeto da ação ajuizada pelo Senhor Valdecir Batista Siqueira. Isso porque na Ação de Divórcio Litigioso, Processo n.º 1020627-09.2017.8.11.0041, não obstante o objeto inicial ser apenas o divórcio, a Senhora Cleuza de Andrade Camara Siqueira apresentou contestação e reconvenção com a mesma pretensão inicial desses autos. O artigo 337 do Código de Processo Civil e seus parágrafos, cuida de definir a hipótese de Litispendência, expressando que esta ocorre quando se repete uma ação que está em curso. Para tanto, necessário é que sejam idênticas, o que ocorre quando têm as mesmas Partes, Causa de Pedir e Pedido. Assim, havendo identidade de Partes, Causa de Pedir e Pedido, sendo a presente ação ajuizada em data posterior à Ação de Divórcio Litigioso, Processo n.º 1020627-09.2017.8.11.0041, em trâmite perante esse Juízo, forçoso reconhecer a incidência de Litispendência. Isto Posto, RECONHEÇO A LITISPENDÊNCIA (ART. 485, V, DO C.P.C.) dos presentes autos (Ação de Divórcio c/c Partilha de Bens, Alimentos e Alteração de Nome, Processo n.º 1037927-47.2018.8.11.0041), para que surtam seus jurídicos e legais efeitos. Cientifique-se o Ministério Público. Isento de custas, ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita (ID n.º 16451489). Deixo de condenar em verba honorária, por não ter ocorrido a estabilização processual. Transitado em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos, observando as cautelas necessárias. P.R.I.C. Cuiabá-MT, 05 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1015560-63.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
G. A. M. F. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCIS MEIRY MIRANDA DE OLIVEIRA OAB - 975.231.781-20 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
HENIO MACHADO FRANÇA (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc. A parte Autora requer a desistência da ação (ID n.º 18539861). Assim sendo, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA por parte da autora da presente ação, por Sentença (Artigo 485, VIII do CPC), extinguindo o feito Sem Resolução do Mérito, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos. Ciência ao Ministério Público. Isento de custas, pois concedo os benefícios da justiça gratuita. Deixo de condenar em verba honorária, ante a inexistência de litígio. Transitado em Julgado, arquive-se, procedendo com a devida baixa e anotação. P. R. I. C. Cuiabá-MT, 21 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000436-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO LUIS FERRARETO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO LUIS MENEGATTI OAB - PR57084 (ADVOGADO(A))
SANDRO MATTEVI DAL BOSCO OAB - PR33153 (ADVOGADO(A))
EDSON SILVA DE CAMARGO OAB - MT2054-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO PEDRO GONCALVES FERRARETO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDSON SILVA DE CAMARGO OAB - MT2054-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1000436-69.2019.8.11.0041. DELIBERAÇÕES Pelo MM. Juiz foi Sentenciado: Vistos, etc... HOMOLOGO o acordo realizado por ambas as partes (ID 22857456), por Sentença (Art. 487, III, “b” do CPC), em relação aos presentes autos, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos; exonerando o requerente da obrigação quanto ao pagamento de alimentos ao requerido, nos termos da petição inicial. Sem custas. Publicado em audiência. Transitado em Julgado, arquive-se se procedendo às devidas baixas e anotações. Oficie-se à Seção de Inativos e Pensionistas – 15º Brigada de Infantaria Mecanizada, na Rua Rio de Janeiro, n.º 299, Cascavel/PR, CEP: 85801-030 para que cesse com os descontos referentes à pensão alimentícia anteriormente fixada em folha de pagamento em nome do requerente. Cumpra-se. Luis Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 0004508-92.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLE CAMPANATI SILVA MOURA (REQUERENTE)
LUIZA FERREIRA MOURA (REQUERENTE)
ALINE COSTA FERREIRA (REQUERENTE)
CLOVIS CESAR COSTA MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA OAB - MT9779-O (ADVOGADO(A))
ELARMIN MIRANDA OAB - MT1895-O (ADVOGADO(A))
MARCELO DE OLIVEIRA OAB - MT11694-B (ADVOGADO(A))
YANA CHRISTINA EUBANK GOMES OAB - MT5495-O (ADVOGADO(A))
FABIANA CURI OAB - MT5038-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
TULIO HOSTILIO MARTINI MOURA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente impulsiono feito com intimação do Advogado ELARMIN MIRANDA, para que faça a distribuição da petição de id: 24888236, por dependência aos presentes autos, no prazo de 5 (cinco) dias. Após este prazo a petição será riscada dos autos, conforme determinação. Deverá ainda o referido advogado juntar o comprovante de distribuição nos presentes autos. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. WELLITOM OSORSKI GOULART Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ E INFORMAÇÕES: AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1034163-87.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. L. B. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JORDAN NAVES COSTA OAB - MT22545/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. D. S. P. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DELIBERAÇÕES Pelo MM. Juiz foi deliberado: Vistos, etc... Diante da ausência da parte autora e de seu Advogado, bem como a ausência justificada do representante do Ministério Público, motivo pelo qual resta prejudicada a presente audiência. Redesigno o presente ato para a data de 04/03/2020, às 13h30min. Intime-se a parte na pessoa de seu Advogado quanto da redesignação, bem como para que querendo apresente impugnação à contestação juntada aos autos (ID 26953527), no prazo legal. Sai intimado o requerido. Ciente a Defensoria Pública. Cientifique-se o Ministério Público. Cumpra-se.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1012105-90.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SIDNEY PINA MACIEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO MARTINS SORNA OAB - MT0019693A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc. Vistos, etc. Diante da manifestação da parte autora Id nº 23433564, informando que a autora não tem mais interesse na causa manifestando pela extinção, HOMOLOGO para que surtam seus jurídicos efeitos a desistência da ação, fazendo-o por sentença, nos termos do artigo 200, § único, do NCPC e, por consequência, JULGO EXTINTO o presente feito, sem decisão de mérito, com fulcro no artigo 485, VIII, do mesmo diploma legal. Sem custas, defiro a Justiça Gratuita. Cientifique-se o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se e cumpra-se. Após o prazo recursal, arquive-se, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Cuiabá - MT., 21 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 0029339-15.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
P. B. (AUTOR(A))
P. S. B. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUARES ANTONIO BATISTA DO AMARAL OAB - MT2638-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. P. D. F. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 0029339-15.2011.8.11.0041. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: PATRICIA SANTANA BUENO AUTOR(A): PATRICK BUENO ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: LAZARO PINTO DE FRANCA Vistos etc. Intime-se a requerente, na pessoa de seu Patrono,via DJE para manifestar nos autos, quanto o interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Cumpra-se. Cuiabá, 02 de dezembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1032969-52.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVANILDES DIAS LEITE (REQUERENTE)
SANDRA CRISTINA MARTINS (REQUERENTE)
FABIANE PEREIRA E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE SODRE ANDRADE OAB - MT15173/B (ADVOGADO(A))
RICARDO TURBINO NEVES OAB - MT12454-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO PEREIRA E SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1032969-52.2017.8.11.0041. REQUERENTE: FABIANE PEREIRA E SILVA, EVANILDES DIAS LEITE, SANDRA CRISTINA MARTINS REQUERIDO: FABIO PEREIRA E SILVA Vistos, etc. Intime - se a parte autora para se manifestar nos presentes autos, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra - se. CUIABÁ, 29 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1032969-52.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVANILDES DIAS LEITE (REQUERENTE)
SANDRA CRISTINA MARTINS (REQUERENTE)
FABIANE PEREIRA E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE SODRE ANDRADE OAB - MT15173/B (ADVOGADO(A))
RICARDO TURBINO NEVES OAB - MT12454-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO PEREIRA E SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1032969-52.2017.8.11.0041. REQUERENTE: FABIANE PEREIRA E SILVA, EVANILDES DIAS LEITE, SANDRA CRISTINA MARTINS REQUERIDO: FABIO PEREIRA E SILVA Vistos, etc. Intime - se a parte autora para se manifestar nos presentes autos, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra - se. CUIABÁ, 29 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz(a) de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1009541-41.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. M. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT15341-B (ADVOGADO(A))
ELIANE QUEIROZ DA SILVA SOARES OAB - MT20396-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
K. C. D. B. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009541-41.2017.8.11.0041. REQUERENTE: RODRIGO MIASHIRO ARAUJO REQUERIDO: KELLY CRISTINA DE BELEM Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA COM PEDIDO LIMINAR DE GUARDA PROVISÓRIA do menor impúbere ARTHUR BELEM ARAUJO interposto por RODRIGO MIASHIRO ARAÚJO em desfavor da genitora KELLY CRISTINA DE BELEM. Termo de audiência de conciliação, Id. 8281793, momento em que as partes entabularam acordo. O representante do Ministério Público opinou pela HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL do acordo entabulado em audiência, conforme ID 8281793, pelos requerentes, com base no disposto pelo inciso III, do artigo 487, do CPC, mediante a decretação da extinção do feito, com julgamento do mérito, Id. 8336538. É O RELATÓRIO. DECIDO. Cuida-se de AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA COM PEDIDO

LIMINAR DE GUARDA PROVISÓRIA do menor impúbere ARTHUR BELEM ARAUJO interposto por RODRIGO MIASHIRO ARAÚJO em desfavor da genitora KELLY CRISTINA DE BELEM. Pelo exposto e o que mais dos autos consta, HOMOLOGO (art. 487, III, "b", NCPC) o acordo realizado no ID n.º 8281793; e extinguindo a presente com resolução do mérito. Às providencias necessárias. Deixo de condenar em verba honorária, ante a inexistência de litígio. Após, certifique-se, e, posteriormente, arquive-se o processo, observando-se as formalidades legais, procedendo-se as anotações e baixas de estilo. P.R.I.C. Cuiabá-MT, 29 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1009541-41.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. M. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT15341-B (ADVOGADO(A))
ELIANE QUEIROZ DA SILVA SOARES OAB - MT20396-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
K. C. D. B. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009541-41.2017.8.11.0041. REQUERENTE: RODRIGO MIASHIRO ARAUJO REQUERIDO: KELLY CRISTINA DE BELEM Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA COM PEDIDO LIMINAR DE GUARDA PROVISÓRIA do menor impúbere ARTHUR BELEM ARAUJO interposto por RODRIGO MIASHIRO ARAÚJO em desfavor da genitora KELLY CRISTINA DE BELEM. Termo de audiência de conciliação, Id. 8281793, momento em que as partes entabularam acordo. O representante do Ministério Público opinou pela HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL do acordo entabulado em audiência, conforme ID 8281793, pelos requerentes, com base no disposto pelo inciso III, do artigo 487, do CPC, mediante a decretação da extinção do feito, com julgamento do mérito, Id. 8336538. É O RELATÓRIO. DECIDO. Cuida-se de AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA COM PEDIDO LIMINAR DE GUARDA PROVISÓRIA do menor impúbere ARTHUR BELEM ARAUJO interposto por RODRIGO MIASHIRO ARAÚJO em desfavor da genitora KELLY CRISTINA DE BELEM. Pelo exposto e o que mais dos autos consta, HOMOLOGO (art. 487, III, "b", NCPC) o acordo realizado no ID n.º 8281793; e extinguindo a presente com resolução do mérito. Às providencias necessárias. Deixo de condenar em verba honorária, ante a inexistência de litígio. Após, certifique-se, e, posteriormente, arquive-se o processo, observando-se as formalidades legais, procedendo-se as anotações e baixas de estilo. P.R.I.C. Cuiabá-MT, 29 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1009541-41.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. M. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT15341-B (ADVOGADO(A))
ELIANE QUEIROZ DA SILVA SOARES OAB - MT20396-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
K. C. D. B. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1009541-41.2017.8.11.0041. REQUERENTE: RODRIGO MIASHIRO ARAUJO REQUERIDO: KELLY CRISTINA DE BELEM Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA COM PEDIDO LIMINAR DE GUARDA PROVISÓRIA do menor impúbere ARTHUR BELEM ARAUJO interposto por RODRIGO MIASHIRO ARAÚJO em desfavor da genitora KELLY CRISTINA DE BELEM. Termo de audiência de conciliação, Id. 8281793, momento em que as partes entabularam acordo. O representante do Ministério Público opinou pela HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL do acordo entabulado em audiência, conforme ID 8281793, pelos requerentes, com base no disposto pelo inciso III, do artigo 487, do CPC, mediante a decretação da extinção do feito, com julgamento do mérito, Id. 8336538. É O RELATÓRIO. DECIDO. Cuida-se de AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA COM PEDIDO LIMINAR DE GUARDA PROVISÓRIA do menor impúbere ARTHUR BELEM ARAUJO interposto por RODRIGO MIASHIRO ARAÚJO em desfavor da genitora KELLY CRISTINA DE BELEM. Pelo exposto e o que mais dos autos consta, HOMOLOGO (art. 487, III, "b", NCPC) o acordo realizado no ID n.º 8281793; e extinguindo a presente com resolução do mérito. Às providencias necessárias. Deixo de condenar em verba honorária, ante a inexistência de litígio. Após, certifique-se, e, posteriormente, arquive-se o processo, observando-se as formalidades legais, procedendo-se as anotações e baixas de estilo. P.R.I.C. Cuiabá-MT, 29 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1032659-12.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
F. S. G. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS HENRIQUE MULLER PIROVANI OAB - MT19460-O (ADVOGADO(A))
ANA ELIZABETH SOARES DA SILVA ESPIGARES OAB - MT21312/O (ADVOGADO(A))
ANTONIO HORACIO DA SILVA NETO OAB - AM10740-A (ADVOGADO(A))
HENRIQUE NELSON CALANDRA OAB - SP37780 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P. D. B. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO DAYAN DA LUZ BARROS OAB - MT11407-O (ADVOGADO(A))
LUIZ GONÇALO DA SILVA OAB - MT4265-O (ADVOGADO(A))
MARIO FERNANDO DA SILVA CASTILHO OAB - MT10393-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
M. P. D. E. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1032659-12.2018.8.11.0041. REQUERENTE: FLAVIA SALEM GONCALVES REQUERIDO: PERSIO DOMINGOS BRIANTE Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL interposto por FLÁVIA SALEM GONÇALVES e PÉRSIO DOMINGOS BRIANTE. O processo foi devidamente sentenciado, Id. 16806469. Com o transito em julgado, conforme certidão emitida pelo Gestor Judiciário no Id. 18799012. Ocorre que as partes requereram o desarquivamento dos autos, pois realizaram um novo ajuste de partilha de bens extrajudicialmente, onde dispuseram de forma minuciosa sobre a divisão de seus bens e outras avenças necessária e requereram a homologação judicial do presente acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, Id. 25489566. O representante do Ministério Público opinou pela decretação da extinção do processo, com julgamento do mérito, nos moldes do art. 487, III, letra "b", do Código de Processo Civil, mediante o DEFERIMENTO das pretensões dos requerentes realizadas na respectiva petição inicial, para se homologar judicialmente ao acordo entabulado, Id. 26435730. É O RELATÓRIO. DECIDO. Cuida-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL interposto por FLÁVIA SALEM GONÇALVES e PÉRSIO DOMINGOS BRIANTE. Pelo exposto e o que mais dos autos consta, HOMOLOGO (art. 487, III, "b", NCPC) o acordo realizado no Id. 25498571, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o presente com resolução do mérito. Deixo de condenar em verba honorária, ante a inexistência de litígio. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e cumpra-se. Após, certifique-se, e, posteriormente, arquive-se o processo, observando-se as formalidades legais, procedendo-se as anotações e baixas de estilo. P.R.I.C. Cuiabá-MT, 25 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1032659-12.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
F. S. G. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS HENRIQUE MULLER PIROVANI OAB - MT19460-O (ADVOGADO(A))
ANA ELIZABETH SOARES DA SILVA ESPIGARES OAB - MT21312/O (ADVOGADO(A))

ANTONIO HORACIO DA SILVA NETO OAB - AM10740-A (ADVOGADO(A))
HENRIQUE NELSON CALANDRA OAB - SP37780 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P. D. B. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO DAYAN DA LUZ BARROS OAB - MT11407-O (ADVOGADO(A))
LUIZ GONÇALO DA SILVA OAB - MT4265-O (ADVOGADO(A))
MARIO FERNANDO DA SILVA CASTILHO OAB - MT10393-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
M. P. D. E. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1032659-12.2018.8.11.0041. REQUERENTE: FLAVIA SALEM GONCALVES REQUERIDO: PERSIO DOMINGOS BRIANTE Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL interposto por FLÁVIA SALEM GONÇALVES e PÉRSIO DOMINGOS BRIANTE. O processo foi devidamente sentenciado, Id. 16806469. Com o transito em julgado, conforme certidão emitida pelo Gestor Judiciário no Id. 18799012. Ocorre que as partes requereram o desarquivamento dos autos, pois realizaram um novo ajuste de partilha de bens extrajudicialmente, onde dispuseram de forma minuciosa sobre a divisão de seus bens e outras avenças necessária e requereram a homologação judicial do presente acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, Id. 25489566. O representante do Ministério Público opinou pela decretação da extinção do processo, com julgamento do mérito, nos moldes do art. 487, III, letra “b”, do Código de Processo Civil, mediante o DEFERIMENTO das pretensões dos requerentes realizadas na respectiva petição inicial, para se homologar judicialmente ao acordo entabulado, Id. 26435730. É O RELATÓRIO. DECIDO. Cuida-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL interposto por FLÁVIA SALEM GONÇALVES e PÉRSIO DOMINGOS BRIANTE. Pelo exposto e o que mais dos autos consta, HOMOLOGO (art. 487, III, “b”, NCPC) o acordo realizado no Id. 25498571, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o presente com resolução do mérito. Deixo de condenar em verba honorária, ante a inexistência de litígio. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e cumpra-se. Após, certifique-se, e, posteriormente, arquive-se o processo, observando-se as formalidades legais, procedendo-se as anotações e baixas de estilo. P.R.I.C. Cuiabá-MT, 25 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1032659-12.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
F. S. G. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS HENRIQUE MULLER PIROVANI OAB - MT19460-O (ADVOGADO(A))
ANA ELIZABETH SOARES DA SILVA ESPIGARES OAB - MT21312/O (ADVOGADO(A))
ANTONIO HORACIO DA SILVA NETO OAB - AM10740-A (ADVOGADO(A))
HENRIQUE NELSON CALANDRA OAB - SP37780 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P. D. B. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO DAYAN DA LUZ BARROS OAB - MT11407-O (ADVOGADO(A))
LUIZ GONÇALO DA SILVA OAB - MT4265-O (ADVOGADO(A))
MARIO FERNANDO DA SILVA CASTILHO OAB - MT10393-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
M. P. D. E. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1032659-12.2018.8.11.0041. REQUERENTE: FLAVIA SALEM GONCALVES REQUERIDO: PERSIO DOMINGOS BRIANTE Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL interposto por FLÁVIA SALEM GONÇALVES e PÉRSIO DOMINGOS BRIANTE. O processo foi devidamente sentenciado, Id. 16806469. Com o transito em julgado, conforme certidão emitida pelo Gestor Judiciário no Id. 18799012. Ocorre que as partes requereram o desarquivamento dos autos, pois realizaram um novo ajuste de partilha de bens extrajudicialmente, onde dispuseram de forma minuciosa sobre a divisão de seus bens e outras avenças necessária e requereram a homologação judicial do presente acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, Id. 25489566. O representante do Ministério Público opinou pela decretação da extinção do processo, com julgamento do mérito, nos moldes do art. 487, III, letra “b”, do Código de Processo Civil, mediante o DEFERIMENTO das pretensões dos requerentes realizadas na respectiva petição inicial, para se homologar judicialmente ao acordo entabulado, Id. 26435730. É O RELATÓRIO. DECIDO. Cuida-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL interposto por FLÁVIA SALEM GONÇALVES e PÉRSIO DOMINGOS BRIANTE. Pelo exposto e o que mais dos autos consta, HOMOLOGO (art. 487, III, “b”, NCPC) o acordo realizado no Id. 25498571, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o presente com resolução do mérito. Deixo de condenar em verba honorária, ante a inexistência de litígio. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e cumpra-se. Após, certifique-se, e, posteriormente, arquive-se o processo, observando-se as formalidades legais, procedendo-se as anotações e baixas de estilo. P.R.I.C. Cuiabá-MT, 25 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1032659-12.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
F. S. G. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS HENRIQUE MULLER PIROVANI OAB - MT19460-O (ADVOGADO(A))
ANA ELIZABETH SOARES DA SILVA ESPIGARES OAB - MT21312/O (ADVOGADO(A))
ANTONIO HORACIO DA SILVA NETO OAB - AM10740-A (ADVOGADO(A))
HENRIQUE NELSON CALANDRA OAB - SP37780 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P. D. B. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO DAYAN DA LUZ BARROS OAB - MT11407-O (ADVOGADO(A))
LUIZ GONÇALO DA SILVA OAB - MT4265-O (ADVOGADO(A))
MARIO FERNANDO DA SILVA CASTILHO OAB - MT10393-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
M. P. D. E. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1032659-12.2018.8.11.0041. REQUERENTE: FLAVIA SALEM GONCALVES REQUERIDO: PERSIO DOMINGOS BRIANTE Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL interposto por FLÁVIA SALEM GONÇALVES e PÉRSIO DOMINGOS BRIANTE. O processo foi devidamente sentenciado, Id. 16806469. Com o transito em julgado, conforme certidão emitida pelo Gestor Judiciário no Id. 18799012. Ocorre que as partes requereram o desarquivamento dos autos, pois realizaram um novo ajuste de partilha de bens extrajudicialmente, onde dispuseram de forma minuciosa sobre a divisão de seus bens e outras avenças necessária e requereram a homologação judicial do presente acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, Id. 25489566. O representante do Ministério Público opinou pela decretação da extinção do processo, com julgamento do mérito, nos moldes do art. 487, III, letra “b”, do Código de Processo Civil, mediante o DEFERIMENTO das pretensões dos requerentes realizadas na respectiva petição inicial, para se homologar judicialmente ao acordo entabulado, Id. 26435730. É O RELATÓRIO. DECIDO. Cuida-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL interposto por FLÁVIA SALEM GONÇALVES e PÉRSIO DOMINGOS BRIANTE. Pelo exposto e o que mais dos autos consta, HOMOLOGO (art. 487, III, “b”, NCPC) o acordo realizado no Id. 25498571, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o presente com resolução do mérito. Deixo de condenar em verba honorária, ante a inexistência de litígio. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e cumpra-se. Após, certifique-se, e, posteriormente, arquive-se o processo, observando-se as formalidades legais, procedendo-se as anotações e baixas de estilo. P.R.I.C. Cuiabá-MT, 25 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 0010807-17.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
S. D. A. (EXEQUENTE)

M. D. A. M. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
F. L. D. M. (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 0010807-17.2016.8.11.0041. EXEQUENTE: SARA DE ANDRADE, MATEUS DE ANDRADE MORAES EXECUTADO: FREDERICO LUIZ DE MORAES Vistos etc. Execução de Alimentos Trata-se de Ação de Execução de Alimentos tendo em vista a manifestação do Id nº 24498563 da parte autora, aduzindo não ser mais o executado devedor dos alimentos devidos, parecer do Ministério Público pela extinção Id nº 24498565, JULGO EXTINTO o presente feito, com fulcro no artigo 924, inciso II, do NCPC., fazendo-o por sentença, nos termos dos artigos 925 e 487, inciso III "a", ambos do mesmo estatuto legal. Sem custas por tratar-se de Justiça Gratuita. P. R. I. C. Cuiabá - MT, 10 de novembro de 2019. Luís Fernando Voto Kirche Juiz de Direito

6ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1045086-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TARCISIO FERNANDES DA SILVA (REQUERENTE)
MAURA FRANCISCA DA SILVA (REQUERENTE)
EDINEI FERNANDES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON SANABRIA CARVALHO OAB - MT6413-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO FERNANDES DA SILVA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS PROCESSO Nº 1045086-07.2019.8.11.0041 ESPÉCIE: [Inventário e Partilha] REQUERENTE: MAURA FRANCISCA DA SILVA, EDINEI FERNANDES DA SILVA, TARCISIO FERNANDES DA SILVA REQUERIDO: FRANCISCO FERNANDES DA SILVA INTIMANDOS: TERCEIROS INTERESSADOS FINALIDADE: INTIMAÇÃO DE EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS, dos termos do presente Inventário, para se manifestar nos autos, no prazo comum de 15 (quinze) dias, sobre as primeiras declarações apresentadas pelo(a) inventariante. RESUMO DA INICIAL: Trata-se do inventário dos bens deixados pelo(a) falecido(a) FRANCISCO FERNANDES DA SILVA. DECISÃO/DESPACHO: VISTOS, ETC. Trata-se de requerimento de Ação de Inventário e Partilha interposto por Maura Francisca da Silva, Tarcísio Fernando da Silva e Edinei Fernandes da Silva em razão dos bens deixados por Francisco Fernandes da Silva, todos qualificados nos autos. Pretendem os interessados a concessão dos benefícios da justiça gratuita, sob o fundamento de que não possuem condições de arcar com as custas do processo. Entretanto, nas ações de inventário deve-se levar em consideração, para a análise do requerimento de justiça gratuita, a capacidade financeira do espólio e não do inventariante ou herdeiros, vez que as custas processuais e demais despesas serão suportadas pelo próprio espólio. No caso dos autos, foi atribuído à causa o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), razão pela qual defiro, por ora, os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, com fundamento no artigo 98 do Código de Processo Civil, ressaltando que a isenção ora concedida abrange, além das custas, taxas, selos e despesas processuais, os honorários de advogado e peritos que atenderem os beneficiários. Outrossim, nos termos do art. 617, I do CPC/2015, nomeio a viúva do de cujus Maura Francisca da Silva, como inventariante, devendo prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias (art. 617, parágrafo único, do CPC/2015) e as primeiras declarações, no prazo de 20 (vinte) dias, em conformidade com o disposto no art. 620 do CPC/2015. Ressalto que as primeiras declarações deverão ser apresentadas pessoalmente pela inventariante ou, alternativamente, através de procurador com poderes especiais, nos termos do art. 618, III do CPC/2015. Na ocasião da apresentação das primeiras declarações, deverá a inventariante juntar aos autos a certidão de inexistência de testamento deixado pelo autor da herança, expedida pelo CENSEC – Centro Notarial de Serviços compartilhados, conforme determina o Provimento nº 56/2016 do CNJ. No mesmo prazo suso mencionado, deverão ser carreadas ao feito as certidões negativas de dívidas expedidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, todas em nome do extinto. Lado outro, analisando os autos, vislumbro que os interessados pleitearam a citação da Sra. Débora, via edital, por encontrar a mesma em lugar incerto e não sabido. No entanto, a citação por edital só pode ser deferida após realizadas todas as tentativas para localização da interessada, razão pela qual, empreendida pesquisa junto ao sistema conveniado ao TJMT (TRE), referida diligência restou infrutífera, consoante documento em anexo. Em decorrência, determino a intimação do inventariante para que, no interregno supra, traga ao feito o número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e data de nascimento da Sra. Débora Fernandes da Silva, bem assim outras informações que possibilitem a localização desta. Com o aporte das primeiras declarações, cite-se a Fazenda Pública, para, querendo, manifestar-se sobre as primeiras declarações, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos art. 626 e ss do Código Processo Civil. Publique-se edital, nos termos do art. 626, §1º do CPC. Às providências. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, analista judiciário, digitei. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019 Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiros Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1020182-54.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAELA MARIA DA SILVA DOS ANJOS (REQUERENTE)
LINDOSMAR DA SILVA ALVES (REQUERENTE)
EVA DA SILVA ALVES (REQUERENTE)
MAIANE KEISER MARIA DA SILVA DOS ANJOS (REQUERENTE)
CLEIDIANE MARIA DOS ANJOS ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA DEL ISOLA RAMOS FRANTZ OAB - MT10625-O (ADVOGADO(A))
ANDERSON NUNES DE FIGUEIREDO OAB - MT5324-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NIVALDO ALVES DOS ANJOS (INVENTARIADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, tendo em vista o teor da correspondência devolvida de ID 27248255, impulsiono os autos para intimar a parte Inventariante a fim de, no prazo legal, sobre ela se manifestar. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1001206-96.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OSCEMARIO FORTE DALTRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX DE LAURA DALTRO DE SOUZA OAB - MT16382-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA FORTE DALTRO (INVENTARIADO)
OSVALDO DA SILVA DALTRO (INVENTARIADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, tendo em vista as correspondências devolvidas de ID 27248929, impulsiono os autos para intimar a parte Inventariante a fim de, no prazo legal, sobre ela se manifestar. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1038220-17.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. M. M. (EXEQUENTE)
D. M. M. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE MATOS ROCHA OAB - 015.478.731-08 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. B. M. (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO PROCESSO n. 1038220-17.2018.8.11.0041 Valor da causa: 0,00 ESPÉCIE: [Alimentos] ->CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) POLO ATIVO: Nome: DIOGO MATOS MARCAL Endereço: RUA SANTO ANTONIO, 301, QUADRA P, PARQUE MARIANA, SAPEZAL - MT - CEP: 78000-000 Nome: DEBORA MATOS MARCAL Endereço: RUA SANTO ANTONIO, 301, QUADRA P, PARQUE MARIANA, SAPEZAL - MT - CEP: 78000-000 Nome: CRISTIANE MATOS ROCHA Endereço: RUA SANTO ANTONIO, 301, QUADRA P, PARQUE MARIANA, SAPEZAL - MT - CEP: 78000-000 POLO PASSIVO: Nome: AGMAR BATISTA MARCAL Endereço: RUA ARAGUANÃ, S/N, RODOVIA DEPUTADO EMANUEL PINHEIRO, KM 01, JARDIM ITAPUA, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-991 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA(S) PARTE AUTORA, acima qualificada, atualmente em local incerto e não sabido, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; CERTIDÃO: Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, com fundamento no art. 1.206, §4.º, da C.N.G.C., impulsiono estes autos para expedir mandado para intimação pessoal da parte autora/exeqüente, para no prazo de 5 (cinco) dias dar prosseguimento ao feito, praticando o ato que lhe compete, sob pena de extinção. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, LUIZ ALBERTO MACHADO JUNIOR, digitei. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2)Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1025401-14.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
D. A. D. R. (EXEQUENTE)
I. D. M. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KAMILLA MARIA MATIAS DA SILVA OAB - MT25032/O-O (ADVOGADO(A))
CARLOS ODORICO DORILEO ROSA JUNIOR OAB - MT13822-O (ADVOGADO(A))
KELBILA MAYARA BORGES DOS SANTOS OAB - MT25277-O (ADVOGADO(A))
MARIANA LIMA DE ALMEIDA OAB - MT24211-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. M. D. C. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Mariza Macedo de Castro OAB - MT12645-O (ADVOGADO(A))
SUZIANE DA SILVA LOPES OAB - MT0022307A (ADVOGADO(A))
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
ALAN DA SILVA SODRE DE CARVALHO OAB - MT26132-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ 1025401-14.2019.8.11.0041 Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, tendo em vista o cálculo de ID 27257032, em cumprimento à decisão de ID 26456416, impulsiono os autos para intimar as partes Exequente e Executada a fim de, querendo e no prazo legal, sobre ele se manifestarem. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1022068-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
G. P. G. M. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMIR ROSA GOMES OAB - MT11390-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. R. M. T. (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO ELZA YARA RIBEIRO SALES SANSAO PROCESSO n. 1022068-54.2019.8.11.0041 Valor da causa: R$ 188.000,00 ESPÉCIE: [Dissolução]->CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) POLO ATIVO: GLEICY PEREIRA GOMES MARTINS POLO PASSIVO: ANTONIO RONALDO MARTINS TEIXEIRA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA(S) PARTE AUTORA, acima qualificada, atualmente em local incerto e não sabido, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; CERTIDÃO: Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, ante a impossibilidade de intimação pessoal da parte autora, com fundamento art. 1.206, §4.º, da C.N.G.C., impulsiono os autos para expedir edital, com prazo de 20 (vinte) dias, de intimação da parte autora para dar prosseguimento ao feito praticando o ato que lhe compete, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, LUIZ ALBERTO MACHADO JUNIOR, digitei. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a)

Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2)Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1004334-27.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA NELI BIZERRA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO LUIS MARTINS BEZERRA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ EDITAL DE INTERDIÇÃO PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS PROCESSO Nº 1004334-27.2018.8.11.0041 ESPÉCIE: [Tutela e Curatela] CURADORA: MARIA NELI BIZERRA INTERDITADO: FRANCISCO LUIS MARTINS BEZERRA CAUSAS DA INTERDIÇÃO: Diagnosticado com quadro clínico compatível com Esquizofrenia Paranóide (CID 10 F20.0) LIMITES DA CURATELA: SUPRIR INCAPACIDADE RELATIVA, ASSISTINDO O(A) REQUERIDO(A) NOS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS. RESUMO DA SENTENÇA: ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado para o fim de SUBMETER À CURATELA Francisco Luiz Martins Bezerra, qualificado nos autos, por incapacidade civil relativa para exercer pessoalmente os atos da vida civil, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis. e, via de consequência, confirmo a liminar deferida nos autos. Por conseguinte, NOMEIO a Srª. Maria Neli Bizerra, mãe do curatelando, como sua CURADORA, o que faço com fundamento no artigo 1.775, §1º, do Código Civil, mediante termo de compromisso, incumbindo-se de assistir o curatelando (requerido) nos atos negociais, patrimoniais e/ou de mera administração (art. 85 da Lei 13.146/2015), além dos de natureza civil, bem como de promover tratamento de saúde adequado, observando, ainda, o disposto nos artigos 1.774 e 1.781, ambos do Código Civil. Por fim, DECLARO EXTINTO o feito, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na imprensa local 01 (uma) vez e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes com intervalos de 10 (dez) dias, constando o nome do curatelado e da curadora, bem assim as demais disposições constantes no artigo 755, §3º, do CPC/2015. Na sequência, lavre-se o ALVARÁ DE CURATELA, que deverá ser assinado pela Curadora. Após, expeça-se mandado ao Cartório de Registro Civil, para averbação à margem do assento de nascimento do curatelado, observando-se o disposto no artigo 29, inciso V e artigo 93, ambos da Lei n.º 6.015/73 (LRP). Custas pela parte requerente, suspensa, todavia, em razão dos benefícios da assistência judiciária gratuita concedida. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luiz Alberto Machado Júnior, Analista Judiciário, digitei. Cuiabá-MT, 2 de dezembro de 2019 Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1029677-59.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. D. L. B. T. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA BOM DESPACHO DE FIGUEIREDO CARVALHO OAB - MT23803/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
G. K. D. S. M. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
E. O. D. S. M. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
J. M. D. S. M. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
J. C. D. S. M. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUTH SANDRA DE OLIVEIRA BRITO OAB - MT4554/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ Certifico que o Recurso de Apelação de ID 27258595 é tempestivo. Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos para intimar a parte requerida/Apelada a fim de, no prazo legal, oferecer Contrarrazões. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente Carlos Henrique Saliés Ribeiro Gestor Judiciário

Varas Especializadas da Fazenda Pública

1ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1033188-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMILIO CASSIANO OSSANI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MONIQUE FACCIN VILELA OAB - MT17724-O (ADVOGADO(A))
CRISLAINE BALDO OAB - MT20510-O (ADVOGADO(A))
THALLES DE SOUZA RODRIGUES OAB - MT9784-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"No entanto, a decisão proferida foi clara, coerente e em atenção aos precedentes do STJ, tendo consignado dentre os fundamentos que "em cognição sumária dos fatos e das provas, evidencia-se que o requerente não demonstrou, de forma satisfatória (...)" Destaquei A pretensão do embargante é alterar a interpretação da decisão e não dentro dos parâmetros demarcados pelo art. 1022/CPC. Não demonstrou e nem citou nenhuma obscuridade, contradição ou omissão. Também não apontou eventual erro material. Portanto, o inconformismo com a decisão julgado deve ser questionado pela via processual adequada. Desse modo, rejeito os embargos de declaração. Às providências. Cumpra-se. Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057560-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES DE PAULA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO ANTONIO DE OLIVEIRA OAB - MT9225-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Diante do exposto, DEFIRO os benefícios na justiça gratuita à requerente na forma do artigo 1º da Lei n° 1.060/1950 c/c artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal. CITE-SE o requerido, na pessoa do seu representante legal (art. 242, § 3º c/c 247, III, ambos do CPC), para, querendo, no prazo legal, oferecer contestação (art. 335 c/c 183, § 1º e 2º, ambos do CPC), consignado às advertências legais. (...)"

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1058003-58.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NORIVAL COMANDOLLI (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ALEXANDRE SCHOFFEN OAB - MT10657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Coordenador do Cadastro Ambiental Rural da SEMA/MT (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Desta forma, com base nos arts. 2º e 4º da Resolução n° 03/2016/TP, RECONHEÇO a incompetência do Juízo para analisar e apreciar a matéria, e, por consequência lógica de causa e efeito, DETERMINO a remessa dos autos ao Juízo da Vara Especializada do Meio Ambiente de Cuiabá, com a urgência necessária. Às providências. Cumpra-se, com as baixas de estilo. Cuiabá, 06 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito".

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1057727-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENEIDES MARTINS DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: "Ante o exposto, presentes os requisitos legais, com base no artigo 1º da Lei n° 12.016/2009 c/c artigo 37 Lei nº 7.692/2002, CONCEDO parcialmente a medida LIMINAR e, por consequência de causa e efeito, determino a autoridade apontada como coatora, que promova a análise conclusiva do requerimento nº 179489/2019, formulado por ENEIDES MARTINS DA SILVA, dentro do prazo legal para apresentação das informações, pena de multa diária a ser fixada pelo Juízo. Notifique-se a autoridade coatora para, querendo, no prazo de até 10 (dez) dias, prestar as informações que entender convenientes (art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009), observado, ainda, o disposto no art. 7º, II, da Lei nº. 12.016/2009. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e ouça-se o ilustre representante do Ministério Público (artigo 12 da Lei nº. 12.016/2009). Após, conclusos. Às providências. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 06 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1057876-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MOINHO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - EPP (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ROBERTO GOUVEIA MARCHESI OAB - SP0370390A (ADVOGADO(A))
RICARDO DE OLIVEIRA LESSA OAB - MT19759/O (ADVOGADO(A))
ARTHUR GOUVEIA MARCHESI OAB - MT24896/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUPERINTENDENTE DE OUTRAS RECEITAS E CONTA CORRENTE DA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: "Nestas condições, presentes os requisitos do art. 7º, inciso III da Lei nº 12.016/2009, DEFIRO a liminar e, na forma do artigo 151, V do CTN, determino a imediata suspensão da exigibilidade da Taxa de Segurança contra Incêndio, instituída pela Lei Estadual n° 4.547/1982, pretérita e/ou futura, inseridas ou não no “conta corrente fiscal” da impetrante, e, todos os efeitos decorrentes, até julgamento do mérito, pena de multa diária. Notifique-se com urgência a autoridade coatora sobre o teor desta decisão, bem como, para, no prazo de até 10 (dez) dias, prestar as informações (art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009). Decorrido o prazo legal, com ou sem as informações, certifique-se e remetam-se os autos ao representante do Ministério Público, nos termos do art. 12, da Lei nº. 12.016/2009. Intime-se. Cumpra-se. Às providências. Cuiabá, 06 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1056943-50.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON MAGALHAES LONDON (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO MARTINS SORNA OAB - MT0019693A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIRETOR DETRAN MT (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: "Ante o exposto, INDEFIRO a liminar. Notifique-se a autoridade indicada como coatora para, querendo, no prazo de até 10 (dez) dias, prestar as informações que entender convenientes (art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009), observado, ainda, o disposto no art. 7º, II, da Lei nº. 12.016/2009. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, certifique-se e ouça-se o MP (artigo 12 da Lei nº. 12.016/2009). Após, conclusos. Às providências. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito".

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1058343-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDERSON DE ALMEIDA MATOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA FURTADO DE OLIVEIRA OAB - MT16755-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA (EXECUTADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"A competência do Juizado Especial da

Fazenda Pública - instalado na Comarca de Cuiabá em 05/12/2011 (Resolução n° 16/2011/PRES-TJMT) - é ABSOLUTA, seja por critério econômico ou material, conforme destacado no § 2º do art. 1º da Resolução n° 004/2014/TP c/c artigo 24 da Lei n° 12.153/2009. Desta forma, o valor atribuído à causa, qualidade das partes e as restrições previstas no §1º do art. 2º da Lei nº 12.153/2009, em obediência à Resolução nº 04/2014/TP e Ofício Circular n° 356/2018-DAPI/CGJ, RECONHEÇO a incompetência deste Juízo para analisar e apreciar a matéria, e, por consequência lógica de causa e efeito, DETERMINO a remessa dos autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá, com a urgência necessária. Às providências. Cumpra-se, com as baixas de estilo. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1057239-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANILO OLIVEIRA DE SOUZA (IMPETRANTE)
CAMILA OLIVEIRA DE SOUZA (IMPETRANTE)
MURILO OLIVEIRA SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO OLIVEIRA SOUZA OAB - MT0014689A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGENTE DE TRIBUTOS DA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: " Embora a jurisprudência sinalize para a extinção do processo na situação em que houver erro na indicação da autoridade coatora, hei por bem, oportunizar a impetrante, o prazo de até 15 (quinze) dias, para, querendo, promover a adequação da inicial, pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1058329-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMAM - EMULSOES E TRANSPORTES LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO BARBOSA DE SOUZA OAB - AM11041 (ADVOGADO(A))
PRISCILA LIMA MONTEIRO OAB - AM5901 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIO DA FAZENDA DO ESTADO MATO GROSSO (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Nestas condições, de passagem pelos fatos, por prudência e cautela, determino a impetrante, no prazo de até 15 (quinze) dias, querendo, promover a adequação da inicial ou ratificar se assim entender. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito".

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1057673-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DESTESA TERRA CONSTRUCOES LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS MARCIO RISSI MACEDO OAB - GO22703 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (IMPETRADO)
SUPERINTENDENTE DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS E SECRETÁRIA ADJUNTA DA ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DE MATO GROSSO - SINFRA (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: "Nestas condições, INDEFIRO o pedido liminar. Notifique-se a autoridade nominada como coatora, para, querendo, no prazo de até 10 (dez) dias, prestar as informações que entender convenientes, (art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009), observado disposto no art. 7º, II, da Lei nº. 12.016/2009. Decorrido o prazo com ou sem as informações, certifique-se e ouça-se o ilustre representante do Ministério Público (artigo 12 da Lei nº. 12.016/2009). Às providências. Cumpra-se. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito"

Intimação Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1058646-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
3LM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEVI MACHADO DE OLIVEIRA FILHO OAB - MT22467/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PREFEITURA DE CUIABA (REQUERIDO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:"Desta forma, considerada a matéria e qualidade das partes, em obediência à Resolução nº 023/2013/TP, RECONHEÇO a incompetência deste Juízo para analisar e apreciar a presente ação declaratória, e, por consequência lógica de causa e efeito, DETERMINO a remessa dos autos para a Vara Especializada da Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, com a urgência necessária. Às providências. Cumpra-se, com as baixas de estilo. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito".

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 870442 Nr: 9917-49.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PAULO ROBERTO ARAÚJO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILSON PEDROZA DE REZENDE - OAB:2924/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS - OAB:PROC. DO ESTADO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:PGE
PROCESSO: 9917-49.2014.811.0041 (cód. 870442)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: PAULO ROBERO ARAÚJO
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Processo em fase de liquidação de sentença (ilíquida) na forma do art. 510 do CPC (f. 233). O executado afirmou que não há nada a ser pago, pois em decorrência da reestruturação da carreira, houve para os servidores públicos a efetiva incorporação salarial e invocou a teoria da “liquidação zero” (f. 234/241). Juntou as cópias (f. 241v/311).
É a síntese.
Decido.
A tese do Executado não pode prosperar, pois, para concluir com segurança a existência de algum valor em benefício do exequente necessário à apuração através de “perícia contábil”.
Superada matéria preliminar, verifico que a realização de perícia contábil se faz necessária para aferir a (in) existência de defasagem salarial decorrente da implantação da URV.
Nestas condições, com base nos artigos 465 e 466 ambos do CPC e item

2.18.10, do Provimento nº 02/2009/CGJ, nomeio como perito judicial o contador GERSON FANAIA PEREIRA, endereço profissional Av. Haiti, 193, Apto 1803 - Ed Clarice Lispector - Jardim das Américas, Cuiabá, (65) 99981-0779, (65) 3023-5412, (65) 3023-5415, e-mail: fanaiar@terra.com.br, que servirá com zelo e cuidado, independentemente de compromisso.

Faculto à ambas as partes a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, § 1º do CPC). Ao Estado/executado determino ainda que no mesmo prazo, junte as fichas financeiras do exequente.

Nos termos do art. 470, II/CPC apresento quesitos do Juízo: 1. Por ocasião da restruturação, houve reposição, total ou parcial da defasagem apurada em razão da aplicação da Lei nº 8.880/1994? 2. Há defasagem pendente de incorporação? Em caso de confirmação, indicar detalhadamente o percentual e o valor devido.

Com respaldo na Resolução n° 232/2016/CNJ, fixo honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais).

Intime-se o perito judicial para, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar objetivamente sobre a nomeação e informar data e horário para a perícia técnica/contábil.

O laudo pericial deverá ser apresentado em até 10 (dez) dias a contar da realização da perícia técnica (art. 473/CPC).

Os assistentes técnicos ofertarão, caso queira(m), seus respectivos pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, contados da intimação das partes referente a apresentação do laudo (CPC, art. 477, § 1º).

No mesmo prazo, expeça-se a RPV em favor do PERITO JUDICIAL no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) referentes aos honorários periciais, para o executado (Estado/MT) efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, mediante depósito bancário na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de anuência tácita com sequestro de valores via Bacenjud.

Apresentado o laudo pericial e certificado o depósito pelo executado, expeça-se o alvará para levantamento do valor correspondente aos honorários periciais em favor do perito nomeado.

Expeça-se o necessário. Às providências.

Cuiabá, 06 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 835270 Nr: 40454-62.2013.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VICTOR SCAFF ALVES

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:NUCLEO CONS.

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Romero Duarte Suassuna Cavalcanti (Proc Estado do MT) - OAB:17376-B

PROCESSO: 40454-62.2013.811.0041 (cód. 835270)

ESPÉCIE: AÇÃO ORDINÁRIA

REQUERENTE: VICTOR SCAFF ALVES

REQUERIDOS: ESTADO DE MATO GROSSO

Vistos.

Trata-se de ação referente saúde pública (fornecimento de medicamento) na modalidade de prestação continuada.

Ante a natureza da causa, com base no que dispõe o art. 2º, segunda parte, da Resolução TJ-MT/OE nº 09/2019 e Portaria nº 29/2019, declino da competência jurisdicional para processar os presentes autos, em favor do Juízo da 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande, para onde os autos deverão ser remetidos com a urgência necessária.

Às providências.

Cumpra-se, com as baixas de estilo.

Cuiabá, 06 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 862827 Nr: 3901-79.2014.811.0041

AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): FUNDAÇÃO TERRA - DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO, CULTURAL E AMBIENTAL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RUBI FACHIN (PROCURADOR DO MUNICÍPIO) - OAB:3.799/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TATIANE CARLA GOMES DE CASTRO - OAB:10826/MT

REFERÊNCIA: 60/2009 - n.ú.3901-79.2014.811.0041 (cód. 862827)

ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: FUNDAÇÃO TERRA

EXECUTADO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença aforado por FUNDAÇÃO TERRA contra o MUNICÍPIO DE CUIABÁ. Embargos à Execução (autos apenso - cód. 862827) julgados procedentes (sentença f. 25/27), transitada em julgado. Contadoria judicial atualizou o crédito (f. 191). Concordância expressa da exequente (f. 193) e impugnação do executado (f. 194/198).

É a síntese.

Fundamento e Decido.

Na impugnação aos cálculos da contadoria, o ponto central da discordância reside no índice de atualização da correção monetária.

Entretanto, ao julgar o RE 870947 o STF afastou o uso da TR como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública e para o seu lugar, o índice adotado foi o IPCA-E, considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra pelo transcurso do lapso temporal. Em recente decisão (03.10.2019) a Suprema Corte rejeitou embargos declaratórios e não acolheu o pedido para modulação dos efeitos da decisão proferida.

Nestas condições, o cálculo oficial (f. 191) melhor se amolda ao atual e vigente entendimento jurisprudencial, em conformidade ao RE 870947.

Ante o exposto, indefiro a impugnação do município de Cuiabá (f. 194/198) aos cálculos da contadoria judicial.

Expeçam-se ofícios requisitórios conforme determinado na parte final da sentença (f. 25/27 autos em apenso), cópia f. 186/188.

Às providências. Cumpra-se.

Cuiabá, 06 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 857619 Nr: 59850-25.2013.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VILMA CAVALCANTE DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS CENTRAL MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS.

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS VINICIUS SILVÉRIO - OAB:OAB/MT 16.319

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PATRÍCIA CAVALCANTI ALBUQUERQUE (PROCURADORA MUNICIPAL) - OAB:7.892/MT

PROCESSO: 59850-25.2013.811.0041 (cód. 857619)

ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Embargos de Declaração)

EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ

Vistos.

Nos termos e fins colimados do art. 1.023, §2º do CPC, determino a intimação da embargada VILMA CAVALCANTE DA SILBA, para, querendo, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar sobre o teor dos Embargos Declaratórios opostos com pedido de efeitos infringentes (f. 251).

Expeça-se o necessário. Às providências.

Cumpra-se.

Cuiabá, 06 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 983707 Nr: 15682-64.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EDNUZIA BATISTA GUEDES

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE MANOEL GUEDES - OAB:OAB/MT 7089
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS EMILIO BIACHI NETO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB:
PROCESSO: 15682-64.2015.811.0041 (cód. 983707)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: EDNUZIA BATISTA GUEDES
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Tendo em vista a efetivação da ordem judicial (f. 343) conforme ato de nomeação publicado no DOE nº 27.637 (f. 352), intime-se a exequente, para, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar o interesse no prosseguimento da ação, pena de sintomático arquivamento.
Às providências. Cumpra-se.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 924611 Nr: 46237-98.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CÉLIA LÚCIA GARCIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCILENE CARNEIRO XAVIER - OAB:7956/MT, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS - PROC DO ESTADO - OAB:7718 - B/ MT
PROCESSO: 46237-98.2014.811.0041 (cód. 924611)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: CÉLIA LÚCIA GRACIA
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Processo em fase de liquidação de sentença (ilíquida) na forma do art. 510 do CPC (f. 368). O executado afirmou que não há nada a ser pago, pois em decorrência da reestruturação da carreira, houve para os servidores públicos a efetiva incorporação salarial e invocou a teoria da "liquidação zero" (f. 370/377) Juntou cópia de fichas financeiras e demais documentos (f. 378/456).
É a síntese.
Decido.
A tese do Executado não pode prosperar, pois, para concluir com segurança a existência de algum valor em benefício da exequente necessário à apuração através de "perícia contábil".
Superada matéria preliminar, verifico que a realização de perícia contábil se faz necessária para aferir a (in) existência de defasagem salarial decorrente da implantação da URV.
Nestas condições, com base nos artigos 465 e 466 ambos do CPC e item 2.18.10, do Provimento nº 02/2009/CGJ, nomeio como perito judicial o contador GERSON FANAIA PEREIRA, endereço profissional Av. Haiti, 193, apto 1803 - Ed Clarice Lispector - Jardim das Américas, Cuiabá, (65) 99981-0779, (65) 3023-5412, (65) 3023-5415, e-mail: fanaiar@terra.com.br, que servirá com zelo e cuidado, independentemente de compromisso.
Faculto às partes a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, § 1º do CPC).
Nos termos do art. 470, II/CPC apresento quesitos do Juízo: 1. Por ocasião da restruturação, houve reposição, total ou parcial da defasagem apurada em razão da aplicação da Lei nº 8.880/1994? 2. Há defasagem pendente de incorporação? Em caso de confirmação, indicar detalhadamente o percentual e o valor devido.
Com respaldo na Resolução n° 232/2016/CNJ, fixo honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais).
Intime-se o perito judicial para, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar objetivamente sobre a nomeação e informar data e horário para a perícia técnica/contábil.
O laudo pericial deverá ser apresentado em até 10 (dez) dias a contar da realização da perícia técnica (art. 473/CPC).
Os assistentes técnicos ofertarão, caso queira(m), seus respectivos pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, contados da intimação das partes referente a apresentação do laudo (CPC, art. 477, § 1º).
No mesmo prazo, expeça-se a RPV em favor do PERITO JUDICIAL no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) referentes aos honorários periciais, para o executado (Estado/MT) efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, mediante depósito bancário na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de anuência tácita com sequestro de valores via Bacenjud.
Apresentado o laudo pericial e certificado o depósito pelo executado, expeça-se o alvará para levantamento do valor correspondente aos honorários periciais em favor do perito nomeado.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 925062 Nr: 46533-23.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CÉLIA LÚCIA GARCIA, MARGARIDA DE ANDRADE
PARTE(S) REQUERIDA(S): PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCILENE CARNEIRO XAVIER - OAB:7956
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULYANA LANNES ANDRADE PROC MUNICIPIO - OAB:19398
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1056723 Nr: 49463-77.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AMAZON TEMPER INDÚSTRIA DE VIDROS TEMPERADOS LTDA, LUIZ EUGENIO BANTLE JÚNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES DE OUTRAS RECEITAS DA SECRETARIA DE FAZENDA MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALDINÉIA MIQUELIN BERTAN - OAB:7.249/MT, VALDIR MIQUELIN - OAB:4613/MT, VALTERLEI C. MIQUELIN - OAB:14.307
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO HOMEM DE MELO - OAB:PROCURADOR
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 781376 Nr: 34966-63.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OLINDIOMAR MENDES DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA DEISE TORINO - OAB:7589B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREZZA ALVES MEDEIROS - OAB:PROC. FEDERAL
REFERÊNCIA: 34966-63.2012.811.0041
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: OLINDIOMAR MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO(A): MARIA DEISE TORINO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RELATOS
Vistos.

OLINDIOMAR MENDES DE OLIVEIRA aforou AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao fundamento que sofreu acidente de trabalho e em razão do ocorrido sofreu limitação e redução da sua capacidade laborativa. Quando ingressou com o pedido de benefício previdenciário de auxilio doença acidentário, no entanto, teve seu pleito administrativo indeferido. Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 200.000,00. Deferiu-se o pedido de tutela antecipada (f. 87/88). Contestação (f. 91/102). Impugnação (f. 110/135). Laudo Pericial (f. 161/166). A autora impugnou o Laudo Pericial (f. 168/179), requerendo a anulação da perícia ou, subsidiariamente, a intimação do perito para responder quesitos complementares. Decorreu o prazo sem a manifestação do requerido, quanto ao Laudo Pericial (f. 202-V).

É a síntese do que reputo essencial.

FUNDAMENTO

Conforme anteriormente dissertado, a Autora, em petição de f. 168/179, impugna o laudo pericial apresentado às f. 161/166, pleiteando que o perito responda quesitos complementares. Preliminarmente, ainda pede a anulação da pericia, alegando a parcialidade do perito nomeado.

É certo que, nas ações dessa natureza, a prova pericial médica é indispensável. Ocorre que, pelo que observo nos autos, o Laudo Pericial realizado pelo Dr. João Leopoldo Baçan e que consta às f. 161/166 é bastante suficiente para esclarecer os pontos controversos do processo, sendo dispensável as respostas aos quesitos complementares.

Importa destacar que, à luz do inciso I, do artigo 470, do CPC, “Incumbe ao juiz indeferir quesitos impertinentes”.

Merece destaque, que a mera contrariedade do autor com o resultado da perícia, não implica em cerceamento de defesa.

Outrossim, é o posicionamento dos Tribunais:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ACIDENTÁRIA. INSS. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. MATERIAL PROBATÓRIO EXISTENTE NOS AUTOS POSSIBILITA O JULGAMENTO DA LIDE. A mera contrariedade com o resultado da perícia não implica cerceamento de defesa. Prova pericial realizada por profissional com capacidade técnica e imparcial, com questionamentos contemplados nas respostas aos quesitos e laudo complementar. A perícia se revelou clara e suficiente. Cerceamento de defesa não configurado AUXÍLIO-ACIDENTE. SEQUELAS DE OUTRAS FRATURAS DO MEMBRO INFERIOR (T932). REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL DEMONSTRADA. GRAU MÍNIMO. PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE. A pretensão dos benefícios acidentários pressupõe a comprovação do nexo de causa e efeito entre a moléstia e a atividade laboral desempenhada pelo segurado e ainda, a qualidade de segurado. Além disso, para a concessão da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença, imperativa a comprovação de que o segurado se encontra incapacitado de forma permanente ou temporária para o labor. O auxílio-acidente, por sua vez, será concedido ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Inteligência dos arts. 42, 59 e 86 da Lei nº 8.213, de 1991. Caso concreto em que a prova produzida nos autos demonstra a redução da capacidade laborativa do segurado, decorrente de acidente de trabalho com prejuízo de suas funções laborativas habituais, exigindo, assim, emprego de maior esforço para o desempenho das atividades profissionais que habitualmente exercia, fazendo jus ao benefício de auxílio-acidente a contar da data de cessação administrativa do benefício anteriormente concedido, respeitada a prescrição quinquenal. A redução da capacidade laboral comprovada nos autos, ainda que em grau mínimo, autoriza a concessão do auxílio-acidente ao segurado. APELO PROVIDO. (Apelação Cível, Nº 70082416447, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em: 10-09-2019)

Portanto, vislumbrando que o laudo pericial é bastante suficiente para elucidar os pontos controversos e nos apresentar o real estado de saúde do autor, bem como se o mesmo está apto para o labor e por quanto tempo, inexistindo a necessidade de complementação, muito menos de anulação, indefiro o pedido do autor constante na petição de f. 168/179 e passo à apreciação do mérito.

Versam os autos sobre pedido do benefício de auxílio doença, ao fundamento que a parte autora se encontra incapacitada para o trabalho habitual.

Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:

“Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição”.

Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.

Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).

O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado faz jus ao auxílio-acidente.

Sobre o tema cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:

“Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado”. (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272)

E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:

“É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes”. (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)

No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:

“Com base nos elementos e fatos expostos, conclui-se a periciada apresenta capacidade laboral. Não há limitação para a vida independente”.

Percebe-se, sem esforço de interpretação, que o laudo pericial elaborado do médico perito (Dr. João Baçan - CRM/MT 5753) concluiu que a parte autora não está incapacitada para o exercício de atividades laborais.

A ausência de incapacidade temporal e/ou definitiva da parte autora para o trabalho está exaustivamente demonstrada nas respostas aos quesitos. Logo, não é o caso de aposentadoria por invalidez e/ou a implantação do auxílio-doença.

Ante a ausência de comprovação da incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais é de ser negada o restabelecimento/implantação do auxílio-doença, bem como eventual conversão do benefício em aposentadoria por invalidez, pois, não preenchidos um dos requisitos do arts. 42 e 59, ambos da Lei nº 8.213/91, qual seja, comprovação da incapacidade temporária ou permanente para a atividade laboral.

Sobre matéria, oportuno realçar o entendimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

“PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA APOSENTA-DORIA POR INVALIDEZ RURAL - INCAPACIDADE PARA O TRABALHO - LAUDO PERICIAL NEGATIVO - AUSÊNCIA DA INCAPACIDADE – IMPOSSIBILIDA-DE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1 - São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I, da Lei 8.213/1991, e a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. – (...) 3 - No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades rural

(labor). 4 - Assim, não havendo nos autos elementos probatórios da alegada incapacidade laborativa, a parte autora não faz jus ao benefício requerido na inicial. 5 - Apelação da parte autora não provida. (TRF-1 - AC: 00512016020134019199, Rel.: DESª. FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, 1ª T., Pub.: 20/02/2019) [Grifei]

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCES-SÃO DO BENEFÍCIO. 1. O segurado da Previdência Social somente tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez, ou auxílio doença se comprovado, por perícia médica, a superveniência de incapacidade para o trabalho e o cumprimento do período de carência, salvo nos casos de dispensa legal deste último requisito (art. 25, 42, 59 e 151, Lei n.8.213/91). 2. Diante da conclusão clara e objetiva da perícia judicial sobre pela inexistência de incapacidade laborativa no momento da realização do exame, não se mostra possível a concessão do benefício pleiteado. 3. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 00116232220154019199, Rel.: JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, Data de Publicação: 27/9/2018) [Grifo nosso].

Diante do contexto materializado nos autos, em especial pela clareza do laudo pericial, o indeferimento do pedido da parte autora é, pois, inevitável consequência da prova existente no bojo do processo, e nesse diapasão a improcedência da ação é apenas o resultado de causa e efeito.

DECIDO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta com base no art. 269, inciso I/CPC, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido posto na presente ação ajuizada pela parte autora contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, e, por consequência lógica de causa e efeito julgo extinto o processo, com julgamento de mérito.

Deixo de condenar a parte requerente nas custas e despesas processuais, por ser beneficiária da Justiça Gratuita.

Por outro lado, com base no art. 85, §§ 2º e 8º/CPC, condeno-a ao pagamento de honorários advocatícios que em fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, ressalvada a suspensão da exigibilidade ex vi do permissivo averbado no art. 98, § 3º/CPC.

Inexistindo recurso voluntário (art. 496/CPC) e certificado o trânsito em julgado e observado as formalidades legais, arquive-se.

PRIC.

Às Providências.

Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 910754 Nr: 37378-93.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DAVI FERREIRA DE CAMPOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLEISSON ROGER DE PAULA COELHO - OAB:11757

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: THIAGO BRITO DA CUNHA MARANHAO (PROC. FEDERAL) - OAB:PROC FEDERAL

REFERÊNCIA: 37378-93.2014.811.0041 (Cod. 910754)

ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA

REQUERENTE: DAVI FERREIRA DE CAMPOS

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RELATOS

Vistos.

DAVI FERREIRA DE CAMPOS aforou AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE BENEFÓCIO PREVIDENCIÁRIO contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao fundamento de que vinha sofrendo com dores na lombar que deixaram incapacitado para o labor. Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 20.000,00. Liminar deferida (f. 57/60). Contestação (f. 65/80). Nomeou-se perito em decisão de f. 116/117. Laudo pericial (f. 135/141).

É a síntese do que reputo essencial.

FUNDAMENTO

Versam os autos sobre pedido de restabelecimento e/ou concessão de benefício previdenciário ao fundamento que o requerente se encontra incapacitado para o trabalho habitual.

Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:

"Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição".

Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.

Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).

O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado pode fazer jus ao auxílio-acidente.

Sobre o tema cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:

"Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado." (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272)

E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:

"É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes." (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)

No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:

"Com base nos elementos e fatos expostos, conclui-se que foi constatada a presença de incapacidade laborativa parcial e permanente. Não apresenta limitação para a vida independente".

Percebe-se, sem esforço de interpretação, que o laudo pericial elaborado do médico perito (Dr. João Baçan - CRM/MT 5753) concluiu que a parte requerente está parcial e permanentemente incapacitada para o exercício de atividades laborais.

Pois bem, a ausência de incapacidade TOTAL para o labor, exclui a possibilidade de concessão dos benefícios Auxílio-Doença e aposentadoria por invalidez.

Quanto ao auxílio-acidente, merece destaque a jurisprudência estabelecida pelo STJ:

Tema 416: Exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão.

Tema 156: Será devido o auxílio-acidente quando demonstrado o nexo de causalidade entre a redução de natureza permanente da capacidade laborativa e a atividade profissional desenvolvida, sendo irrelevante a possibilidade de reversibilidade da doença.

Conclui-se, portanto, que não basta a comprovação de incapacidade parcial e permanente para o trabalho, faz-se necessário, também, que o requerente comprove o nexo de causalidade entre a redução de sua capacidade laborativa e o a atividade profissional exercida, de uma maneira que se evidencie o acidente de trabalho.

Ante a ausência de comprovação da incapacidade total da parte requerente para o exercício de suas atividades laborais, bem como do nexo de causalidade entre a lesão e atividade profissional exercida, é de ser negada o restabelecimento/implantação dos benefícios previdenciários, pois, não preenchidos os requisitos do arts. 42, 59 e 86, ambos da Lei nº 8.213/91.
Sobre matéria, oportuno realçar o entendimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:
"PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA APOSENTA-DORIA POR INVALIDEZ RURAL - INCAPACIDADE PARA O TRABALHO - LAUDO PERICIAL NEGATIVO - AUSÊNCIA DA INCAPACIDADE – IMPOSSIBILIDA-DE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.
1 - São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I, da Lei 8.213/1991, e a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. – (...) 3 - No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades rural (labor). 4 - Assim, não havendo nos autos elementos probatórios da alegada incapacidade laborativa, a parte autora não faz jus ao benefício requerido na inicial. 5 - Apelação da parte autora não provida. (TRF-1 - AC: 00512016020134019199, Rel.: DESª. FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, 1ª T., Pub.: 20/02/2019) [Grifei]
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCES-SÃO DO BENEFÍCIO. 1. O segurado da Previdência Social somente tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez, ou auxílio doença se comprovado, por perícia médica, a superveniência de incapacidade para o trabalho e o cumprimento do período de carência, salvo nos casos de dispensa legal deste último requisito (art. 25, 42, 59 e 151, Lei n.8.213/91). 2. Diante da conclusão clara e objetiva da perícia judicial sobre pela inexistência de incapacidade laborativa no momento da realização do exame, não se mostra possível a concessão do benefício pleiteado. 3. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 00116232220154019199, Rel.: JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, Data de Publicação: 27/9/2018) [Grifo nosso].
Diante do contexto materializado nos autos, em especial pela clareza do laudo pericial, o indeferimento do pedido da parte requerente é, pois, inevitável consequência da prova existente no bojo do processo, e nesse diapasão a improcedência da ação é apenas o resultado de causa e efeito.
DECIDO
Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta com base no art. 487, inciso I/CPC, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido posto na ação ajuizada pela parte requerente contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, e, por consequência lógica de causa e efeito julgo extinto o processo, com julgamento de mérito.
Deixo de condenar a parte requerente nas custas e despesas processuais, por ser beneficiária da Justiça Gratuita.
Por outro lado, com base no art. 85, §§ 2º e 8º/CPC, condeno-a ao pagamento de honorários advocatícios que em fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, ressalvada a suspensão da exigibilidade ex vi do permissivo averbado no art. 98, § 3º do CPC.
Inexistindo recurso voluntário (art. 496/CPC), certificado o trânsito em julgado e observado as formalidades legais, arquive-se.
PRIC.
Às Providências.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 737955 Nr: 34485-37.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GRIFORT INDUSTRIA E SERVIÇOS DE APOIO E ASSISTENCIA A SAUDE LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERENTE DE INFORMAÇÕES E OUTRAS RECEITAS - GIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VICTOR HUMBERTO MAIZMAN - OAB:4.501/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 405333 Nr: 37522-43.2009.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EUNILDES MOURA CAVALCANTE, EURANIDES SODRE PALMEIRA, EURAYDE OLIVEIRA, EURIDES DE OLIVEIRA RANGEL, EURIDES LIMA DA SILVA, EURIDES MOISES BARRETO DE CARVALHO, SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO, EUTONILA MARIA CORRÊA DE CAMPOS, EURISMAX DE FIGUEIREDO, EURIKO MATSUBARA KUROYANAGI, EUTIMA DOS SANTOS FRANCO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA - OAB:9.271/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADERZIO RAMIRES DE MESQUITA (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:3.013/MT
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 918587 Nr: 42489-58.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JUREMA MAZARELO SILVA DORNELLAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): COORDENADORA DA POLICLINICA DO COXIPÓ, SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CUIABÁ - MT, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO DE SOUZA SALLES JUNIOR - OAB:6716 -MT, TADEU TREVISAN BUENO - OAB:6212/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 823217 Nr: 29329-97.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALVARO MARTINS DE BARROS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CIRLEI FREITAS BALBINO DA SILVA - OAB:10344
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NÃO CONSTITUÍDO - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 450835 Nr: 23317-72.2010.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CATIA REGINA FIGUEIREDO ORRIGO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ CASTRILLO - OAB:3990/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 853930 Nr: 56544-48.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ORLANDO BARBOSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA PAULA DORILÊO CARDOSO - OAB:OAB/MT 15.652, DANIELLE IZAURA DA SILVA CAVALLARI REZENDE - OAB:6.057/MT, JACKSON NICOLA MAIOLINO - OAB:17.047
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA LOPES (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:3.675/MT, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:PGE
PROCESSO: 56544-48.2013.811.0041 (cód. 853930)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: ORLANDO BARBOSA
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Processo em fase de liquidação de sentença (ilíquida) na forma do art. 510 do CPC (f. 377). O executado afirmou que não há nada a ser pago, pois em decorrência da reestruturação da carreira, houve para os servidores públicos a efetiva incorporação salarial e invocou a teoria da "liquidação zero" (f. 382/388). Juntou as cópias (f. 388v/457).
É a síntese.
Decido.
A tese do Executado não pode prosperar, pois, para concluir com segurança a existência de algum valor em benefício do exequente necessário à apuração através de "perícia contábil".
Superada matéria preliminar, verifico que a realização de perícia contábil se faz necessária para aferir a (in) existência de defasagem salarial decorrente da implantação da URV.
Nestas condições, com base nos artigos 465 e 466 ambos do CPC e item 2.18.10, do Provimento nº 02/2009/CGJ, nomeio como perito judicial o contador GERSON FANAIA PEREIRA, endereço profissional Av. Haiti, 193, apto 1803 - Ed Clarice Lispector - Jardim das Américas, Cuiabá, (65) 99981-0779, (65) 3023-5412, (65) 3023-5415, e-mail: fanaiar@terra.com.br, que servirá com zelo e cuidado, independentemente de compromisso.
Faculto à ambas as partes a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, § 1º do CPC). Ao executado determino ainda, no mesmo prazo, juntar as fichas financeiras do exequente.
Nos termos do art. 470, II/CPC apresento quesitos do Juízo: 1. Por ocasião da restruturação, houve reposição, total ou parcial da defasagem apurada em razão da aplicação da Lei nº 8.880/1994? 2. Há defasagem pendente de incorporação? Em caso de confirmação, indicar detalhadamente o percentual e o valor devido.
Com respaldo na Resolução n° 232/2016/CNJ, fixo honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais).
Intime-se o perito judicial para, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar objetivamente sobre a nomeação e informar data e horário para a perícia técnica/contábil.
O laudo pericial deverá ser apresentado em até 10 (dez) dias a contar da realização da perícia técnica (art. 473/CPC).
Os assistentes técnicos ofertarão, caso queira(m), seus respectivos pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, contados da intimação das partes referente a apresentação do laudo (CPC, art. 477, § 1º).
No mesmo prazo, expeça-se a RPV em favor do PERITO JUDICIAL no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) referentes aos honorários periciais, para o executado (Estado/MT) efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, mediante depósito bancário na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de anuência tácita com sequestro de valores via Bacenjud.
Apresentado o laudo pericial e certificado o depósito pelo executado, expeça-se o alvará para levantamento do valor correspondente aos honorários periciais em favor do perito nomeado.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 894005 Nr: 25897-36.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARLENE MARINHO COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO - OAB:OAB/MT 13.719-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GERALDO DA COSTA RIBEIRO FILHO - OAB:PROCURADOR EST, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:PGE
PROCESSO: 25897-36.2014.811.0041 (cód. 894005)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: MARLENE MARINHO COSTA
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Processo em fase de liquidação de sentença (ilíquida) na forma do art. 510 do CPC (f. 120). O executado afirmou que não há nada a ser pago, pois em decorrência da reestruturação da carreira, houve para os servidores públicos a efetiva incorporação salarial e invocou a teoria da "liquidação zero" (f. 123/129). Juntou as cópias (f. 130/201).
É a síntese.
Decido.
A tese do Executado não pode prosperar, pois, para concluir com segurança a existência de algum valor em benefício da exequente necessário à apuração através de "perícia contábil".
Superada matéria preliminar, verifico que a realização de perícia contábil se faz necessária para aferir a (in) existência de defasagem salarial decorrente da implantação da URV.
Nestas condições, com base nos artigos 465 e 466 ambos do CPC e item 2.18.10, do Provimento nº 02/2009/CGJ, nomeio como perito judicial o contador GERSON FANAIA PEREIRA, endereço profissional Av. Haiti, 193, apto 1803 - Ed Clarice Lispector - Jardim das Américas, Cuiabá, (65) 99981-0779, (65) 3023-5412, (65) 3023-5415, e-mail: fanaiar@terra.com.br, que servirá com zelo e cuidado, independentemente de compromisso.
Faculto às partes a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, § 1º do CPC).
Nos termos do art. 470, II/CPC apresento quesitos do Juízo: 1. Por ocasião da restruturação, houve reposição, total ou parcial da defasagem apurada em razão da aplicação da Lei nº 8.880/1994? 2. Há defasagem pendente de incorporação? Em caso de confirmação, indicar detalhadamente o percentual e o valor devido.
Com respaldo na Resolução n° 232/2016/CNJ, fixo honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais).
Intime-se o perito judicial para, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar objetivamente sobre a nomeação e informar data e horário para a perícia técnica/contábil.
O laudo pericial deverá ser apresentado em até 10 (dez) dias a contar da realização da perícia técnica (art. 473/CPC).
Os assistentes técnicos ofertarão, caso queira(m), seus respectivos pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, contados da intimação das partes referente a apresentação do laudo (CPC, art. 477, § 1º).
No mesmo prazo, expeça-se a RPV em favor do PERITO JUDICIAL no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) referentes aos honorários periciais, para o executado (Estado/MT) efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, mediante depósito bancário na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de anuência tácita com sequestro de valores via Bacenjud.
Apresentado o laudo pericial e certificado o depósito pelo executado,

expeça-se o alvará para levantamento do valor correspondente aos honorários periciais em favor do perito nomeado.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1059650 Nr: 50871-06.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HUGO FRANCO DE MIRANDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDREI COSTA TAKAKI - OAB:12.981, JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 9.309
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS - PROC DO ESTADO - OAB:7718-B/MT
PROCESSO: 50871-06.2015.811.0041 (cód. 1059650)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: HUGO FRANCO DE MIRANDA
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Processo em fase de liquidação de sentença (ilíquida) na forma do art. 510 do CPC (f. 295). O executado afirmou que não há nada a ser pago, pois em decorrência da reestruturação da carreira, houve para os servidores públicos a efetiva incorporação salarial (f. 305/311). Juntou as cópias (f. 312/386).
É a síntese.
Decido.
A tese do Executado não pode prosperar, pois, para concluir com segurança a existência de algum valor em benefício do exequente necessário à apuração através de "perícia contábil".
Superada matéria preliminar, verifico que a realização de perícia contábil se faz necessária para aferir a (in) existência de defasagem salarial decorrente da implantação da URV.
Nestas condições, com base nos artigos 465 e 466 ambos do CPC e item 2.18.10, do Provimento nº 02/2009/CGJ, nomeio como perito judicial o contador GERSON FANAIA PEREIRA, endereço profissional Av. Haiti, 193, apto 1803 - Ed Clarice Lispector - Jardim das Américas, Cuiabá, (65) 99981-0779, (65) 3023-5412, (65) 3023-5415, e-mail: fanaiar@terra.com.br, que servirá com zelo e cuidado, independentemente de compromisso.
Faculto ao exequente a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, § 1º do CPC). O executado já indicou assistente técnico e quesitos (f. 310).
Nos termos do art. 470, II/CPC apresento quesitos do Juízo: 1. Por ocasião da restruturação, houve reposição, total ou parcial da defasagem apurada em razão da aplicação da Lei nº 8.880/1994? 2. Há defasagem pendente de incorporação? Em caso de confirmação, indicar detalhadamente o percentual e o valor devido.
Com respaldo na Resolução n° 232/2016/CNJ, fixo honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais).
Intime-se o perito judicial para, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar objetivamente sobre a nomeação e informar data e horário para a perícia técnica/contábil.
O laudo pericial deverá ser apresentado em até 10 (dez) dias a contar da realização da perícia técnica (art. 473/CPC).
Os assistentes técnicos ofertarão, caso queira(m), seus respectivos pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, contados da intimação das partes referente a apresentação do laudo (CPC, art. 477, § 1º).
No mesmo prazo, expeça-se a RPV em favor do PERITO JUDICIAL no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) referentes aos honorários periciais, para o executado (Estado/MT) efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, mediante depósito bancário na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de anuência tácita com sequestro de valores via Bacenjud.
Apresentado o laudo pericial e certificado o depósito pelo executado, expeça-se o alvará para levantamento do valor correspondente aos honorários periciais em favor do perito nomeado.
Por fim, registro que a peça (f.297/304) é estranha aos autos. Portanto, desentranhe-se e junte-se em seu destino correto.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1027069 Nr: 35392-70.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FABIANA PEREIRA DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 9.309
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS - OAB:PROC.
PROCESSO: 35392-70.2015.811.0041 (cód. 1027069)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: FABIANA PEREIRA DE SOUZA
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Processo em fase de liquidação de sentença (ilíquida) na forma do art. 510 do CPC (f. 362). O executado afirmou que não há nada a ser pago, pois em decorrência da reestruturação da carreira, houve para os servidores públicos a efetiva incorporação salarial e invocou a teoria da "liquidação zero" (f. 363/368). Juntou as cópias (f. 368v/403).
É a síntese.
Decido.
A tese do Executado não pode prosperar, pois, para concluir com segurança a existência de algum valor em benefício da exequente necessário à apuração através de "perícia contábil".
Superada matéria preliminar, verifico que a realização de perícia contábil se faz necessária para aferir a (in) existência de defasagem salarial decorrente da implantação da URV.
Nestas condições, com base nos artigos 465 e 466 ambos do CPC e item 2.18.10, do Provimento nº 02/2009/CGJ, nomeio como perito judicial o contador GERSON FANAIA PEREIRA, endereço profissional Av. Haiti, 193, Apto 1803 - Ed Clarice Lispector - Jardim das Américas, Cuiabá, (65) 99981-0779, (65) 3023-5412, (65) 3023-5415, e-mail: fanaiar@terra.com.br, que servirá com zelo e cuidado, independentemente de compromisso.
Faculto a ambas as partes a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, § 1º do CPC). Ao executado determino ainda, no mesmo prazo, juntar as fichas financeiras da exequente.
Nos termos do art. 470, II/CPC apresento quesitos do Juízo: 1. Por ocasião da restruturação, houve reposição, total ou parcial da defasagem apurada em razão da aplicação da Lei nº 8.880/1994? 2. Há defasagem pendente de incorporação? Em caso de confirmação, indicar detalhadamente o percentual e o valor devido.
Com respaldo na Resolução n° 232/2016/CNJ, fixo honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais).
Intime-se o perito judicial para, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar objetivamente sobre a nomeação e informar data e horário para a perícia técnica/contábil.
O laudo pericial deverá ser apresentado em até 10 (dez) dias a contar da realização da perícia técnica (art. 473/CPC).
Os assistentes técnicos ofertarão, caso queira(m), seus respectivos pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, contados da intimação das partes referente a apresentação do laudo (CPC, art. 477, § 1º).
No mesmo prazo, expeça-se a RPV em favor do PERITO JUDICIAL no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) referentes aos honorários periciais, para o executado (Estado/MT) efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, mediante depósito bancário na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de anuência tácita com sequestro de valores via Bacenjud.
Apresentado o laudo pericial e certificado o depósito pelo executado, expeça-se o alvará para levantamento do valor correspondente aos honorários periciais em favor do perito nomeado.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1056933 Nr: 49532-12.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOELSON ZACARIAS ANUNCIAÇÃO, EDSON RODRIGUES SALGADO, ELLIS BENTO DE OLIVEIRA, JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA, NESTALDINA RIBEIRO CROZATTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO REUS BIASI - OAB:3478/MT, NATANAZIA ALVES ALENCAR - OAB:9026/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS - OAB:
PROCESSO: 49532-12.2015.811.0041 (cód. 1056933)
ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTES: JOELSON ZACARIAS ANUNCIAÇÃO e outros
EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Processo em fase de liquidação de sentença (ilíquida) na forma do art. 510 do CPC (f. 378). O executado afirmou que não há nada a ser pago, pois em decorrência da reestruturação da carreira, houve para os servidores públicos a efetiva incorporação salarial e invocou a teoria da "liquidação zero" (f. 380/385). Juntou as cópias (f. 356/377 e 386/446).
É a síntese.
Decido.
A tese do Executado não pode prosperar, pois, para concluir com segurança a existência de algum valor em benefício dos exequentes necessário à apuração através de "perícia contábil".
Superada matéria preliminar, verifico que a realização de perícia contábil se faz necessária para aferir a (in) existência de defasagem salarial decorrente da implantação da URV.
Nestas condições, com base nos artigos 465 e 466 ambos do CPC e item 2.18.10, do Provimento nº 02/2009/CGJ, nomeio como perito judicial o contador GERSON FANAIA PEREIRA, endereço profissional Av. Haiti, 193, apto 1803 - Ed Clarice Lispector - Jardim das Américas, Cuiabá, (65) 99981-0779, (65) 3023-5412, (65) 3023-5415, e-mail: fanaiar@terra.com.br, que servirá com zelo e cuidado, independentemente de compromisso.
Faculto às partes a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, § 1º do CPC).
Nos termos do art. 470, II/CPC apresento quesitos do Juízo: 1. Por ocasião da restruturação, houve reposição, total ou parcial da defasagem apurada em razão da aplicação da Lei nº 8.880/1994? 2. Há defasagem pendente de incorporação? Em caso de confirmação, indicar detalhadamente o percentual e o valor devido.
Com respaldo na Resolução n° 232/2016/CNJ, fixo honorários periciais em R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por exequente.
Intime-se o perito judicial para, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar objetivamente sobre a nomeação e informar data e horário para a perícia técnica/contábil.
O laudo pericial deverá ser apresentado em até 10 (dez) dias a contar da realização da perícia técnica (art. 473/CPC).
Os assistentes técnicos ofertarão, caso queira(m), seus respectivos pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, contados da intimação das partes referente a apresentação do laudo (CPC, art. 477, § 1º).
No mesmo prazo, expeça-se a RPV em favor do PERITO JUDICIAL no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) referentes aos honorários periciais, para o executado (Estado/MT) efetuar o pagamento no prazo de até 02 (dois) meses, mediante depósito bancário na Conta Única Judicial (art. 535, § 3º, II/CPC), pena de anuência tácita com sequestro de valores via Bacenjud.
Apresentado o laudo pericial e certificado o depósito pelo executado, expeça-se o alvará para levantamento do valor correspondente aos honorários periciais em favor do perito nomeado.
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1002346 Nr: 24406-57.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BENEDITO PERCILIANO DE QUEIROZ, DINALVA BRITO SECOLO, FÁBIO SEABRA DA CRUZ, JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA, ELIANA FERNANDES DA SILVA, ELZA GOMES COLOMBO, MARCOS VINICIUS COSTA SALES, MARIA DO ROSÁRIO AZEVEDO CONSTANTINO SEABRA DA CRUZ, MAX MARTINHO DE SOUZA, ROSE MARIA DE JESUS, MYRIAM MOURA VICTORINO, PAULO ROBERTO GONÇALVES, RENATO DE SOUZA, RITA ELIETE BRANCO, SILVANA GOMES COLOMBO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO ALMIR MAZINI JUNIOR - OAB:21.870/O, CAMILA SIRTOL PARREIRA - OAB:22.957/O, MARCIA NIEDERLE - OAB: 10.458/MT, SAULO NIEDERLE PEREIRA - OAB:19.759-E
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
PROCESSO: 24406-57.2015.811.0041 (cód. 1002346)
ESPÉCIE: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: BENEDITO PERCILIANO DE QUEIROZ e OUTROS
EMBARGADO: ESTADO DE MATO GROSSO
Vistos.
Nos termos e fins colimados no art. 1.023, § 2º do CPC, determino a intimação do embargado (Estado/MT), para querendo, no prazo de até 05 (cinco) dias, manifestar sobre os Embargos Declaratórios (com efeitos infringentes) opostos (f. 730/738).
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 9 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 277720 Nr: 5103-38.2007.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSUÉ GRACINDO ALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NILSON MORAES COSTA - OAB:8349-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDA VILELA ZAGATTO - PROC. FEDERAL - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 367516 Nr: 5384-23.2009.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PEDRO DIAS DA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRESSA KARINA ROCHA ATANÁSIO - OAB:10.166/MT, MARINA SANTANA DE OLIVEIRA SOUZA - OAB:9.879/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NICOLE ROMEIRO TAVEIROS - PROCURADORA DO INSS - OAB:1243.345
REFERÊNCIA: Nº 47/2009 – n.ú. 005384-23.2009.811.0041 (cod. 367516)
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA
REQUERENTE: PEDRO DIAS DA COSTA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RELATOS
Vistos.
PEDRO DIAS DA COSTA aforou AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao fundamento de que sofreu acidente de trabalho e que, por conta disso, se tornou incapaz para o labor. O requerente ingressou com pedido de beneficio previdenciário, no

entanto, teve seu pleito administrativo indeferido. Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 4.560,00. Liminar indeferida (f. 37/39). Contestação (f. 42/49). Impugnação (f. 60/64). Decisão nomeando médico perito (f. 110/111). Laudo pericial (f. 119/122). O autor impugnou o Laudo Pericial e pugnou pelo seu afastamento (f. 124/127). Decurso do prazo sem manifestação do requerido (f. 135-V).

É a síntese do que reputo essencial.

FUNDAMENTO

Petição de f. 124/135, o Autor da ação impugnou o laudo pericial apresentado às f. 119/123, pleiteando o afastamento da prova realizada dos autos.

É certo que, nas ações dessa natureza, a prova pericial médica é indispensável e pelo que observo nos autos, o Laudo Pericial realizado pelo Dr. João Leopoldo Baçan e que consta às f. 119/123 é bastante suficiente para esclarecer os pontos controversos do processo, não havendo razões para afastá-lo.

Merece destaque, que a mera contrariedade do autor com o resultado da perícia, não implica em cerceamento de defesa. In verbis:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ACIDENTÁRIA. INSS. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. MATERIAL PROBATÓRIO EXISTENTE NOS AUTOS POSSIBILITA O JULGAMENTO DA LIDE.

A mera contrariedade com o resultado da perícia não implica cerceamento de defesa. Prova pericial realizada por profissional com capacidade técnica e imparcial, com questionamentos contemplados nas respostas aos quesitos e laudo complementar. A perícia se revelou clara e suficiente. Cerceamento de defesa não configurado AUXÍLIO-ACIDENTE. SEQUELAS DE OUTRAS FRATURAS DO MEMBRO INFERIOR (T932). REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL DEMONSTRADA. GRAU MÍNIMO. PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE. A pretensão dos benefícios acidentários pressupõe a comprovação do nexo de causa e efeito entre a moléstia e a atividade laboral desempenhada pelo segurado e ainda, a qualidade de segurado. Além disso, para a concessão da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença, imperativa a comprovação de que o segurado se encontra incapacitado de forma permanente ou temporária para o labor. O auxílio-acidente, por sua vez, será concedido ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Inteligência dos arts. 42, 59 e 86 da Lei nº 8.213, de 1991. Caso concreto em que a prova produzida nos autos demonstra a redução da capacidade laborativa do segurado, decorrente de acidente de trabalho com prejuízo de suas funções laborativas habituais, exigindo, assim, emprego de maior esforço para o desempenho das atividades profissionais que habitualmente exercia, fazendo jus ao benefício de auxílio-acidente a contar da data de cessação administrativa do benefício anteriormente concedido, respeitada a prescrição quinquenal. A redução da capacidade laboral comprovada nos autos, ainda que em grau mínimo, autoriza a concessão do auxílio-acidente ao segurado. APELO PROVIDO.(Apelação Cível, Nº 70082416447, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em: 10-09-2019)

Portanto, vislumbrando que o laudo pericial de f. 119/223 é eficaz no saneamento dos pontos controversos e em nos apresentar o real estado de saúde do autor, bem como se o mesmo está apto para o labor e por quanto tempo, inexistindo a necessidade de complementação, indefiro o pedido do autor constante na petição de f. 124/135 e passo à apreciação do mérito.

Versam os autos sobre pedido do benefício de auxílio doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento que a parte requerente se encontra incapacitada para o trabalho habitual.

Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no art. 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:

“Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição”.

Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.

Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).

O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado faz jus ao auxílio-acidente.

Sobre o tema cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:

“Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado”. (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272)

E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:

“É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes”. (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)

No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:

“Com base nos elementos e fatos expostos, conclui-se que não foi constatada a presença de incapacidade laboral. Não apresenta limitação para a vida independente”.

Percebe-se, sem esforço de interpretação, que o laudo pericial elaborado do médico perito (Dr. João Baçan - CRM/MT 5753) concluiu que a parte autora não está incapacitada para o exercício de atividades laborais.

A ausência de incapacidade temporal e/ou definitiva da parte autora para o trabalho está exaustivamente demonstrada nas respostas aos quesitos. Logo, não é o caso de aposentadoria por invalidez e/ou a implantação do auxílio-doença.

Ante a ausência de comprovação da incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais é de ser negada o restabelecimento/implantação do auxílio-doença, bem como eventual conversão do benefício em aposentadoria por invalidez, pois, não preenchidos um dos requisitos do arts. 42 e 59, ambos da Lei nº 8.213/91, qual seja, comprovação da incapacidade temporária ou permanente para a atividade laboral.

Sobre matéria, oportuno realçar o entendimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

“PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA APOSENTA-DORIA POR INVALIDEZ RURAL - INCAPACIDADE PARA O TRABALHO - LAUDO PERICIAL NEGATIVO - AUSÊNCIA DA INCAPACIDADE – IMPOSSIBILIDA-DE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1 - São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I, da Lei 8.213/1991, e a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. – (...) 3 - No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades rural (labor). 4 - Assim, não havendo nos autos elementos probatórios da alegada incapacidade laborativa, a parte autora não faz jus ao benefício requerido na inicial. 5 - Apelação da parte autora não provida. (TRF-1 - AC: 00512016020134019199, Rel.: DESª. FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, 1ª T., Pub.: 20/02/2019) [Grifei]

“PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCES-SÃO DO BENEFÍCIO. 1. O segurado da Previdência Social somente tem direito ao benefício de aposentadoria por

invalidez, ou auxílio doença se comprovado, por perícia médica, a superveniência de incapacidade para o trabalho e o cumprimento do período de carência, salvo nos casos de dispensa legal deste último requisito (art. 25, 42, 59 e 151, Lei n.8.213/91). 2. Diante da conclusão clara e objetiva da perícia judicial sobre pela inexistência de incapacidade laborativa no momento da realização do exame, não se mostra possível a concessão do benefício pleiteado. 3. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 00116232220154019199, Rel.: JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, Data de Publicação: 27/9/2018) [Grifo nosso].

Diante do contexto materializado nos autos, em especial pela clareza do laudo pericial, o indeferimento do pedido da parte autora é, pois, inevitável consequência da prova existente no bojo do processo, e nesse diapasão a improcedência da ação é apenas o resultado de causa e efeito.

DECIDO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta com base no art. 269, inciso I/CPC, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido posto na presente ação ajuizada pela parte requerente contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, e, por consequência lógica de causa e efeito julgo extinto o processo, com julgamento de mérito.

Deixo de condenar a parte requerente nas custas e despesas processuais, por ser beneficiária da Justiça Gratuita.

Por outro lado, com base no art. 85, §§ 2º e 8º/CPC, condeno-a ao pagamento de honorários advocatícios que em fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, ressalvada a suspensão da exigibilidade ex vi do permissivo averbado no art. 98, § 3º/CPC.

Inexistindo recurso voluntário (art. 496/CPC) e certificado o trânsito em julgado e observado as formalidades legais, arquive-se.

PRIC.

Às Providências.

Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 370128 Nr: 6764-81.2009.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOÃO LIVALDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA LÚCIA ZANATTA VOLPONI FREITAS - OAB:OAB/MT 19461/O, LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA - OAB:12027

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADERZIO RAMIRES DE MESQUITA (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:3.013/MT

Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 781234 Nr: 34816-82.2012.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JUREMA APARECIDA DE MORAES

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREZZA ALVES MEDEIROS - OAB:PROC. FEDERAL

REFERÊNCIA: 34816-82.2012.8.11.0041 (COD. 781234)

ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA

REQUERENTE: JUREMA APARECIDA DE MORAES

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RELATOS

Vistos.

JUREMA APARECIDA DE MORAES aforou AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE RESTABELECIMENTO de CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao fundamento que sofreu acidente de trabalho e em razão do ocorrido sofreu redução da sua capacidade laborativa. Recebeu o benefício no primeiro momento, quando ingressou com um novo pedido de restabelecimento de auxilio doença acidentário, no entanto, teve seu pleito administrativo indeferido. Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 7.600,00. Deferido o pedido de antecipação da tutela (f. 40/41). Contestação (f. 46/67). Impugnação (f. 74/76). Laudo Pericial (f. 113/117).

É a síntese do que reputo essencial.

FUNDAMENTO

Versam os autos sobre pedido de restabelecimento de benefício previdenciário, ao fundamento que a parte requerente se encontra incapacitada para o trabalho habitual.

Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:

“Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição”.

Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.

Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).

O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado faz jus ao auxílio-acidente.

Sobre o tema cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:

“Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado”. (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272)

E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:

“É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes”. (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)

No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:

“Com base nos elementos e fatos expostos, conclui-se a periciada apresenta capacidade laboral. Não há limitação para a vida independente”.

Percebe-se, sem esforço de interpretação, que o laudo pericial elaborado do médico perito (Dr. João Baçan - CRM/MT 5753) concluiu que a parte requerente não está incapacitada para o exercício de atividades laborais.

A ausência de incapacidade temporal e/ou definitiva da parte autora para o trabalho está exaustivamente demonstrada nas respostas aos quesitos. Logo, não é o caso de aposentadoria por invalidez e/ou a implantação do auxílio-doença.

Ante a ausência de comprovação da incapacidade da parte autora para o exercício de suas atividades laborais é de ser negada o restabelecimento/implantação do auxílio-doença, bem como eventual conversão do benefício em aposentadoria por invalidez, pois, não preenchidos um dos requisitos do arts. 42 e 59, ambos da Lei nº 8.213/91,

qual seja, comprovação da incapacidade temporária ou permanente para a atividade laboral.
Sobre matéria, oportuno realçar o entendimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:
"PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA APOSENTA-DORIA POR INVALIDEZ RURAL - INCAPACIDADE PARA O TRABALHO - LAUDO PERICIAL NEGATIVO - AUSÊNCIA DA INCAPACIDADE – IMPOSSIBILIDA-DE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1 - São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I, da Lei 8.213/1991, e a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. – (...) 3 - No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades rural (labor). 4 - Assim, não havendo nos autos elementos probatórios da alegada incapacidade laborativa, a parte autora não faz jus ao benefício requerido na inicial. 5 - Apelação da parte autora não provida. (TRF-1 - AC: 00512016020134019199, Rel.: DESª. FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, 1ª T., Pub.: 20/02/2019) [Grifei]
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCES-SÃO DO BENEFÍCIO. 1. O segurado da Previdência Social somente tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez, ou auxílio doença se comprovado, por perícia médica, a superveniência de incapacidade para o trabalho e o cumprimento do período de carência, salvo nos casos de dispensa legal deste último requisito (art. 25, 42, 59 e 151, Lei n.8.213/91). 2. Diante da conclusão clara e objetiva da perícia judicial sobre pela inexistência de incapacidade laborativa no momento da realização do exame, não se mostra possível a concessão do benefício pleiteado. 3. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 00116232220154019199, Rel.: JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, Data de Publicação: 27/9/2018) [Grifo nosso].
Diante do contexto materializado nos autos, em especial pela clareza do laudo pericial, o indeferimento do pedido da autora é apenas uma inevitável consequência da prova existente no bojo do processo e, nesse diapasão, a improcedência da ação é apenas o resultado de causa e efeito.
DECIDO
Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta com base no art. 269, inciso I/CPC, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido posto na presente ação ajuizada pela parte autora contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, e, por consequência lógica de causa e efeito julgo extinto o processo, com julgamento de mérito.
Deixo de condenar a parte requerente nas custas e despesas processuais, por ser beneficiária da Justiça Gratuita.
Por outro lado, com base no art. 85, §§ 2º e 8º/CPC, condeno-a ao pagamento de honorários advocatícios que em fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, ressalvada a suspensão da exigibilidade ex vi do permissivo averbado no art. 98, § 3º/CPC.
Inexistindo recurso voluntário (art. 496/CPC) e certificado o trânsito em julgado e observado as formalidades legais, arquive-se.
PRIC.
Às Providências.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 827756 Nr: 33617-88.2013.811.0041
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ATAYDE RIBEIRO TAQUES FILHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALTAIR BALIEIRO - OAB:13.946/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 834819 Nr: 40097-82.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EREMITA FRANÇA COELHO NETA
PARTE(S) REQUERIDA(S): COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MT, ESTADO DE MATO GROSSO, LINDA MARIA DE ARAÚJO, INTERMAT - INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO, DORA SANTANA DA FONSECA, PAULO NUNES DA SILVA, MARIZÉLIA DOURADO BOA SORTE MACEDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MÔNICA PAGLIUSO SIQUEIRA (PROC. DO ESTADO) - OAB:MT 4509/O, NÃO CONSTITUÍDO - OAB:, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
PROCESSO: 40097-82.2013.811.0041- cód. 834819
ESPÉCIE: AÇÃO ORDINÁRIA
REQUERENTE: EREMITA FRANÇA COELHO NETA
REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO (COHAB/MT) E OUTROS
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de ação de reconhecimento de domínio com retificação do registro de imóveis de titularidade ajuizada por EREMITA FRANÇA COELHO NETA, em face de COHAB/MT e ESTADO DE MATO GROSSO e Outros, onde pleiteia a o reconhecimento judicial que a requerente suceda em todos os direitos, em relação ao contrato de compra e venda, referente ao imóvel unidade autônoma 103, localizada no pavimento térreo do bloco 36, Rua D, situada no Residencial São Carlos em Cuiabá/MT, registrado sob nº de matrícula 95.681, fls. 046, livro 02, no CRI do 6º Ofício.
Juntou documentos de fls. 16-91.
Citado os requeridos, vieram as contestações de COHAB/MT e Estado de Mato Grosso às fls. 96-104, sustenta a ilegitimidade do Estado de Mato Grosso em responder a presente ação, pois a carteira de imóveis da COHAB/MT foi vendida a Caixa Econômica Federal e a COHAB extinta. Requer o acolhimento da preliminar, se vencida, no mérito a improcedência da ação. Contestação do Estado/MT, novamente, fls. 113-118.
É o relatório.
Fundamento e Decido.
Trata-se de ação de reconhecimento de domínio com retificação no registro de imóveis da titularidade intentada por Eremita França Coelho Neta, pretendendo o reconhecimento judicial que a requerente suceda em todos os direitos, em relação ao contrato de compra e venda, referente à imóvel unidade autônoma 103, localizada no pavimento térreo do bloco 36, Rua D, situada no Residencial São Carlos em Cuiabá/MT, registrado sob nº de matrícula 95.681, fls. 046, livro 02, no CRI do 6º Ofício.
Ao exame dos autos, constato existência de ilegitimidade de parte cujo reconhecimento deve ser acolhido de plano pelo Juízo.
No presente caso, a ação é movida por EREMITA FRANÇA COELHO NETA contra a COHAB/MT e o ESTADO DE MATO GROSSO.
Todavia, a pretensão é impossível de ser concretizada pelos Requeridos, tendo em vista que a COHAB/MT teve o seu acervo vendido a Caixa Econômica Federal em 08/11/1999 e a COHAB/MT foi extinta autorizada pela Lei Estadual nº 6.763/96.
Transferido o acervo da COHAB/MT para a Caixa Econômica Federal há duas décadas, não há como compelir os Requeridos a outorgar escritura do imóvel. Assim, uma vez que os imóveis da extinta COHAB/MT foram transferidos a Caixa Econômica Federal seria esta parte legitimada a escriturar a eventual proprietária.
Posto isto, nos termos da fundamentação supra, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, VI, §3º, do CPC.
Sem custas e honorários advocatícios em razão da justiça gratuita deferida à autora.
Transitado em julgado, arquive-se com baixas necessárias. P.R.I.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 841674 Nr: 45882-25.2013.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCELINO ANTUNES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAÍZE DE PAULA S. ROSA - OAB:17.857, REGIANE ALVES DA CUNHA - OAB:7712/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ADELAR DAL PISSOL (PROCURADOR MUNICIPAL) - OAB:2.838/MT, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT - OAB:PGM
PROCESSO Nº: 45882-25.2013.811.0041 - CÓDIGO 841674
ESPÉCIE: AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: MARCELINO ANTUNES DA SILVA
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT
RELATOS
MARCELINO ANTUNES DA SILVA qualificado nos autos, ajuizou ação de cobrança contra o MUNICÍPIO DE CUIABÁ, ao argumento de que é servidor do Município, lotado na Secretaria de Saúde, realiza seu trabalho no Pronto Socorro de Cuiabá, admitido em 27/5/1982, matrícula número de servidor 2002642. Alega que sempre recebeu adicional de tempo de serviço, conforme folhas de pagamento anexas, contudo o Requerido suspendeu o pagamento. Sendo direito adquirido devendo ser reintegrado e incorporado ao seu salário e ser pago nos últimos cinco nos.
Sustenta que recebia gratificação especial e que suspenso, assim requereu o pagamento dos últimos cinco anos, de acordo com o art. 13, parágrafo único da LC nº 019, de 13/11/1995. Afirma, ainda, que tem direito ao adicional de insalubridade na proporção de 40%, conforme determina o art. 34 da Lei Municipal. Requereu o pagamento da ATS dos últimos cinco anos, adicional especial 20%, requer 60% do salário base e incorporado a sua remuneração, requer o pagamento do adicional de insalubridade no percentual de 40% e reflexos de insalubridade, dos últimos cinco anos, no total de R$ 146.105,60.
O Município de Cuiabá ofertou contestação e alegou que o Requerente pleiteia valores que não tem direito. Aduziu a prescrição quinquenal. Alegou que o adicional de sexta parte foi revogado com a edição do Estatuto dos Funcionários Públicos da Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Cuiabá LCM 93/2003.
Averbou que referida lei extinguiu todas as vantagens, indenizações, ou espécies remuneratórias advindas do Poder Público Municipal. Com relação a sexta parte só foi mantido o direito quem tinha 25 anos de efetivo exercício ao tempo da revogação, da mesma forma o ATS com o novo Estatuto que estava recebendo teve o direito preservado, garantida assim a irredutibilidade de vencimentos.
Quanto ao adicional de insalubridade que o Autor pleiteia, no percentual de 40%, vem recebendo 20% que é o valor correto avaliado pelos peritos. Requereu a total improcedente da pretensão do autor.
Impugnação a contestação (f. 101/113).
Instada as partes para especificação de provas a Ré nada requereu e o Requerente requereu perícia.
Impugnaram a contestação, reiterando os pedidos formulados na inicial.
Designada audiência de instrução e julgamento, esta não se realizou em virtude de determinação para se apurar as horas extras e o adicional noturno, cujo laudo foi impugnado pelo requerido.
É relatório.
FUNDAMENTO
A questão de mérito é unicamente de direito, não havendo necessidade de produzir prova em audiência.
Assim, aplico ao presente caso o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil.
Preceitua o art. 39, § 3.º, da Constituição Federal que "aplica-se aos servidores ocupantes de cargos públicos o disposto no artigo 7.º IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a le estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir."
Embora previstos na Constituição Federal, os nominados direitos sociais não são auto-aplicáveis e, portanto, somente podem ser concedidos por meio de lei instituidora de regime jurídico próprio, conforme se verifica pelos seguintes julgados:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. BRIGADA MILITAR. ADICIONAL NOTURNO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. - Nenhuma vantagem pecuniária pode ser percebida pelo servidor público estatutário sem a correspondente lei que lhe dê amparo, em atenção ao princípio da legalidade insculpido no artigo 37 da Constituição Federal. - Estatuto dos Servidores Militares, Constituições Estadual e Federal que não prevêem o pagamento de adicional noturno aos integrantes da Brigada Militar. Impossibilidade de pagamento do adicional requerido face à ausência de previsão legal. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. (Apelação Cível nº 70021574033, 3ª Câmara Cível, TJRS, Rel.: PEDRO LUIZ POZZA, Julgado em 19/12/2007 - destaquei).
Trata-se de ação de cobrança ajuizada contra o Município de Cuiabá, sustentando o autor que recebia os adicionais e que o requerido simplesmente suspendeu seu pagamento, que assim faz jus ao recebimento dos últimos cinco anos.
Visa assim obter o reconhecimento do direito do autor à percepção do adicional de tempo de serviço, do adicional de insalubridade no percentual de 40% sobre o salário base e seus reflexos; gratificação especial de 20%; requereu ainda 60% do salário base e incorporado a sua remuneração, dos últimos cinco anos, cujos valores totalizam R$ 146.105,60.
A exordial requereu o direito à percepção de vantagens pecuniária relativa ao adicional de insalubridade no percentual de 40% incidente sobre o salário base.
Pois bem. O autor postulou em ação de cobrança o deferimento do adicional de insalubridade na proporção de 40% sobre o salário base.
Todavia, a fixação do percentual de insalubridade é estipulada pela lei municipal e acaso não exista, será fixado por perito médico do trabalho, no caso essa perícia já foi efetuada e reconheceu o grau de periculosidade média e fixando o percentual em 20% que é o valor que o servidor recebe (perícia, f. 87). Nada a alterar.
Ocorre que in casu o autor é regido pela Lei Municipal em se tratando de órgão independente para elaborar seus próprios regulamentos em relação aos seus servidores.
Logo, a própria Lei Municipal estipula o modo de proceder para pleitear o recebimento do referido adicional devendo primeiro o servidor se submeter à Perícia Médica por profissional habilitado para esse fim, ou seja, o médico habilitado em medicina do trabalho.
Ressalta-se que as atividades insalubres são aquelas que, por sua natureza, condições e métodos de trabalho, expõem os servidores a ação lesiva dos agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.
O adicional de insalubridade não se trata de aquisição a ser incorporada aos vencimentos, mas é devido somente enquanto o servidor estiver prestando serviços sujeitos à essa condição, podendo ser eliminado a qualquer tempo, por isso a sua característica, de que só é devido o pagamento àquele servidor que efetivamente exercer atividades insalubres.
Desse modo, não há falar em incorporação do adicional de insalubridade aos vencimentos do autor, e sim, que enquanto persistir o fato gerador do direito à percepção da vantagem, o seu pagamento deve ser mantido.
No pressuposto fático, a ação proposta no dia 31/8/2015 veio instruída com contracheques de rendimentos mensais, os quais informam que o autor recebeu o adicional de insalubridade no percentual de 20%, conforme se verifica nos registros (f. 58/63).
A pretensão do autor posta na inicial não prospera, eis que, pretende que o adicional incida no percentual de 40% sem nenhuma razão para o seu pedido.
Com referência a sexta arte ou 60%.
Vantagem denominada "sexta parte" dos vencimentos era concedida a todo servidor eu completasse 25 anos de efetivo serviço prestado à Administração Municipal.
Apesar de o autor ter ingressado no serviço público mediante a vigência da Lei Municipal n. 1259/72, que em seu artigo 167, § 1º, dispunha: ["O funcionário fará jus a sexta parte dos vencimentos ou remuneração ao completar 25 (vinte e cinco anos) de serviço público municipal, a qual será calculada sobre a remuneração]", é preciso estabelecer que tal disposição foi revogada expressamente pelo Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Cuiabá - Lei Complementar n. 93/2003.
Além disso, com a publicação dos Estatutos dos Servidores Públicos Municipais de Cuiabá, Lei Complementar n. 093, de 23 de junho de 2003, foram extintas todas as vantagens, indenizações, ou espécies remuneratórias advindas do poder público municipal.
Da análise da data de admissão do autor que se deu em 27/5/1982, e

tendo a vantagem da sexta parte, sido extinta em data de 02/10/2003, oportunidade que o Autor contava com 21 anos de serviço público municipal, ou seja, não havia completado os 25 anos, período necessário imposto pela lei para ser detentor do direito à verba pleiteada, denominada sexta parte.
Adicional por tempo de serviço - ATS.
O Adicional Por Tempo de Serviço, foi instituído através da Lei Municipal 1259/72, que dispunha em seu artigo 167:
"O adicional por tempo de serviço, conferido ao servidor à razão de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço público municipal, será sempre proporcional aos vencimentos e acompanhar-lhes-á as oscilações". Ocorre, que a norma de regência à época foi revogada pela nova Lei Orgânica Municipal de 1990, que foi publicada após a nova ordem jurídica constitucional de 1988, e que no artigo 58 dispunha: ":
I - Adicional por tempo de serviço na base de 2% do vencimento base, por ano de efetivo exercício, o qual será automaticamente incorporado ao salário do servidor; "
Posteriormente referido art. 58 sofreu alterações legislativas substanciais, revogou o Adicional por tempo de serviço mediante a Emenda à Lei Orgânica n. 12, de 14/5/2003.
Com a publicação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cuiabá, LC 93/2003, que extinguiu todas as vantagens, indenizações, ou espécies remuneratórias advindas do Poder Público Municipal.
"Art. 191. Os direitos efetivamente adquiridos pelo servidor passam a denominar-se Complemento Constitucional, aferidas as condições, prazos e critérios da lei e terão os valores calculados e lançados em sua folha de pagamento".
"Art. 192. Ficam extintos no serviço público municipal, a partir da vigência da presente lei, o adicional por tempo de serviço a licença prêmio, o adicional de insalubridade, periculosidade ou de atividades penosas, os adicionais, excepcionais, gratificações, abonos, prêmios, verbas de representação ou qualquer outra espécie remuneratória advinda do poder público municipal, previstas em quaisquer leis complementares, ordinárias e atos normativos no município de Cuiabá".
Assim, com a publicação dos Estatutos dos Servidores Públicos Municipais de Cuiabá extintos foram todos os adicionais, mas garantindo-se irredutibilidade dos vencimentos, conforme se infere do artigo 197 da Lei Complementar n. 093 de 23 de junho de 2003.
Logo, referida lei que rege à espécie é do pleno conhecimento do Autor, enquanto a supressão dos referidos adicionais ocorreram quando da edição da nova lei, obviamente com a incorporação dos vencimentos o direito já adquirido no tempo e no espaço. Logo, o pleito possui aparente fumaça da litigância de má fé.
DECIDO
Posto isto, julgo IMPROCEDENTE os pedidos do Autor e extingo o processo, o que faço com sustentáculo no art. 487, I, do Código de Processo Civil.
Deixo de condenar o requerente nas custas e despesas processuais, por ser beneficiário da Justiça Gratuita.
Contudo, condeno-a no pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, com a ressalva de que a exigibilidade dessa condenação somente ocorrerá nas hipóteses dos artigos 11, § 2.º, e 12 da Lei 1.060/50 (RJTJSP 125/262, 103/118; RT 677/99).
Transitado em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 842688 Nr: 46706-81.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA DIVINA DIAS PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO - OAB:OAB/MT 13.719-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS - PROC. ESTADO - OAB:PROC. ESTADO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:PGE
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 1212054 Nr: 9027-08.2017.811.0041
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CRISTIANI RODRIGUES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGER - AGENCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DELEGADOS AO ESTADO DE MATO GROSSO, LUIS ARNALDO FARIA DE MELLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVANDRO GERALDO VOZNIAK - OAB:12979, MARCOS ROGÉRIO MENDES - OAB:16057 / MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
PROCESSO: 9027-08.2017.811.0041 - Código 1212054
ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: CRISTIANI RODRIGUES DA SILVA
IMPETRADO: AGER/MT
Vistos.
Retifique-se a numeração de páginas a partir da f. 188.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por CRISTIANI RODRIGUES DA SILVA para fins de compelir a AGER/MT a não obstar o exercício de taxi da impetrante e anular a multa aplicada.
O processo tramitou originariamente na Comarca de Tabaporã onde alcançou sentença (f. 109/112), porém retificada no e. TJMT que ao reconhecer a incompetência do Juízo, declarou nula a sentença e ordenou a remessa dos autos ao Juízo competente (Acórdão f. 179/182).
Distribuído os autos a este Juízo da 1ª Vara de Fazenda Pública, o comando judicial (f. 194) determinou a intimação da autora para manifestar sobre o interesse no prosseguimento da ação. Sem êxito as diligências, pois, intimação eletrônica aos advogados (PJe) decorreu o prazo sem manifestação (f. 194-v), enquanto correspondência AR encaminhada ao endereço da autora foi devolvida, motivo "não procurado" (f. 197).
Como derradeira tentativa, determino a intimação do advogado (f. 20), via correspondência (AR) para o endereço comercial (f. 20), oportunizando-lhe o prazo de até 05 (cinco) dias, para, manifestar o interesse no prosseguimento desta ação, pena de extinção (f. 485, III/ CPC).
Expeça-se o necessário. Às providências.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 746213 Nr: 43417-14.2011.811.0041
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA ROSILEY DE ARRUDA, MARIA DO CARMO DE ARRUDA, ADEMIR BIELISQUE, VALDECIN MANOEL DE ARRUDA, EVALDO DA SILVA, RONALDO ADORNO FERNANDO, PAULINO DE CAMPOS, PEDRO ARRUDA DO CARMO, RITA DE CÁSSIA NEGRÃO FURTADO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JENZ PROCHNOW JUNIOR (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:5432/B, ROGÉRIO LUIZ GALLO (PROC. ESTADO) - OAB:6.677/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:, DEFENSORIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:, DEFENSORIA PÚBLICA DE CUIABÁ - OAB:NUCLEO CIVEL
PROCESSO: 43417-14.2011.811.0041 (cód. 746213)
ESPÉCIE: CUMPRMENTO DE SENTENÇA
REQUERENTE: ESTADO DE MATO GROSSO
REQUERIDOS: RITA DE CASSIA NEGRÃO FURTADO E OUTROS
Vistos.

À f. 446 determinei o cumprimento da sentença (f. 420/421) e expedição dos respectivos alvarás para levantamento dos valores depositados em Juízo correspondentes aos respectivos credores.

Expedidos nove alvarás aos respectivos credores (f. 447/464). A credora RITA CASSIA NEGRÃO FURTADO informou que o alvará referente seu quinhão foi devolvido pelo banco em face da conta bancária cancelada e postulou o levantamento do valor em conta bancária de terceiro, sob alegação de não possuir cadastro bancário em nenhuma instituição financeira (f. 466/467).

O pedido (f. 466/467) não pode ser acolhido, pois, trata-se de uma obrigação (pagamento de indenização) a ser satisfeita somente para o titular do crédito. A alegação de não possuir conta bancária, não justifica o pedido, pois, poderá abrir conta bancária em qualquer instituição financeira (banco ou cooperativa) ainda que apenas para recebimento do crédito via alvará judicial.

Posto isso, com base no art. 308/CC, indefiro o pedido para levantamento de alvará em nome de terceiros (f. 466/467).

Intime-se a credora RITA DE CÁSSIA NEGRÃO FURTADO, para, no prazo de até 15 (quinze) dias, declinar dados bancários de sua titularidade a fim de receber seu respectivo crédito, pena de arquivamento.

Por fim, defiro a juntada de instrumento procuratório em nome do advogado ENILDO NEVES DE SOUZA, OAB/MT 22020 (f. 468) e determino o cumprimento integral da sentença (f. 420/421) e decisão (f. 446).

Expeça-se o necessário. Às providências.

Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 1292134 Nr: 5607-58.2018.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: NIVALDO AMORIM DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO BRANDÃO CORREA - OAB: 16.113-O/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

REFERÊNCIA: Nº 5607-58.2018.811.0041 - cód. 1292134

ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA

REQUERENTE: NIVALDO AMORIM DE SOUZA

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RELATOS

Vistos.

AÇÃO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO -ACIDENTE distribuída em 13/04/2017 perante a 6ª Vara do Juizado Especial Federal por NIVALDO AMORIM DE SOUZA, contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, ao fundamento que "encontra-se incapacitado de maneira reduzida e limitada para o exercício de atividades laborativas". Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 4.090,00. Laudo Pericial (f. 40/41). Contestação (f. 46/51). Em decisão proferida em 09/02/2018, o Juízo Federal averbou a presença de "doença acidentária" e declinou da sua competência jurisdicional em favor da Justiça Estadual (f. 87/88). Em petição de f. 96/97, o autor pugnou pelo julgamento antecipado da lide. Decorreu o prazo para o requerido, nem a manifestação (f. 97-V).

É a síntese do que reputo essencial.

FUNDAMENTO

Versam os autos sobre pedido de restabelecimento/concessão de benefício previdenciário ao fundamento que a parte requerente se encontra incapacitada para o trabalho habitual.

Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no art. 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:

"Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição".

Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.

Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).

O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado faz jus ao auxílio-acidente.

Sobre o tema cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:

"Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado." (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272.)

E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:

"É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes." (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)

No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:

"7. Pode o(a) periciando(a) continuar trabalhando na atividade exercida à época do acidente? Não. (...)

7.2 O periciando é capaz e exercer atividade laboral diversa da que habitualmente exercia? Justificar. Não. Periciando em idade avançada. Comprometimento simultâneo de membro superior dominante associado a membro inferior(...)

9. As sequelas do acidente são passiveis de cura, ou seja, há possibilidade de reversão do quadro? Fundamente (indicando em que o perito judicial se embasou para chegar a esta conclusão). Não. Lesão consolidada. Tempo de evolução prolongado "

Percebe-se, sem esforço de interpretação, que o laudo pericial elaborado pelo médico perito (Dr. Ricardo Augusto Trindade de Almeida - CRM/MT 6.609) concluiu que o autor está incapacitado de forma total e permanente para o trabalho.

Sobre a matéria, é oportuno realçar o entendimento jurisprudencial:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO VOLUNTÁRIO E ESTIMATIVA DE CONDENAÇÃO OU PROVEITO ECONÔMICO INFERIOR A MIL SALÁRIOS MÍNIMOS. DESCABIDO O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO OBRIGATÓRIO. PERÍCIA MÉDICA QUE CONSTATOU A INCAPACIDADE PERMANENTE DO SEGURADO PARA O TRABALHO. BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TEMA 810 DO STF. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA INTEGRALMENTE MANTIDA.

1. Considerando a interposição de apelação pelo Instituto Nacional do Seguro Social e estimativa de que o montante final a ser pago pela autarquia não ultrapassará o teto de 1.000(mil) salários mínimos (R$ 998.000,00), não é caso de conhecimento do Reexame Necessário, consoante o disposto no parágrafo 1º do artigo 496 do CPC/2015 e na esteira da jurisprudência do STJ e desta Colenda Corte. 2. Verificada a incapacidade laboral do segurado, tanto sob o aspecto físico, quanto sob o aspecto sociocultural, devida a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez. 3. Inaplicabilidade da TR como índice de correção monetária. Mantida a atualização pelo IPCA-E nos termos da sentença. REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO. APELO DESPROVIDO. (Apelação / Remessa Necessária, Nº 70082797507, Décima Câmara Cível, TJRS, Relator: Thais Coutinho de Oliveira, Julgado: 28-11-2019)

A presença de incapacidade total e definitiva do autor para o trabalho está demonstrada nas provas colididas nos autos, sobretudo, o Laudo

elaborado pelo Perito Judicial.

Nestas condições, em prestígio ao princípio da fungibilidade dos benefícios previdenciários, respaldado pelo conjunto probatório que flui dos autos, a aposentadoria por invalidez corresponde ao benefício previdenciário que melhor se enquadra ao caso concreto.

Quanto à data de fixação do termo inicial para o recebimento do benefício, a Lei nº 8.213/91 prevê: Art. 43. A aposentadoria por invalidez será devida a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

No mesmo sentido, caminha o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. MATÉRIA JÁ DECIDIDA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ AFASTADO.

1. O tema relativo à data de início de benefício proveniente de incapacidade laborativa já foi exaustivamente debatido nesta Corte, restando consolidado o entendimento de que o termo inicial da aposentadoria por invalidez deve ser fixado a partir do dia seguinte à cessação de eventual auxílio-doença anteriormente concedido, ou, não sendo o caso, do requerimento administrativo. Não havendo nenhuma das hipóteses, o dies a quo do benefício será o dia da citação. 2. A questão já foi analisada nesta Corte sob o rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/73), restando pacificada a jurisprudência no sentido que "A citação válida informa o litígio, constitui em mora a autarquia previdenciária federal e deve ser considerada como termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida na via judicial quando ausente a prévia postulação". (REsp 1.369.165/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Seção, DJe 7/3/2014).3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 980.742/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, 1ª Turma - STJ, julgado 13/12/2016, DJe 03/02/2017)

Portanto, termo inicial para recebimento da aposentadoria por invalidez será o dia seguinte ao da cessação do auxílio doença.

DECIDO

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, com base no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido posto na presente ação. CONDENO o requerido a conversão do benefício de auxílio doença em aposentadoria por invalidez, bem como ao pagamento do retroativo, se houver, desde a cessação indevida, com incidência de juros de mora e correção monetária observado os parâmetros demarcados no art. 41-A da Lei 8.213/91 e no RE 870947. Por consequência lógica de causa e efeito JULGO e DECLARO extinto o processo, com julgamento de mérito.

Deixo de condenar o requerido nas custas e despesas processuais por ser isenta (art. 3º, I, Lei Estadual 7.603/2001). Entretanto, condeno-o ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do art. 85, § 8º/CPC.

Honorários periciais a encargo do INSS, consoante disposto no § 2º, art. 8º da Lei 8.602/1993. Intime-o para providenciar o depósito em até 10 (dez) dias, sob as penas da lei. Se positivo, autorizo o levantamento dos valores em favor do expert.

Inexistindo recurso voluntário (art. 496/CPC), certifique-se o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquive-se.

PRIC. Às Providências.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Onivaldo Budny

Cod. Proc.: 869698 Nr: 9332-94.2014.811.0041

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ADEMILSON DONIZETE GAZOLA

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIO DORILEO VIEIRA - OAB:OAB/MT 10.723

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fernanda Maria Pagotto - OAB:0

REFERÊNCIA: 9332-94.2014.8.11.0041

ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCIÁRIA

REQUERENTE: ADEMILSON DONIZETE GAZOLA

ADVOGADO (A): FÁBIO DORILEO VIEIRA

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RELATOS

Vistos.

ADEMILSON DONIZETE GAZOLA aforou AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA E CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ao fundamento de que sofreu acidente de trabalho e que, por isso, adquiriu limitação da sua capacidade laborativa. Pelo que consta, O requerente recebeu o benefício previdenciário do auxilio doença acidentário por um período, mas teve seu ultimo pleito administrativo indeferido, o que motivou a ação, vez que o autor defendeu ainda estar incapacitado para o labor. Juntou documentos. Atribuiu à causa o valor de R$ 724,00. Liminar deferida (f. 29/31). Laudo pericial (f. 63/68). A Contestação foi apresentada intempestivamente (f. 75).

É a síntese do que reputo essencial.

FUNDAMENTO

Conforme relatado supra, o requerido apresentou contestação fora do prazo (f. 75).

O artigo 319 do Código de Processo Civil diz que “se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor”, todavia, conforme já decidiu fartamente a jurisprudência, a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à REVELIA do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o livre convencimento do magistrado.

Nesse sentido: “O efeito da REVELIA não induz procedência do pedido e nem afasta o exame de circunstâncias capazes de qualificar os fatos fictamente comprovados.” (RSTJ 53/335).

Portanto, mesmo sem a contestação nos autos, o magistrado deve avaliar não só os argumentos da parte autora, como também as demais provas juntadas, para assim formular o seu próprio entendimento.

Assim, passo à análise do caso em debate.

Trata-se de pedido de concessão de benefício de auxílio doença e a conversão para a aposentadoria por invalidez, ao fundamento que a parte requerente se encontra incapacitada para o trabalho habitual.

Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida, quando comprovada a incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência da parte segurada, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 (doze) contribuições a título de carência, conforme disposto no artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Veja-se:

“Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição”.

Por sua vez, o auxílio-doença é devido ao segurado que, cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitada para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.

Já o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (art. 86 da Lei n° 8.213/91).

O que distingue os benefícios é que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para o trabalho, enquanto para o auxílio-doença a incapacidade deverá ser parcial ou total e temporária. Na hipótese de mera redução da capacidade para o trabalho, o segurado faz jus ao auxílio-acidente.

Sobre o tema cito lição de Daniel Machado e José Paulo Baltazar Junior sobre o benefício discutido em testilha:

“Atualmente, é concedido como o pagamento de indenização mensal, quando após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem a redução da capacidade de labor do segurado.” (in, Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 4.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 272)

E também a preleção de Marcelo Leonardo Tavares sobre o assunto, in verbis:

“É indenização mensal ao segurado, quando, após a consolidação das

lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultaram sequelas que implique: a) redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, na forma prevista no anexo III do RPS; b) redução de capacidade para o trabalho que habitualmente exercia e exija maior esforço para o desempenho da mesma atividade de antes." (in, Direito Previdenciário. 3. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2001, p. 83.)

No caso vertente, o laudo de perícia médica coligido aos autos foi explicito em afirmar:

"Com base nos elementos e fatos expostos, conclui-se que não foi constatada a presença de incapacidade laboral. Não apresenta limitação para a vida independente".

Percebe-se, sem esforço de interpretação, que o laudo pericial elaborado do médico perito (Dr. João Baçan - CRM/MT 5753) concluiu que a parte requerente não está incapacitada para o exercício de atividades laborais normais e manuais antes desenvolvidas.

A ausência de incapacidade temporal e/ou definitiva da parte requerente para o trabalho está exaustivamente demonstrada nas respostas aos quesitos. Logo, não é o caso de aposentadoria por invalidez e/ou a implantação do auxílio-doença.

Ante a ausência de comprovação da incapacidade da parte requerente para o exercício de suas atividades laborais, é de ser negada o restabelecimento/implantação do auxílio-doença, bem como eventual conversão do benefício em aposentadoria por invalidez, pois, não preenchidos um dos requisitos do arts. 42 e 59, ambos da Lei nº 8.213/91, qual seja, comprovação da incapacidade temporária ou permanente para a atividade laboral.

Sobre matéria, oportuno realçar o entendimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

"PREVIDENCIÁRIO - AUXÍLIO-DOENÇA APOSENTA-DORIA POR INVALIDEZ RURAL - INCAPACIDADE PARA O TRABALHO - LAUDO PERICIAL NEGATIVO - AUSÊNCIA DA INCAPACIDADE – IMPOSSIBILIDA-DE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1 - São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no art. 26, III, c/c art. 39, I, da Lei 8.213/1991, e a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa. 2. – (...) 3 - No presente caso, o perito do juízo afirmou que não há incapacidade para o exercício das atividades rural (labor). 4 - Assim, não havendo nos autos elementos probatórios da alegada incapacidade laborativa, a parte autora não faz jus ao benefício requerido na inicial. 5 - Apelação da parte autora não provida. (TRF-1 - AC: 00512016020134019199, Rel.: DESª. FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS, 1ª T., Pub.: 20/02/2019) [Grifei]

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INCAPACIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCES-SÃO DO BENEFÍCIO. 1. O segurado da Previdência Social somente tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez, ou auxílio doença se comprovado, por perícia médica, a superveniência de incapacidade para o trabalho e o cumprimento do período de carência, salvo nos casos de dispensa legal deste último requisito (art. 25, 42, 59 e 151, Lei n.8.213/91). 2. Diante da conclusão clara e objetiva da perícia judicial sobre pela inexistência de incapacidade laborativa no momento da realização do exame, não se mostra possível a concessão do benefício pleiteado. 3. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 00116232220154019199, Rel.: JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, Data de Publicação: 27/9/2018) [Grifo nosso].

Diante do contexto materializado nos autos, em especial pela clareza do laudo pericial, a improcedência do pedido posto na inicial é apenas o resultado de causa e efeito.

DECIDO

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta com base no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido posto na presente ação ajuizada contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e, por consequência lógica de causa e efeito julgo extinto o processo, com julgamento de mérito.

Deixo de condenar o requerente nas custas e despesas processuais, por ser beneficiário da Justiça Gratuita.

Com base no art. 85, §§ 2º e 8º/CPC, condeno-a ao pagamento de honorários advocatícios que em fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, ressalvada a suspensão da exigibilidade ex vi do permissivo averbado no art. 98, § 3º/CPC.

Quanto aos honorários periciais, o médico Dr. João Leopoldo Baçan foi regularmente nomeado para realização da perícia médica no valor de R$ 370,00 (trezentos e setenta reais) a ser suportado pela Autarquia Federal, que permaneceu inerte, sem materializar o respectivo pagamento.

Nestas condições, determino a intimação da Agência da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judicias - APSADJ, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de até 05 (cinco) dias, comprovar o depósito do valor referente honorários periciais (decisão f. 56), pena de suportar sanções administrativas, cíveis, criminais e multa contra o gestor remisso.

PRIC.

Expeça-se o necessário. Às Providências.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

ONIVALDO BUDNY

Juiz de Direito

2ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1034722-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LICIO PEDRO VANNI RANGEL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANE CRISTINA KUHN OAB - MT0018988A (ADVOGADO(A))
JONNY RANGEL MOSHAGE OAB - MT7694-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1040657-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ACACIO PEREIRA NETO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1058284-14.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAM CICERO DE SA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ABRAO DE ARRUDA OAB - MT4010/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:A competência do Juizado Especial da Fazenda Pública - instalado na Comarca de Cuiabá em 05/12/2011 (Resolução n° 16/2011/PRES-TJMT) - é ABSOLUTA, seja por critério

econômico ou material, conforme destacado no § 2º do art. 1º da Resolução n° 004/2014/TP c/c artigo 24 da Lei n° 12.153/2009. Desta forma, o valor atribuído à causa, qualidade das partes e as restrições previstas no §1º do art. 2º da Lei nº 12.153/2009, em obediência à Resolução nº 04/2014/TP e Ofício Circular n° 356/2018-DAPI/CGJ, RECONHEÇO a incompetência deste Juízo para analisar e apreciar a matéria, e, por consequência lógica de causa e efeito, DETERMINO a remessa dos autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá, com a urgência necessária. Às providências. Cumpra-se, com as baixas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1056860-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VASQUE TRANSPORTES LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANE CARPINE FAVINI OAB - MT0011585A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Verifica-se que o valor atribuído a causa, aparentemente, não está de acordo com o proveito econômico buscado na ação. Nestas condições, por prudência e cautela, determino a intimação da parte requerente para, querendo, no prazo de até 15 (quinze) promover a adequação do valor atribuído à causa com base no proveito econômico pretendido, sem prejuízo da juntada do comprovante de recolhimento das custas, se houver complementação, pena de extinção do processo. Com ou sem manifestação, conclusos. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1054527-12.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CLERION LIMA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON AMARAL ROSA OAB - MT26045-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (REQUERIDO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Desta forma, o valor atribuído à causa, qualidade das partes e as restrições previstas no §1º do art. 2º da Lei nº 12.153/2009, em obediência à Resolução nº 04/2014/TP e Ofício Circular n° 356/2018-DAPI/CGJ, RECONHEÇO a incompetência deste Juízo para analisar e apreciar a matéria, e, por consequência lógica de causa e efeito, DETERMINO a remessa dos autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá, com a urgência necessária. Às providências. Cumpra-se, com as baixas de estilo.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1057730-79.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VINICIUS GOMES DE SOUZA (AUTOR(A))
DE SANTA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SADI ANTONIO SEHN OAB - SP221479 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Vistos. Os documentos anexos a petição inicial, estão em desconformidade com a Resolução nº 04/2016-TP, uma vez que estes não estão identificados resumidamente o seu conteúdo ou objeto, mas somente com números. Desta forma, determino a parte requerente emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, anexando os documentos nos moldes da mencionada resolução e art. 321 do CPC, sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1056946-05.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MIATELLO LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA GABRIELA ZANROSSO OAB - MT0015679A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Vistos, Cuida-se de AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO movida por DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MIATELLO LTDA. contra o ESTADO DE MATO GROSSO desacompanhada do comprovante de recolhimento das custas processuais. Portanto, antes de qualquer deliberação, determino a intimação da requerente para, querendo, em até 15 (quinze) dias, promover a adequação processual, pena de cancelamento da distribuição com base no artigo 290 do CPC. Com ou sem manifestação, conclusos. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1057482-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERSON RAFAEL NASCIMENTO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO CARVALHO CURVO OAB - MT27334/O (ADVOGADO(A))
VANDERSON RAFAEL NASCIMENTO OAB - MT26372/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (IMPETRADO)
SEMOB - SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICIPIO DE CUIABÁ (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO:Vistos. Cuida-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por VANDERSON RAFAEL NASCIMENTO contra o SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB e DEPARTAMENTO DE ESTADO DE MATO GROSSO – DETRAN. Em seguida a distribuição o requerente postula a desistência da ação. A desistência da ação é uma das hipóteses de extinção do processo (art. 485, VIII/CPC) e diante da ausência de triangularização da relação jurídica processual (evento citação), independe da concordância da parte contrária, consoante entendimento averbado no artigo 485, § 4º do CPC. Ante a realidade dos autos, por traduzir a soberana manifestação de vontade da parte e para que surtam os efeitos legais e jurídicos desejados HOMOLOGO por sentença a desistência da ação e JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, o que faço com base nos artigos 200, parágrafo único e 485, VIII, ambos do CPC. Determino o cancelamento da distribuição na forma do artigo 290/CPC, sem custas e honorários. Às providências. PRIC.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 860601 Nr: 2203-38.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JBS PARTICIPAÇÕES S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PGE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VIVIANE LIMA - OAB:5299-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 886931 Nr: 21221-45.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DOMINGOS DANYLO SILVA PASSOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PROFESSOR CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCIANO XAVIER DAS NEVES - OAB:11190
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 960369 Nr: 4990-06.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: URAÇAY ALONSO TEIXEIRA BORGES
PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA DO MUNICIPIO DE CUIABÁ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO DEVESA CINTRA - OAB:14230/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROCURADOR - OAB:13339/O
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 460386 Nr: 29653-92.2010.811.0041
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FULVIAN BERNARDINO DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JORGE LUIZ BERNARDO DOS SANTOS - OAB:116891
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: REGINA MACEDO GONÇALVES - OAB:505/MT
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Onivaldo Budny
Cod. Proc.: 725785 Nr: 21528-04.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELIO PEDRO DE AZEVEDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO CÍVEL - OAB:NUCLEO CÍVEL 1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIEGO PEREIRA MACHADO - PROC FEDERAL - OAB:
PROCESSO: 21528-04.2011.811.0041 (cód. 725785)
ESPÉCIE: AÇÃO PREVIDENCÁRIA
REQUERENTE: ELIO PEDRO DE AZEVEDO
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação aforado pela Defensoria Pública em assistência jurídica do autor da ação (f. 115/118) contra a sentença que julgou extinto o processo (f. 113).
Embora intimada a Autarquia Federal requerida não apresentou contrarrazões (f. 119 e verso).
Posto isso, com base nas disposições do art. 1010, § 3º do CPC, remetam-se os autos ao e. TJMT.
Às providências. Cumpra-se.
Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.
ONIVALDO BUDNY
Juiz de Direito
PR / E

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 758084 Nr: 10297-43.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDILSON ROSENDO DA SILVA - PROC DO MUNICIPO - OAB:6944/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 755183 Nr: 7195-13.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: QUATRO MARCOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ GUILHERME JÚNIOR - OAB:2615/MT, ROGERIO RODRIGUES GUILHERME - OAB:6763, VITOR MARTINELLI DE MENDONÇA - OAB:13082
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GERALDO DA COSTA RIBEIRO FILHO - OAB:PROCURADOR EST
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 835429 Nr: 40596-66.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GUAVIRA INDUSTRIAL E AGROFLORESTAL LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETARIO ADJUNTO DA RECEITA PÚBLICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES - OAB:3.432/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DULCE DE MOURA - PROCURADORA DO ESTADO - OAB:7.259/MT, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:

Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 737039 Nr: 33501-53.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: STELMAT TELEINFORMATICA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERENTE DA AGÊNCIA FAZENDÁRIA DA SECRETARIA DE FAZENDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA - OAB:6.551-A/MT, JANAINA GOMES DA SILVA - OAB:10.384-B, JAQUELINE PROENÇA LARRÉA MEES - OAB:13.356/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 762012 Nr: 14514-32.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HELOÍSA ESPÍRITO SANTO CAMARGO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JULIANA CHRISTYAN GOMIDE - OAB:7416/MT, JULIANO ALVES ROSA - OAB:11.722/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LILIAN PAULA ALVES MODESTO DA COSTA - OAB:10.730/MT
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 791545 Nr: 45626-19.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WANDERLEI ALVES MARINHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:, ROBERGES JUNIOR DE LIMA - OAB:12.918/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 826913 Nr: 32813-23.2013.811.0041
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MAXIMILIANO DA SILVA PERRI
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAXIMILIANO DA SILVA - OAB:15029-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON PEREIRA DOS SANTOS - OAB:PROC. DO ESTADO
Impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte interessada para para informar CPF/CNPJ e número de conta bancária para transferência de valor depositado em conta judicial vinculada a estes autos, conforme extrato de fls.

3ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014577-30.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GLOBALMAX INDUSTRIA PLASTICA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LORENA DIAS GARGAGLIONE OAB - MT14629/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004567-24.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WALDENIR MIRANDA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ANGELO DE MACEDO OAB - MT6811-O (ADVOGADO(A))
CARLA MARIANE PASSOS FERREIRA OAB - MT23394/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004692-89.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RONI VAN PEREIRA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA MARIANE PASSOS FERREIRA OAB - MT23394/B (ADVOGADO(A))
MARCELO ANGELO DE MACEDO OAB - MT6811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046061-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Sotreq s/a (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINE BERNARDES SCHITTINI PINTO OAB - RJ144491 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA

Processo Número: 1057884-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON FERREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIDINEIA KATIA BOSI OAB - MT14981-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
DIRETOR PRESIDENTE DO MTPREV (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: Nesse contexto, em juízo de cognição sumária, a postulação autoral não atendente os requisitos autorizadores da providência postulada a título de tutela. Razão disso, INDEFIRO A LIMINAR. Intime-se. Nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei 12016/09, notifique-se a autoridade apontada como coatora afim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que reputar necessárias. Dê-se ciência da existência da ação ao órgão de representação judicial do Estado de Mato Grosso (artigo 7º, inciso II, da Lei 12016/09). Após, com ou sem manifestação, dê-se vistas ao Ministério Público. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012181-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NUTRISABOR ASSESSORIA E ALIMENTOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HENRIQUE POLASTRI G FERREIRA OAB - MG68846 (ADVOGADO(A))
JULIANA SANTOS FELISBINO MENDES OAB - MG155249 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NUTRICOL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI (RÉU)
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA OAB - SP298740 (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 0504919-44.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA CRISTINA DOMINGUES LIMA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA SANTOS FILHO OAB - MT13685-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Diante do exposto, intimem-se, o impetrando e o Estado de Mato Grosso, na pessoa de seu representante judicial, para no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir integralmente a obrigação de fazer imposta na sentença de ID. 12446219 e confirmada pelo acordão de ID 26311679, sob pena de configuração de crime de desobediência, além de eventual responsabilidade civil e criminal em consequências do descumprimento da presente ordem. O impetrando deverá demonstrar nos autos a conclusão do processo administrativo no prazo de 15 dias. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1054126-13.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Vistos. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pelo Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de Mato Grosso – SINPOL/MT contra alegado ato ilegal praticado pelo Diretor Geral da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso. Após a distribuição do presente neste juízo, foi proferida decisão determinado a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça (Id. 26296259), contudo, antes de sua efetivação, o impetrante manifesta desistência do presente mandamus (Id. 26433546). Vieram-me conclusos. Decido. Considerando o pedido do impetrante, nos termos do art. 485, VIII, do CPC, HOMOLOGO a desistência da ação, pelo que a DECLARO EXTINTA, sem julgamento do mérito. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquive-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1056592-77.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HAONA LAYSLA DA SILVA BOSKA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HAONA LAYSLA DA SILVA BOSKA OAB - MT18342/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO - IBADE (IMPETRADO)
SECRETÁRIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS SEJUDH (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 920757 Nr: 43911-68.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - FAMATO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIZETE ARAUJO RAMOS - OAB:4701/MT, LUIZ ALFEU MOOJEN RAMOS - OAB:5291/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):
Cod. Proc.: 445864 Nr: 20374-82.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DURVALINO LIMA DE JESUS, MARIA APARECIDA RIBEIRO LIMA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO, HOSPITAL SÃO MATHEUS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: TATIANA CARLA GOMES DE CASTRO - OAB:10.826, TATIANE CARLA GOMES DE CASTRO - OAB:10826/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO YEGROS PEREIRA - OAB:8.574, MAURÍCIO AUDE - OAB:4.667-O/MT, MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI - OAB:9.247/MT, REGINA MACEDO GONÇALVES - OAB:505/MT
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 820959 Nr: 27176-91.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: W. R. COMÉRCIO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSSE S/A - GRUPO CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANO RODRIGUES DANTAS - OAB:8.085/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMARO CESAR CASTILHO - OAB:, CARLOS ALBERTO PIEPER ESPINOLA - OAB:, ÉRIKA PINTO DE ARRUDA - OAB:, HERMEDES PEREIRA PEREZ - OAB:, LEONARDO LEINER LEAL ROSA - OAB:, LUCIANA CASTREQUINI TERNERO - OAB:, MURILLO ESPÍNOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:, OZANA BAPTISTA GUSMÃO - OAB:4.062/MT, SÉRGIO HENRIQUE K.KOBAYASHI - OAB:, TARGUS RIGON WESKA - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 755129 Nr: 7140-62.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PALIMANAN COMÉRCIO DE PISOS E REVESTIMENTOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETARIO ADJUNTO DA RECEITA PÚBLICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIO SEMERARO JORDY - OAB:134.717, JOSE WILZEM MACOTA - OAB:7481, LUIZ COELHO PAMPLONA - OAB:147549/SP, MARINA PASSOS COSTA - OAB:316.867
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENISE COSTA SANTOS BORRALHO - PROC. DO ESTADO - OAB:3.607/MT, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 877201 Nr: 14937-21.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CRISTIANO ESPÍRITO SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IASNAIA POLLYANA GUSMÃO SAMPAIO - OAB:7601/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCAS OSVIANI - OAB:13920/MT
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 771255 Nr: 24315-69.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ ROBERTO DE CAMARGO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA - OAB:10168/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MÔNICA PAGLIUSO SIQUEIRA (PROC. DO ESTADO) - OAB:MT 4509/O
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 458821 Nr: 28612-90.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA DE LOURDES MELO ROSÁRIO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDIA PATRICIA SALGADO - OAB:13260/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HEVILLIN LYRA N FIGUEIREDO KLUSKOVSKI - PROC. MUNICÍPIO - OAB:10591, PATRÍCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - OAB:7.892
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 833576 Nr: 38971-94.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO DE MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICIPIO DE CUIABA - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO J. R. BOAVENTURA - OAB:9271
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULYANA LANNES ANDRADE - OAB:PROC. DO MUNC
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 448479 Nr: 21976-11.2010.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de

Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VACM
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDMG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA - OAB:9.779/MT, ELARMIN MIRANDA - OAB:1895
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS - PROC. ESTADO - OAB:PROC. ESTADO
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1058913-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL COSTA DE MELO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA ANTONELLI OAB - MT10042/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
ONIVALDO BUDNY

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 1058913-85.2019.8.11.0041. AUTOR(A): DANIEL COSTA DE MELO RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Defiro a expedição do mandado de pagamento do valor descrito na inicial, acrescidos de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, com prazo de 15 (quinze) dias (art. 701, do CPC). No mesmo prazo, querendo, poderá a parte ré, independentemente de garantia do Juízo, embargar, nos próprios autos. Decorrido o prazo de quinze (15) dias sem apresentação de embargos, será convertida a presente ação em feito executório consoante parágrafo 2º do artigo 701 do CPC. Intime-se. Às providências. Cuiabá, 9 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1059081-87.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALCEU JOSE DE CHAVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS ASSMANN OAB - MT24590/O-O (ADVOGADO(A))
CRISTIANE BARELLA SOUZA ARAUJO OAB - MT25615/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERENTE DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV (IMPETRADO)
Outros Interessados:
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (CUSTOS LEGIS)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ONIVALDO BUDNY

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Primeira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá PROCESSO: 1059081-87.2019.8.11.0041 ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRANTE: ALCEU JOSE DE CHAVES ADVOGADO (A): LUCAS ASSMANN IMPETRADO: GERENTE DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV Vistos, Trata-se de mandado de segurança individual impetrado por ALCEU JOSÉ DE CHAVES em face da autoridade coatora GERENTE DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MATO GROSSO PREVIDÊNCIA, no qual sustenta a existência de ilegalidade materializada na ausência de análise do processo administrativo nº 83808/2019. Vieram-me conclusos. Segundo dispõe o artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição da República, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de autoridade pública for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". Com efeito, em relação aos requisitos, inerentes a concessão da liminar em Mandado de Segurança, a Lei 12.016/2019 é expressa no sentido de que: "Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: (...) III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir da impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica. (...) § 2o Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza. " (Destaquei) Como se vê, a concessão de medida liminar em ação mandamental somente é cabível, antes da notificação da autoridade coatora (inaudita altera pars), "quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida", bem ainda que a liminar não tenha por objeto "a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza". No caso em tela, a documentação acostada aos autos demonstra que a impetrante na data de 25/02/2019 protocolo na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão -setor do MT PREV – requerimento de certidão de tempo de serviço (ID 26597520), sendo que até o presente momento o procedimento administrativo não foi concluído. A norma que regula o processo administrativo no âmbito do Estado de Mato Grosso (Lei n. 7.692/02), estabelece o prazo máximo de cento e vinte dias (art. 37) para decisão de requerimentos de qualquer espécie apresentados à Administração Pública. Deste modo, considerando o transcurso do prazo estabelecido na norma sem a devida realização do ato ou justificativa plausível para tal ausência, apresenta-se cabível a intervenção corretiva do Poder Judiciário, vez que não se mostra razoável manter-se a impetrante na expectativa da concretização do seu pleito junto a Administração Pública. À propósito, "A injustificada demora no trâmite e decisão dos procedimentos administrativos consubstancia lesão a direito subjetivo individual, passível de reparação pelo Poder Judiciário, à luz do disposto no artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. (..) Deve-se observar o prazo estabelecido na Lei Estadual nº 7.692/2002 em seus artigos 36 e 37." (N.U 0058651-65.2013.8.11.0041, 97503/2017, DESA.HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 11/03/2019, Publicado no DJE 21/03/2019) Posto isso, CONCEDO PARCIALMENTE A LIMINAR, via de consequência determino que a autoridade coatora proceda a análise/decisão do processo administrativo nº 83808/2019, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, sob pena de desobediência. Nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei 12016/09, notifique-se a autoridade apontada como coatora afim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que reputar necessárias. Dê-se ciência da existência da ação ao órgão de representação judicial do Estado de Mato Grosso (artigo 7º, inciso II, da Lei 12016/09). Após, com ou sem manifestação, dê-se vistas ao Ministério Público. Intime-se. Às providências. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1059210-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS RODRIGUES FILHO OAB - MT14225-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Ilmo. Sr. Secretário Adjunto da Receita Pública da Secretaria de Estado de Fazenda (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ONIVALDO BUDNY

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá PROCESSO: 1059210-92.2019.8.11.0041 ESPÉCIE: MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRANTE: CARLOS ALBERTO PEREIRA ADVOGADO (A): JOAO CARLOS RODRIGUES FILHO IMPETRADO (S): FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS SR. LEANDRO COSTA MILAGRE, SECRETARIO ADJUNTO DA RECEITA PÚBLICAS SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO e SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E MONITORAMENTO COORD. CONT.

MONIT. MÉDIOS E GRANDES CONTRIBUINTES. Vistos, Tem-se em perspectiva MANDADO DE SEGURANÇA com pedido de liminar initio litis e inaudita altera pars impetrada por CARLOS ALBERTO PEREIRA contra o ato FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS SR. LEANDRO COSTA MILAGRE e OUTROS com vistas a suspensão da exigibilidade do crédito tributário vinculado a NAI nº. 808854/1611/68/2019 e todos seus efeitos, com consequente emissão de Certidão Negativa de Débitos Fiscais. Relata o impetrante que no dia 06/12/2019 a Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso encaminhou via Sistema de Notificação o comunicado de cobrança administrativa nº. 808854/1611/68/2019 relativas ao Auto de Infração n° 164320001212019130 em que consta como devedor solidária da contribuinte BERTIEL COMERCIO DE CEREAIS LTDA-ME. Declara, ainda, que "Auto de infração n. 51731002362019133 foi constituído em razão da não comprovação da regularidade da operação, inserindo na conta corrente fiscal da empresa o valor da penalidade de R$ 165.165.01 (cento e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e cinco reais e um centavo). ". Sustenta, todavia, que "inexiste na legislação tributária responsabilidade do adquirente da mercadoria nas operações supra mencionadas, portanto, não merece prosperar em enquadrar o Impetrante como responsável solidário pelo débito tributário em questão, haja vista que não há nenhuma hipótese de cabimento do rol taxativo do artigo 124, CTN, bem como ser absolutamente inaplicável atribuir ao adquirente a responsabilidade solidaria que objetiva o pagamento da cobrança em questão". Assim requer concessão de tutela de urgência para "suspender a Notificação de Infração- NAI nº. 51731002362019133, consequentemente a sua inexigibilidade, bem como determinando a retirada de todos os protestos e restritivos em nome do requerente dos órgãos de proteção ao crédito, emitindo CND - Certidão Negativa de Débitos Fiscais exigida pela SEFAZ para o Impetrante Exercer suas atividades econômicas" Atribuiu à causa o valor de R$ 1.000,00. É a síntese. Fundamento e decido. O mandado de segurança é remédio constitucional utilizado para proteger direito líquido e certo sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, conforme dispõe o inciso LXIX do art. 5º da Constituição Federal e art. 1º da Lei 12.016/2009. Nesta fase de cognição sumária, a apreciação da matéria limita-se à análise da presença dos requisitos autorizadores da medida liminar, quais sejam fummus boni iures e periculum in mora, conforme dispostos no art. 7º da Lei nº 12.016/2009. A documentação que acompanha a peça isagógica e os fundamentos apresentados demonstram a relevância do direito invocado e a plausibilidade quanto ao acolhimento da pretensão liminar. Conforme se infere dos autos a impetrante foi autuada como devedora solidária da empresa BERTIEL COMERCIO DE CEREAIS LTDA-ME sob justificativa que "emitiu nota fiscal eletrônica que não corresponde a saída de mercadoria, a transmissão de propriedade da mercadoria, a entrada da mercadoria no estabelecimento ou, ainda, a prestação ou utilização de serviço" (ID 27273055). Com efeito, a responsabilidade fiscal solidária, aparentemente, decorreu da inércia do impetrante e da empresa BERTIEL COMERCIO DE CEREAIS LTDA-ME ao prestar as informações solicitadas pela SEFAZ/MT. Nesse contexto, registro que a responsabilidade tributária solidária prevista no artigo 124, I do CTN não pode se dar de forma indiscriminada. Deve-se comprovar que a pessoa responsabilizada tenha vínculo com ato e com a pessoa do contribuinte ou do responsável por substituição. Assinale-se, neste ponto, que carece as argumentações e teses da Administração Pública já que atribui a impetrante a responsabilidade por ação e/ou omissão tida exclusivamente pela devedora principal. O mero interesse econômico, sem qualquer comprovação do vínculo com o fato jurídico tributário, incluído os atos ilícitos a ele vinculados, não pode, numa análise de cognição sumária de fatos e provas, caracterizar a responsabilização solidária. À propósito, "feriria a lógica jurídico-tributária a integração, no pólo passivo da relação jurídica, de alguém que não tenha tido qualquer participação na ocorrência do fato gerador da obrigação. (...) Forçoso concluir, portanto, que o interesse qualificado pela lei não há de ser o interesse econômico no resultado ou no proveito da situação que constitui o fato gerador da obrigação principal, mas o interesse jurídico, vinculado à atuação comum ou conjunta da situação que constitui o fato imponível." (STF, REsp 884.845/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/2009, DJe 18/02/2009). Por todo o exposto, verifico a relevância do fundamento do direito da impetrante, bem ainda o perigo da demora, porquanto o lançamento de débito tributário em conta corrente fiscal ocasiona a suspensão da emissão de certidões dentre outras sanções. Ante o exposto, preenchidos os requisitos legais, com base no artigo 1º da Lei n° 12.016/2009, CONCEDO a medida LIMINAR e, por consequência de causa e efeito, determino que a autoridade promova exclusivamente em relação à impetrante (substituta tributária), a suspensão do NAI 808854/1611/68/2019 e todos os efeitos decorrentes, até ulterior deliberação deste juízo, pena de multa diária. Notifique-se a autoridade nominada como coatora, para, querendo, no prazo de até 10 (dez) dias, prestar as informações que entender convenientes, (art. 7º, I, da Lei nº. 12.016/2009), observado disposto no art. 7º, II, da Lei nº. 12.016/2009. Decorrido o prazo com ou sem as informações, certifique-se e ouça-se o ilustre representante do Ministério Público (artigo 12 da Lei nº. 12.016/2009). Após, conclusos (art. 12, parágrafo único da Lei MS). Às urgentes providências. Intime-se, por Oficial de Justiça. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. ONIVALDO BUDNY Juiz de Direito em Substituição Legal

4ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1046765-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARMORARIA IMPERIAL LTDA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS RODER DE PAULA OAB - MT23934/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Superintendente Adjunto de Fiscalização da SEFAZ-MT (IMPETRADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
SECRETARIO ADJUNTO DA RECEITA PUBLICA DA SEFAZ MT (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Vistos etc. Considerando a decisão proferida pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, que decidiu que serão julgados como repetitivos três recursos sobre o tema tratados nos presentes autos, quais sejam: o REsp 1.692.023[1], o REsp 1.699.851[2] e o EREsp 1.163.020, bem como determinou a suspensão, em todo o território nacional, dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão, determino, em cumprimento à decisão proferida no Tribunal Superior, que se aguarde em Secretaria até a comunicação acerca da modificação da ordem determinada por aquela Corte Superior. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1039579-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALBERTO PAMPADO NETO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO GOMES OAB - PR70642 (ADVOGADO(A))
JOSE ANTONIO TADEU GUILHEN OAB - MT3103/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DAUSON JOSÉ DA SILVA (IMPETRADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: Posto isso, presentes os requisitos legais, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de liminar vindicado na inicial, determinando que a autoridade coatora preste as informações necessárias à localização de VERIDIANO GOMES DA SILVA, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aplicação de multa por descumprimento, sem prejuízo de outras sanções. NOTIFIQUE-SE a autoridade coatora, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações de praxe, intimando-a do teor desta decisão judicial (art. 7º, I, Lei n. 12.016/09). Após, remetam-se os autos ao

representante do Ministério Público, também pelo prazo de 10 (dez) dias (art. 12, da Lei nº. 12.016/2009), expirado o qual, com ou sem o parecer, venham conclusos para sentença (art. 12, parágrafo único). Intimem-se. Cumpra-se por oficial plantonista. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1028904-77.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA ALMEIDA GIRALDELLI (EXEQUENTE)
CARVALHO & GIRALDELLI SOCIEDADE DE ADVOGADOS (EXEQUENTE)
BRUNO CARVALHO DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA ALMEIDA GIRALDELLI OAB - MT22761-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: stos etc. Cuida-se de Cumprimento de Sentença manejado por BRUNO CARVALHO DE SOUZA e MARIANA ALMEIDA GIRALDELLI em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, objetivando o recebimento dos valores a título de honorário de sucumbência, no percentual de 10% do valor da condenação, totalizando o importe de R$ 10.316,83 (dez mil trezentos e dezesseis reais e oitenta e três centavos), conforme determinado na sentença. O requerido, devidamente citado, quedou-se inerte. É o breve relato. Decido. À vista da legislação pertinente, HOMOLOGO os valores apresentados (ID. 15116154), fixando o débito executado em R$ 10.316,83 (dez mil, trezentos e dezesseis reais e oitenta e três centavos), e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em cumprimento ao art. 6º da Resolução nº 115/2010 do CNJ, para os efeitos da compensação prevista nos §§ 9º e 10 do art. 100 da Constituição Federal, intime-se o órgão de representação judicial da entidade executada para que informe, em 30 (trinta) dias, a existência de débitos que preencham as condições estabelecidas no § 9º, sob pena de perda do direito de abatimento dos valores informados, salvo se a certidão já estiver acostada aos autos ou se já foi oportunizada anteriormente. Por fim, expeça-se ofício requisitório ao Presidente do E. Tribunal do Estado de Mato Grosso, observando a natureza alimentar do crédito, a fim de que seja determinada a formação do RPV, consoante o disposto no art. 535, §3º, II do CPC, encaminhando-se em anexo toda a documentação pertinente, inclusive cópia da presente decisão. Após o trânsito em julgado, não havendo providências pendentes, arquivem-se os autos com as baixas de estilo. P.R.I.C.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015311-49.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLOVIS VAZ DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO CARVALHO DE SOUZA OAB - MT19198-O (ADVOGADO(A))
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
JAFFER BARBOSA SCHAPHAUSER OAB - MT20549-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Ante o exposto, intime-se a parte exequente para retificar, no prazo de 15 (quinze) dias, o cálculo do valor a ser executado, excluindo a verba honorária fixada para a fase de conhecimento, a qual, inclusive, já foi objeto de execução em autos apartados (processo nº 1028904-77.2018.8.11.0041). Após cumprida a providência, intime-se o Executado, por meio de seu representante legal, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, IMPUGNAR os valores apontados pelo Exequente, referente ao cumprimento de sentença, conforme disposto nos artigos 534 e 535 do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1049712-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NORSA REFRIGERANTES S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVO DE OLIVEIRA LIMA OAB - PE25263 (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE DE ARAUJO ALBUQUERQUE OAB - PE25108 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Assim, reconheço e declaro a incompetência absoluta da 4ª VARA ESPECIALIZADA DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ para processar e julgar a presente ação, em razão da incidência do art. 2º da Resolução n° 023/2013/TP, e SUSCITO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA em face do Juízo da Vara Especializada da Execução Fiscal Comarca de Cuiabá, na forma do inciso II e parágrafo único do art. 66, do Código de Processo Civil/2015. A decisão servirá como ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Distribua-se, com cópia integral dos autos. Mantenha-se em secretaria até a comunicação do Tribunal e Justiça acerca do juízo designado para a apreciação das medidas de urgência. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1039788-34.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO JOSE DOMINGUES BORGES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANATOLY HODNIUK JUNIOR OAB - MT7963-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado do Mato Grosso, representado pela Procuradoria Geral do Estado do Mato Grosso (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Vistos etc. Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por MÁRCIO JOSÉ DOMINGUES BORGES contra ato do PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e do SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, com pedido liminar para determinar a baixa da inscrição da dívida ativa referente a CDA 20191624520, originada do processo órgão SEMA n.º 236916/2010. Analisando os autos, notadamente a petição de emenda de ID. 24801704, observo que o impetrante indicou como autoridades coatoras o PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e o SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE. Assim, nos termos do art. 96, inciso I, alínea “g”, da CE/MT compete privativamente ao Tribunal de Justiça, julgar, originalmente, mandado de segurança e o habeas data, contra atos do Governador do Estado, da Mesa da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, dos Secretários de Estado, do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Defensor Público Geral, do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Diretor-Geral da Polícia Civil. Desta forma, considerando que as autoridades coatoras do presente mandamus são o PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e o SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, DETERMINO a remessa dos presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para processar e julgar o presente writ, consignando as nossas homenagens. Intime-se. Cumpra-se. Às providências. Cuiabá, data registrada no sistema.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1044305-82.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

SIMONE NOUTO DOS SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE PINTO LIBERATTI OAB - MT5906-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE BUSTAMANTE DOS SANTOS (IMPETRADO)
GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS (IMPETRADO)
JULIO CEZAR MODESTO DOS SANTOS (IMPETRADO)
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Vistos etc. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por SIMONE NOUTO DOS SANTOS contra ato do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, do SECRETÁRIO DE ESTADO E GESTÃO DE MATO GROSSO e da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Analisando os autos, notadamente a petição inicial de ID. 24597710, constado que o impetrante indicou como autoridade coatora o SECRETÁRIO DE ESTADO E GESTÃO DE MATO GROSSO. Assim, nos termos do art. 96, inciso I, alínea “g”, da CE/MT compete privativamente ao Tribunal de Justiça, julgar, originalmente, mandado de segurança e o habeas data, contra atos do Governador do Estado, da Mesa da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, dos Secretários de Estado, do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Defensor Público Geral, do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Diretor-Geral da Polícia Civil. Ante o exposto, considerando que figura no writ, como autoridade coatora, o SECRETÁRIO DE ESTADO E GESTÃO, DETERMINO a remessa dos presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para processar e julgar a presente ação, consignando as nossas homenagens. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1046122-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRA REGINA MIRANDA SANTOS OAB - SP0146105A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: Ante o exposto, DEFIRO o pleito autoral para SUSPENDER a exigibilidade da multa (crédito administrativo) oriunda do Processo Administrativo F.A 51-001.001.18-0008985, nos termos art. 151, II, do CTN e da Súmula n. 112 do STJ, CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO DO DEPÓSITO INTEGRAL DO VALOR DEVIDO. Intime-se a parte autora do teor dessa decisão, bem como para juntar comprovante de depósito JUDICIAL do valor integral e atualizado da multa, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de revogação da ordem de suspensão. Transcorrido in albis, certifique-se. Defiro o pedido de intimações e comunicações referentes ao presente feito efetuadas exclusivamente em nome de ROBERTO POLI RAYEL FILHO, advogado inscrito na OAB/SP sob o número 153.299 e SANDRA REGINA MIRANDA SANTOS, advogada inscrita na OAB/SP sob o número 146.105. Ante as peculiaridades da causa, dispenso a audiência de conciliação. Cite-se o requerido para, no prazo legal, apresentar contestação, oportunidade em que deverá ser intimado do inteiro teor da presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se por oficial plantonista. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1052341-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JURACI DE OLIVEIRA SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DE JESUS CARVALHO PIMENTEL OAB - MT15912-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREIA LUZ LOPEZ (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Vistos etc. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por JURACI DE OLIVEIRA SANTOS contra ato de ANDREIA LUZ LOPES – GERENTE DE CRÉDITOS DE PESSOAL/CCP/SGP/SEPLAG da Secretaria de Gestão de Governo do Estado de Mato Grosso (SEGES) e SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (SEGES/MT), com pedido liminar para determinar a expedição de segunda via da Certidão de Crédito nº 9.9.094.586-3. Analisando os autos, notadamente a petição inicial de ID. 26038343, constato que o impetrante indicou como autoridade coatora o SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, figurando no polo passivo da ação mandamental. Assim, nos termos do art. 96, inciso I, alínea “g”, da CE/MT compete privativamente ao Tribunal de Justiça, julgar, originalmente, mandado de segurança e o habeas data, contra atos do Governador do Estado, da Mesa da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, dos Secretários de Estado, do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Defensor Público Geral, do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Diretor-Geral da Polícia Civil. Desta forma, considerando que figura como uma das autoridades coatoras o SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, DETERMINO a remessa dos presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para processar e julgar a presente ação, consignando as nossas homenagens. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1054651-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRA REGINA MIRANDA SANTOS OAB - SP0146105A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (EXECUTADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação da parte autora para CIÊNCIA da decisão proferida nos autos, a seguir transcrita, e para RECOLHER, por meio de Guia de Diligência, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (http://arrecadacao.tjmt.jus.br), comprovando nos autos, o valor referente às despesas do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento de diligência no Bairro Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico), nos termos do artigo 9.º da Lei 11.419/2006. DECISÃO: Ante o exposto, DEFIRO o pleito autoral para SUSPENDER a exigibilidade da multa (crédito administrativo) oriunda do Processo Administrativo F.A 51-001.001.15-0034293, nos termos art. 151, II, do CTN e da Súmula n. 112 do STJ, CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO DO DEPÓSITO INTEGRAL DO VALOR DEVIDO. Intime-se o autor do teor dessa decisão, bem como para juntar comprovante de depósito JUDICIAL do valor integral e atualizado da multa, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de revogação da ordem de suspensão. Transcorrido in albis, certifique-se. Defiro o pedido de intimações e comunicações referentes ao presente feito efetuadas exclusivamente em nome de ROBERTO POLI RAYEL FILHO, advogado inscrito na OAB/SP sob o número 153.299 e SANDRA REGINA MIRANDA SANTOS, advogada inscrita na OAB/SP sob o número 146.105. Ante as peculiaridades da causa, dispenso a audiência de conciliação. Cite-se o requerido para, no prazo legal, apresentar contestação, oportunidade em que deverá ser intimado do inteiro teor da presente

decisão. Intimem-se. Cumpra-se, por oficial plantonista. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1056989-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLEVERSON SILVA SOARES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANO NORBERTO TOMASINI OAB - MT24124/O (ADVOGADO(A))
JOSE ALMEIDA DE ANDRADE JUNIOR OAB - MT27777-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ILMO SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITA PÚBLICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (LITISCONSORTES)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Vistos etc. Considerando a decisão proferida pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, que decidiu que serão julgados como repetitivos três recursos sobre o tema tratados nos presentes autos, quais sejam: o REsp 1.692.023[1], o REsp 1.699.851[2] e o EREsp 1.163.020, bem como determinou a suspensão, em todo o território nacional, dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão, determino, em cumprimento à decisão proferida no Tribunal Superior, que se aguarde em Secretaria até a comunicação acerca da modificação da ordem determinada por aquela Corte Superior. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017181-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VIVIANA PRUDENCIO PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON PELLIZZARI OAB - MT13831-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Da análise documental, não verifico, a piori, a probabilidade do direito do requerente, dada a realização de perícia médica para aferição da(s) moléstia(s) e da(s) limitação(ões) dela(s) decorrente(s) atestando a inexistência de incapacidade laboral. INDEFIRO, pois, o pedido de tutela de urgência. DEIXO de determinar a designação de audiência de conciliação. Ainda, em conformidade ao despacho de ID. 20344645, DETERMINO a citação do Requerido para contestar no prazo legal, devendo ser acompanhada de cópia do laudo pericial. Após, à impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias. Por fim, ante a certidão de ID. 26312677, EXPEÇA-SE alvará judicial dos valores dos honorários periciais atualizados em favor do médico perito. Após, façam-me os autos conclusos para deliberação. EXPEÇA-SE o necessário Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1056313-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL GOMES DE FREITAS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL GOMES DE FREITAS OAB - MT18613-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Portanto, considerando que a reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento (CPC, artigo 58) e que o registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo (CPC, artigo 59), DECLINO da competência e determino a remessa dos autos ao Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública de Cuiabá, por dependência aos autos n. 1048678-59.2019.8.11.0041. Remetam-se os autos ao cartório distribuidor para distribuição ao juízo competente. Intime-se. Cumpra-se. Às URGENTES providências.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1055526-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INOVAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA GRAZIELA MARTINS PORTO OAB - MT12579-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Secretario Adjunto de Investimento e Agronegócio (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Vistos etc. 1 – Homologo a desistência requerida pela parte impetrante (ID. 26515183), para que produza seus efeitos legais (art. 200, parágrafo único, do CPC). 2 – Julgo extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, inciso VIII, do CPC. 3 – Sem custas e honorários, eis que incabíveis na espécie. 4 – Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e providências de estilo. P.R.I.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031093-28.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS FLAMBOYANT LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MIRIAN IGNACIO VATTOS DE BASTIANI OAB - MT25117/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMANUEL PINHEIRO - PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABA -MT (RÉU)
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Ante o exposto, imperioso reconhecer a incompetência absoluta deste Juízo e, consequentemente, suscitar o conflito negativo de competência em razão da precedente decisão declinatória proferida pelo juízo da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. Ante o exposto, reconheço e declaro a incompetência absoluta da 4ª VARA ESPECIALIZADA DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ para processar e julgar a presente ação, em razão da incidência do art. 2º da Resolução n° 023/2013/TP, e SUSCITO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA em face do Juízo da Vara Especializada da Execução Fiscal Comarca de Cuiabá, na forma do inciso II e parágrafo único do art. 66 do Código de Processo Civil/2015. A presente decisão servirá como ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Distribua-se, com cópia integral dos autos. Mantenha-se em secretaria até a comunicação do Tribunal e Justiça acerca do juízo designado para apreciação das medidas de urgência. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1025010-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MTM CONSTRUCOES LIMITADA (AUTOR(A))
SPE PRESIDENTE MARQUES EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA (AUTOR(A))
RM INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA (AUTOR(A))
PARK LIBANO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA (AUTOR(A))
SPE CENTRO EMPRESARIAL DAS AMERICAS LTDA (AUTOR(A))

SPE VERDAO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO 01 LTDA (AUTOR(A))
PAIAGUAS PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA (AUTOR(A))
SPE JARDIM CUIABA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA (AUTOR(A))
JARDIM DAS AMERICAS EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA (AUTOR(A))
SPE PARQUE RESIDENCIAL BEIRA RIO LTDA. (AUTOR(A))
SPE DUQUE DE CAXIAS EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO 1 LTDA (AUTOR(A))
IMOBILIARIA E CONSTRUTORA SAO BENEDITO LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO SILVESTRE DAHDAH OAB - GO33393 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Vistos etc. Considerando a decisão proferida pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, que decidiu que serão julgados como repetitivos três recursos sobre o tema tratado nos presentes autos, quais sejam: o REsp 1.692.023[1], o REsp 1.699.851[2] e o EREsp 1.163.020, bem como determinou a suspensão, em todo o território nacional, dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão, determino, em cumprimento à decisão proferida no Tribunal Superior, que os autos aguardem em Secretaria até a comunicação acerca da modificação da ordem determinada por aquela Corte. Intime-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010914-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENCO ENGENHARIA COMERCIO LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS REZENDE JUNIOR OAB - MT9059-O (ADVOGADO(A))
JACKSON NICOLA MAIOLINO OAB - MT17147-O (ADVOGADO(A))
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE OAB - MT6057-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABA (RÉU)
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (RÉU)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Ante o exposto, com fundamento no art. 64, §1°, do CPC e art. 2° da Resolução n° 023/2013/TP, DECLARO a incompetência absoluta deste Juízo, e DECLINO, ex officio, do processamento e julgamento desta demanda, determinando a sua remessa ao Juízo da Vara Especializada de Execução Fiscal. Intime-se a requerente. Às providências. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1044903-70.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CASTEGIANE AVELINO DA ROCHA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAELA ESTER PERUZZO GADANI OAB - MT25367/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO - SEDUC (IMPETRADO)

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, do teor da decisão a seguir transcrita, proferida nos autos do processo acima identificado. OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. DECISÃO: Vistos etc. Analisando os autos, constata-se que a parte impetrante pugnou pela desistência da presente ação (ID 25056466). Nos termos do art. 200, § único, do CPC, a desistência da ação somente produz efeitos após a homologação judicial, sendo desnecessário o consentimento do impetrado. Inexistindo óbice legal, HOMOLOGO o pedido de desistência da ação formulado pela parte impetrante e, por consequência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Preclusa a via recursal, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações de estilo. P.R.I.C.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 870580 Nr: 10029-18.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VILSON PIRES DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NELMARA FABIOLA MORAIS DA SILVA - OAB:14.869/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO EMÍLIO MAGALHÃES (PROCURADOR MUNICIPAL) - OAB:3.632/MT, RODRIGO SANTOS CARVALHO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 960481 Nr: 5026-48.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADEMIR MARCELINO DA SILVA, CLAUDOMIRO MARCELINO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO - SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT, SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DE MATO GROSSO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIOGO CESAR FERNANDES - OAB:11801
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS ALBERTO BUENO - OAB:, JULYANA LANNES ANDRADE - OAB:PROC. DO MUNC, PROCURADORIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 796429 Nr: 2775-28.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MAURÍCIO CARNEIRO BRESSANE JUNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DE MT . [INDEA]
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO GOMES BRESSANE - OAB:8.616/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO GALVÃO MARQUES - OAB:32923/GO, PATRYCK DE ARAUJO AYALA - OAB:6831 - PROC.EST
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):

Cod. Proc.: 831127 Nr: 36814-51.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HENRIQUE DESTEFANI & CIA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DA AGÊNCIA FAZENDÁRIA DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MIGUEL TAVARES MARTUCCI - OAB:9672-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 834713 Nr: 39999-97.2013.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HAYDE MARTINS RODRIGUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JEANNIE ROSA E SILVA - OAB:6.510/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS EMILIO BIANCHI NETO (PROC. ESTADO) - OAB:, MÁRCIA REGINA SANTANA DOS SANTOS - OAB:PROC. DO ESTADO
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 881524 Nr: 17721-68.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DJALMA MOURA DA SILVA, MARINEUZA DA SILVA NICOLAU MOURA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS EMILIO BIANCHI NETO (PROC. ESTADO) - OAB:, JENZ PROCHNOW JUNIOR (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:5432/B, MARIA LUIZA DA CUNHA CAVALCANTI - OAB:PROC DO ESTADO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: OSCAR CÉSAR RIBEIRO TRAVASSOS FILHO - OAB:6.002/MT
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 920705 Nr: 43871-86.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DURVALINO SALUSTIANO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO, COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIZANGELA DE ALMEIDA VITALINO - OAB:12.741, SÉRGIO HARRY MAGALHÃES - OAB:4960-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADERZIO RAMIRES DE MESQUITA - OAB:PROC. ESTADO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 932614 Nr: 50717-22.2014.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MIKHAIL CHARBEL MALUF
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO FAZENDARIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM - OAB:4656/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 992497 Nr: 19657-94.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANA LUIZA DIAS FERREIRA VILLANOVA, IVANY MINEZES SOUZA, SUELI DE FÁTIMA XAVIER RIBEIRO, MARIA DA GLORIA DOS SANTOS MOISES, MÉRCIA APARECIDA GUIMARAES SOUZA, SANTIAGO DOS SANTOS RIBEIRO, VALQUIRIA SENA DA SILVA LOPES
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA - OAB:9.271/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULYANA LANNES ANDRADE - OAB:PROC. DO MUNC
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1059675 Nr: 50894-49.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FRANCISCA CATARINA DE ASSIS RODRIGUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDREI COSTA TAKAKI - OAB:12.981
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS - OAB:PROC.
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 746992 Nr: 44221-79.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCIA MIRANDA SIQUEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIRETOR PRESIDENTE DA CEPROMAT - CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE MATO GROSSO, ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GRAZIELLA LIMA BARROS AMARAL - OAB:7478/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IONE APARECIDA COSTA - OAB:10.443 OAB/MT, MÁRCIA REGINA SANTANA DUARTE - OAB:PROC. DO ESTADO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 892407 Nr: 24837-28.2014.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARINES CHENET

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LIZY EMANOELLE DE AZEVEDO - OAB:OAB/MT 15.773

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GERALDO DA COSTA RIBEIRO FILHO - OAB:PROCURADOR EST

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

5ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Expediente

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 861363 Nr: 2817-43.2014.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MEDRAR - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP

PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇAO - SUFIS/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEIVISON ROOSEVELT DO COUTO - OAB:8353

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO HOMEM DE MELO - OAB:PROCURADOR

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 955041 Nr: 2632-68.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VOLMAQ MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, JOÃO MIGUEL DE LIMA

PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DA SECR. DE ESTADO DE FAZENDA DE MATO GROSSO, GERENTE DA CONTA CORRENTE DA SECRETARIA FAZENDÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ABEL ALBINO DE ARRUDA - OAB:13602-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DULCE DE MOURA - PROCURADORA DO ESTADO - OAB:7.259/MT

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 942456 Nr: 56032-31.2014.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: GEAN CARLOS FERREIRA DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CASSÃO JURÊ FERREIRA SALES - OAB:9732

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1016132 Nr: 30192-82.2015.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SANTA ROSA ONCO SERVIÇO DE DIAGNOSTICO TERAPEUTICO LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETARIO DE FINANÇA DO MUNICIPIO DE CUIABA/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDA DA COSTA MARQUES - OAB:16.381 OAB/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 768165 Nr: 21036-75.2012.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: UEMURA FERNANDES E HOSSODA LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELLEN MARCELE BARBOSA GUEDES - OAB:14.344/MT, LORENA DIAS GARGAGLIONE - OAB:14.629/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENISE COSTA SANTOS BORRALHO - PROC. DO ESTADO - OAB:3.607 MT

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 711644 Nr: 4707-22.2011.811.0041

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ASSAN F. SALIM PAPELARIA

PARTE(S) REQUERIDA(S): GERENTE DE NOTA FISCAL DE ENTRADA DA SEFAZ-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL COSTA LEITE - OAB:6.647-B/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WYLERSON VERANO DE A. SOUSA - PROC. ESTADO - OAB:3968-MT

Considerando o retorno dos autos da instância superior, na forma do art. 162, §4º do CPC, impulsiono estes autos para intimar as partes para requererem o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):
Cod. Proc.: 725240 Nr: 20957-33.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSYANE SEBASTIANA DE AMORIM
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VITOR ALMEIDA SILVA - OAB:14252/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE APOLONIO CALLEJAS - OAB:PROC.
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1000138 Nr: 23513-66.2015.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANA BATISTA DOURADO DE SIQUEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PEDRO LUIZ JEVINSKI - OAB:12727
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 334736 Nr: 5168-96.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NEUTON JOSÉ FILHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE PATROCINIO DE B. JUNIOR - OAB:4636, Rosilene Marcelo - OAB:8886
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA CRISTINA COSTA DE ALMEIDA B. TEIXEIRA - OAB:PROC. ESTADO
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 354904 Nr: 25268-72.2008.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA - OAB:9.271/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RUBI FACHIN - OAB:3799
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 766032 Nr: 18774-55.2012.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESMAEL DE AMORIM MAGALHÃES, FRANCISCO LUCAS PEDROSO, JAIME MÁRCIO MARQUES ROSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JUARI JOSÉ REGIS JUNIOR - OAB:10.435 / MT, NATALIA RAMOS BEZERRA REGIS - OAB:12.048 OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LÍLIAN PAULA ALVES MODESTO DA COSTA (PROCURADORA MUNICIPAL) - OAB:10.730/MT
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 742320 Nr: 39203-77.2011.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO MARÇAL DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEBORAH KELLER DE OLIVEIRA - OAB:17678/O, LUCIANO TEIXEIRA BARBOSA PINTO - OAB:11974-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE APOLONIO CALLEJAS - OAB:PROC.
Considerando o retorno dos autos da instância
superior, na forma do art. 162, §4º do CPC,
impulsiono estes autos para intimar as partes
para requererem o que entender
de direito.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Roberto Teixeira Seror
Cod. Proc.: 1166888 Nr: 38762-23.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IVONICE MORAES ALEIXO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador Federal do INSS - OAB:
Vistos, em plano de meta.
Considerando que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso possui entendimento consolidado de que é imprescindível a realização de perícia médica para fins de constatação da incapacidade total ou parcial, temporária ou permanente da parte Autora (e.g. RAC n. 104807/2016, 123186/2016 e 140384/2015), e considerando que esta Comarca não possui perito oficial e nem convênio com instituições que possuam perito, determino a produção de prova pericial médica, nos termos dos arts. 464 e seguintes do CPC/2015.
Desse modo, fica nomeado e intimado o Perito Judicial Dr. João Leopoldo Baçan, devidamente cadastrado pela Corregedoria-Geral da Justiça, podendo ser encontrado na Rua 13 de Junho, nº 1003, Bairro Centro (esquina com o Hospital Geral Universitário), Clínica Miguel Sutil, telefone celular (65) 99601-1639, para que apresente proposta de honorários no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 465, § 2° do CPC/2015.
Após, intime-se o INSS, para que se manifestem sobre a proposta de honorários, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 465, § 3°, c/c 183 do CPC/2015).
Fica determinado, a inversão do ônus da prova, conforme dispõe o art. 373, §1º do CPC/2015, tendo o INSS a incumbência de efetuar o pagamento da perícia técnica, tendo em vista que a parte autora goza dos benefícios da Justiça Gratuita.
Insta consignar que a autarquia federal antecipará, desde logo, o pagamento dos honorários periciais, conforme prevê o art. 8º, §2º da Lei nº 8.620/93, uma vez que se trata de demanda que versa sobre acidente de trabalho.
Nesta oportunidade, intimem-se as partes para que, querendo, indiquem

assistentes técnicos e formulem quesitos complementares no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, caput e §1º do CPC/2015). Os quesitos do juízo estão logo abaixo.
Seguem em anexo os quesitos do Juízo a serem respondidos pelo perito.
Intimem-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Roberto Teixeira Seror
Cod. Proc.: 1166888 Nr: 38762-23.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IVONICE MORAES ALEIXO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador Federal do INSS - OAB:
Ademais, na intimação da parte Autora deverá constar para a mesma comparecer ao endereço já estabelecido (Rua Barão de Melgaço, nº 2754, Bairro Centro-Sul, Edifício Work Tower, 9º andar, Sala nº 908, Cuiabá/MT), no dia 24.01.2020, às 08:20h, devendo o periciando levar todos os exames, laudos e documentações sobre o caso, os quais eventualmente possua, devendo estes também ser juntados aos autos.Por fim, após a entrega do laudo, expeça-se alvará em favor do médico perito, levantando-se os valores depositados a título de honorários periciais.Seguem em anexo os quesitos do Juízo a serem respondidos pelo perito.Intimem-se.Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Roberto Teixeira Seror
Cod. Proc.: 347984 Nr: 18333-16.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BENEDITO LUIS PIRES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VANUZA ERRUAN ROCHA POROFO - OAB:15648-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador Federal do INSS - OAB:
Ademais, na intimação da parte Autora deverá constar para a mesma comparecer ao endereço já estabelecido (Rua Barão de Melgaço, nº 2754, Bairro Centro-Sul, Edifício Work Tower, 9º andar, Sala nº 908, Cuiabá/MT), no dia 25.01.2020, às 09:40h, devendo o periciando levar todos os exames, laudos e documentações sobre o caso, os quais eventualmente possua, devendo estes também ser juntados aos autos.Por fim, após a entrega do laudo, expeça-se alvará em favor do médico perito, levantando-se os valores depositados a título de honorários periciais.Seguem em anexo os quesitos do Juízo a serem respondidos pelo perito.Intimem-se.Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1166888 Nr: 38762-23.2016.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IVONICE MORAES ALEIXO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador Federal do INSS - OAB:
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 704211 Nr: 38888-83.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JONATHAN AUGUSTO GONÇALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RENATA CRISTALDO DA SILVA - OAB:13.926
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIEGO PEREIRA MACHADO - PROC FEDERAL - OAB:
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 719185 Nr: 14866-24.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ APARECIDO SALES DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLEISSON ROGER DE PAULA COELHO - OAB:11757
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIEGO PEREIRA MACHADO - PROC FEDERAL - OAB:
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 752641 Nr: 4506-93.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NEILA AMARAL DE ALMEIDA VOELZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA DEISE TORINO - OAB:7589B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Silvia Costa Naves - Procuradora Federal - OAB:1706732
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 754303 Nr: 6275-39.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DILSON SOARES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLEISSON ROGER DE PAULA COÊLHO - OAB:11757, NILSON MORAES COSTA - OAB:8349/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREZZA ALVES MEDEIROS - OAB:PROC. FEDERAL
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 789063 Nr: 43062-67.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANA MARGARETE DIRINGS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADESBAR ROSA DE ARAUJO - OAB:21.635, MARIA DEISE TORINO - OAB:7589B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADÊLAINE FEIJÓ MACEDO - PROCURADORA FEDERAL - OAB:

Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 791150 Nr: 45223-50.2012.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE RUFINO PEREIRA NETO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KHÉSIA ADRIANA CAMARÇO THIMMIG - OAB:10.334 - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LIVIA PATRIOTA HOLANDA DE AMORIM - OAB:
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 924180 Nr: 45972-96.2014.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAQUEL PINHEIRO GAHYVA MARQUES DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO ALENCAR DA SILVA - OAB:OAB/MT 9.244
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADÊLAINE FEIJÓ MACEDO - PROCURADORA FEDERAL - OAB:
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 347984 Nr: 18333-16.2008.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BENEDITO LUIS PIRES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VANUZA ERRUAN ROCHA POROFO - OAB:15648-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador Federal do INSS - OAB:
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1040795 Nr: 41973-04.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIO MARCIO DE MAGALHÃES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EUCIDES FERREIRA - OAB:12.540/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADÊLAINE FEIJÓ MACEDO - PROCURADORA FEDERAL - OAB:, LUTIELEN MEDIANEIRA FELTRIN PANIZ - OAB:PROC. FEDERAL
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 973931 Nr: 11193-81.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ GOMES FARIAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FRANCINNE MATOS BORGES - OAB:11762/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO MENDES TAVARES - OAB:Mat. 1963225-8
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 959347 Nr: 4509-43.2015.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IDAILCE RODRIGUES DA SILVA ALENCASTRO E SÁ
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: REGIANE ALVES DA CUNHA - OAB:7712/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WESLEY LAVOISIER BARROS NASCIMENTO - OAB:PROC. FEDERAL
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 835286 Nr: 40466-76.2013.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PAULO DE MORAES BARBOSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JUCINIRA CORRÊA DE FRANÇA - OAB:13.859/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADELAINE FEIJO MACEDO - OAB:1874419
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 729398 Nr: 25398-57.2011.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FRANKS BATISTA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALDECIR CALÇA - OAB:5.247/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VERONICA DE SOUZA RIBEIRO CHAVES - OAB:2139175 PF/MT
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 460431 Nr: 29698-96.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PEDRO FERREIRA VARGAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA PAULA CANONGIA - OAB:16.196-MT, DIOGO DA SILVA ALVES - OAB:11167/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIEGO PEREIRA MACHADO - PROC FEDERAL - OAB:
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):

Cod. Proc.: 457994 Nr: 28126-08.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANDERSON LUIZ DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JULIANA LEITE MELO LUFT - OAB:11679, WILSON MOLINA PORTO - OAB:12.790-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIEGO PEREIRA MACHADO - PROC FEDERAL - OAB:
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 431296 Nr: 11653-44.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADRIANA MARIA PEREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NILSON MORAES COSTA - OAB:8349-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALLAN JOSÉ METELLO DE SIQUEIRA - PROC. FEDERAL DO INSS - OAB:3691/MT
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 411022 Nr: 1386-13.2010.811.0041
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARINO FLORENTINO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL, VALDIR CHITOLINA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NILSON MORAES COSTA - OAB:8349/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIEGO PEREIRA MACHADO - PROC FEDERAL - OAB:, Fernanda Maria Pagotto - OAB:0, JANAINA PEDROSO DIAS DE ALMEIDA - OAB:6910/MT, LIVIA PATRIOTA HOLANDA DE AMORIM - OAB:, MATEUS ALVES ARAÚJO - OAB:PROC. FEDERAL, RENATA D'AVILA - OAB:, RENATO DE PERBOYRE BONILHA - OAB:3.844/MT
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 393674 Nr: 29234-09.2009.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA GOMES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILSON ROBERTO ALVES - OAB:6783/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALLAN JOSÉ METELLO DE SIQUEIRA - PROC. FEDERAL DO INSS - OAB:3691/MT
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 370925 Nr: 7732-14.2009.811.0041
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROBERTO DA COSTA, MARIA CLAUDIMAR SOARES LACERCA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA CLAUDIMAR SOARES LACERCA DE OLIVEIRA - OAB:9355/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREZZA ALVES MEDEIROS - OAB:1662135
Intimação ao ADVOGADO para dar ciência ao seu cliente/requerente da decisão que designou data para realização de perícia.

Vara Especializada de Execução Fiscal

Intimação

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1050438-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
REGINA APARECIDA BACCARIN ZANETTI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1050438-43.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/11/2019 17:57:20 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: REGINA APARECIDA BACCARIN ZANETTI CPF Nº 443.011.979-15 - CONTRIBUINTE 734806306 CDA's Nºs 2016/1358987; 2017/1484109; 2018/1695769; e 2019/1828136. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.2.45.079.0237.001 VALOR DA CAUSA: R$ 7.718,51- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se EXECUÇÃO FISCAL promovida via PJe pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do crédito inscrito nas CDA's supracitadas. Eis o relato necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. I. Analisando detidamente os autos, observo que os números das CDA's indicadas na petição inicial não conferem com as CDA's que a instruíram, o que impede o regular prosseguimento desta ação. II. Assim, DETERMINO ao Município Exequente que proceda à EMENDA À PETIÇÃO INICIAL, no prazo de TRINTA DIAS, para que indique corretamente na exordial o número das CDA's executadas e, se necessário, apresente cópias das CDA's corretas, corrigindo o valor da causa para que corresponda ao valor da soma das CDA's executadas, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no Art. 321, Parágrafo único, do CPC/2015, com indeferimento da exordial e extinção deste processo eletrônico sem julgamento do mérito. III. Havendo alteração no valor da causa ou no número das CDA's executadas, conforme acima determinado, DETERMINO ao Sr. Gestor Judicial que CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e PROCEDA à devida correção no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). Após, À CONCLUSÃO, para decisão (ATO ORDINATÓRIO). IV. INEXISTINDO emenda à inicial, DETERMINO ao Sr. Gestor Judicial que CERTIFIQUE sobre a tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e remeta estes autos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO). INTIME (PJe) o Município Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a petição inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, parágrafo único e 246, § 1º, do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa mf - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se,

sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1053057-43.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CRISNEO THIAGO DE MOURA TEIXEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1053057-43.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/11/2019 16:29:20 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CRISNEO THIAGO DE MOURA TEIXEIRA CPF Nº 034.316.751-40 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 2016/1343501; 2017/1473994; 2018/1625816; e 2019/1815000. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 5.373,87- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA’s indicadas na inicial. Considerando que as CDA’s citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição, contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA’s executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1053750-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEJAMIL DOMINGOS DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1053750-27.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 18/11/2019 10:38:35 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ADEJAMIL DOMINGOS DA SILVA CPF Nº 384.316.371-53 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 2016/1332459; 2017/1560797; 2018/1603353; e 2019/1821879. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 4.600,94- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA’s indicadas na inicial. Considerando que as CDA’s citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição, contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA’s executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018223-56.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADELAIDE MENDES TEIXEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0018223-56.2004.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 12/08/2004 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: ADELAIDE MENDES TEIXEIRA CNPJ/CPF Nº - CONTRIBUINTE 51772 CDA's Nºs 99/39433; 00/98404 e 01/24993. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.7.14.005.0049.004 VALOR DA CAUSA: R$ 455,09- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041877-62.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0041877-62.2010.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 21/12/2010 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA CNPJ/CPF Nº 196.687.596-72 - CDA's Nºs 2007/2353 VALOR DA CAUSA: R$ 24.362,25 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014081-62.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO ALEXANDRE DE MORAES SOARES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0014081-62.2011.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 25/04/2011 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: RICARDO ALEXANDRE DE MORAES SOARES CNPJ/CPF Nº 405.408.981-04 - CDA's Nºs 0 VALOR DA CAUSA: R$ 4.478,17 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos

Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014118-02.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JAIR EDMUNDO FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0014118-02.2005.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/01/2005 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JAIR EDMUNDO FILHO CNPJ/CPF Nº - CDA's Nºs 99/29508, 00/86950, 01/13966, 03/155235 VALOR DA CAUSA: R$ 1.287,52 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0051415-62.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO BODNAR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0051415-62.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 18/11/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MARIO BODNAR CNPJ/CPF Nº 032.547.298-03 - CDA's Nºs 0 VALOR DA CAUSA: R$ 4.546,65 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0049108-38.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS MARTINELLI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0049108-38.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/11/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MARCOS MARTINELLI CNPJ/CPF Nº - CDA's Nºs 2009/0347378, 2010/0469863, 2011/0623240, 2013/844844 VALOR DA CAUSA: R$ 2.319,35 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e

promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014209-92.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JESULINO PEREIRA LUIZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0014209-92.2005.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/01/2005 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JESULINO PEREIRA LUIZ CNPJ/CPF Nº - CDA's Nºs 99/31125, 11/15771, 2002/79057, 2003/158185 VALOR DA CAUSA: R$ 527,74 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0037015-77.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIAN BERTHOLDO DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0037015-77.2012.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/10/2012 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ELIAN BERTHOLDO DE SOUZA CNPJ/CPF Nº 544.313.871-53 - CDA's Nºs 809493 VALOR DA CAUSA: R$ 975,87 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041210-76.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DESTESA TERRA CONSTRUCOES LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0041210-76.2010.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/12/2010 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: DESTESA TERRA CONSTRUCOES LTDA CNPJ/CPF Nº 89.104.632/0004-51 - CDA's Nºs 2008/218473 VALOR DA CAUSA: R$

751,57 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041485-25.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO DE LIMA PINTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0041485-25.2010.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/12/2010 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: PEDRO DE LIMA PINTO CNPJ/CPF Nº - CDA's Nºs 07/31576, 08/201392, 09/342739, 10/518149 VALOR DA CAUSA: R$ 210,42 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016145-55.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DURVAL TEODORO DE MELO OAB - MT3701-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO BATISTA FERREIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0016145-55.2005.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/02/2005 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOAO BATISTA FERREIRA CNPJ/CPF Nº - CDA's Nºs 37449,96202,21321,23282,86823,167621,170292 VALOR DA CAUSA: R$ 1.238,24 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à

Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020268-18.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NEVES & CIA LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0020268-18.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/05/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: NEVES & CIA LTDA - ME CNPJ/CPF Nº 00.301.200/0001-84 - CDA's Nºs 0820938/2013 VALOR DA CAUSA: R$ 3.348,54 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041693-09.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLOVIS DE MELLO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0041693-09.2010.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/12/2010 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CLOVIS DE MELLO CPF Nº 068.753.191-87 - CONTRIBUINTE 112358 CDA Nº 0210832; INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 29365 VALOR DA CAUSA: R$ 1.189,11 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015609-44.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON DE LARA PINTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0015609-44.2005.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/02/2005 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: EDSON DE LARA PINTO CNPJ/CPF Nº - CDA's Nºs 99/36612, 00/05269, 02/88017 VALOR DA CAUSA: R$ 540,50 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a

constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016685-06.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VILMA DOS SANTOS DA GAMA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0016685-06.2005.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/02/2005 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: VILMA DOS SANTOS DA GAMA CNPJ/CPF Nº - CDA's Nºs 00/102457, 01/29052, 02/96762, 03/179186 VALOR DA CAUSA: R$ 642,54 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042153-54.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA DE QUEIROZ DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0042153-54.2014.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/09/2014 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ANA DE QUEIROZ DE OLIVEIRA CPF Nº 137.937.301-82 - CONTRIBUINTE 734874420 CDA's Nºs 10/0422359; 11/0563038; 12/0794031; 13/0826201 e 14/1023808. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.25.014.0293.001 VALOR DA CAUSA: R$ 2.201,81- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041552-87.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENCOL S/A ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0041552-87.2010.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 21/12/2010 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ENCOL S/A ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA CNPJ/CPF Nº 01.556.141/0001-58 - CDA's Nºs 2007/37169 VALOR DA CAUSA: R$ 955,51 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO

PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041474-93.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA DA COSTA GARCIA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0041474-93.2010.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/12/2010 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADa: ADRIANA DA COSTA GARCIA CPF Nº 236.527.722-53 - CONTRIBUINTE 313333 CDA Nº 6367 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.41.054.0054.001 VALOR DA CAUSA: R$ 1.890,81- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1053213-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
F. G. DE AMORIM - PRESTADORA DE SERVICOS - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1053213-31.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/11/2019 16:38:17 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: F. G. DE AMORIM - PRESTADORA DE SERVICOS - ME CNPJ Nº 10.774.417/0001-65 - CONTRIBUINTE .. CDA Nº 2019 / 1926037. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 4.836,72- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA's indicadas na inicial. Considerando que as CDA's citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição, contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA's executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se,

sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1053214-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
F. G. DE AMORIM - PRESTADORA DE SERVICOS - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1053214-16.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/11/2019 16:38:21 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: F. G. DE AMORIM - PRESTADORA DE SERVICOS - ME CNPJ Nº 10.774.417/0001-65 - CONTRIBUINTE .. CDA Nº 2019 / 1926037. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 4.836,72- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA's indicadas na inicial. Considerando que as CDA's citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição, contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA's executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1055778-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA AUXILIADORA GONCALVES DE QUEIROZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1055778-65.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/11/2019 09:59:57 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MARIA AUXILIADORA GONCALVES DE QUEIROZ CPF Nº 176.089.291-20 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 2016 / 1344091; 2017 / 1476672; 2018 / 1622452 e 2019 / 1827937. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 5.141,96- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA's indicadas na inicial. Considerando que as CDA's citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição, contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA's executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1055781-20.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DOMINGUES DE JESUS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1055781-20.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/11/2019 10:00:09 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: MARIA DOMINGUES DE JESUS CPF Nº 362.260.251-15 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 2016 / 1318683; 2017 / 1530390 e 2018 / 1615971. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 3.419,59- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA's indicadas na inicial. Considerando que as CDA's citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição, contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA's executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1055794-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA MISTA DOS MOTOS - FRETISTAS E MOTOCICLISTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - COOPERMOTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1055794-19.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/11/2019 10:01:03 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: COOPERATIVA MISTA DOS MOTOS - FRETISTAS E MOTOCICLISTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - COOPERMOTOS CNPJ Nº 06.285.231/0001-75 - CONTRIBUINTE 362856 CDA's Nºs 2019 / 1923702; 2019 / 1923703; 2019 / 1923704; 2019 / 1923705; 2019 / 1923706 e 2019 / 1923708. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 85084 VALOR DA CAUSA: R$ 280.859,76- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA's indicadas na inicial. Considerando que a PETIÇÃO INICIAL ESTÁ INCOMPLETA, pois não indica expressamente todas as CDA's que instruíram a exordial, nos termos dos Arts. 771 e 801 do CPC/2015 c/c Art. 1º da Lei nº 6830/1980 - LEF, bem como considerando que o valor atribuído a causa não corresponde a somatória das CDA's objeto desta ação, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se expressamente à indicação na exordial das CDA'S que se pretende executar e retificando o valor da causa para que corresponda a somatória das CDA's executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015(ATO ORDINATÓRIO). Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE-SE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME-SE imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial (PJe), nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE-SE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra-se sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1055759-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AV MAINERI REPRESENTAOES COMERCIAIS LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1055759-59.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/11/2019 09:58:51 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: AV MAINERI REPRESENTAOES COMERCIAIS LTDA - ME CNPJ Nº 08.520.441/0001-26 - CONTRIBUINTE 734774410 CDA's Nºs 2016 / 1385262 e 2019 / 1753594. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 94080 VALOR DA CAUSA: R$ 7.966,29- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA's indicadas na inicial. Considerando que as CDA's citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição,

contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA's executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1052146-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO MARIANO DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1052146-31.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/11/2019 09:59:28 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOAO MARIANO DE SOUZA CPF Nº 034.984.761-49 - CONTRIBUINTE 304415 CDA's Nºs 2015 / 1129982; 2016 / 1357005; 2017 / 1466048; 2018 / 1692125 e 2019 / 1786599. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.22.015.0224.001 VALOR DA CAUSA: R$ 10.092,93- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA's indicadas na inicial. Considerando que as CDA's citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição, contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA's executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1053142-29.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPACO MODULADO LTDA - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1053142-29.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/11/2019 16:33:11 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ESPACO MODULADO LTDA - EPP CNPJ Nº 04.667.490/0004-88 - CONTRIBUINTE 734823340 CDA's Nºs 2016 / 1407574; 2017 / 142396;1 2018 / 1742665 e 2019 / 1757712. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 101640 VALOR DA CAUSA: R$ 7.099,07- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se EXECUÇÃO FISCAL promovida via PJe pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do crédito inscrito nas CDA's supracitadas. Eis o relato necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. I. Analisando detidamente os autos, observo que os números das CDA's indicadas na petição inicial não conferem com as CDA's que a instruíram, o que impede o regular prosseguimento desta ação. II. Assim, DETERMINO ao Município Exequente que proceda à EMENDA À PETIÇÃO INICIAL, no prazo de TRINTA DIAS, para que indique corretamente na exordial o número das CDA's executadas e, se necessário, apresente cópias das CDA's corretas, corrigindo o valor da causa para que corresponda ao valor da soma das CDA's executadas, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no Art. 321, Parágrafo único, do CPC/2015, com indeferimento da exordial e extinção deste processo eletrônico sem julgamento do mérito. III. Havendo alteração no valor da causa ou no número das CDA's executadas, conforme acima determinado, DETERMINO ao Sr. Gestor Judicial que CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e PROCEDA à devida correção no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). Após, À CONCLUSÃO, para decisão (ATO ORDINATÓRIO). IV. INEXISTINDO emenda à inicial, DETERMINO ao Sr. Gestor Judicial que CERTIFIQUE sobre a tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e remeta estes autos À CONCLUSÃO para sentença de

extinção (ATO ORDINATÓRIO). INTIME (PJe) o Município Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a petição inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, parágrafo único e 246, § 1º, do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa mf - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056713-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO ANTONIO DA SILVA FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056713-08.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:55:33 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOAO ANTONIO DA SILVA FILHO CPF Nº 173.991.651-49 - CONTRIBUINTE 734935539 CDA's Nºs 2016 / 1263903; 2017 / 1479785; 2018 / 1677651 e 2019 / 1834094. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.45.042.0260.001 VALOR DA CAUSA: R$ 5.037,77- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se EXECUÇÃO FISCAL promovida via PJe pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do crédito inscrito nas CDA's supracitadas. Eis o relato necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. I. Analisando detidamente os autos, observo que os números das CDA's indicadas na petição inicial não conferem com as CDA's que a instruíram, o que impede o regular prosseguimento desta ação. II. Assim, DETERMINO ao Município Exequente que proceda à EMENDA À PETIÇÃO INICIAL, no prazo de TRINTA DIAS, para que indique corretamente na exordial o número das CDA's executadas e, se necessário, apresente cópias das CDA's corretas, corrigindo o valor da causa para que corresponda ao valor da soma das CDA's executadas, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no Art. 321, Parágrafo único, do CPC/2015, com indeferimento da exordial e extinção deste processo eletrônico sem julgamento do mérito. III. Havendo alteração no valor da causa ou no número das CDA's executadas, conforme acima determinado, DETERMINO ao Sr. Gestor Judicial que CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e PROCEDA à devida correção no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). Após, À CONCLUSÃO, para decisão (ATO ORDINATÓRIO). IV. INEXISTINDO emenda à inicial, DETERMINO ao Sr. Gestor Judicial que CERTIFIQUE sobre a tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e remeta estes autos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO). INTIME (PJe) o Município Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a petição inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, parágrafo único e 246, § 1º, do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa mf - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1053078-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
STM - CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1053078-19.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/11/2019 16:30:03 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: STM - CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA - EPP CNPJ Nº 05.622.183/0001-09 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 2016 / 1270285; 2017 / 1486373; 2018 / 1712495 e 2019 / 1922739. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .01.7.15.023.0108.048 VALOR DA CAUSA: R$ 11.210,41- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA's indicadas na inicial. Considerando que as CDA's citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição, contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA's executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se

aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1054056-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DE MORAES BARBOSA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1054056-93.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 19/11/2019 08:08:10 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSE DE MORAES BARBOSA CPF Nº 177.359.551-20 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 2016 / 1317293; 2017 / 1570406; 2018 / 1727113 e 2019 / 1830964. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 4.368,10- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada acima identificada, tendo como objeto o recebimento de créditos representados pelas CDA's indicadas na inicial. Considerando que as CDA's citadas na exordial não foram anexadas neste PJe quando de sua distribuição, contrariando assim o disposto no § 4º do Art. 6º da Lei nº 6.830/1980 - LEF, com fundamento nos Arts. 321 c/c 183, do CPC/2015, DETERMINO QUE SE PROCEDA A EMENDA À INICIAL, procedendo-se à juntada/anexação das necessárias CDA's executadas, no prazo de TRINTA DIAS, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do Art. 312, Parag. Único do CPC/2015, com a consequente extinção desta Execução Fiscal sem resolução do mérito, com fundamento no Art. 485, inc. I do CPC/2015. Decorrido o prazo acima para emenda à inicial, com ou sem manifestação da Procuradoria Fiscal Municipal Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltem os autos À CONCLUSÃO. INTIME (PJe) imediatamente a Fazenda Pública Municipal Exequente desta decisão, através do Procurador Fiscal que subscreveu a inicial, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. PUBLIQUE, para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF Lei nº 6.830/1980 - LEF Art. 6º - A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. - CÓDIGO PROCESSO CIVIL 2015: Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...) FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0029072-87.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE IRINEU FIACADORI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar

do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016076-91.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COBEL (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0016076-91.2003.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/08/2003 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: COBEL CNPJ Nº - CONTRIBUINTE .. CDA Nº 98/930463 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 120,87- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos

acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014527-12.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALAIDE MIRANDA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0014527-12.2004.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/07/2004 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: ALAIDE MIRANDA DA SILVA CNPJ/CPF Nº - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 99/24140; 00/80845. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 283,14 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014357-74.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSIAS LEMES RODRIGUES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos

eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0028137-47.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SHIRLEY SOUZA SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS

Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0028685-72.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TONY ANDREO MARQUES DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua

CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ,

PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014696-33.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROMULO VANDONI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à

demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0025153-90.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDEMIRCIO CORREIA FERNANDES - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para

recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014174-69.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO VIEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução

fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020029-29.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ARAUJO SOARES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as

hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004051-12.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO TADEU CABRAL CARBELINO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das

custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015442-61.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO B RODRIGUES DE CARVALHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ

em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao

pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014738-48.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AMPER CONSTRUCOES ELETRICA LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE

APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0030929-71.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IVENS CUIABANO SCAFF (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA

MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015043-32.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IZABEL ALVES BEZERRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o

ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015365-52.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANEZINO FARIAS ZOZOMAZORE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0015365-52.2004.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/07/2004 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ANEZINO FARIAS ZOZOMAZORE CPF Nº não informado - CONTRIBUINTE 1685 CDA's Nºs 18773/99, 74426/00, 2348/01, 61998/02, 137057/03 VALOR DA CAUSA: R$ 419,91 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na

Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017988-89.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BRAULINO DA SILVA REGO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o

ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal

e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0028630-24.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IONE BRANDAO MARANHAO DE QUEIROZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0028630-24.2004.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/12/2004 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: IONE BRANDAO MARANHAO DE QUEIROZ CNPJ/CPF Nº 203.755.062-68 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 2000/90379, 2001/17341, 2002/81188 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 3.362,43 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA(’s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM

COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015306-98.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COBEL LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do

magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014416-28.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AGNALDO LOPES PAELO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0014416-28.2004.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/07/2004 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: AGNALDO LOPES PAELO CNPJ/CPF Nº - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 1999/25899, 2000/82821, 2001/10080, 2002/71617, 2003/148993 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 489,14 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL DIGITALIZADA, distribuída pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor da Parte Executada qualificada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) anexada(s) com a exordial, acima descrita(s), referente(s) ao não pagamento de IMPOSTO(S) que incidiu(ram) sobre a Inscrição Municipal em epígrafe, na qual foi determinada a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN, tendo sido expedida a respectiva Carta, a qual não foi enviada face a inércia da Procuradoria Fiscal Municipal à época, razão pela qual foi determinado o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do Art. 40 da LEF. Após, decorridos mais de DEZ ANOS, durante o REGIME DE EXCEÇÃO DE 2019, foi proferida SENTENÇA, extinguindo esta ação executiva. A seguir, a Procuradoria Fiscal do Município Exequente lançou nos autos físico a sua CIÊNCIA da sentença extintiva acima. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que inexistiu RECURSO FAZENDÁRIO nestes autos, DETERMINO: I. CERTIFIQUE imediatamente o trânsito em julgado da sentença proferida nestes autos. II. Considerando a sua condenação no pagamento, INTIME a Parte Executada, por Carta AR, conforme determina o Art. 241 do CPC/2016, para vir pagar as custas e taxa judiciária (FUNAJURIS), NO PRAZO DE CINCO DIAS, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre o envio e devolução do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). III. Havendo pagamento pela Parte Executada, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO) E ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). IV. Entretanto, decorrido o prazo para recolhimento das custas pela Parte Executada, havendo constatação da INADIMPLÊNCIA, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e CUMPRA o Sr. Gestor Judiciário o determinado nos Provimento nº 40/2014; 80/2014-CGJ; e 88/2014 (Protesto), encaminhando ao Departamento de Controle e Arrecadação – DAC/MT a documentação necessária para a devida inscrição na Dívida Ativa do Estado, CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊEM-SE BAIXAS nos Relatórios, na Distribuição e no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). V. Após o cumprimento das determinações acima, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito mf - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. § 1º O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. § 2º Rejeitada a alegação de nulidade, tratando-se de processo de: I - conhecimento, o réu será considerado revel; II - execução, o feito terá seguimento. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao

chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Art. 904. A satisfação do crédito exequendo far-se-á: I - pela entrega do dinheiro; II - pela adjudicação dos bens penhorados. Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 433 DE 28/08/2017: Art. 7º A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela, conjuntamente com o pagamento integral dos honorários advocatícios, que serão devidos no percentual de 5% (cinco por cento) do valor líquido objeto do termo de acordo, aos procuradores em efetivo exercício, por meio da conta do Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, sem a incidência do disposto no art. 1º da Lei nº 2.654, de 28 de dezembro de 1988. § 1º O pagamento será realizado por meio de Documento Único de Arrecadação Municipal - DAM. LEI COMP. Nº 35/1979 – LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (LOMAN): Art. 35 - São deveres do magistrado: ... VII - exercer assídua fiscalização sobre os subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes; ... -CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS GERAIS DA CGJ/TJMT: Art. 351. Ressalvada a Comarca de Cuiabá, que possui a CENTRAL DE ARQUIVAMENTO E ARRECADAÇÃO, e até a expansão da referida Central para as demais Comarcas, periodicamente, o juiz deverá verificar a quantidade de processos que estejam tramitando ou arquivados provisoriamente e que tenha como único objeto a cobrança de custas judiciais. § 1º Após proceder ao levantamento determinado no caput deste artigo, o Juiz intimará o devedor, via Diário da Justiça Eletrônico, fixando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento de custas judiciais pendentes. Art. 354. Constatada a existência de saldo devedor de custas e taxas, com valores superiores a R$ 50,00 (cinquenta reais) e inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais), será expedida a Certidão para remessa à Protesto pela Central de Arrecadação e Arquivamento, a qual será remetida por meio do sistema CIA para o Departamento de Controle e Arrecadação. (Redação alterada pelo Provimento nº 14/2017-CGJ). -SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 143: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA EXEQUENTE. ERRO DO CONTRIBUINTE NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS - DCTF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA VERIFICAÇÃO DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RETIFICADORA, SE HOUVER, EM COTEJO COM A DATA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. 1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que vem dotado de fundamentação suficiente para sustentar o decidido. 2. Em sede de execução fiscal é impertinente a invocação do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, tendo em vista que o Plenário do STF, em sessão de 29.09.2004, julgando o RE 420.816/PR (DJ 06.10.2004) declarou incidentemente a constitucionalidade da MP n. 2180-35, de 24.08.2001 restringindo-lhe, porém, a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art.730). 3. É jurisprudência pacífica no STJ aquela que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, define a necessidade de se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: AgRg no REsp. Nº 969.358 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 6.11.2008; EDcl no AgRg no AG Nº 1.112.581 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 23.7.2009; REsp Nº 991.458 - SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 2.4.2009; REsp. Nº 626.084 - SC, Primeira Turma, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 7.8.2007; AgRg no REsp 818.522/MG, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 21.8.2006; AgRg no REsp 635.971/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 16.11.2004. 4. Tendo havido erro do contribuinte no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, é imprescindível verificar a data da apresentação do documento retificador, se houver, em cotejo com a data do ajuizamento da execução fiscal a fim de, em razão do princípio da causalidade, se houver citação, condenar a parte culpada ao pagamento dos honorários advocatícios. 5. O contribuinte que erra no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF deve ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários advocatícios, por outro lado, o contribuinte que a tempo de evitar a execução fiscal protocola documento retificador não pode ser penalizado com o pagamento de honorários em execução fiscal pela demora da administração em analisar seu pedido. 6. Hipótese em que o contribuinte protocolou documento retificador antes do ajuizamento da execução fiscal e foi citado para resposta com a consequente subsistência da condenação da Fazenda Nacional em honorários. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, REsp 1111002/SP, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009). (negritei e grifei). FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0009404-18.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALOCAR LTDA - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0009404-18.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/03/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ALOCAR LTDA - EPP CNPJ/CPF Nº 03.004.918/0001-05 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 0 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº .. VALOR DA CAUSA: R$ 1.094,49 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, em seguida tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente lançado nos autos 'CIÊNCIA' da sentença, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça o arquivamento imediato do feito. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, CERTIFIQUE o Sr. Gestor sobre o seu trânsito em julgado, DÊEM-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO-SE definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE-SE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA-SE sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por

esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Despacho Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1008623-66.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABA (RÉU)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL Nº 1008623-66.2019.8.11.0041 DIST.: 28/02/2019 EMBTE: BANCO BRADESCO S/A CNPJ Nº 60.746.948/0001-12 EMBDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ REF. EXECUÇÃO FISCAL Nº 0040865-76.2011.8.11.0041 CDA Nº 710877 VALOR DA CAUSA: R$29.943,29- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL distribuídos em 28/02/2019, por dependência à EXECUÇÃO FISCAL Nº 0040865-76.2011.8.11.0041, pelo BANCO BRADESCO S/A - CNPJ Nº 60.746.948/0001-12, em desfavor de MUNICÍPIO DE CUIABÁ, e o valor atribuído à causa foi R$ 29.943,29- (ID 18363816). Com a inicial vieram cópias dos seguintes documentos: Instrumento de Procuração (ID 18363828); Certidão de Indisponibilidade (ID 18363831); e Comprovante de Garantia do Juízo (ID 18363832). Em 11/07/2019 este Juízo proferiu despacho determinando ao Sr. Gestor Judiciário que certificasse nestes autos eletrônicos acerca do recolhimento Custas e Taxas Judiciárias devidas, bem como que procedesse à intimação do Banco Embargante para que proceda ao recolhimento da complementação, caso necessário, no PRAZO DE QUINZE DIAS, sob pena de cancelamento da Distribuição, conforme Art. 290 do CPC/2015 (ID 21579458). Em 04/11/2019 os autos vieram à conclusão, ante a ausência de manifestação do Banco Embargante quanto ao recolhimento de custas (ID 25755945). Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Analisando detidamente estes autos eletrônicos, observo que foram feitos à conclusão SEM o cumprimento das determinações do despacho de ID 21579458. Conclusão INDEVIDA! (ID 25755945). Assim sendo, CERTIFIQUE o Sr. Gestor Judiciário acerca do motivo da conclusão sem cumprimento das determinações anteriores, principalmente quanto à digitalização da Execução Fiscal e sua associação/vinculação a estes Embargos (itens III e IV), bem como CUMPRA imediatamente e sucessivamente o despacho proferido em 11/07/2019 (ID 21579458), que determinou: "I. Inicialmente, considerando a notória capacidade econômica do Banco Embargante, que afasta qualquer indício de hipossuficiência para fins de concessão do benefício da gratuidade da justiça, DETERMINO ao Sr. Gestor Judiciário que CERTIFIQUE nestes autos eletrônicos acerca do recolhimento Custas e Taxas Judiciárias devidas, INTIMANDO-SE (PJe) o Banco Embargante para que proceda ao recolhimento/complementação, caso necessário, no PRAZO DE QUINZE DIAS, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme Art. 290 do CPC/2015, cumprindo ainda ao Sr. Gestor, uma vez decorrido o prazo acima, CERTIFICAR sobre o recolhimento antecipado e tempestividade, remetendo os autos À CONCLUSÃO para sentença de extinção, se for o caso. II. Por outro lado, em análise prefacial, constata-se que a EXECUÇÃO FISCAL Nº 0040865-76.2011.8.11.0041 tramita neste Juízo em autos físicos, em trâmite pelo Sistema Apolo, o que inviabiliza o apensamento/vinculação daqueles a estes autos eletrônicos, em trâmite pelo Sistema PJe. Dessa forma, após cumprida integralmente a providência determinada no item I acima, com o objetivo de viabilizar a tramitação dos feitos dependentes, bem como para evitar decisões conflitantes, DETERMINO ao Sr. Gestor Judiciário que proceda à digitalização dos autos da referida Execução Fiscal Nº 0040865-76.2011.8.11.0041, procedendo-se a seguir ao ARQUIVAMENTO dos autos físicos, CERTIFICANDO todas essas providências em ambos os autos eletrônicos e no Sistema Apolo. IV. Na sequência, DETERMINO ao Sr. Gestor Judiciário que promova o apensamento/vinculação destes autos à referida Execução Fiscal, em cumprimento ao § 1º do Art. 914 do CPC/2015 e, após, EXPEÇA ofício, via Malote Digital, ao Departamento de Depósitos Judiciais do Tribunal de Justiça deste Estado, para que proceda à vinculação aos autos da Execução Fiscal Nº 0040865-76.2011.8.11.0041 do valor de R$29.943,29- depositado em Juízo nestes autos dos Embargos à Execução Fiscal na data de 06/02/2019 (ID 18363832 – p. 3). V. A seguir, CERTIFIQUE acerca da tempestividade dos presentes Embargos, conforme Art. 16 da Lei nº 6.830/1980 (LEF). VI. Se intempestivos, voltem estes autos imediatamente À CONCLUSÃO, para prolação de sentença de extinção. VII. Contudo, se tempestivos, com fundamento no Art. 16 da LEF, RECEBO estes EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para discussão, atribuindo-lhe EFEITO SUSPENSIVO e DETERMINO o seu regular processamento. VIII. Consequentemente, com fundamento no Art. 151, inc. II do CTN, SUSPENDO a EXECUÇÃO FISCAL Nº 1023549-52.2018.8.11.0041, devendo o Sr. Gestor CERTIFICAR em ambos processos. IX. Após o cumprimento acima, para fins do Art. 17 da LEF, DÊ-SE VISTA dos autos vinculados ao Município Embargado/Exequente, na pessoa do Sr. Procurador Fiscal que oficia perante este Juízo, para impugná-los, querendo, no PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de preclusão (Art. 223 do CPC/2015). X. Decorrido o prazo para impugnação acima, COM ou SEM a sua apresentação, CERTIFIQUE-SE sobre a tempestividade e voltem À CONCLUSÃO." PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe TJMT. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito Ija - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. FIM

Intimação Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006318-39.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Estado de Mato Grosso (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BELVISO COSMETICOS LTDA - ME (EXECUTADO)
GABRIEL GABRIEL CHEMIN (EXECUTADO)
LUCIANO ZANIN GABRIEL (EXECUTADO)

INTIMAÇÃO - Procedo à intimação das partes do teor da sentença prolatada nos autos - 'Proc. n° 6318-392013.81] .0041 Codigo 799891 Vistas etc... Trata- se de Execução Fiscal promovida pela Fazenda Pública Estadual,a qual postula extinção do feito (fls.27), com fundamento no art. 924,11, do CPC,diante da quitação do débito. Diante _do pleito da parte exequente, declaro quitado o crédito representando pela(s) CDA(s) que instruiu(iram) a presente ação,e,consequentemente, JULGO EXTINTO o processo nos termos do art. 924,11, do CPC-2015. Sem custas processuais. Determino as providencias necessérias no sentido de que sejam canceladas eventuais penhoras e e o utras restrições oriundas desta ação. Homologo a desistência do prazo recursal, quando expressamente manifestada. Certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se com as baixas e anotações de estilo. . Publique-se, Intimem-se e cumpra-se. Cuiabá, 30 do outubro do 2019.' ADAIR JULIETA DA SILVA JUIZA DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004933-56.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
P. S. FIGUEIRA - ME (EXECUTADO)
PEDRO SEVERINO FIGUEIRA (EXECUTADO)

INTIMAÇÃO - Procedo à intimação das partes do teor da sentença prolatada nos autos - 'Processo 11°4933-56.2013.811.0041 Codigo: 798544 Vistos etc. Trata-se do Execução Fiscal promovida pela Fazenda Pública Estadual, a qual postula a extinção do feito, com fulcro no art. 924,11, do NCPC. Diante do pleito da parte exequente, declaro quitado o crédito representado pela CDA que instruiu a presente ação, e

consequentemente, JULGO EXTINTO o processo nos termos do art. 924, II, do NCPC. Isento de custas processuais. Determino as providencias necessárias no sentido de que sejam canceladas eventuais penhoras e ou restrições oriundas desta ação. Homologo a desistência do prazo recursal, quando expressamente manifestada. Certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se com as baixas e anotações de estilo. Publique-se,Intimem-se e cumpra-se. Cuiabá, 23 de outubro de 2019. ADAIR JULIETA DA SILVA JUIZA DE DIREITO'

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1007198-09.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDACAO BRADESCO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1007198-09.2016.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 23/05/2016 08:54:08 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: FUNDAÇÃO BRADESCO CNPJ Nº 60.701.521/0001-06 CDA's Nºs 2014/974680 e 2014/980854. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 83980 - MULTA - INF. COD. OBRAS EDIF. VALOR DA CAUSA: R$ 1.886,02- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL distribuída eletronicamente via PJe pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em 23/05/2016 em desfavor de FUNDAÇÃO BRADESCO – CNPJ Nº 60.701.521/0083-44, pretendendo o recebimento dos créditos inscritos nas CDA's Nºs 2014/974680 e 2014/980854, referentes ao não pagamento de MULTA POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES de Inscrição Municipal Nº 83980, e o valor atribuído à causa foi R$1.886,02- (ID 1088344). A petição inicial veio instruída com cópias das CDA's mencionadas acima (ID 1088345). Em 08/09/2017 foi determinada a citação da Parte Executada (ID 9790190), interrompendo-se o prazo prescricional, conforme o Art. 174 do CTN, tendo sido expedida Carta de Citação em 29/11/2017 (ID 10895084), não havendo informações quanto ao seu cumprimento. Em 29/01/2018 o Município Exequente requereu a EXTINÇÃO do presente feito (ID 11528201), com fulcro no Art. 924, inc. II, do CPC/2015 (satisfação do crédito executado), juntando na ocasião "EXTRATO DO CONTRIBUINTE" (ID 11528221). Em 06/02/2018 a Parte Executada, através de seu Advogado Constituído, compareceu aos autos ESPONTANEAMENTE para manifestar concordância com extinção do processo, requerendo a devolução do valor depositado para garantir o Juízo (ID 11665859), juntando na ocasião "COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL" (ID 11665865), "INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO" (ID's 11663707, 11663725, 11663730, 11663734). Em 30/05/2018 este Juízo proferiu SENTENÇA deferindo o pedido de extinção apresentado pela Fazenda Pública Municipal Exequente, JULGANDO PROCEDENTE e DECLARANDO EXTINTA com julgamento do mérito a presente Ação de Execução Fiscal, bem como CONDENANDO a Parte Executada no pagamento das custas processuais e taxa judiciária (ID 13445674). Em 05/06/2018 foi certificado o trânsito em julgado da r. sentença retro (ID 13499857), tendo a Contadoria deste Fórum da Capital realizado o cálculo de custas e taxa em 12/06/2018 (ID 13605367). Em 16/08/2018 a Parte Executada peticionou nos autos para reiterar o pedido de devolução do valor depositado para garantir o Juízo (ID 14777723), juntando na ocasião "COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL" (ID 14777727). Em 17/08/2018 a Parte Executada peticionou nos autos para requerer "a juntada das custas finais", sic, (ID 14811672), anexando na ocasião "GUIA FUNAJURIS" (ID 14811684) e "COMPROVANTE DE PAGAMENTO" (ID 14811692). Em 05/04/2019 foi expedida Carta de Intimação da Parte Executada para pagar no prazo de cinco dias o valor de R$ 545,48-, referente às custas e taxa judiciária (ID 19196455). Em 23/04/2019 foi certificada pela Secretaria deste Juízo a juntada aos autos de documentos apresentados pela Parte Executada em balcão (ID 19583787), sendo eles "OFÍCIO N° 006/2019" e "COMPROVANTE DE PAGAMENTO" (ID 19584409), onde se constata o pagamento das custas e taxa judiciária. Em 04/07/2019 o MM° Juiz de Direito Auxiliar da CGJ Dr. Gerardo Humberto Alves Silva Junior, em sede REGIME DE EXCEÇÃO 2019, determinou a intimação do Município Exequente para se manifestar sobre o pedido de levantamento da garantia de Juízo da Parte Executada, no prazo de dez dias (ID 21099608). Em 30/07/2019 a Parte Executada peticionou nos autos para "solicitar o desarquivamento do processo e reiterar a devolução do valor depositado a título de garantia do juízo, mediante expedição de alvará", sic, (ID 22183399). Em 04/11/2019 a Parte Executada peticionou nos autos para "reiterar o pedido contido na manifestação protocolada em 30/7/2019, no ID 22183399", sic, (ID 25752640). Eis o relato necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Em que pese o MM° Juiz de Direito Auxiliar da CGJ Dr. Gerardo Humberto Alves Silva Junior, em sede REGIME DE EXCEÇÃO 2019, ter determinado a intimação do Município Exequente para se manifestar sobre o pedido de levantamento da garantia de Juízo da Parte Executada, no prazo de dez dias, no despacho datado de 04/07/2019 (ID 21099608), observo que este Juízo proferiu SENTENÇA em 30/05/2018 (ID 13445674), transitada em julgado em 05/06/2018 (ID 13499857), na qual JULGOU PROCEDENTE e DECLAROU EXTINTA com julgamento do mérito a presente Ação de Execução Fiscal, CONDENANDO a Parte Executada no pagamento das custas processuais e taxa judiciária, o qual foi comprovado nestes autos eletrônicos através dos documentos de ID's 14811692 e 19584409, sendo, portanto, desnecessário ouvir o Município Exequente a respeito dos pedidos de levantamento de garantia de Juízo formulados pela Parte Executada (ID's 11665859, 14777723, 22183399 e 25752640). Registre-se, por oportuno, que o pedido de EXTINÇÃO PELO PAGAMENTO desta Execução Fiscal foi formulado pela própria Fazenda Pública Municipal Exequente, a qual desistiu expressamente do prazo recursal (ID 11528201). Assim sendo, CERTIFIQUE o Sr. Gestor Judiciário acerca do efetivo recolhimento das custas processuais e taxa judiciária informado pela Parte Executada (ID's 14811692 e 19584409), a seguir, estando quitadas as custas e taxa judiciária, EXPEÇA imediatamente o respectivo ALVARÁ DE TRANSFERÊNCIA (TED) em favor da Parte Executada - FUNDAÇÃO BRADESCO – CNPJ Nº 60.701.521/0083-44 - da importância de R$2.304,45- (ID's 11665865 e 14777727), a ser transferido para a Agência 4040, Conta 1-9 – BANCO BRADESCO, tendo como Titular BANCO BRADESCO S/A – CNPJ 60.746.948/0001-12, conforme dados bancários informados nas petições de ID's 22183399 e 25752640 (ATO ORDINATIVO), CERTIFICANDO nestes autos (ATO ORDINATIVO) e remetendo-os À CONCLUSÃO para assinatura eletrônica por este Juízo (ATO ORDINATIVO). INTIME (DJe) o Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal que oficia perante este Juízo, nos termos dos Arts. 269, § 3º e 270, § único do CPC/2015. INTIME (PJe e DJe) a Parte Executada, através de seus Advogados Constituídos, conforme determinam os Arts. 271 e 274 do CPC/2015. PUBLIQUE (DJe) para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito Ija - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. (...) § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: (...) § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. (...) § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. FIM

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL

Processo Número: 1033738-26.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO FARIAS SANTOS DE ALMEIDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1033738-26.2018.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/10/2018 09:56:02 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MARCELO FARIAS SANTOS DE ALMEIDA CPF Nº 395.663.581-72 CDA's Nºs 2015/1186273; 2016/1302226 e 2017/1509118. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.44.041.0150.025 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.805,24- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL distribuída eletronicamente via PJe em 04/10/2018 pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor de MARCELO SANTOS DE ALMEIDA - CPF Nº 395.663.581-72, tendo como objeto o recebimento dos créditos inscritos nas CDA's Nºs 2015/1186273; 2016/1302226 e 2017/1509118, referentes ao não pagamento de IPTU's do imóvel de Inscrição Municipal nº 01.5.44.041.0150.025, e o valor atribuído à causa foi R$ 3.805,24- (ID 15097705). A petição inicial veio instruída com cópia das CDA's acima mencionadas (ID 15097708). Em 07/11/2018 o MM°. Juiz de Direito Cooperador Dr. Luís Otavio Pereira Marques, em sede de REGIME DE EXCEÇÃO 2018, determinou a citação da Parte Executada, interrompendo-se o prazo prescricional, conforme Art. 174 do CTN (ID 16365412). Em 28/02/2019 a Parte Executada, advogando em causa própria, compareceu espontaneamente aos autos para interpor EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (ID 18386170). Na oportunidade, anexou Matricula atualizada do imóvel em referencia (ID 18387256). Em 25/04/2019 este Juízo proferiu decisão declarando a Parte Executada citada na data do seu comparecimento espontâneo, tendo recebido os seus Embargos à Execução como EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, bem como determinando a intimação do Município Exequente para se manifestar acerca da defesa interposta nestes autos eletrônicos, no prazo de trinta dias (ID 19495419). Em 02/05/2019 o Município Exequente requereu que a Parte Executada apresentasse CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR para comprovar não ser proprietária do imóvel de Inscrição Municipal nº 01.5.44.041.0150.025, e, em caso de cumprimento, pugnou pela vista dos autos (ID 19791817). Em 15/05/2019 a Parte Executada peticionou nos autos para requerer que "o causídico municipal tenha ciência da Certidão de Inteiro Teor obtida junto ao 6º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO DE IMOVEIS DA TERCEIRA CIRCUNSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT, outrora já apresentada no dia 28 de fevereiro de 2019, na petição EMBARGOS A EXECUÇÃO transladada juntada aos autos (id nº 18386170) assim, como a certidão de compra/venda também outrora juntada aos autos (id nº 18387256) na qual comprovou de que o Sr. MARCELO FARIAS SANTOS DE ALMEIDA, já não é mais o proprietário do imóvel de inscrição nº 01.5.44.041.0150.025", sic, (ID 20080448), juntando na oportunidade "CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR" (ID 20080468). Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que a Parte Executada compareceu aos autos, advogando em causa própria, para informar que já havia juntado a CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR através do ID 18387256, inclusive procedendo novamente à juntada da referida certidão através do ID 20080468, conforme relatado acima (ID 20080448), ad cautelam, DETERMINO: I. DÊ-SE VISTA imediatamente destes autos ao Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal que oficia perante este Juízo, para se MANIFESTAR no prazo de QUINZE DIAS quanto a petição que informa a juntada da CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR (ID 20080448), sob pena de preclusão (Art. 223 CPC/2015) e presumir-se a anuência com a extinção desta Execução Fiscal com julgamento do mérito, face à ilegitimidade passiva da Parte Executada e nulidade das CDA's sub judice, nos termos dos Art. 156, inc. X do CTN c/c Art. 487, inc. I do CPC/2015. II. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATIVO) e voltem estes autos À CONCLUSÃO para sentença. INTIME (PJe e DJe) o Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal que oficia perante este Juízo, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. INTIME (PJe e DJe) a Parte Executada, Advogado em causa própria, conforme Arts. 271 e 274 do CPC/2015. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe TJMT. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito Ija - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;... FIM

Intimação Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1011690-44.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SONY MOBILE COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA. (EXECUTADO)
RICARDO SHIGUERU SASAKI (EXECUTADO)
LUIZ FERNANDO SAVIETTO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES OAB - MT17603-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE II - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL 1011690-44.2016.8.11.0041 EXEQUENTE: ESTADO DE MATO GROSSO EXECUTADO: SONY MOBILE COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA. e outros (2) Vistos etc... 1 – O Art. 6º da Lei 6.830/1980, que "Dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública e dá outras providências" assim prevê : "A petição inicial indicará apenas: (...) § 1º - A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita. § 2º - A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico. (...) Desta forma, indefiro o pleito da parte executada(Id 15222395). 2 – O pleito sob Id 15222395 veio aos autos desacompanhado de instrumento procuratório. Intime-se, pois, o subscritor para que promova a regularização da representação processual, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de desentranhamento. 3 - Intime-se e cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá, 23 de novembro de 2018. Adair Julieta da Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1015441-39.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SEPROL - COMERCIO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEL DE MENEZES NIEBUHR OAB - SC12639 (ADVOGADO(A))
HELIO JACINTO DE SOUSA BRITES OAB - SC38845 (ADVOGADO(A))
PEDRO DE MENEZES NIEBUHR OAB - SC19555 (ADVOGADO(A))
SABRINA NERON BALTHAZAR OAB - SC41693 (ADVOGADO(A))
CAUE VECCHIA LUZIA OAB - SC20219 (ADVOGADO(A))
LUIZ EDUARDO ALTENBURG DE ASSIS OAB - SC40368 (ADVOGADO(A))

CARLOS EDOARDO BALBI GHANEN OAB - SC17191 (ADVOGADO(A))
FERNANDA SANTOS SCHRAMM OAB - SC41087 (ADVOGADO(A))
MAURICIO GAZEN OAB - RS71456 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE II - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL 1015441-39.2016.8.11.0041 EXEQUENTE: SEPROL - COMERCIO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc... 1. Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem se pretende produzir outras provas, indicando em caso positivo, sua pertinência e o objetivo de sua realização, sob pena de preclusão. 2. Intimem-se e cumpra-se. Cuiabá, 23 de novembro de 2018. Adair Julieta da Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0055012-39.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMIR PINHEIRO DUARTE (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0055012-39.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 03/12/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ADEMIR PINHEIRO DUARTE CPF Nº 175.502.541-68 - CONTRIBUINTE 265978 CDA's Nºs 2009/0377212; 2013/0941290 e 09/953825. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0055043-59.2013.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 03/12/2013 00:00:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: HENRIQUE ALVARES DA CUNHA NETO CNPJ/CPF Nº 308.000.807-34 - CONTRIBUINTE 265978 CDA's Nºs 20090364679, 20130929835, 20130953819 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 70919 VALOR DA CAUSA: R$ 3.092,26- DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento dos créditos inscritos nas CDA's descritas na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM VALOR DA CAUSA: R$ 3.186,25 DESPACHO 11010 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ, em suporte de papel, tendo como objeto o pagamento do(s) crédito(s) inscrito(s) na(s) CDA('s) descrita(s) na exordial, em relação à Parte Executada em epígrafe, que foi DIGITALIZADA e incorporada ao Sistema PJe TJMT, na qual já foi proferida SENTENÇA DE EXTINÇÃO, tendo a Procuradoria Fiscal Municipal Exequente renunciado expressamente ao seu prazo recursal, a prima facie inexistindo qualquer razão processual que impeça seu arquivamento imediato. Assim, DETERMINO o cumprimento imediato da referida sentença, DÊ-SE BAIXA na Distribuição e no Sistema PJe, ARQUIVANDO definitivamente estes autos eletrônicos. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Data registrada no Sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa -CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. FIM

Decisão

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056484-48.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS OSCAR KUNZE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056484-48.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:32:13 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CARLOS OSCAR KUNZE CPF Nº 146.485.801-25 - CONTRIBUINTE 2457 CDA's Nºs 2016 / 1273426; 2017 / 1461529; 2019 / 1863698 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 02.2.34.010.0161.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 15.889,15 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO

FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda.

(Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para

cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056733-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO SANTANA DE ARRUDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056733-96.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:56:43 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: MARCIO SANTANA DE ARRUDA CPF Nº 958.729.141-72 - CONTRIBUINTE 734851606 CDA's Nºs 2016 / 1345942; 2017 / 1510155; 2018 / 1604569; 2019 / 1831630 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.32.004.0217.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 4.440,74 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da

suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de

15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056727-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE FLAVIO DALALIO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056727-89.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:56:25 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSE FLAVIO DALALIO CPF Nº 038.858.498-01 - CONTRIBUINTE 96531 CDA's Nºs 2016 / 1316389; 2018 / 1666046; 2019 / 1786344 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.15.039.0138.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.705,10 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos

Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e

máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se

automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056728-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE OTAVIANO DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056728-74.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:56:29 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSE OTAVIANO DA SILVA CPF Nº 086.622.071-20 - CONTRIBUINTE 24052 CDA's Nºs 2016 / 1331868; 2017 / 1476667; 2018 / 1687921; 2019 / 1827905 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.13.016.0118.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 4.756,57 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e

exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for

regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056488-85.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALUIZIO DE MORAES GONCALVES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056488-85.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:32:39 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ALUIZO DE MORAES GONÇALVES CPF Nº 831.211.021-68 - CONTRIBUINTE 735049738 CDA's Nºs 2016 / 1309645; 2017 / 1566084; 2018 / 1657923 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.13.002.0566.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.462,43 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O

CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da

condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva

citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056729-59.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOZENIZE LINA DE OLIVEIRA CRUZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056729-59.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:56:33 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: JOZENIZE LINA DE OLIVEIRA CRUZ CPF Nº 327.857.801-59 - CONTRIBUINTE 55547 CDA's Nºs 2016 / 1349846; 2017 / 1457482 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.14.017.0311.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 6.675,61 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O

ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a

seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056738-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LINDONOR NUNES DE AZEVEDO SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056738-21.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:57:05 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: LINDONOR NUNES DE AZEVEDO SILVA CPF Nº 568.030.951-34 - CONTRIBUINTE 101898 CDA's Nºs 2016 / 1329225; 2017 / 1531608; 2018 / 1615128; 2019 / 1914425 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.34.055.0137.008 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.993,52 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme

exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a

partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois

prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056737-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCEDITI DA SILVA SIQUEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056737-36.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:57:00 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: LUCEDITI DA SILVA SIQUEIRA CPF Nº 718.653.221-72 - CONTRIBUINTE 734933835 CDA's Nºs 2016 / 1346572; 2017 / 1561371; 2018 / 1697887; 2019 / 1778077 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.2.44.049.0130.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 4.836,86 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município

Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de

quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1055803-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTOINE CHAFIC MOTRAN - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1055803-78.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/11/2019 10:01:45 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ANTOINE CHAFIC MOTRAN - ME CNPJ Nº 01.332.857/0001-71 - CONTRIBUINTE 337506 CDA Nº 2018 / 1589485 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 79459 - ISSQN. VALOR DA CAUSA: R$ 13.425,93- DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento dos crédito(s) representado(s) pela(s) CDA(‘s) indicada(s) acima e anexada(s) com a inicial (ID’s ... e ...), referente(s) ao não pagamento(s) do Imposto acima informado. Por outro, observo que a Parte Executada indicada na petição inicial e na(s) CDA('s) que acompanham é DIFERENTE da cadastrada pelo Município Exequente no Sistema PJe, razão pela qual, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, para DETERMINAR ao Sr. Gestor que CORRIJA imediatamente o nome e a qualificação do polo passivo desta Ação de Execução Fiscal Municipal na Distribuição e no Sistema PJe, nos termos da Resolução nº 03/2018 TP/TJMT, CERTIFICANDO-SE nestes autos eletrônicos. A seguir: I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da

Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um

e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em

juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056501-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ERALDO DA SILVA PEREIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056501-84.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:33:26 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ERALDO DA SILVA PEREIRA CPF Nº 596.481.987-72 - CONTRIBUINTE 20405 CDA's Nºs 2016 / 1259389; 2017 / 1495195 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.12.016.0370.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.521,50 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o

valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a

penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056707-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IZAUREA COSTA GOVEIA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056707-98.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:55:14 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: IZAURA COSTA GOVEIA CPF Nº 535.723.511-20 - CONTRIBUINTE 17133 CDA's Nºs 2016 / 1320988; 2017 / 1568363; 2018 / 1707962; 2019 / 1845578 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.4.25.040.0115.002 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.409,45 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos

dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para

o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente,

na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056699-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE SEBA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056699-24.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:49 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSE SEBA CPF Nº 176.394.251-15 - CONTRIBUINTE 23414 CDA's Nºs 2016 / 1360346; 2017 / 1490229; 2018 / 1625139; 2019 / 1788837 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.11.019.0023.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 8.364,94 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão

(ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA

PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056502-69.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CASSIO LUIS DA SILVA CAMPOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056502-69.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:33:30 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CASIO LUIZ DA SILVA CAMPOS CPF Nº 109.166.011-53 - CONTRIBUINTE 160 CDA's Nºs 2016 / 1266329; 2017 / 1479420; 2018 / 1638546; 2019 / 1777495 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.1.43.005.0417.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.687,23 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À

CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48

(quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer

causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056739-06.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LINDONOR NUNES DE AZEVEDO SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056739-06.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:57:09 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: LINDONOR NUNES DE AZEVEDO SILVA CPF Nº 568.030.951-34 - CONTRIBUINTE 101898 CDA's Nºs 2016 / 1328090; 2017 / 1523900; 2018 / 1700325; 2019 / 1914420 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.34.055.0137.003 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.990,67 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos,

contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das

respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056706-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDILBERTO JOSE SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056706-16.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:55:11 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: EDILBERTO JOSE SANTOS CPF Nº 502.626.961-34 - CONTRIBUINTE 269631 CDA's Nºs 2016 / 1267082; 2018 / 1709358; 2019 / 1795281 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.25.008.0607.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 3.453,80 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no

prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de

indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL

MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056497-47.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO ANDRELINO DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056497-47.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:33:10 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: BENEDITO ANDRELINO DA SILVA CPF Nº 138.667.371-49 - CONTRIBUINTE 58985 CDA's Nºs 2016 / 1284766; 2017 / 1457526; 2018 / 1625702; 2019 / 1800086 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.22.022.0047.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 6.246,89 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que

promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo

o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL

Processo Número: 1056698-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IMOBILIARIA SANTA ROSA LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056698-39.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:46 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: IMOBILIÁRIA SANTA ROSA LTDA - ME CNPJ Nº 03.483.682/0001-29 - CONTRIBUINTE 51865 CDA's Nºs 2016 / 1324765; 2017 / 1468648 2018 / 1683094 2019 / 1914356 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.41.022.0205.004 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 7.733,48 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do

Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo

incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056700-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)

Parte(s) Polo Passivo:
IMOBILIARIA SANTA ROSA LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056700-09.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:53 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: IMOBILIÁRIA SANTA ROSA LTDA - ME CNPJ Nº 03.483.682/0001-29 - CONTRIBUINTE 51865 CDA's Nºs 2016 / 1369861; 2017 / 1508634; 2018 / 1595175; 2019 / 1914355 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.41.022.0205.003 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 7.733,48 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas

autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do

devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056701-91.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JALES MANOEL DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056701-91.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:56 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JALES MANOEL DA SILVA CPF Nº 015.965.351-72 - CONTRIBUINTE 59010 CDA's Nºs 2016 / 1335821; 2017 / 1528657; 2018 / 1680919; 2019 / 1885836 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.8.22.024.0058.002 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.242,22 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida

DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das

empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056500-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELAIDE CATARINA DRESCH (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA

MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056500-02.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:33:22 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: ELAIDE CATARINA DRESCH CPF Nº 353.400.611-91 - CONTRIBUINTE 183615 CDA's Nºs 2016 / 1373133; 2017 / 1479751; 2018 / 1604093; 2019 / 1833807 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.15.015.0224.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 8.434,24 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas:

(...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o

Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1055455-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALLIGATOR'S BURGER LTDA - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1055455-60.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 26/11/2019 11:48:17 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ALLIGATOR'S BURGER LTDA - EPP CNPJ Nº 01.097.102/0001-30 - CONTRIBUINTE 172078 CDA's Nºs 2016 / 1408685; 2017 / 1448995 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 55559 - MULTA ADM. VALOR DA CAUSA: R$ 5.693,69 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO

ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito

público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056483-63.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADAO DA CUNHA CARDOSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056483-63.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:32:09 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ADÃO DA CUNHA CARDOSO CPF Nº 137.189.670-49 - CONTRIBUINTE 74574 CDA's Nºs 2016 / 1379557; 2017 / 1546494; 2018 / 1679282; 2019 / 1809131 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.35.081.0050.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.337,03 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para

PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o

curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo

prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056496-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ASTROGILDA URSULA LOUZADA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056496-62.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:33:06 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: ASTROGILDA URSULA LOUZADA CPF Nº 859.090.331-15 - CONTRIBUINTE 53064 CDA's Nºs 2016 / 1270372; 2017 / 1491767; 2018 / 1683923; 2019 / 1802710 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.7.45.001.0240.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.771,46 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o

prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art.

274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056498-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO CLARO DUARTE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056498-32.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:33:13 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: BENEDITO CLARO DUARTE CPF Nº 078.433.801-91 - CONTRIBUINTE 263691 CDA's Nºs 2016 / 1354377; 2017 / 1506955; 2018 / 1648874; 2019 / 1789398 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.14.022.0483.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.854,90 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal.

ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o

arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1.,

nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056499-17.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BERYKLES WELLINGTON FERNANDES DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056499-17.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:33:18 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: BERYKLES WELLINGTON FERNANDES DE SOUZA CPF Nº 544.750.821-53 - CONTRIBUINTE 330640 CDA's Nºs 2016 / 1258366; 2017 / 1561302; 2018 / 1606333; 2019 / 1777611 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.1.45.004.0641.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.999,59 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a

modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056697-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
HELIO RUBENS PIEROZAN MAGALHAES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056697-54.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:42 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: HELIO RUBENS PIEROZAN MAGALHÃES CPF Nº 776.767.851-20 - CONTRIBUINTE 334948 CDA's Nºs 2017 / 1474878; 2017 / 1583686; 2018 / 1702823; 2019 / 1794431 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.22.058.0280.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 8.662,52 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a

partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda.

(Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para

cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1055756-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. DO NASCIMENTO & CIA. LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1055756-07.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/11/2019 09:58:39 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: M. DO NASCIMENTO & CIA. LTDA - ME CNPJ Nº 10.541.947/0001-63 - CONTRIBUINTE 734834857 CDA's Nºs 2016 / 1394049; 2017 / 1434467; 2018 / 1743327 e 2019 / 1773404. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 104100 - TLFHEP. VALOR DA CAUSA: R$ 7.933,08- DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento dos crédito(s) representado(s) pela(s) CDA('s) indicada(s) acima e anexada(s) com a inicial (ID's ... e ...), referente(s) ao não pagamento(s) do Imposto acima informado. Por outro, observo que a Parte Executada indicada na petição inicial e na(s) CDA('s) que acompanham é DIFERENTE da cadastrada pelo Município Exequente no Sistema PJe, razão pela qual, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, para DETERMINAR ao Sr. Gestor que CORRIJA imediatamente o nome e a qualificação do polo passivo desta Ação de Execução Fiscal Municipal na Distribuição e no Sistema PJe, nos termos da Resolução nº 03/2018 TP/TJMT, CERTIFICANDO-SE nestes autos eletrônicos. A seguir: I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município

Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às

partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1053220-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. F. SANTORI - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1053220-23.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/11/2019 16:38:50 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: A. F. SANTORI - ME CNPJ Nº 18.114.236/0001-14 - CONTRIBUINTE 734890250 CDA Nº 2019 / 1926020 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 123202 - ISSQN. VALOR DA CAUSA: R$ 23.158,85- DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento dos crédito(s) representado(s) pela(s) CDA('s) indicada(s) acima e anexada(s) com a inicial (ID's 26114187 e 26114189), referente(s) ao não pagamento(s) do Imposto acima informado. Por outro, observo que a Parte Executada indicada na petição inicial e na(s) CDA('s) que acompanham é DIFERENTE da cadastrada pelo Município Exequente no Sistema PJe, razão pela qual, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, para DETERMINAR ao Sr. Gestor que

CORRIJA imediatamente o nome e a qualificação do polo passivo desta Ação de Execução Fiscal Municipal na Distribuição e no Sistema PJe, nos termos da Resolução nº 03/2018 TP/TJMT, CERTIFICANDO-SE nestes autos eletrônicos. A seguir: I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O

Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor.

Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056695-84.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE LUIS CORREA DA CRUZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056695-84.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:36 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSÉ LUIS CORREA DA CRUZ CPF Nº 171.796.611-04 - CONTRIBUINTE 398691 CDA's Nºs 2016 / 1330562; 2017 / 1546677; 2018 / 1708195; 2019 / 1907377 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.23.011.0310.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.649,74 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo

acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único.

Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1053189-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDINELZA SILVA SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1053189-03.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/11/2019 16:36:37 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: EDINELZA SILVA SANTOS CPF Nº 020.667.515-10 - CONTRIBUINTE 24088 CDA's Nºs 2016 / 1270898; 2017 / 1513222; 2018 / 1713853 e 2019 / 1785488. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.13.006.0218.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.265,71 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento dos crédito(s) representado(s) pela(s) CDA(‘s) indicada(s) acima e anexada(s) com a

inicial (ID's 26073531 e 26073532), referente(s) ao não pagamento(s) do Imposto acima informado. Por outro, observo que a Parte Executada indicada na petição inicial e na(s) CDA('s) que acompanham é DIFERENTE da cadastrada pelo Município Exequente no Sistema PJe, razão pela qual, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, para DETERMINAR ao Sr. Gestor que CORRIJA imediatamente o nome e a qualificação do polo passivo desta Ação de Execução Fiscal Municipal na Distribuição e no Sistema PJe, nos termos da Resolução nº 03/2018 TP/TJMT, CERTIFICANDO-SE nestes autos eletrônicos. A seguir: I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de

Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF

que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056694-02.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE HORLANDO DE QUEIROZ LIMA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056694-02.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:33 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSÉ HORLANDO DE QUEIROZ LIMA CPF Nº 141.439.333-49 - CONTRIBUINTE 264134 CDA's Nºs 2016 / 1256674; 2017 / 1548929; 2018 / 1653911; 2019 / 1780543 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.21.010.0288.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.837,49 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou

pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo.

... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056603-09.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WALDEMAR DIAS DE ROSA (ESPÓLIO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056603-09.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 09:00:11 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ ESPÓLIO: VALDEMAR DIAS DE ROSA CPF Nº 003.808.301-91 - CONTRIBUINTE 41000 CDA Nº 2016 / 1274373 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.42.023.0246.035 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 2.457,95 DECISÃO

898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e,

nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973):

4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056688-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO BOSCO SAVIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056688-92.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:15 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOÃO BOSCO SÁVIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE CPF Nº 388.480.907-53 - CONTRIBUINTE 734788436 CDA's Nºs 2016 / 1297612; 2017 / 1471602; 2018 / 1673535; 2019 / 1796211 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.42.020.0084.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 8.429,08 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para

novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as

intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056512-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DOMENICO ZAMPIERI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056512-16.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:34:09 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: DOMENICO ZAMPIERI CPF Nº 859.141.181-15 - CONTRIBUINTE 377791 CDA's Nºs 2016 / 1283791; 2017 / 1473891; 2018 / 1659885; 2019 / 1793885 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.24.051.0262.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.656,02 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015,

sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o

arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1.,

nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056513-98.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DORACI SODRE DE VASCONCELOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056513-98.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:34:15 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: DORACI SODRE DE VASCONCELOS CPF Nº 606.617.398-72 - CONTRIBUINTE 381466 CDA's Nºs 2016 / 1354426; 2017 / 1519428 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.4.25.062.0294.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.420,32 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da

suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente

comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056691-47.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAQUIM FRANCA VIEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056691-47.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:24 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOAQUIM FRANCA VIEIRA CPF Nº 190.228.409-72 - CONTRIBUINTE 9493 CDA's Nºs 2016 / 1310635; 2017 / 1458769; 2018 / 1652508; 2019 / 1835537 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.33.041.0605.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.948,29 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da

expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao

advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n.

118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056511-31.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DIEGO FABIANO SOUZA TOCANTINS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056511-31.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:34:04 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: DIEGO FABIANO SOUZA TOCANTINS CPF Nº 997.678.801-00 - CONTRIBUINTE 734908453 CDA's Nºs 2016 / 1333884; 2017 / 1514461; 2018 / 1694496; 2019 / 1913279 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.45.035.0359.037 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.636,36 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de

manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir

a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056690-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
G. DE F. BRANDAO JUNIOR - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056690-62.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:22 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: G. DE F. BRANDãO JUNIOR - ME CNPJ Nº 05.645.784/0001-29 - CONTRIBUINTE 358688 CDA's Nºs 2016 / 1279235; 2017 / 1484836; 2018 / 1654972; 2019 / 1840278 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 04.1.33.022.0527.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.700,94 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os

motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito

econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a

natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056692-32.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE AUGUSTO DA SILVA BRANDAO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056692-32.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:54:27 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSÉ AUGUSTO DA SILVA BRANDÃO CPF Nº 003.794.501-78 - CONTRIBUINTE 27998 CDA's Nºs 2016 / 1357166; 2017 / 1480479; 2018 / 1704426; 2019 / 1836532 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.44.023.0401.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.036,58 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça

no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este

artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056481-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO PAULO DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056481-93.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:32:02 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: BENEDITO PAULO DE SOUZA CPF Nº 720.734.118-00 - CONTRIBUINTE 734782982 CDA's Nºs 2017 / 1556037; 2018 / 1691373; 2019 / 1828783 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.35.041.0560.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 2.953,78 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da

IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil)

salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da

prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056505-24.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GABRIEL FRANCISCO DE MATTOS NETO (ESPÓLIO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056505-24.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:33:42 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ ESPÓLIO: GABRIEL FRANCISCO DE MATTOS NETO CPF Nº 001.920.071-49 - CONTRIBUINTE 263326 CDA's Nºs 2017 / 1488495; 2018 / 1693275; 2019 / 1847237 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.32.023.0542.003 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.445,65 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O

ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a

seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056532-07.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EULALIA GUIA DE ALBUQUERQUE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056532-07.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:35:48 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: EULALIA GUIA DE ALBUQUERQUE CPF Nº 001.741.141-68 - CONTRIBUINTE 92458 CDA's Nºs 2016 / 1272352; 2017 / 1507135; 2018 / 1681850; 2019 / 1796424 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.42.023.0119.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.932,06 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme

exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a

partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois

prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056493-10.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DAVID PEREIRA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056493-10.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:32:52 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: DAVID PEREIRA DE OLIVEIRA CPF Nº 023.489.851-87 - CONTRIBUINTE 366205 CDA's Nºs 2016 / 1283529; 2017 / 1572211; 2018 / 1592241; 2019 / 1827913 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.14.008.0246.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.016,30 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município

Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de

quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056491-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARTUR LUIS FITTIPALDI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056491-40.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:32:49 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ARTUR LUIS FITTIPALDI CPF Nº 345.651.591-04 - CONTRIBUINTE 373881 CDA's Nºs 2016 / 1280280; 2017 / 1495149; 2018 / 1626634; 2019 / 1782654 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.4.25.020.0468.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.602,62 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para

decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a

lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento

do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056477-56.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARMANDO DE OLIVEIRA BRAGA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056477-56.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:31:49 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ARMANDO DE OLIVEIRA BRAGA CPF Nº 244.791.871-20 - CONTRIBUINTE 310244 CDA's Nºs 2016 / 1271730; 2017 / 1576320; 2018 / 1665307; 2019 / 1810533 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.34.065.0050.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.034,29 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data

registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O

espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056480-11.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO MARIA RONDON FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056480-11.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:31:59 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: BENEDITO MARIA RONDON FILHO CPF Nº 345.968.101-25 - CONTRIBUINTE 47373 CDA's Nºs 2016 / 1316383; 2017 / 1555966 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.6.15.035.0210.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 2.755,07 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não,

pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo

qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a

execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056722-67.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO BOSCO DE AMORIM (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056722-67.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:56:06 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOÃO BOSCO DE AMORIM CPF Nº 209.473.991-00 - CONTRIBUINTE 734776848 CDA's Nºs 2016 / 1279957; 2019 / 1778405 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.2.45.005.0207.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.547,08 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a

indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito

fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056723-52.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO TEREZO RONDON FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056723-52.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:56:10 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOÃO TEREZO RONDON FILHO CPF Nº 345.941.671-87 - CONTRIBUINTE 306275 CDA's Nºs 2017 / 1506992; 2018 / 1603776; 2019 / 1785446 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.12.007.0446.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 3.665,20 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o

prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada

pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056724-37.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE GERALDO DE SABOIA CAMPOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056724-37.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:56:14 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: JOSÉ GERALDO DE SABOIA CAMPOS CPF Nº 023.571.518-20 - CONTRIBUINTE 882 CDA's Nºs 2016 / 1343044; 2017 / 1552218; 2018 / 1633623; 2019 / 1909561 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.32.035.0071.001 - IPTU VALOR DA CAUSA: R$ 5.175,49 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da

União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o

seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056509-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA AFFONSECA SA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056509-61.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:33:53 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CONSTRUTORA AFFONSECA SA CNPJ Nº 42.592.071/0002-51 - CONTRIBUINTE 155586 CDA's Nºs 2016 / 1322225; 2017 / 1524372; 2018 / 1692811; 2019 / 1888667 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.13.008.0432.038 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.270,26 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos

eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se

à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056486-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CICERO PORTO RODRIGUES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056486-18.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:32:33 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CICERO PORTO RODRIGUES CPF Nº 192.502.151-34 - CONTRIBUINTE 376117 CDA's Nºs 2016 / 1346970; 2017 / 1504453; 2018 / 1609083; 2019 / 1810321 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.34.083.0340.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.248,02 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar

a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art.

40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056525-15.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056525-15.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:35:12 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ Nº 03.470.515/0001-43 - CONTRIBUINTE 50916 CDA's Nºs 2016 / 1285882; 2017 / 1476607; 2018 / 1651613; 2019 / 1821422 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 04.1.33.006.0370.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.306,35 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento

desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais

serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056482-78.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS DIAS JUNIOR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056482-78.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2019 16:32:06 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: CARLOS DIAS JUNIOR CPF Nº 282.562.639-20 -

CONTRIBUINTE 353156 CDA's Nºs 2016 / 1282507; 2017 / 1469049; 2018 / 1633216; 2019 / 1843606 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.2.35.055.0360.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.057,40 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O

Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor.

Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056787-62.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LORIZEL SEBASTIAO RODRIGUES LISBOA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056787-62.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 15:34:53 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: LORIZEL SEBASTIÃO RODRIGUES LISBOA CPF Nº 304.370.321-91 - CONTRIBUINTE 734800495 CDA's Nºs 2016 / 1301188; 2017 / 1528865; 2018 / 1704098; 2019 / 1811612 INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.31.012.0150.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.115,17 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo

acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único.

Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056681-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FATIMA APARECIDA LOPES DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056681-03.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:53:47 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: FATIMA APARECIDA LOPES DA SILVA CPF Nº 020.394.818-18 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 2016 / 1263844; 2017 / 1475205; 2018 / 1679052 e 2019 / 1784667. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.3.42.003.0682.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.749,41- DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento dos crédito(s) representado(s) pela(s) CDA(‘s) indicada(s) acima e anexada(s) com a

inicial (ID's 2664445 e 2664446), referente(s) ao não pagamento(s) do Imposto acima informado. Por outro, observo que a Parte Executada indicada na petição inicial e na(s) CDA('s) que acompanham é DIFERENTE da cadastrada pelo Município Exequente no Sistema PJe, razão pela qual, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, para DETERMINAR ao Sr. Gestor que CORRIJA imediatamente o nome e a qualificação do polo passivo desta Ação de Execução Fiscal Municipal na Distribuição e no Sistema PJe, nos termos da Resolução nº 03/2018 TP/TJMT, CERTIFICANDO-SE nestes autos eletrônicos. A seguir: I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de

Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF

que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056785-92.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NOEMI EUNIS MARTINS MAGALHAES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056785-92.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 15:27:12 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: NOEMI EUNIS MARTINS MAGALHAES CPF Nº 384.233.751-53 - CONTRIBUINTE .. CDA's Nºs 2016/1313553; 2017/1566721; 2018/1668423; e 2019/1815010. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.9.44.047.0042.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 4.745,28- DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ via PJe, em relação à Parte Executada em epígrafe, tendo como objeto o recebimento dos crédito(s) representado(s) pela(s) CDA(‘s) indicada(s) acima e anexada(s) com a inicial (ID’s 26660806 e 26660807), referente(s) ao não pagamento(s) do Imposto acima informado. Por outro, observo que a Parte Executada indicada na petição inicial e na(s) CDA('s) que acompanham é DIFERENTE da cadastrada pelo Município Exequente no Sistema PJe, razão pela qual, CHAMO O PROCESSO À ORDEM, para DETERMINAR ao Sr. Gestor que CORRIJA imediatamente o nome e a qualificação do polo passivo desta Ação de Execução Fiscal Municipal na Distribuição e no Sistema PJe, nos termos da Resolução nº 03/2018 TP/TJMT, CERTIFICANDO-SE nestes autos eletrônicos. A seguir: I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre

tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao

autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1056704-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

ANTONIA DOS REIS BRAZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 1056704-46.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/11/2019 13:55:05 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADA: ANTÔNIA DOS REIS BRAZ CPF Nº 034.439.301-15 - CONTRIBUINTE 95824 CDA's Nºs 2016 / 1373425; 2017 / 1466156. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.43.049.0069.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 2.769,08 DECISÃO 898 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE.... I. CITE por carta AR, para PAGAR a dívida, acrescida de juros, multa de mora e encargos apontados nas Certidões de Divida Ativa - CDA anexada com a inicial, no PRAZO DE CINCO DIAS, ou GARANTIR a presente execução, nos termos do Art. 8º da LEF (Lei nº 6.830/1980). ARBITRO os honorários advocatícios da Fazenda Pública Municipal Exequente conforme incisos do § 3º do Art. 85 do CPC/2015, sobre o valor corrigido atribuído à esta Execução Fiscal. ADVIRTA, ainda, a Parte Executada, que no caso de INTEGRAL PAGAMENTO no PRAZO DE TRÊS DIAS, a contar da citação pessoal (inc. II Art. 8º LEF), o valor dos honorários advocatícios será REDUZIDO PELA METADE, nos termos dos Arts. 771 e 827, § 1º CPC/2015 c/c Art. 1º LEF. CONSTE da Carta Citação que o PRAZO DE TRINTA DIAS para oferecer EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL para a Parte Executada será contado a partir da sua intimação da penhora, conforme Art. 16, inc. III da LEF. II. Decorridos TRINTA DIAS da expedição da Carta Citação, PROCEDA à anexação do respectivo AR (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFIQUE sobre o recebimento ou não da Carta no endereço da exordial, indicando o motivo da recusa (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP).. III. Inexistindo a DEVOLUÇÃO DO AR pelos Correios e/ou pela Diretoria do Fórum, NO PRAZO ACIMA (30 DIAS), CERTIFIQUE o fato e sobre os motivos (ATO ORDINATÓRIO) e EXPEÇA-SE nova Carta Citação (ATO ORDINATÓRIO), cujo AR deverá ser anexado aos autos no PRAZO DE TRINTA DIAS. Inexistindo a devolução do NOVO AR, CERTIFIQUE sobre tempestividade e os motivos da não devolução (ATO ORDINATÓRIO), e remetam estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO), SEM O CUMPRIMENTO DOS ITENS ABAIXO. IV. Em sendo certificado da IMPOSSIBILIDADE da citação da Parte Executada por qualquer razão, CERTIFIQUE sobre os motivos e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à CITAÇÃO da Parte Executada, no PRAZO DE DEZ DIAS, conforme exegese do § 2º do Art. 183 c/c Art. 240, § 2º, ambos do CPC/2015 (prazo próprio), sob pena de indeferimento da petição inicial e EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos Arts. 321, Parag. único, 801 e 803, inc. II, todos do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO). V. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima de dez dias (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão e novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). INEXISTINDO manifestação, porém, do Município Exequente no prazo acima (item IV), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para SENTENÇA DE EXTINÇÃO (ATO ORDINATÓRIO). VI. Contudo, sendo anexado o AR e constatado o ÊXITO NA CITAÇÃO da Parte Executada (item II), CERTIFIQUE sobre citação e sobre o pagamento ou não, ou sobre o oferecimento de garantia ou não, pela Parte Executada, no prazo do ITEM I acima (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, DÊ-SE VISTA (PJe) imediatamente ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO) para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento desta execução fiscal, requerendo o que de direito e principalmente informando a este Juízo sobre eventual acordo administrativo nos MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, NO PRAZO DE TRINTA DIAS, sob pena de aplicação automática dos §§ 4º e 5º do Art. 40 da LEF (Lei nº 6.830/1980) e ARQUIVAMENTO POR UM ANO (ATO ORDINATÓRIO). VII. Decorrido o prazo de trinta dias dias acima (item VI) INEXISTINDO manifestação do Município Exequente, CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO, anotando-se no Sistema PJe (ATO ORDINATÓRIO). VIII. APÓS O PRAZO DO ARQUIVAMENTO DE UM ANO acima (item VII), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO), em seguida DÊ-SE VISTA (PJe) ao Município Exequente (ATO ORDINATÓRIO), pelo PRAZO DE TRINTA DIAS (prazo judicial, o triplo do § 3º do Art. 218 CPC/2015), para se manifestar expressamente sobre prosseguimento desta execução fiscal, suprindo informações necessárias à satisfação do crédito executado, inclusive quanto à possibilidade de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, sob pena de ARQUIVAMENTO DO FEITO ATÉ O DECURSO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e consequente extinção deste processo eletrônico independentemente de nova vista. IX. HAVENDO manifestação do Município Exequente no prazo acima (item VIII - 30 dias), CERTIFIQUE sobre tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e voltem estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para novas determinações (ATO ORDINATÓRIO). X. Entretanto, decorrido o prazo acima (item VIII - 15 dias), não havendo manifestação pelo Município Exequente sobre a ausência ou não de parcelamento e/ou pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados desde 2016, CERTIFIQUE sobre a ausência de manifestação fazendária e tempestividade (ATO ORDINATÓRIO) e REMETAM-SE imediatamente estes autos eletrônicos ao ARQUIVO ATÉ O PRAZO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE em CINCO ANOS após o término da suspensão acima de um ano, (ATO ORDINATÓRIO), ANOTANDO-SE no Sistema PJE (ATO ORDINATÓRIO) e CERTIFICANDO nestes autos eletrônicos sobre arquivamento e data do advento da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE acima (ATO ORDINATÓRIO). XI. Decorrido o prazo acima da PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (cinco anos após o término da suspensão acima de um ano), DESARQUIVEM estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFIQUE sobre a ausência ou não de manifestação das Partes no período (ATO ORDINATÓRIO) e, em seguida, remetam-se estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para sentença de extinção (ATO ORDINATÓRIO), face o advento da prescrição intercorrente, independentemente de prévia intimação do Município Exequente, nos termos do § 5º do Art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (LEF) e exegese em sede de Recurso Repetitivo do E. Superior Tribunal de Justiça no REsp 1340553/RS, Primeira Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018, ante a INÉRCIA do Município Exequente, a quem cumpria promover a citação e informar ao Juízo a ausência ou não de parcelamento e/ou eventual pagamento administrativo do crédito executado durante os MUTIRÕES FISCAIS realizados após a distribuição desta Execução Fiscal. XII. O ARQUIVAMENTO acima não implica na extinção desta Execução Fiscal, nem obsta a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor executado (Prov. nº 13/2013-CGJ). XIII. O DESARQUIVAMENTO destes autos eletrônicos antes do término do prazo do arquivamento provisório (um ano) e/ou antes do termo da prescrição intercorrente acima (cinco anos), dependerá da supressão da falta atribuída ao Município Exequente ou da iniciativa da Parte Executada, que conduza à extinção desta Execução Fiscal (Prov. nº 13/2013-CGJ), devendo o Sr. Gestor Judiciário CERTIFICAR detalhadamente sobre a supressão (ATO ORDINATÓRIO), antes de remeter os autos À CONCLUSÃO para decisão (ATO ORDINATÓRIO), sob pena de responsabilidade (Lei Comp. Nº 04/1990) e desobediência (Art. 330 CP). PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 do CPC/2015. Cumpra sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito fcoa MF -CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial. - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI Nº 6.830/1980) Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em

ordem para: I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º; (...) III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar; Art. 8º - O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas: (...) II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal; Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. § 4o Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004) § 5o A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4o deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. (Incluído pela Lei nº 11.960, de 2009). - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 3o Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1o A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. § 2o Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. § 1o Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. § 2o Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas. § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. § 4o Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. § 4o O efeito retroativo a que se refere o § 1o aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Art. 801. Verificando que a petição inicial está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Art. 803. É nula a execução se: II - o executado não for regularmente citado;... Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. § 1º No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: ... Art. 837. Obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça, a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico. Art. 840. Serão preferencialmente depositados: ... - CÓDIGO PENAL Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA : RECURSO REPETITIVO: Temas 566, 567, 568, 569, 570, 571 : RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art.

40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição [da Fazenda] que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018). FIM

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1024599-16.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R.V. IMOLA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HENRIQUE AUGUSTO PAULO OAB - SP77333 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (RÉU)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL AÇÃO ANULATÓRIA Nº 1024599-16.2019.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/06/2019 17:45:10 REQUERENTE: R. V. IMOLA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA. CNPJ Nº 05.366.444/0001-69 REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ VALOR DA CAUSA: R$868.166,89- DECISÃO 200 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL C/C CANCELAMENTO DE PROTESTO EXTRAJUDICAL COM TUTELA DE URGÊNCIA distribuída eletronicamente – PJE – em 07/06/2019 pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor de RV IMOLA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA – CNPJ N° 05.366.444/0001-69, pretendendo, preliminarmente, a emissão de certidão positiva com efeitos negativos, e, no mérito, a declaração de nulidade das CDA's 1751213 e 1751212, atribuindo à causa valor de R$100.000,00- (ID 20755730). A petição inicial veio instruída com os seguintes documentos: "CONTRATO SOCIAL RV" (ID 20755739), "PROCURAÇÃO" (ID 20756044), "CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 0112015SESMT" (ID 20756055), "TÍTULO 4 °CARTORIO" (ID 20756079), "CARTÓRIO PROTESTOS CUIABÁ" (ID 20756087), "HISTÓRICO PROC ADM" (ID 20756397), "DECISÃO CUIABÁ PREFEITURA" (ID 20756403) e "OFÍCIOS CUIABÁ" (ID 20756412). Em 12/06/2019 a Parte Autora requereu a juntada das custas iniciais, bem como o aditamento à petição inicial para juntar notas fiscais e comprovantes de recolhimento de ISSQN para o município de Guarulhos/SP (ID 20857757), "CUSTAS E COMPROVANTE DE PGTO" (ID 20857767) E "DAM – DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL" (ID's 20857774, 20857775, 20857776, 20857778, 20857781, 20857783, 20857789, 20857991, 20857992, 20857993, 20857994, 20857995, 20857997, 20858000, 20858001, 20858003, 20858005, 20858007 e 20858010). Em 17/06/2019 o Juízo da Quinta Vara Esp. da Fazenda Pública proferiu decisão declinando da sua competência em favor deste Juízo (ID 20793394). Em 26/06/2019 este Juízo proferiu despacho facultando à Parte Requerente emendar a petição inicial para retificar o valor da causa, a qual equivale à R$868.166,89- (ID 21055565). Em 04/07/2019 a Parte Autora emendou a petição atribuindo o valor correto à causa, bem como requerendo a juntada das custas complementares (ID 21367014), tendo anexado "GUIAS DE RECOLHIMENTO e COMPROVANTE DE PGTO" (ID 21367017) Em 14/08/2019 este Juízo proferiu decisão INDEFERINDO o pedido de tutela de urgência antecipada (ID 22588756). Em 23/08/2019 a Parte Autora opôs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO alegando contradição da r. decisão retro "ao adentrar no mérito já nesta fase processual, sendo de rigor a reforma e integração desta relativamente às matérias afetas ao pedido de tutela antecipada", sic, (ID 22868510). Em 11/10/2019 o Município Exequente apresentou CONTESTAÇÃO (ID 24881082), juntando na oportunidade os documentos de ID's 24881084, 24881087, 24881089, 24881090, 24881091, 24881092, 24881093, 24881094, 24881095, 24881096, 24881097, 24881098, 24881099, 24882900, 24882901, 24882902, 24882903, 24882904, 24882905, 24882907 e 24882910. Eis o relatório necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Sabe-se que os Embargos de Declaração são espécie sui generis de 'recurso', que têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, aclará-la, dissipando obscuridade ou contradições de qualquer decisão judicial, portanto não devem ter caráter substitutivo da decisão embargada, mas, sim, integrativo ou aclaratório. Acerca dos Embargos de Declaração, assim dispõe o Art. 1.022 do CPC/2015, verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º." Por seu turno, a jurisprudência do nosso E. Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que a ausência das hipóteses estabelecidas no Art. 1.022 do CPC/2015 acima, os embargos não devem ser acolhidos ou devem ser rejeitados, verbis: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – DIREITO À SAÚDE – DEVER DO ESTADO (LATO SENSU) – ÓBITO DO AUTOR — EXTINÇÃO DO FEITO — PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO — NÃO CONFIGURAÇÃO – PRETENSÃO ATENDIDA EM SEDE DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA –

NECESSIDADE E UTILIDADE DO PROVIMENTO FINAL – CONTRADIÇÃO NÃO VERIFICADA – PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO – INVIABILIDADE – REJEIÇÃO. Os embargos de declaração são cabíveis somente para sanar omissão, obscuridade ou contradição contida no julgado, ou ainda, para sanar erro material. Ausente qualquer dessas hipóteses, devem ser rejeitados os embargos, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. ...” (TJMT, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, ED 104522/2017, Julgado em 19/02/2018, Publicado no DJE 01/03/2018). (negritei). “EMBARGOS DECLARATÓRIOS — DANOS MORAIS — NÃO CONHECIMENTO — CABIMENTO DA INDENIZAÇÃO — CONTRADIÇÃO — AUSÊNCIA — FALTA DE INTERESSE DE AGIR — SENTENÇA CARENTE DE FUNDAMENTAÇÃO E EXTRA PETITA — OMISSÕES — INEXISTÊNCIA — ACOLHIMENTO DOS ACLARATÓRIOS — IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO — EXAME DA MATÉRIA — SUFICIÊNCIA. Os embargos de declaração não são acolhidos quando inexistem, na decisão, a contradição e as omissões apontadas. Para fins de prequestionamento, é suficiente que o Tribunal tenha examinado a matéria discutida. Aclaratórios rejeitados.” (TJMT, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, ED 138237/2012, Julgado em 19/02/2013, Publicado no DJE 04/03/2013). (negritei). Pois bem. Insurgiu-se a Parte Embargante/Autora contra suposta CONTRADIÇÃO na decisão de ID 22588756, argumentando, em resumo, que “evidente a contradição havida na r. decisão, ao adentrar no mérito já nesta fase processual, sendo de rigor a reforma e integração desta relativamente às matérias afetas ao pedido de tutela antecipada, aguardando-se o momento processual oportuno para análise e emissão de juízo sobre as questões de mérito”, sic, (ID 22868510). Entretanto, da análise dos autos, constata-se que a decisão embargada apreciou inteiramente as questões que se apresentavam em sede cognição sumária e não exauriente, sem adentrar no mérito desta ação, tendo afirmado claramente que “não havendo fundamentos que justifiquem a suspensão da exigibilidade dos lançamentos fiscais combatidos, é de rigor a sua manutenção, o que torna inviável a concessão de tutela de urgência para autorizar a expedição de Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa. Por tais fundamentos, INDEFIRO o pedido de TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA”, sic, (ID 22588756). Ora, a simples MENÇÃO na decisão embargada ao que se pretende meritóriamente não significa o seu julgamento antecipado. Ademais, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado" (STJ - Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon REsp 1.250.367/RJ, DJe de 22/8/2013), ou seja, por contradição entende-se a coexistência de afirmações em desacordo NA MESMA DECISÃO, gerando conclusão ilógica ao texto. Dessa forma, no caso presente, revela-se que se trata apenas mera insurgência da Parte Embargante/Autora em face de decisão que lhe foi desfavorável, sendo certo que a providência requestada em sede de Embargos de Declaração extrapola o âmbito de abrangência do presente recurso, devendo ser discutida em sede recursal própria para esta finalidade. Com efeito, evidencia-se que INEXISTIU qualquer CONTRADIÇÃO na decisão de ID 22588756, que INDEFERIU A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA DE MÉRITO vindicada, impondo-se a este Juízo a REJEIÇÃO dos Embargos Declaratórios de ID 22868510. Assim, com fundamento nos Arts. 1.022 e 1.026 do CPC/2015, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de ID 22868510, mantendo incólume a decisão embargada de ID 22588756. CERTIFIQUE sobre a interposição tempestiva (Art. 1003, § 5º c/c Arts. 1.023 e 1.026 do CPC/2015) e voluntária de recurso (Art. 997 CPC/2015). Após, estando preclusa a decisão embargada, conforme Arts. 223 e 995 CPC/2015, CERTIFIQUE sobre tempestividade e preclusão (ATO ORDINATIVO) e DÊ-SE VISTA à Parte Autora/Embargante para apresentar IMPUGNAÇÃO à contestação de ID 24881082, querendo, no PRAZO DE QUINZE DIAS, nos termos do Art. 350 do CPC/2015 (ATO ORDINATÓRIO), CERTIFICANDO sobre cumprimento destas determinações e tempestividade. Após, voltem os autos À CONCLUSÃO para decisão. INTIME (PJe e DJe) a Parte Autora/Embargante, por seu Advogado Constituído, conforme determinam os Arts. 271 e 274 do CPC/2015. INTIME (DJe) o Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal que oficia perante este Juízo, nos termos dos Arts. 269, § 3º e 270, § único do CPC/2015. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe TJMT. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito Ija - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8o. Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 205. ... § 3o Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 223. Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa. Art. 246. A citação será feita: ... § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção; II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição; ... Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso. Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso. Art. 997. Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais. Art. 1.003. O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão. ... § 5o Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias. ... Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo. Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso. FIM

Decisão Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0501955-78.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO VIEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE 1 - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL Nº 0501955-78.2015.8.11.0041 DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 15/10/2015 EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ EXECUTADO: ANTONIO VIEIRA CPF Nº 078.937.601-68 CDA's Nºs 2012/0732241; 2013/0878163; 2014/1019948; 2015/1133505. INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 01.5.24.017.0131.001 - IPTU. VALOR DA CAUSA: R$ 5.294,28- DECISÃO 81100001 VISTOS, EM CORREIÇÃO PERMANENTE... Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL distribuída eletronicamente via PJe em

02/10/2015, promovida pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em desfavor de ANTONIO VIEIRA - CPF Nº 078.937.601-68 , tendo como objeto o recebimento dos créditos inscritos nas CDA's Nºs 2012/0732241; 2013/0878163; 2014/1019948 e 2015/133505, referentes aos pagamentos de IPTU's vencidos do imóvel de Inscrição Municipal nº 01.5.24.017.0131.001, e o valor atribuído à causa foi R$ 5.294,28- (ID 338315). A petição inicial veio instruída com cópias das CDA's mencionadas acima (ID 338316). Em 15/10/2015 foi determinada a citação da Parte Executada (ID 340003), interrompendo-se o prazo prescricional, nos termos do Art. 174 do CTN, tendo sido expedida Carta de Citação em 16/10/2015 (ID 347149), a qual retornou ao Juízo COM assinatura de recebimento (ID 360827). Em 09/11/2015 a Parte Executada, por sua Advogada Constituída, peticionou nos autos para informar não ser a atual proprietária do imóvel (ID 359585), juntando na oportunidade "MATRÍCULA 46.509" (ID 359595). Em 10/11/2015 a Secretaria do Juízo anexou aos autos o AR nº 606460, da carta de Citação, onde se lê que foi entregue em 28/10/2015 e recebida por Maria Marcia Tenuta (ID 360827). Em 27/06/2016 o Município Exequente requereu a substituição do polo passivo, para fazer constar exclusivamente LUZIA APARECIDA PALARO - CPF 425.029.429-34 (ID 1484896), juntando na ocasião "BOLETIM DE CADASTRO IMOBILIÁRIO" (ID 1484897), "CONSULTA BASE CPF" (ID 1484898) e "EXTRATO DO CONTRIBUINTE" (ID 1484900). Em 23/11/2018 este Juízo proferiu SENTENÇA (ID 16572954), julgando IMPROCEDENTE e declarando EXTINTA, com julgamento do mérito, esta Execução Fiscal, INDEFERINDO os pedidos de substituição do polo passivo desta Ação de Execução Fiscal, de ID's nºs 1484896 e ID359585, face à ilegitimidade passiva do Executado e a NULIDADE DAS CDA'S EXECUTADAS, em razão da transferência do imóvel de Inscrição Municipal nº 01.5.24.017.0131.001, sobre o qual incidiram os IPTU's, por Escritura Pública em 12/11/2012 (ID 359595), portanto, antes da distribuição desta Execução Fiscal em 02/10/2015. (ID 16572954). Em 30/11/2018 o Município Exequente requereu PENHORA via BACEN-JUD sobre eventuais depósitos em dinheiro e aplicações financeiras da Parte Executada (ID 16786157), sendo certo que o Sistema PJe registrou a ciência da sentença de ID 16572954 na data de 27/11/2018 (ID 19432625 e 19432626). Em 22/10/2019 vieram os autos à conclusão, conforme movimento processual lançado automaticamente pelo Sistema PJe. Eis o relato necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. Considerando que estes autos eletrônicos foram extintos mediante sentença proferida por este Juízo em 23/11/2018 (ID 16572954), conforme relatado acima, INDEFIRO o pedido de penhora via BACEN-JUD formulado pelo Município Exequente após seNtença, no ID 16786157, e DETERMINO ao Sr. Gestor Judiciário que CERTIFIQUE acerca do trânsito em julgado da sentença de ID 16572954 (ATO ORDINATÓRIO), e, se for o caso, ARQUIVEM definitivamente estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO), com as BAIXAS E ANOTAÇÕES nos Relatórios e Sistema PJe, ARQUIVANDO-SE DEFINITIVAMENTE estes autos eletrônicos (ATO ORDINATÓRIO). INTIME (DJe) o Município Exequente, através do Sr. Procurador Fiscal que oficia perante este Juízo, nos termos dos Arts. 269, § 3º; 270, § único; e 246, § 1º do CPC/2015. INTIME (PJe e DJe) a Parte Executada, pessoalmente por Carta Registrada, conforme Arts. 271, e 274 do CPC/2015. PUBLIQUE (DJe), para fins do § 3º do Art. 205 CPC/2015. CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no Sistema PJe TJMT. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito Ija - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 2015: Art. 8º. Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3º A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246. Art. 246. A citação será feita: ... § 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 241. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. FIM

Decisão Classe: CNJ-36 CAUTELAR FISCAL
Processo Número: 1045880-28.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PERCIO SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAONI TEIXEIRA DOS SANTOS OAB - MT15468-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL GABINETE II - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL A. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL Nº 1045880-28.2019.8.11.0041 Autuação 11/08/2019 Última distribuição 09/12/2019 Valor da causa R$244.558,88 REQTE: PERSIO SOARES REQDO: ESTADO DE MATO GROSSO DECISÃO 898 Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL C/C PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA LIMINAR via PJE (ID 24873311) proposta por PÉRSIO SOARES – CPF Nº 182.045.701-04, em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, cuja pretensão, em sede de tutela de urgência, é suspender os lançamentos a Ação de Execução Fiscal nº 1010542-95.2016.8.11.0041, bem como a exigibilidade do débito em discussão e o protesto da CDA objeto da ação executiva. Sustenta que foi inscrito em Dívida Ativa sob o nº 201517159 no valor de R$244.588,88-, pela infração "falta de recolhimento ICMS Estimativa Por Operação". Em seguida, foi ajuizado o executivo fiscal nº 1010542-95.2016.8.11.0041, em trâmite neste Juízo. Anexou os documentos de ID's 24885516 (Procuração Ad Jutitia Et Extra) e 24885517 (andamento PJe dos autos da Execução Fiscal nº 1010542-95.2016). Conforme se observa do ID 248859777, o feito foi inicialmente distribuído pela Parte Requerente perante a Quinta Vara Cível de Cuiabá, o qual declinou a competência para esta Vara Especializada, contudo, os autos foram remetidos à Primeira Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá, que ato contínuo, enviou para este Juízo, como se vê no ID 27146520. Por meio da petição de ID 27210819, a Parte Requerente peticionou requerendo a indexação da Procuração (ID 27211496) e declaração de hipossuficiência assinada (ID 27211498). Os autos vieram à conclusão para este Juízo do Gabinete 1 da Vara Esp. Execução Fiscal nesta data, face a decisão de ID 27226749, desta data, na qual a DD. Juíza de Direito Titular do Gabinete 2 – Fazenda Pública Estadual, Dra. Adair Julieta da Silva, declarou sua SUSPEIÇÃO, nos termos do Art. 145, § 1º do CPC. É o Relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. Verifico que a inicial preenche os requisitos estabelecidos nos artigos 319 e 320 do CPC/2015, não havendo necessidade da aplicação ab ovo do Art. 321 do mesmo Codex, não se vislumbrando qualquer ausência de pressupostos processuais e de admissibilidade desta ação, razão pela qual CONHEÇO e RECEBO a sua inicial, para DETERMINAR o seu processamento até sentença final, cumprindo ao Sr. Gestor promover imediatamente a VINCULAÇÃO/ANEXAÇÃO destes autos com os autos da EXECUÇÃO FISCAL Nº 1010542-95.2016.8.11.0041. Com relação ao pedido de GRATUIDADE DA JUSTIÇA, apresentado com a inicial pela Parte Requerente, consigno que o inciso LXXIV, do Art. 5º da Constituição da República 1988 determina: "LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;" (negritei). Por seu turno, o Art. 98 do CPC/2015 concede o direito à gratuidade da justiça à pessoa natural e jurídica 'com insuficiência de

recursos', 'na forma da lei', verbis: Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Regulamentando a questão na Justiça Comum estadual, a Consolidação das Normas Gerais da C. Corregedoria Geral de Justiça estabelece que: "2.14.8.1.2 - Para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, prevista na Lei n.º1.060/50, deverá o magistrado fazer uma averiguação superficial sobre as condições financeiras da parte requerente, inclusive, se necessário, com consulta ao Sistema INFOJUD (Secretaria da Receita Federal), Detran, Brasil Telecom e Junta Comercial, ferramentas essas disponibilizadas no Portal dos Magistrados." (negritei). Dessa forma, cumpre a este Juízo analisar o estado de carência da Parte Autora, a fim de garantir a destinação do benefício da gratuidade àqueles que realmente não tem condições de arcar com as custas judiciais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. E da análise dos documentos anexados com a inicial, de ID's constata-se que a Parte Autora declarou ser 'aposentado, residente no bairro São Francisco' (ID's 24873311 e 27211498). Assim, considerando que inexiste, a priori, qualquer elemento que evidencie a capacidade da Parte Autora de custear antecipadamente esta demanda via PJe e uma vez que a gratuidade da justiça é direito público subjetivo da pessoa natural que afirma não ter condições de arcar com as despesas e custas processuais antecipadamente, com fundamento no Art. 99, §§ 2º e 4º do CPC/2015, DEFIRO o pedido de GRATUIDADE DA JUSTIÇA ao Requerente, com as advertências que constam dos §§ 2º, 3º e 4º do Art. 98 do CPC/2015, ressaltando o seu dever moral da em noticiar imediatamente a este Juízo a cessação da condição de hipossuficiência, sob pena do pagamento de até o décuplo das custas judiciais, caso silencie a verdade. ANOTE o Sr. Gestor nestes autos eletrônicos a concessão da gratuidade acima. Quanto ao pedido da TUTELA DE URGÊNCIA, para a sua antecipação, este Juízo deve analisar se há 'a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.", segundo determina o Art. 300 CPC/2015. Além disso, ao Poder Judiciário compete aferir tão-somente se o ato administrativo está em consonância com a legislação pertinente, com a Constituição e os Princípios Gerais do Direito, verificando se há ou não compatibilidade normativa, sendo-lhe defeso, entretanto, interferir no mérito administrativo. Pois bem. Em análise prefacial, própria dessa seara de cognição sumária, entendo como demonstrados os requisitos autorizadores da tutela de urgência pretendida, senão vejamos. Constato que dentre as infrações descritas na CDA nº 201517159, uma se trata de "falta de recolhimento de ICMS por Estimativa Simplificada". Oportuno ressaltar que o regime de apuração do ICMS por estimativa por operação simplificada foi inserido com a edição do Decreto nº 2.734/2010, posteriormente revogado pelo Decreto nº 392/2011, regulamentando o art. 30, da lei Estadual nº 7.098/1998, o qual introduziu os artigos 87-J6 a 87-J17, do RICMS. De modo que a forma de apuração e cálculo do ICMS prevista no Art. 30, V, da Lei nº 7.098/1998 extrapola a regra determinada no Art. 26, III, e §1º da lei Complementar nº 87/1996, além de implicar em alterações no tipo tributário do imposto ao definir sua base de cálculo. Além disso, verifico que a forma de constituição do crédito tributário foi alterada uma vez que consoante o mencionado decreto (Art. 87-J-6), a cobrança do ICMS se dá mediante lançamento de ofício e não mais por homologação, como previsto na Lei Complementar nº 87/1996, bem como na Lei nº 7.098/98, logo, trata-se de mais uma afronta ao disposto na alínea "b", do inciso III, do Art. 146, da Constituição Federal, que exige lei complementar para dispor sobre lançamento. Nessa ordem de ideias, é patente que a aplicação do regime descrito no artigo 87-J6, do RICMS/MT, revela-se ilegal, e por isso, evidencia serem NULOS os créditos tributários lançados com fundamento em tal dispositivo. Nesse sentido é a jurisprudência do nosso E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, verbis: APELAÇÃO CÍVEL COM REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL – PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA – AFASTADA – COBRANÇA DE ICMS – REGIME ESTIMATIVA POR OPERAÇÃO E ESTIMATIVA COMPLEMENTAR – ARTS. 87-J A 87-J-5 DO RICMS/MT – ALTERAÇÃO DE ASPECTOS DA NORMA TRIBUTÁRIA QUE CONTRARIA A NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR –IMPOSSIBILIDADE – NULIDADE DOS DÉBITOS LANÇADOS NA CONTA CORRENTE FISCAL – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – VALOR REDUZIDO COM FUNDAMENTO NO ART. 20, § 4º do CPC – APELO PROVIDO EM PARTE – SENTENÇA RETIFICADA EM PARTE. 1 – O fato de o Juiz fundamentar a sentença em dispositivo diverso do apontado pela parte autora, para proteger seu direito, não configura violação ao princípio da congruência, que só se verifica quando a sentença se desvincula da causa de pedir ou do pedido.2 – Apesar de haver autorização legal para que a cobrança por regime de estimativa seja regulada por normas complementares, tal atribuição não pode se dar ao arrepio do princípio da estrita legalidade tributária, segundo a qual os elementos típicos do tributo devem ser estipulados por lei em sentido estrito e não por Decreto. 3 – Reconhecida a ilegalidade dos artigos 87-J a 87-J-5 do RICMS/MT, devem ser anulados os débitos fiscais advindos dos regimes deles decorrentes (Estimativa por Operação e Estimativa Complementar) e lançados na Conta Corrente Fiscal do contribuinte. 4 – Em consonância com o disposto no artigo 20, § 4º do CPC, do Código de Processo Civil, vigente à época da sentença, necessária se mostra, na hipótese, a redução dos honorários advocatícios para R$ 5.000,00 (cinco mil reais). (TJMT, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, N.U 0021036-75.2012.8.11.0041, Julgado em 29/07/2019, Publicado no DJE 05/08/2019) "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL C/C REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - TRIBUTÁRIO - REGIME DE APURAÇÃO DO ICMS ESTIMATIVAPOR OPERAÇÃO E ICMS ESTIMATIVA COMPLEMENTAR - CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL - REJEITADA - ARTS. 87-J A 87-J-5 DO RICMS/MT - ALTERAÇÃO DE ASPECTOS DA NORMA TRIBUTÁRIA QUE CONTRARIA A NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR - ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDAS - NULIDADE DOS DÉBITOS QUESTIONADOS - PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS - RECURSOS DESPROVIDO - SENTENÇA EM REEXAME RATIFICADA. 1. Há de ser rejeitada a preliminar de carência de ação, por ausência de interesse processual, pois, se o ato normativo questionado pelo impetrante produz efeitos concretos e imediatos, ameaçando de lesão ou lesando direitos subjetivos, há que se admitir processualmente a utilização do mandamus pelo lesado. 2. Apesar de a autorização para cobrança por regime de estimativa ser regulada por normas complementares, tal atribuição não pode se dar ao arrepio do princípio da estrita legalidade tributária, segundo o qual elementos típicos do tributo devem ser estipulados por lei em sentido estrito, o que não ocorre no caso concreto, tendo em vista que a cobrança do imposto (ICMS) deu-se com base em disposições contidas em decreto, qual seja, o Decreto estadual nº 2.734/2010. 3. Uma vez reconhecida a ilegalidade e inconstitucionalidade do regime de cobrança, por desobediência a princípios constitucionais e legais, a nulidade dos débitos, cujos cálculos foram apresentados na via mandamental, é medida que se impõe." (TJMT, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, RELATORA:DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, APELAÇÃO / REMESSA NECESÁRIA Nº 66493/2016 - COMARCA CAPITAL Data de Julgamento: 18-09-2017). Quanto às demais infrações das CDA's objeto desta ação anulatória, evidencia-se que em razão da impossibilidade de se suspender parcialmente a exigibilidade da CDA tão somente quanto ao fato gerador de FEVEREIRO DE 2005, em prejuízo a PRINCÍPIO DA UNIDADE e ILIQUIDEZ DO TÍTULO, está demonstrado, dessa forma, o fumus boni iuris, devendo, pois, prosperar o pleito tutelar de suspensão da exigibilidade da CDA. Presente, ainda, o periculum in mora, vez que a tramitação da ação executiva poderá resultar em constrição bancária, para PENHORA ON LINE de eventuais depósitos na conta bancária da Parte Requerente, a qualquer momento. Por tais fundamentos, uma vez presentes os requisitos do Art. 300 do CPC/2015, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA para determinar a SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS inscritos em Dívida Ativa na CDA nº 2015/17159, bem como SUSPENDO o processo da sua respectiva EXECUÇÃO FISCAL Nº 1010542-95.2016.8.11.0041, até ulterior deliberação, cumprindo ao Sr. Gestor trasladar cópia desta decisão para os autos executivo, CERTIFICANDO em ambos. Com relação ao pleito de SUSPENSÃO dos efeitos do PROTESTO, evidencia-se que para a sua apreciação é necessário que a Parte Requerente traga a estes autos a respectiva Certidão do Tabelionato de Protesto, onde este Juízo poderá analisar a sua pertinência com os autos da Execução Fiscal nº 1010542-95.2016.8.11.0041, além da demonstração do requisito do pericullun in mora, exigido pelo Art. 300 do CPC/2015. Dessa forma, INTIME (PJe e DJe) o Advogado subscritor da inicial, para que, anexe a estes autos a CERTIDÃO DO PROTESTO que se pretende suspender, em sede de tutela de urgência, no PRAZO DE QUINZE DIAS, sob pena de indeferimento da tutela de urgência vindicada do CPC/2015. Com ou sem a juntada do documento acima, CERTIFIQUE sobre tempestividade e voltes estes autos eletrônicos À CONCLUSÃO para decisão. INTIME a Parte

Requerente por seu Advogado subscritor da exordial (PJe e DJe). PUBLIQUE (DJe). CUMPRA sucessivamente. Cuiabá, data registrada no sistema. FLÁVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS Juíza de Direito em Substituição Legal fcoa CÓDIGO D EPROCESSO CIVIL: Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício. Art. 103. A parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil. Parágrafo único. É lícito à parte postular em causa própria quando tiver habilitação legal. Art. 205. ... § 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. Art. 246. A citação será feita: ... § 1o Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio. Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. ... § 3o A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1o do art. 246. Art. 271. O juiz determinará de ofício as intimações em processos pendentes, salvo disposição em contrário. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. FIM

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0054252-56.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDETE LEMES DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0054252-56.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0025500-74.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GINCO URBANISMO LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0025500-74.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012365-10.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAQUIM MOTTA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012365-10.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0024234-52.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE HUMBERTO SILVA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0024234-52.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0052005-05.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO AUGUSTO DIAS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0052005-05.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0052006-87.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELA MARIA CAPELETTI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0052006-87.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034648-12.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VALESKA VILAS BOAS ALVES FERREIRA DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034648-12.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0056155-29.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WALDNA FRAGA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0056155-29.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004332-31.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MONICA DA SILVA CAMPOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004332-31.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040640-27.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AGRON AGRO INDUSTRIAL S/A (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040640-27.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013038-71.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE RAIMUNDOM FAGUNDES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013038-71.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046853-73.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARGARETH ROBERTA E SILVA POZZOBON OAB - MT8884-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0046853-73.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002248-81.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002248-81.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001984-64.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001984-64.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002756-03.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE LUIS PEREIRA SEGOVIA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002756-03.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001809-70.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001809-70.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002994-46.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)

Parte(s) Polo Passivo:
VALDUIR RIBEIRO LEMES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002994-46.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014232-57.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS AVENIDA S.A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULLIANA LETICIA DO CARMO OAB - MT12261-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0014232-57.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014110-49.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDMILSON MARTINS VIEIRA (EXECUTADO)
OSVALDO RIBEIRO (EXECUTADO)
OSVALDO RIBEIRO & CIA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014110-49.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015355-71.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIEZER PAULINO DE SOUZA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015355-71.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004815-46.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO NAZARELO DE CAMPOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004815-46.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020141-12.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DELZA DA SILVA OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0020141-12.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0023377-11.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENTO CASSIANO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0023377-11.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0029551-31.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DANIEL COSTA PEREIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0029551-31.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034651-64.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO VIEIRA DE SOUZA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034651-64.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011704-84.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Estado de Mato Grosso (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS CHAGAS DOS SANTOS (EXECUTADO)
JOSE CARLOS CHAGAS DOS SANTOS - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0011704-84.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos

termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017624-34.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDGARD ARAUJO LUZARDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0017624-34.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034996-79.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDINALDO JORGE DE AGUIAR (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034996-79.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006940-26.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIZEU VIOLA (EXECUTADO)
CRISTINA ALVES REGO FREIER (EXECUTADO)
SUZANA ESTEVAM FERREIRA SANTANA (EXECUTADO)
RUDINEY FERREIRA LIMA (EXECUTADO)
SANDOVAL CARVALHO DOS SANTOS (EXECUTADO)
CLEIDIANO SERAFINS DOS SANTOS (EXECUTADO)
JOAO CARLOS CARDOSO (EXECUTADO)
ENGENHO ALIMENTICIOS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006940-26.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0057633-09.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE TAVARES DE MELLO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0057633-09.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0057612-33.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IMOBILIARIA CUIABA LIMITADA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0057612-33.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014124-96.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MONICA APARECIDA LIMA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014124-96.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0047615-26.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SF EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0047615-26.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041834-28.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BRAHMA ATLETICO CLUBE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0041834-28.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020654-77.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FELICIO NICOLAU SCHMIDT (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0020654-77.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO

FISCAL
Processo Número: 0047107-80.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IRMAOS DOMINGOS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0047107-80.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011593-03.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Estado de Mato Grosso (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OSMAR DE LARA PINTO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0011593-03.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0020253-49.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
METALURGICA MARIANO LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0020253-49.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0028580-85.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANE GONCALVES ANTUNES (EXECUTADO)
TUT TRANSPORTES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL (EXECUTADO)
LEDA ANTUNES GONCALVES (EXECUTADO)
AMADOR ATAIDE GONCALVES TUT (EXECUTADO)
ALLAN KARDEC SANTOS (EXECUTADO)
FRANCISCO ADENOR PINHEIRO FILHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0028580-85.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0053709-87.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GCF BUFFET LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0053709-87.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0009870-41.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCO ANTONIO LISBOA ALBUQUERQUE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0009870-41.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017553-71.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLESO DA CUNHA RESENDE JUNIOR (EXECUTADO)
JOSE EDUARDO AYALA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0017553-71.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0057420-03.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LUISA MUZZI CARDOZO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0057420-03.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016032-52.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALIBER DOZINHO FIGUEIREDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016032-52.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0059140-05.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)

Parte(s) Polo Passivo:
PATRICIA MOTA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0059140-05.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0023725-73.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTADORA TORQUE LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0023725-73.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003854-81.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SUPERMERCADO S S LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0003854-81.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010036-54.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADELIA TAVARES FONSECA (EXECUTADO)
DARCI ANISIO FONSECA (EXECUTADO)
A D CONFECCOES LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0010036-54.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0009592-11.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
KATIA APARECIDA CONCEICAO DE LIMA CARVALHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0009592-11.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015273-49.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0015273-49.2019.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0043766-12.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIA CELESTINA DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0043766-12.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0025267-77.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0025267-77.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002099-07.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002099-07.2018.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012026-61.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAQUIM CARLOS LIGABO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012026-61.1999.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO

FISCAL
Processo Número: 0007004-02.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Estado de Mato Grosso (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TELECOMUNICACOES DE SAO PAULO SA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007004-02.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0051305-29.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ISABEL PEREIRA LOPES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0051305-29.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042611-71.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO EDUARDO TEIXEIRA COSTA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0042611-71.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039487-80.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO BENEDITO DE LIMA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039487-80.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001400-31.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO VALENTIM DA COSTA FARIA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001400-31.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0029190-14.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO DE MARCHI - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0029190-14.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005069-05.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L C BARCELOS - ME (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
REMI GONCALVES DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
ELVIO OLIVEIRA DE JESUS (EXECUTADO)
CERAMICA ACORIZAL LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005069-05.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007624-09.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO LUMINA CINTRA JUNIOR - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007624-09.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005944-86.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005944-86.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013557-46.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL CARDOSO DOS SANTOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013557-46.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO

FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013188-52.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FLORENTINO LEITE DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013188-52.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0046084-65.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WAGNER MARTINS COELHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0046084-65.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016476-37.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
HENRIQUE PINTO RIBEIRO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016476-37.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013648-39.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OSVALDO PEREIRA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013648-39.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007056-90.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVIANE OLIVEIRA ZEFERINO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007056-90.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007974-36.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALICINHA MARIA DE SOUZA (EXECUTADO)
ALICINHA MARIA DE SOUZA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007974-36.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014038-28.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JABURU COMERCIAL DE PECAS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014038-28.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0033699-22.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CID SANTOS CARDOSO - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0033699-22.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000002-88.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSELI ANTUNES AMORIM (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000002-88.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0051128-02.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GEP INCORPORADORA E PARTICIPACOES LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0051128-02.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da

Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013501-76.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA ALZIRA CATELLI CORREA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013501-76.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039953-74.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COBEL CONSTRUTORA DE OBRAS DE ENGENHARIA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039953-74.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034165-16.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034165-16.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0053013-51.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLARO S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELVECIO FRANCO MAIA JUNIOR OAB - MT77467-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0053013-51.2013.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0015442-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0015442-36.2019.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0037340-23.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CASA DO ARROZ LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0037340-23.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0031198-13.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TROPICAL EMP. E CONST. LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0031198-13.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040812-32.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AUTO VIACAO PRINCESA DO SOL LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040812-32.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006758-16.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE PEREIRA DO NASCIMENTO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006758-16.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017061-40.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

RUBENS ANTUNES DO BELEM (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0017061-40.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000775-94.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANS NIGRO LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000775-94.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014493-22.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ EDUARDO FALCO PIRES CORREA (EXECUTADO)
OI S.A (EXECUTADO)
MAXIM MEDVEDOVSKY (EXECUTADO)
ALEX WALDEMAR ZORNIG (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0014493-22.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0031835-46.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS PALUDO FILHO OAB - MS15034-O (ADVOGADO(A))
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
HELVECIO FRANCO MAIA JUNIOR OAB - MT77467-O (ADVOGADO(A))
YANA CAVALCANTE DE SOUZA OAB - GO22930-O (ADVOGADO(A))
Samir Bennett Buainain OAB - MT13373-O (ADVOGADO(A))
Marcos Vinícius Lucca Boligon OAB - MT12099-B (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0031835-46.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006952-40.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE CANDIDO MERCANTE FILHO (EXECUTADO)
J C MERCANTE FILHO - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006952-40.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001065-12.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDVALDO VIEIRA REGO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001065-12.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0024326-64.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO EDUARDO CINTRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0024326-64.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044635-72.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUZANA RANIE CARDOSO SILVA MACHADO (EXECUTADO)
RHYNO EQUIPAMENTOS E TRANSPORTES LTDA (EXECUTADO)
LEANDRO DIAS DE FARIAS (EXECUTADO)
DANIEL PEREIRA MACHADO JUNIOR (EXECUTADO)
IZABEL DO CARMO DIAS FARIAS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0044635-72.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0043771-34.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)

Parte(s) Polo Passivo:
ADILSON SOARES DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0043771-34.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0043801-69.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JARDIM MARIANA EMP LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0043801-69.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034317-30.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO MIGUEL WELTER (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034317-30.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0024755-80.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. B. DO NASCIMENTO INFORMATICA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0024755-80.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058359-46.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARLENE HONORIO DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058359-46.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001762-33.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MULTI MODAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MODAS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001762-33.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006796-52.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDIVALDO PEREIRA GOMES (EXECUTADO)
COMERCIAL DE ALIMENTOS OCEANO LTDA - ME (EXECUTADO)
VALDINEI FERNANDES DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006796-52.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000725-68.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000725-68.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058089-56.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WILSON OLIVEIRA DE LIMA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058089-56.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002321-53.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002321-53.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0009021-55.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DESAFIO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA. - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0009021-55.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058111-17.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALMIR BENEDITO CLARO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058111-17.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015959-80.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NICOLA BARANJAK (EXECUTADO)
ZILENE MARIA DE AMORIM (EXECUTADO)
BARANJAK COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015959-80.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044832-27.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARGARETH ROBERTA E SILVA POZZOBON OAB - MT8884-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0044832-27.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013491-95.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON NASCIMENTO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013491-95.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015760-34.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MADELEINE MAZZO CALCAVARA (EXECUTADO)
MAZZO ROUPAS INTIMAS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015760-34.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0033605-89.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JERUZE VIEIRA DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0033605-89.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0008760-56.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SERAFIM ADALBERTO TICIANELI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0008760-56.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014130-06.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESCOLA BALAO MAGICO LIMITADA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014130-06.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002615-42.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

RUY DE SOUZA GONCALVES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002615-42.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0028625-02.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUSCELINO GERALDO DOS SANTOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0028625-02.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0035078-95.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0035078-95.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0033900-82.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUDOVICO ANTONIO MERIGHI ADVOGADOS ASSOCIADOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0033900-82.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0025806-53.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAGALY CRISTIANE HAASE (EXECUTADO)
MAGALY CRISTIANE HAASE - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0025806-53.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002815-15.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002815-15.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045057-81.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0045057-81.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039510-60.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ETELVINA REGINA MAGALHAES (EXECUTADO)
ALTEVIR PIEROZAN MAGALHAES (EXECUTADO)
SUPERMERCADO MODELO LTDA (EXECUTADO)
AIRTON CARNEIRO MAGALHAES (EXECUTADO)
ELIZETE PIEROZAN MAGALHAES (EXECUTADO)
CLAIRTON PIEROZAN MAGALHAES (EXECUTADO)
ALTAIR PIEROZAN MAGALHAES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039510-60.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044633-05.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VIACAO MOTTA LIMITADA (EXECUTADO)
MAURA DA MOTTA NEMESIO FARIA (EXECUTADO)
PEDRO NEMESIO FARIA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0044633-05.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007973-51.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEVERGER REPRESENTACOES LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007973-51.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045783-89.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BIG COM. SERVICO DE PAPELARIA E INFORMATICA LTDA - ME (EXECUTADO)
SIMAO JOAO MURAD DOGAN (EXECUTADO)
ANA EROTILDES DA COSTA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0045783-89.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0029342-62.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOANA PEREIRA DOS SANTOS ARAUJO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0029342-62.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012073-88.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MARIA RODRIGUES DOS SANTOS (EXECUTADO)
RODOVISA TRANSPORTES E COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA - ME (EXECUTADO)
NELSON RODRIGUES DOS SANTOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012073-88.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012658-04.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NELMA ZAMBONINI FARIAS CANDIDA PEREIRA (EXECUTADO)
N Z FARIAS FOTO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012658-04.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044544-50.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS AUGUSTO DA COSTA MARQUES (EXECUTADO)
MAXVINIL TINTAS E VERNIZES SA (EXECUTADO)
JOAQUIM AUGUSTO CURVO (EXECUTADO)
AVANILDES MOREIRA CURVO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELLEN MARCELE BARBOSA GUEDES OAB - MT14344-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0044544-50.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032062-02.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VANESSA SIGIANE DA MATA FERREIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0032062-02.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002458-35.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002458-35.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0048449-29.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GAUDI INDUSTRIA E COMERCIO DE LADRILHOS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0048449-29.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0057989-04.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO RODRIGUES CARVALHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0057989-04.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0059766-24.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIS MAURO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0059766-24.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016669-52.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL OTAIL ALVES DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016669-52.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004508-58.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SATOSHI KUROYANAGI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004508-58.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038134-44.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDITE DE SOUZA BARBOSA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0038134-44.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003997-12.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENIL MARQUES BARBOSA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0003997-12.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032307-47.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALTEVIR PIEROZAN MAGALHAES (EXECUTADO)
AIRTON CARNEIRO MAGALHAES (EXECUTADO)
ELIZETE PIEROZAN MAGALHAES (EXECUTADO)
SUPERMERCADO MODELO LTDA (EXECUTADO)
CLAIRTON PIEROZAN MAGALHAES (EXECUTADO)
ALTAIR PIEROZAN MAGALHAES (EXECUTADO)
ETELVINA REGINA MAGALHAES (EXECUTADO)
ALDECIR PIEROZAM MAGALHAES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARIADNE MARTINS FONTES OAB - MT12953-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0032307-47.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012281-19.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO OVIDIO GOMES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012281-19.1999.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014242-33.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGRENCO ADMINISTRACAO DE BENS S.A. (EXECUTADO)
LUIZ GUSTAVO FIGUEIREDO PEREIRA DA SILVA (EXECUTADO)
AGRENCO DO BRASIL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014242-33.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042332-85.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

EDMAR GOMES CURVO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0042332-85.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0059422-43.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AURELIO LEAL BOICA JUNIOR (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0059422-43.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014633-37.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OLAVO JOSE MACEDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014633-37.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001183-27.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MOREIRA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001183-27.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015033-75.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARINA GOMES DE CERQUEIRA (EXECUTADO)
MARINA GOMES DE CERQUEIRA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015033-75.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002252-94.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MONSERAI ISMENIA DE MORAES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002252-94.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002164-80.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002164-80.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000009-41.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIAS ANDERSON RODRIGUES - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000009-41.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058215-72.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IGORN BENEDITO DE ALMEIDA FIGUEIREDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058215-72.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044752-63.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JAIRDO NUNES DE SIQUEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0044752-63.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0030214-53.2009.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EULER SAVAREZ (EXECUTADO)
EDSON CIAPPINA RIBEIRO (EXECUTADO)
WORLDTECH INFORMATICA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0030214-53.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014658-06.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CEZARIO SIQUEIRA GONCALVES NETO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014658-06.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0038457-10.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAQUIM FELIPE SPADONI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0038457-10.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042756-93.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENCOL S/A ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0042756-93.2015.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012300-15.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PATRICIA VIEIR BARBOSA PEREIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012300-15.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039676-29.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ANTONIO BERTAIA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039676-29.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002803-98.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002803-98.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006839-47.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO LUMINA CINTRA JUNIOR - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006839-47.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0008529-87.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AIDE ISABEL DA SILVA - ME (EXECUTADO)
AIDE ISABEL DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0008529-87.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006203-23.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HOSPITAL DE OLHOS DE CUIABA LTDA - EPP (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006203-23.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos

termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021992-09.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NIVALDO JOSE DE SOUZA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021992-09.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0010188-24.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EVANI APARECIDA DE ARAUJO CAMPOS (EXECUTADO)
EVANI APARECIDA DE ARAUJO CAMPOS - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0010188-24.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007804-98.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIRIAM PEREIRA DOS SANTOS - ME (EXECUTADO)
MIRIAM PEREIRA DOS SANTOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007804-98.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0008870-06.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA PAGLIUSO SIQUEIRA OAB - MT4509-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IVANIR WEICH (EXECUTADO)
JAIR TEOBALDO DE ASSIS (EXECUTADO)
RONDAYA INDUSTRIA METALICA E COMERCIO DE PERFIS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0008870-06.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004025-28.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO HOMEM DE MELO OAB - MT6613-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAELLA MUNHOZ DA ROCHA LACERDA OAB - PR38511-O (ADVOGADO(A))
MARISSOL JESUS FILLA OAB - PR17245-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0004025-28.2015.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0045712-87.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DOLORES SIMEONE DE MENDONCA - ME (EXECUTADO)
DOLORES SIMEONE DE MENDONCA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0045712-87.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0029495-03.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
N C INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PANTANAL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (EXECUTADO)
ROMARIZ GOMES DE ARAUJO (EXECUTADO)
JOAO GOULART (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0029495-03.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0051819-16.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ASSAO HADDAO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0051819-16.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO

FISCAL
Processo Número: 0023957-85.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO DE JESUS PEREIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0023957-85.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0019838-81.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLODOALDO GOMES DE SOUZA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0019838-81.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0052728-58.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
K-IWAKIRI E CIA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0052728-58.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005319-52.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALMEIDA FARIA & FARIA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005319-52.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034319-97.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE PEREIRA DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034319-97.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0031245-84.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
R. S. L. (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0031245-84.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0054840-63.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DARCI INÊS JAGER PEREGO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0054840-63.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034631-73.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SOCORRO CAMPOS DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034631-73.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0037121-73.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Estado de Mato Grosso (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA LUCIA FERREIRA TEIXEIRA OAB - MT3662-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0037121-73.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0051995-58.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO ALVES PEREIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0051995-58.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO

FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002530-90.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
I P MATOS COMERCIO (EMBARGANTE)
INEZILDA PIO DA SILVA CASTRO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZONILDES PIO DA SILVA OAB - MT6486-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0002530-90.2008.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034718-44.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OADIR AQUINO DA SILVA (EXECUTADO)
AUTO ESCOLA CPA LTDA - ME (EXECUTADO)
MARIA LUIZA MARINHO DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034718-44.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004653-81.1996.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GETIL COMERCIO DE MOVEIS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004653-81.1996.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0018845-86.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DONATONI ENGENHARIA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0018845-86.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041196-53.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IDETE RODRIGUES EVANGELISTA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0041196-53.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011820-22.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALUIZIO NASCIMENTO DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0011820-22.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005082-91.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIA REGINA RODRIGUES DE FIGUEIREDO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005082-91.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002220-16.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002220-16.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013298-80.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NEOLICE RODRIGUES ALVES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013298-80.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034173-56.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WILSON FALCAO MOREIRA DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034173-56.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014413-68.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PIRAPO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA. (EXECUTADO)
LUIZ ROGERIO BIRCK SAUSEN (EXECUTADO)
LUIZ ALBERTO VERLE (EXECUTADO)
RUDI SAUSEN (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0014413-68.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013573-97.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MEDEIRO ALVES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013573-97.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014176-15.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L C BARCELOS - ME (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ACOMAT PRODUTOS SIDERURGICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014176-15.1999.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000281-40.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
I P MATOS COMERCIO (EXECUTADO)
INEZILDA PIO DA SILVA CASTRO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000281-40.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014102-19.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA JOSE DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014102-19.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0019943-77.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0019943-77.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011961-56.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DE OLIVEIRA RONDON (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0011961-56.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013569-60.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO DE MORAES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013569-60.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003651-85.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO ADIB HAGE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0003651-85.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO

FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0033385-42.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE BISPO DOS SANTOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0033385-42.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013585-14.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DEMERVAL MATTOS CONCEICAO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013585-14.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039483-43.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039483-43.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007383-65.1996.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DEUZINETE MARIA DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007383-65.1996.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0035804-69.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PYRAMID CONFECCOES S/A (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0035804-69.2013.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012655-78.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR DUARTE ALECRIM (EXECUTADO)
DNP DISTRIBUIDORA NACIONAL DE PETROLEO LTDA (EXECUTADO)
HAROLDO DE LIMA ALE (EXECUTADO)
ELZIO DUARTE ALECRIM (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012655-78.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0034620-44.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARTA MARTINES FERREIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0034620-44.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016444-80.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0016444-80.2015.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000507-88.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSÉ QUINTÃO SAMPAIO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSÉ QUINTÃO SAMPAIO OAB - MT5653-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PLANAM INDUSTRIA, COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (EXECUTADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000507-88.2019.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032650-19.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTIANO DA SILVA MELO SANTOS (EXECUTADO)
TANIA APARECIDA GARCEZ DA LUZ AGUILA GONZALEZ (EXECUTADO)
GLENIO FIREMAN TENORIO FILHO (EXECUTADO)
GONZALEZ E GONZALEZ LTDA - ME (EXECUTADO)
DANIELLE ACIOLI TENORIO (EXECUTADO)
JACINTO RAMON AGUILA GONZALES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0032650-19.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058845-31.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AFONSO DALBERTO (EMBARGANTE)
INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0058845-31.2014.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0021090-31.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSÉ QUINTÃO SAMPAIO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSÉ QUINTÃO SAMPAIO OAB - MT5653-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0021090-31.2018.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0009312-06.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA BOTELHO DE ALMEIDA (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0009312-06.2014.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003393-85.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ARAUJO MURTINHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0003393-85.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0019134-77.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSÉ QUINTÃO SAMPAIO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSÉ QUINTÃO SAMPAIO OAB - MT5653-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0019134-77.2018.8.11.0041 – Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001027-68.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CHEZ Y BABETTE GASTRONOMIA LTDA - ME (EXECUTADO)
MARIA BOTELHO DE ALMEIDA (EXECUTADO)
LUIZ ANTONIO POSSAS DE CARVALHO (EXECUTADO)
ELIANE LUISA DIAS DE CARVALHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001027-68.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041173-49.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CSR EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0041173-49.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012122-08.2001.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ABADIO PEREIRA CARDOSO (EXECUTADO)
EXPRESSO RUBI LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012122-08.2001.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041203-84.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DROGARIA DROGAO SUPER LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0041203-84.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005771-43.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MILTON LUIZ KELMANSON (EXECUTADO)
JAMES DOUGLAS TOMPKINS (EXECUTADO)
EDUARDO DOS REIS CARNEIRO GOSLING (EXECUTADO)
TELELISTAS (REGIAO 2) LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005771-43.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015002-94.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TELELISTAS (REGIAO 2) LTDA (EMBARGANTE)
MILTON LUIZ KELMANSON (EMBARGANTE)
JAMES DOUGLAS TOMPKINS (EMBARGANTE)
EDUARDO DOS REIS CARNEIRO GOSLING (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0015002-94.2006.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015568-67.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ONDINA APARECIDA CAVALHEIRO (EXECUTADO)
INSTITUTO DE EDUCACAO BOM JESUS DE CUIABA - EPP (EXECUTADO)
WILSON LUIZ UBIALLI (EXECUTADO)
MARIA EDIMEIA AMBROSIO PINTO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILBERTO MALTZ SCHEIR OAB - MT8848-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0015568-67.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0025094-39.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LISAND MARKETING E PROPAGANDA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0025094-39.2003.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006422-56.1998.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CASA NOVA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006422-56.1998.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058202-73.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIS FERNANDO NERIS - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058202-73.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039879-93.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ARMANDO LIMA (EXEQUENTE)
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELEN SIMONY MARIA DE LIMA (EXECUTADO)
H L TELEINFORMATICA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039879-93.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002537-19.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GLENIO FIREMAN TENORIO FILHO (EXECUTADO)
DANIELLE ACIOLI TENORIO (EXECUTADO)
JACINTO RAMON AGUILA GONZALES (EXECUTADO)
TANIA APARECIDA GARCEZ DA LUZ AGUILA GONZALEZ (EXECUTADO)
GONZALEZ E GONZALEZ LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002537-19.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO

FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016073-34.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME (EXECUTADO)
IGOR DE MUSIS SOUZA VIEIRA (EXECUTADO)
ANTONINA RIBEIRO DE MUSIS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016073-34.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040545-94.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DIAS COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040545-94.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041167-71.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO JOSE ZIOLKOWSKI DO PRADO (EXECUTADO)
PRISCILA ZIOLKOWSKI DO PRADO (EXECUTADO)
YVONNE BIANCARDINI DO PRADO (EXECUTADO)
CASA PRADO E COMERCIO E CONFECCOES LTDA - EPP (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0041167-71.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040614-29.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO PEREIRA DE SOUZA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040614-29.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016126-15.2006.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IGOR DE MUSIS SOUZA VIEIRA (EXECUTADO)
ANTONINA RIBEIRO DE MUSIS (EXECUTADO)
CL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016126-15.2006.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040004-61.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
O DIAS FILHO - COMERCIO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040004-61.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015557-53.2002.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
C J I SOUTILHA COMERCIO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015557-53.2002.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015763-52.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A V SILVA CONTABILIDADE (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015763-52.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007038-11.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONINA RITA DA SILVA (EXECUTADO)
JEFERSON AGUIRRE DE ARAUJO (EXECUTADO)
CONSTRUTORA J K SOUZA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007038-11.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL

Processo Número: 0006639-02.1998.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELAINE DE PAULA SILVA (EXECUTADO)
ROSEMARI AGUIAR DA SILVA (EXECUTADO)
AGUIAR & SILVA LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006639-02.1998.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006403-25.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIONOR DANTAS GUEDES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006403-25.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0005676-91.1998.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L C BARCELOS - ME (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELETRICA CUIABANA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0005676-91.1998.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0047831-84.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BETEL CAR LOJA DE VEICULOS LTDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0047831-84.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006834-64.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SONIA MARIA HOFMAN (EXECUTADO)
SONIA M. HOFMAN - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006834-64.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001941-30.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001941-30.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040948-29.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EVERALDO BENEDITO SILVA DE MAGALHAES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040948-29.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0028482-13.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FIDELICE MOREIRA DOS ANJOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0028482-13.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0047607-49.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAIS SVERSUT ACOSTA OAB - MT9634-N (ADVOGADO(A))
MARGARETH ROBERTA E SILVA POZZOBON OAB - MT8884-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0047607-49.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040547-64.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLOVIS CESAR COSTA MOURA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040547-64.2009.8.11.0041 – Classe:

EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0017999-74.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SILVIO ZULLI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0017999-74.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044808-96.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INCORPORADORA ITALIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARGARETH ROBERTA E SILVA POZZOBON OAB - MT8884-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0044808-96.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 0013008-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIO HENRIQUE MALUF VILELA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)

Certifico que o Processo nº 0013008-74.2019.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0019515-37.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JENZ PROCHNOW JUNIOR OAB - MT5432-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE ANTONELLI SALDANHA BORGES (EXECUTADO)
LEONARDO DOREA SALDANHA BORGES (EXECUTADO)
SALDANHA PRE MOLDADOS IND. E COMERCIO EIRELI - EPP (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0019515-37.2008.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0049625-43.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SALIM MOHAMAD SALIM S. BAZZI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0049625-43.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0057606-26.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO VIEIRA VALDASCA NETO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0057606-26.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001166-49.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO MENEZES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001166-49.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004010-30.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELESSANDRA PATRICIA CORREA DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004010-30.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0055478-33.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS OAB - MT13339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0055478-33.2013.8.11.0041 – Classe:

EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0037014-92.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
D R BOROVIEC PINTO - SERVICOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0037014-92.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004297-71.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO NUNES DE OLIVEIRA MORAES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004297-71.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002991-28.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
HERNANDES MONTEIRO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002991-28.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0037338-82.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
W. MARQUES DO AMARAL & CIA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0037338-82.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0012012-28.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PIRAJU INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS METALURGICOS LTDA (EXECUTADO)
SHIRLEY LUZIA VILAS BOAS (EXECUTADO)
JOSIMAR SANTOS VILAS BOAS (EXECUTADO)
Raquel de Oliveira Corrêa (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0012012-28.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0042340-62.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELAINE FONTES ASSUMPCAO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0042340-62.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0024547-28.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0024547-28.2005.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032686-85.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMES JULIO TOMAZ OAB - MT3791-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS CACERES OAB - PR26822-O (ADVOGADO(A))
LUANA DE ALMEIDA E ALMEIDA BARROS OAB - MT7381-O (ADVOGADO(A))
KAMILL SANTANA CASTRO E SILVA OAB - MT11887-O (ADVOGADO(A))
DARIEL ELIAS DE SOUZA OAB - MT11945-B (ADVOGADO(A))
WILLIAM JOSE DE ARAUJO OAB - MT3928-O (ADVOGADO(A))
NELSON FEITOSA JUNIOR OAB - MT8656-O (ADVOGADO(A))
NAGIB KRUGER OAB - MT4419-O (ADVOGADO(A))
CINARA CAMPOS CARNEIRO OAB - MT8521-O (ADVOGADO(A))
ANELY DE MORAES PEREIRA MERLIN OAB - MT13571-O (ADVOGADO(A))
ROMEU DE AQUINO NUNES OAB - MT3770-O (ADVOGADO(A))
JOAO BATISTA FERREIRA OAB - MT10962-B (ADVOGADO(A))
JOAO BATISTA ARAUJO BARBOSA OAB - MT9847-O (ADVOGADO(A))
GRACIELLE DE ALMEIDA CAMPOS OAB - MT10847-O (ADVOGADO(A))
HELENISE SESTI REGHELIN OAB - RS57752-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o Processo nº 0032686-85.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0004802-47.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELLO'S PETROLEO DO BRASIL LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0004802-47.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006312-91.1997.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LINDALVA DE SOUZA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006312-91.1997.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003931-32.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARLI ANA DA SILVA SANTOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0003931-32.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0013024-77.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALVARO LUIZ MOREIRA DE FARIA (EXECUTADO)
ELSON FREITAS BERTHOLDO DE SOUZA (EXECUTADO)
CELI RIBEIRO SOARES (EXECUTADO)
POLI INFORMATICA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0013024-77.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0032904-31.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WILSINEY DAMIAO RIBEIRO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0032904-31.2004.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003686-26.2002.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SAO MIGUEL AR CONDICIONADO LTDA - EPP (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0003686-26.2002.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058212-20.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CLARO S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0058212-20.2014.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015948-90.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALVES E MENEZES LTDA. - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015948-90.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0011106-28.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LUCIA FERREIRA TEIXEIRA OAB - MT3662-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Certifico que o Processo nº 0011106-28.2015.8.11.0041 – Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0002539-18.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

MARCOS VILELA RIBEIRO (EXECUTADO)
BRAVO SERVICOS LOGISTICOS LTDA - ME (EXECUTADO)
CRISTIANE GUARATO PRATA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0002539-18.2009.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0000942-82.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO VENZON KIPPER (EXECUTADO)
ROMEU ELIAS KIPPER (EXECUTADO)
REYNOLDO CORNEL KIPPER (EXECUTADO)
HELIOS COLETIVOS E CARGAS LTDA. (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0000942-82.2007.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL ESTADUAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0007640-60.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDEVALDO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0007640-60.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001295-60.1986.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO SIDRONHO DOS SANTOS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001295-60.1986.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0041673-18.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDERSON FERNANDO BOSSI (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0041673-18.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0006060-10.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA RODRIGUES NEVES (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0006060-10.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0014165-63.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AUGUSTE E RODRIGUES FREIRE - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0014165-63.2011.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0058219-12.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELDIO SCHALM (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0058219-12.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001735-16.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO BATISTA DE MELO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001735-16.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0039677-14.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ANTONIO BERTAIA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0039677-14.2012.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO

FISCAL
Processo Número: 0033134-24.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO JUSTINO PAES BARROS (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0033134-24.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0015402-45.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ANTONIO PRADO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0015402-45.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0016664-30.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO ANTONIO DE SOUZA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0016664-30.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0040988-11.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO BATISTA TEIXEIRA CARVALHO (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0040988-11.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0044786-38.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE SOUZA MIRANDA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0044786-38.2014.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0003070-70.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PYRAMID CONFECCOES S/A (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0003070-70.2010.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0001680-41.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAURO COSTA OLIVEIRA (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0001680-41.2005.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 0049088-47.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PICANHA'S GRILL CHURRASCARIA E PIZZARIA LTDA - ME (EXECUTADO)

Certifico que o Processo nº 0049088-47.2013.8.11.0041 – Classe: EXECUÇÃO FISCAL (1116) - originariamente físico, foi digitalizado nos termos da Portaria Conjunta n. 1076/2019-PRES-CGJ, de 16 de agosto de 2019, e distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador VARA ESP. DE EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL DE CUIABÁ.

Vara Especializada do Meio Ambiente

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 54689 Nr: 2451-02.2019.811.0082
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDWARD SPAGNUOLO BODINI
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E AUTOS DE INFRAÇÃO - SGPA, ANALISTA DE MEIO AMBIENTE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AYSLAN CLAYTON MORAES - OAB:8377/MT, MARIELLA FERNANDES MACCARI DE CAMARGO - OAB:OAB/MT 23.253/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Pelo exposto, INDEFIRO a liminar requerida.Abra-se vista ao Ministério Público e, a seguir, conclusos.Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.....

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 28226 Nr: 457-41.2016.811.0082
AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VERA LUCIA FERNANDES ARAGAO TANUS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lucio Mauro Dantas - OAB:OAB/MT 13.712

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Thamiris de Oliveira de Moraes- Procuradora do Municipio de Cuiabá - OAB:14.748

Vistos.

Certifique-se o Senhor Gestor o trânsito em julgado da sentença (fls. 76/77-v), trasladando-se cópia da presente sentença para os autos da Ação de Execução Fiscal n. 612-78.2015.811.0082, Cód. 25878 e em seguida arquive-se.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 56966 Nr: 3709-47.2019.811.0082

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE ODE MATO GROSSO - SEMA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEANDRO BORGES DE SOUZA SÁ - OAB:20901/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

REQUERENTE: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO

Vistos.

1. INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, sanar a irregularidade certificada à fl. 129 (recolhimento de custas e taxa judiciária), sob pena de cancelamento e extinção do feito, nos termos do art. 290 do Código de Processo Civil.

2. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos.

3. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Cuiabá, 02 de dezembro de 2019.

Rodrigo Roberto Curvo

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 56963 Nr: 3708-62.2019.811.0082

AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: AUREO EDUARDO CARVALHO DE FREITAS

PARTE(S) REQUERIDA(S): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE - MT, SUBPROCURADOR - GERAL FISCAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SEBASTIÃO JOSE DE SOUZA - OAB:22.452/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido liminar.Notifique-se a autoridade apontada como coatora, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que julgar necessárias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).Dê ciência do feito à PROCURADORIA DO ESTADO, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito, no prazo de 10 (dez) dias (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).Após, abra-se vista ao Ministério Público para os fins do art. 12, da Lei n. 12.016/2009 e, a seguir, conclusos.Intimem-se. Notifique-se. Cumpra-se.Cuiabá, 03 de dezembro de 2019.Rodrigo Roberto CurvoJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 55971 Nr: 3235-76.2019.811.0082

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VOLMIR ELTON CHEFFLER

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO (SEMA-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE)

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABRICIO RENNAN PASTRO PAVAN - OAB:17354

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Pelo exposto, INDEFIRO a liminar requerida.Cite-se o ESTADO DE MATO GROSSO para, querendo, contestar a presente ação, no prazo legal.

Atente-se que a citação deverá ser efetivada por mandado (art. 222, "c", do CPC).Deixo de designar audiência de conciliação ou mediação em razão do disposto no art. 334, §4º, inciso II, do Código de Processo Civil.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 56001 Nr: 3245-23.2019.811.0082

AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ROSENDO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDENCIA DE INFRAESTRUTURA, MINERAÇÃO, INDUSTRIA E SERVIÇOS - SUIMIS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERTO CAVALCANTI BATISTA - OAB:OAB/MT 5.868-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.

Cuida-se de pedido de desistência da ação formulada pela parte impetrante à fl. 141, nos termos do art. 485, inciso VIII, do Novo Código de Processo Civil, requerendo, por conseguinte, a homologação do pedido.

É o necessário relato. DECIDO.

A menção à possibilidade da desistência da ação está consignada no art. 485, inciso VIII, do CPC/2015, que estabelece que o juiz não resolverá o mérito quando "homologar a desistência da ação."

Nesses termos, disciplina o prof. Hely Lopes Meirelles que:

"O mandado de segurança, visando unicamente à invalidação de ato de autoridade, admite desistência a qualquer tempo." (in Mandado de Segurança. 29ª edição. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 123). [sem destaque no original].

Da mesma forma é o entendimento do seguinte julgado do e. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Vejamos:

"MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL – REAVALIAÇÃO QUESTÕES – CONCURSO MAGISTRATURA – PEDIDO DE DESISTÊNCIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. O pedido de desistência do mandamus pode ser formulado a qualquer tempo, independentemente da anuência do impetrado, acarretando a extinção do processo sem julgamento do mérito, em conformidade com o art. 267, VII do CPC." (MSI N.º 84066/2006 – ÓRGÃO ESPECIAL - CLASSE II – REL. DES. DONATO FORNUTADO OJEDA). [sem destaque no original]".

Diante do exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com base no art. 485, inciso VIII, do CPC/2015.

Processo isento de custas e honorários advocatícios, conforme dispõe as Súmulas 512, do STF e 105, do STJ, bem como o artigo 10, inciso XXII, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

P.R.I. Após, decorrido o prazo recursal, arquive-se com as baixas de estilo.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 53469 Nr: 1838-79.2019.811.0082

AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: RAFAEL ESTROIS MOREIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO, SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E AUTOS DE INFRAÇÃO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROSANE COSTA ITACARAMBY - OAB:8755/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.

1. Atento as alegações constantes no recurso de Agravo de Instrumento n. 1017943-69.2019.8.11.0000, distribuído à Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do e. TJMT, deixo de exercer o juízo de retratação tendo em vista que os fundamentos expostos na decisão atacada bem resistem aos argumentos do agravante, mantendo, portanto, a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos.

2. Encaminhem-se as informações requisitadas ao egrégio Tribunal de Justiça.

3. Cumpra-se, imediatamente, a decisão proferida pela Relatora do Agravo

de Instrumento n. 1017943-69.2019.8.11.0000, Desembargadora MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, que conferiu o efeito suspensivo almejado pelo agravante, sustando, portanto, os efeitos da decisão liminar proferida às fls. 152/154.
4. Abra-se vista ao MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL para os fins do art. 12, da Lei n. 12.016/2009 e, a seguir, conclusos.
5. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 25387 Nr: 216-04.2015.811.0082
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE CARLOS IUNES
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HENRIQUE REZENDE IUNES DE SOUSA - OAB:12867
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 58,72(cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 29,36(vinte e nove reais e trinta e seis centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 29,36(vinte e nove reais e trinta e seis centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 57155 Nr: 3809-02.2019.811.0082
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NATHALIA BUZOLLO RODRIGUES DA CUNHA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SECRETARIO EXECUTIVO SEMA/MT, ANALISTA DE MEIO AMBIENTE - UNIDADE JURIDICA DO GABINETE, COORDENADOR DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E AUTO DE INFRAÇÃO - CPA/SPA/SEMA/MT, COORDENADORA DE ARRECADAÇÃO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: THIAGO C. SILVA - OAB:24.435
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono o feito para que o impetrante recolha a diligência do oficial de justiça, devendo ser emitida no site do Tribunal de Justiça "Emissão de Guias Online" e comprove o pagamento nos autos.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 24326 Nr: 759-41.2014.811.0082
AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADÃO NUNES DE ARAUJO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Carlos Roberto Santos - OAB:2739/MT, Erica de Jesus França - OAB:25036/O
Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente, que impulsiono os autos com a finalidade de intimar o advogado, para que proceda a devolução dos autos, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de perder o direito à vista fora de cartório, multa correspondente à metade do salário-mínimo e comunicação à seção da Ordem dos Advogados do Brasil para procedimento disciplinar e imposição de multa.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32743 Nr: 435-46.2017.811.0082
AÇÃO: Crimes Ambientais->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDEMILSON GONÇALVES DE MORAES, VINICIUS BERNARDINELLI DACACHE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ricardo S. Spinelli - OAB:OAB/MT 15.204, Vitor Bernardinelli Dacache - OAB:OAB/MT 15.361
Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente, que impulsiono os autos com a finalidade de intimar o advogado, para que proceda a devolução dos autos, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de perder o direito à vista fora de cartório, multa correspondente à metade do salário-mínimo e comunicação à seção da Ordem dos Advogados do Brasil para procedimento disciplinar e imposição de multa.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 57147 Nr: 3803-92.2019.811.0082
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PCH JUINA SPE S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E AUTOS DE INFRAÇÃO - SGPA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARI FRIGERI - OAB:OAB/MT 12.736, Reginaldo Siqueira Faria - OAB:7028/O, THIAGO DOMINGUES SIQUEIRA - OAB:11004
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono o feito para que o impetrante recolha a diligência do oficial de justiça, devendo ser emitida no site do Tribunal de Justiça "Emissão de Guias Online" e comprove o pagamento nos autos.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 39653 Nr: 1274-37.2018.811.0082
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDSON BENEDITO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO CAETANO VACCHIANO -PROMOTOR DE JUSTIÇA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS HENRIQUE BARBOSA - OAB:15.056/OAB/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,84(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,44(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 37855 Nr: 25-51.2018.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): VANGUARD HOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, EZARO MEDINA FABIAN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEONARDO BORGES STABILE - OAB:24535
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,84(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,44(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 424 Nr: 208-18.2001.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Madeireira Ipacarai Ltda, Tatiana Raquel Timoteo Cavichioli Sebastião, Sônia Aparecida Vagula Sebastião
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Francisco de Assis dos Santos - Procurador do Estado - OAB:, Luiz Carlos Pinheiro de Souza - Procurador do Estado - OAB:, Patryck Araújo Ayala - Procurador do Estado de MT - OAB:, Romes Júlio Tomaz - Procurador do Estado - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fabiola C. de Noronha Sampaio - OAB:4997
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.178,83(mil cento e setenta e oito reais e oitenta e três centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 1.013,47 (mil e treze reais e quarenta e sete centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS e R$ 114,63(cento e quatorze reais e sessenta e três centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado o valor correspondente a R$ 165,36 (cento e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 2709 Nr: 185-38.2002.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Espólio de NADIR GABI JUNQUEIRA DE ANDRADE, Representado pelo Inventariante FRANCISCO ROBERTO REZENDE JUNQUEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Carlos Pinheiro de Souza - Procurador do Estado - OAB:, Romes Júlio Tomaz - Procurador do Estado - OAB:, Ronaldo Pedro Szezupior dos Santos - Procurador do Estado - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CACILDO BAPTISTA PALHARES - OAB:102258
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida (Espólio), para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 1.704,02(mil setecentos e quatro reais e dois centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 1.124,82 (mil cento e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS e R$ 476,44(quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado o valor correspondente a R$ 102,76 (cento e dois reais e setenta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 11266 Nr: 1093-17.2010.811.0082
AÇÃO: Alvará Judicial->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Nilda de Sá Lorenzon
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Anderson Bettanin de Barros - OAB:7901, Grasiela Elisiane Ganzer - OAB:9899
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 499,91(quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 323,14(trezentos e vinte e três reais e quatorze centavos), para recolhimento da guia de CUSTAS e R$ 144,41(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de TAXA. Ao Cartório não oficializado o valor correspondente a R$ 32,36 (trinta e dois reais e trinta e seis centavos) que deverá ser depositado em nome de Marilu Cuiabano Malheiros Banco d Brasil, Agência 4696-5, Conta corrente nº 5540-9, CPF 111.180.911-91. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima,

caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 28566 Nr: 743-19.2016.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LIVIO JOSE ANDRIGHETTI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Romes Júlio Tomaz - Procurador do Estado - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TADEU MÚCIO GALVÃO MARQUES VALLIM - OAB:OAB/MT 4717
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 3.779,81(três mil setecentos e setenta e nove reais e oitenta e e um centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 1.889,91(mil oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 1.889,91(mil oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 30516 Nr: 1997-27.2016.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): SPE JARDIM CUIABA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KLEITON ALVES DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 16.240, MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM - OAB:4656
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 30716 Nr: 2180-95.2016.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): SPE JARDIM CUIABA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Kleyton Alves de Oliveira - OAB:16.240, MIGUEL JUAREZ ROMEIRO ZAIM - OAB:OAB/MT 4.656
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 30862 Nr: 2318-62.2016.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSIAS SALUSTIANO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Vania Maria Carvalho - OAB:7931-n/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,09(quinhentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 143,69(cento e quarenta e três reais e sessenta e nove centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32441 Nr: 204-19.2017.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALTER ANTONIO SAMPAIO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO VIEIRA DE SOUZA - OAB:PROC. EST.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3127A
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,81(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,41(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 34295 Nr: 1492-02.2017.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): BISMARCK CASTILLO CARVALHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Milton Alves Damaceno - OAB:3620/MT
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,84(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,44(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 34483 Nr: 1620-22.2017.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MANOEL AUGUSTO DE FIGUEREDO COELHO - OAB:4937
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,84(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,44(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 34499 Nr: 1636-73.2017.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRO OESTE COMERCIO E LOCAÇÃO DE PAINEIS LTDA EPP, JOSÉ GOMES CALDEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Elson Duques dos Santos - OAB:14423, Valéria Castilho Munhoz Vivan - OAB:OAB/MT 5956
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte requerida, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 557,84(quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), para recolhimento da guia de custas e R$ 144,44(cento e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 37322 Nr: 3491-87.2017.811.0082
AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ana Lidia Souza Marques - OAB:3654-MT, Ernandes Brito de Oliveira Moraos - OAB:15747
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente, que impulsiono os

autos com a finalidade de intimar o advogado, para que proceda a devolução dos autos, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de perder o direito à vista fora de cartório, multa correspondente à metade do salário-mínimo e comunicação à seção da Ordem dos Advogados do Brasil para procedimento disciplinar e imposição de multa.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 21492 Nr: 1356-15.2011.811.0082
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DRAGA PORTO SEGURO LTDA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Bruno Rachid Jorge - OAB:15936, Marines Carolina Zimmer - OAB:12116-E, Veronica Toledo de Almeida Neves - OAB:11616-B
Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente, que impulsiono os autos com a finalidade de intimar o advogado, para que proceda a devolução dos autos, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de perder o direito à vista fora de cartório, multa correspondente à metade do salário-mínimo e comunicação à seção da Ordem dos Advogados do Brasil para procedimento disciplinar e imposição de multa.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38082 Nr: 186-61.2018.811.0082
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ ANTONIO DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Paula Assumpção de Almeida Teibel - OAB:10251
Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente, que impulsiono os autos com a finalidade de intimar o advogado, para que proceda a devolução dos autos, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de perder o direito à vista fora de cartório, multa correspondente à metade do salário-mínimo e comunicação à seção da Ordem dos Advogados do Brasil para procedimento disciplinar e imposição de multa.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 51226 Nr: 642-74.2019.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rubens Azevedo da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROMES JÚLIO TOMAZ (PROCURADOR DO ESTADO) - OAB:MT 3791/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JUSCELINO LUIS RODRIGUES NETO - OAB:OAB-MT 4340-B, Rubens Azevedo da Silva - OAB:4176
Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente, que impulsiono os autos com a finalidade de intimar o advogado, para que proceda a devolução dos autos, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de perder o direito à vista fora de cartório, multa correspondente à metade do salário-mínimo e comunicação à seção da Ordem dos Advogados do Brasil para procedimento disciplinar e imposição de multa.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 30605 Nr: 2078-73.2016.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELMO ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CEZAR FABIANO MARTINS DE CAMPOS - PROC. MUNI. - OAB:13339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO MENDES FRANÇA - OAB:14.301/GO, RODOLFO COELHO RIBEIRO - OAB:16215
Vistos.
Cuida-se de pedido formulado pelo exequente, requerendo a penhora de quantia eventualmente encontrada nas contas ou aplicações financeiras do executado, por meio do sistema on line – Bacen-Jud.
A penhora, de acordo com o art. 835, do Código de Processo Civil, traz em sua ordem de preferência o dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira, como critério para satisfação do crédito. No mesmo sentido, disciplina o art. 11, inciso I, da Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.
O art. 837, do CPC, ao possibilitar a requisição, por meio eletrônico, informações sobre os ativos do executado e ainda determinar a indisponibilidade de valores, facilita a constrição, tornando o processo executivo mais eficaz.
O novo dispositivo legal deve ser utilizado de imediato, desobrigando o exequente de exaurir todos os meios de penhora de bens para satisfação de seu crédito. Logo, a penhora via Bacen Jud é perfeitamente possível.
Ademais, verifica-se que, em consonância com o art. 8º da Lei n. 8630/1980, o executado foi devidamente citado (fl. 09).
Pelo exposto, com fundamento no art. 837, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido retro, por conseguinte, DETERMINO a expedição de ofício ao Banco Central do Brasil, pelo sistema Bacen Jud, determinando o bloqueio on line da quantia de R$ 13.828,86 (treze mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos), que eventualmente for encontrada em contas bancárias pertencentes a executada ELMO ENGENHARIA LTDA, CNPJ n. 02.500.304/0001-43.
Realizado o bloqueio do numerário, lavre-se a penhora e depósito. Após, intime-se o executado para, querendo, apresentar embargos, no prazo de 30 (trinta) dias.
Em caso negativo, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 464 Nr: 56-38.1999.811.0082
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sidney Gomes de Sá
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Carlos Pinheiro de Souza - Procurador do Estado - OAB:, Subprocurador (a)-Geral de Defesa do Meio Ambiente na pessoa de seu rep. Legal - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Alfredo Fogaça Neto - OAB:5949-B
Vistos.
Cuida-se de pedido formulado pelo exequente, requerendo a penhora de quantia eventualmente encontrada nas contas ou aplicações financeiras dos executados, por meio do sistema on line – Bacen-Jud.
A penhora, de acordo com o art. 835, do Código de Processo Civil, traz em sua ordem de preferência o dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira, como critério para satisfação do crédito. No mesmo sentido, disciplina o art. 11, inciso I, da Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.
O art. 837, do CPC, ao possibilitar a requisição, por meio eletrônico, informações sobre os ativos do executado e ainda determinar a indisponibilidade de valores, facilita a constrição, tornando o processo executivo mais eficaz.
O novo dispositivo legal deve ser utilizado de imediato, desobrigando o exequente de exaurir todos os meios de penhora de bens para satisfação de seu crédito. Logo, a penhora via Bacen Jud é perfeitamente possível.
Ademais, verifica-se que, em consonância com o art. 8º da Lei n. 8630/1980, o executado fora devidamente citado (fl. 17).
Pelo exposto, com fundamento no art. 837, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido retro, por conseguinte, DETERMINO a expedição de ofício ao Banco Central do Brasil, pelo sistema Bacen Jud, determinando o bloqueio on line da quantia de R$ 287.339,20 (duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos), que eventualmente for encontrada em contas bancárias pertencentes ao executado SIDNEY GOMES DE SÁ, CNPJ n. 36.961.126/0001-70.
Realizado o bloqueio do numerário, lavre-se a penhora e depósito. Após, intime-se o executado para, querendo, apresentar embargos, no prazo de 30 (trinta) dias.

Em caso negativo, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 53454 Nr: 1827-50.2019.811.0082
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADVALDO PEREIRA MATOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FRANCINE GOMES PAVEZI - OAB:17162
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Verifica-se às fls. 58/63 que a parte requerente apresentou impugnação à contestação.
Contudo, o processo fora remetido com carga ao MP sem antes ter sido cumprido a decisão de fl. 57 em sua integralidade.
Sendo assim, determino que o Senhor Gestor cumpra o já determinado na decisão de fl. 57, intimando-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a sua necessidade sob pena de indeferimento.
Após, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação.
Decorrido o prazo, façam-me os autos conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide conforme o caso.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 41584 Nr: 2474-79.2018.811.0082
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELIZEU SOARES DOS SANTOS, BELCHIOR KLEIN
PARTE(S) REQUERIDA(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Tania Zuchieri Bressan - OAB:13375/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 7° do Provimento nº 12/2017-CGJ, fica devidamente INTIMADA à parte autora, para que efetue, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 413,40(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos), a que foi condenado nos termos da r. sentença. Fica cientificado de que para emissão de guia de custas e taxa, deverá acessar o site www.tjmt.jus.br, link EMISSÃO DE GUIAS ONLINE, emitir guias, digitar custas, clicar em CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES, preencher o número único do processo, buscar, próximo, ok, colocar o nº do CPF do pagante. Clicar em CUSTAS e incluir o valor discriminado acima, caso tenha custas. Clicar em TAXA e incluir o valor discriminado acima, caso tenha taxa. Clicar em gerar GUIA. O sistema gera um BOLETO ÚNICO. Imprimir e após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a GUIA PAGA no Protocolo Geral do Fórum da Capital direcionado à Central de Arrecadação e Arquivamento. ADVERTÊNCIA: o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciárias, implicará na restrição do nome e CPF do devedor, junto à dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612, § 5º da CNGC-TJMT.

Varas Criminais

1ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Monica Catarina Perri Siqueira
Cod. Proc.: 159480 Nr: 6830-24.2010.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RAFAEL AUGUSTO PINHEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DR. MIRO AGOSTINHO DAS NEVES - OAB/MT 12.818 - OAB:
Autos Código n° 159480
Vistos...
Tramitam os autos apenas em relação ao acusado Rafael Augusto Pinheiro de Oliveira.
Quanto aos também denunciados Antonione dos Santos e Jonathan Jones Rodrigues de Araújo, ambos impronunciados (fls. 592/596).
Abra-se vista às partes para os fins do artigo 422 do CPP , sob pena de preclusão, devendo, ainda, atualizar o endereço das testemunhas que, na oportunidade, arrolarem.
Após, conclusos.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Cuiabá-MT, 26 de novembro de 2019.
Monica Catarina Perri Siqueira
Juíza de Direito

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 341104 Nr: 866-45.2013.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GENIVALDO VALENTINO DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS AGUSTO MOREIRA DA SILVA JUNIOR - OAB:19794/0
IMPULSIONO estes autos para intimar o Dr. CARLOS AUGUSTO MOREIRA DA SILVA JUNIOR - OAB/MT 19.794-O, defensor do acusado GINIVALDO VALENTINO DE CAMPOS para a ciência da DESIGNAÇÃO da sessão de julgamento em plenário do júri para a data de 30/janeiro/2020 às 13h30min, conforme despacho de fls. 208, abaixo transcrito: “Vistos, etc. Designo a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri para o dia 30 de janeiro de 2020, às 13h30min.Às providências. Intimem-se.Cumpra-se, expedindo-se o necessário”.

3ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 530814 Nr: 22613-75.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUISMAR BRAZ SANTOS, JOÃO VITOR FLORENÇA NASCIMENTO, EMERSON ALVES DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA - OAB:, ENOQUE DA SILVA SAMPAIO - OAB:19120, RODRIGO BATISTA DA SILVA - OAB:7697/MT
Edital Genérico ME107
Edital de:INTIMAÇÃO DE ADVOGADO
Prazo:10
Intimando:DR. RODRIGO BATISTA DA SILVA OAB/MT 7.697
DR. ENOQUE DA SILVA SAMPAIO OAB/MT 19.120
Finalidade:INTIMAÇÃO DO(A,S) ADVOGADO(A,S), acima qualificado(s), para apresentar(em) defesa preliminar, no prazo de 10 (dez) dias, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008, podendo argüir preliminares e alegar(em) tudo o que interessar à(s) sua(s) defesa(s), oferecer(em) documentos e justificações, especificar(em) as provas pretendidas e arrolar testemunhas (art. 401 da mesma Lei), qualificando-as e requerendo sua(s) intimação(ões), quando necessário.
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):THAYS CONRADO MARINHO
Portaria:

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 591770 Nr: 33052-14.2019.811.0042
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDRÉ GAMA DA SILVEIRA GUTIERRES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MURIEL GUSTAVO DE ANDRADE - OAB:108.338, MURILLO EVANDRO DE ANDRADE - OAB:108.337/MG
Edital Genérico ME107
Edital de:INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA AUDIÊNCIA
Prazo:05
Intimando:DR. MURILLO EVANDRO DE ANDRADE OAB/MG 108.337
DR. MURIEL GUSTAVO DE ANDRADE OAB/MG 108.338
Finalidade:INTIMAÇÃO DO(A,S) ADVOGADO(A,S), acima qualificado, para comparecer perante este Juízo da 3º Vara Criminal da Capital, no DIA 11/02/2020, ÀS 15:10 HORAS, a fim de participar da audiência una de Instrução e Julgamento, nos autos acima mencionados.
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):THAYS CONRADO MARINHO
Portaria:

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 598745 Nr: 39322-54.2019.811.0042
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JACKSON MIGUEL DA CRUZ SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL - OAB:
Edital Genérico ME107
Edital de:INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA AUDIÊNCIA
Prazo:05
Intimando:DRA CRISTIANE MACIEL DE OLIVEIRA DELANORA OAB/MT 20.882/O
Finalidade:INTIMAÇÃO DO(A,S) ADVOGADO(A,S), acima qualificado, para comparecer perante este Juízo da 3º Vara Criminal da Capital, no DIA 11/02/2020, ÀS 15:45 HORAS, a fim de participar da audiência una de Instrução e Julgamento, nos autos acima mencionados.
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):THAYS CONRADO MARINHO
Portaria:

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 525603 Nr: 17550-69.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEXSANDRO DOS SANTOS SANTANA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Edital Genérico ME107
Edital de:INTIMAÇÃO DO RÉU
Prazo:10
Intimando:Réu(s): Alexsandro dos Santos Santana da Silva, Rg: 27511642 ssp MT Filiação: Alexsandro dos Santos Mendes e Neocy Santana da Silva, data de nascimento: 20/11/1999, brasileiro(a), natural de Cuiaba-MT, solteiro(a), Endereço: Rua Oito de Janeiro, 69, Proximo Ao Amigao Autopeças, Bairro: Jardim Leblon, Cidade: Cuiabá-MT
Finalidade:INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S), acima qualificado, para que, ciente(s), cumpra(m) a determinação judicial firmada nos autos e abaixo consignada, mais precisamente, para para constituir novo defensor no prazo de 10 (dez) dias. Findo tal prazo sem manifestação, ser-lhe-á nomeado o Dr. Defensor Público que atua nesta Vara, para prosseguir na sua defesa, nos autos acima mencionados.
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):THAYS CONRADO MARINHO
Portaria:

4ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 425653 Nr: 847-34.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS EDUARDO SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROGERIO RAMOS VARANDA JUNIOR - OAB:
Vistos etc.
I – Prejudico a presente solenidade, ante às ausências das partes descritas acima.
II – Intime-se o defensor do réu Carlos para que, em 05 dias, justifique a ausência à audiência, ou, em igual prazo, apresente renúncia ao mandato, sob pena de se configurar abandono de causa, o que, além de constitui infração disciplinar, rende ensejo à imposição de multa de 10 a 100 salários mínimos (art. 34, inciso XI, do EOAB e 265 do CPP).
III – Acolho o pedido ministerial, intimem-se as testemunhas ausentes para a próxima solenidade, sendo essa: 13/04/2020 às 16:30.
IV – Saem os presentes intimados.
V – Decreto a revelia do Réu Carlos Eduardo, com fulcro no Art.367 do CPP.
VI- Às providências.
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o presente termo de audiência que vai devidamente assinado.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito
AMARILDO CESAR FACHONE
Promotor de Justiça

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 403963 Nr: 8373-86.2015.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDEMIR DE ARAUJO SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEISE JUSSARA ALVES - OAB:17867MT
Vistos etc.
I – Prejudico a presente solenidade, ante as ausências descritas acima.
II- Homologo os pedidos de desistência nesta data.
III – Decreto a revelia do Réu Valdemir, com fulcro no Art.367 do CPP.
IV – Intime-se o defensor do réu Valdemir para que, em 05 dias, justifique a ausência à audiência, ou, em igual prazo, apresente renúncia ao mandato, sob pena de se configurar abandono de causa, o que, além de constitui infração disciplinar, rende ensejo à imposição de multa de 10 a 100 salários mínimos (art. 34, inciso XI, do EOAB e 265 do CPP).
V- Acolho o pedido ministerial, intimem-se as testemunhas ausentes para a próxima solenidade, sendo essa: 02/04/2020 às 14:30.
VI – Saem os presentes intimados.
VII – Às providências.
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o presente termo de audiência que vai devidamente assinado.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito
AMARILDO CESAR FACHONE
Promotor de Justiça

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 598650 Nr: 39228-09.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELVIO WEINER, JEAN BAPTISTE PHILOGENE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WELDER GUSMÃ JACON - OAB:18.570-B
PROCESSO N.º: 39228-09.2019.811.0042 (CÓDIGO: 598650)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO

RÉU(S): ELVIO WEINER
JEAN BAPTISTE PHILOGENE
Vistos etc.
I - Havendo nos autos material probatório mínimo e potencialmente apto a deflagrar a persecutio criminis, RECEBO a denúncia oferecida pelo Ministério Público, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e inocorrentes as hipóteses do artigo 395 do mesmo Codex.
II - Citem-se os acusados para, no prazo de 10 (dez) dias, responder à acusação.
Colacione no mandado a advertência de que os denunciados, em suas respostas, poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A, CPP).
Colacione, ainda, a obrigatoriedade de o Oficial de Justiça observar o que determina o artigo 1.373, § 3º, da CNGC, indagando os acusados se eles pretendem constituir advogado ou deseja que lhe seja nomeado defensor público ou dativo para patrocinar a sua defesa, caso em que o Oficial de Justiça deverá mencionar as razões pelas quais os denunciados não têm a intenção de contratar defensor, consoante o artigo 1.373, § 4° da CNGC.
Caso os denunciados informem que possuem advogado, determino que o Oficial de Justiça indague-os acerca do nome do causídico e endereço ou telefone ou outros dados que permitam a sua imediata localização.
Havendo nos autos, conste no mandado de citação pontos de referências para a localização do endereço residencial e/ou comercial dos réus. – artigo 1.373, § 1°, da CNGC.
III - Certificada a necessidade de nomeação de defensor público, desde já, NOMEIO a Defensoria Pública desta Comarca para exercer a defesa dos acusados, devendo para tanto, com fulcro no art. 396-A, § 2º, do CPP, ser aberta vista para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta.
IV – Havendo pedido de restituição, por ato ordinatório, ouça o Ministério Público acerca da necessidade de manutenção da apreensão, antes de encaminhar os autos conclusos ao gabinete. Observe-se que os documentos pessoais devem ser restituídos à parte independente de ordem, consoante artigo 1.472, § 2º.
V – Conste nos mandados de citação que na hipótese de restituição de bens apreendidos, junto ao requerimento de restituição os réus deverão apresentar comprovante de propriedade e, tratando-se de veículo, a restituição somente acontecerá após a manifestação do Ministério Público e mediante ordem expressa deste juízo, nesse sentido.
VI – CERTIFIQUE-SE se há laudo pericial a ser juntado nos autos e, caso positivo, junte-se.
VII - Com relação ao Item 2, acolho a manifestação ministerial e DECLINO da competência em favor da 10ª Vara Criminal desta Comarca apenas em relação ao crime de posse ilegal de arma de fogo, tipificado no art. 12 da Lei n° 10.826/2003, praticado pelo indiciado ELVIO WEINER. Extrai-se cópia integral dos autos e encaminhe-se a 10° Vara Criminal.
Às providências.
Cuiabá - MT, 09 de dezembro de 2019.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 579649 Nr: 22139-70.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELIANA APARECIDA DA COSTA, TAINÁ ANUNCIATA DA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ENOQUE SAMPAIO - OAB:19.120
AUTOS nº 22139-70.2019.811.0042 (Código 579649)
Vistos etc.
Tendo em vista a manifestação ministerial de fl. 91, Intimem-se as acusadas ELIANA APARECIDA DA COSTA e TAÍNA ANUNCIATA DA COSTA para que efetuem o pagamento do valor arbitrado a título de reparação de dano, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de revogação do sursis.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Cuiabá - MT, 09 de dezembro de 2019.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 426192 Nr: 1453-62.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GUILHERME HENRIQUE PEREIRA DA SILVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANGELO BERNARDINO DE MENDONÇA JUNIOR - OAB:16330, THAYLANE BENEVIDES DA SILVA - OAB:23479/O
Após o MM. Juiz prolatou a seguinte decisão:
Vistos etc.
I – Nomeio para patrocínio da defesa do Réu Guilherme, apenas para este ato, o Dr. CARLOS AUGUSTO MOREIRA DA SILVA JUNIOR, OAB/MT 19.794/O, o qual arbitro honorários no valor de R$800,00 (Oitocentos Reais).
II – Intime-se o defensor do réu Guilherme para que, em 05 dias, justifique a ausência à audiência, ou, em igual prazo, apresente renúncia ao mandato, sob pena de se configurar abandono de causa, o que, além de constitui infração disciplinar, rende ensejo à imposição de multa de 10 a 100 salários mínimos (art. 34, inciso XI, do EOAB e 265 do CPP).
III- Aguarde-se a comunicação de disponibilidade de data para realização de Vídeo- Conferência de interrogatório, que será informada pelo juízo da 3° Vara Criminal de Rondonópolis.
IV – Acolho o pedido ministerial, intime-se as testemunhas para a próxima solenidade, sendo essa: 09/04/2019 às 15:30.
V – Saem os presentes intimados.
VI – Às providências.
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se o presente termo de audiência que vai devidamente assinado.
LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO
Juiz de Direito
AMARILDO CESAR FACHONE
Promotor de Justiça
CARLOS AUGUSTO MOREIRA DA SILVA JUNIOR
Advogado nomeado para o ato

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lidio Modesto da Silva Filho
Cod. Proc.: 317333 Nr: 16587-08.2011.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JONY HALISON DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL - OAB:
Diante do exposto, com fundamento no artigo 107 inciso IV, 109, inciso III, 115, 110, § 1º, todos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JONY HALISON DA SILVA OLIVEIRA, relativamente aos fatos imputados na denúncia de fls. 05/08.Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos, procedendo-se às baixas e anotações necessárias.P.R.I.Cumpra-se.Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.Lídio Modesto da Silva Filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 603546 Nr: 43495-24.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FABIO JEFERSON BARBOSA DE FREITAS, MAYKO JORIATTI DE MATOS, ARLLON AUGUSTO MARQUES DO AMARAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Elenice Schmidt Batista - OAB:
INTIMAR A ADVOGADA ELENICE SCHMIDT BATISTA, PARA NO PRAZO DE 24 (VINTE QUATRO) HORAS PROCEDER A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS,

SOB PENA DE BUSCA E APREENSÃO.

5ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 324519 Nr: 3900-62.2012.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PEDRO PAULO DE ARRUDA MORAES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): PEDRO PAULO DE ARRUDA MORAES, Cpf: 04374442103, Rg: 20726562, Filiação: Constancia Paula de Arruda e Rufino Brasil de Moraes, data de nascimento: 28/06/1988, brasileiro(a), natural de Jaciara-MT, convivente, pintor, Telefone 3649-1626 (mae). atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Bem como para que, havendo interesse, seja providenciada a restituição de qualquer objeto e/ou valor eventualmente apreendido e ainda vinculado aos autos, sob pena de perdimento..
Sentença: Ante o exposto em observância ao principio da utilidade da jurisdição, conheço a carência da ação, por falta de interesse de agir EXTINGUINDO O PROCESSO, em face do denunciado PEDRO PAULO DE ARRUDA MORAES, que faço com respaldo do art. 485, Inc. VI do CPC. Nos termos do art. 91, II, “a” e “b” do Código Penale calçado no entendimento jurisprudencial , DECLARO o perdimento em favor da União de eventuais objetos apreendidos que tenham correlação com o crime. Recolham-se eventuais mandados de prisão provenientes destes autos em nome do(s) sentenciado(s). Igualmente, DETERMINO a imediata restituição de eventuais documentos pessoais e objetos, a quem de direito, desde comprovada sua propriedade. intimando-o(s) inclusive por edital, se necessário, com o prazo de 15 (quinze) dias, consignando-se que decorridos 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado desta e não sendo reclamados os bens vinculados a estes autos, DECRETA-SE a perda das coisas apreendidas em favor da União.Em havendo valores apreendidos que não se refiram à fiança e que não estejam relacionados com o delito, bem como havendo fiança depositada nestes autos, restitua-se ao(s) sentenciado(s) e seus sucessores, intimando-o(s) inclusive por edital, se necessário, com o prazo de 15 (quinze) dias, consignando-se o prazo de 10 (dez) dias para comparecer em Juízo para levantamento da importância depositada. Escoado o prazo sem manifestação, DECLARO desde já o perdimento de qualquer importância lícita depositada nos autos em favor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.Existindo armas, simulacros ou munições apreendidos nos autos, em desacordo com a lei, nos termos do artigo 25 da Lei 10.826/03, determino sejam as mesmas remetidas ao Comando do Exército da Região para doação a órgão de segurança pública ou destruição conforme o caso.Comunique-se à vítima a respeito deste ato sentencial, conforme preconiza o art. 201, § 2º do Código de Processo Penal.Sem custas.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e cautelas de estilo.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de maio de 2018.SILVANA FERRER ARRUDAJuíza de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Diego Nascimento Campos Amaral, digitei.
Cuiabá, 22 de novembro de 2019
Weksley Baltazar Silva Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Silvana Ferrer Arruda
Cod. Proc.: 591904 Nr: 33164-80.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ FELIPE SILVA DE CASTRO LAMEU
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARINEY FÁTIMA NEVES - OAB:10.737
Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA para CONDENAR o denunciado LUIZ FELIPE DE CASTRO LAMEU nas sanções do art. 157, §2º, inc. II e §2º-A, inc. I, do CP (roubo datado de 07.08.2019), bem como art. 157, §2º, inc. II e §2º-A, inc. I, c/c art. 70, primeira parte (três vezes), ambos do Código Penal (roubo datado de 19.08.2019), na forma do art. 69, do mesmo Estatuto Penal.DA DOSIMETRIA.(...) condeno o réu a PENA DEFINITIVA de 14 (quatorze) anos e 08 (oito) meses de reclusão, bem como ao PAGAMENTO DE 60 (sessenta) dias-multa.O regime inicial para cumprimento da pena deverá ser o FECHADO, ante o montante de pena aplicada, consoante dispõe o artigo 33, § 2º, alínea “a” do Código Penal.Com fundamento no artigo 387, § 1º, do CPP, NEGO ao sentenciado o direito de recorrer em liberdade, pois forçoso concluir que a sua mantença no cárcere se faz necessária para a garantia da ordem pública, consubstanciada na sua periculosidade social, revelada pela forma em que o presente crime foi praticado .(...)Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.SILVANA FERRER ARRUDA Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Silvana Ferrer Arruda
Cod. Proc.: 589743 Nr: 31258-55.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALFREDO JESUS ALVES RIBEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADEMAR COELHO DA SILVA - OAB:, Barbara Vitoria Murta - OAB:26519, JOSÉ MARCIO DE OLIVEIRA - OAB:14.247
Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação penal para CONDENAR o réu ALFREDO JESUS ALVES RIBEIRO, qualificado nos autos, como incurso nas sanções previstas nos artigos 157, “caput”, 180, “caput” e 215-A c/c art.69 todos do Código Penal, e, ainda, ABSOLVER o réu em relação aos três crimes tipificados no art.311, “caput” do CP, com fundamento no art. 386, VII, do CPP.(...) condeno o réu a PENA DEFINITIVA de 06 (seis) anos de reclusão e ao pagamento de 30 (vinte) dias-multa, a qual torno DEFINITIVA nesse patamar, diante de qualquer outra causa de aumento ou diminuição da pena.No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela (art. 69 CP).A pena de multa deve ser solvida no prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 49 e 50 do Código Penal . Tendo em vista o teor do art. 6º do Provimento nº 40/2014/CGJ , comunique-se à Procuradoria Geral do Estado/MT.Assim, o regime inicial para cumprimento da pena deverá ser o SEMI-ABERTO, ante o montante de pena aplicada, consoante disposto no artigo 33, § 2º, alínea “b”, do Código Penal. Considerando o regime aplicado ao cumprimento da pena, bem como a inexistência dos requisitos necessários à prisão preventiva, disciplinados nos arts. 312 e 313 do CPP, concedo ao réu a liberdade provisória e o direito de recorrer em liberdade. Para tanto, EXPEÇA-SE IMEDIATAMENTE ALVARÁ DE SOLTURA, salvo se por outro motivo estiver preso. (...).Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.SILVANA FERRER ARRUDA Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Silvana Ferrer Arruda
Cod. Proc.: 411413 Nr: 16176-23.2015.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DONATO SILVA DO NASCIMENTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKELINE MOREIRA MARTINS PACHECO - OAB:10402/O
Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA para CONDENAR o denunciado DONATO SILVA DO NASCIMENTO, qualificado nos autos, como incurso na sanção prevista no art. 157, §2º, inciso I e II c/c art. 70 (04 VEZES = 04 VÍTIMAS), ambos do Código Penal.DA DOSIMETRIAPasso a dosar a pena a ser-lhes aplicada, em estrita observância ao disposto pelos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal.(...) do que resulta na PENA DEFINITIVA no patamar de 06 (seis) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e ao pagamento de 16

(dezesseis) dias-multa.Consoante os artigos 49, § 1º e 60 do Código Penal, fixo o valor de cada dia-multa na razão de um trigésimo do valor do salário mínimo vigente. A pena de multa deve ser solvida no prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 49 e 50 do Código Penal . Tendo em vista o teor do art. 6º do Provimento nº 40/2014/CGJ , comunique-se à Procuradoria Geral do Estado/MT. Assim, o regime inicial para cumprimento da pena deverá ser o SEMIABERTO, ante o montante de pena aplicada e a primariedade evidenciada, consoante disposto no artigo 33, § 2º, alínea "b", do Código Penal. Dessa forma, considerando o regime aplicado ao cumprimento da pena, bem como a primariedade CONCEDO a ré o direito de recorrer em liberdade. (...)Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.SILVANA FERRER ARRUDA Juíza de Direito.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Silvana Ferrer Arruda
Cod. Proc.: 364385 Nr: 4036-88.2014.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO RICARDO LIMA DE SOUZA, JAILSON JORGE DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT, ONOFRE RUSSO FILHO - OAB:16736
Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA DENÚNCIA para CONDENAR os denunciados PAULO RICARDO LIMA DE SOUZA, qualificado nos autos, como incurso na sanção prevista no artigo 157, §2º, incisos I e II, do CP, e JAILSON JORGE DOS SANTOS, também qualificado, nas penas do art. 180, caput, do Código Penal. CRIME DE ROUBO (Réu PAULO)Passo a dosar a pena a ser-lhes aplicada, em estrita observância ao disposto pelos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal.(...)Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.SILVANA FERRER ARRUDA Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 570217 Nr: 13237-31.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCELO SIXTO SCHIAVENIN, THAYS FERNANDA DALAVALLE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALINO CESAR MAGALHÃES - OAB:14445, ELVIS ANTONIO KLAUK JÚNIOR - OAB:OAB 15462/MT
INTIMO O ADVOGADO DE DEFESA DOS ACUSADOS MARCELO SIXTO SCHIAVENIN E THAYS FERNANDA DALAVALLE PARA QUE APRESENTE RESPOSTA Á ACUSAÇÃO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 547907 Nr: 38951-27.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SAMUEL HENRIQUE SILVA NETO PEREIRA, WELLERSON ALEXANDRE SILVA VITORINO, ADEMAR LEITE FARIAS, MARCOS YONEO ARAUJO MIKUNE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLINHOS BATISTA TELES - OAB:6656/MT, DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL - OAB:, MARCIANO XAVIER DA NEVES - OAB:11.190-OAB/MT.
INTIMO O ADVOGADO DR. CARLINHOS BATISTA TELES PARA APRESENTAR EM DEFESA DO ACUSADO ADEMAR LEITE FARIAS AS CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO AS FLS.628/632, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 168180 Nr: 15476-23.2010.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): OZIEL MOURA DA SILVA, ANTONIO CLAUDIO VIEIRA LIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NADESKA CALMON FREITAS - OAB:11548/MT, RAQUEL CALMON FREITAS - OAB:12368-B/MT
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ANTONIO CLAUDIO VIEIRA LIRA, Cpf: 52408329191, Rg: 1197471, Filiação: Joana Sinforosa Lira e Francisco de Assis Lira, data de nascimento: 08/01/1974, brasileiro(a), natural de Independência-CE, casado(a), eletricista, Telefone (83) 9906-5418. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: INTIMAÇÃO DO ACUSADO ANTONIO CLAUDIO VIEIRA LIRA, JÁ QUALIFICADO NOS AUTOS, PARA QUE MANIFESTE INTERESSE NA RESTITUIÇÃO DE BENS, OBJETOS E VALORES APREENDIDOS NO PROCESSO N° 15476-23.2010.8.11.0042, CÓDIGO TJMT 168180, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, DEVENDO COPROVAR A PROPRIEDADE DOS BENS POR MEIO DE DOCUMENTO, SOB PENA DE PERDIMENTO.
Despacho/Decisão: VISTOS ETC.Intime-se a advogada subscritora da procuração de fl.197, para fornecer o endereço atualizado do réu ANTONIO CLAUDIO VIEIRA.Outrossim, não havendo respostas, determino, desde já, que seja feita a intimação do réu, via edital, da sentença condenatória de fls. 295/306.Após, remetam-se os autos ao Ministério Público.Às providências.
Advertência: MANIFESTAR INTERESSE NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, SOB PENA DE PERDIMENTO.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, WEKSLEY BALTAZAR SILVA, digitei.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019
Weksley Baltazar Silva Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

8ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 413379 Nr: 18273-93.2015.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): HIAGO ARRUDA LIRA ALBERNAZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO ROBERTO GOMES DOS SANTOS - OAB:13025
Intimação da defesa, acerca da audiência designada para o dia 21 de janeiro de 2020, às 14h30min, no Edifício do Fórum.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 606123 Nr: 45845-82.2019.811.0042
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): NESTOR KONRATH SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARIZA RIVAROLA ROCHA - OAB:5896/MS
Intimação da defesa, acerca da audiência designada para o dia 13.01.2020, às 13h30min, no Fórum da Capital.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 599607 Nr: 40032-74.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DOUGLAS RAMOS DA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABRICIO COSTA TEIXEIRA DE OLIVEIRA - OAB:21274/MT
Intimação da defesa, acerca da audiência designada para o dia 15.01.2020, às 13h30min, no Fórum da Capital.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 438390 Nr: 14827-48.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROGÉRIO PINHEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADMILSON FRANCISCO DE MOURA - OAB:21516/O
Intimação da defesa, acerca da redesignação da audiência para o dia 24.01.2020, às 15h30min, no Fórum da Capital.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 446716 Nr: 23643-19.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDERSON FERREIRA GOMES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Thompson José de Oliveira - OAB:11752
Intimação da defesa, acerca da audiência designada para o dia 24.01.2020, às 15h00min, no Edifício do Fórum.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 454719 Nr: 31960-06.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDUARDO RODRIGO SANTOS REIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO FARIAS SABER - OAB:15.959
Intimação do Advogado do réu para tomar ciencia da audiência neste respectivo processo, que se realizará no dia 21 de janeiro de 2019.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 367387 Nr: 7408-45.2014.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): IVAN REIS DE GODOY
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 90 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): IVAN REIS DE GODOY, Cpf: 02782078127, Rg: 1677822-7, Filiação: Zilda Izalina Reis de Godoy e Paulino Soares de Godoy, data de nascimento: 09/12/1988, brasileiro(a), natural de Cuiaba-MT, solteiro(a), servente de pedreiro, Telefone 9934-2085. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Certificando se o réu(ré) deseja recorrer ou não da r. sentença, bem como, se tem interesse na restituição de quaisquer bens ou valores por ventura apreendidos quando de sua prisão e em sendo positiva sua resposta intimá-lo(a) para comparecer, no prazo de 05 (cinco) dias, na Secretaria da Vara, sob pena de seu não comparecimento no prazo acima estipulado resultar renúncia tácita de tais bens ou valores, e, necessário perdimento..
Sentença: e pelo que dos autos consta, julgo procedente a denúncia de fls. 05/07, dos autos para condenar o réu Ivan Reis de Godoy já qualificado, nas penas art. 157, caput, do Código Penal.Definida, assim, a questão da incidência penal, segue-se a individualização e dosagem da pena do Acusado.V – DA DOSIMETRIA DA PENA:Atenta às circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, bem como estribada no princípio constitucional de individualização da pena, passo a dosar a reprimenda do réu Ivan Reis de Godoy nos seguintes termos:5.1 – Circunstâncias do artigo 59 do Código Penal:Da Culpabilidade: No contexto do art. 59 do Código Penal, a culpabilidade é tida como fator de gradação da pena (juízo de reprovação que recai sobre a conduta); nesse particular, concluo que a culpabilidade do Acusado se encontra dentro dos parâmetros esperados para o delito cometido.Dos Antecedentes: Em que pese notícias sobre outras ações propostas em desfavor do Acusado, não há, nos autos, comprovação de nenhuma condenação, não podendo, a par do que determina o artigo 5º, LVII, da Constituição Federal, inquéritos e processos criminais em andamento serem valorados para macular essa circunstância;Da conduta social: De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) “a conduta social do agente deve ser sopesada em relação à sua situação nos diversos papéis desempenhados junto à comunidade, tais como suas atividades relativas ao trabalho e à vida familiar, dentre outros, não se confundido com antecedentes criminais, mas como verdadeiros antecedentes sociais do condenado (HC: 107795/RS). Acontece, porém, que inexistem, nos autos, elementos sobre a conduta social do Réu, o que impossibilita sua valoração; Personalidade do Agente: não há dados sobre a personalidade do agente, aptos a considerar essa circunstância negativamente; Dos motivos do crime: os motivos do crime não foram outros senão levar uma vida sem sacrifícios e trabalho, visando, obviamente, o lucro fácil, o que já foi suficientemente valorado pelo legislador na fase da construção do tipo e definição das respectivas penalidades; Das circunstâncias do crime: as circunstâncias do crime apresentam-se como típicas do delito de roubo, não havendo qualquer elemento acidental apto a agravar a pena neste momento. Das consequências do crime: as consequências não foram danosas, já que a vítima recuperou o objeto subtraído. Do comportamento da vítima: a Vítima em nada contribuiu para o evento delituoso; Por tais motivos, fixo a pena-base no mínimo legal de QUATRO ANOS DE RECLUSÃO E MULTA EM DEZ DIAS-MULTA e o dia-multa correspondente a 1/30 do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos.Embora tenha reconhecido a atenuante da confissão espontânea em favor do acusado deixo de aplicá-la em razão da pena-base ter sido mensurada no seu grau mínimo, o que veda a sua incidência, nos termos da Súmula 231, do Superior Tribunal de Justiça, a saber:“A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.”Inaplicável o disposto no artigo 44 do Código Penal, tendo em vista a violência efetivada pelo Acusado. Atenta às circunstâncias judiciais (art. 59), e, nos termos do artigo 33, § 2°, alínea “c”, do Código Penal, determino o regime aberto para o início do cumprimento da pena.Transitada em julgado esta decisão, procedam-se às comunicações constantes na seção dezesseis, capítulo sete, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria do Estado de Mato Grosso e expeça-se a Guia de recolhimento para a formação do Processo Executivo de Pena e posterior remessa ao Juízo da Vara de Execuções Penais competente.Diante do fato de não se constar avaliação dos prejuízos sofridos pela Vítima, deixo de arbitrar a Reparação de Dano prevista no art. 387, IV, do Código de Processo Penal.Isento o Acusado das custas processuais, por se tratar de pessoa desprovida de recursos, beneficiário da Justiça Gratuita.Quanto às apreensões, se houver, cumpram-se os artigos 1.478 a 1.480 da CNGC, restituindo as de origem lícita e comprovada a propriedade e, quanto a valores, não havendo pedido de restituição ou se tratar de valor insignificante, nos termos do art. 123 do CPP, determino que fiquem à disposição do juízo de ausentes, na Conta Única do Poder Judiciário, cuja restituição poderá ser reclamada, posteriormente, perante o Juízo Cível, nos termos do Capítulo VI, Título II, Livro IV, do Código de Processo Civil.Após, arquivem-se os presentes autos conforme determinações previstas na CNGC. P. R. I.Cuiabá, 21 de novembro de 2019.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Lucas Miranda Meira, digitei.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019
Guilherme Paes Maiolino Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 372114 Nr: 12875-05.2014.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VANDERLEI RODRIGUES DE SOUZA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HELIO CASTELO BRANCO DE O JUNIOR - OAB:13555
Intimação da defesa, acerca da audiência redesignada para o dia 24.01.2020, às 13h30min, no Fórum da Capital.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 62046 Nr: 9946-48.2004.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIURLAILE AQUINO E SILVA, SERGIO PEREIRA DA SILVA, UALLAS LIMA DE ALMEIDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LINDOLFO MACEDO DE CASTRO - OAB:7174, MARCO AURÉLIO ALVES DE SOUZA - OAB:18.201, RAONI TEIXEIRA DOS SANTOS - OAB:15468, UM DOS ORIENTADORES DO UNIJURIS-UNIC - OAB:
Intimação da Defesa da parte ré a fim de tomar ciência da audiência designada para 31 de janeiro de 2020 às 15h e 30m.

9ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Renata do Carmo Evaristo
Cod. Proc.: 402295 Nr: 6598-36.2015.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEBASTIANA ROSA DE JESUS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DAVID CELSON FERREIRA DE LIMA - OAB:11092, VIVIANA KARINE DELBEN FERREIRA DE LIMA - OAB:11247
ISTO POSTO e por tudo mais que dos autos consta, com as fundamentações necessárias, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA ABSOLVER a denunciada SEBASTIANA ROSA DE JESUS, RG: 079.28.62-9, (...) Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, ao Cartório Eleitoral, respectivo, aos Institutos de Identificação e demais órgãos de praxe.2.PROCEDA-SE a INCINERAÇÃO da substância entorpecente apreendida, devendo a autoridade policial trazer ao processo respectivo auto.3.RESTITUA-SE A RÉ Sebastiana os objetos e os valores apreendidos com a mesma, consoante Boletim de Ocorrência de fl. 10, devendo a mesma comparecer a este juízo no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de inércia, desde já, determino o perdimento dos objetos e dos valores pertencente a ré ao FUNESD.4.Quanto aos outros objetos e valores apreendidos, entendo que os mesmos deverão ser vinculados aos autos desmembrados (Cód. 567240).5.CUSTAS pela ré não cobráveis.6.Após o cumprimento das determinações, proceda-se a baixa dos presentes, com as anotações necessárias.P.I.C.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Renata do Carmo Evaristo
Cod. Proc.: 595668 Nr: 36477-49.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VIVANCELY CORDEIRO MIRANDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Odacir Antonio Lorenzoni Ferraz - OAB:16.597, WAGNER ROGERIO NEVES DE SOUZA - OAB:MT/13.714
Vistos etc.
DEFIRO a alteração do endereço da acusada, devendo ser comunicada a Central de Monitoramento a alteração de endereço.
No mais, declaro encerrada a instrução criminal. Encaminhem-se os autos às partes para apresentação dos memoriais finais.
Às providências.
Nada mais havendo a consignar, por ordem da MMª Juíza de Direito, foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelos presentes.
Renata do Carmo Evaristo
Juiz(a) de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 595668 Nr: 36477-49.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VIVANCELY CORDEIRO MIRANDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Odacir Antonio Lorenzoni Ferraz - OAB:16.597, WAGNER ROGERIO NEVES DE SOUZA - OAB:MT/13.714
Certifico que encontra-se encartado nesta folha o DVD contendo a audiência realizada nesta data.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 586975 Nr: 28740-92.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PALOMA MACEDO FRANÇA, PÂMELA MACEDO FRANÇA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ENOQUE DA SILVA SAMPAIO - OAB:19120, LEIDINEIA KATIA BOSI - OAB:14981
Certifico que encontra-se encartado nesta folha o DVD contendo a audiência realizada esta data.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Renata do Carmo Evaristo
Cod. Proc.: 586975 Nr: 28740-92.2019.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PALOMA MACEDO FRANÇA, PÂMELA MACEDO FRANÇA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ENOQUE DA SILVA SAMPAIO - OAB:19120, LEIDINEIA KATIA BOSI - OAB:14981
Vistos etc.
Defiro a restituição dos documentos pessoais encartados nos autos.
No mais, declaro encerrada a instrução criminal. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para apresentação dos memoriais finais, bem como para que manifeste acerca do pedido feito pela defesa.
Após, conclusos.
Às providências.
Nada mais havendo a consignar, por ordem da MMª Juíza de Direito, foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelos presentes.
Renata do Carmo Evaristo
Juiz(a) de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 429640 Nr: 5178-59.2016.811.0042
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rubens da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Túlio Fernandes Melo - OAB:16291/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISVALDO PEREIRA DE ASSUNÇAO - OAB:12240, MARCOS TÚLIO FERNANDES MELO - OAB:16.291
Impulsiono estes autos para abrir vistas ao(s) patrono(s) constituído(s) para apresentação de razões de apelação, no prazo legal.

10ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 342322 Nr: 2214-98.2013.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERSON DE OLIVEIRA LEITE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO HENRIQUE GAIVA MUZZI - OAB:8337

Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia apresentada Ministério Público Estadual para CONDENAR o réu GERSON DE OLIVEIRA LEITE, pela prática dos crimes descritos nos artigos 302, caput, e 303, caput, c/c 291, §1º, I, do Código de Trânsito Brasileiro, na forma do artigo 70 do Código Penal.TORNO DEFINITIVA a pena do réu em 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de detenção, e proibição de conduzir veículo automotor pelo prazo de 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias.a) O regime inicial de cumprimento da pena será o aberto, nos termos do art. 33, § 2º, "C", do Código Penal.b) Considerando que o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça à pessoa e que a pena não é superior a quatro anos, considerando, ainda, que se trata de réu primário e que preenche os demais requisitos previstos no art. 59 do Código Penal, hei por bem substituir a pena privativa de liberdade aplicada por 02 (duas) penas restritivas de direitos, em consonância com o disposto no art. 44, § 2º, do Código Penal, as quais serão definidas pelo r. Juízo das Execuções Penais, observando-se o disposto no artigo 312-A da lei 9.503/97.c) Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais.d) Oficie-se ao Departamento Estadual de Trânsito, informando a suspensão da autorização para dirigir veículo imposta ao réu, pelo prazo de 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias.e) Com o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados, oficie-se aos órgãos competentes, forme-se o processo executivo de pena e arquive-se.P.I.C.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 316278 Nr: 15353-88.2011.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): TIAGO GOMES DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GABRIEL COSTA LEITE - OAB:6608

Pelo exposto, julgo procedente a pretensão contida na denúncia formulada pelo Ministério Público Estadual, para CONDENAR TIAGO GOMES DE SOUZA, pela prática do crime descrito no art. 302, caput, do Código de Trânsito Brasileiro.TORNO DEFINITIVA pena do réu em 02 (dois) anos e 09 (nove) meses de detenção e, ainda, a proibição de dirigir veículo automotor, pelo prazo de 02 (dois) meses.a) O regime inicial de cumprimento da pena será o aberto, nos termos do art. 33, § 2º, "C", do Código Penal.b) Considerando a reincidência em crime doloso, conforme folha de antecedentes, deixo de converter a pena de detenção em restritiva de direitos, na forma do inciso II, do artigo 44, do Código Penal.c) Isento o acusado do pagamento das custas processuais, uma vez comprovada sua situação de hipossuficiência, inclusive com integral patrocínio da defesa pela Defensoria Pública.d) Com o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados, oficiem-se aos órgãos competentes e forme-se o processo executivo de pena. Ainda, oficie-se ao Departamento Estadual de Trânsito, informando a suspensão da autorização para dirigir veículo automotor, imposta ao réu, pelo prazo de 02 (dois) meses, cabendo ao juízo da Execução Penal a apreensão da CNH do reeducando, ao tempo da audiência admonitória.P.I.C.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 360146 Nr: 22848-18.2013.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ICARO ZWICKER ARANTES FIGUEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Frank Antonio da Silva - OAB:12.372

Pelo exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ICARO ZWICKER ARANTES FIGUEIRA, em relação aos delitos dos artigos 303 e 306, ambos da Lei nº 9.503/97, na forma do 69 do Código Penal, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, com fundamento nos artigos 107, inciso IV, 109, incisos V e VI, todos do Código Penal.Ademais, resta evidenciado que o acusado se ausentou por mais de 08 (oito) dias de sua residência, sem prévia autorização deste juízo, obrigação esta a que se incumbiu, pois vinculadas à fiança prestada, nos termos dos arts. 327 e 328 do CPP.Em razão disso, nos termos dos artigos supracitados e art. 341, III, do CPP, declaro quebrada a fiança depositada pelo acusado (fls. 52). Promova-se a vinculação do valor da fiança à Conta Judicial vinculada ao Juízo da 10ª Vara Criminal (autos – Código 456543), nos termos da Resolução 154/2012 CNJ e Provimento 05/2015 - CGJ/MT.Com o trânsito em julgado e as comunicações necessárias, arquivem-se os autos. P.I.C.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 530266 Nr: 22034-30.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CRISTIANO COSTA MOREIRA SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO ANIS FAIAD - OAB:3.520/MT

"Vistos,
1. Homologo a desistência das testemunhas de defesa, uma vez que não foi encartado nos autos, no prazo assinalado, o endereço atualizado.
2. Observo que a testemunha Riander Gomes Ferreira, policial militar, mesmo requisitada, deixou de comparecer a este ato. Por isto, com fundamento no art. 219 do Código de Processo Penal, aplico multa no valor de 02 (dois) salários mínimos, devendo ser ao Comado Geral da Polícia Militar, para que proceda ao devido desconto em folha de pagamento, que deverá ser destinada à conta vinculada a este Juízo (Cód. 456543).
3. Redesigno a audiência para o dia 01/04/2020, às 15h00min.
4. Saem os presentes intimados.
5. Intimem-se e cumpra-se.
6. Às providências.".

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 493071 Nr: 32401-50.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE ERIVALDO CHAVES DE ALMEIDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sérgio Bastistella - OAB:9155/MT

"Vistos,
1. Analisando o feito, verifica-se que o acusado saiu devidamente intimado para este ato, na audiência anterior. Uma vez que o réu foi intimado para este ato, e não compareceu, O DECLARO REVEL, conforme art. 367 do CPP.
2. Homologo a desistência da testemunha Douglas Araújo de Lima, conforme fl. 184.
3. Defiro a oitiva da testemunha Daniel Alberto Silva e concedo o prazo de 05 (cinco) dia para defesa anexar o endereço atualizado, sob pena desistência.
4. Redesigno a audiência para o dia 01/04/2020, às 15h30min.
5. Saem os presentes intimados.
6. Intimem-se e cumpra-se.
7. Às providências.".

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 479121 Nr: 18925-42.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEXANDRE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOAO GABRIEL SILVA TIRAPELLE - OAB:10455, PAULO HENRIQUE GAIVA MUZZI - OAB:8337

Visto.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos às fls. 83/85 pela defesa do acusado ALEXANDRE OLIVEIRA DOS SANTOS em face da omissão

quanto ao pedido de suspensão condicional do processo requerido em sede de defesa preliminar.
Analisando os autos e em consulta aos antecedentes criminais verifico que razão assiste à defesa, uma vez que o acusado faz jus ao benefício da suspensão condicional do processo, nos termos do artigo 396 do CPP.
Isto posto, acolho os embargos opostos para sanar a omissão apontada, nos termos a seguir.
1. Revogo a decisão de fl. 82 e determino o cancelamento da audiência de instrução designada para o dia 03 de março de 2020, às 15h45min.
2. Determino seja pautada audiência de suspensão condicional do processo a ser designada de acordo com a pauta deste juízo.
Intime-se.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 590607 Nr: 31998-13.2019.811.0042
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): YURI POQUIVIQUI DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GIULIANO R. DE S. LIMA - OAB:18.749
Visto.
O Ministério Público aceitou a justificativa apresentada pelo acusado à fl. 167.
Assim, acolho a cota ministerial e determino a remessa dos autos ao arquivo, com observância das formalidades legais.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 591868 Nr: 33131-90.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): YURI POQUIVIQUI DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARIANE FERREIRA MARTINS CAMARGO - OAB:12.586
Visto.
Em razão do noticiado às fls. 81/82 determino seja oficiado a Central de Monitoramento para atualização do endereço atual do acusado.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 455551 Nr: 32815-82.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DOMINGOS ESTEVES IGLESIAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RICARDO MORAES DE OLIVEIRA - OAB:
"Vistos,
1. Defiro a oitiva das testemunhas Marieluvie Gerancon Noelcy Yves e determino vista dos autos ao Ministério Público para informar o endereço atualizado.
2. Redesigno a audiência para o dia 01/04/2020, às 14h15min.
3. Saem os presentes intimados.
4. Intimem-se e cumpra-se.
5. Às providências.".

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 399409 Nr: 3552-39.2015.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARINETE DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON MÁRIO DE SOUZA - OAB:4635/MT
"Vistos,
1. Defiro a oitiva da testemunha ausente e concedo o prazo de 05 (cinco) dias para a defesa indicar o endereço atualizado da testemunha, sob pena de desistência.
2. Redesigno a audiência para o dia 01/04/2020, às 14h45min.
3. Decorrido o prazo sem a indicação do endereço, concluso para deliberação.
4. Saem os presentes intimados.
5. Intimem-se e cumpra-se.
6. Às providências.".

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 166542 Nr: 13845-44.2010.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): NILVA APARECIDA MEDEIROS CRISTIANO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREY REVELES KIST - OAB:21506/O
"Vistos,
1. Defiro a juntada da documentação.
2. Defiro o requerimento da parte acusada de f. 217 e 223/224, e determino que oficie-se a Politec, encaminhando-se os quesitos, a serem respondidos no prazo de 15 (quinze) dias.
3. Redesigno a audiência para o dia 01/04/2020, às 14h00min.
4. Saem os presentes intimados.
5. Intimem-se e cumpra-se.
6. Às providências.".

Intimação das Partes
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 525881 Nr: 17831-25.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: RICARDO DA SILVA MONTEIRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RICARDO AUGUSTO ASCHAR BUFULIM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BARBARA SOUZA SILVA MONTEIRO - OAB:15.833/MT, RICARDO DA SILVA MONTEIRO - OAB:OAB-MT 3301
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO FRANÇA FERREIRA - OAB:19154/MT, MARCUS VINICIUS SOUZA LIMA - OAB: Nº 21.278
Visto.
Defiro o requerimento de f. 236/237.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Bosco Soares da Silva
Cod. Proc.: 372257 Nr: 13030-08.2014.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADIB JAOUDATH HARAOUI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RICARDO DA SILVA MONTEIRO - OAB:3301/MT
Visto.
Indefiro o pedido de fls. 128/129 pelos mesmos fundamentos apresentados na sentença de fls. 125/126.
Intime-se.
Cumpra-se.

11ª Vara Criminal - J. Militar

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva
Cod. Proc.: 163346 Nr: 10666-05.2010.811.0042
AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RENATO COVIZZI BONFIM, WESLEY ROMÃO

DE GODOI, REGINALDO GUIMARÃES FORTES, DARIJARBAS DE LIMA ALBUQUERQUE

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDERSON ROSSINI PEREIRA - OAB:9086-B, BARBARA SOUZA SILVA MONTEIRO - OAB:15.833/MT, EMERSON DA SILVA MARQUES - OAB:16877/MT

Readequando a pauta de audiência para oitiva das testemunhas, Designo Audiência para o dia 21 de janeiro de 2020, às 15h.

A Sra. Gestora poderá impulsionar o processo de ofício para quaisquer das fases processuais

Expeça-se o necessário para o cumprimento do ato.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva

Cod. Proc.: 459380 Nr: 36808-36.2016.811.0042

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: RODRIGO VIEIRA DOS SANTOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALTAIR BALIEIRO - OAB:13946, LIDIANNE SANTI DE LIMA - OAB:15435

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

VISTOS.

Atento ao teor do acórdão de Ref: 49, transitada em julgado e que manteve incólume a sentença, DETERMINO o cumprimento das derradeiras determinações da sentença e, não havendo providências pendentes, ARQUIVEM-SE.

Às providências.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 325296 Nr: 4815-14.2012.811.0042

AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): WENDELL DE PAULA METRAN

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARDONIL MANOEL GONZALEZ JUNIOR - OAB:13945/MT, CARLOS ODORICO DORILEO ROSA JUNIOR - OAB:13822

FINALIDADE: Intimação do réu, na pessoa do seu ADVOGADO CONSTITUÍDO para apresentar razões da apelação no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 476148 Nr: 16016-27.2017.811.0042

AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): WDYSOM XAVIER OLIVEIRA NETO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO ROBERTO MONTEIRO DE MORAES - OAB:17413/O

FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO RÉU, NA PESSOA DO SEU ADVOGADO CONSTITUIDO PARA APRESENTAR ROL DE TESTEMUNHA DE DEFESA NO PRAZO LEGAL, BEM COMO PARA CIÊNCIA DA SESSÃO DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 30.01.2020, ÀS 15 HORAS.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 492694 Nr: 32075-90.2017.811.0042

AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOCINEI COSTA CURITIBA, DAYVIDSON CUNHA ALVES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO PARMA TIMIDATI - OAB:16027, HERMES DA SILVA - OAB:14.884/MT, JOSE CARLOS MOURA - OAB:16233

FINALIDADE: INTIMAÇÃO DOS RÉUS, na pessoa do seu ADVOGADO CONSTITUÍDO, para CIÊNCIA da expedição de carta precatória para Comarca de SORRISO/MT para inquirição as testemunhas de defesa arroladas pelo réu Dayvidson Cunha Alves, bem como, para apresentar quesitos.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva

Cod. Proc.: 606185 Nr: 45891-71.2019.811.0042

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EDIVINO ADÃO DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNA RAFAELA MACIEL - OAB:21649/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Diante do exposto, ausente o fumus boni juris, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela.Cite-se o Estado de Mato Grosso, na pessoa do Procurador Geral do Estado, para apresentar contestação, no prazo legal.Em seguida, intime-se a parte autora impugnação à contestação. Após, conclusos para deliberação. Às providências

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva

Cod. Proc.: 545827 Nr: 37009-57.2018.811.0042

AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, WILLYAN DIOGO AGRIPINO DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO SOUSA DA CRUZ

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KAMILLA PALÚ SASSAKI - OAB:OAB/MT 16.898, Kátia Cristinna Rodrigues - OAB:13451, Renata M. de A. V. Neto Debesa - OAB:11674-B, RENATA MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO DEBESA - OAB:11674-B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCIANO XAVIER DAS NEVES - OAB:11.190/MT

Vistos.

O assistente de acusação requer a sua intimação através das patronas constituídas, das datas das audiências das cartas precatórias, para que possam acompanhar o ato.

Todavia, com base na Súmula 273 do STJ cujo ter a seguir transcrevo: "(...) Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado (...)".

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido formulado (ref. 81).

No mais, cumpra-se integralmente a determinação de (ref. 68).

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Marcos Faleiros da Silva

Cod. Proc.: 492694 Nr: 32075-90.2017.811.0042

AÇÃO: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário->PROCESSO CRIMINAL->PROCESSO MILITAR

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOCINEI COSTA CURITIBA, DAYVIDSON CUNHA ALVES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO PARMA TIMIDATI - OAB:16027, HERMES DA SILVA - OAB:14.884/MT, JOSE CARLOS MOURA - OAB:16233

VISTOS.

Diante da certidão de Ref: 132, determino a expedição de carta precatória, com prazo de 30 (trinta) dias, visando o interrogatório dos réus, devendo as partes serem intimadas acerca da sua expedição e para apresentar quesitos.

Determino, ainda, o cancelamento da sessão designada para o dia 28.01.2020 (Ref: 130).

No mais, cumpram-se as determinações contidas na decisão de Ref. 113. Às providências.

12ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 61122 Nr: 9365-33.2004.811.0042

AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAX BENEDITO SPALATTI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALICE DE ALMEIDA RODRIGUES - OAB:23606/O OAB-MT
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): MAX BENEDITO SPALATTI, Rg: 210.280-3, Filiação: de Oscarlinda Rosa Spalatti e Mário Spalatti, data de nascimento: 11/03/1963, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, casado(a), tec. agropecuária. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: INTIMAÇÃO do acusado MAX BENEDITO SPALATTI, acima qualificado para que, no prazo de 15 dias, indique outro advogado para efetuar sua defesa, ou, no mesmo prazo, manifestar-se acerca do desejo de ser patrocinado pela Defensoria Pública.
Despacho/Decisão: Código: 61122Vistos, etc...Ante o teor da manifestação da advogada Alice de Almeida Rodrigues, à fl. 299, renunciando como patrona do acusado Max Benedito Spalatti, determino a intimação do acusado, para constituir advogado no prazo de 10 (dez) dias. Caso o acusado não seja encontrado, determino a expedição de mandado de intimação por edital a ser realizado no prazo de 15 (quinze) dias. Devidamente afixado o edital, o acusado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para constituir novo patrono, apresentando procuração na secretaria deste Juízo.Decorrido o prazo e não havendo manifestação do acusado, nomeio a Defensoria Pública do Estado para apresentar as alegações finais em forma de memoriais, no prazo legal.Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 07 de junho de 2019. Flávio Miraglia FernandesJuiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Sandra Santini Veber, digitei.
Cuiabá, 07 de novembro de 2019
Ana Flávia Marcelino de Barros Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 27649 Nr: 406-78.2001.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RUBENS FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANGELITA KEMPER MARINHO - OAB:15090-0, RUY BARBOSA MARINHO FERREIRA - OAB:3596-A
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): RUBENS FERNANDES DA SILVA, Filiação: Osvaldo Fernandes da Silva e Valdevina Pimenta da Silva, data de nascimento: 27/02/1966, brasileiro(a), natural de Chateaubriand-PR, casado(a), moto-taxi. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, JULGO ADMISSÍVEL a pretensão punitiva estatal, deduzida na denúncia de fls. 02/04, para PRONUNCIAR, com fundamento no artigo 413, do Código de Processo Penal, o réu RUBENS FERNANDES DA SILVA, brasileiro, filho de Osvaldo Fernandes da Silva e Valdevina Pimenta da Silva, nascido em 27.02.1966, declarando-o incurso no artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, a fim de que ele seja, oportunamente, submetido ao julgamento do Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca, em face da acusação de, no dia 10 de junho de 2000, por volta das 14h40, no interior do ônibus daempresa Gran Tur Turismo, que encontrava-se nas dependências da empresa, situada no Bairro do Porto, nesta Capital, por motivo torpe e utilizando-se de recurso que impossibilitou a defesa, ter matado a vítima Maria Vilma Pereira, mediante disparos de arma de fogo.Outrossim, atenta ao disposto no § 3o, do sobredito artigo 413, do CPP, registro não ver necessidade da redecretação da prisão do ora pronunciado,haja vista que, afora a gravidade da conduta, supostamente praticada, nenhuma outra razão concreta se apresenta para o encarceramento dele, nesta oportunidade, como exposto, aliás, na decisão que relaxou a sua prisão (fls. 352/354), cujas condições ali impostas devem ser rigorosamente cumpridas, sob as penas da lei. De fato, não há notícias, nos autos, de que tenha lançado ameaças às vítimas ou testemunhas/informantes, tudo aliado ao longo tempo passado. Por outro lado, depois de solto, compareceu perante este juízo, a fim de acompanhar a prova oral faltante e ser interrogado, com o advogado que constituiu (fls. 373/375), sem causar mais prejuízos ao andamento da ação penal. E, se obtidos novos dados, renove-se a intimação pessoal frustrada. Ao reverso, proceda à intimação por edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 420 do Código de Processo Penal. P. R. I. C.Cuiabá, MT, 24 de junho de 2016.MARIA APARECIDA FERREIRA FAGOJuíza de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Sandra Santini Veber, digitei.
Cuiabá, 27 de novembro de 2019
Ana Flávia Marcelino de Barros Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 102917 Nr: 7566-47.2007.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SINVAL LEITE MORAES, WHANDERSON VALADARES DE MORAES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA CRIMINAL - OAB:, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT
EDITAL
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): WHANDERSON VALADARES DE MORAES, Cpf: 69056358120, Rg: 880.886, Filiação: Maria Cleria Gonçalves Moraes e Sinval Leite de Moraes, data de nascimento: 07/02/1979, brasileiro(a), natural de Uruana-GO, solteiro(a), policial militar, Telefone 3615-8190-84120349. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: INTIMAÇÃO DO(A) ACUSADO(A) acima qualificado para que, no prazo de 15 dias, indique novo advogado para efetuar sua defesa, ou, no mesmo prazo, manifestar-se acerca do desejo de ser patrocinado pela Defensoria Pública, com a advertência de que em caso de silêncio, esta será nomeada para prosseguir em sua defesa.
Despacho/Decisão: Código 102917 Vistos,Compulsando os autos, verifica-se que o acusado Whanderson Valadares de Moraes, se encontra em local incerto e não sabido, razão pela qual, nos termos do parágrafo único do art. 420 do Código de Processo Penal e ante a manifestação da douta representante da Defensoria Pública do Estado, às fls. 283/283-verso, determino a expedição de mandado de intimação por edital a ser realizada no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. Devidamente afixado o edital, o acusado terá o prazo de 15 (quinze) dias para constituir novo advogado, ou declare sua hipossuficiência na secretaria deste Juízo.Decorrido o prazo e não havendo manifestação do acusado, remetam-se os autos à Defensoria Pública do Estado. Intimem-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 1° de julho de 2019.Flávio Miraglia FernandesJuiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, KARINE LOPES LELLIS DE MEDEIROS, digitei.
Cuiabá, 27 de novembro de 2019
Ana Flávia Marcelino de Barros Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Flávio Miraglia Fernandes
Cod. Proc.: 461975 Nr: 1815-30.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FABRICIO DOMINGOS RAMOS, MIRO ARCANGELO GONÇALVES DE JESUS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANIBAL FELICIO GARCIA NETO - OAB:11443, MARCELO FELICIO GARCIA - OAB:7297

Código: 461975Vistos, etc...(...) .Desta forma, mantenho a segregação cautelar do denunciado Miro Arcangelo Gonçalves de Jesus, não sendo este o caso de aplicação de cautelares diversas em virtude da ineficiência da medida.Com relação ao início da instrução processual, observo o cancelamento da audiência designada para dia 12 de dezembro do corrente ano, e que a defesa pede para que seja restabelecida a data, porém, assevero a impossibilidade de cumprimento dos atos até o dia doze deste mês, dado aos trâmites insculpidos na CNGC, principalmente em relação a intimação das testemunhas pelos Srs. Oficiais de Justiça.Desta feita, designo para o dia 07/02/2020 às 14h00min, para realização da audiência única de instrução e julgamento de que trata o artigo 411, do CPP.Façam-se, pois, as intimações, comunicações e requisições necessárias. Se for o caso, expeçam-se precatórias, com o prazo de trinta dias, intimando-se as partes da expedição, para acompanhamento, querendo.Por fim, determino o desmembramento do feito em relação a Fabrício Domingos Ramos, vez que o processo e o prazo prescricional encontram-se suspensos.Intimem-se. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.Cumpra-se.Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.Flávio Miraglia FernandesJuiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Flávio Miraglia Fernandes

Cod. Proc.: 561060 Nr: 4804-38.2019.811.0042

AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ODELSON MORAIS DA COSTA, MIKAEL MAYCON DE ALMEIDA GOMES, RENATO DE SOUZA GERMANO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTÔNIO P. ESPÓSITO - OAB:4.813, IGOR SOUZA PEREIRA - OAB:21.582/0, JOÃO GABRIEL B. P. ESPÓSITO - OAB:23.778, Morgana Kamila Freires da Silva - OAB:24230/O

Vistos, etc...

Considerando que o denunciado Odelson Morais da Costa peticiona em nome próprio, fls. 902/904, o qual apresenta razões para a revogação de sua prisão, e, considerando que o ato de peticionar em juízo é privativo de advogado, conforme Lei 8.906/94, art. 1°, inciso I, determino a intimação de seus patronos a fim de que retifiquem ou ratifiquem os argumentos apresentados no prazo de 03 dias.

No mesmo prazo, três dias, intimem-se os patronos dos requeridos a fim de que tomem conhecimento do ofício de fls. 909/-verso, e apresentem, caso queiram, o dispositivo em que fora realizado o vídeo apresentado.

Decorrido o prazo faça-se o feito concluso.

Intimem-se. Cumpra-se.

13ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto

Cod. Proc.: 591134 Nr: 32491-87.2019.811.0042

AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ILDMAR RAMOS LANÇONI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AERLISON ALONSO DE SOUZA SILVA - OAB:23786/O

TORNO A PENA CONCRETA E DEFINITIVA em desfavor ILDMAR RAMOS LANÇONI, brasileiro, convivente, natural de Boa Vista/RR, nascido em 21/11/1993, portador do RG n. 2179281-0 SSP/MT e inscrito no CPF n. 040.481.311-92, filho de Ileomar Lançoni e Maria Aurélia Ortiz Ramos, residente e domiciliado na Avenida Itaparica, nº 1755, bairro Vista Alegre, em Cuiabá/MT, no patamar de 06 (seis) anos de reclusão.Levado pelos mesmos critérios, APLICO a pena de multa em 600 (seiscentos) dias, que atento ao art. 60, caput, do Código Penal e ponderando a situação sócio-econômica do condenado, fixo valor do dia-multa em 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos. FIXO o regime prisional de início no FECHADO.Estando presentes os fundamentos da prisão preventiva, notadamente, a fim de garantir a ordem pública, assegurar a aplicação da lei penal e evitar reiteração delituosa, NEGO ao condenado o direito de recorrer em liberdade, MANTENDO-SE a prisão cautelar.DETERMINO a incineração da substância entorpecente apreendida e destruição dos petrechos que guardam relação com o delito (rolo de papel filme, faca, pote de vidro, pote plástico e frasco de vidro pequeno).Com relação ao aparelho celular apreendido (fl. 12), DECRETO seu perdimento em favor da União, posto que ausente prova da origem lícita, ficando autorizada a restituição tão somente do RG, mediante substituição fotocópia. Por se tratar de processo que o regime inicial foi fixado no fechado e o condenado aguardará preso o processo e julgamento de eventual recurso, nos termos do art. 8ª da Resolução n. 113/2010 do CNJ, DETERMINO a expedição de Guia de Execução Provisória.Custas pelo condenado, não cobráveis no momento, na forma do disposto pelo art. 98, §3º do novo Código de Processo Civil.P.R.I.C.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019.Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto JUIZ DE DIREITO

14ª Vara Criminal

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 553518 Nr: 44140-83.2018.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MPDEDMG

PARTE(S) REQUERIDA(S): WCDS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RONI MURCELLI SILVA - OAB:8647

Nos termos da Legislação vigente e Provimento 52/2007-CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado RONI MURCELLI SILVA - OAB/MT 8647 , para audiência de Instrução e julgamento designada para o dia 25/03/2020, às 13:30 horas, nos autos em epígrafe

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 115494 Nr: 2212-07.2008.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, DAVI FERNANDES DE SOUZA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ELIAS ORTIZ GONSALEZ

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ORTIZ GONSALEZ - OAB:4.066-B/MT

Nos termos da Legislação vigente e provimento 52/2007 – CGJ impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado de defesa JOSÉ ORTIZ GONSALEZ OAB/MT 4.066-B, para que tome ciência da sentença proferida às fls.354/358.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 68982 Nr: 3271-35.2005.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ HUMBERTO DE SOUZA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO HENRIQUE TELES DE SOUZA - OAB:11409

Nos termos da legislação em vigor e provimento nº 52/2007-CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado Dr. João Henrique Teles de Souza, OAB/MT 11409, da audiência designada para o dia 04/03/2020 às 13h30min.

Vara Especializada Contra o Crime Organizado, os Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica e os Crimes Contra a Administração Pública

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 416771 Nr: 21948-64.2015.811.0042

AÇÃO: Homologação em Acordo de Colaboração Premiada->Incidentes->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MP

PARTE(S) REQUERIDA(S): AA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da Legislação vigente e provimento 52/2007 - CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado Dr. Huendel Rolim Wender, OAB/MT 10.858, da r. decisão proferida às fls. 36/41.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Jorge Luiz Tadeu Rodrigues

Cod. Proc.: 316157 Nr: 15235-15.2011.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ALBERONE RODRIGUES PEREIRA JUNIOR, PAULO SERGIO ALVES DE SOUSA, ALEXANDRE LIMA SASAKI, JELSO BAZZO JUNIOR, PAULO HENRIQUE ALVES, CARLOS EDUARDO SOBRINHO, CLODOALDO PEDRO BARBOSA, FRANCISCO HELIO BEZERRA FEITOSA, EVÓDIO ALVES DE SOUZA, MIGUEL COSTA TEIXEIRA, LUIZ ANTÔNIO ALVES DE SOUZA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANIBAL FELICIO GARCIA NETO - OAB:11443/MT, CLAUDIA FELICIO GARCIA - OAB:19292, LUIS CARLOS ROTTA FILHO - OAB:37.630/RS, MARCELO FELICIO GARCIA - OAB:7297

Autos nº. 15235-15.2011.811.0042 - Cód.: 316157

Vistos, etc.

Cuida-se de ação penal proposta pelo Ministério Público em desfavor de Alberone Rodrigues Pereira Junior, Paulo Sérgio Alves de Sousa, Paulo Henrique Alves, Alexandre Lima Sasaki, Carlos Eduardo Sobrinho, Jelso Bazzo Junior, Evódio Alves de Souza, Francisco Helio Bezerra Feitosa, Clodoaldo Pedro Barbosa, Miguel Costa Teixeira e Luiz Antônio Alves de Souza, cujos autos se encontram transitado em julgado.

A fls. 4.389, consta certidão dando conta que, ainda, existem bens apreendidos neste feito.

Desta forma, INTIMEM-SE as Defesas dos réus, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de que se promova a restituição dos bens apreendidos, sob pena da inutilização dos bens, como dispõe os artigos 123 e 124 do Código de Processo Penal.

Cumpra-se.

Às providências.

Cuiabá - MT, 04 de dezembro de 2019

Jorge Luiz Tadeu Rodrigues

Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Jorge Luiz Tadeu Rodrigues

Cod. Proc.: 63298 Nr: 233-15.2005.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MAURÍCIO MOISÉS DE SOUZA, FELIX JOSE RESENDE SADDI, SIZEMAR VENTURA DE SOUZA, DELIBAR JARDINI, NICANOR DE SOUZA FILHO, CARLOS NORBERTO DE BARROS, JAIME OSVAIR COATI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Adilson de Carvalho - OAB:14226, ALESSANDRO TARCISIO ALMEIDA DA SILVA - OAB:4677/MT, ANA LÚCIA DIAS DO NASCIMENTO - OAB:18880/MT, ANTONIO CARLOS DE ABREU - OAB:OAB/MT 9.220, CARLOS FREDERICK S. I. DE ALMEIDA - OAB:7355-A/MT, CARLOS ROBERTO DE AQUINO - OAB:236317/SP, DANIELE FUKUI - OAB:13589/MT, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT, FÁBIO MOREIRA PEREIRA - OAB:9405/MT, FABIO SCHNEIDER - OAB:5238, GERSON MEDEIROS - OAB:5637/MT, KALYNCA DA SILVA INEZ DE ALMEIDA - OAB:15598, MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES - OAB:4652/MT, PAULO FABRINNY MEDEIROS - OAB:5940, RAFAELA ARAUJO E MEDEIROS - OAB:13562, RENATO BISSE CABRAL - OAB:9201, RUSSIVELT PAES DA CUNHA - OAB:12487-B/MT, Ueber Carvalho - OAB:4754/MT

Verifica-se, pois, que os argumentos suscitados pela defesa indicam tão somente o seu descontentamento com os termos da decisão, o que diverge da finalidade dos embargos declaratórios, previstos no dispositivo legal supracitado.Portanto, resta incontroverso que os presentes embargos foram opostos com propósito de rediscutir a matéria já analisada por este juízo, o que é inadmissível dentro dos estreitos limites a que se prestam os embargos declaratórios, devendo a parte insatisfeita opor o recurso processual cabível apto a reanalisar a matéria.Diante dessas considerações, REJEITO os embargos de declaração opostos por Sizemar Ventura de Souza. Intimem-se. Cumpra-se.Às providências.Cuiabá/MT, 06 de dezembro de 2019.Jorge Luiz Tadeu RodriguesJuiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 345669 Nr: 6102-75.2013.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): TAMIRES FERNANDA DE ARRUDA, EDUARDO ORTT BARBOSA, EDILSON CAMPOS FRANCISCO, LEANDRO BORGES SOARES, JOSE AUGUSTO DE FIGUEIREDO FERREIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO LUIZ DE DEUS JUNIOR - OAB:7.167, BRENO MENDES TAQUES - OAB:15.025, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT, ENOQUE SILVA SAMPAIO - OAB:OAB/MT 19120, JULIANO DIAS CORREA - OAB:11583/MT, LUCIANO AUGUSTO NEVES - OAB:12012, MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM - OAB:21538/0, RAFAEL PANZARINI - OAB:10426/MT, THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO - OAB:13655/MT, ZOROASTRO CONSTANTINO TEIXEIRA - OAB:743

Nos Termos da Legislação vigente e Provimento 52/2007 - CGJ. Impulsiono estes autos com a finalidade de INTIMAR a defesa do acusado LEANDRO BORGES SOARES, Dr. ENOQUE DA SILVA SAMPAIO - OAB/MT 19120, para apresentar razões recursais, no prazo de 08 (oito) dias, de acordo com o que dispõs o artigo 600 do Código de Processo Penal.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Ana Cristina Silva Mendes

Cod. Proc.: 449860 Nr: 26865-92.2016.811.0042

AÇÃO: Seqüestro->Medidas Assecuratórias->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Delegacia Especializada de Crimes Fazendários e Contra a Administração Pública, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ALAN AYOUB MALOUF

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HUENDEL ROLIM WENDER - OAB:10.858/MT

SEQUESTRO Nº 26865-92.2016.811.0042 – CÓDIGO 449860

VISTOS.

Trata-se de Representação de Sequestro formulada pelo Ministério Público Estadual no interesse da Ação Penal 6539-14.2016.811.0046 – Operação SODOMA 3, que resultou no sequestro do imóvel Unidade 301, Condomínio Forest Hill, Localizado na Rodovia Emanuel Pinheiro, Bairro Ubirajara, objeto da Matrícula nº 93.567 do Cartório do 2º Oficio de Cuiabá, oferecido por Alan Ayoub Maluf, com anuência da empresa Novo Sabor Refeições Coletivas Ltda.

Às fls. 469/470, este Juízo determinou a imediata Avaliação do bem, com posterior remessa à Central de Leilão da Comarca.

Às fls. 471/497, foi juntado aos autos o Relatório fotográfico, bem como Laudo de Avaliação do imóvel.

Às fls. 500, foi juntado aos autos o ofício nº 125/2019, subscrito pela Gestora Administrativa – Apreensão Sra. Ana Rita Gonçalves Pinheiro, informando que terá tempo hábil inclusão do referido bem, no Leilão designado para o dia 28.11.2019, em razão das publicações de editais. Informando, ainda, que o expediente (Ofício nº 3543/2019 –fls. 499) ficará na Central, aguardando a primeira temporada de Leilão do ano de 2020.

Pois bem.

Ciente da informação contida no Ofício nº 125/2019.

Outrossim, considerando a juntada do Relatório fotográfico, bem como do Laudo de Avaliação, constante de fls. 471/497, DÊ-SE vista ao Ministério Público, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias.

Após, INTIME-SE a defesa, para a mesma finalidade, no prazo de 05 (cinco) dias.
No mais, AGUARDE a inclusão do referido bem, no próximo Leilão Judicial do ano de 2020, conforme salientado pela Gestora responsável, às fls. 500.
INTIME-SE.
Às providências.
CUMPRA-SE.
Cuiabá – MT, 02 de dezembro de 2.019.
Ana Cristina Silva Mendes
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge Luiz Tadeu Rodrigues
Cod. Proc.: 597076 Nr: 37771-39.2019.811.0042
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): POLICIA FEDERAL DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - OAB:107.414 SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos n°. 37771-39.2019.811.0042 – CÓD. 597076
Vistos, etc.
Trata-se de embargos de terceiros, tendo como embargante BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A, devidamente qualificados nos autos, e o embargado POLÍCIA FEDERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO.
O embargante requereu a retirada da constrição judicial que recaiu sobre o veículo da marca TOYOTA, modelo HILUX CD SRX 4X4, ano/modelo 2016/2017, motorização 2.8 TDI 16V DIESEL, placa QBM-7777, cor BRANCO, chassi nº. 8AJBA3CDXH1581128, renavam 1097017890.
Analisando o caso em tela, extrai-se da certidão acostada às fls. 68, que o embargante não recolheu as devidas custas da distribuição.
Sendo assim, intime-se o embargante para que recolha as custas, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de ser julgado deserto o pleito.
Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Jorge Luiz Tadeu Rodrigues
Juiz de Direito

Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

1ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Intimação

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1014829-96.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
R. C. A. F. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX DE LAURA DALTRO DE SOUZA OAB - MT16382-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. S. F. J. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLEOMAR FERREIRA SILVA OAB - MT15495/B (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo nº 1014829-96.2019.8.11.0041. Vistos. Trata-se de PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS requeridas por RAQUEL CAMELO ARAUJO FERREIRA, em desfavor de RAUL SOARES FERREIRA JUNIOR, devidamente qualificados (B.O. nº 2019.108605). Recebida a inicial, foram deferidas as medidas protetivas cabíveis em favor da requerente/vítima, nos termos da decisão de id. 19326105. O requerido fora regularmente citado/intimado da decisão concessiva – id. 19422820 que, por sua vez, apresentou resposta escrita, a qual já fora analisada na decisão de id. 20268560. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Cuida-se de MEDIDAS PROTETIVAS requeridas pela vítima RAQUEL CAMELO ARAUJO FERREIRA, em face de RAUL SOARES FERREIRA JUNIOR, que foram deferidas, posto que presentes os requisitos previstos no art. 300 do CPC, c/c art. 5º, da Lei nº 11.340/06. Inicialmente, importante destacar que o presente feito não possui o escopo de comprovar cabalmente a existência ou não da violência doméstica em si, posto que para tanto, existe a demanda autônoma, isto é, eventual ação penal ou cível (processo principal), mesmo porque, a natureza jurídica da presente ação é de cautelar satisfativa, posicionamento este por fim adotado pelo e. Tribunal de Justiça deste Estado, em consonância com o entendimento já consolidado no STJ. A propósito: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. "O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas" (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido". (REsp 1419421/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJE 07/04/2014) Os autos de Medidas Protetivas objetivam primordialmente o acautelamento da vítima em situação de risco, em havendo indícios razoáveis da violência sofrida, consubstanciados nos pressupostos da probabilidade do direito (fumus boni iuris) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora) – art. 300 do CPC. Nessa ordem de ideias, não havendo nos autos nada que vulnere a decisão concessiva, tendo em vista que toda a matéria alegada pelo requerido já fora objeto de análise nos autos, necessário se faz a confirmação da liminar anteriormente deferida, mesmo porque não houve qualquer fato novo desde então que ensejasse a revogação da liminar concedida. Entretanto, há que ser ponderado o caráter cautelar das medidas protetivas deferidas e, portanto, sua eficácia temporal limitada, sob pena de se caracterizar constrangimento ilegal em desfavor do requerido. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o presente pedido, pelo que CONFIRMO a liminar, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, restando MANTIDAS as medidas protetivas anteriormente deferidas, por mais 06 (seis) meses, a contar da presente data, com exceção da busca e apreensão de veículo já revogada na decisão de id. 20268560, salvo se a vítima se manifestar previamente pela sua revogação antes do referido prazo determinado. Em não havendo manifestação, com o transcurso do prazo de 06 (seis) meses, as medidas protetivas restarão automaticamente revogadas. Consigo, por oportuno, que em sendo o caso, diante de novas circunstâncias, a requerente poderá pleitear novamente a aplicação das medidas protetivas perante a Delegacia Competente. Sendo o réu pessoa pobre, isento-o do pagamento de eventuais custas processuais, bem como deixo de condená-lo ao pagamento de honorários advocatícios, haja vista que nestas ações a vítima tem capacidade postulatória, conforme previsto no art. 19 da 11.340/06, não necessitando, destarte, de advogado. INTIMEM-SE as partes, por meio de seus respectivos patronos – via DJE. Ciência ao Ministério Público. Com o transcurso do prazo determinado de manutenção das medidas protetivas, certifique-se e ARQUIVE-SE, com a adoção das formalidades de praxe. P. I. CUMPRA-SE. Às providências. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ASSINADO DIGITALMENTE

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1014829-96.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
R. C. A. F. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX DE LAURA DALTRO DE SOUZA OAB - MT16382-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. S. F. J. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLEOMAR FERREIRA SILVA OAB - MT15495/B (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo nº 1014829-96.2019.8.11.0041. Vistos. Trata-se de PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS requeridas por RAQUEL CAMELO ARAUJO FERREIRA, em desfavor de RAUL SOARES FERREIRA JUNIOR, devidamente qualificados (B.O. nº 2019.108605). Recebida a inicial, foram deferidas as medidas protetivas cabíveis em favor da requerente/vítima, nos termos da decisão de id. 19326105. O requerido fora regularmente citado/intimado da decisão concessiva – id. 19422820 que, por sua vez, apresentou resposta escrita, a qual já fora analisada na decisão de id. 20268560. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Cuida-se de MEDIDAS PROTETIVAS requeridas pela vítima RAQUEL CAMELO ARAUJO FERREIRA, em face de RAUL SOARES FERREIRA JUNIOR, que foram deferidas, posto que presentes os requisitos previstos no art. 300 do CPC, c/c art. 5º, da Lei nº 11.340/06. Inicialmente, importante destacar que o presente feito não possui o escopo de comprovar cabalmente a existência ou não da violência doméstica em si, posto que para tanto, existe a demanda autônoma, isto é, eventual ação penal ou cível (processo principal), mesmo porque, a natureza jurídica da presente ação é de cautelar satisfativa, posicionamento este por fim adotado pelo e. Tribunal de Justiça deste Estado, em consonância com o entendimento já consolidado no STJ. A propósito: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. "O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas" (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido". (REsp 1419421/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJE 07/04/2014) Os autos de Medidas Protetivas objetivam primordialmente o acautelamento da vítima em situação de risco, em havendo indícios razoáveis da violência sofrida, consubstanciados nos pressupostos da probabilidade do direito (fumus boni iuris) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora) – art. 300 do CPC. Nessa ordem de ideias, não havendo nos autos nada que vulnere a decisão concessiva, tendo em vista que toda a matéria alegada pelo requerido já fora objeto de análise nos autos, necessário se faz a confirmação da liminar anteriormente deferida, mesmo porque não houve qualquer fato novo desde então que ensejasse a revogação da liminar concedida. Entretanto, há que ser ponderado o caráter cautelar das medidas protetivas deferidas e, portanto, sua eficácia temporal limitada, sob pena de se caracterizar constrangimento ilegal em desfavor do requerido. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o presente pedido, pelo que CONFIRMO a liminar, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, restando MANTIDAS as medidas protetivas anteriormente deferidas, por mais 06 (seis) meses, a contar da presente data, com exceção da busca e apreensão de veículo já revogada na decisão de id. 20268560, salvo se a vítima se manifestar previamente pela sua revogação antes do referido prazo determinado. Em não havendo manifestação, com o transcurso do prazo de 06 (seis) meses, as medidas protetivas restarão automaticamente revogadas. Consigo, por oportuno, que em sendo o caso, diante de novas circunstâncias, a requerente poderá pleitear novamente a aplicação das medidas protetivas perante a Delegacia Competente. Sendo o réu pessoa pobre, isento-o do pagamento de eventuais custas processuais, bem como deixo de condená-lo ao pagamento de honorários advocatícios, haja vista que nestas ações a vítima tem capacidade postulatória, conforme previsto no art. 19 da 11.340/06, não necessitando, destarte, de advogado. INTIMEM-SE as partes, por meio de seus respectivos patronos – via DJE. Ciência ao Ministério Público. Com o transcurso do prazo determinado de manutenção das medidas protetivas, certifique-se e ARQUIVE-SE, com a adoção das formalidades de praxe. P. I. CUMPRA-SE. Às providências. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ASSINADO DIGITALMENTE

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1028098-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
T. M. D. A. O. (AUTOR(A))
T. M. O. A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSIANE CRISTINA DE ANDRADE OAB - 044.279.081-36 (REPRESENTANTE)
CATHYELLE KARINNE SILVA ALT OAB - MT24803/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. D. O. S. (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1028098-08.2019.8.11.0041. AUTOR(A): TALISON MIGUEL OLIVEIRA ANDRADE, TAYLA MARIA DE ANDRADE OLIVEIRA REPRESENTANTE: JOSIANE CRISTINA DE ANDRADE RÉU: ALTINO DE OLIVEIRA SANTOS VISTOS. Trata-se de "AÇÃO DE ALIMENTOS C/C REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA", ajuizada por T.M.O.A e T.M.de A.O., representados por sua genitora JOSIANE CRISTINA DE ANDRADE, em desfavor de ALTINO DE OLIVEIRA SANTOS, pretendendo o estabelecimento da guarda dos filhos de maneira compartilhada e a fixação da obrigação alimentícia do réu no equivalente a 30% (trinta por cento) dos seus rendimentos, atribuindo à causa o valor de R$ 1.000,00 (mil reais). Acontece que, conforme previsão expressa do inciso III, do art. 292 do CPC, o valor da causa deve corresponder, "na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor", devendo, portanto, ser retificado, afim de atender o disposto no art. 319, V, do CPC[1]. Assim, INTIME-SE a autora, via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder à emenda da inicial, retificando o valor da causa, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme inteligência do art. 319 c/c art. 321, § único, ambos do CPC. Findo o prazo acima deferido, havendo manifestação ou não, o que deve ser certificado, renove-me à conclusão, devendo a Secretaria deste Juízo atentar-se para o fato de que nos presentes autos, há pedido de concessão de tutela de urgência, ainda não apreciado, tendo, portanto, os autos prioridade na tramitação. Às providências. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito [1] "Art. 319. A petição inicial indicará: I a IV - (...) V - Valor da causa;"

Intimação Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 1058055-54.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIENE DORILEO SIQUEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIDIANA CASTRO DE OLIVEIRA OAB - MT20711/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UECIRLANDIO DE SOUZA OLIVEIRA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1058055-54.2019.8.11.0041. EXEQUENTE: LUCIENE DORILEO SIQUEIRA EXECUTADO: UECIRLANDIO DE SOUZA OLIVEIRA

VISTOS. Trata-se de pedido de "CUMPRIMENTO DE SENTENÇA", ajuizada por A.B. de S. S, representada por sua genitora LUCIENE DORILÊO SIQUEIRA em desfavor de UECIRLANDIO DE SOUZA OLIVEIRA, pretendendo o recebimento das prestações alimentícias devidas desde o mês de outubro do corrente ano, sem, no entanto trazer aos autos a planilha atualizada do débito. Acolho as alegações de hipossuficiência da exequente, razão pela qual lhe defiro os benefícios da Justiça Gratuita, previstos no art. 98 do Código de Processo Civil. Ao tratar dos requisitos para a propositura da ação de execução/cumprimento de sentença, o art. 798 do CPC, assevera que: "Art. 798. Ao propor a execução, incumbe ao exequente: I - instruir a petição inicial com: a) o título executivo extrajudicial; b) o demonstrativo do débito atualizado até a data de propositura da ação, quando se tratar de execução por quantia certa; c) e d) [...];" Já o art. 320 do Código de Processo Civil dispõe que "a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação." Por tal motivo, determino a intimação da exequente, via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder à emenda da inicial, trazendo os documentos a planilha atualizada do débito que se pretende executar, sob pena de indeferimento da petição inicial, conforme inteligência do art. 320 c/c art. 321, § único, ambos do CPC. Findo o prazo acima deferido, havendo manifestação ou não, o que deve ser certificado, renove-me à conclusão. Às providências. Intime-se e CUMPRA-SE. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1051868-30.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
H. D. O. E. C. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KAREN CORREA AMORIM DE OLIVEIRA OAB - MT0019498A (ADVOGADO(A))
FERNANDA DE PAULA GIACOMINI OAB - MT17627-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. F. M. O. C. (EXECUTADO)
R. M. R. (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Cód. 1051868-30.2019.8.11.0041. Vistos. Trata-se de CUMPRIMENTO DE TÍTULO JUDICIAL apresentado pelo rito do art. 528 do CPC, proposto por HUMBERTO DE OLIVEIRA E CELESTINO em face de R. F. M. O. C., neste ato representado por sua genitora ROSANGELA PEREIRA MENDONÇA, objetivando o cumprimento do acordo anteriormente entabulado entre as partes nos autos de Medidas Protetivas de cód. 506471 - nº 45456-58.2017.811.0042. Em primeiro lugar, considerando a aparente ausência de condições do requerente de arcar com as custas/despesas processuais NESTE MOMENTO, DETERMINO o recolhimento das custas processuais para o final da demanda, inclusive com fundamento no Provimento 18/2012 – CGJ de Mato Grosso. Superada tal questão, passo a análise do pedido. Cuida-se de Cumprimento de Título Judicial com fundamento no art. 528 do CPC, em que se pretende o cumprimento do acordo anteriormente entabulado entre as partes nos autos de Medidas Protetivas de cód. 506471 - nº 45456-58.2017.811.0042, em que consta: "Com relação à pensão do menor: esta será de 1,04 salários mínimos nos dias de hoje, o que corresponde a 1.000,00 (mil reais), mais 50%¨das despesas com medicamentos, serviços odontológicos e hospitalares não cobertos pelo plano de saúde, além das despesas com fraldas e leites, assim como arcará com 50% das despesas relacionados a uma cuidadora, compreendido o período de segundas-feiras às sextas-feiras da semana, mediante a apresentação de respectivo recibo. O depósito será feito na conta e agência (poupança) da genitora, na Caixa Econômica, sendo: Agência – (1918), Conta (0000.4382-1), Operação 013". Ocorre que, apesar do compromisso assumido entre as partes de que o requerido arcaria com 50% do valor das despesas relacionadas ao pagamento de uma cuidadora, o fato de ter realizado o pagamento integral, ou seja, de 100% do valor destinado a essa finalidade, não induz de forma direta a um cumprimento de sentença de obrigação de prestar alimentos na forma como proposta. Com efeito, realizado os pagamentos de 100% dos valores da cuidadora pelo requerente por sua deliberalidade, poderá ser verificada a eventual possibilidade de apuração de valores cobrados ou restituídos, através da via ordinária adequada, isto é, dentro do rito específico que melhor se amolde a atender o caso concreto, o que não se mostra cabível e nem pertinente através do procedimento de cumprimento de obrigação de prestar alimentos, como inicialmente proposto. Nesse sentido, é a jurisprudência: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS. JUSTIFICATIVA DESACOLHIDA. PEDIDO DE ABATIMENTO DO CÁLCULO DE VALOR PAGOS IN NATURA. DESCABIMENTO, NO CASO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. Tendo sido estabelecido judicialmente o pagamento de pensão alimentícia in pecunia, consideradas as específicas particularidades do caso em concreto, não há como pretender, sem a expressa anuência da parte exequente, seja autorizado o desconto de valor supostamente pago in natura, e mesmo porque o adimplemento de verba alimentar de forma diversa da estipulada, em princípio, traduz mera liberalidade. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO".(Agravo de Instrumento, Nº 70076634682, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em: 26-04-2018) Ante o exposto, INDEFIRO o presente Cumprimento de Sentença, por carência de interesse processual, com fundamento no art. 330, inciso III, do CPC, pelo que JULGO EXTINTA a presente ação, nos termos do art. 485, inciso I, do mesmo Códex. INTIME-SE a parte exequente, por meio de seus patronos – via DJE. Ciência ao Ministério Público. Com o transcurso do prazo recursal, ARQUIVE-SE, com a adoção das formalidades de praxe. CUMPRA-SE. Às providências. Cuiabá/MT, 06 de dezembro de 2019. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ASSINADO DIGITALMENTE

Intimação Classe: CNJ-286 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1058837-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. V. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI OAB - MT15112-O (ADVOGADO(A))
DIEGO COSTA DOS SANTOS OAB - MT0015771A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
E. J. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
M. P. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo nº 1058837-61.2019.8.11.0041. Vistos. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS proposto por M. E. V. J. e J. V. V. J., menores impúberes, neste ato representada por sua genitora Cristiane Vicentini, em face Elizandro Jaworski, com fundamento no art. 523 do CPC, pretendendo a cobrança dos alimentos provisórios em atraso com relação ao meses de junho, julho e agosto de 2019, no valor de R$ 5.285,95 (cinco mil duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos). DEFIRO a gratuidade da justiça, com fundamento nos arts. 98 e seguintes do CPC. INTIME-SE pessoalmente o executado, a pagar a quantia de R$ 5.285,95 (cinco mil duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), referente aos alimentos provisórios em atraso com relação ao meses de junho, julho e agosto de 2019, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do valor do débito ser acrescido de multa de 10% e também de honorários advocatícios de 10% (art. 523, §1º, do CPC), em caso de não pagamento voluntário. Saliento, por oportuno, que não há como acolher o pedido da parte exequente de intimação do executado, por meio da advogada Dra. Jaqueline Santos Damaceno – OAB/MT 7.065, em razão do executado não ter constituído a referida patrona como sua advogada na presente demanda inicial até o presente momento. O valor dos alimentos deverá ser depositado na conta bancária da representante dos exequentes indicada no processo principal. Não efetuado o pagamento voluntário, será determinada a expedição de mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos da expropriação (art. 523, §3º, do CPC). Outrossim, INDEFIRO o pedido de intimação do executado para acostar aos autos contrato de aluguel referente a imóvel objeto de partilha nos autos de cód. 1021195-54.2019.8.11.0041, em razão da impossibilidade jurídica de discussão nos presentes autos de matéria diversa da execução de alimentos pretendida, podendo a parte interessada formalizar o respectivo pedido perante os autos que versam sobre a questão da partilha de bens

das partes. Com a devolução do mandado de intimação do devedor, certifique-se e INTIME-SE a parte exequente, por meio de seu patrono – via DJE, para manifestação, no prazo legal, oportunidade em que deverá informar inclusive se houve o pagamento. Ciência ao Ministério Público. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Às providências. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ASSINADO DIGITALMENTE

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1012816-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. F. M. P. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE EWERT DE ALMEIDA E RIBEIRO OAB - MT17955-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
H. A. M. P. (RÉU)
A. A. G. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CREA MARCIA FERREIRA DE SOUZA OAB - MT19291-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo nº 1012816-27.2019.8.11.0041. Vistos. Trata-se de AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA proposta por Carlos Fernando Marques Pereira, em face de sua filha menor H. A. M. P., menor impúbere, neste ato representada por sua genitora Adriana Alves Greter, devidamente qualificados – id. 18994755. Determinada a emenda à inicial para juntada de documentos indispensáveis à propositura da presente ação – id. 25025730, o autor apresentou a manifestação de id. 25775453, acostando os anexos de id. 25775455 e id. 25775456. O autor pleiteia, em sede de tutela provisória de urgência, a regulamentação do seu direito de visitas à filha menor. É a síntese do necessário. FUNDAMENTO e DECIDO. RECEBO a Inicial. Processe-se em SEGREDO DE JUSTIÇA, em cumprimento ao disposto no art. 189, inciso II, CPC. DEFIRO a gratuidade da justiça, com fundamento nos arts. 98 e seguintes do CPC. Para a concessão da tutela de urgência, de acordo com o art. 300 do CPC, necessário se faz a presença da probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. A teor do disposto no §2º do art. 300 do CPC, é admitida a concessão da tutela de urgência, inclusive sem a oitiva da parte contrária, pelo que passo à análise do pedido de tutela de urgência de regulamentação do direito de visitas à filha menor. Pois bem. Conforme noticiado pela parte autora, do matrimônio das partes adveio uma filha menor (H. A. M. P.), que atualmente se encontra sob a guarda unilateral da requerida, por força de acordo entabulado entre as partes no processo de cód. 0000982-74.2015.8.26.0491, que tramitou na 2ª Vara da comarca de Rancharia/SP. Assevera o autor, que apesar de ter restado assegurado o seu direito de visitas à filha menor quando do respectivo acordo, a requerida se mudou para esta Capital e formalizou o Pedido de Providências Protetivas de cód. 505153, impedindo qualquer contato entre o autor e a filha menor das partes. O requerido aduz, ainda, que em que pese residir na cidade de Limeira/SP, presta serviços em Mato Grosso pelo menos uma vez por mês, de modo que as datas de suas visitas à filha menor devem coincidir com as datas em que o mesmo estiver neste Estado. Com efeito, entendo que a probabilidade do direito restou caracterizada ao considerarmos que o autor também tem direito de convívio com a filha e de participar da criação/educação da mesma, inclusive como invocação do seu poder familiar. Já o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo se consubstancia na medida da importância de se preservar tal vínculo afetivo entre pai e filha, em que pese a separação das partes. Ademais, é cediço que "o pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação", conforme preconiza o art. 1.589 do Código Civil. Ainda, em consulta ao Sistema Apolo, verifico que as medidas protetivas deferidas em favor da requerida nos autos de cód. 505153 restaram revogadas, não havendo, pois, empecilho para que o requerente contate diretamente a requerida para combinarem os dias de visitas à filha menor. Assim, DEFIRO a TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, para FIXAR o DIREITO DE VISITAS do genitor à menor nos seguintes termos: caso o período em que o requerente se encontrar prestando serviços no Estado de Mato Grosso caia em dia de semana, o mesmo poderá pernoitar pelo menos duas vezes no mês com a menor, podendo buscar a infante na casa de sua genitora ou na escola, devolvendo-a no dia seguinte, 24 (vinte e quatro) horas depois; sem prejuízo da regulamentação durante a semana, caso o período de prestação de serviços do requerente coincida com o final de semana (sexta/sábado e domingo), o autor poderá buscar a menor sexta-feira, na casa de sua genitora ou na escola, devolvendo-a até às 18h00min no domingo subsequente, na residência da requerida, ressalvado que o requerente terá direito a até dois finais de semana por mês com a menor. Por outro lado, a criança permanecerá com cada genitor durante a metade do período de férias escolares. As festividades de final de ano, aniversário do infante e demais feriados serão divididos alternadamente entre os genitores, sendo que nas comemorações de dia das mães e dia dos pais, o menor ficará com o genitor homenageado, podendo as partes disporem, em comum acordo, acerca de eventuais alterações no convívio com a filha menor, priorizando o melhor interesse da infante. Outrossim, determino o devido acompanhamento pela Equipe Multidisciplinar através do serviço psicossocial deste Juízo, devendo trazer relatório do estado social e psicológico das partes, bem como outras condições observadas, no prazo de 40 (quarenta) dias. Notifique-se à Equipe Multidisciplinar. DESIGNO Audiência de Conciliação para o dia 10/03/2020 às 16h30min, nos termos do art. 334 c/c art. 695 e seguintes do CPC. Consigno que referida audiência de conciliação será presidida por esse Magistrado, esclarecendo as partes às vantagens da autocomposição do litígio e realizando os procedimentos necessários a busca do consenso, conforme previsto no Provimento nº 09/2016 – Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os procedimentos para designação de audiências de conciliação e mediação nos termos do Novo Código de Processo Civil. CITE-SE/INTIME-SE a requerida dos termos da presente demanda, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, salientando que o prazo para apresentar contestação fluirá a partir da audiência de conciliação designada nesta oportunidade, caso esta não seja exitosa, nos termos do art. 335 do CPC, bem como, de que se não houver apresentação de contestação no prazo legal, será a requerida considerada revel, presumindo-se verdadeiras as alegações apresentadas pela parte autora - art. 344 do CPC. Atente-se para o disposto no art. 695 do CPC, por se tratar de ação de família, em especial ao seu §1º que consta que "o mandado de citação conterá apenas os dados necessários para a realização da audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer momento", devendo a citação ser feita na pessoa do réu (§3º) e com antecedência de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência (§2º). INTIME-SE o requerente, por meio de seu patrono – via DJE. Consigno, por oportuno, que o não comparecimento injustificado da parte autora ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa, nos termos do §8º do art. 334, do CPC, bem como que no ato as partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, conforme previsto no §9º do mesmo artigo. Ciência ao Ministério Público. CUMPRA-SE. Às providências. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. JAMILSON HADDAD CAMPOS Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ASSINADO DIGITALMENTE

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 597630 Nr: 38291-96.2019.811.0042
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WENDER PEREIRA DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Maycon Rai Oliveira Jagnowitz - OAB:27068/O
Cód. 597630.
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que fora convertido a Prisão em Flagrante do indiciado WENDER PEREIRA DE CAMPOS em Prisão Preventiva, em

Audiência de Custódia, realizada no dia 09//10/2019 - fls. 37/40.
Desta forma, INTIME-SE seu patrono Dr. Maikon Rai Oliveira Jagnowitz – OAB/MT nº 27068/O (via DJE) para manifestação, no prazo legal.
Após, conclusos.
CUMPRA-SE.
Cuiabá/MT, 11 de outubro de 2019.
Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa
Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 597630 Nr: 38291-96.2019.811.0042
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WENDER PEREIRA DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Maycon Rai Oliveira Jagnowitz - OAB:27068/O
(...). Ante ao exposto, não vislumbrando mais presentes os requisitos e pressupostos para a manutenção da prisão preventiva do autuado, REVOGO o DECRETO PREVENTIVO de fls. 43/45, DETERMINANDO a IMEDIATA SOLTURA de WENDER PEREIRA DE CAMPOS, brasileiro, data de nascimento: 14/12/1991, filho de Wander Luiz de Campos e Cleuza Pereira da Silva.EXPEÇA-SE o competente ALVARÁ DE SOLTURA, colocando o Indiciado em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Antes da soltura do indiciado, INTIME-SE imediatamente a vítima/ofendida sobre o conteúdo da presente decisão (art. 21, da Lei nº 11.340/06). Em não sendo localizada, proceda-se a imediata soltura do indiciado.Ademais, considerando a necessidade de se proteger a ofendida, MANTENHO as Medidas Protetivas deferidas em favor da vítima no processo nº 1040412-83.2019.811.0041 - PJE, e ADVIRTO o indiciado a cumpri-las, sob pena de novo decreto da prisão preventiva. Com o cumprimento, conclusos.INTIME-SE a Defesa – via DJE.Ciência ao Ministério Público.CUMPRA-SE. Às providências.Cuiabá/MT, 08 de novembro de 2019.WLADYMIR PERRIJuiz de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa
Cod. Proc.: 428597 Nr: 4046-64.2016.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEXANDRE BAYER ARAÚJO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ODILZON DAS NEVES GRAUZ JÚNIOR - OAB:6836/MT
Processo nº. 4046-64.2016. 811.0042 Código: 428597
Vistos etc.
Trata-se de denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual em face de ALEXANDRE BAYER ARAÚJO, imputando-lhe a prática delitiva capitulada no artigo 129, § 9° do Código Penal Brasileiro, com os efeitos da lei n.º 11.340/2006, em desfavor da vítima LEIDA DOMINGAS CELADA.
A denúncia foi recebida em 14 de abril de 2016 (fl. 58/59).
Por sua vez, a defesa do acusado não arguiu nenhuma preliminar, em sua resposta à acusação (fls. 84/85).
Conforme infere-se dos autos, não estão presentes nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397, do Código de Processo Penal, razão pela qual, RATIFICO o recebimento da denúncia ofertada em face de ALEXANDRE BAYER ARAÚJO.
Desta feita, DETERMINO o prosseguimento da instrução processual.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04/03/2020, às 16h00, para a oitiva da vítima, bem como realizar o interrogatório do acusado.
INTIMEM-SE a vítima e o acusado.
INTIME-SE a defesa, via DJE.
CIÊNCIA ao Ministério Público.
Às providências.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa
Cod. Proc.: 510764 Nr: 3417-22.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRUNO MARLON DAS NEVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALBERTO ALEXANDRE DA SILVA - OAB:18974, ANTONIO DE LIMA FERNANDES NETO - OAB:21536/O
Processo nº. 3417-22.2018.811.0042 Código: 510764
VISTOS.
Conforme decisão de fl. 117, foi determinado a intimação do nobre Advogado do acusado para apresentar manifestação acerca do atual endereço do Sr. Bruno Marlon das Neves.
Apesar disto, verifico que até a presente data não há nos autos manifestação do Advogado acerca do paradeiro do acusado.
Posto isto, DECRETO a revelia do acusado BRUNO MARLON DAS NEVES com fundamento no artigo 367 do Código de Processo Penal, e DETERMINO o prosseguimento do feito sem a sua presença.
Tendo em vista a manifestação do Ministério Público de fl. 119, na qual informa que a vítima se mudou para a cidade de Porto Velho/RO, EXPEÇA-SE carta precatória para a Comarca de Porto Velho/RO, para OITIVA da vítima acerca dos fatos imputados contra o acusado.
Observe-se o endereço apontado pelo Ministério Público às fls. 118/20, qual seja, Condomínio Saint Paul de Vence, situado na Rua Martinica, nº 317, casa 21, bairro Costa e Silva, CEP 76803-480, cidade de Porto Velho/RO.
Ademais, considerando que a audiência de instrução realizada no dia 21.08.2019 restou prejudicada, DESIGNO NOVA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, para o dia 04.03.2019, às 15h30min, para oitiva das testemunhas.
REQUISITE-SE as testemunhas de acusação Itamar Alves Pereira e Cláudio de Sousa, ambos policiais militares.
INTIME-SE a testemunha de defesa.
INTIME-SE os Advogados de defesa via DJE.
CIÊNCIA ao Ministério Público.
Às providências.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa
Cod. Proc.: 495246 Nr: 34488-76.2017.811.0042
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BFDMN
PARTE(S) REQUERIDA(S): MFDS, RBCEP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elisandro Nunes Bueno - OAB:10833, LEIDINEIA KATIA BOSI - OAB:14981/O, RENATA KARLA BATISTA E SILVA - OAB:8753/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARY ANTONIO FERREIRA DE PINHO - OAB:9.178-A, ELIANE EUSTAQUIO DUARTE - OAB:11218-B
VISTOS.[...]. Por tal motivo, sem prescindíveis delongas, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado entre as partes às fls. 739/741, no que se refere à partilha dos bens adquiridos pelas partes na constância do casamento e por consequência, JULGO PARCIALMENTE EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, com julgamento de mérito, nos termos do art. 487, Inc. III, “A” c/c art. 354, parágrafo único, ambos do CPC. [...].Desta forma, em cumprimento à ordem expedida e considerando a manifestação da autora de fls. 772/775 e a necessidade de resguardar o maior bem estar possível a criança, as visitas do réu ao seu filho, até que haja julgamento de mérito do recurso acima descrito ou nova decisão deste Juízo, devem ocorrer, pelo período de 03 (três) horas, em sábados de uma semana e aos domingos de outra, em local público e na presença de pessoa a ser indicada pela autora para assistir as visitas. Visando dar efetividade a presente decisão, determino a intimação da autora, via DJe, para que cumpra a presente decisão, agendando com a advogada do réu a forma como se dará a visita, sob

pena de assim não procedendo ser-lhe aplicada multa por descumprimento.Determino a realização de estudo psicossocial do caso, devendo as servidoras deste Juízo, efetuar a visita na residência das partes (novo endereço do réu informado às fls. 761, qual seja, Rua A, Res. Cristal, Bl. B1, apto 13, Bairro Terra Nova, Cuiabá/MT) ocasião em que deveram averiguar as condições do réu para o exercício do direito de visitas ao filho e se tais visitas necessitam ocorrer de forma assistida, devendo o laudo vir aos autos no prazo de 20 (vinte) dias.Com o laudo nos autos, intimem-se as partes, via DJe, para querendo, sobre ele se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de presunção de concordância. Após, colha-se o parecer da representante do Ministério Público e após renove-me à conclusão.

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 511126 Nr: 3775-84.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): KENNED WILLIAN LEMES LOUREDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): KENNED WILLIAN LEMES LOUREDO, Cpf: 03489195140, Rg: 21497982, Filiação: Terezinha Lemes Pedroso e Rodines Modesto Louredo, data de nascimento: 31/01/1993, brasileiro(a), natural de Diamantino-MT, convivente, servente, Telefone 36491182. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Despacho: Ação Penal n° 3775-84.2018.811.0042 (Cód. 511126)VISTOS.Trata-se de Denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual em face de KENNED WILLIAN LEMES LOUREDO, pela prática, em tese, dos delitos previstos no art. 65 (PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE), do decreto-lei 3.688/41 art. 129, §9º (LESÃO CORPORAL) por duas vezes, art. 147, caput (AMEAÇA) c/c art. 61, inciso II, alínea "e", na forma do art. 69, todos do Código Penal, com efeitos da Lei nº 11.340/2006, em desfavor da vítima JANAÍNA MARTINS SANTOS.Os indícios de autoria e materialidade estão caracterizados pelo boletim de ocorrência e termo de depoimentos e declarações.Destarte, estando à denúncia em ordem e não sendo caso para as hipóteses do art. 395 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA OFERTADA, na forma posta em Juízo, eis que presentes os indícios de autoria e materialidade e, com fundamento no art. 396 do Código de Processo Penal, determino a CITAÇÃO do acusado KENNED WILLIAN LEMES LOUREDO, para, no prazo de 10 (dez) dias, responder à acusação, por escrito, salientando no mandado que não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, ser-lhe-á nomeado Defensor Público (art. 396-A, § 2.º, Código de Processo Penal).Com a resposta, havendo arguição de preliminares, DÊ-SE vista ao Ministério Público Estadual.Não sendo apresentada resposta à acusação, desde já, NOMEIO a Defensoria Pública Criminal que atue perante essa Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para patrocinar a defesa do acusado.EXPEÇA-SE MANDADO DE CITAÇÃO.NOTIFIQUE-SE o Representante do MINISTÉRIO PÚBLICO.CUMPRA-SE.Às providências.Cuiabá, 05 de março de 2018.Ana Graziela Vaz de Campos Alves CorrêaJuíza de Direito Vistos.Defiro o pedido ministerial retro.Compulsando os autos, verifico que o acusado não foi encontrado no endereço indicado na exordial, e que realizada busca por meio do Sistema SIEL – T.R.E., apesar de obtido novo endereço, o réu não fora novamente encontrado, estando, portanto, em lugar incerto e não sabido.Desta forma, determino a citação por EDITAL do acusado, com prazo de 15 (quinze) dias (art. 361 do CPP). EXPEÇA-SE Edital de Citação. Decorrido o prazo da publicação do Edital, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação acerca do seu eventual interesse na antecipação de provas.Na sequência, conclusos.Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, TINA TUNNER DANIELA DE OLIVEIRA, digitei.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019
Murilo Cesar de Araujo Vieira Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa
Cod. Proc.: 503928 Nr: 42958-96.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RAYMUNDO FAUSTINO SOBRINHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GRACIELLY ALVES CUNHA - OAB:20287/O, HILDO CASTRO TEIXEIRA - OAB:2251, LUCIVALDO ALVES MENEZES - OAB:4271, Maria Aparecida Louro Teixeira - OAB:22735
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu RAYMUNDO FAUSTINO SOBRINHO, brasileiro, viúvo, natural de Campo Florido/MS, aposentado, portador do natural de Alto garças/MT, nascido em 26/06/1976, filho de Luzia Batista Pereira, portador do RG 4147520 SSP/MT e CPF 473.150.678-68, residente e domiciliado na Rua 3, Quitinete 6, esquina com a Rua F, Bairro Morado do Ouro, nesta capital, nas sanções previstas no art. 21 (vias de fato) do Decreto-lei 3.688/41 e artigo 147 (ameaça) c/c art. 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal. ...RECONHEÇO O CONCURSO MATERIAL entre o crime de ameaça e a contravenção penal de vias de fato nos termos do art. 69, do Código Penal, deixando de realizar o somatório das penas em razão da natureza diversa.Encontro, então, a PENA DEFINITIVA DE 28 (VINTE E OITO) DIAS DE PRISÃO SIMPLES pela contravenção de vias de fato e 1 (UM) MÊS e 22 (VINTNE E DOIS) DIAS DE DETENÇÃO pelo crime de ameaça.O regime de cumprimento de pena será o aberto, tendo em vista o disposto no art. 33, § 2º, "c" do Código Penal.Deixo de aplicar a hipótese do artigo 44 do Código Penal, uma vez que o delito fora praticado no âmbito da Lei 11.340/2006, conforme ADI 4424 e Súmula 588 do STJ.No que concerne à reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do Código de Processo Penal), tendo em vista que sequer foi ventilado algo a respeito durante a instrução processual, deixo, pois, de reconhecer o valor indenizatório.Condeno o acusado ao pagamento das custas processuais.Ciência ao Ministério Público.INTIME-SE o acusado pessoalmente, bem como seu patrono via DJE.Transitada em julgado, oficie-se à Justiça Eleitoral (art. 15, III da CF/88), forme-se o PEP, escrevendo-se o nome do réu no rol dos culpados. Expeça-se o necessário.Publique-se. Intimem-se.Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.Ana Graziela Vaz de Campos Alves CorrêaJuíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 597630 Nr: 38291-96.2019.811.0042
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WENDER PEREIRA DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Maycon Rai Oliveira Jagnowitz - OAB:27068/O
Id. 597630.
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que, foi concedida LIBERDADE PROVISÓRIA ao indiciado WENDER PEREIRA DE SANTOS, em Audiência de Custódia – fls.37/40, sendo o mesmo colocado em liberdade através do Alvará de Soltura nº 94/2019, pelo que resta entregue a prestação jurisdicional.
Dê-se ciência ao Ministério Público, e após, ARQUIVE-SE o presente feito, procedendo às baixas e anotações necessárias.
Cumpra-se. Às providências.
Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.
JAMILSON HADDAD CAMPOS
Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de
Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos

Cod. Proc.: 587385 Nr: 29110-71.2019.811.0042
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MYKAEL MARQUES SOARES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Thiago Mamede Lima Parreira - OAB:
Cód. 587385.
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que o indiciado fora preso em flagrante delito, com posterior concessão de liberdade provisória, mediante o monitoramento eletrônico, em Audiência de Custódia – fls. 25/27.
Verifico, ainda, que o indiciado está com o monitoramento eletrônico desde o mês de julho de 2019 (há cinco meses) e que já houve a revogação das Medidas Protetivas deferidas no Nº 1033417-54.2019.8.0041 - PJE, a pedido da vítima, bem como que, não houve nenhum fato novo que enseje a manutenção do monitoramento, conforme consulta ao Sistema Apolo.
Diante de tais considerações, REVOGO o MONITORAMENTO ELETRÔNICO constante nos autos, inclusive em atenção à inviolabilidade da intimidade e privacidade do requerido, bem como em respeito ao direito constitucional de ir e vir do mesmo.
OFICIE-SE à Central de Monitoramento Eletrônico.
INTIMEM-SE o requerido para que proceda a retirada da tornozeleira eletrônica, bem como a vítima para que proceda e entrega do botão de alerta, ambos perante a Central de Monitoramento Eletrônico.
Com o cumprimento positivo da diligência, restando entregue a prestação jurisdicional dos autos, ARQUIVEM-SE, com a adoção das formalidades de praxe.
Ciência ao Ministério Público. Intime-se a Defesa - via DJE.
CUMPRA-SE. Às providências.
Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019.
JAMILSON HADDAD CAMPOS
Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de
Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 569415 Nr: 12492-51.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAUDIONOR FEITOSA DE OLIVEIRA, ADEVALDIR SOUZA LIMA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARLON ZABLOSKI DAVOGLIO - OAB:21143/O
Cód. 569415.
Vistos.
Considerando que dos dias 13/01 á 22/01/2020 estarei gozando de férias, devidamente autorizado pelo Tribunal de Justiça, declaro PREJUDICADA a audiência designada nos autos. Sendo assim, REDESIGNO o ato para o dia 17/03/2020 às 15h30min.
INTIMEM-SE os acusados e a vítima.
REQUISITEM-SE os Policiais Militares.
INTIME-SE a Defesa (via DJE).
Ciência ao Ministério Público.
Cumpra-se. Às providências.
Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019.
JAMILSON HADDAD CAMPOS
Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de
Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jamilson Haddad Campos
Cod. Proc.: 517977 Nr: 10208-07.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE VALENTIM DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO ROSSI DA SILVA - OAB:19530
Cód. 517977.
Vistos.
Considerando que dos dias 13/01 á 22/01/2020 estarei gozando de férias, devidamente autorizado pelo Tribunal de Justiça, declaro PREJUDICADA a audiência designada nos autos. Sendo assim, REDESIGNO o ato para o dia 17/03/2020 às 14h30min.
INTIMEM-SE o acusado e a vítima.
REQUISITEM-SE os Policiais Militares.
INTIME-SE a Defesa (via DJE).
Ciência ao Ministério Público.
Cumpra-se. Às providências.
Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019.
JAMILSON HADDAD CAMPOS
Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de
Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

2ª Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1055636-61.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
C. R. G. F. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON JOSE FRANCO OAB - MT0006188A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. C. D. C. N. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1055636-61.2019.8.11.0041. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: CASSIANI ROBERTA GUILHERME FRANCO ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: JOAO CARLOS DA COSTA NETO Vistos etc. Preenchendo a peça proemial os requisitos essenciais (CPC, arts. 319 e 320) e não sendo caso de improcedência liminar do pedido (CPC, art. 332), designo audiência de conciliação/mediação para o dia 23 de janeiro de 2020, às 15h20min, observando a antecedência mínima de 30 dias, conforme estatui o art. 334 do CPC. A audiência de conciliação será realizada pelo conciliador desse juízo, o qual devera observar o procedimento descrito no provimento nº 9/2016-CM, bem como informar as partes sobre os custos da mediação (alínea “b”, inciso V do § 1º e § 2º do art. 1º do provimento nº 9/2016), caso as partes não sejam amparadas pela lei de assistência judiciária. Intime-se o autor na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, §3º). Cite-se o réu para que compareça ao ato, devendo a citação se realizar com 20 dias de antecedência (CPC, art. 334). Conste no mandado advertência de que o prazo para contestar a ação será de 15 dias, contados na forma do art. 335 do CPC. Conste nos mandados advertência de que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e implicará em multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (CPC, art. 334, § 8º). Conste ainda advertência de que as partes deverão estar acompanhadas de seus respectivos advogados ou defensores públicos (CPC, art. 334, § 9º). Não estando presentes a prima facie os requisitos do art. 976 do CPC, deixo de suscitar incidente de resolução de demandas repetitivas (CPC, art. 977, I). Expeça-se o necessário. Havendo declaração de hipossuficiência, defiro os benefícios da Lei de Assistência Judiciária. Intimem-se. Cumpra-se com urgência. Cuiabá, 27 de novembro de 2019. Assinado Eletronicamente Jeverson Luiz Quinteiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1036578-72.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
L. B. P. D. M. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E. M. P. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1036578-72.2019.8.11.0041. REQUERENTE: LUCIMEIRE BATISTA PEQUENO DE MORAES, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: EDUARDO MENEZES PARENTE SENTENÇA Vistos etc. A vítima Lucimeire Batista Pequeno de Moraes, qualificada nos autos em epígrafe, ingressou com ação cautelar cível satisfativa pleiteando a concessão de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha em desfavor do agressor Eduardo Menezes Parente, pela prática de violência de gênero. Recebida a ação deferiu-se o pedido liminar, tendo sido concedidas em favor da autora diversas medidas protetivas. Citado o réu e intimado das medidas protetivas o mesmo apresentou resposta escrita (ID. 24107544) requerendo em suma que seja julgado improcedente o presente pedido, revogando-se as medidas protetivas aplicadas ao Requerido, uma vez que o mesmo não representa qualquer risco à integridade, tranquilidade ou vida da vítima. Após, volveram-me conclusos para decisão. É o sucinto relatório. Passo a decidir. Fundamentos Versam os autos acerca de ação cautelar cível que a vítima ingressou em face do agressor. A autora tem por desiderato a concessão de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Prefacialmente, antes de adentrarmos no exame do mérito da celeuma, é necessário desenredar que a ação em comento, consoante assente entendimento jurisprudencial firmado pelo Eg. STJ, tem natureza jurídica de ação cautelar cível satisfativa, independendo, portanto, da propositura de qualquer outra ação quer de natureza cível, quer de natureza penal. Senão vejamos: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. "O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas" (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido. (REsp 1419421/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 07/04/2014) Grifei. Sendo, portanto, ação cautelar cível satisfativa a em comento, logo o sucesso da presente ação depende da demonstração de dois requisitos que emolduram toda e qualquer ação de cunho cautelar, a saber: o fumus boni iuris e o periculum in mora (CPC, art. 305[1]). O fumus boni iuris no vertente caso decorre da demonstração de indícios da existência de violência doméstica. O periculum in mora, por sua vez, representa a demonstração da necessidade da medida para salvaguardar a integridade física ou psicológica da vítima. Nesse sentido é a jurisprudência: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. REQUERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. SENTENÇA DE MÉRITO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. REJEIÇÃO. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. NÃO SUBSISTÊNCIA DA NECESSIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS. PROVA DA GRAVIDADE DA LESÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA REPRESENTA SEMPRE UM SÉRIO GRAVAME À LIBERDADE INDIVIDUAL, QUE NÃO PODE SER EFETIVADA SEM JUSTA CAUSA. NO CASO DE O MAGISTRADO CONCLUIR PELA INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, NÃO RESTA DÚVIDA DE QUE PODERÁ JULGAR, DE IMEDIATO, O MÉRITO DO FEITO, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM QUEBRA DE PROCEDIMENTO OU NULIDADE DA SENTENÇA. 2. O OBJETIVO DA MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA É ASSEGURAR A INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA DA MULHER. NÃO HAVENDO NOS AUTOS ELEMENTOS QUE APONTEM A URGÊNCIA DA CONCESSÃO DA MEDIDA, PODERÁ O MAGISTRADO JULGAR EXTINTO O FEITO, SOB O FUNDAMENTO DE INEXISTIREM INDÍCIOS OU ELEMENTOS DE PROVA DA GRAVIDADE DA LESÃO. 3. PRELIMINAR REJEITADA E, NO MÉRITO, RECURSO DESPROVIDO. (TJ-DF - APR: 32814020108070002 DF 0003281-40.2010.807.0002, Relator: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Data de Julgamento: 20/01/2011, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: 26/01/2011, DJ-e Pág. 171) Grifei. APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - NATUREZA CAUTELAR E AUTÔNOMA DAS MEDIDAS - NÃO COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. - As medidas protetivas são autônomas, no entanto, para seu deferimento, deve restar demonstrado nos autos a sua necessidade. (TJ-MG - APR: 10024080407695001 MG , Relator: Denise Pinho da Costa Val, Data de Julgamento: 25/02/2014, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 06/03/2014) Grifei. APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - NATUREZA CAUTELAR E AUTÔNOMA DAS MEDIDAS - NÃO COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE. - As medidas protetivas são autônomas, no entanto, para seu deferimento, devem estar demonstradas a sua necessidade e a sua urgência. V.V. APELAÇÃO CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - AMEAÇA E AGRESSÃO FÍSICA - LEI MARIA DA PENHA - EXPEDIENTE APARTADO DE MEDIDAS PROTETIVAS - PROCEDIMENTO AUTÔNOMO - CARÁTER SATISFATIVO -EXTINÇÃO DO FEITO - IMPOSSIBILIDADE - FALTA DE INTERESSE DE AGIR DA VÍTIMA - INOCORRÊNCIA - REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO. - As medidas protetivas abarcadas pela Lei Maria da Penha têm natureza autônoma, de caráter satisfativo, devendo por isso, produzir efeitos enquanto perdurar uma situação de perigo que ensejou o requerimento de proteção do Estado e, não apenas enquanto for manejada uma persecução criminal contra o suposto ofensor. Inexistindo provas de que a referida situação de perigo deixou de existir, principalmente por não ter sido a vítima localizada para se manifestar sobre a necessidade atual ou não das medidas protetivas, impossível se extinguir o feito por falta de interesse de agir da mesma. (TJ-MG - APR: 10024102187127001 MG , Relator: Jaubert Carneiro Jaques, Data de Julgamento: 09/07/2013, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 19/07/2013) Grifei. Importante ressaltar nesse permeio que a presente ação não se presta para deslindar e comprovar cabalmente se houve ou não a violência doméstica, bastando, como visto alhures, a presença de indícios da existência de violência doméstica para a caracterização do fumus boni iuris. A discussão acerca da existência ou não da violência doméstica e acerca da responsabilidade do réu por ela deve ser objeto da ação penal e não desta ação. Quanto ao fumus boni iuris, os documentos aportados ao feito pela vítima ID. 22756705 demonstraram a existência de indícios da prática de violência doméstica. No tocante ao periculum in mora, a necessidade da medida também restou demonstrada desde o início da lide, tanto que foi deferido o pedido liminar, sendo ainda necessária a manutenção da medida, haja vista não conter nos autos qualquer manifestação por porte da vítima requerendo a extinção das presentes medidas, impondo-se, portanto, a procedência do presente pedido e, por corolário, a confirmação da liminar preteritamente concedida. Malgrado seja caso de confirmação das medidas protetivas de urgência concedidas initio litis, é curial deslindar que as medidas protetivas têm caráter excepcional e não podem durar eternamente, sob pena de causar constrangimento ilegal e insegurança jurídica, impondo-se, portanto, a manutenção das medidas protetivas em comento enquanto persistir o caráter emergencial, de modo que as medidas ora confirmadas deverão ter prazo fixo de duração, podendo ser dilatado esse prazo, conforme a vítima comprove nos autos que persiste o caráter emergencial. Nesse sentido é a jurisprudência: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - POSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. A medida protetiva prevista na lei 11.340/06 possui caráter excepcional, devendo ser aplicada apenas em situações de urgência que as fundamente e dentro dos prazos razoáveis de duração do processo, tendo-se sempre como escopo os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cr 1.0702.13.046887-0/001, Relator(a): Des.(a) Paulo Cézar Dias , 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 02/09/2015, publicação da súmula em 11/09/2015) Grifei. TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cr AI 10433130453759001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 12/09/2014 Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - IMPOSIÇÃODE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA SEM PRAZO DELIMITADO - INADMISSIBILIDADE - REVOGAÇÃO - DEFERIMENTO. 01. As medidas protetivas previstas no art. 22 da Lei 11.340 /2006, têm natureza excepcional e possuem características de urgência e preventividade. Não

podem, portanto, subsistirem indefinidamente, sob pena de acarretar insegurança jurídica. 02. O longo lapso temporal decorrido entre a imposição das medidas e a ausência de posterior manifestação da ofendida sobre a continuidade da violência, retira daquela o caráter de emergência, justificando a cassação das restrições anteriormente impostas. Grifei. Consigo que as demais questões cíveis ou criminais envolvendo as partes deverão ser tratadas em autos próprios. Dispositivo Posto isto, em consonância com os fundamentos retro expendidos. ® julgo procedente o pedido em apreço e, por corolário, confirmo a decisão liminar proferida, mantendo, destarte, as medidas protetivas em favor da vítima pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data da presente sentença, salvo se a vítima, ora autora, antes desse prazo, manifestar expressamente que não mais necessita das mesmas ou, ao contrário, comprovar que necessita da continuidade das medidas protetivas de urgência em seu favor por mais tempo. Conste no expediente de intimação da sentença advertência de que, caso a vítima não compareça em juízo para pleitear a continuidade das medidas protetivas e comprovar a necessidade da continuação das mesmas, ficam, automaticamente, revogadas as medidas protetivas de urgência, concedidas, nesses autos, initio littis. ® Publique-se a presente sentença no Diário de Justiça eletrônica, ex vi do teor talhado no preceptivo do art. 205, § 3º, do CPC. ® Intime-se a vítima acerca desta sentença com os benefícios do art. 212 do CPC. ® Sendo negativa a intimação da vítima da presente sentença por ter mudado de endereço, certifique-se nos autos se houve prévia comunicação no feito acerca da mudança de endereço. Sendo negativa a certidão, presume-se válida a intimação nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC. Decorrido o prazo de sem manifestação da vítima quanto à necessidade de manutenção das medidas protetivas; havendo medida de bloqueio de bens ou outras de natureza patrimonial e não existindo ação cível em curso nessa Vara tratando de partilha de bens, certifique-se nos autos e oficie-se ao Cartório competente informando sobre a revogação da medida. Decorrido o prazo sem manifestação da vítima quanto à necessidade de manutenção das medidas protetivas, havendo medida protetiva de suspensão de posse de arma de fogo, certifique-se nos autos e oficie-se ao superior hierárquico do agressor informando sobre a revogação da medida protetiva. Sendo o réu pessoa pobre, isento-o do pagamento de eventuais custas processuais, na forma do art. 12 lei de assistência judiciária[2]. Deixo de condenar o réu ao pagamento de honorários advocatícios, haja vista que nestas ações a vítima tem capacidade postulatória, conforme previsto no art. 19 da 11.340/06[3], não necessitando, destarte, de advogado. Extraia-se cópia da presente sentença e aporte ao feito principal eventualmente em trâmite. Após o trânsito em julgado, procedidas às baixas e anotações de estilo, remeta-se o feito ao arquivo. P.R.I.C. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Assinado Eletronicamente Jeverson Luiz Quinteiro Juiz de Direito [1] Art. 305. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. [2] Art. 12. A parte beneficiada pelo isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita. [3] Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1012796-36.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
M. M. D. S. P. (REQUERENTE)
P. J. C. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALANA CAROLINA OLIVEIRA CARNEIRO OAB - MT26393/O (ADVOGADO(A))
NADESKA CALMON FREITAS OAB - MT11548-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
H. P. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO LUIZ DE DEUS JUNIOR OAB - MT7167-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1012796-36.2019.8.11.0041. REQUERENTE: MARLENE MOREIRA DA SILVA PARO, POLICIA JUDICIARIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO REQUERIDO: HORTENCIO PARO Vistos etc. Trata-se de pedido de visitas à vitima formulado pelo requerido (ID. 22402848). Compulsando os autos verifico que a vítima não concordou com o pedido de autorização de visitas do requerido em comento, sob o fundamento de que tais visitas assistidas poderiam atrapalhar a evolução do tratamento de saúde que a vítima vem se submetendo, motivo pelo qual indefiro o pedido do requerido em comento e, mantenho os termos da sentença proferida nos autos (ID. 21309233). Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Jeverson Luiz Quinteiro Juiz de Direito

Expediente

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 460720 Nr: 537-91.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DOMINGOS DA SILVA PINTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): DOMINGOS DA SILVA PINTO, Cpf: 01066258104, Rg: 1409362-6, Filiação: Maria Deolinda da Silva Pinto e Erico Honorato Pinto, data de nascimento: 22/07/1985, brasileiro(a), natural de Cuiaba-MT, solteiro(a), montador/serviços gerais/aux.produção, Telefone 9243 4229. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Despacho: Vistos etc.I.Não se verificando in casu qualquer das hipóteses previstas no art. 395 do CPP, recebo a denúncia ofertada pelo MP.II.Cite-se o réu para responder à acusação, por escrito, no prazo de dez dias, ex vi do art. 396 do CPP . III.Não sendo apresentada resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, desde já lhe nomeio defensor na pessoa de um dos Defensores Públicos Criminais que atuam nessa Comarca e Vara, o qual deverá ser intimado para apresentar, no prazo legal, a defesa preliminar do réu.IV.Apresentada a resposta do réu, se houver sido suscitada preliminar, abra-se vista ao MP para manifestação. Caso não tenha sido suscitada nenhuma preliminar, volvam-me conclusos para a fase dos arts. 397 e 399 ambos do CPP.V.Defiro as diligências requeridas pelo MP.VI.Nos termos do disposto no art. 1.373, II da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso – (CNGC), solicite-se informações sobre os antecedentes do acusado aos seguintes órgãos e instituições:?à Superintendência do Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso;?às Varas de Execuções Penais desta Comarca;?ao Instituto de identificação do Estado de Mato Grosso;VII.Proceda-se, ainda, consulta junto ao Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC), uma vez provado pelo Ministério Público a impossibilidade de fazê-lo.VIII.Comunique-se o recebimento desta denúncia ao Distribuidor, ao Instituto de Identificação, à Delegacia de Polícia onde se originou o inquérito e ao Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC) para alimentação do banco de dados.IX.Intimem-se.X.Cumpra-se com urgência.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.
Cuiabá, 06 de dezembro de 2019
Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Tatiane Colombo
Cod. Proc.: 388951 Nr: 3070-91.2015.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento

Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): IVAIR MOREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARLON ZABLOSKI DAVOGLIO - OAB:21143/O

Diante do exposto, e por tudo que dos autos constam, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, absolver o réu Ivair Moreira dos Santos, já qualificado, das imputações contidas na denúncia.Sem custas, ante a absolvição do réu.Intime-se o réu através de seu advogado (DJE).Cientifique-se o Ministério Público.Com o trânsito em julgado da presente, arquivem-se os autos mediante as baixas e anotações necessárias.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 03 de dezembro de 2019.Tatiane ColomboJuíza de Direito

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 497592 Nr: 36719-76.2017.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADRIANO APARECIDO ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): ADRIANO APARECIDO ALVES DA SILVA, Cpf: 00469342196, Rg: 34223, Filiação: Isaura Francisca Rodrigues e José Francisco Orlando, data de nascimento: 10/12/1982, brasileiro(a), natural de Embu-SP, solteiro(a), motorista, Telefone 3667-6021. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Despacho: Vistos etc.I.Não se verificando in casu qualquer das hipóteses previstas no art. 395 do CPP, recebo a denúncia ofertada pelo MP.II.Cite-se o réu para responder à acusação, por escrito, no prazo de dez dias, ex vi do art. 396 do CPP . III.Não sendo apresentada resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, desde já lhe nomeio defensor na pessoa de um dos Defensores Públicos Criminais que atuam nessa Comarca e Vara, o qual deverá ser intimado para apresentar, no prazo legal, a defesa preliminar do réu.IV.Apresentada a resposta do réu, se houver sido suscitada preliminar, abra-se vista ao MP para manifestação. Caso não tenha sido suscitada nenhuma preliminar, volvam-me conclusos para a fase dos arts. 397 e 399 ambos do CPP.V.Defiro as diligências requeridas pelo MP.VI.Nos termos do disposto no art. 1.373, II da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso – (CNGC), solicite-se informações sobre os antecedentes do acusado aos seguintes órgãos e instituições:?à Superintendência do Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso;?às Varas de Execuções Penais desta Comarca;?ao Instituto de identificação do Estado de Mato Grosso;VII.Proceda-se, ainda, consulta junto ao Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC), uma vez provado pelo Ministério Público a impossibilidade de fazê-lo.VIII.Comunique-se o recebimento desta denúncia ao Distribuidor, ao Instituto de Identificação, à Delegacia de Polícia onde se originou o inquérito e ao Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC) para alimentação do banco de dados.IX.Intimem-se.X.Cumpra-se com urgência.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.
Cuiabá, 06 de dezembro de 2019
Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 518514 Nr: 10771-98.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCELO DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Anderson Dantas Hernandes - OAB:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): MARCELO DE ALBUQUERQUE, Cpf: 59472120130, Filiação: Maira das Graças dos Santos Ferreira e Mauricio C. P. de Albuquerque, data de nascimento: 23/09/1973, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, solteiro(a). atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: PROCEDER A INTIMAÇÃO DO RÉU, para que compareça na secretaria deste Juízo e informe se o advogado que consta nos autos ainda patrocina sua defesa ou para que constitua novo defensor.
Despacho/Decisão: Vistos etc.Compulsando os autos verifico que o advogado do réu, a despeito de intimado, não se manifestou nos autos (fl. 86).Posto isto, determino seja novamente intimado o advogado do réu para que se manifeste nos autos, conforme restou determinado preteritamente. Caso a defesa do réu não se manifeste novamente, após intimação, determino seja intimado o réu para que compareça perante a Secretaria do Juízo e informe se o advogado que consta nos autos ainda patrocina sua defesa ou para que constitua novo defensor, caso tenha desconstituído o referido advogado, com os benefícios do art. 212, § 2º do CPC.Intimem-se.Cumpra-se com urgência.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.
Cuiabá, 06 de dezembro de 2019
Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 559738 Nr: 3488-87.2019.811.0042
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRAULIO MORAES DO VAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VENANCIO CORREA DOS SANTOS JUNIOR - OAB:20399/O
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): IZABELA FERREIRA FREIRE, Cpf: 01864315113, Rg: 17680603, Filiação: Izabel Gomes Ferreira e Oswaldo Freire Filho, data de nascimento: 02/03/1988, brasileiro(a), natural de Florianopolis-SC, casado(a), empresaria, Telefone 65 99211-2668. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: Proceder a Intimação da VÍTIMA acima qualificada para tomar conhecimento da concessão da LIBERDADE PROVISÓRIA e das medidas cautelares aplicadas ao RÉU.
Despacho/Decisão: Vistos etc.I.Trata-se de pedido de revogação da prisão do indiciado Braulio Moraes do Val interposto pela Defesa às fls. 53/59.II.Após a realização de audiência com oitiva da vítima (fls. 67/68), o Ministério Público manifestou favoravelmente ao pedido de revogação da prisão preventiva, mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.III.A prisão cautelar, ou seja, antes do trânsito em julgado, é medida extrema e de exceção e só se justifica se robustos os requisitos exigidos por lei, sob pena de ferirmos princípios e garantias fundamentais de liberdade e dignidade da pessoa humana, haja vista o princípio constitucional de presunção de inocência, que impõe a liberdade como regra geral.IV.Analisando-se o caso, verifico que não estão mais presentes os motivos que autorizaram a decretação da prisão preventiva, em especial, a garantia da execução das medidas protetivas e manutenção da integridade física da ofendida, haja vista que a própria vítima manifestou pela soltura do indiciado em audiência realizado no dia 12/03/2019 (fl. 70).V.Sendo assim, tenho que o acusado não é mais um risco para a vítima, motivo pelo qual não se verifica qualquer outra situação que possa justificar a sua prisão cautelar.VI.Por sua vez, o § 5º do art. 282 do CPP estabelece que o juiz poderá substituir a medida cautelar quando verificar a falta de motivo para que subsista.VII.Com

efeito, havendo, no vertente caso, a possibilidade de aplicação de medida cautelar diversa da prisão, impõe-se a substituição do decreto prisional por medidas cautelares diversas da prisão, conforme disposto no art. 319, do CPP.VIII.Posto isto, em consonância com os fundamentos retro expendidos:?Substituo o decreto prisional deferido outrora às fls. 26/28, por medida cautelares diversa da prisão, nos termos do disposto no art. 319, II, do CPP;?proíbo o indiciado Braulio Moraes do Val a frequentar bares e locais que vendam bebidas alcoólicas, pelo período de 06 (seis) meses, haja vista que a lei não permite que o magistrado mantenha alguém perpetuamente preso ou cumprindo medida protetiva diversa da prisão. Em algum momento, todo preso, mesmo definitivo, terá que deixar o cárcere, de modo que não podemos manter alguém preso ou cumprindo medida cautelar diversa da prisão ad aeternum, sobretudo por delito, cuja pena máxima in abstrato é de detenção inferior a 04 anos.?Determino que o indiciado submeta-se a tratamento psicológico contra o vício do álcool e o surto de agressividade com profissional da rede pública ou particular, devendo, o mesmo, comprovar nos autos, no prazo de 20 dias, por meio de atestado do médico profissional competente, que assim o fez.? Notifique-se a ofendida acerca desta decisão, conforme determina o art. 21 da Lei n. 11.340/06. Após, expeça-se o competente ALVARÁ DE SOLTURA em favor do indigitado Braulio Moraes do Val, o qual deverá ser posto em liberdae, salvo se por outro estiver preso.IX.Tendo em vista a urgência da medida, determino que o cumprimento dos mandados seja realizado pelo Oficial de Justiça plantonista.X.Proceda-se a citação do indiciado referente aos autos código 561028, simultaneamente ao cumprimento do alvará de soltura expedido neste feito, conforme pugnado pelo parquet.XI.Intime-se.XII.Cumpra-se com URGÊNCIA.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.

Cuiabá, 04 de dezembro de 2019

Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 515866 Nr: 8274-14.2018.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): RUDIMAR DIAS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): RUDIMAR DIAS, Rg: 1270798, Filiação: Ivany Maria Olcoski Dias e Claudiomiro Dias, data de nascimento: 27/06/1979, brasileiro(a), natural de Terra Nova do Norte-MT, convivente, comercial, Telefone 99931-1193. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Despacho: Vistos etc.I.Não se verificando in casu qualquer das hipóteses previstas no art. 395 do CPP, recebo a denúncia ofertada pelo MP, somente em relação ao crime de lesão corporal (CP, 129, § 9º).II.Cite-se o réu para responder à acusação, por escrito, no prazo de dez dias, ex vi do art. 396 do CPP . III.Não sendo apresentada resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, desde já lhe nomeio defensor na pessoa de um dos Defensores Públicos Criminais que atuam nessa Comarca e Vara, o qual deverá ser intimado para apresentar, no prazo legal, a defesa preliminar do réu.IV.Apresentada a resposta do réu, se houver sido suscitada preliminar, abra-se vista ao MP para manifestação. Caso não tenha sido suscitada nenhuma preliminar, volvam-me conclusos para a fase dos arts. 397 e 399 ambos do CPP.V.Defiro as diligências requeridas pelo MP.VI.Nos termos do disposto no art. 1.373, II da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso – (CNGC), solicite-se informações sobre os antecedentes do acusado aos seguintes órgãos e instituições:?à Superintendência do Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso;?às Varas de Execuções Penais desta Comarca;?ao Instituto de identificação do Estado de Mato Grosso;VII.Proceda-se, ainda, consulta junto ao Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC), uma vez provado pelo Ministério Público a impossibilidade de fazê-lo.VIII.Comunique-se o recebimento desta denúncia ao Distribuidor, ao Instituto de Identificação, à Delegacia de Polícia onde se originou o inquérito e ao Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC) para alimentação do banco de dados.IX.Intimem-se.X.Cumpra-se com urgência.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.

Cuiabá, 04 de dezembro de 2019

Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 549944 Nr: 40821-10.2018.811.0042

AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIS FERNANDO BORGES DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): RENATA DOS SANTOS, Filiação: Ivone dos Santos e João Vicente dos Santos da Silva, data de nascimento: 30/07/1987, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente, serviços gerais, Telefone 65 992635230. atualmente em local incerto e não sabido

Finalidade: Proceder a INTIMAÇÃO DA VÍTIMA da Decisão que autorizou a retirada da tornozeleira do Réu, bem como, para que devolva o "Botão do Pânico" ao Setor de Monitoramento localizado neste Fórum

Despacho/Decisão: Vistos em correição.Acolho a cota ministerial retro e, por corolário, autorizo Luís Fernando Borges da Silva a retirar a tornozeleira eletrônica, devendo, para tanto, comparecer junto ao Sistema de Monitoramento localizado neste Fórum da Capital, local que será realizada a retirada. Notifique-se a ofendida acerca desta decisão, conforme determina o art. 21 da Lei n. 11.340/06, bem como para que devolva o “botão do pânico” ao Setor de Monitoramento localizado neste Fórum.Intime-se o réu acerca desta decisão e para que compareça ao setor competente para retirada da tornozeleira.Oficie-se ao Setor de Monitoramento informando sobre a presente decisão, bem como constando as qualificações das partes para cadastro e devidas baixas no referido setor.Após, procedidas às baixas e anotações de estilo, arquive-se o feito.Intimem-se.Cumpra-se.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.

Cuiabá, 06 de dezembro de 2019

Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Tatiane Colombo

Cod. Proc.: 522715 Nr: 14744-61.2018.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE APARECIDO BARBOSA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON FREITAS NETO - OAB:21882

Vistos etc.

Abra-se vistas dos autos ao Ministério Público para manifestação e, após, conclusos para redesignação da audiência instrutória.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 368979 Nr: 9205-56.2014.811.0042

AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos,

Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LCDF
PARTE(S) REQUERIDA(S): VCDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico para os devidos fins que, em virtude do MM. Juiz Titular desta Vara se encontrar em trânsito para Brasília/DF, onde estará participando da Oficina de Avaliação e Planejamento, conforme autorização do TJ/MT, resta prejudicada a realização da audiência nesta data.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 410823 Nr: 15539-72.2015.811.0042
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WVDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MGAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico para os devidos fins que, em virtude do MM. Juiz Titular desta Vara se encontrar em trânsito para Brasília/DF, onde estará participando da Oficina de Avaliação e Planejamento, conforme autorização do TJ/MT, resta prejudicada a realização da audiência nesta data.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jeverson Luiz Quinteiro
Cod. Proc.: 567427 Nr: 10590-63.2019.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JULIANO MARQUES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSUE FERREIRA DE SOUZA - OAB:25548/0
Posto isto, rejeito a preliminar.Tendo o réu apresentado sua resposta e não verificando in casu presentes quaisquer das hipóteses previstas no art. 397 do CPP, ratifico o recebimento da denúncia ofertada e, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 14h30min, conforme determina o art. 399 do CPP.Intime-se via DJE o patrono do acusado para que participe do ato e acompanhe o réu.Ciência ao Ministério Público.Expeça-se mandado de intimação da vítima, das testemunhas arroladas pelas partes e do réu para que compareçam ao ato, com os benefícios do art. 212, § 2º do CPC.Sendo a testemunha policial militar, requisite-se sua apresentação ao Comando da Polícia Militar (CPP, art. 221, § 2º) .Intimem-se.Cumpra-se.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 384316 Nr: 26305-24.2014.811.0042
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AMSDS, DBSDS, DSDRS, BDSDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): DADS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): DANIEL ALEXANDRE DA SILVA, Cpf: 80072720115, Rg: 0940733-2, Filiação: Rosalina da Silva e Argemiro Alexandre da Silva, data de nascimento: 29/10/1974, brasileiro(a), natural de Diamantino-MT, casado(a), vigilante, Telefone 65 9272-0784. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Vistos etc.I.A. M. S. da S., D. B. S. da S. e B. D. S. da S., menores, representados neste ato por sua genitora Deusire Soares do Rosário Silva, devidamente qualificada nos autos ingressou com ação de execução de alimentos em face de Daniel Alexandre da Silva, também qualificado nos autos. Recebida a inicial, determinou a citação do executado para efetuar o pagamento do débito (fl. 22). Devidamente citado, o executado quedou-se inerte (fls. 69/70). Às fls. 101/101 e verso os exequentes, por meio da Defensoria Pública, requereram a extinção do feito, sem resolução de seu mérito. É o sucinto relatório, passo a decidir.FundamentosII.Versam os autos acerca de ação de execução de alimentos.III.Os exequentes tinha por desiderato a execução de alimentos em atraso e, em petição de fl. 101, requereram a extinção do feito, sem julgamento de seu mérito.IV.Compulsando os autos verifico que a parte executada foi citada, conforme se infere da certidão de fl. 69, no entanto, não apresentou contestação, conforme se infere da certidão de fl. 70, motivo pelo qual não se faz necessária o consentimento da parte executada quanto ao pedido de desistência em comento, ex vi do disposto no § 4º, do art. 485, impondo-se, portanto, a extinção do presente feito, sem julgamento do mérito, nos termos do disposto no § 5º, do artigo 485, do CPC.V.Com efeito, restando configurado o desejo de desistência dos exequentes em prosseguir com a presente ação, impõe-se a extinção do feito, sem julgamento do mérito, nos termos do disposto no art. 485, VIII, do CPC.DispositivoVI.Posto isto, em consonância com os fundamentos retro expendidos, extingo o processo sem resolução do seu mérito, ex vi do art. 485, VIII , do CPC.VII.Condeno os exequentes ao pagamento das custas processuais , nos termos do disposto no art. 90, do CPC.VIII.Deixo de condená-lo ao pagamento de honorários advocatícios, haja vista que não houve apresentação de justificativa/manifestação do executado.IX.A exigibilidade das custas processuais ficará suspensa e somente poderá ser executada se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, as obrigações decorrentes da sucumbência, conforme estatui o § 3ºdo art. 98 do CPC.X.Após, transitado em julgado e procedidas às baixas e anotações de estilo, arquivem-se os presentes autos.XI.P.R.I.C.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.
Cuiabá, 04 de dezembro de 2019
Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 525394 Nr: 17347-10.2018.811.0042
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: APDSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JOADILSON MACHADO, brasileiro(a), pedreiro. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: Proceder a CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DO RÉU, para que cumpra integralmente as Medidas Protetivas deferidas em favor da vítima, estando, o mesmo, inclusive, proibido de se aproximar da vítima e de manter contato com a mesma.
Despacho/Decisão: Vistos etc.I.Trata-se de ação cautelar inominada de providências protetivas formulado por Ana Paula de Souza Alves encaminhado pela Autoridade Policial.II.A requerente tem por desiderato a concessão de medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha.III.Os pedidos liminares em comento caracterizam tutela de urgência de natureza cautelar e, como tal, para seu deferimento se faz necessário que a parte autora demonstre a presença dos requisitos previstos no art. 300 do CPC , quais sejam: probabilidade do direito (fumus boni iuris) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).IV.Estatui o art. 226 e seu § 8º da Magna Carta de 1.988 que a família tem especial proteção do Estado e que este assegurará assistência à família criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.V.Por sua vez, o art. 3º da Lei n. 11.340/06 assegura às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, cabendo ao poder público

desenvolver políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (§1º do art. 3º).VI.Compulsando os autos verifico pelo Boletim de Ocorrências e demais depoimentos aportados aos autos que, a prima facie, nessa fase de exame não exauriente da quaestio, se trata, de fato, de violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo em linha de estima que o fato se amolda ao preceptivo do art. 5º da Lei n. 11.340/06 , havendo, portanto, indícios da prática de violência de gênero contra a ora vítima, estando, portanto, presente o primeiro requisito legal, a saber: o fumus boni iuris.VII.Note-se que em sede de violência doméstica a palavra da vítima assume especial relevância bastando, portanto, suas declarações para justificar a aplicação das medidas protetivas previstas no art. 22, inc. III, alíneas a, b e c, e inc. V, da Lei n. 11.340/06.VIII.Nesse sentido é a jurisprudência:MANDADO DE SEGURANÇA – Violência Doméstica – Indeferimento da concessão de medidas protetivas de urgência, com base na Lei 11.340/06 – POSSIBILIDADE – Tratando-se de violência doméstica, as declarações da ofendida assumem especial relevância, a justificar a aplicação das seguintes medidas protetivas de urgência previstas no artigo 22, incisos III, alíneas a, b e c, e V, da Lei nº 11.340/06. Segurança concedida.(TJ-SP - MS: 22054568820158260000 SP 2205456-88.2015.8.26.0000, Relator: Paulo Rossi, Data de Julgamento: 16/12/2015, 12ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 19/12/2015)Grifei.IX.Quanto ao risco de dano (periculum in mora), verifico que os fatos narrados pela vítima em seu boletim de ocorrência demonstram a situação de risco por que passa a mesma, impondo-se o deferimento do pedido em comento com vistas a colocá-la a salvo de eventuais novas investidas do agressor, justificando-se, portanto, a urgência na concessão das medidas colimadas.X.Nesse sentido é a jurisprudência:AGRAVO DE INSTRUMENTO - LEI MARIA DA PENHA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - LEI No 11.340/06 - MEDIDAS PROTETIVAS - MANUTENÇÃO. - Comprovada a situação de risco e ameaça contra a mulher, em ambiente doméstico, cabível é a concessão de medidas protetivas de urgência previstas no art. 22 da Lei nº 11.340/06.(TJ-MG - AI: 10024121162317001 MG, Relator: Catta Preta, Data de Julgamento: 12/02/2014, Câmaras Criminais / 2ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 24/02/2014)Grifei.XI.Com efeito, estando presentes os requisitos previstos no art. 300 do CPC, amoldando-se o caso à Lei 11.340/06 e sendo, portanto, dever do Estado tutelar os interesses da vítima de mazelas de cunho doméstico e familiar, impõe-se o deferimento do pedido em apreço.XII.Posto isto, em consonância com os fundamentos retro expendidos, aplico as seguintes medidas protetivas:Medidas protetivas destinadas ao AGRESSORProíbo o agressor de se aproximar da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, no limite mínimo de 1.000 metros.Proíbo o agressor de manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.Proíbo o agressor de frequentar os seguintes locais: residência, trabalho, residência de parentes e amigos, etc., da ofendida, com vistas a preservar sua integridade física e psicológica.Fixo multa diária no importe de R$ 200,00 em caso de descumprimento da presente decisão.XIII.Tendo em vista que foi aplicada medida de multa diária em caso de descumprimento, nos termos do § 1º do art. 22 da Lei n. 11.340/06 , comunique-se ao MP sobre essa providência.XIV.Indefiro o pedido de restituição de bens, haja vista não constar nos autos qualquer menção sobre a subtração de objetos pelo indiciado, nem tampouco a relação de tais objetos. XV.Intime-se o agressor para que: a) tome ciência desta decisão e a cumpra integralmente; b) tome ciência de que se trata de Ação Cautelar Satisfativa e que lhes serão asseguradas todas as garantias constitucionais, sobretudo as do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.XVI.Proceda-se a devida inclusão de dados para fins estatísticos nos termos do art. 38 da Lei n. 11.340/06.XVII.Encaminhe-se a ofendida para atendimento na Assistência Judiciária (Defensoria Pública) nos termos dos arts. 27 e 28 ambos da Lei 11.340/06 .XVIII.Considerando que a medida de proteção em apreço não envolve questões de direito de família deixo de designar tentativa de conciliação.XIX.Cite-se o agressor para que, no prazo de 05 dias, apresente resposta escrita, indicando as provas que pretendo produzir, conforme dispõe o disposto no art. 306, do CPC , aplicado ao presente caso por analogia, haja vista tratar-se de procedimento cautelar. Conste no mandado advertência de que o agressor deverá constituir advogado ou caso não possua condições financeiras, procurar a Defensoria Pública para que apresente, tempestivamente, sua resposta escrita. XX.Fica autorizado o Senhor Oficial de Justiça a se valer dos benefícios do parágrafo único do art. 14 da Lei n. 11.340/06 e do § 1º do art. 212 do CPC (art. 13 da Lei n. 11.340/06).XXI.Tendo em vista a urgência da medida, determino que o cumprimento dos mandados seja realizado pelo Oficial de Justiça plantonista.XXII.Intimem-se.XXIII.Cumpra-se com urgência.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.

Cuiabá, 04 de dezembro de 2019

Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 581661 Nr: 23902-09.2019.811.0042

AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSINEY PASSOS PININGA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JOSIMEIRY PASSOS PININGA, Cpf: 62200321104, Rg: 954.521, Filiação: Marlene Botelho Passos e Alvino Pininga Filho, data de nascimento: 13/10/1975, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente, do lar. atualmente em local incerto e não sabido

Finalidade: INTIMAR A VÍTIMA, do inteiro teor da decisão que determinou a soltura do réu nos presentes autos, bem como, informo que, constante nos autos há certidão do Oficial de Justiça fls 38 que o mesmonão foi posto em liberdade, devido ter outro mandado de prisão em aberto.

Despacho/Decisão: Vistos etc.I.Trata-se de auto de prisão em flagrante de Josiney Passos Pininga, flagrado pela pratica do crime previsto no artigo 129, § 9º do CP.II.Considerando que o indiciado recebeu liberdade provisória em audiência de custódia, no entanto, não foi posto em liberdade por possuir mandado de prisão em aberto, originário da 3ª Vara Especializada de Família e Sucessões desta Capital, abra-se vista dos autos a Defensoria Pública Criminal.III.Intimem-se.IV.Cumpra-se com urgência.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.

Cuiabá, 06 de dezembro de 2019

Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 527390 Nr: 19319-15.2018.811.0042

AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: ANAIZE MARCIA DAS NEVES

PARTE(S) REQUERIDA(S): LOURIVAL DOS SANTOS OLIVEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ANAIZE MARCIA DAS NEVES, Cpf: 97100668115, Rg: 7788800, Filiação: Benedita Sabina das Neves e Floriano Ramos das Neves, data de nascimento: 10/10/1970, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, casado(a), auxiliar de limpeza, Telefone 99984-0501 e atualmente em local incerto e não sabido LOURIVAL DOS SANTOS OLIVEIRA, Cpf: 34867414204, Rg: 8243034, Filiação: Josefina Maria dos Santos e Juvelino Martins de Oliveira, data de nascimento: 22/06/1970, brasileiro(a), natural de Rondonópolis-MT, casado(a), pedreiro, Telefone 98421-2917/992650527. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .

Sentença: Diante do exposto, revogo as medidas protetivas deferidas em fls. 18/19 e, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo

Civil, JULGO EXTINTA a presente Ação, sem resolução do mérito.Sem custas e sem honorários, ante a ausência de manifestação da parte contrária.Intimem-se as partes via edital, pois estão em local incerto e não sabido.Cientifique-se o Ministério Público.Transitada em julgado a presente, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de novembro de 2019.Tatiane ColomboJuíza de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.

Cuiabá, 09 de dezembro de 2019

Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Tatiane Colombo

Cod. Proc.: 591756 Nr: 33038-30.2019.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): RAFAEL DOS SANTOS CARVALHO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADMILSON FRANCISCO DE MOURA - OAB:21516/O

Vistos etc.

De início, para evitar confusão processual, convêm elucidar que a prisão do Acusado ocorreu no Auto de Prisão em Flagrante de código 590997 e, na audiência de custódia realizada no dia 21/08/2019, foi concedida liberdade provisória ao mesmo mediante o cumprimento de algumas cautelares (conforme consultei o sistema Apolo), portanto, resta prejudicada a análise do pedido de revogação da prisão preventiva de fls. 59/63.

Dando continuidade ao feito, considerando que não há nos autos causas de absolvição sumária do réu (art. 397, do Código de Processo Penal), ratifico o recebimento da denúncia e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23 de junho de 2020, às 16hr30min, para a realização da oitiva da vítima, das testemunhas de acusação e defesa, bem como interrogatório do réu, na forma do artigo 400 do Código de Processo Penal.

Intime-se a vítima, devendo cientificá-la que poderá ser conduzida coercitivamente em caso de não comparecimento.

Intime-se o réu pessoalmente. Desde já, caso o mesmo esteja preso por outro processo, requisite-o junto ao sistema prisional.

Conste nos mandados que a referida audiência será realizada no corredor C (corredor das varas cíveis) – Sala 22-B, do Fórum de Cuiabá.

Requisitem-se as testemunhas Policias Militares, conforme determina o artigo 221, §2º, do Código de Processo Penal.

Intime-se o patrono do Réu, via DJE.

Cientifique-se o Ministério Público.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Tatiane Colombo

Cod. Proc.: 569414 Nr: 12491-66.2019.811.0042

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCOS DA LUZ LEMES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ivoilson ferreira Maia - OAB:18522/MT

Vistos etc.

Abra-se vistas dos autos ao Ministério Público para manifestação e, após, conclusos para redesignação da audiência instrutória.

Cumpra-se.

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 533526 Nr: 25273-42.2018.811.0042

AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: RRDOSP

PARTE(S) REQUERIDA(S): LSP

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): REGIANE RAYRA DE OLIVEIRA SOUSA PROENÇA, Cpf: 04786334162, Rg: 20941153, Filiação: Feliciana Ramos de Oliveira e Romero Felix de Sousa, data de nascimento: 21/10/1991, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, casado(a), desempregada, Telefone 9334-2525 e atualmente em local incerto e não sabido LEANDRO SILVA PROENÇA, Cpf: 04097596195, Rg: 187.85.158, Filiação: Erenice da Silva Ribeiro e Tanael de Proença, data de nascimento: 30/09/1990, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente, desempregado, Telefone 9306-9800/98101804. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .

Sentença: Diante do exposto, revogo as medidas protetivas deferidas em fl. 15/verso e, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente Ação, sem resolução do mérito.Sem custas e sem honorários, ante a ausência de manifestação da parte contrária.Intimem-se as partes via edital, pois estão em local incerto e não sabido.Cientifique-se o Ministério Público.Transitada em julgado a presente, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 13 de novembro de 2019.Tatiane ColomboJuíza de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, PAMELA KRYSTYNA PALLOMA ZANY MIGUEL, digitei.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019

Lidiane Memória Campos Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Jeverson Luiz Quinteiro

Cod. Proc.: 522704 Nr: 14733-32.2018.811.0042

AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: CADN

PARTE(S) REQUERIDA(S): GLHC

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RANIELE SOUZA MACIEL - OAB:23424/O

®julgo procedente o pedido em apreço e, por corolário, confirmo a decisão liminar proferida, mantendo, destarte, as medidas protetivas em favor da vítima pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data da presente sentença, salvo se a vítima, ora autora, antes desse prazo, manifestar expressamente que não mais necessita das mesmas ou, ao contrário, comprovar que necessita da continuidade das medidas protetivas de urgência em seu favor por mais tempo. Conste no expediente de intimação da sentença advertência de que, caso a vítima não compareça em juízo para pleitear a continuidade das medidas protetivas e comprovar a necessidade da continuação das mesmas, ficam, automaticamente, revogadas as medidas protetivas de urgência, concedidas, nesses autos, initio littis.®Intime-se a vítima acerca desta sentença com os benefícios do art. 212 do CPC.®Sendo negativa a intimação da vítima da presente sentença por ter mudado de endereço, certifique-se nos autos se houve prévia comunicação no feito acerca da mudança de endereço. Sendo negativa a certidão, presume-se válida a intimação nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC.Decorrido o prazo de sem manifestação da vítima quanto à necessidade de manutenção das medidas protetivas; havendo medida de bloqueio de bens ou outras de natureza patrimonial e não existindo ação cível em curso nessa Vara tratando de partilha de bens, certifique-se nos autos e oficie-se ao Cartório competente informando sobre a revogação da medida.Decorrido o prazo sem manifestação da vítima quanto à necessidade de manutenção das medidas protetivas, havendo medida protetiva de suspensão de posse de arma de fogo, certifique-se nos autos e oficie-se ao superior hierárquico do agressor informando sobre a revogação da medida protetiva.Sendo o réu pessoa pobre, isento-o do pagamento de eventuais custas processuais, na forma do art. 12 lei de assistência judiciária . Deixo de condenar o réu ao pagamento de honorários advocatícios, haja vista que nestas ações a vítima tem

capacidade postulatória, conforme previsto no (...)

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 489529 Nr: 29002-13.2017.811.0042
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MPDMF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIZETE BAGATELLI GONCALVES - OAB:5932/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TARGUS RIGON WESKA - OAB:MT-7.530
Certifico para os devidos fins que, em virtude do MM. Juiz Titular desta Vara se encontrar em trânsito para Brasília/DF, onde estará participando da Oficina de Avaliação e Planejamento, conforme autorização do TJ/MT, resta prejudicada a realização da audiência nesta data.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 513245 Nr: 5881-19.2018.811.0042
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LRDAG, BMDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): LAG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MIGUEL GONÇALO DE MAGALHÃES - OAB:12087/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANO ALVES ZANARDO - OAB:12770
Certifico para os devidos fins que, em virtude do MM. Juiz Titular desta Vara se encontrar em trânsito para Brasília/DF, onde estará participando da Oficina de Avaliação e Planejamento, conforme autorização do TJ/MT, resta prejudicada a realização da audiência nesta data.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 493623 Nr: 32958-37.2017.811.0042
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KKO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico para os devidos fins que, em virtude do MM. Juiz Titular desta Vara se encontrar em trânsito para Brasília/DF, onde estará participando da Oficina de Avaliação e Planejamento, conforme autorização do TJ/MT, resta prejudicada a realização da audiência nesta data.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1033697-25.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDILSON FRANCISCO DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEVERSON LUIZ QUINTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1033697-25.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ALEXANDRA DOS SANTOS REQUERIDO: EDILSON FRANCISCO DA SILVA Vistos etc. Considerando que as partes entabularam acordo, em audiência de conciliação (ID. 26990557), com relação à partilha de bens e não consta nos autos qualquer documento comprobatório de propriedade, intimem-se as partes para que, no prazo de 10 dias, aportem aos autos matrícula do bem imóvel. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Assinado Digitalmente Jeverson Luiz Quinteiro Juiz de Direito

Varas Especializadas da Infância e Juventude

1ª Vara Especializada da Infância e Juventude

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 117476 Nr: 2865-57.2019.811.0063
AÇÃO: Procedimento ordinário->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: EDVANIA PONTE SANTOS, JOÃO MANOEL DE OLIVEIRA, ACPD
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAROLAINE PATICU DUMAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO COSTA ALVARES SILVA - OAB:15127
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.,
1) Recebo a emenda da inicial de fls. 140/141;
2) Determino a citação da Requerida no endereço indicado às fls. 140, para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereçam resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo, desde logo, o rol de testemunhas e documentos;
3) Determino a intimação da Equipe Técnica deste Juízo, para que realize, no prazo de 20 (vinte) dias, estudo psicossocial com todas as partes envolvidas, com ênfase na situação da criança e outros aspectos que julgar necessários, nos termos do art. 167 do ECA;
4) Publique-se, para ciência dos advogados constituídos nos autos.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 90776 Nr: 3295-82.2014.811.0063
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: DPDE, IJdS, LFDAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): DCdAF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JAMILLE CLARA ALVES ADAMCZYK - OAB:13494, João Vitor Almeida Praeiro Alves - OAB:18.439/MT
5.1 Julgo improcedente o pedido de guarda formulado pelo requerente I. J. dos S., em desfavor da requerida D. C. de A. F., de fls. 05/10, e Extingo o Processo Com Julgamento do Mérito na forma do art. 487, I, do CPC;5.2 Revogo a decisão de fls. 21/22;5.3 Julgo parcialmente procedente a ação Declaratória de Alienação Parental, autos de Código 92018, tão somente, para Conceder a guarda da criança L. F. de A. S. em favor da genitora D. C. de A. F., nos termos do art. 33 do ECA;5.4 Expeça-se o termo de guarda permanente.5.5 Ressalto, entretanto, que a guarda pode a qualquer momento ser modificada, sempre que o melhor interesse do infante assim o recomendar, sendo certo que as partes podem amadurecer para uma guarda compartilhada no futuro próximo. 6.6 O pai poderá exercer o DIREITO DE VISITAS e ter o filho em sua companhia nos finais de semana alternados, devendo retirá-lo na casa da genitora às sextas-feiras as 18:00 horas e devolvê-lo no domingo até as 19:00 horas, as férias escolares deverão ser partilhadas em períodos iguais entre os pais, datas comemorativas de forma alternadas, assim como as festividades de final de ano;5.7 Aplicar à criança L. F. de A. S. a medida de proteção prevista no artigo 101, inciso IV, do ECA, pelo que determino a inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família. Oficie-se ao CREAS e CRAS para a devida inclusão e acompanhamento, com ênfase no acompanhamento psicológico do infante;5.8 Os genitores participem da Oficina de Parentalidade, do Circulo de Construção de Paz, objetivando trabalhar as relações de parentalidade;5.9 Oficie-se ao Conselho Tutelar da região onde a criança reside, solicitando a realização de acompanhamento periódico do núcleo familiar, aplicando as medidas cabíveis, se necessário.6.10 Feito isento de custas processuais, ex vi do art. 141, § 2º, do EC;6.11 Intimem-se a Defensoria Pública, o Ministério Público, e o Núcleo de Prática Jurídica da UFMT;6.12 Após, com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as anotações de estilo e as baixas necessárias.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):
Cod. Proc.: 42165 Nr: 2323-54.2010.811.0063
AÇÃO: Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança ou Adolescente->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): VD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ERNANDES MAURO SILVA - OAB:19.857/O
Decido.
Com base nos valores bloqueados via Bacenjud às fls. 77, verifico que a multa aplicada ao Executado Valter Delmondes, foi devidamente quitada.
Portanto, acolho o parecer do Ministério Público de fls. 78 e, Julgo Extinto o Processo, nos termos do artigo 924, II, do CPC.
Alvará ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do valor bloqueado às fls. 77.
Dê-se vistas ao Ministério Público para ciência desta sentença.
Após, arquivem-se os autos com as baixas e anotações devidas.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 115655 Nr: 1400-13.2019.811.0063
AÇÃO: Procedimento ordinário->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: VD
PARTE(S) REQUERIDA(S): MPdEdMG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ernandes Mauro Silva - OAB:19.857/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
3. Dispositivo
Diante do exposto, Julgo Extinto o processo, sem Julgamento do Mérito, na forma do art. 485, V, do CPC.
Feito isento de custas processuais, ex vi do art. 141, § 2º, do ECA.
Intimem-se. Cumpra-se.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Após, com o trânsito em julgado, desapensem-se e arquivem-se os autos com as anotações de estilo e as baixas necessárias.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 112400 Nr: 3942-38.2018.811.0063
AÇÃO: Providência ->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: AR, PRRD, FARD
PARTE(S) REQUERIDA(S): PMD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDERSON ROSSINI PEREIRA - OAB:9086-B, JOSE FERREIRA DA SILVA - OAB:8.191
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
3. Dispositivo
Considerando o exposto, Julgo Procedente os pedidos constantes na inicial, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC.
Feito isento de custas processuais, ex vi do art. 141, § 2º, do ECA.
Remeta-se cópia integral destes autos, inclusive da sentença, para a Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Rondonópolis, onde atualmente tramita a Ação de Suspensão do Poder Familiar de nº 2697-26.2017.811.0063 - código 105563.
Intime-se. Cumpra-se.
Publique-se para ciência do advogado Jose Ferreira da Silva OAB/MT 8.191.
Certifique-se o trânsito em julgado.
Após, com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações devidas.

Juizados Especiais Cíveis

Primeiro Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020340-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ZULEIDE ZIOLKOWSKI DO PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VRG LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020340-98.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ZULEIDE ZIOLKOWSKI DO PRADO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VICTOR HUGO VIDOTTI POLO PASSIVO: VRG LINHAS AEREAS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020377-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE MAIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020377-28.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:PAULO HENRIQUE MAIA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020380-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS DE OLIVIERA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020380-80.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANTONIO MARCOS DE OLIVIERA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: TALISSA NUNES DE SOUZA POLO PASSIVO: AVON COSMÉTICOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004830-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA PEDROSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO OTONIEL DE MATOS OAB - MT0002825A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)

Processo n. 1004830-45.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO OTONIEL DE MATOS - MT0002825A , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 16/12/2019 Hora: 17:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De

Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 4 de novembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004830-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA PEDROSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO OTONIEL DE MATOS OAB - MT0002825A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)

Processo n. 1004830-45.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: JOAO OTONIEL DE MATOS - MT0002825A , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1008185-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO LUIS DE CAMOES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NATALIA DIER GUIMARAES (EXECUTADO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 1º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020211-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIAN CARLOS GOMES DO CARMO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELIA SILVA DE QUEIROZ OAB - MT26266-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

Processo n. 1020211-93.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: CELIA SILVA DE QUEIROZ - MT26266-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004641-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUMARA CRESTINA DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1004641-67.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: EVALDO LUCIO DA SILVA - MT10462/O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 1ª JEC Data: 08/10/2019 Hora: 10:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 27 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020411-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TARCISIO DAVID (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020411-03.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TARCISIO DAVID ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FELIPE ALBERTO ARCASA POLO PASSIVO: ENERGISA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004641-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUMARA CRESTINA DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

1004641-67.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: EVALDO LUCIO DA SILVA - MT10462-O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca dos embargos de declaração apresentados.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003846-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CAROLINA PESSATTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO RICARDO DOS SANTOS OAB - MT14053-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1003846-61.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO RICARDO DOS SANTOS - MT14053/O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 1ª JEC Data: 02/10/2019 Hora: 09:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 21 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003846-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CAROLINA PESSATTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO RICARDO DOS SANTOS OAB - MT14053-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

1003846-61.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO RICARDO DOS SANTOS - MT14053-O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca dos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005660-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA LACERDA ALBANEZE SILVEIRA (REQUERENTE)
ILUMINACAO DIFERENTE PRODUTOS LUMINOTECNICOS EIRELI - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1005660-11.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE - MT0013333A-O Advogado do(a) REQUERENTE: AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE - MT0013333A-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 1ª JEC Data: 14/10/2019 Hora: 17:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 2 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005660-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA LACERDA ALBANEZE SILVEIRA (REQUERENTE)
ILUMINACAO DIFERENTE PRODUTOS LUMINOTECNICOS EIRELI - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1005660-11.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE - MT0013333A-O Advogado do(a) REQUERENTE: AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE - MT0013333A-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 1ª JEC Data: 14/10/2019 Hora: 17:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 2 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005660-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA LACERDA ALBANEZE SILVEIRA (REQUERENTE)
ILUMINACAO DIFERENTE PRODUTOS LUMINOTECNICOS EIRELI - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

1005660-11.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: AOTORY DA SILVA SOUZA - MS7785-A , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca dos embargos de declaração.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009266-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA MANTIQUEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELISANGELA FERREIRA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1009266-47.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA MANTIQUEIRA EXECUTADO: ELISANGELA FERREIRA DA SILVA Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006899-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERLEY DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

1006899-50.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ESTEVAO NOBRE QUIRINO - RO9658 , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca dos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005240-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELI DE ASSUNCAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGRINALDO JORGE RODRIGUES OAB - MT10875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1005240-06.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: AGRINALDO JORGE RODRIGUES - MT0010875A , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/10/2019 Hora: 14:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. OBS.: LIMINAR DEFERIDA. CUIABÁ, 30 de agosto de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005240-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELI DE ASSUNCAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGRINALDO JORGE RODRIGUES OAB - MT10875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

1005240-06.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: AGRINALDO JORGE RODRIGUES - MT10875-O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca dos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020438-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANY MIRANDA SANT ANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020438-83.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIANY MIRANDA SANT ANA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020444-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA OAB - MT18788/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020444-90.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA POLO PASSIVO: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020460-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO REZENDE FORTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA BRIZZOLLA FERREIRA DA SILVA OAB - MT22456-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020460-44.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CARLOS ALBERTO REZENDE FORTES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DEBORA BRIZZOLLA FERREIRA DA SILVA POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017011-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS BRAYER GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCIANY MARIA DA SILVA ALCANTARA BARBIEIRO OAB - MT11854-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VRG LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 23/01/2020 Hora: 17:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 1º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017011-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS BRAYER GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCIANY MARIA DA SILVA ALCANTARA BARBIEIRO OAB - MT11854-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VRG LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

Processo n. 1017011-78.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: FRANCIANY MARIA DA SILVA ALCANTARA BARBIEIRO - MT11854-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado

Sala: 1ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:50 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020471-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUSEMAR MARIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA OAB - MT0021129A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020471-73.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JUSEMAR MARIANO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 23/01/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020479-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANO LEITE DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIANNY PAULA SILVA CORREA YOSHINARI OAB - MT20787/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020479-50.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FABIANO LEITE DA CONCEICAO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ARIANNY PAULA SILVA CORREA YOSHINARI POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020382-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELENICE OLIVEIRA DOS SANTOS CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SANTOS ARRUDA OAB - MT19671/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

Processo n. 1020382-50.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: FELIPE SANTOS ARRUDA - MT19671/O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:40 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020503-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA SELMA PEREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020503-78.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA SELMA PEREIRA DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018223-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACKELINE MUNDIN DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PRISCILA ANDRADE ZILIANI OAB - MT0021552A-O (ADVOGADO(A))
CIBELLE CARVALHO TRENTINI OAB - MT23998/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS SARAIVA IMPORTACAO E COMERCIO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

1018223-37.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogados do(a) REQUERENTE: CIBELLE CARVALHO TRENTINI - MT23998/O, PRISCILA ANDRADE ZILIANI - MT0021552A-O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016716-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LIBERATO DE OLIVEIRA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GAIVA MAGALHAES DOS SANTOS OAB - MT19493-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LCS LOCADORA, MANUTENCAO E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA - EPP (REQUERIDO)

1016716-41.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: DANILO GAIVA MAGALHAES DOS SANTOS - MT19493-O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016394-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BTL COMERCIO E INFORMATICA LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA OAB - MT20683-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MILLENIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (EXECUTADO)

1016394-21.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) EXEQUENTE: GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA - MT20683-O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020511-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS DE MATOS CANAVARROS SERRA (REQUERENTE)
ALESSANDRA REGINA LAGO RIOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA LETICIA ESPIRITO SANTO CRUZ OAB - PR98543 (ADVOGADO(A))
ALESSANDRA REGINA LAGO RIOS OAB - PR82061 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AEROLINEAS ARGENTINAS SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020511-55.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALESSANDRA REGINA LAGO RIOS e outros ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ALESSANDRA REGINA LAGO RIOS, MARIA LETICIA ESPIRITO SANTO CRUZ POLO PASSIVO: AEROLINEAS ARGENTINAS SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016736-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL TORRES IMPERIAL I (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TERBIO DO GREMIO LUIZ DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

1016736-32.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) EXEQUENTE: ALESSANDRA VEIGA BERTAIA - MT6480/O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020520-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDELENY FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TADEU CESARIO DA ROSA OAB - MT18331-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA (REQUERIDO)
SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020520-17.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:EDELENY FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: TADEU CESARIO DA ROSA POLO PASSIVO: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA. e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016194-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SUELEN MARIA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)

1016194-14.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: FABIO JOSE DOS SANTOS - MT16263-O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020524-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IARA RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA DA SILVA REZENDE OAB - MT25724/O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020524-54.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:IARA RODRIGUES DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SILVANA DA SILVA REZENDE, LEMIR FEGURI POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016817-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTHER DE SOUZA RODRIGUES (EXECUTADO)
ANGELA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA (EXECUTADO)

1016817-78.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) EXEQUENTE: JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO - MT18666/O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016744-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL TORRES IMPERIAL I (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIANA FERNANDES MACEDO (EXECUTADO)

1016744-09.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) EXEQUENTE: ALESSANDRA VEIGA BERTAIA - MT6480/O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017234-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOUGLAS DE ALMEIDA GONCALVES OAB - MT17574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

LUIZ FERNANDO GOMES DOS SANTOS (REQUERIDO)

1017234-31.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ROBERTO DOUGLAS DE ALMEIDA GONCALVES - MT17574-O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016093-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELKE REGINA ARMENIO DELFINO MAX (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILENE SOUZA BORGES OAB - MT13186-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SADY CASONATTO (REQUERIDO)

1016093-74.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: EMILENE SOUZA BORGES - MT13186-B , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018191-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO VISTAS RESIDENCE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IDALMO NUNES CARDOSO (EXECUTADO)
MARIA JOSE DE SOUSA CARDOSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020557-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VICTORIA LORY MORAES DE SA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020557-44.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VICTORIA LORY MORAES DE SA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 1ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018702-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO PORTAL DO BOSQUE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FLAVIO ROBERTO SILVA DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018329-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTIANE MOREIRA PAMPLONA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019167-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL SEVILLA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TONI MARCOS COELHO BORGES (EXECUTADO)
LUZIA DAGNA MACEDO DOS ANJOS BORGES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019002-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL PEROLA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

MARIA ANGELICA ASCHAR BUFULIN SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019481-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO MORADA DA SERRA II (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ANDRE DE FREITAS SOUZA (EXECUTADO)
JOSELY DA CRUZ OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016949-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS HENRIQUE TERRA PETENATTI (REQUERENTE)
GRAZIELLA SOUZA SANTOS PETENATTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HUMBERTO BUDOIA OAB - MT3339-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
MULTIPLUS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

1016949-38.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: PAULO HUMBERTO BUDOIA - MT3339-O Advogado do(a) REQUERENTE: PAULO HUMBERTO BUDOIA - MT3339-O , para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do AR NEGATIVO, apresentando endereço atualizado da parte promovida.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019228-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAX PEREIRA BEZERRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENTO EPIFANIO DA SILVA FILHO OAB - MT9461-O (ADVOGADO(A))
LUCIANO CARVALHO DO NASCIMENTO OAB - MT13547-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ILDA SILVEIRA ALVES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1019228-94.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: MAX PEREIRA BEZERRA EXECUTADO: ILDA SILVEIRA ALVES Vistos. Processo em fase de Citação. Designe-se data para audiência de conciliação. Cite-se. Ocorrendo a citação, aguarde-se a audiência de conciliação. Restando frustrada a citação, intime-se a parte reclamante para manifestar-se, no prazo de 5 dias, requerendo as providências que julgar cabíveis ou indicando o endereço atualizado da parte reclamada, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008569-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO GONCALO CEBALHO RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNALDO GONCALVES AGUIAR OAB - MT23875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1008569-26.2019.8.11.0001 REQUERENTE: BENEDITO GONCALO CEBALHO RODRIGUES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Processo em fase de sentença. Com fulcro no Princípio da Busca da Verdade Real (STJ AgInt no AREsp 954805/RJ, AgRg no REsp 1120022/SP e REsp 1070395/RJ), converto o julgamento em diligência. Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar nos autos fatura de energia elétrica do seu endereço residencial (identificado na inicial), mesmo que em nome de terceiro, e prova de seu pagamento dos últimos doze meses, sob pena de se presumir a legitimidade da dívida. Decorrido o prazo, renove-se a conclusão (para Sentença). Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019773-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO MORADA DA SERRA IV (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RONEY ROBERTO RODRIGUES DE AMORIM (EXECUTADO)
ELISANGELA RIBEIRO DA CRUZ AMORIM (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1019773-67.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO MORADA DA SERRA IV EXECUTADO: RONEY ROBERTO RODRIGUES DE AMORIM, ELISANGELA RIBEIRO DA CRUZ AMORIM Vistos. Processo em fase de Citação. I - Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução. II - Ocorrendo a citação e o pagamento, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor pago. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para decisão ou para extinção do processo. III –Não havendo pagamento no prazo assinalado e caso haja expresso pedido de penhora via sistema BACENJUD, renove-se a conclusão (para SON). IV – Caso não haja pedido de penhora via sistema BACENJUD formulado na petição inicial, intime-se a parte credora para que, no prazo de 5 dias, indique bens do devedor disponíveis para penhora, sob pena de arquivamento. V - Estando o juízo garantido, designe-se audiência de conciliação e

intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem. Não havendo acordo, poderá a parte devedora apresentar embargos (art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95). Os Embargos à Execução apresentados em juízo e que não estiverem garantidos serão liminarmente rejeitados, nos termos do artigo 53, §1º, da Lei nº 9.099/95 e do Enunciado 117 do FONAJE. VI - Restando frustrada a citação, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 dias, requerer as providências que julgar cabíveis ou indicar o endereço atualizado da parte devedora, sob pena de extinção da execução (artigo 53, §4 º, da Lei nº 9.099/95). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005307-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIO MORAIS VASCONCELOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERSON LEVY RABONE PALMA OAB - MT18609/O (ADVOGADO(A))
HUGO PAGOTTO REIS OAB - MT19573-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1005307-68.2019.8.11.0001 REQUERENTE: FABRICIO MORAIS VASCONCELOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Processo em fase de instrução. Designe-se audiência de instrução e julgamento (Pauta 1/AIJ´60). Intimem-se as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, arrolarem as suas testemunhas e especificarem quais fatos controvertidos pretendem comprovar. As testemunhas deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, mas caso as partes desejem que sejam intimadas, deverão requerer tal providência no prazo mínimo de 5 (cinco) dias antes da data designada (art. 34 e seu §1º, da Lei 9.099/95). As partes deverão comparecer pessoalmente na audiência designada, sob pena de arquivamento, em caso de ausência da parte reclamante, ou de revelia, caso a ausência seja da parte reclamada (arts. 51, I, e 20, da Lei 9.099/95). Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020174-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO SANDES DE ALMEIDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1020174-66.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO EXECUTADO: ANTONIO SANDES DE ALMEIDA Vistos. Processo em fase de Citação. I - Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução. II - Ocorrendo a citação e o pagamento, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor pago. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para decisão ou para extinção do processo. III –Não havendo pagamento no prazo assinalado e caso haja expresso pedido de penhora via sistema BACENJUD, renove-se a conclusão (para SON). IV – Caso não haja pedido de penhora via sistema BACENJUD formulado na petição inicial, intime-se a parte credora para que, no prazo de 5 dias, indique bens do devedor disponíveis para penhora, sob pena de arquivamento. V - Estando o juízo garantido, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem. Não havendo acordo, poderá a parte devedora apresentar embargos (art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95). Os Embargos à Execução apresentados em juízo e que não estiverem garantidos serão liminarmente rejeitados, nos termos do artigo 53, §1º, da Lei nº 9.099/95 e do Enunciado 117 do FONAJE. VI - Restando frustrada a citação, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 dias, requerer as providências que julgar cabíveis ou indicar o endereço atualizado da parte devedora, sob pena de extinção da execução (artigo 53, §4 º, da Lei nº 9.099/95). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010268-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO MARTINS BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1010268-52.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARCIO MARTINS BARBOSA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Processo em fase de sentença. Com fulcro no Princípio da Busca da Verdade Real (STJ AgInt no AREsp 954805/RJ, AgRg no REsp 1120022/SP e REsp 1070395/RJ), converto o julgamento em diligência. Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar nos autos fatura de energia elétrica do seu endereço residencial (identificado na inicial), mesmo que em nome de terceiro, e prova de seu pagamento dos últimos doze meses, sob pena de se presumir a legitimidade da dívida. Decorrido o prazo, renove-se a conclusão (para Sentença). Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019785-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO MORADA DA SERRA IV (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOISES BORGES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1019785-81.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO MORADA DA SERRA IV EXECUTADO: MOISES BORGES Vistos. Processo em fase de Citação. I - Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução. II - Ocorrendo a citação e o pagamento, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor pago. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para decisão ou para extinção do processo. III –Não havendo pagamento no prazo assinalado e caso haja expresso pedido de penhora via sistema BACENJUD, renove-se a conclusão (para SON). IV – Caso não haja pedido de penhora via sistema BACENJUD formulado na petição inicial, intime-se a parte credora para que, no prazo de 5 dias, indique bens do devedor disponíveis para penhora, sob pena de arquivamento. V - Estando o juízo garantido, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem. Não havendo acordo, poderá a parte devedora apresentar embargos (art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95). Os Embargos à Execução apresentados em juízo

e que não estiverem garantidos serão liminarmente rejeitados, nos termos do artigo 53, §1º, da Lei nº 9.099/95 e do Enunciado 117 do FONAJE. VI - Restando frustrada a citação, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 dias, requerer as providências que julgar cabíveis ou indicar o endereço atualizado da parte devedora, sob pena de extinção da execução (artigo 53, §4 º, da Lei nº 9.099/95). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020141-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIANI APARECIDA BOSI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1020141-76.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME EXECUTADO: JULIANI APARECIDA BOSI Vistos. Processo em fase de Citação. I - Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução. II - Ocorrendo a citação e o pagamento, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor pago. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para decisão ou para extinção do processo. III –Não havendo pagamento no prazo assinalado e caso haja expresso pedido de penhora via sistema BACENJUD, renove-se a conclusão (para SON). IV – Caso não haja pedido de penhora via sistema BACENJUD formulado na petição inicial, intime-se a parte credora para que, no prazo de 5 dias, indique bens do devedor disponíveis para penhora, sob pena de arquivamento. V - Estando o juízo garantido, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem. Não havendo acordo, poderá a parte devedora apresentar embargos (art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95). Os Embargos à Execução apresentados em juízo e que não estiverem garantidos serão liminarmente rejeitados, nos termos do artigo 53, §1º, da Lei nº 9.099/95 e do Enunciado 117 do FONAJE. VI - Restando frustrada a citação, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 dias, requerer as providências que julgar cabíveis ou indicar o endereço atualizado da parte devedora, sob pena de extinção da execução (artigo 53, §4 º, da Lei nº 9.099/95). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020248-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REGIO BARCELOS DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1020248-23.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO EXECUTADO: REGIO BARCELOS DA SILVA Vistos. Processo em fase de Citação. I - Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução. II - Ocorrendo a citação e o pagamento, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor pago. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para decisão ou para extinção do processo. III –Não havendo pagamento no prazo assinalado e caso haja expresso pedido de penhora via sistema BACENJUD, renove-se a conclusão (para SON). IV – Caso não haja pedido de penhora via sistema BACENJUD formulado na petição inicial, intime-se a parte credora para que, no prazo de 5 dias, indique bens do devedor disponíveis para penhora, sob pena de arquivamento. V - Estando o juízo garantido, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem. Não havendo acordo, poderá a parte devedora apresentar embargos (art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95). Os Embargos à Execução apresentados em juízo e que não estiverem garantidos serão liminarmente rejeitados, nos termos do artigo 53, §1º, da Lei nº 9.099/95 e do Enunciado 117 do FONAJE. VI - Restando frustrada a citação, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 dias, requerer as providências que julgar cabíveis ou indicar o endereço atualizado da parte devedora, sob pena de extinção da execução (artigo 53, §4 º, da Lei nº 9.099/95). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009931-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CICERA PATRICIA FERREIRA DOS SANTOS MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACKSON DOUGLAS BOABAID DE SOUZA OAB - MT20201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1009931-63.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CICERA PATRICIA FERREIRA DOS SANTOS MORAES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Processo em fase de sentença. Embora o documento apresentado no ID 26923606 devesse ter sido apresentado com a contestação, com fulcro no Princípio da Busca da Verdade Real (STJ AgInt no AREsp 954805/RJ, AgRg no REsp 1120022/SP e REsp 1070395/RJ), intime-se a parte reclamante para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca dos novos documentos apresentados, sob pena de concordância tácita. Decorrido o prazo, renove-se a conclusão (para Sentença). Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020260-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO GARDEN 3 AMERICAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JHONATTAN DIEGO VIDAL GRIEBEL ELY OAB - MT220110-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDENICE DE OLIVEIRA BASTOS NASCIMENTO (EXECUTADO)
ALEXANDRE PEREIRA DA LUZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1020260-37.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO DO GARDEN 3 AMERICAS EXECUTADO: VALDENICE DE OLIVEIRA BASTOS NASCIMENTO, ALEXANDRE PEREIRA DA LUZ Vistos. Processo em fase de Citação. I - Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução. II - Ocorrendo a citação e o pagamento, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor pago. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para decisão ou para extinção do processo. III –Não havendo pagamento no prazo assinalado e caso haja expresso pedido de penhora via sistema

BACENJUD, renove-se a conclusão (para SON). IV – Caso não haja pedido de penhora via sistema BACENJUD formulado na petição inicial, intime-se a parte credora para que, no prazo de 5 dias, indique bens do devedor disponíveis para penhora, sob pena de arquivamento. V - Estando o juízo garantido, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem. Não havendo acordo, poderá a parte devedora apresentar embargos (art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95). Os Embargos à Execução apresentados em juízo e que não estiverem garantidos serão liminarmente rejeitados, nos termos do artigo 53, §1º, da Lei nº 9.099/95 e do Enunciado 117 do FONAJE. VI - Restando frustrada a citação, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 dias, requerer as providências que julgar cabíveis ou indicar o endereço atualizado da parte devedora, sob pena de extinção da execução (artigo 53, §4 º, da Lei nº 9.099/95). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007914-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
INVIOLAVEL MATO GROSSO LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO DE LIMA FERNANDES NETO OAB - MT21536-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIRANDA DE CASTRO & CIA LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NILSON PORTELA FERREIRA OAB - MT12925-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1007914-54.2019.8.11.0001 REQUERENTE: INVIOLAVEL MATO GROSSO LTDA - ME REQUERIDO: MIRANDA DE CASTRO & CIA LTDA - ME Vistos. Processo em fase de sentença. Intime-se a parte reclamante para que, no prazo de 10 dias, comprove o pagamento das custas do processo extinto em razão da contumácia (8013502-20.2019.811.0001) ou sua condição de hipossuficiência, sob pena destes autos serem extintos sem resolução de mérito. Com a comprovação do pagamento das custas ou da condição de hipossuficiência, renove-se a conclusão (para Sentença). Não havendo manifestação da parte reclamante, renove-se a conclusão (para Análise de Contumácia). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1020420-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ORLANDO FERREIRA DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RONALDO ASSUNCAO SANTANA DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1020420-62.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ORLANDO FERREIRA DOS SANTOS EXECUTADO: RONALDO ASSUNCAO SANTANA DOS SANTOS Vistos. Processo em fase de Citação. I - Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução. II - Ocorrendo a citação e o pagamento, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor pago. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para decisão ou para extinção do processo. III –Não havendo pagamento no prazo assinalado e caso haja expresso pedido de penhora via sistema BACENJUD, renove-se a conclusão (para SON). IV – Caso não haja pedido de penhora via sistema BACENJUD formulado na petição inicial, intime-se a parte credora para que, no prazo de 5 dias, indique bens do devedor disponíveis para penhora, sob pena de arquivamento. V - Estando o juízo garantido, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem. Não havendo acordo, poderá a parte devedora apresentar embargos (art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95). Os Embargos à Execução apresentados em juízo e que não estiverem garantidos serão liminarmente rejeitados, nos termos do artigo 53, §1º, da Lei nº 9.099/95 e do Enunciado 117 do FONAJE. VI - Restando frustrada a citação, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 dias, requerer as providências que julgar cabíveis ou indicar o endereço atualizado da parte devedora, sob pena de extinção da execução (artigo 53, §4 º, da Lei nº 9.099/95). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017205-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO DE OLIVEIRA NOGUEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAITE CAROLINE OLIVEIRA DE MELLO OAB - MT17461-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ISABELA DOS SANTOS PINHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1017205-78.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CELSO DE OLIVEIRA NOGUEIRA EXECUTADO: ISABELA DOS SANTOS PINHO Vistos. Processo na fase de Citação. I – Verificando-se o cálculo de atualização do débito apresentado com a inicial, observa-se que a parte credora fez incidir sobre ele honorários advocatícios. II – Desta forma, considerando que no sistema dos Juizados Especiais não há incidência de honorários advocatícios, ressalvados unicamente os casos de litigância de má-fé e de interposição de recurso não provido (art. 55 da Lei 9.099/95), intime-se a parte credora para que, no prazo de 15 dias, emende a inicial, apresentando nova planilha de cálculo, sem a incidência de honorários advocatícios, sob pena de indeferimento. III – Recomenda-se, a título de sugestão, a utilização da função atualização monetária disponível no site DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), que possibilita, inclusive, indicação do termo inicial dos juros e da correção monetária em momentos distintos. IV – Após, renove-se a conclusão. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1049967-27.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PRIMOR DAS TORRES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT13434-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUDMILA PORTO PITON (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1049967-27.2019.8.11.0041 EXEQUENTE: CONDOMINIO PRIMOR DAS TORRES EXECUTADO: LUDMILA PORTO PITON Vistos. Processo na fase de Citação. I – Verificando-se o cálculo de atualização do débito apresentado com a inicial, observa-se que a parte credora fez incidir sobre ele honorários advocatícios. II – Desta forma, considerando que no sistema dos Juizados Especiais não há incidência de honorários advocatícios, ressalvados unicamente os casos de litigância de má-fé e de interposição de recurso não provido (art. 55 da Lei 9.099/95), intime-se a parte credora para que, no prazo de 15 dias, emende a inicial, apresentando nova planilha de cálculo, sem a incidência de honorários advocatícios, sob pena de indeferimento. III – Recomenda-se, a título de sugestão, a utilização da função atualização monetária disponível no site DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), que possibilita, inclusive, indicação do termo inicial dos juros e da correção monetária em momentos distintos. IV – Após, renove-se a conclusão. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020392-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO GARDEN 3 AMERICAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JHONATTAN DIEGO VIDAL GRIEBEL ELY OAB - MT220110-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELENA RODRIGUES DA SILVA BARBOSA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1020392-94.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO DO GARDEN 3 AMERICAS EXECUTADO: HELENA RODRIGUES DA SILVA BARBOSA Vistos. Processo em fase de Citação. I - Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução. II - Ocorrendo a citação e o pagamento, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor pago. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para decisão ou para extinção do processo. III –Não havendo pagamento no prazo assinalado e caso haja expresso pedido de penhora via sistema BACENJUD, renove-se a conclusão (para SON). IV – Caso não haja pedido de penhora via sistema BACENJUD formulado na petição inicial, intime-se a parte credora para que, no prazo de 5 dias, indique bens do devedor disponíveis para penhora, sob pena de arquivamento. V - Estando o juízo garantido, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem. Não havendo acordo, poderá a parte devedora apresentar embargos (art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95). Os Embargos à Execução apresentados em juízo e que não estiverem garantidos serão liminarmente rejeitados, nos termos do artigo 53, §1º, da Lei nº 9.099/95 e do Enunciado 117 do FONAJE. VI - Restando frustrada a citação, intime-se a parte credora para, no prazo de 5 dias, requerer as providências que julgar cabíveis ou indicar o endereço atualizado da parte devedora, sob pena de extinção da execução (artigo 53, §4 º, da Lei nº 9.099/95). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017312-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESCOLA INFANTIL DANIELLE SIMAS EIRELI - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL SILVA SOUTO OAB - MT14019-O (ADVOGADO(A))
RAFAEL SILVA SOUTO OAB - MT14018-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAROLINA SANTIAGO MARTINS FIGUEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1017312-25.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ESCOLA INFANTIL DANIELLE SIMAS EIRELI - ME EXECUTADO: CAROLINA SANTIAGO MARTINS FIGUEIRA Vistos. Processo em fase de Citação. No ID 26963117 a parte credora requereu seja retirado de seu pedido o valor pleiteado a título de honorários advocatícios. Contudo, no ID 26892574 foi determinada por este juízo a apresentação de nova planilha de cálculo, sem a incidência de honorários advocatícios, sob pena de indeferimento. Assim, indefiro o pedido formulado pela parte credora no ID 26963117 e determino sua intimação para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar nova planilha de cálculo, sem incidência de honorários, sob pena de arquivamento. Após, renove-se a conclusão. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013430-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAURA DANIELY CORREA DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1013430-55.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LAURA DANIELY CORREA DE MORAES REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Processo em fase de Citação. I – Diante da justificativa apresentada pela parte reclamante, designe-se nova data para audiência de conciliação e intimem-se as partes. II – Caso a citação já tenha sido realizada, aguarde-se a audiência de conciliação. III – Tendo sido frustrada a tentativa de citação, intime-se a parte reclamante para manifestar-se, no prazo de 5 dias, requerendo as providências que julgar cabíveis ou indicando o endereço atualizado da parte reclamada, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018633-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL JARDIM VITORIA B (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KATIA CRISTINA LISBOA DE ARAUJO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1018633-95.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL JARDIM VITORIA B EXECUTADO: KATIA CRISTINA LISBOA DE ARAUJO Vistos. Processo na fase de Citação. I – Verificando-se o cálculo de atualização do débito apresentado com a inicial, observa-se que a parte credora fez incidir sobre ele honorários advocatícios. II – Desta forma, considerando que no sistema dos Juizados Especiais não há incidência de honorários advocatícios, ressalvados unicamente os casos de litigância de má-fé e de interposição de recurso não provido (art. 55 da Lei 9.099/95), intime-se a parte credora para que, no prazo de 15 dias, emende a inicial, apresentando nova planilha de cálculo, sem a incidência de honorários advocatícios, sob pena de indeferimento. III – Recomenda-se, a título de sugestão, a utilização da função atualização monetária disponível no site DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), que possibilita, inclusive, indicação do termo inicial dos juros e da correção monetária em momentos distintos. IV – Após, renove-se a conclusão. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004035-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEIDENIL GONCALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HENRIQUE WILLIAN RODRIGUES BEZERRA DE MENEZES OAB - MT26906/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1004035-39.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LEIDENIL GONCALVES DA SILVA REQUERIDO: OI S.A

Vistos. Processo em fase de Sentença. O c. Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1525174/RS e 1525134/RS, afetou o tema n. 954, com o objetivo de elucidar a controvérsia se é indevida cobrança de valores referentes a alteração do plano de telefonia fixa sem solicitação/autorização e se essa prática enseja dano moral in re ipsa, determinando a suspensão de processos análogos em todo o território nacional. Assim, considerando que a discussão nestes autos corresponde ao referido tema, em observância à determinação do Tribunal Superior e nos termos do artigo 313, inciso IV, do CPC, suspendo o andamento deste feito até o julgamento do referido recurso repetitivo. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004348-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO MAFFINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT12358-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DESPACHO DE IMPULSO Autos 1004348-97.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOSE ROBERTO MAFFINI REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Processo em fase de Sentença. Nos ID 25776443 e 27054176 a parte reclamante alegou que houve descumprimento da tutela de urgência concedida no ID 22876827, relativamente à cobrança parcelada das faturas emitidas a título de recuperação de consumo. Contudo, na mencionada decisão restou consignado o seguinte: Diante do exposto, defiro a tutela de urgência para determinar que a parte promovida: a) se abstenha de efetuar a suspensão do fornecimento de energia elétrica na UC 6/280934-1, em razão do não pagamento dos débitos contestados nesta ação, sob pena de multa fixa de R$1.000,00. Caso a suspensão do fornecimento já tenha sido efetuada, que providencie o restabelecimento do status quo, no prazo de 6 horas, sob pena de multa diária de R$200,00, limitado à R$12.000,00. b) no prazo de 72 horas, proceda a exclusão do restritivo de crédito impugnado, sob pena de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), limitada à R$12.000,00 (doze mil reais). Assim, verifica-se que não foi determinada a abstenção da cobrança, razão pela qual não há se falar em descumprimento da decisão que concedeu a antecipação da tutela. Contudo, considerando que foi reconhecida a inexigibilidade da cobrança emitida a título de recuperação de consumo (ID 27093094), intime-se a parte reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, esclarecer a cobrança parcelada acrescida nas faturas apresentadas nos ID 25776444, 27054652 e 27054649. Após, manifeste-se a parte reclamante, requerendo o que entender de direito e, em seguida, renove-se a conclusão (para Decisão Urgente). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019397-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MEIRE MARIA AUGUSTA DELGADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEY BERTUCCI OAB - MT4319-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019397-81.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MEIRE MARIA AUGUSTA DELGADO REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Notadamente no caso dos autos, verifico a ausência de prova inequívoca das alegações despendidas na inicial. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que a pretensão se apresenta nebulosa, nesta fase de cognição sumária. Isso porque, as alegações estão fundadas em informações unilaterais da parte reclamante, circunstâncias que tornam temerária a concessão da providência reclamada, restando prudente o aguardo da formação do contraditório e a dilação probatória. O pedido de inversão do ônus da prova será analisado quando da prolação da sentença. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005692-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO ALEXANDRE FERREIRA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS AUGUSTO MALHEIROS FERNANDES DE SOUZA OAB - MT3988-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
JS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME (REQUERIDO)
TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1005692-16.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RENATO ALEXANDRE FERREIRA GOMES REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A., JS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP Defiro o pedido juntado no id.27012138. Cumpra-se a decisão, oficiando-se, com urgência, aos órgãos de proteção ao crédito SPC, SERASA e SCPC. Entreguem-se os ofícios à parte Promovente para que esta providencie o cumprimento. Retornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019950-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS DOUGLAS WANDERLEY TAQUES DA SILVA OAB - MT16583-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Posto isto, DEFIRO em parte a liminar pretendida para determinar a reclamada OI S/A que se abstenha de efetuar a cobrança dos débitos discutidos nesta ação conforme indicado pelo promovente na exordial, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada, para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020142-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KAMBUKIRA MERCADO E RESTAURANTE LTDA - ME (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO REUS BIASI OAB - MT3478-O (ADVOGADO(A))
SILVIA CRISTINA PAIM BIASI OAB - MT9262-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Constatada a veracidade da informação documental trazida pelo reclamante, por meio da consulta realizada junto ao site do SPC BRASIL, protocolo nº 002.200.656.257-9, recebo o pedido de liminar. Assim, da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual DEFIRO, a liminar pretendida para determinar a exclusão do nome do promovente dos bancos de dados cadastrais (SPC, SERASA e SCPC), no prazo de 10 (dez) dias, concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020146-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KAMBUKIRA MERCADO E RESTAURANTE LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIA CRISTINA PAIM BIASI OAB - MT9262-O (ADVOGADO(A))
JOAO REUS BIASI OAB - MT3478-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Constatada a veracidade da informação documental trazida pelo reclamante, por meio da consulta realizada junto ao site do SPC BRASIL, protocolo nº 002.200.678.661-2, recebo o pedido de liminar. Assim, da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual DEFIRO, a liminar pretendida para determinar a exclusão do nome do promovente dos bancos de dados cadastrais (SPC, SERASA e SCPC), no prazo de 10 (dez) dias, concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005692-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO ALEXANDRE FERREIRA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS AUGUSTO MALHEIROS FERNANDES DE SOUZA OAB - MT3988-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
JS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME (REQUERIDO)
TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1005692-16.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RENATO ALEXANDRE FERREIRA GOMES REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A., JS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP Defiro o pedido juntado no id.27012138. Cumpra-se a decisão, oficiando-se, com urgência, aos órgãos de proteção ao crédito SPC, SERASA e SCPC. Entreguem-se os ofícios à parte Promovente para que esta providencie o cumprimento. Retornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019689-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL GUSTAVO AGUAIO VIANA (REQUERENTE)
LUANA SHARA AGUAIO VIANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAVID CELSON FERREIRA DE LIMA OAB - MT11092-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019689-66.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DANIEL GUSTAVO AGUAIO VIANA, LUANA SHARA AGUAIO VIANA REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Notadamente no caso dos autos, verifico a ausência de prova inequívoca das alegações despendidas na inicial. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que a pretensão se apresenta nebulosa, nesta fase de cognição sumária. Isso porque, as alegações estão fundadas em informações unilaterais da parte reclamante, circunstâncias que tornam temerária a concessão da providência reclamada, restando prudente o aguardo da formação do contraditório e a dilação probatória. O pedido de inversão do ônus da prova será analisado quando da prolação da sentença. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019808-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PRISCILA FERREIRA NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Itamar Lima da Silva OAB - MT14828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOIZES CASTRO DO NASCIMENTO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019808-27.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PRISCILA FERREIRA NUNES REQUERIDO: MOIZES CASTRO DO NASCIMENTO Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Notadamente no caso dos autos, verifico a ausência de prova inequívoca das alegações despendidas na inicial. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que a pretensão se apresenta nebulosa, nesta fase de cognição sumária. Isso porque, as alegações estão fundadas em informações unilaterais da parte reclamante, circunstâncias que tornam temerária a concessão da providência reclamada, restando prudente o aguardo da formação do contraditório e a dilação probatória. O pedido de inversão do ônus da prova será analisado quando da prolação da sentença. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020003-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIO RODRIGO TAETTI KONZEN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA ELIZABETH SOARES DA SILVA ESPIGARES OAB - MT21312/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Inicialmente, tenho que a despeito dos substanciosos argumentos expendidos pelo Reclamante em sua peça inicial, não vislumbro em preliminar análise desta e dos documentos que a instruem os pressupostos processuais mínimos autorizativos da concessão da tutela de urgência requerida. Notadamente no caso dos autos, pois, conforme extrato de protocolo nº 002.200.136.416-7, expedido pelo SPC BRASIL, obtido por meio do convênio entre o CDL – Cuiabá e o Poder Judiciário de Mato Grosso, não consta nenhuma anotação para o nome do promovente incluída pela reclamada. Assim, entendo que está ausente um dos pressupostos autorizadores da concessão da tutela acautelatória, qual seja, o periculum in mora. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019935-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCELIA MARIA DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YURI MATHEUS ANDRADE DE ARRUDA OAB - MT27356/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

A parte promovente pugna pela concessão de liminar para que o seu nome seja retirado dos bancos de dados cadastrais do SCPC. Pois bem, o documento que o promovente apresenta para comprovar a negativação de seu nome nestes autos é um extrato do SCPC onde consta a existência de registro, que inclui o da empresa reclamada. Assim, da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual DEFIRO a liminar pretendida para determinar a exclusão do nome do promovente dos bancos de dados cadastrais (SPC, SERASA e SCPC), no prazo de 10 (dez) dias, concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019733-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLOVIS HENRIQUE DOURADO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAGANHA DE LIMA OAB - MT17538-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019733-85.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CLOVIS HENRIQUE DOURADO DE OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Pugna o Promovente pela concessão de liminar para que o seu nome seja retirado dos bancos de dados cadastrais dos órgãos de restrição ao crédito. Notadamente no caso dos autos, onde verifico, conforme extrato de protocolo nº 002.198.829.200-5, expedido pelo SPC BRASIL, por meio do convênio entre o CDL – Cuiabá, onde demonstra que possui outras anotações positiva em seu nome. Assim, entendo que está ausente um dos pressupostos autorizadores da concessão da tutela acautelatória, qual seja, o periculum in mora. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020377-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE MAIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Constatada a veracidade da informação documental trazida pelo reclamante, por meio da consulta realizada junto ao site do SPC BRASIL, protocolo nº 002.201.304.936-9, recebo o pedido de liminar. Assim, da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual DEFIRO, a liminar pretendida para determinar a exclusão do nome do promovente dos bancos de dados cadastrais (SPC, SERASA e SCPC), no prazo de 10 (dez) dias, concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020411-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TARCISIO DAVID (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos: 1020411-03.2019.8.11.0001 REQUERENTE: TARCISIO DAVID REQUERIDO: ENERGISA S/A Vistos. Processo em fase de Citação / Conciliação. A parte reclamante ajuizou reclamação com pedido de obrigação de fazer c/c indenizatório por danos morais e alegou que é usuária dos serviços prestados pela parte reclamada, e mesmo estando em dia com o pagamento de suas faturas,

em outubro/19 teve o fornecimento de energia elétrica suspenso em sua unidade consumidora. A título de tutela provisória de urgência, requereu o imediato restabelecimento do fornecimento de energia elétrica em sua UC, bem como que a parte reclamada se abstenha de negativar seus dados. Nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, para sua concessão, não poderá existir perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. No caso em exame, mormente quanto aos comprovantes de pagamento das faturas emitidas pela parte reclamada (ID 27276916), entendo que há probabilidade do direito à concessão do pleito liminar formulado na petição inicial, pois há evidências de que a parte reclamante está em dia com o pagamento de suas faturas. Observa-se também que a suspensão no fornecimento de energia elétrica ocasiona perigo de dano, causando diversos transtornos ao usuário, pois se trata de serviço essencial. Impõe ainda consignar que a determinação para restabelecer o fornecimento de energia elétrica, não representa perigo de irreversibilidade, já que o serviço poderá ser suspenso a qualquer tempo, inclusive após a sentença, situação em que não se aplica o óbice do § 3º do artigo 300 do Código de Processo Civil. Por fim, quanto ao pleito para que a parte reclamada se abstenha de negativar os dados da parte reclamante, entendo que não há perigo de dano, pois não há prova de cobrança indevida. Diante do exposto, defiro parcialmente a tutela de urgência para determinar que a parte reclamada, no prazo de 6 horas, restabeleça o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora 6/794961-3, sob pena de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), limitada à R$12.000,00 (doze mil reais). Tendo em vista a provável hipossuficiência financeira da parte reclamante, dispenso a prestação da caução, conforme facultado pelo § 1º do artigo 300 do Código de Processo Civil. Com fulcro no artigo 6º, inciso VII, do Código de Defesa do Consumidor, e diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte reclamada o encargo da prova quanto à regularidade do serviço prestado à parte reclamante. Cite-se. Intime-se pessoalmente a parte reclamada, via Oficial de Justiça, para que cumpra a ordem liminar deferida (STJ AgInt no REsp 1756046/PR e AgInt no AREsp 951.600/MG). Cumpra-se. Aguarde-se audiência de conciliação. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013400-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RANULFO JOSE DOS REIS FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos: 1013400-20.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME EXECUTADO: RANULFO JOSE DOS REIS FILHO Vistos. Processo em fase de Citação. A citação por edital não é prevista na Lei 9.099/95 por ser incompatível com o rito dos Juizados Especiais Cíveis. Ademais, embora o Enunciado 37 do FONAJE autorize essa modalidade de citação na ação de execução, trata-se de mera orientação, não possuindo caráter vinculativo. Nesse sentido: AÇÃO DE EXECUÇÃO. NÃO LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. CITAÇÃO POR EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO. ENUNCIADO FONAJE. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE SUA APLICAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Trata-se de recurso contra sentença (fls. 58/59) que, diante da impossibilidade de citação do executado, mesmo após realização de pesquisas através dos Sistemas BacenJud e Infoseg, indeferiu o pedido de citação editalícia e extinguiu o feito. Alega o autor a possibilidade de citação por edital, com supedâneo no enunciado 37 do FONAJE. 2. Nos termos art. 2º da Lei 9.099/95, o processo, nos Juizados Especiais Cíveis, orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, os quais não se coadunam com o instituto da citação por edital, que encontra, inclusive, vedação expressa no § 2º do art. 18 da referida lei. (...) 3. Ausência de obrigatoriedade quanto à aplicação dos enunciados do FONAJE, os quais tratam-se de orientações procedimentais, não podendo se sobrepor aos dispositivos legais, em razão do princípio da legalidade. Desta forma, havendo vedação à citação por edital na Lei 9.099/95 (art. 18, § 2º), não tem aplicação enunciado com entendimento diverso, sob pena de se negar vigência à referida disposição legal. 4. Anoto foram utilizados os sistemas Bacenjud e Infoseg, na tentativa de localizar o endereço do executado/requerido, e que ao autor/recorrente, ciente da dificuldade em localizar o executado, sempre foi dada a faculdade de ajuizar a ação executiva perante uma das varas de execução de título extrajudiciais de Brasília/DF, de forma que afastada qualquer alegação de negativa de prestação jurisdiciona. Extinção do feito, nos termos dos artigos 267, III, e 598, ambos do CPC, que deve ser mantida. (...) (TJ-DF - ACJ: 20140111171557, Relator: JOÃO LUIS FISCHER DIAS, Data de Julgamento: 07/04/2015, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 22/04/2015 . Pág.: 318) Portanto, por entender ser incabível a citação por edital no Juizado Especial Cível, indefiro o pedido formulado pela parte reclamante no ID 27259228. Intime-se a parte reclamante para que no prazo de 10 dias requeira o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012546-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EVANILDO PEREIRA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos: 1012546-26.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME EXECUTADO: EVANILDO PEREIRA DA SILVA Vistos. Processo em fase de Citação. A citação por edital não é prevista na Lei 9.099/95 por ser incompatível com o rito dos Juizados Especiais Cíveis. Ademais, embora o Enunciado 37 do FONAJE autorize essa modalidade de citação na ação de execução, trata-se de mera orientação, não possuindo caráter vinculativo. Nesse sentido: AÇÃO DE EXECUÇÃO. NÃO LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. CITAÇÃO POR EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO. ENUNCIADO FONAJE. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE SUA APLICAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Trata-se de recurso contra sentença (fls. 58/59) que, diante da impossibilidade de citação do executado, mesmo após realização de pesquisas através dos Sistemas BacenJud e Infoseg, indeferiu o pedido de citação editalícia e extinguiu o feito. Alega o autor a possibilidade de citação por edital, com supedâneo no enunciado 37 do FONAJE. 2. Nos termos art. 2º da Lei 9.099/95, o processo, nos Juizados Especiais Cíveis, orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, os quais não se coadunam com o instituto da citação por edital, que encontra, inclusive, vedação expressa no § 2º do art. 18 da referida lei. (...) 3. Ausência de obrigatoriedade quanto à aplicação dos enunciados do FONAJE, os quais tratam-se de orientações procedimentais, não podendo se sobrepor aos dispositivos legais, em razão do princípio da legalidade. Desta forma, havendo vedação à citação por edital na Lei 9.099/95 (art. 18, § 2º), não tem aplicação enunciado com entendimento diverso, sob pena de se negar vigência à referida disposição legal. 4. Anoto foram utilizados os sistemas Bacenjud e Infoseg, na tentativa de localizar o endereço do executado/requerido, e que ao autor/recorrente, ciente da dificuldade em localizar o executado, sempre foi dada a faculdade de ajuizar a ação executiva perante uma das varas de execução de título extrajudiciais de Brasília/DF, de forma que afastada qualquer alegação de negativa de prestação jurisdiciona. Extinção do feito,

nos termos dos artigos 267, III, e 598, ambos do CPC, que deve ser mantida. (...) (TJ-DF - ACJ: 20140111171557, Relator: JOÃO LUIS FISCHER DIAS, Data de Julgamento: 07/04/2015, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 22/04/2015 . Pág.: 318) Portanto, por entender ser incabível a citação por edital no Juizado Especial Cível, indefiro o pedido formulado pela parte reclamante no ID 27259223. Intime-se a parte reclamante para que no prazo de 10 dias requeira o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020460-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO REZENDE FORTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA BRIZZOLLA FERREIRA DA SILVA OAB - MT22456-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos: 1020460-44.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CARLOS ALBERTO REZENDE FORTES REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Vistos. Processo em fase de Citação / Conciliação. A parte reclamante ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais e alegou que é usuária dos serviços prestados pela parte reclamada, e que as faturas com vencimento nos meses de novembro/19 e dezembro/19 cobraram valores acima de seu consumo médio: R$872,53 e R$573,86, respectivamente. A título de tutela provisória de urgência, requereu que a parte reclamada se abstenha de suspender o fornecimento de água em seu hidrômetro, e de negativar seus dados, em razão do não pagamento das mencionadas faturas. Nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, para sua concessão, não poderá existir perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. No caso em exame, com base no histórico de faturas constante na fatura apresentada no ID 27288625, constata-se que as faturas com vencimento em novembro/19 e dezembro/19 registraram consumo acima da média registrada. Com isso, torna-se presumível a irregularidade no hidrômetro e, consequentemente, há probabilidade do direito na revisão das referidas faturas. Observa-se também que a suspensão no fornecimento de água ocasiona perigo de dano, causando diversos transtornos ao usuário, pois se trata de serviço essencial. Da mesma forma a ameaça de restritivo de crédito ocasiona risco de dano, pois, uma vez efetivado o restritivo a parte reclamante ficará impedida de realizar transações comerciais a prazo e de obter empréstimos e financiamentos no mercado financeiro. Impõe ainda consignar que a determinação para não suspender o fornecimento de água e não negativar os dados da parte reclamante não representa perigo de irreversibilidade, já que as medidas poderão ser efetivadas a qualquer tempo, inclusive após a sentença, situação em que não se aplica o óbice do § 3º do artigo 300 do Código de Processo Civil. Diante do exposto, defiro parcialmente a tutela de urgência para determinar que a parte reclamada: a) se abstenha de (a) efetuar a suspensão do fornecimento água no hidrômetro registrado com a matrícula 297152-6 e (b) negativar os dados da parte reclamante, em razão do não pagamento dos débitos contestados nesta ação, sob pena de multa fixa de R$1.000,00. Caso a suspensão do fornecimento ou a inclusão do restritivo já tenha sido efetuada, que providencie o restabelecimento do status quo, no prazo de 6 horas, sob pena de multa diária de R$200,00, limitado à R$12.000,00. A título de caução (art. 300, § 1º, do CPC), a parte reclamante, no prazo de 48 horas, deve consignar em juízo o valor de R$257,40 (duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos), relativo ao período de inadimplência (novembro/19 e dezembro/19) estimado com base na média mensal dos valores cobrados no período de março/19 a julho/19, estando os efeitos da tutela de urgência condicionados ao referido depósito. Não havendo o depósito da caução no prazo concedido, prossiga regularmente com o trâmite processual sem os efeitos da liminar. Com fulcro no artigo 6º, inciso VII, do Código de Defesa do Consumidor, e diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte reclamada o encargo da prova quanto à regularidade da cobrança das faturas com vencimento nos meses de novembro/19 e dezembro/19. Cite-se. Após o depósito da caução, intime-se pessoalmente a parte reclamada, via Oficial de Justiça, para que cumpra a ordem liminar deferida (STJ AgInt no REsp 1756046/PR e AgInt no AREsp 951.600/MG). Cumpra-se. Aguarde-se audiência de conciliação. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009210-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO ALVORADA CUIABA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SPE BROOKFIELD CONTORNO LESTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos: 1009210-14.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO ALVORADA CUIABA EXECUTADO: SPE BROOKFIELD CONTORNO LESTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Vistos. Processo em fase de Penhora. I - Nos termos do art. 835, I, do CPC, a penhora deverá incidir, em primeiro lugar, sobre dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira. Sendo assim, atendendo ao pedido da parte credora, como autorizam os artigos 837 e 854 do CPC, realizo, neste instante, por meio do Sistema BACENJUD, comando de bloqueio em conta bancária e aplicações financeiras em nome da parte devedora, de valor suficiente para satisfação da dívida. II - Efetuado o bloqueio e realizada a transferência para a Conta Única do Poder Judiciário, providencie-se imediatamente a vinculação dos valores ao presente processo. III - Sendo negativo ou insuficiente o resultado do comando de penhora on line, será realizada, na sequência, busca e bloqueio de veículos em nome da parte devedora, pelo Sistema RENAJUD. IV - O Protocolo de Bloqueio, emitido pelo Sistema BACENJUD e/ou pelo RENAJUD, servirá como Termo de Penhora para todos os efeitos legais e processuais. V - Havendo êxito na tentativa de penhora, intime-se a parte devedora para, querendo, no prazo de 15 dias (Enunciado 142 do FONAJE), apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, ou Embargos à Execução se for o caso, sob pena de preclusão. Na hipótese de alegação de excesso de execução, deverá ser apontado especificamente o erro de cálculo e apresentada planilha com o valor que se entende devido, sob pena de rejeição liminar, nos termos do artigo 525, §§4º e 5º, do Código de Processo Civil. VI - Restando frustrada a tentativa de penhora, intime-se a parte devedora para, no prazo 15 dias, indicar quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores, com prova de propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, sob pena de sua omissão ser considerada ato atentatório a dignidade da justiça (art. 774, inciso V, do CPC). VII - Esgotado o prazo concedido à parte devedora, sem indicação de bens, intime-se a parte credora para, no prazo de 15 dias, manifestar-se nos autos, indicando bens móveis ou imóveis disponíveis para penhora, sob pena de arquivamento ou extinção. Fica desde logo esclarecido que diligências de busca junto a cartórios extrajudiciais e outras providências dessa natureza, são de exclusiva responsabilidade da parte credora. VIII - Caso a parte credora prefira, poderá reiterar o pleito de busca de bens pelos sistemas on line, mas, restando novamente frustradas as buscas, o processo será arquivado. Quando houver mais de TRÊS TENTATIVAS frustradas de penhora on line, renove-se a conclusão (para Decisão sobre Arquivamento). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019359-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

RODRIGO BRITO DE FREITAS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO CHAGAS DE LIMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado junto ao SAI – Sistema de Atendimento Imediato à Acidentes de Trânsito, conforme termo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019363-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ORLANDO MARIO DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OLINIQUER FERNANDO RODRIGUES CORREA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado junto ao SAI – Sistema de Atendimento Imediato à Acidentes de Trânsito, conforme termo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013059-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE CORREA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ARTHUR GOMES CORSINO OAB - MT27536/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informam que se compuseram amigavelmente. Dessa forma e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO supra mencionado, com fundamento no art. 57, da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014303-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA EVILLYM CAMPOS (REQUERENTE)
Marcelo Turcato (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Marcelo Turcato OAB - MT0008127A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FÁBIO HOELZ DE MATOS OAB - SP0147798A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informaram, em audiência conciliatória, que se compuseram amigavelmente conforme termo de acordo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014327-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER FERNANDO DA CRUZ FARIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO BOURET ORRO OAB - MT22974-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informaram, em audiência conciliatória, que se compuseram amigavelmente conforme termo de acordo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020094-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENAN JOSE DUARTE BATISTA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR STIVAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado junto ao SAI – Sistema de Atendimento Imediato à Acidentes de Trânsito, conforme termo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018789-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAIANY MARTINS DE FREITAS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
TUIUTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)
AGUIA TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informam que se compuseram amigavelmente. Dessa forma e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO supra mencionado, com fundamento no art. 57, da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014282-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA DANIELLE CORDEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YURI FLORES DA CUNHA FREITAS OAB - MT23024-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO SULZER PARADA OAB - MT11846-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informaram, em audiência conciliatória, que se compuseram amigavelmente conforme termo de acordo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019113-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ FELLIPE DE ARRUDA AMORIM (REQUERENTE)
VICTOR HUGO DE ARRUDA AMORIM (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019113-73.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VICTOR HUGO DE ARRUDA AMORIM, LUIZ FELLIPE DE ARRUDA AMORIM REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A. Trata-se de pedido de concessão de ALVARÁ JUDICIAL formulado por VICTOR HUGO DE ARRUDA AMORIM e LUIZ FELLIPE DE ARRUDA AMORIM, visando a obtenção de autorização para levantamento de valores contidos em conta bancária em nome de Lenir Pinto de Arruda Amorim. O pedido formulado possui natureza de jurisdição voluntária, a qual é processada pelo rito especial previsto nos artigo 719 e seguintes do Novo Código de Processo Civil. O Enunciado n.º 08 do FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais é claro o bastante ao dispor, litteris: "As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais". Não obstante, ensina Ricardo Cunha Chimenti, em Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, pág. 82, 13ª edição, 2012 Ed. Saraiva: "Os procedimentos especiais de jurisdição voluntária são incompatíveis com o procedimento dos Juizados Especiais." Desta forma, como os procedimentos de jurisdição voluntária devem obedecer ao rito estabelecido nos artigos 719 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, sem dúvida que se trata de procedimento que deve tramitar perante a Justiça Comum. A propósito, o TJMT decidiu: "CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ESTABELECIDO ENTRE O JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE JACIARA E O JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACIARA – ALVARÁ LIBERATÓRIO – LEVANTAMENTO DE VALORES REFERENTES A VERBA RESCISÓRIA – PEDIDO FUNDADO NA LEI 6.858/80 – MORTE DO TITULAR DA CONTA – PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA – INCOMPATÍVEL COM O PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS – COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACIARA. 1. O requerimento de Alvará Judicial, regulamentado pela Lei nº 6.858/80, traduz atividade de jurisdição voluntária, incompatível com o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 05/07/2018, Publicado no DJE 12/07/2018) (TJ-MT - CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO: 10044470720188110000 MT, Relator: HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, Data de Julgamento: 05/07/2018, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Data de Publicação: 12/07/2018)" Não obstante: "ALVARÁ JUDICIAL. "DE CUJUS". COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA JUSTIÇA COMUM. SENTENÇA ESCORREITA. EXTINÇÃO DO FEITO CORRETA - SENTENÇA MANTIDA, Resolve esta Turma Recursal, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, conforme razões expostas acima. (TJMG-RI nº 001094-37.2012.8.16.0132, 2ª Turma Recursal, Relator: Sigurd Roberto Bengtsson, julgado em: 18/12/2012)"; Posto isso, levando-se em consideração que os procedimentos de jurisdição voluntária possuem rito especial, e como tal, não são admissíveis nos Juizados Especiais, consoante dispõe o Enunciado n.º 08 do FONAJE, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 51, II da Lei n.º 9.099/95 e artigo 485, inciso IV, do Novo Código de Processo Civil. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Sem custas. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013531-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA PEREIRA DOS SANTOS SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME BARROS DE OLIVEIRA OAB - MT23664-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KIKO TRANSPORTES LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013531-92.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: MARIA PEREIRA DOS SANTOS SOUZA EXECUTADO: KIKO TRANSPORTES LTDA - ME Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DECIDO. É cediço que o cheque é ordem de pagamento à vista e, de acordo com o disposto no art. 59, da Lei n. 7.357/85, prescreve em seis meses a ação de execução, contados da expiração do prazo de apresentação. Registre-se que consoante artigo 33 da Lei 7.357/85 " o cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 60 (sessenta) dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior." No caso vertente, o cheque foi emitido em 20/02/2018, vale dizer, contando o prazo de apresentação de 30 trinta dias, mais os seis meses previstos na lei, têm-se que a data final para executar o cheque seria em 02/09/2018. Nesse aspecto, cumpre ressaltar que o STJ, em Recurso Especial n° 1.423.464/SC sob a sistemática dos repetitivos, portanto, de observância obrigatória, assentou o entendimento de que a pactuação extracartular de alteração de prazo para o depósito, conhecido como " bom para", não tem o condão de ampliar o prazo prescricional. Este deve ser contado da data emissão. Senão vejamos: RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA DIREITO CAMBIÁRIO E PROTESTO EXTRAJUDICIAL. CHEQUE. ORDEM DE PAGAMENTO À VISTA. CÁRTULA ESTAMPANDO, NO CAMPO ESPECÍFICO, DATA DE EMISSÃO DIVERSA DA PACTUADA PARA SUA APRESENTAÇÃO. CONSIDERA-SE, PARA CONTAGEM DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO, AQUELA CONSTANTE NO ESPAÇO PRÓPRIO. PROTESTO, COM INDICAÇÃO DO EMITENTE DO CHEQUE COMO DEVEDOR, AINDA QUE APÓS O PRAZO DE APRESENTAÇÃO, MAS DENTRO DO PERÍODO PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO CAMBIAL DE EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. 1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 1.036 do CPC/2015 (art. 543-C do CPC/1973), são as seguintes: a) a pactuação da pós-datação de cheque, para que seja hábil a ampliar o prazo de apresentação à instituição financeira sacada, deve espelhar a data de emissão estampada no campo específico da cártula; b) sempre será possível, no prazo para a execução cambial, o protesto cambiário de cheque, com a indicação do emitente como devedor. 2. No caso concreto, recurso especial parcialmente provido.(REsp 1423464/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 27/05/2016) Logo, considerando que a ação fora proposta somente em 23/10/2019, é inarredável a ocorrência da prescrição para ação de execução de título extrajudicial. Posto isso, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e JULGO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o processo, com fundamento no art. 487, II, do CPC, e artigo 59, caput, da Lei n. 7.357/85. Sem custas nesta instância. Transitada em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017102-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RENATA LADEIA PEREIRA (EXECUTADO)

JOSE GONCALVES DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informam que se compuseram amigavelmente. Dessa forma e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO supra mencionado, com fundamento no art. 57, da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1010968-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA SODRE DE MORAES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA SODRE DE MORAES OAB - MT17612-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CECILIA GONCALVES DE ARRUDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informam que se compuseram amigavelmente. Dessa forma e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO supra mencionado, com fundamento no art. 57, da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE LIBERAÇÃO se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020424-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SINII SAVANA BOSSE SABOIA RIBEIRO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RONEY MATIAS DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado junto ao SAI – Sistema de Atendimento Imediato à Acidentes de Trânsito, conforme termo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007640-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN NEUWIRTH (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COPEL DISTRIBUICAO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HULIANOR DE LAI OAB - PR38861 (ADVOGADO(A))
RONALDO JOSE E SILVA OAB - PR31486 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1007640-90.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WILLIAN NEUWIRTH REQUERIDO: COPEL DISTRIBUICAO S.A. Vistos. WILLIAN NEUWIRTH ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 25717292 e arguiu preliminarmente a inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer a litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada na ID 25530770 e impugnação à contestação apresentada no ID 26017493. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Considerando que a atividade jurisdicional é distribuída entre os integrantes do Poder Judiciário por meio da competência, cabe a cada juiz processar e julgar apenas demandas atinentes à parcela da jurisdição a ele outorgada por lei e pelas normas de organização judiciária, ressalvado as partes o direito de instituir juízo arbitral (art. 42 e 44 do CPC). Nos termos do artigo 3º da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competência para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade. Em relação ao conceito de menor complexidade, o enunciado 54 do Fórum Nacional de Juizados Especiais estabelece que este leva em consideração o objeto da prova e não o direito material discutido: ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Mesma exegese é extraída da jurisprudência do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. (...) 1. Na Lei 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa – e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível – esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. 2. A autonomia dos Juizados Especiais não prevalece em relação às decisões acerca de sua própria competência para conhecer das causas que lhe são submetidas, ficando esse controle submetido aos Tribunais de Justiça, via mandado de segurança. Inaplicabilidade da Súmula 376/STJ. 3. O art. 3º da Lei 9.099/95 adota dois critérios distintos – quantitativo (valor econômico da pretensão) e qualitativo (matéria envolvida) – para definir o que são "causas cíveis de menor complexidade". Exige-se a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação, salvo na hipótese do art. 3º, IV, da Lei 9.099/95. Assim, em regra, o limite de 40 salários mínimos não se aplica quando a competência dos Juizados Especiais Cíveis é fixada com base na matéria. (...) (STJ RMS 30170/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 13/10/2010) Assim sendo, os Juizados Especiais Cíveis não são competentes para processar e julgar causas em que for necessária a produção de prova pericial. Em análise dos autos, diante da expressa impugnação da parte reclamante (ID 26017493 – folhas 20), no caso, será necessária prova pericial grafotécnica para apurar se a rubrica constante no contrato juntado no ID 25717327 foi efetivamente assinada pela parte reclamante. No caso concreto, por ser necessária a produção de prova pericial, trata-se de matéria de complexa e, consequentemente, este juízo é incompetente para processar e julgar a presente demanda. Posto isso, proponho acolher a preliminar de incompetência e julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso X, e 337, II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Carla Cristina Cezario Juíza Leiga Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008777-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARILIA SIMONE RIBEIRO DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques)

SENTENÇA Autos 1008777-10.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARILIA SIMONE RIBEIRO DE ALMEIDA REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos. MARILIA SIMONE RIBEIRO DE ALMEIDA ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais TIM S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 25949157 e e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25734495 e impugnação no ID 26072869. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25949157), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente no restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada, no valor de R$105,86, R$107,00, R$85,60 (ID 24159600). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas telas de sistemas (ID 25949157), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS

DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabível a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 24159600 nota-se que o restritivo impugnado foi o primero registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Impõe ainda consignar que, embora a existência de outros restritivos posteriores (ID 24159600), não afaste o dano moral, é inegável que influencia na fixação do quantum indenizatório em patamar inferior ao caso em que o consumidor tem uma única negativação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. (...) INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. ANOTAÇÕES POSTERIORES. DANO MORAL PURO CONFIGURADO. QUANTUM REDUZIDO. 1. Recorrente que pugna pela exclusão da condenação a título de danos morais, invocando a Súmula 385, do STJ, ou, alternativamente, a redução do quantum. 2. No caso em tela, incontroverso que o autor possui outras inscrições restritivas. No entanto, todas as demais anotações são posteriores àquela procedida pela demanda, com o que tenho como inaplicável o enunciado invocado. 3. Tangente ao valor arbitrado, este comporta redução. As inscrições posteriores devem ser levadas em conta apenas para reduzir o montante indenizatório de R$ 7.000,00 para R$ 3.000,00, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004295929, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ketlin Carla Pasa Casagrande, Julgado em 18/10/2013) Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (restritivo (R$105,86, R$107,00 e R$85,60), entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$3.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e, b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: c) declarar a inexistência do débito de R$105,86 (cento e cinco reais e oitenta e seis centavos) R$107,00 (cento e sete reais) e R$85,60

(oitenta e cinco reais e sessenta centavos), e determinar que a parte reclamada, a título de tutela de urgência, no prazo de 5 dias, independentemente do trânsito em julgado (artigo 1.012, inciso VI do CPC), providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$200,00, limita a R$12.000,00; d) condenar a parte reclamada pagar a parte reclamante a quantia de R$3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006695-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GUSTAVO DA SILVA COELHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEYWISON PAULA DE MORAES OAB - MT10793/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1006695-06.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GUSTAVO DA SILVA COELHO REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. GUSTAVO DA SILVA COELHO ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais TELEFONICA BRASIL S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 25535626 e arguiu a preliminares de inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25262413 e impugnação no ID 26386039. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25262413), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente 919,89 e R$740,50 (ID 23579019). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas telas de sistemas (ID 25535626), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A

REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabivel a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso

concreto, com base no extrato juntado no ID 23579019, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$919,89 e R$740,50), entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: b) declarar a inexistência do débito de R$919,89 (novecentos e dezenove reais e oitenta e nove centavos) referente ao contrato 000899962651471 e R$ 740,50 (setecentos e quarenta reais e cinquenta centavos) referente ao contrato 000089996283183; c) determinar que a parte reclamada no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a R$12.000,00 (doze mil reais); d) condenar a parte reclamada pagar a parte reclamante a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007507-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ROSA RODRIGO PINHEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTHUR MULLER COUTINHO OAB - MT10889-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DAYCOVAL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA OAB - SP0032909A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1007507-48.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARIA ROSA RODRIGO PINHEIRO REQUERIDO: BANCO DAYCOVAL S/A Vistos. MARIA ROSA RODRIGO PINHEIRO ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais BANCO DAYCOVAL S/A. Em síntese alegou que teve desconto efetuado em sua folha de pagamento, a pedido da parte promovida, relativo a empréstimo que não solicitou. A título de tutela provisória de urgência, requereu que a parte promovida se abstenha de efetuar descontos em sua folha de pagamento. E ao final postulou indenização por danos morais. A antecipação de tutela foi concedida, ID 23887063. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID25333681 e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25416043 e impugnação no ID 26051393. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência de crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Respaldo contratual da cobrança. Qualquer modalidade de contrato deve respeitar o Princípio da Autonomia da Vontade, pois os negócios jurídicos devem ser concebidos como o resultado da convergência de vontades totalmente livres dos pactuantes. Para Maria Helena Diniz "o princípio da autonomia da vontade se funda na liberdade contratual dos contratantes, consistindo no poder de estipular livremente, como melhor convier, mediante acordo de vontades, a disciplina de seus interesses, suscitando efeitos tutelados pela ordem jurídica". (DINIZ, 2008, p.23). Desta forma, quando o prestador de serviço efetua cobrança com aspectos diversos do que foi expressamente pactuado, comete conduta ilícita. No caso concreto, a parte reclamante alega que celebrou não um contrato de empréstimo consignado no valor de R$6.761,81, e que embora tenha feito a devolução integral do valor o banco promovido realizou desconto de uma das parcelas no valor de R$188,98 em sua folha de pagamento de agosto de 2019. Em exame do conjunto fático probatório, mormente quanto ao contrato juntado no ID 25333941 e no Ofício do Procon de ID 23864672, nota-se que houve a celebração de contrato de empréstimo consignado entre as partes, mas que posteriormente foi cancelado. Verifica-se ainda que houve a transferência com a devolução integral dos valores (ID 23864674), sendo a primeira parcela descontada na folha de pagamento da reclamante, por ausência de prazo para cancelamento e estornada em 14/10/2019. Presume-se que o estorno

efetivamente ocorreu em 14/10/2019, pois a parte reclamante não juntou o extrato bancário do mês de outubro/2019. Diante do contexto comprobatório dos autos, reconheço que o contrato questionado foi cancelado e as medidas da parte reclamada foram suficientes para o restabelecimento do status quo, razão pela qual, não há conduta ilícita praticada. Assim sendo, não havendo ato ilícito, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como, a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. Dispositivo. Posto isso, proponho julgar improcedente os pedidos da ação proposta, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Hildebrando da Costa Marques Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009508-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RONEY DE OLIVEIRA NONATO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1009508-06.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RONEY DE OLIVEIRA NONATO REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, etc. RONEY DE OLIVEIRA NONATO ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor de BANCO BRADESCO S/A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte reclamada que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte reclamada apresentou contestação no ID 25805615 e arguiu as preliminares de inépcia da inicial, falta de interesse de agir e prescrição. No mérito, sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral. Ao final, arguiu litigância de má-fé. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25897610 e impugnação à contestação apresentada no ID 26012964. Ausência de interesse de agir. Segundo a Teoria da Asserção, o simples fato de a parte promovente ter imputado à parte promovida a prática de ato ilícito, independentemente da análise da tese de defesa e do conjunto fático probatório, é suficiente para a demonstração de seu interesse processual. Entender de forma contrária violaria frontalmente o Princípio ao Livre Acesso ao Poder Judiciário, ancorado no artigo 5º, inciso XXXV, da CRFB. Neste sentido: "(...) INTERESSE DE AGIR, LEGITIMIDADE E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. (...) 3. Deste modo, uma vez constatada a não-observância de tais regras básicas, surge o interessenecessidade para a tutela pleiteada. Vale observar, ainda, que as condições da ação são vistas in satu assertionis ("Teoria da Asserção"), ou seja, conforme a narrativa feita pelo demandante, na petição inicial. Desse modo, o interesse processual exsurge da alegação do autor, realizada na inicial, o que, ademais, foi constatado posteriormente na instância ordinária. Tudo isso implica reconhecer a não-violação dos arts. 3º e 267, VI, do CPC. (...)" (STJ REsp 470.675/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16.10.2007, DJ 29.10.2007 p. 201) Desta forma, em análise do caso concreto, nota-se que a simples alegação contida na inicial de que a parte promovida causou dano moral à parte promovente é suficiente para evidenciar o interesse processual. Portanto, não havendo razão a arguição preliminar de ausência de interesse processual, rejeita-se. Inépcia da inicial. Documentos imprescindíveis. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. O ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere a demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Examinando o documento, considerado pela parte reclamada como imprescindível, nota-se que a apresentação do comprovante da existência de restritivo não é imprescindível para o ajuizamento da ação indenizatória. Por isso, a preliminar deve ser afastada. Prescrição. Conforme estabelecido no artigo 189 do Código Civil, a prescrição ocasiona a perda da pretensão de requerer em juízo a reparação de direito violado em virtude da inércia da vítima por determinado tempo. Por se trata de ação indenizatória decorrente de relação de consumo, aplica-se o prazo prescrição quinquenal identificada no artigo 27 do CDC, e não o trienal previsto no artigo 206, § 3º, inciso V do Código Civil. Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria. Neste sentido é o entendimento pacificado no STJ: DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL POR FATO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. CINCO ANOS. ART. 27 DO CDC. SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. Segundo a jurisprudência desta Corte, o prazo de prescrição para o consumidor pleitear reparação por falha na prestação do serviço é de cinco anos, consoante previsto no art. 27 do CDC. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no REsp 995.890/RN, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 21/11/2013) Portanto, considerando que a parte promovente tomou conhecimento do restritivo em 25/09/2019 (id. 24317050), rejeito a arguição de prescrição, pois a presente ação foi ajuizada em 26/09/2019, ou seja, antes do prazo prescricional. Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a

requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada, no valor de R$820,42 (ID 24317050). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que a empresa reclamada não apresentou nos autos nenhuma evidência significativa da existência de crédito em seu favor. Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte promovida sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte promovida contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte promovida, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabível a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição,

ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 24317050, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Impõe ainda consignar que, embora a existência de outros restritivos posteriores (id. 24317050), não afaste o dano moral, é inegável que influencia na fixação do quantum indenizatório em patamar inferior ao caso em que o consumidor tem uma única negativação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. (...) INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. ANOTAÇÕES POSTERIORES. DANO MORAL PURO CONFIGURADO. QUANTUM REDUZIDO. 1. Recorrente que pugna pela exclusão da condenação a título de danos morais, invocando a Súmula 385, do STJ, ou, alternativamente, a redução do quantum. 2. No caso em tela, incontroverso que o autor possui outras inscrições restritivas. No entanto, todas as demais anotações são posteriores àquela procedida pela demanda, com o que tenho como inaplicável o enunciado invocado. 3. Tangente ao valor arbitrado, este comporta redução. As inscrições posteriores devem ser levadas em conta apenas para reduzir o montante indenizatório de R$ 7.000,00 para R$ 3.000,00, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004295929, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ketlin Carla Pasa Casagrande, Julgado em 18/10/2013) Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$820,42), entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$3.000,00. Litigância de má-fé. A litigância de má-fé se caracteriza com a prática de alguma das hipóteses previstas no artigo 80 do CPC acompanhada do elemento dolo. Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;II - alterar a verdade dos fatos;III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;VI - provocar incidente manifestamente infundado;VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. Não destoa a jurisprudência do STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ACÓRDÃO DA LAVRA DESTA EGRÉGIA QUARTA TURMA QUE REJEITOU OS ACLARATÓRIOS MANEJADOS PELOS EMBARGADOS, MANTENDO HÍGIDO O RECONHECIMENTO DA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE. 1. Segundo a reiterada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a mera utilização de recursos previstos em lei não caracteriza, por si só, litigância de má-fé, devendo ser demonstrado o caráter manifestamente infundado do reclamo ou o dolo da parte recorrente em obstar o normal trâmite do processo, o que não se vislumbra no caso concreto. 2. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão acerca da apontada litigância de má-fé. (STJ EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 563.934/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017) Em exame dos autos, não se vislumbra a ocorrência de qualquer hipótese tipificada e, muito menos, o caráter manifestamente infundado da parte reclamante ou o seu dolo em obstar o normal trâmite do processo. Por esta razão, não merece acolhimento o pleito de litigância de má-fé. Dispositivo. Posto isso, proponho rejeitar as preliminares arguidas e, consequentemente, julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: a) declarar a inexistência do débito de R$820,42 (oitocentos e vinte reais e quarenta dois centavos); b) determinar que a parte reclamada, no prazo de 5 dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$200,00, limitada a R$12.000,00, devendo a parte ser intimada pessoalmente (AR ou Oficial de Justiça) para o cumprimento da obrigação (Súmula 410 do STJ); c) condenar a parte promovida a pagar à parte promovente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso (29/11/2014, id. 24317050) por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ); d) indeferir o pedido de litigância de má-fé; Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei

nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010871-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GENICELMA OLIVEIRA REIS DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GREICY KELLY TEIXEIRA ALVES OAB - MT22849-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1010871-28.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GENICELMA OLIVEIRA REIS DA COSTA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia GENICELMA OLIVEIRA REIS DA COSTA ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais TELEFONICA BRASIL S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 26430126 e arguiu a preliminares de inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, arguiu litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26247220 e impugnação no ID 2644143. É a síntese do necessário. Inépcia da inicial. Documentos imprescindíveis. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. O ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere a demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Examinando o documento, considerado pela parte reclamada como imprescindível, nota-se que a apresentação de comprovante de residência não é imprescindível para o ajuizamento de reclamação perante o Juizado Especial Cível, visto que, nos termos do artigo 319, inciso II, do CPC, é necessário apenas que a inicial indique o endereço eletrônico, o domicílio e a residência das partes. Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA. DESNECESSIDADE. Demanda veiculada com base em alegada ilegalidade do sistema de pontuação de crédito ofertada pela entidade cadastral. O comprovante de residência e, no caso, não é documento indispensável à propositura da demanda. Descabimento do indeferimento da inicial. Precedentes desta Corte. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70057584260, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 09/05/2014) Por isso, a preliminar deve ser afastada. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 26247220), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada no valor de R$160,14 (ID 24470349). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas faturas e relatórios (ID 26430128 e 26430127), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES

AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabivel a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº

70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 24770349, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$160,14), entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Pedido contraposto. Embora não seja admitida a reconvenção no rito dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do artigo 31 da Lei 9.099/95, é permitido à parte reclamada formular na contestação pedido contraposto, desde que embasado nos mesmos fatos alegados pela parte reclamante. Destaca-se ainda que, nos termos do Enunciado 31 do Fonaje, o pedido contraposto é admissível inclusive quando a parte reclamada for pessoa jurídica. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBJETIVO DE REDISCUTIR MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 9099/95. POSSIBILIDADE DE PESSOA JURÍDICA FORMULAR PEDIDO CONTRAPOSTO NO JUIZADO ESPECIAL ENUNCIADO 31 DO FONAJE. PRINCÍPIO DA CELERIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESACOLHIDOS. (Embargos de Declaração Nº 71006086045, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 03/06/2016) CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. PEDIDO CONTRAPOSTO. PESSOA JURÍDICA. ADMISSÍVEL. DESCONTO INDEVIDO EM CONTRACHEQUE. REPETIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL. INCABÍVEL. 1.É admissível nos Juizados Especiais a propositura de pedido contraposto por pessoa jurídica, sem acesso aos Juizados (Enunciado nº 31 do FONAJE). (...) (TJ-DF - Apelacao Civel do Juizado Especial : ACJ 20140910107318 DF 0010731-71.2014.8.07.0009) Em síntese, para que o pedido contraposto seja deferido, é necessário que a cobrança realizada pela parte reclamada seja legítima, que o pedido esteja formulado com base nos mesmos fatos narrados na inicial e de forma líquida. Da análise do caso concreto, nota-se que a cobrança não é legítima, conforme explanado em tópicos anteriores, Por esta razão, o pedido contraposto deve ser indeferido. Litigância de má-fé. A litigância de má-fé se caracteriza com a prática de alguma das hipóteses previstas no artigo 80 do CPC acompanhada do elemento dolo. Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;II - alterar a verdade dos fatos;III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;VI - provocar incidente manifestamente infundado;VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. Não destoa a jurisprudência do STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ACÓRDÃO DA LAVRA DESTA EGRÉGIA QUARTA TURMA QUE REJEITOU OS ACLARATÓRIOS MANEJADOS PELOS EMBARGADOS, MANTENDO HÍGIDO O RECONHECIMENTO DA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE. 1. Segundo a reiterada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a mera utilização de recursos previstos em lei não caracteriza, por si só, litigância de má-fé, devendo ser demonstrado o caráter manifestamente infundado do reclamo ou o dolo da parte recorrente em obstar o normal trâmite do processo, o que não se vislumbra no caso concreto. 2. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão acerca da apontada litigância de má-fé. (STJ EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 563.934/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017) Em exame dos autos, não se vislumbra a ocorrência de qualquer hipótese tipificada e, muito menos, o caráter manifestamente infundado da parte reclamada ou o seu dolo em obstar o normal trâmite do processo. Por esta razão, não merece acolhimento o pleito de litigância de má-fé. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: c) declarar a inexistência do débito de R$160,14 (cento e sessenta reais e quatorze centavos), referente ao contrato 0238148434; d) determinar que a parte reclamada no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a R$12.000,00 (doze mil reais); e) condenar a parte reclamada pagar a parte reclamante a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ). f) indeferir o pedido contraposto. g) indeferir o pedido de litigância de má-fé. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008509-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AURIENE FERREIRA MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA MONTEIRO CAMARGO OAB - MT14694-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1008509-53.2019.8.11.0001 REQUERENTE: AURIENE FERREIRA MENDES REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. AURIENE FERREIRA MENDES ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor de VIVO S/A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte reclamada que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte reclamada apresentou contestação no ID 25900636 e arguiu a preliminar de inépcia da inicial. No mérito, sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25631994 e impugnação à contestação apresentada no ID 25988646. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). INÉPCIA DA INICIAL. DOCUMENTOS IMPRESCINDÍVEIS. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. O ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere a demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Examinando o documento, considerado pela parte reclamada como imprescindível, nota-se que a apresentação do comprovante da existência de restritivo não é imprescindível para o ajuizamento da ação indenizatória. Por isso, a preliminar deve ser afastada. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte promovida, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. COBRANÇA DE DÍVIDA DESCONHECIDA. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada, no valor de R$284,61 (ID 24318939). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas faturas, telas de sistemas e relatórios (ID 25900636 a 25900639), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. DANO MORAL. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade,

podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto às pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabível a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 24103469, nota-se que existe outra restrição preexistente, o que descaracteriza o dano, levando a presunção de que se trata de devedor contumaz, já que não há nos autos prova de que o restritivo preexistente encontra-se judicializado. Isto se justifica porque a imagem do consumidor perante a sociedade já esta denegrida, inexistindo ofensa objetiva e, muito menos subjetiva. Portanto, não havendo indisponibilidade do crédito não é devido o dano moral. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho: 1) rejeitar a preliminar arguida; 2) julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: 1) declarar a inexistência do débito de R$393,00 (trezentos e noventa três reais); 2) determinar que a parte reclamada, no prazo de 5 dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$200,00, limitada a R$12.000,00, devendo a parte ser intimada pessoalmente (AR ou Oficial de Justiça) para o cumprimento da obrigação (Súmula 410 do STJ); 3) indeferir o pleito indenizatório por danos morais. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006956-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO CEZAR GOMES RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1006956-68.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JULIO CEZAR GOMES RODRIGUES REQUERIDO: TELEFONICA BRASIL S.A. Vistos, etc. JULIO CEZAR GOMES RODRIGUES ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor de TELEFÔNICA BRASIL S.A - VIVO. Em síntese, alegou que trabalha com mármores, e que diariamente está em contato com diversos clientes através do telefone e também via Whatsapp, a fim de lhes mandar orçamentos e imagens do seu trabalho e assim garantir o seu ganha pão. Sustentou que com o intuito de melhor atender seus clientes e empresas que o procuram, no dia 12/08/2019 resolveu ir até uma das lojas da promovida e contratar uma linha telefônica, para que assim pudesse realizar diversas ligações e usar sem preocupação a internet 4G de onde estivesse, sendo-lhe concedido o nº

(65) 99664-0333, contudo, ao tentar cadastrar o novo número no aplicativo Whatsapp teve a infeliz surpresa de descobrir que o mesmo já estava sendo usado por outra pessoa e por tal motivo não conseguiu usar o aplicativo, chegando inclusive a ser bloqueado. Afirmou que procurou a empresa visando solucionar o problema administrativamente mas não obteve êxito, e que a falha na prestação de serviços, resultou em perda de trabalhos aos quais já estavam em fase final de celebração e não podiam esperar por muito mais tempo pelos seus clientes (id. 23740476). Ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte reclamada apresentou contestação no ID 25552137 e sustentou a inexistência de provas acostadas nos autos, e que não houve negativação de crédito, ausência de dano moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25280818 e impugnação à contestação apresentada no ID 25938241. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a falha na prestação de serviços e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. Em se tratando de relação de consumo, os prestadores de serviço têm o dever de prestá-los com qualidade e de forma eficiente, como se extrai da redação do artigo 22 do CDC. Neste sentido: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATO ILÍCITO. DANO MORAL. SUSPENSÃO DO SERVIÇO E COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELO. ALEGAÇÃO DE NÃO COMETIMENTO DE ATO ILÍCITO. IMPROVIMENTO SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME. 1. A cobrança indevida e a privação dos serviços diante da adimplência da autora demonstra falha na prestação do serviço, configurando, assim, ato ilícito. 2. O desconforto causado pela privação dos serviços de internet e ainda o descaso para com a figura do consumidor, que buscou incessante e reiteradamente a solução do problema, gera ao mesmo, hipossuficiente na relação, por si só, repercussão grave no íntimo do apelado, pois causou aborrecimentos que ultrapassaram o mero dissabor, ficando privado da utilização do serviço devidamente contratado há anos, sem qualquer justificativa. 3. O valor da indenização no valor de R$ 5.000,00 é justo e proporcional, considerando as particularidades do caso sub judice, indo ao encontro do entendimento jurisprudencial pátrio. 4. Apelação cível não provida. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 3977188 PE, Relator: Jovaldo Nunes Gomes, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2ª Câmara Extraordinária Cível, Data de Publicação: 08/11/2017) No caso dos autos a parte reclamante sustentou que o serviço de telefonia foi prestado de forma ineficiente pela parte reclamada, pois o chip vendido referente a linha telefônica móvel (65) 99664-0333 já pertencia a outra pessoa desconhecida. Analisando o conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que a parte reclamante evidencia, por meio de protocolo 20196307371124 e 20196307482450, registrado no call center da empresa reclamada que solicitou o serviço apontado como ineficiente. Embora os protocolos de atendimento em call center, em regra, não seja considerada prova robusta por não se tratar de uma prova técnica, no caso em exame, considero-o como prova válida, visto que, além de verossímeis, os fatos envolvidos devem ser interpretados em desfavor do prestador dos serviços, visto que este detém o encargo probatório de disponibilizar a aludida gravação e não o fez (cf. art. 15 e 16 do Decreto 6.523/2008 que regula a Lei 8.078/1990 quanto ao o Serviço de Atendimento ao Consumidor). Neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. SOLICITAÇÃO DE CONTA DETALHADA DE TELEFONE POR CALL CENTER NÃO ATENDIDA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. O consumidor demandante possui o direito e solicitou detalhamento da conta de telefone pelo call center, informando o número de protocolo na petição inicial. Se houve juntada da documentação na resposta à ação pela operadora de telefonia, e não houve contestação quanto existência desse este pedido via call center, ou mesmo juntada da respectiva gravação, ocorre o reconhecimento da procedência do pedido, não se configurando hipótese de ausência de justa causa para o ajuizamento da medida cautelar, justificando-se, também, a condenação da demandada nos ônus de sucumbência, de acordo com o princípio da causalidade. Os honorários arbitrados na sentença devem ser reduzidos, porque excessivos, considerando-se, especialmente, o lugar de prestação do serviço a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (TJRS - AC: 70050500834 RS, Relator: Carlos Cini Marchionatti, Data de Julgamento: 12/09/2012, Vigésima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/09/2012) Diante da ausência da gravação correspondente ao protocolo informado nos autos, presume-se que houve a solicitação do serviço questionado. Ainda em exame dos autos, nota-se que não há qualquer prova que possa convencer este juízo de que o serviço solicitado foi prestado de forma eficiente. Vale lembrar que, no presente caso, o ônus probatório pertence ao fornecedor dos serviços, visto que deve ser proporcionado ao consumidor a facilitação de prova de seus direitos (art. 6º, VIII, CDC). Desse modo, pela insuficiência de provas, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório, concluindo que houve falha na prestação de serviço e, consequentemente, conduta ilícita. DANO MORAL. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Assim, a indisponibilidade de tempo tem o condão de gerar o dano moral. Neste sentido: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. VIAGEM DE TURISMO. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO AO QUE PRÉVIAMENTE AJUSTADO. DANO MORAL IN RE IPSA. CABIMENTO. Caso em que a parte autora realiza viagem ao exterior utilizando do pacote de turismo disponibilizado pela ré. Incômodos demonstrados no decorrer da viagem. Evidenciado aos autos que os demandantes realizaram contrato prevendo hospedagem em quarto de casal, sendo disponibilizados em hotel camas de solteiro. Troca de nomes nas reservas de hotéis, acarretando em perda de tempo e angústia aos autores em país estrangeiro. Dano moral in re ipsa, sendo o prejuízo decorrente das próprias circunstâncias do fato. Deram provimento ao recurso. Demanda julgada procedente em parte. Unânime. (Apelação Cível Nº 70041860479, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 26/05/2011) APELAÇÕES CÍVEIS. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA DE VALORES A MAIOR.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE ESTABELECIMENTO COMERCIAL E ADMINISTRADORA. INEXISTÊNCIA NO CASO CONCRETO. (...) A cobrança reiterada, na fatura do cartão de crédito, de valores superiores ao das compras realizadas, por período considerável, obrigando os demandantes a dirigirem-se à loja, ao PROCON e a ingressarem com demanda judicial para solucionar o impasse não pode ser considerada mero dissabor. (...) (TJRS Apelação Cível Nº 70051555514, Vigésima Quarta Câmara Cível, Relator: Jorge Maraschin dos Santos, Julgado em 29/05/2013) Neste sentido o STJ adota a Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor, concebendo dano moral, quando o consumidor não aproveita bem o seu tempo. RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. TEMPO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS. DEVER DE QUALIDADE, SEGURANÇA, DURABILIDADE E DESEMPENHO. ART. 4º, II, "D", DO CDC. FUNÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE PRODUTIVA. MÁXIMO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS PRODUTIVOS. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR. DANO MORAL COLETIVO. OFENSA INJUSTA E INTOLERÁVEL. VALORES ESSENCIAIS DA SOCIEDADE. FUNÇÕES. PUNITIVA, REPRESSIVA E REDISTRIBUTIVA. (...) 7. O dever de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho que é atribuído aos fornecedores de produtos e serviços pelo art. 4º, II, d, do CDC, tem um conteúdo coletivo implícito, uma função social, relacionada à otimização e ao máximo aproveitamento dos recursos produtivos disponíveis na sociedade, entre eles, o tempo. 8. O desrespeito voluntário das garantias legais, com o nítido intuito de otimizar o lucro em prejuízo da qualidade do serviço, revela ofensa aos deveres anexos ao princípio boa-fé objetiva e configura lesão injusta e intolerável à função social da atividade produtiva e à proteção do tempo útil do consumidor. (STJ REsp 1737412/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 08/02/2019) Ademais, o tempo é um bem precioso e a parte reclamante poderia tê-lo utilizado para o convívio familiar, investimento em cultura e lazer e em atividades profissionais, evidenciando o dano moral subjetivo. Em exame do caso concreto, nota-se que o tempo despendido tentando solucionar o problema extrajudicialmente, por meio de inúmeras ligações para call center é suficiente para a caracterização do dano moral na modalidade objetiva e subjetiva, visto que se trata de tempo considerável. Isto porque, o desperdício do tempo tem o condão de proporcionar sentimentos indesejados como raiva, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do tempo é devido o dano moral. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$2.000,00. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar a parte reclamada, a pagar à parte reclamante a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir da citação (24/09/2019, ID 24793734) por envolver ilícito contratual (Precedentes do STJ. AgInt no AREsp 703055/RS); Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008350-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE TAIRORE RAMIRES GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO FREDERICO ARRUDA MONTENEGRO OAB - MT15329-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1008350-13.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOSE TAIRORE RAMIRES GONCALVES REQUERIDO: OI BRASILTELECOM Vistos, etc. JOSE TAIRORE RAMIRES GONÇALVES ajuizou ação indenizatória em desfavor de OI MÓVEL S/A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte promovida que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. A antecipação de tutela foi concedida na movimentação 24074780. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no id. 25773014 e arguiu a preliminar de inépcia da inicial. No mérito, sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral. Ao final, formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada no id. 25612822 e impugnação à contestação apresentada no id. 26007433. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). INÉPCIA DA INICIAL. DOCUMENTOS IMPRESCINDÍVEIS. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. O ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere a demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do

pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Examinando o documento, considerado pela parte reclamada como imprescindível, nota-se que a apresentação do comprovante da existência de restritivo não é imprescindível para o ajuizamento da ação indenizatória. Por isso, a preliminar deve ser afastada. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade, o dano moral e o pedido contraposto. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. COBRANÇA DE DÍVIDA DESCONHECIDA. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada, no valor de R$375,45 (ID 24074269). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas telas de sistemas (ID 25773014), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE. Não obstante a responsabilidade objetiva aplicada nas relações consumeristas, esta pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro, como dispõe o § 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do Código de Defesa do Consumidor. Embora sem expressa previsão legal, a responsabilidade objetiva também se exclui nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016). Assim, em síntese, a culpa objetiva pode ser excluída tanto por culpa exclusiva do consumidor, de terceiro ou por casos fortuitos e força maior. Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte promovida sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte promovida contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu

respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte promovida, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. DANO MORAL. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabível a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 24074269, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...) RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013). Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto aos valores dos restritivos (R$ 375,45), entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$ 4.000,00. PEDIDO CONTRAPOSTO. Embora não seja admitida a reconvenção no rito dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do artigo 31 da Lei 9.099/95, é permitido à parte promovida formular na contestação pedido contraposto, desde que embasado nos mesmos fatos alegados pela parte promovente. Destaca-se ainda que, nos termos do Enunciado 31 do FONAJE, o pedido contraposto é admissível inclusive quando a parte promovida for pessoa jurídica. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBJETIVO DE REDISCUTIR MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 9099/95. POSSIBILIDADE DE PESSOA JURÍDICA FORMULAR PEDIDO CONTRAPOSTO NO JUIZADO ESPECIAL ENUNCIADO 31 DO FONAJE. PRINCÍPIO DA CELERIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESACOLHIDOS. (Embargos de Declaração Nº 71006086045, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 03/06/2016). CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE. PEDIDO

CONTRAPOSTO. PESSOA JURÍDICA. ADMISSÍVEL. DESCONTO INDEVIDO EM CONTRACHEQUE. REPETIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL. INCABÍVEL. 1.É admissível nos Juizados Especiais a propositura de pedido contraposto por pessoa jurídica, sem acesso aos Juizados (Enunciado nº 31 do FONAJE). (...) (TJ-DF - Apelacao Civel do Juizado Especial : ACJ 20140910107318 DF 0010731-71.2014.8.07.0009). Em síntese, para que o pedido contraposto seja deferido, é necessário que a cobrança realizada pela parte promovida seja legítima, que o pedido esteja formulado com base nos mesmos fatos narrados na inicial e de forma líquida. Da análise do caso concreto, nota-se que a cobrança não é legítima, conforme explanado em tópicos anteriores. Por esta razão, o pedido contraposto deve ser indeferido. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho rejeitar a preliminar arguida e consequentemente, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: a) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida no ID 24074780, remetendo a discussão quanto ao seu eventual descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do princípio do contraditório; b) declarar a inexistência do débito de R$87,97 (oitenta e sete reais e noventa e sete centavos); c) condenar a parte promovida a pagar a parte promovente a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso (08/03/2019 – id. 24074269) por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ); d) indeferir o pedido contraposto; e) retificar o polo passivo para constar a empresa OI MÓVEL S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 05.423.963/0001-11. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009532-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ITAMAR FRANCISCO DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEOMAR FERREIRA SILVA OAB - MT15495/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1009532-34.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ITAMAR FRANCISCO DE CARVALHO REQUERIDO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A Vistos, etc. ITAMAR FRANCISCO DE CARVALHO ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor de EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, INCORPORADORA DA UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte reclamada que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. A antecipação de tutela foi concedida na movimentação 24320995. Devidamente citada, a parte reclamada apresentou contestação no ID 25861487 e sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte promovida, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. COBRANÇA DE DÍVIDA DESCONHECIDA. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada, no valor de R$284,61 (ID 24318939). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que a empresa reclamada não apresentou nos autos nenhuma evidência

significativa da existência de crédito em seu favor. Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. DANO MORAL. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto às pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabível a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 24318939, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devido o dano moral. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Impõe ainda consignar que, embora a existência de outros restritivos posteriores (id. 25115643), não afaste o dano moral, é inegável que influencia na fixação do quantum indenizatório em patamar inferior ao caso em que o consumidor tem uma única negativação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. (...) INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. ANOTAÇÕES POSTERIORES. DANO MORAL PURO CONFIGURADO. QUANTUM REDUZIDO. 1. Recorrente que pugna pela exclusão da condenação a título de danos morais, invocando a Súmula 385, do STJ, ou, alternativamente, a redução do quantum. 2. No caso em tela, incontroverso que o autor possui outras inscrições restritivas. No entanto, todas as demais anotações são posteriores àquela procedida pela demanda, com o que tenho como inaplicável o enunciado invocado. 3. Tangente ao valor arbitrado, este comporta redução. As inscrições posteriores devem ser levadas em conta apenas para reduzir o montante indenizatório de R$ 7.000,00 para R$ 3.000,00, já que a situação do autor é diversa daquele que nunca teve uma anotação lícita. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004295929, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ketlin Carla Pasa Casagrande, Julgado em 18/10/2013) Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$284,61), entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$3.000,00. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: a) confirmar os efeitos da tutela provisória de urgência deferida no ID 24320995, remetendo a discussão quanto ao seu eventual descumprimento para a fase de cumprimento de sentença para que não haja violação do princípio do contraditório; b) condenar a parte promovida a pagar à parte promovente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso (15/02/2017 a 16/06/2017, id. 24318939) por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem

de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010471-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RONILTON GOMES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1010471-14.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RONILTON GOMES DOS SANTOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. RONILTON GOMES DOS SANTOS ajuizou reclamação com pedido condenatório em desfavor de BANCO BRADESCO S/A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte reclamada que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte reclamada apresentou contestação no ID 26003565 e arguiu as preliminares de inépcia da inicial, falta de interesse de agir. No mérito, sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral. Ao final, arguiu litigância de má-fé. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 26109984 e impugnação à contestação apresentada no ID 26438868. Ausência de interesse de agir. Segundo a Teoria da Asserção, o simples fato de a parte promovente ter imputado à parte promovida a prática de ato ilícito, independentemente da análise da tese de defesa e do conjunto fático probatório, é suficiente para a demonstração de seu interesse processual. Entender de forma contrária violaria frontalmente o Princípio ao Livre Acesso ao Poder Judiciário, ancorado no artigo 5º, inciso XXXV, da CRFB. Neste sentido: "(...) INTERESSE DE AGIR, LEGITIMIDADE E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. (...) 3. Deste modo, uma vez constatada a não-observância de tais regras básicas, surge o interessenecessidade para a tutela pleiteada. Vale observar, ainda, que as condições da ação são vistas in satu assertionis ("Teoria da Asserção"), ou seja, conforme a narrativa feita pelo demandante, na petição inicial. Desse modo, o interesse processual exsurge da alegação do autor, realizada na inicial, o que, ademais, foi constatado posteriormente na instância ordinária. Tudo isso implica reconhecer a não-violação dos arts. 3º e 267, VI, do CPC. (...)" (STJ REsp 470.675/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16.10.2007, DJ 29.10.2007 p. 201) Desta forma, em análise do caso concreto, nota-se que a simples alegação contida na inicial de que a parte promovida causou dano moral à parte promovente é suficiente para evidenciar o interesse processual. Portanto, não havendo razão a arguição preliminar de ausência de interesse processual, rejeita-se. Inépcia da inicial. Documentos imprescindíveis. Nos termos do artigo 320 do CPC, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. O ajuizamento de ação sem a juntada de documento imprescindível ocasiona a inépcia da inicial e implica no julgamento sem resolução de mérito. Impõe elucidar que o documento imprescindível se refere a demonstração regular do exercício do direito de ação e não do direito material, pois a ausência deste implicará na improcedência do pedido e não na extinção sem resolução de mérito. Neste sentido: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. (...) PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO ALEGADO - A jurisprudência deste STJ reconhece que a petição inicial deve vir acompanhada dos documentos necessários à comprovação do regular exercício do direito de ação, o que não inclui, em regra, os documentos probantes do direito material alegado pelo autor, os quais poderão ser produzidos no momento processual oportuno. - A prova relativa à existência, ou não, de comprometimento ilegal de renda do mutuário não constitui documento imprescindível à propositura da ação de embargos fundada em excesso de execução e, ainda que indispensável fosse, não autoriza de plano o indeferimento da petição inicial por inépcia, mas a abertura de prazo à parte interessada para que supra o vício existente. - Recurso especial não conhecido. (STJ REsp 497.742/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 04/08/2003 p. 301). Examinando o documento, considerado pela parte reclamada como imprescindível, nota-se que a apresentação do comprovante da existência de restritivo não é imprescindível para o ajuizamento da ação indenizatória. Por isso, a preliminar deve ser afastada. Julgamento antecipado da lide. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade, o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de

Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada, no valor de R$495,23 (ID 24558219). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que a empresa reclamada não apresentou nos autos nenhuma evidência significativa da existência de crédito em seu favor. Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte promovida sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte promovida contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte promovida, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabível a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas.

Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado no ID 24317050, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. QUANTUM INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$495,23), entendo como razoável e suficiente para a compensação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Litigância de má-fé. A litigância de má-fé se caracteriza com a prática de alguma das hipóteses previstas no artigo 80 do CPC acompanhada do elemento dolo. Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;II - alterar a verdade dos fatos;III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;VI - provocar incidente manifestamente infundado;VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. Não destoa a jurisprudência do STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ACÓRDÃO DA LAVRA DESTA EGRÉGIA QUARTA TURMA QUE REJEITOU OS ACLARATÓRIOS MANEJADOS PELOS EMBARGADOS, MANTENDO HÍGIDO O RECONHECIMENTO DA INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE. 1. Segundo a reiterada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a mera utilização de recursos previstos em lei não caracteriza, por si só, litigância de má-fé, devendo ser demonstrado o caráter manifestamente infundado do reclamo ou o dolo da parte recorrente em obstar o normal trâmite do processo, o que não se vislumbra no caso concreto. 2. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão acerca da apontada litigância de má-fé. (STJ EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 563.934/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017) Em exame dos autos, não se vislumbra a ocorrência de qualquer hipótese tipificada e, muito menos, o caráter manifestamente infundado da parte reclamante ou o seu dolo em obstar o normal trâmite do processo. Por esta razão, não merece acolhimento o pleito de litigância de má-fé. Dispositivo. Posto isso, proponho rejeitar as preliminares arguidas e, consequentemente, julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: a) declarar a inexistência do débito de R$495,23 (quatrocentos e noventa cinco reais e vinte três centavos); b) determinar que a parte reclamada, no prazo de 5 dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$200,00, limitada a R$12.000,00, devendo a parte ser intimada pessoalmente (AR ou Oficial de Justiça) para o cumprimento da obrigação (Súmula 410 do STJ); c) condenar a parte promovida a pagar à parte promovente a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso (30/08/2019, id. 24558219) por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ); d) indeferir o pedido de litigância de má-fé; Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função "atualização monetária" disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010638-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NIVALDO PUBLIO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1010638-31.2019.8.11.0001 REQUERENTE: NIVALDO PUBLIO DE SOUZA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc. NIVALDO PUBLIO DE SOUZA ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor de BANCO BRADESCO S.A. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte promovida que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no id. 26255247 e sustentou a inexistência de culpa, ausência de dano moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos e litigância de má-fé. Ata da audiência de conciliação acostada no id. 26167230 e impugnação à

contestação apresentada no id. 26516954, requerendo perícia. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Considerando que a atividade jurisdicional é distribuída entre os integrantes do Poder Judiciário por meio da competência, cabe a cada juiz processar e julgar apenas demandas atinentes à parcela da jurisdição a ele outorgada por lei e pelas normas de organização judiciária, ressalvado as partes o direito de instituir juízo arbitral (art. 42 e 44 do CPC). Nos termos do artigo 3º da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade. Em relação ao conceito de menor complexidade, o Enunciado 54 do Fórum Nacional de Juizados Especiais estabelece que este leva em consideração o objeto da prova e não o direito material discutido: ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Mesma exegese é extraída da jurisprudência do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. (...) 1. Na Lei 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa – e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível – esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. 2. A autonomia dos Juizados Especiais não prevalece em relação às decisões acerca de sua própria competência para conhecer das causas que lhe são submetidas, ficando esse controle submetido aos Tribunais de Justiça, via mandado de segurança. Inaplicabilidade da Súmula 376/STJ. 3. O art. 3º da Lei 9.099/95 adota dois critérios distintos – quantitativo (valor econômico da pretensão) e qualitativo (matéria envolvida) – para definir o que são “causas cíveis de menor complexidade”. Exige-se a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação, salvo na hipótese do art. 3º, IV, da Lei 9.099/95. Assim, em regra, o limite de 40 salários mínimos não se aplica quando a competência dos Juizados Especiais Cíveis é fixada com base na matéria. (...) (STJ RMS 30170/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 13/10/2010) Assim sendo, os Juizados Especiais Cíveis não são competentes para processar e julgar causas em que for necessária a produção de prova pericial, visto que se trata de prova complexa. Em análise dos autos, diante da expressa impugnação da parte reclamante quanto a assinatura gravada no documento juntado no id 26255263, no caso, será necessária prova pericial grafotécnica para apurar se a referida rubrica foi efetivamente confeccionada pela parte reclamante. No caso concreto, por ser necessária a produção de prova pericial, trata-se de matéria complexa e, consequentemente, este juízo é incompetente para processar e julgar a presente demanda. Pelo exposto, proponho acolher a incompetência e julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso II da Lei 9.099/95 e artigos 485, inciso X e 337, II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos.Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007641-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELENA MARIA DO CARMO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1007641-75.2019.8.11.0001 REQUERENTE: HELENA MARIA DO CARMO REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. HELENA MARIA DO CARMO ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor de TELEFÔNICA BRASIL S.A. - VIVO. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte promovida que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no id. 25661871 e arguiu a preliminar de inépcia da inicial. No mérito sustentou inadimplência contratual, exercício regular do direito, inexistência de culpa, ausência de dano moral. Ao final, arguiu pela improcedência dos pedidos, formulou pedido contraposto e litigância de má-fé. A parte promovida juntou áudio no id. 25661872. Ata da audiência de conciliação acostada no id. 25531149 e impugnação à contestação no id. 25865788, requerendo perícia. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Considerando que a atividade jurisdicional é distribuída entre os integrantes do Poder Judiciário por meio da competência, cabe a cada juiz processar e julgar apenas demandas atinentes à parcela da jurisdição a ele outorgada por lei e pelas normas de organização judiciária, ressalvado as partes o direito de instituir juízo arbitral (art. 42 e 44 do CPC). Nos termos do artigo 3º da Lei 9099/95, o Juizado Especial Cível é competente para processar e julgar causas cíveis de menor complexidade. Em relação ao conceito de menor complexidade, o Enunciado 54 do Fórum Nacional de Juizados Especiais estabelece que este leva em consideração o objeto da prova e não o direito material discutido: ENUNCIADO 54 – A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Mesma exegese é extraída da jurisprudência do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. NECESSIDADE DE PERÍCIA. (...) 1. Na Lei 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa – e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível – esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. 2. A autonomia dos Juizados Especiais não prevalece em relação às decisões acerca de sua própria competência para conhecer das causas que lhe são submetidas, ficando esse controle submetido aos Tribunais de Justiça, via mandado de segurança. Inaplicabilidade da Súmula 376/STJ. 3. O art. 3º da Lei 9.099/95 adota dois critérios distintos – quantitativo (valor econômico da pretensão) e qualitativo (matéria envolvida) – para definir o que são “causas cíveis de menor complexidade”. Exige-se a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação, salvo na hipótese do art. 3º, IV, da Lei 9.099/95. Assim, em regra, o limite de 40 salários mínimos não se aplica quando a competência dos Juizados Especiais Cíveis é fixada com base na matéria. (...) (STJ RMS 30170/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 13/10/2010) Assim sendo, os Juizados Especiais Cíveis não são competentes para processar e julgar causas em que for necessária a produção de prova pericial, visto que se trata de prova complexa. Em análise dos autos, diante da expressa impugnação da parte promovente, no caso, será necessária prova pericial fonética para apurar se a voz constante no áudio juntado no ID 25661872 é da parte promovente. No caso concreto, por ser necessária a produção de prova pericial, trata-se de matéria de complexa e, consequentemente, este juízo é incompetente para processar e julgar a presente demanda. Pelo exposto, proponho acolher a incompetência e julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso II da Lei 9.099/95 e artigos 485, inciso X e 337, II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012593-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA LEITE DE MORAES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL TERRABUIO MOREIRA OAB - MT0018870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1012593-97.2019.8.11.0001 INTERESSADO: JOAO BATISTA LEITE DE MORAES REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA Vistos. Processo em fase de Sentença A parte reclamante, embora devidamente intimada, deixou de comparecer à audiência de conciliação e não apresentou justificativa. Nos Juizados Especiais, para o caso de ausência da parte reclamante a qualquer das audiências, o artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95, prevê como sanção a extinção do processo: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. No mesmo sentido dispõe o Enunciado nº 20 do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais: O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Posto isso, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95 e condeno a parte promovente ao pagamento das custas processuais (art. 51, §2º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado nº 28 do FONAJE). Revogo os efeitos da liminar eventualmente concedida. Havendo depósito de caução consignado em juízo, expeça-se alvará em favor da parte reclamante, devolvendo o correspondente valor. Transitada em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008747-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CIDINEY JOSE DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1008747-72.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CIDINEY JOSE DE MORAES REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia CIDINEY JOSÉ DE MOARES ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais TIM S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 25894162 e arguiu a preliminares de inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, arguiu litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25738344 e impugnação ID 26184116. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25738344), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada no valor de R$102,78 (ID 24155412). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado nos autos apenas telas (ID 25894162), as quais não têm o condão probatório, pois se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Neste sentido: EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - RELAÇÃO JURÍDICA NÃO DEMONSTRADA - TELAS DE SISTEMA - UNILATERALIDADE - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - Alegando o consumidor a inexistência de dívida, é do fornecedor demandado o ônus probatório de demonstrar a existência do débito motivador da negativação, sob pena de se atribuir ao autor o dever de produzir prova negativa - A simples juntada de extratos, faturas ou telas de sistema não configura prova apta a demonstrar a existência de relação jurídica e a contração das dívidas motivadoras da negativação, em razão do caráter unilateral desses documentos. (TJ-MG - AC: 10000180612814001 MG, Relator: Vasconcelos Lins, Data de Julgamento: 20/11/2018, Data de Publicação: 20/11/2018) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. TESE DEFENSIVA CALCADA EM SUPOSTA INADIMPLÊNCIA QUE JUSTIFICARIA A NEGATIVAÇÃO. ARGUMENTO INCONSISTENTE. PARTE RÉ QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. JUNTADA DE TELAS DE SISTEMA E FATURAS REFERENTES AO CONTRATO FIRMADO. PROVAS UNILATERAIS QUE, DESPROVIDAS DE APARENTE ASSINATURA OU CONCORDÂNCIA DA AUTORA, SÃO INSUFICIENTES PARA ATESTAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO DÉBITO EM QUE SE FUNDA O APONTAMENTO. ÔNUS PROCESSUAL QUE COMPETE AO FORNECEDOR (ART. 6º, VIII, DO CDC). REQUERIDA QUE NÃO LOGROU PROVAR O CONTRÁRIO (ART. 373, II, DO CPC/2015). MANIFESTA ILICITUDE DA INSCRIÇÃO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS À ESPÉCIE. ABALO DE CRÉDITO. DANO IN RE IPSA. POSIÇÃO ASSENTE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRETENSÃO DE REFORMA ACOLHIDA. (...) (TJ-SC - AC: 03092834620158240020 Criciúma 0309283-46.2015.8.24.0020, Relator: André Carvalho, Data de Julgamento: 06/08/2019, Sexta Câmara de Direito Civil) Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que

possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada. Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabivel a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado na ID 24155412, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que

não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Impõe destacar que, no caso concreto, a parte reclamante possui vários restritivos incluídos concomitantemente no mesmo dia, situação em que não caracteriza nem restritivo pré-existentes, capaz de elidir o dano moral, e nem posterior, com o condão de amenizar o quantum indenizatório. No caso de negativações concomitantes, a dimensão do dano deve ser distribuída proporcionalmente para cada restritivo. Nesta linha de raciocínio, considerando que nesta ação é impugna apenas um restritivo dos dois existentes, situação em que justifica uma indenização proporcional de 1/2 do valor que normalmente vem se fixando em casos de restritivo de crédito indevido. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$2.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as preliminares arguidas e b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: c) declarar a inexistência do débito de R$102,78 (cento e dois reais e setenta e oito centavos), referente ao contrato GSM113341964451; d) determinar que a parte reclamada no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a R$12.000,00 (doze mil reais); e) condenar a parte reclamada pagar a parte reclamante a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012007-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GENIVALDO BERNARDINO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL WINCK DO NASCIMENTO OAB - MT19119/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1012007-60.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GENIVALDO BERNARDINO DE OLIVEIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Processo em fase de Sentença A parte reclamante, embora devidamente intimada, deixou de comparecer à audiência de conciliação e não apresentou justificativa. Nos Juizados Especiais, para o caso de ausência da parte reclamante a qualquer das audiências, o artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95, prevê como sanção a extinção do processo: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. No mesmo sentido dispõe o Enunciado nº 20 do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais: O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Posto isso, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95 e condeno a parte promovente ao pagamento das custas processuais (art. 51, §2º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado nº 28 do FONAJE). Revogo os efeitos da liminar eventualmente concedida. Havendo depósito de caução consignado em juízo, expeça-se alvará em favor da parte reclamante, devolvendo o correspondente valor. Transitada em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009581-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO BERNARDO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1009581-75.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SEBASTIAO BERNARDO FILHO REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). Resumo da controvérsia SEBASTIAO BERNARDO FILHO ajuizou reclamação com pedido declaratório de inexistência de débito c/c indenizatório por danos morais BANCO BRADESCO S/A. Em síntese alegou desconhecer a dívida negativada em seu nome. A título de tutela provisória de urgência, requereu a imediata exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, e ao final postulou indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no ID 25967296 e arguiu a preliminares de inépcia da inicial e no mérito, sustentou a inexistência de culpa e ausência de dano moral. Ao final, requer Ao final, arguiu litigância de má-fé e formulou pedido contraposto. Ata da audiência de conciliação acostada no ID 25898188 e impugnação ID 26229011. É a síntese do necessário. Prescrição. Conforme estabelecido no artigo 189 do Código Civil, a prescrição ocasiona a perda da pretensão de requerer em juízo a reparação de direito violado em virtude da inércia da vítima por

determinado tempo. Por se trata de ação indenizatória decorrente de relação de consumo, aplica-se o prazo prescrição quinquenal identificada no artigo 27 do CDC, e não o trienal previsto no artigo 206, § 3º, inciso V do Código Civil. Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria. Neste sentido é o entendimento pacificado no STJ: DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL POR FATO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. CINCO ANOS. ART. 27 DO CDC. SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. Segundo a jurisprudência desta Corte, o prazo de prescrição para o consumidor pleitear reparação por falha na prestação do serviço é de cinco anos, consoante previsto no art. 27 do CDC. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ AgRg no REsp 995.890/RN, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 21/11/2013) Portanto, considerando que a violação do direito restrição ao crédito ocorreu na data (02/04/2015, cf. ID 24331789), rejeito a arguição de prescrição, pois a presente ação foi ajuizada em 26/09/2019 (ID 24331780), ou seja, antes do prazo prescricional. Julgamento antecipado da lide. Examinando os autos, nota-se que, na audiência de conciliação (ID 25898188), as partes posicionaram-se no sentido de que, em relação à produção de prova oral, manifestar-se-iam na contestação (parte reclamada) e na impugnação à contestação (parte reclamante). Porém, analisando tais peças, observa-se que não houve pedido específico, autorizando o julgamento antecipado da lide, com a aplicação dos ônus específicos. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I, do CPC, passo ao exame do mérito. Limites do conflito. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte reclamada, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. Cobrança de dívida desconhecida. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada no valor de R$102,78 (ID 24331789). Em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que a empresa reclamada não apresentou nos autos nenhuma evidência significativa da existência de crédito em seu favor. Assim, pela insuficiência de provas da origem do crédito, aplicam-se as regras de hermenêutica, segundo as quais, nesses casos, decide-se em desfavor da parte que possui o encargo probatório. Portanto, não havendo obrigação a ser cumprida pela parte reclamante, a cobrança é indevida e conduta ilícita da parte reclamada encontra-se configurada Excludente de culpabilidade. Os fabricantes, produtores, construtores, importadores, comerciantes, fornecedores e os prestadores de serviço, possuem responsabilidade civil objetiva, sendo presumida a culpa (art. 12 e 14 do CDC). No entanto, a responsabilidade objetiva pode ser excluída em caso de culpa exclusiva do consumidor e de terceiro (§ 3º, incisos III e II, respectivamente dos artigos 12 e 13 do CDC), bem como nos casos fortuitos e de força maior, conforme entendimento jurisprudencial pacificado do STJ: RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. METROPOLITANO. ROUBO COM ARMA BRANCA SEGUIDO DE MORTE. ESCADARIA DE ACESSO À ESTAÇÃO METROVIÁRIA. CASO FORTUITO EXTERNO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRECEDENTES. APELO PROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte Superior, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é objetiva, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro. (...)(STJ REsp 974.138/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 09/12/2016) Neste contexto, com o objetivo de afastar sua responsabilidade objetiva, a parte reclamada sustenta que o dano foi ocasionado por culpa exclusiva de terceiros e, por isso, não possui responsabilidade civil. Todavia, no caso concreto, observa-se que não há culpa exclusiva de terceiro (fraudadores), pois a parte reclamada contribuiu para a concretização do dano, visto que é de sua responsabilidade o dever de cautela e pelos procedimentos de segurança contratual de seus clientes, conforme dispõe o artigo 8° do Código de Defesa do Consumidor: Art. 8° Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito. Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto. Destaca-se que o risco de fraude é inerente à própria atividade empresarial, já que esta cooperou para que o dano ocorresse com a ausência dos procedimentos de segurança que poderiam ter evitado o dano ao consumidor. O assunto já foi pacificado pelo STJ, inclusive por meio da sistemática de precedentes (tema 466), confirmando o dever de cautela do prestador de serviço na celebração de contrato. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. No julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.197.929/PR (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 12/9/2011), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, foi firmado o entendimento de que "as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno". (...) (STJ AgInt no AREsp 839.180/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016) Portanto, por não haver excludente de culpa da parte reclamada, permanece inalterada a plena responsabilidade pela conduta ilícita detectada. Dano moral. Em virtude da imprecisão terminológica utilizada no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, a expressão dano moral possui inúmeras definições doutrinárias e jurisprudências. Sem que se adentre a esta discussão, em síntese, com base na jurisprudência do STJ abaixo transcrito, podemos definir dano moral como toda ofensa aos direitos da personalidade, podendo ser classificada em honra objetiva consistente na ofensa à reputação social e a subjetiva se reportando ao sofrimento suportado. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO,

CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. ART. 52 DO CC/02. PROTEÇÃO DE SUA PERSONALIDADE, NO QUE COUBER. HONRA OBJETIVA. LESÃO A SUA VALORAÇÃO SOCIAL. BOM NOME, CREDIBILIDADE E REPUTAÇÃO. PROVA. INDISPENSABILIDADE.(...) 5. Os danos morais dizem respeito à dignidade humana, às lesões aos direitos da personalidade relacionados a atributos éticos e sociais próprios do indivíduo, bens personalíssimos essenciais para o estabelecimento de relações intersubjetivas em comunidade, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva (honra subjetiva) e à parte social da personalidade (honra objetiva). 6. As pessoas jurídicas merecem, no que couber, a adequada proteção de seus direitos da personalidade, tendo a jurisprudência dessa Corte consolidado, na Súmula 227/STJ, o entendimento de que as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral. 7. A tutela da personalidade da pessoa jurídica, que não possui honra subjetiva, restringe-se à proteção de sua honra objetiva, a qual é vulnerada sempre que os ilícitos afetarem seu bom nome, sua fama e reputação. 8. A distinção entre o dano moral da pessoa natural e o da pessoa jurídica acarreta uma diferença de tratamento, revelada na necessidade de comprovação do efetivo prejuízo à valoração social no meio em que a pessoa jurídica atua (bom nome, credibilidade e reputação). 9. É, portanto, impossível ao julgador avaliar a existência e a extensão de danos morais supostamente sofridos pela pessoa jurídica sem qualquer tipo de comprovação, apenas alegando sua existência a partir do cometimento do ato ilícito pelo ofensor (in re ipsa). Precedente. (...) (STJ REsp 1807242/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, REPDJe 18/09/2019, DJe 22/08/2019) Por esta razão, tanto as pessoas naturais quanto as pessoas jurídicas podem sofrer dano moral, contudo, estas últimas por possuírem apenas honra objetiva, eis que detentoras de reputação social, mas não de honra subjetiva, porquanto são desprovidas de sentimentos (Súmula 227 do STJ). Assim, a indisponibilidade de crédito tem o condão de gerar o dano moral. A primeira restrição indevida de crédito ofende ao direito da personalidade, sendo cabivel a indenização por danos morais, todavia, a existência de outras restrições preexistentes descaracteriza o dano, pois quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito (STJ REsp 1.002.985-RS) Neste sentido preconiza a Sumula 385 e julgamento de Recurso Repetitivo do STJ: RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA COMANDADA PELO SUPOSTO CREDOR. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385/STJ. (...) 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento" (Súmula 385/STJ). (...) 5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ REsp 1386424/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 16/05/2016) Vale ainda consignar que, havendo restritivos preexistentes e estes estiverem judicializados, não se aplica a Súmula 385 do STJ, permanecendo a presunção do dano moral: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. SUPOSTA FRAUDE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 STJ NO CASO CONCRETO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. Inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ na hipótese dos autos, haja vista que as inscrições prévias estão sendo discutidas judicialmente pelo autor em outras demandas. Dano moral configurado na modalidade in re ipsa. Quantum indenizatório que vai arbitrado em R$ 3.000,00, abaixo, pois, do valor usualmente fixado por este Colegiado, considerando que se deve sopesar a totalidade de inscrições decorrentes do mesmo fato, qual seja, fraude na contratação. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70066711862, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 29/10/2015). Em exame do caso concreto, com base no extrato juntado na ID 24331789, nota-se que o restritivo impugnado foi o primeiro registrado, estando caracterizado o dano moral na modalidade objetiva e subjetiva. Isto porque este fato tem o condão de denegrir a imagem do consumidor no meio social e proporcionar sentimentos indesejados como frustração, angústia e ansiedade. Portanto, diante da indisponibilidade do crédito é devida o dano moral. Quantum indenizatório do dano moral. Em relação ao quantum indenizatório do dano moral, este deve atender a uma dupla finalidade: compensação e repressão. Assim, há que se observar tanto a capacidade econômica da vítima quanto do ofensor, evitando o enriquecimento injustificado e garantindo o viés pedagógico da medida. Ademais, deve ser considerada também a extensão da culpa e do dano (subjetivo e/ou objetivo), para que não sejam violados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade. Neste sentido preconiza a jurisprudência do STJ: (...)RESPONSABILIDADE CIVIL. (...) DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE. (...) 1. A revisão do valor fixado a título de danos morais e estéticos para os autores em razão de acidente de trânsito provocado por agente estatal, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização. 2. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso. 3. Agravo Regimental do ESTADO DE SANTA CATARINA desprovido. (STJ AgRg no AREsp 253.665/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 11/04/2013) Neste contexto, o valor indenizatório deve satisfazer ao caráter compensatório, servindo, ainda como desincentivo à repetição da conduta ilícita. Portanto, sopesando estes critérios e considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente quanto ao valor do restritivo (R$110,60), entendo como razoável e suficiente para a reparação do dano moral a quantia de R$4.000,00. Dispositivo. Posto isso, proponho: a) rejeitar as prejudicial de mérito e b) julgar parcialmente procedente os pedidos contidos na inicial para, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil: c) declarar a inexistência do débito de R$110,60 (cento e dez reais e sessenta centavos), referente ao contrato 4601979010000341; d) determinar que a parte reclamada no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a exclusão do restritivo de crédito em nome da parte reclamante, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitada a R$12.000,00 (doze mil reais); e) condenar a parte reclamada pagar a parte reclamante a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente pelo INPC/IBGE, pro rata, a partir desta data (Súmula 362 do STJ), e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização, a partir do evento danoso por envolver ilícito extracontratual (Súmula 54 do STJ). Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, agora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função “atualização monetária” disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o devedor deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que sejam utilizados (BACENJUD e RENAJUD). Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Submeto o presente projeto de decisão à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Carla Cristina Cezário Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013762-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

PAULO ROBERTO GUEDES DE CARVALHO (REQUERENTE)
WILMA PEREIRA RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA MICAELE BRANDAO OAB - MT26018-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1013762-22.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WILMA PEREIRA RAMOS, PAULO ROBERTO GUEDES DE CARVALHO REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo, com resolução do mérito. III - Por ser esta uma decisão da qual não cabe recurso (art. 41 da Lei n. 9099/95), intimem-se as partes e arquive-se imediatamente (Enunciado 12 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais de Mato Grosso). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007494-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO LUIS MAGALHAES SERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1007494-49.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CELSO LUIS MAGALHAES SERRA REQUERIDO: BANCO PAN Vistos. Processo em fase de Sentença A parte reclamante, embora devidamente intimada, deixou de comparecer à audiência de conciliação e não apresentou justificativa. Nos Juizados Especiais, para o caso de ausência da parte reclamante a qualquer das audiências, o artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95, prevê como sanção a extinção do processo: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. No mesmo sentido dispõe o Enunciado nº 20 do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais: O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Posto isso, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95 e condeno a parte promovente ao pagamento das custas processuais (art. 51, §2º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado nº 28 do FONAJE). Revogo os efeitos da liminar eventualmente concedida. Havendo depósito de caução consignado em juízo, expeça-se alvará em favor da parte reclamante, devolvendo o correspondente valor. Transitada em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005714-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS DANTAS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1005714-74.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOSE CARLOS DANTAS DOS SANTOS REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo, com resolução do mérito. III - Por ser esta uma decisão da qual não cabe recurso (art. 41 da Lei n. 9099/95), intimem-se as partes e arquive-se imediatamente (Enunciado 12 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais de Mato Grosso). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011956-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDEZIO MARQUES FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1011956-49.2019.8.11.0001 REQUERENTE: EDEZIO MARQUES FILHO REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos. Processo em fase de Sentença A parte reclamante, embora devidamente intimada, deixou de comparecer à audiência de conciliação e não apresentou justificativa. Nos Juizados Especiais, para o caso de ausência da parte reclamante a qualquer das audiências, o artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95, prevê como sanção a extinção do processo: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. No mesmo sentido dispõe o Enunciado nº 20 do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais: O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Posto isso, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95 e condeno a parte promovente ao pagamento das custas processuais (art. 51, §2º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado nº 28 do FONAJE). Revogo os efeitos da liminar eventualmente concedida. Havendo depósito de caução consignado em juízo, expeça-se alvará em favor da parte reclamante, devolvendo o correspondente valor. Transitada em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014016-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER LUIZ TAQUES DA ROCHA (INTERESSADO)
IDEALE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO OSMAR PIZZATTO OAB - MT11094-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA GRANJEIRO ROCHA (REQUERIDO)
A GRANJEIRO ROCHA COMERCIO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANNE KAROLINE GONCALVES LIN OAB - MT24791/O-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1014016-92.2019.8.11.0001 INTERESSADO: WAGNER LUIZ TAQUES DA ROCHA, IDEALE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME REQUERIDO: A GRANJEIRO ROCHA COMERCIO, ADRIANA GRANJEIRO ROCHA Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo, com resolução do mérito. III - Por ser esta uma decisão da qual não cabe recurso (art. 41 da Lei n. 9099/95), intimem-se as partes e arquive-se imediatamente (Enunciado 12 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais de Mato Grosso). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010096-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOCASSIA DE PAULA DANTAS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1010096-13.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOCASSIA DE PAULA DANTAS REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A. Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo, com resolução do mérito. III - Por ser esta uma decisão da qual não cabe recurso (art. 41 da Lei n. 9099/95), intimem-se as partes e arquive-se imediatamente (Enunciado 12 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais de Mato Grosso). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020089-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO PAULO DA SILVA (REQUERENTE)
ALEXSANDRO ALMEIDA MIRANDA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO JUVENTINO DE ARRUDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1020089-80.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RICARDO PAULO DA SILVA, ALEXSANDRO ALMEIDA MIRANDA REQUERIDO: MARCELO JUVENTINO DE ARRUDA Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo, com resolução do mérito. III - Por ser esta uma decisão da qual não cabe recurso (art. 41 da Lei n. 9099/95), intimem-se as partes e arquive-se imediatamente (Enunciado 12 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais de Mato Grosso). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005151-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ORLANDO LEHR NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO AUGUSTO MOTTA SOARES OAB - MT18555-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE MATOGROSSENSE DE ASSINTENCIA EM MEDICINA INTERNA LTDA (REQUERIDO)
PROX PARTICIPACOES LTDA (REQUERIDO)
QUALYCARE SERVICOS DE SAUDE E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ademar coelho da silva OAB - MT14948-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1005151-80.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ORLANDO LEHR NETO REQUERIDO: QUALYCARE SERVICOS DE SAUDE E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA, SOCIEDADE MATOGROSSENSE DE ASSINTENCIA EM MEDICINA INTERNA LTDA, PROX PARTICIPACOES LTDA Vistos. Processo em fase de Sentença A parte reclamante, embora devidamente intimada, deixou de comparecer à audiência de conciliação e não apresentou justificativa. Nos Juizados Especiais, para o caso de ausência da parte reclamante a qualquer das audiências, o artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95, prevê como sanção a extinção do processo: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. No mesmo sentido dispõe o Enunciado nº 20 do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais: O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Posto isso, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95 e condeno a parte promovente ao pagamento das custas processuais (art. 51, §2º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado nº 28 do FONAJE). Revogo os efeitos da liminar eventualmente concedida. Havendo depósito de caução consignado em juízo, expeça-se alvará em favor da parte reclamante, devolvendo o correspondente valor. Transitada em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015331-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUSCILAINE DA SILVA MALHEIROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RWLY GWLYT AFONSO ALVES DA SILVA OAB - MT24299/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1015331-58.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JUSCILAINE DA SILVA MALHEIROS REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S.A. Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo, com resolução do mérito. III - Por ser esta uma decisão da qual não cabe recurso (art. 41 da Lei n. 9099/95), intimem-se as partes e arquive-se imediatamente (Enunciado 12 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais de Mato Grosso). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de

Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013669-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THAISA MARILAINE GUERREIRO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO GONCALVES DE PINHO OAB - MT23878/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1013669-59.2019.8.11.0001 REQUERENTE: THAISA MARILAINE GUERREIRO DE SOUZA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. Processo em fase de sentença A parte reclamante, embora devidamente intimada, deixou de comparecer à audiência de conciliação e não apresentou justificativa. Nos Juizados Especiais, para o caso de ausência da parte reclamante a qualquer das audiências, o artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95, prevê como sanção a extinção do processo: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. No mesmo sentido dispõe o Enunciado nº 20 do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais: O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Quanto à justificativa apresentada, verifica-se não ser possível o seu acolhimento, porquanto desprovida de qualquer elemento probatório. Posto isso, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95 e condeno a parte promovente ao pagamento das custas processuais (art. 51, §2º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado nº 28 do FONAJE). Revogo os efeitos da liminar eventualmente concedida. Havendo depósito de caução consignado em juízo, expeça-se alvará em favor da parte reclamante, devolvendo o correspondente valor. Transitada em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009670-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ WILK RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1009670-98.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUIZ WILK RIBEIRO REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos. Processo em fase de sentença A parte reclamante, embora devidamente intimada, deixou de comparecer à audiência de conciliação e não apresentou justificativa. Nos Juizados Especiais, para o caso de ausência da parte reclamante a qualquer das audiências, o artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95, prevê como sanção a extinção do processo: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. No mesmo sentido dispõe o Enunciado nº 20 do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais: O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Quanto à justificativa apresentada, verifica-se não ser possível o seu acolhimento, porquanto desprovida de qualquer elemento probatório. Posto isso, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95 e condeno a parte promovente ao pagamento das custas processuais (art. 51, §2º, da Lei nº 9.099/95 e Enunciado nº 28 do FONAJE). Revogo os efeitos da liminar eventualmente concedida. Havendo depósito de caução consignado em juízo, expeça-se alvará em favor da parte reclamante, devolvendo o correspondente valor. Transitada em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014212-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA LARA PINTO TOLEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINALVA MARIA DE LIMA ARANTES OAB - MT26228/O (ADVOGADO(A))
ROSENI APARECIDA FARINÁCIO OAB - MT4747-O (ADVOGADO(A))
SILVANA DA SILVA TOLEDO OAB - MT11495-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1014212-62.2019.8.11.0001 REQUERENTE: PATRICIA LARA PINTO TOLEDO REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo, com resolução do mérito. III - Por ser esta uma decisão da qual não cabe recurso (art. 41 da Lei n. 9099/95), intimem-se as partes e arquive-se imediatamente (Enunciado 12 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais de Mato Grosso). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003745-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CVL IMOVEIS LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUDMILLA DE MOURA BOURET OAB - MT8476-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GABRIEL RAMATHIS XAVIER DA SILVA (EXECUTADO)
GISELE CRISTINE DE CAMPOS XAVIER (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1003745-24.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CVL IMOVEIS LTDA - EPP EXECUTADO: GABRIEL RAMATHIS XAVIER DA SILVA, GISELE CRISTINE DE CAMPOS XAVIER Vistos. Processo em fase de Arquivamento. A parte credora desistiu da execução informando que a dívida já se encontra paga. Posto isso, homologo a desistência manifestada pela parte credora e, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução. Intimem-se e arquive-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015000-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO RESIDENCIAL MONTREAL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LIDIA MARIA DA SILVA LOPES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1015000-76.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO DO RESIDENCIAL MONTREAL EXECUTADO: LIDIA MARIA DA SILVA LOPES Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos jurídicos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 924, inciso III, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo executivo, em razão da novação celebrada pelas partes (art. 360 do Código Civil). III – Considerando que o pagamento será realizado extrajudicialmente, e, portanto, será desnecessária a expedição de alvará, bem como que não cabe recurso desta decisão (art. 41 da Lei n. 9099/95), intimem-se as partes e arquivem-se os autos imediatamente (Enunciado 12 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais de Mato Grosso). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005292-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL IPIRANGA SECCAO II (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEISLIE DE FATIMA HAENISCH OAB - MT5860-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUELI NUNES DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1005292-02.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL IPIRANGA SECCAO II EXECUTADO: SUELI NUNES DE OLIVEIRA Vistos. Processo em fase de Arquivamento. A parte credora desistiu da execução informando que a dívida já se encontra paga. Posto isso, homologo a desistência manifestada pela parte credora e, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução. Intimem-se e arquive-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008293-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSIMEIRY BARBOSA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1008293-92.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ROSIMEIRY BARBOSA DE ARRUDA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo, com resolução do mérito. . III - Considerando que o pagamento será realizado judicialmente, o devedor deverá juntar nos autos o (s) comprovante (s) de depósito, até 48 horas após o prazo estabelecido para o pagamento, sob pena de ser presumido o inadimplemento. IV - Caso o pagamento tenha sido pactuado em parcelas, desde já fica autorizada a expedição dos respectivos alvarás, à medida que os pagamentos forem sendo feitos. Nessa hipótese, arquivem-se provisoriamente, até a quitação integral do débito. V - Com o pagamento integral da dívida e a expedição de todos os alvarás, arquive-se definitivamente. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008765-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1008765-93.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO Vistos, etc. MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA ajuizou reclamação com pedido indenizatório em desfavor de FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL I. Em síntese, alegou que desconhece o crédito reivindicado pela parte promovida que resultou no restritivo de crédito em seu nome. Ao final, postulou a declaração de inexistência de dívida, exclusão do restritivo e indenização por danos morais. Devidamente citada, a parte promovida apresentou contestação no id. 25527170/ 25678769 e sustentou cessão de crédito, ausência de dano moral. Ao final, arguiu a improcedência dos pedidos. Ata da audiência de conciliação acostada no id. 25740072 e impugnação à contestação apresentada no id. 26016937. É a síntese do necessário. Relatório minucioso dispensado (art. 38 da Lei 9.099/95). JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Em exame a narrativa das partes, nota-se que para a solução do presente conflito independe de novas provas, visto que, os fatos controvertidos só podem ser comprovados por meio documental. Com fulcro nos artigos 370 e 371 do CPC, em que disciplinam o Princípio da Livre Apreciação Motivada das Provas e para que não haja procrastinação ao trâmite processual deste feito (artigo 5º, inciso LXXVIII, CRFB), julgo desnecessária a produção de outras provas em audiência de instrução. Desta forma, com fulcro no artigo 355, inciso I do CPC, passo ao julgamento antecipado da lide e ao exame do mérito. LIMITES DO CONFLITO. Em análise da narrativa das partes, restou controvertido a existência do crédito em favor da parte promovida, a excludente de culpabilidade e o dano moral. Assim, estando delimitado o conflito, passo ao exame das controvérsias fáticas e jurídicas, na ordem de prejudicialidade que se apresentam. COBRANÇA DE DÍVIDA DESCONHECIDA. A cobrança de dívida, por qualquer dos meios lícitos possíveis, bem como a inclusão de restritivo de crédito em nome do devedor, é necessário que o credor tenha prova do seu crédito, visto que se trata de prova constitutiva de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Neste sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DO NOME DA PARTE AUTORA - PROVA DA ORIGEM DA DÍVIDA. - Em ações declaratórias de inexistência de dívida, cabe à parte requerida a prova do liame negocial questionado e da origem do débito que motivou a negativação do nome da parte autora - Em suma, caberia à parte ré comprovar que a parte autora estava inadimplente com obrigação expressamente pactuada ou serviço efetivamente utilizado; ônus do qual a requerida se desincumbiu satisfatoriamente. (TJ-MG - AC: 10702140532087001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 22/05/2019, Data de Publicação: 31/05/2019) APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA A ORIGEM DA DÍVIDA. A prova documental juntada pela parte requerida demonstra de forma clara a origem da dívida, não havendo falar em inexistência de relação jurídica, tampouco em indenização por dano moral. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70080523723, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080523723 RS,

Relator: Ana Beatriz Iser, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2019) Assim, para que a cobrança e a inclusão de restritivo de crédito sejam considerados exercícios regulares de direito é imprescindível que o credor comprove a origem do seu crédito. A propósito: EMENTA: APELAÇÃO - CESSÃO DE CRÉDITO - CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO - INCLUSÃO DO NOME - DÉBITO EXISTENTE - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - INEXISTENTE. 1. Age no exercício regular de direito o credor que inclui o nome do devedor em cadastro restritivo de crédito, com base em débito existente. 2. O exercício regular de direito afasta a indenização por danos morais, por pressupor esta a prática de ato ilícito. (TJ-MG - AC: 10707150303451001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 21/03/2019, Data de Publicação: 29/03/2019) A parte reclamante alega desconhecer a dívida correspondente ao restritivo de crédito em seu nome, incluído pela parte reclamada, no valor de R$576,16 (ID 24157812). Em exame do conjunto fático provatório disponível nos autos, mormente quanto ao contrato juntado no ID 25527172, nota-se que a parte reclamada apresentou Contrato de Venda Financiada, supostamente assinado pela parte reclamante. Ademais, não há nos autos prova de fato impeditivo, modificativo o extintivo do referido crédito (art. 373, inciso II, do CPC), situação em que evidencia a legitimidade da dívida e que não há conduta ilícita por parte da empresa reclamada. Destaca-se também que, embora não tenha sido produzida perícia grafotécnica para comprovar a autenticidade da assinatura da parte reclamante, no caso em exame, considero-a como autentica a referida rubrica diante da ausência de expressa e específica impugnação (art. 411, inciso III, do CPC). Diante do contexto comprobatório dos autos, reconheço a existência do crédito em favor da parte reclamada e, consequentemente, a cobrança é legítima e não há conduta ilícita. Assim sendo, não havendo ato ilícito, encontra-se prejudicado o exame dos demais pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil, bem como, a discussão em relação ao dano e o seu quantum indenizatório. PRÉVIA NOTIFICAÇÃO Em relação à prévia notificação do devedor quanto ao restritivo de crédito, nota-se que se trata de culpa exclusiva de terceiro, pois a parte reclamada, na condição de credora, não é responsável por esta notificação, conforme entendimento pacificado pelo STJ: Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.(Súmula 359, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2008, DJe 08/09/2008) Neste sentido: APELAÇÕES CIVEIS. AÇÃO ORDINÁRIA DE CANCELAMENTO DE REGISTRO EM SISTEMA DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. COMUNICAÇÃO PRÉVIA. CANCELAMENTO. Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição. Faltando a notificação prévia, cancela-se a inscrição em sistema de proteção por aplicação da Súmula 359 do Superior Tribunal de Justiça: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição". (TJ-RS. Apelação Cível Nº 70070899711, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Cini Marchionatti, Julgado em 27/09/2016). Portanto, independentemente da prévia notificação, este fato em nada influencia o caso concreto. DISPOSITIVO. Pelo exposto, proponho julgar IMPROCEDENTE os pedidos contidos na inicial para, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, bem como, indeferir o pedido de retificação do polo passivo da demanda. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do Magistrado Togado, para que surta os efeitos legais previstos no artigo 40 da Lei 9099/95. Madalena Teixeira Juíza Leiga ---------- Vistos. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015888-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUDIMILA ANTUNES PAES DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1015888-45.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: STUDIO S FORMATURAS EIRELI EXECUTADO: LUDIMILA ANTUNES PAES DA SILVA Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos jurídicos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 924, inciso III, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo executivo, em razão da novação celebrada pelas partes (art. 360 do Código Civil). III – Considerando que o pagamento será realizado extrajudicialmente, e, portanto, será desnecessária a expedição de alvará, bem como que não cabe recurso desta decisão (art. 41 da Lei n. 9099/95), intimem-se as partes e arquivem-se os autos imediatamente (Enunciado 12 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais de Mato Grosso). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011881-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DA GLORIA CARMO CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA DA GLORIA CARMO CARVALHO OAB - MT13722-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Gabinete 2 (Juiz Hildebrando da Costa Marques) SENTENÇA Autos 1011881-10.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARIA DA GLORIA CARMO CARVALHO REQUERIDO: OI BRASILTELECOM Vistos. Processo em fase de Arquivamento. I - Considerando que as partes celebraram acordo nos autos, devidamente reduzido a termo e sem aparente vício, homologo-o para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ressalvados eventuais interesses e direitos de terceiros. II - Com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC, aplicável supletivamente ao sistema dos Juizados Especiais (art. 1.046 do CPC), julgo extinto o processo, com resolução do mérito. III - Por ser esta uma decisão da qual não cabe recurso (art. 41 da Lei n. 9099/95), intimem-se as partes e arquive-se imediatamente (Enunciado 12 do Encontro de Juízes dos Juizados Especiais de Mato Grosso). Cumpra-se. Cuiabá/MT, data registrada no sistema. HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES Juiz de Direito

Segundo Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020339-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WELLITON MIRANDA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIANCARLO DE LARA FERRI OAB - MT25739/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIA VAREJO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020339-16.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:WELLITON MIRANDA DE ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GIANCARLO DE LARA FERRI POLO PASSIVO: VIA VAREJO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA,

393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017405-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIXA SOUZA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 28/01/2020 Hora: 09:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017671-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO CARLOS PEREIRA DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELLEN VENTURINI VICENTIM OAB - SP411976 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PACTUS TRANSPORTES LTDA - ME (REQUERIDO)
COFCO INTERNATIONAL GRAINS LTDA. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 28/01/2020 Hora: 15:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016995-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO OLIVEIRA MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 23/01/2020 Hora: 09:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018065-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VIVIAN CARLA SANCHES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 29/01/2020 Hora: 14:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018092-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTEFANE BARBOSA DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 29/01/2020 Hora: 14:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008260-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALICE MACHADO GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GREICY KELLY TEIXEIRA ALVES OAB - MT22849-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Vistos, etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Inexistindo preliminares, passo ao exame do mérito. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por ALICE MACHADO GONÇALVES em face de TELEFÔNICA BRASIL S/A., decorrente de negativação indevida. Inicialmente, sublinho ser aplicável ao caso as normas do Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que a parte Autora, mesmo afirmando não ter contratado com a empresa ré (contratação realizada por falsário), enquadra-se no conceito de consumidor por equiparação, pois supostamente foi vítima de fato do serviço. Nestes termos, é a previsão do artigo 17 do Estatuto Consumerista, sic: Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento. A propósito, averbe-se julgado pertinente: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. INDENIZAÇÃO PAGA A CONSUMIDOR POR FORÇA DE TRANSAÇÃO JUDICIAL FORMALIZADA MEDIANTE ACORDO CELEBRADO EM DEMANDA PRETÉRITA PROPOSTA POR AQUELE EM FACE DA EMPRESA AUTORA, VISTO QUE ESTA O INSCREVEU DE FORMA INDEVIDA EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. CHEQUE DEVOLVIDO PELO BANCO DEMANDADO POR INSUFICIÊNCIA DE FUNDOS EM PODER DO SACADO. CONTA BANCÁRIA ABERTA PELO BANCO AQUI ACIONADO COM DOCUMENTOS FALSIFICADOS OU ADULTERADOS DO SUPOSTO TITULAR DA CONTA CUJO CHEQUE FOI DEVOLVIDO. PRETENSÃO DE REGRESSO VEICULADA CONTRA A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA QUE NÃO FLAGROU A FRAUDE. AUTORA QUE OSTENTA A CONDIÇÃO DE VÍTIMA PORQUE CONSUMIDORA POR EQUIPARAÇÃO, ATINGIDA PELO FORTUITO INTERNO. ART 17 DO CDC. APLICAÇÃO DA SÚMULA 479 DO STJ. (...) (Embargos de Declaração Nº 70060462306, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em 24/09/2014). O cerne da controvérsia consiste em analisar a legitimidade da inserção do nome da parte autora no cadastro de inadimplentes por parte da empresa Reclamada, haja vista a alegação da parte autora de que jamais contratou os serviços de telefonia da empresa Reclamada. Por sua vez, assevera a reclamada em sua peça defensiva, que a negativação do nome da Reclamante decorre da ausência de adimplemento do débito com vencimento em agosto de 2018. Conquanto a Reclamada alegue a existência de relação jurídica com a autora, não comprovou o alegado. Frise-se que, nestas circunstâncias, cumpria à empresa Reclamada trazer aos autos documentos consistentes que pudessem comprovar inequivocamente a contratação dos seus serviços pela autora, como a cópia do contrato devidamente assinado por ela, bem como a origem do

débito, nos termos do art. 373, II, do CPC. Entretanto, assim não o fez. Consigne-se que, os “prints screens” retirados das telas dos próprios computadores da Reclamada e apresentados juntamente com a peça defensiva, não são provas hábeis a comprovar a efetiva contratação dos serviços. A propósito, averbe-se aresto pertinente: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. DIREITO DO CONSUMIDOR. - INCLUSÃO DO NOME DA AUTORA NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. CONTRATAÇÃO NÃO DEMONSTRADA POR PARTE DA RÉ. TELAS DE COMPUTADOR APRESENTADAS COMO PROVA PRODUZIDAS UNILATERALMENTE. - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO, NOS TERMOS DO ART. 557, CAPUT, DO CPC.(TJ-RJ - APL: 00123945520108190205 RJ 0012394-55.2010.8.19.0205, Relator: DES. TEREZA CRISTINA SOBRAL BITTENCOURT SAMPAIO, Data de Julgamento: 25/02/2014, VIGÉSIMA SÉTIMA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR, Data de Publicação: 17/03/2014 17:16) Não logrando êxito em comprovar a relação contratual e, via de consequência, que a inscrição estava calcada no inadimplemento de alguma obrigação pecuniária assumida pela parte Autora, o débito discutido nos autos deve ser declarado ilegal, respondendo a reclamada, inclusive, por eventual fraude. Sendo assim, merece acolhimento o pedido de declaração de inexistência do débito de R$ 100,79 (cem reais e setenta e nove centavos), bem como, de indenização por danos morais, na medida em que restou comprovada a falha na prestação de serviço da reclamada, devendo para tanto ser responsabilizada. Nesse contexto, quanto ao dano, no caso, especificamente o de ordem moral, é presumido, sendo um plus a sua demonstração. Em decorrência, dispensável se torna a produção de prova do prejuízo. O dano moral atinge o íntimo do indivíduo, sua honra, que pode ser subjetiva (o que ele próprio pensa de si) ou objetiva (o que os outros pensam dele). É o que nos ensina Humberto Theodoro Júnior, in DANO MORAL, Editora Oliveira Mendes, 1ª edição: "É ato ilícito, por conseguinte, todo ato praticado por terceiro que venha refletir, danosamente, sobre o patrimônio da vítima ou sobre o aspecto peculiar do homem como ser moral". E, danos morais são "os ocorridos na esfera da subjetividade, ou no plano valorativo da pessoa na sociedade, alcançando os aspectos mais íntimos da personalidade humana ("o da intimidade e da consideração pessoal"), ou o da própria valorização da pessoa no meio em que vive e a atua ("o da reputação ou da consideração social") ". Sobre a dispensabilidade de comprovação do dano moral, por ser algo íntimo, imaterial, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, litteris: ? RESPONSABILIDADE CIVIL. MULTA DE TRÂNSITO INDEVIDAMENTE COBRADA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. DANO PRESUMIDO. VALOR REPARATÓRIO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO 1. Como se trata de algo imaterial ou ideal, a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação do dano material. Por outras palavras, o dano moral está ínsito na ilicitude do ato praticado, decorre da gravidade do ilícito em si, sendo desnecessária sua efetiva demonstração, ou seja, como já sublinhado: o dano moral existe in re ipsa. Afirma Ruggiero: ?Para o dano ser indenizável, 'basta a perturbação feita pelo ato ilícito nas relações psíquicas, na tranqüilidade, nos sentimentos, nos afetos de uma pessoa, para produzir uma diminuição no gozo do respectivo direito.? 2. É dever da Administração Pública primar pelo atendimento ágil e eficiente de modo a não deixar prejudicados os interesses da sociedade. Deve ser banida da cultura nacional a idéia de que ser mal atendido faz parte dos aborrecimentos triviais do cidadão comum, principalmente quando tal comportamento provém das entidades administrativas. O cidadão não pode ser compelido a suportar as consequências da má organização, abuso e falta de eficiência daqueles que devem, com toda boa vontade, solicitude e cortesia, atender ao público. 3. (...) 4. (...) 5. Recurso especial provido.? (Resp 608918/RS, 2003/0207129-1, Ministro José Delgado, Primeira Turma, 20/05/2004, DJ 21.06.2004, p. 176, RDDP, vol. 18, p. 124). É certo que no conceito amplo da honra estão também contemplados os valores morais relacionados com a reputação e o bom nome, sendo certo que quem tem seu nome exposto ao público ou registrado em órgãos de proteção ao crédito, como mau pagador, tem sem dúvidas, sua reputação abalada e diminuído o conceito que desfrutava no meio social. Assim, o abalo psicológico sofrido pela Autora em razão da negativação indevida efetuada pela empresa Reclamada mostra-se evidente. A angústia, a preocupação, o incômodo são inevitáveis e inegáveis. Ademais, o fato de ser cobrada injustamente, traz consigo sensação de impotência e alterações de ânimo que devem ser entendidas como dano moral. A hipótese dos autos não revela mero dissabor da vida moderna ou de simples percalços a que estão sujeitas todas as pessoas. Os incômodos sofridos pela Autora ultrapassaram os limites daqueles que podem ? e devem ? ser absorvidos pelo homo medius. Destarte, provado, o ato injusto da negativação indevida sofrida pela autora e o nexo de causalidade, o dano moral é consequência lógica e que independe de prova e uma vez existente o dano, sua reparação é impositiva, na forma do artigo 5.°, incisos V e X da Constituição Federal, artigo 186 do Código Civil e do artigo 6.º e incisos e artigo 14, ambos do Código de Defesa do Consumidor. Reconhecida a responsabilidade indenizatória do banco Reclamado, resta nesse momento fixar o ? quantum? da indenização e nesse sentido, a melhor doutrina e jurisprudência nos orientam que diante da impossibilidade da quantificação para o seu arbitramento justo deve o Magistrado se nortear pelo princípio da razoabilidade, de modo que a indenização seja condizente com os reflexos negativos na autoestima da vítima, em razão do ato ilícito praticado pelo ofensor, capaz de compensá-los condignamente, atentando-se, ainda, para o grau da culpa e a rapidez na atenuação da ofensa. No caso em concreto, atentando-se ao grande potencial econômico da reclamada e objetivando que esta aprimore os seus serviços e evite danos aos consumidores, hei por bem fixar o quantum indenizatório no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), o qual mostra-se adequado à reparação dos danos, sem que importe em enriquecimento ilícito da autora e com suficiente carga punitiva pedagógica para evitar nova ocorrência de atos desta natureza. Posto isso, OPINO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos formulados na presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por ALICE MACHADO GONÇALVES em face de TELEFÔNICA BRASIL S/A, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, declarando inexistente o débito de R$ 100,79 (cem reais e setenta e nove centavos)e, condenando a reclamada ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos pela Autora no montante de R$ 8.000,00 (oito mil reais), corrigido monetariamente a partir desta decisão e juros a partir do evento danoso. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Faço concluso o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito deste Juizado Especial, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Cristiany Roberta Conceição Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, Homologo por sentença nos termos da minuta P.I.C. Expeça-se o necessário. Transitada em Julgado, ao arquivo com baixas. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018944-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EUSIMERI GONCALVES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA ENERGETICA DO MARANH?O-CEMAR (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 04/02/2020 Hora: 10:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019013-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIO CESAR PITA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYANA COUTO AJALA OAB - MS20345 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 04/02/2020 Hora: 11:00 . *OBS. As audiências

de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002898-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAM ANTONIO DA SILVA CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Vistos, etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Decido. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Rejeito a preliminar de incompetência do juizado especial, porquanto os documentos acostados aos autos são suficientes para o deslinde da demanda, não havendo necessidade de prova pericial. Ultrapassada a preliminar, passo ao exame do mérito. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por WILLIAN ANTONIO DA SILVA CORREA em desfavor de ITAUCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que a negativação é indevida, alegando que não reconhece o débito discutido nos autos. No entanto, a parte ré, em contestação logrou demonstrar a legitimidade da cobrança por meio de elementos de prova que indicam a validade do negócio jurídico e a obrigação de pagar que atinge a esfera jurídica da parte autora. A parte reclamada apresentou contrato devidamente assinado pelo Reclamante, documentos pessoais e ainda, extrato relativo aos serviços que por ele foram solicitados e inadimplidos. Essas premissas forçam reconhecer que a existência de negócio jurídico restou incontroversa, como também a legitimidade da cobrança que ocasionou a inscrição restritiva. Assim, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. Ante o exposto, OPINO PELA IMPROCEDÊNCIA da ação e os pedidos nela contidos, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Cristiany Roberta Conceição Juíza Leiga. SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no PJe. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019084-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA PEREIRA DE MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER RAMOS DA SILVA OAB - MT23304/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 04/02/2020 Hora: 14:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019054-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL OITO DE ABRIL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO CEZAR DE AQUINO TAQUES OAB - MT12026-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO ROSCHER GARCIA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 04/02/2020 Hora: 11:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019090-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WESLEY GOMES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 04/02/2020 Hora: 14:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007387-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANE ANTUNES MACIEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FLAVIO BLANCO ARAUJO OAB - SP257932 (ADVOGADO(A))
TIAGO MACIEL BORGES OAB - MT20640/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LATAM AIRLINES GROUP S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1007387-05.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JULIANE ANTUNES MACIEL REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Sem preliminares, passo ao exame do mérito. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por JULIANE ANTUNES MACIEL em desfavor de LATAM AIRLINES GROUP S/A. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. No caso vertente, a parte autora adquiriu passagens aéreas para empreender viagem referente ao trecho de São Paulo/SP a Cuiabá/MT, para o dia 30/11/2018, com saída às 22h10, e com chegada ao destino final as 23h35min. Contudo, teve que aguardar até o dia seguinte para realizar o embarque, o qual somente foi realizado às 18hs. No caso em apreço, ainda que a empresa tenha prestado assistência material, que é o mínimo que se espera, não há como afastar a sua responsabilidade, tendo em vista que não cumpriu com a sua obrigação, que era a de transportar a reclamante ao destino final contrato. De outro lado, pelas alegações da parte reclamada, restou incontroverso que houve o atraso do voo, fazendo com que a parte autora chegasse ao destino final com mais de 20 horas de atraso. Friso que a parte ré trouxe apenas prints de tela, no intuito de reforçar seu argumento de que o impedimento decorreu das condições climáticas, no entanto, tais documentos não são hábeis a comprovar as suas alegações, por ser

produzida unilateralmente. Conclui-se que a parte ré não trouxe elemento de prova que retire a validade das alegações e documentos juntados na inicial. Logo, a responsabilidade da prestadora dos serviços é objetiva, in re ipsa, ou seja, comprova-se pela força dos próprios fatos e independe de demonstração da extensão dos prejuízos, só não cabendo a responsabilização quando a parte ré provar que não existiu o defeito alegado, ou que culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, conforme art. 14, § 3º, I e II do CDC. Essas premissas forçam reconhecer que a procedência dos pedidos de danos morais é a medida que se impõe. Se de um lado o Código Civil impõe àquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, a obrigação de repará-lo (artigo 927), assevera, também, que o valor da indenização mede-se pela extensão do dano (artigo 944). Assim, no que concerne a fixação do valor que corresponda a justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 10.000,00 (dez mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Ante o exposto, OPINO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA da pretensão contida na inicial para o fim de CONDENAR a reclamada a pagar à parte reclamante, a título de danos morais, a importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigida monetariamente pelo INPC a partir desta data e juros de mora de 1% a.m., conforme disposição do art. 406 do NCC, combinado com o art. 161, § 1º do CTN, contados da citação válida, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo civil. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Cristiany Roberta Conceição Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no PJe. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006904-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VERGINIO SERGIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006904-72.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VERGINIO SERGIO DA SILVA REQUERIDO: BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A. Vistos, etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Decido. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Rejeito a preliminar de incompetência do juizado especial, porquanto os documentos acostados aos autos são suficientes para o deslinde da demanda, não havendo necessidade de prova pericial. Ultrapassada a preliminar, passo ao exame do mérito. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por VERGINIO SERGIO DA SILVA em desfavor de BANCO BRADESCARD S/A. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que a negativação é indevida, alegando que não reconhece o débito discutido nos autos. No entanto, a parte ré, em contestação logrou demonstrar a legitimidade da cobrança por meio de elementos de prova que indicam a validade do negócio jurídico e a obrigação de pagar que atinge a esfera jurídica da parte autora. A parte reclamada apresentou contrato devidamente assinado pelo Reclamante, documentos pessoais e ainda, extrato relativo aos serviços que por ele foram solicitados e inadimplidos. Essas premissas forçam reconhecer que a existência de negócio jurídico restou incontroversa, como também a legitimidade da cobrança que ocasionou a inscrição restritiva. Assim, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. Ante o exposto, OPINO PELA IMPROCEDÊNCIA da ação e os pedidos nela contidos, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Cristiany Roberta Conceição Juíza Leiga. SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no PJe. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006118-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAZARIO NUNES DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE NICEIO FIGUEIREDO CARDOSO OAB - MT3188/O (ADVOGADO(A))
CASSIO MASSARIOL CARDOSO OAB - MT22308/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1006118-28.2019.8.11.0001. REQUERENTE: NAZARIO NUNES DO NASCIMENTO REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos, etc. Dispensado o relatório, a teor do art. 38 da Lei n° 9.099/95. Atendendo aos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Consigno que o processo tramitou regularmente, com estrita observância aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Foram também respeitados os prazos, oportunizada a manifestação aos litigantes quanto à produção de provas, estando isento de prejuízos ou nulidades capazes de viciar o feito, significando dizer que o processo está pronto pra julgamento. Trata-se de Ação de Declaração de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais movida por NAZARIO NUNES DO NASCIMENTO em face de TELEFÔNICA BRASIL S/A, onde alega o Reclamante que não possuiu qualquer débito com a reclamada, e que foi surpreendido pela inscrição de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito por dívida que desconhece. Em contestação, alega a parte Reclamada que houve regular contratação dos serviços, bem como que não houve dano moral, que se trata de mero aborrecimento, já que a parte autora não teria provado tal dano, tampouco demonstrou ter quitado o débito. Assim, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o Reclamante – consumidor - parte hipossuficiente, deverá ser aplicado em seu favor à inversão do ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos juntados com a inicial. Ainda sob a égide da Lei nº 8.078/90, aplicam-se os princípios da responsabilidade objetiva (art. 14 do CDC), da inversão do ônus probatório, da boa-fé objetiva, da hipossuficiência e da vulnerabilidade, entre outros, recaindo sobre a parte ré o dever de indenizar o consumidor, somente podendo ser AFASTADA A RESPONSABILIDADE SE PROVAR O RÉU QUE NÃO OCORREU O DEFEITO DO SERVIÇO ou que a CULPA PELA OCORRÊNCIA DESTA É EXCLUSIVAMENTE DO CONSUMIDOR. Neste contexto, caberia à Requerida comprovar os fatos extintivos de sua responsabilidade, ou seja, deveria PROVAR QUE A PARTE AUTORA ESTÁ EM DÉBITO COM A REQUERIDA JUSTIFICANDO A INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE MAUS PAGADORES, o que foi feito, desincumbindo-se de seu ônus probatório, a teor do disposto no artigo 373, II, CPC. No caso em comento, a Reclamada pugna pela existência do débito, juntando aos autos imagens retiradas do sistema eletrônico interno, tais como faturas mensais de serviços enviadas ao endereço da parte autora, das quais indicam histórico de pagamentos, o que afasta a indicação de contratação fraudulenta. Assim, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus

probatório, mesmo frente às meras argumentações da inexistência de relação jurídica por parte do Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, consequentemente tem-se a inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Via de consequência, inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, a improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte do Reclamante é medida que se impõe. Friso ainda que, a eventual não comunicação prévia da inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, é de responsabilidade exclusiva dos próprios órgãos mantenedores do cadastro de inadimplentes, já que fica a cargo deles comunicar a solicitação de inclusão de débito. Ante o exposto, OPINO PELA IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados na petição inicial, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PROJUDI. Intimem-se. Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Cristiany Roberta Conceição Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no PJe. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006235-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIONINA CRUZ DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA OAB - MT21550-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DAYCOVAL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA OAB - SP0032909A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo nº 100635-19.2019.811.0001 Reclamante: DIONINA CRUZ DOS SANTOS Reclamado: BANCO DAYCOVAL S/A Vistos, etc. Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. Opino. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. Presente o interesse de agir da parte autora, pois alega que desconhece qualquer contratação com o Banco Reclamado que pudesse justificar os descontos realizados em sua folha de pagamento. Com relação à preliminar de incompetência suscitada pelo Banco Reclamado, rejeita-se, pois os documentos "contratos" por ele apresentados são suficientes para o deslinde da ação, não havendo necessidade de produção de prova pericial. Quando a preliminar de litispendência arguida, igualmente a rejeito, tendo em vista que o desconto citado pela parte autora nestes autos é diverso dos mencionados nos processos elencados no bojo da defesa. Superadas as preliminares arguidas pelo banco Reclamado, passo ao exame da prejudicial de mérito. Inaplicável o prazo decadencial do art. 26 do CDC quando o consumidor alega falha na prestação dos serviços e pugna pela reparação dos danos morais e materiais. A teor da norma insculpida no art. 27, do Código de Defesa do Consumidor, prescreve em cinco anos a pretensão de reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do momento em que o reclamante teve ciência da lesão ou direito material. E, levando em consideração que os descontos começaram a ser realizados no ano de 2017 e tendo a autora tomado conhecimento a partir deste momento, não há falar-se em prescrição. Rejeitada as prejudiciais de mérito arguida pelo Banco Reclamado, passo ao exame do mérito. O cerne da presente ação consiste em analisar a existência de falha na prestação de serviço do Banco Reclamado, tendo em vista a alegação da parte autora de que "nunca requereu empréstimo consignado, cartão de credito ou qualquer outro serviço junto à requerida", pleiteando ao final a declaração de inexistência dos débitos, restituição de valores e a condenação do banco Reclamado por danos morais. A seu turno, o Banco Reclamado alegou não ter cometido nenhum ilícito, vez que a parte Autora contratou diversos empréstimos consignados, dentre eles o da modalidade cartão de crédito, pleiteando ao final pela improcedência da ação. Analisado o processo e os documentos a ele acostados concluo que o Banco Reclamado se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, a teor do disposto no art. 373, II, do CPC, e comprovou nos autos por meio de contratos, que a parte autora contratou diversos empréstimos consignados, os quais estão sendo descontados em sua folha de pagamento. Aliado a este fato, o banco Reclamado comprovou que os valores dos empréstimos contratados foram debitados na conta bancária de titularidade da parte autora. A taxa mensal média citada, no valor de R$ 39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos), como descontado em seu holerite não restou comprovada. Portanto, conclui-se a ausência de conduta ilícita por parte do Banco Reclamado que no exercício regular do direito realizou descontos dos empréstimos que foram contratados pela parte Autora. Dessa feita, tenho por improcedente os pedidos elencados na petição inicial, ante a comprovação da existência de relação jurídica entre as partes. Nesse sentido: "RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. BANCOS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. RÉ QUE JUNTA CONTRATO COM A ASSINATURA DA AUTORA. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. ASSINATURA VISIVELMENTE IGUAL A DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DA AUTORA. SENTENÇA IMPROCEDENTE MANTIDA. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO. Desnecessidade de perícia técnica para fins de análise de assinatura, pois a mesma é visivelmente idêntica a da autora no decorrer da lide, bem como a do documento de identidade acostado na inicial. Ré que logrou êxito em trazer fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da autora, acostando cópia do contrato do empréstimo com a assinatura e documentos da autora, afastando assim, o alegado na inicial. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, conforme art. 46 da Lei dos Juizados Especiais Cíveis. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71005028071, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Arriada Lorea, Julgado em 11/09/2014, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 12/09/2014)". Ante o exposto, nos termos do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, OPINO pela rejeição das preliminares e prejudiciais de mérito arguida pelo Banco Reclamado e, ainda, pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados pelo Reclamante, determinando o arquivamento dos autos após o trânsito em julgado desta decisão. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA ao MM. Juiz de Direito deste Juizado Especial, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Cristiany Roberta Conceição Juíza Leiga SENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborada pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no PJe. Cuiabá-MT, data registrada no sistema. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019704-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THEREZA CRISTINA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA ALVES BEZERRA OAB - MT25757/O (ADVOGADO(A))
EVILLIN KAREN FLORES DA SILVA OAB - MT26069/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RENTCARS LTDA (REQUERIDO)
ALAMO RENT-A-CAR LOCADORA DE AUTOMOVEIS LTDA - ME (REQUERIDO)
UNIDAS LOCADORA DE VEICULOS LTDA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 15:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019710-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TAIANY ANDRADE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS SOUZA DIAS OAB - MT23098/O (ADVOGADO(A))

EDEVANIO BARBOSA DA SILVA OAB - MT0008860A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 16:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014228-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
COLEGIO IBERO AMERICANO LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELIA SILVA DE QUEIROZ OAB - MT26266-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 17:20 Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 10/12/2019 Hora: 17:40 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1054497-74.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GIANCARLO DE LARA FERRI (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIANCARLO DE LARA FERRI OAB - MT25739/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CETELEM BRASIL S.A.-CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 17:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020351-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LETICIA FRONHO MAZARINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS CARVALHO BORGES OAB - MG152604 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020351-30.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LETICIA FRONHO MAZARINI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS CARVALHO BORGES POLO PASSIVO: AZUL LINHAS AEREAS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 17:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009022-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO LUIZ GABRIEL DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO LUIZ GABRIEL DA SILVA OAB - MT10588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
ODONTOPREV S.A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020232-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IRACIL RAMOS DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 15:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020018-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
J M M PEDROSO - ARTIGOS DE COUROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WANDERLEY MARQUES DA SILVA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 11:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019982-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAURICIO CESAR CARTANA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO CALVO OAB - MT12342-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. AVIANCA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 11:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020055-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CIRLANDIA DA COSTA BEZERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:00 . *OBS. As audiências

de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020076-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIO MATEUS MARTINS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020339-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WELLITON MIRANDA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIANCARLO DE LARA FERRI OAB - MT25739/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIA VAREJO S/A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 17:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020274-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MICHEL IBRAHIM KHARGY (REQUERIDO)
PAULA CHRISTYNA SANTOS SILVA KHARGY (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 16:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017646-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO DIAS SAPORSKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA OLIVIA ARTMANN OAB - MT26806/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEONE STEFANY GALVAO SILVA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 28/01/2020 Hora: 14:40 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019350-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUBER DE AMORIM CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA MACEDO FOLES OAB - MT23173-O (ADVOGADO(A))
Lindolfo Macedo de Castro OAB - MT7174-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CETEM-CENTRO DE ENSINO TECNICO MATOGROSSENSE LTDA - EPP (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 09:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019387-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MOZAIR BENEDITO TOMAZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIMAR AZEVEDO SELVATICO OAB - MT21282-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DECOLAR.COM LTDA (REQUERIDO)
AVIANCA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 09:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019412-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CLAUDIA RODRIGUES PAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 09:50 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019421-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IVANA PAOLA DE JORGI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODOLFO YUJI MIYASHITA PIONA OAB - MT14049-O (ADVOGADO(A))
RAFAEL AUGUSTO DE BARROS CORREA OAB - MT14271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 10:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n.

275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019413-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BIANCA TEIXEIRA FRANCO (REQUERENTE)
DEIKSON HUGO DE BRITO LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 10:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019413-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BIANCA TEIXEIRA FRANCO (REQUERENTE)
DEIKSON HUGO DE BRITO LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 10:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019474-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA DE CASTRO OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA CLEUZA DE JESUS OAB - MT0020413A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 10:40 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019450-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL SOUZA SIQUEIRA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 22/01/2020 Hora: 15:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020370-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIEL LAERCIO MOREIRA BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020370-36.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GABRIEL LAERCIO MOREIRA BARBOSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 17:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020372-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALUIZIO LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO GONCALVES DE PINHO OAB - MT23878/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020372-06.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALUIZIO LEITE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO GONCALVES DE PINHO POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004501-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDCLEIA LOPES VIEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL RIBEIRO BRUNO MARIETTO OAB - MT25894/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO {processoTrfHome.nomeJuizOrgaoJulgador} PROCESSO n. 1004501-33.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, LIMINAR]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: EDCLEIA LOPES VIEIRA Endereço: RUA P, 84, Quadra 07, casa 84, Lote 10, RESIDENCIAL BURITI, CUIABÁ - MT - CEP: 78057-011 POLO PASSIVO: Nome: ENERGISA MATO GROSSO Endereço: Rua MANOEL DOS SANTOS COIMBRA, 184, Bandeirantes, CUIABÁ - MT - CEP: 78010-040 Senhor(a): XXX A presente carta tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, nos termos do processo acima indicado, nos termos do artigo 42, § 2.º da Lei 9.099/95, apresente contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo de 10 (dez) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. CUIABÁ, 11 de

dezembro de 2019. Atenciosamente, (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019099-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLI PEREIRA DA SILVA FREIRE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO PROCESSO n. 1019099-89.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, TELEFONIA]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: MARLI PEREIRA DA SILVA FREIRE Endereço: AVENIDA AYCAR SADDI, 05, JARDIM PRESIDENTE I, CUIABÁ - MT - CEP: 78090-025 POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, 1300, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 FINALIDADE: PROCEDER À INTIMAÇÃO DO POLO PASSIVO para cumprir a liminar deferida nos autos do processo acima identificado, nos termos da decisão e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. LIMINAR: Vistos etc. Cuida-se de demanda na qual a parte autora postula a concessão de medida liminar para o fim de restabelecer o serviço de telefonia junto à linha nº (65) 99954-2306, que deixou de operar por ato devido à parte ré. Para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. O primeiro requisito vem atestado pelo obstáculo à utilização do serviço em razão de ato que não se pode atribuir à parte autora, visto que, após acordo realizado junto ao procon, promoveu o pagamento da fatura no valor de R$99,97 (noventa e nove reais e noventa e sete centavos) para fins de migração do plano pós-pago para o pré-pago e desbloqueio da sua linha de telefone celular. Ocorre que o serviço restou inoperante, sem que tenha havido solicitação pelo consumidor e bem assim, pelo que se vislumbra, a princípio, ante a inexistência de débitos. O perigo de dano se traduz na permanência da inoperação do serviço, sem que para tanto tenha dado causa a reclamante. Valendo ainda consignar que a parte autora necessita da referida linha telefônica para agendar tratamentos médicos para o filho, que é dependente químico. Tal fato resta bastante para apontar que o indeferimento da medida é que poderá vir a causar danos irreparáveis à parte. Ora, seria coerente determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, poderia lhe causar embaraço durante o curso do processo, de modo que entendo razoável a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Posto isso, DEFIRO a medida liminar pleiteada, com forte na norma do art. 300 do CPC, para o fim de DETERMINAR a reclamada que promova o restabelecimento do serviço de telefonia referente ao terminal móvel (65) 99954-2306, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da efetiva intimação. Aplico à parte reclamada, para o caso de descumprimento da determinação, multa que fixo no valor de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada audiência de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013648-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDILEUZA CANDIDO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Marlene Ferreira de Aguiar César OAB - MT15908-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM S/A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 12:00 . *OBS. As audiências de conciliação do 2º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020388-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON BRAATZ DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020388-57.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JEFFERSON BRAATZ DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019369-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VAISMAM MARCELINO FURTADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARIA APARECIDA FERREIRA FAGO PROCESSO n. 1019369-16.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 20.115,36 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: VAISMAM MARCELINO FURTADO Endereço: RUA AMAZONAS, 11, quadra 25, ALTOS DA SERRA I, CUIABÁ - MT - CEP: 78052-304 POLO PASSIVO: Nome: TIM CELULAR S.A. Endereço: AVENIDA GIOVANNI GRONCHI, 7143, - DE 6734 AO FIM - LADO PAR, VILA ANDRADE, SÃO PAULO - SP - CEP: 05724-006 FINALIDADE: PROCEDER À INTIMAÇÃO DO POLO PASSIVO para cumprir a liminar deferida nos autos do processo acima identificado, nos termos da decisão e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. LIMINAR: Vistos, etc. Trata-se de "AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR", ajuizada por VAISMAM MARCELINO FURTADO em face de TIM CELULAR S.A. A parte promovente alega, em síntese, irregularidade quanto ao débito lançado nos órgãos de proteção ao crédito, em seu nome, pela reclamada, no importe de R$ 73,90 (setenta e três reais e noventa centavos), referente ao contrato n.º GSM0113741300021, disponibilizado em 24.5.019. Esclarece que contratou os serviços de internet, oferecidos pela empresa promovida, em fevereiro/019. Contudo, solicitou o cancelamento por falha na prestação de serviço, o que foi condicionado ao pagamento de multa, conforme protocolos de atendimento números 2019302168057, 2019306200729, 2019306287302 e 2019306353675. Ressalta que, em razão da negativa, registrou reclamação no PROCON (n.º F.A. 51.001.002.19-0004382), em 28.3.019. Narra, também, que, "em resposta a reclamação afirma que no endereço do Requerente ocorre dificuldade na utilização dos serviços devido a intermitências, ou seja, vendeu um serviço sabendo da sua indisponibilidade, informa o cancelamento do contrato e a isenção de qualquer multa contratual". Enfatiza, a parte autora, que, a despeito da rescisão contratual, a parte requerida, além de negativar indevidamente seu nome, efetua reiteradas cobranças acerca do suposto débito no valor de R$ 115,36 (cento e quinze reais e trinta e seis centavos). Aduz, ainda, que realizou diversas reclamações administrativas. Frustradas, porém, todas as tentativas de solução do impasse. Em face dessa situação, depois de discorrer sobre os fatos e fundamentos jurídicos que entende cabíveis à espécie, a parte autora, dentre outras alegações e providências, requer liminarmente: "(...) a) Em razão da verossimilhança dos fatos ora narrados, conceder, liminarmente, a tutela antecipada, de forma "initio littis" e "inaudita altera pars", determinar que A REQUERIDA retire o nome do REQUERENTE dos órgão de proteção ao crédito e pare de efetuar cobranças, até o julgamento definitivo desta demanda, sob pena de multa diária a ser estabelecida por este Juízo". É a suma. DECIDO. Da análise dos elementos e das circunstâncias que envolvem o caso, concluo que o pedido de antecipação de tutela específica merece parcial acolhimento. Isso porque se extrai do art. 84, "caput" e § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, que o juiz poderá conceder a tutela específica da obrigação, liminarmente, ou determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, desde que estejam preenchidos e presentes dois requisitos obrigatórios, quais sejam, relevância do fundamento da demanda e justificado receio de ineficácia do provimento final. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, dispõe que a tutela de urgência será concedida, quando houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso em exame, a relevância dos fundamentos da demanda reside nas argumentações da parte promovente, demonstradas, em princípio, pelos documentos acostados à inicial, que comprovam, a prima facie, suas afirmações, especialmente, quanto ao documento acostado nos autos (id. 26804207), no tocante ao parecer da promovida, registrado no "Termo de Resposta CIP Processo F.A. n.º 51-001.002.19-004382", da seguinte forma: "(...) Parecer da TIM: Em atenção a manifestação, foi realizado o cancelamento do serviço, pois foi identificado que no endereço da cliente ocorre algumas intermitências dificultando a utilização dos serviços. Contrato cancelado com o protocolo 2019362518467, cliente ficou isento de qualquer multa contratual. (...)" Ademais, como cediço, nesta fase processual, não há elementos documentais disponíveis à parte promovente que possam contribuir com suas alegações, razão pela qual, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, é razoável, neste momento, presumir os fatos a seu favor. Além disso, as declarações da parte autora, na hipótese, até que se prove o contrário, merecem crédito, o que autoriza a antecipação da tutela específica, para que não ocorra dano de difícil reparação. Outrossim, o restritivo de crédito ocasiona risco de dano, pois a parte promovente fica impedida de realizar transações comerciais a prazo e de obter empréstimos e financiamentos no mercado financeiro. Por outro lado, a medida pleiteada, qual seja, para excluir o nome da parte autora dos órgãos de proteção ao crédito, não trará nenhum prejuízo à promovida, visto que tal determinação não representa perigo de irreversibilidade, já que essa providência poderá ser efetivada, normalmente, após a sentença ou mesmo antes, à vista de documentos oferecidos pela parte reclamada, situação em que não se aplica o óbice do § 3º do artigo 300, do Código de Processo Civil. Diante do exposto, porque preenchidos os requisitos legais, DEFIRO, em parte, o pedido de tutela de urgência antecipada, para determinar que a parte promovida, na forma do peticionado: EXCLUA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o nome da parte autora dos órgãos de restrição ao crédito, SPC, SERASA, cartório de protesto, dentre outros, no tocante ao débito discutido nos presentes autos, qual seja, R$ 73,90 (setenta e três reais e noventa centavos), referente ao contrato n.º GSM0113741300021, disponibilizado em 24.5.019, bem como pare de efetuar cobranças no tocante a esse débito, até o deslinde desta demanda ou ulteriores deliberações. Arbitro, para a hipótese de descumprimento da medida, multa fixa no importe de 2.000,00 (dois mil reais), razão do deferimento parcial. Ainda, antevendo a relação de consumo entre as partes, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte promovida esse encargo. Cite-se. Intimem-se. Aguarde-se audiência de conciliação. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Cuiabá, MT, 04 de dezembro de 2019. Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE.

Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002825-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA FATIMA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Carlos Roberto dos Santos Liberato OAB - MT15205-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Número do Processo: 1002825-50.2019.8.11.0001 Polo Ativo: MARIA FÁTIMA DA SILVA Polo Passivo: ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA JUSTIÇA GRATUITA O artigo 54 da Lei nº 9.099/95 assegura o acesso gratuito ao juizado especial, em primeiro grau de jurisdição, ao passo que eventual peculiaridade sobre condições de arcar com custas e despesas, deverá ser formulado em segunda instância, caso haja prolação de recurso. DA RELAÇÃO DE CONSUMO – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA O presente feito trata-se de relação de consumo, nos temos dos artigos 2º e 3º do CDC. A Ré está mais apta a provar o insucesso da demanda, do que a Autora à demonstrar a sua procedência. Logo, está patente a hipossuficiência e vulnerabilidade da consumidora, razão pela qual OPINO por deferir a inversão do ônus probatório, em favor da Autora, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO – DA RESPONSABILIDADE CIVIL Sem preliminares suscitadas pela Ré. Da análise do processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas para a formação do convencimento motivado do artigo 371 do NCPC, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do NCPC. Em síntese, a Autora ingressou com Ação de Reparação de Danos Morais, narrando a interrupção do fornecimento de energia em sua unidade consumidora, em 14/08/2019, sem notificação prévia, pelo inadimplemento do valor de R$ 238,48 (duzentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos). À Mov. 22640641, a Douta Magistrada deferiu a tutela antecipada, para determinar à Ré o restabelecimento da energia, sob pena de incidência de multa fixa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Oportunizada a conciliação (Mov. 24478458), as partes compareceram à solenidade, mas optaram por prosseguir com a demanda. Em defesa tempestiva (Mov. 24721711), a Ré reconhece o corte realizado em 14/08/2019, bem como a retirada do medidor, mas assevera que o mesmo não tem relação direta com a inadimplência da fatura de Julho/2019, e sim pelo suposto comportamento da Autora em religar o sistema, à revelia da concessionária, após um corte anterior, realizado em 11/03/2019, pelo inadimplemento da fatura de Fevereiro/2019. Impugnação apresentada à Mov. 24830313. Pois bem. Apesar da inconstância do pagamento tempestivo das faturas de energia elétrica pela Autora, é fato que, para haver a interrupção do fornecimento do serviço propriamente dito, faz-se necessário a notificação prévia pessoal da Autora, e não simplesmente aviso na fatura, consoante já se posiciona a jurisprudência pátria: Ação de indenização por dano moral. Responsabilidade civil. Relação de consumo. Interrupção do serviço de energia elétrica que não foi precedida da necessária notificação prévia ao consumidor. Advertência na fatura que não equivale à notificação. Precedente do C. STJ nesse sentido. Ilegalidade da conduta da concessionária de energia elétrica bem evidenciada. Reparação extrapatrimonial devida. Quantum indenizatório, no entanto, que merece ser reduzido. Sentença reformada em parte. Recurso inominado parcialmente provido. (CHAMMES, Rodrigo. Recurso inominado n. 1002118-26.2017.8.26.0651. J. em 22 Fev. 2018. Disp. em www.tjsp.jus.br. Acesso em 27 Jun. 2018.) Ora, estando a Autora inadimplente, a Ré tem os meios jurídicos de efetuar eventual cobrança, mas o artigo 42 do CDC, exige que, nessa cobrança, a consumidora não seja exposta à ridículo, nem submetida à constrangimento ou ameaça, como, por exemplo, o corte, sem notificação pessoal prévia. Assim, pelo contexto processual, entendo que a interrupção da energia na data informada pela Autora é incontroversa. Resta-nos averiguar se essa conduta é lícita, e se subsidiou os danos morais. As empresas concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos, na forma do disposto no artigo 22, do Código de Defesa do Consumidor, respondendo as pessoas jurídicas pelos danos causados. O fornecimento de energia elétrica é considerado como serviço ou atividade essencial, consoante artigo 10 da lei 7.783/89, e está diretamente ligado à efetividade do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, preconizado no artigo 1º, III da Carga Magna. No caso em tela, a Ré não demonstrou qualquer suporte à consumidora, seja com a válida notificação prévia acerca da interrupção propriamente dita. Logo, o modo com que a Ré agiu na relação, demonstra abuso do direito de cobrança, e representa ato ilícito nos termos do artigo 186 do C.C., pois descumpriu toda a dinâmica do Código de Defesa do Consumidor, bem como da própria Res. 414 da ANEEL. Observa-se que na cláusula segunda da aludida resolução, o item 12, garante o direito do consumidor de ser informado, POR ESCRITO, com antecedência mínima de 15 dias, sobre a possibilidade da suspensão de fornecimento por falta de pagamento. Trata-se de uma notificação específica, consoante vislumbrado na jurisprudência acima mencionada. Comportamento que a Ré não demonstrou ter adotado. Assim, OPINO por reconhecer o ato ilícito perpetrado pela Ré, nos termos do artigo 186 do C.C., por exceder o seu direito de cobrança, o que violou, flagrantemente, os preceitos basilares do direito da consumidora, em especial o direito à informação, e à prestação de um serviço adequado e contínuo, consoante se vê nos artigos 6º, III, VI e X, bem como violou a própria Resolução 414/10 da ANEEL. Ademais, a Ré sequer logrou êxito em comprovar a participação direta da Autora no processo de religação à revelia, sustentado pela Ré, posto que sequer apresentou o Termo de Ocorrência de Irregularidade, assinado pela Autora, possibilitando-a, inclusive, o pleno exercício do contraditório e ampla defesa, na esfera administrativa. A aludida resolução deixa claro, no artigo 140, que a distribuidora é responsável pela prestação de serviço adequado, aos seus consumidores, bem como pelas informações necessárias à defesa de interesses, o que não se viu no caso em tela. Dessa feita, entendo que a Ré não cumpriu o seu ônus probatório do artigo 373, II do CPC/15. Entendo presente o nexo causal, ou seja, "o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado" (CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 71.), posto que, não fosse a interrupção da energia, os danos não teriam se configurado. DA ANÁLISE DOS DANOS MORAIS Nos casos de ação de cunho indenizatório, além da ação ou omissão, há que se apurar se houve ou não dolo ou culpa do agente no evento danoso, bem como se houve relação de causalidade entre o ato do agente e o prejuízo sofrido pela vítima. Concorrendo tais requisitos, surge o dever de indenizar. Prelecionam os artigos 186 e 927 do Código Civil: Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. O artigo 6º da Lei nº 9.099/95, nos mostra que o juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum. Isso demonstra que o Juízo poderá valer-se da interpretação com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. A Ré, por se tratar de prestadora de serviço público, com base na teoria do risco administrativo, responde objetivamente pelos danos que vier a causar a terceiros durante a prestação do serviço concedido, por força do artigo 37, § 6º, da CF/88. E, no caso, entendo que a Ré se antecipou no corte, sem, contudo, se precaver com os métodos legais de cobrança. Assim, no tocante à

indenização por danos morais, não se pode deixar de reconhecer que o sofrimento advindo da ineficácia da prestação dos serviços de energia elétrica pela Ré, bem como pelo atendimento deficiente à consumidora, com a privação injustificada de serviço essencial, são fatos que indubitavelmente ultrapassam a seara do mero desconforto, configurando efetiva lesão à personalidade. Em casos semelhantes, tem decidido a recente jurisprudência pátria: CORTE DE ENERGIA AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA – SITUAÇÃO DE FRUSTRAÇÃO QUE ULTRAPASSA MERO DISSABOR – DANOS MORAIS CARACTERIZADOS - SENTENÇA REFORMADA. (BRAGUINI, Patricia de Assis Ferreira. Recurso inominado n. 0008500-56.2016.8.26.0176. J. em 06 Dez. 2017. Disp. em www.tjsp.jus.br. Acesso em 27 Jun.2018.) Consequentemente, RECONHEÇO o dano moral in re ipsa, sendo o nexo causal necessário o próprio desgaste da Autora com a interrupção do fornecimento da energia, que, para restabelecimento, foi necessário o ingresso com a presente demanda. No que tange ao quantum indenizatório, ressalto que para a fixação do dano moral, à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento, incumbe ao juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo à título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido, proporcionando um equilíbrio tal, de modo que não signifique enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo de novo atentado. Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos, a fragilidade da defesa, e ainda, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação, reputo justa e razoável a condenação da Ré ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), como medida de caráter pedagógico, evitando a reiteração da conduta no mercado de consumo. Isso posto, após a análise dos fatos e provas arroladas por ambas as partes, sem preliminares suscitadas pela Ré: 1. OPINO por reconhecer a relação de consumo entre Autora e Ré, nos temos dos artigos 2º e 3º do CDC, e por deferir a inversão do ônus probatório em favor da Autora, consoante art. 6º, VIII, do CDC. 2. OPINO pela PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS INICIAIS, nos termos do artigo 487, I do CPC/15, para reconhecer o ato ilícito perpetrado pela Ré, e por CONDENÁ-LA ao pagamento de indenização por danos morais em R$ 2.000,00 (dois mil reais), como medida de caráter pedagógico, corrigidos monetariamente (INPC) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês. Os juros de mora incidem desde o evento danoso (14/08/2019), e a correção monetária a partir da homologação da presente, pela Douta Magistrada. 3. OPINO por tornar definitiva a tutela concedida pela Douta Magistrada, à Mov. 22640641, para determinar que a Ré mantenha o fornecimento da energia, na unidade consumidora n 6/1894168-2, em razão dos fatos aqui discutidos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Paula Pinheiro de Souza Juíza leiga Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004369-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA AUGUSTA WARMLING (REQUERENTE)
KLEYTON GOMES SANTIAGO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA AUGUSTA WARMLING OAB - MT21887-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOCALIZA RENT A CAR SA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Número do Processo: 1004369-73.2019.811.0001 Polo Ativo: FERNANDA AUGUSTA WARLING Polo Ativo: KLEYTON GOMES SANTIAGO Polo Passivo: LOCALIZA RENT A CAR S/A PROJETO DE SENTENÇA Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. DA INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO Trata-se a presente de Indenização por Danos Morais e Materiais, proposta pelos Autores em desfavor da Ré. Em síntese, os mesmos asseveram terem sido vítima da má prestação de serviço da Ré, em relação a um suposto furto de pertences acondicionados em uma mochila esquecida no interior do veículo locado. Não obstante os argumentos iniciais, e o teor da defesa de Mov. 24993911, e impugnação de Mov. 25231996, é incontroverso que, para a resolução da controversa, é imprescindível que todos os documentos carreados aos autos, como prova, estejam no vernáculo nacional, consoante artigo 192 do CPC/15. E o artigo 192, parágrafo único, informa que os documentos redigidos em língua estrangeira, poderiam ser juntados aos autos, quando acompanhado de versão para a língua portuguesa, devidamente firmada por tradutor juramentado. Neste feito, os Autores questionam situações que estariam documentadas em informações descritas em idioma estrangeiro, qual seja, língua inglesa. Como exemplo, temos os documentos carreados às Mov. 22877165 e 22877169, que, em tese, corresponderiam ao boletim de ocorrência lavrado pela polícia estrangeira, e supostos recibos de locação. Em casos semelhantes, aduz a jurisprudência pátria: Ação indenizatória. Julgamento que depende da tradução de documento redigido em língua estrangeira. Imprescindibilidade de prova pericial. Incompetência do Juizado Especial Cível para a causa. Reconhecimento. Prova complexa vedada pela Lei nº 9.099/95. Sentença mantida. Recurso improvido". (SILVA, Suzana Pereira da. Recurso inominado n. 1011820-19.2016.8.26.0590. J. em 24 Out. 2018. Disp. em www.tjsp.jus.br. Acesso em 27 Nov. 2019.) De acordo com o inciso II do artigo 51, da Lei nº 9.099/95, extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, “quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação.” Assim, visando preservar o melhor direito das partes, diante das provas produzidas nos autos e o esclarecimento das divergências dos fatos alegados, tenho que para a solução da contenda, e para busca da verdade real, com a preservação do princípio do contraditório e da mais ampla defesa, necessita, essencialmente, de tradutor juramentado, complexidade que afasta a competência dos juizados especiais, pois incompatível com o artigo 3º da lei 9.099/95. Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, OPINO por reconhecer a INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA deste Juizado Especial para processar e julgar o feito, ante a complexidade da causa, e, em consequência, OPINO por JULGAR EXTINTO o presente feito sem resolução de mérito, com fundamento no inciso II do artigo 51 da Lei nº 9.099/95. Sem custas processuais e honorários advocatícios, em atenção aos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. À consideração da Excelentíssima Juíza de Direito do 2º Juizado, para apreciação e homologação, de acordo com o artigo 40 da lei 9.099/95. Paula Pinheiro de Souza Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95, e art. 8º, parágrafo único, da LC nº 270/07-MT. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se Maria Aparecida Ferreira Fago Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012526-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERNESTO SATIRO DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT REZENDE DA SILVA OAB - MT16773-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1012526-35.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: PETIÇÃO (241) POLO ATIVO: Nome: ERNESTO SATIRO DA COSTA Endereço: RUA PAVÃO, 24, QUADRA 48, CPA IV, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-268 POLO PASSIVO: Nome: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Endereço: REDE CEMAT, 184, Rua Manoel dos Santos Coimbra, BANDEIRANTES, CUIABÁ - MT - CEP: 78010-900 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - ERNESTO SATIRO DA COSTA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima

qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 28/01/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 19 de novembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020409-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020409-33.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FELIPE ALBERTO ARCASA POLO PASSIVO: ENERGISA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020410-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WESLEY SIQUEIRA FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020410-18.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:WESLEY SIQUEIRA FREITAS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020412-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WEVERSON TRIGO ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020412-85.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:WEVERSON TRIGO ARAUJO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020456-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020456-07.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:THIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020472-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA NATALHIA MAGALHAES AUGUSTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020472-58.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA NATALHIA MAGALHAES AUGUSTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: OI S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020483-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

MAXLEIA LUDNILA APARECIDA RIOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ANTONIO GUERRA OAB - MT16276-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020483-87.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MAXLEIA LUDNILA APARECIDA RIOS DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PAULO ANTONIO GUERRA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020504-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FREDERICO CRISTIANO MARIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020504-63.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FREDERICO CRISTIANO MARIA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020506-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOVITA PINHO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020506-33.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOVITA PINHO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014146-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ EMBOAVA DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO MACIEL BORGES OAB - MT20640/O (ADVOGADO(A))
LUIZ FLAVIO BLANCO ARAUJO OAB - SP257932 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CINTIA MIYUKI TANAKA MARTINS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1014146-82.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANDRE LUIZ EMBOAVA DIAS REQUERIDO: CINTIA MIYUKI TANAKA MARTINS Vistos, etc. Acolho a justificativa apresentada conforme ID. 25782318. Antes de qualquer deliberação, INTIMEM-SE a parte Reclamante para que se manifeste acerca do AR negativo. Com a apresentação do endereço novo, proceda à designação da audiência de nova conciliação. Sem manifestação da parte, voltem-me os autos conclusos para a pasta de Despacho. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008947-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ORLANDO RODRIGUES DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA DA CUNHA PEREIRA OAB - MT16214-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGV BRASIL ASSOCIACAO DE AUTOGESTAO VEICULAR (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1008947-79.2019.8.11.0001. INTERESSADO: ORLANDO RODRIGUES DA SILVA REQUERIDO: AGV BRASIL ASSOCIACAO DE AUTOGESTAO VEICULAR Vistos etc. Antes de qualquer deliberação, intime-se a parte autora para que, em 10 (dez) dias apresente nos autos, a certidão que comprova que estava no local onde foi realizado o pregão para audiência de conciliação, conforme informado no petitório retro, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, I da Lei 9.099/95. Intime-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1016116-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALFREDO RODRIGUES DA CUNHA CRIVELARO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIRUXY OLIVEIRA SOARES DA SILVA OAB - MT22603/O (ADVOGADO(A))
BRUNA RAFAELA MACIEL OAB - MT21649/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1016116-20.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ALFREDO RODRIGUES DA CUNHA CRIVELARO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos o termo do acordo celebrado entre as partes ou cópia da fatura alusiva a recuperação de consumo, que originou o parcelamento. Anoto para tanto o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido de tutela de urgência. Intime-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016425-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA VIEIRA MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HENRIQUE BOM DESPACHO DANTAS BORGES OAB - MT13274-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016425-41.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ADRIANA VIEIRA MARTINS REQUERIDO: AGEMED SAUDE S/A Vistos, etc. Do exame dos autos, verifico que a parte autora peticiona requerendo redesignação da audiência de conciliação em virtude de viagem marcada, conforme ID. 26119168. Indefiro o pleito em virtude de não haver comprovação. Em tempo, INTIMEM-SE a parte para que se manifeste nos autos no prazo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo com o sem manifestação voltem-me os autos conclusos para a pasta de

Despacho. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011652-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCIA HELENA SILVA MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSIMAR VITOR PEREIRA OAB - MT19848-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA NEVES ALMEIDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELA DA SILVA RIBEIRO OAB - MT10242-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1011652-50.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GLAUCIA HELENA SILVA MARTINS REQUERIDO: LUCIANA NEVES ALMEIDA Vistos, etc. DEFIRO o requerido na audiência de conciliação, conforme se depreende no ID. 26371676. Assim sendo, DESIGNE audiência de instrução, conforme a pauta deste Juizado. Após, INTIMEM as partes para comparecimento, devendo ser acompanhadas de suas testemunhas, independente de intimação. Às providências legais. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005107-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LARISSA APARECIDA CRUZ NEVES TAVARES RACHID JAUDY (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA APARECIDA CRUZ NEVES TAVARES RACHID JAUDY OAB - MT14349/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA EVONE NUNES DA SILVA - ME (REQUERIDO)
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
NATIVA AGENCIA DE VIAGEM E TRANSPORTE RECEPTIVO EIRELI ME - ME (REQUERIDO)
PARTENON VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELENITA EGINA DE ASSUNCAO CARVALHO OAB - MT20643/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1005107-61.2019.8.11.0001. INTERESSADO: LARISSA APARECIDA CRUZ NEVES TAVARES RACHID JAUDY REQUERIDO: MARIA EVONE NUNES DA SILVA - ME, NATIVA AGENCIA DE VIAGEM E TRANSPORTE RECEPTIVO EIRELI ME - ME, PARTENON VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP, CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. Vistos, etc. INTIMEM-SE as partes Reclamadas para se manifestarem acerca dos documentos apresentados pela parte autora na impugnação para não haver cerceamento de defesa, conforme ID. 26486337. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação voltem-me os autos conclusos para a pasta de Sentença. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003500-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILBERTO GONCALVES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILENE SOYANE DA SILVA MATOS OAB - MT17703-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1003500-13.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GILBERTO GONCALVES DOS SANTOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. INTIMEM-SE a parte autora para comprovar o pagamento das custas do processo de nº 8023897-08.2018.811.0001 por não ter comparecido à audiência, sob pena de extinção. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação voltem-me os autos conclusos para a pasta de Sentença. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006528-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CESAR DE PAULA MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Allan Fontes Corrêa OAB - MT25118/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GESSOLI LIMA DA LUZ (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALDEVINO WEBSON FERREIRA DE SOUSA OAB - MT25900/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1006528-86.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOAO CESAR DE PAULA MIRANDA REQUERIDO: GESSOLI LIMA DA LUZ Vistos, etc. DEFIRO o requerido na audiência de conciliação, conforme se depreende no ID. 25250844. Assim sendo, DESIGNE audiência de instrução, conforme a pauta deste Juizado. Após, INTIMEM as partes para comparecimento, devendo ser acompanhadas de suas testemunhas, independente de intimação. Às providências legais. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009253-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ANGELITA LOPES DAS CHAGAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO DE MELO ROSA OAB - MT10097-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1009253-48.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA ANGELITA LOPES DAS CHAGAS REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Vistos, etc. DEFIRO o requerido na petição, conforme se depreende no ID. 26266295. Assim sendo, DESIGNE audiência de instrução, conforme a pauta deste Juizado. Após, INTIMEM as partes para comparecimento, devendo ser acompanhadas de suas testemunhas, independente de intimação. Às providências legais. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008781-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIANE SARA DE OLIVEIRA ROSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1008781-47.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARCIANE SARA DE OLIVEIRA ROSA REQUERIDO: VIVO S.A Vistos, etc. INTIMEM-SE a parte Autora para juntar aos autos comprovante de endereço, pois o mesmo anexado a inicial não consta o endereço de residência da autora. Decorrido o prazo, com ou sem

manifestação voltem-me os autos conclusos para a pasta de Despacho. Cumpra-se JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006124-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIONINA CRUZ DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA OAB - MT21550-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA OAB - PE0021233A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1006124-35.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DIONINA CRUZ DOS SANTOS REQUERIDO: BANCO OLÉ CONSIGNADO Vistos, etc. Acolho a justificativa apresentada conforme ID. 25310585. Proceda à designação da audiência de nova conciliação. Intimem-se as partes. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009933-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GISLAINE NOGUEIRA DE ALENCAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACKSON DOUGLAS BOABAID DE SOUZA OAB - MT20201-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1009933-33.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GISLAINE NOGUEIRA DE ALENCAR REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. INTIMEM-SE a parte autora, para que no prazo de 10 (dez) dias, apresente comprovante de endereço atualizado em nome próprio ou de terceiro e que comprove o vinculo com o terceiro. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação voltem-me os autos conclusos para a pasta de Despacho. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020208-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALTER MONTEIRO ARAUJO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSVALDO TAROCO OAB - MT17689 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020208-41.2019.8.11.0001. REQUERENTE: WALTER MONTEIRO ARAUJO DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, etc. Do exame dos autos, verifica-se que a petição inicial está desacompanhada de documentos hábeis a instruir a reclamação dela constante, o que impossibilita a providência liminar requerida. Assim, nos termos do artigo 321, “caput” e parágrafo único, do CPC, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a cópia legível, completa e atualizada do comprovante de endereço (água, luz, telefone) em seu nome, ou, caso esteja em nome de terceiro, comprovante do vínculo jurídico com a pessoa do endereço declinado, a fim de possibilitar a análise do pedido, sob pena de indeferimento da inicial (art. 330, do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para pedido de urgência. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em substituição legal

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015663-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL ALTOS DA COLINA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSELI CARDOSO OAB - MT25045-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DO CARMO DE SOUZA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1015663-25.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CONDOMINIO RESIDENCIAL ALTOS DA COLINA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROSELI CARDOSO POLO PASSIVO: MARIA DO CARMO DE SOUZA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 23/01/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018484-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD OAB - MT14099-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1018484-02.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD POLO PASSIVO: AZUL LINHAS AEREAS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 30/01/2020 Hora: 11:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019969-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO PADILHA DE SIQUEIRA MINEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA OAB - MT13731-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019969-37.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:DIEGO PADILHA DE SIQUEIRA MINEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA POLO PASSIVO: OI BRASILTELECOM FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 10:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020552-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CAIO AUGUSTO RIBAS DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO MIGUEL DA COSTA NETO OAB - MT16362-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020552-22.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CAIO AUGUSTO RIBAS DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOÃO MIGUEL DA COSTA NETO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019947-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS CORREIA CARDOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA DA SILVA REZENDE OAB - MT25724/O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019947-76.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOAO CARLOS CORREIA CARDOSO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LEMIR FEGURI, SILVANA DA SILVA REZENDE POLO PASSIVO: BANCO DO BRASIL SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 30/01/2020 Hora: 15:15 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019928-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NAYARA CAROLINA PIRES DE QUEIROZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANNA LISBOA RAINERI OAB - MT25297/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019928-70.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:NAYARA CAROLINA PIRES DE QUEIROZ ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GIOVANNA LISBOA RAINERI POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019587-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO NILSON FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ OAB - MT0021519A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019587-44.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOSE ROBERTO NILSON FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ POLO PASSIVO: BANCO BMG S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 05/02/2020 Hora: 14:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020265-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA PAULA CARVALHO BERTOLI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEISE ARRUDA DE OLIVEIRA OAB - MT21133/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020265-59.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANGELA PAULA CARVALHO BERTOLI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DEISE ARRUDA DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 2ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 16:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020077-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALENCAR FELIX DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALENCAR FELIX DA SILVA OAB - MT7507-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020077-66.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ALENCAR FELIX DA SILVA REQUERIDO: OI S.A Vistos, etc. Trata-se de “AÇÃO INDENIZATÓRIA COM PEDIDO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA INITIO LITIS (ART.300 CPC)”, ajuizada por ALENCAR FELIX DA SILVA em face de OI S.A. A parte promovente alega, em síntese, irregularidade quanto ao débito lançado nos órgãos de proteção ao crédito, em seu nome, pela reclamada, no importe de R$ 196,78 (cento e noventa e seis reais e setenta e oito centavos), disponibilizado em 02.12.019, referente ao contrato n.º 5049502167. Narra, também, que, “participa semestralmente de licitações, de modo que mantem ativo em seu escritório sistema de controle de cadastro pessoal (CPF), a fim de que havendo registros de apontamento, o advogado ora peticionante rapidamente reestabeleça a condição para não que seja prejudicado e impedido de participar dos certames”. Aduz, ainda, que desconhece a dívida cobrada pela promovida, bem como realizou diversas reclamações administrativas. Frustradas, porém, todas as tentativas de solução do impasse. Em face dessa situação, depois de discorrer sobre os fatos e fundamentos jurídicos cabíveis à espécie, a parte autora, dentre outras alegações e providências, requer liminarmente: “(...) a) CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA, para que a Requerida exclua imediatamente o nome do autor, através do CPF 854.157.741-49 DOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO, sob pena de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelos motivos já alinhados, nos moldes do artigo 18 do CDC”. É a suma. DECIDO. Da análise dos elementos e das circunstâncias que envolvem o caso, concluo que o pedido de antecipação de tutela específica merece parcial colhimento. Isso porque se extrai do art. 84, “caput” e § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, que o juiz poderá conceder a tutela específica da obrigação, liminarmente, ou determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, desde que estejam preenchidos e presentes dois requisitos obrigatórios, quais sejam, relevância do fundamento da demanda e justificado receio de ineficácia do provimento final. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, dispõe que a tutela de urgência será concedida, quando houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso em exame, tendo como base o que ordinariamente acontece (art. 375, do CPC e 5º da Lei 9.099/95) e

considerando que a prova da existência da dívida somente pode ser feita pela parte promovida, concluo que esse fator é suficiente para evidenciar a probabilidade do direito. Ademais, como cediço, nesta fase processual, não há documentação disponível à parte promovente que possa contribuir com suas alegações, razão pela qual, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, é razoável, neste momento, presumir os fatos a seu favor. Além disso, as declarações da parte autora, na hipótese, até que se prove o contrário, merecem crédito, o que autoriza a antecipação da tutela específica, para que não ocorra dano de difícil reparação. Outrossim, o restritivo de crédito ocasiona risco de dano, pois, uma vez negativada a dívida em seu nome, a parte promovente fica impedida de realizar transações comerciais a prazo e de obter empréstimos e financiamentos no mercado financeiro. Por outro lado, a medida pleiteada não trará nenhum prejuízo à parte promovida, visto que a determinação, para que a reclamada se abstenha de inserir o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, não representa perigo de irreversibilidade, já que essa providência poderá ser efetivada, normalmente, após a sentença ou mesmo antes, à vista de documentos oferecidos pela parte reclamada, situação em que não se aplica o óbice do § 3º do artigo 300, do Código de Processo Civil. Diante do exposto, porque preenchidos os requisitos legais, DEFIRO, em parte, o pedido de tutela de urgência antecipada, para determinar que a empresa promovida, na forma do peticionado: EXCLUA, imediatamente, não podendo ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, o nome da parte autora dos órgãos de restrição ao crédito, SPC, SERASA, cartório de protesto, dentre outros, no tocante ao débito discutido nos presentes autos, qual seja, R$ 196,78 (cento e noventa e seis reais e setenta e oito centavos), disponibilizado em 02.12.019, referente ao contrato n.º 5049502167, até o deslinde desta demanda ou ulteriores deliberações. Arbitro, para a hipótese de descumprimento da medida, multa fixa no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais), razão do deferimento parcial. Por fim, antevendo a relação de consumo entre as partes, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte promovida esse encargo. Cite-se. Intimem-se. Aguarde-se audiência de conciliação. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020101-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON GRIGGI FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA KAROLINE FERRUCI MARQUES TOLEDO OAB - MT19812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020101-94.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MILTON GRIGGI FILHO REQUERIDO: ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA Vistos, etc. Trata-se de "AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C INEXISTÊNCIA DE DEBITO COM PEDIDO DE LIMINAR "INAUDITA ALTERA PARS", ajuizada por MILTON GRIGGI FILHO em face de ANHANGUERA EDUCACIONAL S/A. A parte promovente alega, em síntese, irregularidade quanto aos dois débitos lançados nos órgãos de proteção ao crédito, em seu nome, pela reclamada, ambos no importe de R$ 1.368,84 (um mil e trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), com vencimento em 08.11.017 e disponibilizados no dia 08.11.019, sendo que um refere-se ao contrato n.º 1655442017, e outro, ao n.º 01434. Esclarece que estudou, na instituição promovida, o curso de Engenharia Civil, no período de 2014 a 2018. Na oportunidade, afirma que sempre manteve o pagamento das mensalidades em dia. Ressalta que, as supostas dívidas negativadas referem-se às mensalidades dos meses de agosto/017 e novembro/017, que foram devidamente quitadas no prazo estabelecido no boleto bancário. Aduz, ainda, que realizou diversas reclamações administrativas. Frustradas, porém, todas as tentativas de solução do impasse. Em face dessa situação, depois de discorrer sobre os fatos e fundamentos jurídicos cabíveis à espécie, a parte autora, dentre outras alegações e providências, requer liminarmente: "(...) 1– Deferida a liminar vindicada, seja determinada expedição de ofício ao SERASA e SPC para a exclusão precária dos registros que constam em nome do autor, quanto aos débitos junto a requerida, até julgamento final da lide". É a suma. DECIDO. Da análise dos elementos e das circunstâncias que envolvem o caso, concluo que o pedido de antecipação de tutela específica merece parcial colhimento. Isso porque se extrai do art. 84, "caput" e § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, que o juiz poderá conceder a tutela específica da obrigação, liminarmente, ou determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, desde que estejam preenchidos e presentes dois requisitos obrigatórios, quais sejam, relevância do fundamento da demanda e justificado receio de ineficácia do provimento final. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, dispõe que a tutela de urgência será concedida, quando houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso em exame, a relevância dos fundamentos da demanda reside nas argumentações da parte promovente, demonstradas, em princípio, pelos documentos acostados à inicial, na identificação n.º 27182540, que comprovam, a prima facie, suas afirmações de ter efetivado a quitação integral das prestações de agosto/017 e novembro/017, mesmo assim, a empresa promovida inseriu seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Ademais, como cediço, nesta fase processual, não há outros elementos documentais disponíveis à parte promovente que poderiam contribuir com suas alegações, razão pela qual, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, é razoável, neste momento, presumir os fatos a seu favor. Além disso, as declarações da parte autora, na hipótese, até que se prove o contrário, merecem crédito, o que autoriza a antecipação da tutela específica, para que não ocorra dano de difícil reparação. Outrossim, o restritivo de crédito ocasiona risco de dano, pois, uma vez negativada a dívida em seu nome, a parte promovente fica impedida de realizar transações comerciais a prazo e de obter empréstimos e financiamentos no mercado financeiro. Por outro lado, a medida pleiteada não trará nenhum prejuízo à parte promovida, visto que a determinação, para que a reclamada exclua o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, não representa perigo de irreversibilidade, já que essa providência poderá ser efetivada, normalmente, após a sentença ou mesmo antes, à vista de documentos oferecidos pela parte reclamada, situação em que não se aplica o óbice do § 3º do artigo 300, do Código de Processo Civil. Diante do exposto, porque preenchidos os requisitos legais, DEFIRO, em parte, o pedido de tutela de urgência antecipada, para determinar que a empresa promovida: EXCLUA, no prazo de 15 (quinze) dias, o nome da parte autora dos órgãos de restrição ao crédito, SPC, SERASA, cartório de protesto, dentre outros, no tocante aos dois débitos discutidos nos presentes autos, quais sejam, ambos no importe de R$ 1.368,84 (um mil e trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), com vencimento em 08.11.2017 e disponibilizados no dia 08.11.019, um referente ao contrato n.º 1655442017, e outro, ao n.º 01434, até o deslinde desta demanda ou ulteriores deliberações, razão do deferimento parcial. Arbitro, para a hipótese de descumprimento da medida, multa fixa no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Por fim, antevendo a relação de consumo entre as partes, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte promovida esse encargo. Cite-se. Intimem-se. Aguarde-se audiência de conciliação. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019969-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO PADILHA DE SIQUEIRA MINEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA OAB - MT13731-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019969-37.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DIEGO PADILHA DE SIQUEIRA MINEIRO REQUERIDO: OI BRASILTELECOM Vistos, etc. Trata-se de "AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA", ajuizada por DIEGO PADILHA DE

SIQUEIRA MINEIRO em face de OI BRASILTELECOM. A parte promovente alega, em síntese, irregularidade nas cobranças das faturas, efetuadas pela reclamada, nos valores de R$ 602,35 (seiscentos e dois reais e trinta e cinco centavos), emitida em 02.01.017 e, R$ 104,69 (cento e quatro reais e sessenta e nove centavos), de 03.01.017. Enfatiza que recebeu uma ligação da empresa promovida, no mês de outubro/019, noticiando-lhe acerca dos supracitados débitos em aberto, relativos à um suposto contrato firmado entre as partes. Narra, a parte autora, que, "solicitou a documentação da contratação, logo averiguou que o presente caso se tratava de FRAUDE, pois, dentre outros documentos apresentados pelo estelionatário no dia da abertura do crédito na loja, a empresa disponibilizou uma cópia da cédula de identidade fraudada, com foto e assinatura visivelmente distintas, se comparada com outro documento do requerente". Ressalta, também, que desconhece a dívida cobrada pela promovida, bem como afirma não ter contratado a nenhuma prestação de serviço. Aduz, ainda, que teme ter seu nome inserido nos órgãos de proteção ao crédito, em razão disso, realizou diversas reclamações administrativas. Frustradas, porém, todas as tentativas de solução do impasse. Em face dessa situação, depois de discorrer sobre os fatos e fundamentos jurídicos cabíveis à espécie, a parte autora, dentre outras alegações e providências, requer liminarmente: "(...) Sendo assim, diante do fundado receio em ter seu nome incluído no rol de maus pagadores, requer a concessão da antecipação da tutela para que a requerida se abstenha de incluir o nome do requerente como negativado nos órgãos de proteção ao crédito, bem como, cancele ou suspenda todas as faturas cobradas indevidamente até o final da demanda". É a suma. DECIDO. Da análise dos elementos e das circunstâncias que envolvem o caso, concluo que o pedido de antecipação de tutela específica merece acolhimento. Isso porque se extrai do art. 84, "caput" e § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, que o juiz poderá conceder a tutela específica da obrigação, liminarmente, ou determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, desde que estejam preenchidos e presentes dois requisitos obrigatórios, quais sejam, relevância do fundamento da demanda e justificado receio de ineficácia do provimento final. Já o artigo 300, do Código de Processo Civil, dispõe que a tutela de urgência será concedida, quando houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso em exame, tendo como base o que ordinariamente acontece (art. 375, do CPC e 5º da Lei 9.099/95) e considerando que a prova da existência da dívida somente pode ser feita pela parte promovida, concluo que esse fator é suficiente para evidenciar a probabilidade do direito. Ademais, como cediço, nesta fase processual, não há documentação disponível à parte promovente que possa contribuir com suas alegações, razão pela qual, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, é razoável, neste momento, presumir os fatos a seu favor. Além disso, as declarações da parte autora, na hipótese, até que se prove o contrário, merecem crédito, o que autoriza a antecipação da tutela específica, para que não ocorra dano de difícil reparação. Outrossim, o restritivo de crédito ocasiona risco de dano, pois, uma vez negativada a dívida em seu nome, a parte promovente fica impedida de realizar transações comerciais a prazo e de obter empréstimos e financiamentos no mercado financeiro. Por outro lado, as medidas pleiteadas não trarão nenhum prejuízo à parte promovida, visto que as determinações, para que a reclamada suspenda a cobrança dos débitos discutidos nos autos, bem como se abstenha de inserir o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, não representam perigo de irreversibilidade, já que essas providências poderão ser efetivadas, normalmente, após a sentença ou mesmo antes, à vista de documentos oferecidos pela parte reclamada, situação em que não se aplica o óbice do § 3º do artigo 300, do Código de Processo Civil. Diante do exposto, porque preenchidos os requisitos legais, DEFIRO o pedido de tutela de urgência antecipada, para determinar que a empresa promovida, na forma do peticionado: ABSTENHA-SE de inserir o nome da parte autora nos órgãos de restrição ao crédito, SPC, SERASA, cartório de protesto, dentre outros, pelo não pagamento do débito questionado nesta demanda, até o encerramento desta ação ou ulteriores deliberações. E, acaso já tenha efetivado a inserção de seus dados, que procedam à retirada deles dos cadastros de inadimplentes, de imediato, não podendo ultrapassar 12 (doze) horas. SUSPENDA a cobrança (por qualquer meio cabível e eficaz) das faturas questionadas no presente feito, nos valores de R$ 602,35 (seiscentos e dois reais e trinta e cinco centavos), emitida em 02.01.017 e, R$ 104,69 (cento e quatro reais e sessenta e nove centavos), de 03.01.017, como apontado pela parte autora igualmente até o seu desfecho. Arbitro, para a hipótese de descumprimento da medida, multa fixa no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Ainda, antevendo a relação de consumo entre as partes, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte promovida esse encargo. Cite-se. Intimem-se. Aguarde-se audiência de conciliação. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020265-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA PAULA CARVALHO BERTOLI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEISE ARRUDA DE OLIVEIRA OAB - MT21133/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020265-59.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANGELA PAULA CARVALHO BERTOLI REQUERIDO: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA na qual busca a requerente que seja a requerida compelida a autorizar a cobertura do tratamento indicado pelo médico, com a prescrição da medicação denominada Mabthera (Rituximabe). Afirma a parte requerente que é cliente do plano de saúde ofertado pela parte requerida. Aduz que, dentre outros problemas de saúde (hipertensão arterial sistêmica, dislipidemia, ateromatose carotídea, doença do refluxo gastro-esofágico, hipertensão pulmonar moderada), em 2015 foi diagnosticada com "esclerose sistêmica", ocasião em que passou a realizar o tratamento que, segundo ele, consiste em numa espécie de quimioterapia com a utilização do medicamento Mabthera (Rituximabe). Alega que, em que pese a parte requerida tenha fornecido a cobertura para o respectivo tratamento em outras ocasiões, recentemente, teve a cobertura negada, porque o tratamento prescrito somente pode ser coberto para diagnósticos de outras doenças. O pleito vai deferido. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. No caso, a probabilidade do direito da parte autora encontra-se amparada pelo contrato celebrado com a parte ré, na prescrição médica do tratamento requerido e na negativa de cobertura porque não teriam sido observadas as diretrizes de utilização, como se vê dos documentos acostados à inicial. O perigo de dano, também resta presente, considerando a enfermidade da parte autora que consiste em doença autoimune. De mais a mais, conforme entendimento jurisprudencial, o plano de saúde pode até estabelecer as doenças que terão cobertura contratual, mas não podem restringir o tipo de tratamento indicado pelo médico. Confira: EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – PLANO DE SAÚDE – SISTEMA UNIMED – TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA – IRRESIGNAÇÃO DA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE – RECUSA NO FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO NATALIZUMABE – PRESCRIÇÃO POR PROFISSIONAL HABILITADO – TRATAMENTO DA PATOLOGIA DE ESCLEROSE MÚLTIPLA – ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COBERTURA CONTRATUAL – ARGUMENTO IMPROCEDENTE - CONTRATAÇÃO DO PLANO E COBERTURA PARA A ENFERMIDADE INCONTROVERSA – NECESSIDADE DEMONSTRADA – SUPREMACIA DO DIREITO À SAÚDE – DECISÃO ESCORREITA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Entende-se por abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento prescrito para garantir a saúde ou a vida do segurado, porque o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de terapêutica indicada por profissional habilitado na busca da cura. (STJ – 3ª Turma – AgRg no REsp nº 1.476.276/SP – Rel. Ministro MOURA RIBEIRO – DJe 7/4/2015 – grifei). (N.U 1007698-96.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, JOAO FERREIRA FILHO, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 09/07/2019, Publicado no DJE 15/07/2019) (destaquei) Assim, DEFIRO o pedido de tutela antecipada, e DETERMINO à parte requerida que proceda à autorização para o tratamento prescrito pelo médico com a utilização do medicamento denominado Mabthera (Rituximabe), em favor da parte requerente, no prazo de 05 (cinco) dias.

Fixo para tanto, em caso de descumprimento, multa no valor de R$3.000,00 (três mil reais) em favor da parte autora. Já designada audiência de conciliação. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015869-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEINE HELIODORO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CARLOS SOUZA DE ARRUDA OAB - MT23276/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1015869-39.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JEINE HELIODORO DOS SANTOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Ante o petitório retro, oficie-se o Cartório do 4º Serviço Notarial de Cuiabá-MT, para que no prazo de 10 (dez) dias, proceda à baixa do título protestado lavrado em 08/07/2019, conforme consta do extrato do serasa (ID 26584613) em desfavor de JEINE HELIODORO DOS SANTOS. No mais, esclareço que a execução de valores em razão de eventual descumprimento da liminar, ocorrerá, por ocasião da fase de cumprimento de sentença. Intime-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003924-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR ADRIANO DA SILVA 59477300144 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO JOSE POFFO OAB - SC31808 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1003924-55.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CESAR ADRIANO DA SILVA 59477300144 REQUERIDO: STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Passo a analisar. A Embargante opôs embargos de declaração objetivando a reforma da decisão que liminar de ID 22842878, visto que não se trata do caso discutido nos presentes autos. O artigo 1.022 do Código de Processo Civil é claro em afirmar: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Compulsando os autos, verifico que assiste razão à parte autora, vez que realmente a decisão prolatada não diz respeito à esta lide Assim, passo a deliberar acerca do pedido liminar. Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE PENDÊNCIA FINANCEIRA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM TUTELA ANTECIPADA em que a parte autora postula o cancelamento do protesto tirado em seu nome junto ao 4º Serviço Notarial de Cuiabá. Para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano, requisitos, que, in casu, concorrem. Conforme se colhe da documentação que aporta aos autos, vislumbra-se que a parte reclamante já efetuou a quitação do contrato, conforme comprovantes juntados aos autos. A certidão do protesto faz referência ao título nº 144172, sendo referido título o mesmo indicado como quitado na documentação apresentada pela parte reclamante. A documentação encartada aos autos não permite a subsistência de qualquer celeuma no que tange ao adimplemento do contrato. Importa consignar que referido documento aponta de forma assaz satisfatória que existe na hipótese dos autos a verossimilhança das alegações vertidas pela parte em sua inicial. Colhe-se da jurisprudência: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO DE TÍTULO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DEFERIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. Consoante o artigo 297 do Código de Processo Civil, o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela exige, como pressuposto indispensável, a apresentação de prova inequívoca, de modo a demonstrar, de antemão, a verossimilhança das alegações vertidas pela parte. No caso em exame, a verossimilhança das alegações do agravante foi demonstrada, na medida em que comprovou que a nota fiscal que deu origem à duplicata foi efetivamente paga, havendo quitação plena, total rasa e geral da dívida. Ademais, não houve a remessa do título para o sacado para fins de aceite ou de pagamento, nos termos do art. 6º da Lei 5.474/68, revelando-se prudente sobrestar os efeitos do protesto da duplicata até que a questão seja definitivamente julgada. Agravo de Instrumento conhecido e provido. (TJDFT ? Acórdão n.391999, 20090020131792AGI, Relator: NÍDIA CORRÊA LIMA, 3ª Turma Cível, Publicado no DJE: 25/11/2009. Pág.: 134) De outro tanto, mesmo cuidando-se de decisão proferida no limiar do processo, urge anotar que a possibilidade da antecipação do provimento deflui do fato da prova ser documental e já estar ela encartada aos autos, motivo que faz sucumbir a alegação de irreversibilidade do provimento antecipatório, de modo que não resta outra solução que não a de concessão da tutela de urgência pretendida. Vale, entretanto, asseverar o fato de que a presente decisão reveste-se de extremada excepcionalidade, uma vez que a regra que toca às matérias da Lei de Registros Públicos é exatamente ostentar segurança e eficácia aos atos jurídicos. Diante de tais argumentos é que DEFIRO a concessão da tutela de urgência para o fim de cancelar o protesto tirado em desfavor da parte reclamante, bem assim a baixa da restrição junto ao Serasa. Assim, RECEBO os presentes embargos declaratórios, posto que tempestivos e, ante a presença dos pressupostos de admissibilidade e ACOLHO-OS, para o fim de deferir o pedido de tutela de urgência, pelas razões acima expostas. Diante disso, intime-se a parte reclamada para que proceda com o cancelamento do protesto nº 25213 tirado em desfavor da parte reclamante, no prazo de 10 (dez) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Sem prejuízo, determino a designação da audiência de conciliação. Após, intimem-se as partes para que compareçam ao ato conciliatório, conforme previsto na Lei nº. 9.099/95. Intimem-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003924-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR ADRIANO DA SILVA 59477300144 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO JOSE POFFO OAB - SC31808 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1003924-55.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CESAR ADRIANO DA SILVA 59477300144 REQUERIDO: STAHLFABRIK INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Passo a analisar. A Embargante opôs embargos de declaração objetivando a reforma da decisão que liminar de ID 22842878, visto que não se trata do caso discutido nos presentes autos. O artigo 1.022 do Código de Processo Civil é claro em afirmar: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Compulsando os autos, verifico que assiste razão à parte autora, vez que realmente a decisão prolatada não diz respeito à esta lide Assim, passo a deliberar acerca do pedido liminar. Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE PENDÊNCIA FINANCEIRA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM TUTELA ANTECIPADA em que a parte autora postula o cancelamento do protesto tirado em seu nome junto ao 4º Serviço Notarial de Cuiabá. Para a

concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano, requisitos, que, in casu, concorrem. Conforme se colhe da documentação que aporta aos autos, vislumbra-se que a parte reclamante já efetuou a quitação do contrato, conforme comprovantes juntados aos autos. A certidão do protesto faz referência ao título nº 144172, sendo referido título o mesmo indicado como quitado na documentação apresentada pela parte reclamante. A documentação encartada aos autos não permite a subsistência de qualquer celeuma no que tange ao adimplemento do contrato. Importa consignar que referido documento aponta de forma assaz satisfatória que existe na hipótese dos autos a verossimilhança das alegações vertidas pela parte em sua inicial. Colhe-se da jurisprudência: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO DE TÍTULO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DEFERIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. Consoante o artigo 297 do Código de Processo Civil, o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela exige, como pressuposto indispensável, a apresentação de prova inequívoca, de modo a demonstrar, de antemão, a verossimilhança das alegações vertidas pela parte. No caso em exame, a verossimilhança das alegações do agravante foi demonstrada, na medida em que comprovou que a nota fiscal que deu origem à duplicata foi efetivamente paga, havendo quitação plena, total rasa e geral da dívida. Ademais, não houve a remessa do título para o sacado para fins de aceite ou de pagamento, nos termos do art. 6º da Lei 5.474/68, revelando-se prudente sobrestar os efeitos do protesto da duplicata até que a questão seja definitivamente julgada. Agravo de Instrumento conhecido e provido. (TJDFT ? Acórdão n.391999, 20090020131792AGI, Relator: NÍDIA CORRÊA LIMA, 3ª Turma Cível, Publicado no DJE: 25/11/2009. Pág.: 134) De outro tanto, mesmo cuidando-se de decisão proferida no limiar do processo, urge anotar que a possibilidade da antecipação do provimento deflui do fato da prova ser documental e já estar ela encartada aos autos, motivo que faz sucumbir a alegação de irreversibilidade do provimento antecipatório, de modo que não resta outra solução que não a de concessão da tutela de urgência pretendida. Vale, entretanto, asseverar o fato de que a presente decisão reveste-se de extremada excepcionalidade, uma vez que a regra que toca às matérias da Lei de Registros Públicos é exatamente ostentar segurança e eficácia aos atos jurídicos. Diante de tais argumentos é que DEFIRO a concessão da tutela de urgência para o fim de cancelar o protesto tirado em desfavor da parte reclamante, bem assim a baixa da restrição junto ao Serasa. Assim, RECEBO os presentes embargos declaratórios, posto que tempestivos e, ante a presença dos pressupostos de admissibilidade e ACOLHO-OS, para o fim de deferir o pedido de tutela de urgência, pelas razões acima expostas. Diante disso, intime-se a parte reclamada para que proceda com o cancelamento do protesto nº 25213 tirado em desfavor da parte reclamante, no prazo de 10 (dez) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Sem prejuízo, determino a designação da audiência de conciliação. Após, intimem-se as partes para que compareçam ao ato conciliatório, conforme previsto na Lei nº. 9.099/95. Intimem-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009709-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOZENIZE LINA DE OLIVEIRA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAVI FRANCISCO CRUZ OAB - MT17195-O (ADVOGADO(A))
AMAURI ANILSON MENACHO OAB - MT13949-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1009709-95.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOZENIZE LINA DE OLIVEIRA CRUZ REQUERIDO: TELEFONICA BRASIL S.A. Vistos etc. Peticiona a parte autora informando o descumprimento da liminar, que determinou que seja mantida somente a cobrança do serviço contratado, qual seja, "Vivo Internet 5 Mbps Avulso" e no valor de R$59,99 (cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos). Ademais, informa a parte autora que, ante ao alusivo descumprimento, como se vê das faturas enviadas posteriormente à decisão em valores diversos do contratado, vem efetuando tais pagamentos em juízo, conforme consta dos documentos acostados aos autos, fato que demonstra que a parte autora não se encontra em mora. Por outro lado, conforma comunicado pela parte autora nos autos, além de não cumprir a determinação do juízo, a parte ré, emitiu faturas em valores ainda mais elevados ao argumento de que a parte autora teria efetuado uma nova contratação, bem como reduziu a velocidade da internet. Diante disso, considerando os novos fatos trazidos autos, DETERMINO seja a parte ré intimada pessoalmente para o fim de: 1. CUMPRIR integralmente a decisão de ID 24467294. 2. RESTABELCER a velocidade da internet na forma contratada originariamente, 3. ABSTENHA-SE de promover as cobranças relativas aos meses de novembro e dezembro/2019, bem assim, de proceder à inclusão de seus dados nos cadastros de proteção ao crédito. 4. MANTENHA SOMENTE O CONTRATO ORIGINÁRIO, no valor de R$59,99 (cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos). Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, para a hipótese de novo descumprimento da medida, multa no importe de R$5.000,00 (cinco mil reais), em substituição àquela anteriormente fixada. Intime-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018484-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD OAB - MT14099-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1018484-02.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Vistos, etc. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO LIMINAR", ajuizada por ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD em face de AZUL LINHAS AÉREAS. A parte promovente alega, em síntese, que adquiriu, da empresa reclamada, passagem aérea com destino a Maceió, para o Réveillon 2019/2020. Esclarece que comprou dois bilhetes para a viagem, ambos agendados para o dia 25.12.019, sendo um, de Cuiabá-MT (10h) a Brasília-DF (19h40), com conexão em Campinas-SP, e outro, de Brasília-DF (19h40) a Maceió-AL (0h25). Ressalta que a primeira reserva sofreu alteração, pela companhia reclamada, sem aviso prévio. Narra, também, que, a situação "afeta a programação da parte autora a ponto de impedir seu embarque na segunda reserva, já que a chegada em BSB antes prevista para 15:20 passou a ser às 23:50, enquanto o embarque de BSB para MCZ já teria sido encerrado às 19:40". Informa, a parte autora, que, em contato com a promovida, ofereceram-lhe outra alternativa de voo, o qual viabilizaria o posterior embarque, a saber, de Brasília-DF a Maceió-AL, contudo, com acréscimo de 03 (três) horas a mais em seu trajeto. Aduz, ainda, que "em consulta ao site da cia foi possível identificar outro voo do trajeto CGB – MCZ com duração bem menor, capaz de agradar a parte autora, mas que fora recusada via call center, sob o argumento de que não fariam a "unificação" das reservas". Em face dessa situação, depois de discorrer sobre os fatos e fundamentos jurídicos que entende cabíveis à espécie, a parte autora, dentre outras alegações e providências, requer liminarmente: (...) "a) Seja deferido o pedido de LIMINAR em caráter de urgência e inaldita altera pars para determinar, sob pena de multa diária, que a parte promovida seja compelida a realocar a parte promovente, de forma gratuita, no voo mais conveniente, qual seja, unificando as reservas e substituindo-as pelo voo 9276 no dia 25/12/2019, com trajeto CGB-REC (7h30m às 12h) e REC-MCZ (12h55m às 13h55m)". Da análise da questão posta, proferida, neste juízo, decisão que determinou a intimação da empresa promovida, lançada nos seguintes termos: "Vistos, etc. Antes de qualquer decisão, considerando a situação posta pela reclamante, intime-se a parte promovida, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se quanto ao pleito liminar, constante da petição inicial. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos para análise do pedido urgente. Intimem-se. Cumpra-se, observando as formalidades legais. Cuiabá, MT, 29 de novembro de 2019". Embora

devidamente intimada (id. 26979043), em 02.12.019, a parte requerida não se manifestou. À vista disso, a autora, no id. 27239859, requer a análise do pedido liminar, formulado na inicial. É o que merece ser relatado. DECIDO. Prepositivamente, observo que as leis que cuidam dos Juizados Especiais não tratam, especificamente, sobre as tutelas de urgência, como a requerida pela parte autora. Portanto, em casos tais, devem ser utilizadas, de forma subsidiária, as normas aplicáveis à espécie, desde que compatíveis com as peculiaridades próprias da Lei 9.099/95. Assim, verifica-se que o art. 84, do Código de Defesa do Consumidor - Lei 8078/90, dispõe que: "Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. § 1º A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente. § 2º A indenização por perdas e danos se fará sem prejuízo da multa (art. 287, do Código de Processo Civil). § 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu. § 4º O juiz poderá, na hipótese do § 3º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito. § 5º Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial". Por sua vez, prescreve o art. 300, do NCPC, que: "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão". Aliado a essas normas, o ENUNCIADO 26 do FONAJE: "São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis" (nova redação – XXIV Encontro – Florianópolis/SC). No caso sub examen, como dantes narrado, a parte autora alega, em suma, que teve sua passagem aérea, adquirida antecipadamente para o Réveillon 2019/2020, alterada unilateralmente pela companhia reclamada. Informa, também, que discorda do trajeto alternativo que lhe foi oferecido, pois acrescenta 03 (três) horas na duração da viagem. Pede, pois, liminarmente e em síntese, como transcrito alhures, que a empresa reclamada altere o bilhete para o horário que melhor convém a ela. Todavia, da análise das razões expostas e dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, concluo que a antecipação de tutela específica se apresenta nebulosa, nesta fase de cognição sumária, porquanto, não obstante a aparente relevância do fundamento invocado, as alegações estão fundadas em informações unilaterais da parte autora, o que torna temerária a concessão das providências reclamadas, supratranscritas. Prudente, por isso e ante tudo o mais que dos autos consta, o aguardo da formação do contraditório e da dilação probatória. Isso porque, conforme irrompe das normas legais, o deferimento da antecipação de tutela pressupõe a existência de elemento probatório apto a evidenciar a veracidade do direito, formando um juízo seguro de probabilidade sobre o alegado, o que ocasiona o convencimento da verossimilhança do pedido. Assim, a existência de prova inequívoca tem como consequência a formação de um juízo positivo acerca das pretensões da parte reclamante e, com isso, autoriza o deferimento do pedido de tutela antecipada, pressupostos esses não preenchidos no presente caso. Além disso, a despeito da argumentação expendida pela parte promovente, não há como apreciar a liminar requestada sem incursionar no mérito da questão, o que é defeso, nesta oportunidade, uma vez que se trata de fase meramente introdutória do processo, devendo ser objeto de definitiva apreciação em sentença. Em conclusão, nesta fase inicial, examinadas as arguições e a situação posta, verifico que não subsistem todos os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada no tocante à pretensão da parte promovente. Com essas considerações, INDEFIRO a tutela de urgência pretendida. Por fim, antevendo a relação de consumo entre as partes, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e, diante da hipossuficiência probatória do consumidor, inverto o ônus da prova, atribuindo à parte promovida esse encargo. Cite-se. Intimem-se. Aguarde-se audiência de conciliação. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015360-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DAS GRACAS DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT REZENDE DA SILVA OAB - MT16773-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANECAP (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1015360-11.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS DE SOUZA REQUERIDO: SANECAP Vistos, etc. Trata-se de "AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS C/ PEDIDO DE LIMINAR", ajuizada por MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA em face de SANECAP – COMPANHIA DE SANEAMENTO DA CAPITAL. Relatório dispensado, nos termos da lei. Como cediço, as sentenças, nos Juizados Especiais, obedecerão aos limites traçados nos artigos 2º e 38, da Lei nº 9.099/95, c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC, c.c, Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Fundamento e decido. Do exame dos autos, verifica-se que a parte promovente foi devidamente intimada, em 06.11.019, acerca da decisão proferida no id. 25757880, nos seguintes termos: "Vistos, etc. Do exame dos autos, verifica-se que a petição inicial está desacompanhada de documentos hábeis a instruir a reclamação dela constante, o que impossibilita a providência liminar requerida. Assim, nos termos do artigo 321, "caput" e parágrafo único, do CPC, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar os documentos abaixo arrolados, a fim de possibilitar a análise do pedido, sob pena de indeferimento da inicial (art. 330, do CPC): Histórico de consumo e pagamento e/ou comprovantes de quitação dos débitos questionados nesta ação, emitido pela empresa fornecedora dos serviços de água. Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para pasta de decisão urgente. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário Cuiabá, MT, 4 de novembro de 2019". Insta consignar que os artigos 319 e 320, do CPC, apresentam os requisitos para a propositura da ação, da seguinte forma: "Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. § 1o Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção. § 2o A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu. § 3o A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça. Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação" (grifei). No caso, a supracitada intimação foi devidamente expedida, tendo decorrido o prazo sem qualquer manifestação, em 29.11.019, conforme lançado no sistema pertinente, documento anexo. Dessa forma, considerando que os documentos necessários para a propositura da ação não foram apresentados pela parte autora, apesar de intimada para suprir tal necessidade, forçoso o indeferimento da petição inicial, conforme dispõe o artigo 321, parágrafo único, do CPC: "Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial" (grifei). Ante o exposto, com fundamento no art. 320, parágrafo único, do CPC, INDEFIRO a petição inicial e, com observância do art. 485, I, do CPC, JULGO EXTINTO O FEITO sem apreciação de mérito. Vale ressaltar, por oportuno, que não há prejuízo a novo ajuizamento da lide, respeitadas as normas processuais atinentes à espécie. Sem custas e honorários advocatícios (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95). Intimem-se e, transitada em julgado, ao arquivo. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em substituição legal

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020034-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SOLANGE MOURA DE BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOVESA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
REALIZA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1020034-32.2019.8.11.0001. REQUERENTE: SOLANGE MOURA DE BARROS REQUERIDO: GOVESA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, REALIZA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Vistos, etc. Trata-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA", ajuizada por SOLANGE MOURA DE BARROS em face de CONSÓRCIO GOVESA e CONSÓRCIO REALIZA. A parte promovente alega, em síntese, que firmou contrato com a empresa promovida, em 04.12.013, no importe total de R$ 55.524,13 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e vinte e quatro reais e treze centavos), pagos em 70 (setenta) parcelas mensais. Esclarece que, no mês de fevereiro/019 assinou um "Termo de Alongamento" de 2 (dois) meses, que foi vigente até outubro/019, contudo, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 11.01.019, soube que o prolongamento era de 80 (oitenta) meses. Na oportunidade, aduz que discorda do prazo extenso, bem como informa que já quitou todas as parcelas do contrato. Narra, a parte autora, que, "procurou o Requerido amigavelmente por telefone e foi instruída a se manifestar formalmente. Enviou então uma notificação extrajudicial solicitando a devolução dos valores devidamente pagos, porém, a Reclamada manifestou informando que não realizará a restituição dos valores, uma vez que houve o alongamento". Em face dessa situação, depois de discorrer sobre os fatos e fundamentos jurídicos que entende cabíveis à espécie, a parte autora, dentre outras alegações e providências, requer liminarmente: "(...) b) Seja deferida a tutela de urgência, no sentido de para determinar que a empresa Requerida libere a carta de crédito referente cota 0387, grupo 000210, contrato 0000024607, no prazo de 5 dias a devido sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais)". É o que merece ser relatado. DECIDO. Da análise dos elementos e das circunstâncias que envolvem a controvérsia, observo que, apesar da parte autora ter atribuído à causa o valor de R$ 20.000 (vinte mil reais), os valores questionados na demanda estão muito acima, uma vez que o objeto da presente ação envolve pedidos cumulativos, quais sejam, liberação da carta de crédito e a condenação em danos morais, devendo constar a soma deles, conforme disposto no artigo 292, IV, do CPC. "Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles". Assim, os pedidos cumulados atingem a monta de R$ 75.524,13 (setenta e cinco mil e quinhentos e vinte e quatro reais e treze centavos). Outrossim, observo que a Lei 9.099/95, em seu art. 3º, I, prevê a competência dos Juizados Especiais, limitando o valor da causa a 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, in verbis: "Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo". Destarte, o valor dado à presente causa é suficiente para afastar a competência do Juizado Especial, porquanto o valor da soma dos pedidos é muito superior ao valor de alçada. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito de acordo com o art. 51, inciso II c/c art. 3º, inciso I, ambos da Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em substituição legal

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014183-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAICIANI SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014183-12.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CLAICIANI SANTOS DA SILVA REQUERIDO: ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA Vistos, etc. A parte reclamante desistiu desta reclamação, conforme ID. 27208910. Nos termos do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Diante do exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA desta reclamação e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil de 2015. Sem custas processuais e honorárias advocatícios, em razão do disposto nos artigos 54 e 55, ambos da lei n.º 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014733-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON LEMES DE LIMA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EMPRESA UNIÃO TRANSPORTES E TURISMO LTDA. (REQUERIDO)
JOSE ANTONIO MACHADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014733-07.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EDSON LEMES DE LIMA REQUERIDO: EMPRESA UNIÃO TRANSPORTES E TURISMO LTDA., JOSE ANTONIO MACHADO Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 25619543. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016528-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIA FERREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016528-48.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LIDIA FERREIRA DE SOUZA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 26057809. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em

consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008025-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAURA APARECIDA CORSINO LUIZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLOVIS JOSE DE SIQUEIRA NETO OAB - MT23031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GRAMARCA VEICULOS LTDA (REQUERIDO)
GENERAL MOTORS DO BRASIL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008025-38.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LAURA APARECIDA CORSINO LUIZ REQUERIDO: GRAMARCA VEICULOS LTDA, GENERAL MOTORS DO BRASIL Vistos, etc. As partes informam que se compuseram amigavelmente, por meio do acordo realizado e encartado nos autos, conforme ID n.º 26458569. Com efeito, para que produza seus jurídicos e legais efeitos HOMOLOGO O ACORDO formulado entre reclamante e reclamado, mediante sentença, em conformidade com o prelecionado no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com lastro legal no disposto no artigo 924, inciso III, c. c. o artigo 925, ambos do CPC/2015. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Terceiro Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020113-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EMERSON ALMEIDA RESENDE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANKLIN WILL ALBUQUERQUE SILVA OAB - MT27358/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS AMERICANAS S.A. (REQUERIDO)
BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020113-11.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EMERSON ALMEIDA RESENDE REQUERIDO: BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A., LOJAS AMERICANAS S.A. Visto. I- Emende a parte Reclamante a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321 do CPC), apresentando comprovante de balcão do SCPC (órgão diferente de negativação de crédito), atualizado, sob pena de indeferimento da antecipação postulada. II- Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos na pasta de urgência. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020335-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEOSON MARTINS DE OLIVEIRA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILENE SOYANE DA SILVA MATOS OAB - MT17703-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAGSEGURO INTERNET LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020335-76.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LEOSON MARTINS DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EMILENE SOYANE DA SILVA MATOS POLO PASSIVO: PAGSEGURO INTERNET LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 10 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020336-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMAR ALBINO GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER RAMOS DA SILVA OAB - MT23304/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020336-61.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ADEMAR ALBINO GOMES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KLEBER RAMOS DA SILVA POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020341-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA MARA SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020341-83.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SANDRA MARA SANTOS DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: BANCO PAN FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014946-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALAOR PEREIRA (REQUERIDO)

v Juntada de AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NEGATIVO Intimo a parte Promovente do AR negativo, bem como para no prazo de 05 (cinco) dias fornecer novo endereço da promovida, devendo conter: CEP, RUA, Nº, QUADRA E BAIRRO. Certifico ainda que, tendo em vista não haver tempo hábil para a citação da parte promovida a Audiência de Conciliação será redesignada.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009813-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CURSOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALBENE DA SILVA MOREIRA MAGALHAES (REQUERIDO)

v Juntada de AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NEGATIVO Intimo a parte Promovente do AR negativo, bem como para no prazo de 05 (cinco) dias

fornecer novo endereço da promovida, devendo conter: CEP, RUA, Nº, QUADRA E BAIRRO. Certifico ainda que, tendo em vista não haver tempo hábil para a citação da parte promovida a Audiência de Conciliação será redesignada.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020358-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEIDY LAURA OLIVEIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020358-22.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LEIDY LAURA OLIVEIRA DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020359-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BEATRIZ THAINA RIBEIRO DOS SANTOS SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020359-07.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:BEATRIZ THAINA RIBEIRO DOS SANTOS SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014115-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA MILLENA PEDROSO DE SOUZA (EXECUTADO)

v Juntada de AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NEGATIVO Intimo a parte Promovente do AR negativo, bem como para no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço completo da promovida contendo: CEP, RUA, Nº, QUADRA E BAIRRO, para citação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020363-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LARISSA DA SILVA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020363-44.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LARISSA DA SILVA SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: TALISSA NUNES DE SOUZA POLO PASSIVO: AVON COSMÉTICOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020396-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MORGANNA ARYADNE DE MORAES FONSECA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020396-34.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MORGANNA ARYADNE DE MORAES FONSECA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020400-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRYAN ESTEFANY SANTANA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020400-71.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ADRYAN ESTEFANY SANTANA DA COSTA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR POLO PASSIVO: AVON COSMÉTICOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014404-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL IMOLA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCAS CARDOSO WENCESLAU (EXECUTADO)

v Juntada de AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NEGATIVO Intimo a parte Promovente do AR negativo, bem como para no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço completo da promovida contendo: CEP, RUA, Nº, QUADRA E BAIRRO, para citação.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013102-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO ITAPUA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JHONATTAN DIEGO VIDAL GRIEBEL ELY OAB - MT220110-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO JANUARIO DA SILVA JUNIOR (EXECUTADO)

TIMOTEO JANUARIO DA SILVA NETO (EXECUTADO)

v Juntada de AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NEGATIVO- Intimo a parte Promovente do AR negativo, bem como para no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço completo da promovida contendo: CEP, RUA, Nº, QUADRA E BAIRRO, para citação ou querendo requerer o que entender de direito.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010032-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA APARECIDA ARRUDA MOTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOILTON JOSE LEITE OAB - MT19278-O (ADVOGADO(A))
DINEY LEITE DA COSTA OAB - MT21352-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso e o preparo, ID: 27263239, foram digitalizados tempestivamente. Intimo a recorrida para oferecer contrarrazões no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015165-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDIO LOTUFO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO AUGUSTO ALVES FELICIANO DE SOUSA OAB - MT19504/O (ADVOGADO(A))
BRUNO ALMEIDA DE OLIVEIRA OAB - MT17276/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PATRICIA FERREIRA SANTANA (REQUERIDO)

v Juntada de AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NEGATIVO Intimo a parte Promovente do AR negativo, bem como para no prazo de 05 (cinco) dias fornecer novo endereço da promovida, devendo conter: CEP, RUA, Nº, QUADRA E BAIRRO ou querendo requerer o que entender de direito. Certifico ainda que, tendo em vista não haver tempo hábil para a citação da parte promovida a Audiência de Conciliação será redesignada.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008157-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO FELIX DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLA FERNANDA AMARAL SEGUNDO OAB - MT13867/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certifico que os Embargos de Declaração, ID: 27164268, foram digitalizados tempestivamente. Intimo a parte Embargada, para querendo, se manifestar no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015165-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDIO LOTUFO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO AUGUSTO ALVES FELICIANO DE SOUSA OAB - MT19504/O (ADVOGADO(A))
BRUNO ALMEIDA DE OLIVEIRA OAB - MT17276/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PATRICIA FERREIRA SANTANA (REQUERIDO)

v Juntada de AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NEGATIVO Intimo a parte Promovente do AR negativo, bem como para no prazo de 05 (cinco) dias fornecer novo endereço da promovida, devendo conter: CEP, RUA, Nº, QUADRA E BAIRRO ou querendo requerer o que entender de direito. Certifico ainda que, tendo em vista não haver tempo hábil para a citação da parte promovida a Audiência de Conciliação será redesignada.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020423-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SHIRLEY DOS SANTOS MACIEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020423-17.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SHIRLEY DOS SANTOS MACIEL ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005088-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LINALVA DA SILVA FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINEIDE VIEIRA DE ALMEIDA OAB - MT15488-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Certifico que os Embargos de Declaração, ID: 25127251, foram digitalizados tempestivamente. Intimo a parte Embargada, para querendo, se manifestar no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010217-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certifico que os Embargos de Declaração, ID:27159876, foram digitalizados tempestivamente. Intimo a parte Embargada, para querendo, se manifestar no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017790-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARA MARIA AUXILIADORA FERRAZ DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ITAIANA APIO OAB - MT16103-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ORAL SIN FRANQUIAS LTDA - ME (REQUERIDO)
JK IMPLANTES E ORTODONTIA LTDA (REQUERIDO)
O S INSTITUTO ODONTOLOGICO LTDA - ME (REQUERIDO)

v Juntada de AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NEGATIVO Intimo a parte Promovente do AR negativo, bem como para no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço completo da promovida contendo: CEP, RUA, Nº, QUADRA E BAIRRO, para citação ou querendo requerer o que entender de direito.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013439-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO CEZAR DE OLIVEIRA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
GISELLE PRIMA GALVAO OAB - MT21478-O (ADVOGADO(A))
SAYARA DE OLIVEIRA BORGES OAB - MT22453/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KAUANA T. TOMASINI (REQUERIDO)

v Juntada de AVISO DE RECEBIMENTO (AR) NEGATIVO Intimo a parte Promovente do AR negativo, bem como para no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço completo da promovida contendo: CEP, RUA, Nº, QUADRA E BAIRRO, para citação ou querendo requerer o que entender de direito.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005359-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA LUIZA BEZERRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MOREIRA LEITE NOGUEIRA OAB - MT9943-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Certifico que os Embargos de Declaração, ID: 27125191, foram digitalizados tempestivamente. Intimo a parte Embargada, para querendo, se manifestar no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020450-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILZIDEANE DA CRUZ FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAQUELINE DE OLIVEIRA NOVAIS OAB - MT7287-O (ADVOGADO(A))
VANESSA DE OLIVEIRA NOVAIS OAB - MT6801-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KASUAL INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA (REQUERIDO)
DIAMOND HOUSE GESTAO E ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA - ME (REQUERIDO)
MCO SERVICOS IMOBILIARIOS EIRELI - EPP (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020450-97.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MILZIDEANE DA CRUZ FIGUEIREDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JAQUELINE DE OLIVEIRA NOVAIS, VANESSA DE OLIVEIRA NOVAIS POLO PASSIVO: DIAMOND HOUSE GESTAO E ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA - ME e outros (2) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020475-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL DA CRUZ MESTRE (REQUERENTE)
GUSTAVO LEANDRO DA CRUZ MESTRE (REQUERENTE)
SUELY APARECIDA CRUZ MESTRE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMARO CESAR CASTILHO OAB - MT4384-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ORVACI CUSTODIO DA SILVEIRA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020475-13.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SUELY APARECIDA CRUZ MESTRE e outros (2) ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: AMARO CESAR CASTILHO POLO PASSIVO: ORVACI CUSTODIO DA SILVEIRA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020488-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GARCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAIO MELLI ARISI OAB - MT21848/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020488-12.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GARCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CAIO MELLI ARISI POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 22/01/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005180-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILSON DOS SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Certifico que os Embargos de Declaração, ID: 26858618, foram digitalizados tempestivamente. Intimo a parte Embargada, para querendo, se manifestar no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020502-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSALINA PEREIRA DO PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020502-93.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ROSALINA PEREIRA DO PRADO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 23/01/2020 Hora: 10:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005417-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAQUELINE TOMAZ GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso do id: 26858636, é tempestivo; há pedido de gratuidade de justiça. Intimo a recorrida para oferecer contrarrazões no prazo legal.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020332-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO ANTONIO GARCIA PEREIRA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO ANTONIO GARCIA PEREIRA OAB - MT16080-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020332-24.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SERGIO ANTONIO GARCIA PEREIRA JUNIOR REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Emende a parte reclamante a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentando o extrato de débitos dos últimos 06 (seis) meses, bem como se manifeste quanto a a transferência de titularidade, sob pena de indeferimento da liminar. Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos na pasta de urgência. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020282-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS GUSTAVO ANGHINONI (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020282-95.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUCAS GUSTAVO ANGHINONI REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Emende a parte reclamante a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentando o comprovante de inscrição de seu nome no cadastro de proteção ao crédito, emitido pelo órgão em que consta a restrição (SCPC, SPC ou SERASA), na modalidade consulta de balcão, sob pena de indeferimento da liminar. Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos na pasta de urgência. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020230-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA DA SILVA PINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PLINIO CARNEIRO COSTA OAB - MT0022739A (ADVOGADO(A))
NAYARA DA SILVA CASULA OAB - MT24774/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020230-02.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ADRIANA DA SILVA PINHO REQUERIDO: CLARO S.A Emende a parte reclamante a inicial, apresentando: a. Documento pessoal legível; b. Instrumento procuratório atualizado; c. Comprovante de endereço do ano corrente (água, energia ou telefonia) em seu nome, ou se em nome de terceiro, comprove o vínculo jurídico com a pessoa do endereço declinado; d. Comprovante de inscrição de seu nome no cadastro de proteção ao crédito, emitido pelo órgão em que consta a restrição (SCPC, SPC ou SERASA), na modalidade consulta de balcão; Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, do CPC), sob pena de seu indeferimento (art. 330, do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos na pasta de urgência. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020060-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ISABELA VITORIA FERNANDES FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR LEAO DE CAMPOS OAB - MT17915-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020060-30.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ISABELA VITORIA FERNANDES FIGUEIREDO REQUERIDO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A Emende a parte reclamante a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, do CPC), apresentando o instrumento procuratório devidamente assinado, sob pena de seu indeferimento (art. 330, do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos na pasta de urgência. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020222-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MATEUS LOURENCO FIEL DE PAULA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE AUGUSTO FAVERO ZERWES OAB - MT21534-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO GUIMARAES DE SOUZA OAB - MT19554-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RECARGAPAY DO BRASIL SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. (REQUERIDO)
CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020222-25.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MATEUS LOURENCO FIEL DE PAULA REQUERIDO: CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA e RECARGAPAY DO BRASIL SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. Emende a parte reclamante a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentando o comprovante de inscrição de seu nome no cadastro de proteção ao crédito, emitido pelo órgão em que consta a restrição (SCPC, SPC ou SERASA), na modalidade consulta de balcão, sob pena de indeferimento da liminar. Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos na pasta de urgência. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019394-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA SILVA MESQUITA RIBAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019394-29.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SONIA SILVA MESQUITA RIBAS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Conforme se extrai dos autos, apesar de a parte reclamante juntar as faturas requeridas, tem-se que continuam ilegíveis. Dessa forma, emende novamente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentando as faturas juntadas nos IDs. nº 26820368 e 26820370 de forma legível, sob pena de indeferimento da liminar. Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos na pasta de urgência. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1008203-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL PEREIRA DOS SANTOS (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
WESLEY AMARAL DE ANDRADE OAB - MT24017/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RONIVON SAMPAIO SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1008203-84.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: MANOEL PEREIRA DOS SANTOS EXECUTADO: RONIVON SAMPAIO SILVA Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), para que apresente cálculo atualizado da divida de forma integral, sob pena de indeferimento da inicial (art. 330 do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009705-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO MADEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIMAR AZEVEDO SELVATICO OAB - MT21282-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIELI VIEIRA DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1009705-58.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: THIAGO MADEIRA EXECUTADO: DANIELI VIEIRA DE SOUZA Emende a parte exequente a inicial, apresentando: a. Comprovante de endereço atualizado (água, energia ou telefonia) em seu nome, ou se em nome de terceiro, comprove o vínculo jurídico com a pessoa do endereço declinado; b. Planilha de cálculo atualizada da dívida; Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), sob pena de indeferimento (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1010017-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CACIN CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
dayse guimarães fernandes balduino OAB - MT13587-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
YEGROS FERREIRA EIRELI - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1010017-34.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CACIN CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA - ME EXECUTADO: YEGROS FERREIRA EIRELI - ME Acolho a emenda à inicial (id. de nº 25562985). Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014316-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA GARCIA DA SILVA FRANDSEN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
STEPHANIE PAULA DA SILVA OAB - MT24632-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANNIE EMMANUELY VENDRUSCOLO BASSAN (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014316-54.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SONIA GARCIA DA SILVA FRANDSEN REQUERIDO: ANNIE EMMANUELY VENDRUSCOLO BASSAN À Secretaria para que proceda a adequação correta da classe processual. Após, cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020509-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDETE DE JESUS LISBOA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020509-85.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VALDETE DE JESUS LISBOA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020080-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES MEDEIROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGRINALDO JORGE RODRIGUES OAB - MT10875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020080-21.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA DE LOURDES MEDEIROS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto. I - Emende a inicial, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresentando as faturas juntadas na mov. 27254758 de forma integral e legível, sob pena de indeferimento da antecipação de tutela. II- Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos na pasta de urgência. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020516-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GRACIELLE DA COSTA SIQUEIRA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR BERNARDINELLI DACACHE OAB - MT15361/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020516-77.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GRACIELLE DA COSTA SIQUEIRA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VITOR BERNARDINELLI DACACHE POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:00 , no

endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020488-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GARCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAIO MELLI ARISI OAB - MT21848/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020488-12.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GARCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Visto. I- Emende a parte Reclamante a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único do CPC), apresentando documentação que demonstre sua condição Empresarial, de forma legível e atualizada, sob pena de seu indeferimento (art. 330 do CPC). - Certidão da JUCEMAT ou, se for o caso, certidão de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, constando opção pelo Simples Nacional (art. 1º, da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC); - Aos não optantes pelo Simples Nacional, a comprovação no último ano-calendário, do rendimento bruto nos termos do art. 3º, da LC nº 123/06; e, - Certidão atualizada de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas – CNPJ/Ministério da Fazenda; Nesse sentido: "Enunciado 135/FONAJE: O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda." II- Apresente ainda, histórico de pagamento/consumo emitido através do site da Reclamada, sob pena de indeferimento da antecipação de tutela. III - Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos na pasta de urgência. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Despacho Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1006131-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO NERIS DA SILVA (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GREGORIO EDUARDO AYALA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1006131-27.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: MARCIO NERIS DA SILVA EXECUTADO: GREGORIO EDUARDO AYALA Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1011413-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SHIRLENE COSTA DE ARAUJO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1011413-46.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE EXECUTADO: SHIRLENE COSTA DE ARAUJO Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009096-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALISSON DA CRUZ MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1009096-75.2019.8.11.0001. REQUERENTE: WALISSON DA CRUZ MOREIRA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Defiro o pedido constado em ata de audiência. (id: 25874621) Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que a parte reclamante apresente justificativa a comprovar sua ausência na audiência de conciliação. Após, voltem-me conclusos para análise de contumácia. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006595-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MATTHEUS GUILHERME CARVALHO VITOR DE FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL TERRABUIO MOREIRA OAB - MT0018870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1006595-51.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MATTHEUS GUILHERME CARVALHO VITOR DE FRANCA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Acolho a justificativa apresentada no id. de nº 25594081. Designe-se nova data para a audiência de conciliação. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013354-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IVAN CARLOS DE OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANNA CAROLINA VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT15433-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. LIMA DA SILVA & CIA LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013354-31.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: IVAN CARLOS DE OLIVEIRA EXECUTADO: C. LIMA DA SILVA & CIA LTDA - ME Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), prestando esclarecimentos quanto à divergência entre o valor integral da petição

inicial - R$ 10.476,78 (Dez mil quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos) e o valor nominado da causa - R$ 00,00, bem como comprovante de residência do ano corrente, bem como apresente o cálculo atualizado da divida sob pena de indeferimento da inicial (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009187-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JAYNE GONCALVES PARREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIGREISO REIS LINO OAB - MT0016750A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1009187-68.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JAYNE GONCALVES PARREIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Acolho a justificativa constante no (id: 25901525) para redesignação da audiência de conciliação. Designe-se nova data para audiência. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010160-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE TAVOLONI JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAMIAO ORLANDO DE OLIVEIRA LOTT OAB - MT14246/O (ADVOGADO(A))
EDUARDO RODRIGUES DA SILVA OAB - MT11655-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AUTO CAMPO COMERCIO DE VEICULOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1010160-23.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALEXANDRE TAVOLONI JUNIOR REQUERIDO: AUTO CAMPO COMERCIO DE VEICULOS LTDA Acolho a justificativa apresentada no id. de nº 26045424. Designe-se nova data para a audiência de conciliação. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006654-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IMOBILIARIA IGUACU LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REJANE PADILHA DOS SANTOS OAB - MT15962-O (ADVOGADO(A))
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA SANTOS FILHO OAB - MT13685-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LIA CLAUDINE DA SILVA (REQUERIDO)
ANDERSON BATISTA NAZARIO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1006654-39.2019.8.11.0001 REQUERENTE: IMOBILIARIA IGUACU LTDA - ME REQUERIDO: LIA CLAUDINE DA SILVA, ANDERSON BATISTA NAZARIO Proceda-se a juntada do Aviso de Recebimento – AR do reclamado ANDERSON BATISTA NAZARIO. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008758-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEVERSON BRANDAO COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIOLA LAURA COSTA OAB - MT15928-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GUGA AUTO PECAS LTDA (REQUERIDO)
VW COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS USADOS PARA VEICULOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E S P A C H O Analisando os autos, tem-se que acordo foi entabulado entre a parte reclamante e a reclamada VW Comércio de Peças e Acessórios Usados Para Veículos Ltda. Assim, antes da homologação do acordo, necessário se faz a juntada dos documentos constitutivos da empresa reclamada e do documento pessoal do sócio, para tanto concedo o prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012819-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSIEL ALMEIDA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

Intimo a parte Promovente do AR negativo, para no prazo de 05 (cinco) dias fornecer novo endereço completo (CEP, RUA, Nº E BAIRRO) da promovida.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1011450-73.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GLAUCO ASSIS DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1011450-73.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE EXECUTADO: GLAUCO ASSIS DOS SANTOS Emende a parte exequente a inicial, apresentando: A matrícula do imóvel ou documento que comprove a posse ou propriedade do executado; Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), sob pena de indeferimento da inicial (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005397-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO FLORAIS DO VALLE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELINA HELENA DE AQUINO COSTA OAB - MT21590-O (ADVOGADO(A))
NUBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FLORAIS DO VALLE INCORPORACOES LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELIO NISHIYAMA OAB - MT12919-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL

CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1005397-76.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO FLORAIS DO VALLE EXECUTADO: FLORAIS DO VALLE INCORPORACOES LTDA Anteriormente à homologação de acordo, intime-se a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar os documentos pessoais do sócio Julio Cesar de Almeida Braz, sob pena de arquivamento. Transcorrido o prazo in albis, certifique-se. Com a juntada, conclusos. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013116-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA BARBOSA RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WALTERNEI FIGUEIREDO DE OLIVEIRA OAB - MT25429/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONTTATO IMOVEIS LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013116-12.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ANA CAROLINA BARBOSA RIBEIRO REQUERIDO: CONTTATO IMOVEIS LTDA - ME Proceda-se a diligência de citação da parte reclamada no endereço apresentado no ID. nº 26594691. Designada sessão conciliatória, aguarde-se realização. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003784-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Marcelo Turcato OAB - MT0008127A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELISVALDO FURQUIM DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1003784-21.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: STUDIO S FORMATURAS EIRELI EXECUTADO: ELISVALDO FURQUIM DA SILVA Acolho a emenda à inicial (ID. nº 23537710). À Secretaria para que proceda com a correta adequação do valor dado à causa. Cite-se a parte executada, por carta Aviso de Recebimento – AR, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida (art. 829, CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supramencionado, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Em caso de penhora, a parte exequente deverá proceder à entrega do original título de crédito à Secretaria do 3º Juizado Especial Cível (Enunciado 126, FONAJE), até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º da Lei nº 9.099/95, garantido o juízo, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009678-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CURSOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO TURATO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1009678-75.2019.8.11.0001 REQUERENTE: IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CURSOS LTDA - ME REQUERIDO: CARLOS ALBERTO TURATO Proceda-se a diligência de citação da parte reclamada no endereço apresentado no ID. nº 26594691. Designe-se nova data para a sessão conciliatória. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018662-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEUSA BARBOSA MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAYARA PEREIRA SOARES OAB - MT19691-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018662-48.2019.8.11.0001 REQUERENTE: NEUSA BARBOSA MOURA REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A Acolho a justificativa apresentada no ID. nº 26704128. Designe-se nova data para a audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013685-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DALGALI MARE DE ALCANTARA PROENCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDINO ALEIXO JUNIOR OAB - MT16527-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013685-13.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DALGALI MARE DE ALCANTARA PROENCA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Proceda-se a diligência de citação da parte reclamada, no endereço apresentado no ID. nº 26690220. Designe-se nova data para a sessão conciliatória. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002597-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NUBIA MARIA SOUZA (REQUERENTE)
CARLOS PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SOUZA FERRAZ DA COSTA OAB - MT15728-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA (REQUERIDO)
DECOLAR.COM LTDA (REQUERIDO)
AVIANCA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL BATTIPAGLIA SGAI OAB - SP214918-O (ADVOGADO(A))
DANIELLE BRAGA MONTEIRO OAB - RJ146081-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1002597-75.2019.8.11.0001 REQUERENTE: NUBIA MARIA SOUZA, CARLOS PEREIRA DA SILVA REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA, TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e AVIANCA Em detida análise dos autos, verifico que não houve a citação da terceira reclamada (AVIANCA), conforme o A.R. negativo juntado no ID. nº 25142988. Dessa forma, intime-se a parte reclamante para apresentar novo endereço para o devido cumprimento da diligência. Fixo o prazo de 05 (cinco) dias. Designe-se nova data para a sessão conciliatória. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Processo Número: 1012563-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCIANE MAGALHAES MUCHINSKI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1012563-62.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME EXECUTADO: FRANCIANE MAGALHAES MUCHINSKI Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), prestando esclarecimentos quanto à divergência entre o valor integral da petição inicial - R$ 5.868,27 (cinco mil oitocentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos) e o valor da planilha de cálculo R$ 4.890,23 (quatro mil oitocentos e noventa reais e vinte e três centavos) sob pena de indeferimento da inicial (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013454-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THAMYRIS NAYARA DE MELO JULKOVSKI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013454-83.2019.8.11.0001 REQUERENTE: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME REQUERIDO: THAMYRIS NAYARA DE MELO JULKOVSKI Defiro o pleito juntado no ID. nº 26741450. Realize, por oficial de justiça, a diligência de citação. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006586-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA FONSECA DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO DE ALMEIDA FERNANDES MACHADO OAB - RJ141289 (ADVOGADO(A))
DANIEL RODRIGUES SILVA OAB - RJ197370 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
MAXMILHAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERICA VENTURA STROBEL OAB - MT23968/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1006586-89.2019.8.11.0001 INTERESSADO: CAMILA FONSECA DA SILVA REQUERIDO: MAXMILHAS, TAM LINHAS AÉREAS S/A Em detida análise dos autos, verifico que não houve a citação da segunda reclamada (TAM LINHAS AÉREAS S/A). Dessa forma, à Secretaria para que proceda com a renovação da diligência, conforme o endereço indicado na petição inicial. Designe-se nova data para a sessão conciliatória. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002437-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WASHINGTON LUIS PRADO DE ASSUNCAO 58144641191 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIA MARIA LOPES DA SILVA OAB - MT24253-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE SIMOES BARCELOS (REQUERIDO)
SUMUP SOLUCOES DE PAGAMENTO BRASIL LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1002437-50.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WASHINGTON LUIS PRADO DE ASSUNCAO 58144641191 REQUERIDO: JOSE SIMOES BARCELOS, SUMUP SOLUCOES DE PAGAMENTO BRASIL LTDA Em detida análise dos autos, verifico que não houve a devida citação da reclamada SUMUP SOLUCOES DE PAGAMENTO BRASIL LTDA. Dessa forma, à Secretaria para que proceda com a renovação da diligência, conforme o endereço indicado no ID. nº 24619775. Designe-se nova data para a sessão conciliatória. Intime-se o primeiro reclamado (JOSE SIMOES BARCELOS) no endereço apresentado no petitório digitalizado no ID. nº 24395763. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005644-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DILMARA PEREIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1005644-57.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 EXECUTADO: DILMARA PEREIRA Defiro o pleito juntado no ID. nº 27022890. Realize, por oficial de justiça, a diligência de citação. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011246-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HENRIQUE CRISTOVAO DE ASSIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HENRIQUE CRISTOVAO DE ASSIS OAB - MT16738-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO SULZER PARADA OAB - MT11846-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1011246-29.2019.8.11.0001 REQUERENTE: HENRIQUE CRISTOVAO DE ASSIS REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Acolho a justificativa apresentada no ID. nº 26439415. Designe-se nova data para a audiência de conciliação. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011261-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLINEU ARAUJO FERNANDES (REQUERENTE)
WANESSA LORENA DE NOBREGA FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANIA DE SOUSA OLIVEIRA PRADO OAB - MT18513-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1011261-95.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WANESSA LORENA DE NOBREGA FERNANDES e CLINEU ARAUJO FERNANDES REQUERIDO: AVIANCA Defiro o pleito juntado no ID. nº 27067458. Realize, por carta precatória, a diligência de citação. Designe-se nova data para a sessão conciliatória. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014787-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO EUGENIO DE CARVALHO CAMARA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA DIAS MURBACH OAB - PR99511 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014787-70.2019.8.11.0001 REQUERENTE: PAULO EUGENIO DE CARVALHO CAMARA REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Acolho a justificativa apresentada no ID. nº 27062584. Designe-se nova data para a audiência de conciliação. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003129-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO DA SILVA FREIRE CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WANDERSON VASCONCELOS DE MORAIS OAB - MT0021048A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. M. DA SILVA - SERVICOS DE COBRANCAS - EIRELI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1003129-49.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DIEGO DA SILVA FREIRE CUNHA REQUERIDO: A. M. DA SILVA - SERVICOS DE COBRANCAS - EIRELI Intime-se a parte promovente para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer novo endereço da promovida, sob pena de arquivamento. Com a juntada, cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1011819-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
UNIAO ATACADO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EIRELI - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO JOSE DE ALBUQUERQUE SOUZA 80587771100 (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1011819-67.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: UNIAO ATACADO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EIRELI - ME EXECUTADO: MARCELO JOSE DE ALBUQUERQUE SOUZA 80587771100 Cite-se a parte executada, por carta Aviso de Recebimento – AR, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida (art. 829, CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supramencionado, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Em caso de penhora, a parte exequente deverá proceder à entrega do original título de crédito à Secretaria do 3º Juizado Especial Cível (Enunciado 126, FONAJE), até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95, garantido o juízo, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019423-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO VERCEZI CARRADORE - EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA LUIZA FREITAS DE ALMEIDA OAB - MT21195-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUELY RIBEIRO DE SOUZA CARVALHO (EXECUTADO)
MARIANA DE SOUZA CARVALHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019423-79.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: LUCIANO VERCEZI CARRADORE - EIRELI EXECUTADO: SUELY RIBEIRO DE SOUZA CARVALHO, MARIANA DE SOUZA CARVALHO Emende a parte exequente a inicial, apresentando o CNPJ do ano corrente - documento oficial que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte - opção do simples nacional ou certidão simplificada da JUCEMAT ou situação cadastral da pessoa jurídica. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), sob pena de indeferimento (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019703-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCO LUIGI DALL AGLIO FERREIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO HENRIQUE LUCHETTI RODRIGUES OAB - MT12409-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDIVONE MARTINS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019703-50.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: GLAUCO LUIGI DALL AGLIO FERREIRA EXECUTADO: EDIVONE MARTINS Emende a parte exequente a inicial, apresentando o comprovante de endereço atualizado (água, energia ou telefonia) em seu nome, ou se em nome de terceiro, comprove o vínculo jurídico com a pessoa do endereço declinado. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), sob pena de indeferimento (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para a pasta despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018369-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELAINE GULLICH VERDUN (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ENIO LUIZ CALDART ARRUDA OAB - MT13919-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OLIVIA ROSELI MARQUETTI PAIXAO (EXECUTADO)
LUDMILLA RIBEIRO BORGES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018369-78.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ELAINE GULLICH VERDUN EXECUTADO: OLIVIA ROSELI MARQUETTI PAIXAO, LUDMILLA RIBEIRO BORGES Emende a parte exequente a inicial, apresentando: a. Comprovante de endereço atualizado (água, energia ou telefonia) em seu nome, ou se em nome de terceiro, comprove o vínculo jurídico com a pessoa do endereço declinado; b. Planilha de cálculo atualizada, a partir do valor de R$ 13.876,40 (treze mil oitocentos e setenta e seis reais e quarenta centavos), para que comprove o valor total dado à causa; Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), sob pena de indeferimento (art. 330, CPC).

Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018600-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESPACO FORMATURAS PRODUCOES DE EVENTOS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Marcelo Turcato OAB - MT0008127A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
YURI MATHEUS E SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018600-08.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ESPACO FORMATURAS PRODUCOES DE EVENTOS LTDA - ME EXECUTADO: YURI MATHEUS E SILVA Cite-se a parte executada, por carta Aviso de Recebimento – AR, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida (art. 829, CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supramencionado, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Em caso de penhora, a parte exequente deverá proceder à entrega do original título de crédito à Secretaria do 3º Juizado Especial Cível (Enunciado 126, FONAJE), até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95, garantido o juízo, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016939-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FRANCISCO FERREIRA OAB - PR0058131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LIDIANE GOMES DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016939-91.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME EXECUTADO: LIDIANE GOMES DE SOUZA Cite-se a parte executada, por carta Aviso de Recebimento – AR, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida (art. 829, CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supramencionado, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Em caso de penhora, a parte exequente deverá proceder à entrega do original título de crédito à Secretaria do 3º Juizado Especial Cível (Enunciado 126, FONAJE), até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95, garantido o juízo, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016613-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THAYNA GIOVANA SILVA CUNHA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016613-34.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: STUDIO S FORMATURAS EIRELI EXECUTADO: THAYNA GIOVANA SILVA CUNHA Trata-se de ação de cobrança, a qual foi distribuída no Sistema Projudi como ação de execução de título extrajudicial pela parte promovente, ocasionando conclusão indevida a partir da distribuição da demanda. Dessa forma, designe-se data para a sessão conciliatória, bem como cite-se a parte reclamada para responder a reclamação. À Secretaria para que promova a correta adequação da fase processual. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015862-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANK CASTRO SANTAREM (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1015862-47.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: STUDIO S FORMATURAS EIRELI EXECUTADO: FRANK CASTRO SANTAREM Cite-se a parte executada, por carta Aviso de Recebimento – AR, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida (art. 829, CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supramencionado, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Em caso de penhora, a parte exequente deverá proceder à entrega do original título de crédito à Secretaria do 3º Juizado Especial Cível (Enunciado 126, FONAJE), até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95, garantido o juízo, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016669-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIS ANGELA ALEXANDRE ALCANTARA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016669-67.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: STUDIO S FORMATURAS EIRELI EXECUTADO: ELIS ANGELA ALEXANDRE ALCANTARA Cite-se a parte executada, por carta Aviso de Recebimento – AR, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida (art. 829, CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supramencionado, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Em caso de penhora, a parte exequente deverá proceder à entrega do original título de crédito à Secretaria do 3º Juizado Especial Cível (Enunciado 126, FONAJE), até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95, garantido o juízo, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014211-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA GOMES DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):

ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014211-77.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 EXECUTADO: ADRIANA GOMES DOS SANTOS Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), apresentando instrumento procuratório atualizado, sob pena de indeferimento (art. 330 do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016697-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALDENORA MIRANDA DE JESUS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016697-35.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: STUDIO S FORMATURAS EIRELI EXECUTADO: ALDENORA MIRANDA DE JESUS Cite-se a parte executada, por carta Aviso de Recebimento – AR, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida (art. 829, CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supramencionado, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Em caso de penhora, a parte exequente deverá proceder à entrega do original título de crédito à Secretaria do 3º Juizado Especial Cível (Enunciado 126, FONAJE), até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95, garantido o juízo, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014289-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARICE VILHALVA DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014289-71.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 EXECUTADO: CLARICE VILHALVA DE SOUZA Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), apresentando instrumento procuratório atualizado, sob pena de indeferimento (art. 330 do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014137-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
YASMIN GABRIELLE SIQUEIRA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014137-23.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 EXECUTADO: YASMIN GABRIELLE SIQUEIRA DA SILVA Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), apresentando instrumento procuratório atualizado, sob pena de indeferimento (art. 330 do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013872-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOUGLAS DE ALMEIDA GONCALVES OAB - MT17574-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIA DE LIMA SILVA SOUZA FARIAS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013872-21.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: MARIA MADALENA CARNIELLO DELGADO - ME EXECUTADO: CLAUDIA DE LIMA SILVA SOUZA FARIAS Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014120-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LETICIA AZEVEDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014120-84.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 EXECUTADO: LETICIA AZEVEDO Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), apresentando instrumento procuratório atualizado, sob pena de indeferimento (art. 330 do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005813-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FRANCISCO FERREIRA OAB - PR0058131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MICAELA ZAURIZIO SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1005813-44.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME EXECUTADO: MICAELA

ZAURIZIO SILVA Defiro o pleito juntado no ID. nº 27156383. Realize, por oficial de justiça, a diligência de citação. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1007982-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS FERNANDES CASULA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAYARA DA SILVA CASULA OAB - MT24774/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GLAUCIA BIANCA RAMOS ROSA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1007982-04.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: JOSE CARLOS FERNANDES CASULA EXECUTADO: GLAUCIA BIANCA RAMOS ROSA Defiro o pleito juntado no ID. nº 27132935. Realize, por oficial de justiça, a diligência de citação. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012687-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE UELDER CORDEIRO MOURA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1012687-45.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME EXECUTADO: JOSE UELDER CORDEIRO MOURA Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), esclarecendo/retificando os valores que se encontram diversos entre o valor da causa – R$ 6.295,14 (seis mil duzentos e noventa e cinco reais e quatorze centavos) e da planilha de cálculo juntada no ID. nº 25153703 – R$ 5.245,95 (cinco mil duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), sob pena de indeferimento (art. 330 do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017273-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO EDIFICIO VITORIA REGIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELISSA FRANCA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT13582-O (ADVOGADO(A))
WAGNER VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT15244-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO GABRIEL DA COSTA RODRIGUES (EXECUTADO)
PAOLA SALES MAIA DE CARVALHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1017273-28.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO VITORIA REGIA EXECUTADO: JOAO GABRIEL DA COSTA RODRIGUES, PAOLA SALES MAIA DE CARVALHO Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012703-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
UNIAO ATACADO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EIRELI - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALTAIR MACHADO DO PRADO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1012703-96.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: UNIAO ATACADO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EIRELI - ME EXECUTADO: ALTAIR MACHADO DO PRADO Emende a parte exequente a inicial, apresentando: a. Contrato social original e aditivos (se houver); b. O título extrajudicial (duplicata) devidamente assinado; Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), sob pena de indeferimento (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012749-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IVANEA BENEDITA FERREIRA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1012749-85.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: STUDIO S FORMATURAS EIRELI EXECUTADO: IVANEA BENEDITA FERREIRA DA SILVA Cite-se a parte executada, por carta Aviso de Recebimento – AR, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida (art. 829, CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supramencionado, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Em caso de penhora, a parte exequente deverá proceder à entrega do original título de crédito à Secretaria do 3º Juizado Especial Cível (Enunciado 126, FONAJE), até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95, garantido o juízo, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013328-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTINA PAES DA SILVA CARMO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013328-33.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 EXECUTADO: CRISTINA PAES DA SILVA CARMO Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo

único, CPC), apresentando instrumento procuratório atualizado, sob pena de indeferimento (art. 330 do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015444-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA MARCELA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLA DA SILVA MIRANDA OAB - MT20559-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1015444-12.2019.8.11.0001 REQUERENTE: FERNANDA MARCELA DA SILVA REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A Acolho a justificativa apresentada no ID. nº 27181175. Designe-se nova data para a sessão conciliatória. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017417-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO CAMPESTRE TABGHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JANETE RODRIGUES DE ARAUJO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1017417-02.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO CAMPESTRE TABGHA EXECUTADO: JANETE RODRIGUES DE ARAUJO Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017414-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO CAMPESTRE TABGHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO LANZIERI DOS ANJOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1017414-47.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO CAMPESTRE TABGHA EXECUTADO: SERGIO LANZIERI DOS ANJOS Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017608-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO WALL STREET (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA AUGUSTA DA COSTA BARBOSA OAB - MT26411/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OTAVIO DE PAULA CUNHA NETO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1017608-47.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO EDIFICIO WALL STREET EXECUTADO: OTAVIO DE PAULA CUNHA NETO Emende a parte exequente a inicial, apresentando: O CNPJ do ano corrente, documento oficial do ano corrente que comprove a condição de condomínio edilício (certidão da situação cadastral da pessoa jurídica junto a Receita Federal); Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), sob pena de indeferimento da inicial (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017522-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO EDIFICIO VITORIA REGIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELISSA FRANCA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT13582-O (ADVOGADO(A))
WAGNER VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT15244-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON DORIGATTI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1017522-76.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO VITORIA REGIA EXECUTADO: NELSON DORIGATTI Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015654-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVIANE PEREIRA CUNHA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1015654-63.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME EXECUTADO: VIVIANE PEREIRA CUNHA Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), esclarecendo/retificando os valores que se encontram diversos entre o valor da causa – R$ 4.608,91 (quatro mil seiscentos e oito reais e noventa e um centavos) e da planilha de débito juntada no ID. nº 25814394 – R$ 3.840,76 (três mil oitocentos e quarenta reais e setenta e seis centavos), sob pena de indeferimento (art. 330 do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio

Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018558-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO CACHOERINHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAMELA CAROLINA DA SILVA DE PAULA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018558-56.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RIO CACHOERINHA EXECUTADO: SAMELA CAROLINA DA SILVA DE PAULA Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018604-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL JARDIM VITORIA B (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LENILCE MARIA DA CONCEICAO BELTRAN (EXECUTADO)
MANOEL JOAO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018604-45.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL JARDIM VITORIA B EXECUTADO: MANOEL JOAO DE OLIVEIRA, LENILCE MARIA DA CONCEICAO BELTRAN Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018679-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO CACHOERINHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVIA CRISOSTE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018679-84.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RIO CACHOERINHA EXECUTADO: SILVIA CRISOSTE Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário.

Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015842-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WASLAN ALVES DE ASSIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1015842-56.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME REQUERIDO: WASLAN ALVES DE ASSIS Anteriormente à homologação, intimem-se as partes para que procedam a juntada do termo de acordo de forma legível, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o prazo in albis, certifique-se. À secretaria para que proceda ao cancelamento da audiência de conciliação. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018917-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FATIMA LUZENY LEITE DE OLIVEIRA OAB - MT7894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIANE QUEIROZ EVANGELISTA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1018917-06.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS EXECUTADO: JULIANE QUEIROZ EVANGELISTA Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020475-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL DA CRUZ MESTRE (REQUERENTE)
GUSTAVO LEANDRO DA CRUZ MESTRE (REQUERENTE)
SUELY APARECIDA CRUZ MESTRE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMARO CESAR CASTILHO OAB - MT4384-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ORVACI CUSTODIO DA SILVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020475-13.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SUELY APARECIDA CRUZ MESTRE, GUSTAVO LEANDRO DA CRUZ MESTRE e RAFAEL DA CRUZ MESTRE REQUERIDO: ORVACI CUSTODIO DA SILVEIRA Emende as partes promoventes a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), apresentando cópia dos documentos pessoais, sob pena de indeferimento (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos na pasta de urgência. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007024-18.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
TATIANA PIRES CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRAGA VINICIUS PEREIRA DO NASCIMENTO OAB - MT19652/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HIDERALDO CAMPOS (REQUERIDO)
BRADESCO SEGUROS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLINHOS BATISTA TELES OAB - MT6656-O (ADVOGADO(A))
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1007024-18.2019.8.11.0001. REQUERENTE: TATIANA PIRES CUNHA REQUERIDO: HIDERALDO CAMPOS, BRADESCO SEGUROS S/A Anteriormente à homologação, intime-se a parte reclamante para que junte procuração devidamente assinada, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o prazo in albis, certifique-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016915-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO BELVEDERE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA TAYSE KUHNEN SULAS OAB - MT8658/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GICELMA MARIA DE ALMEIDA CONCEICAO (EXECUTADO)
PAULO ROBERTO DA CONCEICAO JUNIOR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016915-63.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO BELVEDERE EXECUTADO: PAULO ROBERTO DA CONCEICAO JUNIOR, GICELMA MARIA DE ALMEIDA CONCEICAO Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020290-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAMONNYEL VIEIRA DE MORAES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020290-72.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO EXECUTADO: LAMONNYEL VIEIRA DE MORAES Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015432-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GONCALO DELFINO DE ARAUJO JUNIOR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1015432-95.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: RESIDENCIAL CHAPADA DO MIRANTE EXECUTADO: GONCALO DELFINO DE ARAUJO JUNIOR Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020445-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO COXIPO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA CRISANTO DE SOUZA GOMES (EXECUTADO)
WALDEMIR GOMES DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020445-75.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RIO COXIPO EXECUTADO: WALDEMIR GOMES DOS SANTOS, MARCIA CRISANTO DE SOUZA GOMES Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016362-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO VILLA JARDIM (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NUBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6247-O (ADVOGADO(A))
ANGELINA HELENA DE AQUINO COSTA OAB - MT21590-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO LUIZ MESQUITA CORREA DA COSTA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016362-16.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO VILLA JARDIM EXECUTADO: GUSTAVO LUIZ MESQUITA CORREA DA COSTA Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no

prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014466-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO RESIDENCIAL MONTREAL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA RITA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014466-35.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO DO RESIDENCIAL MONTREAL EXECUTADO: ANA RITA DE OLIVEIRA Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020262-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DAVI SOARES DOS SANTOS (EXECUTADO)
ROSANGELA MARTHA DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020262-07.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL SAN MARINO EXECUTADO: ROSANGELA MARTHA DOS SANTOS, DAVI SOARES DOS SANTOS Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012455-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO EDIFICIO APIACAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Nilton Cecilio de Mesquita OAB - MT8067-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NADIR HELENA POMPEO DE BARROS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1012455-33.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO EDIFICIO APIACAS EXECUTADO: NADIR HELENA POMPEO DE BARROS Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003087-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO EDIFICIO MANHATTAN (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TANIA MARIA CHUPEL CAVALCANTE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1003087-97.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO MANHATTAN EXECUTADO: TANIA MARIA CHUPEL CAVALCANTE Anteriormente à homologação do acordo, intime-se a parte exequente para esclarecer no prazo de 05 (cinco) dias, quanto aos pedidos, no que tange à homologação, ou a desistência da presente ação. Transcorrido o prazo in albis, certifique-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020398-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIME RODRIGUES DE ALENCAR FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020398-04.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME EXECUTADO: JAIME RODRIGUES DE ALENCAR FILHO Emende a parte exequente a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único do CPC), retificando os valores que se encontram diversos da causa R$ 6.374,78 (seis mil trezentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos) e dos cálculos R$ 5.312,32 (cinco mil trezentos e doze reais e trinta e dois centavos), sob pena de indeferimento da inicial (art. 330 do CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020072-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL VILLA DAS MINAS DO CUIABA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO LIMA OLIVEIRA OAB - MT15306-O (ADVOGADO(A))
FABIA LORENA SILVA FIGUEIREDO OAB - MT22037/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIANA MARCELA SANTOS SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020072-44.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL VILLA DAS MINAS DO CUIABA EXECUTADO: JULIANA MARCELA SANTOS SILVA Emende a parte exequente a inicial, apresentando: A matrícula do imóvel ou documento que comprove a posse ou propriedade do executado; O CNPJ do ano corrente, documento oficial do ano corrente que comprove a condição de condomínio edilício (certidão da situação cadastral da pessoa jurídica junto a Receita Federal); Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), sob pena de indeferimento da inicial (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos. Antônio Veloso

Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1011860-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDIFICIO HELBOR DUAL BUSINESS OFFICE E CORPORATE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WELITON CESAR VIEIRA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1011860-34.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: EDIFICIO HELBOR DUAL BUSINESS OFFICE E CORPORATE EXECUTADO: WELITON CESAR VIEIRA DA SILVA Emende a parte exequente a inicial: a. Apresentando a matrícula do imóvel atualizada ou documento que comprove a posse ou propriedade do executado, tendo em vista que o documento juntado no ID. nº 24916355 não consta o nome do Sr. WELITON CESAR VIEIRA DA SILVA; b. Consignando expressamente o valor dado à causa no sistema; Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), sob pena de indeferimento (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020128-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME XVI INCORPORACOES SPE LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020128-77.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS EXECUTADO: MRV PRIME XVI INCORPORACOES SPE LTDA Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017265-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO EDIFICIO VITORIA REGIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELISSA FRANCA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT13582-O (ADVOGADO(A))
WAGNER VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT15244-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LIZ HOSHINO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1017265-51.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO VITORIA REGIA EXECUTADO: LIZ HOSHINO Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020108-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL VILLA DAS MINAS DO CUIABA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO LIMA OLIVEIRA OAB - MT15306-O (ADVOGADO(A))
FABIA LORENA SILVA FIGUEIREDO OAB - MT22037/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVANY BRITO ALVES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020108-86.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL VILLA DAS MINAS DO CUIABA EXECUTADO: SILVANY BRITO ALVES Emende a parte exequente a inicial, apresentando: a. A matrícula do imóvel atualizada ou documento que comprove a posse ou propriedade da parte executada; b. O CNPJ do ano corrente - documento oficial que comprove a condição de condomínio edilício (certidão da situação cadastral da pessoa jurídica junto a Receita Federal); c. As atas das assembleias ordinárias e extraordinárias que deram origem às taxas condominiais e os valores expressos na planilha de débito juntada no ID. nº 27189802; Fixo o prazo de 15 (quinze) dias (art. 321, parágrafo único, CPC), sob pena de indeferimento (art. 330, CPC). Vencido o prazo, com ou sem manifestação, voltem conclusos para a pasta de despacho inicial. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016226-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DO CONDOMINIO RESIDENCIAL MONACO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JACKELYNE ALMEIDA DE PAULA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016226-19.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: ASSOCIACAO DO CONDOMINIO RESIDENCIAL MONACO EXECUTADO: JACKELYNE ALMEIDA DE PAULA Cite-se a parte executada, por Carta Aviso de Recebimento – AR, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de execução forçada (art. 53 da Lei 9.099/95). Não ocorrendo o pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para sistemas on-line. Não sendo encontrado o devedor, intime-se o credor a promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020555-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOANA AMABILE MORO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOANA AMABILE MORO SILVA OAB - MT20376-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BOOKING.COM BRASIL SERVICOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA. (REQUERIDO)
HOTEL MONCLOA LTDA - EPP (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020555-74.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOANA AMABILE MORO SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOANA AMABILE MORO SILVA POLO PASSIVO: HOTEL MONCLOA LTDA - EPP e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 3ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE

DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019653-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS (REQUERENTE)
ADERBAL VIEGAS SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIRIAM LOURENCO DE OLIVEIRA OAB - MT10363/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019653-24.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS, ADERBAL VIEGAS SILVA REQUERIDO: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Visto. Conclusão indevida. Cumpra-se a decisão de mov. 27032411. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020149-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZABETH DOS SANTOS FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTOSEG S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020149-53.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ELIZABETH DOS SANTOS FREITAS REQUERIDO: PORTOSEG S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Visto. A possibilidade de antecipação de tutela cautelar nos Juizados Especiais, deve obedecer aos limites traçados no art. 2º e art. 84, da Lei nº 8.078/90 c.c. art. 1.046, §2º, do CPC c.c. Enunciado nº 163 do FONAJE. O fundamento relevante da demanda resta, aparentemente, consubstanciado na prova inicialmente trazida onde demonstrado em tese, o adimplemento total do contrato do qual originou a negativação, bem como, a ausência de outras negativações. O justificado receio de ineficácia do provimento final evidencia-se pelo risco de limitar o acesso da parte Reclamante ao crédito, por eventual indevida restrição nos bancos de dados de proteção. Isto posto, com fundamento no art. 84, §3º, do CDC, DEFIRO a antecipação de tutela, determinando à Reclamada até ulterior deliberação deste juízo, exclua o nome da parte Reclamante do cadastro negativador pela dívida noticiada nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias. Fixo multa simples em R$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo descumprimento da presente determinação, sem prejuízo da resposta criminal por crime de desobediência. Antevendo a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Cite-se para responder à reclamação (se possível na via eletrônica), bem como, intime-se do deferimento da antecipação por Carta A.R., com as cópias necessárias. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014980-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SUZAMAR APARECIDA DE PORTUGAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO DIAS DA COSTA OAB - MT23967/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1014980-85.2019.8.11.0001. REQUERENTE: SUZAMAR APARECIDA DE PORTUGAL REQUERIDO: AGEMED SAUDE S/A Visto. Faculto à parte Reclamada a demonstrar o cumprimento da antecipação, no prazo de 2 (dois) dias, sob pena de majoração da multa arbitrada. Havendo manifestação, voltem conclusos na pasta de urgência. Vencido o prazo e não havendo manifestação da parte Reclamada, certifique-se nos autos. Expeça-se o necessário por mandado. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019952-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADAIR BENEDITA DE LAMONICA BOMFIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARELISE SPIESS OAB - MT10204/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019952-98.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ADAIR BENEDITA DE LAMONICA BOMFIM REQUERIDO: CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS Trata-se de reclamação cível com pedido de tutela antecipada, onde a parte reclamante pretende que a reclamada suspenda as cobranças do empréstimo contraído. Em síntese, a parte autora alega que contratou um empréstimo no valor de R$ 2.388,89 (dois mil trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), em 12 (doze) parcelas de R$ 548,90 (quinhentos e quarenta e oito reais e noventa centavos), descontados diretamente em seus proventos. Contudo, argumenta que possivelmente seria vítima de golpe financeiro. Extrai-se do art. 84, §3º, do Código de Defesa do Consumidor, que o juiz poderá conceder a tutela específica da obrigação liminarmente ou determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, desde que estejam preenchidos e presentes dois requisitos obrigatórios, que são a relevância do fundamento da demanda e o justificado receio de ineficácia do provimento final. Assim, em análise aos fatos e fundamentos apresentados, entendo que a pretensão não encontra guarida, uma vez que as alegações estão fundadas em informações unilaterais da parte reclamante, circunstâncias que tornam temerária a concessão da providência reclamada. Deste modo, entendo prudente aguardar a formação do contraditório e a dilação probatória. Por tais razões, INDEFIRO a antecipação de tutela requerida. Considerando, a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019186-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KATIA NAOMI YABUSAME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO CLAUDIO JASSNIKER JUNIOR OAB - MT21087-O (ADVOGADO(A))
RENAN NADAF GUSMÃO OAB - MT16284-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019186-45.2019.8.11.0001 REQUERENTE: KATIA NAOMI YABUSAME REQUERIDO: OI S.A Trata-se de pedido liminar formulado, onde a parte reclamante pretende a concessão da medida para que a reclamada restabeleça as linhas telefônicas conforme contratadas por meio de portabilidade. Com efeito, para a concessão de medida de urgência deve restar caracterizado nos autos a probabilidade do direito e o perigo de dano. Em síntese, a parte autora argumenta que no mês de novembro/2019, a empresa reclamada propôs

um plano de telefonia fixa por meio de portabilidade e, após verificar que a mesma lograva vantagens, aceitou a oferta. Contudo, alega que o técnico compareceu em seu estabelecimento para proceder com as transferências, porém, foram deixadas suas duas linhas inativas, causando-lhe prejuízos frente aos seus clientes. Assim, anotou os inúmeros protocolos em relação aos quais indica haver entrado em contado com a reclamada - prova unilateral que poderá ser contestada pela reclamada ao tempo oportuno. Instada a se manifestar, a parte requerida manteve-se inerte. Aí resta configurado o fumus boni iuris. Acerca do periculum in mora, esse resta apontado pelos prejuízos que vem experimentando em não usufruir os serviços contratados. Não se cogita em irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual. Diante do exposto, DEFIRO a liminar vindicada, com base do art. 84, do CDC, para o fim de DETERMINAR que a reclamada regularize a efetiva portabilidade e funcionamento das linhas telefônicas de nºs 65-3623-5120 e 65-3023-4626, conforme o plano contratado, no prazo de 05 (cinco) dias. Arbitro, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida, multa fixa no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais). Considerando, a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Já designada sessão de conciliação, aguarde-se realização. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020516-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GRACIELLE DA COSTA SIQUEIRA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR BERNARDINELLI DACACHE OAB - MT15361/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020516-77.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GRACIELLE DA COSTA SIQUEIRA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto. A possibilidade de antecipação de tutela cautelar nos Juizados Especiais, deve obedecer aos limites traçados no art. 2º e art. 84, da Lei nº 8.078/90 c.c. art. 1.046, §2º, do CPC c.c. Enunciado nº 163 do FONAJE. O fundamento da demanda é o alto consumo nas faturas dos meses de outubro/2019, no valor de R$ 611,88 (seiscentos e onze reais e oitenta e oito centavos) e novembro/2019, no valor de R$ 767,91 (setecentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos). Inexiste outra prova indicada que sustente a ocorrência de defeito ou erro na leitura, além da média de consumo sustentada. O justificado receio de ineficácia do provimento final evidencia-se pelo risco de limitar o acesso da parte Reclamante ao serviço essencial, bem como, o possível registro negativador decorrente do não pagamento. Isto posto, com fundamento no art. 84, §3º, do CDC, DEFIRO parcialmente a antecipação de tutela, determinando à parte Reclamada até ulterior deliberação deste juízo: a) suspensão das faturas dos meses de outubro/2019, no valor de R$ 611,88 (seiscentos e onze reais e oitenta e oito centavos) e novembro/2019, no valor de R$ 767,91 (setecentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos); b) não inclusão do nome da parte Reclamante no cadastro negativador pela faturas aqui contempladas e, se já ocorrido, a exclusão no prazo de 5 (cinco) dias; c)o restabelecimento do serviço no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; d) a substituição do relógio medidor na Unidade Consumidora nº 6/2053749-4, no dia 17/12/2019, entre 8 às 12 horas, por outro aparelho aferido pelo INMETRO ou órgão equivalente, com registro nos autos; e) emita as faturas seguintes conforme leitura e encaminhe para pagamento pelo consumidor; e, f) apresente nos autos, cópia das 3 (três) faturas de consumo emitidas após o cumprimento do item "d". Fixo multa simples em R$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo descumprimento da presente determinação, sem prejuízo da resposta criminal por crime de desobediência. Depois de apresentadas as cópias das faturas emitidas e encaminhadas para pagamento ("d" e "e"), querendo, manifeste a parte Reclamante, no prazo de 5 (cinco) dias. Ainda, antevendo a relação consumerista entre as partes, DEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, naquilo que não for responsabilidade processual da parte Reclamante, porquanto presentes os requisitos legais. Cite-se para responder à reclamação (se possível na via eletrônica), bem como, intime-se do deferimento da antecipação por Mandado, com as cópias necessárias. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020087-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER LIMA BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOACIR ALMEIDA FREITAS OAB - MT727-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADVOCACIA BELLINATI PEREZ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020087-13.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WAGNER LIMA BARBOSA REQUERIDO: ADVOCACIA BELLINATI PEREZ Trata-se de ação nominada "reparação cível com pedido de danos morais e medida liminar inaudita altera parts", onde a parte reclamante pretende que a reclamada se abstenha de efetuar cobranças em sua linha telefônica. Com efeito, para a concessão de medida de urgência deve restar caracterizado nos autos a probabilidade do direito e o perigo de dano. Em síntese, a parte reclamante alega que a reclamada está realizando ligações e mensagens de texto com frequência em sua linha telefônica de nº (65) 99270-8807, referente à cobrança de um débito que já fora adimplido. Consigna que tentou solucionar o problema na via administrativa, mas não obteve êxito. Por se tratar de relação consumerista e o consumidor hipossuficiente - além de se tratar de fato negativo - a alegação da parte reclamante reveste-se de uma presunção apriorística, sujeita ao contraditório postecipado e à prova nele produzida. Aí resta configurado o fumus boni iuris. Acerca do periculum in mora, esse resta apontado pelos constrangimentos que está experimentando com as cobranças indevidas. Não se cogita em irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual. Diante do exposto, DEFIRO a liminar vindicada, para o fim de DETERMINAR à reclamada, até ulterior deliberação deste juízo, que suspenda a realização de cobranças via ligações e mensagens de texto, no telefone do reclamante (65 99270-8807), no prazo de 05 (cinco) dias. Considerando, a relação consumerista e respectiva hipossuficiência da parte, DEFIRO, desde já, a inversão do ônus da prova. Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004028-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEWTON GOMES EVANGELISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NEWTON GOMES EVANGELISTA OAB - MT19586-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1004028-47.2019.8.11.0001. REQUERENTE: NEWTON GOMES EVANGELISTA REQUERIDO: BANCO PAN PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38, da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162, do FONAJE. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de

defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. No presente caso, em face da verossimilhança das alegações da parte Autora e de sua hipossuficiência, foi deferida a inversão do ônus da prova por ora da antecipação de tutela (mov. 23219461). A responsabilidade do fornecedor de serviços é objetiva, pelo que responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores em decorrência da falha na prestação de serviço, nos termos do art. 14, do CDC. Desta feita, para que se pudesse desonerar da obrigação de indenizar, deveria provar, que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC), o que não se verificou no presente caso. A presente demanda versa sobre existência de ligações excessivas para o oferecimento de produtos e serviços, dentro de veículo de comunicação da parte Reclamante. Como resposta, a Reclamada sustenta que foram juntados números aleatórios impossíveis de serem atribuídos a empresa. No caso concreto, nota-se que a autora trouxe os números de telefone utilizados pela empresa Reclamada, demonstrando a existência de contatos excessivos, fazendo prova dos fatos constitutivos. Ademais, incumbia a demandada elucidar o motivo do excesso de contato, que tal prática não é inerente a empresa, ou que não possui o número do Autor em seu banco de dados, conforme artigo 373, II do CPC, ônus do qual não se desincumbiu, sendo ilógico para prestadora de serviços permanecer enviando notificações ou ligações direcionada a pessoa do Autor. Nesse sentido: Ementa: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. BANCO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. OFERECIMENTO DE SERVIÇOS VIA LIGAÇÕES TELEFÔNICAS EFETUADAS PELA RÉ. EXCESSO DE LIGAÇÕES REALIZADAS COTIDIANAMENTE (26 LIGAÇÕES EM 06 DIAS). PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO. ABUSIVIDADE DA CONDUTA. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O LIMITE DO MERO DISSABOR COTIDIANO. OFENSA AOS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO, NO CASO CONCRETO. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R$ 2.000,00, QUE NÃO COMPORTA REDUÇÃO POR ESTAR DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. EVENTUAL INVIABILIDADE DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER IMPOSTA NA SENTENÇA DEVE SER ALEGADA EM FASE DE CUMPRIMENTO. SENTENÇA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO.(TJRS Recurso Cível, Nº 71008906067, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Carvalho Fraga, Julgado em: 17-09-2019). Grifei Assim, retirada do telefone pertencente à parte Autora da base de dados da Reclamada é medida que se impõe. O fato reconhecido não ultrapassa o descumprimento contratual, ou dissabor comum nas relações da vida cotidiana, inexistindo falar-se em dano moral. Ainda, ausente a demonstração de dano extrapatrimonial à honra subjetiva da parte. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para: a) tornar definitiva a liminar concedida no mov 23; b) indeferir o pedido de danos morais, extinguindo o feito com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema Projudi. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Bruna Gomes Lins Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003531-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HEINA DA SILVA AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAISA GONCALVES AQUINO OAB - MT14839-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FLAMBOYAN MODAS LIMITADA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALUISIO DE CASTRO LESSA JUNIOR OAB - MT0016375A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER PEREIRA DE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1003531-33.2019.8.11.0001. REQUERENTE: HEINA DA SILVA AMORIM REQUERIDO: FLAMBOYAN MODAS LIMITADA PROJETO DE SENTEÇA Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38, da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162, do FONAJE. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos sendo suficientes para a solução da lide ou havendo pedido de julgamento, revela-se dispensável a dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Nesse sentido: "(...) 4. Ademais, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, com o julgamento antecipado da lide, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ, AgInt no AREsp 1259929/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSE. PROVA. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, apenas que contrariamente ao pretendido pela parte, deve ser afastada a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015. 2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova testemunhal considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ – 4ª T - AgInt no AREsp 1157049/SP – relª. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI – j. 07/06/2018 - DJe 15/06/2018). Grifei. Sustenta a parte autora falha na prestação de serviços em razão da recusa pela parte Reclamada ao efetuar a troca do produto adquirido, no caso um tênis da marca Adidas F training Solyx feminino no valor de R$ 249,90 (duzentos e quarenta e nove reais e noventa centavos). Por outro lado, a Reclamada afirma que o produto não estava em condições adequadas para a realização da troca, justificando assim a recusa. O áudio de id. 24384249 evidencia que o produto não estava em condições adequadas para que a troca pudesse ser realizada, eis que o motoboy contratado pela própria Reclamante reconhece que o tênis continha pedras no solado. E mais, a foto de id. 24769173 anexadas a impugnação demonstra que o produto estava sem a etiqueta, o que foi confirmado pela própria autora no áudio de id. 24383773, não satisfazendo portando as exigências para a troca. Ademais, a responsabilidade de condução do produto adquirido em loja física para troca é de responsabilidade exclusiva

do adquirente, não se tratando de ônus da empresa. Portanto, ausentes os elementos para caracterização de falha na prestação de serviços, bem como a existência de dano, e, por conseguinte, ausentes os elementos para a configuração de responsabilidade civil. Nesse sentido: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AQUISIÇÃO DE BOTAS. DEFEITO. SUBSTITUIÇÃO POR PAR DE NUMERAÇÃO DISTINTA. ARREPENDIMENTO. TENTATIVA DE TROCA DE PRODUTO USADO. Não comporta reforma a sentença de improcedência, tendo em vista que o conjunto probatório não ampara as alegações das autoras/apelantes. Caso em que, após o produto ter apresentado defeito, a empresa requerida realizou a substituição do par de botas por outro de numeração distinta – como havia sido solicitado pela autora ADRIANA –, tendo havido nova tentativa de troca do produto, após ter sido utilizado pela requerente ISABEL. Assim, como foi a própria demandante quem solicitou a substituição do par de botas por outro de numeração distinta, bem como que não havia qualquer defeito no segundo produto, revela-se justificada a recusa da empresa demandada, por não ser razoável o pedido de substituição de produto usado. Apelação desprovida.(TJRS Apelação Cível, Nº 70081987216, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em: 26-09-2019). Grifei. Isto posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito, com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Publicada no sistema PJE. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95. Bruna Gomes Lins Juíza Leiga SENTENÇA Visto, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença, nos termos do art. 40, da Lei 9.099/95 c.c. art. 8º, da LCE nº 270/07. Transitada em julgado, aguarde-se em Secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias e, nada sendo requerido, arquive-se. Walter Pereira de Souza Juiz de Direito - II

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1010634-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA VITORIA CARDOSO TORRES (EXEQUENTE)
G. L. C. T. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCILENE CARDOSO MEDEIROS OAB - 570.387.591-91 (REPRESENTANTE)
FERNANDO CESAR AUGUSTO BOURET TORRES OAB - 415.629.761-68 (REPRESENTANTE)
CAROLINA FERREIRA OAB - MT24990/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSEMAR KAMINSKI (EXECUTADO)
ROSE FRAGA E SILVA KO FREITAG (EXECUTADO)
EDUARD KO FREITAG (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1010634-91.2019.8.11.0001 EXEQUENTES: GABRIEL LUCAS CARDOSO TORRES e MARIA VITORIA CARDOSO TORRES REPRESENTANTES: FERNANDO CESAR AUGUSTO BOURET TORRES e LUCILENE CARDOSO MEDEIROS EXECUTADOS: JOSEMAR KAMINSKI, EDUARD KO FREITAG e ROSE FRAGA E SILVA KO FREITA Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Trata-se de "ação executiva de aluguéis e encargos de locação com base em título executivo extrajudicial" (sic). A inicial narra que os exequentes alugaram o imóvel ao Sr. JOSEMAR KAMINSKI, através do contrato de locação nº 04937, emitido por uma administradora imobiliária, tendo por seus fiadores o Sr. EDUARD KO FREITAG e a Sra. ROSE FRAGA E SILVA KO FREITAG. Porém, os mesmos deixaram de cumprir com suas obrigações contratuais, restando inadimplentes. Resta clara da narrativa dos fatos e própria qualificação dos executados na petição inicial a incidência da vedação contida no art. 8º, da Lei 9.099/1995, a seguir: "Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil." Inclusive, em consulta pública pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, constatei que foi deferido o pedido de curatela provisória. Desnecessária a intimação da exequente, eis que os dados descritos na inicial já caminham para impossibilidade de prosseguimento neste juízo. Friso, ainda, que embora o Estatuto da Pessoa com Deficiência tenha alterado o regime civil das incapacidades, ainda sim permanece o impedimento, como forma de preservar os interesses da parte. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. AUTOR INTERDITADO. PRESUNÇÃO DE INCAPACIDADE. IMPEDIMENTO LEGAL PREVISTO NO ARTIGO 8º, CAPUT DA LEI 9.099/95 APLICADO SUBSIDIARIAMENTE POR FORÇA DO ART. 27 DA LEI 12.153/2009. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. PROCESSO EXTINTO. A capacidade das partes é pressuposto processual de validade das ações que tramitam perante os Juizados Especiais, podendo ser alegada e reconhecida, inclusive de ofício, a qualquer tempo. O incapaz não pode figurar como parte ativa ou passiva em ações que tramitam nos Juizados Especiais, a teor do que dispõe o artigo 8º da Lei nº 9.099/95.Processo extinto de ofício. (TRU/MT, VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS, Turma Recursal Única, Julgado em 15/03/2018, Publicado no DJE 19/03/2018). AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA. CONSUMIDOR. BANCO. DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SUPERVENIÊNCIA DE INCAPACIDADE DO AUTOR NO CURSO DO FEITO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE INTERDIÇÃO PELO SEU FILHO. IMPOSSIBILIDADE DE SER PARTE DE PROCESSO QUE TRAMITA NOS JUIZADOS ESPECIAIS. ARTIGO 8º DA LEI 9.099/95. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO. (TJRS, Recurso Cível Nº 71008511180, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Cleber Augusto Tonial, Julgado em 25/04/2019). Desta forma, contra quem se propõe a presente lide tem-se o impedimento de figurar como parte no âmbito dos juizados especiais, e, por consequência, a incompetência em razão da pessoa. Dessa forma, JULGO EXTINTO o feito SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, IV, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004591-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARILUCIA APARECIDA MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS PAULO FERREIRA OAB - MT23781/O (ADVOGADO(A))
HUMBERTO RAYMUNDO NICODEMOS OAB - MT9136/O (ADVOGADO(A))
SERGENON COELHO FERREIRA OAB - MT11787/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1004591-41.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARILUCIA APARECIDA MOREIRA REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95. A parte reclamante requereu a desistência da ação. É sabido que o pleito de desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implica na extinção do processo sem resolução do mérito, conforme disposto no enunciado nº 90 do FONAJE. Dessa forma, homologo a desistência e JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008386-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAN MACHADO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA MONTEIRO CAMARGO OAB - MT14694-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1008386-55.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MIRIAN MACHADO DE SOUZA REQUERIDO: BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95. Conforme se colhe dos autos, a parte reclamante deixou de comparecer, injustificadamente, à audiência de tentativa de conciliação, de modo que é de rigor decretar a extinção do feito. Posto isso, com fulcro na norma do art. 51, I, da Lei nº 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito. Condeno a parte reclamante ao pagamento das custas processuais, nos termos do enunciado nº 28, do FONAJE. Condiciono a redistribuição da presente demanda à comprovação do pagamento das custas deste feito. Transitado em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012792-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THAYNA FERREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1012792-22.2019.8.11.0001 REQUERENTE: THAYNA FERREIRA DE SOUZA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95. Conforme se colhe dos autos, a parte reclamante deixou de comparecer, injustificadamente, à audiência de tentativa de conciliação, de modo que é de rigor decretar a extinção do feito. Ademais, deixo de acolher o pedido de desistência, tendo em vista que só foi requerida pelo advogado depois de constatada a ausência da parte reclamante ao ato. Posto isso, com fulcro na norma do art. 51, I, da Lei nº 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito. Condeno a parte reclamante ao pagamento das custas processuais, nos termos do enunciado nº 28, do FONAJE. Condiciono a redistribuição da presente demanda à comprovação do pagamento das custas deste feito. Transitado em julgado, arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013582-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLI VIANDEL DE SALES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANNE NATHAINE TUNES DE OLIVEIRA TREMURA OAB - MT13645-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LIGIA MARCIA DA SILVA MACEDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1013582-06.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: MARLI VIANDEL DE SALES EXECUTADO: LIGIA MARCIA DA SILVA MACEDO Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95. A parte reclamante requereu a desistência da ação. É sabido que o pleito de desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implica na extinção do processo sem resolução do mérito, conforme disposto no enunciado nº 90, do FONAJE. Dessa forma, homologo a desistência e JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquive-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002912-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON RATIS DE FREITAS (REQUERENTE)
IDEALE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO OSMAR PIZZATTO OAB - MT11094-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATLLAS REMIOS FARIA MACHADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002912-06.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WANDERSON RATIS DE FREITAS, IDEALE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME REQUERIDO: ATLLAS REMIOS FARIA MACHADO Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. A Lei nº 9.099/95, em seu art. 51, inciso I, estabelece que a parte autora deve comparecer pessoalmente a todos os atos processuais, sob pena de extinção, sendo que no caso da pessoa jurídica se fará mediante o seu representante legal instituído segundo o respectivo estatuto social. Neste sentido, dispõe o Enunciado nº 141, do FONAJE: "ENUNCIADO 141 (Substitui o Enunciado 110): A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente (XXVIII Encontro - Salvador/BA)." Assim, no sistema do Juizado Especial, a representação das pessoas jurídicas por meio de preposto ocorrerá apenas quando litigarem no polo passivo, mas não no ativo, repita-se. No caso vertente, as partes autoras compareceram na audiência representada por seu preposto, quando deveria ter comparecido o primeiro reclamante (WANDERSON RATIS DE FREITAS), assim como o sócio dirigente ou empresário da segunda reclamante (IDEALE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME), o que não aconteceu, conforme se denota dos documentos acostados na exordial. Nesse contexto, a extinção é medida que se impõe. A propósito: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO. EXTINÇÃO DA AÇÃO. AUSÊNCIADE REPRESENTANTE LEGAL DA PARTE AUTORA NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO. Trata-se de ação na qual pretende a parte autora cobrar das demandadas o pagamento dos serviços prestados de impermeabilização, no valor de R$ 21.000,00. A sentença declarou a extinção da ação, sem resolução do mérito, fls. 140/143. Nos termos do Enunciado 141 do Fonaje, a microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente, não sendo possível a representação por advogado. Ainda que juntada procuração por instrumento público, fls. 39/40, o fato é que a Lei nº 9.099/95 possibilita a representação das pessoas jurídicas, por meio de preposto, somente quando litigarem no polo passivo, o que não é o caso dos autos. A respeito: PROCESSUAL CIVIL. PESSOA JURÍDICA. MICROEMPRESA. INTERVENÇÃO COMO PARTE AUTORA. ÔNUS DO COMPARECIMENTO PESSOAL NAS AUDIÊNCIAS. ART. 9º DA LEI 9.099/95. EXIGÊNCIA DA PRESENÇA DO REPRESENTANTE LEGAL: O TITULAR DA FIRMA INDIVIDUAL OU, NO CASO DE MICROEMPRESA, SÓCIO-ADMINISTRADOR. ENUNCIADO 141 DO FONAJE. INVIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DE PREPOSTO. PECULIARIDADES DO SISTEMA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. EXTINÇÃO DO FEITO MANTIDA. Sentença confirmada. Recurso improvido. (Recurso Cível Nº 71006241087, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ricardo Pippi Schmidt, Julgado em 14/10/2016) RECURSO INOMINADO. PROCESSUAL. PESSOA JURÍDICA. MICROEMPRESA REPRESENTADA NOS AUTOS PELO REPRESENTANTE LEGAL. NECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO PELO SÓCIO DIRIGENTE, INCLUSIVE NAS AUDIÊNCIAS. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 141 DO FONAJE. PROCESSO JULGADO EXTINTO, FULCRO NO ART. 51, I, DA LEI Nº 9.099/95. EXTINÇÃO DO FEITO. RECURSO PREJUDICADO. (Recurso Cível Nº 71007120009, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Mara Lúcia Coccaro Martins Facchini, Julgado em 26/09/2017) Na ausência de comparecimento de representante legal da parte autora às audiências, a extinção do feito, sem resolução do mérito, se impõe. SENTENÇA MANTIDA. RECU RSO DESPROVIDO. (TJRS, Recurso Cível Nº 71007859820, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Behrensdorf Gomes da Silva, Julgado em 08/08/2018). JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PARTE AUTORA. EMPRESÁRIA INDIVIDUAL. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPARECIMENTO PESSOAL. REPRESENTAÇÃO POR PREPOSTO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO

ART. § 4.º DO ART. 9.º DA LEI 9.099/95. ENUNCIADO N.º 141 DO FONAJE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. Trata-se de recurso inominado (fls. 51-54) interposto pela parte autora em face da sentença que extinguiu o feito sem apreciação de mérito por não ter a parte recorrida comparecida pessoalmente à audiência de conciliação, na qual se fez representar por preposto. Em síntese, sustenta não deva prevalecer o entendimento sufragado no Enunciado n. 141 do FONAJE, porquanto não se faz obrigatório o comparecimento pessoal do empresário individual nas audiências de conciliação. II. Recurso próprio, tempestivo e com preparo regular (fls. 55-58). As contrarrazões não foram apresentadas (fl. 66). III. Infere-se do art. 9.º da Lei 9.099/95 que a regra nos Juizados Especiais é que as partes compareçam pessoalmente às audiências. O § 4.º do referido artigo apresenta exceção à regra e autoriza que "o réu", sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, possa ser representado por preposto credenciado munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício. Por se tratar de norma excepcional, deve ser interpretada de maneira restritiva. Assim, a representação por preposto é autorizada apenas quando a pessoa jurídica ou empresário individual figure no polo passivo. A interpretação da norma é referendada pelo Enunciado n. 141 do FONAJE: "A microempresa e a empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente". Acertada, portanto, a sentença que extinguiu o feito sem apreciação do mérito por ter a parte recorrente, empresária individual, na qualidade de autora, deixado de comparecer pessoalmente à audiência de conciliação, embora se tenha feito representar por preposto. IV. Precedente: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. AUTORA NÃO REPRESENTADA POR SÓCIO GERENTE. ENUNCIADO N. 141 DO FONAJE. RECURSO IMPROVIDO. Trata-se de recurso interposto contra a r. sentença que extinguiu o processo sem julgamento, com base no art. 51, I, da Lei n. 9.099/1995. O d. Juízo de Primeiro Grau, aplicando o Enunciado n. 141 do Fonaje, entendeu que a autora deveria ter sido representada na audiência de instrução e julgamento por sócio gerente. A autora interpôs recurso. Após discorrer sobre a hierarquia das normas, defende que as partes podem ser representadas em audiência por preposto com poderes para transigir, invocando o art. 277, § 3, do Código de Processo Civil. Alega que o referido enunciado do Fonaje não teria aplicação. Sem contrarrazões. Não assiste razão à recorrente. Não se aplica, ao caso, o art. 277, § 3º, do Código de Processo Civil. Os Juizados Especiais compõe um microssistema próprio, cujas regras devem ser interpretadas e aplicadas à luz de seus princípios e objetivos. Um desses é o de promover o contato direto entre as partes e as provas. A presença das partes será exigida em vários dispositivos desse microssistema. Não se trata de formalismo, pelo contrário. Trata-se de atingir o fim maior buscado pelos Juizados: a resolução imediata dos conflitos, seja por intermédio da conciliação, seja pela facilitação da produção de provas, em razão do contato direto do juiz com os envolvidos, pela maior oralidade etc. Com vistas a atingir essa finalidade, é que se aplica a orientação do Enunciado n. 141 do Fonaje. Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso e mantenho a r. sentença por seus próprios fundamentos. Vencida a parte recorrente, deverá arcar com custas processuais, a teor do art. 55 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995. Sem honorários, já que não foram apresentadas contrarrazões. Acórdão lavrado conforme o art. 46 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995. (Acórdão n.744387, 20130910088066ACJ, Relator: HECTOR VALVERDE SANTANNA 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 10/12/2013, Publicado no DJE: 18/12/2013. Pág.: 276). Na mesma esteira de entendimento: Acórdão n.848950, 20140910107295ACJ, Relator: ANTÔNIO FERNANDES DA LUZ 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 10/02/2015, Publicado no DJE: 20/02/2015. Pág.: 315; Acórdão n.812673, 20130810080122ACJ, Relator: LUIS MARTIUS HOLANDA BEZERRA JUNIOR 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 29/07/2014, Publicado no DJE: 21/08/2014. Pág.: 278; Acórdão n.848950, 20140910107295ACJ, Relator: ANTÔNIO FERNANDES DA LUZ 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 10/02/2015, Publicado no DJE: 20/02/2015. Pág. 315) V. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida. Custas recolhidas. Sem honorários, ante a ausência de contrarrazões. VI. A súmula de julgamento servirá de acórdão, consoante disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95. (TJDFT, Acórdão n.1039544, 20161210029109ACJ, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª TURMA RECURSAL, Data de Julgamento: 16/08/2017, Publicado no DJE: 18/08/2017. Pág.: 524/526). Ante o exposto, com fulcro na norma do art. 51, I, da Lei nº 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito. Condiciono a redistribuição da presente demanda à comprovação do pagamento das custas deste feito. Transitado em julgado, arquivem-se. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017743-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO GARDEN VILLE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE CHARBEL MALOUF (EXECUTADO)
ANA VITORIA PINHO MALUF (EXECUTADO)
VERONICA FATIMA OLAVARRIA DE PINHO MALOUF (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1017743-59.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO GARDEN VILLE EXECUTADO: ANA VITORIA PINHO MALUF, JOSE CHARBEL MALOUF, VERONICA FATIMA OLAVARRIA DE PINHO MALOUF Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95. A parte reclamante requereu a desistência da ação. É sabido que o pleito de desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implica na extinção do processo sem resolução do mérito, conforme disposto no enunciado nº 90 do FONAJE. Dessa forma, homologo a desistência e JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquive-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005687-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULA EVELYN SILVEIRA BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME AUDAX CEZAR FORTES OAB - MT19089/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO SULZER PARADA OAB - MT11846-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1005687-91.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULA EVELYN SILVEIRA BARBOSA REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Homologo o acordo entabulado entre as partes para que surtam seus efeitos legais e jurídicos e, consequentemente, extingo o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002528-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO AUDI BERNARDINO (REQUERENTE)
TEREZINHA ALVES SILVENTE (REQUERENTE)
LUDMILA AUXILIADORA SILVENTE AUDI BERNARDINO (REQUERENTE)
LILIAN AUXILIADORA AUDI BERNARDINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BARBARA SOUZA SILVA MONTEIRO OAB - MT15833/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MM TURISMO & VIAGENS S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL

CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002528-43.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUDMILA AUXILIADORA SILVENTE AUDI BERNARDINO, TEREZINHA ALVES SILVENTE, LILIAN AUXILIADORA AUDI BERNARDINO e MARCELO AUDI BERNARDINO REQUERIDO: MM TURISMO & VIAGENS S.A Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95. Conforme se colhe dos autos, a segunda, terceira e quarta reclamante deixaram de comparecer à audiência de tentativa de conciliação, de modo que é de rigor decretar a extinção do feito. Isto posto, as requerentes apresentaram documentos comprobatórios no ID. de nº 24496051 para justificar as ausências na sessão conciliatória, porém, verifica-se que os comprovantes são ineptos para o acolhimento da justificativa. Posto isso, com fulcro na norma do art. 51, I, da Lei nº 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, para as partes TEREZINHA ALVES SILVENTE, LILIAN AUXILIADORA AUDI BERNARDINO e MARCELO AUDI BERNARDINO. Condeno as reclamantes ao pagamento das custas processuais, nos termos do enunciado nº 28, do FONAJE. Condiciono a redistribuição da presente demanda à comprovação do pagamento das custas deste feito. Transitado em julgado, certifique-se. Após, voltem-me os autos conclusos para a pasta de sentença, para o prosseguimento do feito em relação à LUDMILA AUXILIADORA SILVENTE BERNARDINO. À Secretaria para que proceda com a habilitação do patrono da parte reclamada, conforme apresentado no ID. nº 24157607. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016530-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO FLORAIS ITALIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELINA HELENA DE AQUINO COSTA OAB - MT21590-O (ADVOGADO(A))
NUBIA NARCISO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6247-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THIAGO DE ABREU FERREIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1016530-18.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO FLORAIS ITALIA EXECUTADO: THIAGO DE ABREU FERREIRA A parte executada procedeu ao pagamento integral da obrigação. Dessa forma, julgo extinto o feito COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 924, II, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011394-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GEORGIA ROBERTA COSTA MARQUES SALDANHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANYLO FERREIRA DE ALCANTARA OAB - MT13724-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011394-40.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GEORGIA ROBERTA COSTA MARQUES SALDANHA REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Homologo o acordo entabulado entre as partes para que surtam seus efeitos legais e jurídicos e, consequentemente, extingo o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se. A secretaria para que proceda cancelamento da audiência de conciliação. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019502-58.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EVERTON LUIZ DOS SANTOS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MURILLO DE ARRUDA BORGES SANTANA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1019502-58.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EVERTON LUIZ DOS SANTOS REQUERIDO: MURILLO DE ARRUDA BORGES SANTANA Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Homologo o acordo entabulado entre as partes para que surtam seus efeitos legais e jurídicos e, consequentemente, extingo o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002844-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCUS VINICIUS DE MOURA SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO DOS SANTOS PEREIRA OAB - MT0015599A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002844-56.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARCUS VINICIUS DE MOURA SANTANA REQUERIDO: VIVO S.A. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95. Conforme se colhe dos autos, a parte reclamante deixou de comparecer, injustificadamente, à audiência de tentativa de conciliação, de modo que é de rigor decretar a extinção do feito. Posto isso, com fulcro na norma do art. 51, I, da Lei nº 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito. Condeno a parte reclamante ao pagamento das custas processuais, nos termos do enunciado nº 28, do FONAJE. Condiciono a redistribuição da presente demanda à comprovação do pagamento das custas deste feito. Transitado em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011975-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GISELE MIRANDA SANTOS DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IRIS ALBERTO MELO FONSECA OAB - MT26145/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IMPORT EXPRESS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO ROGERIO BONFIM MELO OAB - SP128462-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1011975-55.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GISELE MIRANDA SANTOS DE ARRUDA REQUERIDO: IMPORT EXPRESS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95. Conforme se colhe dos autos, a parte reclamante deixou de comparecer, injustificadamente, à audiência de tentativa de conciliação, de modo que é de rigor decretar a extinção do feito. Posto isso, com fulcro na norma do art. 51, I, da Lei nº 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito. Condeno a parte reclamante ao pagamento das custas processuais, nos termos do enunciado nº 28, do FONAJE. Condiciono a redistribuição da presente demanda à comprovação do pagamento das custas deste feito. Transitado em julgado, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019324-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANIMARA DA SILVA GOULART (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO VITOR NUNES SANTALUCIA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1019324-12.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JANIMARA DA SILVA GOULART REQUERIDO: LEANDRO VITOR NUNES SANTALUCIA Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Homologo o acordo entabulado entre as partes para que surtam seus efeitos legais e jurídicos e, consequentemente, extingo o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002729-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO COSTA DE ANUNCIACAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA OAB - MT0021129A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1002729-35.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JOAO COSTA DE ANUNCIACAO REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Projeto de Sentença Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por JOAO COSTA DE ANUNCIACAO em desfavor de BANCO BRADESCARD S.A. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. MÉRITO Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que a negativação é indevida, negando qualquer débito com a reclamada. No entanto, há nos autos faturas em que constam pagamentos e contrato assinado pela reclamante, que demonstram a legitimidade da cobrança e indicam a existência e validade do negócio jurídico e a obrigação de pagar que atinge a esfera jurídica da parte autora. Importante ressaltar que é desnecessária a realização de perícia grafotécnica, uma vez que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos carreados dispensa aludido recurso. Registra-se, ainda, que a parte autora deixou de apresentar impugnação, embora devidamente intimada em audiência. Essas premissas forçam reconhecer que a existência de negócio jurídico restou incontroversa, como também a legitimidade da cobrança que ocasionou a inscrição restritiva. Além disso, de acordo com a súmula 359 do STJ, o órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito é responsável pela notificação prévia do devedor. Assim, tenho que a hipótese é de improcedência dos pedidos da inicial. Por fim, não observo no caso sub examine os elementos insculpidos no art. 80, do CPC, para a incidência da multa por litigância de má-fé, considerando neste aspecto o exercício do direito de ação, ao passo que não se trata de decorrência lógica da improcedência do pedido. Por consentâneo, afasta-se a aplicação da exceção apresentada pelo art. 55, da Lei 9.099/1995 para a condenação em honorários, tendo em vista que é relacionada diretamente a decretação da litigância de má-fé. Ante o exposto, proponho a IMPROCEDÊNCIA dos pedidos da inicial e pela extinção com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Submeto os autos ao M.M. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Isa Bacchi Cover Juíza Leiga S E N T E N Ç A Homologo a minuta de sentença, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá (MT), data registrada no Sistema PJe. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013256-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO CARMONA DE AZEVEDO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO CARMONA DE AZEVEDO OAB - MT4522-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL MESSIAS NETO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ S E N T E N Ç A A parte executada informa que o débito foi quitado. Dessa forma, julgo extinto o feito COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 924, II, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se. Intimem-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014008-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDESON ALVES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NYLTER APARECIDA FERREIRA FABRIS OAB - MT10645-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO FERNANDO SCHNEIDER OAB - MT8117-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014008-18.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VALDESON ALVES DE SOUZA REQUERIDO: GOL LINHAS AEREAS S.A. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Homologo o acordo entabulado entre as partes para que surtam seus efeitos legais e jurídicos e, consequentemente, extingo o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020086-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILSON SEVERO VIANA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANANIAS DE SOUZA LIMA NETO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1020086-28.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GILSON SEVERO VIANA REQUERIDO: ANANIAS DE SOUZA LIMA NETO Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Homologo o acordo entabulado entre as partes para que surtam seus efeitos legais e jurídicos e, consequentemente, extingo o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1004513-47.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO DO EDIFICIO MIAMI GARDENS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODOLFO COELHO RIBEIRO OAB - MT16215-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCUS VINICIUS DE HARO DANTAS (EXECUTADO)
SILVIA LIDIA ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1004513-47.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO MIAMI GARDENS EXECUTADO: MARCUS VINICIUS DE HARO DANTAS, SILVIA LIDIA ALBUQUERQUE DE SIQUEIRA Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Homologo o acordo entabulado entre as partes para que surtam seus efeitos legais e jurídicos e, consequentemente, extingo o feito COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Transitado em julgado, arquivem-se. Intime-se. Cumpra-se. Antônio Veloso Peleja Júnior JUIZ DE DIREITO

Quarto Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020338-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILENA DEVINA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER RAMOS DA SILVA OAB - MT23304/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020338-31.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MILENA DEVINA DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KLEBER RAMOS DA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 11:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020344-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KEDMA RENATA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020344-38.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:KEDMA RENATA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 11:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020361-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
OZANY DANIELE DUTRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020361-74.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:OZANY DANIELE DUTRA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 11:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020384-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALGENI VICENTE COSTA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO ALVES CARVALHO OAB - MT25052/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020384-20.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VALGENI VICENTE COSTA JUNIOR ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FLAVIO ALVES CARVALHO POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020394-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VIVIANE BARROS SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020394-64.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VIVIANE BARROS SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 12:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005703-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALDEMIR QUINHONE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA CORDOVA DA COSTA RIBEIRO OAB - MT10498/B (ADVOGADO(A))
RAFAEL RIBEIRO DA GUIA OAB - MT14169-O (ADVOGADO(A))
Raphael Naves Dias OAB - MT14847-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo pedido de Justiça Gratuita. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004133-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NATALIE BRUNA SANTOS DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1006500-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO CAMPESTRE TABGHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EVERALDO JOSE DA SILVA (EXECUTADO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de mandado negativo

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012691-82.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAURO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA (EXECUTADO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de mandado negativo

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009249-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DUARTE BRANDAO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCEL SANTOS MARTINEZ OAB - MS23321 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELENA MARIA PAES DE BARROS ARGUELLO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIZANGELA DE ALMEIDA VITALINO OAB - MT12741-O (ADVOGADO(A))
SERGIO HARRY MAGALHAES OAB - MT4960-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte contrária para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre petição juntada do pagamento.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012141-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KAMILE SILVA LOBO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO GUIMARAES DE SOUZA OAB - MT19554-O (ADVOGADO(A))
FELIPE AUGUSTO FAVERO ZERWES OAB - MT21534-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WILTON PEREIRA MILHOMEM (REQUERIDO)
ROSA PAIXAO SANTOS (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de mandado negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002740-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GUTEMBERG LEITE PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO CASTRO DA SILVA OAB - MT22352/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo pedido de Justiça Gratuita. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020427-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTER SOUZA DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020427-54.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ESTER SOUZA DA LUZ ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019094-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELY ALMEIDA RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGUINALDO ALMEIDA SANTOS OAB - MT0022288A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019094-67.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DANIELY ALMEIDA RAMOS REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA I- A Reclamante alega que quando da indevida migração conta salário para a conta corrente foram gerados débitos que, não obstante, foram quitados em dezembro de 2018, como está a alegar. Porque não há documentos que permitam inferir com segurança essa alegação - de que ocorreu a quitação, cumpre à Reclamante trazer a comprovação, apresentando-a nos autos, o que deverá fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias. De outra parte, deverá ainda a Reclamante trazer aos autos os extratos oriundos do terminal eletrônico, devidamente legíveis, para que possa haver mais clareza em sua verificação, e com abrangência no período que informa, sujeitando-se ao indeferimento da inicial se não atendidas as suso determinações. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. João Alberto M. Barreto Duarte Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014538-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SIMPLES CONTABIL EIRELI - ME (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEDSON GLAUCO MONTEIRO CATELAN OAB - MT0014309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RENATA JULIANA JACOMO MELO ROCHA (REQUERIDO)
FELIPE MELO DA SILVA ROCHA RODRIGUES (REQUERIDO)
GBM QUALIDADE DE VIDA LTDA - ME (REQUERIDO)

Processo n. 1014538-22.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: LEDSON GLAUCO MONTEIRO CATELAN - MT0014309A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:00 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014499-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO MAX DE SOUZA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDENIR RODRIGUES BARBOSA FILHO OAB - MT21642-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1014499-25.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: VALDENIR RODRIGUES BARBOSA FILHO - MT21642-O , da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 10/12/2019 Hora: 15:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 30 de outubro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020448-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA IASMIM RODRIGUES MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANENILVA GONCALVES BATISTA OAB - MT18056/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020448-30.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VANESSA IASMIM RODRIGUES MACHADO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANENILVA GONCALVES BATISTA POLO PASSIVO: BANCO ITAUCARD S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 22/01/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020458-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITA RITA MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS HELENA DE JESUS ALCOFORADO OAB - MT18233/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020458-74.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:BENEDITA RITA MARQUES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THAIS HELENA DE JESUS ALCOFORADO POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020461-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEANNY ARRUDA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RWLY GWLYT AFONSO ALVES DA SILVA OAB - MT24299/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL)S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020461-29.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JEANNY ARRUDA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RWLY GWLYT AFONSO ALVES DA SILVA POLO PASSIVO: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL)S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016670-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO IGOR DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMETICOS LTDA. (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013379-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME FONTANA SILVEIRA OAB - MT19851-O (ADVOGADO(A))
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KAROLINE CRISTINA DA CONCEICAO RODRIGUES (EXECUTADO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018947-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL PEROLA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NAGIB KRUGER (EXECUTADO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013158-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

NERINA LIDIA DO NASCIMENTO QUEIROZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA OAB - PE0021233A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1013158-61.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ANA LÚCIA RICARTE - MT4411-O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013158-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NERINA LIDIA DO NASCIMENTO QUEIROZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA OAB - PE0021233A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1013158-61.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERIDA: LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA - OAB PE0021233A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:30 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte reclamada, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias, após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018869-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO HENRIQUE TELES DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO HENRIQUE TELES DE SOUZA OAB - MT11409-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOUISEMARY MOREIRA MOREIRA (EXECUTADO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011399-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIZEU ALVES DA COSTA (REQUERIDO)

Procedo a intimação da parte promovente para, em 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto a juntada de AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016400-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BTL COMERCIO E INFORMATICA LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA OAB - MT20683-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TATIANE ROBERTA BONFIM PAULO 03432221169 (EXECUTADO)

Certifico que a parte executada, devidamente citada, deixou transcorrer o prazo em branco. Assim, procedo a intimação da parte exequente para, em 05 (cinco) dias, apresentar o cálculo atualizado do débito para realização de busca de valores via Sistema BACENJUD.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1020192-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MADERAL COMERCIO DE MADEIRA E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO GERALDO RIBEIRO DE ARAUJO OAB - MT9098-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1020192-87.2019.8.11.0001. AUTOR(A): MADERAL COMERCIO DE MADEIRA E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP RÉU: CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A. Vistos, Intime-se a parte reclamante para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, juntando aos autos cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos dos art. 321, parágrafo único do CPC. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019459-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA BISPO DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUCIDES FERREIRA OAB - MT12540-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1019459-24.2019.8.11.0001. REQUERENTE: SONIA BISPO DA COSTA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, Peticiona a parte reclamante informando o descumprimento da liminar. Posto isso, determino seja a parte reclamada intimada pessoalmente para o fim de dar integral cumprimento ao que deliberado na decisão de Id. 26869529. Anoto para tanto o prazo de 04 (quatros) horas para restabelecer o fornecimento de energia elétrica junto à UC n° 6/206684-9 e de 03 (três) dias para promover a alteração da titularidade da mesma unidade consumidora. Fixo, para a hipótese de novo descumprimento da medida, multa no importe de R$4.000,00 (quatro mil reais), em substituição àquela anteriormente fixada. Determino que o mandado de citação/intimação SEJA INSTRUÍDO COM CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO, porquanto o sistema PJe tem apresentado inconsistências que impossibilitam a parte intimada de ter acesso a

documentos dos autos que se apresentam relevantes ao cumprimento da ordem judicial. Intime-se. Cumpra-se em regime de plantão. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020482-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA SARAIVA ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020482-05.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUZIA SARAIVA ROCHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1017426-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO CAMPESTRE TABGHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ARRUDA DE LEMOS OAB - MT18363/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO ALVES FERREIRA (EXECUTADO)

Certifico que a parte executada, devidamente citada, deixou transcorrer o prazo em branco. Assim, procedo a intimação da parte exequente para, em 05 (cinco) dias, apresentar o cálculo atualizado do débito para realização de busca de valores via Sistema BACENJUD.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1004037-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SIDNEY FARINA - SISTEMA VIP DE ENSINO MEDIO E PRE VESTIBULAR - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO SOUZA PONCE OAB - MT9202-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA AQUINO BRAGA (EXECUTADO)

Certifico que a parte executada, devidamente citada, deixou transcorrer o prazo em branco. Assim, procedo a intimação da parte exequente para, em 05 (cinco) dias, apresentar o cálculo atualizado do débito para realização de busca de valores via Sistema BACENJUD.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015092-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GOLDEN GREEN RESIDENCE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ROBERTO DA SILVA FILHO (EXECUTADO)

Certifico que a parte executada, devidamente citada, deixou transcorrer o prazo em branco. Assim, procedo a intimação da parte exequente para, em 05 (cinco) dias, apresentar o cálculo atualizado do débito para realização de busca de valores via Sistema BACENJUD.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020486-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GENILZA OLIVEIRA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020486-42.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GENILZA OLIVEIRA CAMPOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 27/01/2020 Hora: 10:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020487-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BUENO HAIR CABELEIREIRO LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVANETE FATIMA DO AMARAL OAB - MT10151-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020487-27.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:BUENO HAIR CABELEIREIRO LTDA - EPP ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: IVANETE FATIMA DO AMARAL POLO PASSIVO: TIM CELULAR S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 14:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020490-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA DOS SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO GESSINGER VIANA DE OLIVEIRA OAB - MT24755/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020490-79.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JANAINA DOS SANTOS DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARIO GESSINGER VIANA DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 15:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014499-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO MAX DE SOUZA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDENIR RODRIGUES BARBOSA FILHO OAB - MT21642-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte contrária para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre petição juntada do pagamento.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1020505-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON JUNIOR DE BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON SOARES NETO OAB - MT0015834A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020505-48.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:WANDERSON JUNIOR DE BRITO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILTON SOARES NETO POLO PASSIVO: TAM LINHAS AÉREAS S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 15:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015668-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CREUNICE DE GUSMAO SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1015668-47.2019.8.11.0001. REQUERENTE: CREUNICE DE GUSMAO SANTANA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DECISÃO I- A Reclamada peticiona requerendo seja determinado ao Reclamante que este proceda á juntada da fatura de energia elétrica. II- Indefiro o pedido de Id. 27170315, porquanto a alegação do Reclamante é de que inexistem débitos, logo, cumpre à parte Rcelamada a comprovação de que tais débitos existem. Sempre se deve ter presente que em se tratando de relação de consumo, havendo hipossuficiência e sendo verossímil o alegado na peça vestibular, é de rigor que a defesa dos direitos do consumidor seja facilitada pela inversão do ônus da prova, até pelo fato de que o autor está alegando fato negativo, ou seja, de que não existem débitos. Assim, diante da inversão do encargo probatório em favor da parte consumidora, o que no rito sumaríssimo ocorre como regra de julgamento (e não como regra de instrução), é imperativo que seja indeferido o pedido aviado no Id.27170315, cabendo à Reclamada a produção de provas que entender necessárias ao reconhecimento de seu direito. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020078-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA DOS SANTOS LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Laryssa Carolina Araújo de França OAB - MT15585-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1020078-51.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: ROSANA DOS SANTOS LEITE RECLAMADO(A): TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos, Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos comprovante de residência atualizado e em seu próprio nome. Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006681-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRAVA AUTOMOTIVA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZABEL VANIR DA SILVA OAB - MT21177-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TECNIBRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1006681-22.2019.8.11.0001. REQUERENTE: BRAVA AUTOMOTIVA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA REQUERIDO: TECNIBRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP Vistos, Expeça-se cartas de citação nos endereços apresentados na petição de Id. 26329043. Designe-se nova audiência de conciliação conforme pauta em juízo. Intime-se. Cumpra-se expedindo o necessário. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006332-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DE SANDRO NERY FERREIRA OAB - MT5768-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HYLDINEIA CORREA DOS ANJOS PEDRO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIO MARCIO BORGES MODESTO OAB - MT15947-O (ADVOGADO(A))

Processo n. 1006332-19.2019.8.11.0001 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ALEXANDRE DE SANDRO NERY FERREIRA - MT0005768A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação Juizado Sala: 4ª JEC Data: 17/10/2019 Hora: 11:10 , que será realizada no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CUIABÁ, Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, Bairro Duque De Caxias, Cuiabá – MT, (Lateral do 44° Batalhão De Infantaria Motorizada), devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. CUIABÁ, 5 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020519-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TALITHA CARDOSO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOACIR ALMEIDA FREITAS OAB - MT727-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEMPRE SAUDE ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020519-32.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TALITHA CARDOSO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MOACIR ALMEIDA FREITAS POLO PASSIVO: SEMPRE SAUDE ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 15:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020526-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HELIO ROMANO JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO OAB - MT12073-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020526-24.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HELIO ROMANO JUNIOR ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO POLO PASSIVO: AZUL LINHAS AEREAS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005619-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO MOURA FOLHA DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA CRISTINA NOITE IZABEL OAB - MT17566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo pedido de Justiça Gratuita. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005619-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO MOURA FOLHA DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA CRISTINA NOITE IZABEL OAB - MT17566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo pedido de Justiça Gratuita. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004473-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NUBIA KELLY ANTONIA MOREIRA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS AIRES TATAIRA DOS SANTOS OAB - MT24213/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003479-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEIA AIRES PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAVID DA SILVA BELIDO OAB - MT14619-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo pedido de Justiça Gratuita. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007970-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
REINALDO DE OLIVEIRA BOAVENTURA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004933-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARILENE ROCHA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAVI MARQUES OAB - MT14678-O (ADVOGADO(A))
DILMA GOMES OAB - MT22771/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o Recurso Inominado foi apresentado no prazo legal, havendo a juntada de preparo recursal. Certifico ainda que expedi intimação à parte recorrida para oferecer contrarrazões.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020188-50.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AMANDA GOMES BEZERRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GAIA DE SOUZA ARAUJO MENEZES OAB - MT20237-O (ADVOGADO(A))
JAQUELINE PROENCA LARREA MEES OAB - MT13356-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1020188-50.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: AMANDA GOMES BEZERRA RECLAMADO(A): AGEMED SAUDE S/A Vistos, Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos comprovante de residência atualizado e em seu próprio nome. Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020427-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTER SOUZA DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1020427-54.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: ESTER SOUZA DA LUZ RECLAMADO(A): INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA Vistos, Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos comprovante de residência atualizado e em seu próprio nome ou justificar, comprovadamente, a relação existente com a

pessoa indicada no documento juntado. Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020490-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA DOS SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO GESSINGER VIANA DE OLIVEIRA OAB - MT24755/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1020490-79.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: JANAINA DOS SANTOS DA SILVA RECLAMADO(A): MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Vistos, Intime-se a parte reclamante para emendar a inicial juntando aos autos comprovante de residência atualizado e em seu próprio nome. Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019780-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO MORADA DA SERRA IV (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
LEIFFA KALLEN RIBEIRO DA SILVA OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1019780-59.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO MORADA DA SERRA IV EXECUTADO(A): CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA e outros Vistos, Cite-se a parte executada, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida. (art. 829 do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supra mencionado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, intimando-se a parte devedora (art. 829, § 1º do CPC). Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o(a) cônjuge da parte executada (art. 842 do CPC). Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º da Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Intime-se e cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019880-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO MORADA DA SERRA IV (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOURDES MARIA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1019880-14.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO MORADA DA SERRA IV EXECUTADO(A): LOURDES MARIA DA SILVA Vistos, Cite-se a parte executada, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida. (art. 829 do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supra mencionado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, intimando-se a parte devedora (art. 829, § 1º do CPC). Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o(a) cônjuge da parte executada (art. 842 do CPC). Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º da Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Intime-se e cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019944-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO GARDEN GOIABEIRAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Osiane Rodrigues Macedo OAB - MT15420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JERUSALINA RODRIGUES DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1019944-24.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO GARDEN GOIABEIRAS EXECUTADO(A): JERUSALINA RODRIGUES DA SILVA Vistos, Cite-se a parte executada, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida. (art. 829 do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supra mencionado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, intimando-se a parte devedora (art. 829, § 1º do CPC). Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o(a) cônjuge da parte executada (art. 842 do CPC). Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º da Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Intime-se e cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020152-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JACKELINE PIVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1020152-08.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS EXECUTADO(A): JACKELINE PIVA Vistos, Cite-se a parte executada, para que no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida. (art. 829 do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supra mencionado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, intimando-se a parte devedora (art. 829, § 1º do CPC). Recaindo a penhora em bens imóveis, intime-se também o(a) cônjuge da parte executada (art. 842 do CPC). Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º da Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora, designe-se audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. Intime-se e cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006198-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDERSON CULAU SOARES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1006198-89.2019.8.11.0001. INTERESSADO: STUDIO S FORMATURAS EIRELI REQUERIDO: ANDERSON CULAU SOARES Vistos, Defiro o pedido de Id. 27043005. Expeça-de carta precatória no endereço apresentado com a finalidade da citação do reclamado. Designe-se nova audiência de conciliação conforme pauta em juízo. Intime-se. Cumpra-se expedindo o necessário. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Processo Número: 1016814-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STUDIO S FORMATURAS EIRELI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO OAB - MT18666/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMYLLY QUEZIA DA SILVA OLIVEIRA (EXECUTADO)
LUZIA DA PAIXAO SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1016814-26.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: STUDIO S FORMATURAS EIRELI EXECUTADO: EMYLLY QUEZIA DA SILVA OLIVEIRA, LUZIA DA PAIXAO SILVA Vistos, Intime-se a parte autora para, no prazo de dez dias, informar o endereço atualizado do executado, sob pena de extinção. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013425-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS DA SILVA OLIVEIRA EIRELI - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUAREZ PAULO SECCHI OAB - MT10483-O (ADVOGADO(A))
VLADIMIR MARCIO YULE TORRES OAB - MT13251-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ARITUSA LEITE NOBREGA RIBEIRO (REQUERIDO)
GILBERTO SANTOS RIBEIRO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1013425-33.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARCOS DA SILVA OLIVEIRA EIRELI - ME REQUERIDO: GILBERTO SANTOS RIBEIRO, ARITUSA LEITE NOBREGA RIBEIRO Vistos, Intime-se a parte autora para, no prazo de dez dias, informar o endereço atualizado do segundo executado. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014439-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSALINA MORAIS DA COSTA FERREIRA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE SOUZA OLIVEIRA OAB - MT18250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIEGO DE CAMPOS PADILHA (REQUERIDO)
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014439-52.2019.8.11.0001. INTERESSADO: ROSALINA MORAIS DA COSTA FERREIRA REQUERIDO: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR, DIEGO DE CAMPOS PADILHA Vistos, Diante do teor da manifestação de Id. 27224281, defiro o pedido de redesignação do ato. Designe-se nova data para a audiência de conciliação. Citem-se no endereço informado no Id. 26403485. Intimem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014616-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EIDIANE RODRIGUES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGRINALDO JORGE RODRIGUES OAB - MT10875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1014616-16.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EIDIANE RODRIGUES DA COSTA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, Defiro o pedido formulado no petitório de Id. 27264415. Redesigne-se, conforme pauta do Juízo. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020560-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEFERSON DO CARMO ALVES DE ASSUNCAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020560-96.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JEFERSON DO CARMO ALVES DE ASSUNCAO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: ENERGISA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 4ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 16:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020114-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO RAMOS VARANDA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO RAMOS VARANDA JUNIOR OAB - MT13674-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020114-93.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ROGERIO RAMOS VARANDA JUNIOR REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se de pedido liminar formulado por ROGÉRIO RAMOS VARANDA JÚNIOR na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que inexiste o débito apontado pela reclamada ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A e registrado no rol de inadimplentes, vez que adimpliu o débito que existia. O pleito merece acolhimento. Para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos a parte reclamante comprovou por meio da documentação encartada aos autos que realizou o pagamento do débito para com a reclamada que se relaciona com o objeto da inscrição realizada no órgão de proteção ao crédito. Respectivo documento é bastante para emprestar fundamento ao acolhimento do pleito formulado liminarmente, eis que evidencia a probabilidade do direito alegado. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não soa jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, estará a lhe apontar algum embaraço nesse transcurso, de modo que aparenta com razoabilidade a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da parte reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela reclamada junto SERASA no valor de R$663,89 (seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos), com vencimento em data de 19/novembro/2019 e inclusão em data de 06/dezembro/2019. Intime-se, pessoalmente, a reclamada para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte reclamante, para o que anoto o

prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Determino que o mandado de citação/intimação SEJA INSTRUÍDO COM CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO, porquanto o sistema PJe tem apresentado inconsistências que impossibilitam a parte intimada de ter acesso a documentos dos autos que se apresentam relevantes ao cumprimento da ordem judicial. II- Já designada sessão de conciliação, intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006332-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DE SANDRO NERY FERREIRA OAB - MT5768-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HYLDINEIA CORREA DOS ANJOS PEDRO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIO MARCIO BORGES MODESTO OAB - MT15947-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1006332-19.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI REQUERIDO: HYLDINEIA CORREA DOS ANJOS PEDRO Converto o julgamento em diligências para determinar que a parte Reclamada proceda à juntada de seus documentos pessoais a fim de que se possa verificar a existência, ou não, de semelhança entre as assinaturas. Prazo: 05 (cinco) dias. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. João A. Menna B. Duarte Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008426-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO PEIXER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO MARTINS SORNA OAB - MT0019693A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EVEREST TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LISIANE DE FATIMA ZORZO OAB - MT8114/B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1008426-37.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FERNANDO PEIXER REQUERIDO: EVEREST TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA No caso sob exame a presente ação foi inicialmente promovida no 8ª Juizado Especial Cível desta comarca, ao qual sobreveio sentença terminativa em razão da ausência do autor na audiência de conciliação (Processo nº 8059959-47.2018.8.11.0001). A teor do comando inserto no artigo 286, II, do CPC, no caso de ser extinto o processo sem resolução do mérito, havendo reiteração do pedido, plasma-se a prevenção daquele juízo. A propósito: Ementa: DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. REPROPOSITURA DE AÇÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Nos casos em que a ação é extinta sem julgamento de mérito, o autor poderá repropor a mesma ação, nos termos do art. 268 do Código de Processo Civil, desde que sanado o vício que ocasionou a extinção do processo anteriormente ajuizado. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.(Apelação Cível, Nº 70059834622, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em: 05-06-2014) Posto isso, declino da competência em favor do 8º Oitavo Juizado Especial Cível. Redistribua-se, portanto. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. João A. Menna B. Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008426-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO PEIXER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO MARTINS SORNA OAB - MT0019693A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EVEREST TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LISIANE DE FATIMA ZORZO OAB - MT8114/B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1008426-37.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FERNANDO PEIXER REQUERIDO: EVEREST TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA No caso sob exame a presente ação foi inicialmente promovida no 8ª Juizado Especial Cível desta comarca, ao qual sobreveio sentença terminativa em razão da ausência do autor na audiência de conciliação (Processo nº 8059959-47.2018.8.11.0001). A teor do comando inserto no artigo 286, II, do CPC, no caso de ser extinto o processo sem resolução do mérito, havendo reiteração do pedido, plasma-se a prevenção daquele juízo. A propósito: Ementa: DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. REPROPOSITURA DE AÇÃO EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Nos casos em que a ação é extinta sem julgamento de mérito, o autor poderá repropor a mesma ação, nos termos do art. 268 do Código de Processo Civil, desde que sanado o vício que ocasionou a extinção do processo anteriormente ajuizado. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.(Apelação Cível, Nº 70059834622, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em: 05-06-2014) Posto isso, declino da competência em favor do 8º Oitavo Juizado Especial Cível. Redistribua-se, portanto. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. João A. Menna B. Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020209-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO MORAES DELGADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020209-26.2019.8.11.0001. REQUERENTE: PAULO ROBERTO MORAES DELGADO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se de “AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA” proposta por Paulo Roberto de Moraes Delgado em desfavor de Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A, na qual postula em sede de tutela de urgência que a reclamada restabeleça o fornecimento de energia elétrica junto à UC nº 6/1358396-8, bem assim que suspenda a exigibilidade do parcelamento lançado em seu desfavor. Defiro a concessão da medida. Para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos a parte reclamante está sendo cobrada por débito que, aparentemente, já resta quitado, uma vez que o valor da fatura referente ao mês de agosto/2019, qual seja, R$537,48 (quinhentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos), cujo pagamento se operou em data de 04/outubro/2019. Ocorre que a parte reclamante experimenta agora cobrança decorrente daquela citada fatura, já quitada, o que a reclamada faz por meio de parcelamento indicado por uma cobrança no valor de R$368,32 (trezentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) e duas no valor de R$84,58 (oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos). Verifica-se não só da identidade de valores, isto é, da somatória do parcelamento resulta o valor da fatura já comprovadamente paga, como também o próprio e-mail encaminhado pela reclamada ao reclamante indica que o parcelamento se refere à fatura referente ao mês de agosto/2019 (no valor de R$537,48 – quinhentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos – já quitada em data de 04/outubro/2019). Tais circunstâncias apontam a presença inquestionável de elementos que evidenciam a probabilidade do direito alegado pela parte reclamante. Vale

ainda observar a caracterização do serviço de fornecimento de energia elétrica como serviço de natureza essencial (art. 10, inciso I da Lei nº 7783/89), bem como pela própria norma elencada no art. 22, caput e parágrafo único do CDC é de se anotar como regra a continuidade dos serviços tidos como essenciais. Por tais argumentos é que DETERMINO à reclamada que RESTABELEÇA o serviço de fornecimento de energia elétrica à residência da parte reclamante (UC nº 6/1358396-8). Anoto para tanto o prazo de 05 (cinco) horas. Deverá o Sr. Meirinho fazer constar de sua certidão o horário em que encerrada a diligência. DETERMINO ainda a SUSPENSÃO da exigibilidade do parcelamento resultante da Reclamação nº 324739, consistente na fatura no valor de R$368,32 (trezentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) e das cobranças de R$84,58 (oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) nos meses de dezembro/2019 e janeiro/2020. INTIME-SE A PARTE RECLAMADA PESSOALMENTE PARA O FIM DE DAR INTEGRAL CUMPRIMENTO À PRESENTE DETERMINAÇÃO. Fixo, para a hipótese de descumprimento da medida, multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Determino que o mandado de citação/intimação SEJA INSTRUÍDO COM CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO, porquanto o sistema PJe tem apresentado inconsistências que impossibilitam a parte intimada de ter acesso a documentos dos autos que se apresentam relevantes ao cumprimento da ordem judicial. II- Já designada sessão de conciliação, intime-se. Cumpra-se, em regime de plantão. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020258-67.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAYNA CRISLEY SANTOS PEDROSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANTONIO SOARES MACHADO DA COSTA OAB - MT21593-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020258-67.2019.8.11.0001. REQUERENTE: RAYNA CRISLEY SANTOS PEDROSO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Cuida-se de “RECLAMAÇÃO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA” proposta por Rayna Crisley Santos Pedroso em desfavor de Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A, na qual postula, em sede de tutela de urgência, que a reclamada restabeleça o fornecimento de energia elétrica em sua residência (UC nº 6/2600939-9), bem assim a suspensão das faturas referentes aos meses de setembro e outubro/2019 que acusam valores acima da média de consumo da UC. Defiro a concessão da medida. A parte colaciona aos autos o histórico de consumo que aponta a existência das faturas referentes aos meses de setembro e outubro/2019 apontando significativa diferença entre os meses objeto da demanda e outros, fato que embora não sirva para de pronto apontar ilicitude, já indica alguma divergência repentina na média de consumo da parte reclamante. Tendo em vista o fato de que a reclamante traz a juízo a questão a fim de buscar solução ao conflito de interesses, entendo que está amparado em situação bastante para lhe apontar boa-fé, fato que permite a concessão da medida. Vale ainda observar a caracterização do serviço de fornecimento de energia elétrica como serviço de natureza essencial (art. 10, inciso I da Lei nº 7783/89), bem como pela própria norma elencada no art. 22, caput e parágrafo único do CDC é de se anotar como regra a continuidade dos serviços tidos como essenciais. Por tais argumentos é que entendo prudente determinar à reclamada que RESTABELEÇA o fornecimento de energia elétrica à residência da parte reclamante (UC nº 6/2600939-9), para o que anoto o prazo de 05 (cinco) horas. Deverá o Sr. Meirinho fazer constar de sua certidão o horário em que encerrada a diligência. DEFIRO ainda a suspensão da cobrança das faturas objeto da demanda (meses de setembro e outubro/2019), bem assim determino que a parte reclamada SE ABSTENHA de promover a inscrição dos dados da reclamante no rol de inadimplentes. Fixo, para a hipótese de descumprimento da medida, multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). INTIME-SE PESSOALMENTE A PARTE RECLAMADA PARA DAR INTEGRAL CUMPRIMENTO À PRESENTE DELIBERAÇÃO. Determino que o mandado de citação/intimação SEJA INSTRUÍDO COM CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO, porquanto o sistema PJe tem apresentado inconsistências que impossibilitam a parte intimada de ter acesso a documentos dos autos que se apresentam relevantes ao cumprimento da ordem judicial. Registre-se que a presente decisão não exime a parte reclamante de manter a regularidade dos pagamentos das demais faturas relativas ao consumo de energia elétrica em sua UC. II- Determino seja a parte reclamante intimada para que emende a inicial juntando aos autos cópia de seu documento de identificação pessoal, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de revogação da liminar e indeferimento da inicial. III- Já designada sessão de conciliação, intime-se. Intime-se. Cumpra-se, em regime de plantão. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020448-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA IASMIM RODRIGUES MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANENILVA GONCALVES BATISTA OAB - MT18056/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020448-30.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VANESSA IASMIM RODRIGUES MACHADO REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A I- Cuida-se de pedido liminar formulado pela reclamante na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que inexiste o débito apontado pela reclamada registrado no rol de inadimplentes. O pleito merece acolhimento. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos, sustenta a parte que o débito é inexistente. Importa ainda considerar que não há muito a ser provado pela reclamante no caso em apreço, uma vez que, ao asseverar fato negativo, impossível se apresenta trazer aos autos qualquer adminículo de prova, senão a demonstração da inscrição, o que resta documentado nos autos. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não soa jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, estará a lhe apontar algum embaraço nesse transcurso, de modo que aparenta com razoabilidade a concessão liminar com forte na norma do art. 297 do CPC. Vale acrescentar que não se há de cogitar de irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual, até porque poderá a parte na hipótese de existir créditos, buscar a sua satisfação pelos meios legais. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da parte reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela reclamada junto ao SERASA e eventuais outros órgãos, no valor de R$ 3.048,55 (três mil e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) com data de inclusão de 22/novembro/2019. Intime-se a reclamada para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte reclamante, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). II- Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018820-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IMPACTO TELECOM LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SULEYME BENTO DOS SANTOS OAB - MT27673/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1018820-06.2019.8.11.0001. REQUERENTE: IMPACTO TELECOM LTDA REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S.A. I- Cuida-se de "AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO INDEVIDO C/C COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL" formulada por Impacto Telecom Ltda. em desfavor de Itaú Unibanco e Hedios Josmar Penteado, postulando, em sede de tutela de urgência, que o primeiro reclamado seja obrigado a realizar o bloqueio da quantia de R$2.116,50 (dois mil, cento e dezesseis reais e cinquenta centavos) na conta do segundo reclamado e a sua transferência à conta do reclamante. O pleito vai acolhido. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso em exame a parte reclamante aduz que ao realizar operação de transferência bancária acabou por, equivocadamente, realizar a transferência à pessoa do segundo reclamado, quando em verdade pretendia realizar à terceira pessoa. Os fatos foram comunicados ao primeiro reclamado que, contatando o segundo reclamado, não chegou à solução administrativa, permanecendo o valor transferido, qual seja, R$2.116,50 (dois mil, cento e dezesseis reais e cinquenta centavos) em favor do segundo reclamado, Sr. Hedios Josmar Penteado. Os elementos de prova carreados aos autos são suficientes a demonstrar a probabilidade do direito alegado, porquanto demonstra a parte reclamante que a realização do crédito ocorreu equivocadamente em conta bancária de titularidade do segundo reclamado, mantido junto ao primeiro reclamado e que, nada obstante as tentativas de reaver o mencionado valor, não obteve sucesso na via administrativa. No que diz com o perigo de dano, esse decorre do fato de que há a possibilidade de que o valor venha a se perder, porquanto sabido que o dinheiro é o bem cuja utilização se dá nas mais diversas relações negociais, sendo inegável que o seu consumo ocorre de modo extremamente facilitado. Tais circunstâncias são suficientes para o fim de, ao argumento de afastar a possibilidade concreta de risco ao resultado útil do processo; que pode restar confirmado em razão da facilidade de utilização do dinheiro pelo segundo reclamado; permitir com fundamento na norma do art. 297 do CPC o acolhimento do pleito formulado em sede de tutela de urgência. Assim, DEFIRO a liminar vindicada, com fulcro na norma do art. 297 do CPC, para DETERMINAR ao primeiro reclamado que BLOQUEIE, imediatamente, o valor de R$2.116,50 (dois mil, cento e dezesseis reais e cinquenta centavos) junto à conta bancária de titularidade do segundo reclamado, Sr. Hedios Josmar Penteado, qual seja, Agência nº 0200, Conta Corrente nº 04914-6, Banco Itaú Unibanco e no prazo de 02 (dois) dias, faça a transferência do montante à conta de titularidade da parte reclamante, Impacto Telecom Ltda., CNPJ nº 31.024.379/0001-01, comprovando nos autos a operação. Fixo, para a hipótese de descumprimento da medida, multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Determino ainda à primeira reclamada que informe a este juízo dados da qualificação do segundo reclamado, dentre as quais o seu endereço a fim de possibilitar a realização de sua citação, para o que anoto o prazo de 03 (três) dias. II- Com a prestação das informações pela primeira reclamada, proceda a Secretaria do Juízo com a retificação do polo passivo, cadastrando e incluindo o Sr. Hedios Joasmar Penteado no polo passivo e expedindo a sua citação. III- Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020338-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILENA DEVINA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER RAMOS DA SILVA OAB - MT23304/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020338-31.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MILENA DEVINA DOS SANTOS REQUERIDO: VIVO S.A. I- Cuida-se de ação fundada no CDC em que a parte reclamante pretende ser indenizada por danos que experimentou em razão de ato praticado pela reclamada. Com efeito, conforme se colhe dos autos a parte reclamante reside na comarca de Várzea Grande e a demanda fora ajuizada na comarca de Cuiabá. Pois bem, anoto que na presente hipótese o feito não deve ter seu trâmite nesse Juizado Especial. Explico. A regra geral prevista no CPC, art. 46 é de que a demanda, fundada em direito pessoal ou direito real sobre bem móvel será proposta no domicílio do réu; ao passo que a regra específica, prevista no CDC, art. 101, inciso I anota que a demanda será proposta no domicílio do autor (consumidor). Vislumbra-se daí a aparência de um choque de normas, o que em verdade se esclarece a partir do fundamento da demanda, isto é, se embasada no Código de Defesa do Consumidor aplicar-se-á o que nela consta (regra específica), ausente esse fundamento (relação de consumo) aplicar-se-á o Código de Processo Civil, regra geral. E no caso dos autos não há dúvida de que a relação de consumo se ostenta, tanto é que parte dos pedidos foram formulados com base nas regras do CDC, tal como o que anota o pedido de inversão do ônus da prova. Nesse enfoque, resta cogente o reconhecimento da incompetência desse Juizado, porquanto a parte autora reside em comarca diversa e os fundamentos que dão base à reclamação se sustentam na relação de consumo, daí porque têm aplicabilidade as regras específicas do CDC, inclusive a que toca à competência. De outra banda, em se tratando do Juizado Especial Cível é permitido o reconhecimento "ex officio" da chamada incompetência relativa, tal o que emana do Enunciado nº 89 do Fonaje, cuja redação, transcrevo: ENUNCIADO 89 - A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de juizados especiais cíveis (Aprovado no XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ). II- Destarte, reconheço a incompetência desse Juizado Especial Cível para processar e julgar a presente demanda e determinando a redistribuição do presente feito a um dos Juizados Especiais Cíveis da comarca de Várzea Grande. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1019517-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RITA DE CACIA DE LIMA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO DE MELO ROSA OAB - MT10097-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FLORAIS PAISAGISMO EIRELI - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019517-27.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: RITA DE CACIA DE LIMA DA SILVA EXECUTADO: FLORAIS PAISAGISMO EIRELI - ME Vistos, Considerando a distribuição por dependência aos autos 0049396-38.2015.8.11.0001, que tramitou perante o Oitavo Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá, determino a remessa destes autos àquele Juizado. Intime-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 10 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020218-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS VIEIRA DE OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNA FERNANDA ALMEIDA XAVIER (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1020218-85.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: ELIAS VIEIRA DE OLIVEIRA EXECUTADO: BRUNA FERNANDA ALMEIDA XAVIER I- Cuida-se de ação de execução fundada em título extrajudicial. II- Com efeito, conforme se colhe dos autos a parte reclamada reside na comarca de Várzea Grande e a demanda fora ajuizada na comarca de Cuiabá. Pois bem, anoto que na presente hipótese o feito não deve ter seu trâmite nesse Juizado Especial. Explico. A regra geral prevista no art. 4º, I, da Lei 9.099/95, é de que a demanda será proposta no domicílio do réu. Nesse enfoque, resta cogente o reconhecimento da incompetência desse Juizado, porquanto a parte

reclamada reside em comarca diversa. De outra banda, encontra-se permissível em se tratando do Juizado Especial Cível o reconhecimento "ex officio" da chamada incompetência relativa, tal o que emana do Enunciado nº 89 do Fonaje, cuja redação, transcrevo: ENUNCIADO 89 - A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de juizados especiais cíveis (Aprovado no XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ). III- Destarte, reconheço a incompetência desse Juizado Especial Cível para processar e julgar a presente demanda e determinando a redistribuição do presente feito a um dos Juizados Especiais Cíveis de Várzea Grande. Intime-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1008712-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDILAUSON MONTEIRO DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLOW SALOMAO DOS SANTOS SILVA OAB - MT22737/O (ADVOGADO(A))
EDILAUSON MONTEIRO DOS SANTOS OAB - MT25544/O-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO DA SILVA JUNIOR (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1008712-15.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: EDILAUSON MONTEIRO DOS SANTOS EXECUTADO(A): CARLOS ALBERTO DA SILVA JUNIOR Vistos, I – Com efeito, o despacho lançado em id. 26309079, acompanhado de extrato Bacenjud, em nada se relaciona com estes autos. Posto isso, torno sem efeito o despacho de id. 26309079. II- DEFIRO o pedido de id. 27148004 para, na hipótese de serem encontrados valores em nome da parte executada, determinar ao Banco Central do Brasil, via sistema BACENJUD, o bloqueio até a quantia indicada. Registro que não são devidos os honorários de advogado previstos na segunda parte do art. 523, §1º do CPC, em face do Enunciado 97 do Fonaje. Efetivado o bloqueio proceda-se à transferência dos valores para a conta judicial única do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe o art. 840, I, do CPC e item 2.19.5 da CNGC/MT. Dispenso a lavratura do termo de penhora, servindo a ordem de bloqueio do Sistema BacenJud como tal, conforme item 2.19.6 da CNGC/MT. Sendo encontrados apenas valores irrisórios, insuficientes para sequer satisfazer os custos operacionais do sistema, estes deverão ser, desde logo, liberados. Sendo positiva a diligência, intime-se a parte executada da referida constrição para, querendo, apresentar defesa no prazo legal, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95. Sendo negativa ou parcial a diligência, intime-se a parte exequente para, no prazo de dez dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento. Nada sendo requerido, arquive-se, podendo a parte, em face da informação de existência de bens, requerer o desarquivamento. Cumpra-se. Cuiabá, 9 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014914-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HIGOR MATTEUS SILVA MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA OAB - MT22035/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
VIA VAREJO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1014914-08.2019.8.11.0001. REQUERENTE: HIGOR MATTEUS SILVA MORAES REQUERIDO: VIA VAREJO S/A, BANCO BRADESCO SA I- Dispensado o relatório por força do disposto no art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Cuida-se de "AÇÃO REVISIONAL DE DÉBITO COM PEDIDO DE LIMINAR" proposta por Higor Matteus Silva Moraes em desfavor Via Varejo S/A e Banco Bradesco S/A, pretendendo a reparação moral e material por condutas que atribui às reclamadas. Infere-se de modo claro dos pedidos formulados na petição inicial que a parte autora volta-se contra taxa de juros de mora aplicado na operação, além de outros encargos. Mostra-se imperativo ponderar sobre pedidos como tais. A parte reclamante ao sustentar que deve menos do que foi cobrado ou ainda a respeito das taxas praticadas pela instituição reclamada, seja porque foram inseridas taxas e tarifas indevidas ou ilegais, seja pela alegação de que a taxa de juros é abusiva, inelutavelmente acaba por trazer para o bojo dos autos a problemática inerente à realização de cálculos aritméticos que, no mais das vezes, exigem conhecimento específico, como quando se discute sobre juros, taxa linear, taxa efetiva, coeficentes de redução etc., o que conduz à iliquidez do ato sentencial. O parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9099/95 está assim redigido: "Art. 38. ... Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido." Calha a lição de Demócrito Reinaldo: "Pode haver, conforme o caso, sentença condenatória, constitutiva ou meramente declaratória, no processo especial. Em tendo caráter condenatório, será sempres líquida. E essa exigência de que o valor da obrigação contida na sentença seja sempre líquida decorre da circunstância de que, no processo especial dos Juizados Cíveis, não existe uma fase própria destinada à liquidação de sentença. No processo especial, portanto, a sentença será sempre líquida, contendo a conversão em índice indexador da economia (art. 52, I). Com isso, evitam-se as complicações e demoras ocorrentes quando se trata de implementar providências para a fixação do quantum , que, se adotados no processo especial, seriam sumamente prejudiciais à informalidade e celeridade do seu procedimento." (Comentários à Lei n. 9.099, de 26-9-1995, Editora Saraiva, página 183). Note-se que só o fato de realizar perícia subverteria o princípio consistente na celeridade, que norteia os juizados especiais cíveis (art. 2º da Lei nº 9.099/95). Não fora apenas isso, o Provimento nº 004/2008-CM, atribuiu nova competência a algumas varas cíveis de feitos gerais, adotando a nomenclatura "Vara Especializada de Direitos Bancários", atribuindo a tais varas a competência de processar e julgar os feitos relativos às causas decorrentes de operações realizadas por instituições financeiras subordinadas à fiscalização do Banco Central. III- Posto isso, com fulcro no art. 38, parágrafo único c/c art. 51, inciso II, ambos da Lei nº 9.099/95, e nos fundamentos expendidos, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução do mérito. Sem condenação nos ônus sucumbenciais (Lei nº 9.099/95, art. 55). Intimem-se e se cumpra. Cuiabá, 06 de novembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017490-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TAMY LUZIA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERICK RAFAEL DA SILVA LEITE OAB - MT24538/O-O (ADVOGADO(A))
MICHELLI OLIVEIRA RIBEIRO OAB - MT25119/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ZENIO ELISIO GOMES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1017490-71.2019.8.11.0001. REQUERENTE: TAMY LUZIA SILVA REQUERIDO: ZENIO ELISIO GOMES I – Dispensado o relatório, por força do artigo 38, in fine, da Lei nº 9.099/95. II – Cuida-se de "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS" formulada por Tamy Luzia Silva em desfavor de Zenio Elisio Gomes por ato a ele atribuído. Questão que prefere às demais diz com as condições da ação, o que na hipótese dos autos não resta satisfeita, especificamente em relação à legitimidade ad causam da parte reclamada. Nada obstante a parte reclamante se levante contra o reclamado Zenio Elisio Gomes ao argumento de que há o registro de seus dados junto ao Serasa em razão do débito objeto dos autos nº 8034255-95.2019.811.0001 que tramitou junto ao Segundo Juizado Especial Cível o qual foi extinto em razão do pedido de desistência da ação formulado pela pessoa de Zenio Elisio Gomes, lá exequente. Entendo que na hipótese verificada na inicial não resta possível o prosseguimento da demanda por reconhecida ilegitimidade de parte. Conforme se infere da documentação que aporta aos autos a inscrição efetivamente ocorreu, restando ela induvidosa, dado ao extrato juntado. De igual forma não há

qualquer adminículo de dúvida de que inscrição não fora realizada pela parte reclamada, isso pelo fato de que do extrato juntado aos autos não há a indicação da parte reclamada como suposta credora, bem assim pelo fato de que, na remota hipótese de ter havido a anotação em razão dos autos da ação de execução proposta pela aqui reclamada em face do aqui reclamante, é de se anotar que naquele feito, ainda que tenha havido pedido realizado pelo exequente daqueles autos, para que fosse realizada a inscrição daquela execução junto a qualquer banco de dados restritivos de crédito, tal pretensão não fora objeto de análise, porquanto o feito foi extinto sem o seu acolhimento ou indeferimento. O extrato juntado permite ainda inferir que aquela anotação não decorreu por ordem judicial eis que nenhum ofício consta dos autos da ação de execução (autos nº 8034255-95.2019.811.0001), circunstância que resulta na inexistência de ato da parte reclamada que possa ter originado diretamente a anotação. Impõe registrar que o só fato de haver distribuído a ação de execução não pode ser admitido como causa para a anotação levada a efeito junto ao Serasa. Não resta possível autorizar o trâmite processual em face da parte reclamada por ato que não se pode atribuir a ela, dado ao próprio documento carreado aos autos que indica a existência de uma ação, sem, contudo, especificar informações imprescindíveis, tais como credor, número do processo, entre outras que possibilitem a perfeita identificação do responsável pela inscrição e por sua manutenção. Ademais, conforme se constata da própria norma legal estampada no art. 782, §3º do CPC, a realização de inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes somente ocorrerá a pedido da parte, inexistindo a possibilidade de ação "ex officio". Deste modo, compete à parte reclamante adotar as medidas cabíveis a fim de alcançar junto ao órgão arquivista quem realizou a solicitação da inscrição para somente após poder deflagrar a competente ação, dada a insubsistência de elementos que autorizem a reclamada integrar o polo passivo da demanda. Tal situação tende a dar ensejo aos princípios norteadores dos Juizados Especiais Cíveis para o fim de não macular todo o trâmite processual, porquanto se assim seguir a demanda, ao final essa será a mesma decisão a ser prolatada futuramente. Daí que em face da parte reclamada aqui indicada não se colhe a sua pertinência subjetiva para compor a lide, especificamente no polo passivo. III – Posto isso, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Sem custas e sem honorários, por força do disposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95. Cancele-se a audiência designada. Publique-se. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Cuiabá, 21 de novembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018457-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA DA SILVA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1018457-19.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: ANA PAULA DA SILVA LIMA RECLAMADO(A): ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I- Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Determinada a intimação da parte para no prazo de 05 (cinco) dias emendar a inicial, colacionando documento indispensável à propositura da ação, acabou por extrapolar o prazo consignado deixando de promover a emenda determinada. III- Por tais argumentos é que INDEFIRO a petição inicial, o que faço com forte na norma do art. 321, parágrafo único do CPC e de consequência JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito com fulcro na norma do art. 485, inciso I do CPC. Intime-se. Preclusas as vias de impugnação, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018282-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TAIZIANE PATRICIA RODRIGUES DA SILVA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1018282-25.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: TAIZIANE PATRICIA RODRIGUES DA SILVA OLIVEIRA RECLAMADO(A): BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A I- Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Determinada a intimação da parte para no prazo de 05 (cinco) dias emendar a inicial, colacionando documento indispensável à propositura da ação, acabou por extrapolar o prazo consignado deixando de promover a emenda determinada. III- Por tais argumentos é que INDEFIRO a petição inicial, o que faço com forte na norma do art. 321, parágrafo único do CPC e de consequência JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito com fulcro na norma do art. 485, inciso I do CPC. Intime-se. Preclusas as vias de impugnação, arquive-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018723-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESCOLA VIDEIRA LTDA - ME (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHETERSON CALAZANS DO PRADO DUARTE OAB - MT16538-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSÉ MURILO DE SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1018723-06.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: ESCOLA VIDEIRA LTDA - ME RECLAMADO(A): JOSÉ MURILO DE SOUZA I- Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Determinada a intimação da parte para no prazo de 05 (cinco) dias emendar a inicial, colacionando documento indispensável à propositura da ação, acabou por extrapolar o prazo consignado deixando de promover a emenda determinada. III- Por tais argumentos é que INDEFIRO a petição inicial, o que faço com forte na norma do art. 321, parágrafo único do CPC e de consequência JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito com fulcro na norma do art. 485, inciso I do CPC. Intime-se. Preclusas as vias de impugnação, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004002-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VIVIANE LEMES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO REICHE OAB - MT18868-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ SENTENÇA Processo: 1004002-49.2019.8.11.0001. REQUERENTE: VIVIANE LEMES DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A I - RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95. Trata-se de demanda em que a parte Autora busca a revisão de faturas, com cujos valores nelas lançados não não concorda. É a suma do essencial. II - MOTIVAÇÃO 1. Os autos estão maduros para a prolação de sentença. Observado o rito estabelecido na Lei nº 9.099/95, não havendo vícios ou irregularidades a consertar. Homenageados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e de seu consectário, o contraditório. Concorrem, também, todos os pressupostos processuais para o desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim as condições para o legítimo exercício do direito de ação. Observo ainda que não se aplica preceito contido no art. 489 do CPC/2015 por afronta à norma do art. 38 da Lei 9.099/95, eis que suficientes à menção neste ato sentencial, dos elementos de convicção do juízo, o que vem corroborado pelo Enunciado 162 do FONAJE. 2. Questão que prefere às demais diz com a competência do Juizado Especial Cível para processar e

julgar a presente demanda. Conforme se evola dos autos, a matéria que se constitui como objeto da prova diz respeito a alegado faturamento em distonia com o real consumo autoral. A parte Autora alega que as faturas a partir de outubro/2018 passaram a apresentar valores que não condizem com seu faturamento, utilizando como base faturamento em outro imóvel. Consigna-se que impossível determinar, pelo histórico de consumo autoral, se as faturas realmente estão equivocadas, pois após a reclamante mudar de residência, constata-se que seu consumo passou a registrar aumento. Ademais, importante consignar que os imóveis não possuem a mesma estrutura e as mesas instalações elétrica, sendo que a idade das instalações contribuem para o aumento de consumo. Portanto, para a solução da lide exigirá a realização da prova pericial, porquanto nada obstante se possa, num olhar desprovido de técnica reconhecer que as faturas possuem valor elevado, impossível determinar se realmente correspondem ou não ao consumo autoral ou, até mesmo, determinar o real consumo do Autor. Nesse passo impõe render ensejo ao que dispõe o Enunciado 54 do Fonaje, cuja redação transcrevo: "A menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material.". Daí verifico a complexidade se antevê justamente pelo objeto da prova, que, in casu, alcançará a prova pericial, inafastável à entrega da prestação jurisdicional. III - DISPOSITIVO Assim é que importa dar aplicação à norma constante do art. 3º, caput, c/c art. 51, inciso II, ambos da Lei nº 9.099/95, de modo que, diante da complexidade inerente à causa, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito. Por pertinência, revogo a liminar deferida nos autos. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA à apreciação do Juiz de Direito do 4º Juizado Especial Cível de Cuiabá para fins de homologação, de acordo com o artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Cristiano Krindges Santos Juiz Leigo do 4º Juizado Especial Cível da Capital HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. CUIABÁ, 17 de novembro de 2019. JOÃO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018712-74.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESCOLA VIDEIRA LTDA - ME (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHETERSON CALAZANS DO PRADO DUARTE OAB - MT16538-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARYANA MARTINEZ PAIXAO SANDUBETE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1018712-74.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: ESCOLA VIDEIRA LTDA - ME RECLAMADO(A): MARYANA MARTINEZ PAIXAO SANDUBETE I- Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Determinada a intimação da parte para no prazo de 05 (cinco) dias emendar a inicial, colacionando documento indispensável à propositura da ação, acabou por extrapolar o prazo consignado deixando de promover a emenda determinada. III- Por tais argumentos é que INDEFIRO a petição inicial, o que faço com forte na norma do art. 321, parágrafo único do CPC e de consequência JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito com fulcro na norma do art. 485, inciso I do CPC. Intime-se. Preclusas as vias de impugnação, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014175-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IGOMAR ANTONIO DE LARA PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1014175-35.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: IGOMAR ANTONIO DE LARA PINTO RECLAMADO(A): BANCO BRADESCO S E N T E N Ç A I – RESUMO DOS FATOS RELEVANTES Dispensado o relatório (Lei nº 9.099/95, art. 38). Na presente reclamação, designada a sessão de conciliação, a parte Reclamante, embora regularmente intimada, deixou de comparecer à solenidade. É a suma do essencial. II – MOTIVAÇÃO O decreto de extinção é medida de rigor. De efeito, conforme constou do termo da audiência de conciliação, a parte Reclamante não se fez presente, conquanto regularmente intimada. A consequência é a extinção do processo. Com efeito, os preceitos contidos nos artigos 9º e 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, determinam que o processo deverá ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente à sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento. Nesse sentido é o teor da seguinte decisão: Ementa "NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, inc.I da Lei 9.099/95, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído." (TJDF – RJC 052/96 – DF – T.R.J.E. – Rel. Juíza Haydevalda Sampaio – Public.: 18.02.1997). Ademais, o Enunciado 20 do FONAJE, entende que o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. A respeito do tema, preleciona Demócrito Ramos Reinaldo Filho: "A lei exige que o autor compareça às audiências, pessoalmente. Por conseguinte, faltando o demandado a qualquer delas – a sessão de conciliação ou a audiência de instrução e julgamento –, sofre como conseqüência a extinção do processo, em sanção à sua contumácia, significando o abandono do processo. (Juizados Especiais Cíveis. Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. 2a ed., 1999, p. 215 – cremos que houve equívoco ao grafar "demandado", pois claramente o autor refere-se ao autor da demanda) III - DISPOSITIVO Posto isso, com fundamento no art. 51, I, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Em observância ao Enunciado 28-FONAJE, custas pela parte reclamante. Intimem-se. Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016874-96.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIELA TORRES KLABACHER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Mike Artur Ribeiro Vianna Quinto OAB - MT0013150A (ADVOGADO(A))
RAFAEL DALL AGNOL OAB - MT20898-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1016874-96.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: GABRIELA TORRES KLABACHER EXECUTADO(A): SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado, solvendo, deste modo, o litígio, com base no art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo anunciado por sentença, declarando extinto o processo com julgamento de mérito. Intimem-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014251-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO(A))
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ZULEILA DA SILVA BORGES (EXECUTADO)
Magistrado(s):

JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1014251-59.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: NELSON DA SILVA MARTINS JUNIOR 71053042191 EXECUTADO(A): ZULEILA DA SILVA BORGES SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado, solvendo, deste modo, o litígio, com base no art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo anunciado por sentença, declarando extinto o processo com julgamento de mérito. Intimem-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015268-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISRAY ARTHUR SANTOS ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ AUGUSTO MALHEIROS DE ABREU CAVALCANTI OAB - MT18806-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DECOLAR.COM LTDA (REQUERIDO)
AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A. AVIANCA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES OAB - SP0098709A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1015268-33.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: FRANCISRAY ARTHUR SANTOS ALVES EXECUTADO(A): DECOLAR.COM LTDA e outros SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado, solvendo, deste modo, o litígio, com base no art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo anunciado por sentença em relação à reclamada AEROVIAS DEL CONTINENTE AMERICANO S.A AVIANCA, declarando extinto o processo com julgamento de mérito. Proceda a secretaria do juízo com a exclusão da parte AVIANCA do polo passivo da demanda. Intimem-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1018112-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RIO CACHOERINHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE SOUSA ANDRADE OAB - MT16875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KARLA MARINHO DA SILVA ARAUJO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1018112-53.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: CONDOMINIO RIO CACHOERINHA EXECUTADO(A): KARLA MARINHO DA SILVA ARAUJO SENTENÇA Vistos, Dispensado o relatório (Lei 9.099/95, art. 38). As partes transigiram, conforme se verifica do acordo juntado, solvendo, deste modo, o litígio, com base no art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo anunciado por sentença, declarando extinto o processo com julgamento de mérito. Intimem-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017471-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOBSON OSCAR BOTTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO SILVA BOTTOS OAB - MT26063/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1017471-65.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: JOBSON OSCAR BOTTOS RECLAMADO(A): BANCO DO BRASIL SA I- Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Determinada a intimação da parte para no prazo de 05 (cinco) dias emendar a inicial, colacionando documento indispensável à propositura da ação, acabou por extrapolar o prazo consignado deixando de promover a emenda determinada. III- Por tais argumentos é que INDEFIRO a petição inicial, o que faço com forte na norma do art. 321, parágrafo único do CPC e de consequência JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito com fulcro na norma do art. 485, inciso I do CPC. Intime-se. Preclusas as vias de impugnação, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015957-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PRIMOR DAS TORRES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT13434-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOCRATES EUGENIO SANT ANNA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1015957-77.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: CONDOMINIO PRIMOR DAS TORRES RECLAMADO(A): SOCRATES EUGENIO SANT ANNA I- Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Determinada a intimação da parte para no prazo de 05 (cinco) dias emendar a inicial, colacionando documento indispensável à propositura da ação, acabou por extrapolar o prazo consignado deixando de promover a emenda determinada. III- Por tais argumentos é que INDEFIRO a petição inicial, o que faço com forte na norma do art. 321, parágrafo único do CPC e de consequência JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito com fulcro na norma do art. 485, inciso I do CPC. Intime-se. Preclusas as vias de impugnação, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015932-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PRIMOR DAS TORRES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT13434-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WHAGTON NUNES DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1015932-64.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: CONDOMINIO PRIMOR DAS TORRES RECLAMADO(A): WHAGTON NUNES DE SOUZA I- Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Determinada a intimação da parte para no prazo de 05 (cinco) dias emendar a inicial, colacionando documento indispensável à propositura da ação, acabou por extrapolar o prazo consignado deixando de promover a emenda determinada. III- Por tais argumentos é que INDEFIRO a petição inicial, o que faço com forte na norma do art. 321, parágrafo único do CPC e de consequência JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito com fulcro na norma do art. 485, inciso I do CPC. Intime-se. Preclusas as vias de impugnação, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007955-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRELINA GUIA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JOAO ALBERTO MENNA BARRETO DUARTE

PROCESSO: 1007955-21.2019.8.11.0001 RECLAMANTE: ANDRELINA GUIA DE ALMEIDA RECLAMADO(A): Banco OLÉ CONSIGNADO I- Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. II- Determinada a intimação da parte para no prazo de 05 (cinco) dias emendar a inicial, colacionando documento indispensável à propositura da ação, acabou por extrapolar o prazo consignado deixando de promover a emenda determinada. III- Por tais argumentos é que INDEFIRO a petição

inicial, o que faço com forte na norma do art. 321, parágrafo único do CPC e de consequência JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito com fulcro na norma do art. 485, inciso I do CPC. Intime-se. Preclusas as vias de impugnação, arquive-se. João Alberto Menna Barreto Duarte Juiz de Direito

Quinto Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020345-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANO SANTANA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA OAB - MT0023047A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020345-23.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FABIANO SANTANA DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020346-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KATIUSCIA DE ARRUDA SILVEIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DOMINGAS RONDON OAB - MT21853/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020346-08.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:KATIUSCIA DE ARRUDA SILVEIRA DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FERNANDA DOMINGAS RONDON POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020349-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
Oscar Candido da Silveira Filho (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Oscar Candido da Silveira Filho OAB - MT12024-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LENINE HONORIO DE MATOS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020349-60.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:Oscar Candido da Silveira Filho ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: OSCAR CANDIDO DA SILVEIRA FILHO POLO PASSIVO: LENINE HONORIO DE MATOS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020364-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GRAZIANE MARIA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020364-29.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GRAZIANE MARIA FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020367-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA BENEDITA DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO RICARDO DOS SANTOS OAB - MT14053-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020367-81.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA BENEDITA DE LIMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCELO RICARDO DOS SANTOS POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020386-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOVANIEZER CARVALHO FEITOZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020386-87.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOVANIEZER CARVALHO FEITOZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020403-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO RODRIGO DE JESUS NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO OAB - PR15263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS AVENIDA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020403-26.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:EDUARDO RODRIGO DE JESUS NUNES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO POLO PASSIVO: LOJAS AVENIDA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020407-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANAILZA FREIRE FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020407-63.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANAILZA FREIRE FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FELIPE ALBERTO ARCASA POLO PASSIVO: ENERGISA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019716-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO ALBERTO MICHELOTTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMANOUELLY DE SOUZA MORAES COSTA OAB - MT17018-O (ADVOGADO(A))
NAYARA MARTINS KUROYANAGI OAB - MT25019/O (ADVOGADO(A))
ISABELLY DE SOUZA MORAES COSTA OAB - MT25378/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JESUS SOARES DE SOUZA FILHO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019716-49.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:PAULO ALBERTO MICHELOTTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ISABELLY DE SOUZA MORAES COSTA, EMANOUELLY DE SOUZA MORAES COSTA, NAYARA MARTINS KUROYANAGI POLO PASSIVO: JESUS SOARES DE SOUZA FILHO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020425-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARINA ARRUDA TRINDADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020425-84.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARINA ARRUDA TRINDADE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCARD S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020428-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON FRANCISCO DE ARRUDA E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA OAB - MT18788/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020428-39.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:WANDERSON FRANCISCO DE ARRUDA E SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA POLO PASSIVO: CLARO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020469-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUSEMAR MARIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA OAB - MT0021129A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020469-06.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JUSEMAR MARIANO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020428-39.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON FRANCISCO DE ARRUDA E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA GRAZIELLI BEVILACQUA OAB - MT18788/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E S P A C H O Intime-se a parte Reclamante para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar o pedido, apresentando cópia do instrumento procuratório devidamente assinado, sob pena de extinção e consequente arquivamento do feito. Após, conclusos os autos para análise do pedido de evento id. 27283669. Intime-se. Cumpra-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020489-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEUDES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENYL FERREIRA BRITO CANDIDO OAB - MT24364-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BOA VISTA SERVICOS S.A. (REQUERIDO)
SP-SNE/NORDESTE - 14 3042-0056 (REQUERIDO)
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DA REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020489-94.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LEUDES DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RENYL FERREIRA BRITO

CANDIDO POLO PASSIVO: SP-SNE/NORDESTE - 14 3042-0056 e outros (2) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020491-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GENILZA OLIVEIRA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020491-64.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GENILZA OLIVEIRA CAMPOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020495-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KEILA CRISTINA DE ARRUDA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZAIR DE ARRUDA BOTELHO OAB - MT19242/O (ADVOGADO(A))
EVALDO MAGNO LEITE TEIXEIRA OAB - MT22378/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020495-04.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:KEILA CRISTINA DE ARRUDA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EVALDO MAGNO LEITE TEIXEIRA, IZAIR DE ARRUDA BOTELHO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 11:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006497-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WALDENILSON LUIS DE OLIVEIRA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1006497-66.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:WALDENILSON LUIS DE OLIVEIRA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ESTEVAO NOBRE QUIRINO POLO PASSIVO: OMNI FINANCEIRA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 10:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002583-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HILDENETE MONTEIRO FORTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO MONTEIRO DE ARRUDA FORTES OAB - MT16282/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO Audiência de conciliação designada para o dia: 02/10/2019 Hora: 11:30 , a ser realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL sito na Rua Tenente Alcides Duarte de Souza n. 275, Bairro Duque de Caxias I (Lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM)

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005872-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
G. F. LEMOS - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO OAB - MT25726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEIVID PEREIRA SANTOS (EXECUTADO)
SOLANGE GONCALVES SANTOS (EXECUTADO)

PROCESSO n. 1005872-32.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:G. F. LEMOS - ME ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO POLO PASSIVO: DEIVID PEREIRA SANTOS e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018070-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA SONZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANA SCORPIONI GONCALVES OAB - MT7636/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPAGNIE NATIONALE ROYALAIR MAROC (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1018070-04.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VANIA SONZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIANA SCORPIONI GONCALVES POLO PASSIVO: COMPAGNIE NATIONALE ROYALAIR MAROC FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017000-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EVA VILMA DO ESPIRITO SANTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLLEY SILVA DE ARAUJO OAB - MT23215/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1017000-49.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EVA VILMA DO ESPIRITO SANTO REQUERIDO: ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A Vistos etc. Verifico que a parte autora não cumpriu o determinado no ID 26376533. Diante disso, intime-se a parte autora, para que em, 48 (quarenta e oito) horas, apresente cópia integral extrato do serasa "retirado do balcão", sob pena de indeferimento do pedido de tutela de urgência. Intime-se. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012149-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DJESSICA LUANA MISSIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE PELLIZZONI VERAS GADELHA OAB - MT18545/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LATAM AIRLINES GROUP S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

PROCESSO n. 1012149-64.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:DJESSICA LUANA MISSIO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANDRE PELLIZZONI VERAS GADELHA POLO PASSIVO: LATAM AIRLINES GROUP S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 11:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012701-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON DE JESUS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1012701-29.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.055,44 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: CLEITON DE JESUS SOUZA Endereço: AVENIDA AGRÍCOLA PAES DE BARROS, 2494, JARDIM SANTA ISABEL, CUIABÁ - MT - CEP: 78035-160 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: NÚCLEO CIDADE DE DEUS, 21500, 4 andar do Prédio Azul - BL4230, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 Senhor(a): CLEITON DE JESUS SOUZA A presente carta, referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 11:30 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012701-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON DE JESUS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1012701-29.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 15.055,44 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: CLEITON DE JESUS SOUZA Endereço: AVENIDA AGRÍCOLA PAES DE BARROS, 2494, JARDIM SANTA ISABEL, CUIABÁ - MT - CEP: 78035-160 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: NÚCLEO CIDADE DE DEUS, 21500, 4 andar do Prédio Azul - BL4230, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 Senhor(a): REQUERIDO: BANCO BRADESCO A presente carta, referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo passivo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 11:30 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. Nessa audiência as partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e

portando documentos pessoais. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020515-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON SOUZA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020515-92.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANDERSON SOUZA CAMPOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008890-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TOQUE 18 COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KAMILA MICHIKO TEISCHMANN OAB - MT16962-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WELLINGTON ROBERTH BONIFACIO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA PROCESSO n. 1008890-61.2019.8.11.0001 Valor da causa: R$ 1.659,67 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: TOQUE 18 COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA - ME Endereço: RUA BARÃO DE MELGAÇO, 2754, Sala 507, CENTRO SUL, CUIABÁ - MT - CEP: 78020-800 POLO PASSIVO: Nome: WELLINGTON ROBERTH BONIFACIO Endereço: AVENIDA SENADOR FILINTO MÜLLER, 1900, - DE 603/604 A 1143/1144, DUQUE DE CAXIAS II, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-400 Senhor(a): TOQUE 18 COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA - ME A presente carta, referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 14:00 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006439-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DE SANDRO NERY FERREIRA OAB - MT5768-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JEAN CARLOS PEREIRA JUNIOR (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1006439-63.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ALEXANDRE DE SANDRO NERY FERREIRA POLO PASSIVO: JEAN CARLOS PEREIRA JUNIOR FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 14:20 Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 17/10/2019 Hora: 14:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013542-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARINICE DUARTE RIBEIRO (REQUERENTE)
ALESSANDRA CRISTINA RIBEIRO DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIAN COELHO CANO OAB - MT11856/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1013542-24.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALESSANDRA CRISTINA RIBEIRO DE AMORIM e outros ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CRISTIAN COELHO CANO POLO PASSIVO: AVIANCA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013542-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARINICE DUARTE RIBEIRO (REQUERENTE)
ALESSANDRA CRISTINA RIBEIRO DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIAN COELHO CANO OAB - MT11856/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1013542-24.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALESSANDRA CRISTINA RIBEIRO DE AMORIM e outros ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CRISTIAN COELHO CANO POLO PASSIVO: AVIANCA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020531-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SANTINO AMARILDO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020531-46.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SANTINO AMARILDO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020535-83.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE GONCALO PEREIRA DE BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSEIAS LUIZ FERREIRA OAB - MT12860-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IMPORTADORA E EXPORTADORA JARDIM CUIABA LTDA - ME (REQUERIDO)
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020535-83.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOSE GONCALO PEREIRA DE BARROS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: OSEIAS LUIZ FERREIRA POLO PASSIVO: IMPORTADORA E EXPORTADORA JARDIM CUIABA LTDA - ME e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 5ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 14:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020346-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KATIUSCIA DE ARRUDA SILVEIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DOMINGAS RONDON OAB - MT21853/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ajuizada por KATIUSCIA DE ARRUDA SILVEIRA DE OLIVEIRA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. O instituto da tutela antecipada possui fundamento constitucional, porquanto decorre do direito fundamental à tutela efetiva (art. 5.º, inc. XXXV, da CF/88), sendo certo que o direito fundamental consagrado no aludido dispositivo garante ao jurisdicionado não apenas o direito formal de propor a ação, mas também assegura o direito a uma tutela adequada e efetiva. Para o deferimento da tutela antecipada exige-se à existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC). Isto posto, com amparo no artigo 300 e seus parágrafos do Código de Processo Civil, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, determinando a intimação da Reclamada para RESTABELECER o fornecimento de energia elétrica na Unidade Consumidora da autora, bem como abster-se de inserir o nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito, concernente apenas aos débitos discutidos nos autos, no prazo de 24 horas, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento da decisão. Por outro lado, constato que o fato narrado na petição inicial deriva de relação de consumo, sendo direito do consumidor, entre outros, “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência” (CDC, Lei nº 8.078, de 11.09.1990, art. 6º, inc. VIII). Assim, nos termos do dispositivo legal acima apontado, c/c art. 373, inc. II, do C.P.C., inverto o ônus da prova em favor do Reclamante, devendo a Reclamada apresentar prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da direito do mesma. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação, já designada nos autos. Cite-se a Reclamada do inteiro teor do pedido inicial e intime-a da audiência, com advertência de que o não comparecimento implicará em confissão e revelia (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Intime-se o Reclamante, cientificando-o de que a ausência injustificada na audiência ensejará a extinção do processo e condenação nas custas processuais (art. 51, inciso I, parágrafo 2º da Lei nº 9.099/95). Expeça-se o necessário. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se EM REGIME DE PLANTÃO. Juiz Adauto dos Santos Reis

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020295-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AMAURY HENRIQUE SANTOS E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULOSALEM PEREIRA GONCALVES OAB - MT18220-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Diante da presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, defiro o pedido da parte reclamante e determino que a parte reclamada providencie, no prazo de 5

(cinco) dias, a exclusão do nome da parte autora dos bancos de dados cadastrais (SCPC, SPC e SERASA), concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento da liminar. Intimem-se as partes para comparecer na audiência de conciliação já designada. Cumpra-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020403-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO RODRIGO DE JESUS NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO OAB - PR15263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS AVENIDA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Indefiro o pedido de exclusão do nome da parte reclamante dos cadastros de Órgãos de Proteção ao Crédito, tendo em vista que a parte Reclamante possui outro apontamento nos órgãos de proteção ao crédito. Intimem-se as partes para comparecer na audiência de conciliação já designada. Cumpra-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020407-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANAILZA FREIRE FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS c/c PEDIDO DE LIMINAR ajuizada por ANAILZA FREIRE FERREIRA em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. O instituto da tutela antecipada possui fundamento constitucional, porquanto decorre do direito fundamental à tutela efetiva (art. 5.º, inc. XXXV, da CF/88), sendo certo que o direito fundamental consagrado no aludido dispositivo garante ao jurisdicionado não apenas o direito formal de propor a ação, mas também assegura o direito a uma tutela adequada e efetiva. Para o deferimento da tutela antecipada exige-se à existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, caput, do CPC). Isto posto, com amparo no artigo 300 e seus parágrafos do Código de Processo Civil, DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, determinando a intimação da Reclamada para RESTABELECER o fornecimento de energia elétrica, bem como abster-se de inserir o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, concernente apenas aos débitos discutidos nos autos, no prazo de 24 horas, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento da decisão. Outrossim, o pedido de vistoria será analisado em momento oportuno. Por outro lado, constato que o fato narrado na petição inicial deriva de relação de consumo, sendo direito do consumidor, entre outros, “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência” (CDC, Lei nº 8.078, de 11.09.1990, art. 6º, inc. VIII). Assim, nos termos do dispositivo legal acima apontado, c/c art. 373, inc. II, do C.P.C., inverto o ônus da prova em favor do Reclamante, devendo a Reclamada apresentar prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da direito do mesma. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação, já designada nos autos. Cite-se a Reclamada do inteiro teor do pedido inicial e intime-a da audiência, com advertência de que o não comparecimento implicará em confissão e revelia (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Intime-se o Reclamante, cientificando-o de que a ausência injustificada na audiência ensejará a extinção do processo e condenação nas custas processuais (art. 51, inciso I, parágrafo 2º da Lei nº 9.099/95). Expeça-se o necessário. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se EM REGIME DE PLANTÃO. Juiz Adauto dos Santos Reis

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020219-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEBORA JESSICA DE SOUZA LINO ZORRILHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NIVALDO CAREAGA OAB - MT6713-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020219-70.2019.8.11.0001. REQUERENTE: DEBORA JESSICA DE SOUZA LINO ZORRILHA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Cuida-se de pedido liminar formulado por DEBORA JÉSSICA DE SOUZA LINO ZORRILHA na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que inexiste o débito apontado pela reclamada ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, registrado no rol de inadimplentes. O pleito merece acolhimento. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos, sustenta a parte que o débito é inexistente eis que promoveu o pagamento da fatura (vencida em 11/11/2019) em 04/12/2019 e seus dados foram incluídos nos cadastros de proteção ao crédito em 06/12/2019. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não seria jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, poderia lhe causar algum embaraço nesse transcurso, de modo que entendo razoável a concessão liminar com fulcro na norma do art. 297 do CPC. Vale acrescentar que não se há de cogitar de irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual, até porque poderá a parte na hipótese de existir créditos, buscar a sua satisfação pelos meios legais. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da parte autora dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela parte ré. Intime-se a parte ré para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte autora, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada audiência de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se por mandado pelo oficial de justiça. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1020134-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS GUSTAVO SILVA DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO LUIS OLIVEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT13374-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020134-84.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUIS GUSTAVO SILVA DE ANDRADE REQUERIDO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO Vistos etc. Cuida-se de pedido liminar formulado por LUÍS GUSTAVO SILVA DE ANDRADE na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que inexiste o débito apontado pela reclamada SICOOB INTEGRAÇÃO registrado no rol de inadimplentes. O pleito merece acolhimento. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos,

sustenta a parte que o débito é inexistente, eis que após algumas negociações realizadas com a reclamada, foram realizados depósitos que levariam à quitação do débito. Importa ainda considerar que não há muito a ser provado pela reclamante no caso em apreço, uma vez que, ao asseverar fato negativo, impossível se apresenta trazer aos autos maiores indícios de prova, senão a demonstração da inscrição e os depósitos efetuados em conta, o que resta documentado nos autos. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não seria coerente determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, poderia lhe causar embaraço nesse transcurso, de modo que entendo razoável a concessão liminar com fulcro no art. 297 do CPC. Vale acrescentar que não se há de cogitar de irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual, até porque poderá a parte na hipótese de existir créditos, buscar a sua satisfação pelos meios legais. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da parte reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela reclamada. Intime-se a reclamada para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte reclamante, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se por mandado pelo oficial de justiça. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1020134-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS GUSTAVO SILVA DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO LUIS OLIVEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT13374-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020134-84.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUIS GUSTAVO SILVA DE ANDRADE REQUERIDO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO UNIAO E NEGOCIOS - SICOOB INTEGRACAO Vistos etc. Cuida-se de pedido liminar formulado por LUÍS GUSTAVO SILVA DE ANDRADE na qual pretende ter seu nome excluído dos cadastros de proteção ao crédito sob o argumento de que inexiste o débito apontado pela reclamada SICOOB INTEGRAÇÃO registrado no rol de inadimplentes. O pleito merece acolhimento. Com efeito, para a concessão da tutela de urgência se faz imprescindível à presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e, cumulativamente, que haja perigo de dano. Conforme se evola dos autos, sustenta a parte que o débito é inexistente, eis que após algumas negociações realizadas com a reclamada, foram realizados depósitos que levariam à quitação do débito. Importa ainda considerar que não há muito a ser provado pela reclamante no caso em apreço, uma vez que, ao asseverar fato negativo, impossível se apresenta trazer aos autos maiores indícios de prova, senão a demonstração da inscrição e os depósitos efetuados em conta, o que resta documentado nos autos. O perigo de dano resta apontado pelos prejuízos que experimentará na hipótese de permanência da anotação que decorre em seu detrimento. Não seria coerente determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda que por mais célere que possa ser, poderia lhe causar embaraço nesse transcurso, de modo que entendo razoável a concessão liminar com fulcro no art. 297 do CPC. Vale acrescentar que não se há de cogitar de irreversibilidade do provimento, porquanto poderá ele ser modificado no curso ou ao final da demanda sem que isso implique em impossibilidade de retornar ao status atual, até porque poderá a parte na hipótese de existir créditos, buscar a sua satisfação pelos meios legais. Posto isso, DEFIRO a liminar vindicada para o fim de DETERMINAR a exclusão do nome da parte reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, no que diz com o débito apontado pela reclamada. Intime-se a reclamada para que promova a exclusão da anotação lançada em desfavor da parte reclamante, para o que anoto o prazo de 05 (cinco) dias. Fixo, desde já, para a hipótese de descumprimento da medida multa no importe de R$3.000,00 (três mil reais). Já designada sessão de conciliação, cite-se. Intime-se. Cumpra-se por mandado pelo oficial de justiça. JORGE ALEXANDRE MARTINS FERREIRA JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020495-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KEILA CRISTINA DE ARRUDA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZAIR DE ARRUDA BOTELHO OAB - MT19242/O (ADVOGADO(A))
EVALDO MAGNO LEITE TEIXEIRA OAB - MT22378/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADAUTO DOS SANTOS REIS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ D E C I S Ã O Diante da presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, defiro o pedido da parte reclamante e determino que a parte reclamada providencie, no prazo de 5 (cinco) dias, a exclusão do nome da parte autora dos bancos de dados cadastrais (SCPC, SPC e SERASA), concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento da liminar. No mais, defiro o pedido para a parte autora depositar em Cartório o DVD-ROM informado na inicial. Intimem-se as partes para comparecer na audiência de conciliação já designada. Cumpra-se. Juiz Adauto dos Santos Reis

Sexto Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020347-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERICA REGINA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO GONCALVES DE PINHO OAB - MT23878/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020347-90.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ERICA REGINA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO GONCALVES DE PINHO POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 14:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020389-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HERLON DJALMA BARROS ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTACILIO PERON OAB - MT3684-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUELI DE OLIVEIRA PRETE (REQUERIDO)
RAFAEL DE OLIVEIRA PRETE (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020389-42.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:HERLON DJALMA BARROS ANDRADE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: OTACILIO PERON POLO PASSIVO: RAFAEL DE OLIVEIRA PRETE e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a)

Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008414-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAIANE GOMES PEIXOTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação, Sala: 6ª JEC Data: 31/10/2019 Hora: 09:10 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004339-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANA ANTONIA DE AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca do embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias . OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007761-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONINA APARECIDA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca do embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias . OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007761-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONINA APARECIDA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca do embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias . OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020406-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO JESUS NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO OAB - PR15263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020406-78.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LEONARDO JESUS NUNES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO POLO PASSIVO: CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005205-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUANA PAZ RIBEIRO DE MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca do embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias . OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002398-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELLA GUIMARAES OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARESSA DE OLIVEIRA VOGADO TAVARES OAB - MT26941/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal.. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1008944-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ENAIRDES MORAES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a

intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal.. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019071-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOAQUIM FERREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAM BARBOSA DE MOURA OAB - MT0011440A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Em atenta análise dos autos verifico que o endereçamento da peça inicial foi direcionado ao Juizado Especial Cível de Várzea Gande. Assim, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito, em favor daquela Comarca, DETERMINANDO a redistribuição deste feito a um dos Juizados da Comarca de Várzea Grande-MT. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016537-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN ROBERT SIQUEIRA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIER SEBASTIAO DA SILVA OAB - MT4034/O (ADVOGADO(A))
PAULO JOSE LOPES DE OLIVEIRA OAB - MT21515-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Tendo em vista as alegações apresentadas, INTIME-SE a reclamada para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar sumariamente os requisitos de aprovação que a parte autora não atingiu, impedindo, consequentemente, a entrega ao reclamante do diploma de graduação do curso de Engenharia Civil em sede de tutela provisória. Após, retornem os autos imediatamente conclusos. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016537-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN ROBERT SIQUEIRA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIER SEBASTIAO DA SILVA OAB - MT4034/O (ADVOGADO(A))
PAULO JOSE LOPES DE OLIVEIRA OAB - MT21515-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Tendo em vista as alegações apresentadas, INTIME-SE a reclamada para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar sumariamente os requisitos de aprovação que a parte autora não atingiu, impedindo, consequentemente, a entrega ao reclamante do diploma de graduação do curso de Engenharia Civil em sede de tutela provisória. Após, retornem os autos imediatamente conclusos. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007048-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DEMIS MEIRA SILVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON RODRIGO DE ARRUDA COSTA OAB - MT21550-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal.. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019805-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA HEDMARA DO AMARAL PINTO FRANCA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CBSS S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Em atenta análise dos autos verifico que o endereçamento da peça inicial foi direcionado ao Juizado Especial Cível da Comarca de Várzea Grande - MT. Assim, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito, em favor daquela Comarca, DETERMINANDO a redistribuição deste feito a um dos Juizados da Comarca de Várzea Grande-MT. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019805-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA HEDMARA DO AMARAL PINTO FRANCA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CBSS S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Em atenta análise dos autos verifico que o endereçamento da peça inicial foi direcionado ao Juizado Especial Cível da Comarca de Várzea Grande - MT. Assim, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito, em favor daquela Comarca, DETERMINANDO a redistribuição deste feito a um dos Juizados da Comarca de Várzea Grande-MT. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1010689-42.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. DA SILVA - ENSINO SUPERIOR - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO GARGAGLIONE LEITE DA SILVA OAB - MT18229-O (ADVOGADO(A))
GUILHERME ROBERTO GOMES COSTA OAB - MT27389/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KAMILA BARROS BONFIM (EXECUTADO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010021-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIO SILVA PEREIRA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVOILSON FERREIRA MAIA OAB - MT18522-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal.. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006658-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEYTON VINICIUS GOMES RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENILSON NASSARDEN PAIVA JUNIOR OAB - MT19132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal.. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020408-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GUTEMBERG LEITE PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020408-48.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GUTEMBERG LEITE PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FELIPE ALBERTO ARCASA POLO PASSIVO: ENERGISA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019732-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA PEREIRA DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAGANHA DE LIMA OAB - MT17538-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019732-03.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MARIA APARECIDA PEREIRA DE ARAUJO REQUERIDO: VIVO S.A. Da análise dos documentos juntados aos autos, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada, previsto no artigo 300 do Código de Processo Civil. Pugna o Promovente pela concessão de liminar para que o seu nome seja retirado dos bancos de dados cadastrais dos órgãos de restrição ao crédito. Notadamente no caso dos autos, onde verifico, conforme extrato de protocolo nº 002.199.001.023-2, expedido pelo SPC BRASIL, por meio do convênio entre o CDL – Cuiabá, onde demonstra que possui outras anotações positiva em seu nome. Assim, entendo que está ausente um dos pressupostos autorizadores da concessão da tutela acautelatória, qual seja, o periculum in mora. Posto isso, INDEFIRO a LIMINAR pretendida. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005044-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA FARIA DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT8548-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTERBELLE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO OAB - MT15104-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal.. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020415-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANE CAMILA LARA JANUARIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CONCEICAO FABIANE DA SILVA OAB - MT26259/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020415-40.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TATIANE CAMILA LARA JANUARIO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CONCEICAO FABIANE DA SILVA POLO PASSIVO: TIM CELULAR S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 30/01/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020417-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN DA SILVA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020417-10.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JEAN DA SILVA OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 06/02/2020 Hora: 15:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020418-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANE CAMILA LARA JANUARIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CONCEICAO FABIANE DA SILVA OAB - MT26259/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020418-92.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TATIANE CAMILA LARA JANUARIO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CONCEICAO FABIANE DA SILVA POLO PASSIVO: TIM CELULAR S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008219-38.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISLENE FRANCA FORTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLODOALDO ESTEVAO FERRAZ OAB - MT8501-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACQUES ANTUNES SOARES OAB - RS75751 (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal.. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020421-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SIDNEY RIBEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020421-47.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SIDNEY RIBEIRO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020432-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO CORREIA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020432-76.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LEONARDO CORREIA DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: AVON COSMÉTICOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020433-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CRISTINA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020433-61.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANA CRISTINA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1037285-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SF EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANIA MARIA CARVALHO OAB - MT7931-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1037285-40.2019.8.11.0041. REQUERENTE: SF EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA - ME REQUERIDO: ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA Designe-se data para realização de audiência de conciliação. Cite-se a reclamada para nela comparecer. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1054676-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZAQUEO DOS SANTOS OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDA DE CASTRO MARTINS OAB - MT7453-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JESUS CANDIDO (REQUERIDO)
ROSEMEIRE RODRIGUES BATISTA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DESPACHO Processo: 1054676-08.2019.8.11.0041. REQUERENTE: ZAQUEO DOS SANTOS OLIVEIRA REQUERIDO: ROSEMEIRE RODRIGUES BATISTA, JESUS CANDIDO Cite-se a parte devedora, via Aviso de Recebimento, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito descrito na petição inicial. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intime-se a parte devedora para nela comparecer, advertindo-a da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Inocorrendo pagamento e não havendo indicação de bens à penhora nos autos, voltem conclusos para a penhora online. A devedora não sendo encontrada, intime-se o credor para promover a indicação do necessário, no prazo de 05 (cinco) dias. Inexistindo manifestação no prazo assinalado, conclusos para extinção (art. 53, §4° da Lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011291-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EULISIO PIRES LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DAYCOVAL S/A (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Vistos. Trata-se de ação formada entre as partes acima indicadas. Defiro o pedido de redesignação da audiência, formulado pela parte reclamante (id 26379717), levando-se em consideração a justificativa apresentada. Portanto, determino à Secretaria da Vara que redesigne a aludida audiência conforme a disponibilidade de pauta. Intimem-se as partes para comparecer ao ato conciliatório. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020466-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUSEMAR MARIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA OAB - MT0021129A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020466-51.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JUSEMAR MARIANO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020467-36.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STEFFANY SILVA DE MELLO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020467-36.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:STEFFANY SILVA DE MELLO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR POLO PASSIVO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 16:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020476-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA SARAIVA ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-O (ADVOGADO(A))
KARINA CAVALCANTE ROCHA OAB - MT22336/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020476-95.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUZIA SARAIVA ROCHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KARINA CAVALCANTE ROCHA, MELQUISEDEC JOSE ROLDAO POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020478-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA LEQUE PINHEIRO DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM LISBOA NETO OAB - MT10557-O (ADVOGADO(A))
LEIDIANE COSTA DA SILVA LISBOA OAB - MT9250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020478-65.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANA PAULA LEQUE PINHEIRO DE SIQUEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOAQUIM LISBOA NETO, LEIDIANE COSTA DA SILVA LISBOA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Ato Ordinatório Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002323-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ELIZABETH MILANEZI DE PAULA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO JOVENTINO COELHO OAB - MT5950-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso interposto id 26724653, bem como seu preparo, encontra-se dentro do prazo legal. Procedo à intimação da parte recorrida para apresentar as contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, §2.º da lei 9099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020484-72.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA DITADI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BOA VISTA SERVICOS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020484-72.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LUZIA DITADI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILTON JONES AMORIM VIEIRA POLO PASSIVO: BOA VISTA SERVICOS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020496-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FAVIANA ALCANGELA DE BOMDESPACHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020496-86.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FAVIANA ALCANGELA DE BOMDESPACHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008746-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO CELESTINO DAS NEVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para, se manifestar acerca do recurso interposto no prazo de 10 dias . OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007989-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ANGELITA LOPES DAS CHAGAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILIA GABRIELA DE SOUZA CHAVES OAB - MT24380/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Certifico que os embargos de declaração, acostados encontra-se dentro do prazo legal, de acordo com o disposto no art. 49 da Lei nº 9.099/95. Procedo à intimação da parte embargada para se manifestar expressamente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020507-18.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EMANUEL TORRES FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMANUEL TORRES FRANCA OAB - MT19110/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020507-18.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:EMANUEL TORRES FRANCA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EMANUEL TORRES FRANCA POLO PASSIVO: CLARO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008233-22.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MASCIMIANA MARIA DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca dos embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006027-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDECY NUNES PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca dos embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006606-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO FERNANDES LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca dos embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011291-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EULISIO PIRES LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO JOSE SIQUEIRA DA SILVA OAB - MT0021410A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DAYCOVAL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:40 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019959-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO MENDONCA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLEICE VILALVA DE MAGALHAES OAB - MT21136/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para

comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:30 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004488-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VITOR MARTINS SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466/O (ADVOGADO(A))
UBENIS PEREIRA JARA OAB - MT15967-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005392-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO RODRIGUES BRANDAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca dos embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005430-66.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca dos embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1054676-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZAQUEO DOS SANTOS OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDA DE CASTRO MARTINS OAB - MT7453-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JESUS CANDIDO (REQUERIDO)
ROSEMEIRE RODRIGUES BATISTA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014267-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICK ROBERTO SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO AUGUSTO ANTUNES MACIEL OAB - MT16393 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 17:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003879-51.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
Ceres Bilate Baracat (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ceres Bilate Baracat OAB - MT12869-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS AMERICANAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA para, se manifestar acerca do embargos de declaração, expressamente no prazo de 5 dias . OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020095-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA CRISTINA NEVES DE BRITO SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAXWELL LATORRACA DELGADO OAB - MT24870-O (ADVOGADO(A))
KEYTHISON MARCELO DE ARRUDA FARIA OAB - MT18107-O (ADVOGADO(A))
HUDSON FIGUEIREDO SERROU BARBOSA OAB - MT11370-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: PAUTA CONCENTRADA Data: 30/01/2020 Hora: 16:15 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005871-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIA CHRISTINE CORBELINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENEDITO FERREIRA PAES SOBRINHO OAB - MT21892/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT16227-O (ADVOGADO(A))
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O

(ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005871-47.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FABIA CHRISTINE CORBELINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENEDITO FERREIRA PAES SOBRINHO OAB - MT21892/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT16227-O (ADVOGADO(A))
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE para, se manifestar acerca do recurso interposto, procedo a intimação para apresentar contrarrazões dentro do prazo legal. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020530-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA VIEIRA SOUSA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FERNANDES TEIXEIRA OAB - MT36891-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020530-61.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FRANCISCA VIEIRA SOUSA GOMES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DANIEL FERNANDES TEIXEIRA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 04/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020551-37.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON DOS SANTOS RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020551-37.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:CLEITON DOS SANTOS RIBEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: ENERGISA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020553-07.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEILA RODRIGUES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
marinice de fátima da cruz OAB - MT13366-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA (REQUERIDO)
RIQUENA NETO AR CONDICIONADO LTDA (REQUERIDO)
QUALITEC CLIMATIZACAO LTDA - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020553-07.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LEILA RODRIGUES DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARINICE DE FÁTIMA DA CRUZ POLO PASSIVO: RIQUENA NETO AR CONDICIONADO LTDA e outros (2) FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 6ª JEC Data: 12/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 393, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016329-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MIGUEL PERES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA LETICIA LIMA DE MATOS OAB - MT26387/O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: 6ª JEC Data: 12/12/2019 Hora: 11:20 . *OBS. As audiências de conciliação do 6 º Juizado serão realizadas no CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL, sito à Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada – BIM.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016795-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LIBERATO RODRIGUES DE MORAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELE LACERDA GENNARI GOMES DA SILVA OAB - MT5901-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1016795-20.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LIBERATO RODRIGUES DE MORAIS REQUERIDO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA DECISÃO Vistos Trata-se de Ação de Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais formado pelas partes acima indicadas. O autor alega que constatou o desconto no valor de R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) em seu holerite. Sustenta que a cobrança se trata de suposto empréstimo na quantia de R$ 11.778,32, porém assegura que não realizou contrato com a instituição financeira. Requer, em liminar, a suspensão dos descontos. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Inicialmente, recebo à emenda da exordial. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, visto que negou a existência de relação jurídica com a instituição financeira, restando evidente que se trata de prova negativa, sendo incabível atribuir ao demandante o ônus de provar a irregularidade da cobrança. O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação também foi demonstrado, visto que prejudica financeiramente a parte. Registro que a concessão do pedido não causa

qualquer prejuízo ao requerido por não excluir o suposto crédito. Assim, a concessão do pleito é medida que impõe. Nesse sentido: ESTADO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1002755-36.2019.8.11.0000 AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA - DEFERIDA PELO JUÍZO SINGULAR - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - ADEQUAÇÃO - FIXADA MULTA DIÁRIA PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO - REDUÇÃO DO VALOR E LIMITAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SOB PENA DE RETIRAR O CARÁTER COERCITIVO - RECURSO DESPROVIDO.É de se manter a decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, na medida em que analisou devidamente a presença dos requisitos autorizadores para sua concessão. Mostra-se pertinente manter a imposição da multa diária, fixada em valor e prazo razoável, a fim de trazer efetividade à obrigação de exclusão do nome do autor dos órgãos de restrição ao crédito, sobretudo ao se considerar que é faculdade do Magistrado a aplicação de medidas coercitivas em caso de descumprimento de ordem judicial. (N.U 1002755-36.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, GUIOMAR TEODORO BORGES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 12/06/2019, Publicado no DJE 17/06/2019). (Grifei) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA para determinar a suspensão da cobrança do valor mensal de R$ R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), relativo ao contrato, objeto da lide, até ulterior decisão. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para o caso de descumprimento. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o demandado juntar o contrato celebrado entre as partes, que originou o crédito. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016795-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LIBERATO RODRIGUES DE MORAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELE LACERDA GENNARI GOMES DA SILVA OAB - MT5901-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1016795-20.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LIBERATO RODRIGUES DE MORAIS REQUERIDO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA DECISÃO Vistos Trata-se de Ação de Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais formado pelas partes acima indicadas. O autor alega que constatou o desconto no valor de R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) em seu holerite. Sustenta que a cobrança se trata de suposto empréstimo na quantia de R$ 11.778,32, porém assegura que não realizou contrato com a instituição financeira. Requer, em liminar, a suspensão dos descontos. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Inicialmente, recebo à emenda da exordial. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, visto que negou a existência de relação jurídica com a instituição financeira, restando evidente que se trata de prova negativa, sendo incabível atribuir ao demandante o ônus de provar a irregularidade da cobrança. O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação também foi demonstrado, visto que prejudica financeiramente a parte. Registro que a concessão do pedido não causa qualquer prejuízo ao requerido por não excluir o suposto crédito. Assim, a concessão do pleito é medida que impõe. Nesse sentido: ESTADO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1002755-36.2019.8.11.0000 AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA - DEFERIDA PELO JUÍZO SINGULAR - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - ADEQUAÇÃO - FIXADA MULTA DIÁRIA PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO - REDUÇÃO DO VALOR E LIMITAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SOB PENA DE RETIRAR O CARÁTER COERCITIVO - RECURSO DESPROVIDO.É de se manter a decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, na medida em que analisou devidamente a presença dos requisitos autorizadores para sua concessão. Mostra-se pertinente manter a imposição da multa diária, fixada em valor e prazo razoável, a fim de trazer efetividade à obrigação de exclusão do nome do autor dos órgãos de restrição ao crédito, sobretudo ao se considerar que é faculdade do Magistrado a aplicação de medidas coercitivas em caso de descumprimento de ordem judicial. (N.U 1002755-36.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, GUIOMAR TEODORO BORGES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 12/06/2019, Publicado no DJE 17/06/2019). (Grifei) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA para determinar a suspensão da cobrança do valor mensal de R$ R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), relativo ao contrato, objeto da lide, até ulterior decisão. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para o caso de descumprimento. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o demandado juntar o contrato celebrado entre as partes, que originou o crédito. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018131-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO ALBERT DA SILVA LEVENTI (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1018131-59.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FERNANDO ALBERT DA SILVA LEVENTI REQUERIDO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A Trata- se de pedido de reconsideração para que seja concedida a antecipação de tutela. Registro, todavia, que as insurgências apontadas pela requerente não alteram o contexto processual e as informações contidas nos documentos no id.26859671. Logo, mantenho a decisão encartada no id.26467002 pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. Isto posto, indefiro o pedido de reconsideração. Aguarde-se o prazo para a realização da audiência. Após, retornem os autos conclusos. Intimem-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO JUIZ DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019918-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACYRA VRECH COELHO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TARCIZIO CARLOS SIQUEIRA DE CAMARGO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019918-26.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JACYRA VRECH COELHO REQUERIDO: TARCIZIO CARLOS SIQUEIRA DE CAMARGO Analisando atentamente o processo, verifico a ocorrência de conexão. Trata- se de Embargos de Terceiros, distribuído por dependência ao processo 0028919-33.2011.811.0001 . Posto isso, conforme diz o Art. 286 do CPC: Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: I - quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada; Neste caso, se relaciona a causa da presente ação com outra dantes já submetida à distribuição, sob o nº. 0028919-33.2011.811.0001, em tramite perante o 2º Juizado Especial. Ao juiz, então, de ofício ou a requerimento do interessado, cumpre corrigir o erro ou a falta de distribuição, compensando-a (Art. 288, NCPC). Ante ao exposto, com as devidas compensações, proceda-se a REDISTRIBUIÇÃO do processo ao Segundo Juizado Especial Cível. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019841-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON ARRUDA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS STELLATO CALIXTO DOS SANTOS ANDRADE OAB - MT14979-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Constatada a veracidade da informação documental trazida pelo reclamante, por meio da consulta realizada junto ao site do SPC BRASIL, protocolo nº 002.199.910.249-11, recebo o pedido de liminar. Assim, da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual DEFIRO, a liminar pretendida para determinar a exclusão do nome do promovente dos bancos de dados cadastrais (SPC, SERASA e SCPC), no prazo de 10 (dez) dias, concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019918-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACYRA VRECH COELHO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TARCIZIO CARLOS SIQUEIRA DE CAMARGO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 1019918-26.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JACYRA VRECH COELHO REQUERIDO: TARCIZIO CARLOS SIQUEIRA DE CAMARGO Analisando atentamente o processo, verifico a ocorrência de conexão. Trata- se de Embargos de Terceiros, distribuído por dependência ao processo 0028919-33.2011.811.0001 . Posto isso, conforme diz o Art. 286 do CPC: Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: I - quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada; Neste caso, se relaciona a causa da presente ação com outra dantes já submetida à distribuição, sob o nº. 0028919-33.2011.811.0001, em tramite perante o 2º Juizado Especial. Ao juiz, então, de ofício ou a requerimento do interessado, cumpre corrigir o erro ou a falta de distribuição, compensando-a (Art. 288, NCPC). Ante ao exposto, com as devidas compensações, proceda-se a REDISTRIBUIÇÃO do processo ao Segundo Juizado Especial Cível. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019908-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALERIA PINHEIRO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERIKA PATRÍCIA GABILAN SANCHES OAB - MT10756-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Constatada a veracidade da informação documental trazida pelo reclamante, por meio da consulta realizada junto ao site do SPC BRASIL, protocolo nº 002.199.971.660-10, recebo o pedido de liminar. Assim, da análise dos documentos juntados aos autos bem como das razões apresentadas, vislumbro de plano a presença dos requisitos que amparam a concessão da tutela vindicada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual DEFIRO, a liminar pretendida para determinar a exclusão do nome do promovente dos bancos de dados cadastrais (SPC, SERASA e SCPC), no prazo de 10 (dez) dias, concernente apenas aos débitos discutidos nestes autos, sob pena de multa que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Não se trata de multa diária. Designada audiência de conciliação, cite-se a parte reclamada para nela comparecer. Conste na carta de citação as consequências para o caso de ausência, o prazo para apresentar defesa, a advertência de que poderá haver a inversão do ônus da prova por se tratar de relação de consumo e ainda que, em se tratando de pessoa jurídica, esta poderá ser representada na audiência por preposto. Intimem-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018314-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO JUNIOR DE OLIVEIRA ALCANTARA OAB - MT22401/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1018314-30.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ALEXANDRE SANTOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DECISÃO Vistos. Trata-se de AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO LIMINAR formada pelas partes acima indicadas. O demandante alega que o demandado suspendeu o fornecimento de energia elétrica nas datas de 05/12/2019, 08/11/2019 e 14/10/2019, porém aduz que as faturas foram devidamente quitadas. Requer, em tutela de urgência, o restabelecimento dos serviços, bem como a abstenção de inclusão de seu nome no rol de mal pagadores. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar em parte, porquanto as faturas juntadas ao feito demonstram, neste momento, a quitação dos débitos. Friso que inexiste informação na fatura vencida em dezembro de 2019 sobre a existência de débito. Assim, há indícios de irregularidade do ato. Deste modo, constato que o requerente demonstrou, neste momento, a probabilidade do direito invocado. O perigo de dano é evidente, uma vez que a concessão do pleito ao final ocasionará prejuízo para a parte por se tratar de serviço essencial. Ressalto que o deferimento do pedido de urgência não causa prejuízo para a demandada, uma vez que não exclui o crédito. Nesse sentido: PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA 1001035-34.2019.8.11.0000AGRAVANTE: IVANEA GRIGORIO VIDAL CASTRO AGRAVADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOEMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ENERGIA ELÉTRICA - TUTELA DE URGÊNCIA – DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - ART. 300 DO CPC - REQUISITOS PRESENTES – DECLARAÇÃO DE DÍVIDA INEXISTENTE – INVIABILIDADE EM COGNIÇÃO SUMÁRIA -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.Tratando-se de suposto débito pretérito de consumo de ENERGIA elétrica e verificada a DISCREPÂNCIA nas faturas nos meses subsequentes, é cabível o deferimento de tutela de urgência para que a concessionária se abstenha de suspender o serviço.A declaração de inexistência da dívida só é viável após investigação aprofundada em instrução processual. (N.U 1001035-34.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/03/2019, Publicado no DJE 01/04/2019) No que tange ao pedido de abstenção de inclusão do nome no rol de mal pagadores, constato que não merece prosperar, visto que inexiste informação sobre cobrança de valores realizado pelo demandado. Ademais, o próprio autor afirma que inexiste dívida em aberto. Assim, não há perigo de dano irreparável ou de difícil reparação para o caso de apreciação ao final. O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO EM PARTE O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA e determino que o requerido efetue o restabelecimento imediato do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Friso que se trata de multa fixa. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020408-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GUTEMBERG LEITE PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020408-48.2019.8.11.0001. REQUERENTE: GUTEMBERG LEITE PEREIRA REQUERIDO: ENERGISA S/A DECISÃO Vistos. Trata-se de AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO LIMINAR formada pelas partes acima indicadas. O demandante alega que o demandado suspendeu o fornecimento de energia elétrica nas datas de 05/12/2019, 08/11/2019 e 14/10/2019, porém aduz que as faturas foram devidamente quitadas. Requer, em tutela de urgência, o restabelecimento dos serviços, bem como a abstenção de inclusão de seu nome no rol de mal pagadores. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar em parte, porquanto as faturas juntadas ao feito demonstram, neste momento, a quitação dos débitos. Friso que inexiste informação na fatura vencida em dezembro de 2019 sobre a existência de débito. Assim, há indícios de irregularidade do ato. Deste modo, constato que o requerente demonstrou, neste momento, a probabilidade do direito invocado. O perigo de dano é evidente, uma vez que a concessão do pleito ao final ocasionará prejuízo para a parte por se tratar de serviço essencial. Ressalto que o deferimento do pedido de urgência não causa prejuízo para a demandada, uma vez que não exclui o crédito. Nesse sentido: PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA 1001035-34.2019.8.11.0000AGRAVANTE: IVANEA GRIGORIO VIDAL CASTRO AGRAVADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOEMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ENERGIA ELÉTRICA - TUTELA DE URGÊNCIA – DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - ART. 300 DO CPC - REQUISITOS PRESENTES – DECLARAÇÃO DE DÍVIDA INEXISTENTE – INVIABILIDADE EM COGNIÇÃO SUMÁRIA -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.Tratando-se de suposto débito pretérito de consumo de ENERGIA elétrica e verificada a DISCREPÂNCIA nas faturas nos meses subsequentes, é cabível o deferimento de tutela de urgência para que a concessionária se abstenha de suspender o serviço.A declaração de inexistência da dívida só é viável após investigação aprofundada em instrução processual. (N.U 1001035-34.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/03/2019, Publicado no DJE 01/04/2019) No que tange ao pedido de abstenção de inclusão do nome no rol de mal pagadores, constato que não merece prosperar, visto que inexiste informação sobre cobrança de valores realizado pelo demandado. Ademais, o próprio autor afirma que inexiste dívida em aberto. Assim, não há perigo de dano irreparável ou de difícil reparação para o caso de apreciação ao final. O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a

concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO EM PARTE O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA e determino que o requerido efetue o restabelecimento imediato do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Friso que se trata de multa fixa. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020406-78.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO JESUS NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO OAB - PR15263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020406-78.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LEONARDO JESUS NUNES REQUERIDO: CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA DECISÃO Vistos Trata-se de Ação de Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais formado pelas partes acima indicadas. O autor alega que a empresa incluiu seu nome no rol de mal pagadores, porém aduz que não possui relação jurídica com a parte. Requer, em tutela de urgência, a exclusão da restrição dos órgãos de proteção ao crédito. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, visto que o comprovante aportado ao feito demonstra, neste momento, a quitação do débito. Ademais, não é razoável manter a restrição por dívida em discussão. O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação também foi demonstrado, visto que impede o autor de realizar negociações no comércio. Registro que a concessão do pedido não causa qualquer prejuízo ao requerido por não excluir o suposto crédito. Assim, a concessão do pleito é medida que impõe. Nesse sentido: ESTADO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1002755-36.2019.8.11.0000 AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA - DEFERIDA PELO JUÍZO SINGULAR - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - ADEQUAÇÃO - FIXADA MULTA DIÁRIA PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO - REDUÇÃO DO VALOR E LIMITAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SOB PENA DE RETIRAR O CARÁTER COERCITIVO - RECURSO DESPROVIDO.É de se manter a decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, na medida em que analisou devidamente a presença dos requisitos autorizadores para sua concessão. Mostra-se pertinente manter a imposição da multa diária, fixada em valor e prazo razoável, a fim de trazer efetividade à obrigação de exclusão do nome do autor dos órgãos de restrição ao crédito, sobretudo ao se considerar que é faculdade do Magistrado a aplicação de medidas coercitivas em caso de descumprimento de ordem judicial. (N.U 1002755-36.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, GUIOMAR TEODORO BORGES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 12/06/2019, Publicado no DJE 17/06/2019). (Grifei) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA para determinar que o requerido proceda a exclusão da restrição do nome do autor no rol de mal pagadores, no prazo de 05 dias, relativo ao débito em discussão, sob pena de multa fixa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais). Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o demandado juntar o contrato celebrado entre as partes no momento de apresentar defesa. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020246-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JADETE TEREZINHA MARCHIORI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE GARCIA DA SILVA OAB - MT22289/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020246-53.2019.8.11.0001. REQUERENTE: JADETE TEREZINHA MARCHIORI REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DECISÃO Vistos. Trata-se de AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO LIMINAR formada pelas partes acima indicadas. O demandante alega que possui a titularidade da unidade consumidora n. 6/309878-7 e que o demandado emitiu faturas com valores em excesso nas quantias de R$ 329,89 (trezentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos), R$ 447,00 (quatrocentos e quarenta e sete reais) e R$ 864,49 (oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove reais). Ressalta que efetuou o pagamento no valor de R$ 799,91 (setecentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos) e ajuizou o processo n. 1016208-95.2019.8.11.0001 em trâmite no Quinto Juizado Especial Cível desta Comarca. Aduz que o demandado emitiu fatura no valor de R$ 864,49 (oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove reais). Requer, em tutela de urgência, a abstenção de suspensão do serviço relativa a fatura do mês de novembro de 2019 no valor de R$ 864,49. Pleiteia, ainda, a abstenção de suspensão os serviços. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Analisando os autos, constato a impossibilidade de processamento e julgamento do feito, em razão da conexão com os autos n. 1016208-95.2019.8.11.0001 em trâmite no Quinto Juizado Especial Cível desta Comarca. Como medida de boa administração da justiça, a legislação determina que se reúnam os autos

em tais condições, com o objetivo de se evitar a edição de decisões discrepantes ou conflitantes relativas à mesma matéria, afeta às mesmas partes, procurando uniformizar o entendimento e até mesmo promovendo a proporcionalidade necessária, quando cuidarem de assuntos semelhantes ou idênticos. Nesse passo, oportuno destacar a dicção da vigente Lei Adjetiva no que concerne ao assunto, a saber: Art. 54. A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência, observado o disposto nesta Seção. Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. § 1o Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado. § 2o Aplica-se o disposto no caput: I - à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico; II - às execuções fundadas no mesmo título executivo. § 3o Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles. Art. 56. Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais. Art. 57. Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas. Art. 58. A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente. Art. 59. O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo. No caso, verifica-se que as demandas se tratam do mesmo objeto (cobrança de fatura na unidade consumidora n. 6/2113104-0), mesmas partes e mesma causa de pedir e pedido. Registro que o artigo 323, do Código de Processo Civil possibilita a inclusão das faturas vincendas no curso do processo. Com tais considerações, DECLINO DA COMPETÊNCIA de conhecer e julgar o pedido aviado no presente feito, em favor do juízo prevento, que conheceu da questão em primeira mão, o que faço notadamente com suporte nos artigos 55, 58 e 59 do mesmo vigente Diploma Processual. Dito isto, determino a remessa dos autos para redistribuição ao Quinto Juizado Especial Cível desta Comarca, com as homenagens de estilo. Determino o cancelamento da audiência de conciliação. Às providências. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1019224-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
J. W. K. NEUBERN - ME (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
F M B S DA CUNHA BARROS EIRELI - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

CARTA PRECATÓRIA I- Cumpra-se na forma deprecada com as cautelas de praxe, servindo a cópia como mandado. II- Cumprida, proceda-se à devolução ao Juízo Deprecante com as homenagens de estilo, baixas e anotações necessárias. III- Caso a diligência resulte infrutífera, por razões diversas, independentemente de novo despacho, providencie a devolução ao Juízo Deprecante ou competente, observando-se o caráter itinerante, procedendo-se às anotações e comunicações necessárias. IV- Às providências. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019831-70.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY NORBERTO DA SILVA OAB - MT11408-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIVERSO ONLINE S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1019831-70.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ARY NORBERTO DA SILVA REQUERIDO: UNIVERSO ONLINE S/A DECISÃO Vistos Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer formado pelas partes acima indicadas. O autor alega que possuía um provedor de internet com o demandado até o ano de 2013. Sustenta que as cobranças iniciaram com os valores de R$ 27,58, R$ 30,00 e R$ 45,00 até junho de 2019. Assevera que, de forma abrupta, a empresa passou a cobrar valores de R$ 277,17, R$ 170,11, R$ 175,10, sem motivação. Assegura que tentou cancelar os descontos, porém não objete êxito. Registra que a funcionária da empresa informou que cancelaria os descontos/serviços a partir de 06/09/2019, porém anota que foram mantidos nos meses subsequentes. Requer, em tutela de urgência, a suspensão dos descontos. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, visto que há indícios de que a parte solicitou o cancelamento dos serviços junto ao demandado e que este permaneceu efetuando as cobranças. O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação também foi demonstrado, visto que prejudica financeiramente a parte. Registro que a concessão do pedido não causa qualquer prejuízo ao requerido por não excluir o suposto crédito. Assim, a concessão do pleito é medida que impõe. Nesse sentido: ESTADO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1002755-36.2019.8.11.0000 AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA - DEFERIDA PELO JUÍZO SINGULAR - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - ADEQUAÇÃO - FIXADA MULTA DIÁRIA PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO - REDUÇÃO DO VALOR E LIMITAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SOB PENA DE RETIRAR O CARÁTER COERCITIVO - RECURSO DESPROVIDO.É de se manter a decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, na medida em que analisou devidamente a presença dos requisitos autorizadores para sua concessão. Mostra-se pertinente manter a imposição da multa diária, fixada em valor e prazo razoável, a fim de trazer efetividade à obrigação de exclusão do nome do autor dos órgãos de restrição ao crédito, sobretudo ao se considerar que é faculdade do Magistrado a aplicação de medidas coercitivas em caso de descumprimento de ordem judicial. (N.U 1002755-36.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, GUIOMAR TEODORO BORGES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 12/06/2019, Publicado no DJE 17/06/2019). (Grifei) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA para determinar que o requerido proceda a SUSPENSÃO dos descontos relativo ao objeto da lide, no prazo de 05 dias, relativo ao débito em discussão, sob pena de multa fixa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais). Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o demandado comprovar a regularidade das cobranças. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019959-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

FERNANDO MENDONCA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLEICE VILALVA DE MAGALHAES OAB - MT21136/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1019959-90.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FERNANDO MENDONCA DOS SANTOS REQUERIDO: ENERGISA S/A DECISÃO Vistos. Trata-se de AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO LIMINAR formada pelas partes acima indicadas. O demandante alega que possui a titularidade da unidade consumidora n.6/1956536-5. Sustenta que recebeu fatura do mês de dezembro de 2017 no valor de R$ 727,13 (setecentos e vinte e sete reais e treze centavos). Assegura a irregularidade da cobrança por se tratar de valor acima do consumo do serviço. Requer, em tutela de urgência, a exclusão da restrição de seu nome do rol de mal pagadores, bem como a abstenção da cobrança da fatura e a abstenção de suspensão dos serviços. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, porquanto negou a existência da dívida, sendo incabível atribuir ao demandante o ônus de provar a irregularidade da cobrança por se tratar de prova negativa. Além disso, há indícios de irregularidade da cobrança, em razão da discrepância entre as cobranças da fatura, objeto da lide, em relação ao período posterior. Deste modo, constato que o requerente demonstrou, neste momento, a probabilidade do direito invocado. O perigo de dano é evidente, uma vez que a concessão do pleito ao final ocasionará prejuízo para a parte por se tratar de serviço essencial. Ressalto que o deferimento do pedido de urgência não causa prejuízo para a demandada, uma vez que não exclui o crédito. Nesse sentido: PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA 1001035-34.2019.8.11.0000AGRAVANTE: IVANEA GRIGORIO VIDAL CASTRO AGRAVADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOEMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ENERGIA ELÉTRICA - TUTELA DE URGÊNCIA – DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - ART. 300 DO CPC - REQUISITOS PRESENTES – DECLARAÇÃO DE DÍVIDA INEXISTENTE – INVIABILIDADE EM COGNIÇÃO SUMÁRIA -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.Tratando-se de suposto débito pretérito de consumo de ENERGIA elétrica e verificada a DISCREPÂNCIA nas faturas nos meses subsequentes, é cabível o deferimento de tutela de urgência para que a concessionária se abstenha de suspender o serviço.A declaração de inexistência da dívida só é viável após investigação aprofundada em instrução processual. (N.U 1001035-34.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/03/2019, Publicado no DJE 01/04/2019) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA e determino que o requerido: I- Abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora, referente ao débito em discussão. II- Proceda a exclusão da restrição do nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 05 (cinco) dias, relativo ao débito em discussão. III- Suspenda a cobrança da fatura relativa ao objeto da lide. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para o caso de descumprimento desta decisão. Não se trata de multa diária. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o requerido comprovar a regularidade da cobrança. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018314-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO JUNIOR DE OLIVEIRA ALCANTARA OAB - MT22401/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1018314-30.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ALEXANDRE SANTOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DECISÃO Vistos Trata-se de Ação de Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais formado pelas partes acima indicadas. O autor alega que ajuizou o processo n. 8051758-66.2018.811.0001, que tramitou no Segundo Juizado Especial Cível desta Comarca, sendo declarada a inexistência dos débitos nos valores de R$ 67,61 e R$ 74,40. Sustenta que o demandado deixou de excluir as restrições. Requer, em tutela de urgência, a exclusão da restrição dos órgãos de proteção ao crédito. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Inicialmente, chamo o feito à ordem para anular a decisão proferida no movimento n. 27276529, por se tratar de matéria distinta da presente demanda. Assim, passo a apreciar o pedido de urgência. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, visto que há indícios de irregularidade da negativação do nome do autor. Friso que a decisão proferida pelo Segundo Juizado Especial Cível desta Comarca transitou em julgado, assim, resta evidenciada a irregularidade das cobranças, neste momento. O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação também foi demonstrado, visto que impede o autor de realizar negociações no comércio. Registro que a concessão do pedido não causa qualquer prejuízo ao requerido por não excluir o suposto crédito. Assim, a concessão do pleito é medida que impõe. Nesse sentido: ESTADO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1002755-36.2019.8.11.0000 AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA - DEFERIDA PELO JUÍZO SINGULAR - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - ADEQUAÇÃO - FIXADA MULTA DIÁRIA PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO - REDUÇÃO DO VALOR E LIMITAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SOB PENA DE RETIRAR O CARÁTER COERCITIVO - RECURSO DESPROVIDO.É de se manter a decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela, na medida em que analisou devidamente a presença dos requisitos autorizadores para sua concessão. Mostra-se pertinente manter a imposição da multa diária,

fixada em valor e prazo razoável, a fim de trazer efetividade à obrigação de exclusão do nome do autor dos órgãos de restrição ao crédito, sobretudo ao se considerar que é faculdade do Magistrado a aplicação de medidas coercitivas em caso de descumprimento de ordem judicial. (N.U 1002755-36.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, GUIOMAR TEODORO BORGES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 12/06/2019, Publicado no DJE 17/06/2019). (Grifei) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA para determinar que o requerido proceda a exclusão da restrição do nome do autor no rol de mal pagadores, no prazo de 05 dias, relativo aos débitos em discussão, sob pena de multa fixa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais). Defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019025-35.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL DA SILVA (REQUERENTE)
DAVID DA SILVA BELIDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAVID DA SILVA BELIDO OAB - MT14619-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRDU SPE VARZEA GRANDE LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

DECISÃO Vistos Trata-se de Ação de Nulidade de Contrato c/c Inexistência de Débito formado pelas partes acima indicadas. O autor alega que adquiriu dois terrenos do demandado situados no Mirante Parque das Águas, situado em Várzea Grande-MT. Assevera que o demandado entrou em contato para informar a liberação para construção com seis meses de atraso. Ressalta que, no momento da aquisição, é necessária a liberação da proprietária para a construção. Sustenta que solicitou demarcação do terreno para iniciar a obra, porém o demandado arguiu a impossibilidade de entregar a autorização em razão da pendência de pagamento do IPTU. Requer, em tutela de urgência, a liberação dos documentos pelo demandado para iniciar a construção do imóvel. Pleiteia, ainda, a inversão do ônus da prova. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor não merece prosperar, visto que inexiste indício de prova da suposta recusa do demandado em fornecer os documentos para a construção. Ademais, a cláusula décima quinta indica que os lotes serão entregues demarcados pela empresa. Assim, incumbe ao demandante demonstrar, de forma hábil, o descumprimento contratual da empresa O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação também foi demonstrado, visto que o autor deixou de comprovar as arguições elencadas na inicial. Friso, ainda, que há perigo de irreversibilidade da medida, sendo vedada a concessão nos termos do artigo 300, §3º, do CPC. Assim, necessário aguardar a apresentação da defesa e a dilação probatória para a elucidação dos fatos indicados na exordial. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE “INDENIZAÇÃO C/C OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER” – INTEMPESTIVIDADE RECURSAL – REJEITADA – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER – TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA – ASPECTOS NEBULOSOS E CONFUSOS QUE DEMANDAM INSTRUÇÃO PROBATÓRIA – REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC/2015 NÃO PREENCHIDOS – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da decisão agravada no DJe, tendo início o prazo para interposição do recurso no primeiro dia útil seguinte ao considerado como data da publicação, nos termos do art. 4º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.419/2006, não havendo falar em intempestividade da interposição do agravo de instrumento protocolizado exatamente no último dia do prazo. 2. O art. 300, caput, do CPC/2015, estabelece que a “TUTELA de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.” 3. Hipótese em que não há no conjunto probatório documentos aptos à elucidação dos fatos, de modo que a alegação de que as partes celebraram contrato de trespasse ainda não resta suficientemente demonstrada, existindo fundada dúvida quanto a esse fato e, portanto, quanto à alegada violação ao disposto no art. 1.147 do CC, especialmente porque o contrato prevê terceirização dos serviços de assistência técnica, não restando satisfatoriamente comprovado que houve alienação do fundo de comércio da agravada à agravante. 4. Não estando demonstrada a probabilidade do direito invocado, havendo necessidade de ampla instrução probatória para o convencimento do magistrado acerca das alegações que embasam o pleito autoral, correta a decisão que INDEFERE o pedido de antecipação da TUTELA (TUTELA de urgência). (N.U 1006717-67.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, JOAO FERREIRA FILHO, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 11/06/2019, Publicado no DJE 18/06/2019). (Grifei) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência por ausência dos requisitos legais. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020478-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA LEQUE PINHEIRO DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM LISBOA NETO OAB - MT10557-O (ADVOGADO(A))
LEIDIANE COSTA DA SILVA LISBOA OAB - MT9250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020478-65.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANA PAULA LEQUE PINHEIRO DE SIQUEIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DECISÃO Vistos. Trata-se Ação de Obrigação de Fazer formada pelas partes acima indicadas. O autor aduz que é usuário dos serviços do demandado, relativo a unidade consumidora n. 6/328914-7. Sustenta que a titularidade encontra-se em nome de sua genitora que faleceu. Assevera que o demandado suspendeu o fornecimento do serviço em 09/12/2019, por supostos débitos nos valores de R$ 1.434,12 e R$ 329, 40, com vencimento previstos para 30/10/2019. Registra que não fora comunicada sobre a suposta irregularidade de sua unidade consumidora. Requer, em tutela de urgência, o restabelecimento dos serviços, bem como a suspensão das cobranças, bem como a abstenção de inclusão de seu nome no rol de mal pagadores. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, porquanto há indícios de irregularidade da cobrança por ausência de notificação do consumidor sobre a inspeção realizada na unidade consumidora. Deste modo, constato que o requerente demonstrou, neste momento, a probabilidade do direito invocado. O perigo de dano é evidente, uma vez que a concessão do pleito ao final ocasionará prejuízo para a parte por se tratar de serviço essencial. Ressalto que o deferimento do pedido de urgência não causa prejuízo para a demandada, uma vez que não exclui o crédito. Nesse sentido: PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA 1001035-34.2019.8.11.0000AGRAVANTE: IVANEA GRIGORIO VIDAL CASTRO AGRAVADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOEMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ENERGIA ELÉTRICA - TUTELA DE URGÊNCIA – DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - ART. 300 DO CPC - REQUISITOS PRESENTES – DECLARAÇÃO DE DÍVIDA INEXISTENTE – INVIABILIDADE EM COGNIÇÃO SUMÁRIA -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.Tratando-se de suposto débito pretérito de consumo de ENERGIA elétrica e verificada a DISCREPÂNCIA nas faturas nos meses subsequentes, é cabível o deferimento de tutela de urgência para que a concessionária se abstenha de suspender o serviço.A declaração de inexistência da dívida só é viável após investigação aprofundada em instrução processual. (N.U 1001035-34.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/03/2019, Publicado no DJE 01/04/2019) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA e determino que o requerido: I- Efetue o restabelecimento imediato do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora, referentes aos débitos em discussão. II- A abstenção de inclusão do nome do autor no rol de mal pagadores, relativo aos débitos em discussão. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por dia para o caso de descumprimento desta decisão. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o requerido juntar, no momento da apresentação da defesa, o TOI e demais documentos que instruíram a recuperação do consumo de energia. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020470-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO QUIRINO DE SOUZA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PLINIO JOSE DE SIQUEIRA NETO OAB - MT10405-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020470-88.2019.8.11.0001. REQUERENTE: FRANCISCO QUIRINO DE SOUZA JUNIOR REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DECISÃO Vistos. Trata-se Ação de Obrigação de Fazer formada pelas partes acima indicadas. O autor aduz que é usuário dos serviços do demandado, relativo a unidade consumidora n. 6/328914-7. Sustenta que a titularidade encontra-se em nome de sua genitora que faleceu. Assevera que o demandado suspendeu o fornecimento do serviço em 09/12/2019, por supostos débitos nos valores de R$ 1.434,12 e R$ 329, 40, com vencimento previstos para 30/10/2019. Registra que não fora comunicada sobre a suposta irregularidade de sua unidade consumidora. Requer, em tutela de urgência, o restabelecimento dos serviços, bem como a suspensão das cobranças, bem como a abstenção de inclusão de seu nome no rol de mal pagadores. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, porquanto há indícios de irregularidade da cobrança por ausência de notificação do consumidor sobre a inspeção realizada na unidade consumidora. Deste modo, constato que o requerente demonstrou, neste momento, a probabilidade do direito invocado. O perigo de dano é evidente, uma vez que a concessão do pleito ao final ocasionará prejuízo para a parte por se tratar de serviço essencial. Ressalto que o deferimento do pedido de urgência não causa prejuízo para a demandada, uma vez que não exclui o crédito. Nesse sentido: PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA 1001035-34.2019.8.11.0000AGRAVANTE: IVANEA GRIGORIO VIDAL CASTRO AGRAVADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOEMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ENERGIA ELÉTRICA - TUTELA DE URGÊNCIA – DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - ART. 300 DO CPC - REQUISITOS PRESENTES – DECLARAÇÃO DE DÍVIDA INEXISTENTE – INVIABILIDADE EM COGNIÇÃO SUMÁRIA -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.Tratando-se de suposto débito pretérito de consumo de ENERGIA elétrica e verificada a DISCREPÂNCIA nas faturas nos meses subsequentes, é cabível o deferimento de tutela de urgência para que a concessionária se abstenha de suspender o serviço.A declaração de inexistência da dívida só é viável após investigação aprofundada em instrução processual. (N.U 1001035-34.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/03/2019, Publicado no DJE 01/04/2019) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos

supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA e determino que o requerido: I- Efetue o restabelecimento imediato do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora, referentes aos débitos em discussão. II- A abstenção de inclusão do nome do autor no rol de mal pagadores, relativo aos débitos em discussão. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por dia para o caso de descumprimento desta decisão. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o requerido juntar, no momento da apresentação da defesa, o TOI e demais documentos que instruíram a recuperação do consumo de energia. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020478-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA LEQUE PINHEIRO DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM LISBOA NETO OAB - MT10557-O (ADVOGADO(A))
LEIDIANE COSTA DA SILVA LISBOA OAB - MT9250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1020478-65.2019.8.11.0001. REQUERENTE: ANA PAULA LEQUE PINHEIRO DE SIQUEIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DECISÃO Vistos. Trata-se de AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO LIMINAR formada pelas partes acima indicadas. O demandante alega que o demandado emitiu cobrança na quantia de R$ 980,19 (novecentos e oitenta reais e dezenove centavos) por suposta retificação de fatura. Assevera a irregularidade da cobrança por se encontrar em excesso. Requer, em tutela de urgência, a abstenção de suspensão do serviço, bem como a abstenção de inclusão de seu nome no rol de mal pagadores e a inversão do ônus da prova. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Inicialmente, CHAMO O FEITO À ORDEM para revogar a decisão proferida no movimento n. 27306173, por se tratar de fatos distintos ao presente. Assim, passo a apreciar o pedido de urgência. Para a concessão do pedido de urgência é imprescindível que a parte autora comprove os requisitos indicados no artigo 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Compulsando os autos, constato que a pretensão do autor merece prosperar, porquanto negou a existência da dívida, sendo incabível atribuir ao demandante o ônus de provar a irregularidade da cobrança por se tratar de prova negativa. Além disso, há indícios de irregularidade da cobrança, em razão da disparidade entre a cobrança, objeto da lide, em relação ao período anterior. Deste modo, constato que o requerente demonstrou, neste momento, a probabilidade do direito invocado. O perigo de dano é evidente, uma vez que a concessão do pleito ao final ocasionará prejuízo para a parte por se tratar de serviço essencial. Ressalto que o deferimento do pedido de urgência não causa prejuízo para a demandada, uma vez que não exclui o crédito. Nesse sentido: PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA 1001035-34.2019.8.11.0000AGRAVANTE: IVANEA GRIGORIO VIDAL CASTRO AGRAVADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOEMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ENERGIA ELÉTRICA - TUTELA DE URGÊNCIA – DETERMINAÇÃO DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - ART. 300 DO CPC - REQUISITOS PRESENTES – DECLARAÇÃO DE DÍVIDA INEXISTENTE – INVIABILIDADE EM COGNIÇÃO SUMÁRIA -RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.Tratando-se de suposto débito pretérito de consumo de ENERGIA elétrica e verificada a DISCREPÂNCIA nas faturas nos meses subsequentes, é cabível o deferimento de tutela de urgência para que a concessionária se abstenha de suspender o serviço.A declaração de inexistência da dívida só é viável após investigação aprofundada em instrução processual. (N.U 1001035-34.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/03/2019, Publicado no DJE 01/04/2019) O demandante requer a inversão do ônus da prova. Pela simples análise dos fatos, verifica-se que o Código de Defesa do Consumidor se aplica ao caso, uma vez que as partes amoldam-se perfeitamente aos conceitos de consumidor e fornecedor previstos na legislação supracitada. O artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor dispõe no inciso VIII, os requisitos para a concessão da inversão do ônus da prova, quais sejam: consumidor hipossuficiente e a verossimilhança da alegação do suplicante. Para a concessão do pleito é necessária a presença dos requisitos mencionados. No caso, constato que estão presentes os requisitos supramencionados. Assim, é necessária a concessão do pedido de inversão do ônus da prova, ante a clara hipossuficiência do consumidor frente ao requerido, que possui informação específica sobre os fatos. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA e determino que o requerido: I- Abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora, referente ao débito em discussão. II- Abstenha de incluir o nome do autor no rol de mal pagadores, referente ao objeto da lide. Fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por dia para o caso de descumprimento desta decisão. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, devendo o requerido comprovar a regularidade da cobrança. Cite-se o requerido e intimem-se as partes para comparecerem na audiência de conciliação. Na carta de citação/intimação deverá constar advertência de que o não comparecimento da requerida na audiência de conciliação importará em sua revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Consigne-se, ainda, que o prazo de 05 (cinco) dias para a oferta de resposta fluirá a partir da audiência de conciliação, caso não haja composição amigável no referido ato. Intime(m)-se o(a)(s) requerente(s), consignando no mandado que o não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais. Às providências. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018941-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO ARAUJO MOREIRA FILHO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRO PAULO DE SOUZA OAB - MT0012443A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1018941-34.2019.8.11.0001. REQUERENTE: EDUARDO ARAUJO MOREIRA FILHO - ME REQUERIDO: DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA SENTENÇA Vistos. Trata-se de ação de Indenização por Danos Morais formada pelas partes acima indicadas. O autor requer a desistência do feito. É o Breve Relato. Fundamento e Decido. Compulsando os autos, constato que a pretensão do demandante merece prosperar. O Enunciado n. 90 do FONAJE dispõe que é possível conceder o pedido de desistência no Juizado Especial a qualquer momento, exceto no caso de litigância de má-fé ou de lide temerária. No caso, inexistem indícios de irregularidade praticada pelo demandante. Posto isso, a concessão do pleito é medida que se impõe para que produza seus efeitos, nos termos do artigo 200, do Código de Processo Civil. Diante do exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA e, por corolário, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO,

nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Por ausência de tringularização processual, desnecessária a intimação do demandado para manifestar. Sem condenação nas custas e honorários, nos termos do artigo 54, da Lei n. 9.099/1995. Arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo, remeta-se o feito ao arquivo definitivo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Dr. Júlio César Molina Duarte Monteiro Juiz de direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007981-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERIC ALBERT SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO GOMES MOREIRA OAB - MT26524-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO DE FARIA MONTEIRO OAB - MT17298-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado em audiência conciliatória e encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012852-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO DE SOUSA NEPOMUCENO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ALVES RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT18330/O (ADVOGADO(A))
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT10609-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ANTONIO ELIAS NEVES 77337972172 (REQUERIDO)
EXPRESSO ITAMARATI S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO HENRIQUE LUIZON OAB - SP0160903A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informam que se compuseram amigavelmente. Dessa forma e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO supra mencionado, com fundamento no art. 57, da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013355-16.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL JARDIM VITORIA A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Nilton Cecilio de Mesquita OAB - MT8067-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA CAVALCANTE BARBOSA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informam que se compuseram amigavelmente. Dessa forma e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO supra mencionado, com fundamento no art. 57, da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004583-64.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO NEVES DA SILVA VIEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes informam que se compuseram amigavelmente. Dessa forma e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO supra mencionado, com fundamento no art. 57, da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013736-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOANA ALESSANDRA GONCALVES DE QUEIROZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROZINALVA GONCALINA DA COSTA OAB - MT8859/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S S DE SOUZA COMERCIO - ME (REQUERIDO)
SAMUEL SILVA DE SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado em audiência conciliatória e encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013596-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JONETE RODRIGUES RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILENE GALVAO FERREIRA DO VALE OAB - MT10132-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIA VAREJO S/A (REQUERIDO)
PLL CENTRO SERVICE CELULARES EIRELI - ME (REQUERIDO)
ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO ALEXANDRE MALFATTI OAB - MT16943-A (ADVOGADO(A))
MAURICIO MARQUES DOMINGUES OAB - SP0175513A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado em audiência conciliatória e encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Após, arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019469-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA PATRICIA DA SILVA MOTA DE CASTRO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:

MARCOS LOPES DOMINGUES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

As partes compuseram amigavelmente, por meio de acordo realizado junto ao SAI – Sistema de Atendimento Imediato à Acidentes de Trânsito, conforme termo encartado nos autos. Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO O ACORDO, mediante sentença, em conformidade com o estatuído no artigo 57, da Lei n. 9.099/95, e, em conseqüência julgo extinto o presente feito com lastro legal no disposto no art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de liberação se for o caso. Arquive-se este processo. Intimem-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016329-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MIGUEL PERES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA LETICIA LIMA DE MATOS OAB - MT26387/O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
JULIO CESAR MOLINA DUARTE MONTEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Processo: 1016329-26.2019.8.11.0001. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: MIGUEL PERES ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ESTADO DE MATO GROSSO SENTENÇA VISTOS Trata-se de Ação de Reclamação formada pelas partes acima indicadas. A requerente afirma, em síntese, que o demandado deixou de efetuar o abono de permanência desde o ano de 2013. Requer a procedência da lide para condenar o requerido ao ressarcimento dos valores referentes ao abono de permanência. É o breve Relato. Fundamento e Decido. Analisando os autos, constato a incompetência deste Juízo de receber, processar e julgar a presente demanda. O artigo 8º, da Lei n. 9.099/95 estabelece que: Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil. (Grifei) No caso, verifico que o requerido possui personalidade jurídica de direito público. Posto isso, não há dúvida da incompetência deste Juízo. Nesse sentido: PRELIMINAR. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. INSTITUIÇÃO COM PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PÚBLIBO. PRELIMINAR ACOLHIDA. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. LEI N. 9099/95, ARTIGO 8º E ARTIGO 51. Sendo a parte requerida pessoa jurídica de direito público, o Juizado Especial Cível é absolutamente incompetente para a causa, nos termos do artigo 8º, da Lei n. 9.099/95, sendo o caso de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 51, II, da mesma Lei. (TJRO RI 10066285920118220601; Turma Recursal Porto Velho; Rel. Marcelo Tramontini; Data do julgamento n. 10/05/2013). Anoto que a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício pelo magistrado, artigo 64, §1º, do Código de Processo Civil. Deste modo, a extinção do feito é medida que se impõe. Ressalto que a parte autora deverá requerer o intento no Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos do artigo 2º, da Lei n. 12.153/2009. Diante do exposto, declaro, de ofício, a incompetência absoluta deste Juízo de processar e julgar a demanda e, por corolário, julgo extinto o feito, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 51, IV, da Lei n. 9.099/95. Ressalto que, por ausência da triangularização processual, desnecessária a intimação do demandado para ciência. Sem condenação em custas e honorários. Transitado em julgado arquive-se o feito procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registra-se. Intime-se. Cumpra-se. DR. JÚLIO CÉSAR MOLINA DUARTE MONTEIRO Juiz de Direito

Oitavo Juizado Especial Cível de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020337-46.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMAR ALBINO GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER RAMOS DA SILVA OAB - MT23304/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020337-46.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ADEMAR ALBINO GOMES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KLEBER RAMOS DA SILVA POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020343-53.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOHN KENNEDY NERES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS MIRANDA OAB - MT0020517A (ADVOGADO(A))
EDUARDO ADELINO SEMEDO FERNANDES OAB - MT20518-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020343-53.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOHN KENNEDY NERES DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDUARDO ADELINO SEMEDO FERNANDES, CARLOS MIRANDA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020348-75.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEUSA MARIA MERLO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020348-75.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:NEUSA MARIA MERLO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART POLO PASSIVO: OI S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 17:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008468-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SUELI DO BOMDESPACHO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLE SOUZA AMARAL OAB - MT23226/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI MÓVEL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010417-48.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GISLENE ROSA DE DEUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUNIOR CONCEICAO DE ALMEIDA OAB - MT26609/O (ADVOGADO(A))
ITAMAR FRANCISCONI SILVA FILHO OAB - MT0007954A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PANASONIC DO BRASIL LIMITADA (REQUERIDO)
NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
FABIANA TRINDADE DE MOURA OAB - SP357979 (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002390-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
STEPHANY DAIANY SILVA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINA SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT9879-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA FERNANDES ADERALDO NASCIMENTO & CIA LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005907-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NILVA DE FRANCA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1008696-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL EVANGELISTA DE MACEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO DE BRITO CANDIDO OAB - MT2802-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
BANCO CETELEM S.A. (REQUERIDO)
G8 COLCHOES EIRELI (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR OAB - SP222892 (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1008696-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL EVANGELISTA DE MACEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO DE BRITO CANDIDO OAB - MT2802-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
BANCO CETELEM S.A. (REQUERIDO)
G8 COLCHOES EIRELI (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELIO JUSTINO VIEIRA JUNIOR OAB - SP222892 (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011800-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO CESAR ALVES DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020373-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020373-88.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SERGIO ALVES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020376-43.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DENILSON RODRIGUES DE MAGALHAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020376-43.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:DENILSON RODRIGUES DE MAGALHAES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020378-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO BIANCARDINI DO PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
VRG LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020378-13.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:GERALDO BIANCARDINI DO PRADO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VICTOR HUGO VIDOTTI POLO PASSIVO: VRG LINHAS AEREAS S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020381-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALINOR PINTO DE CAMPOS NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020381-65.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ALINOR PINTO DE CAMPOS NETO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO ITAUCARD S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020399-86.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THALYTA DE SOUZA ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020399-86.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:THALYTA DE SOUZA ARAUJO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020402-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ENIR SILVA XAVIER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020402-41.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ENIR SILVA XAVIER ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: TALISSA NUNES DE SOUZA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020405-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA MARIA RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAITE CAROLINE OLIVEIRA DE MELLO OAB - MT17461-O (ADVOGADO(A))
LUIS CARLOS CORREA DE MELLO OAB - MT8690-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020405-93.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:BRUNA MARIA RODRIGUES DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MAITE CAROLINE OLIVEIRA DE MELLO, LUIS CARLOS CORREA DE MELLO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008237-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HILDEBRANDO DA COSTA MARQUES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005413-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SUELLEN CRISTINA RIBEIRO TORRES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003392-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON RODRIGUES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020414-55.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TARCISIO DAVID (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020414-55.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TARCISIO DAVID ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FELIPE ALBERTO ARCASA POLO PASSIVO: Aguas Cuiabá S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011423-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA AMORIM DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020416-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAURINDA DE CARVALHO RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020416-25.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:LAURINDA DE CARVALHO RODRIGUES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012198-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DILSON CESAR DE CAMPOS MENACHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008551-05.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICK DA SILVA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010336-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GELSON FELISBERTO MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020419-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN DA SILVA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SANTANA SILVA OAB - MT21438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020419-77.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JEAN DA SILVA OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: THIAGO SANTANA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007587-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GILMARA SOUZA DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIR DEMETRIO OAB - MT15904-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005246-13.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA NUNES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004161-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA APARECIDA MIRANDA CAMARGO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FERREIRA NUNES DOS SANTOS OAB - MT26144/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009529-79.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KARLA FREITAS FARIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO ISRAEL DE ABREU LIMA OAB - MT24388/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
SUBMARINO VIAGENS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA GOULART PENTEADO OAB - SP167884-O (ADVOGADO(A))
ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES OAB - MT17603-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020449-15.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELLEN CRISTINA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ANGELO DE MACEDO OAB - MT6811-O (ADVOGADO(A))
JOAO DA SILVA MANCIO JUNIOR OAB - MT23050-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020449-15.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ELLEN CRISTINA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOAO DA SILVA MANCIO JUNIOR, MARCELO ANGELO DE MACEDO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 10:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004810-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEDSON FONSECA DE CARVALHO SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA MARTINS DE OLIVEIRA OAB - MT17672-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009058-63.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE LUIS MARQUES DA SILVA (REQUERENTE)
NEUMANN GONCALVES RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MORENO SANCHES JUNIOR OAB - MT4759-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010937-08.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008690-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO GONCALVES PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIR DEMETRIO OAB - MT15904-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006547-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KATIUSCIA SANTOS BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE SOUZA OLIVEIRA OAB - MT18250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO OAB - MT4937-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020333-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTEVAO MENDES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
DONATO SANTANA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VILMA RIBEIRO DA SILVA AZEVEDO OAB - MT7013-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: DONATO SANTANA DA SILVA Endereço: RUA AIRTON SENNA, 209, JARDIM UNIÃO, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-858 Nome: ESTEVAO MENDES DE OLIVEIRA Endereço: RUA AIRTON SENNA, 209, JARDIM UNIÃO, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-858 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para apresentar documentos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme DESPACHO proferido nestes autos e disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1020333-09.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: 0,00 ESPÉCIE: [FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA] ->PETIÇÃO (241) DESPACHO: anexo REQUERENTE: DONATO SANTANA DA SILVA, ESTEVAO MENDES DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: VILMA RIBEIRO DA SILVA AZEVEDO REQUERIDO:

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020201-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE SANTANA DE ARRUDA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
anderson rosa ferreira OAB - MT14156-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: JOSE SANTANA DE ARRUDA JUNIOR Endereço: RUA THEODORICO MARQUES DE ASSUNÇÃO, 75, (LOT JD N HORIZONTE), IKARAY, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78130-414 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para apresentar documentos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme DESPACHO proferido nestes autos e disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1020201-49.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 15.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DESPACHO: anexo REQUERENTE: JOSE SANTANA DE ARRUDA JUNIOR ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANDERSON ROSA FERREIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020293-27.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALMIR RODRIGUES PRATES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
HENNYNK FERNANDO PRATES OAB - MT20967-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: VALMIR RODRIGUES PRATES Endereço: RUA N, 01, QUADRA 20, PARQUE ATALAIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78095-140 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para apresentar documentos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme DESPACHO proferido nestes autos e disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1020293-27.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 854,88 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, DIREITO DO CONSUMIDOR, FORNECIMENTO DE ÁGUA, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DESPACHO: anexo INTERESSADO: VALMIR RODRIGUES PRATES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: HENNYNK FERNANDO PRATES REQUERIDO: AGUAS CUIABÁ S/A CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019251-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ODETE MIRANDA MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL GOMES DE CAMPOS OAB - MT0022088A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP:

78043-263 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: ODETE MIRANDA MARQUES Endereço: Avenida das Palmeiras, s/n, Jardim Imperial, CUIABÁ - MT - CEP: 78075-904 Senhor(a) ODETE MIRANDA MARQUES: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1019251-40.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 15.000,00 ESPÉCIE: [FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA]->PETIÇÃO (241) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 10:20 REQUERENTE: ODETE MIRANDA MARQUES Advogado do(a) REQUERENTE: RAFAEL GOMES DE CAMPOS - MT0022088A REQUERIDO(A): ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A DESPACHO/DECISÃO: “” ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. ATENÇÃO: LOCAL DA AUDIÊNCIA: As audiências de conciliação serão realizadas no seguinte endereço: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL. Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, Cuiabá-MT, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada-BIM. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020088-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAX DYEGO ISHIZUKA DORNELLES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR OLIVEIRA DE LIMA OAB - MT17649-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO GUSTAVO OLIVEIRA MARTINS (REQUERIDO)

Procedo à intimação da parte REQUERENTE do inteiro teor da sentença.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011889-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO CARMO GOMES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER RAMOS DA SILVA OAB - MT23304/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007608-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
GIOVANE GUALBERTO DE ALMEIDA OAB - MT17809-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA CHAGAS DE JESUS (REQUERIDO)

Procedo à intimação da parte REQUERIDA do inteiro teor da sentença.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010283-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO SANTOS COSTA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Márcio José Negrão Marcelo OAB - MT14599-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IDELMAR DONIZETI GONCALVES FILHO EIRELI (REQUERIDO)
MAGAZINE LUIZA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO AUGUSTO SOUSA MUNIZ OAB - SP203012 (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte REQUERIDA do inteiro teor da sentença.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010283-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO SANTOS COSTA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Márcio José Negrão Marcelo OAB - MT14599-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IDELMAR DONIZETI GONCALVES FILHO EIRELI (REQUERIDO)
MAGAZINE LUIZA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO AUGUSTO SOUSA MUNIZ OAB - SP203012 (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte REQUERENTE do inteiro teor da sentença.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020493-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA SILVA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA OAB - MT13731-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS RIACHUELO SA (REQUERIDO)
MIDWAY S.A.- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020493-34.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:FERNANDA SILVA FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA POLO PASSIVO: LOJAS RIACHUELO SA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 10/02/2020 Hora: 14:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020494-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALTER APARECIDO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020494-19.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:VALTER APARECIDO DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI POLO PASSIVO: BANCO ITAUCARD S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 10:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009499-44.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE VIEIRA JUNIOR (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE VIEIRA JUNIOR OAB - MT3969-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020500-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KAOANE RIBEIRO MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020500-26.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:KAOANE RIBEIRO MOURA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 10:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002512-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANGELA ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA BARTOLINA DA ROSA OAB - MT24762/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. (REQUERIDO)
VIVENDA LAZER DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002512-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANGELA ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA BARTOLINA DA ROSA OAB - MT24762/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. (REQUERIDO)
VIVENDA LAZER DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011751-20.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO GASPAR DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO GASPAR DA SILVA OAB - MT24798/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008731-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA REGINA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDINETE RODRIGUES DE ARAUJO OAB - MT11074-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020508-03.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NANCI MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020508-03.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:NANCI MENDES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 10:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012423-28.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAVINA GOMES DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HALISON RODRIGUES DE BRITO OAB - MT0022355A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011520-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LCS LOCADORA, MANUTENCAO E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODOLFO YUJI MIYASHITA PIONA OAB - MT14049-O (ADVOGADO(A))
RAFAEL AUGUSTO DE BARROS CORREA OAB - MT14271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PLANSERV ASSESSORIA E SERVICOS PREDIAIS LTDA - ME (REQUERIDO)

Procedo à intimação da parte REQUERENTE do inteiro teor da sentença.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009276-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIETE MARIA DE SOUZA PEREIRA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELIA SILVA DE QUEIROZ OAB - MT26266-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREA KATIA ROSA (REQUERIDO)
WILDSON JORGE SILVA (REQUERIDO)

Procedo à intimação da parte REQUERENTE do inteiro teor da sentença.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006044-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE APARECIDA DA ROCHA ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018566-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAKIM DA SILVA BENDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
STEFANO ROBERTO GUIMARAES SILVEIRA CAMPOS JUNIOR OAB - MT25777/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: ELIAKIM DA SILVA BENDO Endereço: RUA CURIANGU, 19, CPA IV, CUIABÁ - MT - CEP: 78058-246 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para manifestar nos autos especificados, conforme DECISÃO e documentos que se encontram disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1018566-33.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 15.451,60 ESPÉCIE: [CANCELAMENTO DE VÔO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE: ELIAKIM DA SILVA BENDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: STEFANO ROBERTO GUIMARAES SILVEIRA CAMPOS JUNIOR REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013999-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KATIA DE JESUS LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HORACIO PERDIZ PINHEIRO NETO OAB - SP0157407A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerente: Nome: KATIA DE JESUS LUZ Endereço: Avenida C, Residencial Altos do Parque II, CUIABÁ - MT - CEP: 78096-475 A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de parte requerente, para manifestar nos autos especificados, conforme DECISÃO e documentos que se encontram disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1013999-56.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 270,69 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) REQUERENTE: KATIA DE JESUS LUZ ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: TALISSA NUNES DE SOUZA REQUERIDO: AVON COSMÉTICOS LTDA CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada

processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013999-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KATIA DE JESUS LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVON COSMÉTICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HORACIO PERDIZ PINHEIRO NETO OAB - SP0157407A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerido(a): Nome: AVON COSMÉTICOS LTDA Endereço: AVENIDA INTERLAGOS, 4300, - DE 3892 A 4500 - LADO PAR, JARDIM MARAJOARA, SÃO PAULO - SP - CEP: 04660-007 Senhor(a) AVON COSMÉTICOS LTDA: A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, para manifestar nos autos especificados, conforme DECISÃO e documentos que se encontram disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1013999-56.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 270,69 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DESPACHO: anexo REQUERENTE: KATIA DE JESUS LUZ ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: TALISSA NUNES DE SOUZA REQUERIDO: AVON COSMÉTICOS LTDA ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: HORACIO PERDIZ PINHEIRO NETO - SP0157407A CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010047-69.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KEILA SEVERINA DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004978-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HUDSON PEREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO REZENDE DE OLIVEIRA OAB - MT26596/O (ADVOGADO(A))
ALAN ALMEIDA SANTOS OAB - MT27462/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIACAO MOTTA LIMITADA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004978-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
HUDSON PEREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO REZENDE DE OLIVEIRA OAB - MT26596/O (ADVOGADO(A))
ALAN ALMEIDA SANTOS OAB - MT27462/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIACAO MOTTA LIMITADA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011533-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ITALO ROMEIRO BELCHIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO GASPAR DA SILVA OAB - MT24798/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
123 VIAGENS E TURISMO LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA GOULART PENTEADO OAB - SP167884-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO OAB - MG129459 (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004659-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GEIZE DE LIMA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERIKA DE OLIVEIRA DINIZ OAB - GO31716 (ADVOGADO(A))

Procedo à INTIMAÇÃO DAS PARTES na pessoa de seu advogado para

tomar conhecimento da SENTENÇA proferida nos presentes autos, ficando ciente que, caso queira, poderá propor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007103-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALVINA VIDOTTI RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Sara de Lourdes Soares Orione e Borges OAB - MT4807-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Aguas Cuiabá S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contrarrazões ao recurso inominado.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018053-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELAINE FRANCO OAB - MT14743-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerido: Nome: NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA Endereço: Rua I, 557, Ind.4 - Distrito Industrial, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-001 Senhor(a) NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerida, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1018053-65.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 11:00 REQUERENTE: EDSON SILVA PEREIRA Advogado do(a) REQUERENTE: ELAINE FRANCO - MT14743-O REQUERIDO: NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA Advogado do(a) REQUERIDO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - MT11065-A DESPACHO/DECISÃO: “” ADVERTÊNCIA(S): 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. Nessa audiência as partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. ATENÇÃO: LOCAL DA AUDIÊNCIA: As audiências de conciliação serão realizadas no seguinte endereço: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL. Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, Cuiabá-MT, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada-BIM. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) RAUL KOSZUOSKI JUNIOR Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018053-65.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELAINE FRANCO OAB - MT14743-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: EDSON SILVA PEREIRA Endereço: RESIDENCIAL BOSQUE DOS IPÊS, 14, AVENIDA DOUTOR HÉLIO RIBEIRO, S/N, RESIDENCIAL PAIAGUÁS, CUIABÁ - MT - CEP: 78048-911 Senhor(a) EDSON SILVA PEREIRA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1018053-65.2019.8.11.0001 VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 11/02/2020 Hora: 11:00 REQUERENTE: EDSON SILVA PEREIRA Advogado do(a) REQUERENTE: ELAINE FRANCO - MT14743-O REQUERIDO(A): NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA DESPACHO/DECISÃO: “” ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. ATENÇÃO: LOCAL DA AUDIÊNCIA: As audiências de conciliação serão realizadas no seguinte endereço: CEJUSC DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA CAPITAL. Rua Tenente Alcides Duarte de Souza, n. 275, Bairro Duque de Caxias I, Cuiabá-MT, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada-BIM. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) GEZIELY GEVEZIER LOUREIRO Gestora de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a

câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008217-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL RAMOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020547-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TAYLLOR DE MEDEIROS BREDER (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020547-97.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TAYLLOR DE MEDEIROS BREDER POLO PASSIVO: OI BRASILTELECOM FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: 8ª JEC Data: 29/01/2020 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 343, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009023-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THYAGO FERNANDO FERNANDES DA FONSECA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAELÇO CAVALCANTI JUNIOR OAB - MT14954-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte para, querendo, apresentar, no prazo de 05 (dez) dias, manifestação aos embargos de declaração.

JUVAM - Juizado Especial Volante Ambiental de Cuiabá

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 38723 Nr: 625-72.2018.811.0082
AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Cedrorana Comércio de Madeiras Eireli Me, Paulo Eduardo da Silva Baraldi, Jeferson da Silva Ferreira Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANILLO HENRIQUE FERNANDES - OAB:9866
.Expeça-se carta precatória com a finalidade de citar e intimar os acusados PAULO EDUARDO DA SILVA BARALDI e JEFERSON DA SILVA FERREIRA SOUZA, ambos por si e pela pessoa jurídica CEDRORANA COMÉRCIO DE MADEIRAS EIRELI ME. Faça constar na missiva que os acusados deverão comparecer à audiência acompanhado de advogado e com suas testemunhas, ou apresentar requerimento para intimação, no mínimo 05 (cinco) dias antes de sua realização (art. 78, §1º, da Lei n. 9.099/95).Registre-se, ainda, na carta que o Oficial de Justiça deverá indagar e certificar se os acusados pretendem constituir advogado ou se o juiz deve nomear-lhes defensor, bem como as razões pelas quais não pretendem contratar defensor (itens 7.5.1.4 e 7.5.1.5, acrescentados pelo Provimento n. 30/2008-CGJ).Caso os denunciados aleguem hipossuficiência, nomeio, desde já, o Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário UNIC Pantanal para a defesa dos réus, devendo a secretaria providenciar a intimação da defesa nomeada para comparecer à audiência designada.Junte-se aos autos às certidões de praxe, conforme solicitação do Ministério Público (fl. 80).Dê-se ciência ao Ministério Público.Requisitem-se/intimem-se as testemunhas que eventualmente forem arroladas pela defesa.Às providências.Cuiabá, 21 de agosto de 2019.Rodrigo Roberto CurvoJuiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo
Cod. Proc.: 41583 Nr: 2473-94.2018.811.0082
AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INDUSTRIA SUL LAMINADOS EIRELI - EPP, Noeli Ricci Grandini
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Maryene dos Santos Cristo - OAB:MT 20933
Vistos.
Cuida-se de denúncia oferecida contra INDÚSTRIA SUL LAMINADOS EIRELI – EPP e NOELI RICCI GRANDINI, pela suposta prática do crime ambiental tipificado no artigo 46, parágrafo único, da Lei n. 9.605/1998. Logo, denota-se que o processo deve tramitar pelo rito sumaríssimo, nos termos do artigo 394, §1º, inciso III, do Código de Processo Penal.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11 DE FEVEREIRO DE 2020, às 14h (art. 394, §1º, inciso III, do CPP c/c art. 78 da Lei n. 9.099/95), quando, nos termos do artigo 81 da Lei dos Juizados Especiais, será oportunizada a apresentação de resposta à acusação. Em seguida, será ou não recebida a denúncia, momento em que, sendo possível, proceder-se-á proposta de suspensão condicional do processo, conforme dispõe o artigo 89 da Lei n. 9.099/95.
Expeça-se carta precatória com a finalidade de citar e intimar a acusada NOELI RICCI GRANDINI, por si e pela pessoa jurídica INDÚSTRIA SUL LAMINADOS EIRELI – EPP. Faça constar na missiva que as acusadas deverão comparecer à audiência acompanhadas de advogado e com suas testemunhas, ou apresentar requerimento para intimação, no mínimo 05 (cinco) dias antes de sua realização (art. 78, §1º, da Lei n. 9.099/95).
Registre-se, ainda, na carta que o Oficial de Justiça deverá indagar e certificar se as acusadas pretendem constituir advogado ou se o juiz deve nomear-lhes defensor, bem como as razões pelas quais não pretendem contratar defensor (itens 7.5.1.4 e 7.5.1.5, acrescentados pelo Provimento n. 30/2008-CGJ).
Caso as denunciadas aleguem hipossuficiência, nomeio, desde já, o Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Cândido Rondon para a defesa das acusadas, devendo a secretaria providenciar a intimação da defesa nomeada para comparecer à audiência designada.
Junte-se aos autos às certidões de praxe.
Dê-se ciência ao Ministério Público.
Requisitem-se/intimem-se as testemunhas que eventualmente forem arroladas pela defesa.
Às providências.
Cuiabá, 21 de agosto de 2019.
Rodrigo Roberto Curvo
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 40682 Nr: 1932-61.2018.811.0082

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): NELSON KUNGEL-ME, Cidemad Indústria e Comércio Exportação de Madeiras Ltda-ME

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Edilson Stutz - OAB:RO 309-B, Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz - OAB:1112-RO

Vistos.

Designo audiência preliminar, a ser realizada pelo conciliador deste Juízo, para o dia 11 de fevereiro de 2020, às 14h30.

Intimem-se os autores do fato, preferencialmente por telefone e, alternativamente, por envio de carta registrada com aviso de recebimento (AR) no endereço informado nos autos.

Ciência ao Ministério Público.

Cumpra-se.

Cuiabá, 11 de novembro de 2019.

Rodrigo Roberto Curvo

Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Rodrigo Roberto Curvo

Cod. Proc.: 37425 Nr: 3558-52.2017.811.0082

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): Brasil Indústria e Beneficiamento de Madeiras Eireli Epp, Jeferson Luiz de Lara Cunha

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Francisco de Assis Dias de Freitas - OAB:5.802, SILVANA DA SILVA MORAES - OAB:7139

...resposta à acusação. Em seguida, será ou não recebida a denúncia, momento em que, sendo possível, proceder-se-á proposta de suspensão condicional do processo, conforme dispõe o artigo 89 da Lei n. 9.099/95.Expeça-se carta precatória com a finalidade de citar e intimar os acusados MARCOS FERREIRA LIMA e JEFERSON LUIZ DE LARA CUNHA, ambos por si e pela pessoa jurídica BRASIL INDÚSTRIA E BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS EIRELI EPP. Faça constar na missiva que os acusados deverão comparecer à audiência acompanhados de advogado e com suas testemunhas, ou apresentar requerimento para intimação, no mínimo 05 (cinco) dias antes de sua realização (art. 78, §1º, da Lei n. 9.099/95).Registre-se, ainda, na carta que o Oficial de Justiça deverá indagar e certificar se os acusados pretendem constituir advogado ou se o juiz deve nomear-lhes defensor, bem como as razões pelas quais não pretendem contratar defensor (itens 7.5.1.4 e 7.5.1.5, acrescentados pelo Provimento n. 30/2008-CGJ).Caso os denunciados aleguem hipossuficiência, nomeio, desde já, o Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Cândido Rondon para a defesa dos réus, devendo a secretaria providenciar a intimação da defesa nomeada para comparecer à audiência designada.Junte-se aos autos às certidões de praxe, conforme solicitação do Ministério Público.Requisitem-se/intimem-se as testemunhas que eventualmente forem arroladas pela defesa.Dê-se ciência ao Ministério Público.Às providências.Cuiabá, 09 de setembro de 2019.

Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020334-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CRISTINA DOMINGUES BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROECSON VALADARES SA OAB - MT19797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020334-91.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:MARIA CRISTINA DOMINGUES BARROS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROECSON VALADARES SA POLO PASSIVO: Estado de Mato Grosso FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 08:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 10 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0501325-16.2013.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NUBIA SANTANA DO NASCIMENTO OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
LUCIANE INFANTINO FRANÇA OAB - MT14668-O (ADVOGADO(A))
PAOLA FREITAS PENNA OAB - MT15584 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita: “Vistos, etc. Ao contador para elaboração dos cálculos. Juntado os cálculos, dê-se prosseguimento ao andamento processual, cumprindo-se integralmente o disposto no art. 13 da Lei n° 12.153/2009. Cumprido a obrigação e juntado os respectivos comprovantes de pagamento nos autos, no prazo legal, arquive-se. Intimem-se. Cuiabá, 25 de maio de 2017. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito.” OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1020353-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE VIEIRA DA CUNHA FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020353-97.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:JOSE VIEIRA DA CUNHA FILHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARCIA NIEDERLE POLO PASSIVO: ESTADO DE MATO GROSSO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020362-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOS SANTOS LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DOS SANTOS LIMA OAB - MT18087-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020362-59.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ROBERTO DOS SANTOS LIMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROBERTO DOS SANTOS LIMA POLO PASSIVO: ESTADO DE MATO GROSSO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 09:10 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1020391-12.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
TACIANA ATHAYDE FIRMIANO BRIANTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO OAB - MT11099-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020391-12.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:TACIANA ATHAYDE FIRMIANO BRIANTE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GUILHERME DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO POLO PASSIVO: ESTADO DE MATO GROSSO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001942-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EULALIO DA SILVA FRANCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) Ante o exposto, face à ausência da parte autora EULALIO DA SILVA FRANCA à audiência de conciliação JULGA-SE EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, na forma do artigo 51, I, da Lei 9099/95 c/c 27 da Lei 12.153/2009 e condena-se a parte requerente ao pagamento das custas processuais, por aplicação do Enunciado 28 do FONAJE.P.R.I.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002089-66.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
P.R.P BORGES COMERCIO EIRELI - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MARCIO DE OLIVEIRA OAB - MT14247-O (ADVOGADO(A))
ademar coelho da silva OAB - MT14948-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (REQUERIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...)Diante do exposto, RATIFICA-SE A LIMINAR e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para determinar aos requeridos que SUSPENDAM as cobranças de taxas (licenciamento e seguro obrigatório) e tributos (IPVA) incidentes sobre o veículo registrado em nome da requerente Gol 1.0, Volkswagen, ano/modelo 2014/2015, Placa QBT 2468, Renavam 1030281111; e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009.Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito.Renata Mattos Camargo de PaivaJuíza LeigaSENTENÇA Vistos, etc. Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Intimem-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001503-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSEANE PACHECO CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELA CECILIA DE OLIVEIRA LUZ OAB - MT21841/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGAM-SE PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para:1) declarar a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre adicional noturno (Tema 163[1]/STF);2) condenar o ESTADO DE MATO GROSSO a restituir ao autor a soma dos valores descontados a título de contribuição previdenciária sobre as verbas de adicional noturno e adicional de insalubridade no período de 06/2014 a 12/2014, e a autarquia MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT PREV a devolver a soma dos descontos de mesma natureza incidentes no período de 01/2015 a 05/2019, e demais descontos de mesma natureza até o efetivo cumprimento da liminar, mediante comprovação, ambas as importâncias acrescidas de correção monetária pelo IGP-DI/FGV, desde o desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC. Não incide condenação em custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 27, da Lei nº 12.153/2009.Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito.Joselaine Duarte GonzagaJuíza LeigaSENTENÇA Vistos, etc.Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95.Publique-se.Intimem-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013494-47.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIEL RODRIGUES FRANCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA ZAFINO ISIDORO FERREIRA MENDES OAB - MT12794-O (ADVOGADO(A))
ULISSES ALVES DE MACEDO NETO OAB - MT0013708A (ADVOGADO(A))
IVO SERGIO FERREIRA MENDES OAB - MT8909-O (ADVOGADO(A))
MAX MAGNO FERREIRA MENDES OAB - MT8093-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0047621-62.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TEREZINHA LUIZA PELLIZARI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
MARCIANO XAVIER DAS NEVES OAB - MT11190-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 0047621-62.2015.8.11.0041 POLO ATIVO:TEREZINHA

LUIZA PELLIZARI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOSE KROMINSKI, LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA, FABIANO ALVES ZANARDO, MARCIANO XAVIER DAS NEVES POLO PASSIVO: ESTADO DE MATO GROSSO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 09:30 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000032-75.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DAS DORES SANTIAGO PASINE (REQUERENTE)
PRISCILA MARTINS VIANA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0501325-16.2013.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NUBIA SANTANA DO NASCIMENTO OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
LUCIANE INFANTINO FRANÇA OAB - MT14668-O (ADVOGADO(A))
PAOLA FREITAS PENNA OAB - MT15584 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: Impulsiono o feito com a finalidade de INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para, se manifestar acerca da petição juntada pela parte Executada, informando o pagamento. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 0500139-84.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020430-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREA DE ANDRADE BRETAS GUIMARAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROECSON VALADARES SA OAB - MT19797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020430-09.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:ANDREA DE ANDRADE BRETAS GUIMARAES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROECSON VALADARES SA POLO PASSIVO: Estado de Mato Grosso FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001959-47.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JILDENI DE SOUZA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001015-11.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MANOELITO SOARES MAIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO FERNANDO DA SILVA CASTILHO OAB - MT10393-O (ADVOGADO(A))
JULIANA FAVALESSA SAMPAIO OAB - SP375091-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000073-42.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ODIL FERREIRA NETO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEFERSON FERREIRA NUNES OAB - MT23861/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003054-15.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CLEUZA APARECIDA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno José Ricci Boa Ventura OAB - MT9271-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015670-96.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ROSANGELA BECKERT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT0009309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1002341-06.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020453-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IRENIO LIMA FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAZARO ROBERTO MOREIRA LIMA OAB - MT10006-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE MATO GROSSO -DETRAN (REQUERIDO)
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020453-52.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:IRENIO LIMA FERNANDES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LAZARO ROBERTO MOREIRA LIMA POLO PASSIVO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 07/04/2020 Hora: 09:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001354-67.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MACKSEN FULVIO SEMOTO ANTONIETTI FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Jeonathãn Suel Dias OAB - MT15978-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
BRUNA FRANCE GOMES SIMOES OAB - MT22414-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001473-91.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MARIO PEREIRA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIA MARA GONÇALVES OAB - MT10740/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000642-43.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADORACI MARIA SCHNEIDER DIEHL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001494-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA DE OLIVEIRA LOBO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELA CECILIA DE OLIVEIRA LUZ OAB - MT21841/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) DISPOSITIVO DA SENTENÇA ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0502003-94.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARINES DE FATIMA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0504037-42.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO BERNARDINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002893-68.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALTAIR JOSE PEREIRA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO LOUZICH DA SILVA OAB - MT17532-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002893-68.2017.8.11.0001 REQUERENTE: ALTAIR JOSE PEREIRA JUNIOR REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de processo no qual foi certificado a existência de Execução Provisória nº 1001822-94.2018.8.11.0001 (id. 18781102). Tendo em vista que, a execução provisória, com o trânsito em julgado do título judicial, transforma-se, automaticamente, em definitiva, indefere-se o pedido de id. 24307559 e determina-se o arquivamento dos autos. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de

Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1017882-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO AUGUSTO SILVERIO BIANCHI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1017882-11.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RENATO AUGUSTO SILVERIO BIANCHI REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a restituição de contribuição previdenciária descontada, em tese, indevidamente, desde 2015. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, legitimado passivo para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (1º/1/2015). Verifica-se, portanto, pelo teor da causa de pedir, que se trata de hipótese de litisconsórcio. Ante o exposto, com amparo nos princípio da economia processual e eficiência, faculto à parte autora emendar a petição inicial, para, querendo, incluir o litisconsorte e apresentar demonstrativo de débito especificando o período, valores e natureza do desconto, observando a legitimidade passiva, bem como para juntar fichas financeiras atualizadas até a data de distribuição, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0506089-11.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NEIDE FREIRE DEMARCHI (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0506089-11.2014.8.11.0001 EXEQUENTE: NEIDE FREIRE DEMARCHI EXECUTADO: INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte exequente para se manifestar acerca da concordância do valor depositado no id. 24311735 e integral quitação, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1012574-91.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSON BARBOSA LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1012574-91.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CELSON BARBOSA LOPES REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para emendar a petição inicial para juntar a copia do processo administrativo no qual foi negado o pedido de aposentadoria, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1013766-59.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GERSON JOSE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIA LORENA SILVA FIGUEIREDO OAB - MT22037/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1013766-59.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GERSON JOSE DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Dispensa-se a audiência de conciliação. Cite-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, especialmente para apresentar (em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009, e querendo contestar no prazo de 30 dias. Em seguida intime-se a parte autora para, querendo, impugnar, no prazo de 15 dias. Após, conclusos para a sentença. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018731-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
KELLITON RODRIGUES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA ANTONELLI OAB - MT10042/O-O (ADVOGADO(A))
MARCO AURELIO MARRAFON OAB - PR40092 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018731-80.2019.8.11.0001 REQUERENTE: KELLITON RODRIGUES DE SOUZA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar fichas financeiras atualizadas, demonstrativo de cálculo do total que pretende receber devidamente atualizado até a distribuição, de acordo com os índices aplicáveis aos débitos da Fazenda Pública, informando na planilha a natureza do pedido, bem como para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1018067-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LETICIA AZEREDO BALTAZAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018067-49.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LETICIA AZEREDO BALTAZAR

REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a suspensão e a restituição de contribuição previdenciária descontada, em tese, indevidamente, desde 2016. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, legitimado passivo para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (1º/1/2015). Verifica-se, portanto, pelo teor da causa de pedir, que se trata de hipótese de litisconsórcio. Ante o exposto, com amparo nos princípio da economia processual e eficiência, faculto à parte autora emendar a petição inicial, para, querendo, incluir o litisconsorte e apresentar demonstrativo de débito especificando o período, valores e natureza do desconto, observando a legitimidade passiva, bem como para juntar fichas financeiras atualizadas até a data de distribuição, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1002936-39.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADENIR RIBEIRO CORREA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAURINDA SARA DA ROCHA GOMES OAB - MT20823-O (ADVOGADO(A))
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
JOELMA DOS REIS RIBEIRO OAB - MT17016-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002936-39.2016.8.11.0001 EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO EXEQUENTE: ADENIR RIBEIRO CORREA Vistos, etc. O processo encontra-se com acórdão transitado em julgado e inexiste requerimento pendente de apreciação. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1017902-02.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ MARIO DO NASCIMENTO JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1017902-02.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUIZ MARIO DO NASCIMENTO JUNIOR REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a suspensão e a restituição de contribuição previdenciária descontada, em tese, indevidamente, desde 2016. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, legitimado passivo para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (1º/1/2015). Verifica-se, portanto, pelo teor da causa de pedir, que se trata de hipótese de litisconsórcio. Ante o exposto, com amparo nos princípio da economia processual e eficiência, faculto à parte autora emendar a petição inicial, para, querendo, incluir o litisconsorte e apresentar demonstrativo de débito especificando o período, valores e natureza do desconto, observando a legitimidade passiva, bem como para juntar documento pessoal legível, fichas financeiras atualizadas até a data de distribuição, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002148-54.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DOS ANJOS SILVA MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL RIBEIRO DA GUIA OAB - MT14169-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002148-54.2018.8.11.0001 REQUERENTE: MARIA DOS ANJOS SILVA MARTINS REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1018780-24.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LENILSON BARROS DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KETELIN SANTIAGO COLETA OAB - MT21563/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018780-24.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LENILSON BARROS DE MORAES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar documento pessoal legível, ficha financeira atualizada até a data da distribuição, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002545-84.2016.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENER BARBOSA NAZARENO EGUAL (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002545-84.2016.8.11.0001 REQUERENTE: RENER BARBOSA NAZARENO EGUAL REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018769-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALCIMAR NUNES BEZERRA SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROECSON VALADARES SA OAB - MT19797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018769-92.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALCIMAR NUNES BEZERRA SANTANA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a suspensão e a restituição de contribuição previdenciária descontada, em tese, indevidamente, desde 2014. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, legitimado passivo para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (1º/1/2015). Verifica-se, portanto, pelo teor da causa de pedir, que se trata de hipótese de litisconsórcio. Ante o exposto, com amparo nos princípio da economia processual e eficiência, faculto à parte autora emendar a petição inicial, para, querendo, incluir o litisconsorte e apresentar demonstrativo de débito especificando o período, valores e natureza do desconto, observando a legitimidade passiva, bem como para juntar fichas financeiras atualizadas até a data de distribuição, comprovante de endereço, comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1019201-14.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAYSSA PAOLLA ANDRADE BAPTISTA DA CUNHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL FERNANDES TEIXEIRA OAB - MT36891-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019201-14.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: RAYSSA PAOLLA ANDRADE BAPTISTA DA CUNHA EXECUTADO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para informar na planilha de cálculos a natureza do pedido, bem como para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1018844-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDNILSON HILARIO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROECSON VALADARES SA OAB - MT19797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018844-34.2019.8.11.0001 REQUERENTE: EDNILSON HILARIO DOS SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a suspensão e a restituição de contribuição previdenciária descontada, em tese, indevidamente, desde 2014. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, legitimado passivo para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (1º/1/2015). Verifica-se, portanto, pelo teor da causa de pedir, que se trata de hipótese de litisconsórcio. Ante o exposto, com amparo nos princípio da economia processual e eficiência, faculto à parte autora emendar a petição inicial, para, querendo, incluir o litisconsorte e apresentar demonstrativo de débito especificando o período, valores e natureza do desconto, observando a legitimidade passiva, bem como para juntar o comprovante de endereço, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1018790-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA DA ROCHA VALENTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018790-68.2019.8.11.0001 REQUERENTE: VILMA DA ROCHA VALENTINS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a suspensão e a restituição de contribuição previdenciária descontada, em tese, indevidamente, desde 2015. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, legitimado passivo para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (1º/1/2015). Verifica-se, portanto, pelo teor da causa de pedir, que se trata de hipótese de litisconsórcio. Ante o exposto, com amparo nos princípio da economia processual e eficiência, faculto à parte autora emendar a petição inicial, para, querendo, incluir o litisconsorte e apresentar demonstrativo de débito especificando o período, valores e natureza do desconto, observando a legitimidade passiva, bem como para juntar fichas financeiras atualizadas até a data de distribuição, comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019259-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA NATERCIA DE AQUINO GODOY (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA OAB - MT0010309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019259-17.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CARLA NATERCIA DE AQUINO GODOY REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para informar na planilha de cálculos a natureza do pedido, bem como para juntar fichas financeiras atualizadas, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias,

sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019352-77.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA MARIA QUINTINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROECSON VALADARES SA OAB - MT19797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019352-77.2019.8.11.0001 REQUERENTE: SONIA MARIA QUINTINO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para informar na planilha de cálculos a natureza do pedido, bem como para juntar comprovante de endereço, fichas financeiras atualizadas, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019269-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRA DE SOUZA MAIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA OAB - MT0010309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019269-61.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALEXANDRA DE SOUZA MAIA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para informar na planilha de cálculos a natureza do pedido, bem como para juntar fichas financeiras atualizadas, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019523-34.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
isabela harumi nepomuceno (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON MARTINS MELLO OAB - MT3811-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019523-34.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ISABELA HARUMI NEPOMUCENO REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para informar na planilha de cálculos a natureza do pedido, bem como para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias,

sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1017887-33.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO AUGUSTO SILVERIO BIANCHI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1017887-33.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RENATO AUGUSTO SILVERIO BIANCHI REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a suspensão e a restituição de contribuição previdenciária descontada, em tese, indevidamente, desde 2015. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, legitimado passivo para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (1º/1/2015). Verifica-se, portanto, pelo teor da causa de pedir, que se trata de hipótese de litisconsórcio. Ante o exposto, com amparo nos princípio da economia processual e eficiência, faculto à parte autora emendar a petição inicial, para, querendo, incluir o litisconsorte e apresentar demonstrativo de débito especificando o período, valores e natureza do desconto, observando a legitimidade passiva, bem como para juntar fichas financeiras atualizadas até a data de distribuição, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1018812-29.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE BASTOS FONSECA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018812-29.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CRISTIANE BASTOS FONSECA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO 'Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a suspensão e a restituição de contribuição previdenciária descontada, em tese, indevidamente, desde 2015. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, legitimado passivo para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (1º/1/2015). Verifica-se, portanto, pelo teor da causa de pedir, que se trata de hipótese de litisconsórcio. Ante o exposto, com amparo nos princípio da economia processual e eficiência, faculto à parte autora emendar a petição inicial, para, querendo, incluir o litisconsorte e apresentar demonstrativo de débito especificando o período, valores e natureza do desconto, observando a legitimidade passiva, bem como para juntar fichas financeiras atualizadas até a data de distribuição, comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração

pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019571-90.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GRAZIELE PACELIUKA DE CAPRIO CARDOVANI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA OAB - MT0010309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019571-90.2019.8.11.0001 REQUERENTE: GRAZIELE PACELIUKA DE CAPRIO CARDOVANI REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para informar na planilha de cálculos a natureza do pedido, bem como para apresentar fichas financeiras atualizadas, até a data da distribuição, comprovante de endereço atualizado, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019380-45.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA ROSA DE SOUZA REIS MARIN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROECSON VALADARES SA OAB - MT19797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019380-45.2019.8.11.0001 REQUERENTE: VILMA ROSA DE SOUZA REIS MARIN REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a suspensão e a restituição de contribuição previdenciária descontada, em tese, indevidamente, desde 2014. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, legitimado passivo para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (1º/1/2015). Verifica-se, portanto, pelo teor da causa de pedir, que se trata de hipótese de litisconsórcio. Ante o exposto, com amparo nos princípio da economia processual e eficiência, faculto à parte autora emendar a petição inicial, para, querendo, incluir o litisconsorte e apresentar demonstrativo de débito especificando o período, valores e natureza do desconto, observando a legitimidade passiva, bem como para juntar o comprovante de endereço, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1013831-54.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS DE LUCENA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIA LORENA SILVA FIGUEIREDO OAB - MT22037/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1013831-54.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARCOS DE LUCENA ALMEIDA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Dispensa-se a audiência de conciliação. Contestação já apresentada. Intime-se a parte autora para querendo impugnar no prazo de 15 dias e volvam conclusos para a sentença. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0502568-58.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DJAN JOSE CAMPOS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0504028-46.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE BAGINI (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARISSA AGUIDA VILELA PEREIRA OAB - MT9196-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 0504028-46.2015.8.11.0001. EXEQUENTE: ESTADO DE MATO GROSSO EXECUTADO: ELIANE BAGINI Vistos, etc. Trata-se de embargos de declaração opostos contra despacho de id. 26577563. O recurso apresentado não preenche os pressupostos de admissibilidade. Não são cabíveis embargos de declaração contra despacho/decisão interlocutória no âmbito dos Juizados Especiais, como se observa no art. 1.066, caput, do Código de Processo Civil, que altera a redação do art. 83, da Lei n. 9.099/95, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 83. Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão”. Não se tratando de sentença ou acórdão, não há que se falar no cabimento dos aclaratórios, além disso, não há nenhum vício que permita correção de ofício e não basta inconformismo da parte para modificação do já decidido, mormente quando a decisão é atacável por meio do recurso próprio. Diante disso, NÃO SE CONHECE dos embargos. Cumpra-se o despacho de id. 26577563. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0500604-98.2012.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEOVALDO EMANOEL SALES DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo:

0500604-98.2012.8.11.0001 EXEQUENTE: LEOVALDO EMANOEL SALES DA SILVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte exequente para apresentar os dados bancários, de acordo com o artigo 6º, §1º do Provimento 11/2017 CM, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, cumpra-se a sentença de id. 24422007. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019901-87.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO NYDAIE DE BRITO ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718 (ADVOGADO(A))
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019901-87.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LEONARDO NYDAIE DE BRITO ALMEIDA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação proposta em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO objetivando a suspensão e a restituição de contribuição previdenciária descontada, em tese, indevidamente, desde 2014. A Lei Complementar nº 560, de 31/12/2014 estabelece que o MT PREV é entidade autárquica com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e, portanto, legitimado passivo para responder pelas restituições de contribuição previdenciária a partir de sua criação (1º/1/2015). Verifica-se, portanto, pelo teor da causa de pedir, que se trata de hipótese de litisconsórcio. Ante o exposto, com amparo nos princípio da economia processual e eficiência, faculto à parte autora emendar a petição inicial, para, querendo, incluir o litisconsorte e apresentar demonstrativo de débito especificando o período, valores e natureza do desconto, observando a legitimidade passiva, bem como para juntar fichas financeiras atualizadas até a data da distribuição, o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0500273-19.2012.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ERCILIO BOM DESPACHO DE MAGALHAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0500273-19.2012.8.11.0001 REQUERENTE: ERCILIO BOM DESPACHO DE MAGALHAES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte exequente para apresentar os dados bancários, de acordo com o artigo 6º, §1º do Provimento 11/2017 CM, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, cumpra-se a sentença retro. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0503379-81.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA RUBIA OLIVEIRA SILVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ATILA KLEBER OLIVEIRA SILVEIRA OAB - MT10464-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0503379-81.2015.8.11.0001 EXEQUENTE: ANGELA RUBIA OLIVEIRA SILVEIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Indefere-se o pedido de id. 26410163. Intime-se a parte exequente para apresentar os dados bancários, de acordo com o artigo 6º, §1º do Provimento 11/2017 CM, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, cumpra-se a sentença retro. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0500966-03.2012.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DIAS GUIMARAES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
jonathas borges hosaka OAB - MT15136-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ - 03.507.415/0018-92 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0500966-03.2012.8.11.0001 EXEQUENTE: JOSE DIAS GUIMARAES EXECUTADO: INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte exequente para apresentar os dados bancários, de acordo com o artigo 6º, §1º do Provimento 11/2017 CM, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, cumpra-se a sentença retro. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0500269-79.2012.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUAZIL DO NASCIMENTO ALNEIDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0500269-79.2012.8.11.0001 EXEQUENTE: JUAZIL DO NASCIMENTO ALNEIDA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte exequente para apresentar os dados bancários, de acordo com o artigo 6º, §1º do Provimento 11/2017 CM, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, cumpra-se a sentença retro. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1014682-93.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO ANTUNES DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1014682-93.2019.8.11.0001 REQUERENTE: PAULO ROBERTO ANTUNES DE LIMA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a

parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1010136-92.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AELSO GAUDIE LEI DODO (REQUERENTE)
CARLOS NORBERTO DA SILVA NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO VITOR MOMBERGUE NASCIMENTO OAB - MT18707-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1010136-92.2019.8.11.0001 REQUERENTE: AELSO GAUDIE LEI DODO, CARLOS NORBERTO DA SILVA NETO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intimem-se os requerentes para juntarem o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1017723-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1017723-68.2019.8.11.0001 REQUERENTE: EDILSON DE SIQUEIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1016812-56.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AMINAPBE MATILDES DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1016812-56.2019.8.11.0001 REQUERENTE: AMINAPBE MATILDES DIAS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar documento pessoal legível, bem como para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1016799-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO NUNES JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1016799-57.2019.8.11.0001 REQUERENTE: PAULO ROBERTO NUNES JUNIOR REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para apresentar documento pessoal legível, bem como para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0500479-33.2012.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PETRONILIO GOMES DE ARRUDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIANE DE SOUZA MONARO OAB - MT13094-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ - 03.507.415/0018-92 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

1 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0500479-33.2012.8.11.0001 EXEQUENTE: PETRONILIO GOMES DE ARRUDA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação em fase de cumprimento de sentença. O exequente pugna pelo levantamento da quantia depositada pelo executado e “intimação da ré para quitar os honorários de sucumbência conforme cálculos id. 16469593, no valor de R$ 964,21. ”. Verifica-se que, a comprovação do pagamento realizado pelo executado refere-se somente ao valor principal. Não havendo, portanto, comprovação do pagamento dos honorários sucumbenciais. Portanto, defere-se o pedido de levantamento do valor incontroverso, relativo ao depósito na importância de R$9.642,14, e determina-se a intimação do executado para comprovar o pagamento dos honorários sucumbenciais, no prazo de 15 dias. Com manifestação ou decurso do prazo, intime-se a exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 dias. Expeça-se o necessário. Após, conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019985-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO FERNANDES BUENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Antonio Eduardo Costa e Silva OAB - MT13752-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019985-88.2019.8.11.0001 REQUERENTE: EDUARDO FERNANDES BUENO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0505484-65.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ELIANE DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019566-68.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALIDES BENEDITA DE SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO GUILHERME AGUIRRE GUEDES OAB - MT10519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDORES DO PL MT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019566-68.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALIDES BENEDITA DE SIQUEIRA REQUERIDO: INSTITUTO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDORES DO PL MT Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019030-57.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUCEMARA CARNEIRO MARQUES GODINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAYROUZ MAHALA ARFOX OAB - MT13033-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019030-57.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JUCEMARA CARNEIRO MARQUES GODINHO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Intime-se a parte autora para informar na planilha de cálculos a natureza do pedido, bem como para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019330-19.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSALVO APARECIDO PINTO RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER MAX TAVARES DOS SANTOS SILVA OAB - MT0015472A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019330-19.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ROSALVO APARECIDO PINTO RIBEIRO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018977-76.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO SERGIO DOS SANTOS VIANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1018977-76.2019.8.11.0001 REQUERENTE: PAULO SERGIO DOS SANTOS VIANA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019983-21.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
UESLEI FERREIRA BOTELHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA LETICIA LIMA DE MATOS OAB - MT26387/O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1019983-21.2019.8.11.0001 REQUERENTE: UESLEI FERREIRA BOTELHO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Notifique-se o representante judicial da Fazenda Pública para que se manifeste, sem prejuízo a posterior contestação, sobre o pedido de tutela provisória, no prazo de 72 horas, conforme dispõe os arts. 1.059 do CPC/2015 e 2º da Lei 8437/92, podendo juntar documentos. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1020032-62.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
L. F. DE ALMEIDA CAPISTRANO - ME (EXEQUENTE)

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA CAPISTRANO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADI PEDROSA DE ALMEIDA OAB - MT7951-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1020032-62.2019.8.11.0001 EXEQUENTE: L. F. DE ALMEIDA CAPISTRANO - ME, LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA CAPISTRANO EXECUTADO: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ESTADO DE MATO GROSSO, GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Quanto ao pedido "g) Seja declarado cancelado a Inscrição em Dívida Ativa, junto á Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso – PGE." Não consta nos autos documento comprobatório da inscrição em dívida ativa, apenas uma anotação manual de suposto dados da CDA no documento de id 27025422. Intime-se a parte autora para juntar aos autos cópia da CDA ou protesto respectivo, no prazo de 15 dias. Após conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1020391-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TACIANA ATHAYDE FIRMIANO BRIANTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO OAB - MT11099-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1020391-12.2019.8.11.0001 REQUERENTE: TACIANA ATHAYDE FIRMIANO BRIANTE REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002022-04.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDER AZEVEDO RAMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIOVANNA VIEIRA DE ANDRADE PROCHNOW OAB - MT24717/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002022-04.2018.8.11.0001 REQUERENTE: EDER AZEVEDO RAMOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. As partes foram devidamente intimadas do retorno dos autos da Turma Recursal e, conforme certidão retro, nada manifestaram. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1032637-85.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE PAES DE BARROS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUCIMEIRE MARQUES DE OLIVEIRA OAB - MT6484-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1032637-85.2017.8.11.0041 EXEQUENTE: JOSE PAES DE BARROS EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de pedido de cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Intime-se a parte autora para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito observando os requisitos do art. 534 do Código de Processo Civil, os parâmetros fixados na sentença e o limite fixado no art. 2º, caput, da Lei 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001446-11.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX ALEXANDRE DA SILVA COENGA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDNILDES PEREIRA DE SOUZA OAB - MT24222/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001446-11.2018.8.11.0001 REQUERENTE: ALEX ALEXANDRE DA SILVA COENGA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de pedido de cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Intime-se a parte autora para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito observando os requisitos do art. 534 do Código de Processo Civil, os parâmetros fixados na sentença e o limite fixado no art. 2º, caput, da Lei 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0501677-37.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCELIA MATOS DE LUCENA SEROR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0501404-58.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EUDOCIO PEDROSO DE CASTILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0505076-40.2015.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
TANIA REGINA FARIA ORTIZ (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALTER DA SILVA OAB - MT11586-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0505076-40.2015.8.11.0001 EXEQUENTE: TANIA REGINA FARIA ORTIZ EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se o ESTADO DE MATO GROSSO para informar, no prazo de 5 dias, os dados relativos a conta bancária para restituição do valor depositado correspondente ao pagamento voluntário extemporâneo, sob pena de ser pago na conta já informada em outros processos e expeça-se o correspondente alvará de levantamento da importância remanescente na conta judicial. Após, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001057-60.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAN SUZANA DE CAMPOS YOUSEF (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001057-60.2017.8.11.0001 REQUERENTE: MIRIAN SUZANA DE CAMPOS YOUSEF REQUERIDO: INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de pedido de cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Intime-se a parte autora para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito observando os requisitos do art. 534 do Código de Processo Civil, os parâmetros fixados na sentença e o limite fixado no art. 2º, caput, da Lei 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001645-33.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSENILDO SONAQUE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELIO CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT13555-O (ADVOGADO(A))
RODRIGO DA COSTA TEIXEIRA OAB - MT21854/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001645-33.2018.8.11.0001 REQUERENTE: JOSENILDO SONAQUE REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de pedido de cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Intime-se a parte autora para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito observando os requisitos do art. 534 do Código de Processo Civil, os parâmetros fixados na sentença e o limite fixado no art. 2º, caput, da Lei 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0505506-26.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LOACY CARVINA DO CARMO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000658-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO BRANDALISE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO LUIS CASSIMIRO DA SILVA OAB - MT18060-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
estado de mato grosso (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) Diante do exposto, RATIFICA-SE a liminar e JULGA-SE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, para CONDENAR os requeridos, solidariamente, a providenciar a realização do procedimento cirúrgico de "revascularização por ponte tromboendarterectomia aorto femural direita" no requerente, conforme prescrição médica, em rede pública ou particular de saúde, credenciada ou não ao SUS, a seu custo e ônus, respeitando o teto do juizado. E, por consequência, DECLARA-SE EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC/2015.Sem custas nem honorários, conforme os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009.Consoante o disposto no art. 40, da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Joselaine Duarte GonzagaJuíza LeigaSENTENÇAVistos, etc.Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95.Publique-se.Intime-se.Cuiabá-MT, data de registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0505657-89.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIANA CORREA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001822-94.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALTAIR JOSE PEREIRA JUNIOR (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO LOUZICH DA SILVA OAB - MT17532-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1001822-94.2018.8.11.0001 EXEQUENTE: ALTAIR JOSE PEREIRA JUNIOR EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de execução provisória no qual foi certificado o retorno os autos principais 1002893-68.2017.8.11.0001 da Turma Recursal (id. 18781128). Tendo em vista que, a execução provisória, com o trânsito em julgado do título

judicial, transforma-se, automaticamente, em definitiva, determina-se a intimação do exequente para que, no prazo de 15 dias, junte aos autos cópia da certidão do trânsito em julgado e o acórdão dos autos principais. Após, conclusos. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0505888-19.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IOLANDA BOLDRIN DA COSTA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 0505473-36.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROSINEIDE GRACIANA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLÁUDIO CARDOSO FÉLIX OAB - MT12004-O (ADVOGADO(A))
Natália Ramos Bezerra Regis OAB - MT12048-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)

FINALIDADE: Impulsiono o presente feito, com a finalidade de INTIMAR AS PARTES, para manifestarem sobre o retorno dos autos da Turma Recursal, no prazo de 10 (dez) dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009129-42.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA LORAYNE ALMEIDA HAENISCH (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
KESSIA NAYANNE AMARAL MATOS OAB - MT0019561A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO PROCESSO n. 1009129-42.2019.8.11.0041 Valor da causa: ESPÉCIE: [ENQUADRAMENTO]->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: BRUNA LORAYNE ALMEIDA HAENISCH Endereço: RUA QUATRO, 17, (LOT TARUMÃ), RESIDENCIAL JULIO DOMINGOS, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78158-424 POLO PASSIVO: Nome: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE DESTINATÁRIO(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S), ACIMA DESCRITA(S), do inteiro teor da r. sentença, a seguir transcrita, e/ou vinculada com acesso disponível no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. SENTENÇA: Vistos, etc.Relatório dispensado por força do disposto no art. 38 da Lei 9.099/95.FUNDAMENTO e DECIDO.Trata-se se pedido de desistência da ação formulado pela parte autora antes da sentença, no qual manifesta sua falta de interesse no prosseguimento da lide.É cediço que havendo a estabilização subjetiva da lide por meio da formalização da angularização processual, deve-se buscar a anuência da parte requerida em relação ao mencionado pedido de desistência.No entanto, o Enunciado 90 do FONAJE dos Juizados Especiais Cíveis estabelece que "A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento." (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ).Sabe-se que referido Enunciado 90 se aplica ao Juizado da Fazenda Pública em decorrência do Enunciado 01 da Fazenda Pública, que estabelece que "Aplicam-se aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, no que couber, os Enunciados dos Juizados Especiais Cíveis" (XXIX Encontro – Bonito/MS).Desse modo, HOMOLOGA-SE o pedido de desistência da ação formulado pela parte autora para que produza os jurídicos e legais efeitos, e, de consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.Publicada no sistema PJe.Arquive-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente. 2. É necessária a assistência de Advogado ou Defensor Público para interpor Recurso Inominado. CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002732-24.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIR MAGALHAES DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARENA AUTOMOVEIS LTDA. - ME (REQUERIDO)
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUALTON REUTER DE MIRANDA OAB - 545.364.051-00 (REPRESENTANTE)
CAMILA ZANDAVALLI DE MIRANDA OAB - 041.344.971-83 (REPRESENTANTE)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) Ante o exposto, reconhece-se de ofício, a ilegitimidade passiva do Estado de Mato Grosso e do DETRAN/MT e, de consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VI do CPC e art. 51 da Lei 9.099/95.Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009.Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito.Renata Mattos Camargo de PaivaJuíza LeigaSENTENÇA Vistos, etc.Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95.Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias.Publique-se.Intimem-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002236-92.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:

LUCIMARA APARECIDA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE VITOR PEREIRA DE CASTRO OAB - MT11258-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO - FAZENDA PÚBLICA (REQUERIDO)
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) .Diante do exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS, para CONDENAR:a) O requerido ao pagamento a título de danos materiais em favor do autor o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) acrescido, a partir da citação, de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação da Lei nº 11.960/09, e, de correção monetária, pelo mesmo índice, até 25/03/2015 e, posteriormente, pelo IPCA-E, a partir do evento danoso.b) A título de danos morais o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescidos de juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação da Lei nº 11.960/09, do arbitramento, e, de correção monetária, até 25/03/2015, e, posteriormente, pelo IPCA-E, a partir da citação. Sem condenação ao pagamento de custas e honorários (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c 27, da Lei nº 12.153/09). Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito. Renata Mattos Camargo de PaivaJuíza Leiga SENTENÇAVistos, etc.Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40, da Lei nº 9.099/95.Publique-se.Intimem-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020514-10.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA REGINA BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GONCALO DE SOUZA SILVA OAB - MT0019148A (ADVOGADO(A))
MARLI DANTAS DO NASCIMENTO OAB - MT20781/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1020514-10.2019.8.11.0001 POLO ATIVO:SONIA REGINA BORGES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GONCALO DE SOUZA SILVA, MARLI DANTAS DO NASCIMENTO POLO PASSIVO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CUIABÁ - J.E.FAZ. PÚB. - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 28/01/2020 Hora: 15:50 , no endereço: RUA TENENTE ALCIDES DUARTE DE SOUZA, 275, Telefone: (65) 3648-6000, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-263 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1015499-60.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
R. D. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER MAX TAVARES DOS SANTOS SILVA OAB - MT0015472A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
E. D. M. G. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1015499-60.2019.8.11.0001 REQUERENTE: REGINO DIAS DOS SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Por ora, cancele-se a audiência de conciliação designada. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003204-59.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
SOLANGE CARNEIRO CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIMONE CARNEIRO CAMPOS OAB - MT18968-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) Ante o exposto, reconhece-se, de ofício, a ilegitimidade passiva do DETRAN/MT para a pretensão de obrigação de fazer transferência de veículo, e a ausência de interesse processual, na modalidade adequação, para a ação declaratória de alienação de veículo com vistas à isenção de tributos, multas e taxas, por consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, VI do CPC.Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009.Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito.Renata Mattos Camargo de PaivaJuíza LeigaSENTENÇA Vistos, etc.Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95.Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se.Publique-se.Intimem-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1002385-88.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
EDERSON BRANDAO DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIA LORENA SILVA FIGUEIREDO OAB - MT22037/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1002385-88.2018.8.11.0001 REQUERENTE: EDERSON BRANDAO DUARTE REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000541-06.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARLON FABRICIO COSTA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEFERSON FERREIRA NUNES OAB - MT23861/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1000541-06.2018.8.11.0001 REQUERENTE: MARLON FABRICIO COSTA DE OLIVEIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001105-19.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUSSANDRO FERREIRA DE MELO (REQUERENTE)

Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
ALDIMAR ALVES PEREIRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISCO CLAUDIO JASSNIKER JUNIOR OAB - MT21087-O (ADVOGADO(A))
RENAN NADAF GUSMÃO OAB - MT16284-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) Desse modo, HOMOLOGA-SE o pedido de desistência da ação formulado pela parte autora para que produza os jurídicos e legais efeitos, e, de consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.Publicada no sistema PJe.Arquive-se.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019375-23.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO ZAMPIERI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO ZAMPIERI OAB - MT4094-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Detran MT (REQUERIDO)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...)Inexistindo óbice legal, HOMOLOGA-SE, por sentença, a desistência da ação, para que produza os seus jurídicos efeitos e, em consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII, do CPC.Sem custas e honorários.Transitada em julgado, arquivem-se os presentes autos, com as baixas e anotações de estilo.Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005952-70.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAZARO DONIZETE DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO ADRIANO MENDONCA OAB - MT23872/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (RÉU)

FINALIDADE:O presente expediente tem por finalidade a intimação da(s) parte(s) para CIÊNCIA DA SENTENÇA proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, cuja parte dispositiva está, a seguir, transcrita: "(...) .Ante o exposto, ACOLHE-SE a ilegitimidade passiva do DETRAN/MT e JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil.Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009.Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação da MM. Juíza de Direito.Haiana Katherine Menezes FolmannJuíza LeigaSENTENÇAVistos, etc.Homologa-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95.Preclusa a via recursal, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias.Publique-seIntimem-se.Cuiabá, data registada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ". OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0504028-46.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE BAGINI (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARISSA AGUIDA VILELA PEREIRA OAB - MT9196-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 0504028-46.2015.8.11.0001. EXEQUENTE: ESTADO DE MATO GROSSO EXECUTADO: ELIANE BAGINI Vistos, etc. Trata-se de embargos de declaração opostos contra despacho de id. 26577563. O recurso apresentado não preenche os pressupostos de admissibilidade. Não são cabíveis embargos de declaração contra despacho/decisão interlocutória no âmbito dos Juizados Especiais, como se observa no art. 1.066, caput, do Código de Processo Civil, que altera a redação do art. 83, da Lei n. 9.099/95, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 83. Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão". Não se tratando de sentença ou acórdão, não há que se falar no cabimento dos aclaratórios, além disso, não há nenhum vício que permita correção de ofício e não basta inconformismo da parte para modificação do já decidido, mormente quando a decisão é atacável por meio do recurso próprio. Diante disso, NÃO SE CONHECE dos embargos. Cumpra-se o despacho de id. 26577563. Intimem-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0504348-33.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JUCINEY SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 0504348-33.2014.8.11.0001 EXEQUENTE: JUCINEY SILVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Cumpra-se a sentença de id. 25214059. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013065-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
R. L. C. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIDERSON GOMES DOS SANTOS OAB - MT14797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
E. D. M. G. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DESPACHO Numero do Processo: 1013065-98.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RODRIGO LISBOA CARLINI REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Indefere-se o pedido de sigilo do processo ante a ausência de justificativa. Intime-se a parte autora para juntar o comprovante de protocolo do pedido administrativo referente ao pedido deduzido em juízo e a respectiva decisão negativa da administração pública, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por ausência de interesse de agir. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1028076-81.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

ADAN MARX XIMENES COELHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILENE ALVES OAB - MT7474-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CEBRASPE (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIA MIZIARA PORTO OAB - DF38751 (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: O presente expediente tem por finalidade a intimação das partes para CIÊNCIA/CUMPRIMENTO da decisão/despacho, proferida nos autos do processo acima identificado, em trâmite neste juizado, a seguir transcrita:“ Vistos, etc.Recebe-se o recurso no efeito devolutivo.Ante a alegação do autor de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC.Encaminhe-se à Turma Recursal Única.Intimem-se.Cumpra-se.Cuiabá, data registrada no sistema.Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e SilvaJuíza de Direito ”. OBSERVAÇÃO: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJE - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 0500758-82.2013.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRELINA CLEMENTE DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLEICE VILALVA DE MAGALHAES OAB - MT21136/O (ADVOGADO(A))
JOSEVAN CLEMENTE DE ALMEIDA OAB - MT16628-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE OAB - MT7892-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ - 03.507.415/0018-92 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Processo: 0500758-82.2013.8.11.0001. REQUERENTE: ANDRELINA CLEMENTE DE ALMEIDA REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL Vistos, etc. Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão de id. 11099692. O recurso apresentado não preenche os pressupostos de admissibilidade. Não são cabíveis embargos de declaração contra despacho/decisão interlocutória no âmbito dos Juizados Especiais, como se observa no art. 1.066, caput, do Código de Processo Civil, que altera a redação do art. 83, da Lei n. 9.099/95, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 83. Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão”. Não se tratando de sentença ou acórdão, não há que se falar no cabimento dos aclaratórios. Diante disso, NÃO SE CONHECE dos embargos. Todavia, levando em consideração que a matéria discutida trata-se de correção de cálculo, vício que permite reparação de ofício pelo Juízo, DETERMINA-SE a remessa dos autos para a contadoria para a elaboração de novo cálculo, nos termos do acórdão transitado em julgado. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016002-81.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALAIZE BARBOSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN CELLA TARTERO OAB - MT21008/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CUIABÁ PREFEITURA MUNICIPAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1016002-81.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALAIZE BARBOSA DA SILVA REQUERIDO: CUIABÁ PREFEITURA MUNICIPAL Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL C/C SUSPENSÃO DE PROTESTO. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para “processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa”. A instalação da referida vara ocorreu no dia 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito do tema, o Egrégio Tribunal de Justiça possui os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: “Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa”. Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente.” (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA – JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – ART. 800 DO CPC/1973 – COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE – CONFLITO IMPROCEDENTE. A ação cautelar de caução, que visa obtenção da certidão prevista do art. 206 do CTN, deve ser processada no Juízo competente para a apreciação da execução fiscal, uma vez que guardam relação de acessoriedade. (CC 25681/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 02/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017).g.n. CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: “Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa”. Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente. (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016).g.n. APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO – PROTESTO EXTRAJUDICIAL – AUTO DE INFRAÇÃO – CDA – DECLARADA A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚLBICA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO – PROCESSO EXTINTO – LEI Nº 12.153 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – VEDA A TRAMITAÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA – SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA–SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO ESPECIAL DE MATO GROSSO – COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA TRAMITAÇÃO DOS AUTOS ANTE A CONEXÃO ENTRE A AÇÃO ORDINÁRIA E A EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO PROVIDO. “A conexão (art. 103 do CPC) constitui uma regra de modificação da competência, fazendo com que as causas conexas sejam reunidas para obter

julgamento conjunto, com o escopo de evitar decisões conflitantes." (Processo – CC 126681 RJ 2013/0031432-1 – Relator(a) – Ministra Nancy Andrighi – Julgamento – 13/08/2014 – Órgão Julgador – S2 – Segunda Seção – Publicação – Dje 19/08/2014)." (TJMT – QUARTA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO Nº 117312/2014 – CLASSE CNJ – 198 COMARCA CAPITAL - Número do Protocolo: 117312/2014 – Data de Julgamento:28-07-2015). Do teor da jurisprudência supra colacionada, extrai-se que este juízo não possui competência para julgar as ações relativas a débitos fiscais inseridos em dívida ativa. Como visto, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso reconheceu que o Juizado Especial da Fazenda Pública não é a vara competente para conhecer da presente ação, de acordo com a Resolução n° 023/2013/TP, sendo a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, reconhece-se e declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo em razão da matéria e determina-se a remessa do presente feito para a Vara Especializada de Execução Fiscal com as anotações de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1011335-52.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ALLAN FELIPE DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1011335-52.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ALLAN FELIPE DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação na qual a parte autora postula nomeação e posse em cargo público. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 diz que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. A posse precária enseja contraprestração o que inviabiliza a tutela ante a vedação descrita no § 2º[1], do art. 7º, da Lei 12.016/09. Não é hipótese de reserva de vaga posto que nessa fase preambular, que precede a resposta do réu, ainda não é possivel comprovar o direito subjetivo violado haja vista que não se conhece os motivos que a administração possui para manter a suposta vacância, dentre eles inclusive pode se ter limitações afetas à lei de responsabilidade fiscal. Assim, em prestígio ao interesse público, deve-se, no mínimo, facultar o contraditório. Considera-se ainda a trabalhosa reversibilidade da decisão diante do teor da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 608482 / RN - RIO GRANDE DO NORTE ao qual foi atribuído repercussão geral. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] § 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011686-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JURACI FAUSTINA DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1011686-25.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JURACI FAUSTINA DA SILVA REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Indefere-se o pedido de tutela de urgência haja vista que não há nos autos nenhum documento comprobatório de que a apreensão do veículo da parte autora foi arbitrário ou ilegal, mormente diante da constatação de não há nem mesmo comprovação de regularização de licenciamento relativo ao exercício atual. Orienta a apreciação da questão o decidido pelo STJ no REsp 1104775 / RS – julgado na modalidade RECURSO REPETITIVO (temas 123, 124), vejamos: RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. ADMINISTRATIVO. VEÍCULO. AUSÊNCIA DE REGISTRO E LICENCIAMENTO. ART. 230, V, DO CTB. PENAS DE MULTA E APREENSÃO. MEDIDA ADMINISTRATIVA DE REMOÇÃO. LIBERAÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE MULTAS JÁ VENCIDAS E DAS DESPESAS COM REMOÇÃO E DEPÓSITO, ESTAS LIMITADAS AOS PRIMEIROS TRINTA DIAS. ART. 262 DO CTB. PRECEDENTES DE AMBAS AS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO. 1. Liberação do veículo condicionada ao pagamento das multas já vencidas e regularmente notificadas. 1.1. Uma das penalidades aplicadas ao condutor que trafega sem o licenciamento, além da multa, é a apreensão do veículo, cuja liberação está condicionada ao prévio pagamento das multas impostas, taxas e despesas de remoção e estada, nos termos do art. 262 do CTB.1.2. A autoridade administrativa não pode exigir o pagamento de multas em relação às quais não tenha sido o condutor notificado, pois a exigibilidade pressupõe a regular notificação do interessado, que poderá impugnar a penalidade ou dela recorrer, resguardando, assim, o devido processo legal e a ampla defesa, garantias constitucionalmente asseguradas.1.3. Se a multa já está vencida, poderá ser exigida como condição para liberar-se o veículo apreendido, quer por ter-se esgotado o prazo de defesa sem manifestação do interessado, quer por já ter sido julgada a impugnação ou o recurso administrativo. Do contrário, estar-se-ia permitindo que voltasse a trafegar sem o licenciamento, cuja expedição depende de que as multas já vencidas sejam quitadas previamente, nos termos do art. 131, § 2º, do CTB. 1.4. Caso a multa ainda não esteja vencida, seja porque o condutor ainda não foi notificado, seja porque a defesa administrativa ainda está em curso, não poderá a autoridade de trânsito condicionar a liberação do veículo ao pagamento da multa, que ainda não é exigível ou está com sua exigibilidade suspensa. Se assim não fosse, haveria frontal violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, com a adoção da vetusta e odiosa fórmula do solve et repete.1.5. No caso, a entidade recorrente condicionou a liberação do veículo ao pagamento de todas as multas, inclusive, da que foi aplicada em virtude da própria infração que ensejou a apreensão do veículo, sem que fosse franqueado à parte o devido processo legal.1.6. Nesse ponto, portanto, deve ser provido apenas em parte o recurso para reconhecer-se que é possível condicionar a liberação do veículo apenas à quitação das multas regularmente notificadas e já vencidas.1.7. Precedentes de ambas as Turmas de Direito Público.2. Pagamento das despesas de depósito somente pelos primeiros trinta dias de apreensão.2.1. A pena de apreensão, nos termos do art. 262 do CTB, impõe o recolhimento do veículo ao depósito "pelo prazo de até trinta dias, conforme critério a ser estabelecido pelo CONTRAN". Assim, por tratar-se de penalidade, não pode ser ultrapassado o prazo a que alude o dispositivo.2.2. Nada obstante, a retenção do veículo como medida administrativa, que não se confunde com a pena de apreensão, deve ser aplicada até que o proprietário regularize a situação do veículo, o que poderá prolongar-se por mais de 30 dias, pois o art.271 do CTB não estabelece qualquer limitação temporal.2.3. Assim, não há limites para o tempo de permanência do veículo no depósito. Todavia, o Estado apenas poderá cobrar as taxas de estada até os primeiros trinta dias, sob pena de confisco.2.4. O proprietário deve proceder a regularização hábil do veículo, sob pena de ser leiloado após o nonagésimo dia, a teor do que determina o art. 5º da Lei 6.575/78.2.5. Esta Corte assentou entendimento de que as despesas de estada dos veículos em depósito possuem natureza jurídica de taxa, e não de multa sancionatória, pois presentes a compulsoriedade e a prestação de uma atividade estatal específica, consubstanciada na guarda do veículo e no uso do depósito.2.6. Nesses termos, o prazo de 30 dias previsto no art. 262 do CTB garante ao contribuinte, em atenção ao princípio do não-confisco (art. 150, inciso IV, da CF/88), que não poderá ser taxado de modo indefinido e ilimitado, além desse prazo, afastando assim a possibilidade, não remota, de que o valor da taxa ultrapasse o do veículo apreendido.2.7. Precedentes de ambas as Turmas de Direito Público.3. Recurso especial provido em parte. Acórdão submetido ao rito do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008. (REsp 1104775/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO,

julgado em 24/06/2009, DJe 01/07/2009). G.n. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 2998, declarou a constitucionalidade dos dispositivos do CTB aplicáveis[1]. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência. Considerando a manifestação do Município de Cuiabá dispensa-se a audiência de conciliação. Cancele-se acaso já designada. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e contestar no prazo de 30 dias. Após intime-se a parte autora para, querendo, impugnar. Em seguida conclusos para a sentença. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] "(...) ministro Marco Aurélio, afirmou que a circulação de veículo pressupõe o atendimento de formalidades legais e, por isso, a renovação da licença se dá anualmente. "Não se trata de limitar o direito à propriedade, tampouco de coação política com o propósito de arrecadar o que é devido, mas de dados inerentes às sucessivas renovações do certificado de registro do veículo junto ao órgão competente". (http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=408290) g.n.

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1013225-26.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
VALDECIR GUEDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL RIBEIRO BRUNO MARIETTO OAB - MT25894/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1013225-26.2019.8.11.0001 REQUERENTE: VALDECIR GUEDES REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT Vistos, etc. Trata-se de ação anulatória de débito fiscal, suspensão de inscrição em dívida ativa e transferência de veículo. O débito que se pretende suspender está inscrito conforme alega o autor e demonstram os documentos de id. 25297487 e 25995457. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". A instalação da referida vara ocorreu no dia 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito do tema, o Egrégio Tribunal de Justiça possui os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA – JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – ART. 800 DO CPC/1973 – COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE – CONFLITO IMPROCEDENTE. A ação cautelar de caução, que visa obtenção da certidão prevista do art. 206 do CTN, deve ser processada no Juízo competente para a apreciação da execução fiscal, uma vez que guardam relação de acessoriedade. (CC 25681/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 02/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017).g.n. CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente. (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016).g.n. APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO – PROTESTO EXTRAJUDICIAL – AUTO DE INFRAÇÃO – CDA – DECLARADA A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚLBICA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO – PROCESSO EXTINTO – LEI Nº 12.153 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – VEDA A TRAMITAÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA – SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA–SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO ESPECIAL DE MATO GROSSO – COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA TRAMITAÇÃO DOS AUTOS ANTE A CONEXÃO ENTRE A AÇÃO ORDINÁRIA E A EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO PROVIDO. "A conexão (art. 103 do CPC) constitui uma regra de modificação da competência, fazendo com que as causas conexas sejam reunidas para obter julgamento conjunto, com o escopo de evitar decisões conflitantes." (Processo – CC 126681 RJ 2013/0031432-1 – Relator(a) – Ministra Nancy Andrighi – Julgamento – 13/08/2014 – Órgão Julgador – S2 – Segunda Seção – Publicação – Dje 19/08/2014)." (TJMT – QUARTA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO Nº 117312/2014 – CLASSE CNJ – 198 COMARCA CAPITAL - Número do Protocolo: 117312/2014 – Data de Julgamento:28-07-2015). Do teor da jurisprudência supra colacionada, extrai-se que este juízo não possui competência para julgar as ações relativas a débitos fiscais inseridos em dívida ativa. Como visto, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso reconheceu que o Juizado Especial da Fazenda Pública não é a vara competente para conhecer da presente ação, de acordo com a Resolução n° 023/2013/TP, sendo a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, reconhece-se e declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo em razão da matéria e determina-se a remessa do presente feito para a Vara Especializada de Execução Fiscal com as anotações de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013740-61.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
AMIL ANTONIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAIANE ROSSETTO STEFFEN OAB - MT0013371A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DETRAN MT (REQUERIDO)
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PGE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1013740-61.2019.8.11.0001 REQUERENTE: AMIL ANTONIO DA SILVA REQUERIDO: DETRAN MT, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PGE Vistos, etc. Trata-se de ação anulatória de débito fiscal,

suspensão de inscrição em dívida ativa e respectivo protesto. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". A instalação da referida vara ocorreu no dia 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito do tema, o Egrégio Tribunal de Justiça possui os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA – JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – ART. 800 DO CPC/1973 – COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE – CONFLITO IMPROCEDENTE. A ação cautelar de caução, que visa obtenção da certidão prevista do art. 206 do CTN, deve ser processada no Juízo competente para a apreciação da execução fiscal, uma vez que guardam relação de acessoriedade. (CC 25681/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 02/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017).g.n. CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente. (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016).g.n. APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO – PROTESTO EXTRAJUDICIAL – AUTO DE INFRAÇÃO – CDA – DECLARADA A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚLBICA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO – PROCESSO EXTINTO – LEI Nº 12.153 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – VEDA A TRAMITAÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA – SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA–SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO ESPECIAL DE MATO GROSSO – COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA TRAMITAÇÃO DOS AUTOS ANTE A CONEXÃO ENTRE A AÇÃO ORDINÁRIA E A EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO PROVIDO. "A conexão (art. 103 do CPC) constitui uma regra de modificação da competência, fazendo com que as causas conexas sejam reunidas para obter julgamento conjunto, com o escopo de evitar decisões conflitantes." (Processo – CC 126681 RJ 2013/0031432-1 – Relator(a) – Ministra Nancy Andrighi – Julgamento – 13/08/2014 – Órgão Julgador – S2 – Segunda Seção – Publicação – Dje 19/08/2014)." (TJMT – QUARTA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO Nº 117312/2014 – CLASSE CNJ – 198 COMARCA CAPITAL - Número do Protocolo: 117312/2014 – Data de Julgamento:28-07-2015). Do teor da jurisprudência supra colacionada, extrai-se que este juízo não possui competência para julgar as ações relativas a débitos fiscais inseridos em dívida ativa. Como visto, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso reconheceu que o Juizado Especial da Fazenda Pública não é a vara competente para conhecer da presente ação, de acordo com a Resolução n° 023/2013/TP, sendo a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, reconhece-se e declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo em razão da matéria e determina-se a remessa do presente feito para a Vara Especializada de Execução Fiscal com as anotações de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1023715-89.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
PAULO DAMACENA MEIRA (REQUERENTE)
KLEBSON GOMES HAAGSMA (REQUERENTE)
LAUDINEY CORREA DA COSTA (REQUERENTE)
CARLOS HORTENCIO DA SILVA MACIEL (REQUERENTE)
CLAUDIO LUIS BUENO DA ROSA (REQUERENTE)
JOSE ANTONIO DA SILVA CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO LIMA OLIVEIRA OAB - MT15306-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1023715-89.2016.8.11.0041 REQUERENTE: CARLOS HORTENCIO DA SILVA MACIEL, CLAUDIO LUIS BUENO DA ROSA, JOSE ANTONIO DA SILVA CORREA, KLEBSON GOMES HAAGSMA, LAUDINEY CORREA DA COSTA, MARCELO ALVES DE OLIVEIRA, PAULO DAMACENA MEIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Rejeita-se o recurso inominado, por sua intempestividade. Certifique-se a secretaria acerca do trânsito em julgado da presente sentença. Inexistindo decisão a ser cumprida, arquiva-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014693-25.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
POTIRA MAIARA RODRIGUES FORTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLEICIANE GONCALVES DA SILVA OAB - MT21833/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1014693-25.2019.8.11.0001 REQUERENTE: POTIRA MAIARA RODRIGUES FORTES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação na qual a parte autora pretende obter liminar que determine a redução da jornada de trabalho em 50%, sem prejuízo da remuneração integral. Diz a parte requerente que é servidora pública e possui filho dependente o qual demanda cuidados em tempo integral, por isso necessita da redução da jornada sem prejuízo aos vencimentos. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 diz que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Na espécie, nessa fase de cognição sumária, não se identificam os requisitos próprios ao excepcional deferimento da tutela, haja vista que o deferimento de liminar relativa a direitos funcionais que implique em aumento de despesa para a Administração Pública encontra impedimento. A redução de jornada, sem a proporcional redução do subsídio, possui

potencial para impor custo ao requerido, o qual, em tese, deverá ter mais pessoal para realizar o serviço do servidor(a) afastado, de forma que incide a vedação do art. 1º e § 3º da Lei n° 8.437/1992 e art. 1º e 2-B da Lei 9494/97. A par disso verifica-se que a decisão no processo administrativo não demonstra a efetiva recusa da administração. Consta que pende temporariamente não está sendo deferido o benefício pleiteado por ausência de regulamentação da norma, o que essencial para a análise dos pedidos de redução de carga horária bem como avaliação das condições do servidor e assistido. E por fim, há que se considerar ainda que a própria Lei Complementar n.º 607/2018 é objeto da ADI 1011123.34-2019.8.11.0000 em tramitação no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, de modo que, diante da ausência de regulamentação e duvidosa constitucionalidade da norma é completamente inviável a concessão de decisão provisória, haja vista o elevado risco de irreversibilidade e prejuízos futuros à própria parte requerente. No mais, na hipótese de dependente com doença grave que demande atenção integral há a possibilidade do servidor público se valer de licença própria prevista na lei de carreira. Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002616-18.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MICHELL PINTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAELA MEIRELES MAIOLINO OAB - MT17501/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1002616-18.2018.8.11.0001 REQUERENTE: MICHELL PINTO DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Recebe-se o recurso inominado no efeito devolutivo, haja vista sua tempestividade. Contrarrazões já apresentadas. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013440-81.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARILEI PERES PACHECO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE DE LAET E SOARES OAB - MT0006119A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1013440-81.2016.8.11.0041 AUTOR(A): MARILEI PERES PACHECO RÉU: MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO Vistos, etc. Deixa-se de receber o recurso inominado interposto no id. 23504818 ante a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado. Arquive-se. Intime-se Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018217-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIENNE DE OLIVEIRA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANE MENDES MULLER AFFI OAB - MT9022-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1018217-30.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUCIENNE DE OLIVEIRA SOARES REQUERIDO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de ação anulatória de débito fiscal e suspensão de inscrição em dívida ativa. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". A instalação da referida vara ocorreu no dia 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito do tema, o Egrégio Tribunal de Justiça possui os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA – JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – ART. 800 DO CPC/1973 – COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE – CONFLITO IMPROCEDENTE. A ação cautelar de caução, que visa obtenção da certidão prevista do art. 206 do CTN, deve ser processada no Juízo competente para a apreciação da execução fiscal, uma vez que guardam relação de acessoriedade. (CC 25681/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 02/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017).g.n. CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente. (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016).g.n. APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO – PROTESTO EXTRAJUDICIAL – AUTO DE INFRAÇÃO – CDA – DECLARADA A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚLBICA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO – PROCESSO EXTINTO – LEI Nº 12.153 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – VEDA A TRAMITAÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA – SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA–SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO

CAUTELAR NO JUIZADO ESPECIAL DE MATO GROSSO – COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA TRAMITAÇÃO DOS AUTOS ANTE A CONEXÃO ENTRE A AÇÃO ORDINÁRIA E A EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO PROVIDO. "A conexão (art. 103 do CPC) constitui uma regra de modificação da competência, fazendo com que as causas conexas sejam reunidas para obter julgamento conjunto, com o escopo de evitar decisões conflitantes." (Processo – CC 126681 RJ 2013/0031432-1 – Relator(a) – Ministra Nancy Andrighi – Julgamento – 13/08/2014 – Órgão Julgador – S2 – Segunda Seção – Publicação – Dje 19/08/2014)." (TJMT – QUARTA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO Nº 117312/2014 – CLASSE CNJ – 198 COMARCA CAPITAL - Número do Protocolo: 117312/2014 – Data de Julgamento:28-07-2015). Do teor da jurisprudência supra colacionada, extrai-se que este juízo não possui competência para julgar as ações relativas a débitos fiscais inseridos em dívida ativa. Como visto, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso reconheceu que o Juizado Especial da Fazenda Pública não é a vara competente para conhecer da presente ação, de acordo com a Resolução n° 023/2013/TP, sendo a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, reconhece-se e declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo em razão da matéria e determina-se a remessa do presente feito para a Vara Especializada de Execução Fiscal com as anotações de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014039-20.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULINO LUIZ DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE DE LAET E SOARES OAB - MT0006119A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1014039-20.2016.8.11.0041 AUTOR(A): PAULINO LUIZ DA SILVA RÉU: MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO Vistos, etc. Deixa-se de receber o recurso inominado interposto no id. 23406149 ante a sua deserção. Certifique-se o trânsito em julgado. Arquive-se. Intime-se Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001579-53.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JORINEIA FERNANDES EVANGELISTA MENDONCA (REQUERENTE)
MANOEL CUSTODIO DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE BATISTA FILHO OAB - MT13696-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1001579-53.2018.8.11.0001 REQUERENTE: JORINEIA FERNANDES EVANGELISTA MENDONCA, MANOEL CUSTODIO DE CAMPOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se o recurso no efeito devolutivo. Ante a alegação do autor de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002020-97.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RUTINEIA DIAS DAMACENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIANE FERNANDA DA SILVA OAB - MT188630-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1002020-97.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RUTINEIA DIAS DAMACENO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Recebe-se o recurso inominado no efeito devolutivo, haja vista sua tempestividade. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001588-15.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENILDO JORGE MARQUES MAGALHAES (REQUERENTE)
ROBISON AUGUSTO GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE BATISTA FILHO OAB - MT13696-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1001588-15.2018.8.11.0001 REQUERENTE: RENILDO JORGE MARQUES MAGALHAES, ROBISON AUGUSTO GOMES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se o recurso no efeito devolutivo. Ante a alegação do autor de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006287-94.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EVANILDE PEREIRA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1006287-94.2016.8.11.0041 REQUERENTE: EVANILDE PEREIRA SANTOS REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Rejeita-se o recurso inominado, por sua intempestividade. Certifique-se a secretaria acerca do trânsito em julgado da presente sentença. Inexistindo decisão a ser cumprida, arquiva-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013148-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MAKEIBY FONSECA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ERIKSSON DOS SANTOS OAB - MT12136-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DETRAN - MATO GROSSO (REQUERIDO)
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PGE (REQUERIDO)

Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1013148-17.2019.8.11.0001 INTERESSADO: MAKEIBY FONSECA REQUERIDO: DETRAN - MATO GROSSO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PGE Vistos, etc. Trata-se de reclamação na qual a parte autora postula transferência de titularidade de veículo junto ao DETRAN e suspensão de inscrição em dívida ativa. Por duas vezes a parte autora foi inscrita em dívida ativa em razão de débitos de veículo que alega não lhe pertencer, quanto à primeira formulou parcelamento e apresentou quitação. Quanto à segunda inscrição, cuja comprovação está materializada no extrato de id. 25275584, é que pretende a suspensão. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". A instalação da referida vara ocorreu no dia 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito do tema, o Egrégio Tribunal de Justiça possui os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA – JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – ART. 800 DO CPC/1973 – COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE – CONFLITO IMPROCEDENTE. A ação cautelar de caução, que visa obtenção da certidão prevista do art. 206 do CTN, deve ser processada no Juízo competente para a apreciação da execução fiscal, uma vez que guardam relação de acessoriedade. (CC 25681/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 02/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017).g.n. CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente. (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016).g.n. APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO – PROTESTO EXTRAJUDICIAL – AUTO DE INFRAÇÃO – CDA – DECLARADA A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚLBICA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO – PROCESSO EXTINTO – LEI Nº 12.153 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – VEDA A TRAMITAÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA – SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA–SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO ESPECIAL DE MATO GROSSO – COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA TRAMITAÇÃO DOS AUTOS ANTE A CONEXÃO ENTRE A AÇÃO ORDINÁRIA E A EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO PROVIDO. "A conexão (art. 103 do CPC) constitui uma regra de modificação da competência, fazendo com que as causas conexas sejam reunidas para obter julgamento conjunto, com o escopo de evitar decisões conflitantes." (Processo – CC 126681 RJ 2013/0031432-1 – Relator(a) – Ministra Nancy Andrighi – Julgamento – 13/08/2014 – Órgão Julgador – S2 – Segunda Seção – Publicação – Dje 19/08/2014)." (TJMT – QUARTA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO Nº 117312/2014 – CLASSE CNJ – 198 COMARCA CAPITAL - Número do Protocolo: 117312/2014 – Data de Julgamento:28-07-2015). Do teor da jurisprudência supra colacionada, extrai-se que este juízo não possui competência para julgar as ações relativas a débitos fiscais inseridos em dívida ativa. Como visto, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso reconheceu que o Juizado Especial da Fazenda Pública não é a vara competente para conhecer da presente ação, de acordo com a Resolução n° 023/2013/TP, sendo a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, reconhece-se e declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo em razão da matéria e determina-se a remessa do presente feito para a Vara Especializada de Execução Fiscal com as anotações de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017989-03.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARILENE TELMAN DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELY RODRIGUES MACHADO OAB - MT22410-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1017989-03.2017.8.11.0041 AUTOR(A): MARILENE TELMAN DE OLIVEIRA RÉU: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL Vistos, etc. Recebe-se o recurso inominado no efeito devolutivo, haja vista sua tempestividade. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1020923-31.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LILIANE DIAS DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020923-31.2017.8.11.0041 REQUERENTE: LILIANE DIAS DE SOUZA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se o recurso no efeito devolutivo. Ante a alegação do autor de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1013917-25.2019.8.11.0001

Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO ROBERTO LEITE MAGALHAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1013917-25.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARCIO ROBERTO LEITE MAGALHAES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebo a emenda à inicial. Trata-se de reclamação na qual a parte autora postula: "(...)a) CONCEDER ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA INAUDITA ALTERA PARS, com fundamento no caput do art. 300 do NCPC, para que o Estado corrija a arbitrariedade cometida, e se proceda à imediata progressão promovendo o Requerente ao posto de 2º Tenente PM no ano de 2012, e no ano de 2014 o posto de 1º Tenente PM e em dezembro de 2016 ao posto de Capitão PM, Conforme demonstra os interstícios, por já terem cumprido o pressuposto temporal sem qualquer sanção administrativa ou fato que impossibilite o gozo do direito pleiteado, fazendo jus, desta forma, à referida progressão;". O artigo 3º da Lei 12.153/2009 diz que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Na espécie incide vedação ao deferimento da tutela na forma pretendida, haja vista que determinar, de forma provisória, a progressão funcional implica em condicionar a Fazenda Pública a realizar liberação de recursos com a consequente majoração do subsídio, o que não é possível face a necessidade de observância dos limites estabelecidos pelos artigos 1º[1] e 2-B da Lei 9494/97[2]. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992. Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001). g.n.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014506-17.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
THAYANA CRISTINA GAYVA MORAES (REQUERENTE)
WANIA TEREZINHA GAYVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THALISSON GAYVA MORAES OAB - MT18846-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1014506-17.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WANIA TEREZINHA GAYVA, THAYANA CRISTINA GAYVA MORAES REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Trata-se de ação anulatória na qual a parte autora postula: "LIMINARMENTE, a concessão da medida liminar, que suspenda a cobrança da multa as Autoras, bem como, liberem a impressão dos documentos do veículo, sob pena da lei e aplicação de multa pelo seu descumprimento.". Em síntese, afirma a parte requerente que sofreu imputação de penalidade sem a dupla notificação. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 diz que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Para habilitar a suspensão do ato quando se discute aspectos de legalidade da multa é necessário que a inicial venha instruída com prova documental do alegado, sem a qual não há como se concluir pela ilegalidade do ato combatido, mormente sem oportunizar a oitiva da parte contrária. Não se afasta ato com mera alegação fática do administrado/contribuinte, divorciada de prova. Desse modo, sem a apresentação da cópia integral do processo administrativo que resultou na imposição de penalidade no qual se poderá aferir, entre outros aspectos, a formalidade da notificação não é possível o afastamento, sem facultar o contraditório, do ato administrativo que se presume legítimo. Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, para que apresente(m) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Expeça-se o necessário. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1031909-44.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA TERESA MOTA DE JESUS MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA OAB - MT0010309A (ADVOGADO(A))
DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ OAB - MT0021519A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1031909-44.2017.8.11.0041 AUTOR(A): MARIA TERESA MOTA DE JESUS MARTINS RÉU: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL Vistos, etc. Recebe-se o recurso inominado no efeito devolutivo, haja vista sua tempestividade. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1016015-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
DAVID SOUSA DOURADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1016015-80.2019.8.11.0001 REQUERENTE: DAVID SOUSA DOURADO REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Trata-se de reclamação com pedido de reparação e danos e baixa de protesto de débito tributário. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". A instalação da referida vara ocorreu no dia 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito do tema, o Egrégio Tribunal de Justiça possui os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013,

do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA – JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – ART. 800 DO CPC/1973 – COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE – CONFLITO IMPROCEDENTE. A ação cautelar de caução, que visa obtenção da certidão prevista do art. 206 do CTN, deve ser processada no Juízo competente para a apreciação da execução fiscal, uma vez que guardam relação de acessoriedade. (CC 25681/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 02/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017).g.n. CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente. (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016).g.n. APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO – PROTESTO EXTRAJUDICIAL – AUTO DE INFRAÇÃO – CDA – DECLARADA A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚLBICA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO – PROCESSO EXTINTO – LEI Nº 12.153 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – VEDA A TRAMITAÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA – SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA–SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO ESPECIAL DE MATO GROSSO – COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA TRAMITAÇÃO DOS AUTOS ANTE A CONEXÃO ENTRE A AÇÃO ORDINÁRIA E A EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO PROVIDO. "A conexão (art. 103 do CPC) constitui uma regra de modificação da competência, fazendo com que as causas conexas sejam reunidas para obter julgamento conjunto, com o escopo de evitar decisões conflitantes." (Processo – CC 126681 RJ 2013/0031432-1 – Relator(a) – Ministra Nancy Andrighi – Julgamento – 13/08/2014 – Órgão Julgador – S2 – Segunda Seção – Publicação – Dje 19/08/2014)." (TJMT – QUARTA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO Nº 117312/2014 – CLASSE CNJ – 198 COMARCA CAPITAL - Número do Protocolo: 117312/2014 – Data de Julgamento:28-07-2015). Do teor da jurisprudência supra colacionada, extrai-se que este juízo não possui competência para julgar as ações relativas a débitos fiscais inseridos em dívida ativa. Como visto, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso reconheceu que o Juizado Especial da Fazenda Pública não é a vara competente para conhecer da presente ação, de acordo com a Resolução n° 023/2013/TP, sendo a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, reconhece-se e declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo em razão da matéria e determina-se a remessa do presente feito para a Vara Especializada de Execução Fiscal com as anotações de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013784-80.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CELIA REGINA DA COSTA GALDINO PERES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1013784-80.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CELIA REGINA DA COSTA GALDINO PERES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos, etc. Trata-se de reclamação por meio da qual a parte autora visa modificar a aposentadoria calculada pela media constributiva para integral. Em síntese, afirma a parte autora que foi aposentada em razão de apresentar quadro clínico incapacitante irreversível decorrente de cegueira posterior ao vínculo e teve benefício concedido na modalidade proporcional, o que tem lhe causa prejuízo. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 diz que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Na espécie incide vedação ao deferimento da tutela na forma pretendida, haja vista que a declaração pretendida possui nítida finalidade de alteração do ato de aposentação de modo a obter majoração do valor atualmente dispendido, alterando a aposentadoria concedida com vencimentos proporcionais para vencimentos integrais o que implica, por via transversa, em condicionar a Fazenda Pública a realizar liberação de recurso, com o reenquadramento provisório, o que não é possível face a necessidade de observância dos limites estabelecidos pelos artigos 1º[1] e 2-B da Lei 9494/97[2]. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite(m)-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, especialmente para apresentar(em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992. Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001). g.n.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015960-32.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE FERNANDES DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)
JUNIO TADEU DELMINIO (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1015960-32.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JOSE FERNANDES DA SILVA REQUERIDO: JUNIO TADEU DELMINIO, ESTADO DE MATO GROSSO, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL C/C SUSPENSÃO DE PROTESTO. A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". A instalação da referida vara ocorreu no dia 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da

Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito do tema, o Egrégio Tribunal de Justiça possui os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA – JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – ART. 800 DO CPC/1973 – COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE – CONFLITO IMPROCEDENTE. A ação cautelar de caução, que visa obtenção da certidão prevista do art. 206 do CTN, deve ser processada no Juízo competente para a apreciação da execução fiscal, uma vez que guardam relação de acessoriedade. (CC 25681/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 02/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017).g.n. CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente. (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016).g.n. APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO – PROTESTO EXTRAJUDICIAL – AUTO DE INFRAÇÃO – CDA – DECLARADA A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚLBICA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO – PROCESSO EXTINTO – LEI Nº 12.153 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – VEDA A TRAMITAÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA – SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA–SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO ESPECIAL DE MATO GROSSO – COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA TRAMITAÇÃO DOS AUTOS ANTE A CONEXÃO ENTRE A AÇÃO ORDINÁRIA E A EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO PROVIDO. "A conexão (art. 103 do CPC) constitui uma regra de modificação da competência, fazendo com que as causas conexas sejam reunidas para obter julgamento conjunto, com o escopo de evitar decisões conflitantes." (Processo – CC 126681 RJ 2013/0031432-1 – Relator(a) – Ministra Nancy Andrighi – Julgamento – 13/08/2014 – Órgão Julgador – S2 – Segunda Seção – Publicação – Dje 19/08/2014)." (TJMT – QUARTA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO Nº 117312/2014 – CLASSE CNJ – 198 COMARCA CAPITAL - Número do Protocolo: 117312/2014 – Data de Julgamento:28-07-2015). Do teor da jurisprudência supra colacionada, extrai-se que este juízo não possui competência para julgar as ações relativas a débitos fiscais inseridos em dívida ativa. Como visto, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso reconheceu que o Juizado Especial da Fazenda Pública não é a vara competente para conhecer da presente ação, de acordo com a Resolução n° 023/2013/TP, sendo a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, reconhece-se e declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo em razão da matéria e determina-se a remessa do presente feito para a Vara Especializada de Execução Fiscal com as anotações de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000707-04.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAUL JOSE ALVES AMARAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAUL JOSE ALVES AMARAL OAB - MT25114/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1000707-04.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RAUL JOSE ALVES AMARAL REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se o recurso no efeito devolutivo. Ante a alegação do autor de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1032049-78.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BERNARDETE TAVARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1032049-78.2017.8.11.0041 REQUERENTE: BERNARDETE TAVARES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se o recurso no efeito devolutivo. Ante a alegação do autor de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1032139-86.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SUELI MARIA DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT0009870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (RÉU)
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1032139-86.2017.8.11.0041 AUTOR(A): SUELI MARIA DE CAMPOS RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO Vistos, etc. Recebe-se o recurso no efeito devolutivo. Ante a alegação do autor de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 0504325-53.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSOLOS LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO LOPES DA COSTA OAB - MT0008864A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Processo: 0504325-53.2015.8.11.0001. EXEQUENTE: TRANSOLOS LTDA - EPP EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão de id. 24278167. O recurso apresentado não preenche os pressupostos de admissibilidade. Não são cabíveis embargos de declaração contra despacho/decisão interlocutória no âmbito dos Juizados Especiais, como se observa no art. 1.066, caput, do Código de Processo Civil, que altera a redação do art. 83, da Lei n. 9.099/95, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 83. Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão”. Não se tratando de sentença ou acórdão, não há que se falar no cabimento dos aclaratórios. Diante disso, NÃO SE CONHECE dos embargos. Todavia, levando em consideração que a matéria discutida trata-se de correção de cálculo aritmético, vício que permite reparação de ofício pelo Juízo, DETERMINA-SE a remessa dos autos para a contadoria para a elaboração de novo cálculo, nos termos da sentença transitada em julgado. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001219-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA DA FONSECA BARRETO FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1001219-84.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JANAINA DA FONSECA BARRETO FERNANDES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se o recurso inominado no efeito devolutivo, haja vista sua tempestividade. Contrarrazões já apresentadas. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000972-06.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN CARLO HOLZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1000972-06.2019.8.11.0001 REQUERENTE: JEAN CARLO HOLZ REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se o recurso inominado no efeito devolutivo, haja vista sua tempestividade. Contrarrazões já apresentadas. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014498-40.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADAO KLEBSON OLIVEIRA RODRIGUES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WAGNER EDEM DOS SANTOS (REQUERIDO)
DETRAN - MATO GROSSO (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1014498-40.2019.8.11.0001 REQUERENTE: ADAO KLEBSON OLIVEIRA RODRIGUES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, DETRAN - MATO GROSSO, WAGNER EDEM DOS SANTOS Vistos, etc. Trata-se de reclamação com o seguinte pedido de tutela provisória: b) Ante os relevantes fundamentos jurídicos, se digne Vossa Excelência conceder a tutela provisória de urgência para determinar ao DETRAN/MT: (a) se abstenha de lançar no prontuário de condutor do Autor os pontos referentes a(s) infração(ões) que porventura for(em) lavrada(s) entre a data em que tal autarquia for citada dos termos desta lide até o julgamento deste feito; (b) se abstenha de cobrar o Licenciamento Obrigatório e o Seguro Obrigatório do Autor referente ao veículo aqui identificado; (c) se abstenha de informar os dados cadastrais do Autor como sendo o proprietário do veículo aqui identificado para a SEFAZ cobrar o IPVA, e para as autoridades de trânsito lançarem futura(s) infração(ões) de trânsito cometida(s) pela(os) usuária(os) do veículo;: Em síntese, aponta a parte autora que doou ao terceiro requerido veículo que não foi transferido junto ao órgão de trânsito e está gerando débitos em seu nome. Na espécie, nessa fase de cognição sumária, não se identificam os requisitos próprios ao excepcional deferimento da tutela, notadamente quanto à comprovação da probabilidade do direito, mormente diante de ausência de prova do alegado negócio jurídico. Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite(m)-se a(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito público com as advertências legais, especialmente para apresentar(em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e a pessoa natural na forma da Lei 9.099/95. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015351-49.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
WILLIAN MARTINS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIGIA BEATRIZ DE ARAUJO BARBOSA OAB - MT25431/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (REQUERIDO)
SEMOB - SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICIPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1015351-49.2019.8.11.0001 REQUERENTE: WILLIAN MARTINS DOS SANTOS REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, SEMOB - SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICIPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Trata-se de ação anulatória na qual a parte autora postula: “a) Requer que seja concedida liminar para determinar que os Requeridos se SUSPENDA AS PENALIDADES IMPOSTAS (MULTA DE R$293,47 (DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS) E 07 (SETE) PONTOS NA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DO REQUERENTE, até a decisão do mérito, sob pena de, em desobediência,”. Em síntese, afirma a parte requerente que sofreu imputação de penalidade

a qual não praticou pois no horário do registro se encontrava no trabalho, além disso não recebeu notificação. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 diz que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Para habilitar a suspensão do ato quando se discute aspectos de legalidade da multa é necessário que a inicial venha instruída com prova documental do alegado, sem a qual não há como se concluir pela ilegalidade do ato combatido, mormente sem oportunizar a oitiva da parte contrária. Não se afasta ato com mera alegação fática do administrado/contribuinte, divorciada de prova, no que concerne ao registro de presença é insuficiente para afastar a presunção de legitimidade do ato acha vista que em se tratando de infração praticada com bem móvel nada impede que no momento do ilícito administrativo o veículo estivesse sendo conduzido por terceiro. Quanto a ausência de notificação sem a apresentação da cópia integral do processo administrativo que resultou na imposição de penalidade no qual se poderá aferir, entre outros aspectos, a formalidade da notificação não é possível o afastamento, sem facultar o contraditório, do ato administrativo. Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, para que apresente(m) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Expeça-se o necessário. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016060-84.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO SABINO CALDEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAISE ALEXANDRE ELEODORO BAILONA OAB - GO53945 (ADVOGADO(A))
JULIO CESAR LOPES DA SILVA OAB - MT15348-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1016060-84.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LEANDRO SABINO CALDEIRA REQUERIDO: DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação com pedido de suspensão de débito inscrito em divida ativa (id 25925641) A Resolução n° 023/2013/TP autorizou a instalação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá, atribuindo ao referido Juízo, nos termos de seu art. 2°, a competência para "processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". A instalação da referida vara ocorreu no dia 12/12/2014, conforme fixado no art. 1° do Provimento n° 31/2014-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do mesmo dia. Neste sentido, em se tratando de demanda própria a discussão de matéria relativa à suspensão de efeitos, desconstituição ou contestação parcial de crédito descrito em certidão de dívida ativa e/ou seus efeitos, firmou-se a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá. A respeito do tema, o Egrégio Tribunal de Justiça possui os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente." (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016) g.n. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA – JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – ART. 800 DO CPC/1973 – COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE – CONFLITO IMPROCEDENTE. A ação cautelar de caução, que visa obtenção da certidão prevista do art. 206 do CTN, deve ser processada no Juízo competente para a apreciação da execução fiscal, uma vez que guardam relação de acessoriedade. (CC 25681/2016, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 02/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017).g.n. CONFLITO DE COMPETÊNCIA — AÇÃO CONSTITUTIVA DE ANULAÇÃO DE PROTESTO DE DÉBITO FISCAL PRESCRITO — DÉBITO INSERIDO EM DÍVIDA ATIVA — COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL — RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013, TJ/MT. Nos termos da Resolução nº 23, de 21 de novembro de 2013, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, artigo 2º, à Vara Especializada de Execução Fiscal da Comarca de Cuiabá compete: "Processar e julgar, exclusivamente, os executivos fiscais da Fazenda Estadual e Municipal, as ações correlatas e os incidentes deles decorrentes, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa". Comprovado que o débito está inserido em dívida ativa, a competência é da referida Vara. Conflito julgado improcedente. (CC 37907/2016, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2016, Publicado no DJE 23/09/2016).g.n. APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO – PROTESTO EXTRAJUDICIAL – AUTO DE INFRAÇÃO – CDA – DECLARADA A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚLBICA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO – PROCESSO EXTINTO – LEI Nº 12.153 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – VEDA A TRAMITAÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA – SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA–SÚMULA 10 – PROIBIÇÃO DE TRAMITAÇÃO DE AÇÃO CAUTELAR NO JUIZADO ESPECIAL DE MATO GROSSO – COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA TRAMITAÇÃO DOS AUTOS ANTE A CONEXÃO ENTRE A AÇÃO ORDINÁRIA E A EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO PROVIDO. "A conexão (art. 103 do CPC) constitui uma regra de modificação da competência, fazendo com que as causas conexas sejam reunidas para obter julgamento conjunto, com o escopo de evitar decisões conflitantes." (Processo – CC 126681 RJ 2013/0031432-1 – Relator(a) – Ministra Nancy Andrighi – Julgamento – 13/08/2014 – Órgão Julgador – S2 – Segunda Seção – Publicação – Dje 19/08/2014)." (TJMT – QUARTA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO Nº 117312/2014 – CLASSE CNJ – 198 COMARCA CAPITAL - Número do Protocolo: 117312/2014 – Data de Julgamento:28-07-2015). Do teor da jurisprudência supra colacionada, extrai-se que este juízo não possui competência para julgar as ações relativas a débitos fiscais inseridos em dívida ativa. Como visto, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso reconheceu que o Juizado Especial da Fazenda Pública não é a vara competente para conhecer da presente ação, de acordo com a Resolução n° 023/2013/TP, sendo a competência da Vara Especializada de Execução Fiscal. Nesse contexto, verificada a incompetência de natureza absoluta, matéria cognoscível de ofício (art. 64,§ 1º, CPC), impõe-se sua declaração. Ante o exposto, reconhece-se e declara-se, de ofício, a incompetência absoluta deste juízo em razão da matéria e determina-se a remessa do presente feito para a Vara Especializada de Execução Fiscal com as anotações de praxe. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001224-09.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEANNE DA ROCHA VILELLA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (REQUERIDO)
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA

FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1001224-09.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LEANNE DA ROCHA VILELLA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO, MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO Vistos, etc. Recebe-se a emenda à petição inicial. Promova a secretaria adequação do polo passivo. Trata-se de reclamação na qual a parte autora postula convocação, nomeação e posse em cargo público. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 diz que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Sabe-se que, por força do disposto no o artigo 1º da Lei n° 8.437/92 "Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal". E que: "Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação" (§ 3º do mesmo diploma). (g.n.) Os dispositivos citados se aplicam ao caso em exame. Além disso, nomeação e posse em concurso público enseja contraprestração, ou seja, pagamento mensal pelos serviços prestados, inviabiliza a tutela ante a vedação descrita no § 2º[1], do art. 7º, da Lei 12.016/09. Considera-se ainda a trabalhosa reversibilidade da decisão diante do teor da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 608482 / RN - RIO GRANDE DO NORTE ao qual foi atribuído repercussão geral. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o ente público, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009 e a pessoa jurídica de direito privado na froma da Lei 9099/95. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] § 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000364-42.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA ABREU BARCELOS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Cuiaba Prefeitura Municipal (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1000364-42.2018.8.11.0001 REQUERENTE: LUCIANA ABREU BARCELOS REQUERIDO: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL Vistos, etc. Recebe-se o recurso no efeito devolutivo. Contrarrazões já apresentadas. Ante a alegação do autor de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1002573-81.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL DOMINGOS PINHEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA OAB - MT0010309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1002573-81.2018.8.11.0001 REQUERENTE: MANOEL DOMINGOS PINHEIRO DA SILVA REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Recebe-se o recurso inominado no efeito devolutivo, haja vista sua tempestividade. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002148-54.2018.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DOS ANJOS SILVA MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL RIBEIRO DA GUIA OAB - MT14169-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1002148-54.2018.8.11.0001 REQUERENTE: MARIA DOS ANJOS SILVA MARTINS REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Chama-se o feito à ordem a fim de revogar o despacho do id. 27170833. Recebe-se o recurso no efeito devolutivo. Ante a alegação da parte autora de não ter condições de arcar com as custas processuais, sem o prejuízo do seu sustento e de sua família, DEFERE-SE os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001767-12.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LADISLANE SIMONINI SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAÚJO DELLA LÍBERA OAB - MT7031-O (ADVOGADO(A))
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO(A))
Ale Arfux Junior OAB - MT6843-O (ADVOGADO(A))
MORGANA KAMILA FREIRES DA SILVA OAB - MT24230-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1001767-12.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LADISLANE SIMONINI SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Recebe-se o recurso inominado no efeito devolutivo, haja vista sua tempestividade. Encaminhe-se à Turma Recursal Única. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019131-94.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
IZABEL CORREA DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIANE ALVES DA CUNHA OAB - MT7712-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CUIABÁ PREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1019131-94.2019.8.11.0001 REQUERENTE: IZABEL CORREA DE MORAES REQUERIDO: CUIABÁ PREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABÁ Vistos, etc. Com a extinção do Cuiabá Prev, o Município de Cuiabá está legitimado para as questões afetas a tais relações jurídicas. Determina-se a correção, do ofício. Promova a secretaria a substituição no sistema PJe. Trata-se de reclamação na qual a parte autora pleiteia revisão de valor de pensão por morte. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências

cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Na espécie, incide vedação ao deferimento da tutela na forma pretendida, haja vista que determinar o pagamento imediato implica em condicionar a Fazenda Pública realizar liberação de recurso, o que não é possível face a necessidade de observância dos limites estabelecidos pelos artigos 1º[1] e 2-B da Lei 9494/97[2]. Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992. Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001). g.n.

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1019478-30.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CECILIA ARLENE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINA FIGUEIREDO REIS OAB - MT24188-O (ADVOGADO(A))
MURYEL DE CAMPOS RODRIGUES OAB - MT23044-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1019478-30.2019.8.11.0001 REQUERENTE: CECILIA ARLENE MORAES REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação na qual a parte autora pleiteia recebimento imediato de valores, nos seguintes termos. " b) o deferimento da liminar pretendida para determinar que a Ré restitua IMEDIATAMENTE o valor de R$ 3.411,11 (três mil quatrocentos e onze reais e onze centavos) indevidamente pago, com juros e correções monetárias a partir do desembolso, qual seja 16/10/2019 (Doc. 09), POR SE TRATAR DE VERBA SALARIAL, consequentemente, de natureza ALIMENTAR, advertindo-o das sanções civis, penais e administrativas que poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme art. 139 do NCPC e o Provimento nº 56/2008 da CGJ/TJ/MT, comunicando o juízo da 2ª Vara Esp. da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá-MT, bem como direcionando o petitório ao Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso para determinar a restituição nos termos do Art. 43, inciso XXVIII do Regimento Interno/TJMT TRANSFERINDO O VALOR na conta bancária de sua patrona, qual seja: BANCO BRADESCO (237) – AG: 5398 – CONTA CORRENTE 40773-9 – CPF: 736.501.701-59 – MURYEL DE CAMPOS RODRIGUES, com poderes para tanto, conforme procuração inclusa (Doc. 01)." O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Na espécie incide vedação ao deferimento da tutela na forma pretendida, haja vista que determinar o pagamento imediato implica em condicionar a Fazenda Pública realizar liberação de recurso, o que não é possível face a necessidade de observância dos limites estabelecidos pelos artigos 1º[1] e 2-B da Lei 9494/97[2]. Ante o exposto, indefere-se o pedido de tutela provisória. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992. Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001). g.n.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020111-41.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANNE CARDOSO JULIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALLISON AKERLEY DA SILVA OAB - MT0008930S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1020111-41.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARIANNE CARDOSO JULIO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação na qual a parte autora postula nomeação e posse em cargo público. O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. A posse precária enseja contraprestação, o que inviabiliza a tutela ante a vedação descrita no § 2º[1], do art. 7º, da Lei 12.016/09. Não é hipótese de reserva de vaga posto que não se conhece os motivos pelos quais a administração mantém a suposta vacância, dentre eles inclusive pode se ter limitações afetas à lei de responsabilidade fiscal. Assim, em prestígio ao interesse público, deve-se, no mínimo, facultar o contraditório. Considera-se, ainda, a trabalhosa reversibilidade da decisão diante do teor da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 608482 / RN - RIO GRANDE DO NORTE ao qual foi atribuído repercussão geral. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] § 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013292-88.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
NILMA AUXILIADORA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDGAR FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT15373-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1013292-88.2019.8.11.0001 REQUERENTE: NILMA AUXILIADORA DA SILVA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de reclamação na qual a parte autora postula: "a) A antecipação da tutela, determinando-se LIMINARMENTE ao Estado de Mato Grosso, o imediato pagamento Abono Permanência e em favor da requerente na proporção de 100% do valor do recolhimento previdenciário à ser realizado diretamente nos vencimentos da Requerente, uma vez que é clarividente o preenchimento dos requisitos para aposentadoria voluntária e dada a sua manutenção em atividade, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA, NO VALOR A SER ESTIPULADO POR VOSSA EXCELÊNCIA.". O artigo 3º da Lei 12.153/2009 estabelece que o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Na

espécie incide vedação ao deferimento da tutela na forma pretendida, haja vista que determinar, de forma provisória, a implementação imediata de abono de permanência afronta o estabelecido pelos artigos 1º[1] e 2-B da Lei 9494/97. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de tutela de urgência. Designe-se audiência de conciliação. Cite-se o requerido, com as advertências legais, especialmente para apresentar a documentação de que disponha para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito [1] Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992. Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001). g.n.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014443-89.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES GONCALVES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1014443-89.2019.8.11.0001 REQUERENTE: MARIA DE LOURDES GONCALVES REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Trata-se de pedido de liminar assim formulado: " c) Seja deferido o pedido liminar para o fim de determinar ao requerido que seja obrigado a resolver os problemas destacados (término do muro e da boca de lobo), para tanto, apresentando projetos por profissionais qualificados, com a execução da obra às expensas do mesmo, com objetivo de cessar todos os possíveis prejuízos por sua continuidade, sob pena de multa diária a ser determinada por este juízo;". Observa-se que, embora a preambular aponte a existência de procedimento administrativo junto ao município para a correção da obra, tal procedimento não foi juntado no processo. Ademais, há registro de que a vistoria realizada pelas engenheiras da Defensoria Pública ocorreu aos 2/5/2019 e 3/6/019, em cuja oportunidade teria sido constada a pendência do acabamento. Desse modo, diante o quadro descrito e considerando o decurso do prazo, convém facultar o contraditório para oportunizar o esclarecimento acerca da fase atual. INDEFERE-SE, por ora, o pedido de liminar. Dispensa-se a audiência de conciliação. Cite-se o(s) requerido(s), com as advertências legais, especialmente para apresentar (em) a documentação de que disponha(m) para esclarecimento da causa, nos termos do artigo 9º da Lei 12.153/2009, e querendo contestar no prazo de 30 dias. Em seguida, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar, no prazo de 15 dias. Após, conclusos para a sentença. Intime-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1043625-34.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEVANIL FERREIRA FORTES (REQUERENTE)
ELIANA FIGUEIREDO SILVA (REQUERENTE)
SULEIMA FRANCA DA GUIA (REQUERENTE)
SUELY MATOS PEREIRA (REQUERENTE)
JULIANE SANTANA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
ELZIRA PATRICIA MIRANDA (REQUERENTE)
SANDRA REGINA GASPAR LOPES (REQUERENTE)
SONIA MARIA DA SILVA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO GUALBERTO CABRAL NETO JUNIOR OAB - MT24357/O (ADVOGADO(A))
ANDRE VINICIUS AMARAL DE LARA OAB - MT23030/O (ADVOGADO(A))
LAURA PATRICIA DOURADO AMORIM OAB - MT9217-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE CUIABA (REQUERIDO)
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ DECISÃO Numero do Processo: 1043625-34.2018.8.11.0041 REQUERENTE: SANDRA REGINA GASPAR LOPES, ELZIRA PATRICIA MIRANDA, JULIANE SANTANA DE OLIVEIRA, SUELY MATOS PEREIRA, SULEIMA FRANCA DA GUIA, ELIANA FIGUEIREDO SILVA, DEVANIL FERREIRA FORTES, SONIA MARIA DA SILVA ALMEIDA REQUERIDO: PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE CUIABA, MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Trata-se de reclamação que objetiva a prestação de tutela cautelar em caráter antecedente. O feito foi inicialmente distribuído ao juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá o qual declinou para este Juizado Especial da Fazenda. O art. 3º da Lei 12.153/2009 prevê: "Art. 3º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação." Assim, nos juizados especiais são admitidas providencias cautelares e antecipatórias incidentais. A tutela provisória em cautelar antecedente não pode ser processada nos juizados, a propósito: ENUNCIADO 163 - "os procedimentos de tutela de urgência requeridos em caráter antecedente, na forma prevista nos arts. 303 a 310 do CPC/15, são incompatíveis com o Sistema dos Juizados Especiais;" (aprovado no XXXVIII Encontro do Fórum Nacional de Juizados Especiais, realizado em Belo Horizonte, de 25 a 27 de novembro de 2015). Nesse sentido, tem-se que a pretensão da parte autora não atende às especificações legais da competência deste Juizado, de modo que a declaração de incompetência é medida que se impõe. No entanto, considerando que o presente processo foi redistribuído em razão do declínio de competência efetivada pelo juízo da 5ª Vara Especializada da Fazenda Pública, ante a negativa de ambas unidades jurisdicionais, imprescindível suscitar o conflito respectivo, conforme determina o CPC/2015. Ante o exposto, reconhece-se e declara-se a incompetência deste JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA para processar a presente ação e SUSCITA-SE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA em face do Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá, na forma do inciso II e parágrafo único do art. 66 do Código de Processo Civil/2015. A decisão servirá como ofício ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Distribua-se com a cópia integral do processo para instrução do Conflito de Competência. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014753-95.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO CUNHA SIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO(A))
MARCIA LETICIA LIMA DE MATOS OAB - MT26387/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERÊNCIA DE CARGOS, C. E REMUNERAÇÃO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1014753-95.2019.8.11.0001 REQUERENTE: RENATO CUNHA SIQUEIRA REQUERIDO: GERÊNCIA DE CARGOS, C. E REMUNERAÇÃO Vistos, etc. Relatório dispensado por força do disposto no art. 38 da Lei 9.099/95. FUNDAMENTO e DECIDO. Trata-se se pedido de desistência da ação formulado pela parte autora antes da sentença, no qual manifesta sua falta de interesse no prosseguimento da lide. É cediço que havendo a estabilização subjetiva da lide por meio da formalização da angularização processual, deve-se buscar a anuência da parte requerida em relação ao mencionado pedido de desistência. No entanto, o Enunciado 90 do FONAJE dos Juizados Especiais Cíveis estabelece que "A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento." (XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ). Sabe-se

que referido Enunciado 90 se aplica ao Juizado da Fazenda Pública em decorrência do Enunciado 01 da Fazenda Pública, que estabelece que "Aplicam-se aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, no que couber, os Enunciados dos Juizados Especiais Cíveis" (XXIX Encontro – Bonito/MS). Desse modo, HOMOLOGA-SE o pedido de desistência da ação formulado pela parte autora para que produza os jurídicos e legais efeitos, e, de consequência, JULGA-SE EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Publicada no sistema PJe. Arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015550-71.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS BUENO DE SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTHUR MOURA ROSA NETO OAB - MT19294/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN (REQUERIDO)
ALDO ROSINA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GABRIELA CARINA KNAUL DE ALBUQUERQUE E SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ SENTENÇA Numero do Processo: 1015550-71.2019.8.11.0001 REQUERENTE: LUCAS BUENO DE SANTANA REQUERIDO: DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN, ALDO ROSINA Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e Decido. Trata-se de reclamação proposta por LUCAS BUENO DE SANTANA em face do DETRAN/MT e ALDO ROSINA na qual a parte autora pretende em tutela de urgência: "A exclusão dos pontos na CNH do autor de quaisquer infrações de trânsito praticadas na condução do veículo RENAULT CLIO, placa OAT-3387, Cuiabá-MT, RENAVAM: 00409495280, a partir da data de 29/01/2018 até o julgamento do mérito da presente ação;" A abstenção do DETRAN-MT de proceder ao protesto, inclusão em CADIN ou tomada de qualquer outra medida tendente à cobrança do valor do IPVA e das multas aplicadas no veículo descrito acima posteriores à data de 29/01/2018 até o julgamento do mérito da presente ação, assim como; b.3) a abstenção do DETRAN-MT da aplicação da penalidade de suspensão ou cassação da CNH do autor até o julgamento do mérito da ação; (g.n) E no mérito: e.1) Seja ratificada por sentença a tutela de urgência anteriormente concedida; e.2) Seja ordenada a transferência da titularidade do veículo RENAULT CLIO, 1.0. 16 válvulas, ano/modelo 2011, cor prata, de placa OAT-3387, Cuiabá-MT, RENAVAM: 00409495280, do nome do autor para o nome do réu ALDO ROSINA, perante o cadastro mantido pelo DETRAN-MT, assim como a transferência das multas e do IPVA posteriores à data de 29/01/2018; Conta que, no dia 29/01/2018, o reclamante realizou a venda e consequente tradição do veiculo para o requerido ALDO, o qual não efetivou a transferência. Dos documentos acostados, evidencia-se a ilegitimidade passiva da pessoa jurídica de público arrolada haja vista que a parte autora indica que realizou negocio jurídico com terceira pessoa a qual, em tese, não cumpriu obrigação contratual decorrente do ajuste. O documento de id 25790806 demonstra que a cláusula V prevê a obrigação de transferência bem como a obrigação do vendedor de entregar ao comprador o documentos necessários à transferência o que , à toda evidencia não ocorreu haja vista a alegação contida na inicial de que: "Como o comprador do veículo incorreu no inadimplemento do pagamento das parcelas de financiamento do veículo, o autor propôs ação para resolução do negócio com condenação ao ressarcimento de perdas e danos e consectários legais, ação esta tombada sob o nº: 1010088-13.2019.8.11.0041, na qual o réu ainda não foi sequer citado." (grifei). O DETRAN/MT não participou do negocio jurídico, tampouco pode realizar a transferência compulsória do bem do qual não detém posse. Cabe ao comprador voluntária ou coercitivamente concluir o processo próprio para a modificação de titularidade no registro, que inclui o pagamento de taxas e multas, vistoria, etc. Nesse contexto depreende-se que a providência que a parte autora pretende da autarquia de trânsito só pode ser executada pela pessoa com a qual entabulou o negócio jurídico, a qual cabe cumprir toda a normativa aplicável para a transferência. Desse modo, caso pretenda obrigar a atual possuidora do bem móvel a satisfação integral do contrato deve ingressar com a demanda própria no juízo cível, o que alega que já fez. Assim o quadro delineado desafia o reconhecimento, de ofício, da ilegitimidade passiva do DETRAN/MT, contra o qual, além da parte autora não ter demonstrado ser titular de obrigação, não há registro de fato que permita identificar pretensão resistida. Quanto a pretensão de indicação extemporânea de condutor não identificado no ato da infração, eventual ação contra a autarquia de trânsito, quando já expirado o prazo para a providência no âmbito administrativo exige que os interessados integrem conjuntamente o polo ativo pois, do mesmo modo que quando realizada administrativamente, deve haver o reconhecimento da prática do ilícito. Pelas razões expostas, declara-se a ilegitimidade passiva do DETRAN/MT, e julga-se extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI, do CPC. Publique-se. Intime-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá, data registrada no sistema. Gabriela Carina Knaul de Albuquerque e Silva Juíza de Direito

Juizado Especial Criminal Unificado

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 140691 Nr: 6604-41.2019.811.0062
AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): Salmen Kamal Ghazele
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Salmen Kamal Ghazele - OAB:7105/O
Certifico que foi designada audiência preliminar para a data de 30/01/2019 ás 17:00 horas. Desta feita, fica as parte intimada.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

Dúvidas e Sugestões:
Gestão do Diário da Justiça
Coordenadoria Judiciária
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10

CADERNO DE ANEXOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CUIABÁ

PORTARIA Nº. 610/2019-GRHFC

O Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - ESTABELECER a Escala de Plantão Diário dos Oficiais de Justiça lotados na Central de Mandados do Fórum de Cuiabá, durante o expediente no mês de **JANEIRO/2020**, na forma abaixo discriminada:

07/jan	Alexandre Girard Ribeiro da Silva
	Cleomar Cristina Dalexandre
	Edson Miguel da Silva Barbosa
	Gézica Pereira Ramos de Oliveira
	João de Deus Nunes
	Wilson Wagner Pereira Cardoso de Souza

08/jan	Adelmício Benedito dos Santos
	Diego Benedito Silva de Moraes
	José Wilson Gonçalves Tavares
	Lucy Jesus dos Santos
	Ronaldo Alves Correa
	Roosevelt Marcos Barros da Silva

09/jan	Leonardo Santana de Hollanda
	Louriley Reis dos Santos
	Marcelo da Costa Marques Freire
	Rita de Cássia Borges Nohama Nunes
	Selma Dias Martins
	Vera Lúcia Maria de Araújo

10/jan	Benedito José de Magalhães
	Jeie Darque Braz de Moraes
	Jorge Elias dos Santos
	Luziete Alves da Cunha Moraes
	Maisa Ribeiro de Assis
	Manoela Vital Rodrigues

13/jan	Anselmo Noronha de Oliveira
	Dinah Ribeiro Rodrigues
	Eder Gomes de Moura
	Isabela Brito Lisboa
	Júlio Cézar Rodrigues dos Anjos
	Lourenço Nunes de Siqueira

14/jan	Douglas Vinícius Costa e Silva de Jesus
	Fabiano Ferreira da Silva
	Júlio Oriovaldo Ferreira Lopes
	Miguel Carlos Tadeu Atala
	Paulo Rodrigues Ferreira Filho
	Wendel Lacerda de Oliveira

15/jan	Dejanira Ovídia da Silva
	Eliane Pereira Pires
	Gilson Ernesto Carvalho Gomes
	Jamil Aloide de Souza
	Orivaldo Carvalhães de Oliveira
	Vladimir da Mota Oliveira

16/jan	Altair Rodrigues de Souza
	Amilson Miguel da Silva
	Fátimo Nunes Siqueira
	Herdelice Cruz do Nascimento
	Luiz Mauro Pereira Senna
	Maurício Dellafina

17/jan	Amauri José Elias
	Douglas Cardoso de Oilveira
	Geraldo Aparecido Nepomuceno
	Leodemar Nunes da Cunha
	Lucas Gabriel Gomes Peixoto
	Luis Carlos Monteiro dos Santos

20/jan	Alexandre Girard Ribeiro da Silva
	Cleomar Cristina Dalexandre
	Edson Miguel da Silva Barbosa
	Gézica Pereira Ramos de Oliveira
	João de Deus Nunes
	Paulo César Teixeira

21/jan	Adelmício Benedito dos Santos
	Diego Benedito Silva de Moraes
	José Wilson Gonçalves Tavares
	Lucy Jesus dos Santos
	Ronaldo Alves Correa
	Roosevelt Marcos Barros da Silva

22/jan	Katia Cilene Silva Santos
	Leonardo Santana de Hollanda
	Louriley Reis dos Santos
	Orlando Noronha da Luz
	Rita de Cássia Borges Nohama Nunes
	Vera Lúcia Maria de Araújo

23/jan	Benedito José de Magalhães
	Jeie Darque Braz de Moraes
	Jorge Elias dos Santos
	Luziete Alves da Cunha Moraes
	Maisa Ribeiro de Assis
	Manoela Vital Rodrigues

24/jan	Anselmo Noronha de Oliveira
	Dinah Ribeiro Rodrigues
	Eder Gomes de Moura
	Isabela Brito Lisboa
	Júlio Cézar Rodrigues dos Anjos
	Lourenço Nunes de Siqueira

27/jan	Eliete Gomes Rondon Faria
	Fabíola de Cassia Siquinelli
	Gicélia Pedra Capioto
	Miguel Carlos Tadeu Atala
	Paulo Rodrigues Ferreira Filho
	Wendel Lacerda de Oliveira

28/jan	Dejanira Ovídia da Silva
	Eliane Pereira Pires
	Maria Dolores Aragão Primcka
	Orivaldo Carvalhães de Oliveira
	Rita Cássia Soares Pinto
	Vladimir da Mota Oliveira

29/jan	Altair Rodrigues de Souza
	Fátimo Nunes Siqueira
	Herdelice Cruz do Nascimento
	Luiz Mauro Pereira Senna
	Maurício Dellafina
	Rosilene Duarte Sigarini Mendonça

30/jan	João Costa de Souza
	Juarez Campos Silva
	Olga de Oliveira
	Saturnino Armando Ojeda
	Selma Teixeira Matos de Souza
	Wilson Wagner Pereira Cardoso de Souza

31/jan	Ernesto Yoiti Sakamoto
	Liciana Aparecida Tadaieski Rodrigues
	Maurício Silva Santos
	Naldo Luiz da Silva
	Roney Cezar Miranda de Carvalho
	Sirley Pereira Gonçalves Montanha

Art. 2º - Os Oficiais de Justiça que estiverem escalados deverão permanecer na Central de Mandados, durante o expediente normal do Foro.

Art. 3º - A convocação dos escalados para o plantão se dará por meio de publicação da Portaria no Diário da Justiça Eletrônico.

Art. 4º - A Gestora da Central de Mandados deverá afixar a Portaria em local visível para que os Oficiais de Justiça escalados tomem conhecimento da convocação, notificando-os pelo e-mail funcional.

Art. 5º - A escala diária de plantão poderá ser alterada pela Gestora da Divisão da Central de Mandados, caso haja necessidade, desde que devidamente justificada.

Art. 6º - Nos casos de ausência justificada ou injustificada do Oficial de Justiça para cumprimento do plantão diário, não havendo troca ou substituição entre eles, fica imediatamente escalado o Oficial do dia subsequente, na ordem da escala de plantão.

Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia à Central de Mandados.

Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)
LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT